

THIAGO ALVES VALENTE

MONTEIRO LOBATO NAS PÁGINAS DO JORNAL:
um estudo dos artigos publicados em *O Estado de S. Paulo* (1913-1923)

ASSIS
2009

THIAGO ALVES VALENTE

MONTEIRO LOBATO NAS PÁGINAS DO JORNAL:
um estudo dos artigos publicados em *O Estado de S. Paulo* (1913-1923)

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em Letras (Área de Conhecimento: Literatura e vida social).

Orientador: *Dr. João Luís C. T. Ceccantini*

ASSIS
2009

Folha de aprovação

THIAGO ALVES VALENTE

**MONTEIRO LOBATO NAS PÁGINAS DO JORNAL:
um estudo dos artigos publicados em *O Estado de S. Paulo* (1913-1923)**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em Letras (Área de Conhecimento: Literatura e vida social).

Orientador: *Dr. João Luís C. T. Ceccantini*

BANCA

Dr. João Luís C. T. Ceccantini (orientador)
Dra. Marisa Philbert Lajolo
Dr. Carlos Erivany Fantinati
Dra. Tânia Regina de Luca
Dr. Jézio Hernani Bomfim Gutierre

ASSIS
2009

AGRADECIMENTOS

Ao Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP) e à Biblioteca “Acácio José Santa Rosa”, da UNESP de Assis; ao Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio (CEDAE), da UNICAMP; ao Arquivo do Estado de São Paulo, pela disponibilidade do material pesquisado.

Aos professores Carlos Erivany Fantinati e Tânia Regina de Luca pelas preciosas orientações na banca de qualificação.

À Universidade Estadual do Norte do Paraná, pelo apoio para confecção do material; aos professores do Departamento de Letras, pela compreensão e apoio para a finalização deste trabalho.

Ao professor João Luis. C. T. Ceccantini, alvo cada vez maior de admiração pessoal e profissional.

Para Marluce,

“Acentua-se em mim o desejo de ancorar num porto. E que porto há para o homem, senão a
mulher?”

(Monteiro Lobato, *A barca de Gleyre*)

“O que atenta prudentemente para a palavra achará o bem, e o que confia no Senhor será bem-aventurado”.

(Provérbios 16:20, *A Bíblia Sagrada*)

“Aliás, ninguém desconfia mais do que lê nos jornais do que os próprios jornalistas, imaginando o que pode estar por trás de cada notícia”.

(Gilberto Dimenstein, *Nos bastidores do poder*)

Resumo

Este trabalho tem como objeto de análise os artigos de Monteiro Lobato publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*, entre 1913 e 1923. Para constituição do corpus, foram consultadas todas as edições entre 1913 e 1930, período correspondente à fase de consolidação da imprensa no Brasil (Sodré, 1966; Bahia, 1954). Como objetivo central, tem-se a relação de Monteiro Lobato com o jornal *O Estado de S. Paulo*, procurando-se a identificação entre o discurso presente nos artigos do escritor e o discurso de um dos principais veículos da imprensa escrita da República Velha. O levantamento dos artigos no período de 1913 – ano do primeiro texto publicado por Lobato no *Estado* – e 1930 – data emblemática para a história do país e, portanto, para a imprensa de modo geral – desdobra-se ainda em outros focos de análise: a) abordagem das questões temáticas e formais dos textos de Lobato publicados no periódico; b) a participação do escritor nas atividades do *Estado*; c) a concepção de jornalismo e sociedade comuns ao jornal e ao articulista. A leitura dos textos e a análise sustentada tanto pelos estudos lobatianos quanto pelos estudos sobre a história brasileira revelam a sintonia de Monteiro Lobato com *O Estado*, ao menos na República recém-instaurada e tão precária no que diz respeito a um projeto de sociedade voltado aos brasileiros. *O Estado* é o espaço em que as idéias lobatianas dialogam intensamente com outros textos e autores, todos imbuídos da missão de, por meio da ciência e do desenvolvimento econômico, transformar o Brasil na potência americana dos trópicos. O conjunto de artigos comprova um posicionamento afinado entre o veículo midiático e Monteiro Lobato. Nesta simbiose emerge a figura de um Lobato jornalista, de quem os textos publicados em *O Estado* indicavam concepções de sociedade, imprensa, arte e dos mais diversos temas no sistema cultural brasileiro da primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Monteiro Lobato. O Estado de S. Paulo. Artigos. Imprensa.

Abstract

This study aims to analyse Monteiro Lobato's articles published on *O Estado de S. Paulo* (OESP) newspaper, between 1913 and 1923. For data collection, it was researched all editions between 1913 and 1930, a period when the printing press was established in Brazil (Sodré, 1966; Bahia, 1954). Our main objective is the Monteiro Lobato's relation with OESP, searching for the identification between the writer's articles and the speech of one of the main vehicle of the Old Republic printing press. The articles were researched between 1913 – when the very first Lobato's article was published on OESP – and 1930 – a very important date for the history of the country and, therefore, for all the printing press - is organized in other analysis focus: a) approaching of the theme and formal questions about Lobato's published articles; b) the participation of the writer during the OESP activities; c) the conception of newspaper and society to news and writers. The reading of the texts and the analysis carried out for both Lobato studies and Brazilian History of the printing press show the proximity of Lobato and OESP, at least during the new established and so poor Republic dealing about a society project for Brazilian people. The OESP is the place where Lobato's ideas dialogue deeply with other texts and writers, all impregnated with an objective of, through the science and the economical development, becoming Brazil the American power of the country. The articles appoint a very close position of Lobato with the mass media and Monteiro Lobato. In this symbiosis, a journalist picture of Lobato is shown, whose published articles on OESP revealed conceptions of society, printing press, art and many other themes in the Brazilian cultural system at the first half of the 20th century.

Keywords: Monteiro Lobato. O Estado de S. Paulo. Articles. Printing press.

Sumário

Introdução.....	11
1. Monteiro Lobato e <i>O Estado</i> : convergências no tempo e no espaço.....	15
1.1. Tempos eufóricos: o surgimento d’ <i>O Estado</i> e Monteiro Lobato.....	15
1.2. Um articulista na crítica de arte.....	28
1.3. Os artigos de Monteiro Lobato, apresentação e cotejo.....	35
2. A formação de um publicista: Monteiro Lobato por Lobato.....	69
2.1. Um colaborador do interior.....	69
2.2. Um jornal imparcial: republicano e cientificista.....	86
2.3. <i>O Estado</i> como uma grande empresa.....	111
3. Monteiro Lobato, “jornalista”	123
3.1. O jornal como missão social de Lobato.....	123
3.2. A América, para os brasileiros.....	136
3.3. Ao encontro do <i>American life</i>	145
3.4. Últimas notícias de um escritor d’ <i>O Estado</i>	162
4. Os artigos (1913-1923): análise dos textos.....	173
4.1. Lobato, um sapo na lagoa d’ <i>O Estado de S. Paulo</i>	174
4.2. A fisiologia dos artigos lobatianos.....	189
4.2.1. Modernidade para o Brasil.....	203
4.2.2. A república dos bacharéis.....	220
4.2.3. A arte, a ciência e a narrativa: instrumentos textuais.....	236
4.3. Artigos, artigos à mão cheia.....	249
Considerações finais.....	254

Bibliografia.....	265
Anexo I – Artigos transcritos de <i>O Estado de S. Paulo</i> (1913-1923).....	278
Anexo II – Cotejo dos artigos publicados n’ <i>O Estado</i> e nas obras completas.....	510

Introdução

A proposta de abordar a produção jornalística de Monteiro Lobato tem sua gênese nas leituras da obra infantil do escritor. Por ocasião de pesquisa realizada em nível de mestrado, o objeto abordado era *A chave do tamanho* (1942)¹. Em meio às leituras da fortuna crítica da obra, evidenciou-se cada vez mais a relação que o escritor estabelecera entre o contexto vivenciado pela sociedade de sua época e uma obra que conseguia escapar à facilidade de se tornar “engajada”. A guerra surgiu, assim, como tema instigante para se pesquisar como a literatura infantil estaria dialogando com o assunto incorporado por Lobato em sua produção voltada para crianças.

No entanto, à medida que as leituras avançavam sobre a obra do escritor de modo geral, a forma pela qual a guerra entrara na história de *A chave do tamanho* se mostrava pertinente como viés investigativo. Por meio do jornal, as personagens do Sítio do Picapau Amarelo entram em contato com os lances da Segunda Guerra. O jornal seria o veículo de informação presente como referência de leitura nas obras infantis, além de se mostrar como fonte para livros de sucesso do escritor paulista, como *Problema vital* (1927).

A primeira indagação a partir dessas observações leva o leitor ao encontro do escritor de literatura Monteiro Lobato, o qual, por sua vez, também era um colaborador de jornais que se formara lendo os mais diversos tipos de textos, entre eles, muitos periódicos. A proposta inicial deste trabalho era justamente perceber a prática de Lobato como um escritor que via na imprensa escrita a oportunidade de se fazer reconhecido; que nela enxergava uma forma de angariar adeptos de suas idéias modernizadoras para o Brasil, atacando tudo o que considerava causa indelével das mazelas nacionais. Para isso, as obras biográficas e os relatos do escritor mostraram-se insuficientes, uma vez que o jornal detém características peculiares seja como gênero textual, seja como objeto histórico. Era preciso recorrer aos textos originais.

A inviabilidade de se consultar todos os periódicos indicados por Lobato em seus escritos, já apontava a necessidade de um recorte. Diante disso, a escolha de *O Estado de S. Paulo* se deu

¹ **Uma chave para *A chave do tamanho*, de Monteiro Lobato.** Assis: Unesp, 2004. Dissertação de mestrado. 247f. Objetivos do trabalho: 1) apresentação do levantamento sistemático da fortuna crítica de *A chave do tamanho* (1942), do escritor Monteiro Lobato (1882-1948); 2) cotejo entre a primeira edição desse título e a edição inserida nas “Obras completas” do escritor (1946/47); 3) nova leitura da narrativa, tomando como ponto de partida para sua análise e interpretação os dois objetivos anteriormente referidos.

por que: 1) parte representativa dos artigos publicados em livro tem *O Estado* como referência de fonte; 2) nos relatos autobiográficos bem como nas biografias sobre o escritor, o jornal em questão aparece como elemento relevante na vida pessoal e profissional de Monteiro Lobato; 3) havia disponibilidade de microfilmes no Centro de Desenvolvimento e Apoio à Pesquisa (CEDAP/UNESP-Assis) e no Arquivo do Estado de São Paulo, lembrando que a empresa “Estado” não autorizou consulta aos originais ali arquivados.

O segundo recorte recaiu sobre a questão temporal. À medida que se consultavam os jornais microfilmados, ficava evidente que qualquer abordagem não deveria perder a relação dos textos então publicados no periódico, fosse quanto ao momento datado por fatos sistematicamente considerados pelos estudos históricos; fosse a respeito de um contexto ou contexto inerente ao próprio jornal – este, dando-se em nível de diálogo entre os textos de cada edição e, também, com o jornal *O Estado* considerado historicamente como um todo.

A fase compreendida pelos historiadores da imprensa como fase de consolidação ou profissionalização, início da República até a década de 30, correspondia à fase anterior à viagem de Lobato aos Estados Unidos. O fato de ser uma figura pública centralizadora de atenções no cenário cultural brasileiro nos primeiros decênios do século XX juntou-se à percepção de que a viagem de Lobato aos Estados Unidos seria uma ruptura na frequência com que vinha contribuindo com os jornais brasileiros, destacando-se dentre eles *O Estado*. Procedeu-se, assim, à leitura dos periódicos publicados entre 1913 e 1930, chegando-se a um conjunto de textos datados entre outubro de 1913 e junho de 1923, com um lapso significativo em sua produção até 1930. Isso abriu diversas outras possibilidades de investigação: 1) Por cerca de sete anos após o último texto publicado em *O Estado*, com que veículos Lobato estaria contribuindo? 2) Por que o silêncio em *O Estado* durante esses anos? 3) Como Lobato passaria a se relacionar com a imprensa após seu retorno ao Brasil? 4) Ainda que publicando matérias sobre o petróleo e o ferro, na década de 30, Lobato manteria a mesma relação com *O Estado*?

Como se nota, as questões abriam a possibilidade de pesquisas que fugiam à possibilidade de execução do trabalho no tempo hábil de um Doutorado. A opção, pois, de situar o trabalho na fase de consolidação da imprensa brasileira, marcadamente paulista, permitiria leituras mais atentas ao período histórico abordado, evitando-se construir um olhar simplificador sobre produção jornalística tão diversa nas páginas de *O Estado*.

O referencial teórico para a condução da investigação fez-se por duas vias. A primeira, ao realizar levantamento bibliográfico sobre o tema, ressaltou o estado da questão: parecia resolvido o lugar de Lobato no jornalismo brasileiro. O epíteto de jornalista mostrou-se estabelecido e veiculado, sem se levar em conta as peculiaridades da presença de Lobato em *O Estado*. A segunda, ao incidir diretamente sobre *O Estado de S. Paulo* como jornal cujas características o colocam como um dos grandes veículos publicitários do Brasil, levava a textos sobre a história da imprensa, sobre o fazer jornalístico, bem como sobre a história dos literatos e articulistas brasileiros.

Contudo, a principal fonte que surgiu de modo pertinente foi o próprio jornal. Perceber como questões ideológicas se constituem por formas textuais correspondentes – compreendendo-se essas formas como o texto propriamente dito, a localização na página, a relação com outros textos, o tamanho da matéria – permitiu aproximar as visões que se tem sobre o escritor enquanto membro ativo do corpo editorial de *O Estado* e o discurso do jornal como meio em que escritores manifestam a individualidade de seus escritos, ao mesmo tempo que compactuam com as diretrizes de um veículo de ampla divulgação. Por meio dessa leitura, Monteiro Lobato revela-se, se não original, pelo menos em aspectos muitas vezes obscurecidos pela reiteração de imagens cristalizadas ao longo do tempo. Como veículo fugaz, o jornal apresentou-se como oportunidade para se rever uma faceta menos “literária” do escritor.

Em suma, ao observar o conjunto de textos produzidos como artigos para *O Estado* entre os anos de 1913 e 1923, depreende-se um escritor em fina sintonia com o veículo do qual participava e ajudava a construir, fosse na esfera dos ideais, fosse no círculo das atividades exercidas dentro do jornal. Lobato é, com efeito, um jornalista participando ativamente dos ideais políticos e sociais de um grupo cuja influência extrapolava a tão autoproclamada neutralidade do jornal. Havia um projeto de país em boa parte comum a escritor e jornal, ou melhor, entre o publicista atento e o periódico bem sucedido. “Uma velha praga”, “Urupês” ou o quase não lembrado “Entre duas crises” são textos que, postos lado a lado e lidos na seqüência e freqüência que surgem em *O Estado*, compõem um mosaico esclarecedor da visão projetada por Lobato e o grupo de *O Estado* sobre o Brasil.

O trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira, busca-se apresentar a aproximação de Lobato com *O Estado* a partir do contexto histórico comum ao escritor e ao jornal, além de delimitar o objeto de pesquisa, por meio de exposição do cotejo realizado entre os

textos publicados em jornal e aqueles publicados nas obras completas organizadas pelo próprio autor entre 1946 e 1947. A segunda parte tem como foco aspectos ideológicos também comuns a Lobato e *O Estado*, com ênfase para o processo de constituição empresarial do veículo midiático e sua força centrífuga sobre vozes legitimadas socialmente, como portadoras do saber, caso de Monteiro Lobato. Na terceira, ressalta-se o discurso de Lobato como leitor e produtor de textos para jornal, tentando-se captar conceitos e idéias que norteavam sua produção para *O Estado*. A última parte apresenta o conjunto de textos publicados em jornal no período abordado, colocando em evidência os artigos posteriormente não publicados nas obras completas.

Seguem ainda dois volumes de anexos. O primeiro traz a transcrição dos artigos encontrados no período pesquisado. O segundo corresponde ao cotejo realizado entre os textos publicados em jornal e aqueles editados em livro. Como método de trabalho, optou-se por identificar com sublinhado os trechos alterados nos respectivos conjuntos; a expressão em negrito “não consta” indica partes ausentes em qualquer um dos textos.

Enfim, contrariando a prática jornalística, este texto não é tão breve quanto mereceria um legítimo escritor de jornal. Mas, para tratar de Lobato, às vezes é preciso contrariar suas indicações e inverter as regras do jogo: inicia-se, pois, a visita ao Lobato de *O Estado*.

1. Monteiro Lobato e *O Estado*: convergências no tempo e no espaço

A roda que sempre freqüentara pertencia à oposição. Era um grupo pequeno, de elite, composto de intelectuais desejosos da reforma da cultura e dos costumes brasileiros, homens sobretudo de trato social apurado, moralmente íntegros.

(Edgar Cavalheiro, *Monteiro Lobato*: vida e obra)

Ao se adentrar as páginas de *O Estado de S. Paulo* em busca de um Monteiro Lobato intitulado como “jornalista”, porém frequentemente abordado como escritor de literatura, é inevitável que as primeiras impressões possam conduzir a julgamentos facilitados pelo entusiasmo do leitor de hoje. O envolvimento com as causas que defendia apaixonadamente, o texto crítico e corrosivo, as ironias finas e metáforas escatológicas possivelmente atraíssem também os leitores de seu tempo, mesmo aqueles cujos hábitos de leitura estavam enraizados no “francesismo” corrente.

Para escapar à armadilha, é preciso recorrer a outros estudos que melhor situem os conceitos de jornal, jornalismo, história da imprensa, entre outros. Bem como se torna necessário voltar às obras que têm Lobato e sua obra como material de estudo. Também é preciso compreender a constituição do conjunto de textos abordados por esta pesquisa por meio da descrição do jornal e da comparação com os artigos publicados nas obras completas. Localizar, enfim, a presença de Monteiro Lobato no âmbito de suas relações com *O Estado* exige retomar os discursos sobre essa integração na bibliografia sobre o escritor.

1.1. Tempos eufóricos: o surgimento d’*O Estado* e Monteiro Lobato

Juarez Bahia, em *Jornal, história e técnica* (1954), coloca *O Estado* em situação de destaque no processo de consolidação da imprensa brasileira. Em 1875 editam-se em São Paulo e no Rio de Janeiro “dois jornais que vão atravessar o marco de um século de existência, sendo que um deles se incluirá entre os de maior prestígio no país e na América Latina. Trata-se de *A Província de S. Paulo*, na idade republicana *O Estado de São Paulo*”. Como mercado, o Rio de

Janeiro apresentava grande número de jornais diários, revistas, tipografias e editoras de livros, concentrando-se ali a atividade literária com destaque na poesia, no romance, no ensaio e na filosofia – “a ação empresarial é menor agora no Norte e no Sul. Porém São Paulo e Minas demonstram um ativo processo editorial”, avançando numa forma de fazer imprensa muito diversa daquela preocupada somente com a divulgação desta ou daquela posição política, ou seja, a forma capitalista de fazer jornal: “singular é como, menos no Rio de Janeiro e mais em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, um capitalismo que procede do interior se instala na cidade para investir na indústria cultural”. *A Província de S. Paulo* constituía, “por sua vez, o caso mais evidente dessa mobilização de proprietários rurais, interessados na imprensa” (p.80). Sinal de que, desde 1880, a imprensa entrava num estágio empresarial, como nos países mais avançados. Um espaço em que novos jornais “trazem, com seus títulos que se tornarão importantes, experiências e objetivos próprios das organizações industriais” (p.105), quais sejam, a preocupação com o leitor, a abertura a opiniões contrastantes, a preocupação com o produto jornal e, por que não, o produto notícia, como escreve (1954, p.108):

O desenvolvimento do jornalismo no período que abrange o fim da primeira e o começo da segunda fase absorve as profundas mudanças econômicas que vive o país na passagem do Império para a República. A economia assinala, então, duas transições: uma, para o trabalho assalariado e, outra, para um sistema industrial.

Compreendem os editores de jornais e empresários gráficos que o âmbito restrito de um jornalismo mais literário e mais político já não atende às exigências da sociedade, de um país em transformação, ávido por incorporar os avanços das comunicações. Uns e outros partem na direção da melhor qualidade de seus produtos.

A esse respeito, *A vida literária no Brasil* (Broca, 1975, p.03), tem na sua abertura do primeiro capítulo colocação sumária: “a primeira década do século foi para o mundo ocidental um período de euforia de que a civilização brasileira participou vivamente”. Ainda que não se trate apenas dos anos de 1910, o fato é que a agitação editorial entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, no Brasil, demonstram a efervescência das mais diferentes

correntes intelectuais marcadas pelo ideário do desenvolvimento do mercado e da inserção do país no círculo dos países “civilizados”.

Ainda segundo Bahia (1954, p.113), até 1908 circulavam no Rio e em São Paulo pequenos títulos, chistosos, polêmicos, como *Bandalheira Eleitoral*, *O Diabo da Meia-Noite*, *O Pândego*, *A Metralha*, *O Sociocrata*. Periódicos que seriam engolidos pela imprensa profissionalizada, a qual não pouparia nem mesmo jornais de personalidades como Joaquim Nabuco: “criado pela Sociedade Brasileira contra a Escravidão, liderada por Joaquim Nabuco, *O Abolicionista* é de 1880, mas não se mantém por mais de um ano. Não deixa, porém, de abrir caminho para jornais dedicados à causa dos escravos”. Porém, agora, as causas deveriam justificar o pagamento do leitor. No curso da Primeira Guerra Mundial, a imprensa percebe e absorve as mudanças sociais, principalmente a relação dos povos com o sistema de comunicação de massa. O jornal menos literário e mais noticioso se faz com as notícias vindas de bonde, de trem e de navio, além do emprego de escritores e publicistas consagrados, cujos textos eram publicados em oficinas com linotipos a motor elétrico, em substituição ao motor a gás. Para Sússekind (1987, p.72) não há como separar desenvolvimento técnico de produtividade intelectual:

De um ponto de vista estritamente técnico, a grande transformação por que passa a imprensa brasileira na virada de século é o início do emprego dos métodos fotoquímicos de reprodução. E isto se dá, de fato, a partir de 1º de maio de 1900, quando começa a circular a *Revista da Semana*, de Álvaro de Teffé. Até então, os processos de reprodução mais comuns eram ou a litografia – que obrigava um Agostini, por exemplo, a desenhar “diretamente sobre pesadas pedras, às avessas, para que, na impressão, o resultado aparecesse natural” – ou a gravura em zinco ou cobre – onde o ilustrador deveria desenhar sobre papel gelatinado, “obedecendo ao tamanho exato que deveria ter o clichê, fosse ele de uma polegada”. Métodos substituídos desde 1900 pelo fotozinco e pela fotogravura.

As autoras Tânia de Luca e Ana Luiza Martins, em *Imprensa e cidade* (2006, p.107), reiteram a idéia de Bahia sobre o momento histórico como uma fase de “consolidação”, “uma imprensa mais sólida, nos anos da Abolição e da República, está geralmente associada a uma

tipografia mais bem reaparelhada, renovada em relação aos anos pioneiros, graças à importação de tipos e prelos”. As empresas, então, tinham menos improvisação, buscando fixar posições de mercado mais duradouras, mediante a organização do negócio. A expansão territorial da imprensa seria inevitável, pois esta permitira criar uma base econômica mais sólida às empresas em crescente fortalecimento. Anunciava-se o corte do cordão umbilical com o Estado, embora ainda este fosse o grande patrocinador de boa parte do sucesso de muitos periódicos nacionais. Tal como a República, a imprensa haveria de “ser” alguma coisa para um público parco, irrisório, comparado a mercados amplos como o norte-americano. Gastão Tomás de Almeida, ao abordar a imprensa no interior paulista, *Imprensa no interior: um estudo preliminar* (1983, p.35), afirma que, voltando aos primeiros jornais que assinalam a entrada da imprensa nas cidades, podiam se destacar Sorocaba, Santos, Itu e Campinas, “a imprensa passou para o Vale do Paraíba, onde teve início em Guaratinguetá e depois chegou a Taubaté, Pindamonhangaba, Bananal, Areias e Caçapava. Foram quase dez anos em que a difusão se fez apenas nessa região”.

A fase de consolidação indicava outros rumos em termos de visão de mundo das oligarquias. Ainda que orbitando ao redor dos detentores dos capitais, a imprensa vai se libertando à medida que o caráter empresarial firma-se em contraposição ao provinciano costume da encomenda de notícias. A fase de transição de uma imprensa panfletária para uma imprensa profissionalizada apresenta, segundo Bahia (1954, p.108), uma consciência dominante de que “a imprensa deve situar-se num plano de interesse público, de identificação com os sentimentos de valorização da ordem jurídica, de aperfeiçoamento das instituições e de conquistas sociais voltadas para o indivíduo”. Sobre as questões ideológicas desse jornalismo, Bahia relaciona o compromisso ideológico generalizado no Ocidente com um programa de ação gerador de iniciativas éticas, como códigos de conduta e manuais de redação e estilo somente na passagem do XIX para o XX. Isso, nos grandes centros ocorreu de modo mais intenso – nos jornais interioranos, porém, o compromisso com o verídico e a imparcialidade demoraria mais para chegar. Mesmo com as encomendas das opiniões por parte do governo, sem dúvida o jornalismo vivia um momento próspero, inédito na história da imprensa brasileira, como destacam Luca e Martins (2006, p.37-38):

Essa fase próspera resultou da especial conjuntura vivida pelo país, definida pelo momento econômico de apogeu do café e diversificação das

atividades produtivas; pela nova ordem política republicana, com programas de alfabetização e remodelação das cidades; pela agilidade introduzida pelos novos meios de comunicação; pelo aperfeiçoamento tipográfico e avanços na ilustração, enquanto as máquinas impressoras atingiam velocidades nunca vistas.

A imprensa mais profissionalizada passou a figurar como segmento econômico polivalente, de influência na melhoria dos demais, visto que informações, propaganda e publicidade nela estampadas influenciavam outros circuitos, dependentes do impresso em suas variadas formas. O jornal, a revista e o cartaz – veículos da palavra impressa — potencializavam consumo de toda ordem.

Não é difícil imaginar que “virar” jornalista passa a ser uma ambição de jovens da capital e do interior. Embora não dominando o meio, indivíduos advindos das oligarquias agrárias do interior transformam-se em empresários, o que abre portas para profissionais em busca de alocação nas salas editoriais. Na versão de Nelson Werneck Sodré, em *História da imprensa no Brasil* (1966, p.315), é assinalado que a passagem do século trazia consigo a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, “as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função”. Conseqüentemente, “se e é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Essa transição começara antes do fim do século, naturalmente, quando se esboçara, mas fica bem marcada quando se abre a nova centúria”. Estava naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa seria um dos aspectos desse avanço; o jornal seria, segundo o historiador, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte. Decretava-se o fim do jornal como empreendimento individual, como aventura isolada nas grandes cidades, sendo esse tipo de imprensa relegada ao interior, onde sobreviveria com menor ou maior folga ao longo do tempo. Como conseqüência, ainda, “a redução no número de periódicos. Por outro lado, as empresas jornalísticas começam a firmar sua estrutura, de sorte que é reduzido o aparecimento de novas empresas”. Nesse momento, o mercado vai se reconhecendo livre da tutela governista, “é agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal”.

A relação do público com o jornal não mais se dá simplesmente por adesão a este ou aquele grupo político. Conta Bahia (1954, p.134) que, em 1915, por exemplo, a campanha germanófila contra *O Estado de S. Paulo* chegara a um ponto crucial. Nessa época, o número e a influência das empresas comerciais, industriais e financeiras alemãs eram maiores do que, por exemplo, na II Guerra. O jornal sofria prejuízos em publicidade e assinaturas, mas não em prestígio. O *Diário Alemão*, porta-voz dos poderosos interesses da colônia, acusava o jornal paulista de estar nas mãos dos ingleses, chamando-o de *The State of S. Paulo*. Porém, *O Estado* não se intimidou com o bloqueio dos alemães. Apesar da aguda crise de papel, ampliou a cobertura da guerra com despachos de três agências telegráficas e comentários semanais de Júlio Mesquita. Lançou, ainda, a edição da noite, conhecida como *O Estadinho*. À época, Mesquita explicava que *O Estado de S. Paulo* não tinha má vontade contra os alemães, mas apenas divergia “visceralmente” da política autoritária e militarista que desviara a Alemanha de sua “luminosa missão”. A posição antimilitarista do jornal não deixa de aludir à situação brasileira.

Mesmo quando perdedores nos embates com o governo, os jornais saem fortalecidos pela identificação popular com suas posições ideológicas. Ainda que popular não significasse mais que uma camada letrada da cidade e dos leitores da oligarquia no interior paulista. É o contexto em que apareceria a marca de Monteiro Lobato, com a figura do Jeca Tatu, como relaciona Bahia (1954, p.178):

Nesse período de quase quinze anos, contado a partir da primeira agência nacional, *A Eclética*, na década de 10, técnicas de *outdoor*, painéis de estrada, mala direta, *house organ*, promoções, se desenvolvem rapidamente com base em recentes processos de produção gráfica, geram empregos, formam novos especialistas.

Esse surto de tecnologia da comunicação impressa coincide com o aparecimento do Jeca Tatu — o caboclo pobre, casado com mulher magra e feia, pai de crianças pálidas e tristes, vivendo no mato, numa casinha de sapé — de Monteiro Lobato, cuja história divulga as virtudes da Ankilostomina e do Biotônico Fontoura. O folheto (preparado por Lobato com o estímulo de Cândido Fontoura, ambos redatores de *O Estado de S. Paulo*) alcança em 1941 a marca de 10 milhões de exemplares.

Quanto às questões ideológicas, Eliane Dutra, em *Rebeldes literários da república* (2005, p.58), afirma que não é tarefa fácil definir de maneira precisa a orientação e coerências políticas das “várias tendências e acomodações que prevaleceram entre os grupos que se diziam republicanos, no Brasil do final dos oitocentos e começo do século XX”. Continua a autora:

Isso nos reenvia às principais diferenciações no interior do grupo republicano. Assim é que, de um lado, temos os republicanos de extração liberal, com grandes afinidades com o modelo americano, interessados na organização do poder, no estabelecimento de uma ordem social e política capaz de assegurar a defesa dos interesses individuais. Partidários da solução federalista, eles são representados por homens como Alberto Sales e Quintino Bocaiúva. De outro, estão os chamados jacobinistas, afinados com o princípio da participação popular ampla e direta, a exemplo dos comitês de salvação pública e dos clubes republicanos que imperaram na Primeira República Francesa, com a defesa da igualdade e da liberdade dos cidadãos, e menos preocupados com a organização da liberdade em termos institucionais.

Em sua obra sobre a história da imprensa, Sodré (1966, p.276) oferece algumas cenas da atuação de *O Estado* nos anos das agitações em prol da República:

Euclides da Cunha era acolhido pela *Província de São Paulo*, como colaborador, na seção intitulada “Questões sociais”. O jornal de Rangel Pestana e Júlio de Mesquita apresentava-o assim: “É moço de muito talento e de vasta ilustração. Se quiséssemos ser indiscretos, diríamos que o seu nome, ainda há pouco, andou envolvido no grave incidente da Escola Militar do Rio de Janeiro, que se deu por ocasião da visita que o ministro da Guerra fez aquele estabelecimento”. A 22 de novembro, aparecia o primeiro artigo de Euclides: “A pátria e a dinastia”; o segundo foi “Revolucionários”, contendo a enfática afirmação: “o republicano brasileiro deve ser sobretudo eminentemente revolucionário”. A 27 de fevereiro de 1889, o jornal anunciava a ida de Euclides para o Rio: o “talentoso ex-aluno da Escola Militar” ia concluir o curso de Engenharia. Euclides espaçou a colaboração, assinada com o pseudônimo *Proudhon*.

Quando Lobato vem à luz no mundo da grande imprensa, esta já caminhara um trecho na conquista da solidez econômica e da liberdade política de opinião. Lobato está a caminho de sua profissionalização como colaborador de periódicos. Embora herdeiro, a partir de 1911, da Fazenda do Buquira, escrever para jornais corresponderia muitas vezes, conforme o escritor deixa registrado para a posteridade nas cartas aos amigos, ganhar dinheiro. Escrevem Luca e Martins (2006, p.40):

Logo, o literato profissionalizou-se por meio do jornalismo, pois havia um fato real: pagava-se! Os jornais introduziram tabelas fixas para salários, contemplando com valores substanciosos nomes de expressão no panorama político e literário. Isso desencadeou muito questionamento e crítica. Intelectuais bem-sucedidos, que também atuavam com sucesso na propaganda, especialmente Coelho Neto e Olavo Bilac, tornaram-se alvos preferenciais dos ataques.

Para Marisa Lajolo, em *A formação da leitura no Brasil* (1998), os dizeres de Lobato são exemplo da passagem de uma escrita dos “escolhidos” para uma escrita mensurável em valor de troca, o que é observado na carta de 07 de junho de 1909, a Rangel em *A barca de Gleyre* (Lobato, 1957, p.238-39):

Nada sei de Ricardo. Estará no *Comércio de S. Paulo*? Suspeitei-o, encontrando por acaso um número desse jornal em que vinham os clássicos e nunca assaz republicados *Elefantes* do Lecomte de Lisle da sua tradução e também o meu *Gens ennuyeux*, que entra assim na quarta edição em jornal. A mim não convidou para colaborar. Onde recebi convite foi da *Tribuna de Santos*, jornal cor de rosa que o Valdomiro Silveira dirige, e já mandei como pano de amostra uma coisa cruel contra o Hermes. Prometem pagar a colaboração logo que concluem lá umas reformas. É preciso que a literatura renda ao menos para o papel, a tinta e os selos. A primeira coisa paga que escrevi foram artigos sobre o Paraná, coisa de oitiva. Renderam-me 10\$000 cada, uma assinatura de *Reveu Philosophique* (33 francos), um Aristófanes completo e um belo canivete de madrepérola com saca-rolha. Não foi mau o negócio, e assim pilhemos tão alta remuneração para tudo quanto produzimos.

Tratando da profissionalização no meio jornalístico, Bahia (1954, p.108) demonstra que o trabalho assalariado e o sistema industrial são características da imprensa-empresa do século XX, pois “compreendem os editores de jornais e empresários gráficos que o âmbito restrito de um jornalismo mais literário e mais político já não atende às exigências da sociedade, de um país em transformação” o que obriga uns e outros a partir “na direção da melhor qualidade de seus produtos”. Essa presença no ramo jornalístico indica, também, a adequação do escritor a um veículo que passava a exigir mais que literatura para vender bem. A transformação da pauta desse jornalismo acabou confinando o literato às páginas das revistas, as quais passavam à especialização nesta ou naquela área de interesse do público.

Em relação a Lobato, o ano de 1914 marca-se pela aparição reconhecida num jornal de grande porte como *O Estado*, porém, não o surgimento de um literato a profissionalizar-se, pois que sua formação já vinha de anos se dando em outras folhas. O que acontece a partir de 1914 é a intensificação de um processo de participação no meio jornalístico de maior calibre tanto em número de leitores quanto em finanças. A compra da *Revista do Brasil*, em 1918, surgiria como a possibilidade de dizer tudo o que gostaria e como quisesse. Carmem Lúcia de Azevedo, Márcia Camargos e Vladimir Sacchetta, em *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia* (2006, p.119) comentam:

Nascida em setembro de 1915 como uma sociedade anônima formada por sessenta acionistas, na sua maioria intelectuais, políticos e jornalistas ligados ao grupo do *Estado*, a *Revista do Brasil* é lançada em janeiro do ano seguinte. “A vingança da peroba”, no terceiro número, marcou a estréia de Lobato no periódico, onde colabora com contos, artigos e críticas de artes plásticas.

Há algum tempo Lobato já se considerava um dos donos da *Revista*, conforme confessou, em tom de gracejo, ao amigo Rangel. Agora, com disponibilidade financeira, começava a pensar seriamente na hipótese.

Apesar dos conflitos entre o literato e o jornalista, Lobato não via os periódicos com ceticismo – mesmo porque considerar-se um dos donos é forte indício de uma presença de liderança no grupo, não de simples colaborador. Em 1918 efetiva a compra “através de escritura passada no 1º Tabelionato da capital, de Filinto Lopes”, e, apontam ainda, o valor do negócio

Azevedo, Camargos e Sacchetta (2006, p.120): “por cinco contos de réis Lobato adquiria o seu ativo — incluindo móveis, o estoque de exemplares e o título, avaliados em torno de três contos —, além de um passivo que girava por volta dos dezessete contos”. A cerca desse ambiente de negociações, afirma Sodré (1966, p.393-394):

A imprensa paulista vinha em grande desenvolvimento: a 2 de fevereiro de 1912, Plínio Barreto lançara a *Revista dos Tribunais*, quinzenário que logo conquistou prestígio; em 6 de março de 1914, Gelasio Pimenta punha em circulação *A Cigarra*, revista ilustrada; em 1915, começava a circular o escandaloso semanário de Benedito de Andrade, *O Parafuso*. Por essa altura, irritado com as queimadas dos caboclos nas fraldas da serra da Mantiqueira, que destruíam os capoeirões próximos de sua fazenda no Buquira, município de Caçapava, um fazendeiro enviou à seção “Queixas e Reclamações” do *Estado de São Paulo* o trabalho “Velha Praga”, a que o jornal, inteligentemente, deu destaque, publicando fora daquela seção. Assim estimulado é que o fazendeiro José Bento Monteiro Lobato foi enviando ao jornal o que tinha na gaveta e novas coisas que escrevia, contos e artigos, e o público se foi habituando a admirar o seu estilo fácil, correntio, simples, claro, muito diferente do dos escritores que colaboravam nas folhas da época. Quando deu por si, o fazendeiro estava em S. Paulo, “a dirigir a *Revista do Brasil*, a escrever e a editar livros, e sobretudo a revolucionar, sem pensar na coisa, a produção, comércio e distribuição de livros em todo o país. Na *Revista do Brasil*, realmente, Monteiro Lobato começa, preludia o movimento modernista.

Ainda em 1918, Lobato se envolvia com o problema do saneamento básico brasileiro. Ao se posicionar em mais uma causa nacional, o jornal *O Estado de S. Paulo* demonstrava sua capacidade de mobilização e influência no cenário sócio-político. A presença de Lobato, por sua vez, implicava algo semelhante. Viajando com a equipe de Artur Neiva, conferiu *in loco* o problema e sua pena era posta a favor da causa. Conforme escreve Edgar Cavalheiro, *Monteiro Lobato: vida e obra* (1955, p.235), “antes de findar o ano de 1918, são os artigos reunidos em volume, por decisão da ‘Sociedade Eugênica de São Paulo’ e da ‘Liga Pró-Saneamento do Brasil’”. Nas palavras de Azevedo, Camargos e Sacchetta (2006, p.102), “o escritor confundia-se com o jornalista, o homem de imprensa virava publicista, e ambos lançavam mão dos meios de

comunicação na época – o livro, o jornal e a revista – para tentar despertar a consciência social e criar novos padrões de comportamento coletivo”. Disso, chega-se à conclusão de que Lobato efetivamente tornara-se “um nome” no jornalismo da primeira metade do século XX, um nome que embora indique seu papel de jornalista, também indica um diferencial em relação à categoria profissional em franca ascendência.

Como várias vezes anunciara por cartas a Godofredo Rangel, o jornal havia propiciado a janela de que precisava para se transformar em escritor. Comandando a *Revista do Brasil*, está a um passo de editar a si mesmo, o que faz rapidamente nos anos de 1917 e 1918, respectivamente: (Azevedo; Camargos; Saccheta, 2006, p.122-124):

Com a experiência bem-sucedida de duas primeiras publicações autofinanciadas — *O Saci-Pererê: resultado de um inquérito* e *Urupês* — Lobato desenvolve ali mesmo, paralelamente ao comando da *Revista do Brasil*, o embrião de uma seção editora. Dado o êxito junto ao público — a primeira edição de *Urupês*, de mil exemplares, esgotara-se em surpreendente velocidade, assim como as três posteriores, consumidas com igual rapidez —, ele repete a experiência com outros autores. E, na contramão das práticas editoriais, prioriza os novatos, lançando gente praticamente desconhecida. “Naquele tempo, para alguém editar um livro tinha que possuir um destas qualidades: ser rico, ter prestígio junto a um medalhão, ou ser filho de pai ilustre”, explicaria mais tarde.

A figura de Monteiro Lobato envolvido com causas defendidas abertamente nas páginas do *Estado* não se contrapõem a práticas empresariais mais vigorosas. O que se explica também em relação ao *Estado*; para Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, em *O bravo matutino* (1980, p.26), o jornal insurgiu-se contra a tendência centralizadora da política brasileira desde sua fundação, dado que “em seu projeto político, fazia-se presente uma concepção de Estado que se fundava na teoria evolucionista, no princípio liberal de autonomia dos Estados e na experiência prática de alguns países, como, por exemplo, os Estados Unidos da América do Norte”.

Para Carlos Silva², em *O adiantado da hora* (1991, p.76), as relações com a imprensa americana se intensificaram nos anos 20. As datas são importantes para se compreender tanto a atuação da imprensa brasileira no cenário internacional, quanto o próprio contexto em que se inseria Lobato como ativo membro do grupo: “Do Primeiro Congresso Panamericano de Jornalistas, em maio de 1926 na cidade de Washington, participaram 14 representantes brasileiros”. Entre eles, nomeia o autor, “Gilberto Freyre, que representou o *Diário de Pernambuco*, Edgar Leuenroth, que compareceu por conta própria”. Embora Nestor Rangel Pestana, de *O Estado de S. Paulo*, Herbert Moses, de *O Globo*, não pudessem comparecer, não deixavam de se fazerem presentes, tanto por meio dos telegramas, quanto da aproximação que se dava de modo oficial entre os países. No caso do congresso, o ponto principal era “a ampla liberdade de imprensa”. No quadro de internacionalização, Monteiro Lobato seria peça chave para convencer o público jornalístico – produtores e leitores – dos benefícios dessa aproximação:

Entre intelectuais que exerciam a profissão jornalística de forma intermitente, mas que ainda assim tinham grande ascendência sobre a categoria e sobre a opinião pública, a maioria continuava contrária à influência dos americanos. Entre estes, Alceu Amoroso Lima, Antonio Torres e Agripino Grieco. Mas um passaria a defendê-la com entusiasmo crescente: Monteiro Lobato, que em 1927 foi nomeado adido comercial do Brasil em Nova York, onde morou por quatro anos e meio. “Sinto-me encantado com a América. O país que eu sonhava. Eficiência. Galope. Futuro. Ninguém andando de costas.” O poder de Lobato não deve ser medido apenas pela influencia que possa ter exercido sobre seus contemporâneos. É impossível contabilizar, mas não é desprezível, o que ele transmitiu ao longo das gerações seguintes de valores compatíveis com o modo de pensar americano a milhares de crianças que se tornariam jornalistas e responsáveis pelas redações dos mais importantes diários do país.

Para o pesquisador, Bahia e Sodré não haviam conseguido abarcar a realidade do contraste americano com o brasileiro, perdendo pontos fundamentais; “a importação de

² É importante ressaltar que não há homogeneidade na abordagem sobre a relação da imprensa americana com a brasileira. Para esse autor, por exemplo, a influência se dá muito mais pela política imperialista americana que por outros mecanismos de apropriação, como sugerem Bahia (1954) e Sodré (1966).

máquinas, a adoção de técnicas, a compra de serviços de agências, a incorporação de valores do jornalismo americano são todos sinais importantes de um desejo de fazer do jornal um negócio” em território nacional, contudo, “a falta de condições na economia local de sustentar essa vontade faz com que ela se frustrasse, embora alguns jornais consigam sobreviver”, dentre estes destacam-se o *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*: “A fragilidade dessa ‘aventura industrial’ até a segunda metade deste século é inquestionável” (1991, p.64).

O entusiasmo de Lobato com a América estaria em consonância com sua visão de mercado para a literatura. Cristiane Costa, em *Pena de aluguel* (2005, p.75), chega a afirmar que “Monteiro Lobato foi o primeiro escritor brasileiro a conceber a literatura como mercadoria. Não teve o menor pudor de enviar uma carta aos donos dessas casas comerciais propondo: quer vender também uma coisa chamada livro?”. Evidentemente, porém, conceber a literatura como produto não justificaria tão simplesmente a aproximação do escritor com o jornal. São, pois, as questões ideológicas, concepções de mundo no contexto das quais o mercado é um dos fatores, que fazem de Lobato um “sapo” permanente da lagoa do *Estado*. “Sapo de redação”, título que, atribuído aos partidários das idéias do jornal, poderia ser um nome mais chistoso, suave, para a presença intensa de personalidades fortemente atadas às concepções de sociedade e política do periódico.

É justamente a conjunção de funções, característica do momento vivenciado pelo jornalismo no Brasil, que permite ao escritor paulista fazer de seus textos publicados em jornais livros em que os artigos vinham a público organizados segundo critérios do próprio autor. Se isso tem a vantagem editorial e literária de registrar de modo mais pertinente a obra de um escritor, também contribui de modo relevante para se obscurecer o “jornalista” Monteiro Lobato. Reconhecido como tal, é a obra editada em livro, fruto da organização realizada como “obras completas” em 1947, que tem sido objeto de análises e demais pesquisas. O apagamento do “escritor de jornal” se deu pelo próprio autor que, apesar dos reveses vivenciados na busca de dar ao país riqueza das mais diversas formas, legou à posteridade um conjunto de textos por ele selecionados como representativos de sua produção, muitos dos quais retirados das páginas d’*O Estado* e reescritos pelo experiente autor e editor para suas obras “completas”.

Assim, como consequência imediata, o contato com o Lobato das folhas saídas do prelo e postas diariamente nas ruas apaga-se diante da figura do escritor de livros, obras cujos artigos “são” o que ele escreveu como jornalista. Textos, aliás, geralmente considerados como

prelúdios ou indícios do que viria a escrever como livro – e isso já merece um olhar mais atento. O Lobato de *Problema vital*, por exemplo, sem dúvida é um escritor muito mais cuidadoso, seja com a ortografia, seja com a exposição do tema, que o Lobato do jornal. Mas, voltar às páginas de *O Estado* e procurar o Lobato editado em meio às estreitas colunas de uma folha que, com doze páginas, era um “grande jornal” – em termos de material editado e expansão de vendas – é encontrar um contexto bem diverso daquele em que se deu a publicação dos artigos sobre saneamento, nas obras completas. Se é impossível reviver o contexto em que se dava a publicação dos textos, é possível, contudo, perceber o próprio jornal como contexto em que se efetivava a edição dos artigos de Lobato. Contexto importante para colocar em destaque o profissional da imprensa.

1.2. Um articulista na crítica de arte

Dentre os estudos sobre Lobato, é *Um jeca nos vernissages* (1995), de Tadeu Chiarelli, exemplo relevante de pesquisa voltada cuidadosamente aos artigos do escritor. Nele aborda-se o papel crítico de Lobato, demonstrando como sua produção voltava-se de modo coeso para a defesa de uma arte compreendida então como “nacional”. Nacionalismo que, por sua vez, para existir como “defesa”, pressupõe a existência de uma “desnacionalização” das artes no Brasil. Segundo Chiarelli, “na crônica ‘Uma palestra de arte’, publicada em novembro de 1920, Del Picchia tocou pela primeira vez no caso ‘Malfatti *versus* Lobato’, a propósito de uma exposição que a artista realizava na cidade”. Picchia destacava que neste artigo “ficara com uma má impressão da pintura de Malfatti, mesmo sem ter visitado a Mostra” (p. 25).

Ao escrever sobre o artigo de Lobato, o declarado modernista afirmaria que se tratava de um ataque aos “futuristas”, não especificamente a Malfatti. Tal colocação munia Mário de Andrade e demais representantes do Modernismo para desautorizarem Lobato como crítico, ainda que mesmo Picchia o reconhecesse como tal – impiedoso, injusto, cruel, iconoclasta, “mau pintor”, porém, crítico. Para Chiarelli, a *História do Modernismo Brasileiro*, de Mário da Silva Brito, demonstra como essa desautorização se cristalizou: “Brito sugere que o texto sobre a artista teria sido uma ‘tradução’ da opinião d’*O Estado* sobre as obras da artista, e não propriamente um juízo formulado a partir das reflexões do autor”. O que seria uma opinião desprovida do

conhecimento sobre as relações do escritor paulista com o jornal: “Brito começa a ampliar o processo de desautorização de Lobato como crítico, sem analisar detidamente o texto e, muito menos, as obras expostas por Malfatti e seus colegas, preferindo insinuar que Lobato, para escrever, teria sido guiado pelo ‘dedo’ do principal redator do jornal”, isto é, Nestor Pestana. Tal opinião desprezava deliberadamente a informação de que aquele texto não era a estréia de Lobato como crítico de arte, “não necessitando, portanto, que alguém lhe ditasse o que escrever sobre o assunto”. Afirma Chiarelli: “no final de 1917 Lobato já possuía um sistema de pensamento sobre arte devidamente consolidado para refletir sobre a mostra” (p.30-31).

Lobato, no início de sua inserção como intelectual no panorama brasileiro do século XX, apresentava-se como crítico engajado num projeto de arte brasileira, no qual o produto ou manifestação artística, para ser vista positivamente, deveria estar imbuída das proposições estéticas naturalistas e marcadas por um desejo de captação do ambiente local. O caráter militante e a linguagem original rompiam com o discurso extremamente formal do jornalismo de arte da época, significando uma ruptura no contexto cultural paulistano e abrindo um espaço de dissidência em relação ao *status quo*, “espaço este que nos anos 20 seria assumido pelos modernistas”. Acrescenta o autor: “por outro lado, suas propostas de arte nacional serviram de base para que o intelectual, aos poucos, expandisse sua visão para um projeto que retirasse o Brasil de seu atraso, impelindo-o a concentrar o interesse nas mais diversas áreas problemáticas do país” (p. 43).

Portanto, o projeto de arte de Lobato era engajado a uma causa maior, ao desenvolvimento brasileiro. Sua singularidade, segundo Chiarelli (p.93), brotaria mais do caráter de seu discurso que propriamente de idéias já anteriormente encontradas na crítica local. Com o intuito de entender essa crítica, o autor comenta como ela era posta a serviço de jornais como *O Estado*: “a crítica de serviço do *Estado*, com seu apoio à busca do nacional, marcou o posicionamento de um setor da burguesia paulistana em relação ao assunto, criando, inclusive, as condições para a eclosão da crítica nacionalista militante na segunda metade dos anos 10”. Com ênfase, o autor acrescenta:

Porém, a preocupação com o nacional no *Estado* não estava restrito apenas às artes plásticas. O jornal — forte opositor do governo estadual no início do século, como atesta Paulo Duarte — estendia seu interesse pelo nacional a outras áreas da cultura e do social, transformando-se, aos olhos de hoje, no maior

núcleo nacionalista existente em São Paulo nas primeiras décadas do século. Foi no *Estado*, por exemplo, que Waldomiro Silveira publicou contos regionais paulistanos entre 1900 e 1905.

Em 1912 era fundada “A Sociedade de Cultura Artística”, primeira associação paulistana fortemente marcada pela necessidade ética de valorizar o nacional, criada por jornalistas e intelectuais ligados ao *Estado*, entre eles, Amadeu Amaral, Arnaldo Vieira de Carvalho e Nestor Pestana. Essa sociedade organizava saraus lítero-musicais ligados ao culto da música brasileira. Sob sua orientação foram realizadas inúmeras palestras sobre temas nacionais como *idioma nacional*, *Gregório de Matos*, *arquitetura colonial brasileira*, etc., proferidas por intelectuais como Afonso Arinos, Amadeu Amaral e Plínio Barreto. É importante também lembrar de outra associação de caráter nacionalista, “surgida no âmbito da influência do *Estado*”, a “Liga Nacionalista”, criada em 1917, “a partir da ‘campanha patriótica’ desencadeada por Olavo Bilac no Brasil, motivada pela Primeira Guerra Mundial” (p. 94).

Seguindo como foco de análise o nacionalismo, Chiarelli (p.109) acaba retornando aos artigos de 1914, “Uma velha praga” e “Urupês”. Embora tomando aquele equivocadamente como primeiro artigo de Lobato, aponta no escritor um exemplo de profissionalização da escrita:

Se seu primeiro artigo foi imediatamente reproduzido em vários jornais brasileiros, “Urupês” já lhe concede um reconhecimento oficial junto à intelectualidade paulistana, com o convite para a conferência na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo. Em outra carta, comenta com Rangel que Pinheiro Jr. havia lhe dito que na redação do *Estado* todos eram unânimes em considerá-lo “novo na forma” e uma verdadeira “revelação” como articulista. Contava também que o jornal, assim que resolvesse certos problemas financeiros, pretendia contratá-lo como colaborador. Era o começo da profissionalização.

Com uma temática muito bem definida, a obra de Chiarelli (p.111) ainda é importante por apontar algumas questões do estilo lobatiano merecedoras de análise mais apurada. O autor relaciona seu reconhecimento no *Estado* tanto pelo que dizia quanto pelo modo de dizer:

Fazendeiro e intelectual, Lobato, resgatando o “verdadeiro” homem do campo, descrevendo-o como ele era na “realidade”, abria a possibilidade para o público pensar o Brasil e seus problemas por um ângulo até então inusitado.

Além de denúncias contundentes de alguns graves problemas brasileiros, Lobato trouxe em seus dois artigos uma linguagem, um modo de expressar seus pensamentos bastante diferente do discurso bem-comportado do *Estado*, que, por sua vez, era o discurso-padrão dos textos jornalísticos da época. Seu estilo, portanto, também surgia como uma novidade na cena intelectual, o que, como foi visto, contribuiu para o reconhecimento quase que imediato de seu autor pelos intelectuais ligados ao *Estado*. Mesclando frases longas a frases curtas, buscando e abusando de metáforas criadas a partir de sua experiência como fazendeiro e entremeando ao texto frases e/ou parágrafos extremamente irônicos – até perversos –, Lobato conseguiu com maior eficácia chamar a atenção do leitor sobre a situação nada romântica do trabalhador do campo.

Segundo o autor, Lobato, colaborando n’*O Estado* e em outros periódicos, levava para a insossa linguagem jornalística uma outra, “vibrante de significações potenciais, estruturada (mas não calcada) em padrões de linguagem de Machado, Camilo e outros escritores que lhe eram caros”. Seu caráter de “novo na forma”, definido pelo grupo d’*O Estado* seria proveniente disso. “Ele era novo na forma do jornalismo, de fato, porque não se utilizava de estilemas lingüísticos próprios da imprensa, tratando de seu texto como um espaço de criação original, sabendo dosar à objetividade desejada para um artigo de imprensa, a criatividade formal que se esperava de uma peça literária”. Apesar de pensar o escritor como intelectual “compelido” pelo sucesso dos artigos de 1914 a aceitar o papel de escritor, fato questionável para alguém de tanto interesse na vitrine-jornal, o autor é ciente das influências literárias do escritor, afirmando que este não se adequava ao discurso padrão da época. “Utilizando-se criativamente da agilidade e da ironia apreendida em seus autores prediletos, e acoplando a elas um ímpeto original na escolha e no tratamento dos assuntos sobre os quais escrevia”, Lobato quebrava a placidez da imprensa da época e impressionava “não apenas os intelectuais do Estado, mas, como será visto, grande parte do público leitor paulistano e brasileiro” (p. 127).

Chiarelli, pois, apreende nos artigos do escritor um projeto de Brasil, porém, mantém a idéia de certo posicionamento mais radical de Lobato na imprensa. Ainda que não possa ser

apontada como idealização, é fato que a imagem do intelectual revelado pelo engajamento espontâneo por meio de um artigo escrito no “calor da hora” perpassa tanto o texto de *Um Jeca nos vernissages* quanto a de outros estudos cujo objetivo seja abordar os artigos de Lobato. Diante desse quadro, perde-se a dimensão de integração do escritor com um grupo como o d’*O Estado*, quando não correndo o risco de reduzir o papel daquele a um funcionalismo empresarial interpretado de forma contrastante com os relatos do próprio Lobato. É o caso de *Pena de aluguel* (2005, p.73), quando a autora afirma que “em 1917, Lobato vendeu a fazenda e se mudou para São Paulo. No ano seguinte, o ‘sapo’ alcançaria altos cargos no *Estado* por pura obra do acaso”. Em que pese o pitoresco do caso, Lobato não alcançaria “altos cargos” simplesmente porque as relações apontadas em seus registros e também nas correspondências dos interlocutores demonstram um grupo unido em função de ideais para os quais a questão do mercado era apenas uma face, não necessariamente a dominante. Lobato não alcançou um cargo durante a gripe espanhola que derrubava o alto comando, exerceu apenas individualmente o papel que os “sapos” exerciam diariamente em conjunto. A respeito dessa integração, escreve Ênio Passiani, em *Na trilha do Jeca* (2003, p.129-30):

A nova investida de Lobato, em julho de 1918, foi o lançamento de *Urupês*, oficialmente seu primeiro livro, uma vez que o inquérito sobre o saci não trazia o seu nome. No livro, o autor reúne, além dos bombásticos artigos “Urupês” e “Velha Praga”, contos que em sua maior parte já havia publicado na *Revista do Brasil*. A estratégia de Lobato em relação ao seu primeiro livro revela a sagacidade do escritor-editor. Primeiro, na escolha do título. Inicialmente havia pensado em batizar a obra de “Dez mortes trágicas”, mas, segundo seu biógrafo Edgar Cavalheiro, Artur Neiva, chefe do Serviço Sanitário do Estado, sugere a mudança para “Urupês”, título do artigo no qual traçara o retrato do Jeca. Lobato aceita imediatamente o conselho. E por razões óbvias: em termos literários, foi justamente esse artigo que abriu as portas do campo para Monteiro Lobato e tornou-o mais conhecido no ambiente intelectual da Paulicéia. Portanto, o título do livro constituía um poderoso chamariz para os possíveis leitores. Segundo, a inclusão dos artigos anteriormente publicados n’*O Estado*: ora, se os prováveis leitores não conheciam o Lobato-contista, já conheciam o (ou pelo menos já haviam ouvido falar do) Lobato-articulista, polêmico e

contundente nas suas opiniões, o que funcionava como um atrativo a mais para o livro.

Passiani ainda oferece reflexão acertada sobre a escrita de Lobato e o veículo em que ela se dava: “como escrevi, em algumas linhas anteriores, a vida como fazendeiro acabou por trazer uma ressonância literária mais ou menos inesperada. Mais ou menos porque a reação de Lobato, travestida sob a forma do Jeca Tatu, não representava apenas a reação individual dele”, ou seja, Lobato representava todo um setor consideravelmente importante da sociedade paulista, a oligarquia rural em crise. “O fato de agir despropositadamente como porta-voz de parcela da aristocracia rural de São Paulo é também um fator a ser levado em conta no sucesso da recepção dos dois artigos já referidos”, afinal, “é por ser representante de todo um conjunto social específico que Lobato foi tão bem aceito nas páginas d’*O Estado*, e não devido apenas ao seu ‘talento’ literário” (2003, p.122-23).

Mais importante, porém, que as deduções a respeito do relacionamento de Lobato com a imprensa, ainda que sejam fundamentadas nos relatos do autor, são as leituras possíveis do fazer jornalístico propiciadas pelo conjunto de artigos. No entanto, para esse tipo de análise, é preciso pensar, também, como o jornalismo se coloca na complexa rede de relações característica da grande empresa: público, finanças, governo, política. Para Juvenal Zanchetta, em *Imprensa, escrita e telejornal* (2004, p.12), “credibilidade é uma das palavras centrais para a imprensa. Para que um veículo de imprensa se consolide, é fundamental que ele seja respeitado pelo público que pretende atingir”. Isso explica o prestígio de *O Estado* em situações tensas com a política das primeiras décadas republicanas: perdiam-se assinaturas, mas ganhava-se espaço como jornal “imparcial”. O autor também comenta (2004, p.43-44) a relação da literatura com o texto jornalístico, apontando a crônica como o texto por excelência fruto dessa combinação:

A influência da literatura no perfil do texto jornalístico foi significativa. O teor opinativo permaneceu, às vezes incisivo, mas tornou-se menos desabrido. Aos poucos, a opinião deu lugar à informação comentada, sobretudo do cotidiano da política e da vida urbana, das necessidades de modernização ou adequação das instituições a tal ou qual corrente ideológica. Ganhavam espaço as novidades da política, os jornais e correspondências que chegavam de navio (paquetes) da Europa e, mais tarde, dos EUA, as informações e opiniões de

outros periódicos nacionais, da própria Corte ou de outras cidades eram comentados com detalhe e alinhavados sob a forma da crônica, um gênero textual que permitia combinar a freqüente fragmentação da informação disponível e a atualização contínua dos acontecimentos por meio do encadeamento cronológico. O correio era lento, a informação que chegava pelos navios era intermitente, a rede telegráfica ainda precária trazia notícias curtíssimas e muitas vezes truncadas, dificultando a compreensão das situações noticiadas.

Mas a modernização do veículo, bem como o contato com um modelo empresarial bem sucedido e no vigor de sua atuação, o americano, levava a imprensa brasileira a um caminho sem volta quanto à concepção do fazer jornalístico. Isso, agregado à defesa da república pelo viés cientificista, corresponde ao ataque direto às concepções mais literárias de se escrever para o jornal. Em um manual de jornalismo como o de Natalício Norberto, *Técnicas e princípios do jornalismo moderno* (1959, p.17), apresenta-se uma concepção de jornalista já distanciada razoavelmente do intelectual do entre-séculos: “o repórter é o jornalista na acepção do termo. É o homem-base da informação; o sujeito que persegue e obtém as notícias e as transmite ao leitor. Faro da notícia, precisão, brevidade”.

Uma vez que a materialidade do objeto mantém estreita relação com o texto que comporta, o leitor do jornal não comprava “o Serva” ou “o Lobato”. Ele adquiria na banca *O Estado* em que autores e obra dialogam intensamente trazendo uma leitura do mundo ao homem paulista e, por extensão, brasileiro.

Para Chartier, em “O mundo como representação” (1991, p.178), os leitores “não se confrontam nunca com textos abstratos ideais, separados de toda materialidade: manejam objetos cujas organizações comandam sua leitura, sua apreensão e compreensão partindo do texto lido”. Contrariando uma definição “puramente” semântica do texto, o lingüista afirma que é “preciso considerar que as formas produzem sentido, e que um texto estável na sua literariedade investe-se de uma significação e de um estatuto inéditos quando mudam os dispositivos do objeto tipográfico que o propõem à leitura”. Assim, ler os artigos de Lobato no contexto das páginas de *O Estado* oferece outra fonte de abordagem, uma vez que, como afirma Chartier (1991, p.186), “os dispositivos formais – textuais ou materiais – inscrevem em suas próprias estruturas as expectativas e as competências do público a que visam organizando-se portanto a partir de uma

representação da diferenciação social”; além disso, “as obras e os objetos produzem sua área social de recepção, muito mais do que as divisões cristalizadas ou prévias o fazem” .

É preciso encontrar um Lobato que permanece nas páginas dos jornais. Isso para que se encontrem muitos outros registrados, sugeridos ou obscurecidos nas rotativas famintas de um *Estado* imbuído de dar ao Estado os melhores caminhos para a nação – paulista e brasileira.

1.3. Os artigos de Monteiro Lobato, apresentação e cotejo

A fim de se compreender a dimensão das alterações posteriormente realizadas nos textos publicados no *Estado* entre 1913 e 1923, o cotejo entre os artigos publicados em jornal e a versão das obras completas ainda em circulação pode elucidar alguns pontos a respeito da produção lobatiana para jornal. Para este trabalho, foram usados os livros da 9ª edição, de 1957, da Editora Brasiliense. Na impossibilidade momentânea de se rastrear as modificações ocorridas em cada artigo – lembrando que o mesmo texto possivelmente foi publicado em periódicos diversos – o intuito recai sobre questões específicas das escolhas do escritor quanto a cortes ou alterações realizadas por ocasião das obras completas.

Mesmo com a consulta das edições de *A Província de S. Paulo*, título d’*O Estado* até a proclamação da República, e das edições anteriores a 1913 de *O Estado*, a leitura dos jornais bem como a indicação da bibliografia especializada³ apontaram este ano como o momento em que Lobato inaugura sua participação como articulista com o artigo “Entre duas crises” (30/10/1913). Na tabela a seguir, registram-se os títulos, as datas e a página⁴ dos 45 artigos encontrados:

Título	Data	Número(s) da(s) página(s)
1. Entre duas crises	30/10/1913	03
2. Uma velha praga	12/11/1914	03
3. Urupês	23/12/1914	06

³ A informação aparece somente em *Monteiro Lobato – furacão na Botocúndia* (2006).

⁴ Para melhor localização do texto.

4. A caricatura no Brasil I	27/01/1915	04
5. A caricatura no Brasil II	28/01/1915	05
6. Como se formam lendas	16/02/1915	04 e 05
7. A hostefagia	11/04/1915	04
8. O “problema nacional”	26/05/1915	03 e 04
9. A propósito de Wash Rodrigues	09/01/1916	05
10. A conquista do nitrogênio	15/01/1916	03
11. Pensionamento dos artistas	16/01/1916	03
12. Cidades mortas	29/02/1916	03 e 04
13. Os subprodutos do café	29/11/1916	03 e 04
14. O aproveitamento integral da laranja	13/12/1916	03
15. A estátua do patriarca	25/12/1916	10
16. A grande oficina-escola (I)	01/01/1917	04
17. A grande oficina-escola: a exposição anual (II)	05/01/1917	04
18. A criação do estilo (III)	06/01/1917	05
19. A questão do estilo	25/01/1917	03
20. O saci	05/12/1917	03
21. A questão do estilo	11/02/1917	03
22. O problema do trigo no Brasil	07/04/1917	02
23. Saneamento do Brasil: A ação de Oswaldo Cruz (I)	18/03/1918	03
24. Saneamento do Brasil: 20 milhões de opilados (II)	19/03/1918	04
25. Saneamento do Brasil: Três milhões de papudos e idiotas (III)	20/03/1918	03
26. Saneamento do Brasil: Doze milhões de impaludados (IV)	21/03/1918	04
27. Saneamento do Brasil: Diagnóstico (V)	22/03/1918	03

28. Saneamento do Brasil: Reflexos morais (VI)	23/03/1918	03 e 04
29. Problema do saneamento: Primeiro passo	05/04/1918	03
30. O saneamento: “Déficit” econômico, função do “déficit” de saúde	07/04/1918	03
31. O problema do saneamento: Um fato	12/04/1918	03
32. A fraude bromatológica	14/04/1918	03
33. Rondônia: Visão do futuro e visão do passado (I)	19/04/1918	03
34. Rondônia (II)	23/04/1918	03
35. O problema do saneamento: Início da ação (I)	12/05/1918	03
36. O problema do saneamento: Iguape (II)	15/05/1918	03
37. Saneamento e higiene: As novas possibilidades das zonas cálidas	03/06/1918	04
38. Exposição Georgina – Lucílio de Albuquerque	25/02/1919	03
39. A revolução do ensino	18/11/1920	04
40. Estradas	02/04/1921	03
41. O cinema científico	26/05/1921	03
42. Um grande artista	16/11/1921	04
43. O teatro brasileiro	14/10/1922	03
44. Oswaldo Teixeira (pintura)	18/05/1923	04
45. A futura essem do sertão	06/06/1923	03

Tabela I

É importante lembrar que as datas revelam a periodicidade relativa à presença de Lobato na edição matutina de *O Estado* – a “oficial”. Deduzir, pois, que o autor vinha a público somente nas datas apontadas pode levar à conclusão de que Lobato mantinha uma produção com ritmo

muito variável: fato que exige outros estudos, como por exemplo, acompanhar a publicação desses mesmos artigos entre os periódicos com os quais o escritor contribuía à época. “Paranóia ou mistificação – a propósito da exposição Malfatti”, publicado em 20 de dezembro de 1917 não compõem o corpus de análise deste trabalho. Contudo, a frequência de contribuição do escritor n’*O Estado*, entre outros elementos, aponta a necessidade de pesquisas que cotejem a produção lobatiana na edição vespertina do jornal, o conhecido “Estadinho”, com a matutina. Isso certamente contribuiria para a compreensão de muitos dados aqui levantados. Ainda como exemplo, pode-se levantar a hipótese, no caso da acirrada contribuição de 1918, que Lobato também se fizera amplamente conhecido pela polêmica com Anita Malfatti e os modernistas, de modo geral, no ano anterior. O desencontro histórico entre Lobato e os modernistas comentado por Lajolo⁵ (2000, p.27) pode ter lançado mais luz sobre a assinatura “Monteiro Lobato” como elemento de instigação ao leitor de *O Estado*.

Observa-se pela localização que os artigos situam-se entre as páginas 02 e 05, isto é, no “miolo” do jornal; nunca na primeira página – geralmente dedicada a relatos sobre problemas políticos de dimensão nacional ou internacional, nem passando da quinta, pois que as posteriores eram voltadas para os anúncios das demais publicações comerciais. Oscilando entre 12 a 16 páginas, o jornal mantinha a configuração básica por meio dessa divisão. As estreitas colunas, regularmente oito, eram preenchidas conforme a necessidade sem muito cuidado para com os olhos dos leitores. Por vezes, uma notícia iniciada no meio de uma coluna passava à outra, inserindo-se entre anúncios publicitários, apresentação certamente habitual para o leitor que tinha n’*O Estado* um dos melhores jornais em circulação.

A seguir, procura-se quantificar a produção do escritor em cada ano, apontando os livros das obras completas em que o artigo aparece publicado a partir de 1947:

⁵ “De um ponto de vista oposto ao de Monteiro Lobato, outro jovem – Oswald de Andrade – em outro jornal (o *Jornal do Comércio*) elogia o modernismo de Anita. Foi o que bastou: esse desencontro de opiniões explica as relações de ignorância e de desconfiança mútuas que entre si mativeram, de um lado, a turma de Oswald, líder do modernismo paulista de 22 e, de outro, Monteiro Lobato, da turma do eu sozinho nos explosivos arredores da Semana de Arte Moderna” (Lajolo, 2000, p.27).

Título	Data	Livro das obras completas e data de publicação
Entre duas crises	30/10/1913	Não publicado.
Subtotal – 01		
Uma velha praga	12/11/1914	<i>Urupês</i> (1918)
Urupês	23/12/1914	<i>Urupês</i> (1918)
Subtotal – 02		
A caricatura no Brasil I	27/01/1915	<i>Idéias de Jeca Tatu</i> (1919)
A caricatura no Brasil II	28/01/1915	<i>Idéias de Jeca Tatu</i> (1919)
Como se formam lendas	16/02/1915	<i>Idéias de Jeca Tatu</i> (1919)
A hostefagia	11/04/1915	<i>Idéias de Jeca Tatu</i> (1919)
O “problema nacional”	26/05/1915	Não publicado
Subtotal – 05		
A propósito de Washt Rodrigues	09/01/1916	<i>Idéias de Jeca Tatu</i> (1919)
A conquista do nitrogênio	15/01/1916	<i>Idéias de Jeca Tatu</i> (1919)
Pensionamento dos artistas	16/01/1916	<i>Idéias de Jeca Tatu</i> (1919)
Cidades mortas	29/02/1916	<i>Cidades mortas</i> (1919)
Os subprodutos do café	29/11/1916	Não publicado
O aproveitamento integral da laranja	13/12/1916	Não publicado
A estátua do patriarca	25/12/1916	<i>Idéias de Jeca Tatu</i> (1919)
Subtotal – 06		

A grande oficina-escola (I)	01/01/1917	Não publicado
A grande oficina-escola: a exposição anual (II)	05/01/1917	Não publicado
A criação do estilo (III)	06/01/1917	<i>Idéias de Jeca Tatu</i> (1919)
A questão do estilo	25/01/1917	<i>Idéias de Jeca Tatu</i> (1919)
O saci	05/12/1917	<i>Idéias de Jeca Tatu</i> (1919)
A questão do estilo	11/02/1917	<i>Idéias de Jeca Tatu</i> (1919)
O problema do trigo no Brasil	07/04/1917	Não publicado
Subtotal – 07		
Saneamento do Brasil: A ação de Oswaldo Cruz (I)	18/03/1918	<i>O problema vital</i> (1918)
Saneamento do Brasil: 20 milhões de opilados (II)	19/03/1918	<i>O problema vital</i> (1918)
Saneamento do Brasil: Três milhões de papudos e idiotas (III)	20/03/1918	<i>O problema vital</i> (1918)
Saneamento do Brasil: Doze milhões de impaludados (IV)	21/03/1918	<i>O problema vital</i> (1918)
Saneamento do Brasil: Diagnóstico (V)	22/03/1918	<i>O problema vital</i> (1918)
Saneamento do Brasil: Reflexos morais (VI)	23/03/1918	<i>O problema vital</i> (1918)
Problema do saneamento: Primeiro passo	05/04/1918	<i>O problema vital</i> (1918)
O saneamento: “Déficit” econômico, função do “déficit” de saúde	07/04/1918	<i>O problema vital</i> (1918)
O problema do saneamento: Um fato	12/04/1918	<i>O problema vital</i> (1918)
A fraude bromatológica	14/04/1918	<i>O problema vital</i> (1918)
Rondônia: Visão do futuro e visão do passado (I)	19/04/1918	<i>Idéias de Jeca Tatu</i> (1919)

Rondônia (II)	23/04/1918	<i>Idéias de Jeca Tatu</i> (1919)
O problema do saneamento: Início da ação (I)	12/05/1918	<i>O problema vital</i> (1918)
O problema do saneamento: Iguape (II)	15/05/1918	<i>O problema vital</i> (1918)
Saneamento e higiene: As novas possibilidades das zonas cálidas	03/06/1918	<i>O problema vital</i> (1918)
Subtotal – 15		
Exposição Georgina – Lucílio de Albuquerque	25/02/1919	<i>Conferências, artigos e crônicas</i> (póstuma)
Subtotal – 01		
A revolução do ensino	18/11/1920	Não publicado
Subtotal – 01		
Estradas	02/04/1921	Não publicado
O cinema científico	26/05/1921	<i>Idéias de Jeca Tatu</i> (1919)
Um grande artista	16/11/1921	<i>Idéias de Jeca Tatu</i> (1919)
Subtotal – 03		
O teatro brasileiro	14/10/1922	<i>Conferências, artigos e crônicas</i> (póstuma)
Subtotal – 01		
Oswaldo Teixeira (pintura)	18/05/1923	Não publicado
A futura essem do sertão	06/06/1923	Não publicado
Subtotal – 02		

Tabela II

Como se nota, a produção dos artigos cresce de modo exponencial entre 1913 e 1918. Da presença única de “Entre duas crises” de 1913, tem-se em 1918 a ostensiva campanha sanitária empreendida pelo *Estado* na qual Lobato atuou de forma marcante – os quinze artigos publicados ao longo do ano permitiram enfeixá-los tanto no livro *O problema vital* quanto, como atestaria o próprio escritor, ver seus textos comentados e republicados nos mais diversos periódicos do país.

Pela comparação das datas dos artigos com as obras completas, nota-se que alguns textos foram posteriormente agregados aos livros da coletânea – os artigos de 1921 aparecem em *Idéias de Jeca Tatu* (1919) na edição atualmente em circulação. O que não invalida a hipótese de ter sido primeiramente publicado em livro e posteriormente em jornal, embora este não fosse o caminho mais comum dos artigos de Lobato. Ao se refinar a tabela, percebe-se que dos 44 textos, 11 não foram publicados em livro:

Título	Data
Entre duas crises	30/10/1913
O “problema nacional”	26/05/1915
Os subprodutos do café	29/11/1916
O aproveitamento integral da laranja	13/12/1916
A grande oficina-escola (I)	01/01/1917
A grande oficina-escola: a exposição anual (II)	05/01/1917
O problema do trigo no Brasil	07/04/1917
A revolução do ensino	18/11/1920
Estradas	02/04/1921
Oswaldo Teixeira (pintura)	18/05/1923
A futura essem do sertão	06/06/1923

Tabela III

Do total do conjunto, destacam-se mais uma vez os textos de 1918, os quais foram integralmente aproveitados em publicações posteriores. Se isso se deve ao sucesso da campanha e do mercado editorial em que Lobato se encontrava, não se pode deixar de notar que os textos de *O problema vital*, livro do mesmo ano da série sobre saneamento e saúde estampada n’*O Estado*,

incorporou o calor da hora e veio a público como “resultado” do trabalho investigativo empreendido pelos intelectuais – principalmente Lobato – envolvidos na campanha sanitária.

Quanto aos temas, os artigos podem ser assim categorizados:

Título	Data	Tema (assunto principal do texto)
1913		
Entre duas crises	30/10/1913	Economia (café).
1914		
Uma velha praga	12/11/1914	Queimada.
Urupês	23/12/1914	Homem do campo.
1915		
A caricatura no Brasil I	27/01/1915	Arte.
A caricatura no Brasil II	28/01/1915	Arte.
Como se formam lendas	16/02/1915	Arte.
A hostefagia	11/04/1915	Guerra.
O “problema nacional”	26/05/1915	Economia.
1916		
A propósito de Washt Rodrigues	09/01/1916	Arte.
A conquista do nitrogênio	15/01/1916	Ciência.
Pensionamento dos artistas	16/01/1916	Arte.

Cidades mortas	29/02/1916	Sociedade.
Os subprodutos do café	29/11/1916	Ciência.
O aproveitamento integral da laranja	13/12/1916	Ciência.
A estátua do patriarca	26/12/1916	Personalidade.
1917		
A grande oficina-escola (I)	01/01/1917	Educação.
A grande oficina-escola: a exposição anual (II)	05/01/1917	Educação.
A criação do estilo (III)	06/01/1917	Educação.
A questão do estilo	25/01/1917	Arte.
O saci	05/12/1917	Arte.
A questão do estilo	11/02/1917	Arte
O problema do trigo no Brasil	07/04/1917	Economia.
1918		
Saneamento do Brasil: A ação de Oswaldo Cruz (I)	18/03/1918	Saúde pública.
Saneamento do Brasil: 20 milhões de opilados (II)	19/03/1918	Saúde pública.
Saneamento do Brasil: Três milhões de papudos e idiotas (III)	20/03/1918	Saúde pública.
Saneamento do Brasil: Doze milhões de impaludados (IV)	21/03/1918	Saúde pública.
Saneamento do Brasil: Diagnóstico (V)	22/03/1918	Saúde pública.
Saneamento do Brasil: Reflexos morais (VI)	23/03/1918	Saúde pública.
Problema do saneamento: Primeiro passo	05/04/1918	Saúde pública.
O saneamento: “Déficit” econômico, função	07/04/1918	Saúde pública.

do “déficit” de saúde		
O problema do saneamento: Um fato	12/04/1918	Saúde pública.
A fraude bromatológica	14/04/1918	Saúde pública.
Rondônia: Visão do futuro e visão do passado (I)	19/04/1918	Literatura.
Rondônia (II)	23/04/1918	Literatura.
O problema do saneamento: Início da ação (I)	12/05/1918	Saúde pública.
O problema do saneamento: Iguape (II)	15/05/1918	Saúde pública.
Saneamento e higiene: As novas possibilidades das zonas cálidas	03/06/1918	Saúde pública.
1919		
Exposição Georgina – Lucílio de Albuquerque	25/02/1919	Arte.
1920		
A revolução do ensino	18/11/1920	Educação.
1921		
Estradas	02/04/1921	Estradas.
O cinema científico	26/05/1921	Arte.
Um grande artista	16/11/1921	Arte.
1922		
O teatro brasileiro	14/10/1922	Arte.

1923		
Oswaldo Teixeira (pintura)	18/05/1923	Arte.
A futura essem do sertão	06/06/1923	Economia.

Tabela IV

O problema de definir os temas: a tentativa de categorização sobre “o que escrevia Lobato” leva ao impasse da produção lobatiana como um todo n’*O Estado*. “Uma velha praga” trata de sociedade? De economia? Ou de representação do homem brasileiro? O tema central é realmente a queimada, ou apenas o mote para expor as inumeráveis pragas do Brasil? Ou se quer apenas tratar de uma praga, o caboclo ignorante francamente oposto à imagem do homem festejado como ideal no país ideal?

A proposta de se definir do que tratam os textos de Lobato falha à medida que eles dialogam com temas recorrentes, reiterados ao longo de toda produção, mesmo quando o autor se debruça sobre algo aparentemente tão ameno como a caricatura. O atraso brasileiro em relação aos países desenvolvidos, a ausência de iniciativas para alçar o Brasil a um estado de desenvolvimento requerido tanto por Lobato quanto por aqueles que compartilhavam desse ideário em *O Estado*, constituem o assunto que perpassa e permanece no conjunto.

Depreender o discurso sanitarista da série publicada em *O problema vital* (1918) é tarefa sem qualquer dificuldade para o leitor de hoje, e possivelmente o fora ao leitor de 1918; mas, um texto como “Os subprodutos do café” (29/11/1016) coloca em xeque qualquer categorização mais simplista: abordam-se questões econômicas por meio da ciência? Ou a ciência é abordada sobre uma visão econômica? Busca-se a valorização do saber científico? Ou é crítica implícita ao ensino de cunho bacharelesco no Brasil?

O mesmo se dá com “O teatro brasileiro” (14/10/1922) – entre a crítica ao modo de fazer teatro e a viabilidade econômica, o leitor depara com um texto otimista em relação ao teatro nacional. Otimismo que se dá pela via da projeção de uma arte para todos, a preço baixo, com qualidade e, sobretudo, visceralmente nacional. É Arte ou Economia? Sociedade ou Educação das

massas? Tudo converge para um ponto: dar caminhos para um Brasil construído nos textos de Lobato e dos demais companheiros d’*O Estado*.

Assim, de modo geral, a categorização proposta apenas aponta de forma precária aquilo que se pode apreender superficialmente como assunto central do texto. Em outros termos, podem ser vistos como temas geradores os quais Lobato toma para conduzir o leitor por outras perspectivas, ainda que se tenha à frente um texto ainda menos pretensioso como “O saci” (05/12/1917), o qual, no seu contexto, equivale nada menos a uma proposta brasileira para a arte brasileira – o intuito do escritor parece contar justamente com a “leveza” do tema para cooptar as mentes a seu favor.

Quanto ao cotejo dos textos publicados em jornal e as edições das obras completas, há alterações de vocábulos e estruturas frasais em todo o conjunto de artigos transpostos aos livros. Porém, para o leitor atual seria muito arriscado afirmar, por exemplo, que este ou aquele vocábulo foi substituído por ser mais acessível ao leitor do jornal ou do livro da época. Além disso, são os cortes ou acréscimos de trechos que oferecem material mais rico para a observação da relação do escritor com o texto em circulação em *O Estado*.

Para melhor compreensão do tipo de alteração realizada em cada artigo, a tabela a seguir mostra sumariamente as diferenças mais importantes entre as versões dos mesmos textos:

Texto no jornal	Texto em livro	Modificação
1914		
Uma velha praga (12/11/1914)	Velha praga – <i>Urupês</i>	No jornal, o texto apresenta mais sete parágrafos a partir do ponto em que é concluído na edição em livro.
Urupês (23/12/1914)	Urupês – <i>Urupês</i>	Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos

		cortes e acréscimos no texto em livro.
1915		
A caricatura no Brasil I (27/01/1915)	A caricatura no Brasil – <i>Idéias de Jeca Tatu</i>	O segundo texto é bem mais sintético na fusão, em livro.
A caricatura no Brasil II (28/01/1915)		
Como se formam lendas (16/02/1915)	Como se formam lendas – <i>Idéias de Jeca Tatu</i>	Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos cortes e acréscimos para o texto em livro. Supressão de um parágrafo no texto em livro.
A hostefagia (11/04/1915)	A hostefagia – <i>Idéias de Jeca Tatu</i>	Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos cortes e acréscimos no texto em livro.
1916		
A propósito de Wash Rodrigues (09/01/1916)	Estética oficial – <i>Idéias de Jeca Tatu</i>	O texto do jornal compõe a primeira parte do texto em

		livro, intitulado “Estética oficial”.
A conquista do nitrogênio (15/01/1916)	A conquista do azoto – <i>Idéias de Jeca Tatu</i>	Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos cortes e acréscimos no texto em livro.
Pensionamento dos artistas (16/01/1916)	Estética oficial – <i>Idéias de Jeca Tatu</i>	O texto do jornal compõe a segunda parte do texto em livro, intitulado “Estética oficial”. Pelo menos nove parágrafos da parte final do texto do jornal não foram aproveitados para publicação nas obras completas.
Cidades mortas (29/02/1916)	Cidades mortas – <i>Cidades mortas</i>	Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos cortes e acréscimos no texto em livro.
A estátua do patriarca (26/12/1916)		Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos cortes e acréscimos no texto em livro.

1917		
A criação do estilo (III) (06/01/1917)	A criação do estilo – <i>Idéias de Jeca Tatu</i>	Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos cortes e acréscimos no texto em livro.
A questão do estilo (25/01/1917)	A questão do estilo – <i>Idéias de Jeca Tatu</i>	Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos cortes e acréscimos no texto em livro.
O saci (05/12/1917)	O saci – <i>Idéias de Jeca Tatu</i>	Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos cortes e acréscimos no texto em livro.
A questão do estilo (11/02/1917)	Ainda o estilo – <i>Idéias de Jeca Tatu</i>	Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos cortes e acréscimos no texto em livro.

1918		
Saneamento do Brasil: Ação de Oswaldo Cruz (I) (18/03/1918)	Ação de Oswaldo Cruz – <i>Problema vital</i> ⁶	Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos cortes e acréscimos no texto em livro.
Saneamento do Brasil: 20 milhões de opilados (II) (19/03/1918)	Dezessete milhões de opilados – <i>Problema vital</i>	Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos cortes e acréscimos no texto em livro.
Saneamento do Brasil: Três milhões de papudos e idiotas (III) (20/03/1918)	Três milhões de idiotas – Dez milhões de impaludados – <i>Problema vital</i>	Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos cortes e acréscimos para o texto em livro.
Saneamento do Brasil: Doze milhões de impaludados (IV) (21/03/1918)	Dez milhões de impaludados – <i>Problema vital</i>	Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos cortes e acréscimos no texto em livro.

⁶ Título da primeira edição (1918) – *O problema vital*; nas obras completas é *Problema vital* (1957).

Saneamento do Brasil: Diagnóstico (V) (22/03/1918)	Diagnóstico – <i>Problema vital</i>	Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos cortes e acréscimos no texto em livro.
Saneamento do Brasil: Reflexos morais (VI) (23/03/1918)	Reflexos morais – <i>Problema vital</i>	Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos cortes e acréscimos no texto em livro.
Problema do saneamento: Primeiro passo (05/04/1918)	Primeiro passo – <i>Problema vital</i>	Na série sobre saneamento, é o texto que apresenta maior trecho suprimido na publicação em livro.
O saneamento: “Déficit” econômico, função do “déficit” de saúde (07/04/1918)	Déficit econômico, função do déficit da saúde – <i>Problema vital</i>	Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos cortes e acréscimos no texto em livro.
O problema do saneamento: Um fato (12/04/1918)	Um fato – <i>Problema vital</i>	Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos cortes e acréscimos no texto

		em livro.
A fraude bromatológica (14/04/1918)	A fraude bromatológica – <i>Problema vital</i>	Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos cortes e acréscimos no texto em livro.
Rondônia: Visão do futuro e visão do passado (I) (19/04/1918)	Rondônia – <i>Idéias de Jeca Tatu</i>	Na publicação em livro, os artigos originais formam um só texto, cuja maior alteração é o corte de um trecho final do segundo.
Rondônia (II) (23/04/1918)		
O problema do saneamento: Início da ação (I) (12/05/1918)	Início de ação – <i>Problema vital</i>	Na edição em livro, três parágrafos são suprimidos integralmente.
O problema do saneamento: Iguape (II) (15/05/1918)	Iguape – <i>Problema vital</i>	Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos cortes e acréscimos no texto em livro.
Saneamento e higiene: As novas possibilidades das zonas cálidas (03/06/1918)	As grandes possibilidades dos países quentes – <i>Problema vital</i>	Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos cortes e acréscimos no texto

		em livro.
1921		
Um grande artista (16/11/1921)	Um grande artista – <i>Idéias de Jeca Tatu</i>	Pequenas alterações de vocabulário e estruturas frasais para publicação nas obras completas. Pequenos cortes e acréscimos no texto em livro.

Tabela V

Na seqüência cronológica, o primeiro texto submetido ao cotejo é “Uma velha praga” (12/11/1914). Após comentar sobre a justiça para o responsável pelas queimadas – “é uma justiça sumária que não pune, entretanto, dado o nomadismo do paciente” – o artigo do jornal acrescenta: “nas leis do país não há penas, nem meios de colher nas malhas da justiça tais réus, e tolo será quem recorrer às autoridades: os escrivões redobrarão os prejuízos da queimada”. Entendendo “autoridade” como os representantes da justiça, Lobato ataca uma instância fundamental para a constituição da sociedade democrática que defendia. Mas, é ao final do texto, no ponto em que o artigo publicado em livro é encerrado, que se faz apelo ao poder público quanto à prática das queimadas. Lobato aponta o problema das inspetorias, demonstra ineficiência do Estado e da União para intervir, restando às câmaras municipais a única saída:

Há uma postura adotada em quase todos os códigos municipais, prescrevendo, sob pena de multa, um aceiro de tais e tais dimensões em redor de todos os roçados destinados à queima. Como, entretanto, se não curou dos meios de lhe fiscalizar a execução, tão sábia providência dorme no cemitério da letra morta. É mister, é urgente tirá-la daí completando-a de modo a extrair dela todo o benefício de que é capaz. E isso se conseguirá facilmente. Um meio prático seria atribuir aos inspetores de quarteirão a tarefa de verificar se os aceiros

obedecem às condições exigidas, proibindo-se terminantemente, sob fortes penas, o deitar fogo às roças sem a prévia inspeção dessa autoridade.

Avultado como é o número de tais inspetores, ramúsculos terminais que são da árvore da Autoridade, o serviço se organizaria facilmente, com grande eficácia, sem despesas, sem barulho, sem burocracia.

Só das Câmaras é lícito esperar alguma coisa neste sentido. A União cuida de casos políticos, e mesmo que voltasse a atenção para este problema, viria com uma dessas máquinas pesadas, complicadas, matracolejantes, caríssimas, como a Defesa da Borracha de papeluda memória, caranguejolas que só funcionam nos relatórios e nas folhas do Tesouro.

O Estado...

Só as Câmaras, só as Câmaras poderão providenciar eficazmente, só eles conhecem de perto as necessidades locais, só delas poderão sair a medida prática e simples capaz de acalmar o funestíssimo fogo de Agosto.

A elas, pois, o brado de misericórdia da legião de prejudicados.

Deixando, pois, ao texto das obras completas a denúncia de tal prática prejudicial à qualidade do solo, no texto jornalístico Lobato fazia da conclusão apelo direto e irrefutável ao poder municipal. Já em “Urupês” (23/12/1914) as alterações são bem menores. No entanto, em meio aos comentários nada elogiosos ao caboclo, o escritor não contém uma espetada nos “figurões”: “note-se o orgulhoso entono com que respeitáveis figurões batem no peito exaltando comovidos: sou raça de caboclo!”.

Dos textos sobre caricatura, “A caricatura no Brasil – I” (27/01/1915) e “A caricatura no Brasil – II” (28/01/1915), é o segundo que sofreria modificação significativa. A segunda parte da matéria, no dia 28, tem a arte caricatural em terras nacionais como objeto de análise. O primeiro corte perceptível contribui para a diminuição do descritivismo – “não raro chicoteava uma flecha no galo da igreja matriz – porque já as havia com o galo de lata a cantar ventos na torre. Celerados, meirinhos, e preto d’Angola ‘intra-muros’: ‘extra-muros’ sertão, papagaios, jaguares e aimorés sanhudos: era isso o país” – os parágrafos recortados da seqüência demonstram a agressividade alcançada por um texto cuja pretensão de colocar a sociedade brasileira caricaturalmente em letras de jornal não pode ser negada:

Sobretudo depois que o Brasil se naturalizou cidadão francês.

O riso nosso é uma careta muscular sem gênese na alma. Pelos cassinos, diante de cançonelistas francesas de “tutu” na cintura e duas rodela de zarcão na cara, semelhantes a caquis, o brasileiro come-lhes as pernas com os olhos e careteia nas frascarices mais acentuadas sem entendê-las.

E sai assobiando árias, muito ancho, na convicção de que riu, e que se divertiu.

Nos “garden-paty” do Velódromo: parece que se reúnem ali para o saimento fúnebre da Alegria. Tais festas teriam melhor cenário no cemitério do Araçá, onde ao menos ririam as caveiras dentro das tumbas.

Os rapazes recém-saídos do alfaiate só tem olhos para o vinco das calças; em vez de elegantes saem-no bezerros bem enfarpelados, mas com visíveis sintomas de tênia.

As moças entre-examinam-se de esguelha; lembram terneiras de raça recobertas de gaze e sedas, mal aclimadas e corroídas do mesmo mal dos rapazes. Circulam, bocejam, e se vão, nos antes reluzentes, como sonâmbulas.

O mal do país é esse, a bezerrice. Se algum químico decompuser o ar que se respira nos salões talvez encontre metido entre o oxigênio e o azoto algumas moléculas desse novo gás ambiente.

Matéria de riso há as toneladas, para todos os paladares, para a chalaça offembachiana, para o sorriso do Eça, para o rinchavelho adiposo de Rabelais. Não obstante os nossos revisteiros e comediógrafos importam da velha Grécia os Telêmacos e Ulisses que lhes hão de divertir o público. Os nossos poetas são um chorar lágrimas como punhos sobre tais e tais ilusões perdidas – no fundo dos quais todo o mundo percebeu um amanuensado que falhou, quando não, a tábua da menina enfermiça dos fígados em cujos olhos de vitelinha clorótica se afogou o coração do tolo. Não há olhos para a feição do cômico indígena, nem verso, nem lápis que lh’a ironize.

A descrição é ácida e não discriminatória: a bezerrice é geral, em homens e mulheres. Também é retirado outro trecho de menor extensão, o que não diminui o tom caricatural do texto. Apontando a vontade dos leitores de serem retratados pela fotografia em páginas de jornais e revistas, o autor escreve que “com se multiplicarem tais grupos em tais revistas, pela reprodução fotogravada, a meia imortalidade conferida pelo azotato de prata se integrava em imortalidade

inteiriça, tão sólida como a da Brasileira de Letras – e a folha apanha um bandão de assinantes”. Para o leitor da época, expõe mais detalhadamente o problema da circulação de periódicos no Brasil, informação possivelmente julgada desnecessária para as obras completas:

O óbice de maior calibre oposto ao periodocismo, entre nós, reside nos excessivos hiatos do povoamento. Entre um núcleo de população e outro, interpõe-se o deserto, qual muralha insuladora.

Raro vinga uma folha transpor esse espaço pelo simples projetar-se na publicidade, como a bala, mirando o alvo da opinião pública; a distância encurva-lhe a trajetória, forçando-a a cair muito perto do ponto de partida; donde a necessidade de criar engenhosos meios de expansão.

Também é retirado trecho no qual a metáfora da planta em crescimento explicava o sucesso dos caricaturistas citados no artigo:

O apelo foi ouvido, e atendido.

Todas as belas florações são assim, oriundas de uma semente fincada num monte de esterco. O aproveitamento industrial de todas as vaidadezinhas ingênuas e provincianas do país inteiro criou – é prodigioso! – a revista ilustrada de ampla divulgação. Não se lhes condenem o uso sistemático do catão, da insulsez, da ausência de arte e bom gosto; foram meios de criar indiretamente a atmosfera propícia ao desabrochar do desenho humorístico de boa liga.

É a metáfora do mata-pau que encerra o artigo de 1915, trecho que não aparece na publicação em livro, lembrando que à época das obras completas, entre 1946 e 47, o contexto editorial do país era outro. Imagem recorrente nos artigos, o parasita vegetal serve, no caso, para explicitar a forma como grandes publicações podem se manter vivas ao longo dos anos, mesmo quando consideradas de segunda categoria, desprestígio corrente para a arte caricatural:

Há pelos sertões uma parasita chamada mata-pau. As aves depõe-lhe as sementes no esgalho de uma perobeira. A semente germina, e cresce com preguiça, emitindo raízes em fios a prumo, que descem procurando a terra.

Enquanto esses filamentos não n'a alcançam, a vida do mata-pau é uma mentira, é um viver de brisas, é um morrer agoniado pela dispnéia da seiva.

Um dia, porém, alcançam as raizinhas débeis o solo e uma transfiguração estupenda assombra a mata. As radículas engrossam como calabrês, a clorose da folhagem vira pletora, a plantilha tolhiça de há pouco cresce aos pinotes, numa ânsia irrefreável de céu. As folhas incham de verdura. É que a boa seiva da terra lá sobe em jorros pela cordoalha e turge-lhe os tecidos de sucros vitais. Entra em luta com a perobeira, mata-a por estrangulação, como as jibóias, constringindo-a em cingulos que se vão anelando pelo tronco da vítima. E a figueira mata-pau, estufada de orgulho, mostra à floresta espavorida, sobraçando-o ainda, o cadáver seco da perobeira.

Isto não é retórica, é verdade e serve de símile à neo-caricatura indígena que, abandonando a esfera restrita das camadas que entrajam casimiras, vai meter raízes no succulento esterco que é o povo, único alfbre capaz de vitalizar a arte.

Em “Como se formam lendas” (16/02/1916), retira-se apenas uma estocada mais afiada nos tipógrafos mais sonolentos: “enriquecer assim a elocução humana de locuções de uso diário e tão belas como as onze mil virgens e as rosas de Malherbe, por meros cochilos de composição, assombra, deixando entrever de que prodígios tal raça de copista e tipógrafo seria capaz quando despertos”. Quanto a “A hostefagia” (11/04/1915), os textos em livro mostram-se mais concisos, evitando-se reflexões desnecessárias ao andamento do texto, ou citações menos pertinentes ao leitor da época, como a que faz a Fulton, no momento em que cita Napoleão Bonaparte como exemplo de herói: “embora bem pesadas as credenciais o desprezado Fulton, seu contemporâneo, mais merecesse tal situação – se a humanidade fosse composta de filósofos”; ou reflexões interruptoras da linha de raciocínio principal do texto: “progredir: é conhecer, alcançar, ‘ter consciência’, de quanto a alma humana já nos tempos mais remotos sabia ‘de instinto’, isto é, inconscientemente. Ora, uma antropofagia consciente não destoa deste conceito”. É importante notar que o trecho antecipa ao leitor sua tese, isto é, uma antropofagia bélica, o que é evitado na versão em livro, deixando para o consumidor da obra a função de deduzir a idéia central do artigo.

Lobato, porém, certamente usou muitos de seus textos publicados nos periódicos como substrato para outros textos publicados em livros, prática que pode impedir o pesquisador de perceber a filiação entre as publicações. Essa correlação entre material de substrato e material reelaborado pode ser percebida em “A propósito de Wash Rodrigues” (09/01/1916) e “Pensionamento de artistas” (16/01/1916), os quais compõem dois outros textos de títulos diversos. O primeiro, aparece em *Idéias de Jeca Tatu*, de 1919, como parte do texto “Estética oficial”, embora o artigo “A paisagem brasileira: a propósito de Wash Rodrigues” indique ao leitor uma correlação que, na verdade, se dá somente pelo tema, não pela reedição do texto. A outra parte de “Estética oficial” (texto do livro) é composta por “Pensionamento de artistas”. No jornal, ao final deste artigo encontram-se parágrafos posteriormente não publicados em livro, ainda que o conteúdo, como se afirmou, estivesse diluído em outros textos:

Bem poucas exceções bóiam à flor da regra geral. A espaços surge um Wash Rodrigues sopesando copiosa ruma de estudos, denunciadores de uma operosidade assombrosa a serviço de um talento da melhor água.

Vê-se-lhe da exposição e do muito que não expôs, que é materialmente impossível produzir mais e progredir a passadas mais firmes

É um que trabalhou por si e por uma dúzia de colegas desperdiçados num ócio sem dignidade por cafés onde bebericam absinto e alcouces onde praticam a “jardinagem perfumada” do xeique Nefzani.

Por mal seu o nosso público dinheiroso compra quadros unicamente por injunções do esnobismo, raro pela influência espontânea de um nativo senso estético. Adquire-os por virtude do nome bem colocado que se exhibe a vermelhão num canto, embora o gatafunho célebre assine, às vezes, em tamanco.

Já vimos um figurão, de nome entre amadores, tomar de sobre a coluna uma estatueta de bronze, revirá-la de pernas para o ar, apontar com o beijo a assinatura – Charpentier, Ménusier ou Maçon – e exclamar entre babos de puro gozo apolíneo:

— Hein? que beleza, não? Mil francos e foi de graça.

A crítica, à sua conta, tem graves culpas no cartório. Entra-se de medo pânico quando lhe compete analisar a obra dum novo sem nome; fica-se medrosa em generalidades vagas, de um encomiástico frouxo, aplicáveis indistintamente a A. ou B. ou C.

Só tira da gaveta as bem adjetivadas análises d'arte com citações de Taine, quando recebe senha da crítica européia. Esta é a verdade, nus como quando saiu do poço.

O caso de Wash Rodrigues é típico. Sua exposição foi recebida com parcimoniosa economia de juízos críticos; o público, na dúvida, incapaz de avaliar por si, vacila. E, no entanto, se não definem para Wash todos os louvores de uma e todos os favores de outro, para quem se reservam tais mimos?

Este brilhante caso que é Wash Rodrigues, como exceção que é, não salva da condenação o sistema paulista de fomento à arte.

Apesar de permanecer o elogio ao pintor nos textos em livro, é visível o explícito enaltecimento de que é alvo o escritor no texto do jornal. A menção ao “figurão” reaparece, e até mesmo o público é acusado de se portar dubiamente diante de obras que não mereceriam tal atitude. O despeito do escritor n’*O Estado* é evidente, encerrando a matéria com uma pergunta irônica, ausente na publicação em livro: “E a gente é rir-se também, pois havia de chorar?”.

Ataques mais diretos, citando personalidades, também poderiam justificar um corte posterior no artigo. Em “A conquista do nitrogênio” (15/01/1916), mesmo em meio a considerações científicas, Lobato não perde de vista o interlocutor da oposição, afirmando o atraso brasileiro, pois que a repartição de agricultura dos Estados Unidos distribuía milhares de quilos de sementes inoculadas pela bactéria capaz de reter nitrogênio nas raízes das plantas, “diz-se que os resultados excederam à expectativa, apresentando as plantas esse viço enaltecido pelo sr. Teixeira de Freitas, na seção livre das folhas, sob o riso de incredulidade do sr. Cardoso de Almeida que, pelos modos, ainda está em Liebig”. Para encerrar o artigo, um ataque em tom de pergunta retórica: “agora uma pergunta: a descoberta de Bottomley não será a mesma ‘lei encantadora de infáveis doçuras’ que o ser. T. de Freitas conta em prosa cariciosa com mimos até aqui só empregados no verso para descantes à mulher amada?”.

A alteração mais significativa em “Cidades mortas” (29/02/1916) é a ausência de um trecho reflexivo, idéia que é reiterada ao longo de todo o texto, possivelmente percebida como excessiva pelo escritor:

A nossa gente não vinga prosperar senão onde uma vitalidade prodigiosa poreja do húmus negro da terra virgem como o fumegar quente de uma rês carneada de fresco.

Em sendo mister lutar contra a avareza crescente do solo, refazer-lhe a fertilidade anemiada, criar fontes novas de riqueza, diversas das costumeiras, o homem fraqueja, coça a cabeça, e, se forte, emigra, se fraco, tomba em modorra para logo atolar na miséria.

“A criação do estilo” (06/01/1917) perde trecho de pouca importância para o leitor do livro, não necessariamente contemporâneo do debate nas páginas de *O Estado*: “na casa Silveira Cintra, construção deste último, o pretório, o telhado, o frontão e inúmeros detalhes são inspirados pela arte colonial e dispostos com grande felicidade”. Ou porque a casa já não existisse, ou porque a referência estivesse muito datada, Lobato faz tão somente essa modificação mais relevante. O mesmo ocorre com “A questão do estilo” (25/01/1917). “O saci” (05/02/1917), por sua vez, apresenta modificação em função do próprio contexto; em livro, fica o tema e sai a relação direta com o inquérito realizado na edição vespertina do periódico:

Este inquérito pela massa preciosa de informações colhidas, fornecerá elemento para um livro curiosíssimo onde o Saci seja estudado rigorosamente à luz da ciência demonológica. Livro para o psicólogo e para o povo, duplamente interessante, pois. Este encontrará nele um reflexo da sua mentalidade, e divertir-se-á com os inúmeros casos narrados; aquele terá ali material para preciosas deduções. O inquérito continua aberto e breve será feito um concurso entre desenhistas e escultores, com prêmios às melhores representações do moleque demoníaco. Entrará ele, assim, definitivamente, para o seio da arte.

Para a edição em livro, Lobato acrescenta considerações mais literárias, apropriadas ao leitor que não pudera participar do inquérito pelo jornal: “E — dubitativos uns, céticos outros, afirmativos muitos — a conclusão de todos é a mesma: o Saci existe!...”; “— Como o Putois, de Anatole France?”; “Que importa? Existe. Deus e o Diabo ensinaram-lhe essa maneira subjetiva de existir...”. “A questão do estilo” (11/02/1917) também não aparece com modificações quanto a reduções ou acréscimos em sua passagem para livro.

Em 1918, adentra-se ao conjunto de textos publicados posteriormente como *Problema vital*. O primeiro, abrindo a série, “A ação de Oswaldo Cruz” (18/03/1918) não apresenta modificações, bem como os demais textos não seriam modificados de modo mais marcante que a

simples substituição de um ou outro vocábulo e a redistribuição de parágrafos. Em “Reflexos morais” (23/03/1918), porém, vê-se a retirada de um parágrafo em que o escritor faz referência direta a personalidade da época: “Se cotejamos o que éramos sob Pedro Segundo e o que somos sob Pereira Gomes, o sangue afluí-nos às faces – mas ficamos nisso. Reconhecemos que Pedro Segundo era a tampa, e que foi grande erro destamparmo-nos – mas onde a bela coragem de readaptar o uso da tampa?”. O uso do mundo biológico como representação das relações sociais também é mais restrito na versão em livro, considerando que a mesma relação já havia sido exposta em exemplo anterior: “Não é imoral o ato do tubarão humano que se guinda a um alto cargo político e ali se locupleta a si e à sua camarilha”; “Imoral é o subjogado que se deixa espoliar sem gesto de reação”.

Comparação registrada em “Primeiro passo” (05/04/1918) também sofre restrição na revisão do escritor:

Adaptados ao meio, eles copiam a tática dessa abelhinha preta muito nossa conhecida, que se enrodilha nos cabelos. Como elas, eles se alojam nos ocos dos jornaizinhos da roça, e nas rachaduras dos periódicos mais ou menos clandestinos das cidades grandes, onde fabricam o seu “mel de cachorro”.

É nesse texto também que Lobato atacava diretamente o governo brasileiro por sua complacência com o estrangeiro, enquanto a população local padecia as amarguras das verminoses endêmicas e da alimentação precária. O trecho que não aparece na versão das obras completas é carregado de ironia e referência à contrastante realidade brasileira:

Os povos fortes desprezam o estrangeiro. Em Roma “hospes” era “hostes”. Para nós “hospes” é fetiche. Cada povo vive para si – nós queremos viver para inglês ver. Inda não nos capacitamos da verdade de Hobbes: o homem é o lobo do homem. Eles, o estrangeiro, coerentes com esse axioma sociológico, desprezam-nos – nós adotamo-los. Pagamos todos os insultos com língua meiga de cão batido – e tal atitude só dá em resultado aumentar-se o desprezo que eles nos votam. Viciamo-nos na sabujice a ponto de erigir como princípio a atitude acorçada e boquiaberta diante do atrevido doliocéfalo melado. Esgotamo-nos em criar-lhes facilidades para que eles tenham cá um paraíso terreal e venham

derrotar-nos dentro de nossa própria casa, enriquecer-se às rápidas, apossar-se de tudo, fazendo do pobre brasileiro um paria faminto e errante a gemer de lazeira num território que cada vez é menos seu. Os nossos governos vivem apostados em amimar quanto bípede louro, vermelho ou cor de coco, põe pé em nossos cais; dão-lhes o que eles pedem e o que não pedem; dão-lhes até justiça fácil e rápida – esse sonho inatingível do aborígine. Os congressos fazem leis protecionistas para prosperar as fábricas que eles se dignam armar por aqui. A vida encarece para a população inteira – que importa? Compensam-nos a honra de ver cogumelar do protecionismo novos condes. Milhões de brasileiros pagamos uma caixa de mau fósforo por cem réis, podendo tê-lo como outrora, e de primeira qualidade, a vintém, para que meia dúzia de dólicos espertos se repastem em milheiros de contos, e façam velas para a pátria com a “América feita”.

“Cretinos!” – Lobato não economiza adjetivos que possam retratar a realidade local. Em “Déficit econômico, função do déficit da saúde” (07/04/1918) a eficiência do brasileiro é comparada detalhadamente para que o leitor não duvide do fracasso nacional, ainda que, em livro, não mais apareça:

Alegarão os medrosos da verdade nua que a Argentina é uma terra privilegiada, senhora de ótima mesologia, terras planas fertilíssimas, nação beijada ao berço pelas fadas boas de Perrault. Será. Mas comparemo-nos com a Bolívia, onde o dissídio geográfico não é assim tão acentuado. O boliviano tem uma eficiência econômica muito maior que a do brasileiro. Mas a Bolívia é favorecida por isto ou por aquilo, reguingarão os Pangloss. Perfeitamente. Tomemos o Paraguai. Aqui sim, levamos uma pequenina vantagem. Ufanias!

A ironia também pode ter sido possivelmente diminuída em favor da fatura do conjunto, lembrando que, em livro, os artigos constituem capítulos, pelos quais muitas críticas se reiteram e se mostram por meio de diversos exemplos: “como primeiro passo nada mais digno da visão de lince dos estadistas frígios. Belisário que calcula a porcentagem dos opilados em 70% da população total do país, deve rejubilar-se com a munificência governamental”. Mais uma vez, no jornal, Lobato faz da conclusão uma epígrafe apropriada à campanha pela saneamento – e, por

que, não contra o bacharelismo reinante: “O ‘animus photographandi’ é uma precaução sugerida pelo instinto do pudor”. Apesar dos cortes serem mais comuns, às vezes Lobato prefere acrescentar alguma consideração para que o leitor da obra compreenda melhor os fatos, como é o caso de “A fraude bromatológica” (14/04/1918), que recebe esclarecimentos em *O Problema vital*, de 1918 (1957, p.288-289): “cada falsificador tem à sua cauda uma corte de advogados administrativos, prepostos a inutilizar a ação dos poderes públicos, porque não há melhor negócio do que defender um falsificador. Gente que paga bem!”. Acrescenta ainda na versão em livro (Lobato, 1957, p.293): “agora, se um fiscal honesto apreende um produto falsificado e a Higiene Sanitária inicia o processo contra o homem, saltam logo em sua defesa os advogados da fama, que embrulham tudo, corrompem a justiça e acabam forçando o estado a pagar ao malandro gorda indenização”.

Quanto aos artigos sobre Rondônia, “Rondônia – visão do futuro e visão do passado” (19/04/1918) e “Rondônia” (23/04/1918), ambos publicados sob o título sintético de “Rondônia” em *Idéias de Jeca Tatu* (1957), é em relação ao segundo que ocorrem alterações mais relevantes. No livro, é visível o entusiasmo do crítico com a obra *Rondônia*, de Roquette Pinto. Porém, na edição do jornal, Lobato se estende por mais três parágrafos nos quais focaliza a figura do autor-etnólogo, comentando inclusive a forma de escrever do cientista:

O livro de Roquette Pinto é o mais interessante estudo publicado por um patricio sobre um tema que até aqui interessou muito mais aos estrangeiros do que a nós. Francamente, nós temos coisas muito mais sérias do que isto de ciência, esta maçada de raças autóctones e Gês e Nu-Aruaks. Temos, por exemplo, o estudo comparativo dos cem mil instantâneos fotográficos publicados pelas nossas revistas ilustradas onde se fixam as atitudes atuais, os sorrisos, os gestos, as passadas, as caretas do paredros Gês e dos estadistas Nus. Não nos sobra tempo para estudo dos outros, dos que trazem tanga. Apesar disso, nos momentinhos de folga que a Instantâneographin Comparada nos concede, é possível darmos nosso quarto de hora de atenção à obra deveras notável do emérito professor do Museu Nacional. Pela forma fragmentária de notas, pela amenidade da forma, pelo entregachamento de observações pitorescas relativas à paisagem, e aos incidentes da viagem, esse livro consagra um sábio e jeitoso processo de fazer ciência para Eloés. A ciência bem dosada

nas “pink-pills” é ingerida sem que o percebamos. Arrastados pela parte anedótica vamos a boiar pela corrente do livro, com os olhos distraídos pelos quadros marginais e com o espírito alerta e alegre pelos “casos” e retratos, e observações psicológicas com que o autor entremeia e disfarça a aridez do estudo etnológico.

O dr. Roquette Pinto é eminentemente compreensivo. Sabe fazer livros como os precisamos, livros que nos inculcam ciência “malgénous”.

Se para finalizar dissermos do elemento sedutor que a sua simpatia pessoal sabe defluir no estilo, teremos feito o elogio completo da sua excelente Rondônia. E restará apenas estranhar o critério editorial do governo. Foi o governo o editor do livro, mas ao contrário de todos os outros editores, não o pôs à venda. Publicou-o para guardá-lo a sete chaves nos arquivos, donde os amigos filam alguns exemplares e o resto o caruncho comerá. Em matéria de publicidade é um critério perfeitamente Ge. Critério falso, mas, concorde-se, riquíssimo de cor local.

Se a delonga estava também a serviço da divulgação do livro – como mercadoria – os recortes de “Início da ação” (12/05/1918) estão relacionados, possivelmente, a questões políticas da época, compreendendo-se esta não só em relação aos poderes instituídos, mas às comunidades referidas ou identificadas:

Se, por exemplo, algum “médico físico espontâneo” vai à Vila Americana, e lá, em comício na praça, convence ao prefeito de que é mister “metralhar o livro, bandeira de morte, de Belisário Pena – Saneamento do Brasil”, e se esse prefeito desfaz pelo desleixo todo o serviço de terra realizado pela comissão sanitária, um enorme dispêndio de esforço e dinheiro estará irremediavelmente perdido. Entretanto, pela conservação rigorosa dessa obra, a Vila irá restituindo rapidamente aos cofres públicos, por meios indiretos, o que deles saiu para empatar-se lá.

Na seqüência, o autor inicia comentário sobre o Norte do país, concluindo o texto:

O Brasil por lá desandou demais, desandou fora de toda a conta e medida.

No Pará já aconteceu esta coisa inconcebível: os empregados do Museu Goeldi, esfaimados pelo calote oficial comeram um belo dia o famoso pirarucu, que era a maior curiosidade do museu. Outros apetites, vendo aquilo, surgiram, e mais vorazes ainda, devoraram o resto. É fato virgem no mundo, o Museu Goeld desapareceu da face da terra pela via digestiva das piranhas humanas. Ora, é lá possível crer em movimentos saneadores em zonas onde um fato como este é nada diante de outros bem mais sugestivos?

Excesso de informação ou referência imprópria à parcial ação rockfelliana – lembrando o elogio público que *O Estado* dedicaria à missão de Rockefeller contra a ancilostomose no Brasil, em 18 de março de 1918 – trecho mais extenso é cortado em “Iguape” (15/05/1918), em sua edição como capítulo de *Problema vital*:

Na de Iguape não se abrem privilégios dessa ordem poupando a vida a parasitos de tanta letalidade como o ancilóstomo, e além disso fere-se de frente com igual energia o Moloch malárico.

Temos o vezo doentio de malsinar o nosso para realce do alheio. Fugindo a ele, arrastados pela evidência e premidos pela justiça, hemos de confessar que a ação de Iguape, sobre modelar reúne a maior economia à mais alta eficiência. Se houver procura de um paradigma para norteio de ações futuras é ali que não de procurá-lo. O método Melchíades, consistente em não espaçar como é de praxe, a dose de timol e dá-la de uma só vez, em bloco, sem perigo de nenhuma consequência má, permite reduzir grandemente o trabalho e também encurtar a duração da refrega. Merece ampla divulgação.

A agressividade do texto também mostra-se reduzida na versão em livro, retirando-se, por exemplo, trecho referente aos opositores à campanha sanitária: “nem a campanha de rua da ‘medicina físico-espontânea’ nem o fínção maledicente dos que possuem a verminose localizada no cérebro”. Fechando a série, “As novas possibilidades das zonas cálidas” (03/06/1918), publicado em *Problema vital* como “As grandes possibilidades dos países quentes” tem também sua referência ao gênero piteco minimizada, talvez uma suavização da imagem do homem

selvagem primitivo: “lembrando um troglodita ressurrecto pelo atavismo, nas florestas da Sumatra, como lembrete vivo da nossa prosápia – ‘memento homo quia simius est’ ”.

Último texto submetido à comparação, “Um grande artista” (16/11/1921), publicado em *Idéias de Jeca Tatu* (1957), traz uma conclusão posteriormente retirada para o livro, a qual demonstra como a adequação ao veículo é fato relevante para a escrita: “Vejamos agora como S. Paulo acolhe o maior pintor que a tem visitado. Vejamos se a Paulicéia se reabilita da ximenada em que escorregou”. Evidentemente, a conclusão é um apelo ao público, uma busca de convencimento justificada somente num veículo diário e contemporâneo do leitor das páginas d’*O Estado* de 1921.

Como se pode notar tanto pelos temas quanto pelo aproveitamento do material jornalístico para publicação em livro, Lobato divulga suas idéias numa cadeia de textos que, por todos os ângulos que se tente abordá-los, deixa ao leitor pistas de que o conjunto tem uma coerência interna no veículo em que está publicado. Se existe um *ethos* do enunciador (Fiorin, 2004, p.120), isto é, uma imagem do autor, esta imagem está imbricada na imagem do enunciador *O Estado*. Os valores, os temas, a frequência de publicação, os elementos constitutivos do fazer jornalístico conformam uma *práxis* pela qual o Lobato jornalista pode receber outro título: publicista (Zilberman, 1985, p.13).

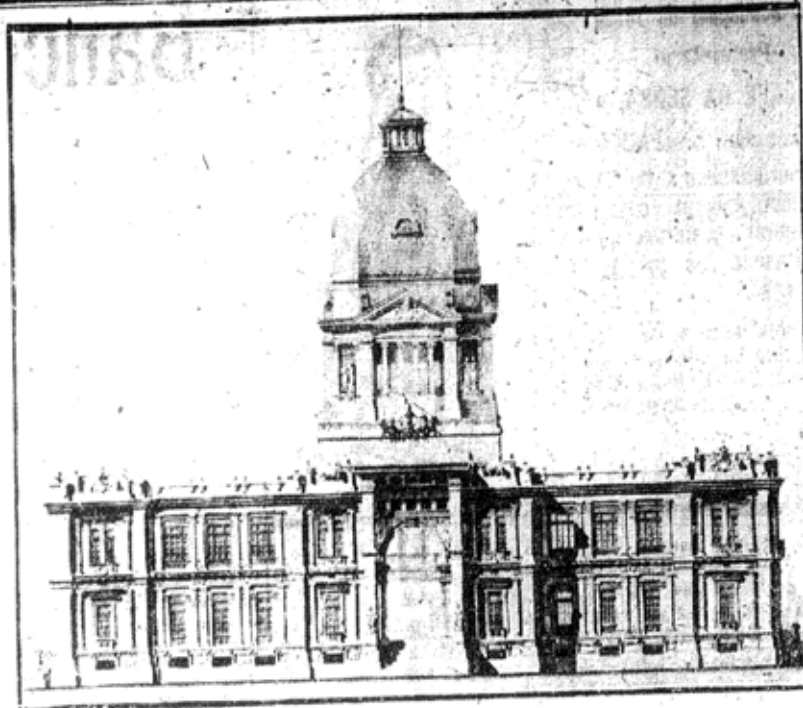
Longe da intenção de criar categorias para o enaltecimento do escritor, nomeá-lo como publicista é oportuno para se compreender como se dá a integração do escritor com *O Estado* e, ao mesmo tempo, como seu discurso tão próximo de outros intelectuais da roda do “velho órgão” pôde se destacar de um conjunto no qual as diferenças de conteúdo e forma não eram as mais radicais para que o leitor pudesse, com espanto, encontrar um novo jeito de escrever até ali inédito no periódico. O Lobato publicista possivelmente é o que tem mantido o Lobato jornalista estabelecido ao longo da história do sistema cultural brasileiro no século XX. Nesse sentido, o breve texto de Merquior, compondo a coletânea de textos organizada por Zilberman, lança instigante pista sobre como o discurso lobatiano se integrou e se fez destacar n’*O Estado*. Para isso, é preciso verificar outras pistas: como se deu a formação do leitor de jomais, Monteiro Lobato; e como este leitor, embora por meio de seus próprios relatos, nos faz ver sua relação com o jornal.

COLA

aples polidura final da sua
atividade artistica, e De
virá emparelhar-se com os
melhores esculptores.

realização deste nobre "de-
am" a criação da Escola de
Artes de S. Paulo sempre
nem a espirito lu-bio do Ra-
Azvedo. Elle comprehende
ela a gente a-nocira, e mais
o-ra, o mal que é o systema
siandto na Europa; o Estado
trabuco de uma penso de
anos em pouco, postado de
para matar toda as voca-
estudas abrolhadas em nos-
a matar pela d-naciona-
o pelo transplante do meano
por a centro de alta cultura
Paris donde elle volta fatal-
son arraçado, um "d-ora"
im patarata roo de te-hava
superior de alma,

o sistema da Razão moram a



Fachada do edificio projectado na avenida Tiradentes e em parte construido

com o mesmo com alto a grande côes, não lhe dá um palaco; antes

um anno é insufficiente
soldado adquirir tod
mentos militares. "E
tempo, Tasso" — diz
"é o soldado só por
derada um, verdade
pois de tres annos
fileiras."

E o coronel Card
citava o exemplo de
européas.

"Não. Um anno é
volvia o coronel
quando: "Ah! está
um exercito poder
sado, e o soldado set
anno nas fileiras.
corve um anno no"

S. S. passou até
valor do serviço mil
e da situação act
brasileiro em face d
principalmente.

Dea, mesmo, a e
se exercito é super

E tratando das
casq, sobre o modo
o sortelo, o corone
discordar da lei.

Acha que não p
to decajado..."

*

(DL)

A Noite — Entr
vedo Sodrê, ácerca
ptos que interess
Federal.

Sobre a instruç
e os feitos da Rio

2. A formação de um publicista: Monteiro Lobato por Lobato

Editar um veículo de comunicação e informação defensor da democracia, da livre iniciativa, idôneo, moderno e comprometido com o seu permanente aprimoramento.

(“Missão”, *Manual de redação estilo de O Estado de S. Paulo*, 1997)

Se a pergunta inicial para compreender a relação de Monteiro Lobato com os jornais fosse “como os periódicos influenciaram o escritor”, certamente o investigador correria o risco de se esquecer da outra face da moeda: como Lobato influenciou os periódicos que, aliás, um dia leu antes de ser escritor? Aqui é que se encontra, pois, a questão entre Lobato e *O Estado de S. Paulo* mediante o ideário explicitamente manifesto tanto por um quanto por outro nos anos da República Velha.

Nascidos juntos – não exatamente na mesma data, porém em circunstâncias históricas comuns – é preciso fazer um exercício de imaginação para chegar ao ponto em que um Lobato ainda criança encontra-se com a *Revista Ilustrada*, a *Novo Mundo* ou o *Journal des Voyages*, publicações sedutoras pelas imagens de um mundo bem diferente de Taubaté.

2.1. Um colaborador do interior

Ser neto de Visconde pode implicar muitas coisas. Entre elas, a possibilidade de ter acesso a um mundo de leitura muito distante da maioria das crianças brasileiras do final do século XIX, e isso numa grande biblioteca de um casarão da cidade. Como conta Cavalheiro (1955, p.23), o ar severo do Visconde logo cedia passo aos agrados dos netos, entre eles Juca, freqüentador da sala encantada – o escritório do avô: “Estantes enormes, cheias de grossos tomos. Ainda era cedo para entendê-los, mas o menino adorava folhear a ‘Revista Ilustrada’, de Ângelo Agostini, ou a ‘Novo Mundo’, de J. C. Rodrigues. Uma coleção do ‘Journal des Voyages’, foi, no entanto, o seu maior encanto”.

A importância que as revistas ganhavam no incipiente e magro mercado nacional aparece na preferência das leituras de Lobato. É muito provável que nelas o menino tenha se encontrado com textos literários, mas também com os mais diversos gêneros textuais nos quais a

filosofia e a ciência certamente não estavam ausentes. O *Journal des Voyages*, por exemplo, aparece em carta de 20, a Godofredo Rangel (ABG, 1957, p.50-51)⁷:

A biblioteca do meu avô é ótima, tremendamente histórica e científica. Imagina que nela existem o *Zan-Avesta*, o *Mahabarata* e as obras sobre o Egito de Champollion, Maspero e Breasted; e o Larousse grande; e o Cantú grande; e o Elyseé Reclus grande; e inúmeras preciosidades nacionais, como a coleção inteira da *Revista Ilustrada*, do Angelo Agostini, a do *Novo Mundo* de J. C. Rodrigues e mais coisas assim. Há uma coleção do *Journal des Voyages* que foi o meu encanto em menino. Cada vez que naquele tempo me pilhava na biblioteca do meu avô, abria um daqueles volumes e me deslumbrava.

Voltando os olhos para as origens, não se pode esquecer que a região de Taubaté encontrava-se em um momento de progresso econômico visível da cafeicultura paulista. Dentre os sinais de desenvolvimento, os jornais são indícios da circulação do dinheiro nas comunidades urbanas. Sobre isso Cavalheiro (1955, p.702) é ainda mais pontual, indicando os jornais existentes sob os títulos de *Jornal de Taubaté*, *Diário de Taubaté* e *O Noticiarista*, uma vez que “nessa época Taubaté conheceu, depois da idade heróica do bandeirismo, o seu primeiro período áureo”.

Não se pode afirmar que Lobato tenha sido assíduo leitor dos jornais locais. Mas seu envolvimento com jornais estudantis parece indicar que o neto do Visconde conhecia bem a função do veículo, ideal para provocar furor entre os colegas, desancar a oposição, divulgar as próprias idéias. Antes de ser o produtor de seus jornais, Lobato já se iniciara numa prática de destrinchar os periódicos em busca do que mais lhe agradava, rudimentar processo de conhecer as entranhas do objeto de leitura que tinha nas mãos (Cavalheiro, 1955, p.40):

⁷ Para evitar a repetição exaustiva dos títulos das obras, passa-se a referenciá-las pelas iniciais: A barca de Gleyre – ABG; A onda verde e o Presidente negro – OV/PN; América – A; Cartas escolhidas – CE; Cidades Mortas – CM; Conferências, artigos e crônicas – CAC; Idéias de Jeca Tatu – IJM; Mister Slang e o Brasil – MSB; Mundo da lua e Miselânea – ML/M; Na Antevéspera – NA; Negrinha – N; O escândalo do petróleo e ferro – OEPP; Prefácios e entrevistas – PE; Problema Vital – PV; Urupês – U .

Suas tendências iam todas para os livros, para as leituras. Arranjando um caderninho, gruda nele tudo quanto acha de mais interessante nos jornais e revistas que lhe chegam às mãos. “Últimas palavras de alguns homens ilustres”, “Prelo histórico”, “Lenda árabe”, “As minas de carvão”, “Circulação de trens”, “Torpedeira rápida”, “Episódio da vida de Napoleão, o Grande”, “Os micróbios”, “Os palmares”, “Matança de reses” são os títulos de alguns desses recortes, que de mistura com simples anedotas, ora ilustradas por ele, ora por decalcomania, enchem o caderninho.

A participação de Lobato nas folhas escolares apresenta-se com tal importância para o biógrafo, que Cavalheiro insiste em relatar lances de Lobato nos jornais nascidos e reproduzidos à mão pelos próprios autores: em primeiro lugar, “O Guarani”, jornalzinho estudantil gerado no Colégio Paulista, em que aos 14 anos, o futuro escritor estrearia com um pequeno artigo com o pseudônimo de Josbem.

Um adolescente produzindo para as folhas escolares e demais publicações de pequeno porte de Taubaté. Seria o estilo? Ou a impetuosidade do estreante em desafiar os “mais experientes”? Somente uma comparação com outros textos desses pequenos jornais poderia responder à primeira; quanto à segunda, impossível além de relatos de familiares e biógrafos. Contudo, pode-se deduzir que o tipo de produção empreendida pelo adolescente possivelmente não agradou a muitos paladares locais, ainda que todos juvenis, como o autor. E aí estava o temível “H2O” como prova (Cavalheiro, 1955, p.52):

Não contente em colaborar nas folhas dos colegas e da terra, funda o próprio jornal, que intitula cabalisticamente de “H2O”. Era um jornalzinho manuscrito, lido pelo próprio autor todos os sábados, no recreio, dentro de um quadrado de defesa. Acontecia que semanalmente o “H2O” bulia com um grupo, poupando os demais. Estes eram convidados a formar o “quadrado de defesa”, contra os “ataques de cavalaria” dos “bulidos”, os quais avançavam furiosos para empastelar o pasquineiro.

Albino Camargo relembra que Lobato não perdoava os deslizes e os ridículos alheios. Sua pena, já nessa época, sabia causticar o adversário, conhecia o segredo de ferir a nota justa no aceso da polêmica. Era desabusado, e não perdoando a ninguém, enfrentava depois as “vítimas” com uma valentia não

justificada pelo seu pequeno porte. Apesar disso, assegura Albino, jamais fugia às provocações, e na hora do rolo, agüentava a parada, embora não fosse dos mais fortes. Mas possuía muita coragem, e as ameaças não conseguiam fazer com que modificasse os conceitos e opiniões que ironicamente ia expendendo sobre os colegas nas páginas manuscritas do “H2O”.

Pelo menos um traço do que os garotos concebiam como jornal é facilmente perceptível nas atitudes do jovem Lobato, ou seja, é a escrita por meio da qual se critica, ataca, polemiza. É Monteiro Lobato, já experiente nas letras do mundo adulto, que relembra a inauguração de sua participação em “O Guarani” e a fórmula de “H2O” ao jornalista Silveira Peixoto (*PE*, 1961, p.169-171):

— Quando começou a escrever?

— Foi num jornalzinho do “Colégio Paulista”, de Taubaté, onde nasci a 18 de abril de 1882. Mas foi no tal jornalzinho — “O Guarani” — que publiquei a minha primeira coisa. Apareceu sob o pseudônimo de “Josben”...

[...]

— E a tal primeira coisa que escreveu e “O Guarani” publicou?

— Era uma anedota de meia coluna. Eu tinha quatorze anos. Aos dezesseis anos meu jornal foi um periódico que se editava naquela mesma cidade. Não me lembro o nome, mas ainda conservo os recortes.

Solícito, sai e volta com um livro enorme, em que estão colados inúmeros artigos.

— Foi Purezinha quem produziu este livro, diz ele. Dona Maria da Pureza Monteiro Lobato. Colou tudo isto. Uma trabalhadeira danada.

— Aqui estão as primeiras coisas: “Poemas da juventude”, “Tilcara”, “Guaxará”... Tudo fantasias rescendentes às primeiras leituras: José de Alencar, Coelho Neto, Catulle Mendes... E tudo assinado com pseudônimo. Eu usei um bando de pseudônimos: Helio Bruma, Antão de Magalhães, Lobatoyewsky, Rodando Cor de Rosa, Osvaldo, Guy d’Hã, Manoel de Sousa, Pascalon o engraçado, Yewsky, Enoch Vila Lobos, B. do Pinho, Oscarino, Yan Sada Yaco, She, Ed. Shelling, Olga de Lima, Nero Aguiar, Vieira Lion, F. H. Rangel,

Marcos Twein, Bertoldo... Escrevi, depois, em várias folhas colegiais: numa “Pátria” do Instituto de Ciências e Letras, aqui em S. Paulo, no “H2S”?... (sic)

— “H2S”?... (sic)

— Era um jornalzinho manuscrito que mantive naquele colégio, e que eu mesmo lia em voz alta no recreio todos os sábados, dentro de um “quadrado de defesa”...

— “Quadrado de defesa”...

— Sim. Cada semana, o “H2S” (sic) bulia com um grupo e poupava os demais. Estes eram convidados a formar o “quadrado de defesa”, contra os “ataques de cavalaria” dos “bulidos”, os quais avançavam furiosos para empastelar o pasquineiro...

A participação de Lobato em jornais acadêmicos continuaria com sua entrada nas arcadas da Faculdade de Direito, de São Paulo. O espaço, porém, vai ganhando mais seriedade quando as palavras dos estudantes não ferem somente uns aos outros, antes respingando na conservadora sociedade paulistana. Em carta de 02 de janeiro de 1896 (CE, 1970), Lobato, ainda em curso preparatório na cidade de São Paulo, conta à mãe um embate com a polícia. Já em carta de 05 de fevereiro de 1908, narra novamente à mãe outro embate dos estudantes com a polícia, agora como estudante de Direito, acusando os jornais de mentirem a respeito do caso. Lobato acompanha a repercussão desses fatos nas folhas paulistanas, numa evidente demonstração do quanto o jornal era importante, fosse para si mesmo, fosse como instrumento de luta ideológica (CE, 1970, p.30): “Os jornais se combinaram para mentir sobre o caso e soltar a boca nos estudantes mas eles que não duvidem muito que comem pau”; aquele que não se manifestasse também se mostraria conivente com a força policial, entendia Lobato: “O único jornal que não disse nada a respeito foi o ‘Comércio’, por isso vão fazer uma manifestação a ele”.

Compromisso com a verdade. Imparcialidade. Não é isso que se encontra em *O Minarete*. Entre 1903 e 1907, os jovens do “Cenáculo”, grupo de estudantes que compartilhavam o mesmo espaço na capital paulista – quando não moravam, compartilhavam “espiritualmente” dela – foi publicado um jornal que agitou Pindamonhangaba. O periódico era dirigido por Benjamim Pinheiro, formado em Direito e pretense prefeito da localidade. Para alcançar seu objetivo, precisava de um jornal que derrubasse a situação: a proposta feita para o “Cenáculo” demonstra o quanto as políticas interioranas comungavam de certa ingenuidade na recém criada máquina

republicana, dando para um grupo de jovens estudantes a responsabilidade de redigir um veículo de comunicação que deu certo justamente pela irresponsabilidade de seus editores (ABG, 1957, 28-31): “ ‘Zé Bento: preciso de um artigo bastante severo, atacando a Câmara por causa duma racha na parede do teatro. E outro sobre o capim que há nas ruas. Ataque de rijo.’ E eu atacava, mesmo sem conhecimento pessoal da extensão da racha nem da quantidade do capim nas ruas.”

Conta Lobato sobre a escolha do título (ABG, 1957, p.28-31): “Um jornal é um minarete de cujo topo o jornalista dá milho às galinhas da assinatura e venda avulsa. Fica muito bem esse nome — e é nome que não está estragado. *Tribunas do povo*, por exemplo, existem centenas”. Dentro de quatro anos, a situação vem abaixo... e Benjamim assume a prefeitura. Com a vitória política, o desaparecimento do jornaleco em que muita coisa simplesmente saía da literatura lida pelos rapazes do “Cenáculo”, continua o escritor:

Eu me divertia fazendo de longe o *Minarete* quase inteiro. Quantos números totalmente escritos por mim — o soneto, os contos, o “humorismo”, as “variedades”, o rodapé, o artigo de fundo! Isso me forçava a um grande sortimento de pseudônimos, para dar ao público a impressão de que o jornal dispunha de um exército de colaboradores: Lobatoyewisky, Yewsky, Pascalon o Engraçado, Ruy d'Hã, Helio Bruma, Enoch Vila-Lobos, Matinho Dias, B. do Pinho, Osvaldo, P., N., Yan Sada Yako, Mem Bugalho, She, Antão de Magalhães, Nero de Aguiar, Bertoldo, Marcos Twein, Olga de Lima, etc. etc. E todos lá do Cenáculo nele escrevíamos. Bruno de Cadiz publicava as saudosas crônicas do *Album do Minarete*. Raul de Freitas, as suas tão sentimentais *Recordações*. Candido apareceu nos primeiros números com a coluna *Fen dé Brut*, assinando Bompard. Rangel também publicava no *Minarete* muitos dos seus sonetos e as traduções de Rostand e Lecomte.

O caso a seguir é realmente elucidativo para se compreender a incipiente presença do jornal numa sociedade em que a palavra escrita valia por si mesma. Lobato estava de saída quando recebe um recado de Benjamim para redigir um artigo sobre iluminação pública. Passa o serviço a Candido, um dos redatores d’*O Minarete*. Quando retorna, o artigo está pronto: Candido elaborara um texto sobre o lampião belga, usando para isso uma experiência fictícia na qual aparecem os personagens do *Tartarin de Tarascon*. Desapontado, quer tirar satisfação com o

amigo, que retruca: “Mande. Eles não percebem...”. Relata Lobato que o texto não só foi publicado, mas também virou baluarte de argumentação para um vereador da oposição que ainda exigiu a transcrição do artigo nos anais da Câmara.

O que aconteceu com o artigo “Às escuras”, criado por um estudante como exercício puramente imaginativo num quarto em São Paulo, ratifica a observação de que a palavra escrita tinha um valor de verdade acima de qualquer suspeita. Mais: se questionar o fato de ninguém ser leitor de *Tartarin de Tarascon*, clássico entre os jovens da época, pode revelar uma sociedade pouco afeita às leituras literárias – evidentemente, uma conclusão superficial sobre tema tão amplo –, espanta ao leitor de hoje o fato de entre os membros da vereança ninguém ter tido a simples idéia de investigar a veracidade da informação, de saber, no mínimo, se o sucesso do lampião belga na cidade francesa de Beaucaire foi factualmente um sucesso. Venceu, portanto, o jornal pelo simples dizer.

A previsibilidade do periódico era grande, como afirma Lobato: “os artigos de encomenda — os ‘pelouros’ — eram os clássicos ‘Melhoramentos Municipais’, ‘Cemitério Municipal’, ‘O Calçamento’, ‘Fechamento de Portas’, ‘Policiamento’, ‘Iluminação Pública’ ”. Era ali que o aspirante a escritor também se lançava, aí sim autenticamente, ao fazer literário, isto é, num jornal inteiramente fora dos moldes do interior, com editores que escreviam para satisfação pessoal. O primeiro número havia sido inaugurado com o rodapé dos “Lambeferas”, segundo Lobato (ABG, 1957, p.31), “um romance absurdo, de capítulos curtinhos e esquizofrênicos”.

Não só de minaretes alçou a voz o jovem Lobato. *O Combatente* é outro capítulo na vida agitada do pretense escritor. Embora afirmasse a Rangel que o caso do *Minarete* era único, o escritor teve a seu dispor o periódico de Oscar Breves, que mantinha um jornaleco de “pegar anúncios”. Sob a orientação de Ricardo, outro membro do “Cenáculo”, o grupo tomou para si o periódico do Breves, e tanto fizeram, que a publicação acabou encerrada por fechamento policial. Relata Lobato que, enquanto o jornalzinho de Pinda se limitava a desovar literatura ou combater impessoalmente a política local, no “O Combatente” levavam o tempo todo a “serrar” personalidades da mocidade elegante de São Paulo (ABG, 1957, p.32).

Um jornal “mais sério”, contudo, acenava com uma imprensa mais exigente, que dava seus passos no sentido da profissionalização. *O povo*, segundo Cavalheiro, *pedia* artigos com *insistência* ao jovem Monteiro Lobato. Ainda que não se saiba qual a periodicidade dessa *insistência*, o termo indica a existência de um mercado mais ativo, menos caseiro, um mercado

nascente de textos e imagens, no qual o escritor incipiente detectava a exigência do público em relação ao jornal.... “Os comentários fisiológicos são insuscetíveis de virem à tona dum jornal católico, apostólico, romano e perrepista como esse bom ‘O Povo’ de Caçapava” (p. 222).

Outra comprovação de que um mercado editorial jornalístico estava despontando: a profissão de repórter, jornalista. Em suas cartas, Lobato e Rangel identificam pessoas conhecidas por ambos como “repórter”, “jornalista”: “Eu naquela época trabalhava como escrivão de subdelegacia no posto policial do Braz. Foi onde conheci o Ricardo, que um dia lá apareceu como repórter do ‘Correio Paulistano’ ”, conta Rangel (ABG, 1951, p.21).

Um é repórter, outro é colaborador; é possível ter um jornalzinho de “pegar anúncios”. A carta de 11 de julho de 1904 é o anúncio de que a molecagem de *O Minarete* e o humor de *O Combatente* estão perdendo o lugar na imprensa paulista para o capital representativo e de leitores mais atentos aos produtos impressos (ABG, 1957, p.64) – “O caso do *Minarete* foi uma sorte grande nossa, Rangel. Não se repete. Não há dois Benjamins no mundo e nunca haverá outro diretor de jornal tão passivo como aquele. Eu era para ele um dogma. Era eu dizer e era ele executar”.

Sobre isso, a extinção de *O Combatente* é símbolo de um fazer jornalístico cujas polêmicas ainda não se despegam do ataque pessoal, ao mesmo tempo em que um Estado autoritário também não se situou bem, ou mesmo não quer reconhecer, a função da imprensa. Em carta de 07 de novembro de 1904 (ABG, 1957, p.78-79), Lobato anuncia o óbito do periódico:

Saltando de Norte a Sul, direi que o Breves morreu — o Breves jornalista, porque o outro, da “burocracia biológica”, esse vive e viça, sempre “apurado” e na concha. O Tito Franco deu de fazer n'*O Combatente* piadas contra o Chefe de Polícia, e o Chefe — diz o Ricardo — chamou o Breves para explicações e Breves as deu com desesperante prolixidade. Dizem que começou assim: “Senhor Doutor e conceituado Chefe do Policiamento Local, a mamãe...” e enveredou por aí, com a eterna mamãe puxando a fila. E o caso é que *O Combatente* morreu. Perdeste o único editor, meu caro Rangel. Onde outro que tome a sério o teu, o nosso preconizadíssimo talento? O Breves publicou o teu *De S. Paulo ao Guarujá* apenas por sugestão do Ricardo. O poeta abriu-se diante dele em exclamações sobre a tua genialidade. Ele sorria aquele célebre sorriso postal que era uma obra prima de incredulidade, e de medo do Ricardo te

publicava. Agora, de medo do Chefe de Polícia nem sequer edita mais o jornaleco.

Quem estava moribundo, afinal, era o fazer jornalístico que Monteiro Lobato vivenciara entre a infância e a juventude. Dos jornais de viagens, ilustrados e cheios de relatos envolventes, para as páginas de jornais politiquieiros, o escritor percebe o meio editorial à medida que participa de sua própria constituição. O convite para escrever em jornais mais sérios, lembrando a frequência com a qual Lobato usava pseudônimos, não vem somente dos textos, mas da construção de uma personalidade jornalística num meio privilegiado por todas as conjunturas de uma sociedade em transformação. Monteiro Lobato, neto do Visconde, usufrui como criança, adolescente e jovem não só da biblioteca do avô, mas também de uma vida estudantil profícua em literatura, artes, polêmicas, política em sentido amplo. Privilégio de quem tem o suporte financeiro de tradição familiar e poderá escolher entre a continuidade dos negócios da família e o investimento na carreira intelectual.

Sobre isso, é importante observar as contingências sociais com as quais o jovem Lobato deparou. Se é possível, num primeiro olhar, colocá-lo entre aqueles que, sofrendo o declínio do poder econômico das grandes lavouras busca no trabalho intelectual forma de legitimação de seu espaço social (Miceli, 2001), esta afirmação mostra-se insustentável quando se compara a trajetória do escritor com a de outros intelectuais, como Lima Barreto. Sem dúvida, Lobato não passa de proprietário de terras à categoria de “intelectual”. Antes, é funcionário público bem colocado por intervenção do avô, quando, aí sim, assume a frente dos negócios da lavoura.

E mesmo aí, para quem manifestara tantas idéias de empreendimento, investir na *Revista do Brasil*, em 1918, não conota falta de expectativas do escritor. Contrariamente, esses elementos indicam a possibilidade de se investir com certo grau de rentabilidade, o que garantia a Lobato, não a busca de oportunidade para evitar a decadência, mas o estabelecimento de outras relações econômicas e sociais por outros mecanismos. Era uma relação de continuidade, não de substituição.

Fazer jornal, ainda que em tom galhofeiro e desprendido de qualquer preocupação, torna-se um caminho possível para revelar, discutir, problematizar os fatos locais e os mais distantes. O escritor vai se modificando junto com seu contexto. Benjamim Pinheiro não teria segunda edição, nem o mercado brasileiro de periódicos, o qual não permitiria mais o surgimento de Benjamins e

Breves, ainda que bem intencionados. Porém, essas experiências haviam sido pertinentes à formação do publicista Monteiro Lobato.

Como biógrafo, Cavalheiro não escapa da constatação sobre o desenvolvimento da região do Vale do Paraíba, à época do retorno do escritor. Afirmado que Taubaté, quando Lobato volta para a casa do avô, era a cidade mais importante no entorno do vale. Nela havia escolas, fábricas, bandas de música, hipódromo, teatros e jornais. Uma vida urbana movimentada pelo dinheiro proveniente do período áureo de produção agrícola.

No entanto, a mesma imprensa na qual Lobato se formou quando criança e adolescente vai afastar o bacharel aristocrata de suas páginas. As críticas que o escritor viria a desferir contra a sociedade de Taubaté, Areias e região mostram o quanto a leitura do jornal e da realidade que o circundava foi se alterando com a experiência obtida nos anos passados na capital, a qual era ponto de convergência dos modismos vindos da Europa, das conquistas científicas, dos exaltados estudantes das Arcadas.

O modelo de jornal antes vivenciado por Lobato em sua infância e adolescência no Vale do Paraíba estava vencido.

Era necessário outra forma, outro jornal. Objeto que já existia, estava em trânsito, mas que não havia descido do trem nos vales paulistas. Formado, portando o diploma característico de sua classe social, jovem, solteiro, Lobato é bom partido para as moças casadoiras. Provavelmente não conhecessem a face jornalística do moço, sempre contrária ao “bom mocismo” dos bacharéis vindos de São Paulo.

Na localidade, continua a exercer o ofício de escritor, apesar de não se encontrar como autêntica “voz opinativa” num meio que desejava somente o beneplácito do neto do Visconde, como escreve em carta de 24 de janeiro de 1905, a Rangel, na qual afirma estar transformado na “última palavra” da crítica local. A lucidez do escritor é marcante: “o povo olha-me com uma espécie de terror sagrado, tantas foram as coisas bonitas que, em estilo de atelier de Paris, eu disse na análise dos quadros de Georgina — chama-se Georgina. O meio de sermos admirados pelo povo é não sermos entendidos”. A crítica sobre os quadros de uma pretensa namorada é prática coesa com a visita dos outros artistas da terra, “geniosinhos municipais”, os quais desejam o mesmo: “querem também que eu diga deles coisas incompreensíveis”. As autoridades locais não titubeiam, elegem-no como a “única autoridade crítica da terra” e, para continuar agradando o consenso e exercendo sua fina ironia, declara ao amigo que acabara de preencher cinco tiras

“com quanto argot musical” assimilara em S. Paulo nas críticas do Camarate e do Barjona: “Saiu-me coisa tão boa que, relendo-a, eu mesmo não entendi nada. Imagine o sucesso que vai ser!” (ABG, 1957, p.90-91).

Lobato, pois, não está sozinho em sua busca pelo jornal “decente” onde poderia se fazer publicar sem o exercício dos lava-pés que praticavam em Taubaté. Sua intensa correspondência com Rangel denuncia que os amigos de “Cenáculo” também continuavam o trabalho de abrir espaço no mundo da publicação periódica.

Quando um colega conseguia fazer-se publicar em jornal, merecia “parabéns”. Lino, em carta de 15 de agosto de 1906, recebe congratulações e, pelas palavras de Lobato, nota-se a importância de ser “lido” no meio social (CE, 1970, p.50): “Meus parabéns pelo artigo do Heitor de Moraes. Começas então de vez, a entrar definitivamente na grande vitrina da sociedade, esse sonho de toda criatura humana, lá onde moram os Ruis, os Nabucos, os Lafaiates”. E o entusiasmo de Lobato se estende para todo o grupo: “Já és discutido, comentado; já entre 600 rapazes tiram você e mais um só aqui da roça, o eco dos sucessos entusiasmou-me e reentrou a admirar o grande Cenáculo convicto que dele sairá ainda muita coisa para o futuro”.

Pela missiva de 10 de setembro, do mesmo ano, (ABG, 1957, p.141), Lobato levava notícias do mundo da imprensa, ao interlocutor mineiro, nas quais os amigos estão envolvidos. Começando por Nogueira, conta que este levava “barriga” como repórter do *Comércio*, demitindo-se, e explica “Barriga em gíria de redação é engolir uma notícia falsa e fazê-la sair no jornal”. Como bom narrador que é, resume a situação: sempre reclamando da falta de novidades, os amigos resolvem brincar com o companheiro. Arranjam um atestado médico falso em que constava o atropelamento e esmagamento do pé de determinada personalidade. O Nogueira, então, na voz de Lobato, “cai e tece uma notícia linda, com pormenores naturalísticos à Zola, coisa absolutamente *d'après nature*, de quem viu, ouviu e cheirou o chulé do homem. Sai a notícia e há protestos. Agricio apresenta na redação o pé incólume”. Para completar a trágica experiência do “ex-Cenáculo”, continua Lobato, “os outros jornais ‘piam’ sobre a leviandade do *Comércio* e Nogueira, furioso, vai para a seção livre e desce a marreta em meio mundo, e cita o Ramaiana e os Vedas, e até um latim de Juvenal”. Porém, segundo Lobato, o rapaz demite-se porque está de olho em outro emprego.

Há mais notícias para Rangel.

Breves continuava na ativa. Encontrara com o funcionário dos Correios e tivera o relato de tudo que acontecera com *O Combatente*, desde que saíra de São Paulo.

Definitivamente, as palavras de Lobato vão se concretizando: não mais voltaria a existir um *Minarete* em que jovens estudantes tivessem tal liberdade de publicação. As modificações vão ocorrendo não só na produção e circulação, mas também na relação de quem é notícia com os leitores. Embora muito conturbadas num meio político em que a República está engatinhando, práticas anteriores pelas quais muitos periódicos eram produzidos em função da divulgação de determinada causa política, o veículo informativo, a partir de então, precisa ser melhor pensado, mais elaborado em função de quem o consome: os critérios do que era jornal e do que era notícia sofrem, portanto, inevitável alteração.

O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, vai desaparecendo nas grandes cidades. Não agüentando arcar com muitas dessas transformações, diversos periódicos iriam desaparecer sem chance de voltar a circular. Breves não estava errado; havia mil coisas para lidar, agora, mesmo num jornaleco de “pegar anúncios”. As empresas jornalísticas iniciavam a consolidação de sua estrutura numa fase de inquietação política, ainda que menos intensa que a presenciada no século XIX.

De Taubaté, Lobato partiria para localidade ainda menor: Areias, para onde segue com Purezinha, com quem casara aos 28 dias de março de 1908. Promotor sem causa e sem trabalho, embora empregado, continua sua colaboração para os jornais. Escreve a Rangel em 02 de dezembro de 1908 que, para neutralizar o marasmo da cidade, tomara uma assinatura do *Weekly Times*, de Londres — “edição semanal em que vêm os melhores artigos do *The Times*, diário, o grande, o velho, o tremendo *Times* de Londres” (ABG, 1957, p.225-226). Com os pés na grade da sacada, conta, injetava-se de inglês, tentando fugir às conversas sobre e das panelinhas políticas locais.

Lobato, como se vê, não é qualquer curioso por jornais. Para leitura, escolhe um modelo de publicação no meio editorial internacional, o *Times*. Como toda escolha, esta também não é gratuita: além de ser um dos melhores jornais, como se nota no julgamento do escritor, “o grande, o velho, o tremendo *Times*”, ler em inglês era contrariar a praxe de tudo se olhar pelo viés francês. Além disso, Lobato não poderia ter melhor manual para sua escrita que um dos jornais mais consolidados no mundo ocidental.

Neutralizar Areias recebendo por isso seria ainda melhor. Na carta de 07 de junho de 1909 (ABG, 1957, 238-239), a Rangel, o escritor indaga se Ricardo estaria no *Comércio de S. Paulo*, pois suspeitara disso ao encontrar *Elefantes* de Lecomte de Lisle traduzido no periódico e, também seu próprio conto “Gens ennuyex”. E comenta: “A mim não convidou para colaborar. Onde recebi convite foi da *Tribuna* de Santos, jornal côr de rosa que o Valdomiro Silveira dirige, e já mandei como pano de amostra uma coisa cruel contra o Hermes”. A *Tribuna* prometia pagar a colaboração logo que concluíssem umas reformas.

Leitor do *Weekly Times*, logo faz da prática de seu inglês mais uma porta aberta para o jornalismo. Em carta de 1º de julho de 1909, comenta a Rangel que estava traduzindo notícias e enviando-as para *O Estado de S. Paulo*. Ora, para alguém que se preocupasse com uma literatura que desse algum dinheiro e para um jornal que entrava no sistema do trabalho assalariado e industrial, características da imprensa-empresa do século XX, não seria possível uma colaboração de um desconhecido tão fora do círculo editorial, que simplesmente decidisse fazer uma tradução e enviar para a empresa jornalística. Se Lobato assinara o *Times* para praticar a língua estrangeira, fazia do lazer um trabalho, e um trabalho em moldes modernos: fazia da informação de fora, subsídios de leitura e publicação para *O Estado*. Por quais caminhos, pois, Lobato teria entrado no esquema de publicação dessas traduções? Nenhuma informação nem por parte dos biógrafos nem por parte do próprio autor. O que não elimina o sinal de que o envolvimento do escritor não se dava apenas pela vontade de neutralizar a vidinha monótona do interior, mas por intenções vívidas de se fazer mostrado na vitrine jornalística.

Os vínculos ideológicos, pois, são possíveis somente se houver algum canal que permita o encontro de mentes afinadas com determinados ideais. A família ou a profissão; o grupo de estudantes ou as rodas de profissionais liberais; as correspondências entre familiares ou as cartas comerciais entre representantes políticos. O meio pelo qual Lobato entrara como tradutor de *O Estado* não está explícito, entretanto, enuncia-se de todas essas formas. Seu envolvimento posterior cada vez mais intenso com o grupo daquele jornal não desmente que “entre 1901 e 1926, a concorrência política entre os grupos dirigentes em São Paulo resume-se aos conflitos e às cisões em torno da direção do único partido oligárquico então existente (o PRP, Partido Republicano Paulista)” (Miceli, 2001, p.89-90).

Na mesma carta de 1º de julho de 1909, Lobato é taxativo com Rangel: “Quando encontro coisas muito interessantes, traduzo-as e mando-as para o *Estado* e eles me pagam 10\$000”. O que

não evita o conflito entre uma tradição literária apartada do ganho material de uma prática de mensuração do trabalho intelectual: “Acho estranho isto de ganhar dinheiro qualquer com o que nos sai da cabeça. Vender pensamentos próprios ou alheios... Mas não tolero escrever por obrigação. Traduzo quando quero. Faço coisas para *A Tribuna* quando quero” (ABG, 1957, p.249). Mais sutil ou agressivo do que o escritor imaginava, o mercado não colocaria escravos no eito, porém, a obrigação que dizia não ter contradiz, de imediato, a ação exercida junto ao jornal; a intrínseca e complexa relação entre autor, público, empresa e demais instâncias que tomam corpo no mundo editorial conduz o jornalista a obrigações que ultrapassam a conhecida e simples oposição de classes do sistema trabalhista em que patrão e empregado podem se confrontar em qualquer tempo. Fazer-se lido pelos jornais para divulgar a própria literatura é uma das amarras.

É importante notar, ainda, que em carta de 13 de fevereiro do mesmo ano, ao cunhado Heitor de Moraes, Lobato faz considerações a respeito de escrever para os jornais. Propõe-se a enviar modelos, numa evidente indicação de que dispõe de certo know-how sobre o assunto: “Falas em colaboração para a Tribuna, paga... Isso é grave e merece ponderação. Escrever é uma maçada, como bem sabes, depois de passada a época em que a gente escreve unicamente pelo prazer de ver-se impresso”. Para quem afirma achar estranho ganhar dinheiro com aquilo que sai da cabeça, como comentaria com Rangel, o posicionamento diante da intenção do cunhado é firme: “Ora, eu já passei por essa experiência e hoje só concebo que se extravasasse pelo bico da pena tantos ideais sobre umas tantas tiras de papel quando alguma vantaginha resulta disso. E pensando assim, assim o faço”. E, contrariando qualquer expectativa de um leitor mais lírico, propenso a contar com o engajamento puramente ideológico do escritor nos moldes do imaginário romântico, Lobato declara sem cerimônias: “Por isso, se quiseres, te mandarei umas amostras de artigo, de vários gêneros, a ver se encontram cotação na bolsa jornalística daí. Se não, você nos devolverá, porque não é nenhuma honra a gente ver-se impresso de graça e lido a cem-réis por pessoa”. A barganha não é somente com tradução, é com literatura – “Se o quiseres seriamente e se há possibilidade de alguma compensaçãozinha (que jeitinho, hein?) somente eu mandarei, para a Tribuna ver, um conto já escrito – Bocatorta e um artigo que posso escrever já – A Futura Guerra Anglo-Alemã”; os artigos podem ser encomendados, sem problema (ABG, 1957, p.55-56):

Querendo também qualquer outra contra o Hermes, arranja-se. Sobre agricultura, sobre a cultura do Sisal vulgo Pita, sobre vias férreas, sobre assuntos palpitantes nacionais ou estrangeiros, sobre estética, sobre a morte de Mr. Chanchard, sobre a decadência do ensino no Brasil e os seus remédios, sobre a mentira eleitoral também se forma coisa bem arranjada. Só não sai artigo jurídico... nem *diatribe* contra W. Luís.

Aquilo que era passa-tempo ganha foros de trabalho para o jovem Lobato. Em carta de 02 de setembro do mesmo ano, 1909, escreve sobre um pequeno negócio na *Tribuna*: cinco artigos por mês. Para quem se negara a escrever forçado, pairam alguns compromissos implícitos no pequeno negócio; primeiro, o que seria “pequeno” – uma vez que a média de artigos seria de um por semana, o que identifica um compromisso com a empresa; segundo, Lobato usa o termo “meu negócio” – identificação explícita da existência de uma contratualidade com a firma. E não se mostra preocupado em ser pego de jeito no “eito escravo”: “Talvez também entre na *Gazeta de Notícias*, onde está agora o Sebastião Sampaio — você não o conhece — aquele da nossa corrida no Viaduto”. Tudo indica que os negócios com o jornal estavam realmente dando mais que para os apetrechos de escrita, sendo o negócio mais importante, comenta com Rangel, “a compra, por um grupo, dum jornal de S. Paulo e eu iria para o comando literário. Se isso se realizar, meu Rangel, tu estás feito. Tens jornal e colaboração paga por tabela especial, mais alta que para os outros. Em fevereiro ou março vou passar seis meses em S. Paulo, para cuidar disso e mais coisas”. (ABG, 1957, p.267).

A euforia que pode ser percebida na manifestação da carta de 04 de agosto do ano anterior, 1908 – “Espero ‘Criaturas’. Temos jornal. Tito assumiu a redação da *Tribuna* de Santos, com 700 por mês. Promete ‘pagar’ a minha colaboração” (ABG, 1957, p.216), passara a planejamento de investimentos de bem mais alto calibre que simplesmente o despreocupado fazer de algumas traduções para *O Estado*.

O lucro advindo das negociações com *A Tribuna* parecem animar Lobato, que comenta novamente em carta de 15 de setembro de 1909, a Rangel, os valores pagos pelo periódico: já fizera, até ali, 40\$000. Com isso, segundo ele, dava para pagar dois meses de aluguel da casa. “Pagar a casa com artigos — que maravilha, hein?”. E as propostas não paravam – os fundadores da *Fon-Fon*, semanário ilustrado, pediam colaboração para *Lua*. E Lobato pergunta ao amigo se

deseja ser também publicado na revista, anunciando, que, se Rangel, permitir, faria do texto do mineiro uma experiência: “Posso meter lá o teu conto? Mas quero entrajá-lo por um figurino novo que lhe irá bem. Simples experiência. Como já não contavas mais com ele, tomo-o para uma experiência *in anima nobile*” (ABG, 1957, p.271).

O fluxo lucrativo proveniente dos textos para jornal são corroborados por Cavaleiro (1951, p.142-143), demonstrando que ser colaborador podia ser entendido também como ser funcionário da empresa. As horas antes passadas na “boemização espiritual” são divididas com a esposa e a casa. Em fins de 1908, descobrira uma pequena fonte de renda, traduzir artigos para *O Estado*, recebendo deste 10 mil réis por colaboração; agora, as somas chegavam a 80 mil réis em dezembro de 1909, de acordo com o biógrafo. Se com a colaboração na *Tribuna* dava para pagar aluguel, com *O Estado* daria para lances maiores.

Não se pode desprezar, porém, o papel dos jornais regionais para escritores como Monteiro Lobato. Entre 1910 e 1920 há uma visível evolução no conteúdo e na produção dos jornais e revistas. A notícia que chega de bonde, trem e navio, os repórteres enviados em missões de maior mobilidade e a ênfase mais na notícia que na literatura fazem do jornal uma arena em que novas técnicas e concepções de periódico se enfrentam. *A Tribuna*, de Santos, o *Correio do Povo*, em Porto Alegre-RS, aparecem enquanto *Diário de Notícias*, da Bahia, e *Diário Popular*, de São Paulo, buscam consolidação. Mesmo localidades como Uberaba, em Minas Gerais, tem jornais como *Lavoura e Comércio*, com nítido direcionamento ao público que pretendiam. A nítida expansão do jornalismo regional verificada pelos estudiosos do assunto nos principais centros do país, aponta para a contraposição de práticas herdadas do período anterior, tais como o personalismo e a literariedade preponderante.

Nesse meio, Lobato demonstra estar imerso no mundo jornalístico em todos seus aspectos. Nas cartas escritas em fins de 1909, permanecem os comentários ilustrativos da agitada vida dos jornais com suas mudanças de cargos e disputa por nomes da imprensa. Na carta do dia 14 de dezembro, enviada a Heitor (CE, 1970, p.57), Lobato pergunta se era fato ter ido Sebastião Sampaio para a redação da Gazeta. No início de 1910, em 22 de fevereiro, mesmo descontente com a própria produção, questiona Heitor: “Como vês tenho andado constante na ‘Tribuna’ – o que ainda não pude conseguir é prestar: o interior burrifica e escrever vai muito do hábito, que perdi com um interregno de vários anos. Não obstante a má qualidade do artigo, negócio é negócio: a T. paga ou não?” (CE, 1970, p. 59).

Lobato certamente não estava tratando de sua escrita como um todo – afinal, publicava traduções, enviava colaborações, comunicava-se constantemente por cartas. O que “não presta”, de acordo com sua lógica, é justamente sua produção jornalística, a qual, longe de desejar os modelos literários, almejava aperfeiçoar-se longe do interior, local de anulação da capacidade do bem escrever, segundo ele mesmo.

Para Cavalheiro (1955, p.158), os anos de 1911, 1912 e 1913 são infrutíferos para o escritor, que “os passa estéril, com vagas idéias de vaguíssimos projetos literários na cabeça” e acrescenta que “mesmo as leituras são parcas, o suficiente para não se embrutecer de todo”. Sem a possibilidade de se reconstituir as fontes do biógrafo, é possível, porém, notar nestas assertivas as palavras de Lobato sobre si mesmo, ainda que silenciando a respeito de suas colaborações em jornal neste período. Período, aliás, em que está herdeiro da fazenda do Buquira, local onde passa a viver com a família a partir de 1911.

O leitor de jornais não estava morto — em carta de 07 de fevereiro de 1912 comenta a publicação de Lino em *O país*, chamando-o de “Felizardo!” e afirmando que “com passinhos de lã vais caminhando para a Academia, para reabilitar aquilo” (ABG, 1957, p.325). Ou seja, efetivamente Lobato não estava desligado do mundo editorial, antes, contradizendo sua abstinência literária, tinha informações suficientes sobre ele, continuando a dar conselhos ao amigo Rangel sobre os textos que lhe são enviados. Continua, ainda, a analisar a relação dos amigos com as *letras*, o que pode ser notado no relato de uma visita que faz ao escritório de Ricardo Gonçalves, ex-Cenáculo, relatada em carta de 09 de maio de 1913 a Rangel. No relato, nota-se, desde o início, uma lamentação pelo que estaria acontecendo, começando por “se visses o Ricardo no escritório de advocacia que armou com o Luiz Maia e outros...” até a observação mais aguçada: “como única transigência admite, na estante que lhe fronteira a secretaria atochada de Lobões, Mafras, Bento Farias, Trigo Loureiro, Aveias e Coentros, bem em cima, em lugar pouco visível, uma coleção da *Kosmos*” (ABG, 1957, p.342). É o periódico *Kosmos*, portanto, que “salva” o amigo.

A consagração muitas vezes atribuída à “Velha praga”, publicado com o título “Uma velha praga” em 12 de novembro de 1914, esconde uma trajetória pela qual o artigo, além de suas qualidades textuais, alcança repercussão.

Mas, antes de encontrar Lobato com seu texto “Uma velha praga”, é preciso observar o outro rebento nascido no século XIX, o lugar que o escritor conquistou, ou foi conquistado por ele – *O Estado de S. Paulo*, quando ainda era província.

2.2. Um jornal imparcial: republicano e cientificista

Segunda-feira, 04 de janeiro de 1875. Cinco colunas na primeira página se apresentam ao leitor encimadas por duas frases de pretensos esclarecimentos: “Colunas franqueadas aos escritos de utilidade pública” e “Liberdade de pensamento e responsabilidade do autor”. É o primeiro número de *A Província de São Paulo* que esclarece sucintamente: “Esta folha e seu estabelecimento tipográfico pertencem à uma sociedade em comandita com o capital de 50:000\$000”, sociedade da qual faziam parte fazendeiros, capitalistas e profissionais liberais, como se registrava: Capitão Bento Augusto d'Almeida Bicudo, fazendeiro, morador em Campinas; Antonio Pompeu de Camargo, fazendeiro, Campinas; Dr. Americo Brasiliense de Almeida Mello, advogado, S. Paulo; Dr. João Francisco de Paula Souza, capitalista, S. Paulo; João Manoel de Almeida Barboza, fazendeiro, Campinas; Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, advogado, Campinas; Dr. Raphael Paes de Barros, fazendeiro, S. Paulo; Major Diogo de Barros, capitalista, São Paulo; Dr. João Tobias de Aguiar e Castro, fazendeiro, Itu; Manoel Elpídio Pereira de Queiroz, fazendeiro, Campinas; João Tebyriçà Piratininga, fazendeiro, Itu; José de Vasconcellos Almeida Prado, fazendeiro, Itu; José Pedrozo de Moraes Salles, capitalista, Campinas; Antonio Carlos de Salles, capitalista, Campinas; Francisco de Salles, fazendeiro, Campinas; Dr. Martinho Prado Júnior, fazendeiro, Patrocínio das Araras; Dr. José Alves de Cerqueira César, advogado, Rio-Claro; Candido Valle, negociante, Rio-Claro; Francisco Glycerio de Cerqueira Leite, advogado, Campinas; Francisco Rangel Pestana, advogado, S. Paulo; Américo de Campos, jornalista, São Paulo.

Dos vinte e um comanditários, dez são fazendeiros, sendo um com o título de “capitão”; quatro são capitalistas (empresários); sete são profissionais liberais – dentre os quais, apenas um é apresentado como jornalista.

Como se nota, para o jornal, tão importante quanto o nome dos comanditários era a função social e o local de origem. Para compreender isso, é preciso retroceder ainda dois anos: de

acordo com a página oficial do “Grupo Estado”⁸, grupo empresarial que detém, hoje, os direitos de *O Estado de S. Paulo*, a gênese do jornal está ligada diretamente à Convenção de Itu, de 1873, quando a maioria dos participantes da convenção concordaram acerca da necessidade de se ter um órgão de imprensa na capital. Fato representativo era a preocupação dos convencioneiros, tendo em vista que ter um jornal na capital era legitimar a voz do grupo em ponto estratégico do poder governista. Ainda esclarece o jornal que em outubro de 1874, após um trabalho de captação realizado por Américo Brasiliense e Manuel Ferraz de Campos Salles, constituiu-se uma sociedade em comandita com 19 cotistas com o nome de Pestana, Campos & Cia, registrando que “este nome deve-se ao fato de Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos, escolhidos para redatores, terem as maiores cotas. A administração foi confiada a José Maria Lisboa”.

É Américo Brasiliense quem redige a ata de 18 de abril de 1873, na qual se encontra a preocupação dos republicanos de se manterem interligados com a imprensa, afinal “é de suma importância e grande alcance não se descuidarem os republicanos da imprensa, elemento essencial de propaganda das idéias e princípios, que são professados pelos cidadãos presentes”⁹.

As idéias professadas, pois, enfeixam-se sob o epíteto de “republicanos”.

Entre realizar propaganda política nas folhas já existentes, como alguns pensavam na convenção, e fundar um veículo adequado às idéias do grupo, é evidente que a segunda alternativa se efetivou em 1875.

Voltando-se à mesa da convenção de 1873, lêem-se, após a subscrição do secretário, o nome dos municípios com seus respectivos representantes: Itu, Jundiaí, Campinas, São Paulo, Amparo, Bragança, Mogi Mirim, Constituição (Piracicaba), Botucatu, Tietê, Porto Feliz, Capivari, Sorocaba, Indaiatuba, Belém de Jundiaí (Itatiba), Vila do Montemór, Jaú e Rio de Janeiro. A imprensa é “elemento de propaganda das idéias e princípios”. O receptor desta propaganda, porém, poderia ainda estar se configurando na sociedade brasileira. Se não fosse o contrário: mais que divulgar idéias, a imprensa poderia criar a idéia da própria necessidade de sua existência.

Saía o primeiro número de *A Província de S. Paulo*, no dia 04 de janeiro de 1875. Embora na página on-line do jornal registre-se que “mesmo sem assumir explicitamente seu propósito

⁸ O ESTADO DE S. PAULO. Histórico Grupo Estado. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/historico/index.htm>>. Acesso em: jan. a set. 2009.

⁹ MUSEU PAULISTA. Ata da Convenção de Itu. Disponível em: http://www.mp.usp.br/mr/ata_1873.doc. Acesso em: 24 jan. 2005.

republicano, consta uma extensa declaração de princípios afinada com o republicanismo e com os pressupostos da cidadania”, uma declaração como a que então era publicada tornava mais que explícito a vinculação do periódico à linha política dos fazendeiros do Estado de São Paulo.

A redação, a administração e as oficinas estavam instaladas num prédio da Rua do Palácio, número 14, esquina com a rua do Comércio (hoje, atual rua do Tesouro com a rua Álvares Penteado), onde permaneceriam até abril de 1877. Pelos dados, observa-se que tudo se organizara, a despeito da função política do jornal, como uma empresa de bases sólidas. Comanditários, diretoria, projeto editorial. Lançava-se no mercado um objeto de leitura para classes sociais que, no Brasil republicano, podiam ler.

Presume-se, assim, que o investimento do grupo de Itu, na verdade, grupo que representava o interesse duma ex-aristocracia de todas as regiões produtoras de café, dentre elas o Vale do Paraíba, desejosa por assumir o topo da pirâmide política, tinha em vista um público que se formava nas cidades, público que poderia contribuir para a divulgação das idéias liberais. Contudo, o jornal é empresa e, como tal, seu papel não é panfletar simplesmente a causa republicana, mas aparecer como jornal republicano, ou seja, a própria liberdade de opinião anunciada pelo periódico mostrava-se como marca do ser republicano no Brasil. Por isso, a qualidade do material não deveria ser descuidada.

Nomeados redatores, Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos, um advogado, outro, jornalista, ambos de São Paulo, a folha nascente tem como seus progenitores ativistas políticos intensamente envolvidos com a vida pública. Como exemplo, uma visita à ficha de Rangel Pestana, arquivada no Senado Federal e digitalizada no sítio oficial do governo federal¹⁰, pela qual o leitor é informado ter sido o redator o primeiro editor de *A Província* ocupando os cargos públicos de vice-presidente do Banco da República, presidente do Banco do Brasil S/A e redator do Diário Oficial. Como profissões, registram-se advogado, jornalista e professor; como mandatos, seis vezes Rangel se faz presente como legítimo representante político: Deputado Provincial - 1884 a 1888; Senador - 1890 a 1891, 1892 a 1893 e 1902 a 1903; Deputado Federal - 1899 a 1899 e 1901 a 1902.

Para que não se tenha em vista apenas os redatores, pode-se observar nos arquivos do “Centro de memória”, da Unicamp – SP, referência, entre outras personalidades, a Francisco

¹⁰ SENADO FEDERAL. Biografia dos senadores. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1698&li=22&lcab=1891-1893&lf=22>. Acesso em: 25 abr. 2008.

Glicério de Cerqueira Leite¹¹, um dos cotistas da organização inicial de *A Província de S. Paulo*, quem “desde jovem tomou contato com as idéias republicanas, participando do Grupo Republicano de Campinas. A partir da Convenção de Itu (abril de 1873), tomou a frente da propaganda e comandou os atos relacionados ao novo partido na Província de São Paulo”, registrando-se na página, por último, as virtudes do jovem político: “atuante, pragmático, proselitista convicto e líder nato, trabalhou como advogado provisionado e elegeu-se vereador em Campinas, deputado federal e senador. Em 1890, no Governo Provisório, atingiu o posto de Ministro da Agricultura”.

A neutralidade do jornal nascido em 1875, assim, vai se configurando, entre outras coisas, também como cautela diante do poder monárquico ainda vigente. Membros das instituições políticas em pleno funcionamento, os sócios mantinham-se como empresários, em primeiro lugar, num jornal que somente mudou de “província” para “estado” com a consumação final e inevitável do sistema político nos anos finais do século XIX.

Outro aspecto relevante da relação do grupo dos fundadores com o veículo impresso está no indício de que a informação jornalística desfrutava, então, de uma situação de importância tal que capitalistas e fazendeiros tomavam-no como elemento ideológico primoroso para a luta empreendida. Quando se observa os sobrenomes dos comanditários bem como algumas relações familiares ali presentes, é fácil concluir que o negócio estava entre “amigos”. Se não eram por afinidades pessoais, ao menos, por uma causa política comum.

Aliás, a história do fazendeiro que se torna editor não é algo tão distante ou inusitado para um representante desta classe como Monteiro Lobato. Se isso não era a regra, não se pode conceber que os homens reunidos em Itu e, posteriormente, comanditários de *A Província* fossem interioranos completamente indiferentes ao papel da cultura na transformação social, mesmo que esta significasse a consolidação do seu poder. É um saber, pois, a favor de uma classe dominante, o que marca como ingenuidade qualquer simplificação que atribua aos “caipiras” paulistas uma simples aventura ao iniciarem uma publicação em nada despreziosa.

Diversificam-se os grupos humanos – e Monteiro Lobato deixa o leitor entrever isso em muitos de seus relatos nas cartas a Godofredo Rangel – sendo que muitas dessas figuras, asperamente criticadas pelos intelectuais da época, eram resultado direto do processo de

¹¹ CENTRO DE MEMÓRIA UNICAMP. Arquivos históricos. Disponível em: <http://www.centrode memoria.unicamp.br/arqhist/fec_pes_f_glicerio.htm>. Acesso em: 25 abr. 2008.

ocupação e consolidação das terras virginais a oeste de São Paulo. O coronel, geralmente um comerciante endinheirado, levava junto com a profissão a conexão com as vidinhas comuns de toda a gente, as quais, evidentemente, deviam-lhe se não tudo, muita coisa para a sobrevivência cotidiana. Ou seja, “organizava as eleições, tratava com as autoridades da capital e, se necessário, eliminava os adversários com o mais notável desembaraço” (Moinbeg, 1984, p.143).

Se o número de famílias bem sucedidas com os empreendimentos cafeeiros não era tão grande; se a República, para se consolidar como idéia de sistema político viável e aceito pela população precisava de divulgação do seu ideário, os leitores potenciais da folha de 1875 não estavam, evidentemente, somente no campo. Nas cidades estavam os grupos que iam tecendo uma classe média burguesa, o que contribuía significativamente para se criar a base de transformação requerida pelos opositoristas ao Imperador: é possível imaginar que os leitores de *A Província*, pessoas letradas, muitas delas numa das capitais mais prósperas do Brasil, passassem a compartilhar das idéias republicanas justamente por se identificarem com um ideário que evitava a panfletagem mais simplória e apresentava-se com a seriedade de quem sabe analisar uma causa, apontar os problemas e, o mais importante, apresentar soluções. A cidade era, portanto, condição indispensável para o surgimento da República, embora suas feições fossem por demais nebulosas à maioria da população, totalmente fora do circuito das leituras legitimadas como “conhecimento”. Como atesta Carvalho (1987, p.161), “a cidade fora o berço da cidadania moderna e, no Brasil, o Rio de Janeiro, maior centro urbano, apresentava as melhores condições de fornecer o caldo de cultura das liberdades civis, base necessária para o crescimento da participação política”.

A esse processo junta-se o imigrante, trazendo consigo outras bagagens de leituras políticas para a capital e o interior de São Paulo.

Mesmo que carentes das coisas mais básicas para a sobrevivência, muitos deles vinham sabendo ler – fossem italianos ou espanhóis, soubessem apenas a própria língua, eles detinham o conhecimento da importância da informação escrita. E engrossavam as periferias da capital de modo a diversificar mais ainda os tipos humanos que, logo pela manhã, podiam recorrer às bancas de jornais para saber as notícias do mundo – ainda que este mundo telegrafado estivesse bem distante do seu. “Quando de 1893 a 1897 a cidade se povoa bruscamente de multidões italianas recém-chegadas, falando somente a própria língua, as colunas do ‘Estado’ refletem fielmente essa fase histórica da ‘urbs’ paulistana”, para captar essa nova demanda, esclarece

matéria comemorativa de 1914, publicada por ocasião dos 39 anos de existência do jornal, em 04 de janeiro. “Marjo Cataruzza, mal conhecendo o idioma nacional, escreve ‘Os nossos telegramas’ numa característica algaravia ítalo-brasileira. E, como curioso fruto da época, surgem até correspondentes da Itália reproduzidos em italiano”, investimento para garantir o elemento forasteiro como leitor. E como critério de substituição do confuso correspondente não bastava dominar o vernáculo, “José Barbosa, hábil jornalista, substituto de Cataruzza, restabeleceu as regras do bom vernáculo naquela seção, cuja falta era sensível em nossa imprensa”; contudo, “tendo curta residência no país, carecia de um certo critério nacional no julgar as coisas estrangeiras, como intérprete do pensamento coletivo”.

Tipos humanos também podem ser encontrados na descrição realizada por esta matéria, estampada na primeira página: “Theóphilo Dias, o mavioso poeta, que de seu tio Gonçalves Dias herdara o talento e a lira; Lúcio de Mendonça e Muniz de Souza, então estudantes de direito, mas já esperançosos escritores; Léo da Affonseca, com seu belo porte de mosqueteiro, de longo chapéu desabado”, a descrição amena de figuras conhecidas, freqüentadoras da redação nos primeiros anos do jornal, como colaboradores e redatores, conta entre elas os verdadeiros condutores do periódico: “Rangel Pestana, com os seus inseparáveis óculos de ouro, a falar pausada e serenamente em voz sonora e clara; Américo de Campos, com as suas esquisitices e o tradicional ‘pala’ ao ombro; o ainda ‘moço’ Lisboa, eternamente jovial...”.

Como se vê, a lembrança do próprio jornal a respeito de seus incipientes participantes aponta para a diferenciação dos tipos humanos ou das funções sociais passíveis de redefinição somente na cidade. Afinal, numa sociedade que podia enviar os filhos para estudar na Europa e organizar um meio de comunicação com pretensões a não morrer do “mal dos sete números”, fazer direito ou medicina já não eram as únicas opções para estar bem colocado e com a vida garantida. É importante observar, também, como o grupo que idealizou *A Província* se mantinha vinculado ao jornal, bem como o periódico se colocava no meio político então vigente.

Distanciar-se explicitamente da face do poder: primeiro passo para legitimar a causa pela qual se inseriam no cenário jornalístico. Com efeito, os textos de *A Província de S.Paulo* se insurgiam contra a “oligarquia dominante”, classe que sofreria dura oposição do jornal. É importante observar que esta “oligarquia dominante” – entenda-se, os fazendeiros monarquistas – não eram identificados com os proprietários de terras (cafeicultores), dos quais defendia interesses econômicos. As classes “produtoras”, “laboriosas”, “classe dos lavradores”, mesmo

que este tivesse muitos alqueires de terras, eram que tocavam o Estado de São Paulo para frente. Em resumo, os cafeicultores e demais representantes das classes liberais “não se lhes afigurava que esse setor da classe dominante paulista era não apenas o dominante sobre a sociedade, mas também o detentor do poder político” (Capelato; Prado, 1980, p.68).

Era justamente o ponto de vista dessa classe que projetava os caminhos econômicos que a política brasileira deveria seguir: o jornal criticava o caráter artificial das indústrias nacionais, compreendendo-se por “indústria artificial” toda organização que vivia parasitariamente dos direitos protecionistas e utilizava matérias-primas vindas de fora. Para *A Província*, essas indústrias impediam a concorrência, encarecendo o preço do produto e não estimulando a melhora de qualidade. Os representantes d’*A Província* ou d’*O Estado de S. Paulo*, admitiam a interferência do Estado nos negócios do café, justificando a violação do jogo da livre concorrência, em função das necessidades enfrentadas por esse setor da economia, mas não a intervenção em outras negociações.

A política estava na gênese do jornal, como em todos os outros, mas de modo a evitar que se esquecesse do seu papel como baluarte da “livre circulação das idéias”, fossem elas de qualquer matiz. Era a formação de um *ethos* do enunciador (Fiorin, 2004) que estava em jogo. Assim, de caráter eminentemente republicano, *A Província* ainda que buscando a neutralidade como sinônimo de seriedade estará envolvida, desde o início, com causas políticas, no que o termo tem de mais amplo: *politizar*, pois, o leitor e lhe trazer o ponto de vista de uma imprensa pretensamente democrática e republicana. Em outros termos, o jornal reserva a si o direito acima do bem e do mal de observar e criticar os acontecimentos. Era uma folha “independente”, uma vez que “estritamente ligada a essa posição está a de que a atuação política do jornal é orientada por um ‘sistema de princípios’, sistema este que, segundo o jornal, possuía uma continuidade que remontaria aos primórdios da República” (Cardoso, 1982, p.48). Uma concepção de sociedade onde a política é a realização da razão, e esta só pode ser exercida por uma elite ilustrada. Urge, pois, criá-la.

Com a chegada da República, o novo nome: *O Estado de S. Paulo*, definitivamente.

Para alguém nascido em fins do século XIX, como Monteiro Lobato, conhecer o mundo pelo jornal equivaleria, em muitos aspectos, a conhecer o mundo registrado não mais pelo viés de um jornal de Províncias, mas de Estados. Em que a alteração do título não pareça alterar o jornal, ao menos indica ao jovem leitor que se iniciara nas letras entre o XIX e o XX que tinha em mãos

um jornal que tratava especificamente de um Estado de uma federação, de um órgão republicano. Se isso não acudia a um menino ou adolescente que pegasse a folha na virada do século, isso é ainda mais significativo: entre o nascimento em 1875 e a queda do regime em 1889, transcorre pouco mais de uma década que foi registrada na forma de notícias, artigos, declamações e manifestos nas páginas do periódico. O “sistema de princípios” norteava a pauta do jornal, pela qual assumiam-se posições sobre sufrágio universal, voto secreto, partidos políticos, justiça, república, ditadura, comunismo, fascismo, questão social, regionalismo, etc.

“*O Estado de S. Paulo*, para preservar o seu perfil enquanto *órgão de imprensa*, não se apresentava como porta-voz direto do ‘grupo do *Estado*’, diferentemente do que faziam o *Diário Nacional* em relação ao PD e o *Correio Paulistano* em relação ao PRP”, ou seja, “ele não traduzia diretamente a prática política do partido, mas reelaborava ideologicamente esta prática, na perspectiva da prática política do partido ideológico” (Cardoso, 1982, p.46). O conceito de jornalismo não descarta idéia de mercado e viabilidade econômica, o que, assim posto, também quer dizer o mercado como instância apropriada pelo discurso político “neutro” do jornal.

No país em que a imprensa sempre titubeava, e *O Estado* também não ficaria imune às crises financeiras constante dos jornais. Atravessar o século sem perder a função social como veículo de comunicação significava ter algo a mais do que simplesmente propagar as idéias republicanas, até mesmo porque, depois de 1900, estas já eram vencedoras. Retrocedendo ao número inaugural, a proposta de espaço democrático apresentada na primeira página do primeiro dia quer ser o ponto de convergência entre o ideal de uma empresa que deseja se sustentar como portadora das próprias opiniões e ser aceita pelas classes leitoras, as quais, paradoxalmente, vão se diferenciando ao ponto de que, para continuarem consumindo o jornal, é preciso que ali se reconheçam. Era a democracia fazendo uso do mercado e vice-versa.

O engajamento em grandes causas públicas poderia ser, portanto, não mais somente o ponto de vista da elite fundadora sobre este ou aquele problema, mas característica peculiar a um tipo de imprensa que se desprendera aparentemente do cordão umbilical político-partidário e, para continuar a existir na República, deveria ser objeto de polêmica, debate e contradição. Ainda que aceitando o clã da família Mesquita – e por extensão – todo *O Estado*, como partido político, é justamente a diversificação das atividades da empresa, isto é, a busca de captar e cooptar o mercado para si, que permitirá a sobrevivência do jornal. “A posição de força relativa de que o

chamado ‘grupo do *Estado*’ dispunha como baluarte do ‘liberalismo’ oligárquico é, portanto, indissociável de sua condição de empresários culturais” (Miceli, 2001, p.90).

Tornar-se empresa, permitindo o reaparelhamento gráfico e editorial, abria novas áreas de cobertura, além da política: os esportes, o carnaval, eventos populares; a tudo a fatura publicitária apontava seu dedo indicando as benesses da diversidade de pontos de vista, de assuntos, da sociedade a que se destinava. Isso não queria dizer desprender-se paulatinamente dos assuntos políticos, antes, mais ainda, frisar o “seu” ponto de vista, abrindo-se o veículo ao contraditório e para a manifestação das vozes de oposição. Era o mercado como democracia, a criar condições para o debate livre entre todas as vozes que quisessem se manifestar, desde que atendendo a parâmetros de “civildade” estabelecidos nas páginas do jornal. Uma forma de estabelecimento de um *ethos* do enunciador que franqueia, inegavelmente, suas páginas àqueles cujo pensar em algum ponto tocavam a forma reconhecida pelo jornal de se fazer política, notícia, oposição. Espaço de todos, para todos que saibam dele se utilizar.

As campanhas civilistas iniciadas em 1909, tem n’*O Estado* forte aliado. Revolta da esquadra, rebelião de João Candido, revolta da Ilha das Cobras, estado de sítio; a movimentação política de um país que, em plena República nascente, enfrentava os tremores da alteração dos regimes políticos. A figura de Hermes da Fonseca era hostilizada abertamente pelo jornal.

Prevalece, enfim, a relação entre defesa do regime republicano e a liberdade de opinião como ideário divulgado aos leitores de *O Estado*, antes mesmo da campanha civilista. 04 de janeiro de 1889, por exemplo. Nesta edição, em primeira página o jornal comemora seus 14 anos afirmando que “sem preterir os grandes interesses sociais, sem lançar-se no estreito círculo das paixões pessoais, a *Província de São Paulo* viu crescer ao seu lado e avigorar-se o partido republicano”. Um jornal que, até ali, negara-se a “armar a efeito com o fim de adquirir privilégios, obter favores, celebrar contratos e, quando menos, angariar para seus redatores a fama de *bons moços*”, relaciona sua força ao seu posicionamento ético: “Não destruirá, porém, a sua força e será o que tem sido: um jornal livre, de opinião, convicto, independente, altivo até mesmo em frente dos seus parciais quando se julguem mais altos para forçá-la a se agachar diante do público que tem o direito de espreitá-la com severidade”.

Diante de tal conduta, a política da redação só poderia ser “ponderada e justa”, como demonstra a matéria do dia 04/01/1889:

Quanto ao seu programa, já tivemos ocasião de dizer que ele não foi alterado; é o mesmo.

Podemos, pois, ainda hoje repetir:

“A política da redação, a sua preferência por um partido a cujos intuitos serve dedicadamente, não tira ao jornal hoje, como não tirou em anos anteriores, a cordura e delicadeza com que sempre tratou a todos aqueles que se distinguem por seus méritos e serviços à causa comum, que é a de todos os partidos e de todas as nações, a da humanidade.”

A fidelidade ao programa aparece freqüentemente nas colunas do jornal. Retrocedendo mais um pouco, na edição comemorativa dos dez anos, em 04 de janeiro de 1885, matéria assinada por Rangel Pestana iniciava-se com a assertiva de que entrava “em novo ano fortalecida pelo apoio do público, que tem tido na década decorrida tempo bastante para julgá-la quanto aos seus intuitos e bem avaliar a lealdade com que manteve o seu programa”.

Às colunas de parabenização da edição de 1889, segue outra coerente ao “programa”: um texto intitulado “Propaganda republicana”, apresenta a “recepção que a cidade de Botucatu fez ao dr. Francisco Rangel Pestana, e qual foi a impressão que deixou nos botucatuenses a conferência por ele feita”. A partir daí o texto cumpre seu propósito enunciado no segundo parágrafo: “Referirei, porém, primeiro as manifestações que o ilustre cidadão recebeu no trajeto da capital para a Vitória, estação por enquanto terminal da linha férrea Sorocabana”. Lembrando que Rangel Pestana fora um dos fundadores de *A Província*, bem como um de seus principais redatores, percebe-se a intenção do jornal ao registrar a visita do político ao interior paulista. Finalmente, encerra-se a matéria com o sucesso da campanha republicana: “Convém aqui consignar-se também que o dr. Rangel Pestana mostrou-se penhorado pelos cumprimentos que recebeu de amigos e correligionários, em quase todas as estações, tanto na sua ida, como na sua volta”. Os efeitos já se começavam a sentir, pois um chefe liberal, Antonio Pires Corrêa, declarava-se republicano e outros seguiam seu exemplo, noticiava a matéria com a matéria datada de dezembro de 1888. O efeito do discurso de Rangel Pestana alcançara a conversão do chefe liberal, numa tática de superestimação (Fantinati, 1990) das condições republicanas que vinham sendo intensamente marcadas pela *Província*; subestimação era, obviamente, para os opositoristas ao regime colocado como o melhor pelo jornal: os simplórios, os conservadores, os atrasados ficavam do outro lado.

Na edição de 04 de janeiro de 1914, o texto que ocupa quase toda a primeira página em homenagem aos 39 anos do jornal, oferece a versão da própria folha sobre seu papel no advento da República: “A propaganda republicana, da qual a ‘Província de São Paulo’ foi poderosa mola impulsora, começava a inquietar o arguto imperador, que trocara o despotismo paterno pela manha corruptora”. Para o leitor que não havia acompanhado os últimos suspiros do Império, a folha oferecia alguns lances, como a convocação dos liberais, “seriamente irritados desde 1868, por motivo da insólita despedida do conselheiro Zacarias de Góes”. Gradualmente, a folha apresenta os momentos da história brasileira na conquista pela República; dramaticamente, vai levando o leitor a perceber como os elementos que conformam a mudança do regime e o posicionamento do jornal sempre estiveram do lado de quem mais detinha o mérito pela grandeza da pátria, o leitor.

Formava-se o ministério Sinimbu, “com o conselheiro Lafayette, signatário do manifesto republicano de 1870. Seu programa anunciava largas reformas liberais, visando atrair os republicanos, que o soberano julgava tão convencidos e sinceros quanto o seu ministro”. Ao jogo do Imperador, opõe-se tenazmente, como conta *A Província*, denunciando “essa engenhosa manobra maquiavélica, tão nos hábitos de D. Pedro II. E assim impediu a debandada do nascente partido republicano, onde havia elementos dispostos a aderir ao ministério, que, efetivamente, levou alguns trânsfugas”.

Rangel Pestana é, na seqüência, o assunto tratado pelo texto, o qual não economiza louvores aos atos de heroísmo do líder republicano. Aliás, *A Província* chama-o de “jornalista”, não de político. “Em nossa pátria, raros jornalistas puderam competir com Rangel Pestana em habilitações para tratar cumulativamente de tão variados assuntos. Certo, não tinha nem a elegância principesca de Quintino Bocaiúva, nem a graça garretteana do Ferreira de Araújo”; seu estilo refletia a integridade do homem, “feito de imagens e parco de adjetivos, seu estilo era bem o homem: seco, frio, simples, conciso em demasia, talvez por atavismo, pois descendia de anglo-saxões”. Contudo, tinha à sua disposição “uma superioridade que o primeiro daqueles contemporâneos proclamou: ‘era de uma fertilidade admirável e nunca escrevia banalidades’ ”. Não era um literato fora da realidade.

Em 15 de novembro de 1889 o tom do editorial, cujo título é “Para o mal”, na primeira página, não é comemorativo: “A ditadura monarquista não é outra coisa senão o poder pessoal, reconhecido e proclamado pelos dois partidos constitucionais em oposição”. Os ataques se

sucedem de modo veemente, informando que poucos anos antes a ditadura era uma prerrogativa pessoal do imperador, atento ao desgaste de sua autoridade. Agora, aponta o jornal, havia uma grave enfermidade na sociedade, pois a ditadura se colocava simplesmente como produto da ambição dos partidários da dinastia, visando somente a garantia de interesses pessoais, sem intuito algum de altruísmo, com a única finalidade, enfim, de perpetrar o domínio da família de Bragança aliada a dos Orléans.

Concluindo o texto, justifica-se o título: “A ditadura monarquista só tem servido para o mal e, quando tenta fazer o bem, a mira é o seu próprio interesse”. Por fim:

Ela só pode dar o despotismo, o atraso, a dúvida e o susto.

Não prestou até hoje e não prestará para amanhã.

A nação não tem conseguido elevar-se à altura da civilização dos nossos dias nem do movimento industrial que constitui hoje o sinal de vida dos povos. Nem os arremedos do parlamentarismo inglês, nem as cavilações do despotismo dos cézares lhe há trazido glória, progresso e grandeza. E é isso que honra, enobrece e justifica uma ditadura local, benéfica e justa.

Informa o sítio oficial do grupo “Estado” que, no dia 16 de novembro de 1889, a primeira página publicada trazia apenas o título “Viva a República”. Júlio Mesquita participaria, então, do governo estadual provisório, o que fora comentado pela edição comemorativa de 04 de janeiro de 1914, “a 16 de Novembro de 1889 a ‘Província’, iluminada pela vitória explode em entusiasmo. A primeira página traz simplesmente um gorro frígido com esta exclamação em letras garrafais – Viva a República!”. Fato tão importante, não ficaria restrito a São Paulo: “Depois, nas outras páginas, telegramas sobre o movimento revolucionário no Rio, a proclamação do governo provisório de S. Paulo e notícias sobre os acontecimentos do dia 15, que encerram a campanha política iniciada com o manifesto de 1870”.

Diferente tratamento receberia o 04 de janeiro de 1890, quando o jornal completaria seus 15 anos de existência. Contando com menos de meia coluna na primeira página, a matéria traz a consciência da vitória pela causa em que o jornal se envolvera desde a fundação, bem como a necessidade de lutar por um governo mais justo à república; e isso demonstra fazer nas colunas da mesma página, nas quais se observa títulos como “Grande reforma” e “A constituinte”. Informa que “Com o número de hoje completa *O Estado de S. Paulo* quinze anos de existência.

Felizmente, podemos hoje volver com serenidade o olhar para os três lustros decorridos, sem que nenhuma sombra nos venha manchar a claridade da consciência”, orgulho de um veículo de comunicação, como quer a matéria, sempre cumpridor de seus deveres de jornalistas e cidadãos com hombridade. “Agora os nossos deveres são maiores e mais sérios: vencedores na causa sagrada por que lutamos, não nos ofusca o esplendor da vitória nem nos macula o ódio ao vencido, pois era da Pátria e não nossa a causa que defendíamos”. Mais uma vez procura se legitimar por meio do afastamento “pessoal” da causa republicano, isto é, o jornal prestaria tão somente o serviço de comunicar o desejo da nação; anuncia também: “Continuaremos sempre no nosso posto, servindo com lealdade e dedicação os princípios porque hoje se governa o país, únicos que podem fomentar e dirigir a grande expansão do nosso progresso”; e para encerrar, deseja a todos os leitores “Saúde e Fraternidade”.

Compreende-se, pois, que entre a fundação do periódico *A Província de S. Paulo* e o surgimento de *O Estado de S. Paulo*, a folha procura afastar-se da idéia de que estava a serviço de um partido ou grupo hegemônico, aproximar-se da classe burguesa e consolidar sua seriedade imparcial no meio jornalístico. Procura estabelecer uma voz legitimada por valores admitidos como pouco correntes no jornalismo, quais sejam, a imparcialidade, a veracidade, a opinião clara e precisa.

Cinco anos depois, no aniversário de 20 anos (04/01/1895), o editorial, na página de abertura, não se furta à tarefa de rememorar para o leitor seu papel no cenário político brasileiro, principalmente quanto ao estabelecimento da República: “Folha de propaganda e de combate, rutila nas suas colunas a energia incansável de Rangel Pestana e Américo de Campos, seus egrégios fundadores, secundados por todos os bons espíritos que no tempo da monarquia combatiam as instituições políticas nacionais em nome da República sonhada”. É interessante o adjetivo que adota para examinar a si mesma: “Folha conservadora depois da revolução de 15 de Novembro, estamos convencidos de que contribuiu com o seu conselho e o seu esforço para a reorganização política do país” – conservadora ou liberal, tem a firme convicção de ter contribuído “para a honestidade e seriedade da administração, sustentando sem dependências os governos honrados e patrióticos, combatendo com vivacidade os que se afastaram do caminho reto, levados por interesses ocasionais a mentir aos princípios das vigentes instituições da Nação”.

O editor não é descuidado. Logo em seguida, lembra seus leitores de que o jornal é voltado para toda a sociedade, pois fora da esfera política “*O Estado de S. Paulo* tem procurado ser útil a todas as classes, às artes, às indústrias, à lavoura e ao comércio, pugnando por todos os interesses legítimos, desenvolvendo as suas seções, ampliando notavelmente o seu noticiário, variando o mais possível a leitura que oferece”, em suma, “seguindo ou aceitando todas as idéias novas, todas as correntes literárias ou artísticas que vem surgindo, todas as tendências, enfim, do espírito do seu tempo”. Como bom jornal, abre-se a todo cidadão que lhe desejar os serviços.

Essa insistência em associar a causa republicana à causa popular – seja o que isso signifique para uma população de maioria analfabeta e completamente à margem das decisões políticas no entre-séculos, é encontrada na página fundadora de 1875. Nela, o leitor é levado ao encontro dos problemas considerados relevantes para o povo paulista de acordo com um seletivo grupo, como se anuncia na apresentação do jornal: “Criada pelo concurso de capitais fornecidos por agricultores, comerciantes, homens de letras e capitalistas, está ela no caso de satisfazer às mais legítimas aspirações da rica e briosa província, cujo nome toma para seu título; e isto justifica o seu aparecimento”. Como se depreende do texto, seriam as aspirações da Província de São Paulo as próprias aspirações dos comanditários do jornal e, uma vez engajados na campanha republicana, os interesses do jornal transcendem aos da Província, são interesses nacionais.

Na seqüência, o jornal coloca-se polidamente no meio editorial, ao lado dos “respeitáveis órgãos de publicidade”: “um lugar modesto, mas com bons desejos de ser útil à causa pública”. Insiste-se, ainda, na neutralidade como característica: “Não sendo órgão de partido algum nem estando em seus intuitos advogar os interesses de qualquer d'eles” é o jornal que está em posição de escapar “às imposições do governo, às paixões partidárias e às seduções inerentes aos que aspiram ao poder e seus proventos”, tendo na “independência o apanágio de sua força e a medula da severa moderação, sisudez, franqueza, lealdade e critério em que fundará o salutar prestígio a que destina-se a imprensa livre e consciente”. Embora proclamada sua franqueza, o redator toma cuidado ao definir “imparcialidade”, observação que parece salvaguardar a posição política do jornal: “sua imparcialidade não será, por isso mesmo, a imparcialidade do silêncio”, por isso, consciente de si mesmo, a jornal “nos devidos termos da oportunidade e comedimento, e com a independência de uma opinião séria e convencida”, realizaria “análise da marcha e governação social, em todas as suas esferas, seja qual for o matiz político dominante” .

A seguir, aponta-se o editorial como espaço de manifestação do posicionamento político do jornal, que “guardará nas colunas editoriais a harmonia de um pensamento político”, qual seja:

[...] se não o do século e particularmente a tradução fiel das tendências bem pronunciadas da província de S. Paulo e mesmo d'esta nação, aonde todos se confessam entusiastas da democracia e louvam-lhe os intuitos pacíficos e civilizadores, versando muitas vezes a disputa palavrosa em saber quem melhor a compreende e pratica.

Pelo trecho, pode se concluir que as aspirações da ainda Província de São Paulo estão projetadas sobre o território nacional, onde “todos” confessam entusiasmo pela democracia.

O texto da primeira página de 1875 registra, portanto, a posição política de seus redatores, afirmando que estamos numa época em que “até mesmo a palavra república já não assusta”. Isso significa “na medida progressiva de suas forças auxiliar ao comércio, à lavoura, às artes, indústrias, ciências, e literatura, tratando os assuntos que lhes digam respeito, e abrindo espaço a todos os talentos e aptidões que em suas páginas queiram aparecer”.

Deixando o século XIX, com suas agitações e mudanças de regime, encontra-se em 28 de outubro de 1913, o programa do Partido Republicano Liberal, dissidência do PRP. Informa-se ao leitor que constituíam o programa do PRL as idéias sustentadas na plataforma pelo candidato à presidência da República, Rui Barbosa, em 15 de janeiro de 1910. Idéias que haviam recebido, segundo o jornal, em 1º de março a sagração nacional com o número de 300 mil votos, os quais eram expressão popular de apoio ao candidato civilista. Para que a população em geral tomasse conhecimento do teor deste programa, ele é exposto resumidamente na edição do dia 28 de outubro: “Adotando, como escritura dos seus compromissos com o país, esses princípios e encargos, o Partido Republicano Liberal aqui os articula nas suas estipulações capitais, para clareza da sua altitude, e se obriga, assim: a sustentá-los na oposição, como a realizá-los no governo”. Em seguida, enumeravam-se os itens de modo a esclarecer aos leitores o programa formulado por Rui Barbosa.

Ainda que esclarecido o posicionamento político, é importante lembrar que o jornal aponta, na primeira página de 1875, o problema da ausência de debate nas páginas dos diários nacionais, uma vez que:

[...] quem não pertence ao grupo a que cada uma pertence, em nenhuma delas aparece, nem mesmo como literato ou escritor de ciências; todos julgam-se comprometidos, responsáveis pelas opiniões políticas da redação, imprimindo em qualquer seção de tais folhas o cunho de sua individualidade literária ou científica.

O compromisso da nova folha seria, pois, ser justa. E isso é um dever, dado que “o jornalismo é um sacerdócio, e tanto mais nobre e difícil, quanto é certo que aqueles que o exercem devem muitas vezes esquecer sua individualidade, para se lembrarem constantemente de que representam uma força”, força materializada em sociedade ou partido, “ou o que quer ela seja - sujeita a variar em sua intensidade e em suas manifestações”.

Uma vez comentada a missão do jornal, cabe apresentar ao leitor a equipe com o qual a Província de São Paulo contará para sua apresentação diária, uma equipe à altura do consumidor paulista: “Contando em diversos municípios importantes da província cavalheiros interessados na sua existência, e em quase todos amigos dedicados, muitos dos quais se comprometem a colaborar ativamente nos trabalhos da redação, esta folha esperar corresponder ao apoio que lhes for dispensado” – apoio para formular, vender, distribuir.

Não basta, com isso, apenas ter uma boa intenção, é preciso profissionalismo, com “escritores amestrados e talentosos, competentíssimos alguns para tratarem de assuntos referentes à agricultura e outros de interesse público, se incumbem de oferecer aos leitores do novo jornal os conselhos que a prática e a ciências consorciadas lhes tenham sugerido em benefício da vida nacional”. Agricultura e interesse público, dois eixos sobre o qual o jornalismo de *O Estado* se movimentaria, de acordo com o primeiro número. Para que uma empresa se sustente é preciso, pois, mais que a solidez de um investimento inicial – é preciso garantir a “confiança dos fornecedores dos capitais n'aqueles que os devem gerir” .

Na segunda parte do artigo, denominada “A província de São Paulo”, o jornal traz um texto a respeito da própria publicação. Se a missão já se fizera divulgada no primeiro bloco, agora ela é contextualizada em relação à vida nacional, afirmando que o papel do escritor é “fazer crítica justa e sensata das evoluções sociais, instituições e reformas aplicáveis à índole, educação, interesses e destinos de uma nação determinada”. Apesar dos obstáculos desta empreita, “julgam os espíritos retos e reflectivos ser tarefa difícilíssima, cujo desempenho depende de certa disposição de ânimo que nem sempre as paixões pessoais e políticas permitem de modo perdurável ao escritor”.

É sem paixão pessoal e política, como se lê, que o escritor deveria analisar os problemas do país. Portanto, quando o escritor ou jornalista tem “a faculdade de achar-se na posição de mero observador dos acontecimentos, pode melhor acompanhar a marcha social, o fio emaranhado e muita vez escuso de sua evolução histórica, as fraquezas ou heroísmos do povo e do poder”, além de perceber “os sintomas característicos das enfermidades políticas que mais desvelos e mais acurado exame solicitam, expondo com a verdade o que deve ser claro e demonstrando, e assim realizando a máxima patriótica de que”, segundo parece crer o próprio jornal, “descobrir e diagnosticar o mal já é vencê-lo em metade”.

Mais que neutralidade, o jornal apresenta-se como portador da cientificidade necessária para se abordar as questões nacionais, de modo a diagnosticar as doenças brasileiras e apontar remédios eficazes. “Esta é a posição que desejamos manter na imprensa”, e, para não fugir aos parâmetros que estabelece para si mesmo em seu primeiro número, o jornal descreve um quadro de conturbação social. O estado de coisas é reconhecido “por aqueles mesmos que não são os mais entusiastas em procurar a felicidade e grandeza da pátria ao caminho da liberdade, e da democracia”, concluindo que “de fato, não anuncia o ano de 1875 dias de paz e contentamento geral ao país”.

No parágrafo seguinte, afirma-se que o Brasil está envolvido em agitações sociais de caráter reacionário, o que, de acordo com a voz do jornal não é exagero: “Não há aqui declamação. Estudando-se com critério e sinceridade o presente estado do país, não há desconhecer os perigos e tropeços da carreira incerta, vacilante e tortuosa que levamos”.

Devem-se abordar os problemas, reitera-se, com isenção de ânimo, uma vez que “as paixões se desencadeiam” aproveitando-se dos mais “repugnantes instintos que a cegueira e a ignorância costumam erguer”; diante disso, “verdadeiras dedicações à causa pública rareiam e a confiança nos homens quase que há desaparecido”. Ao clima de agitação em que se confundem os verdadeiros homens dedicados à causa pública e os ignorantes, agitadores oportunistas, ou seja, uma plêiade de seres inferiores por isso colocados sempre de forma subestimada pelo jornal, acrescenta-se um cenário administrativo marcadamente negativo para o jornal: “Reúnam a isto os males já bem conhecidos e enraizados no passado, – o insofrível e maléfico unitarismo das instituições, a impotência ciumenta e falaz do poder centralizado”; acrescenta-se, fato que fere frontalmente os intentos republicanos do periódico, “o descalabro dos partidos políticos, reduzidos a entidades apenas nominais sem que possam representar o grande elemento da força

popular no próprio regime estatuído e dado como vigente”. Todo um quadro desfavorável aos cidadãos de bem, o que ocasiona “o abatimento do espírito público, o mal estar e a descrença criados por mil circunstâncias passadas e aumentadas por mil outras recentes e atuais, e digam-nos que na sociedade brasileira se pode chamar prosperidade, segurança, vigor, entusiasmo e virilidade?”.

A oposição não se dará, assim, pelos partidos políticos. Antes, por ações individuais, as quais devem ter apoio da coletividade, “os atos com que a credulidade e o desespero de causa pretendem que se há de vencer a impetuosidade da onda invasora”. O ideal liberalista: um país livre, democrático, em que a livre iniciativa pessoal deve se dar sob o olhar regulador da coletividade, caso contrário, haveria ditadores no comando. Mesmo um ditador enfraquecido pela própria amplitude ditatorial das atribuições que exercesse, como afirma o jornal, figura política que concedia apenas reformas deficientes, ainda era ditador, por isso, suas atitudes eram “contrárias em regra ao desenvolvimento moral e liberal do país”. O Imperador fora aquele que cedia pouco, “e incompleto, somente para não perder tudo”.

O artigo insiste que “não são palavras sonoras, nem atos de expediente, nem medidas de ocasião, os meios que hão de salvar a pátria comum”, o necessário é uma “política prática”, mas não pautada nos atos individuais da monarquia, mas em atos “inspirados por um ideal determinado, claro e concludente”. Ao final do texto, o artigo continua a frisar a ausência de propostas políticas mais consistentes, “governo, partidos, e a mesma sociedade, no quanto pôde ser compreendida, vacilam, agitam-se no vácuo quando não dormem o sono da atonia, o que tudo revela ausência de convicções, de observação, de tirocínio, experiência e estudo de princípio”. Conclui-se, por oposição, que a folha que se inaugurava era um órgão ativo, representativo das vozes do povo brasileiro, plena de propostas, sem tibieza.

Esse quadro é, portanto, o responsável pelo “mal estar e a marcha lenta e doentia das províncias”, tese que “mais aturado estudo nos há de merecer em ulteriores escritos”, isto é, o primeiro número do jornal expõe publicamente uma das causas com as quais se mostrará engajado. Para encerrar, o artigo registra que, apesar do estado em que andam os negócios das províncias, São Paulo ainda é superior às demais: “É digna do empenho, ela, que, apesar dos obstáculos, campeia entre as irmãs como o vivo e melhor exemplo de energia e civismo” – um enaltecimento registrado sem nenhum pudor na primeira página do jornal.

Contudo, é na matéria assinada por Rangel Pestana em comemoração aos dez anos do jornal, 04 de janeiro de 1885, também na primeira página, que a ênfase sobre o método científico se mostra mais intensa. “Com uma opinião política, determinada pela educação científica e sendo a República a sua aspiração, tem sabido colocar-se no ponto relativo do movimento social, fazendo a crítica dos acontecimentos com a tolerância que é condição de acerto na observação dessa ordem de fenômenos”. Com efeito, “educação científica” e “fenômenos”, são exemplos de um vocabulário das ciências naturais transpostos para a análise social. Após manifestar a lealdade ao programa inicial, o discurso desvela o ideário “iluminista” dos comandantes do jornal, pelo qual a racionalidade da ciência traz soluções aos problemas nacionais. Explica-se o redator: “Na ordem econômica obedece a leis positivas e se esforça por torná-las conhecidas no exame dos problemas, cuja solução afeta a vida nacional”, um método que, pela sua racionalidade, “discute para convencer ou critica para obter o melhor, respeita as pessoas dos adversários, ou os sustentadores de interesses que são contrariados por aquelas leis”. A imparcialidade, então, advém justamente desse rigor, pois “com este objetivo pretende firmar-se ainda mais no terreno científico, abstraindo-se das paixões partidárias, dos ódios de raças, dos preconceitos de nacionalidade, de religião e escolas”.

A evolução da civilização brasileira estaria no centro das atenções do jornal, que poderia contribuir para a evolução social, “reclamando para todos a liberdade a fim de poderem exercer a sua atividade e afirmarem que o homem vale sociologicamente pelo aperfeiçoamento integral de suas faculdades”. Para isso é necessário um veículo de comunicação que abordasse questões econômicas e sociais, as quais, relacionadas à política, não deixariam de ocupar lugar importante nas colunas do jornal – “atuando sobre a sociedade para constituição de um partido, não escravizando-se, porém, às suas paixões, um jornal só pode exercer larga e benéfica influência política”.

Rangel Pestana é quem também escrevera os dois artigos da primeira página do número inaugural. No segundo texto, “A Província de São Paulo”, transparece de modo indelével sua formação científica e positivista, visível no domínio do jargão científico: “Discutir como filósofo os princípios fundamentais que devem entrar na organização, governo e progresso dos povos, é trabalho relativamente fácil e agradável”, contudo, pondera, “fazer a crítica justa e sensata das evoluções sociais, instituições e reformas aplicáveis à índole, educação, interesses e destinos de uma nação determinada” sem se deixar manchar pelos interesses pessoais, aí estaria o mérito da

nova folha. Para Rangel, o que o Brasil necessita é “de uma política prática, é certo, mas cujos atos sejam inspirados por um ideal determinado, claro e concludente”. *O Estado* para uma política eficaz, forte e decisiva.

Se cada 04 de janeiro é motivo para um texto comemorativo, o aniversário de 1914 é festejado por um texto que merece dupla atenção: primeiro, porque é o ano em que Monteiro Lobato publica um artigo considerado como o “revelador” do grande articulista, “Uma velha praga”, e isso importa como elemento contextualizador para a produção do escritor; segundo, porque o texto retoma a história do jornal, então com 39 anos de existência (o que não é realizado no ano seguinte, ao completar quarenta), de modo mais original.

No domingo de 1914, a matéria “A história de um jornal”, cujo subtítulo é “O ‘Estado de S. Paulo’ em 39 anos de existência”, ocupa quatro das cinco colunas da primeira página do jornal, sendo a parte inferior da folha ocupada por grande anúncio da “A. H. Lundgren & Cia”, “fazendas por atacado e roupas feitas”. O texto divide-se em cinco seções: A fundação em 1875; Os primeiros anos; Uma década de lutas; Depois da República; Progressos atuais.

“A fundação de 1875” é uma introdução que, ao lembrar a cidade de São Paulo à época da fundação do periódico, compara o presente e o passado paulistano. Nesta comparação há momentos em que o redator alcança a eloquência de quem se lembra orgulhosamente de sua própria história; eloquência que se constrói apelando a imagens de tom emotivo ao leitor: “Cenas do passado! Costumes de outrora! Como nos parecem longínquos a nós outros que os vimos há trinta e cinco anos! Como se nos diluem na memória com o rápido perpassar de sete lustros!”.

A correlação que estabelece entre a formação de uma burguesia local e a necessidade de um jornal que atendesse a esse público revela-se ao longo da descrição da cidade. Poeticamente, afirma que “a crisálida imóvel e disforme já se preparava para se transformar em linda borboleta, ágil e multicolor. A pacata capital provinciana, finda a sua prolongada hibernação, ia levantar vigoroso surto como esplêndida metrópole moderna”; o cenário está em transformação: “dentro de seus limites penetrava vitoriosa a locomotiva, arrastando fragorosamente os trens carregados de café. Os fios telegráficos se distendiam pelos postes, trazendo e levando o pensamento humano, na sua ânsia de destruir e reconstruir”. O desenvolvimento industrial chegara com os trilhos dos primeiros bondes cortando as pedras brutas do calçamento e ligando ao centro os arredores. “A luz do gás principiava a brilhar nos combustores, desalojando os lampiões de querosene e óleo. A cara do italiano operoso e ativo apontava, a medo, na estrada de Santos, em

busca de um lar hospitaleiro”, era “a indústria, a riqueza, a atividade mercantil, o progresso sob todas as formas, que iam alargar, multiplicar, renovar o velho burgo do padre Anchieta...”.

Obviamente, indaga-se em tom reflexivo, “era de admirar que a famosa capital dos bandeirantes quisesse também um jornal que fosse, a um tempo, forte propulsor e límpido espelho de sua futura grandeza?”. As classes sociais que se consolidavam necessitavam de nova imprensa, já que a existente “não satisfazia aos espíritos progressistas e liberais”. Mais uma vez, explica-se: “O ‘Correio Paulistano’, fundado em 1854, ressentia-se da falta de redatores capazes de discutir os problemas nacionais; limitava-se a publicar atos oficiais, notícias atrasadas e mofinas ao sabor da época”, ou seja, nele não se discutiam democraticamente os problemas nacionais; “O ‘Diário de S. Paulo’, que aparecera em 1865, não passava igualmente, de simples divulgador de atos oficiais, como órgão do partido conservador, que o sustentou com subvenções do governo”, caindo no mesmo caso do anterior. As outras folhas, segundo o artigo, “eram semanários sem maior valor, ou efêmeros periódicos de estudantes”.

Divulgar atos oficiais corresponderia estar alinhado com o regime, ou melhor, com a monarquia. Mediante tais condições (ou jornais subsidiados pelo governo ou jornal sem maior representatividade), “um núcleo de distintos cidadãos pensou em criar na província um diário que perante a nação representasse condignamente uma região em vésperas de tornar-se a mais rica e próspera do Brasil. Nascida a idéia, não tardou em converter-se numa brilhante realidade”. Em seguida, o texto retoma a relação dos comanditários já apresentados na primeira página de 1875. Acrescenta, porém, que Rangel Pestana e Américo de Campos, “escolhidos para redatores, entraram com maiores cotas e formaram a firma Pestana, Campos & Comp. A administração foi confiada ao sr. José Maria Lisboa, que deixara o ‘Correio Paulistano’”. Revela ainda que os artigos referentes ao programa e à política, do primeiro número, foram “ambos devidos à pena de Rangel Pestana”. Em outros termos, surgira *A Província* sob os auspícios do grupo da Convenção de Itu, tutelado por comanditários envolvidos com a República, dirigidos sob a batuta de Rangel Pestana, a personalidade centralizadora do jornal.

Reiterando o relato da página de 1914, o sítio oficial do grupo “Estado” mantém uma descrição muito próxima daquela apresentada por ocasião do aniversário de 39 anos do jornal, destacando que, apesar das inovações, São Paulo era ainda uma pequena cidade com pouco mais de 30.000 habitantes, na sua maioria tropeiros, funcionários públicos e estudantes de Direito. “Na margem oeste do Anhangabaú ainda se caçavam perdizes e se pescavam bagres em uma lagoa

próxima à Estação da Luz”, contabilizava, em 1875, “mais dois jornais diários de algum porte: o ‘Correio Paulistano’, fundado em 1854; e o ‘Diário de São Paulo’, de 1865 - ambos extintos”.

De toda essa viagem pelos aniversários d’*O Estado de S. Paulo*, que já se sabe republicano, destaca-se, na edição de 1914, o modo de *ser* republicano do jornal: o modo positivista. Educar cientificamente e adotar o método positivista, conforme também se lê na primeira página de 1885, é um fio condutor para as matérias do jornal.

Aliás, desde a edição inaugural o jornal abria em suas páginas lugar para matérias de cunho científico, não ciência aplicada somente à política. É assim que se lêem séries de artigos sobre infância, educação, saúde. Muitas delas bem específicas, como matérias sobre a gagueira, por exemplo. Personalidades do meio científico contemporâneo são chamadas para dar sua contribuição para a ilustração do povo brasileiro, versão nacional de uma ilustração tentada via jornal, já que a escolar falhava a olhos vistos.

Ao considerar o modelo político proposto pelo jornal, pode-se entender o ideal liberalista como concepção dos direitos naturais do homem, isto é, compreendiam-se questões de organização social como direitos herdados naturalmente pelos homens. Sem dúvida, a pretensão de instalar, no Brasil, uma República guiada pela ciência e pela razão. Promovendo a liberdade, a igualdade, a justiça, a segurança e o direito à propriedade, o governo faria seu papel de dar subsídio suficiente para todo indivíduo desempenhar o melhor possível as funções sociais almejadas.

A idéia de felicidade estaria na busca do bem para o maior número de indivíduos. A partir desses princípios, desdobra-se a idéia de progresso presente já no primeiro editorial, em 1875. Citam Locke, recorrem às leis da evolução de Spencer e referenciam Comte no âmbito de um programa formador de elites. Nesse emaranhado de concepções muitas vezes discrepantes, elaborava-se um conceito moderno de progresso que era a tradução do sonho de perfeição na vida temporal, um desejo de regeneração da humanidade. Entende-se, neste contexto, a preocupação de se marcarem nas páginas comemorativas o posicionamento ético da publicação, bem como a busca de esclarecer ao leitor mais desavisado que se tratava, sim, de um jornal republicano, porém, e por isso, aberto ao debate.

Como força inerente ao mundo, guiado pelas conquistas dos mais aptos, pensamento vincado pelas leituras da obra de Spencer, acreditava-se num contínuo avanço para o bem comum. Mesmo o que, pelos editores fosse caracterizado como desordem e ausência de

progresso, “seria transitório e que, uma vez superado, a evolução retomaria seu curso normal, caminhando no sentido da plena democratização do país, da realização os ideais liberais” (Capelato; Prado, 1980, p.96).

É em busca da ordem e do progresso que *A Província* se manifesta pela República. E é em busca desses mesmos elementos que se envolveria em campanhas sanitaristas, em questões econômicas, em debates políticos. A visão de sociedade deste lugar do qual o grupo de *O Estado* observava seu Estado, o Brasil e o mundo, permite distinguir características desse modo de pensar. Concebendo a sociedade como uma organização de classes, o natural – as etapas naturais de acordo com a evolução, a organização lógica da natureza e do mais apto – era que no topo estivessem as classes intelectualizadas, capazes de guiar a nação.

Ao abordar o problema do café, por exemplo, percebe-se que o jornal se coloca num diálogo entre parceiros. O café é “nosso”, isto é, dos paulistas: “Não há como contestar que, desde 1850, ao café devemos a maravilhosa prosperidade da terra paulista: fez a nossa fortuna e grandeza, deu-nos o primeiro lugar na federação brasileira” (p.03). Ainda que este artigo, datado de 24 de dezembro de 1914, apresente a dubiedade dos efeitos da cultura cafeeira para o Estado de São Paulo, é visível que recorre aos leitores como se todos usufruíssem da fortuna gerada pela mercadoria de exportação. A explicação econômica refere-se a todos os paulistas, destacando-se a primeira pessoa: “dele procuramos tirar tudo: lucros agrícolas e mercantis, dividendos de companhias ferroviárias, rendas públicas, etc. Sobrecarregamo-lo de ônus e tributos de toda a espécie. Não houve exigência que ele não atendesse, luxo que não satisfizesse, loucura que não pagasse” (p.03). O problema máximo dos paulistas seria, assim, baratear o café, sem sacrifício dos “nossos” legítimos interesses.

A fórmula comercial era vender barato para vender muito. Atento ao desenrolar da guerra, o articulista afirma que ela eliminará diversos concorrentes, cujas terras ocupadas e bombardeadas ficariam fora da competição. Seguem as análises deixando o leitor convencido de que o café tem solução, inclusive com a diversificação da lavoura. No entanto, em momento algum o texto deixa entrever alguma questão social mais pertinente à época, nem se adentra por questionamentos mais complexos como o fortalecimento do mercado interno mediante aumento do poder de compra das classes menos favorecidas. O artigo fala em nome dos cafeicultores, aponta dados, sugere encaminhamentos; atitudes pensadas do patamar de quem produzia em grandes fazendas ou, ao menos, compartilhava das idéias dos proprietários do café.

As soluções apareciam constantemente anunciadas nas conquistas da ciência. Em matéria de 05 de janeiro de 1917, por exemplo, sob o título “O duelo entre a eletricidade e o vapor nas vias férreas”, encimado pela chamada “Um problema de atualidade”, o leitor encontra uma explicação detalhada sobre o problema do vapor como elemento motriz para as locomotivas. “No fim de um século de existência, a locomotiva a vapor atingiu, sem dúvida alguma, um alto grau de aperfeiçoamento, mas, para os engenheiros de estradas de ferro, atualmente, os problemas já não se podem resolver pelos antigos processos” (p.04).

É possível notar, então, um caráter didático nessas matérias. Por vezes ocupando mais da metade de uma página do jornal, elas explicam o objeto de estudo, as preocupações que o envolvem, as soluções possíveis. Mais que convencer, é perceptível a preocupação em instruir o leitor sobre o caso, apresentar-lhe elementos do mundo da ciência ainda desconhecido. Em 11 de junho de 1918, para elucidação do procedimento comum n’*O Estado*, Mario Pinto Serva busca esclarecer ao leitor uma das causas da luta formidável travada no velho continente – o estiolamento, isto é, o enfraquecimento da energia francesa, “a estagnação e paralisação lenta e contínua do desenvolvimento da raça gaulesa, enquanto a Alemanha ganhava rápida e constantemente terreno e se assegurava uma superioridade absoluta como potência continental” (p.05).

Serva afirma que não bastava à França ter literatura, história e artes admiráveis. Para garantir a um país posição entre potências era preciso medir-se a quantidade de homens que se pode pôr em armas. Para comprovar isso, o analista recorre às taxas de natalidade, demonstrando que o número de nascimentos na França vinha decrescendo ano a ano. Cita datas e números de nascimentos; dados anteriores e atualizados. Vê o celibato e o filho único como “defeitos” para o país, “outros defeitos, porém, são comuns a toda a raça latina”, segue a enumeração: “a falta de iniciativa, a falta de energia, a burocracia, a falta de educação apropriada, tudo isso na França, como nos outros países latinos”, características em oposição aos povos anglo-saxões, onde a maior parte dos homens se lançam no comércio, na indústria, em todas as carreiras ativas, abraçadas também pelas elites das inteligências, que entre nós se esterilizam em bisantinismos literários” (p.04). O abandono das carreiras produtivas levaria inevitavelmente ao parasitismo, mediante a proliferação de enorme quantidade de vícios. Como na França, o Brasil tinha como problema os vícios de organização psíquica, moral, social e política. “Os nossos piores inimigos são os inimigos internos. Ninguém pode calcular os prejuízos monetários e de toda espécie que

anualmente nos causam os nossos inimigos internos, que são muito mais perigosos e que têm sido muito mais nefastos para o país que os nossos inimigos externos” (p.04).

Em 29 de setembro do mesmo ano, uma matéria sobre educação física ensina ao leitor, em primeiro lugar, do que se trata essa atividade: “A educação física é uma obra de conjunto e de harmonia que abrange o corpo inteiro – carne e espírito – e vai dos mais importantes aos mais secundários músculos”, não tendo ela o objetivo de “formar lutadores de feira nem monstros de salão. O seu objetivo é simplesmente conservar e aperfeiçoar o corpo” (p.07). Para isso, é necessário método adequado: “A prática tem mostrado que só há um meio de o conseguir: é pelo exercício quotidiano de ginástica educativa” (p.07) – domar o instinto, exercitar o corpo, racionalizar o esforço. Ao contrário dos esportes, que sempre desenvolvem parcialmente o corpo, ou seja, uma parte mais que a outra, o “abc” da ginástica educativa é fundamental para a prática de qualquer esporte. É o que permite ao homem vencer todas as fadigas, eliminar e evitar as gorduras, adestrar-se para os exercícios físicos das modalidades. É a ginástica sueca a base desse procedimento responsável por desbastar, modelar e aperfeiçoar todo o corpo humano. O analfabetismo em matéria de educação física seria tão grave quanto o intelectual.

Caberia, assim, aos interessados em não ver seus corpos atrofiados, educarem-se adequadamente. Os esportes populares por sua vez, marcadamente o futebol, não deveriam sequer ser cogitados como importantes para o físico. “Ora, não é com pontapés desordenados em bolas grandes, sobre o tapete macio da grama e sobre a carícia dos olhares das damas gentis, que se consegue realizar essa obra de beleza e de higiene” (p.07). Não era, portanto, com grosseira prática dos que ignoram os métodos disciplinadores do corpo que se chegaria a melhorar as condições higiênicas do povo. Nem com os gostos populares; nem mesmo com o incentivo a um esporte que viria ser, possivelmente inimaginável ao autor do texto, uma marca do Brasil no exterior.

O elitismo estaria, pois, ligado ao racismo, decorrência da aceitação dos postulados evolucionistas. A questão da educação física era, evidentemente, tão somente uma concepção que sinalizava para propostas ainda mais salutaras em termos de higiene. Mendigos e idosos abandonados deveriam contar com asilos, casas de proteção. Cuidar da parte doente seria evitar transmitir às novas gerações legados de miséria e doença. Enquanto os desvalidos e as raças inferiores estariam desprovidas de virtudes capazes de alavancar o progresso nacional, às elites intelectuais caberia o papel de levar o desenvolvimento adiante; isso significa que uma das causas

fundamentais dos problemas políticos do Brasil estava na lacuna a ser ocupada por essa elite, consciente de seu dever natural de herdeira das melhores condições de sobrevivência, em suma, mentora do Brasil desenvolvido.

2.3. *O Estado como uma grande empresa*

Na aparente desordem da diagramação do jornal para o leitor de hoje, o periódico traria textos voltados não só para análises do presente, mas também para projetos do futuro. Em muitos, porém, boa parte da população contemporânea sequer poderia fazer parte como mão-de-obra excedente, dado o estágio de organização social em que se encontrava o país.

Esta preocupação é o motriz, por exemplo, da campanha desencadeada por *O Estado* a favor da criação de universidades, como alegava Júlio de Mesquita Filho. O indivíduo livre, saudável e bem instruído faria do Brasil a nação que merecia ser. Ou que deveria ser por ordem da evolução. Entretanto, para compreender a idéia de desenvolvimento que embasava propostas como a de criação dos cursos superiores voltados para a “mob” é importante voltar à primeira página de 04 de janeiro de 1914, mais especificamente na seção “Os primeiros anos”, iniciada com a narrativa sobre a história comercial d’*O Estado*, incluindo a pitoresca história da venda avulsa realizada por um jovem francês nas ruas da tímida capital:

O vendedor era um francês meio “aluado”, de nome Bernard, se bem nos recordamos. Montado num burro, maço de jornais debaixo do braço, ele tocava espaçadamente uma corneta e apregoava: “A Província de S. Paulo”! “A Província de S. Paulo”! Bem se imagina o trabalho que esse valente precursor dos jovens vendedores de hoje teria para vender algumas dezenas de folhas, da Luz à Liberdade, de Santa Efigênia ao Braz.

A cidade crescera, ainda que as elites intelectuais não encontrassem os leitores, em quantidade e qualidade, do jornal que almejavam. Era preciso fecundá-los e, para isso, o avançar do tempo mostrou que já não era mais possível um cavaleiro percorrer as ruas alardeando o produto jornalístico. Mesmo que cheio de empecilhos, os caminhos abriam-se para empreendedores nos moldes de Monteiro Lobato, dispostos a entrar para a vitrine da notícia, para

fazer literatura, e fazer literatura para estar na vitrine que vende – o que seria também fazer jornal.

Ainda como *A Província*, é perceptível que adotar o ideário republicano também implicava uma prática de mercado em que o objeto escrito deveria ser visto como mais um produto. A idéia de colocar o francês “meio aluado” na rua incitou a reação popular: era um despautério aquela “mercantilização da imprensa”. A mercantilização d’*A Província*, na verdade, já se iniciara desde a inauguração da nova folha. E os outros jornais logo entraram no páreo, evidentemente, para ganhar e não deixar que aquele periódico abalasse suas respectivas vendagens. Bancas, pontos, disputa por pontos. A divisão do trabalho, a importação de máquinas, os atos empreendedores já faziam crer a um observador comum que o Brasil caminhava a passos rápidos em direção ao progresso. No entanto, os bastidores mostravam uma situação bem diferente: “nos primeiros anos, a empresa deu prejuízo, apresentando um déficit de 16:951\$240; golpe maior seria, depois, a perda de 29:600\$000, depositados na casa bancária de Mauá & Cia., com a falência desta” (Sodré, 1966, p.260). Como uma das empresas mais resistentes aos reveses da economia brasileira, *O Estado* tem merecido destaque num país cuja imprensa geralmente tinha morte precoce.

Na página on-line oficial de *O Estado de S. Paulo*, registra-se que a tiragem inicial fora de 2.000 exemplares – é importante lembrar, grande tiragem para um público leitor reduzido à classe média urbana e aos cafeicultores paulistas – em meio a uma população nacional estimada em 31 milhões de pessoas. No início de 1888, *A Província* atingiria a marca de 4.000 assinantes. Em janeiro de 1890, seriam 8.000 assinaturas; a partir de 1896 contam com 10.000 assinantes. Com o sucesso editorial, a empresa investe em nova máquina, chegando a produção diária a 18.000 exemplares – e a vendagem ainda foi auxiliada pela importância que se dava à Campanha de Canudos, acarretando enorme procura pelo jornal que mantinha Euclides da Cunha como correspondente.

Em 1902, assume Júlio Mesquita, redator desde 1885 e genro de José Alves de Cerqueira César, um dos fundadores. Tornar-se único proprietário era decorrência endêmica de um grupo que, dando o empuxo inicial ao negócio, dele receberia a grande vantagem de ver um jornal republicano vigorosamente reproduzido sem intervalos desde janeiro de 1875.

Na edição comemorativa de 1914, o redator não poupa os leitores dos reveses econômicos do jornal. O que, entretanto, não impediu o veículo impresso de continuar no mercado, uma vez

que, de acordo com a postura proclamada em 1875, o jornalismo é um sacerdócio: “Financeiramente, entretanto, não fora um negócio lucrativo. Pelo contrário. Nos três primeiros anos verificou-se um déficit total de 16:951\$240, conforme se deduz do exame dos balanços anuais”.

A edição comemorativa pelo 39º aniversário, em 1914, afirma que dos 4.000 exemplares de 1888, a parte de assinantes era de 3.210; porém, mais importante é frisar que do número de assinantes “talvez um terço não seja de republicanos”, uma assertiva sugestiva do prestígio buscado pela *Província* como legítimo jornalismo que se coloca além de todas as circunstâncias para dar a verdade ao leitor. Informa, também, que “comemorando seu 13º aniversário, apresentou-se com o formato aumentado, reformou o material tipográfico e estendeu o serviço telegráfico, aliás muito resumido e só da ‘Corte’, no dizer da época”, e para atender aos clientes, “prometeu ampliar as informações de ordem econômica, deficientes até com relação ao café, principal produto paulista”.

Se as modificações estruturais indicam tanto possíveis problemas econômicos pelos quais passa *O Estado de S. Paulo* bem como possíveis necessidades dos leitores, é importante notar que a longevidade do periódico pode ser resultante do fato de, mesmo com mudança de diretorias e proprietários, o jornal não ter abandonado sua proposta editorial. Isso também aponta para a relação com o grupo que o gerencia: justamente por se propor a ser mais que simples porta-voz político, é que não perde seu caráter empresarial, uma vez que, alternando-se diferentes posições sobre o poder monárquico ou republicano, o hebdomadário permanece na ativa, na busca de atender ao público leitor.

As crises, entretanto, batiam às portas mesmo de negócios mais sólidos como *O Estado*. A liderança do experiente Rangel Pestana não ausentou a empresa dos perigos do desaparecimento precoce, “por volta de 1885, a ‘Província’ sofreu ainda uma gravíssima crise, em que esteve a pique de naufragar, devido a descabidas exigências de alguns comanditários”. A matéria, nesta altura, não responde quais exigências foram estas, fato que a página on-line do grupo “Estado” também não esclarece. De qualquer modo, a crise foi a porta de entrada para o genro de Cerqueira César, jovem jornalista filho de portugueses, iniciado nas redação de *O Estado* aos 23 anos e apresentado por Alberto Salles.

Que falem as questões empresariais mais uma vez na condução dos negócios, a entrada de Júlio Mesquita seria a ruptura com a dependência financeira do grupo oligárquico – que, lembre-

se, não se reconhecia como tal. Sobre isso, a página oficial de *O Estado* destaca que havia problemas de vendas causadas pelo anti-lusitanismo de Alberto Salles. Júlio, como filho de portugueses, consegue trazer novamente os clientes enfurecidos para a empresa.

“Com o oportuno e desinteressado auxílio do dr. Júlio de Mesquita, conseguiu-se negociar um acordo e impedir que o valoroso órgão republicano caísse às mãos de qualquer adversário de suas aspirações políticas”, neste ponto a matéria de 1914 não só trata da entrada de Júlio de Mesquita, mas também contraria sua própria colocação: o auxílio do jovem redator não é desinteressado (que o fosse financeiramente), antes diretamente ligado ao poder político, como a matéria demonstra ao apontar a preocupação de que o jornal caísse em mãos de adversários. Disso, pode-se perceber que, embora a lucratividade do periódico não fosse o principal objetivo, como veículo de informação e formação, *O Estado* não era um negócio para se deixar por qualquer crise.

A presença de Júlio de Mesquita e o reatar das relações com os comerciantes portugueses certamente fez a diferença para o jornal, cujas finanças, “apesar de tais contratemplos, melhoravam, com a verificação de saldos”. Apresentando nova descrição das receitas e despesas de 1886 e 1887, o artigo revela resultados positivos na balança comercial, ainda que tímidos.

Outras caras aparecem na redação: Gomes Cardim, Octavio Mendes, Manuel da Rocha, Hyppolito da Silva, Gabriel Prestes, além dos novos administradores, Manuel Oliva e Pedro Braga, os quais “de longa data, vinham servindo à folha em outras posições”. Com a consolidação da empresa, mais fontes de informação, mais textos à disposição dos leitores; para administrar, pessoas leais a casa. Com a agitada vida política, e os conseqüentes desgostos com a República, as modificações ocorridas em 1888 seriam inevitáveis: “A 3 de novembro de 1888 Rangel Pestana participou ao público haver transferido a ‘Província’ a uma sociedade comanditária”, sob a firma de Rangel Pestana & Companhia: “Conservo a direção da folha – dizia – e a gerência está confiada ao dr. Júlio de Mesquita, talentoso e conhecido escritor, que fará também parte da redação”.

Com a vitória da República, Rangel Pestana e Júlio de Mesquita retiram seus nomes da primeira página “por um natural escrúpulo”, que impediria a confusão entre o cargo político e a empresa em bom andamento.

Bom desempenho é o que a matéria de 1914 passa a narrar. Comentando a presença na redação de autores como Filinto de Almeida, Hyppolito da Silva (administrador), Lúcio de Mendonça, Raul Pompéia, Pereira Barretto e “outros escritores de valor”, afirma-se: “Era início de franca prosperidade”; para comprovar, são enumeradas as transformações: “a empresa adquiriu uma máquina Marinoni por seis contos e um motor de seis cavalos para mover seus três prelos ao mesmo tempo. Alargou ainda suas instalações e comprou material para uma oficina de obras”.

O veterano jornalista e político Rangel Pestana, contudo, “sentindo que o sopro gélido da realidade lhe apagava o facho deslumbrante do ideal que trazia aceso” cedeu a propriedade, no início de 1891, à Companhia Impressora Paulista, sob o comando do coronel Teixeira de Carvalho. Júlio de Mesquita permanecera como diretor político. Sem maiores explicações, a matéria informa a dissolução da Companhia Impressora e a propriedade de J. Filinto & Comp. Como sócio da firma, Júlio de Mesquita continua a redigir suas “Notas políticas”, destacando-se como “brilhante polemista”. Mais uma vez o texto traz nomes de colaboradores: Olavo Bilac, Coelho Netto, Euclides da Cunha, Santos Werneck, Paulo Egydio, Alberto Salles, L. Pereira Barretto.

Enfim, o sucesso do jornal se estabelece como indústria da informação: “De 1900 em diante, vai se assimilando a massa estrangeira, alarga-se a cultura popular, avigoram-se as indústrias, expande-se o comércio, avulta a riqueza da cidade e do Estado”. Orgulha-se o periódico de sua história: “É a maré favorável: a nau construída em 1875 navega em plena prosperidade, as velas soltas ao vento, a proa cortando as vagas com rumo certo ao futuro”. Dos comanditários de 1875, cujas origens estavam nas regiões cafeeiras de Araras, Campinas, Itu, Rio Claro, para um órgão de caráter industrial. Agora, de acordo com o artigo, os números de vulto são positivos – “em dezembro de 1907 a empresa proprietária do ‘Estado’ constitui-se em sociedade anônima com o capital de 350 contos. Posteriormente foi este elevado a 3.000:000\$000, dos quais 615:000\$000 realizados”; os investimentos podem avançar: “armado de tais recursos fornecidos pela confiança pública, o jornal ampliou sua aparelhagem e organização. Comprou aperfeiçoado prelo rotativo, montou linotipos, etc. estabeleceu agências no Rio, Santos, Curitiba, Belo Horizonte, Lisboa e Roma, por meio das quais recebe correspondências e telegramas”. E as edições diárias passaram a média de “16 a 20 páginas, com ilustrações, e a tiragem média anda ao redor de 35.000 exemplares”.

“Progressos atuais” é a última seção do artigo que coloca o diário entre os mais importantes entre aqueles publicados no Brasil, utilizando, para isso, critério comparativo: “Mesmo na Capital Federal, apenas dois com ele podem correr parelhas, mas não está longe o dia em que serão superados por este robusto organismo que nasceu e vicejou no coração da mais afortunada região brasileira”, à liderança do jornal corresponderia a liderança de São Paulo.

O comentário sobre os negócios não poderia ser mais entusiasmado, uma vez que, por meio das publicações, vendas avulsas e assinaturas, a renda “expandiu-se de um modo maravilhoso”. Registra-se então a última tabela de rendimentos do jornal, na qual se “demonstram eloqüentemente” dados que mostram a prosperidade financeira do periódico: “A renda líquida foi de 277:060\$676 em 1909, enquanto que em 1912 chegou a 524:283\$562” e “a mais forte renda, que anteriormente a isso se originava das assinaturas, é hoje fornecida pelas publicações, quem em 1912 renderam 991:738\$640. A seguir, concorrem a venda avulsa, com 497:950\$920, e as assinaturas com 449:457\$020”.

A solidez da empresa permite a inserção do capital em negociações mais modernas, de rentabilidade mais fluida; além disso, o jornal informa o leitor a respeito da dimensão do movimento de seus produtos, números que satisfazem à ambição de se tornar uma liderança na imprensa nacional: “Animada com esses lisonjeiros resultados, a Sociedade Anônima ‘O Estado de S. Paulo’ em abril de 1912 lançou na praça uma emissão de debêntures na importância de 3.000:000\$000, a fim de efetuar melhoramentos de extraordinário alcance”, quais sejam, “adquiriu um terreno à rua 25 de Março, onde construiu suas novas oficinas, incorporou ao seu patrimônio oito prédios na rua da Boa Vista, e ladeira do Porto Geral, destinados a abrir espaço ao futuro edifício principal”, além de investir nos equipamentos de produção, encomendando na Europa “esplêndida máquina Marinoni, linotipos, etc”. A importação da máquina colocaria *O Estado* “entre os mais bem aparelhados jornais do Brasil. É uma das maravilhas do engenho humano, saídas da acreditada fábrica francesa”. Explica ainda o artigo que “atualmente os prelos deste órgão de publicidade, na sua insaciável fome de papel, exigem 150.000 quilos de papel por mês. Para fabricá-los são necessários 600 ésteres de madeira de pinho da Rússia e Finlândia” consumo mensal correspondente “a 7.200 ésteres, ou sejam 36.000 pinheiros, por ano. Ora, como há 650 árvores, mais ou menos, num hectare das florestas russas, torna-se preciso o desflorestamento de cerca de 53 hectares por ano”.

De acordo com o texto, *O Estado* passava a ter metas mais ambiciosas quanto à linha de produção: “situado num centro ferro-viário de primeira ordem, donde partem múltiplas fitas de aço a ligar extensa e futura zona do país, esta folha está destinada a alcançar, dentro de um decênio, uma tiragem de 100.000 exemplares e uma influência que nenhum outro diário nacional obterá”. Esta é a aspiração, “o confortante desejo que estimula e fortalece a quantos labutam nesta casa, desde a redação à tipografia, com a consciência de que têm o dever de honrar os esforços de seus predecessores nos quatro decênios transcorridos”.

Para finalizar, a assertiva comum aos artigos comemorativos do jornal, ou seja, “que o ‘Estado de S. Paulo’, fiel ao programa de 1875, seja sempre, na sociedade brasileira, um elemento de cultura e prosperidade, pregando e promovendo a liberdade, a paz, o trabalho e o progresso”. Um jornal paulista para integrar a nação: “que, do alto da predestinada colina de Anchieta, ele voe diariamente em todas as direções, nas asas velozes das locomotivas, atravessando as montanhas de Minas, cortando as cochilas do Sul, vencendo os banhados e Mato Grosso”, qual novo símbolo da nação, “nova bandeira da Civilização, a continuar a obra histórica dos Raposos, Anhangueras e Fernão Dias”.

Diante de todos os relatos publicados à primeira página, é perceptível que *O Estado* constrói para si a imagem de uma empresa a serviço do Brasil, conseqüentemente, mantendo-se fiel aos leitores por meio da qualidade do produto ofertado. A voz que emana das folhas matutinas compõe uma sinfonia afinada, um projeto de nação que tenta plasmar em si mesma e divulgar para os brasileiros. Um espaço em que todas as contradições contribuem para o bem do Brasil, segundo a voz enunciativa do jornal.

No primeiro dia do ano de 1890, em sua primeira página, explica o jornal que há um mês reformara o material tipográfico e que, “presentemente, à vista do considerável e progressivo aumento da matéria paga, vemo-nos muitas vezes embaraçados para dar vazão ao serviço da impressão da folha e dos suplementos, apesar de dispormos de duas máquinas movidas a vapor”. Para resolver o problema, “já encomendamos catálogos da grande fábrica Marinoni, para escolher uma máquina das mais aperfeiçoadas desse célebre fabricante, que nos habilite a servir o público cada vez melhor, fazendo mais cedo e com maior regularidade a distribuição da folha”. Como anunciado desde o início da circulação, o pessoal responsável pela elaboração do jornal também deveria se constituir pelos melhores profissionais: “Resolvemos além disso contratar um correspondente em Portugal e oferecemos essa incumbência ao inigualável estilista e

distintíssimo prosador Fialho de Almeida, uma das mais extraordinárias organizações literárias da atual mocidade portuguesa, um narrador delicioso e brilhante, que se revela jornalista de notável e raro valor”.

Também informa que contrataram Lúcio de Mendonça para correspondente da capital federal. Em seguida, anuncia o peso da colaboração literária que passa a ter com a colaboração de Júlia Lopes de Almeida, Aluísio Azevedo, Raimundo Corrêa, Valentim Magalhães, Alberto de Oliveira e Raul Pompéia, “preciosa colaboração efetiva de escritores dos mais ilustres deste país, dos que têm alcançado maior nomeada pelas suas obras”. Como diria mais tarde, Lobato a Rangel, realmente ser publicado em grande jornal era vitrine adequada à literatura.

Vitrine convincente aos leitores, aliás, pois assinar *O Estado* é um bom negócio, “conservando e desenvolvendo todos os elementos antigos e adquirindo todos estes elementos novos, cremos que nenhuma folha deste país provará ao seu público melhores desejos de bem servi-lo e de corresponder à benévola confiança que lhe é dispensada”. Prestam-se contas, assim, do produto que é oferecido aos paulistas, de modo que estes possam continuar fiéis ao jornal. “Por este modo a prosperidade e o favo público que desfruta o *Estado de S. Paulo* revertem, nos melhoramentos consideráveis e fáceis de apreciar, em bem dos seus leitores e em benefício desse mesmo público”, consumidor que merece sempre a lembrança respeitosa do jornal, “ao qual ainda uma vez nos confessamos gratos e de quem esperamos agora mais do que antes a simpatia e a justiça”.

Alinhamento à sociedade capitalista de seu tempo. Importação de máquinas e qualificação profissional com investimento em estratégias de venda. Idoneidade é uma idéia que se faz acompanhar de honestidade, seriedade, verdade. Nas páginas publicadas em 03 de julho de 1917, mais prestações de contas:

Sociedade Anônima

“O ESTADO DE S. PAULO”

Pagamento de juros do primeiro semestre de 1917.

No escritório da SOCIEDADE ANÔNIMA COMERCIAL E BANCARIA “LEONIDAS MOREIRA”, à rua Álvares Penteado, nº 50, do dia

30 do corrente em diante efetuar-se-á o pagamento do décimo primeiro (11º) coupon de juros das debêntures do empréstimo da Sociedade Anônima “O Estado de S. Paulo”, com a dedução do imposto criado pela Lei nº 2911 de 31 de Dezembro de 1914.

Os pagamentos efetuam-se todos os dias úteis das 12 às 14 horas e aos sábados das 11 às 12 horas.

S. Paulo, 26 de junho de 1917.

A Diretoria.

Em outubro, o desenvolvimento da empresa precisa ser “comprovado” por autoridades legais. É a própria empresa que deve firmar diante do público que os números não mentem. A 08 de outubro de 1917, numa coluna intitulada “A tiragem do ‘Estado’”, o jornal presta contas públicas, imprimindo petição ao juiz da terceira vara comercial, Dr. Manuel Polycarpo de Azevedo Júnior, “de acordo com as praxes estabelecidas pelos grandes jornais e apenas como uma justificativa, ante nossos prezados clientes, de quanto a circulação do nosso jornal valoriza os seus anúncios” (p.03) – em outras palavras, o próprio jornal requereu à justiça a avaliação de seus livros com o intuito de se demonstrar a veracidade dos dados sobre a tiragem.

Requerendo dois peritos para avaliação, o jornal formula o seguinte questionário como quesitos, colocando-se, na petição, como pagador das custas: 1) “Qual foi, nos meses de Julho e Agosto, últimos, segunda a escrituração da Sociedade Anônima O ESTADO DE S. PAULO, a tiragem total do jornal O ESTADO DE S. PAULO, edição da manhã?”; 2) “Qual foi, no mesmo período, a tiragem média do mesmo jornal por dia?” 3) “A escrituração da Sociedade Anônima O ESTADO DE S. PAULO, relativa à tiragem do jornal, é feita com regularidade, de modo a merecer fé?” (p.03).

Na seqüência, o artigo publica o laudo, reimprimindo as questões, agora acompanhadas das respostas. Em síntese, os peritos afirmam ter sido a tiragem total dos meses de julho e agosto, edição da manhã, de 3.263.180 exemplares, sendo 52.632 exemplares diários, tudo constando regularmente nos livros-caixa. Esclarecendo ainda que “a verificação foi julgada, por sentença, pela seguinte forma: “Vistos, etc... julgo por sentença o exame de livros de fls., pagas as custas pela Requerente, a quem se entregarão os autos para os fins de direito. Publique-se e intime-se. S.

Paulo, 10 de Setembro de 1917. – O juiz de direito, Manuel Polycarpo de Azevedo Júnior” (p.03). Por último, o demonstrativo da movimentação diária do jornal, onde se reitera a grandeza de 52.632 folhas por dia.

Possivelmente essa demonstração seja decorrente da própria situação econômica de um país cujas províncias mostravam-se tão diferentes quanto ao desenvolvimento comercial e industrial. No Brasil, poucas regiões manifestavam uma imprensa de caráter mais industrial no alvorecer do século XX, “nos outros Estados, a imprensa estava ainda na transição da fase artesanal para a fase industrial, no início do século XX; são raros os jornais de província com estrutura de empresa” (Sodré, 1966, p.372).

Apesar dos percalços, e de toda a situação internacional decorrente da Grande Guerra que se anunciava em 1914, a imprensa brasileira avançara. O engajamento dos literatos com as grandes causas levava-os a uma situação paradoxal: à medida que colocaram a pena a serviço de ideais e, conseqüentemente, de grupos distintos, abriram as portas a um tipo de escritor que não precisava mostrar talento para as belas letras. Passava a ser necessário o escritor de jornal, ou seja, o profissional que trabalhasse com um tipo de texto cada vez menos literário e mais informativo, regido, gradualmente, por padrões de grupos editoriais. Isso estavam em pleno curso em *O Estado*, como sintetiza Miceli (2001, p.90):

Além da introdução de uma série de inovações técnicas e mercadológicas (aquisição de rotativas, novos modelos de composição, contratos com agências internacionais de notícias, expansão da rede de sucursais no interior do estado e do país etc.) que tornam *O Estado de S. Paulo* um órgão de relevo na grande imprensa da época, o grupo Mesquita resolve lançar em 1915 uma edição noturna (o *Estadinho*) e publicar a *Revista do Brasil* (“mensário de alta cultura”), contratando inúmeros escritores consagrados e outros jovens promissores que teriam destacada participação no estado-maior intelectual dos grupos dirigentes paulistas.

Era este o contexto de *O Estado de S. Paulo* quando, em 1914, Lobato publica “Uma velha praga”. Aliás, contexto de tensões também havia sido o de sua publicação “Entre duas crises”, em 1913. Como se nota entre as questões ideológicas e as empresariais, a lagoa era propícia a sapos como Lobato – e sapo de redação talvez não fosse uma colaboração tão

despretensiosa assim, principalmente para quem, há tempos, lia e fazia-se ler pelo público leitor de jornal. Sobre isso, é importante lembrar que as campanhas realizadas pela folha tiveram no próprio Lobato um de seus paladinos das causas importantes para a nação. Na orquestra afinada d'*O Estado*, um escritor que nele participou como tradutor e articulista; que esteve presente na gênese do *Estadinho* e da *Revista do Brasil*, colocar-se como despretensioso era muita pretensão.

O ESTADO DE S. PAULO - Segunda-feira, 18 de Março de 1918

Pro affectu-se hontem...
hontem, a familia de rua...
para o cemiterio da...
com grande companhia...
du-se hontem nesta capital...
do nepotismo desta praça...
a Lucelia, que deixa viver a...
fo terá lugar hoje, ás 8 ho...
das o teatro da rua de Sa...
6, 10, para o cemiterio do...
loceu hontem, ás 7 horas, o...
José, de 3 annos de idade...
Sr. José Antonio Pereira, na...
nesta praça e do d. Paulina...
ra Pereira.
Pro realisar-se a hoje, ás 8...
hindo o teatro da rua Pro...
varenga, ás, para o cemite...
riologos.
l-se hontem, nesta capital...
ras a meia, o passamento da...
A. A. Volinda Pinto Plaquer...
Sr. Luis Pinto Plaquer, um...
netros moradores da Estaa...
S. Bernardo e mãe do dr...
P. Plaquer, senador estadual...
toce, que era natural de Ca...
ra, muito reconhecida nesta...
naquella localidade, onde a...
te, vai com certeza causar...
magua, pois a fluada com...
principalmente para os po...
uma grande honrada.
inda Pinto Plaquer, que...
de 79 annos de idade, deusa...
do netos e 12 bisnetos, ten...
o sempre, até a vespera do...
cramento, de pertella sauda...
pramente terá lugar em São...
para hinda, terá o como...
do da estação da Luz, ás...
11 e 30 hs., da rua D. Ve...

SANEAMENTO DO BRASIL

A ACÇÃO DE ORIVALDO CRUZ

Nós brasileiros vivemos de lon...
ga data num delirioso mundo de...
lua. Viver no mundo da lua é a...
melhor expressão inventada pelo...
povo para definir aquelle camonea...
no estado de alma todo e cego do...
episodio da Igues de Castro.
Sempre vimos errado, e não a as...
nossas colunas, e apesar de decepções...
inumeras vemos-nos ainda ás ave...
lhas. Umae tantas mundices da lua...
ganharão fóros de axiomas rheto...
ricos dousas que se demonstram...
pelo simplus enunciado, v. g.: a...
triplice miragem da nossa riqueza...
da nossa intelligencia e da nossa...
"Invencibilidade".
Taes dogmas resumem-se assim:
1.º -- "Somos um dos povos...
mais intelligentes e afortunados do...
mundo" (affirma Alberto Torres...
no "Problema Nacional", consan...

renar-se ao ar-litro cada lente...
mente aturada. O acaso permittiu...
que em vez de um burocrata desin...
fectador e papallero como os an...
teiores, penetrasse na administra...
ção um homem de genio servido...
por um temperamento de organisa...
dor. Esse facto teve uma altissi...
ma significação não percebida no...
momento: era o moderno espirito...
cientifico a tomar pé no país da...
rotina.
Uma era nova abria-se sem que...
dessemos tanto, a verdadeira si...
gnificação dos factos só pode ser...
avaluada depois que a corrente das...
consequencias, no extrair do tem...
po, permittia a visão perspectiva.
Até Orvaldo o medico no Brasil...
era o Chernoviz: zaropes, lodúreos...
e a contanha. Curava -- quando...
curava, não prevenia. O hygienismo...
dormia o somno da chrysalida, e...
apesar do intensissimo movimento...
scientifico europeu determinação po...
tas theorias pasteurianas.
Pastem descobrirem um corpo no...
vo raios da natureza, o bacterial...

E' com esse espirito novo que...
havemos de actuar e resolver os...
nossos problemas. -- e este aspi...
to por enquanto só se denuncia...
em Manguinhos.
O povo civilisado pela miseria...
organica de mãos dadas á impu...
tificação republicana alia em torno...
a só se luz no obaral erguido por...
Orvaldo num recanto escuro do...
nido, só de lá tem vindo, e só de...
lá ha de vir a verdade que salva.
Assim foi que de lá reboua esse...
vehementissimo brado de angue...
lla que é o leão de Heitor Pen...
na -- O saneamento do Brasil --...
vos de sabio que escarna ao vivo...
as mazellas do país idolatrado...
exaunha, leschmanioso, payudo, fa...
minito na proporção de 80 por cen...
to, e grito de indignação dum ho...
mem de bem contra a phylloxera...
organizada em sistema politico...
que foi com furia acerrima o pobre...
organismo humano.
Monteiro Lobato

abreu as...
mentaria...
no livro...
em segun...
fronte a...
tudo a...
a, não se...
de que...
escribio...
las que...
menio. E...
la valid...
vinto que...
ata ao...
testemuh...
estribas...
to da re...
rubra li...
deu da...
deu da...
esta...
do tratad...
ado.
a...
naciona...
quase que...
testador...
das test...
Com a...
ção const...
vista e...
monarch...
nifestaçã...
e possivel...
mucha...
entre o...
e a...
de...
vando d...
mento d...
ludicio...
A qual...
em...
estudo...
estudo...
o...
o...
o...

3. Monteiro Lobato, “jornalista”

Saiu no Estado mais uma escorrência minha. Ainda é produto do Lobato francês em transição. O Lobato limpo com cacos de telha e potassa cáustica, desgafado da sarna gálica, esse ainda não veio a público porque o Estado não é o picadeiro conveniente.

(A Barca de Gleyre)

A metáfora da sinfonia afinada não assinala somente organização e coesão interna de um grande jornal. Pode significar também o corte de algumas vozes, a intensificação de outras, a mediação constante do editor. A unidade da forma é também a unidade do gênero, para o jornal. Selecionando as vozes que neste ou naquele dia entram ou saem, o veículo midiático orienta a leitura a partir de um ponto de vista hegemônico. “O jornal militante substitui à polifonia uma imbricação das vozes, de tal maneira que em todos os níveis, em todos os gêneros e em todos os domínios, a mesma voz permite que seja escutada sua redundância” (Porto, 2002, p.185).

Porém, andar em uma única via pode conduzir um jornal à extinção. Nisso pode se encontrar uma chave para o sucesso de *O Estado*: à medida que se faz um enunciador cujo discurso tem em consideração a contradição; à medida, pois, que incorpora a própria contradição para, por meio de um processo de valorização e desprestígio, ensinar aos leitores o caminho do bem e da verdade, o jornal se faz referência de seriedade no meio jornalístico. Nesse sentido, é possível, como afirma Miceli (2001), falar em um “partido do *Estado*”, dado a construção de uma voz cuja existência – vendendo notícias e sendo notícia – necessitava apontar dentro de seu próprio círculo os problemas mais prementes, ou melhor, as questões assim consideradas pelos membros do grupo, em relação ao desenvolvimento nacional. Nesse sentido, Lobato foi altamente político e, por isso mesmo, talvez não tenha necessitado de se filiar a nenhuma sigla partidária de sua época. Bastava-lhe o grupo d’*O Estado*.

3.1. O jornal como missão social de Lobato

Em 12 de novembro de 1914, viria a público o artigo “Uma velha praga”, considerado um marco da produção Lobato no meio jornalístico. Se o artigo alcançou maior repercussão do que

os textos escritos até então, deduzir que o escritor tenha “entrado” para o jornalismo somente a partir do sucesso de 1914 não é somente desconsiderar toda sua vivência anterior com o veículo jornalístico, mas também esquecer de certa desenvoltura com que há tempos transitava no meio editorial.

Isso aparece, por exemplo, numa carta de 30 de abril de 1914, enviada a Rangel – isto é, antes mesmo da publicação de “Uma velha praga”: “Quanto aos *Legionários*, se esse romance ainda não foi publicado a culpa é só tua, Rangel, que recorres a estranhos em vez de à prata da casa. Manda-me isso, que tenho elementos para fazer que saia num dos diários de S. Paulo, *Estado, Correio, Comércio*” e insiste, “manda-mo que sairá, já, já, já. R. Manso é um lorpa (e parece-se comigo, dizes — que lástima!)” (ABG, 1957, p.351-I).

Ter “elementos” para fazer circular um texto equivale, obviamente, a ter influência no meio jornalístico. Marcando o próprio espaço, também passa a assinar de modo mais reconhecível, o que comenta em carta de 07 de junho do mesmo ano, afirmando que “a propósito, escrevi um artigo no *Correio Paulistano*, a primeira coisa na vida que assinei com meu nome inteiro” (ABG, 1957, p.360-I).

Sobre a publicação de “Uma velha praga”, Lobato afirma a Rangel, em carta de 22 de novembro de 1914, que, junto com Purezinha, não viram nada que provocasse “o entusiasmo dos paulistas” (ABG, 1957, p.366- I). Vendo ou não algo de interessante em seu artigo, o que não está escrito mas pode ser depreendido dos comentários do autor, é que houve uma circulação significativa do texto entre os meios jornalísticos da época. Isso fica mais evidente em carta de 16 de janeiro de 1915, abordando a publicação de “Urupês” que ocorrera a 23 de dezembro em *O Estado de S. Paulo*: “Conheces o Cornélio Pires? Contradiz-me num jornal de S. Paulo. É um dos D. Magriços do caboclo Menino-Jesus. Frágeis demais os argumentos; mais que isso — tolos. A *Velha Praga* não cessa a peregrinação”. Enumera o escritor: “Já foi transcrita em sessenta jornais, conforme me informa o Sinesio Passos, redator dum jornal de Guaratinguetá. Acho muito, e se o consigno é para frisar a ignorância em que andamos nós mesmos: a menor revelação da verdade faz o público arregalar o olho” (ABG, 1957, 10-II).

Considerando que dos sessenta jornais boa parte eram publicações pequenas, que transcreviam parte da matéria de jornais maiores como *O Estado*, e que dentre os maiores possivelmente Lobato tivesse acesso à maioria, não é difícil compreender a marcha rápida de “Uma velha praga”.

Em outra carta, já de 1915, (ABG, 1957, p.19-21-II), demonstra seu reconhecimento na capital: “Mas estive em S. Paulo três dias e todos me falaram da minha literatura com certo calor, achando que eu sou coisas. Ouvi os elogios de pé atrás, como sempre. Quem na cara não elogia? O que vale é cochicho às costas”, este tipo de comentário também teve: “Pinheiro é amigo e me ficou atrás do quadro, como Apeles, para pegar o que de mim dizem pelas costas. Contou-me que na sala do Nestor, no *Estado*, houve uma seria discussão sobre aquele artigo *Urupês*”. Discutem o conteúdo e todos são unânimes ao aceitar o escritor de Taubaté como uma “revelação”. “Será Rangel, que com tão pequena amostra se possa chegar a esse veredicto? E disse mais o Pinheiro que cada um me atribuía uma filiação. Um provou que eu imitava o Eça. O Armando Prado, que eu imitava o Fialho”.

É evidente que o próprio escritor se esquece de sua trajetória ou adoça as coisas para o amigo: primeiro, porque não era um desconhecido – seria, no mínimo, espantoso que uma empresa como *O Estado* não estivesse captando quem escrevia o quê na imprensa; segundo, o primeiro artigo de Lobato n’*O Estado* é de 30 de outubro de 1913, “Entre duas crises” – se não passara por análise mais apurada até ali, arrisque-se a dedução, é porque seu estilo havia há muito, fosse por traduções enviadas ao jornal, fosse por “escorrências” em concorrentes, adentrado as portas de *O Estado*. O que se via em “Uma velha praga” ou “Urupês” era uma abordagem mais original, cujo discurso chamava a atenção do público.

Continua: “A maioria, porém, achou que eu me revelava pessoal e sem filiações aparentes. E disso resultou que o *Estado* vai pagar-me os artigos a 25 mil réis, logo que a folha volte á normalização financeira e se refaça dum desfalque de 150 contos que lá deu o velho gerente — foi o que ouvi”. Não perde a oportunidade de comentar que “atualmente não pagam a ninguém, razão de terem desaparecido o Silvio de Almeida, o Feliciano, o João Grave e outros. Isso são mistérios dos bastidores da nossa ‘grande imprensa’”.

A conversa se estende e retoma o objetivo de se fazer lembrado na literatura por meio do jornal: “Dizes bem quanto à disseminação do nome por intermédio de outras folhas. Isto é como eleitorado. Escrevendo no *Estado*, consigo um corpo de 80 mil leitores, dada a circulação de 40 mil do jornal e atribuindo a média de 2 leitores para cada exemplar”. Para estender a amplitude de sua literatura, pensa também em introduzir-se num jornal carioca, haja vista que “ser lido por 200 mil pessoas é ir gravando o nome — e isso ajuda”. Ajudaria a divulgar a literatura, a se tornar escritor reconhecido, a se profissionalizar. Com a divulgação, conta, já tirara a prova de

sua teoria do reconhecimento público, no atendimento realizado por um médico no Instituto Paulista, porque fora recebido de dois modos: “o primeiro, frio, indiferente, o modo de receber aos que na vida não passam de números — mas depois que dei o meu nome, a cara do homem clareou” e respondeu: “— “Aquele que escreve uns belos artigos no *Estado*? E ao ter a confirmação tratou-me como *alguém*”.

No relato descontraído ao amigo, a contradição do escritor “revelado” na sala de redação do jornal, era conhecido pelos artigos, não pela literatura. Reconhecimento de jornalista, não de literato. E isso não mais significava, na sociedade das primeiras décadas, fazer um trabalho intelectual menor – “Veja você como para o mundo tem peso um nome que assina artigos no jornal. A gente passa de servo da gleba à classe dos senhores. O ‘senhor’ é o homem armado, que pode desta ou daquela maneira tornar-se ofensivo”. Se a desgraça na vida, afirmava Lobato, era ser inofensivo, igual às minhocas, o jornal lhes dava armas potentes para conquistar os prêmios do mundo da escrita. Por essa razão, repreende o amigo: “Por essas e outras, não concordo com o teu afastamento do jornal. Para quem pretende vir com livro, a exposição do nomezinho equivale aos bons anúncios das casas de comércio”, acrescentando-se a vantagem financeira: “e em vez de pagarmos aos jornais pela publicação dos nossos anúncios, eles nos pagam — ou prometem pagar”.

Quem mais anuncia, mais vende. Sentencia o escritor. E ele se diz o anúncio vivo de Rangel, anunciando novas oportunidades, quais sejam, participação com contos para a *Revista do Brasil* e no próprio *O Estado*, onde Pinheiro “também conta ver-te empoleirado no ‘grande órgão’ ”.

Mas, as contradições de Lobato não estavam apagadas diante do “grande órgão”.

Nesta mesma carta de 1915, do dia 12 de fevereiro, (ABG, 1957, 22-23-II) na qual desabafa ao amigo criticando o grupo d’*O Estado* por certa “gravidade conselheiral”, Lobato definitivamente mostra-se num meio jornalístico em que as palavras devem levar em conta o leitor-consumidor: “Ando meio enjoado do *Estado*, daquela gravidade conselheiral. Eles se têm como o umbigo do universo; num necrológio ou notícia qualquer, pesam numa balança de farmácia o adjetivo a dar ao sujeito — ‘distinto’, ‘notável’, ‘conceituado’ ” – e continua com sua avaliação metafórica “— e há neles a convicção de que se não deram ao sujeito o adjetivo matematicamente certo, Sirius pisca lá em cima e pode nascer uma lêndea na Cabeleira de Berenice”.

Sentencia-se, agora, para o amigo: “Não sirvo para jornal. Meu campo é o livro, o panfleto — ou um jornal meu cá como o entendo. Também tenho escrito diabruras para *O Povo*, jornalzinho de Caçapava no qual sou livre como o era no *Minarete*. Sou lá o Mem Bugalho”. Mas *O Povo* não multiplica leitores como o enjoado periódico de Júlio Mesquita. Envia o último número daquele para que Rangel veja como seria um jornal somente deles, que não prendesse o estilo, porque “esse tom é o meu tom natural, normal — qualquer outro será forçado. E o diabo queira escrever forçado! É o mesmo que andar arcado. Nada emperra mais a pena, e tolhe tanto o correntio da frase, como sentirmos sobre os ombros alguém a espiar-nos”. E *O Estado* era implacável nisso, para o escritor: “a ‘feição’ do *Estado* é um Censor que me espia sobre o ombro quando para ele escrevo. A Opinião Pública é outro Censor. A dos amigos, idem. As conveniências... Como vivemos amarrados, Rangel!...”. E sonha mais um pouco: “que belo jornal ou revista não faríamos nós, do nosso grupinho, acrescido do Plínio Barreto, do Heitor de Moraes e mais uns tantos rebeldes sem medo de chegar fogo aos espinhos!”. O Lobato todo literaturas se debate com o jornalista, e este com o futuro empreendedor da *Revista do Brasil*. Enfrentamento que não convence, pois, em pouco tempo, estaria como dono da mais nova revista do cenário paulista, manifestando vivo interesse em fazer o negócio avançar.

Em carta de 30 de março do mesmo ano conta que não tinha voltado a *O Estado* por estar enfadado do “tom casacal”, até dos outros jornais menores fugiria por não suportarem o seu tom, pois, dizia ele: “Está me ganhando um azedume que só terá esgotos em jornal próprio. Acabo montando um, ou uma revista na qual só eu mande e desmande” (ABG, 1957, p.24-II). A revista está a caminho; porém, o que o escritor ainda não chegou a comentar, é que o público também é um “censor” cativante, como no caso narrado na carta de 03 de junho (ABG, 1957, p.32-33-II):

A razão de estar a escrever n’*O Povo* com uma assiduidade de que nunca me julguei capaz (três colunas e pico por semana), é bem curiosa. *O Povo* imprime 200 exemplares; quer dizer que tem 100 leitores. Entre esses 100 leitores há um velhinho de 70 anos, que não me conhece, nem é meu conhecido. É só para ele que escrevo.

Foi magistrado e há muitos anos que não sai de casa, ali a esperar a morte como o tio Maheu do *Germinal*. Um genro desse velhinho me disse um dia:

— Sabe quem não pode mais passar sem *O Povo*? O meu sogro. Quando recebe o jornal, vai logo em procura de artigo seu; e se não encontra, fica jururu. Lê tudo quanto é seu, e nos chama para apreciar certos pedacinhos.

Isto me calou, Rangel, e nunca mais deixei de mandar coisas para *O Povo* e sempre no gênero que o velhinho gosta. Às vezes não estou disposto e resolvo falhar — mas me vem o remorso de decepcionar o velhinho e escrevo. Desanco o Hermes — é o de que ele gosta. Sinto mais prazer nisso do que na vaidade dos 100 mil leitores do *Estado*, e a verdadeira razão de nada mais meu aparecer no *Estado* é que *tenho* de escrever para *O Povo*. Não é um solilóquio no ermo, como dizes, mas diálogo com uma sombra.

Na mesma carta (ABG, 1957, p.37-38-II), Lobato escreve que “não se conteve” e enviou um artigo para o *Estadinho*, nome da versão vespertina do *Estado*, uma “outra ‘obra prima’ que pelo jeito vai longe, sabe qual é? Aquele meu artigo “Velha praga”, que continua a ser transcrito pelo país afora, precedido de elogios como esses do recorte incluso (e não precisas devolver porque está tolo)”. Embora perdido nas páginas do tempo, o recorte pode ser lido por meio da descrição do próprio Lobato: “O homem só diz asneiras, e a mais curiosa é a que vai grifada e na qual tens parte, como pai do adjetivo. Diz o couve tronchuda que eu chamo aos políticos ‘matracolejantes caríssimos!’ Como conseguiu ele jungir na mesma canga essas palavras?”.

Não poupa crítica à área de atuação comum ao crítico e ao crítico criticado: “O jornalismo entre nós é perpetrado pela ralé da incompetência. Isso explica a apoteose que andam a fazer do Alberto Torres, cuja genialidade não passa de simples desvario”. Conta que, depois de ler os livros, não se pudera conter e enviara dois artigos para o *Estadinho*. Contudo, esquece de dizer que escrevera outro – ou seria o mesmo? – intitulado “O problema nacional”, publicado em 26 de maio, na edição matutina, em que também demonstrava “a insubsistência das idéias desse homem de miolo atrapalhado, que querem equiparar a Euclides da Cunha e já anda com maiúsculas no rótulo: Alberto Torres o Grande Pensador Nacional”.

Um colaborador que escreve assiduamente três colunas e “pico” por semana para *O Povo* e que tem liberdade de não se “conter” e enviar para um jornal de grande porte um texto aparentemente originário do calor da hora não convence com a idéia de amadorismo com que se acusava diante do público e, principalmente, de Rangel. A versão de Cavalheiro (1955, p.161-162) comprova o não amadorismo de Lobato: “Corre a lenda – endossada pelo próprio autor – de

que a divulgação do artigo ‘Velha Praga’ fora da seção de queixas e reclamações do jornal, estimulou o fazendeiro a reincidir”, isto é, a escrever novamente para o jornal, “e que reincidindo se transformara, sem querer, nisso que os noticiários gravemente chamam um ‘homem de letras’”.

Contesta o biógrafo: “A lenda é bonita, mas outra é a realidade: em novembro de 1914 Monteiro Lobato era escritor feito, embora praticamente inédito, pois quase tudo quanto tinha produzido até então fora divulgado com pseudônimos”. E isso era verificável no próprio dizer do escritor, como numa entrevista concedida a Silveira Peixoto em que afirma ter publicado o primeiro artigo assinado com o próprio nome, “Uma visita a Guiomar Novais”, no *Correio Paulistano* em 1913. Cavalheiro não perde o fio de seu raciocínio e lembra ao leitor que Lobato, quando estudante de direito, assinara uma conferência, “Outrora e hoje”, um artigo, “A força das idéias” e o conto “Gens Ennuyex”. Quando em Areias colaborara em *A Tribuna* de Santos, com certa regularidade, e nesse jornal, entre artigos sobre o momento político (“Hermismo”, “Azoteida”, etc.) encaixara o conto “Bocatorta”. Usando pseudônimos, a lista fica bem maior. Insiste Cavalheiro em nomear contos já prontos quando Lobato enviara “Uma velha praga” ao *O Estado de S. Paulo*. “Longe, muito longe, de um ‘curioso’ reclamante que a direção d’ ‘O Estado de São Paulo’ transformara em escritor, ‘malgré lui’. Monteiro Lobato era, inquestionavelmente, um homem de letras”.

Sobre isso, é importante lembrar o artigo de outubro de 1913, “Entre duas crises”. Nele, o autor demonstrara sua preocupação com os prenúncios de uma crise financeira em São Paulo, abalando o fluxo de produção e dinheiro do Estado. Ao dar o contexto da crise de 13, Lobato chamava a atenção do leitor para a necessidade de se evitarem as imprudências que poderiam levar a outra crise econômica em 14.

Como se vê, a estréia de Monteiro Lobato n’*O Estado* se dá com um texto sobre economia, não com literatura. Muitos dos motes que marcariam seus textos posteriores ali já se revelavam ao público: a corajosa crítica ao poder público; o nacionalismo fundamentado no desenvolvimento econômico; o combate à “uma não resistência passiva de budista” diante dos problemas regionais e nacionais. Da mesma forma que usa o expediente narrativo para mostrar a tragédia ao leitor – “Tatea-se às cegas. Pânico. O crédito retrai-se violentamente como um corpo elástico muito esticado de súbito distendido. Quem ontem garantia dez e valia cem passa, sem transição, a valer cinco”, também aponta os acertos até então concretizados nos assuntos políticos

e econômicos, quais sejam, os bancos de crédito rural e os armazéns gerais. Apresenta o problema e indica a solução, alertando os leitores para a necessidade de se precaver contra a reincidência da crise. O Lobato publicista já nascera; o jornalista “M.L.” é que estava a caminho.

Enfim, a *Revista do Brasil* surgia como a possibilidade de dizer tudo o que gostaria e como quisesse. Embora cansado do “tom” d’*O Estado*, Lobato aconselha o amigo em carta de 21 de setembro de 1915 (ABG, 1957, p.48-49-II): “A *Revista do Brasil* aparece em janeiro e pelos modos vai ser coisa de pegar, como tudo que brota do *Estado*, empresa sólida e rizomática. Razão para aderirmos”. Fala mais alto o homem de negócios, que vê no *Estado* a confiabilidade de uma empresa séria. Em carta de 23 de outubro (ABG, 1957, p.57-II) torna a aconselhar o amigo: “Há no *Pirralho* uma enquête sobre o Fradique Mendes do Eça. Queres falar? Convidaram-me a mim e me pediram o retrato, e vou fazer que também te convidem. Boa ocasião para, deixando de lado o Fradique, darmos uma amostra do nosso pano”. Tudo, pois, é oportunidade para mostrar o trabalho literário: “Atende ao *Pirralho*, Rangel. É preciso um pouco de comercialização”. Se não lhe faltavam veículos para publicar o que quisesse, é justamente porque iniciara sua caminhada aproveitando os espaços que se abriam sem maiores reservas, até plantar-se em círculos cujas decisões ressoavam pelo país.

Talvez influenciado pelas idéias lobatianas, Cavalheiro tenha diminuído a importância da publicação nos diversos periódicos afirmando ser o livro a marca de passagem para a categoria de “escritor”. Porém, como já se mostrou, Lobato não via os periódicos com tal ceticismo. Ao contrário, em 1918, efetiva a compra da empresa nascida sob a proteção d’*O Estado*. A imprensa paulista vivia um momento de progresso, ao gosto dos empreendedores do desenvolvimento nacional. Plínio Barreto lançara *Revista dos Tribunais*, quinzenário, em 02 de fevereiro de 1912; Gelásio Pimenta, *A Cigarra*, em 06 de março de 1914, revista ilustrada; em 1915, circulava, sob direção de Benedito de Andrade, *O Parafuso*. A *Revista do Brasil*, primeiro pensado como *Cultura*, vem no rastro dessas publicações. É nela que Lobato, apropriando-se das experiências anteriores e ousando em táticas modernas de edição e vendagem, rompe com a tradição editorial de produzir para poucos, seletos leitores.

Percebe-se, no entanto, que não é de repente que Lobato se percebe dirigindo a *Revista*, tal como não fora simplesmente um “acaso” que o fizera articulista de *O Estado*. Vendera a fazenda em 1917. Participava mais ativamente do grupo d’*O Estado* desde 1914. E, principalmente, desde o início encontrara seu espaço na revista, aconselhando Rangel, em carta

de 20 de janeiro de 1916 (ABG, 1957, p.64-II), a enviar trabalhos, isto é, a “tocar para a frente”: “Já viste a *Revista do Brasil*? É caso de tomares uma assinatura. Nasceu de boa estirpe, está bem aleitada pelo *Estado*, é a única nesse gênero em todo o país — e é *nossa*”. Não se deve, em caso algum, perder oportunidades, ainda que o literato tenha que fazer concessões, “Para o diabo o estilo, pois — e toca para a frente. A frente agora é a *Revista do Brasil*...”.

Em carta de 02 de fevereiro (ABG, 1957, p.67-68-II), Lobato aponta para um aspecto típico do processo de capitalização do objeto de leitura, ou seja, o investimento em diferentes frentes de edição, o que equivale a orientar a produção para este ou aquele público. Nesta carta, o escritor adjectiva *O Estado* como “cauteloso”, achando-o uma empresa curiosa, uma vez que não permite que se faça em um de seus jornais críticas mais violentas, além de não centralizar os produtos que então criava, “a *Revista do Brasil* é um galho do *Estado* que acabará autônomo. Talvez aconteça o mesmo com o *Estadinho*, o galho travesso e garoto do *Estadão*. E o mesmo com *O Queixoso*, a revista onde agora me expando”.

O conflito interior permanece na correspondência com Rangel, pelo menos, até a compra da revista. Em carta de 15 de abril de 1916 (ABG, 1957, p.78-II), contrapõe-se não só a *O Estado*, mas a todos os jornais que sufocam as tentativas da literatura, aos repórteres analfabetos, à língua engalicada, aos escritores não merecedores de tal nomeação. “Um ‘nome novo’ consegue nos jornais amigos um ‘lançamento’ igual ao do Tropon ou do Gelol. Parece que o mesmo homem que lança um Gelol lança um novo gênio — e o público ‘passa’ os dois, a panacéia e o gênio”, resume: “balcão e camaradagem — eis a nossa imprensa. Há um ‘cafajestismo’ que invade tudo — já invadiu o governo e vai invadindo toda a intelectualidade”.

Em 1918 a situação é outra. Como editor e proprietário da *Revista do Brasil*, manifesta em carta de 08 de julho (ABG, 1957, p.173-174-II) que mantivera colaboração n’*O Estado*, inclusive contribuindo com a campanha sanitária lançada pelo jornal: “Os *Urupês* vão se vendendo melhor do que esperei, e neste andar tenho de vir com a segunda edição dentro de três ou quatro semanas”. E se abre ao amigo: “Os meus negócios hoje cifram-se nuns dinheiros a juros (que infâmia pôr dinheiro a juros! Devia ser proibido por lei) e a *Revista do Brasil*, onde estou desenvolvendo furiosamente a propaganda. Espero dobrar-lhe a tiragem ainda este ano”. E parabeniza o amigo pela prosperidade, embora o leitor não fique sabendo sobre o que exatamente tratam, enfatizando que “é o que serve, como diz o galego. A alta do papel impede-me de lucros maiores na *Revista* e nos livros; mesmo assim, cada milheiro deixa líquido um conto e tanto...”

quando não encalha. A mim me favoreceu muito aquela campanha pró-saneamento que fiz pelo *Estado*”, unindo o ideal ao comercial, “popularizou a marca “Monteiro Lobato”. E convida: “eu penso que chegou a hora de publicar na *Revista* todos os teus contos do *Minarete*”.

As campanhas devem ser lembradas em relação ao periódico paulista como atitude coerente de um veículo que, apesar de buscar a imagem de neutralidade, mantinha-se – segundo as próprias palavras do jornal – a serviço da nação e do Estado de São Paulo. Em 1910, por exemplo, o jornal se empenhara na campanha civilista apoiando Rui Barbosa em contraposição à candidatura de Hermes da Fonseca. Agora, iniciava-se outra batalha, esta vinculada diretamente ao ideário cientificista do grupo d’*O Estado*. O sanitarismo era bandeira em torno da qual se reuniam cientistas como Miguel Pereira, Osvaldo Cruz, Belisário Pena, Carlos Chagas, Álvaro Osório de Almeida, Artur Neiva, e muitos dos intelectuais do círculo de *O Estado*. Para quem já aparecera com o Jeca, tomar à frente uma campanha para restabelecer a saúde do homem do campo, se não era atitude esperada e previsível, ao menos era um acerto de contas para quem, antes, apontara o problema. Agora, viriam as propostas como solução.

A campanha sanitaria iniciada no litoral avançava pelo interior. Lobato acompanha uma das expedições, indo parar em Iguape. Ali pôde avaliar certamente com mais detalhes os problemas que destacara com tanto empenho em “Uma velha praga” e “Urupês”. Se a tristeza mediante tanta decadência o motiva, possivelmente, como jornalista que então se fizera, percebe o quanto deveria se empenhar na série sobre higiene e saneamento. Da mesma forma como seria reconhecido por criar o Jeca e participar da campanha para salvá-lo, poderia também, com sua omissão, ter se colocado à margem de ações fundamentais para a constituição do sistema público de saúde brasileiro. Lobato não perdeu, portanto, a oportunidade.

O envolvimento d’*O Estado* na campanha sanitaria confirma, mais uma vez, a existência de um mercado editorial em que a palavra de um veículo jornalístico tem peso junto à opinião pública. Isso ocorrera, por exemplo, em 1915, quando Júlio de Mesquita firmara sua posição contrária frente às atitudes do Estado Alemão, em plena guerra mundial. Ao se envolver em mais uma causa nacional, o jornal demonstrava sua capacidade de mobilização e influência no cenário sócio-político. A presença de Lobato, por sua vez, implica algo semelhante. Viajando com a equipe de Artur Neiva, confere *in loco* o problema e sua pena é posta a favor da causa. Antes de findar o ano de 1918, são os artigos reunidos em volume, por decisão da “Sociedade Eugênica de

São Paulo” e da “Liga Pró-Saneamento do Brasil”, outro reconhecimento pelo trabalho jornalístico empreendido em favor da sociedade brasileira.

Reconhecimento e oportunidade é o que Rui Barbosa acaba oferecendo a Lobato na conferência realizada em 20 de março de 1919, citando longo trecho de *Urupês* logo na abertura. Seria absurdo, pois, supor que Rui Barbosa tivesse servido de “garoto propaganda” do livro. Mas não é absurdo perceber que a afinação dos discursos se dão justamente em franca coerência política entre a plataforma do político e as posições marcadas pelos textos d’*O Estado*. “Conheceis, porventura, o Jeca Tatu, dos *Urupês*, de Monteiro Lobato, o admirável escritor paulista? Tivestes, algum dia, ocasião de ver surgir, debaixo desse pincel de uma arte rara, na sua rudeza, aquele tipo de uma raça que, ‘entre as formadoras da nossa nacionalidade’, se perpetua, “a vegetar de cócoras, incapaz de evolução e impenetrável ao progresso”¹²? Ser chamado de “admirável escritor” por Rui Barbosa fora vento propulsor para as velas do navegante Lobato nas letras nacionais. Para o público, o escritor paulista era “um nome”. Jornalista que não se dava ao eito do vínculo empregatício; empreendedor que justamente no momento em que adquiria a *Revista do Brasil* mostrava-se com toda força no seu papel de publicista no transcorrer da campanha sanitária.

Jornal e jornalista estavam, pois, em sintonia. Ambos comercializavam o produto da leitura, ambos colaboravam com as causas que defendiam publicamente. Disso, chega-se à conclusão de que Lobato efetivamente tornara-se *um nome* no jornalismo da primeira metade do século XX, *um nome* registrado nas páginas de outro *nome* entre as empresas editoriais brasileiras. Em carta¹³ enviada por Benedicto de Paula Bueno, de 23 de março de 1918, Mogi Guaçu, verifica-se a presença do nome “Monteiro Lobato” fora dos limites da capital: “Não tenho a fortuna de conhecê-lo, mas percebo-o, adivinho-o através dos excelentes artigos que vêm publicados no *Estado*. Os escritos, parece-me, salvo melhor juízo, assim como o espelho está para a figura – refletem a individualidade”. E continua: “Os seus artigos, principalmente o de hoje, são o bisturi da razão evoluída, a rasgar a pústula da nação. Drenos rasgados pela coragem moral, por onde hão de escoar as impurezas deste imenso lodaçal”. Na seqüência, saúda o escritor como um “obreiro do Bem”.

¹² BARBOSA, Rui. *A questão social e política no Brasil*. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/template_01/default.asp?VID_Secao=105>. Acesso em: 28 maio. 2009.

¹³ CEDAE – DOC 3.2.00208.

Nos jornais se faz a carreira e a divulgação dos escritores, como atestam as palavras de Afonso Celso, em carta¹⁴ de 23 de julho de 1920, Rio de Janeiro, escrevendo que “profundamente me sensibilizou o magnífico artigo, publicado por V. Ex. no *Correio da Manhã* de hoje, sobre o livro de minha filha”. A filha também não se esquece de agradecer Lobato — a carta¹⁵ enviada por Maria Eugenia Celso em 29 de agosto de 1921, na qual se percebe que fizera agradecimento público ao escritor paulista: “não tinha que agradecer o comentário. Que vantagem teria a gente em pertencer à redação de um jornal se não se pudesse dizer de vez em quando o que se pensa?...”.

As intrigas da juventude, quando os colegas trabalhavam como repórteres nos jornais da capital, agora vão tomando seriedade ao ponto de se tornarem questões jurídicas. Carta¹⁶ enviada do Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1922, por João Ribeiro, exemplifica bem a cena jornalística do momento: “Desejo, porém, que em vez do artigo – Inimigos literários – figure no livro o original que enviara do último artigo que escrevi no Jornal e que foi vetado por um certo doutor Santana (?) que não conheço mas determinou com tal veto a minha saída daquela folha”. Tratava-se, assim, de “uma miserável intriga desse malévolo sujeito que talvez servindo de testa de ferro de outros, deu o artigo como imoral”, e acrescenta a vítima: “Mas, havia lá dentro na folha uma conspiração para eliminar-me e que deu o resultado esperado. Não me submeti ao veto e mandei às favas o novo Santo Ofício. Até hoje não sei se foi moralidade, política ou economia o móvel da intriga. Mas, pouco importa”.

Ser um nome no jornalismo quer dizer também dar o veredicto sobre as causas mais diversas, julgar o governo, a sociedade, o mundo editorial. Em outra carta¹⁷, esta de 1926, de Bastos Barreto, de 05 de abril de 1926, São Paulo, denuncia-se certa “falta de ética” no meio jornalístico, o que, na verdade, correspondia ao crescimento de uma prática de mercado em que os melhores repórteres eram requisitados pelas maiores empresas: “Apesar de pobre, prezo mais uma amizade que o dinheiro. Provas?”, narra-se o caso: “Há tempos o ‘Diário da Noite’ fez-me uma vantajosa proposta para que eu deixasse a ‘Folha’ e fosse para aquele vespertino. Naquele tempo eu ganhava 200#000 na Folha. Iria ganhar 600#000 no ‘Diário’. Recusei, por amizade ao Olival”. O remetente não cede às investidas dos concorrentes: “Depois o ‘S. Paulo Jornal’ fez-me

¹⁴ CEDAE – DOC 3.2.00252.

¹⁵ CEDAE – DOC 3.2.00262.

¹⁶ CEDAE – DOC 3.2.00275.

¹⁷ CEDAE – DOC 3.2.00344.

idêntica proposta. Recusei também. É que, no fundo, sou brasileiro da gema. Creio que não tenho nas veias nem meia gota de sangue estrangeiro. Sou Juca Pato, por fora, mas por dentro inda sou um Jeca”. E sente-se, pelo tom da carta, a proximidade com que se vê do amigo de *O Estado*: “Somos, Lobato. Somos Jecas... graças a Deus. Nós blasonamos de yankeesmo — eu, principalmente — mas no fundo somos uns sentimentais, incapazes de trair um amigo para fazer fortuna. Foi isso que o fez ‘cair’, Lobato. Mas o sr. ‘caiu de pé’ enquanto os outros ‘sobram’ agachados. Admiro-o, por isso”.

Alguns leitores como Eunice Caldas, em carta¹⁸ de 19 de fevereiro de 1922, acreditam que Lobato ainda esteja pouco divulgado — enaltecendo *Problema Vital* (publicado em 1918) escreve que os artigos “estão pouco conhecidos ainda. A sua pena tem estado um pouco descansada, me parece. Escreva, escreva muito, porque o Brasil precisa de escritores que saibam dizer as coisas de um modo claro e positivo, pois os leitores, não são, infelizmente, muito fáceis de se levar” e termina dando “calorosos parabéns”. A imagem do jornalista e a do editor na década de 20 alcançara as mais diversas regiões, inclusive os jornalistas do interior, como se vê em carta¹⁹ de Rubens do Amaral, de Jaú, com data de 10 de abril de 1924: “A febre que V. propagou, como autor e como editor, não me deixou imune. Aqui, nos vagares que me deixa os trabalhos do jornal, – e são muito mais os vagares do que os trabalhos, – fabriquei uma espécie de romance paulista – ‘Terra roxa’ ”. Lá vinha, pois, pedido de proteção para entrada no meio literário.

Da Olegário Ribeiro, Lobato & Cia nasceriam a Sociedade Editora Olegário Pinheiro e de Lobato com Octalles Marcondes, a Monteiro Lobato & Cia. Em 1924, esta se transformava em Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato, em razão de uma necessária abertura de capital com objetivo de superar a situação de instabilidade econômica que abalava as empresas nacionais. Contudo, em 1925, abatida pela falta de infra-estrutura brasileira, entre outros problemas da complicada relação entre uma empresa editorial de práticas modernas e um país de moeda instável, dela saíria a Cia. Editora Nacional.

A intensa experiência de Lobato como editor acabou impedindo-o de se dedicar como gostaria à literatura, segundo o que ele mesmo escreveu. Duvide-se disso, porém. Nos anos em que dirigiu os negócios editoriais, continuou a publicar suas obras e, ainda que não tivessem sido

¹⁸ CEDAE – DOC 3.2.00272 .

¹⁹ CEDAE – DOC 3.2.00332.

escritas naquele momento, a contribuição jornalística desmente o “vazio” que atribui a si mesmo. Conta, carta de 23 de março de 1920 (ABG, 1957, p.215-II), enviada a Rangel, que está colaborando com o *Correio da Manhã* e tem convite de *O Jornal*, “cinquenta mil réis o artigo. Vou custear com as unhas a sucursal da *Revista* aberta no Rio, isto é, com esses artigos. Ontem escrevi dois: as porcas lá da fazenda eram mais felizes: pariam seis, sete leitões de cada vez. Está me renascendo a facilidade antiga, amodorrada por falta de treino”. Mesmo na direção de uma editora, Lobato não abandona sua colaboração jornalística, antes prevê a utilização dos lucros advindos da atividade para custear negócios no Rio de Janeiro.

Lobato, no entanto, vive num imenso tartarugal. Sua ida aos Estados Unidos seria marcante tanto como experiência de vida pessoal, quanto profissional. No entanto, ventos yankes sopravam em direção ao sul, e em seus periódicos, bem antes da década de 30. Mais uma vez entre Lobato e *O Estado*, uma sintonia de pontos de vista se faz presente, mesmo quando o assunto é a relação com o primo rico, Tio Sam.

3.2. A América, para os brasileiros

O literato profissionalizado certamente veria nos Estados Unidos da América um modelo a seguir. Observar os números do jornalismo americano e viver nas agruras de um país ainda em transição para uma economia industrializada era a contradição vivida por aqueles que realmente liam os jornais americanos. Essa situação certamente levava os profissionais da imprensa, no Brasil, a olharem com expectativas para outro modelo de país – o modelo americano não era somente mirado para o jornalismo. É preciso lembrar que o chamado grupo d’*O Estado* era republicano ao seu modo, em consonância com sua proposta: a “seu modo” porque na multifacetada combinação de diretrizes pretendidas para a República, a do *Estado de S. Paulo* era mais uma, mas, como outras, almejava ser a mais seleta para a liderança da nação. “Em São Paulo existia, desde 1873, o partido republicano mais organizado do país, formado principalmente por proprietários”; para esses cafeicultores, “a república ideal era sem dúvida a do modelo americano” (Carvalho, 1990, p.24).

Em extensa matéria de 03 de março de 1920, intitulada “O idealismo americano”, percebe-se o posicionamento do jornal quanto à imagem dos Estados Unidos no Brasil. É

importante notar que “posicionamento do jornal” justifica-se pela recorrência das matérias sobre questões americanas que aparecem nas páginas de *O Estado* nas primeiras décadas do século XX. Não seria temeroso afirmar que, tal como essa matéria, os textos publicados pelo jornal tem a função quase didática de ensinar à população brasileira coisas de um povo mais avançado.

Assinado por Mário Pinto Serva, o autor inicia o artigo partindo de uma premissa do senso comum brasileiro: “é comum no Brasil ouvir-se que os Estados Unidos constituem uma civilização material, despida de qualquer idealismo”, lançando ao leitor questionamentos: “Não haverá injustiça em desconhecer-se assim em globo toda a vida moral, todo o colossal trabalho e aplicação de um povo? Não haverá injustiça em negar-se a milhões de entes, feitos da mesma massa que nós, a mínima parcela do ideal?” (p.04). Na seqüência, o autor conduz o raciocínio por reflexões que fogem à especificidade da relação entre Brasil e Estados Unidos, tocando em pontos filosóficos e, por que não, existenciais: “Os homens e as nações nunca se fazem justiça entre si. Cada indivíduo e cada nação têm em si todo um mundo de idéias, de concepções e de aspirações que os outros ignoram ou nem sequer suspeitam. Cada um de nós tem o seu idealismo”, idealismo que é descrito mediante conceitos positivistas, “isto é, uma concepção superior da vida que assenta na nossa visão do mundo e na capacidade de nossas faculdades de abstração e de raciocínio. E é uma ingenuidade infantil cada um de nós individualmente pensar que é mais idealista que os outros ou atribuir a sua Pátria mais idealismo que a dos outros”. Tenta-se desconstruir mais um pouco o preconceito nacional contra o norte-americano: “Negar o idealismo a alguém equivaleria a negar-lhe a qualidade de homem normal ou seria o mesmo que afirmar não possuir esse alguém um cérebro. A concepção do idealismo pode ser muito diversa de um para outro povo, mas não pode deixar de existir”. Resumindo, “por isso constitui uma grande injustiça afirmar-se que a civilização americana é exclusivamente material como se essas duas palavras não se repelissem entre si” (p.04).

As colocações de Serva condizem com um jornal que busca se modernizar e progredir, bem como o ideário que o sustenta: desenvolvimento para o Estado de São Paulo e para o Brasil. Em questão de desenvolvimento, progresso, os Estados Unidos constituem um paradigma. Feito o vínculo entre desenvolvimento material e condição espiritual, o autor mostra-se convictamente positivista quanto aos caminhos trilhados pelas civilizações. Se a choça do café mostra suas concepções de mundo, bem como os monumentos, o aspecto urbano de Paris dá a medida do desenvolvimento daquele povo. Isso aplicado aos americanos leva a deduções opostas ao

materialismo e à frieza, uma vez que sem progresso moral e intelectual não haveria progresso material, argumenta o autor. A inteligência de um povo se mede também pela capacidade demonstrada em atingir objetivos legítimos como o desenvolvimento do bem estar da população. Características marcantes na sociedade americana, pelo menos é o que idealizava o articulista.

Primeiro, comparar com Roma; depois, com Grécia. O lugar ocupado pelos Estados Unidos, nas palavras de Serva, é o espaço do ápice da civilização, ou melhor, da evolução da espécie. Por isso, os americanos servem de modelo para o Brasil, e a comparação é apropriada numa cultura marcada pela ilustração ibérica: postos frente a frente, brasileiros têm talentos individuais (de caráter meramente artístico); americanos têm talentos coletivos (de caráter exaltadamente científico). Assim, no dia em que os brasileiros decuplicassem a exportação do país, o sistema ferroviário, o desenvolvimento urbano, todo o aparelhamento externo e material, estaria na mesma proporção, em termos de inteligência, do vizinho do norte. E finaliza: “Uma obra literária demonstra uma grande inteligência individual. Mas um grande aparelhamento de civilização material denota o desenvolvimento coletivo e harmônico de todas as inteligências” (p.04), exemplo que merece ser transcrito por elucidar apropriadamente a passagem da valorização do literário para o técnico-científico nas páginas da imprensa.

Na seqüência, Serva expõe ao leitor como a idéia de “materialismo americano” é falaciosa, uma vez que o desenvolvimento material e científico permite aos Estados Unidos suprir as necessidades de seu povo como nenhuma outra nação jamais fizera. “A grandeza do idealismo americano revela-se integralmente na sua dedicação às gerações novas, no conjunto inigualável das instituições que esculpem o psíquico, o moral e o intelectual das gerações novas”, isto é, afirmar que a civilização americana é materialista, é algo “incientífico” – destaque-se o termo – porque levaria ao falso julgamento de que se constituiriam como povo degenerado. Mesmo o senso comum repeliria qualquer coisa do gênero. “O idealismo americano, maduramente considerados os fatos, é na verdade superior ao de qualquer outro povo”. Modelo a seguir, embora não seja assim colocado: “Não invejemos a riqueza e a prosperidade dos americanos; admiremos lealmente a inteligência, o esforço e o trabalho ciclópico que foram indispensáveis para produzir essa riqueza e essa prosperidade”.

Estaria o leitor *d’O Estado* apresentado aos Estados Unidos, país dos mais idealistas porque procurou suprir as necessidades de seu povo. Por serem idealistas, mais que qualquer outra, desejam realizar o idealismo da forma mais perfeita na face da terra, sendo injustamente

acusados, inclusive pelos brasileiros, de materialismo grosseiro. “Eles não só conceberam um grande ideal, como fizeram melhor: puseram mãos à obra, com espírito claro, com fim definido laboriosamente, sem medo. E levantaram apenas a maior nação que o mundo jamais viu”. Conclui pontualmente: “O conjunto das instituições intelectuais, cívicas, culturais, científicas, educativas, filantrópicas, altruístas, humanitárias, higiênicas, existentes nos Estados Unidos, é o maior que jamais houve em qualquer país do mundo” (p.04).

Se não é para o Brasil dos jecas e coronéis ter inveja, é impossível que tanta exaltação não quisesse incutir no leitor um desejo de ser semelhante. Nega-se, pois, o vetor europeu e redireciona-se o modelo para uma sociedade “prática”, um povo de realizações: “Todo idealismo, que não for ideologia abstrata ou metafísica, deve consistir na visão de uma humanidade melhor”, uma humanidade sem vícios, defeitos, falhas, uma organização evoluída, que renegue aquilo que a rebaixa, avilta e deprime sua vida espiritual, moral e psíquica. Os americanos estariam contribuindo para esse estado de coisas, um povo que se aproxima do ideal sonhado pela humanidade ao longo de sua peregrinação. “Os americanos alcançaram o máximo de desenvolvimento intelectual, de potência nacional, de saúde, de eliminação de vícios, de bem estar físico. Na América do Norte a humanidade refez-se e virilizou-se livre completamente dos preconceitos que afetam a civilização do Velho Mundo” (p.04).

Negar o Velho Mundo não era praxe entre os intelectuais do final do século XIX e começo do século XX. Serva registra seu engajamento liberal e democrático, atribuindo aos Estados Unidos a honra de herói no desenlace da Primeira Guerra Mundial, apontando à civilização ocidental a necessidade de reconhecer o maior dos serviços que lhe foi prestado, qual seja, a participação decisiva que livrou o mundo da autocracia prussiana. Enfim, “todo idealismo que não vise a realização do bem humano, que não seja a concepção de um futuro melhor para a espécie, não passa de concepção doentia de cérebro anormal” (p.04).

“Um futuro melhor para a espécie”, o ponto de vista do autor está plenamente coerente com o ideário cientificista de *O Estado*. É no norte, assim, que a raça humana alcançou o topo da evolução, ainda que a perfeição seja impossível: “Não há na América do Norte divisões intransponíveis entre as classes, atingiu-se o máximo possível de igualdade entre os homens, o aumento do bem estar dos humildes foi uma missão alcançada”. Os Estados Unidos, pois, estariam oferecendo um espetáculo de desenvolvimento ao mundo. Ninguém poderia negar aos americanos as mais poderosas faculdades mentais e as características de grande e nobre nação.

Uma democracia de traficantes, ressalta o crítico, não poderia originar algo tão grande, como não se preocuparia em salvar a democracia universal; o que só foi possível graças a um perfeito espírito de disciplina, organização, coesão e consciência patriótica. Elementos raros no Brasil, concluiria o leitor, ainda que o autor não tenha registrado explicitamente a expressão.

Repete-se: o idealismo é superior ao de qualquer outra nação. É o mais altruísta, e assim é porque representa o maior desprendimento do indivíduo em bem da espécie. Enfim: “O altruísmo é a expressão mais elevada da civilização. Existe mais altruísmo onde melhor se curaram as misérias humanas e onde se conseguiu na generalização formar o tipo mais forte e sadio da raça” (p.04).

Sem dúvida, percebe-se que o altruísmo americano merece ser alçado como modelo porque o assistencialismo é a outra face da busca pessoal pelo sucesso. Quando este não ocorre, o Estado vem ao encontro do indivíduo para que este possa encontrar outra possibilidade. A máxima expressão da igualdade, pois, não está no ser “igual a todos”, mas em ter a mesma possibilidade mínima de conquistar uma condição de bem estar para todos, formando-se o “tipo mais forte e sadio da raça” (p.04).

Finalizando, opõe-se a tradição discursiva do Brasil à capacidade laboriosa dos Estados Unidos, afirmando que “as grandes civilizações não são as que se caracterizam pela declamação mas as que se demonstram nas realizações. A capacidade verbal não pode constituir o fim de uma civilização”, e sim, como seu fim último “a formação de indivíduos fortes e belos, física, moral e mentalmente. Foi o que os americanos realizaram mais que qualquer outro povo”, em termos científicos da época, “o melhoramento do tipo da raça, sob todos os pontos de vista, eis o que lhes se propõem acima de tudo. Não há obra d’arte que equivalha a um homem belo, forte, generoso e inteligente” (p.04).

Se o articulista já apresentara tudo ao que se propunha, parece que isso não bastaria para convencer o receptor da mensagem. Era importante frisar ao leitor brasileiro, este que somente reconhecia a importância da França, o valor americano: “O intelectualismo americano faz do homem a obra de arte em que ele põe todo o seu carinho e em que ele emprega todo o seu esforço. E todo intelectualismo e todo idealismo que não puser o seu fim último nesse alvo — é falso, é a fermentação doentia de um cérebro em funcionamento anormal”. A metáfora biológica continua a ser empregada: “Se quisermos construir mentalmente uma nacionalidade de super-homens o seu tipo não poderia diferir do que apresentam os americanos”. O modelo estava dado,

somente aqueles que sofressem de um “estrabismo intelectual completo” não aceitariam os fatos. “No mais puro idealismo brasileiro, nós sonhamos e aspiramos pela formação no futuro Brasil de uma raça inteira forte, bela, instruída e generosa, ideal esse que não se distancia nem se diferencia daquilo a que já atingiram os americanos do norte” (p.04).

Ou seja: não há escolha. No caminho da evolução, ou se busca a perfeição americana ou se mantém no limbo do subdesenvolvimento, no nível do sub-racial. A América é a evolução das civilizações, o lugar destinado aos homens que, com democracia, trabalho e ciência, lá inevitavelmente chegarão.

Como data emblemática, 1913, ano do primeiro artigo de Lobato em *O Estado de S. Paulo* (30/10), em 26 de outubro o jornal estampa em primeira página matéria sobre Theodor Roosevelt, que visitava o Brasil. O texto inicia-se, como era comum, não pela informação concisa, mas por considerações a respeito do visitante: “O hóspede que o Rio de Janeiro acolhe e festeja neste momento é um homem de reputação mundial, seja ou não um grande homem. Creio que nenhum qualificativo lhe assenta melhor e lhe agrada mais do que este – ‘um homem’ ”.

A dubiedade da personalidade, sua impetuosidade, leva Oliveira Lima, cujo texto é datado como de 20 de outubro, a apresentar Roosevelt de modo mais “humano”, evitando-se o louvor excessivo e o julgamento radical. Num primeiro momento, os termos indicam um texto de caráter mais laudatório: “Como ‘cowboy’ fez ele a guerra de Cuba; como ‘cowboy’ subiu à presidência e a exerceu; como ‘cowboy’ anda a percorrer os sertões africanos e sul-americanos, entre duas conferências de moral cristã, ou dois discursos de crítica política, ou dois artigos de sociologia imperialista”; porém, as ponderações não tardam: “O seu temperamento impulsivo serviu Roosevelt em muitas ocasiões da sua vida política, como em outras o terá desservido: acabou por enervar parte do povo americano. As surpresas são gratas, contanto que se não repitam com demasiada freqüência”, afinal, “ninguém está para viver de alarmes, e com o sr. Roosevelt na presidência ninguém podia estar certo do que aconteceria no dia seguinte”.

Efetivamente, Oliveira Lima não se furta ao papel de crítico: “Desse oportunismo político nascem necessariamente contradições aparentes. Instigador ardoroso da guerra contra a Espanha, quando se achavam contados os dias do domínio espanhol nas Antilhas, apologista convencido da guerra”, Roosevelt iria se apresentar como mediador entre Rússia e Japão, quando esses países já estavam exauridos, para uma conciliação. Por esse motivo recebera “esporas de cavaleiro da paz, que nunca foram concedidas ao Imperador Guilherme da Alemanha, o qual nunca empreendeu

uma guerra e mais de uma vez se tem batido para evitá-la”. Concluindo, já na terceira coluna da primeira página, Lima afirma que o ex-presidente bafejava com toda força o imperialismo, alma da nacionalidade americana ao que ele não poderia se furtar. Com jargão biológico finaliza: “É que não é somente uma questão espiritual: é uma questão de apetite, e a dieta não se inventou para os de boa saúde. Ora, os Estados Unidos estão no período da mocidade, quando o apetite é a lei suprema da vida”.

A visita se daria em 27 de outubro do mesmo ano, como se lê na segunda página do jornal desse dia: “S. Paulo hospedará hoje, por algumas horas, o sr. Theodoro Roosevelt, ex-presidente dos Estados Unidos da América do Norte”. Ao contrário do artigo de Oliveira Lima, o texto concomitante à visita tem um tom bem mais empolgado em relação ao americano, o que também se justifica pela vontade de comparar o que lá se fazia e o que no Brasil se passava: “É verdade que a feição combativa do seu espírito e dos seus gestos lhe criou a reputação de homem violento e apaixonado, tenaz e implacável. Mas é uma reputação imerecida. O amor à luta é nele apenas uma forma do amor à justiça”, e no caso de Roosevelt, “o homem justo sabe tomar a tempo, ainda no mais aceso da peleja, o caminho que afasta da paixão e da violência”.

Conclui-se que “por mais de uma razão, ele é um homem que devemos acolher não só com a simpatia a que tem direito todas as individualidades notáveis, mas também com a discreta curiosidade que deve provocar aquele que, na sua vida, e nas suas palavras, nos traz um tesouro de ensinamentos preciosos”. Ao final, percebe-se ser esta uma saudação de *O Estado*, ou seja, a voz oficial do jornal: “O ‘Estado de S. Paulo’ saúda com respeitosa cordialidade o grande cidadão da grande república americana”.

Em 27 de outubro, transcreve-se o artigo, traduzido, “Caráter e civilização”, conferência proferida no hall do Jardim da Infância, informa *O Estado*. Afirmava Roosevelt que era “singularmente árduo o trabalho de conquistar um novo continente”, raros os homens que suportavam a tarefa. Incumbia-lhes, pois, “o dever de uma contínua vigilância” para não perderem a menor parcela da própria herança na civilização do mundo e, no caso de perdê-la, poder recobrá-la imediatamente. O conceito de valores de Roosevelt muito se aproxima da idéia de eficiência americana, bem como de diretrizes empreendedoras, como frisa no discurso: “Por caráter, entendo a soma de qualidades, distintas das qualidades intelectuais, que são indispensáveis à eficiência moral”, sejam elas, pois “a coragem, a energia, o domínio de si próprio, aliado à intrepidez em tomar iniciativa e assumir responsabilidades, e um justo respeito

pelos direitos alheios, juntamente com uma inflexível determinação de vencer na luta, sejam quais forem os obstáculos e barreiras a superar” (p.03).

Ao final da conferência, ressalta-se novamente o esforço individual como motor necessário ao desenvolvimento de uma nação: “Não pode o Estado prosperar, sem que a maioria de seus cidadãos sejam capazes de tomar conta de si mesmos, e sem que cada homem compreenda que, além de tomar cuidado de si próprio, deve também cooperar com os seus concidadãos em promover os interesses vitais da sociedade”. As idéias, porém, devem se concretizar por meio dos atos: “Deve haver ideal, e deve também haver o senso prático, sem o qual o ideal se perde. Precisamos de corpos sãos e de mente sã em corpo são; mas, acima do corpo e da mente, está o caráter, em cuja composição entram muitos elementos, mas principalmente estes três”, como quer o conferencista, “coragem, honestidade e senso comum”. Assim, se o comum dos cidadãos, homens e mulheres, tem caráter, o futuro da pátria está garantido. Caso contrário, “se lhes falta a vontade e a capacidade de serem fiéis ao bem comum, então nenhum fulgor mental, nenhuma prosperidade material poderá salvar a pátria da destruição” (p.03). Certamente o discurso ecoou entre a sociedade letrada, mesmo num país “tartarugal” como o Brasil, nos termos de Lobato.

Para arrematar a visita ilustre, publica-se no dia 28 de outubro o texto “O ideal americano”, de Euclides da Cunha. O artigo fora retirado de *Contrastes e confrontos* (1907), e o nome do escritor, falecido em 1909, é grafado em negrito, trazendo à vida mais uma vez uma das vozes mais conhecidas de *O Estado de S. Paulo*. O jornal reaviva o discurso de seu colaborador, completando o quadro grandiloquente de Theodore Roosevelt.

Inicia-se o texto abordando o estilo da escrita do ex-presidente, do qual o último livro tinha exatamente o título da matéria de Euclides, “O ideal americano”. “Roosevelt é um estilista medíocre. A frase adelgaçara-se-lhe no distendido de uns períodos oratórios, cheios de incidentes intermináveis e rematados pela simulcadência inatural das mesmas idéias repisadas”. É, assim, “o grande repetidor da filosofia contemporânea. Nada diz de novo”, porém, “diz tudo de útil”. Pelas idéias do americano, o escritor brasileiro vai apontando a importância de ler a obra. Recomendação que não vale por si mesma, mas como contraponto ao que se dava em sua terra natal: “O ‘Ideal Americano’ não é um livro para os Estados Unidos, é um livro para o Brasil”. Isso porque “os nossos homens públicos devem – com diurna e noturna mão – versá-lo e decorar-lhe as linhas mais incisivas, como os arquitetos decoram as fórmulas empíricas da resistência dos

materiais” (p.03). Um compêndio de virilidade social e de honra política que deve ensinar aos brasileiros que, na modernidade, os países que não se fortalecerem com essas virtudes poderão ser subjugados por raças superiores.

Apesar dos seus próprios problemas sociais, um país que passara de uma república mercantilista liberal para uma democracia de mercado igualitária acenava para os vizinhos do sul o que deveria acontecer se os caminhos do empreendedorismo americano fossem seguidos. A profissionalização do jornalista brasileiro, atrasado em relação ao americano, se faz já em meio à formação de corporações e agências de notícias. É assim que em 1926, Rangel Pestana está nos Estados Unidos para o Primeiro Congresso Panamericano de Jornalistas. O evento contava com quatorze representantes brasileiros, entre eles Gilberto Freire em nome do *Diário de Pernambuco*, Herbert Moses, de *O Globo*. Liberdade de imprensa relaciona-se à liberdade de mercado. Se ainda a fase era de ajustes para o surgimento de agências mais produtivas e informações mais rápidas, as estratégias de mercado mostravam-se abertas e sem nenhum pudor em *O Estado de S. Paulo*.

Para cativar o público da pequena São Paulo, oferecer prêmios em dinheiro foi uma estratégia tipicamente comercial, admitida pelo artigo publicado em 04 de janeiro de 1914, na primeira página, como estratégia “yankee”: “Tal recurso, conservado sempre e ampliado depois, já havia sido posto em prática por Luiz Barbosa, quando dirigiu a ‘República’, do Rio, onde inaugurou os processos da imprensa européia e ‘yankee’”.

A busca por padrões no jornalismo abria as portas do Brasil para o jeito de escrever americano, o lide, a objetividade, a informatividade por meio de uma escrita simples, direta, sem muitas digressões na notícia. O editorial, espaço de reflexões mais apuradas, teria um lugar restrito como outras seções do jornal, evitando-se, assim, o caráter mais ensaístico, herdado da literatura, que era comum na literatura e no jornalismo brasileiro.

Em matéria publicada em 05 de fevereiro de 1919, *O Estado* traz ao leitor a grandeza do jornalismo americano e sua forma de funcionar. Intitulado “Os jornais e o seu público”, o texto divide-se em “A imprensa ‘yankee’” e “A imprensa no Japão”; de ambos os países, destacam-se dados referentes à história e tiragem dos periódicos. Sobre os Estados Unidos, comenta-se que os jornais ali são muito mais lidos que em outros países. Descreve o ato da leitura como algo cotidiano para a média dos americanos – “Da manhã, cedo, os homens e mulheres que vão ao trabalho — percorrendo longos trechos em bonde ou estrada de ferro, para alcançar o seu

escritório ou oficina, devoram com avidez as notícias que possam ter qualquer interesse especial” (p.05). Segundo a matéria, era justamente isso que contribuía para a variedade da imprensa na América do Norte, criando jornais volumosos e realmente fazendo circular assuntos caleidoscópicos.

Os diretores dos jornais compreendem bem como se deve agir nos negócios, “compreendem a psicologia e querendo alcançar máxima extensão, procuram contentar quanto possível os gostos” (p.05). Para espanto do brasileiro, esclarece o texto que “para dar uma idéia da popularidade dos jornais de Nova York basta dizer que o ‘New York Times’ vende 818.274 números diariamente”, acrescentando dados do *Tribune*, *New York American*, entre outros, e enfatizando que “quase todos esses jornais fazem edições da tarde. O ‘Evening Journal’ vende 782.000 números todas as tardes; o ‘Evening World’, 403.787; o ‘Evening Sun’, 140.303; o ‘Evening Mail’, 143.965; o ‘Globe’, 183.194; o ‘Evening Telegram’, 223.848” (p.05). Enfim, conclui o texto que todos esses periódicos são publicados em Nova York – explica-se, então, que a metrópole está situada numa península entre dois rios, e além deles existem outras cidades, onde outros jornais espalham todos os dias notícias e idéias de toda espécie. “Existem numerosos e popularíssimos periódicos bi-semanais, tri-semanais, semanais, quinzenais, mensais. Uma estatística aproximada dá a formidável quantidade de papel impresso que circula habitualmente nos Estados Unidos — 23.613 periódicos são ali publicados” (p.05).

Dois valores formam a espinha dorsal do modelo americano: liberdade de imprensa e objetividade. Essa assertiva leva o jornalismo brasileiro, notadamente *O Estado*, a fomentar modificações necessárias não só para ser uma empresa nos moldes americanos, mas também, e possivelmente sobretudo, para fazer do seu país um seguidor do *american life*.

3.3. Ao encontro do *American life*

Em 1926, um ano antes de partir como adido comercial para os Estados Unidos, Lobato não estava mais no comando de uma grande editora. Carta de 16 de outubro de 1925, ao cunhado Heitor (CE, 1970, p.94), demonstra a desilusão do autor em relação ao Estado de São Paulo; demonstração na qual se percebe a importância do veículo escrito como representação de mundo ao afirmar que não mudou o endereço de recebimento de *O Estado*, pois “que maravilha não ler o

‘Estado’, não envenenar-se a gente todas as manhãs com a gravibundez desse espelho fiel da burrice paulista!”. Outra carta, esta de 24 de março de 1926, traz um posicionamento diante da prática jornalística que não iria se confirmar: “Jornalismo me interessa muito pouco. Ando a escrever porque estou vadio. Logo que a casa esteja a funcionar aqui, largo. Escrevi uma dúzia de artigos e já estou farto” (CE, 1970, p.97).

O círculo de relações sociais dentro e fora do mundo editorial já havia o projetado como intelectual e escritor. Plínio Salgado, em carta²⁰ de 05 de outubro de 1926 manifesta ao prezado amigo a “satisfação pelo seu artigo da *A Manhã*”; Pedro de Toledo, do Rio de Janeiro, escreve em carta²¹ de 07 de janeiro de 1927: “Aproveita a oportunidade para felicitá-lo pela última série de artigos, publicados em *O Jornal*”; Afrânio do Amaral, em carta²² de 23 de agosto de 1927 traz forte indício da circulação de notícias sobre personalidades como Monteiro Lobato, o que, evidentemente, comprova que o escritor era, neste momento, uma *personalidade* pública:

Acabo de ler nos jornais da terra sua nomeação para adido comercial junto à nossa embaixada neste país e, pois, lhe faço em Washington. Daí os votos e boas vindas que já lhe envio, com um abraço muito amigo.

Companheiro, um dia, de palestra na velha sala de redação do “Estado”; depois afastados um do outro – você, preocupado com interesses comerciais e eu, empolgado por pretensões clínicas, eis que o destino, o por demais explorado destino, nos aproxima novamente, pondo-lhe na representação comercial do nosso país e a mim na científica, junto a esta terra infantil de Tio Sam.

Personalidade que os jornais continuam buscando para colaboração, como se percebe em cartas²³ de Rubem Braga de 1936, respectivamente, 03 de fevereiro e 16 de março:

Monteiro Lobato –

Há o seguinte:

Vai aparecer aqui, no Rio, antes do dia 15 deste – é quase certo ser a 11 – um novo diário, o “Jornal da Manhã”. Eu sou um dos organizadores. O jornal

²⁰ CEDAE – DOC 3.2.00352.

²¹ CEDAE – DOC 3.2.00354.

²² CEDAE – DOC 3.2.00359.

²³ CEDAE – DOCs 3.2.00381 e 3.2.00383.

vai se apresentar liberal e nacionalista. Liberal no sentido de atacar o integralismo e outros fascismos. Nacionalista no sentido de brigar com todos os grupos financeiros estrangeiros que exploram o Brasil. [...].

Orientação é essa. E o tom do jornal será moderado, como o momento obriga.

Além disso, pedimos sua ajuda para o jornal. Um artigo qualquer, sobre o assunto que você entender melhor. Literatura, crítica, literatura infantil, economia ou o que você quiser. Um artigo. De graça.

Acho que você fará isso, e com gentileza e rapidez.

A carta indica que Lobato não se manifestara a respeito e Rubem Braga insiste:

Monteiro Lobato

Escrevi uma carta e você não respondeu. Então vai outra. Na primeira carta eu punha o Jornal da Manhã à sua disposição para qualquer coisa referente a petróleo – ou mesmo não referente a petróleo. Pedia também alguma colaboração.

Rubem Braga pedira, então, que Lobato enviasse uma entrevista sobre o petróleo. Entrevista longa, a mais viva possível. Bem atrativa aos leitores ávidos por discutir o assunto nas rodas dos bares, no Triângulo, nos bastidores dos jornais.

Quando Washington Luís assume a presidência da república, sucedendo Bernardes, Lobato encontra-se no círculo da presidência, embora não se manifestasse sobre qualquer partido. Nem era necessário, afinal, era alguém muito afinado com o grupo d'*O Estado* que estava no poder. Enfim, em 1927 recebe o convite.

Ao aceitá-lo, iria embarcar não só para um trabalho político de interesse nacional, como Lobato acreditava. Embora a prática demonstrasse que os adidos faziam mais parte das relações pró-forma da administração brasileira que ativos funcionários públicos em busca de captação de recursos, ele iria ver, apalpar, sentir a vida americana tal como desejava. As comparações com o modelo brasileiro seriam decorrência natural dessa experiência.

No ano em que sai do Brasil, publica *Mr. Slang e o Brasil* (1957, p.05), livro que começa com uma advertência do autor: “As opiniões de Mister Slang tiveram a sorte de interessar o nosso público, ao surgirem em Janeiro estampadas n’ ‘O Jornal’. Por quê? Pelo tom fleumático e sereno de que nunca se arreda o corado súdito de S. M. Britânica? Pela sua independência mental?”. Lobato afirma não ter a resposta: “Ignoro-o e não vale a pena esclarecer este ponto sem mínima possibilidade de influência no movimento de rotação da terra. Interessou e basta”.

A identidade nacional é um dos temas preferidos nas palestras de Mr. Slang e seu interlocutor brasileiro. Abordando características dos povos, o inglês ressalta a vantagem de se ter idéias próprias em oposição à comodidade brasileira, isto é, a prática de simplesmente absorver idéias estrangeiras. Os jornais, pois, colaboram para isso à medida que são prolixos e obscuros. Os jornais do Rio nunca esclareceriam uma questão. Estudam-na sempre sem esclarecer nada ao leitor – o objetivo deles, para Mr. Slang seria baralhar mesmo. “Só o embaralhamento renderá qualquer coisa. Jornal no Brasil é sinônimo de máquina de desenrolar linha. Lê-los é ver desenrolar linha. O bom senso manda fazer o contrário: tê-la em carretéis, numerados conforme a grossura do fio e bem arrumadinhos nas prateleiras”. Fora dessa situação, ou seja, “dos carretéis, linha deixa de ser linha. Passa a maçaroca, só útil como esfregão” (*MSB*, 1957, p.10).

A primeira crítica está lançada: os jornais brasileiros não são objetivos, antes, de acordo com a visão da personagem, perpetuam o não entendimento dos fatos. Tentando evitar a desmoralização de sua imprensa, o personagem brasileiro corre em favor de sua pátria, porém, os argumentos são facilmente rebatidos – ao questionar o inglês afirmando que as finanças, por exemplo, constituem assunto complexo, difícil de compreender, recebe a resposta de que assim é por ler e estudar nos jornais. É só pensar por si mesmo e o problema se acaba.

Tal como o próprio Lobato, Mr. Slang coleciona recortes. No capítulo intitulado “Do parasitismo camuflado” (*MSB*, 1957, p.74-75) o inglês apresenta:

— Os jornais brasileiros são muito curiosos, disse Mr. Slang. Nunca sabem o que dizem, mas refletem como espelho a vida desta terra — para quem sabe lê-los. O meu sistema não é colecionar artigos. Recorto dos artigos o que me interessa: quatro, dez, vinte linhas. Um artigo não passa de enchimento ou farofa para por em relevo uma idéia ou fato. Deito fora o farelo e guardo o fato ou a idéia. Hoje, por exemplo, estou a colar um fato bastante significativo, embora bem comum por aqui. Encontrei-o no relatório do meu amigo Renato

Jardim, o novo diretor da instrução municipal: uma escola que existe e não existe.

Um artigo tem até 20 linhas interessantes. A concisão do modelo americano está na fala da personagem. Para uma imprensa habituada a grandes matérias, nas quais muitas vezes para se chegar ao fato, o autor não economiza os recursos retóricos, tudo o que não é a opinião clara e concisa vira “farofa”.

Farofa das mais difíceis de engolir, como demonstra em carta a Alarico Silveira, em 28 de maio de 1929 (*CE* 1970, p.157), enviada de Nova York: “Ando assombrado com o que se passa em relação à recém-chegada Miss Brasil”, o assombro era motivado, segundo o autor da missiva, pela constatação de que a imprensa brasileira estaria enganando seus leitores. “Tenho acompanhado o que se passa aqui e o que é telegrafado para aí, e confesso que nunca em tempo algum jamais houve mistificação mais bem engendrada”. A mistificação era sobre uma pretensa modelo brasileira que, apresentada na City Hall, local público, é fotografada para os jornais: “Pronto. Está obtido o material de prova que vai permitir a arquitetura dum formidável telegrama sobre a estrondosa recepção que a menina teve do governador da cidade. Depois, Zigfield”.

A encenação se tornaria ainda mais aviltadora: “Vai a menina para um camarote e em dado momento um ator, a pedido de Barnum (pedidos feitos sempre em nome do Brasil), aponta para ela e diz ao público que é Miss Brasil. O homem do holofote gratifica-a com dois segundos de luz”. Lobato é taxativo, “o público olha e desaponta. *She must have nerve* é comentário. Não há *uma palma*. O espetáculo prossegue. Pronto.” – tudo vira material para fazer os brasileiros acreditarem que a Miss Brasil fora glorificada por Florenz Zigfield²⁴. Sem dúvida, Lobato ataca a relação do leitor com seu objeto de leitura no âmbito da confiabilidade da notícia. Mexe com os valores morais da imprensa brasileira. Na seqüência, deixa explícita sua consternação:

A coisa vai nesses termos por aí além e a tantas chega do Rio um telegrama como o que o “Times” publicou ontem: “o povo do Rio prepara grande manifestação ao embaixador americano para agradecer as excepcionais

²⁴ Produtor teatral norte-americano. Dados disponíveis em:
<http://www.nytimes.com/learning/general/onthisday/bday/0321.html>. Acesso em: 27 set. 2009.

homenagens que New York prestou à Miss Bergamini, embaixadora do *good will* que fez mais pelo seu país que todos os embaixadores brasileiros aqui acreditados (Nabuco inclusive).

Isso é enorme. É de deixar a gente de cara no chão. Não houve nada. New York não homenageou ninguém. New York é *too big* e *too busy* para distrair-se com tais bobagens. Desde que aqui estou só vi New York prestar atenção numa coisa: o vô de Lindberg. Só. Além disso o tal concurso de Galveston é uma coisinha regional que a gente só sabe pelos jornais do Brasil. Arranjos da Câmara do Comércio de lá para atrair gente das redondezas.

Ao final da carta, Lobato afirma que esse tipo de imprensa faz mais mal que bem, pois “entre os seus males verifico agora mais este, de conformar deste modo a alma e o cérebro dos que na mocidade passaram por ela”.

As notícias sobre a Miss Brasil devem realmente ter incomodado Lobato: em carta de 20 de junho de 1929, a Rangel (ABG, 1957, p.316-II), comenta novamente o fato que presenciara nos Estados Unidos, demonstrando a leviandade com que um dos articulistas tratavam o público brasileiro: “A verdade é esta. Miss Brasil, coitadinha, passou absolutamente despercebida aqui — nem podia ser de outro modo, imensa como é New York e indiferente a tudo que não seja Lindbergh, Dempsey e Baby Ruth. O tal concurso de beleza de Galveston *ninguém* aqui sabe que existe”, e não sabe “porque nenhum jornal trata do assunto — é coisinha local, municipal, lá de Galveston, que também ninguém sabe onde é. É *somewhere*. Foi com dificuldade que consegui saber o resultado desse concurso, onde a pobre menina foi desclassificada, não obtendo nenhum dos onze lugares”.

O fato, portanto, era esse. No mais, as coisas se resumiam a “Cônsul Sampaio e repórteres vindos daí. Mas pelos jornais há de ter visto como esse nada foi transformado em tremenda glorificação da beleza indígena. Manipulação pura!” Sentira arrepios, escreve, em ver estampada n’*O Estado*, “com toda a sua velha gravidade, consagrar páginas inteiras de telegramas e comentários a uma *coisa inexistente* e que aqui manipulam numa sala contígua á minha. E que fazer?” Como, pois, poderia alguém desmascarar o que ele chamava de “cínica mistificação”? Indignado, procurara um dos autores: “‘Isso é uma infâmia, Fulano. Não se abusa assim da boa fé de todo um povo.’ Sabe o que me respondeu? ‘Ninguém lá percebe nada, Lobato. Aquilo é um povo de sarambés’ ”.

Mr. Slang, no capítulo “Os ladrões” mostra conhecer o “jornal amarelo”, isto é, um jornal cuja voz fora comprada pelo poder público. Com medo dos “jornais amarelos”, Lobato, não mais por meio de um personagem, escrevera a Heitor em carta de 17 de novembro de 1928 (*CE*, 1970, p.140), enviada de Nova York, sobre o processo de implantação da empresa de produção de ferro no Brasil, destacando que ele e Bulcão não queriam deixar nenhuma informação para a imprensa brasileira. No máximo notícias vagabundas, de modo que, quando os jornais dessem por si, a usina já estivesse funcionando num ritmo que ninguém poderia impedir seu desenvolvimento por meio de sabotagem da opinião pública.

Mr. Slang conhece o Brasil por estar vivendo nele. Volta, então, como personagem de *América* (1932). A impassibilidade de Mr. Slang novamente terá nos jornais um dos objetos favoritos para o diálogo com o interlocutor brasileiro. E isso se dá, em primeiro lugar, pelo ataque à idealização da nação (*A*, 1957, p.78-79):

— A idéia que o brasileiro faz de si próprio é muito interessante, continuou Mr. Slang. Julga o seu país a maravilha das maravilhas mas com um único defeito: não ser conhecido no estrangeiro. A idéia simplista que o brasileiro faz do mundo deve ser esta: grande arquibancada de circo de cavalinhos com John Bull, Tio Sam, Michel, Mariana, o Urso Eslavo e mais países sentados nas fileiras da frente, para “gozar” o único que tem a honra de ocupar o centro do picadeiro. Ali o Brasil, sozinho, único, terra onde Deus nasceu, mostra as suas ufanias — o Amazonas, os oito milhões de quilômetros quadrados, o Pão de Açúcar, o Café, o Babaçu, Santos Dumont, o padre que inventou a máquina de escrever, vários descobridores do moto-contínuo e da quadratura do círculo. Dessa atitude decorre o estribilho dos jornais ao darem notícia de qualquer coisa feia acontecida em tal paraíso: “Que não dirá o estrangeiro?”

O jornal é, portanto, um espelho da sociedade. No caso brasileiro, o melhor da cultura ficaria restrita a uma pequena parcela, ilustrada. O interlocutor brasileiro mostra-se envergonhado ao confessar que sua admiração maior pela América é justamente o crime renovado e alçado a proporções inacreditáveis. Isso, diz o inglês, não era nada original. Os jornais davam notícias sobre os casos. A rede de comunicação se mantinha pelo vigoroso consumo de bens culturais:

teatros e cinemas ganham dinheiro com a estilização engenhosa do gângster. Este faz parte da vida real por meio dos jornais. Os jornais, cinemas e teatros usam a mesma informação, com finalidades diferentes que se completam para o consumidor da notícia e da ficção.

Portanto, a culpa do que se lê não é da imprensa, mas das visões de mundo que compõem as notícias provenientes do tipo de sociedade aqui construída. O interlocutor brasileiro, simplista, quer jogar sobre as mídias as mazelas sociais, como se fossem culpadas pelos crimes que ocorriam no Brasil. Mr. Slang rebate: “— Engano. Literatura, jornais e cinemas não passam de espelhos. Refletem. Satisfazem uma solicitação do povo” (A, 1957, p.100).

O determinismo jornalístico explica o grande número de periódicos na América. A riqueza permite o crescimento industrial e, conseqüentemente, urbano, o que corresponde a mais consumidores e mais notícias em trânsito, sejam elas de qualquer tipo, como expõe Mr. Slang: “Leia os jornais chamados ‘tablóides’, que se tiram aos milhões e representam melhor, ou refletem melhor o espírito da América do que os grandes e sérios, ao tipo de ‘New York Times’. Veja como andam inçados de notícias de casamentos e divórcios e que importância dão a tais casos”. Isso se explica pelo público leitor, ou seja, uma imprensa “puramente feminina”.

“Os colaboradores, os repórteres, os ‘featuristas’ — tudo feminino; em conseqüência, os pontos de vista que os tablóides defendem são sempre os da mulher. A tal ponto vai a coisa, que elas estão virando tabu — sagradas! Lembram-me o português no Rio de Janeiro”. E a comparação segue, apontando que a imprensa é livre, menos no caso dos portugueses. “Jornal que se atrevesse a dizer o que pensa dos portugueses, recebia logo a réplica do balcão — retiravam-lhe os anúncios, sangue sem o qual nenhum jornal vive. Na América o Português se chama Mulher” – lembrança que remete ao caso de Júlio Mesquita, quando de sua entrada para *O Estado*, aplacando a contrariedade da comunidade portuguesa em São Paulo. “E para comprovar o que dizia, Mr Slang tomou vários daqueles tablóides. Correu os olhos por eles” (A, 1957, p.199-200).

Como se percebe, na América há faixas de públicos, os quais, apesar do preconceito (ou constatação de mercado?) — “Na América o Português se chama Mulher” —, correspondem a uma movimentação milionária. A eficiência dos jornais “sérios” está presente nas descrições do narrador. De modo implícito, nota-se que são jornais confiáveis, não são colocados em dúvida quanto à fidelidade da notícia como no caso das publicações brasileiras. Ao ler uma matéria do *Times*, Mr. Slang comenta o fato partindo das informações dadas pelo periódico. Não se

desconfia da veracidade de um veículo como esse. O interlocutor brasileiro, assim, deveria pegar o jornal e tirar suas conclusões, isto é, não se deixaria inocular pelas opiniões do jornal, deste somente recebendo a notícia e não a reflexão pronta.

Sem inglês ou americano como interlocutor, *Na antevéspera* (1933) abre-se com uma “nota dos editores”, na qual se afirma constarem do volume textos do tempo da presidência Bernardes e Washington Luis, isto é, um período anterior a *Mr. Slang e América*.

“Bacillos virgula” é o sétimo artigo do livro, mas o primeiro que trata especificamente de jornalismo. Nele, Lobato contrasta o jornalismo da Argentina com o do Brasil. No primeiro caso, “dão-se a luxos nababescos”, pois lá eles “têm pesos, dos sonantes”; no segundo caso, “temos o peso da permanente míquia que em tudo se reflete e no jornalismo tanto quanto no resto, senão mais” (NA, 1957, p.61). Caracteriza, então, a imprensa americana pela reportagem “sensacional”, somente possível por meio de capital representativo. No Brasil, a situação é de reportagem do pobre, ou seja, visitas ao que está perto, entrevistas com personalidades que aparecem pelas terras brasílicas, “troco miúdo. Libras de alumínio amarelo”.

Para exemplificar a prosperidade argentina, cita uma reportagem de Adolfo Agorio sobre a Rússia, “Bajo la mirada de Lênin”, texto que permitiria ao povo da Argentina ter opinião própria sobre o que acontecia com os russos. Era uma reportagem de seis colunas, um estudo que apareceu em trinta edições consecutivas. Graças a isso, afirmava Lobato, a Argentina tinha sua visão pessoal da Rússia, “enquanto nós aqui pensamos dela o que o suspeitíssimo francês quer que pensemos. Paris nos manda, com os figurinos, visões da Rússia ad-usum basbaquismo antártico. Falsas, pois. Visões tendenciosas” (NA, 1957, p.62). É evidente que o conceito de “opinião própria” é contraditório entre o inglês da Tijuca e os pampas argentinos. No primeiro, entende-se opinião pessoal como aquela aferida da leitura dos jornais, os quais devem ser objetivos, trazer apenas a informação, quando muito, sua opinião expressa em editorial conciso; na segunda, o jornal apresenta longo estudo, formando a opinião pública. É possível deduzir, dessa aparente contradição, que Lobato pensa “opinião própria” em dois âmbitos, embora não explícitos nos textos: a relação do leitor com o jornal, pelo qual é informado e pode refletir sobre o mundo; a relação do jornal com o mundo, o qual nele deve ser objeto de reflexão autêntica, sem voltar-se a fórmulas estrangeiras, como a francesa.

O Brasil estaria se mantendo em estado de ignorância. Para comprovar a idéia, Lobato cita o caso do navio russo que fora proibido de atracar em portos brasileiros, indo para a Argentina:

“não infeccionou coisa nenhuma; só serviu para abrir o apetite àqueles povos e lhes inocular o desejo de ter a sua visão pessoal da difamada Rússia” (NA, 1957, p.63). “Não infeccionou” refere-se à presença do comunismo em terras nacionais. Fazer comércio com comunistas não significava, para Lobato, aceitar esta ou aquela doutrina política. Afirma em seu texto, ao final, que as idéias são “ondas hertzianas”, sendo que “cada cérebro vale por emissor e receptor, sem antenas visíveis mas de infinita potencialidade” (NA, 1957, p.64), por isso os coronéis, mesmo impedindo a imprensa de crescer como ela poderia, não conseguiriam impedir a entrada de novas idéias em terras brasílicas.

O artigo de Lobato teve repercussão. Apesar de não constar a data, a nota de rodapé aponta que fora publicado por *A manhã*. Escreve o autor: “Após a publicação deste artigo sobre a Rússia recebi uma intimação da polícia para comparecer perante um delegado auxiliar. Fiz o teste e fui. Dei com um moço fino, muito longe do truculento Javert que esperava encontrar no posto”. Contando que iria editar o livro de Adolfo Agorio, a polícia via-se na contingência de advertir o escritor que o não fizesse, porque recebera ordem *de cima* para apreender tal livro, caso aparecesse. Irônico, continua: “Admirei intimamente a perfeição de nossa espionagem policial, pois de fato me ocorrera a idéia de pedir ao autor permissão para traduzir e publicar esse livro realmente precioso, o único de quantos sei capaz de dar ao nosso público uma noção exata do que se passa na Rússia”.

Afinal, seria papel dos editores lançar livros sérios, não tendenciosos, merecedores de fé. Se Agorio era um alto funcionário do governo argentino, e seu livro lá saíra sem problemas, “não só num jornal de larguíssima tiragem, como em edição de dezenas de milhares, sem que as instituições se subvertessem, pareceu-me o naturalmente indicado para ser divulgado aqui”. Enfim, “a polícia, cumprindo ordem de cima, pensou de maneira diversa, e como editor bem policiado resignei-me a não prestar ao meu país esse bom serviço” (NA, 1957, p.65).

Em meio às crises políticas e econômicas da primeira metade do século XX, a imprensa teria que construir seu posicionamento, fosse tornando-se “amarela”, fosse endurecendo sua postura ideológica. Em outro texto, “O pátio dos milagres”, Lobato novamente atribui ao jornal a função de índice de desenvolvimento, registrando que há nações tão ordenadas, como a Suécia, Noruega, Dinamarca, Holanda e Suíça, que impediriam a permanência de correspondentes de agências internacionais como Havas, United e Associated Press. Apesar de seu questionamento ser de cunho mais reflexivo, e irônico, pois afirma que crimes, revoluções, guerras e sítios não

existiam naquelas terras, mas abundavam em países como França, Itália e Brasil; ao citar as instituições responsáveis pela distribuição de notícias no mundo, Lobato mostra o quanto os primeiros decênios do século XX avançaram em termos de organização jornalística, permitindo que grupos empresariais tomassem corpo em organizações, senão multinacionais, ao menos internacionais de vulto.

Em “Amigos do Brasil”, outro artigo do livro, é um jornalista que exemplifica o descaso do mercado editorial no que se refere ao intercâmbio cultural com outros povos: “*Se alguma coisa valesse alguma coisa nesta terra*: eis a frase com que um jornalista traduz tal estado d’alma. Frase horrível, reflexo do desespero, do desânimo e, no entanto, lógica, sempre que um povo perde a sua liberdade e tomba no boçalismo da escravidão” (NA, 1957, p.165).

Entre os últimos textos do livro, “O ‘saco de carvão’” apresenta a relação de Lobato com o grupo d’*O Estado*. Nele o escritor retoma sua trajetória como colaborador para os jornais, afirmando que seu primeiro artigo fora publicado no *Correio paulistano* em 1913, sobre Guiomar Novais, “recém-chegada de seu precoce triunfo no Conservatório de Paris”. Explica, em seguida, que passou logo para *O Estado*, que ficou sendo o seu jornal: “Mas me passei logo para ‘O Estado’, que ficou desde então sendo o meu jornal. Creio que a principal razão de mudança estava na feição oposicionista do velho órgão”. Destaca, depois, que sempre foi colaborador “free lancer”, daqueles “que só aparecem quando querem ou têm algo a dizer”. No entanto, as relações com grupo estreitam-se, como escreve: “E naquele tempo me tornei ‘sapo’ da redação, na boa companhia dos dois grandes Lopes: Filinto, o incomparável humorista, verdadeira encarnação de Mark Twain, e Maneco Lopes, espécie de bomba atômica barbada”. Como “sapo” de redação, a influência editorial é marcante, conforme o escritor relata (NA, 1957, p.281-282):

Sapo de redação quer dizer o sujeito, amigo da casa, que lá comparece todas as noites, e fila o café, e faz daquilo o seu clube. Os sapos comentam as notícias do dia, dão palpites, tosam nos adversários e metem a ronca²⁵ no próprio jornal. Por quê? Por amor à casa, pura e pia revolta pela não introdução de melhoramentos que a eles parecem indispensáveis.

²⁵ “Ronca s.f. [...] 3. fig. B *infirm.* descompostura, reprimenda.” (Houaiss, 2001, p.2473).

Como se nota, os “sapos” funcionavam como um grupo de críticos sobre o próprio jornal, uma função de *ombudsman* incipiente, legada muito mais à proximidade pessoal que a exigências profissionais.

Nestor Rangel, relata Lobato, representava a ordem e o conservadorismo do jornal. Mesmo o filho do proprietário do negócio, Julinho Mesquita, via-se impedido de realizar alterações profundas de modo repentino, “e se nós, tomados de revolta, pulávamos com a alegação de que os donos do jornal eram eles e não Nestor, um simples contratado, a invariável resposta vinha sempre a mesma: ‘Sim, nós somos os donos, mas Nestor é o secretário’” (NA, 1957, p.282-283). A revolta dos “sapos”, segundo o relato de Lobato, esbarrava não no homem Nestor, mas na figura do secretário Nestor, isto é, representante legítimo da organização e seriedade no compromisso de publicação de um veículo configurado de acordo com certas características reconhecíveis pelos leitores. E o grupo reconhece o importante papel do secretário, podando os exageros do próprio Julinho – “Julinho, naquela época o ‘Capitão’, vivia numa permanente crise de entusiasmo, extravasada em furiosos debates sobre a coisa pública. Muitas vezes errado (na nossa opinião) mas sempre sincero, firme e violento”; para ponderar, havia Nestor: “Gostávamos daquilo, da sua ‘ferocidade’ patriótica, já que para equilíbrio tínhamos o Nestor” (NA, 1957, p.283).

Nestor, no leme, era a prudência e a experiência a serviço do jornal. Um modo de dirigir que fazia o periódico, comenta Lobato, ser reconhecido como “fechado”, o que, entretanto, explicava também o sucesso, o prestígio junto à opinião pública. “Comuníssimo, e freqüentíssimo, na capital e no interior, a frase: ‘Vamos ver o que ‘O Estado’ diz’” (NA, 1957 p.284).

Na seqüência, Lobato esclarece que o jornal dava sua opinião pela primeira nota das “Notas e informações”. Nestor volta à baila: “Ah, o cuidado do Nestor na escolha dos adjetivos! Para que o jornal atribuísse a alguém a qualidade de ‘distinto’ ou ‘notável’ era preciso muita coisa, sobretudo que o sujeito o fosse realmente. As palavras nestorianas só saíam depois de meticulosamente pesadas em balança de alta precisão” (NA, 1957, p.284).

O próximo relato é mais pitoresco, e indica como a relação dos “sapos” não era tão livre como afirma Lobato no início do texto. Durante uma epidemia de gripe espanhola na capital, são eles que assumem o controle do jornal. Isso ocorrera em 1918, um incidente em meio à epidemia de gripe espanhola no Estado de São Paulo. As notícias abundam sobre as pessoas que “caíam”

na gripe, e, obviamente, sobre os lances para conter a doença. Caem Júlio Mesquita, o filho, Chiquinho. Até que o secretário, comando geral d'*O Estado*, também adocece. Tarde da noite, aparece Plínio Barreto que substitui Nestor, mas também fica doente. Depois Pinheiro Júnior, a mesma situação. Assim, todo o “estado maior” do jornal estava, em pouco tempo, fora de combate. No dia em que chega, à noite, e só se depara com Filinto Lopes, que apresenta a empresa sem comando, compreende que tem um problema pela frente. Diante da situação, Lobato assume o leme para que o jornal pudesse sair no dia seguinte.

A história da gripe que assolou *O Estado*, revela a existência de uma estrutura empresarial organizada. Quando um redator fica doente, há outros para substituí-lo; a equipe é grande, formada por distintos setores na empresa. Há, neste momento, a possibilidade de fazer carreira numa empresa jornalística, como se vê na continuação do relato: “Para reforço da ‘Vala Comum’ mobilizei vários elementos de fora, como Léo Vaz e Alarico Caiuby, que por esse tempo trabalhavam comigo na ‘Revista do Brasil’ — e como desfecho de semelhante mobilização Léo Vaz entrou definitivamente para o corpo de redatores d’ ‘O Estado’ ”. O que deu resultado positivo para o amigo: “e fez carreira. Quando Nestor faleceu, foi quem o substituiu como secretário do jornal; mais tarde alçou-se ao posto supremo: diretor, em substituição de Plínio Barreto. Hoje Léo Vaz tira o chapéu na rua sempre que ouve a palavra ‘gripe’”. (NA, 1957, p.286).

A partir daí, Lobato comenta um “incidentezinho que tem sua comicidade”. À frente do jornal, lança provocações ao *Correio Paulistano*, de alinhamento político oposto a *O Estado*. Como resultado, “durou uns dias o pega dos dois jornais, muito a sério do lado do ‘Correio’, sempre a ver naquilo o ‘dedo do Júlio’; e da minha parte com piscadelas do olho esquerdo para seu Filinto” (NA, 1957, p.287). Passada a vulnerabilidade do jornal aos desmandos lobatianos, o diretor interino é absolvido por Nestor.

Nota-se, pois, mais uma vez que o “free lancer” Lobato não corresponde efetivamente ao que se poderia conceber como um mero vendedor de reportagens “quentes” – o clima do “velho órgão era de identificação de todos com a alma do jornal, “que sem ordem de ninguém, dois meros filantes de café assumem o comando do maior jornal do Brasil e dirigem-no autocraticamente por mais de uma quinzena”. Mais comprovação de confiança: “E finda a ‘ocupação’, os donos e gerentes de nada se queixam, antes agradecem a lembrança e perdoam, sorrindo, aquela intrusão inédita nos anais da imprensa. Porque nunca, jamais, em país nenhum

do mundo, ocorreu uma coisa semelhante...” (NA, 1957, p.288). Guardadas as devidas proporções do narrador entusiasta – que via nisso um ineditismo mundial – é de se concluir que os “sapos” não eram representantes de tão agraciada gratuidade como quer ressaltar o escritor. A identificação era fato, dado os laços ideológicos, políticos e, sem dúvida, empresariais que uniam os debatedores de redação.

Finalizando o texto, Lobato justifica o título – “O ‘saco de carvão’ ”. Segundo ele, era uma referência ao período em que o jornal que se achava, dentro da redação, o centro da “Via Láctea”, tendo em sua história, no entanto, um momento de escuridão, ou seja, o confisco realizado em março de 1940, pelo Estado Novo de Vargas – “E a gente paulista viveu três anos com um peso no coração. O confisco d’ ‘O Estado’ não era ofensa dessas que saram. Abriu em nossas almas uma úlcera fagedênica”; o governo amordaçava, assim, feroz adversário: “Já não podíamos protestar contra a pilhagem de S. Paulo nem sequer por meio da eloqüente mudez de um jornal...” (NA, 1957, p.289).

No conjunto de artigos intitulados “Opiniões”, o primeiro tem como tema central o jornalismo, “Psicologia do jornal” (MS, 1957, p.128): “O jornal é uma casa de pasto, com quitutes de idéias e arranjo de pratos diários com o tempero ao sabor dum paladar que não muda”. Qualquer alteração poderia ser prejudicial ao negócio, pois “agremiam-se lentamente em torno da folha que melhor lhes vai com o diapásão, afazem-se à sua mesmice, e a ela identificam-se”. Ciente dos diferentes públicos e dos diferentes jornais exigidos por eles, Lobato exemplifica citando um jornal especializado em “asneiras” que, um dia, resolveu mudar — “pois o público percebeu, deu-se como lesado, murmurou, e passando da murmuração à boicotagem indicou no termômetro da caixa o grau de sua desaprovação” (MS, 1957, p.129) — fato que obrigou o jornal a restabelecer o que fora alterado. Afirma Lobato que, para conquistar o público os jornais jogavam com dois elementos: tempo e constância de atitude. Nestor Rangel estaria certo, assim, em manter *O Estado* “fechadíssimo”, pois arriscar-se em mudar todos os dias fosse o que escrevia, fosse como escrevia, podia desorientar os leitores.

“Resignação” é o título de outro artigo iniciado com o comentário sobre uma matéria de um jornalista cuja preocupação fora estudar o porquê das folhas brasileiras não alcançarem a tiragem de jornais como *La Nacion* e *La Prensa*, acima de 200 milheiros. Para o jornalista, era fraca a porcentagem de anúncios que se revelavam nas folhas nacionais em comparação com as platinas. Lobato acrescenta que as publicações não são suficientemente pagas pelos anúncios não

porque os comerciantes não quisessem anunciar, mas porque havia poucos comerciantes. Escreve também que os jornais do governo, por exemplo, entoavam louvores ao pagante, mesmo que este realizasse atos administrativos inconseqüentes.

Tratando da economia paulista, Lobato toma novamente o jornal como indício do desenvolvimento do mercado. O comércio pouco anunciaria porque a força aquisitiva do público era fraca demais para responder a sugestão do anúncio. O anúncio não pagaria, expressão dos comerciantes, porque não se venderia o suficiente. E sem anúncios, ficariam os paulistas sem jornais. Fora um ou outro, segundo Lobato, a imprensa brasileira operaria prodígios para viver, e viver com extrema dificuldade, embora procurasse por todos os meios promover o sucesso do anúncio. A pequena parte do comércio investidor pediria tiragem; a grande tiragem exigiria, por sua vez, público pagante. Fechava-se o círculo, pois o público não podia pagar porque era pobre. Não um círculo, mas uma espiral é preferida por Lobato: o público era pobre porque trabalhava, mas não podia enriquecer, porque eternamente vitimado pelas oscilações monetárias; a moeda sofreria essas crises periódicas porque os governos seriam bem falantes, mas incompetentes, visto como sequer conseguiam fixar a moeda, alicerce financeiro da nação.

Na seqüência, o artigo “O quarto poder”, escrito em 1923, de acordo com a nota de rodapé, é um ataque direto ao financiamento governamental que acaba antecipando o que ocorreria no governo Vargas. Lobato busca atingir a imprensa subsidiada pelo poder público, afirmando que o governo paulista achava imprescindível fortificar aquilo que denominava de “quarto poder”, oficializando a imprensa carioca. Enxerga, então, o ato governamental como uma poda à capitalização das empresas, na verdade, uma cooptação do mercado editorial de jornais, não uma injeção de empreendimento. Construído com argumentação irônica, como se estivesse ao lado do governo, o texto é assim encerrado (MS, 1957, p.214):

Afirmemos de cabeça erguida a nossa evolução, em que pese aos rançosos moralistas e a esses remanescentes grotescos duma moral morta: os jornais de oposição. Opor-se à prosperidade, à comodidade, às delícias do oficialismo, à aposentadoria, à fecunda irrigação com as águas do Pactolo, somente por amor do povo, ralé ignóbil indigna do menor sacrifício, é coisa que depõe contra a sanidade mental dos díscolos. Hospício com eles! E, orgulhosa, eliminando o amarelo da gama das suas cores, penetre a imprensa, com desassombro, na fase áurea de sua existência, legalmente transfeita em o Quarto Poder do Estado —

com rubrica nos livros do Tesouro e libertada para sempre da aviltante focinhação na gamela suja da odiosa Verba Secreta. Amém.

“Citamos esta insinuação da folha carioca simplesmente para robustecer nossa tese relativa à oficialização da imprensa, exposta nesta coluna há uma semana” (MS, 1957, p.215), a mesma tese vem novamente a público no texto “Honni soi”, cujo mote é a informação de uma folha carioca segundo a qual houvera um emagrecimento do estoque de café adquirido pelo governo paulista.

Também em tom irônico acentuado, Lobato procura explicar o sumiço do café citando leis científicas, como a radiação, auxílio teórico que permitiria elucidar, sem culpar o governo, o desaparecimento das sacas no Porto de Santos. O autor parodia os jornais comprados pelo governo. E, para concluir seu raciocínio, apresenta um exemplo do benefício de se suprimir a imprensa não oficializada. No caso de um político flagrado roubando num jogo de pôquer, os jornais não deveriam se pronunciar sobre isso, pois “um fato desta ordem, no caso da imprensa oficializada, não seria apresentado ao público por forma nenhuma, em respeito à posição oficial do cleptômano”, afinal, “se o fosse, provocaria um abalo formidável no país e fora, enxovalhando coisas que valem mais que o homem” (MS, 1957, 219).

Era preciso, portanto, acabar com o regime misto, composto de “órgãos oficializados e órgãos rebeldes”, impondo-se a legalizada. Todos reclamariam, inclusive o povo, cansado das tragédias e demais mazelas expostas diariamente pelos outros órgãos. Seria o modo mais rápido de entrar o Brasil num período áureo, sem problemas. Ou seja, alterando-se as notícias dos jornais.

Em 1918, porém, Lobato havia escrito uma série de artigos posteriormente enfeixados em *Problema vital*. Abordando, assim, questões relativas à saúde pública, o escritor não se furta de criticar os jornais pelo silêncio, fosse ele comprado, fosse ele indigente, como se lê em “Primeiro passo” (05/04/1918): “Fora da escola, sem hábito de observação pessoal porque o brasileiro é amigo de ingerir idéias feitas, assadas no jornal, como quem ingere bolinhos de frigideira — continua a consolidar-se o pittismo²⁶ inoculado, por meio de conferências, discursos, poliantéias”, um modo brasileiro de “queimar fogos de Bengala”. Aos jornais caberia grande responsabilidade

²⁶ Referência a Rocha Pitta – “Vem de longe o vezo ditirâmico dos mistagogos que oficiam no altar de Pangloss a eterna missinha do Rocha Pitta, corcinhada pelas gozosas ufantias celzianas”.

por “transcrevem com as mais gordas entrelinhas da caixa quanta bajoujice amável nos impingem estrangeiros itinerantes (em troca de secretas gorjetas espirradas do Tesouro). Estampam, gloriosos, em telegramas, as maravilhas que por encomenda dizem de nós”, opiniões de total desconhecimento da realidade brasileira. “O público, desconhecedor dos bastidores da publicidade e da gorda indústria que é lá fora deprimir o Brasil para provocar o suborno, e depois do suborno guindá-los aos cornos da lua, presta fé ingênua a indecorosa adjetivação e impa”. A ilusão funesta perpetua-se, afirma Lobato. “O primeiro passo, pois, para o saneamento do Brasil, consiste em matar esta ilusão, desprezar a opinião do suborno externo e a mentira pia interna, não mais soprar gaitinhas patrióticas, não ser otimista nem pessimista — pólos do mesmo erro — e, sim, pura, sincera e exclusivamente, verdadeiros”. Ou seja: “Ver o que é, como é” (PV, 1957, p.268-269).

Abordar grandes causas pelos jornais seria um modo de lutar também pelo carvão e, depois, pelo petróleo. Lobato voltaria dos Estados Unidos imbuído firmemente do propósito de concretizar idéias desenvolvimentistas para o Brasil. Se o primeiro grande problema da indústria nacional era o carvão, combustível básico para o desenvolvimento industrial, o segundo grande problema era o combustível para fazer o transporte funcionar. Em 1935, pelo *Diário de São Paulo*, Lobato retoma o que considerava uma promissora operação comercial abortada: fechar negócio para implantar o hábito de se tomar café na Rússia tendo, em troca, acesso aos recursos do subsolo russo. A recusa do governo brasileiro em participar do negócio se deu pelo silêncio.

Tomando, então, sobre si a responsabilidade de dar ferro aos brasileiros, mediante uma atuação empresarial – ainda mais para alguém que já tivera experiências como empresário – resolve fundar uma empresa metalúrgica. Havia chegado o momento de vir a público por meio dos jornais. Porém, o debate não aconteceria.

A luta que se trava pelo ferro e pelo petróleo deveria ter na imprensa o veículo apropriado para a almejada sensibilização nacional. *O escândalo do petróleo e ferro*, de 1936, traz um conjunto de textos, incluindo artigos, que relatam o embate entre a visão empresarial lobatiana e os entraves postos pela cúpula política brasileira. No capítulo “Retrospecto”, a seção “Outros países” apresenta dados sobre outras nações em que se encontrara petróleo. Embora amordaçada pelo Estado Novo, a imprensa preocupa os dirigentes políticos que, ao perceberem a evidência de petróleo propiciada pelo empreendimento da sociedade formada sob a direção de Lobato, vêm aos jornais para se justificar perante a opinião pública: “no dia seguinte à chegada ao Rio do

telegrama comunicando o feliz resultado das provas em Riacho Doce, o chefe supremo surge na primeira página d' O GLOBO. Nega a pés juntos. Jura que é mentira” (OEPPF, 1957, p.43). A imprensa é, efetivamente, a arena em que a luta haveria de se travar. Não havia outro espaço para isso.

3.4. Últimas notícias de um escritor d'*O Estado*

Em “O caso de Alagoas”, Lobato enaltece o esforço de Edson de Carvalho que, associando-se a ele, tem de enfrentar o Departamento Nacional de Produção Mineral que “procura desmoralizar os pioneiros” (OEPPF, 1957, p.49). A vitória do companheiro, Edson, que insistira na perfuração, vira notícia: “A notícia corre. Aflui gente de Maceió. Estabelece-se para Riacho Doce uma romaria permanente. Todos querem ver, cheirar aquele maravilhoso fluido que brota das entranhas da terra. Vai Osman Loureiro. Vão Costa Rego, deputados, jornalistas, estudantes”; as provas estão às mãos de todos: “Todos contemplam a formidável chama que se levanta quando Edson risca um fósforo. O exame mostrou tratar-se de gás de petróleo” (OEPPF, 1957, p.50).

E o grupo d'*O Estado*? Onde estaria a convergência de alma dos sapos? O silêncio ou a vigarice, conforme o problema se apresentava a Lobato mostrava-se inserido num processo de concessões ao regime, num esforço de adequação que iria desembocar no Estado Novo: “a concepção liberal de sociedade está ligada ao chamado ‘novo liberalismo’, que propõe a condução das massas por uma elite política e que é caracterizado ainda pela perda progressiva dos aspectos mais ‘democráticos’ do liberalismo clássico e até pela aceitação no limite de um ‘Estado forte’ ” (Cardoso, 1982, p.50). As divergências entre os posicionamentos possivelmente nisso tivessem uma justificativa. Articulista e jornal embatem-se, embora não publicamente, para manterem os respectivos projetos de nação. Isso pode ser visto em carta de 11 de setembro de 1936, ao deputado estadual Nelson de Resende, em que Lobato demonstra os problemas que enfrenta para o progresso do empreendimento petrolífero (CE, 1970, p.201): “Venho agradecer as suas generosas expressões para comigo e, em nome do Brasil, a enérgica manifestação pró-petróleo de sexta-feira. Graças a ela, a solução desse problema deu mais um passo á frente”, qual

fosse, o rompimento do silêncio, “o inexplicável silêncio de ‘O Estado de São Paulo’. O seu discurso cheio de firmeza e desassombro desentupiu o grande órgão...”.

Os discursos de Lobato pela prosperidade nacional realmente alcançam o público. Carta²⁷ de Roberto Liscio, de São Paulo, em 30 de outubro de 1936, aponta para a repercussão das denúncias lobatianas:

Em data de 18 do corrente lendo o jornal “O Correio”, uma reportagem sob o título “Eu quero ajudar o Brasil” prendeu-me a atenção. Aquela figura extraordinária do homem de pele preta e alma nívea calou fundo em minha alma. Precisaria eu ler quanto antes o extraordinário artigo de Monteiro Lobato, o denodado bandeirante moderno, como classificou o deputado Machado Florence [...] na sessão de 10 do mês passado na Assembléia Legislativa. E no dia seguinte, segunda-feira, lá ia eu correndo à redação do “Correio Paulistano”, a procura do jornal do dia 17 de setembro, o qual trazia o artigo “Eu quero ajudar o Brasil”.

Dessa imprensa indecisa viria, em 1941, o comunicado de denúncia envolvendo Monteiro Lobato por crime de injúria: ao tomar o ônibus da tarde para casa, compra uma *Folha da Noite*. Ao abrir o jornal, vê seu retrato na primeira página, ilustrando uma notícia de sensação, a avaliar pelos grandes títulos e subtítulos, como conta o procurador detento do Estado Novo. Ali constava um telegrama da sucursal do Rio noticiando a denúncia feita por Gilberto Goulart de Andrade, procurador do Tribunal de Segurança.

A luta travada pelo desenvolvimento nacional deixa algumas marcas perceptíveis, ao menos pelos textos publicados nas “obras completas”, sobre a relação de Lobato com o jornal. A década de 40, principalmente o pós-1941, não significaria o desaparecimento da crítica lobatiana, antes, a intensificação de sua ironia e desalento com a política nacional.

Em 1946, às vésperas de sua mudança para a Argentina, concede entrevista ao *Diário de São Paulo*. A imprensa, para ele, só é bem usada pelos políticos (PE, 1961, p.136): “— Que coisa difícil e inútil, meu caro! Que adianta ao mundo saber como um certo sujeito pensa em dado momento histórico? Os políticos andam aí a tomar o espaço dos jornais e eles sabem agir. Consultados, dizem o que convém dizer, não o que pensam”. Seria muito mais interessante a

²⁷ CEDAE – DOC 3.2.00390.

experiência de comparar “o que os homens políticos realmente pensam com o que declaram nos jornais. E eu compreendo isso. Nada mais perigoso e inútil do que um homem dizer o que pensa...”.

O afrouxamento das amarras da imprensa a partir de 1945 determinam o desaparecimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1946, responsável pela coerção dos jornais e demais órgãos do jornalismo brasileiro. Um pouco mais animado sobre o assunto, Lobato comenta com Lino, “ex-Cenáculo”, em carta de 02 de novembro de 1945 (CE, 1970, p.280), certo clima de menos tensão no país: “Que sossego está! Que atmosfera de confiança, de certeza de que o Governo não nos está traindo com as patifarias a que se habituara em 15 anos de irresponsabilidade! O ‘Estado’ e o ‘Correio Paulistano’ talvez prestes a voltarem aos seus verdadeiros donos”. Dói, ainda, o que ocorrera com *O Estado*: “Que infâmia, que bofetada em S. Paulo foi a infâmia que a Ditadura praticou com ‘O Estado!’ Nunca houve outra igual”. Assíduo leitor dos periódicos, acompanha os lances políticos: “Acabo de ler os jornais da manhã, e vi a lista dos prováveis interventores” e também está por dentro dos negócios “Lino: vou aproveitar o ensejo para te pedir uma coisa. Não é emprego. É mandares saber se o Sr. Cecilio Karan, funcionário de ‘A Noite’, ainda o é e encontra-se aí no Rio”.

O regime ditatorial de Vargas havia deixado uma experiência indelével de cerceamento intelectual. Em 1937, Lobato recebera tratamento hostil por conta da publicação de *Geografia de Dona Benta*. Como demonstra carta²⁸ de Rubem Braga, de 16 de março, a campanha do *Diário da Noite* contra o escritor começara em 1936: “Agora aconteceu que o Diário da Noite aqui do Rio tem feito uma campanha danada contra você por causa de seu livro ‘Geografia de Tia Benta’ (sic). Acusa o seu livro de anti-brasileiro, de separatista”. De acordo com “Insultos ao Brasil”, (PE, 1961, p.227), entrevista concedida para o periódico *Radical*, “em alarmadíssimo artigo no ‘Diário da Noite’ de 13 do corrente alguém denunciara a ‘Geografia de Dona Benta’, publicada o ano passado, como livro deletério, separatista” – diz o repórter. Lobato: “— Trata-se de um trecho em que Dona Benta mostra aos meninos as coisas de S. Paulo vistas ao longe, panoramicamente. Os dois trens apontados são da Central. O articulista do ‘Diário da Noite’ acha tremendamente insultante para o Brasil que a velhinha conte aos netos o que essa estrada de ferro realmente é”.

²⁸ CEDAE – DOC 3.2.00383.

A imprensa com a qual colaborara ao longo de sua vida, nem sempre seria, assim, tão libertária ou progressista como a roda das tardes e noites na redação de *O Estado*. Sua conversa com o entrevistador da *Radical* traz à tona as marcas da América no escritor desiludido com as coisas nacionais (PE, 1961, p.234): “a idéia da possibilidade do Brasil unido pelo nexo do ferro e do petróleo dá muita força à fraqueza desse escritor de livros para crianças, que tudo arrosta para criar uma união de fato, à moda americana, pelo desenvolvimento do país, e não pela violência das armas”.

História do mundo para crianças, de 1933, também sofrera ataques do *Diário da Manhã*, como comenta a reportagem do *Diário da Noite* (PE, 1961, p.247): “Jornais de domingo publicaram um telegrama de Lisboa em que se dizia que o ‘Diário da Manhã’, órgão oficioso, pedia, em editorial, a proibição da venda em Portugal do livro de Monteiro Lobato: ‘História do Mundo para as Crianças’. O assunto era interessante e mesmo sério. Dirigimo-nos á residência do escritor e ali o interpelamos”. A matéria, com o título nas obras completas de “As orelhas de Vasco da Gama”, tratava-se, pois, de mais um cerceamento à obra do escritor, que assim respondia às investidas de opositores brasileiros com o intuito de impedir que o livro fosse publicado em Portugal: “— Ofensas à metrópole? Impossível. Inda agora acabei de rever um exemplar para a quarta edição dessa obra e nada percebi ofensivo a Portugal. Sobre tal livro o almirante Gago Coutinho já gaguejou num longo artigo no ‘Jornal do Comércio’ ” – artigo que ainda Lobato não lera por achar o texto “um tanto comprido. Mas sei que lá se afirma que o livro comete erros gravíssimos na parte que trata dos descobrimentos lusos”.

Em carta a Coelho Neto, provavelmente de 1938, (CE, 1970, p.211) Lobato demonstra as conseqüências financeiras causadas pela repressão do Estado Novo: “Desconfio que não te chegou a minha, pois na de 15 de junho hoje recebida fazes perguntas já respondidas. Nela eu te dizia que foste com muita sede ao pote; que a linha da UJB não comporta senão águas panadas e em dosezinhas breves”; mesmo com o apoio da União Jornalística Brasileira, órgão que ajudara a criar, “a imprensa, os mil jornais da UJB, uma quitandinha – e em bancarrota, porque com a supressão da liberdade de vender doces que o freguês quer, as quitadeiras tiveram de diminuir a produção - e estão na embira”.

Agora, Lobato é tema para a imprensa, seja como escritor, editor, pioneiro do ferro e do petróleo, seja como o articulista polêmico. A carta de 20 de setembro de 1943, enviada a Mário Donato traz a seguinte observação (CE, 1970, p.252): “Você lavrou um tento com o artigo n’O

Estado'. Esperei um tró-ló-ló de camaradagem, como há tantos, e saiu uma coisa substancial... e denunciativa! Você foi ao fundo com o escafandro da análise e até me revelou a mim mesmo”, texto, segundo nota de rodapé, publicado n’*O Estado* a 18 do mesmo mês.

Indicado para a Academia Brasileira de Letras em 1944, recusa. Numa carta de 11 de outubro deste ano, a Jaime Adour da Câmara (CE, 1970, p.271), escreve: “Sim, talvez tenhas razão no caso do ‘conto’ da Academia. Mas como estou muito velho para cair em contos, resolvi o caso com um bom coice, como verás nos jornais de hoje – se a censura não me tapar a boca”. A mágoa da primeira recusa parece não ter passado: “Recusei e esculhambei. Quando eu quis a Academia ela não me quis; agora invertem-se os papéis”. O caso fora notícia em outros periódicos: “Naquela entrevista da ‘Revista da Semana’ eu disse com sinceridade o que pensava da Academia e do imortalismo. Lata e lata vazia. Se depois daquilo me indicaram, foram burros e merecedores do coice. Cansei-me de declarar o meu desprezo pela ABL, em entrevista, artigos, cartas”.

Porém, fora imortalizado na Academia Paulista de Letras, e é sobre isso a entrevista intitulada “Entrevista ao ‘Correio Paulistano’ sobre a Beca na Academia Paulista”. O tom descontraído e irônico através do texto assume certa metalinguagem sobre o tema “entrevista” desde o início (CE, 1970, p.241): “A palavra do pai do Jeca Tatu é agora, mais do que nunca, lida e ouvida com grande interesse. Não podíamos, portanto, deixar de procurá-lo para esta enquête. Atendeu-nos, e como de costume escreveu a entrevista”. Escrever uma entrevista, era sintoma de alguém que conheceria o jornalismo a fundo e, em dias de sombra varguista, seria melhor não arriscar: “Diz que não tem confiança na fidelidade dos jornalistas no apanhar seu pensamento. E além disso faz a seguinte recomendação: ‘Aí vai a entrevista como me saiu ao correr da máquina. Faça o obséquio de dizer ao revisor que dispenso a colaboração dos tipógrafos’ ”.

Também pedia que a entrevista fosse publicada na íntegra ou que não fosse publicada. Brinca o entrevistador: “Nesse particular, não faremos nem uma coisa nem outra. Precisamos cortar quatro linhas. Não por partidarismo político, ou por puritanismo, mas porque estragariam o apetite de algum leitor. Ele fala nesse trecho em fisiologia e cita um verso de Terêncio”. Brincadeira que, possivelmente, viesse a amenizar a acidez do entrevistado: “Quanto ao mais, sua entrevista está interessante. Ele sempre foi agradável agora é muito mais. Suas piadas são de um terrível ceticismo. Mas mesmo assim, ou por isso mesmo, agradam o público”. Para fechar a reflexão do repórter, a lembrança de “Urupês”: “Suas perfídias se vulgarizam, ganham curso.

Será que o seu humorismo que no fundo traduz o desencanto ou a melancolia de ‘Urupês’, tem alguma identidade com o estado de alma do público leitor?”.

“O pai de Jeca Tatu não confia no jornalista para as suas entrevistas, mas nós não podemos confiar nele para as nossas perguntas...” (CE, 1970, p.242): o tom de “blague”, porém, torna-se mais sério quando, em “Monteiro Lobato na Torre de Marfim”, entrevista concedida ao *Diário da Noite*, alfineta (CE, 1970, p.259): “— Quando vocês, repórteres, me telefonam e pedem entrevista, eu esfrio, porque sei que, depois de me obrigar a piscar com uma explosão de magnésio, me fazem dizer em letra de forma vinte coisas que eu não disse — e dizem de forma muito diversa tudo aquilo que eu realmente disse”. Lobato não poupa o entrevistador de suas críticas mais severas: “— Tanto os jornalistas me traíram que eu tomei a deliberação de andar com a entrevista no bolso, como medida de segurança. — Mas como sabe o que vamos perguntar? Indagará você, eu serenamente respondo”, ao modo científico: “— Meu caro, há duas coisas no mundo que contrariam a lei da evolução definida por Spencer: uma, os nossos circos de cavalinhos; outra, as perguntas dos repórteres. Não mudam. Não evoluem. Eterna e invariavelmente as mesmas”. Nesta entrevista, o escritor mais uma vez fez do próprio jornalismo o assunto da conversa. O repórter entendeu que o escritor estava driblando as perguntas e impedindo a evolução da entrevista. Ao encerrar, queria que se registrasse como epitáfio: “Aqui jaz um sujeito que nunca ouviu a hora nacional nem leu a ‘Brasília’...” (CE, 1970, p.263).

Cavalheiro, oferece uma explicação para a fuga aos repórteres (1955, p.733). Na parte final da obra, na seção de notas, comenta a “desconfiança” de Lobato, afirmando que, por diversas vezes, o escritor tivera de retificar “asneiras” publicadas como sendo declarações de próprio punho. Na seqüência, transcreve uma carta do escritor remetida à *Folha da Manhã*:

[...] “Por acaso me chegou às mãos um recorte da “Folha da Manhã”, de 15 do corrente, com um tal telegrama do Rio no qual se transmite uma “entrevista” minha. Li e corei. Desnaturalizações do pensamento, vulgaridades, chatices. E esta coisa que me assombrou: “Finalizando, disse Monteiro Lobato: vai melhorar tudo no Brasil. Antigamente só elegiam esses sujeitos ossudos, soturnos, ou bojudos, indivíduos horríveis, mal-encarados, convencidos, etc.” Por mais que eu lesse e relesse o recorte inteiro fiquei na dúvida sobre a substância que enche a cabeça desse repórter. Venho, pois, declarar que a tolice não é minha; e a tal entrevista se acha desnaturada, é tão chata e vulgar, que a

idéia que me vem é a seguinte: o que acima de tudo precisa melhorar no Brasil é a qualidade dos repórteres de seus jornais. Peço ao Sr. Diretor a inserção desta nota a fim de que meus amigos não fiquem a supor que já estou completamente gagá”.

Retificar é o que faz em carta²⁹ datada de 06 de fevereiro de 1948, ao *Diário de S. Paulo*, na qual rebate a crítica do jornal em relação a um livro que o escritor dera de presente a Luis Carlos Prestes. Embora extensa, merece transcrição por mostrar ao leitor de hoje a dimensão das palavras do escritor, as quais, ainda que ditas em tom de blague ou ironia mais espontânea, tinha ressonância, mais do que nunca, em nível nacional. Afinal, aos 66 anos, Lobato tornara-se personalidade inconfundível no Brasil:

Meu caro DIÁRIO DE S. PAULO

Uma reportagem sua de ontem me acusou, ou insinuou coisas. Recebe lá a minha justificação. As boas contas fazem os bons amigos.

A grande acusação foi de que ofereci um livro a um amigo. Minha resposta é que a Constituição deste país não proíbe a oferta de livros, nem condena as dedicatórias. Tenho completa liberdade de o fazer e tenho usado desse direito. Creio que em minha vida de escritor e editor já ofereci livros aos milhares, e jamais me passasse pela cabeça que isso pudesse ser censurável e anti-constitucional.

— A questão não é oferecer um livro sobre a história do comunismo russo.

— Meu caro jornal: a mesma Constituição que não me veda oferecer livros também me dá plena e absoluta liberdade de escolha. E como tenho liberdade de escolha tanto posso oferecer um livro sobre numismática, como sobre a história contemporânea. E continuando minha liberdade de escolha, entre os assuntos históricos do momento posso escolher o comunismo russo, que tanto para mim, como para Truman ou Marshall é o dos mais empolgantes (sic). Note como eles se preocupam com o assunto: Realmente, não há assunto de maior atualidade, e se eu pudesse oferecia uma história do comunismo a todas as

²⁹ CEDAE – DOC 3.1.00202 (folha datilografada, alinhamento à esquerda).

pessoas deste país, para que todas pudessem pensar sobre o assunto com perfeito conhecimento e causa, e não como manda o bispo.

De modo que, meu caro jornal, o “terrível documento” que a Polícia apreendeu não passa de um livro oferecido a um amigo, com dedicatória minha, sobre o assunto da maior atualidade, para que ele o lesse enquanto não aparecia uma obra similar sobre o comunismo no Brasil, o que é ainda prematuro, pois que o comunismo brasileiro até apenas começando, e não dá nem um capítulo de história. Tudo isso, meu caro jornal, coisas absolutamente legais e constitucionalíssimas.

Devo ainda notar uma coisa. Do todo da reportagem de ontem se depreende que sou “comunista”. Muito bem – mas que tem isso? Se tenho tal ou tal idéia, isso é coisa que só me diz respeito a mim, e a mais ninguém. Tenho as idéias que quero, e não me consta que a Constituição o proíba. O belo nas constituições democráticas é justamente isso: - assegurar aos cidadãos a mais completa liberdade de idéias. Tenho o direito de ser comunista, como você tem o direito de não ser comunista. Não cometemos com isso nenhum crime, nem você nem eu. Não infringimos nenhum princípio básico da Constituição; ao contrário, apenas no utilizamos de uma faculdade que ele nos confere. Mas sereis comunista? (sic)

Infelizmente não, meu caro jornal. Apesar das minhas imensas simpatias pelo comunismo russo, pelo qual torço, um obstáculo de consciência me vem impedindo que transforme essa imensa simpatia em adesão.

— Que obstáculo é esse?

— O georgismo. Sou georgista, meu caro. Convenci-me de tal forma das verdades das teorias econômicas de Henry George, que por mais que me esforce não consigo substituí-las pela de Marx, e talvez Marx esteja certo, mas na minha intuição a verdadeira verdade está com Henry George. E justamente, e apenas, por causa do meu georgismo não tive a honra de alistar-me no Partido Comunista Brasileiro, nem entrar na chapa dos candidatos à deputação federal, em 1946. Não entrei para o Partido nem para a Câmara Federal porque seria trair minhas idéias georgistas. De comunista, se lá no fundo do meu coração eu ponho George acima de Marx? Sou muito leal, meu caro. Minha divisa é a que prego para as crianças: aquele verso de Shakespeare “E isto acima de tudo: sê fiel a ti mesmo!”

Certamente a carta de Lobato seria lida pelo redator. Afinal, não era qualquer um. As falências, os empreendimentos sabotados, a viagem ao exterior, de tudo, prevalecia a imagem do escritor “pai do Jeca” e da literatura para crianças. A vitrine, como se deduz, dera certo. Realmente, por meio do jornal Lobato ficara conhecido – e fizera com que o público também reconhecesse o veículo no qual tratava dos mais diversos assuntos, divulgava literatura, vendia livros.

Os jornalistas pagavam, então, o preço da espera e da disputa para entrevistar Monteiro Lobato; este, por sua vez, já pagara o preço da imprensa livre e moderna, na qual as informações deveriam fluir mais rapidamente e as várias faixas de público esperavam encontrar, cada uma, seu “Monteiro Lobato”. O escritor está mais exigente com o que publicam, como se nota em carta de 26 de fevereiro de 1948, (CE, 1970, p.355), a Davi Pimentel, pela qual inicia agradecendo carta de 18. Conta que não se achava envolvido com comunistas, a não ser “na opinião de alguns jornais desafetos que não perdem ensejo para ‘perfídias’, como na intimidade eles dizem com grande prazer. Continuo alheio aos ‘ismos’, mas sempre mostrei grande simpatia pelo comunismo e pelo Prestes - coisa que a Constituição não me proíbe de fazer”. Imprensa e poder são colocados no mesmo patamar: “Se esses jornais, ou o governo, ou a Polícia, se implicam com isso, é um direito que lhes assiste e com o qual nada tenho que ver. [...]. Não tomo *moto-próprio* um cabresto político, como também não aceito nenhum cabresto que um governo policial me queira impor”; a fusão entre as duas coisas se intensifica nas palavras do escritor: “governo ou imprensa policial, essa que temos aí a nos sujar as mãos sempre que lhes lemos as folhas. Por higiene, só leio ‘O Estado’. Vem daí que não sei o que os percevejos andam publicando a meu respeito. Não leio, não quero saber, não me interessam”.

Em seus últimos dias, entrevistar Lobato era uma aventura. Ainda mais sendo ele alguém conhecedor dos esquemas e caminhos do texto jornalístico. Silva Brito, por sua vez, relata a dificuldade não prevista pelos editores de se entrevistar tamanha personalidade (PE, 1961, p.280): “Decididamente: tenho ‘peso’ com Monteiro Lobato. Jamais consigo dele uma entrevista em ordem. Encontro-o sempre ‘do contra’, em oposição a tudo e a todos. Nossa conversa vira debate, não raro discussão — felizmente sem briga de fazer inimidade”. Mas para o jornal e seus leitores nada do que o repórter poderia recolher tinha valor. Não eram palavras objetivas, opiniões prontas. Lobato não se vê mais na obrigação nem com a empresa jornalística, nem com

o público. Admite o repórter: “Também, com liberdade de ação só procurei Monteiro Lobato uma vez”. Nas outras, a imagem do entrevistado é que contava, ou o nome Lobato no anúncio de algum editorial: “As outras têm sido em função de certos interesses publicitários, e aqueles que me encomendam o serviço nunca pensam na irreverência do mestre de Urupês e na sua inflexível disposição para falar a verdade, somente a verdade, doa a quem doer”.

Segundo Cavalheiro, o último encontro entre jornalismo e Lobato se dá no dia 02 de julho de 1948, quando Murilo Antunes Alves, repórter da Rádio Record “procura-o, para uma entrevista radiofônica” (Cavalheiro, 1955, p.692). Depois de muita insistência, conta o biógrafo, o escritor cede: “Pela última vez opina sobre o petróleo, debate uma porção de assuntos, principalmente em torno da política nacional e internacional. Conta dos seus ceticismos e entusiasmos, diz do grande amor que tem pelas crianças”, confessando até mesmo “o arrependimento por haver perdido tanto tempo escrevendo para gente grande. Desiludido, desenganado, acha que o mundo não tem mais remédio, que tudo está mesmo perdido”. É a última entrevista do jornalista Monteiro Lobato: “A voz vem cansada, a respiração é difícil, mas é com desembaraço que mantém a entrevista até o fim”.

A despeito das decepções pessoais com os adultos, o legado de Lobato na literatura já estava estabelecido. No jornalismo, não havia sido diferente. Ainda que seu projeto de Brasil não tivesse vingado como desejara, seus textos já haviam entrado para a história do jornalismo paulista e brasileiro. Textos que de uma forma ou de outra ainda conseguem dialogar com o leitor de hoje possivelmente por estarem inoculados de um projeto de país que ainda não se efetivou.

MLb J. 00002 P1

Associação Brasileira de Imprensa
RIO DE JANEIRO

CARTEIRA DE JORNALISTA



Nome *J. B. Monte Lobato*
Idade *38 annos*
Naturalidade *Brasileira*
Matricula n.

Assignatura do portador,

J. B. Monte Lobato

Impressão digital (pollegar direito)



Jornal em que trabalha
"Revista do Brasil"

Esta carteira foi expedida em *6* de *7* de 1922 e é valida até 31 de Dezembro deste anno.

A. J. de Jesus
1.º Secretario

C. L. de Freitas
Vice Presidente

4. Os artigos (1913-1923): análise dos textos

*É a humanidade rolando
De queda em queda a gemer,
E o pensamento voando,
E o coração a bater;
Do gênio augusto aos ouvidos
Mal chegam vagos ruídos,
Que soam: Deus aí vem...
Eu digo a Virgílio terno:
Foste com Dante ao inferno,
Leva-me a ele também.*

(poema de Tobias Barreto, *OESP*, 23/12/1914)

Um projeto de hegemonia cultural e política é alimentado pelos “mentores intelectuais” do *Estado de S. Paulo*, dentre os quais Lobato inegavelmente fez parte. Em que medida o escritor se emancipou desse meio a partir da década de 30 ou como passou a lidar com seu vínculo passado com *O Estado* e os futuros lances de seus empreendimentos são assuntos que merecem atenção. Temas que só poderão ser aferidos confrontando-se diferentes jornais, de diferentes períodos, de diferentes empresas, partidos, grupos – outros grupos de outros jornais.

No entanto, é possível reconhecer nos artigos publicados entre 1913 e 1923 uma proposta de “Brasil” cultivada pelo escritor. A mão dupla é perceptível, pois o jornal ganha em ter Lobato e Lobato ganha em “ter” o jornal. Entretanto, essa proposta também é a combinação de visões cooperativas, de empenhos comuns na missão paulista de fazer do país um grande Estado de São Paulo.

Lobato está inserido entre os discursos de *O Estado*, mas isso não significa que tenha se tornado “um nome” somente pela semelhança. É evidente que tanto textos quanto homem – e aí se apresenta outro problema, perceber o que era o “homem” e o que era o “escritor” Monteiro Lobato – constituem um enunciador que não só está em evidência, mas também se aproveita dela para continuar existindo. Lobato existia a despeito d’*O Estado*, e vice-versa.

Ainda que se queira evitar o tom de enaltecimento para o escritor, os historiadores corroboram a idéia de que *O Estado* cedeu demais às políticas com as quais dizia estar em confronto: “como nesse final da Primeira República suas preocupações estivessem voltadas para a substituição dos quadros políticos, apoiaram o movimento tenentista, ignorando até mesmo as

diferenças de proposições entre ambos”; (Capelato; Prado, 1980, p.43). Quando viu, já estava destronado, com as portas do governo cerradas sobre seu projeto de Brasil. Não teria Lobato percebido esse movimento?

4.1. Lobato, um sapo na lagoa d’O Estado de S. Paulo

Artigo de Mário Pinto Serva, o texto publicado em 29 de fevereiro de 1916, à página 03, aponta como problema nacional o abuso das tarifas aduaneiras. A vida econômica, para o brasileiro, seria um “labirinto de Delfos”, tal a complicação e a falta de perspectiva. A culpa da situação estaria na administração pública: “Todos os poderes públicos no Brasil conspiraram e conspiram permanentemente para tornar impossível a vida no Brasil”. Com um custo de vida asfixiante, o brasileiro não consegue poupar ou investir – “o preço das mercadorias, entre nós, diz o dr. Assis Brasil, é sem igual no mundo”.

Qualquer investigação mais apurada, afirma Serva, revelaria atos legislativos responsáveis por tornar o Brasil a terra mais inóspita para a indústria. Lavoura nova ou indústria lucrativa seria sufocada pela máquina estatal com seus impostos absurdos. “O regime tributário, a tarifa aduaneira, a politiquice, a ignorância legislativa fizeram do Brasil um gigante totalmente paralisado em todos os seus movimentos”. A seguir, enumera comparativamente os índices de aumento no Brasil e em outros países, comparando inclusive gêneros alimentícios de primeira necessidade. Sobre isso, manifesta-se o analista indignado – “é simplesmente pavoroso” – e afirma que, desde de 1869, com a tarifa Itaboraí, as taxas aduaneiras decuplicaram. Alimentação, vestuário e saúde, os índices brasileiros eram maiores mesmo quando comparados com nações cujas taxas aduaneiras fossem as mais altas, sendo que “em todos os outros países as taxas são inferioríssimas e quase insignificantes”. É por isso, conforme notara um cônsul francês, que um trabalhador brasileiro não conseguiria viver com 500 francos, no Brasil, como um trabalhador francês que ganhasse 300 francos na França. Em qualquer outro lugar do mundo, assim, a tarifa alfandegária nesse patamar teria gerado revolta unânime a fim de se revogá-la. No Brasil, não.

“Entretanto, tudo isso entre nós se decide no segredo das comissões do Congresso Federal, ao sabor das conveniências particulares de sindicatos, companhias ou indivíduos que sabem como influir nos deputados que compõem as referidas comissões”. A apatia do povo, o

fatalismo do espírito nacional perante o quadro social, incomoda Serva. Cita, para exemplificar a situação, a crise da borracha no Pará. Ali, porém, o único congresso que se reunia era o Histórico, obviamente, sem pretensão de apontar caminhos para a região empobrecida. “Em última análise, a causa de todos os males que nos afligem no Brasil é a resignação passiva, com que o povo brasileiro se submete, sem discutir nem reagir, a todos os absurdos que se lhe impõem, é o feitio contemplativo, sonhador, místico da inteligência nacional”, acrescenta ainda Serva: “é a falta de senso das realidades positivas, é a ausência da energia combativa e do espírito de organização prática”, conclui.

Como é fácil perceber, o tema discutido por Serva era comum a Lobato. Não só o tema, mas posições ideológicas compartilhadas podem ser detectadas no periódico. Ao usar a expressão “místico da inteligência nacional”, o analista dialoga com o anti-bacharelismo de Lobato, indicando ainda a valorização da riqueza econômica, a importância do trabalho e a praticidade característica daqueles que viam, se não nos Estados Unidos, mas no mundo desenvolvido em geral a fórmula aos improdutivos mecanismos estatais do Brasil.

Que um jornal cujo título fosse o nome do próprio Estado defendesse sua unidade da federação, era o previsível. Porém, a consciência de ser a unidade motriz do país e a crença no desenvolvimento econômico como propulsor de todos os outros, aparecem em *O Estado* por meio de um engajamento político visível em diversas matérias dos redatores do periódico. Em 06 de janeiro de 1917, Serva vem a público com o artigo “O papel de S. Paulo”. Compreende-se que trata da situação de insatisfação nacional com o governo federal da época, a respeito da questão do elevado número de impostos como um dos pontos fortes das reivindicações dos Estados. As previsões eram as piores possíveis: “No horizonte já se desenham nitidamente as nuvens que em vendaval borrascoso podem se desencadear sobre o país”, o qual desarticulária as instituições, o crédito, o trabalho, aquilo que se concebia como vida civilizada.

Caberia a São Paulo, o estado mais desenvolvido, “esta enorme colméia de trabalho”, “foco intenso de atividade, de luta, de coragem, de energia” tomar a frente e conduzir o país a caminhos idôneos de prosperidade. “Entretanto, S. Paulo politicamente está acéfalo, está entregue ao acciolismo³⁰. S. Paulo é vítima, como os outros Estados, dos mesmos vícios que gangrenam o

³⁰ “Em Alagoas, o Coronel Clodoaldo da Fonseca, envolvido mais tarde, em 1922, nas rebeliões tenentistas, substituiu o candidato da família dos Malta. No Ceará, a sucessão presidencial foi o pretexto para um confronto de grandes proporções. A oposição local – adversária da família dominante (os Acioli) – apresentou como candidato o Coronel Franco Rabelo, ligado aos militares renovadores. Os partidários dos Acioli – Pinheiro Machado – lançaram

regime”. A unidade que poderia impor a palavra de ordem, mostrar o caminho da tranquilidade, acenar com a paz e o trabalho, em suma, dominar o anarquismo e demais “extremismos” que ameaçariam a federação, não consegue aparecer como exemplo de dignidade, nobreza, elevação, civismo, compreensão do dever nacional. Ao contrário, São Paulo estaria conspirando com os “mazorqueiros” de Mato Grosso; pretendia afogar o movimento de reação liberal no Pará; estaria se aliando, enfim, “com os piores elementos da política nacional”. Em momentos do passado histórico nacional, tão tenso quanto esse, São Paulo mostrara seu valor. Feijó restaurou a autoridade civil: “Grande pelo caráter, soberbo pela consciência do dever patriótico, imperturbável na integridade dos seus intuitos, em poucos meses a anarquia dobrava-se jugulada e vencida a seus pés, dominada pelo superior descortino do lendário paulista”. Não era essa a situação em 1917.

São Paulo não deveria servir de escada para ambiciosos políticos, mas de poder centralizador e organizador da federação. Abafar as conturbações liberais no Pará, segundo a matéria de Serva (06/01/1917) “mas não São Paulo a trair como Caim os seus irmãos para satisfazer as suas ambições, mas não São Paulo a comprar adesões mercenárias para satisfazer pretensões decrépitas, mas não São Paulo a pretender guindar este ou aquele ambicioso a esta ou aquela posição” – para fechar a indignação do articulista – “mas não São Paulo reduzido a domínio de acciols”.

Como recurso retórico, a comparação anatômica e fisiológica se faz presente para demonstrar o quanto São Paulo não representava mais dignidade e força: “é um foco de putrefação, de miasmas corruptores, de ambições famintas, de fermentações mefíticas”. Reitera os elementos necessários à salvação do Brasil, quais sejam, a integridade, a nobreza dos ideais, o estoicismo da conduta e a elevação das intenções. Qualidades que os representantes federais de São Paulo não teriam. Concluindo: “São Paulo inteiro condena em absoluto a política tortuosa que estão fazendo os dirigentes paulistas na vida nacional”.

Diagnósticos e sugestões, como se vê, não eram marcas somente dos artigos de Lobato. É importante observar que a coesão tantas vezes anunciada pelo jornal é perceptível na articulação

outro militar e ambas as partes se declararam vencedoras na eleição. Enquanto o Coronel Rabelo era apontado governador em Fortaleza, a maioria da Assembléia Legislativa local se transferia para o interior e aí declarava deposto o governador, entregando a chefia do Estado ao presidente da Assembléia, o médico e político do sertão Floro Bartolomeu. Este, era porta-voz de um líder carismático do interior – o famoso Padre Cícero – que mobilizou tropas sertanejas contra o candidato dos “salvacionistas”, avançando sobre Fortaleza. Afinal, o governo federal pôs fim à luta, com a nomeação do Coronel Setembrino de Carvalho para interventor do Ceará.” (Fausto, 1977, p.406).

dos próprios escritores. Em 07 de abril de 1917, por exemplo, à página 02, aparece o texto “O problema do trigo no Brasil”, com a assinatura de Monteiro Lobato. Nele, o escritor discute o problema da falta de trigo no Brasil por ocasião de suspensão das importações correntes da Argentina. Comentam-se aspectos da alimentação humana e da cultura do trigo. O leitor é informado sobre a importância de se estabelecer uma política agrícola para o trigo, a fim de garantir o abastecimento nacional. Logo à terceira página, na coluna sobre assuntos econômicos, “P.P.”, como o articulista assina, dá continuidade ao assunto.

Corroborando a idéia lobatiana em todos os termos, o texto começa por apontar a questão da carestia do trigo no Brasil ocasionada pela contenção de exportações da Argentina. Após demonstrar por meio de dados estatísticos a produção de trigo nacional, mostra-se ao leitor a história do grão em terras brasileiras, cultura que, em vez de avançar, teve significativo recuo. Qual seria realmente o problema da produtividade brasileira quanto ao trigo? Não seria tão somente a ferrugem, como muitos poderiam imaginar, pois era possível vencê-la com a seleção das sementes, a escolha das variedades mais apropriadas e outros recursos científicos de eficácia conhecida. “Sem dúvida, a morte da nossa bem sucedida cultura do trigo foi, primeiramente, determinada por um acontecimento sociológico de magna importância”. Abrindo a terceira página da folha, o artigo procura ser esclarecedor: a questão é racial. Explica-se historicamente a modificação do hábito dos antigos portugueses de consumirem pão com o argumento da mestiçagem. Ao se misturar com os nativos ou com os africanos, o homem europeu substituiu sua alimentação, adotando cereais mais acessíveis nos trópicos. “Daí o terem-se convertido, de comedores de trigo, em comedores de milho, feijão, mandioca, etc., a datar da independência, que marca justamente em nossa história o crescente predomínio do elemento nacional”.

O segundo motivo estaria no avanço tecnológico que permitira, a partir de 1822, países europeus e também aos Estados Unidos adentrarem o território brasileiro com o trigo a preço competitivo. O texto condena a escravidão como atraso: “Vigorando entre nós a escravidão, com seus processos estúpidos e atrasados, claro está que não podíamos sustentar a concorrência com os trabalhadores livres da Europa, cuja produção barateara muito desde o começo do século décimo-nono, com o auxílio da ciência e da mecânica”. Com a entrada da Argentina no mercado do trigo, a situação se agravou para o Brasil. O vizinho que um dia importara agora vendia aos brasileiros. A matéria elogia, em seu terceiro bloco, a atitude de Candido Rodrigues, que em 1909, como secretário da agricultura, criara a Comissão de Ensaio da Cultura de Trigo, em

Itapetininga, sob a direção do Sr. W. Bradford. Porém, após experiência prejudicada pela pobreza orgânica do terreno doado para os testes, o andamento dos trabalhos foi negligenciado e o investimento suspenso. Assim, enquanto São Paulo desdenhava a cientificidade do processo, o Rio Grande do Sul alcançava produções mais substanciais para índices brasileiros.

Era inconcebível a leniência do Estado de São Paulo: “Não podíamos nós, os paulistas, conseguir outro tanto? Sustentam que sim agrônomos competentes, como Gomes Carmo”. O aval da ciência é base da convicção do crítico, comprovando sua assertiva com experiência ocorrida na região da Estrada Sorocabana, “mais fria e menos chuvosa, é perfeitamente adaptável a essa cultura, de acordo com o que revelam as velhas crônicas do passado”. Se países africanos, a Mesopotâmia e a Índia eram importantes celeiros de trigo, por que não as terras paulistas? “Portanto, com melhores recursos, S. Paulo poderia restaurar em suas férteis campinas os dourados trigais de outrora, cuja messe teria assegurado um consumo anual de 200.000 toneladas”. Resolvido o problema pela experimentação, os demais acertos seriam econômicos, como a implantação de taxas aduaneiras maiores para o trigo vindo do exterior.

Como se nota, embora não cite a questão da descoberta dos processos de nitrogenação das lavouras, tal como Lobato, o autor é ciente dos aspectos geográficos e biológicos que envolvem a cultura. Enfim, completando o raciocínio lobatiano, o artigo da página três compactua com a idéia de papel propulsor que o Estado de São Paulo deve manter, principalmente quando o assunto é de importância nacional. Para isso, também utiliza a ciência como parâmetro para propor soluções e o Estado como o beneficiador máximo da produção nacional.

Coesas também são as matérias de 1918, por ocasião da campanha pelo saneamento. Embora Lobato seja lembrado como um dos próceres do movimento ao lado dos cientistas higienistas, não se deve esquecer que a campanha era d’*O Estado*. Por isso, os textos estão integrados, quando não retomando em edições subseqüentes o mesmo tema já tratado por outro articulista.

Ocupando mais da metade da quarta página da edição de 04 de março de 1918, “Patologia tropical” é o título da matéria na qual se transcreve conferência realizada na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, pelo Dr. Henrique Aragão, assistente do Instituto Oswaldo Cruz. Embora sejam as palavras do próprio Aragão, é importante observar alguns aspectos do texto pela importância a ele atribuída no espaço do jornal.

Antes de iniciar a exposição sobre “endabemas parasitas do intestino humano”, o conferencista justifica sua presença por convite “desvanecedor” feito pelo professor Celestino Burroul, representante do instituto paulista, o qual também vinha dando contribuição para as pesquisas no Rio de Janeiro com material de análise: “a maior parte do material que tive ocasião de examinar, me foi enviada do Instituto Bacteriológico desta cidade e não me furto ao prazer de assinalar a valiosa ajuda que tive dos meus colegas e amigos drs. Theodoro Bayma, seu atual diretor, e Bruno Rangel Pestana, assistente”. Agradece ainda a alguns professores que haviam se colocado à disposição para “estudo e comparações extremamente úteis”.

Começa efetivamente a conferência publicada em 04 de março de 1918, com apresentação de dados sobre o número de doentes nos últimos anos na região paulista, frisando que os números “não exprimem a verdade completa, pois é certo, que uma porcentagem, não pequena, de casos de disenteria amébrica e suas complicações escapam forçosamente ao conhecimento oficial”. Dos relatos mais antigos sobre a doença, passa-se finalmente às considerações acerca da moléstia.

Como se nota desde o princípio, o conferencista segue um plano de desenvolvimento para sua exposição muito semelhante àquele empregado por Lobato. Explica ao leitor do que se trata a moléstia, recorre a dados históricos, aponta soluções para o país. O próprio título da matéria é comum aos redatores, lembrando que Lobato publicaria em 03 de junho de 1918 o artigo “As novas possibilidades das zonas cálidas”, no qual a questão das doenças endêmicas dos países tropicais seriam o principal assunto abordado.

“Brasil desconhecido... Brasil abandonado!” é artigo de Adalgiso Pereira, de 11 de março de 1918, à página 03. Comenta-se, no texto, relatório elaborado por Arthur Neiva e Belisário Penna como resultado da comissão enviada ao norte do país em 1912, abarcando uma região que se estendia pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul de Piauí e de norte a sul de Goiás. Segundo Pereira, o trabalho revelara um Brasil inédito, informações que retificavam obras anteriores, consideradas a versão da nacionalidade brasileira, “de que um falso conceito de patriotismo nos viera imbuindo, no correr dos tempos, a partir dos ‘Diálogos das Grandezas do Brasil’ e a desfechar no ‘Porque me ufano do meu país’ ”.

Abre-se a discussão polêmica sobre denegrir ou enaltecer o Brasil com as informações científicas dos pesquisadores. De acordo com Pereira, “o que há por parte deles, e, já agora, também de minha parte, ao reeditar-lhes, em rápido escorço, as observações colhidas na

penosíssima excursão a que se abalançaram, é apenas desejo de focalizar a realidade”, com o intuito de se executar ações competentes.

Derrubando as mentiras nacionais, as mesmas que Lobato apontaria em “A ação de Oswaldo Cruz” (18/03/1918), o artigo destaca a miséria das populações atacadas por incontáveis moléstias. A doença encontra na ignorância popular o apoio de que precisa para permanecer em sua desastrosa evolução: “E como se defendem eles de tantos e tamanhos infortúnios? Muito simplesmente – com raspas de árvores, com mezinhas caseiras, com drogas nem sempre oportunas, e, sobretudo, com rezas e bezenduras”, ou seja, nenhum socorro da ciência para imensa parcela da população brasileira. O que falta para se modificar a situação é vontade política, pois, “desgraçadamente, porém, os poderes públicos apenas se apercebem da existência daquele mísero rebanho humano quando se trata de cardeá-lo, de recolher os impostos com o que dessangram, e a que não deveriam ter jus”.

O relatório, contudo, não denigre os nortistas, objeto de análise dos estudos para saneamento: “tendo sempre o cuidado de sugerir o bálsamo conveniente a cada chaga que põe a descoberta”. O oásis em meio ao deserto de aflições é a obra dos Dominicanos, que há vinte anos vinham “exercitando num ponto daquelas remotíssimas estâncias um ministério verdadeiramente apostólico”, relato que Lobato também registraria em “Um fato” (12/04/1918). Para se erguer uma nação, no entanto, seria preciso muito mais que ações restritas a esta ou aquela comunidade. “Que se lhes rasguem estradas, que se lhes abram escolas, que se lhes saneie o meio onde vegetam, que para esse meio se canalizem correntes imigratórias, sem dúvida tão adaptáveis a ele como a qualquer outro ‘habitat’ – desde que definitivamente se remova a fama de infesto que malsina o clima do Norte”. Insiste o artigo, o que falta é compreensão dos governantes dos deveres que lhes caberia de socorrer ao povo, instância de sustentação do país. Com o relatório, “nem sequer poderão eles invocar, em defesa do seu ‘não-me-importismo’ em relação às zonas assoladas, a ignorância – fresca defesa! – do que nelas ocorre”. Pôr as coisas às claras seria o primeiro passo para o doente sarar – tal como apontaria Lobato em “Primeiro passo” (05/04/1918) – denunciando a existência de um Brasil enfermo, “de um Brasil analfabeto, de um Brasil sem estradas, de um Brasil desarvorado para a conquista do futuro, de um Brasil abandonado, em suma, aos seus próprios destinos, que muito longe estão de vir a confirmar as nossas esperanças”, a não ser que o governo se voltasse seriamente ao problema, “no sincero, e patriótico, e redentor intento de reerguê-lo do marasmo que o consome...”. Estar abandonado era

o mesmo que estar nas mãos dos coronéis locais, do “aciolismo”, sinônimo de uma administração tacanha, preocupada apenas na manutenção dos poderes regionais.

Mas as correlações não se fazem somente em artigos. Resenhas de obras também podem destacar opiniões complementares, como no caso de livros científicos. Sob o título “Dois livros de ciência”, Oliveira Lima apresenta as resenhas de *Rondônia*, de Roquette Pinto, e *Saneamento do Brasil*, de Belisário Penna, com apreciação crítica das respectivas obras na terceira página da edição d’*O Estado* de 07 de abril de 1918. Inicia-se o texto pelo esclarecimento do que seja “Rondônia”. Tal como outros exploradores que atribuíram importantes nomes aos locais descobertos, o pesquisador da antropologia e da etnografia do Museu Nacional desejava fazer o nome do Marechal Rondon lembrado como localização de uma região brasileira. Lima afirma que o proponente justificava o título da nova região por esta ter elementos geológicos, etnológicos, zoológicos e botânicos característicos de uma área antropogeográfica.

O autor do livro não seria somente um homem de ciência, mas também um moralista. Ao confrontar os homens do presente com os antepassados, Roquette Pinto demonstra a relatividade da superioridade daquele que se diz civilizado. “Isto, no entender do sr. Roquette Pinto, porque o homem, tendo aperfeiçoado tudo, se esqueceu de aperfeiçoar-se a si mesmo”. Porém, ao contrário disso, Rondon, homenageado pelas pesquisas do etnógrafo, era um homem superior, “o coronel Rondon por uma questão de temperamento e de religiosidade mais do que de raça, quer que a civilização se faça pela brandura”.

Moralista também seria a obra de Belisário Penna, dado seu apelo aos poderes públicos e à iniciativa particular em todo o país para o saneamento do Brasil como condição fundamental para prosperidade da nação. “Expondo a situação atual de doença e miséria do povo brasileiro, a grande massa que se não é nervo é o sangue da nação, ele explica as causas das endemias reinantes para fazer valer o recurso da higiene e a tal propósito entra nas considerações mais interessantes”, pelas quais apresenta questões das condições políticas e sociais brasileiras. É assim que, para exemplificar, é citado o capítulo V, o qual aborda os problemas históricos de constituição social a partir de uma análise de moldes fisiológicos, pela qual o leitor é informado do motivo do raquitismo nacional.

“É um livro de ciência este ao alcance de todos pela clareza e lucidez da exposição e ao mesmo tempo um livro de doutrina, no qual se ensina a higiene social, além da higiene física”. Expor, pois, o estado real da população, apesar daqueles que se colocavam contra o estudo,

acusando-o de anti-patriótico, é o verdadeiro patriotismo, o qual “não consiste em esconder as faltas e as misérias, os aleijões da natureza ou os aleijões morais: consiste, sim, em expor uns e condenar outros”. A preocupação com o que pensaria o estrangeiro não deveria mover os cidadãos à apologia do silêncio. Uma vez que visse por si mesmo, o estrangeiro também saberia distinguir “entre a gente de bem e a gente sem vergonha. Basta falar com algum que se queira manifestar com menos reticências”. O livro de Penna deveria circular pelas mãos de todos que desejassem alterar um quadro em que o povo produz um terço do que poderia, ou seja, “ficando os valores perdidos representados pela cifra formidável de quatro milhões de braços”, a população ativa do Brasil. Segundo o autor, o último capítulo da primeira parte da obra, “Ferro em brasa”, indica a função que o texto haveria de ter: “Se não queimar é porque se foi de todo a sensibilidade do pudor cívico”. O desenvolvimento apresenta-se, portanto, como um imperativo moral para a nação, ainda que essa moralidade fosse a visão de mundo estabelecida conforme as diretrizes traçadas nas redações d’*O Estado* para todo o Brasil.

De modo geral, nesse texto estão expostas idéias desenvolvidas por Lobato ao longo da série iniciada em 18/03 e finalizada em 03/06 de 1918. Sobre Rondônia, o enaltecimento da figura do pesquisador bem como da importância da ciência, dialogam com as idéias de Lobato que viriam a público com os artigos “Rondônia – visão do futuro e do passado (I)” e “Rondônia (II)”, respectivamente de 19 e 23 de abril de 1918. Embora sem a narrativa empolgante da expedição como faria Lobato, o texto de Oliveira Lima quer informar ao leitor a importância das obras, as quais, longe da literatura, poderiam trazer a realidade do interior aos litorâneos acostumados com o discurso cor-de-rosa oficial. Nota-se, mais uma vez, mesmo quando não se referenciavam explicitamente, que as matérias jornalísticas elegiam focos, como em todo veículo midiático, condizentes com as posturas defendidas pelo jornal em termos de saneamento e higiene.

Matéria de 18 de março do mesmo ano, à quarta página, precedida por timbre da “Fundação Rockefeller”, intitulada “A luta contra a ancilostomose”, compõe-se das seguintes partes: uma introdução, na qual se anuncia que no dia anterior, 17 de março, realizara-se a inauguração do primeiro posto profilático no Estado de São Paulo, em Guarulhos, comentando-se também a importância da comissão americana no Brasil; “Partida para Guarulhos”, enumerando as personalidades que acompanharam a comissão; “A chegada”, contando a recepção em Guarulhos; “O posto e a sua organização”, localização, instalações e organização dos serviços;

“A cerimônia inaugural”, com transcrição do discurso do sr. Ovídio Pires de Campos, presidente da Sociedade de Medicina; “O Sr. Vigário de Guarulhos”, “O Sr. Arnaldo Vieira de Carvalho”, “Sr. Dr. Arthur Neiva” e “O Sr. Dr. Vital Brasil”, com suas respectivas homenagens e exposições sobre a questão da saúde pública paulista.

Percebem-se, nas várias vozes, os elogios sem reserva aos Estados Unidos, bem como à Fundação Rockefeller. Sucintamente, Arthur Neiva enaltece a missão contra doença tão alastrada no mundo, sem, no entanto, entrar por questões de caráter político, como fizera Arnaldo de Carvalho, diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo. De modo geral, é uma matéria extensa, demonstrando a importância dada pelo jornal ao tipo de ação social registrada, no caso, a luta contra a primeira moléstia denunciada na série de artigos produzida por Lobato, a ancilostomose. Mais uma vez, parte de São Paulo a liderança numa campanha que justamente buscava formar líderes na área da saúde para o combate às epidemias e endemias ao redor do mundo³¹

Outro texto de Serva, em 30 de abril de 1918, à página 02, intitula-se “Nova literatura”. Afirma o articulista que havia “uma sede intensa de uma outra literatura, em que o pensamento forte, construtor, criador” representasse o início de uma nova era. Na verdade, pedia-se não literatura, mas o engajamento dos intelectuais em obras que estudassem o Brasil.

Para pedir isso, porém, Serva acaba por enveredar pela discussão literária concebendo “tudo” como literatura: “O homem de ciência não é otimista nem pessimista: é realista. Ele deve colocar-se diante do organismo social na mesma atitude mental em que o químico se coloca para observação dos fenômenos dos corpos simples ou da ação molecular duns sobre os outros”. A assertiva que poderia ser compreendida como manifestação tardia de estéticas do século XIX, é ressaltada pela expressão inicial: “o homem de ciência”. Evidentemente, apesar de não distinguir

³¹ No sítio oficial da Fundação Rockefeller, o registro da história institucional apresenta 1918 com referência à preocupação da instituição de formar líderes de saúde (health leaders) nos Estados Unidos. A premissa aplica-se à forma de expansão do projeto, aliando-se a agências promotoras de políticas sociais, com sustentação de importantes representantes da ciência de países receptores, como ocorre no Brasil: “Because the Foundation’s successful hookworm campaign reveals the urgency for trained public health leaders, RF identifies public health education as one of its principal areas of interest, and builds and endows the first school of public health at Johns Hopkins University. Foundation President George E. Vincent calls it “the West Point of public health.” Na página também registra-se, sobre o ano de 1919, o estabelecimento das Divisões de Educação Médica pelas diversas regiões sob o espectro da influência americana, como o Brasil: “RF establishes a Division of Medical Education to help “strategically placed medical schools in various parts of the world to increase their resources and to improve their teaching and research.” Grants to medical schools follow in England, France, Belgium, Brazil, Southeast Asia, Canada, the South Pacific and other areas”. THE ROCKEFELLER FOUNDATION. The Rockefeller Foundation Timeline. Disponível em: <http://www.rockfound.org/about_us/history/1913_1919.shtml>. Acesso em: 08 jun. 2009.

o que é literário ou não, o texto tem como objetivo despertar os cientistas e pretensos candidatos à carreira de pesquisa nas diversas ciências para realidade brasileira, uma vez que uma nação “é um corpo coletivo consciente, tendo uma vontade própria, uma ação orientada, movimentos orgânicos em que cooperam todas as partes do todo”. A falta de dados sobre o país é gritante.

Nenhum administrador público tinha sequer a noção de quantos habitavam o território nacional, a capital, os Estados: “é essa literatura realista, fundada no estudo dos nossos fatos, impregnada de verdade e de sinceridade, colimando construir o nosso ambiente social, objetivando um alto ideal humano, - que nos cumpre ora realizar no Brasil”. O grande serviço que se esperava da literatura brasileira era “trabalhar para melhorar as condições de vida dos brasileiros, homens, mulheres ou crianças que vivem miseravelmente sob as acintilações do Cruzeiro do Sul, e que nós como nacionalidade, abandonamos, aos milhões, no fundo dos ínvios sertões, sem instrução, sem higiene”. Um homem sem o amparo do saber científico, “sem nada do que a civilização e a ciência pródiga aos outros povos”.

Não se trata, pois, de literatura, mas de empenho patriótico: “o bem estar, a saúde, o vigor e a cultura do homem brasileiro – eis o que deve constituir o objetivo da nossa literatura, da nossa ciência, do nosso patriotismo”. Mais um ataque, sem dúvida, ao bacharelismo reinante, aos versinhos doces que se alastravam pelo país, segundo Lobato. Na seqüência, Serva faz um exercício imaginativo com o leitor: como seria o tipo representativo, a síntese geral do brasileiro? A descrição em nada foge ao jeca lobatiano: “É certamente um caboclo analfabeto, rude, ignorante, inculto, vivendo indigentemente num rancho de palha, paupérrimo em meio à natureza mais rica e cujas aspirações se resumem no feijão, na viola e na cachaça”. O Jeca é reeditado com todos os matizes que lhe dera Lobato, em 1914.

É de Adalgiso Pereira o artigo “O grande opilado”, de 24 de junho de 1918, texto em que compara o desenvolvimento de Minas Gerais com o Rio Grande do Sul, na verdade, mais um estudo de Belisário Penna, o qual “lança mão de um expediente que não dá margem a sofisticções: o de confrontar a situação geral do Rio Grande do Sul, onde impera a saúde, com a de Minas, onde reina a doença”. Com este contraste, o autor apresenta estatísticas demonstrando como a arrecadação dos dois estados se diferenciavam, mediante a baixa produtiva da unidade do sudeste. Eram municípios de pilhéria, os mineiros, segundo Pereira, “mas de pilhéria trágica!”, porque os valores de um povo iriam água abaixo pelo dessanguamento da sua economia, “em

benefício de algumas dezenas de coronelões analfabetos, cuja preocupação exclusiva consiste na conservação a todo o transe do ridículo penacho”.

Num quadro tenebroso de pobreza, os salários também eram os mais baixos. Por quê? Pergunta retórica que o texto responde em relação ao sul: “porque ali é muito mais produtivo o trabalho”, e assim seria, porque o sulista tinha excelente alimentação e saúde, aspectos ausentes do mineiro. Acusa-se, ainda, o governo de Minas de ter fugido aos compromissos do Convênio de Taubaté, o que sobrecarregaria ainda mais o produtor de café daquela região. Como que o povo poderia reagir? De um lado as doenças, de outro, os políticos: “Como reagir, se, de um lado, lhe sugam a vitalidade o impaludismo, a ancilostomose, a moléstia de Chagas; do outro, tão nocivos como esses flagelos, os insaciáveis hematófagos da politicalha triunfante?”.

Os exemplos não indicam que n’*O Estado* os intelectuais se colocavam contra qualquer manifestação cultural não balizada pelas ciências naturais. Ao contrário, divulgavam e valorizavam as realizações culturais urbanas, inclusive abrindo espaço para instituições envolvidas com a educação e cultura. Sob a epígrafe da Sociedade de Cultura Artística, por exemplo, lê-se texto intitulado “Tobias Barreto”, ocupando a maior parte da terceira página da edição de 23 de dezembro de 1914. É uma transcrição de conferência realizada no dia anterior, 22 de dezembro: “A Sociedade de Cultura Artística é uma evocadora do passado literário. Obedecendo ao seu chamado venho dizer sobre a mensagem de Tobias Barreto”.

Quem fora Tobias Barreto³²? Responde o artigo: “Trata-se de uma personalidade complexa de poeta, escritor e polemista; crítico, jurista e filósofo, e a quem, sem embargo de seus dons variados, ou talvez por isso, as honras e o pão escassearam”. Explica-se a penúria do poeta: “Talvez por isso. As sociedades incipientes, as civilizações embrionárias não comportam culminâncias. São vozes no deserto; sons que passam sem ouvido onde ressoem; luzes que as trevas não compreendem. Seres mal adaptados que levantaram o vôo num ambiente de

³² A página do sítio educativo da UOL, registra o verbete “Tobias Barreto” segundo a *Enciclopédia Mirador*: “Eclético e espiritualista de 1861 a 1868, como comprovam alguns ensaios seus desse último ano, rompe Tobias Barreto com essas doutrinas no ano seguinte, sob a influência do positivismo de [Comte](#) e Littré. Mas não se demora no positivismo comtista, deixando-se empolgar pelas teorias de [Darwin](#) e Haeckel. Monista, evolucionista, de certa forma agnóstico, não chega contudo a perder a fé em Deus, embora negue à teologia e à teodiceia a categoria de ciências, o que lhe valeu sérias polêmicas com padres e outros representantes do pensamento católico. Tobias Barreto prega uma nova metafísica, baseada na experiência e na necessidade da religião para o homem”. UOL EDUCAÇÃO. Biografias. Tobias Barreto. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/tobias-barreto.jhtm>>. Acesso em: 08 jun. 2009.

reptantes”. As palavras do texto aproximam-se da literatura, estilizadas de modo a comprovar a intelectualidade brilhante de Barreto – “Porque lhe foi escasso o pão, a caridade o socorreu em seus últimos dias. Isso dizendo, tenho dito o episódio saliente de sua vida e já lhe ponho à margem a biografia, quase incolor nesse esforço inútil de levantar o nível intelectual de seu tempo”. Para comprovar o quanto o poeta era profícuo, registram-se no corpo da matéria alguns poemas, seguidos de análises interpretativas.

Enveredando pelo terreno da arte, a exposição de José Wasth Rodrigues, evento ao qual Lobato dedicara o artigo “A propósito de Wasth Rodrigues” (09/01/1916), publica-se em 16 de janeiro de 1916 matéria na seção “Artes e Artistas”, na quarta página daquele dia. O texto afirma dar continuidade à visita da exposição do pintor. Cita os quadros “A paisagem” e “Cozinha antiga”, analisando seus elementos constitutivos. Enaltece o pintor, afirmando que “ainda aqui se mostra Wasth Rodrigues exímio na perspectiva aérea; mas esse trabalho demonstra também a opulência da palheta do pintor paulista, principalmente na parte do fundo em que o artista reproduz uma velha chaminé”, sobre a qual se destacam vasos e artefatos de diversas formas e materiais – “toda essa parte é um pedaço de boa pintura pastosa e gorda, sentida e magistralmente posta na tela”. Levando o olhar do leitor para a “parede fronteira”, aborda as paisagens européias do artista.

Embora o intuito seja dar apenas ligeira impressão, afirma-se no texto, o crítico detém-se sobre o quadro “Estudo da feira”. A respeito dessa obra, a frase é elogiosa: “o pintor paulista atinge aqui o máximo da sua técnica, conseguindo apanhar, em flagrante, com uma segurança notável, uma movimentada cena da vida parisiense, em que numerosas figuras se movem rapidamente numa agitação festiva”. É uma feliz composição do primeiro plano, o que bastaria para indicar o valor do artista. Mas, “todo o quadro está igualmente executado, com franqueza”.

Na seqüência, o artigo remete o leitor a texto anterior, ou textos, anteriormente publicados na folha, por ocasião da partida do pintor para a Europa, com subvenção do Estado. Retoma, então, o que Lobato havia defendido no artigo sobre Wasth, isto é, a idéia de que, antes da Europa, o artista tivesse estadia na Escola Nacional de Belas Artes do Rio, “como educação preparatória para os centros artísticos do Velho Mundo e como meio de evitar a completa desnacionalização do artista, atirado subitamente da sua pequena cidade natal num grande meio europeu”.

Apesar de Wash Rodrigues não se ter deixado “desnacionalizar”, o comentário continuaria válido. No ponto em que estava o artista, necessário era continuar com o subsídio, apesar dos recursos mais restritos. “O Estado que protegeu Wash Rodrigues está na obrigação de ampará-lo agora, momento decisivo de sua carreira artística. Abandoná-lo será uma injustiça; injustiça cruel que atinge às raias da ininteligência”. Investir no pintor era a certeza de formação de um bom artista. A saída seria alterar o formato de distribuição e manutenção do pensionato; ou dividir igualmente entre todos os contemplados recursos que permitissem a continuidade dos estudos, ou realizar concurso para os candidatos à pensão, “com normas severas e julgamento insuspeito”. Concurso público, sem indicação de partidários dentro do governo.

Enfim, “seja qual for a solução governista, não acreditamos que ele sacrifique o belo talento de Wash Rodrigues a uma economia ridícula de algumas centenas de francos ou a pequeninos interesses pessoais em jogo na utilização da verba do pensionato”. O texto, sem assinatura, não é editorial, porém, não se resguarda para evitar ser uma opinião d’*O Estado*; caso fosse essa a preocupação, não deixaria marcas tão evidentes de “nossa” opinião: “Folgamos em registrá-lo agora, tanto mais que por ocasião da sua partida para a Europa, como pensionista, reconhecendo embora o seu valor fora do comum, sustentamos a conveniência de fazê-lo passar antes pela escola do Rio”.

Da mesma forma, o jornal comenta a exposição do casal Lucílio e Georgina Albuquerque em matéria de 29 de fevereiro de 1916, à quarta página, na coluna “Artes e Artistas”. “É cada vez mais vivo o interesse do nosso público pela exposição do reputado pintor Lucílio de Albuquerque, professor da Escola Nacional de Belas Artes, e de sua exma. esposa a distinta paulista d. Georgina de Albuquerque”. De acordo com o jornal, o pintor trouxera para a exposição, além de várias paisagens, dois grandes quadros: “Mãe preta” e “Sóis-mares”. Descrevem-se, então, os quadros, realizando-se análise crítica de seus elementos. Sobre o primeiro, o veredicto é o seguinte: “A figura está admiravelmente desenhada e numa ‘pose’ magistralmente conseguida, fazendo vergar ao peso do corpo a rede esticada nos ganchos”.

Mais: “Se acrescentarmos que a fatura é de mestre, a cor justa, a figura perfeitamente ambientada e que no rosto se concentra a expressão de pensamentos distantes que os olhos parecem acompanhar, concluiremos que a obra honra o conceituado artista” e, para enaltecimento geral, “a arte brasileira”. Quanto ao segundo, que não é inferior, afirma-se que é “um quadro

simbólico, tal é o espírito de síntese que presidiu a sua composição e a simplicidade intencional com que foi executado. É digno de um museu”.

A cara metade do pintor, D. Georgina de Albuquerque, não seria inferior ao marido. Ressalta-se o quadro “Bolhas de sabão” como uma fatura “muito espontânea e larga”. Mas é com uma bela paisagem – o crítico aqui se declara sem condições de citar o número da tela ou nome da obra – em que aparecem grupos de árvores, rios, colinas distantes, que a pintora demonstra seu melhor talento. “Tudo denota neste quadro uma observação acurada, uma sensibilidade nada vulgar e uma técnica primorosa”. Além disso, a pintora também é excelente aquarelista. Encerrando a matéria, no último parágrafo, o texto indica personalidades que estiveram na galeria. Nomes e sobrenomes da alta sociedade paulistana das primeiras décadas do século XX. O obra do casal seria objeto de análise por Lobato três anos depois, em 25 de fevereiro de 1919, por ocasião de exposição realizada em São Paulo. Nesse artigo, o escritor desenvolveria muitas das idéias anunciadas brevemente na matéria de 1916: desenho, cor, natureza brasileira, arte nacional.

Diante dessas matérias, é possível afirmar que as escolhas temáticas do jornal, a pauta, manifestava-se como ênfase na ciência e em seus benefícios para a vida humana em geral; credibilidade ao desenvolvimento de recursos científicos para progresso da economia brasileira; educação em massa por meio da informação; ensino voltado para a mão de obra técnica; literatura e artes sem ranços bacharelescos. Quanto à linguagem, embora cada autor fizesse uso de seu “estilo pessoal”, como defendia Lobato, a ironia foi uma das armas mais colocadas em campo pela folha.

Um artigo de 29 de novembro de 1916, por exemplo, publicado à terceira página, assinado por “S.”, “Mal sem remédio” – seção “O que há de novo” – resume-se assim: “Em torno da situação do Amazonas – O parecer do sr. Mello Franco e a providência do arquivamento – O voto em separado do sr. Prudente de Moraes – A conclusão do sr. Moacyr – Decisão que nada decide”. Como se nota pela última frase, o articulista anuncia desde o início sua visão mais criteriosa sobre o debate político em questão.

Segundo o autor, o problema da situação constitucional do Amazonas como unidade da federação “produziu, em debates parlamentares, muito mais do que prometia”, ainda “proporcionou, além disso, pelo valor dos oradores que levou à tribuna, duas sessões muito interessantes e animadas”. Podem-se entender os dois últimos termos não como elogios, antes como depreciação: “O sr. Barbosa Lima, como o sr. Pedro Moacyr, fizeram uma crítica muito

oportuna do estranho parecer com que aquela ilustre comissão entende pôr um remate à questão”. Narrando alguns fatos do caso e ironizando as atitudes dos parlamentares, “S.” não poupa nem situação nem oposição do ridículo e da incompetência.

Uma atuação jornalística comum a Lobato, típico de escritores que se mostravam ao público como corajosos defensores da verdade, ainda que isso significasse citar nominalmente este ou aquele político, artista ou intelectual, sem reservas. Ou melhor, com reservas: os ataques também mostravam-se, obviamente, coesos com as diretrizes ideológicas do jornal. Os comentários pessoais de Lobato sobre a sisudez d’*O Estado* possivelmente estivessem mais no âmbito da polidez da linguagem que em relação a ataques e defesas mais acaloradas sobre temas considerados relevantes.

Afinal, como se explicariam respostas tão diretas a questões públicas como aquelas produzidas por Lobato serem divulgadas em páginas tão sérias, como as d’*O Estado*, se este não permitisse nenhum tipo de posicionamento mais exaltado? Há de se pensar também na adequação do ataque aos interesses d’*O Estado*, o que abre mais uma vertente de pesquisa sobre a relação interna dos membros do grupo. Enquanto não se tem acesso de modo mais pertinente a essas vozes, é importante, em primeiro lugar, reconhecer como os artigos de Lobato colaboravam para a fatura geral do periódico.

4.2. A fisiologia dos artigos lobatianos

“Entre duas crises” (30/10/1913), primeiro artigo publicado em *O Estado de S. Paulo*, traz ao leitor as crises econômicas enfrentadas pelo país. Para explicar o processo, Lobato traduz as questões financeiras por imagens do corpo humano: “ ‘Enriqueceu-se à larga’ – da riqueza balofa dos encilhamentos, a qual está para a verdadeira riqueza como, no indivíduo, a gordura natural para a inchação doentia.”

O funcionamento do corpo humano, sua fisiologia, oferecem ao escritor uma forma de se fazer compreendido pela massa de leitores, possivelmente também confusos com os termos técnicos de uma economia em efervescente crise: “Os bancos, aparelhos reguladores da circulação, multiplicadores da moeda, emissores da moeda-crédito, fogem à sua missão repentinamente, trancam os postigos, escorraçam o freguês que só ali poderia encontrar a

salvação”. Soando a hora terrível do liquidar, “a fauna da prosperidade – empresa, companhia, casa, firmas individuais – nascida e crescida nos dias de plethora como produtos lógicos e espontâneos da inflação do crédito e por ele vitalizados ficticiamente”, adoece, “suprimindo-se-lhe o elemento vital, cessando portanto a hematose do sangue operada pelas correntes do oxigênio-crédito”.

As referências ao mundo natural, ao funcionamento do corpo humano, bem como a valorização do saber científico são características perceptíveis nos artigos produzidos entre 1913 e 1923.

Se não o mais conhecido, ao menos um dos mais citados, o artigo “Uma velha praga” (12/11/1914) marca-se pela metáfora do caboclo como uma praga na roça. Embora se possa entender como velha praga a prática das queimadas, o parasita nomeado explicitamente não é o fogo, mas seu causador. A metáfora de Lobato serve oportunamente ao rebaixamento do caboclo, do Jeca improdutivo, comparando-o a um piolho da terra, mais especificamente ao *sarcoptes mutans*, conhecida doença das pernas das aves; mas para o caso, seria mais conveniente classificá-lo como *porrigo decalvans*, parasita causador da calvície. Isso porque onde quer que o caboclo aparecesse iria a terra “despojando de sua coma vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalvada”.

No texto, frisa-se bem quem é a praga: “este funesto parasita é o caboclo, espécie de homem baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela, na sua penumbra”.

Em “Urupês” (23/12/1914), reedita-se a figura do caboclo inepto para qualquer trabalho na versão de indígena brasileiro: “contrapôs-lhe a cruel etnologia do sertanista um selvagem real, feio e brutesco, anguloso e covarde, traiçoeiro e ruim, tão incapaz muscularmente de arrancar uma palmeira, como incapaz moralmente de amar Ceci”.

Mas o pior da raça, ou da espécie, está na involução do homem representado pelo cruzamento, “metida de permeio entre o europeu transplantado, criador de artes e indústrias, e o selvagem de taboinhas no beijo, uma existe a vegetar de cócoras, insensível ao evoluir circunvolvente”. Nada o poria de pé, declara o artigo. Nem mesmo os lances mais importantes da história nacional, a independência ou a proclamação de uma república não representavam coisa alguma ao caboclo.

A metáfora do parasita dá o mote do texto, pois, “quando Jeca Tatu piraquara do Paraíba e maravilhoso epítome de carne onde se resumem todos os caracteres típicos da raça”, fala com o fazendeiro, tem necessariamente de se acocorar. Explicação para isso? Possivelmente o meio ambiente, não haveria outro elemento que explicasse tamanha diferenciação entre os homens.

Aliás, é importante notar que entre o artigo de 1914 e a série de textos publicados posteriormente como *Problema vital* (1918), existe uma estreita correspondência entre o que Lobato aponta como causa do fracasso da espécie humana no Jeca – a mandioca, o milho e a cana – produtos para os quais o mínimo esforço permitia que deles se sustentasse, e seu esclarecimento a respeito da pobreza dos trópicos, como se lê em “Saneamento e higiene – as novas possibilidades das zonas cálidas” (03/06/1918). “O problema põe-se nestes termos: é nas zonas tropicais que a vida, já animal, já vegetal, evolve para as formas mais altas. Esta regra, entretanto, falha com relação ao homem”.

A justificativa estaria não no proveito tirado dos alimentos citados em 1914, mas na falta de resistência desse homem, nem índio, nem branco, nem negro, aos parasitas do novo continente. Apesar do vocabulário científico, é visível que os textos se distanciam justamente quanto à cientificidade do que dizem. No primeiro, o Jeca é julgado e condenado sem maiores reservas por sua preguiça e indolência. Em “Uma velha praga”, Lobato não poupa a família do sertanejo, parasitas igualmente: “Chegam silenciosamente, ele e a ‘sarcopta’ esposa, com um filhote ao peito, outro à aurela da saia, já de pito na boca e faca à cinta”. O caboclo é, efetivamente, rebaixado a um estado de sub-raça, “o caboclo é uma quantidade negativa”. Era coerente, portanto, que em “Urupês” a idéia fosse reforçada via comparação: “O vigor das raças humanas está na razão inversa da hostilidade ambiente. Se o holandês extraiu a Holanda, essa jóia do esforço, de um brejo salgado, à força de estacas e diques, é que nada ali o favorecia”.

Para corroborar seu ponto de vista, Lobato busca acertar o cerne de uma das bases de organização da vida cotidiana da população mais pobre, o “saber popular”. Aquilo que não vinha chancelado pelo laboratório, não serviria para ninguém. A descrição de como os caboclos tratam dos doentes evidencia isso:

Doenças haja que remédios não faltam.

Para bronquites é um porrete cuspir o doente na boca de um peixe vivo e soltá-lo: o mal vai-se com ele água abaixo. Para “quebranto dos ossos” já não é tão simples a medicação. Tomam-se três contas de rosário de capiá, três brotos

de alecrim, três de lima de bico, três folhas de palma benta, três galinhos de arruda, três ovos de pata preta “com a casca” (sem ela desanda) e um saquinho de picumam; meta-se tudo numa gamela d’água e banhe-se o doente fazendo-o tragar preliminarmente três goles de zurrapa. É infalível. O específico da brotoeja consiste em cozimento de beijo de pote, para lavagens, (razão de só se encontrarem na roça potes esbeçados). Ainda há aí um pormenor de monta: é mister que antes de usar o banho a mãe do doente molhe nele a ponta da sua trança. As brotoejas saram como de encanto.

Os costumes ou as tradições são colocados em descrédito por meio do ridículo: “todos os volumes do Larousse não bastariam para catalogar suas crendices, e como não há linhas divisórias entre esta epilepsia imaginativa e a religião confundem-se ambas em terrível anastomose”. Para convencer o leitor, era preciso romper com as idéias mais comuns sobre a legitimidade do “ser brasileiro”. Uma identidade que, pensada de determinado modo até ali – o modo idealizado, acusava Lobato – deveria ceder espaço à verdade do que era o brasileiro.

Assim, em “Urupês”, antes de usar a metáfora do fungo como imagem do sub-homem de cócoras a modorrar, Lobato ataca as representações mais pertinentes ao leitor comum: a comida, o vestuário, a modinha brasileira. “Dirão: e a modinha brasileira? A modinha como as demais manifestações de arte popular é obra exclusiva do mulato, no qual borbulha o sangue europeu, rico de atavismos estéticos, sobre a imprimadura selvagem, alegre e sã do negro”. O caboclo não teria alegria, ser soturno que não cantaria senão rezas lúgubres; não dançaria senão o batuque monótono; não esculpiria o cabo das facas como o Rabila, não comporia suas canções como o felá no Nilo: “triste como o curiango, nem sequer assobia”.

No evoluir da espécie, Jeca também era uma quantidade negativa. Não trazia em si, como se vê, nem traços remotos de energia selvagem nem habilidades mais simples do homem das cavernas. Lobato, porém, tentaria recuperar o caboclo por dentro. Primeiro, não com remédios, mas com a descoberta do que seria legitimamente brasileiro, em contraposição às influências exteriores, principalmente francesas.

Espaço geográfico, miséria e identidade nacional

Para tratar do ideário característico do Brasil, “Como se formam lendas” (16/02/1915) tenta explicar ao leitor o surgimento das lendas. Para executar seu intento, a figura da semente brotando aparece para socorrer o escritor: as primeiras manifestações da civilização no planalto asiático haviam saído de uma “seiva eterna”, um “cotilédone” de onde, infelizmente, explodia no momento “suprema floração de sangue”. Bebendo no lendário heleno, o “velho tronco” nunca cessou de “rebentar vergôntes, viçosas nas Renascenças, bichadas nas Decadências”. A poesia em terras americanas, onde a natureza virginal induziria o fazer poético “de uma arte autóctone sem placentas no acervo clássico não se forra de tecer florituras e farfalhar variações sobre os velhos temas lendários gisados na pátria do Ritmo”.

Somente terreno fértil poderia produzir cultura como a grega: “Lá no ubertoso alfobre se geraram na ação lenta do polipeiro entorno dum ponto de pega inicial”. O texto continua com outra metáfora, o pólipó: “Como no polipeiro, pelo vagaroso acamar dos exudados calcários emergem do oceano grandes liames de coral, os exudados poéticos da imaginação coletiva se vão consolidando nas grandes lendas da humanidade, catedrais de vidro, sonho que se chamam Olimpo, Niebelungen, ou Vedas”. O povo, ao se apropriar dessas imagens lendárias, faz o papel de uma “árvore de coral” que dissemina pela terra pedacinhos de si mesmo. Processo possível apenas em seres humanos mais evoluídos.

Contudo, o artigo posterior deixa aflorar uma voz muito mais crítica em relação à humanidade, entendendo-se esta justamente como a humanidade mais evoluída. Um ataque, em boa medida, à própria racionalidade e civilidade, conceitos que se traíam diante da realidade vivenciada pelo escritor. Para alcançar a ironia do artigo, a fisiologia daria contribuição importante para o texto publicado na primeira quinzena de abril, “A hostefagia” (11/04/1915). Com o intuito certo de surpreender o leitor com uma tese original, pelo menos ao senso comum dos cidadãos bombardeados dia a dia com as atrocidades do conflito na Europa, o artigo inicia-se com uma versão da história da guerra, a que colocaria Caim como o primeiro homicida. A partir daí, o texto leva o leitor por uma argumentação na qual encontra a defesa de que o herói guerreiro é o verdadeiro herói. Tão importante que diante dele, o homem de ciência desapareceria. “Onde a estátua, ou lápide sequer comemorativa do inventor do tear? Desse, a cujas noites de insônia

alternadas a dias de labor paciente deve a frágil nudez do corpo humano os tecidos que a resguardam da hostilidade ambiente, quem lhe venera o nome?”

Mas o herói bélico por todos é conhecido, até mesmo pelas crianças da escola, que não esquecem de seu nome. E se não pode vencê-la em importância, a ciência contribuiria com a guerra de modo eficiente: a guerra atual mostrava como era “compatível com a civilização” e dela sofria “influxos unicamente no sentido de modificar-se por influência das maravilhas saídas do laboratório, nunca, porém, de extinguir-se”. Seria a evolução, consequência natural do desenvolvimento da espécie. Para brasileiros desacostumados com o trabalho guerreiro, o domínio seria consequência inevitável: “A nós brasileiros nada escasseia mais que o sentimento belicoso. O pacifismo edulcorado da alma nacional é pura covardia num planeta destes. Talvez ali na Lua conviesse tal meiguice de ovelhas”. Não só ovelhas, “boi de corte” em direção ao abate.

Programa salutar ao Brasil seria despertar sua belacidade. “Espicaçá-lo, espertá-lo, alimentá-lo, criar a ebriedade coletiva dos fortes, arrastá-lo à luta seria um programa de gênio ao ditador-estatutário que se apossasse deste inerme massa cósmica social, tão plástica” e a levasse ao auge como raça guerreira. Certamente o leitor mais atento poderia, ao meio do texto, desconfiar das assertivas lobatianas. Para quem se mostrara indignado com o conflito em artigos anteriores, como poderia, Monteiro Lobato, defender a prática bélica? O escritor permite que seu artigo deixe colocações, no mínimo, incômodas aos defensores da paz: as futuras gerações teriam ao seu lado todo o aparato tecnológico providenciado pela ciência. No que tenha acertado o texto quanto ao futuro, a fisiologia surge como a justificativa do título inusitado: “A parte relativa ao suprimento de víveres é suscetível de imensa transformação, e vencerá o melhor serviço de intendência”.

Citando Wells, lembra-se dos Morlocks, consumidores das carnes tenras dos doces Eloés, criados com toda sorte de luxo para manterem a perfeita saúde de seus corpos. O raciocínio se completa: por que não a antropofagia como saída ao problema de alimentação dos exércitos? Cientificamente, seria prática justificada. Lobato, então, relaciona o saber científico a desenvolvimento – “Progredir: é conhecer, alcançar, ‘ter consciência’, de quanto a alma humana já nos tempos mais remotos sabia ‘de instinto’, isto é, inconscientemente. Ora, uma antropofagia consciente não destoa deste conceito”. O problema estaria somente na palavra, pois a ciência já comprovara que os músculos humanos eram compostos de “fibrina, caseína, graxas, albumina,

fosfatos, etc., e seria assim tanto no boi como no homem”. Sob o ponto de vista da química, não se justificaria o velho preconceito. Bastaria organizar o serviço escolar para formar mentes habituadas com a nova idéia, bem como organizar adequadamente o serviço de açougue para os novos confrontos bélicos. A ironia do texto se faz, assim, pela oposição entre a lógica científica e os valores morais frente à realidade de uma guerra em grande escala: “Já o homem se afez, por um longo ‘training’, a outras idéias fecundas: o saque, o incêndio, a carnagem do não combatente, a violação das mulheres; está preparado, pois, para a hostefagia que tem a seu favor, além do mais, a química e a lógica”.

“Cidades mortas” (28/02/2916), por sua vez, tem no próprio título a referência ao mundo biológico. “Uberdade nativa do solo”, “reiterada sucção de uma seiva não recomposta”, “ossaturas de megatério” – os elementos de uma cidade viva, ativa pelo plantio do café, perdem o vigor pela decadência econômica, acabando em vilas destituídas de qualquer vigor social. Explica o artigo: “A nossa gente não vinga prosperar senão onde uma vitalidade prodigiosa poreja do húmus negro da terra virgem como o fumegar quente de uma rês carneada de fresco”. Caso contrário, o abandono do local: “Em sendo mister lutar contra a avareza crescente do solo, refazer-lhe a fertilidade anemiada, criar fontes novas de riqueza, diversas das costumeiras, o homem fraqueja, coça a cabeça, e, se forte, emigra, se fraco, tomba em modorra para logo atolar na miséria”. As casas abandonadas são ossaturas de megatério, “de onde as carnes, o sangue, a vida se hão desertado”. A ligação com o mundo era feita pelo “cordão umbilical” do correio.

Conseqüência do descaso com a manutenção do solo – o que lembra os artigos de 1914 – o café passou pelos campos como um Átila, sugando toda a seiva, “e sob forma de grão ensacada, e expedida para fora; mas do ouro recebido em troca nem uma oitava permaneceu ali empregada em restaurar o torrão”. Embora não sejam o foco do texto, os caboclos retornam ao palco, metaforizados em vida vegetal: “Os agregados, dispersos. Subsiste, como lagartixa na pedra, um pugilo de caboclos amarelos, bebéricos, de esclética biliosa, inermes, incapazes de fecundar a terra, incapazes de abandonar a querência, verdadeiros vegetais de carne, que não florescem, nem frutificam”, enfim: “fauna cadavérica de última fase, roem os derradeiros capões de café escondidos nas grotas”.

A corrente sanguínea seria imagem adequada para comentar a questão do transporte no Brasil, como se vê em “Estradas” (02/04/1921). “Tomem um doente de opilação, malárico, analfabeto e enriqueçam-no: ele cura-se e instrui-se”. As estradas de rodagem seriam, pois, o

aparelho circulatório do país: “O aparelho circulatório de um país, entretanto, pede ao lado da via-férrea uma rede auxiliar de estradas de rodagem, arteriolas inumeráveis que alimentam de sangue as artérias mestras. Sem este complemento não se consolida a riqueza pública e as vias férreas acabam por morrer de inanição”. Quantas estariam a apodrecer por falta de “seiva”? Elemento que só poderia chegar por meio dos capilares da nação, as rodovias. Se as estradas foram tema recorrente em textos de Lobato – assunto que permeia correspondências, artigos, prefácios – é importante notar também que o desenvolvimento científico poderia contribuir, na visão do autor, para resolver dilemas mais substanciais da economia brasileira.

Mesmo antes da série de 1918, a respeito das endemias que atacavam a população brasileira, o escritor abordara o problema da alimentação no Brasil, relacionando, mais uma vez, o subdesenvolvimento nacional com as mazelas da nutrição, bem como a ciência à possibilidade de vitória racial. Analisando a obra de Alberto Torres, *Problema nacional*, Lobato escreve artigo cujo título é quase homônimo: “O ‘Problema nacional’ ” (26/05/1915), no qual se opõe às idéias centrais da obra: “quanto mais sensato e inteligente um povo tanto menos capaz de progresso — conceito desnorteador e colidante com os mais vulgares truísmos correntes, mas único a ressaltar ao cabo da leitura do ‘Problema Nacional’ ”. Para se contrapor à obra comentada na imprensa, Lobato faz uso da legitimidade da ciência, inclusive como contestação à crítica de que o modo de enriquecimento do Estado de São Paulo iria trazer sérios prejuízos sociais e econômicos ao Brasil: “a estes compridos períodos cumpre objetar que a noção mais lata de progresso, a uma luz rigorosamente científica, é a que o define como adaptação ao meio. Nas sociedades esta adaptação se opera por meio da riqueza”. Logicamente, para o autor, “quanto mais enriquece um povo, mais progride, porque melhor se adapta ao meio pela vitória sobre as hostilidades naturais”.

Mantendo a linha de raciocínio, a riqueza não existiria por si mesma. “Os sais componentes da fertilidade de um torrão entram a constituir riqueza no momento em que, transformados em produtos comerciais, tornam-se objetos de troca”. Para comprovar o que afirma, enumera substâncias e expõe, segundo seu ponto de vista, a incoerência de Alberto Torres: “Há transformação unicamente. O café transformou uma colossal quantidade de azoto, potassa, fosfatos, carbono, etc., armazenados na terra e no ar, em prédios, estradas de ferro, capital amodado, indústrias, melhoramentos materiais de toda ordem”.

O conhecimento técnico e científico como solução

Alimento do alimento: a denúncia do descaso com o solo já estava feita desde de 1914. Porém, em “A conquista do nitrogênio” (15/01/1916), nota-se um crítico entusiasmado com a oportunidade do mundo ocidental vencer suas carestias pelo evoluir das pesquisas sobre a nitrogação do solo. A mesma ciência, assim, que podia contribuir com a luta armada, era vista por Lobato como a portadora da verdade, trazendo, por isso, soluções efetivas para a civilização. Ou por que não haveria mesmo outra forma de conceber o mundo, para o autor, a não ser por uma visão engendrada por parâmetros da ciência de seu tempo.

O artigo, tal como o título indica, aborda exclusivamente a questão do nitrogênio e sua presença como elemento primordial para o bom desenvolvimento das lavouras. “Terra dosada com rigor de todos os elementos químicos que a análise demonstra entrar na composição de uma planta, não a nutria a contento. Algo de imponderável escapava à balança”. Mas, o laboratório desvendou o caso – “E o estudo da nutrição vegetal envereda por diretrizes novas, já prenunciadas como fecundíssimas em conseqüências de bom auspício”. Narrando a descoberta de um cientista americano, o texto, antes, faz menção ao papel dos cientistas na humanidade; papel que, ao contrário de “A hostefagia”, de 1915, era o do verdadeiro e real herói: “As maiores revoluções da humanidade não são obra das chacinas tremendas que romanceiam de páginas vermelhas a História, mas duma aparentemente ingênua descoberta científica, operada as mais das vezes pelo acaso, no remanso de um gabinete humilde de humilde sábio”. O entusiasmo de Lobato para com a revelação de uma bactéria captadora de nitrogênio mostra-se na perspectiva apresentada de solução para baixos rendimentos de lavouras dos países pobres como o Brasil. Conclama a “Praia Vermelha”, isto é, a secretaria responsável pelo setor da agricultura, a olhar o método como alternativa viável à produtividade de grãos; denuncia a burocracia emperrante e os altos impostos pagos pelos agricultores; demonstra como a produção brasileira é miserável, desamparada de qualquer benefício por parte do governo.

Outra solução para a produtividade nacional aparece em “Os subprodutos do café” (29/11/1916), texto em que a ciência mais uma vez acena com possibilidades de ressurreição econômica do Brasil. De acordo com o texto, estariam perdidas, em média, 40 milhões de arrobas de palha do café por safra. Após elogiar o químico Pedro Baptista de Andrade por seu trabalho e valor moral, afirma que o pesquisador conseguira extrair álcool, manita e cafeína da palha do

café: “eis, na sucinta desnudez dos dados positivos, os resultados que o laborioso sábio alcançou. É, como se vê, um rasgar perspectivas novas, amplíssimas, à riqueza cafeeira”. A modernidade, então, seria marcada pela química, afinal, tudo se faria por meio dela. “Penetrando no âmago da matéria desfá-la nos seus íntimos componentes, e, senhora destes em liberdade atômica, pela síntese a recompõe em formas novas, ao sabor das proteiformes exigências da civilização. Valem os povos pelo valor da sua química”. O argumento de Lobato se baseia nos próprios fatos conhecidos por todos, pois a ciência é que permitia o arranque germânico contra Inglaterra e França. Dos laboratórios é que viriam as vitórias militares, as conquistas mais importantes.

Além do café, o químico também estudara o caso da laranja. “O aproveitamento integral da laranja” (13/12/1916), registra exemplo de uma série de estudos químico-industriais de Andrade. Para explicar a importância da fruta, Lobato inicialmente expõe a abundância da espécie em território nacional, bem como sua resistência: “Quatro inimigos mortais – dão-se mãos para esmagá-la – a formiga, a erva de passarinho, a broca e a incúria do homem”.

Para comprovar a resistência da planta, afirma que “nas taperas antigas onde é já tudo morto de quanto o homem plantou ou construiu, só as velhas laranjeiras sobrevivem, ocultas na maranha retrançada da ‘erva’. E à sombra do dossel maldito da parasita tentacular, que lhe rouba a seiva e intercepta o sol, ela ocultamente frutifica”. Embora trate da força da laranjeira mesmo quando atacada por trepadeiras parasitas, no começo do parágrafo, o “homem” citado, isto é, o homem do campo, lembra ao leitor, ainda que com imagem bem mais tênue, o exemplar humano que “vegeta” de cócoras em “Uma velha praga”. No artigo de 1914, o autor aponta a precariedade das instalações do caboclo, sendo a ausência de uma fruta tão comum e tão resistente como a laranja índice dessa falta de qualquer iniciativa: “A terra reabsorve as frágeis matérias da choça e como nem sequer uma laranjeira foi plantada, nada mais lembra a passagem do Manuel Peroba, Chico Marimbondo, Jeca Tatu e outros sons ignaros de dolorosa memória, à natureza convizinha”.

Com tal resistência, bastaria ao homem apenas libertá-la das plantas parasitas, nada mais: “Se neste estado de miséria vital o homem intervém e a liberta do bloqueio, com que esplendor revixa a mais sovada laranjeira! Em virtude de tão preciosas qualidades a laranja é a nossa grande fruta nacional” – menos para o Jeca, pode-se deduzir, que não era capaz sequer de cortar o cipóal em torno de árvore cuja produção poderia lhe garantir o sustento. Mais uma vez, portanto, Lobato vislumbra, em meio ao caos econômico e às restrições inerentes a um país pobre em relação ao

desenvolvimento comercial, uma solução viável baseando-se no que aqui já se produzia, no que o homem comum tinha à mão, no que o caboclo, miserável, improdutivo, podia retirar do solo se quisesse. Mas os efeitos não seriam somente financeiros.

Questões de saúde pública acodem ao texto. Dar vinho de laranja à massa é evitar o consumo da cachaça, mal que intoxica e abate o vigor do homem brasileiro. O vinho, “dá-no-lo a laranja como também a jabuticaba. Estas duas frutas estão para nós, em matéria vinícola, como a uva está para o Velho Mundo”. No dia em que isso fosse compreendido, o povo estaria liberto da “repugnante cachaça”. “O vinho entrará por muito nessa restauração racial. E o vinho só poderá vir duma fruta selvagem como a laranja”.

Para resgatar racialmente o homem nacional, seria preciso a ciência, o conhecimento do laboratório, a escola. Em três artigos de 1917, Lobato trata do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Embora os textos abordem questões estéticas ou artísticas, destacam-se considerações sobre o processo educativo da escola. No primeiro da série, de primeiro de janeiro de 1917, o sucesso da escola é apontado como consequência da seriedade do empreendimento, nascido em 1873 de um grupo de “homens de boa vontade”, com o nome de Escola Propagadora de Instrução. Como se percebe no título da gênese do Liceu, a função era contribuir para a instrução da população cujo analfabetismo ainda era preponderante, e para a qual o conhecimento científico era pouco comum.

A comparação com uma árvore é inevitável, pois as maiores instituições de ensino, os maiores negócios, deveriam seguir a marcha evolutiva – “os processos eternos que conduzem a humildade da semente à vitória da árvore madura”. A alma da grande oficina poderia ser sentida em seus laboratórios: “é vendo os laboratórios de onde tudo aquilo sai, o formigueiro de operários e aprendizes, a elevação mental e moral que lhes dá a boa direção, o apuramento das suas qualidades pessoais pelo estímulo da individualidade, cultivo da vocação e inteligente disciplinamento dela”. Os operários dali saídos seriam sementes de boa árvore, “todas ricas de vida latente, capazes de germinação e desenvolvimento”.

Ao apresentar a metodologia de estudo, percebe-se o entusiasmo do escritor: “o ensino obedece a um critério eminentemente prático e racional. Não há ali a pompa inútil dos programas que abrangem a esfera inteira dos conhecimentos humanos e que por isso mesmo só conseguem inocular nos alunos esse estado mental sintomático da instrução republicana”, qual seja, uma “ignorância enciclopédica”. No curso preliminar, os alunos aprenderiam a ler, escrever e contar,

ampliando-se a grade curricular até à geometria, geografia, história do Brasil e contabilidade. O curso geral de artes e ofícios proporcionava uma preparação com desenho geométrico e ornamental. Havia, na seqüência, um curso profissional no qual os alunos eram iniciados nas artes plásticas e gráficas, “na estucagem, modelagem, cerâmica, gravura, marcenaria, marchetaria, ebonistaria, escultura e entalhe de madeira, ourivesaria, joalheria, eletrotécnica e engenharia sanitária”.

O autor mostra-se consciente sobre sua comparação da árvore: “sempre o processo da árvore – insisto nesta comparação porque é justa – que ao sair dos cotilédones não predetermina de antemão o número de galhos que terá, nem marca dos ângulos de inserção, nem a espessura do tronco, nem o número de folhas, nem prefixa o minuto exato da florescência”. Porém ela vai se “dispondo ao sabor do meio envolvente, em função da terra, da topografia, do regime dos ventos, das variações atmosféricas, da luz que recebe dos inimigos noturnos”, até, enfim, “adquirir na maturidade o esplendor de um individualismo inconfundível dentro do mais absoluto respeito às leis fundamentais da espécie”.

Mas as coisas criadas pelo governo, ao contrário, eram árvores de presépio, “pintadas sempre do mesmo verde e incapazes de frutificação”. O sucesso do Liceu, reitera Lobato, estaria justamente na conformidade de evoluir segundo processos naturais. No outro extremo, como se lê no segundo artigo da série, sobre a exposição anual do Liceu (05/01/1917), o governo é naturalmente o parasita: “na vegetação seivosa com que o alienígena cria em nossa casa em estado ‘sui generis’ de civilização, nós, donos dela, com pouco mais contribuímos além do doutor – a orquídea, o funcionário público – o cipó, e o governo – o mata-pau”. É assim que nos artigos a respeito do estilo nacional, o escritor iria ter como parâmetro organizador de suas idéias a evolução artística como decorrência da obediência aos elementos naturais do meio.

Entretanto, as questões estéticas não absorvem completamente o articulista atento aos problemas nacionais mais prementes. Mais uma vez volta ao campo da alimentação com “O problema do trigo no Brasil, no mesmo ano (07/04/1917). Ao tratar do problema da falta de produção do grão em terras nacionais, Lobato relaciona a escassez do alimento com a precária robustez do homem brasileiro. “Sem o pão como base cat-energética do animal ‘homo’ nunca surgiu raça vivedoura, capaz de sobrevivência vitoriosa”. O brasileiro, pois, valeria menos que o português – “somos o português desmedrado por insuficiência de pão”. “Além desse baixo consumo de trigo no Brasil releva notar um fenômeno alimentar inverso à normalidade

perceptível nos demais povos. Aqui é o rico e é o homem das cidades quem consome o trigo importado”. O homem da roça alimentava-se de milho, feijão e mandioca, “produtos incapazes de beneficiar o organismo humano com a riqueza com que o faz o abençoado cereal”. A comparação entre sul e norte do Brasil é marcante segundo o escritor – os homens vigorosos, de boa cor, encorpados estariam no sul, “em contraste flagrante com o tipo cada vez mais exíguo do nortista todo cabeça”.

Experiências com outros animais demonstraram a variação rápida de uma mesma espécie sob condições alimentares diversas. Isso se aplicaria ao homem, “se ao nortista de hoje dermos um regime novo, baseado no trigo, na carne, no vinho, em poucas gerações ele ganhará a medida normal que esse regime tem proporcionado ao animal humano em todas as partes do mundo”. Longe de se questionar sobre as características próprias do homem adaptado aos desafios do nordeste, Lobato enxerga o brasileiro dessa região como alguém necessitado de alimentos para evoluir. “Comprar trigo em escala ascendente é comprar bons músculos, é adquirir rija vitalidade”. Só poderia fazer isso o Estado que tivesse melhores condições financeiras, como São Paulo. Após explicar ao leitor o problema da produção de trigo no Brasil, já finalizando o artigo, escreve: “para tais coisas é que ela, a ciência, existe, para vencer os óbices que a natureza antepõe ao homem na sua obra de adaptação ao meio”. E a ciência, respeitando as leis naturais, vinha fazendo isso: “não é pois pedir-lhe muito, pedir-lhe que nos resolva este problema vital”. Solver o problema, somente no laboratório – “só ela [a ciência] nos dará o remédio adequado; - do contrário o que nos resta é continuar a adquirir vida adquirindo trigo de fora”.

Apesar de, em 1918, iniciar sua presença na edição da manhã d’*O Estado* com a série sobre as endemias brasileiras, há um texto do conjunto que também focaliza a questão alimentícia do brasileiro. É “A fraude bromatológica” (14/04/1918). Lobato nele aponta o problema da saúde como também decorrente da falsificação de alimentos no Estado de São Paulo, “a grande indústria do momento é o veneno”. Veneno que podia ser comprovado pelo laboratório – “Quem interrogar os nossos laboratórios de análises químicas sairá deles descrente de tudo, e convencido de que só há uma solução: emigrar para a Lua”. Acusando as adulterações dos produtos, Lobato apela ao público para que se mobilize, afinal, é a saúde pública que sofre com os lucros aferidos por meio das misturas nocivas. Isso atinge também os remédios: “iodofórmio adulterado com flor de enxofre. Emetina fabricada com sais de quina. Quinino e aspirinas feitos com lactose. Óleos minerais e medicinais clarificados com ácido sulfúrico impuríssimo, contendo arsênico”. Tal

como as pragas dos sertões, o escritor não encontraria melhor figura para definir o crime: “se nos sertões há barbeiros, e anófelos, e ancilóstomos, na cidade há a peste do macrozoário da fraude, o envenenador de profissão, contra o qual a nossa lei tem força – mas não tem força o aplicador da lei”.

A falta de saúde da população seria, ainda, a causa de tamanha passividade diante dos desmandos e abusos dos “tosquiadores”. Mais uma vez, tal como em “A hostefagia” de 1915, os brasileiros, paulistas principalmente, são comparados a “resignados carneirinhos que somos, prostramo-nos diante do lobo gordo apostado em nos tosquiari a lã e derrancar a saúde. É doença. Não pode deixar de ser doença”. Entre a ironia e a constatação biológica, a conclusão é fisiológica: a moral reflete a caquexia geral do corpo, atacado pelos barbeiros do campo e pelos “barbeirões da cidade”.

Também de 1918 são os textos “Rondônia – visão do futuro e visão do passado (I)” e “Rondônia II” (19 e 23/04), em que se narram as descobertas realizadas pelo pesquisador etnógrafo Roquette Pinto e por ele publicados em livro cujo título também era *Rondônia*. Embora se destaque a narrativa com seus fatos históricos, ao final do segundo texto percebe-se a valorização do saber científico da obra em questão. Para concluir sua exposição entusiasmada sobre as conquistas da ciência, Lobato afirma que “o livro de Roquette Pinto é o mais interessante estudo publicado por um patricio sobre um tema que até aqui interessou muito mais aos estrangeiros do que a nós”. E não é somente pelo conteúdo que valeria a pena ler o livro de etnografia, mas também pela forma de sua escrita: “pela forma fragmentária de notas, pela amenidade da forma, pelo entressachamento³³ de observações pitorescas relativas à paisagem, e aos incidentes da viagem, esse livro consagra um sábio e jeitoso processo de fazer ciência para Eloés”, isto é, “a ciência bem dosada nas ‘pink-pillls’ é ingerida sem que o percebamos”. Enfim, o pesquisador sabia “fazer livros como os precisamos, livros que nos incutam ciência”, e uma ciência “malgénous”. Informação para ser entendida pelo povo, ainda que este signifique ínfima parcela da população em geral, constituído pelos leitores do jornal.

A fé na ciência parece contagiar as mais diversas esferas do saber aos olhos de Lobato. Em “O cinema científico” (26/05/1921), o escritor, entusiasta de Walt Disney, não vê nas fitas apenas entretenimento. Apresentação realizada em São Paulo por um médico argentino,

³³ “entressachamento *s.m.* [...] ato ou efeito de entressachar(-se); entrelaçamento, mescla, mistura” (Houaiss, 2001, p.1168).

Bellarmino Barbará, na qual exibia o filme “A mosca e seus malefícios”, faz o escritor brasileiro prever um futuro em que as escolas teriam uma revolução no modo de aprender e ensinar: “o que por intermédio do livro e da lição oral penosamente o mestre inocularia no cérebro dos alunos a fita o faz agradavelmente e de maneira perfeita no cérebro de milhares de pessoas”. Tecnologia como meio de alcançar a população, vulgarizar a ciência: “aqui o alcance formidável da cinematografia aplicada à ciência. Permite dar a milhões de criaturas a noção científica que hoje, pelos processos atuais, constitui privilégio de reduzidíssimo núcleo de estudiosos”. A previsão lobatiana quer ser contagiante ao leitor de seu tempo: “abre-se o campo do microscópio ao mundo inteiro. Fogem do laboratório os segredos da natureza e vulgarizam-se ao infinito”, ou seja, ciência para todos: “não mais ciência para iniciados, apenas, mas ciência pura e agradável para todos – ciência universalizada. É pois a morte de mais um feudalismo: o científico”.

Contra o feudalismo da ciência Lobato mostra-se desde seu primeiro texto n’*O Estado*. Como também revelara isso em outros textos, em outros jornais, em outros contextos. É importante perceber, assim, como a ciência demonstra sua eficácia como motriz do desenvolvimento requerido por Lobato. Como, em seus artigos, as conquistas da civilização indicam o desenvolvimento do indivíduo, um tipo humano que o escritor deseja ver num futuro não muito distante.

4.2.1. Modernidade para o Brasil

Já em “Urupês” (23/12/1914) os signos do progresso aparecem como laboriosidade e conquista do conforto. Quando vai ao comércio, afirma o autor, o caboclo “só exhibe coisas que a natureza descuidosa derramou pelas matas, custando ao homem apenas o trabalho de erguer o braço e colher: cocos de tuncum e jissara, guabiobas, bacuparis, maracujás, jataí, pinhão, orquídeas, cestinhas ou utensílios de madeiras macias de talhe: gamelas, pilõezinhos, colherões de mexer marmelada. Nada mais”. Portador da lei do menor esforço, sua casa denuncia a miséria de sua existência inculta: “denuncia-o, frisando as filigranas sutilíssimas de deduções engenhosas, a sua moradia, prodigioso libelo de sapé e barro que não pede meças à biboca dum bosquímano”. Segue a descrição:

Mobília nenhuma. A cama, uma esteira de peri sobre o chão de terra batida. Às vezes um banquinho de três pernas, para os hóspedes. Três pernas dão equilíbrio; inútil, portanto, o trabalho de embutir uma quarta e nivelar o pavimento. Para que assentos se os votou a natureza de grossos, rachados calcanhares. Nenhum talher. Não é a munheca um talher completo, colher, garfo e faca a um tempo?

No mais umas cuias, gamelinhas, um pote esbeçado, a pichorra, a panela do feijão. Nada de armários ou baús. A roupa guarda-se no corpo ou na barrela, e o mantimento nos cantinhos da casa.

Para a banha, inventou um cipó preso à cumeeira tendo na extremidade um gancho sotoposto a uma rodela de lata; aí pendura o toicinho a seguro de ratos e gatos.

Da parede pende a espingarda pica-pau, o polvarinho de chifre, o S. Benedito defumado, o rabo de tatu e as palmas bentas de queimar pelas grandes trovoadas. É só. Os seus remotíssimos avós não gozaram de maiores comodidades: os seus bisnetos não meterão quarta perna ao banco. Para quê? Vive-se tão bem sem ela.

Da mesma forma, o empenho de Jeca para melhorar a qualidade de sua existência é inexistente: “se pelotas de barro caem, abrindo seteiras nas paredes, lá ficam elas para o resto da vida a entremostrarem pedaços do céu. Se a palha do teto apodrecida abre-se em fístulas, por onde escorre a água das chuvas, Jeca empurra a gamelinha para baixo da goteira”. Filosofia fatalista do caboclo: “para que remendos se uma casa dura cinco anos e só faltam dois para a sua completa inabitabilidade? Aí, então, construirá uma nova, ao pé, cálculo este economizador de grande soma de reparos”.

Desenvolvimento material seria condição imprescindível para a formação da ética e da moral no indivíduo. “A simplificação da sua vida levada a extremos inconcebíveis reflete no moral, criando especialíssima mentalidade”, qual seja, “a mobília cerebral, à parte o suculento recheio de superstições, rivaliza em apuro com a do casebre”, seriam as noções práticas da vida

hauridas do pai e que, intactas, seriam transmitidas ao filho. O caboclo é, pois, um semi-selvagem: “no vazio de sua vida semi-selvagem, em que os incidentes são um jacu abatido, uma paca fisgada n’água, o filho novimensial, a queimada é o grande espetáculo do ano, o supremo regalo dos olhos e dos ouvidos”.

A caracterização moral do Jeca não é melhor que seu físico. Como já se transcreveu, no início de “Urupês” Lobato lhe atribui feiúra, brutalidade, covardia, maldade. Mesmo exercendo um “corrupio de barganhas” sua astúcia nativa não lhe dá mais recursos que os miseráveis apetrechos conseguidos com pouco ou nenhum esforço: “a esperteza última foi a barganha de um cavalo cego com uma égua de passo picado; verdade é que a égua mancava das mãos, mas inda assim valia seus dez mil réis que o rocinante zanaga”. Tal como o jornal coloca seus oponentes em situação de rebaixamento, isto é, subestima (Fantinati, 1990) os opositores, o artigo de Lobato tem forte ressonância desse procedimento por meio do descritivismo que alcança o pitoresco. O ser subestimado é colocado no palco, para espanto da platéia acostumada às maquiagens afrancesadas, segundo o articulista.

Com efeito, o desenvolvimento moral do homem brasileiro, apontado como doença na série de artigos sobre as doenças endêmicas, em 1918, mostrava-se problemática fosse na subjugação do caboclo, fosse no domínio do coronel. “O ato mais importante da sua vida é indubitavelmente votar no governo”. Votava, mas sem saber em quem. Era fiel ao chefe, que retinha o título de eleitor do empregado orgulhoso por cumprir uma função para a qual concorria sem saber por que: “a simplificação da sua vida levada a extremos inconcebíveis reflete no moral, criando especialíssima mentalidade”. Patriotismo, pois, era coisa desconhecida para o Jeca:

Patriotismo é sentimento desconhecido, ignorante como é de tudo quanto concerne ao país. Na escuridão moral não bruxoleia sequer a idéia de pátria. Sabe que o mundo é grande, que há sempre terra para diante, que muito longe está a Corte com os graúdos e mais distante ainda a Bahia, donde chegam baianos pernósticos e cocos.

Perguntem a Jeca quem é o presidente da República.

— O homem que manda em nós todos?

— Sim.

— Pois decerto que há de ser o imperador.

Em matéria de civismo não sobe ponto, antes desce.

— Havendo uma guerra vai você defender o país?

— Guerra? Tesconjuro! meu pai viveu afundado no mato para mais de cinco anos por causa da guerra grande. Eu para escapar de “reclutamento” sou capaz de cortar o dedo como o meu tio Pedro.

Guerra, defesa nacional, noção administrativa, tudo quanto transpira a governo para o caboclo se resume nessa palavra apavorante, o “reclutamento”. Quando, em começos da Presidência Inefável, andou na baila um recenseamento esquecido a Offenbach, o caboclo tremeu e entrou a casar em chusma. Aquilo devia ser “reclutamento”, pela certa e os casados, era voz pública, escapavam à redada.

A moralidade brasileira e o olhar estrangeiro

O problema dos valores nacionais Lobato também apontara em “A hostefagia” (11/04/1915), contrapondo ao mundo dito civilizado a reação de “bois de corte” dos brasileiros. Para o progresso moral, humano, necessita-se do econômico, material. A defesa dos valores morais – entenda-se como valorização do trabalho, integridade, seriedade, inclusive com a coisa pública – aparece em “Pensionamento de artistas” (16/01/1916), como ataque ao sistema paulista de pensionar novatos nas artes plásticas em estágio na Europa. “Ao invés de criar um artista, cria o governo, na generalidade, com o dispêndio de 20 contos, por cabeça, uma galeria de inválidos morais”. Ou, como quer o autor, “boêmios de rua, malbaratados de tempo e saúde durante o pensionamento, e, após, náufragos roídos de mazelas a bracejar pelo resto da vida no vortilhão europeu. Ou artistas medíocres, porque brasileiros de carne, ficaram europeus de espírito”. E acrescenta: “ou sorumbáticos incompreendidos de torna-viagem, prenhes de boas intenções, mas desossados pelo desânimo, a lamuriar eternamente, como as mais adiantadas concepções sociológicas, as idéias e a linguagem dos personagens elegantes de Eça de Queirós, nos *Maias*”.

Lobato registra o senso comum das ruas: “O país é uma choldra, falam em se naturalizar cafres, pedem invasão estrangeira que arrase, que derranque, porque está tudo podre, a esfarelar de velhice precoce”. Admite, com pesar, que poucas exceções boiavam à flor da regra geral. O pintor Wash Rodrigues seria um deles, “sopesando copiosa ruma de estudos, denunciadores de uma operosidade assombrosa a serviço de um talento da melhor água”. Compreende-se, pois, o raciocínio subjacente à apresentação do pintor, isto é, as personalidades enaltecidas por Lobato

mereciam o elogio tanto pela qualidade dos trabalhos, quanto pelo valor moral viabilizador de tais trabalhos.

Embora muitas vezes relacione o desenvolvimento científico com os sofrimentos da guerra, é perceptível nos artigos a proximidade com a qual se vê o domínio do conhecimento e o progresso moral, humano, ético dos povos. Em “Cidades mortas” (29/02/1916), ao citar a gradual e inevitável decadência dos serviços nas cidades abaladas pelo esgotamento do solo, aponta a “mob” também como decadente interiormente: “o resto é a ‘mob’; velhos negros de miserável descendência roída de preguiça e álcool; famílias decaídas, a viver misteriosamente umas, outras à custa de parco auxílio enviado de fora por um filho mais audacioso que emigrou; mestiços ‘ataráxicos’, ‘boa gente’ que vivem de aparas”. A pergunta que o artigo quer responder é: Como se percebe que uma cidade está morta? A resposta que o mesmo artigo dá ao leitor baseia-se na observação direta dos fatos: pela movimentação cada vez mais escassa, pela falta de elementos da vida economicamente saudável: “Até o ar é próprio; não vibram nele sirenes de auto, nem cornetas de bicicletas, nem campainhas de carroça, nem pregões de italianos, nem tem-tens de sorveteiros, nem plá-plás de bufarinheiro turco”, permaneceriam somente sons coloniais, “o sino, o chilreio das andorinhas que moram na igreja, o rechino dos carros de boi, o cincerro de tropas raras, o taralhar das baitacas que em bando rumoroso cruzam e recruzam a cidade, bem alto”. A “fauna cadavérica” que resta na cidade não tem força nem intelectual nem corporal para coisa alguma.

Mas há outra fauna constantemente atacada pelo escritor, o governo. Entenda-se governo como as Câmaras, o Estado, a República. Cumpre atacar todo tipo de parasita – Lobato expõe os problemas, aponta soluções, acusa os responsáveis. Em “Os subprodutos do café” (29/11/1916), em meio às exposições químicas sobre a viabilidade financeira do produto, registra o que considera um pesar: “Pesa-nos dizer que os estudos de Pedro Baptista, valiosos como obra de ciência pura, e valiosíssimos pelas conseqüências econômicas deles resultantes, jazem ao léu, desconhecidos fora d’um círculo restrito de amigos”. Os raros visitantes que teriam o privilégio de tomar conhecimento das pesquisas, simplesmente não conseguem compreender a dimensão do assunto. Ignoram a importância da descoberta, ou seja, são eles um obstáculo ao avanço científico do país. Ainda mais descobertas de processos que podiam contribuir para o enriquecimento dos pequenos produtores, como afirma: “sobe de ponto o valor dos seus estudos se atentarmos que o processo de Pedro Baptista é sobretudo industrial, prático em extremo e a todos acessível.

Tão maneiro é que está ao alcance de qualquer sitiante acrescer a sua máquina de café de um apêndice onde com pouco trabalho e escasso dispêndio avulta de um terço, se não dobrar, a renda líquida dos seus cafeeiros”. Esclarece também que “deste aproveitamento da palha cresce o das escolhas más, resíduos ínfimos das catadeiras e ventiladores. Tais escórias ao invés de penetrarem no mercado como elemento falsificador do café, surgirão transformadas com lucro maior para o produtor, e como solução ao problema dos cafés baixos”.

Os questionamentos do escritor se endereçam aos portadores da riqueza e aos governantes, sem dúvida: “Será sempre assim? Continuará assim? Estará S. Paulo tão rico que menospreze um redobro de riquezas? Continuaremos a importar álcool caríssimo, e manita³⁴, e cafeína quando temos em casa para abarrotar o mundo?”. Ciência e imprensa mostraram pelo laboratório “a obra esplêndida executada na penumbra sem reclamos, sem gabolice, sem escândalo e sem orgulho por um sábio que o é integral, na acepção mais larga do termo. Não se oculta por toda a vida a luz sob o meio alqueire”.

A preocupação com o estrangeiro não é sobre o que “acham do Brasil”, mas sobre o que podem “achar no Brasil”, como se vê na defesa que faz da pesquisa de Andrade sobre a laranja: “não procediam de outro modo, com o ouro, os índios do Eldorado. Veio um dia o aventureiro espanhol e colheu os tesouros desprezados. Ficaremos toda a vida à espera do aventureiro espanhol?”. Mais que o aventureiro espanhol, o investidor americano – “Já o americano audaz roubou-nos o pomo das Hespérides que viça na Bahia e criou com ele, na Califórnia, minas mais ricas que as de ouro nativo”. “O aproveitamento integral da laranja” (13/12/1916) insiste na diversificação do mercado brasileiro: “Resumindo: bastaria a possibilidade de extrair da laranja um só produto como o vinho para a termos erigida à categoria de riqueza; entretanto ela nos dá além do vinho, e simultaneamente, mais sete produtos de valor mercantil”.

Progresso não combina com pequena produção para Lobato. Sua crítica ao governo é justamente por conceber tudo em chave de subsistência aos produtores, não em termos de produtividade em pé de concorrência com demais países. O Brasil é um Estado ignorante, dirigido por ignorantes, responsáveis pela vicejante ignorância nacional.

³⁴ Manita/manitol: “poliálcool (C6H14O6) usado como base de alimentos dietéticos, na produção de resinas plastificantes, como diurético, adoçante, estabilizante etc.” (Houaiss, 2001, p.1838).

O atraso econômico e social do Brasil

Lobato não defende somente o investimento nas pesquisas químicas, antes trata da agricultura como área precária no Brasil. As queimadas deram o mote para os textos de 1914, a baixa produtividade e a descapitalização dos agricultores viriam à tona em textos como “A conquista do nitrogênio” (15/01/1916). Depois de apresentar, como já se mostrou, questões relativas ao papel do nitrogênio na germinação das plantas, o escritor volta-se com ímpeto para a Praia Vermelha:

Há umas tantas coisas sobre que a Praia Vermelha nunca lançou o seu olho onividente de Ceres burocrática. Há o cepo inimigo da relha do arado, há o morro inimigo do trator do arado, há o pessoal agrícola inimigo da rabiça do arado. Há ainda a especulação comercial inimiga do preço baixo do arado. O labrador, apesar do berreiro do Kalisyndicat e dos momos de escárnio dos poetas agrícolas unânimes em lhe escorchar o toitiço com a pecha de ignorantes, sobre a história do adubo, sabe-lhe o preço fantástico, sabe-lhe a desnaturação a que o sujeita o industrial sem escrúpulos.

É o agricultor esmerado em conhecimentos sobre o crédito agrícola: “banquinhos com dinheirinhos a 12 por cento e uma quebra fraudulenta a meio do ano”. Sabe da “parola governamental das mensagens, plataformas, programas, a farragem dos chavões gramofonados pelas bocas de H., de U., ou de A. no fundo dos quais se alapa quase sempre uma taxa nova, uma sobretaxa, uma subtaxa, um adicional, um sobre-adicional”. E ao lavrador ficaria a imagem dos governos federal e estadual como animais predadores. Sem falar na municipalidade: “Chega a ser cômico! O resto de sangue deixado nas veias pelas sangue-sugas de alto bordo atíça o apetite das camarazinhas e lá vem elas com os seus impostoziños de percevejo, taxinhas sobre o cafeeiro, aferiçõezinhas de carros, e mais mordidelas de pulga magra”. É um quadro tétrico, comédia bufa retratada com pinceladas satíricas.

Como progredir com tantos sócios forçados? Morro, toco, formiga, ratazanas, governo? Por essas razões, explica-se no texto, “os três cereais que o país produz em grande, feijão, milho e arroz, são extraídos da terra pelos velhos processos herdados dos avós. Em pequena escala, nas várzeas desembaraçadas, o arado entrou”. Falta de tecnologia não por vontade, mas por cautela:

“não por virtude do sermonário ministerial, mas porque um certo número de circunstâncias favoráveis (o imposto protecionista e as vantagens naturais do terreno) o indicaram como redutos de despesas”.

Enquanto a agricultura mundial entrava em novo estágio, o da adubação química, a lavoura brasileira permanecia com métodos ultrapassados, grosseiros, improdutivos, ficando no atraso característico do “não saber” nacional. Como levar o conhecimento científico ao homem do campo se a administração pública não o permitia por meio de seus bloqueios burocráticos? É compreensível, portanto, o entusiasmo do autor com uma escola como o Liceu. Em uma sociedade maquiada para parecer bem ao estrangeiro, como dizia Lobato, investir no que era realmente lucrativo equivalia a investir no caráter da população brasileira. Em “A grande oficina escola” (01/01/1917) seus elogios não vão somente ao encontro das obras produzidas pela escola, mas ao caráter dos dirigentes e professores da instituição: “galvanizado pela força do grande ideal, o corpo de professores, de Zadig ao mais modesto mestre de oficinas, prestam-lhe mão forte e operam maravilhas. E tudo – ó maravilha da fé na era de ouro do ceticismo! – sem o menor fito de lucro”.

A abnegação dos envolvidos com a escola é total: “o que ganham aqueles incansáveis professores é um diploma heróico de civismo. Oscilam entre cem e cento e cinqüenta mil réis os seus ordenados mensais... Será esta miséria que os prende ali? Não. É a força coesiva de uma fé comum, mantida sempre pura e viva pela fascinante força moral do diretor”. Ricardo Severo, diretor, compartilharia com a equipe “a grande tarefa, prestando o apoio da sua notável lucidez de espírito à direção artística dos cursos e oficinas. Louvar alguém hoje em dia acanha”. Em tom mais exaltado, escreve: “Os adjetivos encomiásticos rolam por aí, ao sabor da paga, inflados na superlativice nojenta dos ‘íssimos’ deslavados... Quem louva é suspeito. Louvar dá medo”. Contudo, Severo merecia o desafio: “o louvor brota incoercível do fundo d’alma ao mais ríspido dos homens diante dum estabelecimento que é uma exceção, dum diretor que é uma exceção, dum conjunto de mestres que são uma exceção”; se o Liceu era “uma aberta de luz, amor e fé no carrascal maldito da coisa suja que é a nossa atualidade”, ele era colocado pelo escritor como modelo oposto à atuação governista: “o Estado, tão pródigo em dotações, não lhe dá um pataco; antes tira dele alguma coisa, obstruindo-lhe parte do edifício com o Ginásio e a Pinacoteca. Subvencionou-o até 1915, e daí para cá achou aplicação melhor àquele dinheiro tão bem empregado”.

Mas, “nada importa isso. Só dá relevo ao Liceu esta sua nobre vida própria. Dá-lhe também afora relevo, confiança em si, independência e orgulho”. O Liceu, pois, se afigura como parâmetro do tipo de formação humana sonhada pelo escritor em terras nacionais, o conhecimento a serviço da construção da sociedade. Uma sociedade moralmente direita, porque valorizadora do saber científico, técnico, conforme concepção do grupo ao qual pertencia. Conseqüência: um governo sério, adequado à grandeza de uma República ainda por ser. Com efeito, Ricardo Severo³⁵ não era qualquer um. Engenheiro civil português envolvido com agitações republicanas, no Brasil é convidado por Ramos de Azevedo (1851-1928) para trabalhar no escritório paulistano. A partir de 1928, com a morte do amigo, assume a direção do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Dentre as diversas atuações no cenário nacional, é importante lembrar que Severo participou da criação da *Revista do Brasil* (1911). Casado com Francisca Santos Dumont, irmão do inventor Santos Dumont, portanto, filha de um “rei do café” e inserido no círculo intelectual paulista pela sociedade com Ramos de Azevedo, o diretor do Liceu pode representar a ligação estreita entre uma sociedade oligárquica dominadora e uma classe social republicana também detentora do poder. Sobretudo, legitimando seu exercício do poder pela competência intelectual. Enfim, um tipo humano e social altamente valorizado na roda d’*O Estado*.

Assim, em tudo Ricardo Severo mostrava-se figura honrosa aos olhos do articulista, tanto pela trajetória de vida quanto pelo papel desempenhado na escola. O Brasil somente iria “ser” se fosse curado, em ampla dimensão, tanto em relação à saúde física, quanto moral.

A assertiva, lembrando a ênfase dada por Lobato ao saneamento, remete ao conjunto de textos de 1918. Por abordarem especificamente a questão endêmica, é importante observar que a

³⁵ O verbete registrado pela Enciclopédia Itaú Cultural exemplifica ao leitor de hoje o círculo social no qual Ricardo Severo estava inserido: “Ricardo Severo da Fonseca e Costa (Lisboa, Portugal 1869 - São Paulo SP 1940). Engenheiro, arqueólogo, arquiteto. Forma-se engenheiro civil de obras públicas em 1890 e engenheiro civil de minas em 1891 na Academia Politécnica do Porto, em Portugal. Participa da fundação da Sociedade Carlos Ribeiro, em atividade de 1887 a 1898, e da *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, de 1890 a 1898. [...]. Em 1891, participa da revolta republicana do Porto e é obrigado a emigrar para o Brasil. Escreve artigo sobre o Museu Sertório, 1892, por meio do qual conhece Ramos de Azevedo (1851 - 1928), que o convida a trabalhar em seu escritório. [...]. Filia-se ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - IHGSP em 1911 e participa da criação da *Revista do Brasil*. Nessas e outras instituições e periódicos publica séries de artigos e conferências dedicadas a arqueologia, republicanismo, colônia portuguesa e arquitetura. UOL EDUCAÇÃO. Biografias. Tobias Barreto. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=5385&cd_idioma=28555>. Acesso em: 08 jun. 2009.

estratégia de convencimento escolhida pelo escritor foi atingir o “bolso” do leitor. Isto é: se era fato que a economia refletia o estado geral de doença do povo, convencer o leitor – e este ou pertencente às classes abastadas ou àquelas formadores de opinião pública – não bastaria apenas tocar o sentimentalismo mediante a miséria em que jaziam milhares de irmãos brasileiros. Era preciso ferir o brio nacional, apontar nas mazelas individuais e coletivas o efeito sobre a economia. A economia acabaria justificando o investimento na saúde de uma massa longe de ser o que se queria mostrar ao francês como “Brasil”. Era preciso um lastro “racional” para justificar o investimento nas camadas inferiores.

Primeiro artigo da série “Saneamento do Brasil”, “A ação de Oswaldo Cruz (18/03/1918)” deixa registrado sua incondicional admiração não só pelo trabalho científico realizado em Manguinhos, mas também em relação a Pasteur, pai da ciência biológica moderna: “Inaugurou-se para a humanidade uma era nova; a era dum novo sentido, a ultra-visão. A higiene nasceu”. O segredo para resolver os problemas: a abordagem científica. Escreve ele: “É mister abordar os problemas com absoluta isenção de ânimo, limpo o observador de idéias preconcebidas, de espírito partidário, de facciosidade de escola, de sentimentalismo pueril; é força começar do princípio, não interpor entre o caso em foco e o sólido preparo técnico do cientista nenhum apriorismo perversor”. O verdadeiro sábio não emitiria opinião, consultaria o laboratório, o qual diria tudo “sem enfeite nem torção”. O povo que estava cretinizado “pela miséria orgânica de mãos dadas à mistificação republicana olha em torno e só vê luz no farol erguido por Oswaldo num recanto sereno do Rio. Só de lá tem vindo, e só de lá há de vir a verdade que salva”.

Nem os planos econômicos, nem as propostas agrícolas, nem a organização política do governo salvariam o país. A higiene, como braço executor da ciência, poderia alavancar a nação. Em “20 milhões de opilados” (19/03/1918), Lobato revela ao leitor números no mínimo incômodos sobre a saúde do país: os estudos médicos mostrariam que 70% era a proporção de brasileiros vítimas da ancilostomose. Depois de apresentar o ciclo do verme, o apelo ao absurdo da situação: “É fantástico isto! Milhões de criaturas humanas com a função social adstrita à veiculação das posturas do ancilóstomo!”, e mais – “um país com dois terços de seu povo ocupados em pôr ovos alheios!”

Apontam-se novamente as Câmaras municipais como instâncias possíveis de executar políticas saneadoras. Mas, como fazer com os políticos locais? Como fazer para convencer os mandatários locais, cujas mentes muitas vezes não se mostravam submissas às diretrizes

republicanas mais progressistas, símbolos do atraso político brasileiro, de que era necessário curar os homens do campo? “Mas de que modo convencer a um coronel prefeito de câmara, ou tenente inspetor, da existência, vida, costumes e ação de um verme que ele não vê?” Se o mesmo coronel ou tenente era alfabetizado e leitor de jornais, como geralmente era, ainda mais de um periódico nascido nos braços da oligarquia cafeeira, já estava frente a frente com argumentos para o convencer – “Três milhões de papudos e idiotas” (20/03/1918), terceiro texto da série, apela mais explicitamente ao bolso dos mandatários: “Três milhões de quantidades negativas, incapazes de produzir, roendo famintas as sobras da produção alheia, e, o que é pior, condenadas ao mau fado de viveiros do parasito letal para que bem assegurada fique a futura e inevitável contaminação dos sadios...”. Tirar o leitor da comodidade do bem viver em detrimento aos milhões adoentados, para isso o escritor oferece outro argumento de peso – a contaminação poderia atingir todos. Nos parágrafos seguintes, dirige-se à relação dos administradores públicos com o problema, afirmando que “um olhar, uma medida, uma campanha contra o grande mal, nisso ninguém cuida – não há tempo, não há verba...”.

Lobato, enfim, chega ao ponto de maior incômodo ao leitor prefeito ou presidente de câmara: “deste deperecimento progressivo da população resulta o nosso ‘crac’ econômico”. Para que ninguém duvide, esclarece: “as lavouras organizadas, como a do café, entangem-se no desespero da falta de braços, mal se interrompe a corrente da imigração européia. Braços! braços! Há fome de braços. Uma país de 30 milhões de habitantes não consegue fornecer braços para a lavoura do café”. Os braços estavam aleijados, fora da possibilidade de aproveitamento para o trabalho, “músculos roídos pela infecção parasitária”. Isso tudo iria pesar no bolso do proprietário, o qual, vendo-se em carestia de mão de obra, arcaria com o onus do imigrante, fosse qual fosse a origem dele. Para que tanto prejuízo se a solução estava às portas? Mais barata e mais eficaz? “A solução definitiva do problema eterno da lavoura quem a dará é a higiene”, afinal, “suprimindo a ancilostomose, ela restituirá à faina fecunda dos campos vinte milhões de aleijados; destruindo o barbeiro, ela evitará que os três milhões de idiotas e papudos de hoje não sejam seis milhões amanhã”.

A relação entre desenvolvimento moral e progresso material até então pontuada pelos artigos é tema central em “Reflexos morais” (23/03/1918). Como frase inicial, a síntese do texto: “No corpo são a mente é sã”. De início, cita enunciados característicos do fatalismo nacional: “não há salvação – estamos condenados ao deperecimento – apodrecemos antes de amadurecer –

o caráter está em crise – governar é roubar, e fazem eles muito bem – tolo é quem não aproveita – honestidade é sinônima de ingenuidade – se vamos à garra mais um dia menos dia, viva o presente!”. Os ditos populares poderiam assim ser enfeixados, segundo Lobato: “falimos como povo, como país, como raça – e falimos moral, intelectual e fisicamente”.

“Esta convicção inoculada na maioria dos espíritos, proclamada pela imprensa, e confirmada pela preamar crescente das nossas lazeiras política, cria como atitude filosófica, o ceticismo completo; como norma prática de conduta, o oportunismo deslavado”. Como explicar tamanha decadência de uma nação? Seria doença, não outra coisa, dado que valores positivos seriam resultantes lógicas da “boa circulação do sangue, das glândulas em normalidade de funcionamento, dos pulmões sadios bem oxigenados pelo ar puro”. O arrivismo, eleito como atitude nacional, estaria se mostrando nas atitudes dos pais, perdidos a respeito da educação de seus filhos. Educar com valores morais para sofrerem as privações de uma sociedade sem nenhum respeito por elas ou educar para se darem bem mesmo condenando a própria dignidade? “Como é assim a maioria dos pais, impresados nas pontas do dilema, desistem de educar moralmente a prole: lá se avenham com a vida, aprendam à custa própria, reajam ou adaptem-se, conforme os espicace o temperamento. É o lavar de mãos de Pilatos”.

O resultado social era a não resistência a toda espécie de abuso de poder pela força política. “Os seus detentores, incoactos por injunções morais internas, não se vêem coagidos externamente por nenhuma sombra de resistência, e ousam tudo”, o Brasil, assim, seria a terra onde “um parafuso qualquer da máquina governativa, prefeito de Câmara ou ministro de Estado, tem o direito de ‘ousar tudo’ escudado pela mais completa irresponsabilidade”. Se na Alemanha qualquer cidadão obteria sentença contra o governo, na realidade nacional não haveria tribunal que ousasse julgar contra um porteiro de repartição que tivesse pelas costas o apoio de um ministro: “a política virou um privilégio restrito com feroz exclusivismo à custa dos audaciosos, amorais”.

A comparação com a vida parasita é inevitável. Sem forças de reagir, porque doente, o povo é sugado pelo “mata-pau” governista. Infelizmente, “não é imoral o mata-pau quando se encosta por uma árvore acima, constriñe-lhe o tronco nos cingulos, atrofia-a e mata-a. Imoral é a árvore assaltada que não defende o seu direito à vida”. Para se defender, haveria de ter forças; fecha-se pois o ciclo da doença no âmbito biológico e social. O país doente pelas moléstias endêmicas também assim era pelas moléstias políticas. Lobato ataca de frente os parasitas

visíveis: “a maioria dos nossos paredros não seriam coisa nenhuma se lhes não emprestasse força a aliança com o ancilóstomo e o barbeiro. A ação das anofelinas é o pedestal de muito sumo pontífice republicano; sem elas ai deles e da sua Republica!” É por isso que havia políticos se opondo à idéia do saneamento, concluía o autor.

Tal como um animal doente em que toda sorte de parasitas aproveita a oportunidade para se alimentar com fartura, assim seria a população brasileira. Porém, uma vez curada, iria se despojar desses parasitas, erguendo-se para não ser mais subjugada. O apelo final liga as pontas da argumentação, saúde e economia: “Quereis remendar um país assim? Restaurar-lhe as finanças? Dar-lhe independência econômica? Implantar a justiça? Intensificar a produção? Criar o civismo? Restabelecer a vida moral? Restaurai a saúde do povo. Curai-o, e todos os bens virão ao seu tempo pela natural reação do organismo vitalizado”. O parasita político, pois, é justamente o representante do poder local, entidade a ser eliminada mediante a constituição do estado nacional forte, gerenciador do desenvolvimento geral do país. O coronel era figura emblemática da ignorância e do atraso, encarnação simbólica de um regime político ainda não derrotado integralmente.

Em “Doze milhões de impaludados” (21/03/1918) clama-se mais uma vez por verba para o saneamento, “dote-se o laboratório com metade das verbas gastas em subvenção de jornais, e Butantã salvará o país inteiro da infecção palustre”. “Diagnóstico” (22/03/1918), próximo artigo da série, afirma que em todos os povos as populações rurais são exemplos de saúde das nacionalidades. “São a força, são o futuro, são a garantia biológica dos grupos étnicos. Pela capacidade de trabalho eles mantêm elevado o nível da produção econômica; pela saúde física, eles mantêm em alta o índice biológico da raça”. Para o Brasil, o camponês comum não representaria nenhuma coisa nem outra – “entre nós é possível pedir à roça o sangue revitalizador? Não o elemento rural é pior que o urbano. As nossas cidades se vêm forçadas a importar sangue de fora, se querem escapar ao marasmo duma senectude extemporânea”.

A analogia com a planta parasitada é estendida à relação entre países em “Primeiro passo” (05/04/1918). Os estrangeiros desprezariam o Brasil, enquanto o governo brasileiro faria as mais diversas benesses para investimentos pífios vindos de fora, mas que resultavam em grandes somas retiradas do povo. “Vá que seja assim. A lei da vida é a vitória do mais apto, do mais esperto, do mais bem apetrechado pelo deus de asas nos pés e nas unhas – mas que seja assim com resistência da nossa parte, de má cara. Exigir que o vencido sorria, é demais”. Apela-se para

a dignidade do leitor. Lobato insiste na questão da soberania nacional ao final do artigo: “não há problema nacional que se não embrinque nesse. Só um aumento crescente no índice da saúde coletiva trará a solução do problema econômico, do problema imigratório, do problema financeiro, do problema militar e do problema político”.

Negar-se a sanear o país seria condená-lo ao “papel de adubo inerte onde a flora alienígena afunda as raízes ávidas, para viçar e florir em coroas de nobreza rastacuera. Não fazer isto é morrer na lenta asfixia da absorção estrangeira”. O escritor usa, assim, a idéia de nação para ferir os brios dos cidadãos. Se havia motivo de vergonha, este era o “outro”, o “jeca”, o homem sertanejo, certamente alguém que não lia os artigos d’*O Estado*. Era um clamor para que os leitores lutassem pela nação, o que, sumariamente, colocava a categoria “leitor” no mesmo nível que “cidadão”. O “jeca” estava fora desse conceito também, cabendo àqueles empenharem esforços para curar e tratar o pior tipo humano em terras brasileiras. Nessa linha de raciocínio, realmente todos os “jecas” estavam fora da sociedade, não eram brasileiros, não eram “o Brasil”. Não representavam, não “eram” à luz do conceito de “cidadão”.

O que vinha se anunciando até então com argumentos oscilando entre profundas indagações humanitárias e críticas às desprezíveis posturas políticas, anuncia-se cabalmente em artigo encimado pela epígrafe: “O saneamento”. “Déficit econômico, função do déficit da saúde” (07/04/1918) recupera idéias dos textos anteriores, porém, sem se ater a qualquer moléstia especificamente ou a sugestões de profilaxia, antes tem como objetivo deixar a olhos vistos a relação entre pobreza e doença. Segundo o autor, em 30 de dezembro do ano anterior, Cincinato Braga apresentara ao governo um projeto sobre fomento de produção precedido de estudo da situação econômica. No documento, via-se a pobreza imensa do país oficialmente enaltecido: “como país produtor, descaídos para o raquitismo; como país devedor, de cabeça baixa, assentados nos degraus humildes onde os perdulários em ‘pane’ pedincham ‘fundings’ ”. Apresenta dados comparativos com outros países da América Latina, demonstrando o quanto a produção nacional era pequena, insignificante no comércio internacional. Encerrando a apresentação resumida do trabalho de Braga, Lobato lança ao leitor pergunta cuja resposta já havia dado em todos os artigos anteriores: “Onde reside a verdadeira causa desta caquexia?”. Resposta: “Na doença do povo”. As afirmações se sucedem de modo a não dar margem a qualquer oposição: “O ‘déficit’ financeiro é reflexo do ‘déficit’ econômico. O ‘déficit’ econômico é reflexo do ‘déficit’ da saúde. Sem restaurar a saúde do povo não há solução para os

seus efeitos mediatos e imediatos”. A população rural, orgulho de outros países como afirmara anteriormente, estava doente e improdutiva. “A população rural, esteio que é da riqueza pública, força primária da indústria extrativa, fonte de onde tudo promana, quanto mais doentia se tornar menos eficiente na produção de riqueza será”. Reconhece, pois, a precária situação do Jeca ‘sarcopte’: “opilada, impaludada, tracomatosa, embarbeirada, roída de inteligentíssimos vermes por dentro e sugada no exterior por ineptos coronéis prepostos como manoplas estranguladoras no gasnete da vítima pelo bacharel político, tristonha por tabela, que folga e ri nas capitais”.

Reforça o problema da produtividade, afirmando que o brasileiro produzia seis vezes menos que o argentino. A mensuração também abarca a Bolívia e o Paraguai. O Brasil só ganharia deste por pequena margem. Repete: “O problema da riqueza pública só terá solução favorável quando solvido o da saúde do povo”. O próximo artigo da série, “Um fato” (12/04/1918), traz exemplo do que se afirmara até ali. Às margens do Paraíba, um grupo de frades dominicanos agricultores fizera em proporções pequenas o que o governo deveria fazer pelo país todo: como precisavam de mão de obra, alimentaram e trataram da população local, de forma que “das carcaças opiladas onde morrinhava a ‘indolência’ do pobre Jeca Tatu, saiu, pelo equilíbrio alimentar, um homem resistente, pela cura das mazelas, um homem ativo, pela noção de relativo conforto, um homem constante que ‘parava’ na fazenda e criava amor à faina agrícola”. Para o bom observador de dados financeiros, o parágrafo seguinte traz demonstração importante como justificativa para se cuidar da população doente:

Breve, graças à inteligência da solução dada ao problema, pode a Trappa movimentar toda a sua enorme exploração arrozeira, a mais aperfeiçoada que existe no Estado, fazendo funcionar as mais modernas máquinas de lavar plantas, ceifar, etc. Como resultado econômico surgiu logo uma produção de 15 a 20 mil sacas de arroz, extraídos de uma terra que vivia a monte, por meio de músculos definitivamente condenados pela opinião geral como equivalentes de zero.

“Este exemplo é frisante”. Realmente, como exemplo, o fato narrado apelava para a rotina mais ordinária da civilização brasileira, ou seja, o emprego de mão de obra eficiente para a lavoura improdutiva nas terras tropicais. “Curá-lo é criar riqueza. É estabelecer os verdadeiros alicerces da nossa restauração econômica e da financeira”. Sem reverter para a saúde os milhões

de criaturas aposentadas precocemente, sempre faltariam braços para as atividades produtivas. “Sem aumentar a eficiência dos que, apesar de ativos, dão de apenas uma fração do esforço normal das criaturas sadias, sem transfazer em quantidades positivas o que vai por aí de quantidades negativas – peso morto improdutivo, e além disso oneroso para os demais”, nunca o Brasil se arrancaria do atoleiro das dívidas impagáveis. “A nossa gente rural possui ótimas qualidades de resistência, e de adaptação. É boa por índole, meiga e dócil. O pobre caipira é positivamente um homem como o italiano, o português, o espanhol”. Mas era um homem em estado latente, compartilhando junto com sua riqueza de forças, as endemias que não o deixavam ser um trabalhador importante para a nação – “O caipira não “é” assim. ‘Está’ assim”. O apelo econômico vai até o fim do artigo:

Ora, num momento destes, em que a chacina européia destrói aquele excedente de população donde nos vinha uma caudal de braços, é condição de vida para o país atender ao apelo da lavoura fornecendo-lhe em vez dos chins propostos trabalhadores nacionais restaurados nas suas energias pela cura e pela higiene. Um chim fica-nos, segundo o cálculo do Ministro da Agricultura, em dois contos de réis, um chim que lá na China vale 20 piastras a peso. E além disso um chim é um chim.

Com dois contos reduzidos à assistência profilática ou a medicamentos quantos caboclos assolados pela ancilostomíase ou pela maleita não reverterão à atividade? Talvez que da guerra resulte mais este benefício – o aproveitamento do músculo da casa, até agora ao léu, pela facilidade que havia em importá-lo exótico. Aconteceu isso com o carvão nacional. Se se der o mesmo com o músculo nacional teremos extraído da guerra um benefício de conseqüências incalculáveis. Talvez o maior de todos.

Elegia-se, pois, a eficiência produtiva como índice de “humanidade” para demonstrar ao leitor a urgência de se investir em saneamento. A questão, portanto, não era de altruísmo ou de qualquer outro matiz filosófico mais “humanitário”. Lobato procurava atingir a parte mais sensível da elite econômica, o bolso.

“Início da ação” (12/05/1918) afirma que os governantes brasileiros ainda não haviam compreendido o alcance econômico do saneamento. “Alegam aperturas financeiras e restringem

ao mínimo as verbas destinadas à higiene”. Isso retomava a idéia exaustivamente exposta de que as elites locais ignoravam o caminho da prosperidade, ou seja, os benefícios de se investir no saneamento – ou mesmo os benefícios de se aderir às idéias d’*O Estado*. Porém, quando reconhecessem o investimento em saúde como dinheiro adiantado que voltaria ao tesouro acrescido de valor – “porque esse dinheiro foi restabelecer a eficiência econômica de milhares de criaturas transformadas pela doença em quantidades negativas”, nenhum serviço receberia mais generosa dotação e nenhum sobre ele teria primazia. Além da questão financeira, apela-se para a política eleitoral: “O povo clama ao ver o seu dinheiro escoar-se em aplicações desonestamente improdutivas, mas baterá palmas vendo-o empregado na obra sobre todas urgente da sua melhoria sanitária e do preparo aos filhos dum ambiente mais limpo de germens consuntores ou letais”.

Mas, mesmo demonstrando-se por elementos econômicos e políticos a viabilidade do saneamento, é preciso garantir ao povo esse benefício por meio de dispositivos legais. Isso deveria ser garantido pelo Estado, tirando-se todas as decisões do âmbito dos coronéis. “Não pode de maneira nenhuma ficar isso à mercê da veneta dum prefeito coronelóide, ‘cético’ que ‘não crê’ na transmissibilidade de morbus pelo mosquito, que acha uma ‘bobage’ isso de fossas, drenos, aterros, etc.”; desprestigia, ainda, a liderança típica do interior que “alapado nas covas escuras dum chocarreira noite cerebral” reeditaria velhas pilhérias da campanha carioca contra Oswaldo Cruz. O Estado deveria, assim, premunir-se de leis que restringissem o direito de se lesar a saúde pública, principalmente quando o coronel tentasse fazer uso das “suas opiniões pessoais”. Pessoaalidade, compadrio, corrupção, características próprias da figura do coronel interiorano.

Como exemplo da importância de se efetivar a ação, “Iguape” (15/05/1918), título homônimo da localidade em que já se haviam realizado trabalhos de higienização, logo no início utiliza o panorama econômico como índice da mazela: “O comércio ronceiro e mesquinho; a indústria tateante e ingênuas; a lavoura incapaz de criar riqueza, eternamente adstrita à enxada e ao nomadismo da foice e do fogo”. A explicação para tamanho atraso? “Nada de pedir à retórica, ou à política, ou à etnografia explicações que nada explicam. Mudemos de rumo. Peçamos a opinião da ciência experimental. E a parasitologia no-la dará sinceríssima. Conduzindo-nos ao Posto de Profilaxia de Iguape ela nos fará tremendas revelações”. A ação deveria partir do Estado líder da economia nacional, ainda que também doente: “se as ações consecutivas se não

dispartirem do rigor desta, e forem conduzidas com o mesmo espírito de sistematização prática, o saneamento de S. Paulo virá a ser uma realidade. E daqui irradiar-se-á pelo resto do país”.

Em lances rápidos, frases curtas, Lobato tenta convencer mais uma vez o leitor de que a economia será levantada se a população for salva das endemias: “fato mais eloqüente não há. Por ele se evidencia a elevação do tônus vital, com o seu cortejo de reflexos no moral, revigorizante da vontade e desmodorrante das faculdades adormecidas”. A consequência lógica é o retorno ao trabalho produtivo, “curado, de negativo, passará a fator ativo de produção. O país ganhará nele a energia correspondente a de um imigrante entrado”. A pergunta final já respondida em todos os outros textos: “Este cálculo está por fazer: a cura dos três mil verminados de Iguape quanto representará de energia humana restituída ao país?”. Os números já haviam sido registrados anteriormente, agora, proporcionalmente, mostra-se o que poderá ser Iguape quando estiver totalmente restaurado. Mostra-se ao leitor, em suma, que o país todo poderia desfrutar do desenvolvimento de São Paulo. Bastaria seguir-lhe os caminhos.

A população curada é país desenvolvido. O progresso material permitira ao povo deixar o lugar de bois de corte ou cordeirinhos de presépio e colocar-se como verdadeira força política. Os abusos dos governantes diminuiriam. O progresso moral seria condição própria de um povo saudável. Um povo moralmente saudável enaltece o trabalho, valoriza a ciência, alimenta o patriotismo. Seus filhos, criados sob a proteção do conhecimento científico, continuariam a obra de elevação nacional. O mesmo leitor que recebia em mãos textos tão veementes sobre as crises econômicas, os recursos nacionais possíveis para reabilitação financeira ou a respeito das endemias nacionais, também lia matérias sobre arte, as quais, aparentemente, estariam em oposição à preocupação tão engajada do articulista d’*O Estado*. Se a intenção era justamente dialogar com um leitor mais afeito a questões amenas, Lobato parece ludibriar o comprador da folha.

4.2.2. A república dos bacharéis

A ironia é um dos recursos mais comentados pela crítica lobatiana. No conjunto de textos analisados, é importante observar que ela se apresenta muitas vezes sobre um mote do qual Lobato não se cansaria tão logo. O bacharelismo brasileiro.

Em “Entre duas crises” (30/10/1913), a tensão do assunto absorve a escrita do texto, não deixando margem para tiradas mais cáusticas ou críticas mais severas. Porém, nos artigos de 1914, Lobato coloca o bacharel no lugar em que sempre o veria, pelo menos desde as datas de suas primeiras cartas a Rangel, ou seja, no lugar da inutilidade de diplomados alheios à realidade brasileira. “Uma velha praga” (12/11/1914) traz uma das contraposições mais marcantes entre a visão de um autor “realista” com os idealistas correntes – para isso, aproxima-o do literato, figura no mesmo nível do bacharel para Lobato. Após toda a descrição de como o caboclo “sarcopte” chega à propriedade e do modo como incendia as matas, o texto afirma que, mediante as proibições municipais sobre a queimada, aquele se coloca a pensar – “urde traças para a iludir, coçando dest’arte a velha preguiça e a velhaca malignidade”. A malignidade, porém, não é reconhecida pelo poeta da cidade: “Foi neste momento que o viu o poeta”. E o exemplo vem em seguida: “ ‘Cisma o caboclo à porta da cabana’. Cisma, de fato, não devaneios líricos, mas jeitos de transgredir a lei com a responsabilidade a salvo. E o consegue”.

A estética oficial e o pensamento bacharelesco

Em “Urupês” (12/11/1914), Lobato opta por começar o texto justamente com a questão poética, comparando nada menos que as visões de dois respeitáveis representantes do ideário nacional, José de Alencar e Marechal Rondon: “o balsâmico, elegante indianismo de Alencar esboroou-se pelo advento iconoclasta dos Rondons que, ao invés de fantasiarem índios dentro dum gabinete, com reminiscências de Chateaubriand na cabeça e a Iracema aberta sobre os joelhos, meteram-se a palmilhar sertões”, e o método de se fazer isso também não compartilhava do romantismo de Alencar: “de winchester engatilhada, para lhes devassar a ocara e a vida”. Tal como Nietzsche declarara a morte de “Deus” em sua filosofia, Lobato declara a morte de Peri, personagem herói de *O guarani*. A ironia se faz via literatura e filosofia: “por felicidade nossa e de D. Antonio Mariz” Alencar não teria visto os índios verdadeiros, antes sonhado com eles qual Rousseau: “do contrário lá teríamos o filho de Araré a moquear a linda menina n’um bom braseiro de pau-brasil, em vez de acompanhar em perpétua adoração como o Ariel benfazejo das matas do Paquequer”.

Como conseqüência da obra alencariana, os demais poetas teriam passado a produzir seus índios nos moldes civilizatórios. “Em sonetos, cantos e novelas, hoje esquecidos, se consumiram

tabas inteiras de Aimorés sanhudos com penas de tucanos por fora e virtudes romanas por dentro”. Mas o público se cansou da visão do homem brasileiro adâmico, o que determinou mudança no mercado literário – expressão, aliás, que procura ferir a idealização romântica: “vindo o público a bocejar de farto, já cético pelo dismantelo crescente do ideal, cessou no mercado literário a procura de bugres homéricos, inúbias, tacapes, borés, piagas e Iracemas”. Porém, o ideal do homem nativo voltou à cena com outra roupagem: o caboclo. “O cocar de penas de arara passou a chapéu de palha rebatido à testa; a ocará virou rancho de sapé; o tacape atilou, criou gatilho, deitou ouvido e é hoje a espingarda troxada; o rausíssonô boré descaiu sordidamente para pio de inambu”. A roupa não escapou à evolução: “a tanga ascendeu à dignidade da camisa aberta ao peito, mas o substrato psíquico permaneceu o mesmo: orgulho indomável, independência, fidalguia, coragem, virilidade heróica, todo o recheio, em suma, dos Peris e Ubirajaras”.

Os responsáveis por destruir a ilusão indianista viriam armados pela ciência, derrubando as caipirinhas cor de jambo e os “peris de calça, camisa e faca à cinta!”. O caboclo, “o menino Jesus nacional”, era preservado por quem não conhecia o país a não ser pelas páginas dos jornais. Para alcançar esse consumidor da imagem idealizada das terras nacionais, a ironia poderia vir travestida com cara mais afável, por meio da caricatura. Dois artigos de janeiro de 1915 tratam do tema.

“A caricatura no Brasil – I” (27/01/1915) inicia-se com referência ao conflito europeu. Como abrir um jornal equivaleria a “estripar um cevado, tal o bafio de sangue escapo dos telegramas, das crônicas, das gravuras e até desse tanque de lavar roupa que é a seção livre”, o autor “convida a passeios por veredas mais afastadas do saladeiro; onde os pés não atolam em poças de sangue nem os olhos repastem na rês humana destroçada a estilhaços de obus”. Começa, então, a contar a história da caricatura, retomando sua gênese entre os gregos. Cita exemplos de representações caricaturais da Antiguidade, recorrendo a expoentes de diferentes lugares, como Alemanha, Flandres, Inglaterra. A partir da invenção da imprensa, dão-se as asas que faltavam à caricatura. “Deu-lh’as um dia, em Strasburgo, certo sujeito emigrado de Mayença, homem esquisitão, muito metido consigo e sempre ocupado em escarvar pauzinhos. Pelas artes de tal mago se viu a caricatura sagrada como a quarta arma de guerra do pensamento humano”. Cita o caso de Gavarni, que havia caricaturado o rei francês Luiz Philippe, sendo por este levado ao

tribunal. Embora repreendido, voltou à prática, pois o povo gostara dos desenhos de pêra, formato atribuído ao rosto do monarca.

Lobato continua sua viagem pela história e pela geografia da caricatura. Chega à América do Norte, não poupando da ironia seu país eleito como ideal desenvolvimentista: “Tio Sam, de cartola felpuda bandeada de estrelas, grandes bicos no colarinho, calça apresilhada aos pés, disputa de mãos no bolso com o atarracado John Bull, ou arenga e puxa orelhas a mexicanos de chapeirão”. A ignorância geográfica do poderoso personagem é gritante: “para tio Sam é mexicano tudo quanto vegeta do Panamá à terra do Fogo” – ou tudo seria “México” no modo de tratar toda a América Latina? Isso não importa, pois o assunto do texto não é de coisa séria.

Enfim, Portugal – um pulinho para o Brasil. Acácio, o conselheiro de Eça de Queirós, surge como representação não anunciada do bacharel prolixo. A caricatura, porém, não respeita nem personalidades nem personagens: “O conselheiro era meio Portugal. Arrear-lhe as calças em público foi terremoto de maiores conseqüências que o de Lisboa. Depois da morte de D. João ninguém morreu com maior solenidade”. Na seqüência, afirma o artigo: “Mas deixou muitos filhos naturais”.

“A caricatura no Brasil – II” é artigo complementar publicado na edição consecutiva (28/01/1915). A história do Brasil, lamenta-se o autor, infelizmente não contara com nenhum caricaturista em seu princípio. Narra-se, pois, a descoberta e a vinda do rei português para as terras tropicais. O texto todo é uma caricatura da história nacional. Para retratar a implantação dos poderes administrativos, por exemplo, atribui a figura de caixões de carregamento, enchendo de futilidade e certo tom bonachão a forma de organização do Império em terras coloniais: “A soberania nacional geme numa padiola; vem muito pálida com ares de ética em usos de fígados de bacalhau, açafatas consoladoras ladeiam-na dando-lhe a bebericar água de melissa, para o nervoso. Que a poria assim? Enjôo do mar, talvez...”. E é de modo caricatural que se explica o mau funcionamento de muita coisa no Brasil: “na lufa-lufa do embarque, em Lisboa, muito peça se quebrou ou caiu ao mar ou se esqueceu pelos cantos do palácio. Porcas e parafusos sobretudo donde ao armar o Estado de novo ficar-se ele bambo, frouxo de mançais e perro”. Dentre as coisas abaladas, “vinha a urna eleitoral; remenderam-n’a como puderam mas nunca houve funcionar a contento; a peça perdida devia ser alguma mola real. Dois frasquinhos de homeopatia ninguém descobriu onde paravam; continham noção do dever e responsabilidade, em grânulos”.

A crítica se torna mais ácida quando se constata que, com tantos motivos para se rir, o brasileiro não conseguia achar motivo para isso. Principalmente, afirma Lobato, depois que a pátria se tornara francesa. “Nós é porque somos o povo mais sorno do continente e o que menos ri, e o que quando por necessidade higiênica de arejar o fígado prescreve-nos o médico umas sacudidelas intestinais por meio da gargalhada, vamos buscar em França ‘Pericholes’ quando em casa temô-las rabelaisianas”. O artigo não se preocupa com a caricatura apenas dos nobres, volta-se ao povo, também merecedor de bom desenhista: “os rapazes recém-saídos do alfaiate só tem olhos para o vinco das calças; em vez de elegantes saem-no bezeros bem enfarpelados, mas com visíveis sintomas de tênia”. As moças, por sua vez, “entreexaminam-se de esguelha; lembram terneiras de raça recobertas de gaze e sedas, mal aclimadas e corroídas do mesmo mal dos rapazes. Circulam, bocejam, e se vão, nos antes reluzentes, como sonâmbulas”. Sentencia o texto em termos científicos: “O mal do país é esse, a bezerrice. Se algum químico decompuser o ar que se respira nos salões talvez encontre metido entre o oxigênio e o azoto algumas moléculas desse novo gás ambiente”. Sem piedade para com seus colegas de escrita, Lobato afirma serem os poetas nacionais cegos pela busca de temas completamente distantes da terra em que vivem, na qual os assuntos dignos de comédia seriam abundantes: “Os nossos poetas são um chorar lágrimas como punhos sobre tais e tais ilusões perdidas – no fundo dos quais todo o mundo percebeu um amanuensado que falhou, quando não, a tábua da menina enfermiça dos fígados em cujos olhos de vitelinha clorótica se afogou o coração do tolo”.

Não mais em tom caricatural, mas mostrando ao leitor a necessidade de se valorizar os mitos nacionais, em “Como se formam lendas” (16/02/1915) Lobato volta aos poetas chorões sem estilo: “Não há palerma por mais canhestro em exalar as comichões do seu coração arranhado num cinema pelas olhadelas escorridas duns dezessete anos de saia que lhe não chimpe em carta rosa três metáforas, em duas das quais pelo menos, fulgura a estilha, dessorada pelo uso, de um helenismo”. Afastados da pujança grega, e sem característica nacional, os poetas pátrios levavam anedota condizente com o tipo de escrita que produziam – tais como erros de transcrição alteraram o sentido de histórias antigas, a utilização vulgarizada do lendário grego iria criando novas imagens, ainda que sem vigor artístico.

Como já se viu, a ironia em “A hostefagia” (11/04/1915) se dá por meio de jargão fisiológico. O texto adquire, em toda sua tessitura, a função irônica ao apontar a antropofagia consciente na batalha moderna como recurso para a solução dos gêneros alimentícios nos campos

de conflito. A exposição da proposta de consumo de carne humana segue uma lógica que, somente ao final, leva o leitor à certeza de que se trata de severa crítica ao derramamento de sangue da Primeira Guerra Mundial. “A supressão do sistema atual pelo indicado barateará a guerra a um mínimo risível, além de que dará velocíssimas asas aos exércitos”. Para animar os homens a enfrentar as trincheiras, “inútil então as frases de arrepiar o entusiasmo, a Napoleão, nem o entremostrear às tropas, em boletins chorosos, a imagem da pátria em perigo, esperando tudo delas”. Para isso, bastaria, no futuro, após um dia de jejum forçado mostrar o inimigo pela frente e lembrar ao exército a quantidade de alimento que os espia. Menos palavras e mais ações para uma história marcada pela preocupação de cada um com sua própria barriga, como deixara marcado na figura caricatural de D. João.

Bacharelismo e arte se deparam em “A propóstio de Wasth Rodrigues” (08/01/1916), no qual, antes de abordar questões estéticas do pintor, Lobato demonstra a seus leitores meandros da máquina administrativa que, em vez de contribuir efetivamente para a cultura nacional, dedica-se às práticas politiqueiras. Fomentar a nacionalidade por meio da formação de artistas é obrigação do Estado, no entanto, este operaria às avessas: “não obstante esta intuição de bom senso o Estado opera às avessas. É que atrás da impessoalidade do Estado está sempre escondido um homenzinho”. Esse “homenzinho” é a representação dos interesses políticos acima dos legítimos interesses da nação. “Entre nós os homenzinhos que dentro do touro de bronze oco do Estado entendem das coisas d’arte, fogem à concepção mundial do artista prefigurada acima”. Apesar da óbvia constatação de que o modelo de pensionato brasileiro no exterior era fracassado, o “homenzinho” não aceitava sugestões – “vá a gente dizer estas coisas aos homenzinhos alapados no bojo do Estado e detentores das manivelas da subvenção!”. Mostram seu desprezo pelos não entendidos no assunto: “sorriem de puro dó, os alhos”.

A classe abastada vira alvo do escritor. Nas casas em que entram quadros comprados nas exposições, são hegemônicas as reproduções francesas. Quando muito, imagens estigmatizadas do homem nacional, qual seja, o caboclo:

Para desencargo de consciência uma ou outra telazinha nacional, as mais das vezes um caipira picando fumo. Porque a pintura indígena inda não transpôs o caipira picando fumo. Des’que Almeida Júnior, o precursor, o artista educado lá que melhor reagiu contra a corrente, rasgou picadas novas com o seu picador de fumo, não houve espreme-bisnagas que se não julgasse obrigado a pagar esse

tributo de captação ao caipira. A modos que, lá pelo ano 3.000, a arqueologia restauradora da nossa época, por meio de telas coevas, chegará a uma única conclusão: naquela metade de século, no Brasil, o caipira picava fumo. Só, e nada mais.

A arte como remédio ao bacharelismo nacional. Popularizar o teatro, usar o cinema para divulgar ciência, não são somente saídas para dinamizar a economia. São também estratégias para a sobrevivência de uma arte saudável, liberta dos valores franceses e europeus em geral. Texto bem posterior, “O teatro brasileiro” (14/10/1922) elucida bem isso. É importante notar, aliás, que no segundo artigo de 1915 sobre a caricatura, Lobato expõe a idéia de que somente o povo é que legitima um estilo ou um gênero. Usando a imagem do mata-pau, afirma que a planta parasita é uma mentira enquanto seus filamentos não alcançam o solo. Quando ocorre o contato, porém, engrossa os cipós, ganha força, e estrangula a planta hospedeira. “Isto não é retórica, é verdade e serve de símile à neo-caricatura indígena que, abandonando a esfera restrita das camadas que entrajam casimiras, vai meter raízes no suculento esterco que é o povo, único alfobre capaz de vitalizar a arte”. Em outros termos, a cultura somente ganharia vigor em contato com a massa vitalizadora, cujos parâmetros iriam inevitavelmente sufocar as diretrizes escritas pela “alta sociedade”. Vitalizar aparece como conceito econômico, oportunidade de dinamizar o mercado interno da cultura brasileira.

Desenvolvimento social: mercado, cultura e ciência para todos

Abordando a questão do problema de sustentação do teatro nacional, num artigo de 1922, ano das apresentações da “Semana de Arte Moderna” no Teatro Municipal de São Paulo, Lobato demonstra novamente a concepção de que os moldes franceses, identificados com o das camadas sociais mais elevadas no Brasil, não frutificavam entre a população. “No teatro, o grande estímulo criador sempre foi o apoio público. Este apoio faltou às tentativas oficiais. Os espectadores nada viram no movimento que os interessasse”.

Teatro por sessões: a idéia tinha dado certo no Brasil. Inspirada no cinema, era muito mais interessante ao grande público – “Era uma idéia. Divertia – e não massava. Além disso – argumento sério, barato!”. O teatro moderno seria proveniente desta demanda, não das concepções clássicas de uma arte para eleitos. “Forçou-o a ser breve, incisivo e barato. A ser

moderno, a ser democrático. Não mais privilégio dos ricos, como o teatro de outrora – que subsiste hoje sustentado apenas pelos ricos – mas de todo o mundo. Quinze, vinte mil réis a cadeira? Não. Três apenas, e até dois”. Economia de tempo também era vantagem, pois “o outro, o dos ricos, exige o emprego de toda a noite; o recém-criado pede menos, hora e meia se tanto, tal qual o cinema”. Afinal, só os ricos poderiam esbanjar o seu tempo, “o remediado tem que ir cedo, no outro dia, para o serviço. É-lhe, pois, vedado, em absoluto, o teatro à antiga”. Como aferir lucro de peças demoradas, agradáveis – se tanto – a um público raro, que não alimentaria muitas apresentações? O teatro conciso permitia isso, sem perder a qualidade. Comprovação da aceitação do público eram as bilheterias cheias. “Comédias finas, ricas de emoção, libertas de pimenta e do sal grosso, viram-se aplaudidas com entusiasmo”.

Contribuindo para o sucesso estavam as cenas com prosódia brasileira. Não a língua lusitana para lusos, mas o português usado pelos brasileiros. “Essa disparidade se agrava na classe média, que frequenta os teatros e lhes dá vida, porque nelas é menor o hábito da leitura do lídimo português, menor que é a sua cultura literária”. A Companhia Abigail Maia tivera sucesso com o novo formato, agradando à classe que pagava dignamente as apresentações, porque mais numerosa, porque menos afeita aos moldes franceses. Sob a direção elogiosa de Oduvaldo Viana, tinha-se, enfim, teatro brasileiro: “seus atores, todos nacionais, falando a nossa língua, prosodiando à nossa moda; o apuro das montagens, o capricho dos cenários, o amor inteligente com que são tratados os papéis; a ausência de chulice, de ‘charge’ forçada”. Encerrando o texto, uma tirada irônica: “Vai cessar, finalmente, esse horrível estado de coisas que durou até há bem pouco tempo: um país que ia ao teatro mas não entendia patavina das peças... a não ser que levasse consigo intérpretes juramentados”.

O entusiasmo por um mercado mais democrático para a arte, porém, aparecera anos antes, em 1915, no segundo artigo sobre a caricatura no Brasil. Apesar do tom cômico do texto, Lobato insere comentários sérios a respeito do fazer arte – fosse ela qual fosse – no território nacional. É com muita simpatia que “A caricatura no Brasil – II” (28/01/1915) relata a estratégia de Calixto e Raul para se manterem em publicação nas folhas: “o meio porque conseguiram algumas delas obter públicos é curioso. Fugiram de procurar apoio nas classes cultas; desceram às plebéias, estudaram-lhe os gostos, as predileções, o alcance mental, a capacidade de percepção satírica”, tal como “industriais alemães” ofertaram o produto a contento do freguês. “Os desenhos típicos se resumiam em grupos de políticos evidentes lardeados dum diálogo muito lisonjeiro ao paladar da

patuléia”. A invenção dera resultados, colocando de “supedâneo às revistas os níqueis disponíveis no bolsinho de todo o guarda-freio da Central, chefe de linha, escavador, carroceiro, motorista ou porteiro que se ligava a algum paredro pelo fio do voto, e todos andam ligados”. Expandem os negócios expandindo-se geograficamente – “outro recurso não menos hábil foi cultivarem as amizades de todas as bandas de música que zabumbam os ares do país, de Mato Grosso do Sul, de todas as irmandades do S. Sacramento, todas as corporações e demais grupos associados em torno dum ideal ou um peru”. Conquistar o apoio de diferentes grupos era abrir diversas possibilidades de publicidade e venda, ainda que tivessem de usar a fotografia como meio de “eternizarem-se em efígie”: “com se multiplicarem tais grupos em tais revistas, pela reprodução fotogravada, a meia imortalidade conferida pelo azotato de prata se integrava em imortalidade inteiriça, tão sólida como a da Brasileira de Letras – e a folha apanhava um bandão de assinantes”. Num país de núcleos urbanos tão distantes, era engenhosa a estratégia de cultivar amigos até os confins do Acre, “à custa de lhes publicar a tromba sublinhando-a dum elogio”, tinha algo de gênio, admitia o autor:

“Vinde a mim “garçons” de hotel de Pilão Arcado a Bebedouro, estafetas, caixeirinhos, irmãos de S. Benedito, guarda-chaves, motorneiros, todos que soletrais, do Icó a Òbidos, de Encruzilhada a Salesópolis, colhendo os primeiros frutos da escola pública republicana; ajudai-me a viver, que vos divertirei imensamente”.

Reflete o escritor: “as camadas altas andam gafadas de francesismo; assinam a “Ilustração” e riem pelo “Fantasio”. Nada há que esperar deles”. Calixto e Raul apelaram ao grande público: “Protegei-me que te darei histórias do Chantecler, retratos de Antonio Silvino e ‘clichês’ (ó sórdida palavra!) de todos os grandes crimes que alegam este Rio de Janeiro”. Mais uma vez surge a metáfora biológica para explicar o sucesso dos caricaturistas, afirmando que “todas as belas florações são, assim, oriundas de uma semente fincada num monte de esterco. O aproveitamento industrial de todas as vaidadezinhas ingênuas e provincianas do país inteiro criou – é prodigioso! – revista ilustrada de ampla divulgação”. Para isso, haveria concessões inevitáveis, porém, “não se lhes condenem o uso sistemático do catão, insulsez, da ausência de arte e bom gosto; foram meios de criar indiretamente a atmosfera propícia ao desabrochar do desenho humorístico de boa liga”. Afirma o texto que “a chalaça acachaçada” é mãe do chiste.

Caricaturistas renomados só podiam surgir pelo ambiente criado pelo povo, “são flores definitivamente aclimadas que viçarão com esplendor neste solo”.

Percebe-se, portanto, que ser contra o bacharelismo significa ser a favor da ciência e da vitalidade da cultura nacional. A consciência de mercado em Lobato juntava-se à preocupação de criar uma civilização digna moral e economicamente. Por acreditar na livre iniciativa e no mercado como fatores de desenvolvimento, olha para o povo como força propulsora do trabalho, seja como mão de obra, seja como criadora e consumidora de novos produtos. Aconselha diretamente ao agricultor, em “A conquista do nitrogênio” (15/01/1916), que este não se deixe enganar por qualquer orientação do setor agrícola do governo. Para ilustrar a ineficácia da administração pública para a agricultura, faz paródia de publicação voltada para a produção da “cultura da abóbora” – “ara-se a terra com um arado de disco número tal, destorroa-se com o destorroador tal, gradeia-se com a grade tal; depois aduba-se com tantas toneladas de fosfato de cal, tantas de potassa e mais uns quilos de ouro em pó”. Concluindo o cortejo de ironias, o resultado de seguir o governo: “entrega-se a fazenda aos credores e vai-se cavar um empreguinho de inspetor sanitário”. Afirma ainda que “é uma beleza ‘fazer agricultura’ em papel almaço, na calma duma repartição pública”, com ordenado garantido e transcrição de manuais franceses. “Felizmente o país é analfabeto e há o ganchinho...”. Ganchinho do banheiro, onde os papéis do ministério seriam mais úteis. Ironia nada sutil. Encerrando o ano de 1916, no último parágrafo de “O aproveitamento integral da laranja” (13/12/1916), escreve:

Além do que, isso de sendas novas é um perigo. Não já como manquejar pela estrada mestra, de todos batida: café para a lavoura, fábrica de fósforos para a indústria, empreguinho público para o resto. Não obstante as idéias tem o poder fecundante do pólen; como ele voam nas asas do vento, e num ou noutro raro estame rico de iniciativa hão de cair e hão de germinar. Esperemos na costumeira atitude budista, que algum colono italiano ou alemão seja esse estame precioso donde nos venha a realização industrial do que cientificamente Pedro Baptista de Andrade já realizou.

Sua descrença no homem público, bacharelesco, é total. Por isso, na série de artigos de 1918, iria voltar-se rispidamente contra os representantes das classes governistas, muitos deles sem “raízes” ligadas ao solo do “mata-pau”. “A ação de Oswaldo Cruz” (18/03/1918), não só

apresenta ao leitor a importância da ciência no combate às endemias presentes no Brasil, mas também busca atingir idéias ilusórias sobre a nação, o que considera prejudicial aos próprios brasileiros. Primeiro, a convicção de ser o povo mais inteligente e sensato do mundo; segundo, a certeza da riqueza; terceiro, a invencibilidade histórica, colocando-o ao lado do Japão neste quesito. Quem propagaria essas idéias, senão os ufanistas de anéis nos dedos? “Em prosa, palestra, conferências, ‘meetings’, poliantéias, artigos de fundo, revistas de agricultura, livros escolares, hinos da Guarda Nacional e no sr. Afonso Celso, estes dogmas, lardeados de comovidas ufanias pelas demais maravilhas da nossa terra, impam solenes”, certos de que o mundo invejava a sorte de ser Brasil. “Cardumes de poetas menores – desses para os quais em sua República Platão (ó divino Platão!) legislava: ‘Coroai-os de rosas, e expulsai-os em seguida’ – por sua vez puseram, em verso, a grande ilusão, de modo a perpetuá-la pela mnemônica da rima e do metro na cabeça fraca do povo”. O mesmo povo que deveria ser o solo fértil da arte, porém, adoentado, é ingênuo, decorando a sério “o agradável estribilho da riqueza sem par, da inteligência primacial e da invencibilidade parelha da nipônica; e, conseqüente com o ensinado, assumiu uma atitude lógica: papo ao ar em sorridente sonolência”.

No segundo artigo, “20 milhões de opilados” (19/03/1918), retoma a imagem de “Urupês” (23/12/1914), com o romantismo forçado na ideologia nacional sobre o indígena e o caboclo – “esses heróicos sertanejos, fortes e generosos, evolução literária dos índios plutárquicos de Alencar; essa caipirinha arisca, faces cor de jambo, pés lépidos de veada, carne dura de pêssego: licenças poéticas do estro bucólico de poetas jamais saídos das cidades grandes”. A verdade dos campos é outra: “O que nos campos se vê deambulando pelas estradas com ar abobado, é um lamentável naufrago da fisiologia a que chamamos homem por escassez de sinonímia. Feíssimo, torto, amarelo, cansado, exangue, faminto, fatalista, geófago, é um viveiro ambulante do verme destruidor”. Mas no litoral, na capital, os representantes políticos, hegemonicamente da estirpe dos poetas descritos, “os paredros do litoral, luminares da política, os sumos pontífices da intelectualidade, zaranzas em fisgar soluções puramente formalísticas”. Com ironia, descreve as soluções das grandes cabeças do litoral: “Uns, para exterminar os males que decorrem desta lepra do duodeno... querem a revisão constitucional. Basta mudar uns pronomes, puxar para cá uma vírgula do artigo sexto, botar mais dois anos no período do presidente, e ‘voe ancilóstomo!’ ”. Outro reivindica o sufrágio com direito de voto estendido às opiladas; “este convence às massas

de que, vestindo farda obrigatória, o doente Brasil sara. Aquele proclama como panacéia, das boas, o parlamentarismo. E o país continua na faina sem fim de ciclar o todo-poderoso verme!...”.

A indignação com as autoridades afundadas em literatura na capital aparece também em “Três milhões de papudos e idiotas” (20/03/1918) – “os literatos das capitais bizantinizam em ‘estilo torturado’ sobre a colocação dos pronomes e outras maravilhas; poetas a granel gastam boas doses de fósforo na metrificação de umas mágoas de mentira, e de uns amorezinhos de esquina”. Artistas brasileiros, “de olho ferrado na França, auscultam o pulsar do coração latino para fisgar de primeira mão a corrente em via de substituir o parnasianismo; políticos armam e desarmam casos, requerem ‘hábeas-corpus’, eructando com riqueza de RR roçagantes a grande palavra República”. Ao final do texto, quer a substituição integral do bacharel pelo cientista: “por instinto de conservação é força que o bacharel – “triatoma bacaalaureatus” – entregue o cetro da governança ao higienista para que este, aliado ao engenheiro, consertem a máquina brasílica desengonçada pela ignorância enciclopédica do rubi”.

Ignorância enciclopédica: não apenas por ser uma grande ignorância, mas por se prender somente aos livros, obras desconectadas de qualquer relação com o interior das regiões brasileiras. No mesmo artigo, apela novamente ao leitor para que o bacharel fosse exterminado da administração pública, considerando que “a República dos Estados Unidos do Brasil é um gigantesco hospital dirigido por bacharéis”; “e conclui-se ainda que é tempo dos sofistas de profissão cederem o passo aos médicos higienistas”. Afinal, “o bacharel no Brasil faliu”. Para comprovar isso, sai do âmbito da saúde, passeando por outras secretarias igualmente falidas pelo rubi – “dominando sem peias na política e na administração, não conseguiram eles organizar sequer a justiça”. Algo inconcebível, pois “vivem a lamuriar de juízes, tribunais e leis, da Justiça em suma, uma coisa criada por eles, que funciona por intermédio deles, para uso, gozo e proveito deles – e no entanto positivamente falida”. No entanto, “Manguinhos, nos seus poucos anos de existência, mal dotado pelos bacharéis da governança com verbinhas choradas, resmungadas, ratinhadas às gordas maroteiras, com meia dúzia de estudiosos lá dentro animados pelo espírito criador de Oswaldo Cruz”, a oposição é gritante, “Manguinhos já fez mais pelo Brasil do que um século inteiro de bacharelise onipotente”.

No texto “Doze milhões de impaludados” (21/03/1918) volta-se à analogia histórica com Bizâncio. “É doloroso dizê-lo: as coisas estão assim, e ninguém, fora do círculo restrito dos discípulos de Oswaldo, põe tento na gravidade da situação”. Governo e literatos mantém uma

postura comum quanto ao caso, “a parte culta da sociedade, folga e ri”. Segundo o escritor, a situação recordava Bizâncio porque “lá também era assim. Maomé II desfraldava o pavilhão da meia-lua nos muros da cidade, enquanto os bizantinos disputavam gravemente sobre a consubstância do Verbo ou a Luz Incriada do Tabor”. O Brasil estaria plagiando o Baixo Império na agonia. Reformas eleitorais, conselhos ufanistas, homenagens a personalidades, as respostas para as enfermidades assoladoras eram nenhuma. “A leishmaniose ulcera horripilante a cara de milhares de irmãos miseráveis? Nós colocamos pronomes”; “a lepra campeia avassaladora, encaroçando as carnes e putrefazendo em vida centenares de indivíduos? Nós cantamos ‘rag-times’ patrióticos”. Seguindo com as perguntas e respostas, a ironia se torna mais pesada: “Legiões de criancinhas morrem como bichos, de fome e de verminoses? Nós abrimos subscrições para restaurar bibliotecas belgas”; “a mulher dos campos mumifica-se de miséria aos vinte anos? As damas da cidade five-ó-cloctizam em francês nos Trianons e nas Cavés, mostrando uma às outras fotos de pelados que elas amadrinham”. Fotos dos pelados que amadrinham, indício do assistencialismo improdutivo que não tirava o Jeca da precariedade geral, ironia que ainda conta com um neologismo ao gosto dos modernistas: “five-ó-cloktizam”.

“Fauna mentirosa de apologistas”, a metáfora sequer permite a ironia no sinônimo atribuído aos bacharéis em “Diagnóstico” (22/03/1918). No “Primeiro passo” (05/04/1918) a ironia lobatiana atinge a escola, local onde a “mentira pia” começaria. Não era a escola nos moldes do Liceu administrado por Severo, era uma instituição inferior, despreparada para ensinar a pensar. A ingenuidade do público iria assim sendo alimentada desde criança, acreditando o povo que estaria no melhor dos países. Por isso, o primeiro passo era ver-se doente, para tomar providências, “examinar os problemas vitais com olho médico e não com a ponta da língua bacharelesca”. Fotografar-se é o que fazem os luminares do litoral, segundo “Déficit econômico, função do déficit da saúde” (07/04/1918): “Os higienistas clamam com desespero. Surge um livro como o de Belisário Pena. Correm arrepios de horror em todas as consciências. Os nossos estadistas enfarpelam-se, sacodem o pigarro fora e.... fotografam-se de novo”. A conclusão do artigo não despreza a ironia como recurso para a fotografia da alta sociedade da nação brasílica – “Nessa toada em menos de duzentos anos estará o Brasil libertado de uma das suas endemias, podendo, então, cuidar das outras com igual largueza de vistas. Entrementes, fotografemo-nos”. O texto encerra sua argumentação insistindo nas lentes da publicidade característica da época, apontando como vantagem que “nossos netos e bisnetos, aos quais legamos tantos ônus, possuam

bons documentos do aspecto somático do ‘homo sapiens’ em florescência e frutificação na atualidade”. Sem tal registro, “como poderiam eles mais tarde deduzir dos atos praticados que seus avós pertencessem ao gênero culminante na escala dos vertebrados?”; “o ‘animus photographandi’ é uma precaução sugerida pelo instinto do pudor”.

No artigo “Início da ação” (12/05/1918), Lobato dá o diagnóstico dos bacharéis, os quais, em vez de argumentarem nos jornais, faziam ataques de cunho pessoal. “Incidem no quadro clínico da beladona. Entram em sua composição três partes de Acácio em alcoolatura do Mr. Homais, de Flaubert. Poção evidentemente inócua. Não obstante, quem inventasse o pó da Pérsia que eles reclamam prestaria um bom serviço à gente séria”. Como bacharel formado que era, quer combater a doença intelectual de sua própria classe social. Busca catequizar seus leitores com a ciência, levando ao surgimento de homens cujos valores morais seriam concomitantes ao desenvolvimento social, material e cultural. Seria, pois, a cultura – entendendo-se a ciência como face privilegiada – um remédio contra o bacharelismo. Uma metodologia adequada para incutir nos brasileiros a consciência de sua brasilidade. O bacharel equivaleria ao afrancesamento do povo, à mentira oficial dos cartões postais do litoral. Por isso, conhecer a si mesmo, fosse por meio de um inquérito sobre o saci, fosse por meio da regeneração das artes plásticas, contaminadas pelas influências do exterior, era ponto fundamental de um projeto de Brasil.

“A revolução do ensino” (18/11/1920) traz ao leitor explicação necessária para que este compreenda a urgência de uma reforma no sistema educacional brasileiro. Causa primordial do problema, a importação do modelo europeu fracassara. “A máquina emperrou de vez, burocratizou-se, teve sempre pela cúspide, a governá-la espíritos vacilantes mas atentos às fórmulas que à essência das coisas. O papel gatafunhou-se às resmas, o verbalismo imperou”. O escritor não despreza dados financeiros para comprovar suas teses: “para manter esta máquina ineficiente e grotesca, S. Paulo despendia vinte e tantos mil contos anuais, chegando, ao cabo de trinta anos, ao mirífico resultado que a estatística denunciou: analfabetos de 7 anos, 91%; de 8 anos, 82%; de 9 anos, 71%; de 10 anos, 72%...”. Conclusão: “Não há de boa fé, dois juízos possíveis a cerca do aparelho de instrução paulista: não presta, não rende, não funciona, não resolve o problema. Não é simplesmente mau, é péssimo. Mais que péssimo: indecente”.

O entusiasmo do articulista não poderia ser maior com a proposta de uma reforma “pé no chão” para a educação paulista: “examinou-se o terreno, levantou-se o mapa do território inimigo, sabe-se onde estão os núcleos de ignorância a atacar, vai-se derramar por todos eles o ‘quantum’

de instrução o permitem as condições de um tesouro recém-saqueado por um cardume de piranhas”. Elogia os dirigentes da reforma, “inimigos da politicagem e atentos unicamente ao bem público”. Enfim, “o acaso desta vez foi generoso para com São Paulo. Varreu a camarilha dos fátuos embandeirados em arco e pôs no lugar a coisa rara por excelência entre nós: honestidade, seriedade, competência e valor pessoal. O valor reflectivo, luz de lua, faliu de vez”. Se havia um projeto de Brasil, ele se fundamentava no conhecimento, na ciência, na valorização do fato em detrimento à divagação bacharelesca. Uma reforma tão importante era executada por figura política conhecida no círculo d’*O Estado*, Washington Luís, então presidente do Estado de São Paulo (1920-1924). Ainda que representante político de partidos oficiais, não se pode desprezar a afinidade com o grupo do periódico. A reforma procedia-se, pois, ao gosto dos intelectuais que vislumbravam em Washington Luís a possibilidade efetiva de São Paulo tomar o facho de luz requisitado para iluminar a nação. O que se daria ao final de 1926.

Mas a revolução do ensino deveria ser concomitante a outras conquistas. Em termos de arte, não poderia ser diferente.

A crítica ao estilo francês se faz, por exemplo, em “A questão do estilo” (25/01/1917), artigo em que a evolução explicaria a natureza da verdadeira obra da identidade nacional. Essa seria aquela que trouxesse as marcas da brasilidade, retomando padrões estéticos e atualizando-os, sem perder, assim, o vínculo com a própria história. A analogia lobatiana é de cunho biológico e, também, eugênica: “Não contraria a evolução um preto que é moleque aos 10 anos e aos 70 é um negro velho”; porém, “contraria-a, e faz a caveira de Spencer estremecer na cova, um bugre que bugre nasceu, que cresceu bugre, que é bugre aos 20, aos 30, aos 70 anos, que é bugre sob Pedro I e sob Pedro II, que é cada vez mais bugre na República”, pensar que é um legítimo cidadão europeu: “e principiar a moer francês de Madagascar, a fumar ‘cigarettes’, a ler o ‘Figaro’, a tresandar ‘Houbigant’, e a exclamar, quando lhe passa ao pé um bugre autêntico, sincero, com tanga nos rins e cocar na sinagoga: — Sale, tête, vá!”. A ironia do autor corresponde ao ridículo que, segundo ele, seria a situação da arte brasileira, sem cara própria. “Assim deve ser a nossa arquitetura: moderníssima, elegantíssima, como é moderna e elegante a língua do poeta; mas como ela pura do plágio, da cópia servil, do ‘pastiche’ deletério e filha legítima dos seus pais”.

O segundo texto de mesmo título, “A questão do estilo” (11/02/1917), dá continuidade à discussão sobre a caracterização nacional da arquitetura. “Somente nos povos ‘in fieri’ como os

sul-americanos é que um exame superficial delata semelhante desvio biológico. Exame superficial, digo, porque se o aprofundamos surge clara a chave do caso”. Todos os povos atravessariam períodos correspondentes na vida humana ao da infância, épocas em que os traços fisionômicos, indefinidos, vagos, denunciam mal a feição futura do adulto, explica Lobato. O simples fato de, pela imprensa, debater-se a questão do estilo já seria indício de intenção de reconhecer a si mesmo. Como se nota nos dois artigos, os argumentos do escritor giram em torno da tese central de que é possível ter um estilo “brasileiro”. E esse estilo haveria de recuperar traços da arquitetura colonial, dando-lhe roupagem moderna, evolução natural do fazer artístico arquitetônico na América.

No entanto, é em texto anterior, o último duma série de três textos sobre o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, intitulado “A criação do estilo”, em que se expõe com mais evidência a relação que Lobato enxerga entre a arte, o conhecimento técnico e o enriquecimento cultural do povo. “Não promana dos grandes mestres das artes plásticas a feição estética duma cidade”, antes, os humildes artistas sem nomes, dariam cara às construções. Do humilde marceneiro ou construtor “sai-lhe inteirinha das mãos a casa popular como ainda a burguesa, e, em grande parte, o palacete rico”. Se assim é, não é portanto na educação dos bacharéis que se deve pensar, mas na dos trabalhadores. O Liceu, em sua missão de formar mão de obra, era exemplo profícuo de procedimento eficiente no ensino das mais diversas atividades. “Incultura nos incultos, meia-cultura nos cultos, esnobismo infrene nos ‘entendidos’ e cubice paranóica nos paredros supremos: eis o quadrado dentro do qual a feição estética da cidade evolui”.

Questões estéticas à parte, a visão de Lobato sobre a criação do estilo dialoga diretamente com aspectos econômicos, trabalhistas, educativos. Pela arquitetura, pois, haveria de se educar os olhos da população, já que “estilo não se cria. Nasce por exigência do meio”. Os elogios para a escola dirigida por Severo são registrados ao longo dos vários artigos sobre a instituição e sobre a arte de modo geral – “Está pois nas mãos dum estabelecimento como o Liceu, já perfeitamente radicado, criar o estilo da cidade, criando o artista capaz de estilo”. A meia cultura dos artistas feitos para as grandes casas não dariam face a São Paulo, mas o trabalho da legião de operários-artistas legaria traços genuínos à metrópole. Lobato chama a atenção do leitor para o eldorado de temas virgens que haveria entre os brasileiros. Bem aproveitados, poderiam penetrar “em todas as casas burguesas como portadoras da infinidade de temas nacionais menosprezados”. Tarefa tão grande em termos de formação de mentalidades, somente a cargo de homens capazes de ver nas

massas a força modificadora do estado lamentável das coisas brasileiras. “Esta orientação só pode partir do Liceu. Ramos de Azevedo e Ricardo Severo, são mais que dois nomes, duas forças poderosas no campo da estética. Podem exercer na massa anárquica do nosso meio a influência de Affonso Arinos nas letras”.

A postura permanece em “Exposição Georgina-Lucílio de Albuquerque” (26/02/1919) e em “Um grande artista” (16/11/1921), artigos nos quais o crítico enaltece justamente a habilidade de captar as paisagens, as cenas cotidianas, as ações mais representativas do povo brasileiro cujas telas, analisadas quanto à cor, ao desenho, ao foco, à luminosidade, são exemplos do empenho em fugir ao “francesismo”. Para alguém tão envolvido com tal projeto de nacionalidade, ficaria a impossibilidade de compreender movimentos estéticos afastados de preocupações locais, geradas no seio das polêmicas de interesse exclusivamente brasileiro. Compreende-se, enfim, a ironia de Lobato em “Oswaldo Teixeira” (18/05/1923), último artigo sobre arte publicado em *O Estado* antes de sua viagem como adido comercial aos Estados Unidos:

Mas... detenhamo-nos. Ninguém quer saber disto, e, com honrosíssimas exceções, a pintura por aqui só tem uma função: produzir retângulos coloridos e bem assinados, que encham os claros das paredes. Quantos amadores adquirirão uma tela movidos por injunções do senso estético? Quantos procurarão na tela uma fonte de sugestões mentais e sentimentais, música de formas e cores, com que devanear em certos instantes da vida?

Há-os assim, ninguém o nega. A maioria, porém, só vê na pintura um meio elegante e caro – “chic”! – de tapar os grandes e pequeninos claros das paredes.

Nada de queixas. Podia ser pior...

4.2.3. A arte, a ciência e a narrativa: instrumentos textuais

Embora usando como argumento de seus artigos fatos referenciados pela imprensa e os discursos científicos correntes, Lobato tinha na historicidade do tema tratado uma forma de convencer o leitor da legitimidade de seu ponto de vista. Ainda que em um texto como “Entre duas crises” (30/10/1913) a história fique no âmbito dos meses anteriores, nos quais as crises afloravam e repercutiam na vida nacional e paulista, nos demais textos os fatos, sejam de um

passado distante, sejam de um passado recente, contribuem para compor um quadro de evolução natural da questão em voga.

Quando trata da caricatura, Lobato enumera obras, cita autores e exemplifica situações. É fácil deduzir o escritor como leitor profícuo, bom sintetizador do que lê, uma vez que as informações são de caráter enciclopédico, característica de estudos monográficos. É possível ver um enciclopedismo em Lobato inerente ao desejo de informar o leitor mostrando-lhe como o que defende tem fundamentos na história e, também, como esta se faz com outras idéias de outros pensadores. No primeiro artigo sobre a caricatura no Brasil, traz dos gregos até à modernidade cenas do fazer caricatural: “depois de Pégaso, Júpiter. Um discípulo de Apeles o encafuou em tela humorística de grossa voga: ‘Jove desentranhando-se de Baco’. De mitra na cabeça o deus esquece a serenidade olímpica e berra como relíssima ilota da Lacônia”.

A narrativa lobatiana e seus personagens

Lobato, porém, não parece estar preocupado em dar apenas verniz cultural ao texto ou oferecer assunto pitoresco ao leitor. Entre a literatura e o jornalismo, aparece a narrativa como traço caracterizador de seu estilo. Contar uma história, tenha ela veracidade ou não, é uma forma cativante de se aproximar de quem abriu as páginas do jornal e poderia rapidamente cansar-se de textos mais “secos”. Sem dúvida, a narrativa dá outro ritmo ao artigo, aumenta o trágico, intensifica o cômico, trabalha produtivamente com a ironia. “A caricatura no Brasil – I” (27/01/1915) apresenta o episódio já comentado sobre o rei francês Luiz Philippe. O caso é narrado de forma que o cômico do relato seja ressaltado. A absolvição do caricaturista, levado ao tribunal por abusar da silhueta do rei é assim descrita por Lobato: “Se ria Temis, salvo estava Phillipon e condenado ‘Philip-poire’. Não obstante, para consolo do rei, arrumaram com uma penazinha pelas costas do caricaturista. Foi pior”.

A história se estende pelo artigo, as ações narrativas têm ritmo e a trama certamente empolgaria o leitor menos interessado que estivesse sobre o assunto em pauta – “O público babou em risos”. Mesmo quando não está narrando uma história, o anedótico não abandona o artigo lobatiano. Para construir sua irônica apresentação, o escritor atribui qualidades aos povos, dando cor às descrições: “não há outro riso possível num povo que cultivava o orgulho como os velhos

holandeses tulipas, possui a Índia, morre de fome sob as pontes, e sabe extrair da Bíblia um supedâneo moral a cada apetite”, um resumo do inglês nato.

Aproxima-se da crônica também “A caricatura no Brasil – II” (28/01/1915). A narração toma a história oficial como mote, e a paródia vai ganhando espaço para as reflexões finais sobre o benefício fisiológico do riso. O escritor não conseguiu apenas descrever a montagem do Estado português em terras tropicais, acabou remontando a história da vinda da corte portuguesa para o Brasil. O literato vindo socorrer o jornalista aparece nos diálogos intercalados em meio às considerações e exemplificações da matéria. No artigo, a voz do rei bonachão, fugido de Portugal por imposição da situação conflituosa com Bonaparte, aparece três vezes:

[...]. Um fidalgo cruza por ele de cigarro à boca; a majestade ofendida argue acrimoniosa.

— Sr. barão, onde pára a etiqueta? O de avoengos toma o lembrete muito ao pé da letra.

— Saberá V. M. que ainda está a bordo, engradada, e segue saltitante.

O rei enxuga o suor e suspira.

Ao quebrar certa esquina recebe o primeiro presente, das mãos de Elias Lopes: uma quinta. Desanuvia-se-lhe o rosto.

— Já tenho onde dormir, ora graças!

— E o trono? onde se meterá a tipóia?

Há vacilações, mas o rei acode logo mastigando um naco de vitela.

— Aqui mesmo, ali ao pé do guarda-comida.

Mas nem só de diálogos cômicos se fazem os artigos de Lobato. Em “Urupês” (23/12/1914), o escritor dá voz ao Jeca, sem alterar a gramática do caboclo. Quer o “sarcopte” *in natura* para o leitor da cidade: “Perguntem a Jeca quem é o presidente da República”, ao que responde o interlocutor de cócoras – “— O homem que manda em nós todos?”, “— Pois de certo que há de ser o imperador”. O outro insiste: “— Havendo uma guerra vai você defender o país?”, e Jeca é sincero na resposta: “— Guerra? Tesconjuro! Meu pai viveu afundado no mato para mais de cinco anos por causa da guerra grande. Eu para escapar de ‘reclutamento’ sou capaz de cortar

o dedo como o meu tio Pedro”. A tragédia social da população enferma é tragicamente exposta no diálogo “comum” denunciado em “Diagnóstico” (22/03/1918):

- Quantos filhos tem, nhá?
- Duas famílias.
- E quantos perdeu?
- Só quinze.

Uma questão literária toma boa parte do texto “Como se formam lendas” (16/02/1915), pois, ao discutir o tema anunciado no título, o escritor obriga-se a tratar do ideário brasileiro com seus mitos. Para o leitor compreender a formação dos mitos, não bastaria citar conferências de Affonso Arinos. Lobato dá vida para a demonstração etnológica, trazendo para o jornal a luz da civilização grega, de onde saíram as belezas do Olimpo, bem como as trevas do povo nórdico, origem de Odin. Para finalizar, é em tom anedótico que conta o erro de tradução da história de Santa Teresa – “vertia um mau latinista a lenda de S. Agueda martirizada conjuntamente com sua serva Undecimilla; fraco em bom senso quanto em latim o copista traduziu em algarismo o nome da serva”, conseqüentemente, “em vez do martírio de Agueda e a virgem Undecimilla resultou para alta multiplicação da barbaridade romana o martírio de onze mil e uma virgens, dum bloco, valendo a serva por onze mil e Agueda por si só”.

Para chocar o leitor com a proposta antropofágica de “A hostefagia” (11/04/1915), o recurso da narrativa é fundamental. Recorre, primeiro, à versão bíblica. Na seqüência, faz um exercício imaginativo e interpretativo. Caim fora marcado por Deus ao pecar contra seu irmão; porém, a consciência que persegue Caim é acompanhada da “Glória em derriço d’olhadelas langues ao primeiro vitorioso”. A história dos povos mais uma vez é tomada como argumento com destino à tese, por si só, irônica. Tanto para os homens que conversavam com Deus quanto para aqueles que desconheciam os regulamentos teológicos judaico-cristãos, a conquista e a luta surgiram como fonte de poder. Mas não se trata apenas da pré-história da humanidade – Lobato mostra ao leitor da folha que os grandes impérios não eram menos violentos, isso por meio de casos: “A meio caminho de Roma as legiões revoltadas de Galba de ‘bandidos’ já eram ‘beligerantes’ e ao pisar na via Appia, ‘salvadores da pátria’ ”. Os exemplos são muitos, fazendo da narrativa o principal modo de visualizar o conceito que se deseja mais palpável ao leitor do século XX.

Mesmo num texto de contestação como “O ‘Problema nacional’ ” (26/05/1915), o tom anedótico, muitas vezes usando a alegoria, não se perde. Ao expor a idéia de Alberto Torres segundo a qual os caminhos econômicos paulistas não seriam os mais apropriados ao país, Lobato insere um sucinto diálogo entre o “Estado” e o escritor de *Problema nacional*: “— Mas se ela enriqueceu-me e continua a fazê-lo! objeta S. Paulo”, “— Não importa, é um crime, secunda o sociólogo fluminense”. Na seqüência, faz do diálogo recurso de veracidade para a matéria, afirmando que, “duvidosos do nosso critério pessoal”, expuseram a opinião de Torres “a um fazendeiro vizinho, que nos respondeu”:

— Pode ser que o livro tenha razão; mas eu vou derrubar aquela mata e plantar 30.000 pés de café.

— Não obstante, o sr. reconhece, como ele aqui diz, que o seu ato vem perturbar as condições climáticas do país; cada árvore destruída é uma pouca de umidade a menos roubada à coletividade. Escassearão os mananciais que as geadas não suprem...

— As geadas? não sabia disso.

— De modo que bem ponderado o sr. comete um crime contra o país.

— Perdão, eu não vou fazer terreiro lá! Não vou destruir, vou substituir as árvores inúteis do capoeirão por árvores produtoras de café, que já enriqueceram meu avô, meu pai e me enriquecerão a mim.

Aquele capoeirão já foi cafezal n’outros tempos. Esteve em descanso durante trinta anos e hoje é só cabetê do legítimo, unha de vaca, jangada e caquera, vestimenta de primeira. Planto ali e largo os 30.000 pés velhos do Varjão. Nestes 40 anos encontrarão lá meus filhos ou netos a terra recomposta como eu hoje encontro esta.

— Mas...

— E além disso eu cuido da minha vida; o governo que cuide do clima. Tinha graça ficar eu adorando o capoeirão porque esse Dr. do livro acha não sei que, não sei que!

Como elemento de crítica, o sarcasmo abala o senso comum. Como elemento de convencimento, as narrativas podem humanizar personagens, dando-lhes ares de herói. Isso ocorre com o químico Bottomley, citado no artigo “A conquista do nitrogênio” (15/01/1916). O

texto aproxima o leitor de um pesquisador merecedor de reconhecimento: “para felicidade do mundo, enquanto metade dos sábios escavaca a mioleira no encaixo de picratos terribilíssimos, no apuro da arte de bem matar, outra metade devassa os arcanos da natureza no afã de aprimorar a arte de bem viver”. No Brasil, personalidade similar era Pedro Baptista de Andrade, citado nos artigos “Os subprodutos do café” (29/11/1916) e “O aproveitamento integral da laranja” (13/12/1916). A respeito do cientista, o primeiro artigo afirma que se tratava de um químico “notabilíssimo, homem de outras eras e de incompreensível feição moral nesta idade áurea do auto-reclamo”. Acrescenta ainda: “Este homem teima em velar com os espessos véus da modéstia o alto valor que lhe dá um labor ininterrompido de 40 anos de laboratório posto a serviço duma inteligência de finíssimos quilates”. Lobato quer envolver o leitor com seu entusiasmo. Para isso, o texto busca captar a atenção de forma que o relato mais insosso, como no caso de pesquisas com café e laranjeiras, tomem proporções homéricas.

Em “A ação de Oswaldo Cruz” (18/03/1918) Pasteur torna-se personagem de curiosa e breve narração. Para demonstrar a seriedade do biólogo, o autor ilustra o texto com diálogo revelador da integridade pasteuriana: enviada a uma região da França para ajudar no desvendamento de um problema que atacava casulos do bicho-da-seda, Pasteur não se faz de sábio, mas, metodicamente, busca conhecer seu objeto de estudo.

— Que diabo é isto? Perguntou.

— Pois é o casulo que v. vem estudar, retrucou Fabre espantado de tamanha ingenuidade. Pasteur examinou-o por uns instantes e depois disse:

— É interessante! – e chocalhando o casulo ao ouvido num movimento de criança: “Ça sonne!”

Na série sobre o Liceu de Artes e Ofícios, “A criação do estilo – III” (06/01/1917) registra o diálogo de grande personalidade como exemplo da falta de estilo de São Paulo, com a palavra, Anatole France: “Quando Anatole France andou por cá, mostraram-lhe os nossos monumentos, na certeza de que o homem pelo menos entreabriria a boca. Mas o requintado artista só torceu o nariz”; “— Já vi isso mil vezes”; “— Onde?”, “Em toda a parte, Europa, Tenkim, Port-Said...”. Quando aborda assunto mais propício à literatura, como em “O saci” (05/02/1917), um caso não poderia ser melhor forma de exemplificar o tema:

O Saci tem horror à água. A propósito narra um depoente no inquérito do “Estadinho” este caso típico. Havia um caboclo morador numa ilha fluvial onde nunca entrara o Saci. As águas circunvolventes defendiam a feliz mansão. Certa vez, porém, o caboclo foi ao “continente” de canoa, como de hábito, e lá se demorou até a noite. De volta notou que a canoa vinha pesadíssima e foi com enormes dificuldades que conseguiu alcançar o abicadouro na margem oposta. Estava a imaginar no estranho caso – um travessio que era canja de dia e virara osso de noite – quando, ao firmar o varejão em terra firme, viu saltar da embarcação um Saci às gargalhadas.

O malvado aproveitara o incidente do travessio a desoras para localizar-se na ilha imune, e desde então nunca mais houve ali sossego para os animais nem paz entre os homens.

Já em “Reflexos morais” (23/03/1918) a conversa do mata-pau com a peroba produz a ironia por meio do trágico. A cena, analogia da relação do povo com o poder político brasileiro, é o encerramento do texto:

— “Mata-pau, não me mates, dizia a peroba ao gameleiro constritor.

— E porque, perobinha amiga, te não hei de matar? Respondeu o facínora vegetal.

— Porque também eu tenho direito à vida, gemeu a suplicante.

O mata-pau, sujeito lido em Spencer, retrucou sentenciosamente:

— Só tem direito à vida quem não mente às leis naturais, quem se defende, quem luta. Se és inerte, e não esboças gesto de defesa contra mim, porque hei de privar-me de crescer e prosperar à tua custa? Impede-me de estrangular-te, se podes; do contrário resigna-te.”

Mas Lobato também não confia somente no efeito das analogias – é preciso explicitar ao leitor a relação entre uma e outra coisa: “nesta réplica está a norma de reação do país, contra o ancilóstomo, contra o tripanossomo, contra o protozoário de Laveran, contra o treponema pálido, contra o bacilo de Hansen, contra a leishmania trópica, e contra, sobretudo, o ácaro político”.

Como se vê, as narrativas dão corpo aos argumentos, deixam as teses melhor demonstradas ao grande público. No artigo de 18/11/1920, “A revolução do ensino”, aponta-se o

falseamento das estatísticas escolares como um dos sintomas do fracasso educacional no Estado de São Paulo e no Brasil de modo geral. O caso é narrado dando-se, mais uma vez, vozes aos personagens:

Um dia entrou em casa uma cozinheira nova, mãe de uma rapariguinha de 7 anos que não freqüentava escola, mas que, de vez em quando, saía para a rua de cartilha debaixo do braço.

— Para onde vai ela? Indagamos uma vez.

— Não vê que o inspetor está aí e a Beatriz, quando ele chega, costuma ir “encher” a escola. Ela e uma porção de outras. E ganha seus quinhentos réis de ficar ali sentadinha. Serve. Dá para o cinema...

Conclusão moral: “criava-se dest’arte entre as crianças uma industriazinha nova: fingir de menino de escola, a 500 réis por cabeça, nos dias de inspeção!... E como este fato, quantos!”. Para espanto do leitor, infelizmente, demonstra o escritor, havia um “desacordo entre os algarismos oficiais dos velhos relatórios pirotécnicos e os algarismos honestos do último recenseamento escolar”. Outras vezes, a voz da coletividade aparece como expressão definidora, como no caso de “Oswaldo Teixeira” (18/05/1923), do qual os quadros mereceriam o louvor do público, provocando “no expectador a exclamação que para os ouvidos do artista já soa qual estribilho: — É um quadro de mestre!”.

A fuga das “cidades mortas”: versões da história e escatologia

Tratando-se de obras de arte, em artigo anterior, “A questão do estilo” (11/02/1917), o articulista conduziu o leitor por paisagens diversas ao redor do mundo. Egito, China, Rússia, Holanda, são lugares citados e apontados como portadores de identidade própria em suas respectivas arquiteturas. Conhecer a história, por mais falsificada que se mostrasse ao leitor, é valor caro para quem escreve, uma vez que demonstrava os fatos por meio da cronologia oficial. O primeiro artigo sobre Rondônia, de título homônimo – “Rondônia – visão do futuro e visão do passado – I” (19/04/1918), oferece ao leitor a aventura do autor inglês H. G. Wells com seu romance sobre a máquina do tempo. Todo o artigo, do primeiro ao último parágrafo, é uma grande introdução à aventura em que Lobato deseja adentrar o leitor.

Para isso, sintetiza sem nenhum pudor o romance de Wells, dando ao texto recursos narrativos, de forma que, mesmo nunca tendo lido a obra original, o leitor pudesse saber do que tratava o livro referenciado. Leitor que saberia tratar-se de uma grande introdução ao final do texto, momento de revelação: “Mas se era única já não o é. Roquette Pinto revela-nos um feito semelhante. Sem uso da máquina de Wells, cavalgando simples animais de sela, por picadões varados a foice, ele operou igual milagre. À diferença foi ter caminhado às avessas”. A aventura do pesquisador brasileiro viria também em forma de narrativa no segundo texto dedicado ao assunto, “Rondônia – II” (23/04/1918).

Após descrever aspectos geográficos do Mato Grosso, o artigo passa à narrativa do sucesso da expedição de Rondon ao “Reino dos Parecizes”. De um fato histórico, o leitor entra na viagem do marechal acompanhando a dura caminhada e as conquistas passo a passo. Para isso, o escritor emprega períodos curtos, parágrafos pequenos em que cada fato adquire relevância:

Em 1897 partiu Rondon de Diamantino.

À frente um batedor assinalava o rumo, picando as árvores, e comunicando-se com a expedição por meio de toques de corneta.

Atrás, na picada recém-aberta, o comboio de abastecimento fechava a marcha.

No dia 7 de Setembro alcançam o “Reino dos Parecizes”, onde logo se acamaradaram com os índios.

A 19, na Aldeia Queimada, o cacique Uzakuriri-gaçu presta-se a guiá-los através dos seus domínios.

A 10 de Outubro alcançam os extremos dos território pareci.

“Esta cena, que Roquette pinta ao vivo, é de um relevo maravilhoso”, também no texto estampado no jornal ela não perde as cores. O encontro da expedição com o homem primitivo, em plena floresta amazônica, torna-se emocionante: “pela sua grandiosa significação comove à distância. O que há de passado dentro de nós modernos estremece. Sentimos uma saudade lítica”. Então, depois de muitas dificuldades, finalmente Rondon avista o nativo sem contaminação alguma pela civilização:

Aproxima-se cauteloso, e espia.
 É um homem nu.
 Traz arco e flecha nas mãos, machado de pedra, e cesta às costas.
 Está farejando mel.
 Descobre uma colméia no oco dum pau.
 Rondon, imóvel, espreita.

O olhar do narrador volta-se todo para o coletor de mel: “o homem nu aproxima-se, examina-a, descobre-lhe a entrada e prepara-se para a extração. Larga em terra as armas e com o machado de cabo curto corta a madeira até que pela abertura possa entrar a sua munheca”. A cena é interrompida pelos barulhos dos foiceiros, espantando o índio silenciosamente observado até ali. Na seqüência, para descrever a realização do etnógrafo, em expedição pelo Museu Nacional, usam-se parágrafos maiores, um discurso com a finalidade de apresentar mais rapidamente a conquista contemporânea do estudioso: “dialeto especial, ignorância da rede, objeto caseiro comum nas vizinhanças, cerâmica das mais rudimentares, nenhum conhecimento dos animais domésticos e da navegação, doenças próprias desconhecidas em outras paragens, arte ornamental plumária apenas em início”. Finalmente, o escritor faz considerações etnológicas a respeito dos ramos de ascendência e descendência indígena, encerrando com breve comentário sobre o estilo da obra *Rondônia*.

A comparação do homem do presente com o do passado também ocorre em “Iguape” (15/05/1918). Porém, o questionamento é deprimente para o homem moderno, inferior aos antepassados – a verminose, pois, explicaria “como e o porquê dos Fernão Dias Paes Leme de outrora, terríveis varões enfiados de aço, ressurtiu uma geração avelhantada, anemiada, feia e incapaz”, sendo a mesma raça, “a raça dos bandeirantes é a mesma de Jeca Tatu”. Os fatos, contudo, podem ser otimistas. Uma história de sucesso também poderia elevar o ânimo dos leitores a respeito dos benefícios do saneamento, como se lê em “Um fato” (12/04/1918), artigo em que se relata a transformação ocorrida à beira do Paraíba, no Tremembé. Primeiro, conta-se a vida difícil e miserável dos habitantes da trapa, depois, como a região ficou com a vinda dos frades: “mas vieram os frades. Instalados ali procuraram logo solver a premente questão do braço. Sem ter campo de escolha, resolveram pegar no homem que havia, a título de experiência”. “Antes” e “depois” colocados à frente do leitor para que este possa compreender do que se tratava a transformação propiciada pela cura das doenças locais.

Enfim, o escritor usa a versão oficial da história para compor uma versão bem mais ao gosto do leitor médio, o mesmo que é constantemente chamado a ter lições de biologia e economia sobre seu país. Os recursos empregados na linguagem visam, portanto, alcançar aqueles que poderiam formar a opinião pública. A narração não é apenas resquício do literato no jornal, é recurso valioso de aproximação e persuasão, bem como outros expedientes como o uso de expressões mais populares, coloquiais, e analogias, algumas das quais escatológicas.

“Entre duas crises” (30/10/1913), os elementos da derrocada financeira são apresentadas de modo alegórico, enfatizando a atmosfera lúgubre para a economia nacional: “Um vulto esquálido de megera assoma. Cresce rapidamente para os condenados, aureolada de uma nuvem de corvos famélicos em revôo crocitante”. O barulho é o sinal da decadência, “é a Falência. Entram em cena o advogado, o juiz, o perito, o meirinho, o escrivão, o síndico, o liquidador – toda uma fauna cadavérica, em suma”. Ao se referir ao caboclo em “Uma velha praga” (12/11/1914), usa-se também sinônimo para “sarcopte”: “E enquanto a mata arde, o parasita regala-se”.

No primeiro artigo sobre a caricatura no Brasil (27/01/1915), o texto é objetivo quando se trata de nomear as coisas como elas são: “Ocupava o trono ainda quente de Napoleão, apesar das nádegas do Carlos que o esfolou, um rei eclético sobre cuja coroa o parlamento enterrara uma cartola de feltro”. A violência dos termos poderia exprimir o que a caricatura significava para os portugueses, despojados da sisudez e colocados em ridículo: “o que houve de ídolos esmoncados, tradições deslombadas, velhas idéias estouradas a formicida, escarpelamentos, sarjaduras no vivo, cãs verabilíssimas tosquiadas a escovinha!”. Para o Conselheiro Acácio, o artigo não economiza “más digestões de vitela”, nem “chorumes da Carta Constitucional”, um rebaixamento adequado para denegrir a seriedade do colonizador europeu.

Na descrição do Estado português transplantado ao Brasil, “A caricatura no Brasil – II” (28/01/1915), compara o Instituto Histórico a nobres cadáveres seculares, “a traquitana de Elias Lopes conduz a passo uma múmia velha e relha, semi-morta ou a dormir: Instituto Histórico pela certa, aquele sono...”. Os problemas fisiológicos do rei não poderiam ficar ausentes do relato: “vem abatido, a suar em bicas, com as mãos gordanchudas procurando compor as amolgaduras da coroa; traz na testa o vinco azedo das más digestões”. Suor, azias e podridão vão compondo a caracterização da máquina pública durante a instalação das peças da Coroa. “O desembarque do Estado prosseguiu até noite alta; suas entranhas se entremostraram muito cruas pelo cais, seus

cenários de papelão, os sarrafos dos bastidores, as bacias e vassouras, as caçarolas e caldeirões onde se cosem os angus políticos, o fisco” – este, metamorfoseado em animal – “canzarrão de dentuça arreganhada e de muito maus fígados, conduzido no açaimo dos meirinhos”. O rei com sua fome constante e a rainha com assombros: “o rei trava relações com o tutu de feijão preto com torresmo, e gosta; já a rainha saporanta-se, assustada, diante da travessa de bananas de S. Thomé assadas ao forno”. O brasileiro, pois, seria o fruto de um francesismo de fachada para um interior lusitano faminto – “pelos cassinos, diante de cançonelistas francesas de ‘tutu’ na cintura e duas rodela de zarcão na cara, semelhantes a caquis, o brasileiro come-lhes as pernas com os olhos e careteia nas frascarices mais acentuadas sem entendê-las”.

Mesmo nos domínios da literatura, em “Como se formam lendas” (16/02/1915), a força da expressão sanguinária indica a terrível atmosfera de surgimento do lendário germânico. “Os homens louros, senhores da terra eram espadaúdos gigantes melados. As mães criavam-nos ao relento, nus, para enrijá-los desde tenros pela ação das ásperas invernias congeladoras dos rios”. Odin era a representação do transcendental para esse homem – “em vez de néctar bebia sangue humano; não desceria à terra disfarçado em touro para raptar Europa, mas para comê-la crua com maxilas de tigre”. Se para a arte reservava imagens desse tipo, com o intuito de sensibilizar o público para problemas nacionais não pouparia as cenas mais tétricas.

“A ação de Oswaldo Cruz” (18/03/1918) traz o mundo supra-sensível “onde a micro-sociedade de invisíveis anõezinhos belicosos em guerra permanente faz do nosso corpo um eterno campo de batalha”, ao contrário do que se poderia ter na literatura infantil, os anõezinhos não são minimamente afáveis: “transformam a pobre criatura humana, de homens são, em loucos, luáticos, tuberculosos, lázaros, leishmânicos, tísicos, papudos, paralíticos, afásicos, tracomatosos, cretinos, coléricos, etc.,” uma coleção de doenças que “as mata nas agonias horrendas do tétano ou lhes faz da vida um calvário longo de misérias, conforme vence esta ou aquela facção, o espiroqueta ou o bacilo de Hansen, uma leishmania ou gonococcus, o tripanossoma cruzi ou a vírgula do cólera”.

Em tom coloquial, o autor expõe o ciclo da ancilostomose em “20 milhões de opilados” (19/03/1918), buscando fazer com que o leitor se revoltasse com a folga do bicho que destrói as populações rurais e urbanas: “em viagem de Júlio Verne pelo corpo humano, caminham guiados por maravilhoso instinto, até localizarem-se no duodeno em cuja mucosa se aposentam comodamente, ferrando nela a ventosa armada de grifos. E ali passam a regalada vida, sorvendo o

sangue do paciente”, em troca, “uma toxina de terríveis efeitos”. No mesmo texto, o ser humano é chamado de “estúpida criatura” e o verme de “horrendo” e “destruidor”; a população sul-americana é caracterizada como um povo de “cretinóides encachaçados, a lamuriar dor na boca do estômago e cansaço”.

Em “Três milhões de papudos e idiotas” (20/03/1918), no primeiro parágrafo o escritor transcreve cena registrada por Belisário Penna no sertão brasileiro: “certa vez apanhou em flagrante delito de sucção, sobre o corpo de uma pobre criança de quatro anos, 16 ninfas taludas como baratas descascadas, e oito barbeiros adultos, além de cinco que, fartos, já se aprestavam pesadamente para voltar ao esconderijo”. Os insetos são chamados de “vampiros” que atacavam em conjunto com o “asqueroso bicho”, o tripanossoma cruzi. A descrição das pesquisas de Arthur Neiva não poderia ser mais chocante a um público leitor urbano, cujo ideário afrancesado, julgava Lobato, estaria longe da realidade sertaneja: “em regiões de bom clima, terra fértil e boas águas, a expedição Neiva acampou em cidadezinhas onde não foi possível obter uma informação segura, relativa ao itinerário, porque não existia um só indivíduo que fosse mais ou menos idiota!”. A cena é dantesca: “nessas pocilgas humanas, faltas de tudo, desde os elementos básicos da alimentação até as mais mezinhas noções de higiene, a vida é puramente vegetativa, sem beleza, sem dignidade, sem risos – um soturno e eterno gemido de dor escondido pelo rictus apavorante dos idiotas”. “Primeiro passo” (05/04/1918) ataca o bacharelismo via escatologia: “a miroleira ressentida dos males intestinais fraqueja e exuda idéias ridículas como esta”, qual seja, pensar apenas em abrir oportunidades para o estrangeiro instalar fábricas cujos dividendos eram irrisórios ao país.

É importante observar, enfim, que os expedientes narrativos usados pelo escritor combinam-se com imagens apelativas, as quais se não chamam a atenção pelo que dizem, certamente incomodam pela forma como dizem. A valorização da ciência, o registro sempre negativo dos bacharéis, o ataque à ineficiência e incompetência do Estado são elementos constitutivos de uma forma de ensinar pelas folhas dos diários. Para compreender esse aspecto, nem é preciso analisar artigos em que a intenção didática aparece de forma explícita, como na série sobre as endemias nacionais. Textos de crítica sobre pintura podem exemplificar isso.

4.3. Artigos, artigos à mão cheia

“Exposição Georgina-Lucílio de Albuquerque” (25/02/1919) inicia-se com comentário a respeito do fato incomum de se tratar de um casal de artistas, pintores. Apresentados ao público, o elogio é mútuo: “as duas maneiras, os dois estilos, apesar de parentes próximos, não se confundem. Mais emoção em Georgina, mais intenção em Lucílio – em ambos a mesma segurança e mestria”. A partir daí, mesmo o leitor que não tivesse ido à exposição tem a oportunidade de saber quais eram os quadros e por que eram valorizados.

A primeira tela abordada é “Catequese”, um tema da predileção de Lucílio, segundo o escritor. Um jesuíta de mãos postas está rodeado de coroinhas indígenas e vai em direção aos selvagens que espiam ao fundo. A interpretação dos olhares, a combinação das cores e as significações de modo geral são elementos analisados no artigo. Por meio do mesmo procedimento pode-se conhecer “Jardim florido”, de Georgina ou “A pose”, também da pintora. Ao final, fica na folha a mensagem objetiva de um crítico de arte em defesa da cultura nacional: “nenhum laivo de cubismo ou cabotinismo impressionista. Vêem sãmente, sentem e pintam honestamente”.

Em “Um grande artista” (16/11/1921), antes de apresentar Cesáreo Bernaldo Quirós, argentino em visita ao Brasil, o escritor educa os olhos do leitor pela história da pintura. “A pintura espanhola após o apogeu atingido com os Velásquez, os Murillos, os Zurbaran, os Goya, declinou. Surgiu na ‘via-láctea’ a ‘saco de carvão’ e ela perdeu a força, a grandiosa potência de execução, a agudíssima percepção emotiva da natureza”, como consequência, “caindo no gênero histórico que ‘arma’ cenas frias de museu, e no academicismo que obtém todas as honras oficiais mas não logra sobrevivência”. Comenta-se, então, a reação contra o academicismo por parte de Zuloaga – a referência ao artista serve para introduzir conceitualmente pontos sobre a arte da pintura: “a arte evolui numa intermitência de fases criadoras e fases de repouso acadêmico em que a imitação, a coação de livre vôo, a emasculação da personalidade criam o merecismo”, para fechar o raciocínio, uma analogia ao sabor dos fisiologistas: “imita nisto o estômago dos dromedários, ruminando, remoendo, remascando o bolo alimentício dos antigos”. O ressurgimento da grande arte estaria sempre a cargo de “gênios rebeldes que abandonam as ‘receitas de bem pintar’ e fazem nova consulta à natureza”. Se no caso de Lucílio e Georgina a análise percorreu várias telas, isso também se dá com Quirós. Porém, para tratar do pintor que

estaria recuperando a tradição espanhola, Lobato vai pontuando conceitos aos leitores leigos no assunto: “caracteriza-se como pintor a intuição agudíssima do que é a luz. Um criador audacioso de neologismo poderia dizer dele que é um luzista como se diz colorista”. Humildade ensaiada do escritor, ao se referir a um “criador audacioso”, afinal, como criador de neologismos o próprio autor poderia ser colocado na categoria. Basta lembrar o termo “caboclisto”, versão do indianismo transposto para o Jeca, em “Urupês” (23/12/1914).

É necessário definir “cor”. “A cor é como a resultante, a materialização, a fixação, a parada da luz – e está ao alcance em todas as suas finuras de quem possui bons olhos. Mas a luz antes de ser cor, a luz no momento do ‘Fiat’ da cor, a luz a criar a cor”. Depois de saber o que é cor e como ela pode ser usada na pintura, pode-se compreender a importância da obra de Quirós. Uma valorização para a qual o autor do artigo prepara seu leitor, ensinando, antes de expor o artista, aspectos do objeto da abordagem.

Desconsideradas as predileções pessoais, os elogios do crítico a Oswaldo Teixeira (18/05/1923) valorizam justamente os elementos que apontara como qualidade nos artistas anteriormente analisados, ou seja, a fidelidade à natureza, a representação de cenas brasileiras, o emprego das cores matizadas pelo ambiente. Ainda que, aqui, não se entre no terreno da crítica das artes plásticas, o conceito de arte do escritor é explicitado constantemente. É o mesmo conceito que defendera nos artigos sobre o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo – a arte como representação da realidade, sendo esta filtrada pelo estilo pessoal. Não é, pois, gratuito seu envolvimento com a caricatura em dois artigos extensos publicados num jornal de prestígio como *O Estado*. Absorver o real, estilizá-lo e revelar as entranhas são ações intelectuais constantes pelo menos nos artigos publicados a partir de 1913 até sua viagem aos Estados Unidos.

O intuito de atingir o leitor de meia cultura, afrancesado e dessorado pela falta de conhecimento – cultura e ciência – marca seus textos com uma estrutura quase didática. Em dois textos não publicados, em vida, nas obras completas, “Os subprodutos do café” (29/11/1916) e “O aproveitamento integral da laranja” (13/12/1916), o entusiasmo do escritor pelas descobertas científicas só poderiam contaminar o público se viessem seguidas de explicações. E Lobato não economiza fatos e dados para isso.

Como subprodutos, os detritos do café iriam fazer a riqueza de São Paulo se multiplicar. Assim, o artigo é iniciado com quantificações – “uma safra de dez milhões de sacas representa o acúmulo nos despejadores das máquinas de 40 milhões de arrobas de palha. Desta colossal

massa de detritos parte volta aos cafezais como adubo, parte é queimada nas fornalhas e o resto se perde”. A hipótese é levantada: “se um processo químico e ao mesmo tempo industrial permitisse retirar dela uns tantos subprodutos de valor mercantil, São Paulo enriquecer-se-ia em dobrado”. A pergunta retórica, quebrando aparentemente o monólogo do autor, surge: “É isso possível? É”.

Não bastaria elogiar o trabalho de Andrade para o enaltecimento da ciência. Era preciso mostrar ao leitor por números a importância da extração química realizada nas dependências do Laboratório Químico do Estado. Além dos valores, também é necessário explicações sobre o uso dos produtos: “a manita, além do emprego que lhe assegura a medicina, como purgativo adequado às crianças e pessoas débeis, é matéria preciosa para a nitratação, pela qual dá um explosivo, a nitromanita, superior em eficiência à dinamite e equiparável ao fulminato de mercúrio”. Se do álcool não precisava escrever muito, por ser substância conhecida de todos, da cafeína era preciso esclarecimento sobre sua utilização comercial: “a cafeína, esta prolonga a vida e tem mercado vasto como o que suprime a vida (entenda-se esta humanidade!). Com o extrairmo-la da palha teríamos nas mãos o monopólio dela, em detrimento da Alemanha, que no-la vende, e ao mundo, depois de captá-la ao guano do Peru”. Explicam-se os processos de obtenção dos produtos e emprega-se o superlativo comum dos textos de Lobato: “eis, na sucinta desnudez dos dados positivos, os resultados que o laborioso sábio alcançou. É, como se vê, um rasgar perspectivas novas, amplíssimas, à riqueza cafeeira”.

No artigo sobre a laranja, surge ao leitor do século XXI a impressão de redundância. Para árvore frutífera tão comum como a laranjeira, seria necessário apresentações ao leitor? O articulista pensa que sim, pois estaria abrindo os olhos de seu interlocutor para a árvore frutífera como fonte de renda, faceta desconhecida da fruta ordinária dos campos brasileiros. “Nenhuma fruta vai melhor com o nosso irregularíssimo fâcies metereológico. De sul a norte, na boa e na má terra, na quente e na fria, – variando, embora, em qualidade, consoante a riqueza do solo – em todas as zonas ela prospera, e em nenhuma vegeta improdutiva”. Tem ainda mais vantagens: “zomba das secas como zomba da geada. Quatro inimigos mortais – dão-se mãos para esmagá-la – a formiga, a erva de passarinho, a broca e a incúria do homem”.

A enumeração ajuda a organizar a estrutura interna do texto. Assim também é com a pergunta retórica, sempre respondida, nunca deixada como questionamento para “divagação”. Quando cuida da produção de vinho da laranja, o artigo referencia os estudos sobre viticultura de

Luiz Barreto, perguntando-se: “por que motivo estando a videira aclimada no país há tanto tempo, e apesar dos estudos completos sobre a viticultura do dr. Luiz Barreto não conseguimos até agora produzir o bom vinho?”. A resposta não tarda nem uma frase a mais: “porque a videira capaz de bom vinho é quase planta de estufa, e daí o resultar dela um vinho caro, de luxo, inacessível ao povo, e que em nada modifica o problema”. Justifica-se ainda a questão econômica pela questão social: “porque o problema é produzir vinho popular, baratíssimo e bom, a fim de por seu influxo arrancarmos o povo das unhas letais da cachaça e fixar melhormente no país o colono oriundo dos países onde o vinho é tão necessário à vida como o pão”. As perspectivas do autor se fazem por meio de frase taxativas, que não permitem questionamento. O presente é determinante certo e direto do futuro, o qual se pode prever pela razão, o que equivale à ciência. “São propriamente a ‘nossa’ uva. No dia em que disso nos compenetrarmos o povo estará liberto da repugnante cachaça e o vinho introduzido definitivamente em nossos hábitos”.

Fosse o petróleo, fosse a laranja, as defesas empreendidas por Lobato traem a racionalidade do texto, porque se mostram apaixonadas. Ainda que as razões para, por exemplo, investir na laranja fossem muitas – quantidade prodigiosa de frutos, resistência da árvore, rusticidade, pouca exigência no cultivo, extensa gama de sabores e perfumes – a facilidade com que as soluções aparecem indicam o intento de entusiasmar o leitor, chamando-o para modificar o mundo de hoje, do agora de Lobato: “torna-se palpável a riqueza que pisamos aos pés sem enxergar”.

O autor não escreve para reflexões complexas, quer que o leitor pare um pouco, pense um pouco, modifique alguma coisa. Como em outros textos, refere-se diretamente a quem esteja lendo: “pouse, quem ler, a atenção por um minuto somente, neste asserto, e compreenderá a altíssima importância dos trabalhos do sábio modesto e generoso, que os torna público para o bem comum, ao invés de colher para si, egoisticamente, os proventos do seu labor”. O clamor colocado em público apela para este interlocutor visto como ignorante ou alienado pelas declamações oficiais, pelas modas vindas do além-mar ou por outras vozes jornalísticas não preocupadas com a salvação do Brasil. “São trilhas abertas em todas as direções, são o sésamo de grandes riquezas latentes. Por mal nosso para o brasileiro vale mais escogitar quem será o futuro detentor do Catete do que refletir um minuto sobre estas questões de químicas e laranjas”.

Se no artigo de outubro de 1913, “Entre duas crises”, o autor já explicava ao público elementos do mundo financeiro internacional – “há um ouro cosmopolita e ‘globe-trotter’, moeda

flutuante em perene movimento de fluxo e refluxo de um país para outro, conforme um certo coeficiente de segurança, estabilidade e rendimento é atingido ou sobre-excedido” –, nos textos de 1918, cujo caráter se anunciara nas epígrafes referentes ao saneamento, os dados viriam enunciados nos próprios títulos. Um recurso que poderia chamar a atenção do leitor fosse pela quantidade relevante de casos, fosse pelo estranhamento de tal tragédia em território oficialmente tão bem colocado entre as nações.

O discurso de Lobato revela, pois, um enunciador que ensina. A massa é chamada constantemente a suprir de braços o desenvolvimento nacional. Em moldes da economia moderna, o enunciador quer a mão-de-obra técnica, fruto da ciência e do ensino sistematizado. Não haveria como ser de outro modo; a verdade estava ali, à mão de quem quisesse comprovar o dito e comprovado nas páginas d’*O Estado*. Dali saía um projeto de nação, cuja liderança não poderia advir nem de militares nem de populares. A salvação estava nos pensadores, na força do intelecto. Os papéis sociais, portanto, já estavam atribuídos pelo jornal aos membros da nação brasileira. Era forçoso colocar nos devidos lugares aqueles que estavam preparados para exercer a missão de levar o Brasil para seu lugar de honra diante das nações. Um povo instruído, liderado por governantes ilustrados, compunha a visão do enunciador lobatiano.

Enfim, como se percebeu, a preocupação de Monteiro Lobato com questões por ele consideradas de importância nacional dialogava diretamente com as preocupações de *O Estado de S. Paulo*, mais que figura comercial representativa das várias vozes enfeixadas no periódico matutino, um órgão coeso, um partido sem sigla. O sucesso como escritor, ainda que movido pelo interesse de ter vitrine em grande jornal, não pode se separar do apuro estético que dá aos textos publicados no periódico. Empregar narrativas, criar suspense, mobilizar por imagens escatológicas são atitudes pensadas de quem não escreveu artigos no afã do acontecimento, antes, de quem tomou o calor da hora e fez dele objeto lapidado para alcançar o leitor dos diários da primeira metade do século XX.

Considerações finais

Erro. O de que precisamos é melhorar o público. Enquanto for o que é, o melhor jornal do mundo levará aqui a mesma vida precária que caracteriza os atuais. Basta frisar o seguinte: ou por pilhagem, ou por arranjo com as agências, temos em nossos periódicos a flor do jornalismo mundial, os Lausanne, os Brisbane, os Harden. E o público não o percebe.

(Monteiro Lobato, *Mundo da lua e Miscelânea*)

Se para Chartier (1991) é sempre impossível retomar o contexto de uma leitura – por mais que o leitor se esforce para isso –, não se pode admitir, porém, que reler Monteiro Lobato após tantas décadas não ofereça alguma coisa ao leitor de hoje.

Ao se optar por uma abordagem do conjunto de artigos visando a tessitura textual registrada nas páginas dos jornais entre 1913 e 1923, numa leitura que, sem a pretensão de estudar a forma como os textos foram recebidos, pretendeu perceber, ao menos, como os artigos se articulavam com o contexto no qual estavam inseridos, a pesquisa se encontra às voltas com muitas outras possibilidades de estudo no emaranhado de opiniões e gêneros que é o jornal. Esse mesmo emaranhado toma contornos perceptíveis quanto mais se pretende compreender a presença do escritor paulista num círculo muitas vezes por ele caracterizado como “sisudo”.

Embora a propensão à especulação seja grande, a consulta aos textos editados em *O Estado* não poderia deixar de apontar algumas hipóteses passíveis de aprofundamento. A primeira, inevitável, encontra-se na subjetividade do escritor. Em que medida o aprendizado com o meio jornalístico, cujas práticas textuais caminhavam no sentido oposto ao literário, teria influenciado a escrita de Lobato é questão que pode ser retificada com a investigação sobre a própria formação do leitor Monteiro Lobato. As implicâncias manifestadas a Godofredo Rangel muitas vezes, como se viu, não se davam por quesitos tão somente editoriais. A reclamação de Lobato a respeito dos cortes do editor, das intervenções dos colegas, do tom do periódico iriam se conformando em prática cotidiana de quem se tornaria editor.

Da mesma forma, o quadro não menos romântico do caipira que entra para o mundo do *show business* editorial em tudo não corresponde aos relatos menos pretensiosos de Lobato. Sequer aos dados de *O Estado*. Traduzir textos e receber por eles constituía porta de entrada rentável a um escritor que acertava com um único tiro no mínimo três alvos: preenchia o tempo

ocioso nos tempos de promotoria, ganhava um dinheiro extra com algo prazeroso e inseria-se numa empresa que prometia algo mais. Aliás, é importante observar que antes da estréia de 1913 Lobato já era personalidade reconhecida nos bastidores da imprensa paulista. Os jornalecos da juventude tinham em comum os amigos que foram galgando cargos e fazendo carreira tanto na política quanto na imprensa. E Lobato não havia perdido oportunidades.

Para responder à questão da influência do jornal nos escritos literários é preciso outra investigação; no entanto, o levantamento realizado permite já apontar algumas características do fazer jornalístico de Lobato enquanto um produtor de textos para o jornal e para a literatura. Com efeito, o engajamento em causas do momento não é prática inaugurada por ele, ainda que tenha feito com que essa prática ganhasse uma dimensão quase inédita em termos de jornalismo brasileiro, tal como aponta Cilza Bignotto (2007, p.404), na conclusão de seu trabalho sobre a atuação de Monteiro Lobato no mercado editorial:

As conclusões a que podemos chegar nesse momento são parciais mas, como novas hipóteses que podem vir a ser, talvez permitam fazer avançar o conhecimento sobre as atividades de um dos principais editores brasileiros. Acreditamos que Monteiro Lobato foi revolucionário, mas não no sentido em que esse termo lhe é atribuído comumente. Ele não teria criado uma rede nacional apenas com a circular enviada a comerciantes, nem publicado apenas autores novos, nem pagado somente direitos autorais generosos, nem inovado sozinho a indústria gráfica. Mas ele realmente utilizou métodos que transformaram pequenas teias de relações em uma grande rede, publicou autores novos fundamentais para nossa literatura, como Hilário Tácito, Léo Vaz, Oswald de Andrade e Menotti del Picchia, e investiu na renovação gráfica dos livros, até então feita de modo tímido.

Do mesmo modo, a partir de 1913 Lobato encontra-se inserido na redação de *O Estado*. Mesmo um estudo apurado sobre a formação do campo literário brasileiro tendo o escritor como eixo da pesquisa, o trabalho de Passiani (2003, p.122) considera como marco da entrada de Lobato nesse universo os artigos de 1914: “Os artigos de Lobato fazem eco e causam diferentes reações: muitos o elogiam por seu olhar arguto e coragem de denunciar as condições de vida do meio rural, que atingem fazendeiros e trabalhadores; alguns acusam-no de antinacionalista por

não valorizar as gentes do Brasil”. A denúncia de Lobato, pois, atingia os brios da sociedade paulistana. Porém, n’*O Estado*, como se nota nos textos de Mario Pinto Serva, por exemplo, o posicionamento do jornal constituía um painel no mínimo favorável ao escritor de Taubaté. Tão favorável que Lobato sequer chega a comentar aspectos políticos do periódico, como o surgimento do jornal ou a ligação da empresa com o passado político decidido nas reuniões do Convênio de Taubaté, acontecimentos que o escritor não traz ao público. *O Estado* valia por si mesmo.

Lobato não estava sozinho em sua empreitada por um país melhor, mais rico, mais eficiente. O ideário do jornal em que começara a escrever em 1913, mas cujos textos realmente passaram à história da literatura com os artigos de 1914, era comum ao neto do Visconde, bem como aos demais membros do grupo de *O Estado*. Longe de imaginar uma relação de subserviência, os “sapos” da redação eram, sem dúvida, a alma do periódico nas primeiras décadas do século XX. O que não significava abrir mão do objeto comercialmente viável.

Em *Pena de Aluguel* (2005), Cristiane Costa busca reconstituir os trajetos de Machado de Assis na imprensa carioca, revelando ao leitor de hoje, acostumado com a imagem do literato acima de qualquer suspeita, um jornalista-aprendiz que, muitas vezes a duras penas, aprendeu a escrever em meio ao tumulto das redações. Aprender no sentido estrito da palavra mesmo: regras gramaticais e demais quesitos para bem escrever um texto foram conteúdos de aprendizagem para o jovem Machado de Assis. Se Lobato, à época de sua publicação dos artigos “Uma velha praga” e “Urupês” já era veterano na escrita, é possível, porém, que muito tenha aprendido nas rodas de debate do “velho órgão”. Ainda que não se possa aferir a dimensão desse “aprendizado”, é certo que a compra da *Revista do Brasil* bem como toda a carreira editorial do escritor mostram-se ligadas a esse processo.

A constituição de uma trajetória literária em boa medida orientada pelas próprias mãos para a posteridade – afinal, é o próprio Lobato quem organiza suas obras completas e deixa para Edgar Cavalheiro seus arquivos – pode levar o leitor a comprar a versão do caboclo moreninho que é descoberto por meio de carta enviado para *O Estado* em 1914. Mesmo uma obra como *Amigos escritos* (Cassal, 2002, p.35), mostra-se seduzida pelo pitoresco instaurado por este enunciador arguto que é Monteiro Lobato: “Lobato é um escritor sem livros, tendo apenas publicado em revistas e jornais, muito embora desfrute de renome como articulista desde 1914”. Em que meio Lobato desfrutaria do título de “articulista” a partir de 1914?

O escritor já havia publicado “Entre duas crises” em 1913; era tradutor do jornal; articulista presente em diversos outros periódicos. Não se pode negar, porém, e isso possivelmente seja o marco de 1914, que a partir de “Uma velha praga” o escritor alcance um grau de destaque até então conquistado gradualmente de forma mais lenta. É inegável, portanto, que a projeção que desfrutaria de 1914 é empreendida por uma via de mão dupla em que o articulista “M.L.” mostra-se mais integrado, compondo o “grupo”. Pertinente é também pensar o grau de consciência do próprio escritor a respeito de seu papel no sistema literário e empresarial no qual estava atuando. Que os anos lhe tenham dado, seja pela maturidade intelectual, seja pela experiência da vida cotidiana, mais instrumentos para perceber a si mesmo no circuito cultural brasileiro, é fato; não se pode aceitar, porém, a suposta espontaneidade do jovem de 1914 como elemento definidor de sua entrada para a folha. O publicista desponta desde “Entre duas crises” com a intenção de aparecer como desejava, ou seja, na grande vitrine da imprensa.

Ao se cotejar as datas dos artigos com pelo menos três variáveis temporais – a vida de Lobato, a história paulista e brasileira de modo geral e a história de *O Estado de S. Paulo*, muitas leituras tornam-se possíveis. Contudo, algumas merecem destaque pelo peso que adquirem para a compreensão da produção de Lobato como articulista d’*O Estado* entre 1913 e 1923.

A insatisfação de Júlio Mesquita, renunciando à cadeira do senado, está evidentemente correlacionada à presidência do militar Hermes da Fonseca, marechal. O artigo de Lobato, publicado em 30 de outubro, refere-se, como o título esclarece, a duas crises: uma interna e outra externa:

Quando, entretanto, a situação clareia enxergam-se-lhe variados e múltiplos fatores dando-se “rendez-vous” em um mesmo momento. Sobrelevando a todos vemos a epilepsia européia num acesso de banditismo bélico sacudir a parte sul do velho “pinhal de Azambuja”. A conseqüente repercussão desse fato na sensível mecânica do capitalismo cosmopolita fez-se sentir imediatamente entre nós. A esse fator externo junta-se a situação política interna, sobressaltando e fatigando o país, enublado horizontes, com a luta subterrânea, muito pessoal, muito perigosa das candidaturas presidenciais. Entrementes sobrevém imprevista, inesperada, absurda, zombando das leis econômicas fundamentais, uma baixa do café que não entrou nos cálculos de ninguém.

Mesmo que não tivesse acesso à informação sobre o profundo desgosto de Júlio Mesquita com os acontecimentos políticos, Lobato estava em sintonia com os fatos do dia. Tinha a percepção de quem está no “olho do furacão” e podia, portanto, sair a público para defender a questão econômica, entendendo-a como defender São Paulo.

Quanto a 1914, já se apontou a habilidade com que Lobato passa do fogo bélico europeu ao processo incendiário das terras paulistas, em “Uma velha praga”. É interessante, entretanto, o comentário registrado pelo sítio d’*O Estado*³⁶ sobre o escritor: “Neste mesmo ano, no dia 12 de novembro, ‘O Estado’ publica o artigo ‘Velha Praga’ do leitor José Bento Monteiro Lobato”. Tal como Euclides da Cunha, o jornal faz menção a Lobato como um de seus grandes nomes; e acrescenta que “na verdade, tratava-se originalmente de uma carta para a seção Queixas e Reclamações, a qual foi publicada como artigo assinado tal a sua qualidade. A partir de então Monteiro Lobato passa a colaborar regularmente com o jornal, iniciando sua brilhante carreira literária”. Na versão de *O Estado de S. Paulo*, Lobato inicia sua carreira, ou melhor, sua “brilhante carreira literária” com “Uma velha praga”, em 1914. O texto não só corrobora a idéia de “novato” para o interiorano saído de Taubaté, mas também se apropria e instaura uma versão para o ponto de partida da carreira do escritor: se é com o texto de 12 de novembro de 1914 que Lobato inicia sua brilhante carreira, o que dizer de “Entre duas crises”, de outubro de 1913? E das colaborações anteriores em outros jornais?

Uma apropriação se dá pela história divulgada pelo próprio jornal. Lobato é escritor d’*O Estado*. Em que pesem os questionamentos, a segunda referência ao escritor demonstra o grau de imbricamento entre o escritor e o veículo que usava e pelo qual era “usado”: em 1921, ao assumir a secretaria da empresa, Júlio de Mesquita Filho é homenageado com uma festa, “quando Monteiro Lobato faz uma saudação em nome de todos”.

Em 1915, surge a edição vespertina do periódico, “quando Júlio de Mesquita Filho inicia sua carreira de jornalista como colaborador”. Pela versão d’*O Estado*, o *Estadinho* é justamente o jornal em que o sucessor direto do comando da empresa deveria debutar em sua carreira de dirigente. Lembrando que Lobato publica na edição vespertina muitos de seus artigos, inclusive o

³⁶ O ESTADO DE S. PAULO. Histórico Grupo Estado. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/historico/index.htm>>. Acesso em: jan. a set. 2009.

conhecido texto “Paranóia ou mistificação?”, de 1917, abre-se outra fonte de questionamentos para se compreender a atuação de Lobato no período: a) os desdobramentos ideológicos no campo da estética literária e da arte de modo geral nas edições matutinas e vespertinas do periódico (convergências, divergências, continuidades); b) a relação entre os textos publicados numa e noutra edição; c) os aspectos empresariais que poderiam ter no *Estadinho* um laboratório de iniciação para Júlio de Mesquita Filho. Embora nenhum dos questionamentos possam ser respondidos por este trabalho, não se pode deixar de registrar que o último encontra ressonância na voz do próprio *O Estado*, pois, em 1921, o *Estadinho* é extinto, passando Júlio de Mesquita Filho ao comando geral da empresa: “Em fevereiro deixa de circular *O Estadinho*. Três meses depois Júlio de Mesquita Filho assume a secretaria de *O Estado*”, momento, como foi transcrito anteriormente, de homenagem pública de Monteiro Lobato e demais “sapos de redação” ao novo comandante.

Entre 1917 e 1918, a produção do escritor aponta para um grau de integração intensa com as situações políticas nas quais *O Estado* se envolvia. Sobre a produção de 1917, percebe-se ecos da largueza econômica propiciada pelo contexto no qual Altino Arantes exercia seu mandato de presidente do Estado de São Paulo. Propor escolas e arte nacionalizada eram requisições cabíveis para um momento em que o dinheiro parecia brotar nos cofres públicos confiantes na duplicação do valor das sacas de café. É o momento em que *O Estado* defende a legitimação do trabalho operário, certamente nele encontrando fator de desenvolvimento em tudo oposto à tradição escravista e campestre, de modo geral, imputada como um dos entraves ao desenvolvimento brasileiro.

Os artigos de 1918 compõem a campanha sanitária empreendida pelo jornal. De toda a produção analisada entre 1913 e 1923, constitui o ápice da produtividade do escritor para *O Estado*, numa tal convergência de vozes que articulista, artigo e jornal surgem ao leitor como um só posicionamento diante dos problemas de saúde pública do país. Com efeito, 1918 salta aos olhos do leitor como ano em que a escrita de Lobato está definitivamente a serviço d’*O Estado*, numa campanha em que capitaneia os procedimentos, e na qual sua voz orienta as outras vozes do jornal para o problema. É o ano em que Lobato compra a *Revista do Brasil*, funda uma editora, lança com grande sucesso *Urupês* e *O problema vital*. Abusando da expressão, seria possível afirmar que é o ano em que Lobato dá o tom ao jornal.

A simbiose entre o escritor e o jornal alcança seu ápice em 1918, de forma que o envolvimento nos negócios a partir de 1919, até 1927, quando vai para os Estados Unidos como adido comercial, possivelmente tenha absorvido Lobato. Isso, porém, não significa que seu lugar de destaque tenha se dispersado a partir de 1919. Ao contrário, é o ano em que Rui Barbosa cita Jeca Tatu na campanha presidencial, enquanto *O Estado* apóia abertamente a campanha do civilista. Citar o personagem lobatiano demonstra, entre outras coisas, o quanto os discursos estavam afinados, ou mesmo como o *ethos* (Fiorin, 2004) do enunciador Lobato e do enunciador *O Estado* haviam se transformado na voz autorizada do grupo d'*O Estado*.

Essa voz autorizada não provinha, evidentemente, somente dos responsáveis diretos pelo jornal. A ascensão de Júlio de Mesquita Filho ao cargo de secretário geral da empresa em 1921 – lembrando que o pai faleceu em 1927 – não significava que o velho Mesquita estivesse fora do círculo do periódico. É ilustrativo o que registra a página da *web* d'*O Estado*, a respeito de Júlio Mesquita em 1913:

[...] Neste mesmo mês Júlio Mesquita retorna de sua longa permanência na Europa, dirigindo-se diretamente para sua fazenda em Louveira por recomendação médica. Mesmo assim dirige o jornal através de cartas aos seus principais auxiliares.

Dirigir o jornal por cartas é ação decisória de um representante político que não via n'*O Estado* o jornal “neutro”, epígrafe do periódico desde sua fundação. Observando a narração histórica do jornal, após 1924 mais alguns fatos merecem atenção:

No dia 5 de julho ocorre a revolução comandada pelo general Isidoro Dias Lopes que ocupa a cidade de São Paulo por 23 dias. Apesar da neutralidade de “O Estado” - concordante com as críticas dos revolucionários ao governo federal mas discordante da sublevação militar - no dia 29 Júlio Mesquita é preso e o jornal proibido de circular até o dia 16 de agosto.

Ainda que debilitado, mas desfrutando do status político, Júlio Mesquita emplaca definitivamente sua dissidência:

Fundação do Partido Democrático por membros da Dissidência e políticos independentes, em oposição frontal ao PRP-Partido Republicano Paulista, detentor do governo estadual e federal. Depois de 25 anos de oposição aos “carcomidos”, Júlio Mesquita formaliza seu combate aos caciques do PRP através da via partidária. O Conselheiro Antonio Prado foi eleito seu primeiro presidente em reunião na qual se destacou o pronunciamento do então jovem Francisco Mesquita, nesta época já trabalhando no jornal com o gerente Ricardo Figueiredo. O novo partido defendia reformas no viciado sistema eleitoral, dentre elas o advento do voto secreto e do voto feminino.

Ora, embora o objetivo da pesquisa não seja analisar questões políticas d’*O Estado*, é pertinente apontar como a convergência entre o ideário lobatiano e as idéias do jornal reiteram a afirmação de que ali havia um partido, à medida em que os projetos discutidos para o Estado de São Paulo e para o Brasil saíam do âmbito de reflexões e estudos de um grupo de intelectuais e se concretizava em campanhas e atuações agressivas no meio social da época. Essas afinidades ainda podem levar a outros questionamentos, quais sejam: a) mesmo com o desencanto de Lobato com a política brasileira nos últimos anos de sua vida, teria o escritor realmente abdicado das idéias que então defendera nas páginas d’*O Estado*?; b) se isso aconteceu, por que Lobato silencia sobre os bastidores políticos do jornal, por exemplo?; c) ou qual a dimensão do envolvimento de Monteiro Lobato com as questões políticas da família Mesquita ou do grupo d’*O Estado*?

Como a pesquisa tem seu limite no ano de 1923, apesar de levantar hipóteses sobre a ausência de Lobato entre 1923 e 1927, quando viaja para os Estados Unidos, a leitura de seus artigos na década de produção iniciada em 1913 oferece ao menos um quadro substancial da lavra produzida para *O Estado*.

Ao aceitar que em 1913, Lobato ainda não se encontrava no centro da mídia paulistana, pode-se compreender que os artigos de 1914 tenham servido de iniciação à constituição de um *ethos* desse enunciador, a voz do Lobato articulista d’*O Estado*, que iria crescentemente alcançar visibilidade em toda sua amplitude nos acontecimentos de 1918.

Na impossibilidade de tratar de modo homogêneo uma produção aparentemente tão despropositada, oscilante entre a caricatura e a produção de grãos, prevalecem, contudo, características suficientemente justificadoras da posição de que Monteiro Lobato e *O Estado*

mantiveram uma simbiose benéfica aos interesses de ambos entre os anos de 1913 e 1923. Assim, fosse em artigos sobre a produção artística nacional, como “O teatro brasileiro” (14/10/1922), fosse na série publicada em 1918 sobre saneamento, em todas as soluções econômicas apontadas, o mercado aparece sempre como o meio que permite espalharem-se as benesses das conquistas científicas pela pirâmide social. Os problemas nunca se resolveriam pela massa, pela “mob”, antes, esta é que se aproveitaria do dirigente lúcido, imbuído de ideais desenvolvimentistas.

O governo é, pois, o parasita que suga as forças do povo, sem transformar aquilo que recolhe em riqueza para a nação. Ao tratar do ensino, por exemplo, seu entusiasmo é canalizado para os dirigentes, exemplo de intelectuais contribuintes para romper a casca de ignorância do povo, é o que se lê nos três artigos de 1917: “A grande oficina-escola (01/01), “A grande oficina-escola: a exposição anual” – II (05/01) e “A criação do estilo” – III (06/01). O governo requerido por Lobato é o mesmo requerido por Mário Serva – é o mesmo requerido pelo jornal.

Um governo que socorresse a economia da nação, quando preciso; que beneficiasse o desenvolvimento, nos moldes paulistas; que atendesse ao saber científico, em vez das questões politiqueras dos coronéis sertanejos. Não há como não correlacionar falta de progresso com ignorância, pelos argumentos do jornal; ignorância com coronelismo e este com o Nordeste. Em São Paulo, na elite esclarecida e detentora do saber, portanto, da verdade, estava a salvação paulista e brasileira.

Em suma: não era o direito estendido a todos que levaria a uma alteração no estado das coisas nacionais, mas a ação de homens lúcidos e determinados. Isso explica, em boa medida, a redundância dos artigos sobre saneamento publicados em 1918: a insistência com que Monteiro Lobato alertava o povo, ainda ressoa aos ouvidos do leitor de hoje como um apelo característico de “momentos decisivos” para uma nação. Não era somente sanear, era marcar um campo político com uma visão de mundo proveniente daqueles que compunham o pensar d’*O Estado de S. Paulo*, homens que sabiam como funcionavam as coisas.

As características atribuídas à obra literária do escritor por Cassal (2002, p.221-31), por exemplo, perpassam também os artigos: um projeto “utopismo-iluminista-desenvolvimentista”, em que a crença na ciência, a importância da educação, o anticlericalismo e a crença no progresso não podem ser negligenciados. A produção jornalística de Lobato, ao menos a publicada na edição matutina de *O Estado de S. Paulo*, formaliza um quadro em que os textos mostram-se, todos, coesos com uma proposta política de atuação no Brasil. Ainda que uma política utópica,

traço que talvez tenha comprometido o próprio jornal, realizando concessões por meio de uma compreensão julgada e defendida como racionalista, pode ter afastado personalidades como Lobato ao não se render a defesas mais apaixonadas de suas próprias posições. Uma contradição inerente ao fazer jornalístico, o conflito entre a paixão política e a razão empresarial pode, em última instância, ter diluído o grupo que dera boa parte da alma d'*O Estado* nas três primeiras décadas do século XX.

Aqui cabe outra observação. A dimensão das relações de Lobato com o governo de Washington Luís; os entremeios não explicitados entre os secretários do presidente e o adido comercial Monteiro Lobato; a relação do escritor, nos Estados Unidos, e *O Estado*, no Brasil – questões que também merecem atenção. Ainda mais que, com a queda de Washington Luís, também não se sabe a proporção do envolvimento de Lobato com o grupo; quais eram os relacionamentos entre o intelectual e funcionário público Monteiro Lobato e o político e presidente da República, Getúlio Vargas – sendo que este fora Ministro da Fazenda entre 1926 e 1928, no governo de Washington Luís. Não seriam os desdobramentos futuros, mesmo a prisão de Monteiro Lobato, desdobramentos de tensões anteriores? Não teriam essas personalidades relacionamentos que os bastidores políticos sempre trouxeram velados? As indagações, enfim, são inúmeras. E Lobato, como sempre, passível de muitas abordagens.

Por fim, cabe ainda lembrar de um artigo até o momento não abordado no trabalho: é “A estátua do patriarca”, de 26 de dezembro de 1916. Nele, Lobato utiliza recursos que lhe eram comuns: envolve-se na defesa de uma personalidade histórica em contraposição à homenagem pretendida ao “General Glicério”; usa a narrativa para empolgar o leitor; recorre a dados biográficos com localizações e ações pertinentes a uma boa argumentação. O que chama a atenção, porém, é o enaltecimento da personagem central do texto: José Bonifácio.

Na figura do cientista que acabou voltando seus esforços para a política, Lobato identifica seu verdadeiro herói, “era muito nobre e puro para suportar aquele meio e tal época”. Depois de salvar Portugal dos franceses e da derrocada política, viera ao Brasil realizar seu desejo de contribuir para a formação de uma grande nação: “José Bonifácio resume em si a pátria, incuba-a no coração e no cérebro, e, com a extraordinária lucidez da sua inteligência, apetrechada em decênios de cultura intensa, organiza o 7 de Setembro. Trabalha na sombra. A sua força é a fé. A sua arma, a sugestão. O seu fito, o grito do Ipiranga”.

Como tutor de D. Pedro II, José Bonifácio e seu pupilo são “as duas figuras máximas da nossa história”. A comparação de Lobato não pode ser mais elucidativa: José Bonifácio é o “Washington do Sul”. Nessa figura histórica, Lobato demonstra encontrar todos os requisitos que via no ideal do homem brasileiro, no dirigente lúcido, imbuído das melhores idéias e estratégias para levar seu país a um outro lugar na história da civilização. Para isso, o escritor não escolheu um representante legítimo da República ou um estadista nos moldes mais tradicionais, antes elegeu um cientista cujo envolvimento com as causas políticas levou a resultados concretos. José Bonifácio, para Lobato, resume o herói que pode resgatar o Jeca e destronar o bacharel.

Volte-se, pois, ao escritor em sua relação com o texto jornalístico: negando-se como jornalista – isto é, a trabalhar amarrado a um cargo, embora tivesse até mesmo carteirinha profissional para isso³⁷ – Lobato estabelece-se como editor. Negando-se como escritor de literatura em suas cartas a Rangel, mostra-se profícuo nos mais diversos assuntos, compartilhando com os companheiros de redação temas que em suas mãos ganhavam apelos frutíferos ao jornal. Não seria somente o gosto pela ironia, a marca do estilo lobatiano. O apelo pela imagem, a evocação narrativa, os exemplos retirados do mundo natural, por vezes chegando ao escatológico, fazem do texto um convite ao leitor de jornal, acostumado com os mesmos temas no mesmo jornal, porém, possivelmente percebendo em Lobato um estilo mais cativante.

Diante da observação de todo o conjunto de artigos, o conflito entre o literato e o homem do jornal não parece convencer. Se existiram, as reminiscências ficaram nas cartas da juventude trocadas com Godofredo Rangel. O fato mais perceptível é a participação de Monteiro Lobato como um livre pensador em um jornal republicano, liberal e cientificista. Um periódico que permitiu – a despeito de uma ousada idealização – a construção de um projeto de Brasil que faz o leitor de hoje imaginar Lobato num momento áureo da imprensa brasileira.

³⁷ Carteira de jornalista: *Revista do Brasil*, de 1918. (pág. 173)

Bibliografia

1. Obras sobre Monteiro Lobato

- ALVAREZ, Reynaldo Valinho. *Monteiro Lobato – escritor e pedagogo*. Rio de Janeiro: Edições Antares; Brasília: INL, 1982.
- ARAPIRACA, Mary de Andrade. *Prólogo de uma Paidéia lobatiana fundada no fazer especulativo: A chave do tamanho*. Salvador: UFBA/FÉ, 1996. Tese de Doutorado.
- ARRUDÃO, Matias (Dacio Aranha de Arruda Campos). *Piolho de piolho*. São Paulo: Casa Minerva, 1945. 66p.
- ATHANÁZIO, Enéas. *Meu amigo Hélio Bruma: ensaios*. São Paulo: Editora do Escritor/Luz e Silva, 1985. 54p. (Ensaio, 19).
- _____. *Três dimensões de Lobato*. São Paulo: Editora do Escritor, [1975]. 81p. (Ensaio, 4).
- AZEVEDO, Carmen Lucia de, CAMARGOS, Márcia, SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato – furacão na Botocúndia*. São Paulo: SENAC, 2006.
- _____. _____. Edição compacta. São Paulo: SENAC, 2000.
- BARBALHO, Nelson. *Athanázio, Lobato e Rangel*. Folheto. 1980.
- BARBOSA, Alaor. *O ficcionista Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BARROSO, Hayde Jofre. *Monteiro Lobato: Trayectoria de una fidelidad*. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1959. (Euríndia).
- BELTRÃO, Jorge. *Monteiro Lobato, um escritor que faz pensar...* Conferência proferida no dia 22 de abril de 1965, em Taubaté, na XIII Semana Monteiro Lobato. Pouso Alegre, 1968.
- BERTOZZO, Sandra M. Giovanetti. *Reverendo Monteiro Lobato vida e obra de Edgar Cavalheiro: uma leitura de Monteiro Lobato*. Assis: Unesp, 1996. Dissertação de Mestrado.
- BIGNOTTO, Cilza Carla. *Personagens infantis da obra para crianças e da obra para adultos de Monteiro Lobato: convergências e divergências*. Campinas: Unicamp, 1999. Dissertação.
- _____. *Novas perspectivas sobre as práticas editoriais de Monteiro Lobato (1918-1925)*. Campinas: UNICAMP, 2007. Tese de doutorado.
- BRASIL, Sales pe. *A literatura infantil de Monteiro Lobato ou Comunismo para crianças*. 2. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1959.

- BRASIL. Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Prêmio grandes educadores brasileiros – monografia premiada 1988. Brasília: MEC/INEP, 1989.
- CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *O saber impotente*. Rio de Janeiro: FGV, 1988. p.39-44
Dissertação de Mestrado.
- CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A República do Picapau Amarelo – uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo: Martins Fontes, 1986. (Coleção leituras).
- CARVALHO, Lilian Escorel de. *Monteiro Lobato e Manuel Antônio de Almeida: um caso de co-autoria na história do livro e da literatura no Brasil*. São Paulo: USP, 2002. (Dissertação de mestrado).
- CASSAL, Sueli Tomazini Barros. *Amigos escritos: quarenta e cinco anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2002. (Memória brasileira; 35).
- CASTELLO BRANCO, Carlos Heitor. *Monteiro Lobato e a parapsicologia*. São Paulo: Quatro Artes Editora, 1972. 84p.
- CAVALHEIRO, Edgar. *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – Serviço de Documentação – 1955. nº 76.
- _____. *Monteiro Lobato: vida e obra*. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1956 .
- CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. *A vida de Monteiro Lobato*. Salvador, 1949. 8p.
- CHIARELLI, Tadeu. *Um Jeca nos Vernissages – Monteiro Lobato e o desejo de uma arte nacional no Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 1995. (Texto e Arte; 11).
- CONTE, Alberto. *Monteiro Lobato: o homem e a obra*. São Paulo: Brasiliense, 1948.
- CRESPO, Regina Aída. *Messianismos culturais: Monteiro Lobato, José Vasconcelos e seus projetos para a nação*. São Paulo: FFLCH/USP, 1997. Tese de Doutorado. 293p.
- DANTAS, Paulo (org.). *Vozes do tempo de Lobato*. São Paulo: Traço, 1982.
- DANTAS, Paulo. *Presença de Lobato*. São Paulo: Editora do Escritor.
- EDREIDA, Marco Antonio Branco. *À caça do sentido: práticas de leitura de leitores de Monteiro Lobato – um estudo de cartas infanto-juvenis (1926-1946)*. São Paulo: USP/FE, 2003.
- FRIAS FILHO, Otavio, CHAGA, Marco Antonio. *Monteiro Lobato*. Chapecó: Grifos, 1999. 72p. (Contadores de Histórias).
- GOUVÊA, Ana Amélia Vianna. A desilusão de um herói. *DC Cultura*. Sab. 30 ag. 2003. Supl. Literário.

- GOUVÊA, Ana Amélia Vianna. *O Poço e a Chave: progresso e guerra na obra infanto-juvenil de Monteiro Lobato*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 189p. Dissertação de Mestrado.
- GUIMARÃES, Wladimir. *Monteiro Lobato na Bahia*. Bahia: Glória, 1948. 15p.
- IKEDA, Marilda A. Balieiro. *Revista do Brasil, 2ª fase – contribuição para o estudo do modernismo brasileiro*. São Paulo: USP/FFLCH, 1975. 155p.
- KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato – intelectual, empresário, editor*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- KUPSTAS, Marcia. *Monteiro Lobato*. São Paulo: Ática, 1988.
- LAJOLO, Marisa. Jeca Tatu em três tempos. In.: SCHWARZ, Roberto (org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.101-105.
- _____. *Monteiro Lobato – a modernidade do contra*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Encanto Radical).
- _____. *Monteiro Lobato – um brasileiro sob medida*. São Paulo: Moderna, 2000.
- _____; CECCANTINI, João Luís (Org.). *Monteiro Lobato, livro a livro*. São Paulo: Editora da Unesp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- _____; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira – História & Histórias*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1985.
- LANDERS, Vasda Bonafini. *De Jeca a Macunaíma – Monteiro Lobato e o Modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- LIMA, Alceu Amoroso. O pai do Jeca. *Primeiros Estudos – contribuição à história do modernismo literário*. Rio de Janeiro: Agir, 1948. p.40-43.
- LIMA, Carlos de Araújo. *O processo do petróleo – Monteiro Lobato no banco dos réus*. Rio de Janeiro: 1977.
- MARTINS, Milena Ribeiro. *Quem conta um conto... aumenta, diminui, modifica: o processo de escrita conto lobatiano*. Campinas: Unicamp/IEL, 1998.
- MARTINS, Nilce Sant'Ana. *Língua Portuguesa nas obras infantis de Monteiro Lobato*. São Paulo: FFLCH/USP, 1972. 2v. Tese de Doutorado.
- MARTINS, Rosângela Alves de Lima. *A desmistificação dos mitos gregos e a mitificação das personagens de Monteiro Lobato*. São José do Rio Preto: Unesp, 1994. Dissertação de Mestrado.
- MELLONI, Rosa Maria. *O imaginário e o ideário de Monteiro Lobato: um estudo antropológico*. São Paulo: USP/FÉ, 1995. 2v. Tese de Dout.

- MERZ, Hilda Junqueira Villela et al. *Histórico e resenhas da obra infantil de Monteiro Lobato*. São Paulo, Brasiliense, 1996.
- _____. *Lobateanas – idéias, pensamentos e fotos de Monteiro Lobato*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1985.
- MONTELLO, Josué. Monteiro Lobato. *Caminho da fonte: estudos de literatura*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1959. p.353-362.
- MONUMENTO a Monteiro Lobato – sumário das atividades da Comissão Pró-Monumento a Monteiro Lobato, apresentado pelo seu presidente Cândido Fontoura. São Paulo: 1949.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Monteiro Lobato – textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Agir, 1962. (Nossos clássicos, nº 65).
- NETTO, José Apóstolo. *Jeca Tatu e o mundo que ele criou: o problema da originalidade cultural em Velha Praga e Urupês*. Assis: Unesp, 1998. Dissertação de Mestrado.
- NETTO, José Apóstolo. O discurso cientificista no livro *A Chave do Tamanho de Monteiro Lobato*. *Pós-História*. Assis: Unesp, 1996. nº 04. p.45-66.
- NUNES, Cassiano. Mark Twain e Monteiro Lobato; Monteiro Lobato: uma teoria do estilo; Monteiro Lobato hoje; A correspondência de Monteiro Lobato; O sonho brasileiro de Monteiro Lobato; O patriotismo difícil; As cartas de Monteiro Lobato a Flávio de Campos; Lobato Editor; Jeca Tatu. *A atualidade de Monteiro Lobato*. Brasília: Thesaurus, 1984. 122p.
- _____. *A correspondência de Monteiro Lobato*. São Paulo: Copidart, 1982.
- _____. *Cartas de Monteiro Lobato a uma senhora amiga*. São Paulo: Copidart, 1983.
- _____. *O patriotismo difícil: a correspondência entre Monteiro Lobato e Artur Neiva*. São Paulo: Copidart, 1981.
- _____. *O último sonho de Monteiro Lobato – o georgismo*. São Paulo: Copidart, 1983.
- _____. *Monteiro Lobato admirador de Euclides da Cunha: um estudo comparativo entre os dois escritores*. Brasília: Roberval Editora, 1998.
- OLIVEIRA, Jucimar Cunha Ribeiro de. *A chave do tamanho: um mundo às avessas*. Juiz de Fora: UFJF, 1996. Diss. Mestrado. 78p.
- ORLOV, Martha Livia Volpe. *A revista do Brasil e a formação de uma consciência nacional*. São Paulo: USP/FFLCH, 1980. Diss. de Mestrado.
- PASSIANI, Enio. *Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil*. USP/FFLCH, 2001. 227p. Diss. de Mestrado.

- PENTEADO, José Roberto Whitaker. *Os filhos de Lobato: o imaginário infantil na ideologia do adulto*. Rio de Janeiro: Qualitymark, Dunya Ed., 1997.
- PEREIRA, Maria Otilia Farto. *Estilo e metalinguagem na Literatura de Monteiro Lobato*. Assis: Unesp, 2004. (Tese de Doutorado).
- RIBAS, Maria José Sette. *Monteiro Lobato e o espiritismo – as sessões espíritas de Monteiro Lobato*. São Paulo: Lake, 1972.
- RIBEIRO, José Antonio Pereira. *As diversas facetas de Monteiro Lobato*. São Paulo: Roswitha Kempf/SMC, 1984. 186p.
- RIO de Janeiro. Biblioteca Nacional. *Monteiro Lobato 1882-1948 – catálogo*. Rio de Janeiro, 1982. 91p.
- RIZZINI, Jorge. *Vida de Monteiro Lobato para infância e juventude*. 2. ed. Ilust. Messias de Melo. São Paulo: Editora Difusora Cultural.
- ROCHA, Ruth *et alli*. *Monteiro Lobato – 1882-1948*. São Paulo: Abril-Educação, 1981. (Literatura Comentada).
- SANDRONI, Laura. *De Lobato a Bojunga: as renaixências renovadas*. Rio de Janeiro: Agir, 1987.
- SANTA HELENA, Raimundo. *Monteiro Lobato*. Folheto de Cordel. Rio de Janeiro: Cordebrás, 1982.
- SANTOS, Neide Medeiros. Também sou filha de Lobato. In.: *Correio das Artes*. João Pessoa, 1998. Artigo. (Retirado do site: <http://docedeletra.com.br/dl/foradoar/0600loba.shtml>, em 06/12/2003)
- SILVA, João Carlos. *Conversando sobre Monteiro Lobato*. São Paulo: Obelisco, 1979. 28p.
- SILVA, Júlio César. *Monteiro Lobato: panorama da obra e análise semiológica dos contos*. Taubaté: Prefeitura Municipal/Editora Cronos, 1980. 153p.
- SILVA, Maria Leonor Alvarez. *Monografia sobre Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasiliense, 1950.
- SILVA, Vera Maria Tiezmann. Monteiro Lobato e as belas mentiras. In.: MELLO, Ana Maria Lisboa de (et alii). *Literatura infanto-juvenil: prosa & poesia*. Goiânia: Ed. da UFG, 1995. p.71.
- STAROBINAS, Lílian. *O caleidoscópio da modernização: discutindo a atuação de Monteiro Lobato*. São Paulo: USP/FFLCH, 1992. Diss. de Mestrado.

TONDELLA, Gabriel. *Monteiro Lobato – o semeador de horizontes*. Palestra realizada no Colégio Estadual “Monteiro Lobato”, de Taubaté, aos 18 de Abril de 1953, na Semana “Monteiro Lobato”. Folheto. São Paulo, 1954.

VALENTE, Thiago Alves. *Uma chave para “A chave do tamanho”, de Monteiro Lobato*. Assis: Unesp, 2004. Dissertação.

VASCONCELOS, Zinda Maria Carvalho de. *O universo ideológico da obra infantil de Monteiro Lobato*. São Paulo: Traço, 1982.

VAZ, Léo. Escritores e Literatos/No Jubileu de Jeca Tatu/Lobato Editor/Reminiscências/Monteiro Lobato vai para a Argentina. *Páginas Vadias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

VIEIRA, Adriana Silene. A chave do tamanho e as Viagens de Gulliver. In.: IV Seminário Internacional de História da Literatura, 2001, Porto Alegre. (no prelo).

YUNES, Eliana. *Presença de Monteiro Lobato*. Rio de Janeiro: Divulgação e Pesquisa, 1982.

ZILBERMAN, Regina (org.). *Atualidade de Monteiro Lobato*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. (Novas Perspectivas, 8).

ZILBERMAN, Regina. Monteiro Lobato e a aventura do imaginário. *Letras de hoje*. Caxias do Sul (RS): PUC, nº 49. set. 1982.

2. Obras de Monteiro Lobato

2.1. Literatura geral

LOBATO, Monteiro. *A Barca de Gleyre*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. v.11. T.1. (1ª série).

_____. *A Barca de Gleyre*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. v.12. T.2. (1ª série).

_____. *A Onda Verde e o Presidente Negro*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. v.5. (1ª série)

_____. *América*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. v.9. (1ª série).

_____. *Críticas e outras notas*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969. v.18. (1ª série).

_____. *Cartas de amor*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. *Cartas Escolhidas*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970 v.16. (1ª série).

_____. *Cidades Mortas*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. v.2. (1ª série).

- _____. *Conferências, Artigos e Crônicas*. São Paulo: Brasiliense, 1959. v. 15. (1ª série)
- _____. *Contos Pesados – Urupês, Negrinha e o Macaco que se fez homem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. (edição definitiva).
- _____. *Idéias de Jeca Tatu*. 8. ed Brasiliense, 1957. v. 4. (1ª série).
- _____. *Mr. Slang e Problema Vital* 8. ed. São Paulo Brasiliense 1957. v. 8. (1ª série).
- _____. *Mundo da Lua e Miscelânea*. 8.ed. São Paulo Brasiliense, 1957. v. 10. (1ª série).
- _____. *Na Antevéspera*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. v.6. (1ª série).
- _____. *Negrinha*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. v.3. (1ª série).
- _____. *O escândalo do petróleo e ferro*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. v.7. (1ª série).
- _____. *O macaco que se fez homem*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1923.
- _____. *O Sacy-Pererê: resultados de um inquérito*. São Paulo: Secção de Obras de “O Estado de São Paulo”, 1918. (fac-símile).
- _____. *Prefácios e Entrevistas*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. v.13. (1ª série).
- _____. *Urupês*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. v.1. (1ª série)

2.2. Literatura infantil

- LOBATO, Monteiro. *A chave do tamanho*. Ilustr. J. U. Campos. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942. 161p. Série 1. v.33. (Biblioteca Pedagógica Brasileira).
- _____. *Aritmética da Emília*. 28. ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Aventuras de Hans Staden*. 32. ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Caçadas de Pedrinho, O Saci, Memórias da Emília*. 5. ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- _____. *D. Quixote das crianças*. 27.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Emília no país da gramática*. 39.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Fábulas*. 50. ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Geografia de Dona Benta*. 8. ed. Ilustr. André Le Blanc. São Paulo: Brasiliense, 1954.
- _____. *História das invenções*. 28. ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Histórias de Tia Nastácia*. 31. ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- _____. *Histórias do mundo para crianças*. 37. ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *O Minotauro*. 25. ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. *O picapau amarelo*. 34. ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *O poço do Visconde*. 5. ed. Ilustr. André Le Blanc. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- _____. *Os doze trabalhos de Hércules*. 17. ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1993. 2v.
- _____. *Peter Pan*. 36.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Reforma da natureza*. 36. ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Reinações de Narizinho*. 48 ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. *Serões de Dona Benta*. 21.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Viagem ao céu*. 43.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Obra infantil completa: edição centenário – 1882-1982, com prefácio de Wladir Dupont*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

3. Obras sobre jornalismo

- ABRAMO, Perseu. *Um trabalhador da notícia: textos de Perseu Abramo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.
- ALMEIDA, Gastão Tomás de. *Imprensa no interior: um estudo preliminar*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Arquivo do Estado, 1983.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática. (Básica Universitária). 1954.
- BENITES, Sonia Aparecida Lopes. *O discurso relatado no jornal e a ilusão da objetividade*. Assis: Unesp, 1995. (Tese de Doutorado).
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- COIMBRA, Oswaldo. *O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura*. São Paulo: Ática, 1993. (Série Fundamentos, 95).

- CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e ideologia em São Paulo: 1822-1842 – matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis; Campinas: Editora Vozes; Unicamp, 1979. (Coleção História Brasileira, 4).
- COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil (1904 -2004)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana - 1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estao de São Paulo; Imprensa Oficial - SP, 2000. 224p.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *As armadilhas do poder – bastidores da imprensa*. São Paulo: Summus, 1990.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. 4. ed. São Paulo: Summus, 1986.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da república: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. 253p.
- FERRARI, Maria Helena; MUNIZ, Sodré. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986. (Novas buscas em comunicação: v.14).
- LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 2005.
- LIMA, Alceu Amoroso. *O jornalismo como gênero literário*. São Paulo: Com-Arte; EDUSP, 1990. (Col. Clássicos do Jornalismo Brasileiro, 4).
- LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006. (Paradidáticos. Cultura).
- MADIO, Telma Campanha de Carvalho. A fotografia na imprensa diária paulistana nas primeiras décadas do século XX: O Estado de S. Paulo. *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, p.61-91, 2007.
- MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e práticas culturais em tempos de República*. São Paulo: Editora USP: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Ática, 1998.
- MELO, José Marques de. *Sociologia da imprensa brasileira: a implantação*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- NORBERTO, Natalício. *Técnicas e princípios do jornalismo moderno*. Ed. Itambé.
- PAVANI, Cecília; JUNQUER, ângela; CORTEZ, Elizena. *Jornal: uma abertura para a educação*. Campinas: Papirus, 2007.

PORTO, Sérgio Dayrell Porto. (org.) *O jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Editora da UNB, 2002. 588p. (Coleção Comunicação, 2).

RABELO, Genival. *O capital estrangeiro na imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. (não)

ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção “Primeiros passos”).

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora: a influencia americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ZANCHETTA, Juvenal. *Imprensa escrita e telejornal*. São Paulo: Unesp, 2004.

4. Outras obras consultadas

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. *Teoria da literatura*. 2. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1968.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Col. Biblioteca universal).

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

CARDOSO, Irene R. *A universidade da Comunhão Paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Autores Associados, 1982. (Col. Educação Contemporânea; Série “Memória da educação”).

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- CASALECCHI, José Ênio. *O partido republicano paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos avançados*. v. 5. São Paulo, jan-abr, 1991, nº 11. p.173-191.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. Representações da escola e do alfabetismo no século XIX. In: BATISTA, Antonio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. (org.) *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2005. 168p. (Linguagem e educação).
- FANTINATI, Carlos Erivany. Sobre o discurso político. *Alfa – Revista de Lingüística*, São Paulo, v. 34, p.01-10, 1990.
- FERREIRA JUNIOR, Carlos Antonio Rogé. *Literatura e jornalismo, práticas políticas: discursos e contradições, o novo jornalismo, o romance-reportagem e os livros-reportagem*. São Paulo: Edusp, 2003. (Ensaio de cultura, 24).
- FIORIN, José Luiz. O ethos do enunciador. In: CORTINA, Arnaldo; MARCHEZAN, Renata Coelho (Org.). *Razões e sensibilidades: a semiótica em foco*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004. (Série “Trilhas Lingüísticas”).
- GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar*. 17. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- HOLANDA, Sergio Buarque de (Org.). O Brasil monárquico: do império à república. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. 5v.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Vida e morte do Convenio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Trad. Marcio Doctors. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Col. Estudos brasileiros; v. 31). 113p.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles (Dir.). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. SP: USP, 1996. 332p. Tese de Doutorado.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Ed. Hucitec; Ed. Polis, 1984.

NUNES, Everardo Duarte. Sobre a história da saúde pública: idéias e autores. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, v5(n2): 251-264, 2000.

O ESTADO DE S. PAULO. 1913-1930. Consulta: CEDAP e Arquivo do Estado de São Paulo.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República: Jacobinismo: ideologia e ação* (1893-1897). São Paulo: Brasiliense, 1986.

SPITZER, Leo. *Lingüística e história literária*. 2. ed. Madrid: Biblioteca Românica Hispânica, 1961. 306p. (II Studos y ensayos).

STRINATI, Dominic. *Cultura popular: uma introdução*. Trad. Carlos Szlac. São Paulo: Hedra, 1999.

STOLCKE, Verena. *Cafecultura: homens, mulheres e capital* (1850-1980). Trad. Denise Bottman e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

5. Sítios

BARBOSA, Rui. *A questão social e política no Brasil*. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/template_01/default.asp?VID_Secao=105>. Acesso em: 28 maio. 2009.

CENTRO DE MEMÓRIA UNICAMP. Arquivos históricos. Disponível em: <http://www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/fec_pes_f_glicerio.htm>. Acesso em: 25 abr. 2008.

ITAUCULTURAL. *Enciclopédia itaucultural artes visuais*. Ricardo Severo. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=5385&cd_idioma=28555>. Acesso em: 26 set. 2009.

MUSEU PAULISTA. Ata da Convenção de Itu. Disponível em: http://www.mp.usp.br/mr/ata_1873.doc. Acesso em: 24 jan. 2005.

O ESTADO DE S. PAULO. Histórico Grupo Estado. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/historico/index.htm>>. Acesso em: jan. a set. 2009.

SENADO FEDERAL. Biografia dos senadores. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1698&li=22&lcab=1891-1893&lf=22>. Acesso em: 25 abr. 2008.

THE NEW YORK TIMES. On this day. Sobre Florenz Zigfield. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/learning/general/onthisday/bday/0321.html>>. Acesso em: 27 set. 2009.

THE ROCKEFELLER FOUNDATION. The Rockefeller Foundation Timeline. Disponível em: <http://www.rockfound.org/about_us/history/1913_1919.shtml>. Acesso em: 08 jun. 2009.

UOL EDUCAÇÃO. Biografias. Tobias Barreto. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/tobias-barreto.jhtm>>. Acesso em: 08 jun. 2009.

UOL EDUCAÇÃO. Biografias. Tobias Barreto. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=5385&cd_idioma=28555>. Acesso em: 08 jun. 2009.

THIAGO ALVES VALENTE

Monteiro Lobato nas páginas do jornal:

um estudo dos artigos publicados em *O Estado de S. Paulo* (1913-1923)

ANEXO I

Artigos transcritos de *O Estado de S. Paulo* (1913-1923)

ASSIS

2009

THIAGO ALVES VALENTE

Monteiro Lobato nas páginas do jornal:

um estudo dos artigos publicados em *O Estado de S. Paulo* (1913-1923)

ANEXO I

Artigos transcritos de *O Estado de S. Paulo* (1913-1923)

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para o Exame Geral de Qualificação, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras (Área de Conhecimento: Literatura e vida social).

Orientador: *Prof. Dr. João Luís C. T. Ceccantini*

ASSIS

2009

Sumário

Síntese dos artigo.....	282
Entre duas crises.....	299
Uma velha praga.....	304
Urupês.....	309
A caricatura no Brasil I.....	319
A caricatura no Brasil II.....	326
Como se formam lendas.....	336
A hostefagia.....	341
O “problema nacional”	348
A propósito de Wash Rodrigues.....	355
A conquista do nitrogênio.....	360
Pensionamento dos artistas.....	364
Cidades mortas.....	368
Os bubprodutos do café.....	372
O aproveitamento integral da laranja.....	376
A estátua do patriarca.....	380
A grande oficina escola (I)	385
A grande oficina escola: a exposição anual (II)	389
A criação do estilo (III)	394
A questão do estilo.....	399
O saci.....	403
A questão do estilo.....	407
O problema do trigo no Brasil	411
Saneamento do Brasil: A ação de Oswaldo Cruz I.....	415
Saneamento do Brasil: 20 milhões de opilados II.....	420
Saneamento do Brasil: Três milhões de papudos e idiotas III.....	424
Saneamento do Brasil: Doze milhões de impaludados IV.....	428

Saneamento do Brasil: Diagnóstico V.....	432
Saneamento do Brasil: Reflexos morais VI.....	436
Problema do saneamento: Primeiro passo.....	440
O saneamento: “Déficit” econômico, função do “déficit” de saúde.....	445
O problema do saneamento: Um fato.....	450
A fraude bromatológica.....	454
Rondônia: Visão do futuro e visão do passado I.....	459
Rondônia II.....	464
O problema do saneamento: Início da ação I.....	470
O problema do saneamento: Iguape II.....	474
Saneamento e higiene: As novas possibilidades das zonas cálidas.....	479
Exposição Georgina – Lucílio de Albuquerque.....	484
A revolução do ensino.....	487
Estradas.....	490
O cinema científico.....	493
Um grande artista.....	496
O teatro brasileiro.....	501
Oswaldo Teixeira (pintura)	504
A futura essem do sertão.....	507

Síntese dos artigos publicados entre 10/1913 e 12/1923:**1913**

Título: Entre duas crises

Data: 30/10/1913

Página(s): 03

Síntese: O texto tem como tema central a crise econômica do ano corrente, apontada como resultado de diversos fatores, dentre eles, os rumores da Primeira Guerra Mundial. A outra crise, para se justificar o título, é a prevista para 1914, para a qual o país deveria se preparar, evitando catástrofe sócio-econômica ainda maior.

Em livro: não publicado.

1914

Título: Uma velha praga

Data: 12/11/1914

Página(s): 03

Síntese: O tema central é a prática incendiária nas terras do vale do Paraíba, um desastre ecológico em que o trabalho do fogo é comparado ao furor germânico da Primeira Guerra Mundial, sendo o Jeca o agente da tragédia: uma praga, o “sarcopte”, a sarna devastadora das coberturas vegetais. Na seqüência, o escritor ataca a romantização da figura do caboclo, estabelecendo no texto um tom explícito de denúncia, chegando, ao final, a apelar às câmaras municipais a fim de que estas interviessem em seus territórios para minimizar o problema ambiental.

Em livro: *Urupês*, com o título “Velha praga”.

Título: Urupês

Data: 23/12/1914

Página(s): 06

Síntese: Neste artigo, Lobato aborda especificamente a vida do homem campestre brasileiro, o caboclo. Demonstrando a falácia das idealizações românticas sobre índios e caboclos, expõe as mazelas sociais brasileiras: a fome, a economia precária, o subdesenvolvimento humano – elementos sintetizados na figura de Jeca Tatu.

Em livro: *Urupês*.

1915

Título: A caricatura no Brasil I

Data: 27/01/1915

Página(s): 04

Síntese: Enquanto a Europa se banhava em sangue, assunto mais ameno deveria merecer atenção do leitor – com esta chamada, inicia-se o artigo sobre a caricatura no Brasil. Citando muitos exemplos históricos de diferentes épocas e lugares, apresenta explicações sobre o rir e a caricatura, anunciando, por fim, que “agora aqui, neta colônia européia atravessada d’África – porque cá também já se ri, felizmente” (p.04).

Em livro: *Idéias de Jeca Tatu*.

Título: A caricatura no Brasil II

Data: 28/01/1915

Página: 05

Síntese: Abre-se o artigo demonstrando o quanto a história nacional tem de lances cômicos, vívido fomento à caricatura brasileira. “O mal do país é esse, a bezerrice” (p.05), seria um povo que não ri de si mesmo, preferindo, antes, trazer matéria cômica do velho mundo. Ângelo Agostini fora o início da caricatura nacional, afirma-se. Posteriormente, reavivando a arte caricatural, surgiram Calixto e Raul. O artigo, ao final, aponta o sucesso editorial dos caricaturistas, bem como o trabalho meritório de J. Carlos. Artistas que “abandonando a esfera restrita das camadas que entrajam casimiras, vai meter raízes no succulento esterco que é o povo, único alfobre capaz de vitalizar a arte” (p.05).

Em livro: *Idéias de Jeca Tatu*.

Título: Como se formam lendas

Data: 16/02/1915

Página(s): 04 e 05

Síntese: O mote anuncia-se no título: a explicação sobre a formação das lendas ocupa grande parte do texto que, para isso, apresenta muitos exemplos. Seria interessante observar, pois, como os antigos mitos gregos permaneceriam nas culturas de regiões afastadas de sua origem, como o Brasil, país que não consegue ter uma arte autóctone. Depois de argumentar a respeito da reiteração dos modelos gregos, conta-se um fato anedótico envolvendo erro de tradução, o que demonstraria, segundo o texto, que a lenda vem do sonho e do pesadelo, senão de situações ocasionais, em que uma obra se altera ao longo de gerações.

Em livro: *Idéias de Jeca Tatu*.

Título: A hostefagia

Data: 11/04/1915

Página: 04

Síntese: Entre o mito e os fatos históricos está a verdade: “a guerra foi, é e será” (p.04). Arrisca-se o texto a fazer previsões da guerra futura. Inspirando-se em Wells, o artigo acena com uma solução viável para as crises bélicas: a hostefagia. Bastaria, portanto, educar as crianças para a alimentação com carne humana; após um dia de jejum, qualquer tropa se sentiria motivada a vencer e devorar o inimigo – uma atitude racional e higiênica para o mundo moderno.

Em livro: *Idéias de Jeca Tatu*.

Título: O “problema nacional”

Data: 26/05/1915

Página(s): 03 e 04

Síntese: Com aguda crítica à obra de Alberto Torres, *Problema Nacional*, a qual aponta como único e real problema do Brasil as instituições políticas, o artigo volta-se especificamente contra as considerações a respeito da agricultura cafeeira paulista. De acordo com o autor, segundo o que afirma o artigo, seria ela devastadora, ainda mais num estado que destoa dos demais da

federação em seu aspecto econômico. A posição do artigo, em todo tempo demonstrada de forma irônica, surge veemente em defesa do “sistema paulista de enriquecer” (p.)

Em livro: não publicado.

1916

Título: A propósito de Wash Rodrigues

Data: 09/01/1916

Página(s): 05

Síntese: Para tratar da obra de Wash Rodrigues, o artigo apresenta, em primeiro lugar, considerações a cerca da arte nacional, cuja falta de viço estaria diretamente ligada à ausência do próprio país nas telas de seus artistas. O pintor em questão, no entanto, consegue fugir a esta armadilha “francesa”, exemplo, pois, de autenticidade e promessa de consolidação de uma arte de identidade brasileira.

Em livro: *Idéias de Jeca Tatu*.

Título: A conquista do nitrogênio

Data: 15/01/1916

Página(s): 03

Síntese: O artigo trata da importância da descoberta do nitrogênio (azoto) como adubo essencial para as plantas. Após fazer considerações sobre a história da agricultura, cita a descoberta de uma bactéria fixadora do nitrogênio nas raízes dos vegetais por obra do trabalho do professor de botânica Bottomley, britânico. Destaca o benefício econômico da descoberta, pois a inoculação da bactéria nas sementes permitirá maior produção com menos gasto em fertilizantes. Na sequência, tece críticas severas à atuação das políticas agrícolas brasileiras.

Em livro: *Idéias de Jeca Tatu*.

Título: Pensionamento dos artistas

Data: 16/01/1916

Página(s): 03

Síntese: Inicialmente, o texto apresenta a situação do pensionamento brasileiro: a falta de critérios mais consistentes permite que jovens, sem contar efetivamente com apoio e fiscalização dos trabalhos no exterior, sejam agraciados por um programa que poucos frutos trazem à arte nacional. Havia exceções, porém, isso não justificaria a manutenção do sistema paulista de fomento nos moldes em que se dava.

Em livro: o artigo originalmente publicado em jornal compõe o texto de “Estética oficial”, em *Idéias de Jeca Tatu*.

Título: Cidades mortas

Data: 29/02/1916

Página(s): 03 e 04

Síntese: O sucesso do homem do campo se dá, no Brasil, enquanto a terra não se exaure. Cuidar do solo, nunca. Com esta tese, o artigo apresenta o quadro decadente das cidades cafeeiras que, abandonadas pela força produtiva daqueles que um dia nela fizeram riqueza, permanecem em seu subdesenvolvimento alimentando-se das glórias passadas.

Em livro: *Cidades mortas*.

Título: Os subprodutos do café

Data: 29/11/1916

Página(s): 03 e 04

Síntese: Neste texto, é enaltecido o trabalho químico de Pedro Baptista de Andrade, o qual demonstrou a viabilidade de se retirar da palha do café, produto em abundância no Brasil, mais especificamente em São Paulo, pelo menos três subprodutos: álcool, manita e cafeína, substâncias de valor comercial, preservando-se, ainda, o resíduo final com propriedades adequadas à adubação. Lança, finalmente, um apelo para que São Paulo aproveite riquezas que estaria desprezando.

Em livro: não publicado.

Título: O aproveitamento integral da laranja

Data: 13/12/1916

Página(s): 03

Síntese: O texto tem como tema central a exploração da laranja como produto de grande viabilidade econômico. Isso se comprova pela resistência que a cultura apresenta diante das pragas que a assolam: a formiga, a broca e o carcoma. Assim, “em virtude de tão preciosas qualidades a laranja é a nossa grande fruta nacional.” (p.03). No entanto, apesar de tantas qualidades, o Brasil ainda não deu a devida atenção a esta cultura. Chama, então, a atenção do leitor para os estudos de Pedro Baptista, o qual ensina “a exploração industrial da laranja começando na casca e terminando na semente” (p.03). Considera o vinho da laranja uma alternativa para se substituir a cara a contraproducente casta de vinhos nacionais, inacessíveis ao povo. Relaciona o consumo do bom vinho à “restauração racial” do brasileiro. Finalmente, lança um clamor público para que se dê a devida atenção a uma realização industrial “que cientificamente Pedro Baptista de Andrade já realizou” (p.03).

Em livro: não publicado.

Título: A estátua do patriarca

Data: 26/12/1916

Página(s): 10

Síntese: O artigo enaltece a figura de José Bonifácio, colocando em destaque sua personalidade e atuação política. Ao fim, demonstra a insatisfação pela decisão da Assembléia Legislativa de São Paulo de escolher erigir uma estátua ao General Glicério em vez de homenagear Bonifácio.

Em livro: *Idéias de Jeca Tatu*.

1917

Título: A grande oficina-escola (I)

Data: 01/01/1917

Página(s): 04

Síntese: No artigo, conta-se a história do “Lyceu de Artes e Ofícios” de São Paulo, enaltecendo o papel social e artístico da escola. Com uma direção “inteligente, sábia e honesta” (p.04), atuante há mais de vinte e um anos, alcançaria o mérito de abrigar a “Escola de Bellas Artes de S. Paulo”, instituto que viria para dizimar os efeitos nocivos à arte nacional causados pela prática de

pensionamento dos artistas no exterior. Finalmente, chama a atenção do leitor para os poucos recursos remetidos pelo Estado para o liceu.

Em livro: não publicado.

Título: A grande oficina-escola: a exposição anual (II)

Data: 05/01/1917

Página(s): 04

Síntese: Como o subtítulo já explica, o artigo trata da exposição anual realizada pelo “Lyceu de Artes e Ofícios” de São Paulo. “A exposição fala-nos bem alto da excelência dos métodos, da proficiência dos mestres e da superioridade do aluno. É toda uma corte de técnicos habilíssimos e artistas valiosos que se forma ali” (p.04) – com esse ponto de vista, o escritor elucida as produções da instituição apontando nomes de professores e alunos. Encerrando, defende-se que ao estrangeiro sejam apresentados os frutos da escola, e não as costumeiras imitações que do elemento exótico se fazem no Brasil.

Em livro: não publicado.

Título: A criação do estilo (III)

Data: 06/01/1917

Página (s): 05

Síntese: O papel do Lyceu de Artes e Ofícios é fundamental para a educação da mão-de-obra envolvida com a arquitetura brasileira. Merecem admiração Ramos de Azevedo e Ricardo Severo pelo empenho em erguer aquela escola a um nível de ensino reconhecido. É ali o lugar em que a cultura nacional poderia vicejar com temas e formas brasílicas nas mãos de operários artistas capazes de estilo.

Em livro: *Idéias de Jeca Tatu*.

Título: A questão do estilo

Data: 25/01/1917

Página(s): 03

Síntese: Defende-se a criação e manutenção de um estilo nacional próprio. Se em todas as artes a ausência de identidade compromete a qualidade estética do objeto, na arquitetura ela se mostra de

forma indelével. Nesse contexto, uma catedral gótica na cidade de São Paulo é a comprovação do caráter caricatural das artes brasileiras.

Em livro: *Idéias de Jeca Tatu*.

Título: O saci

Data: 05/12/1917

Página(s): 03

Síntese: Embora publicado em edição matutina, o artigo chama a atenção dos leitores para o inquérito sobre o saci realizado no “Estadinho”. Após comentar a personagem folclórica, suas características e proezas, Lobato dirige-se ao leitor de *O Estado*: “O inquérito continua aberto e breve será feito um concurso entre desenhistas e escultores, com prêmios às melhores representações do moleque demoníaco. Entrará ele, assim, definitivamente para o selo da arte” (p.03).

Em livro: *Idéias de Jeca Tatu*.

Título: A questão do estilo

Data: 11/02/1917

Página(s): 03

Síntese: Defini-se logo de início o objeto de análise do artigo, “o estilo é a fisionomia da obra d’arte” (p.03). Depois de citar as artes plásticas em geral, atém-se à arquitetura, manifestação da inteligência coletiva de um povo. Contudo, os povos sul-americanos ainda estariam em busca de um estilo próprio, o que se resolveria por meio de pesquisas em andamento sobre a própria tradição histórica da arquitetura nacional.

Em livro: *Idéias de Jeca Tatu*, como “Ainda o estilo”.

Título: O problema do trigo no Brasil

Data: 07/04/1917

Página(s): 02

Síntese: A falta de pão faz do brasileiro um ser inferior em peso e vigor muscular. O artigo destaca que o homem do campo, ao contrário de outros países, é o que menos consome trigo no Brasil. Na seqüência, relacionam-se fenótipos brasileiros ao tipo de alimentação das regiões

brasileiras. O fracasso na produção do trigo teria como causa a inadequação da cultura ao clima nacional. Finalmente, Lobato faz apelo à ciência para que dela saia a solução para a produção interna.

Em livro: não publicado.

1918

Título: Saneamento do Brasil: A ação de Oswaldo Cruz I

Data: 18/03/1918

Página(s): 03

Síntese: Para abordar um problema nacional, o artigo começa pela falsa imagem de prosperidade divulgada aos cidadãos brasileiros. A partir da noção de riqueza de Adam Smith, reafirma-se a miséria do Brasil, cujos recursos potenciais não se traduzem economicamente à população. Apresenta, então, o movimento higienista de Oswaldo Cruz, responsável por reconhecido trabalho científico em Manguinhos, local de onde a ciência serviria ao país com propostas de real desenvolvimento.

Em livro: *Problema vital*.

Título: Saneamento do Brasil: 20 milhões de opilados II

Data: 19/03/1918

Página(s): 04

Síntese: “Donde provém semelhante flagelo? Qual a marcha da moléstia?” (p.04). Para responder a essas questões sobre a ancilostomose que atingiria um terço da população brasileiro, o artigo expõe o ciclo da doença. Manifesta a necessidade urgente de se tomar providências oficiais, a fim de acabar com semelhante flagelo – medidas que dependem de ações efetiva, simples, e não apenas de leis e discursos.

Em livro: *Problema vital*.

Título: Saneamento do Brasil: Três milhões de papudos e idiotas III

Data: 20/03/1918

Página(s): 03

Síntese: Programa verdadeiramente político, salvação da pátria, força bélica, reforma eleitoral, campanha cívica, literatura, patriotismo: tudo isso, é sanear o Brasil. A conclusão do artigo, é escopo da exposição inicial sobre a doença de Chagas que, junto com a ancilostomose, coloca milhões de brasileiros na situação de incapazes. O melhor a se fazer pelo país, portanto, é tirá-lo da posição de um imenso hospital aproveitando-se das conquistas científicas de Manguinhos.

Em livro: *Problema vital*.

Título: Saneamento do Brasil: Doze milhões de impaludados IV

Data: 21/03/1918

Página(s): 04

Síntese: O Brasil é rico somente em verminoses e outras mazelas. A tese se expande mostrando ao leitor como epidemias e endemias corroem os brasileiros. Contrapondo-se a este estado de coisas, sobressai a figura de Oswaldo Cruz, cuja influência levava o governo de São Paulo a investir na produção de quina (quinina), no Butantã. Conclui-se o texto comentando a ignorância das elites nacionais diante da vida infecciosa da maioria da população.

Em livro: *Problema vital*.

Título: Saneamento do Brasil: Diagnóstico V

Data: 22/03/1918

Página(s): 03

Síntese: Opilação, malária e moléstia de Chagas: a estes males somam-se a sífilis e a cachaça. Ao expor a situação de decrepitude do povo brasileiro, o artigo de Lobato denuncia o campo brasileiro como anti-exemplo dos povos desenvolvidos, nos quais o meio rural é símbolo de saúde e vigor. A alta mortalidade infantil e a fuga dos males na cachaça apresentam-se como elementos cotidianos. É necessário, portanto, que se invista no trabalho dos cientistas da higiene e do saneamento, os quais querem tirar o Brasil da situação de país “doente”, e, conseqüentemente, improdutivo.

Em livro: *Problema vital*.

Título: Saneamento do Brasil: Reflexos morais VI

Data: 23/03/1918

Página(s): 03 e 04

Síntese: O estado decadente da saúde brasileira manifesta-se também no aspecto moral do povo, indolente para com os desmandos políticos. Na política nacional se dá a mesma relação que rege os seres na natureza: o mais forte suga as energias do mais fraco, daquele que não luta. Sanear o Brasil, pois, é permitir que o povo tome seu lugar político com dignidade defendendo-se contra os parasitas da República.

Em livro: *Problema vital*.

Título: Problema do saneamento: Primeiro passo

Data: 05/04/1918

Página(s): 03

Síntese: “No indivíduo enfermo o primeiro passo à cura é de ordem puramente psicológica. Há de o doente convencer-se de que o é” (p.03). Aplique-se, pois, a tese ao coletivo, quer o artigo. A mentira sobre o Brasil começaria na escola, quando se convencem crianças de que o seu país é o melhor. O primeiro passo para sanear o Brasil seria, assim, observar a realidade, dando-se conta do estado de saúde do país – isto, conclui, é patriotismo.

Em livro: *Problema vital*.

Título: O saneamento: “Déficit” econômico, função do “déficit” de saúde

Data: 07/04/1918

Página(s): 03

Síntese: Apresentam-se, inicialmente, dados sobre o subdesenvolvimento econômico brasileiro, de acordo com estudo de Cincinato Braga. Lobato conclui, pois, que o déficit financeiro decorre do econômico, o qual, por sua vez, decorre do déficit de saúde dos trabalhadores, cujas condições reais de vida impede que produzam mais e melhor. Curá-los, pois, aplicando a verba pública seria o melhor investimento do governo em todas as esferas administrativas.

Em livro: *Problema vital*.

Título: O problema do saneamento: Um fato

Data: 12/04/1918

Página(s): 03

Síntese: Compensa investir na população brasileira doente e incapaz. Para provar isso, o artigo apresenta o exemplo de uma trapa, Maristella, uma comunidade ribeirinha às margens do Paraíba, em Tremembé, na qual se instalou um grupo de frades agricultores vindos da França. Precisando de braços para a lavoura, os frades procederam às avessas da política nacional: forneceram alimentação, casa em lugar seco e remédios aos “jecas”. Em pouco tempo, o sucesso da produção mostrou a eficácia de se investir na população local. Um fato que demonstrava como valeria a pena investir nos brasileiros opilados em vez de se trazer mão-de-obra estrangeira.

Em livro: *Problema vital*.

Título: A fraude bromatológica

Data: 14/04/1918

Página(s): 03

Síntese: Para o articulista, o problema da saúde “bifurca-se em dois ramos – restaurá-la nos que a têm combalida, e conservá-la nos que a têm perfeita” (p.03). Denuncia, então, a adulteração da qualidade dos alimentos brasileiros, citando diversos exemplos; finalmente, explicita a situação da falsificação de produtos para consumo interno e externo como decorrente da falta de atuação dos órgãos oficiais, na maioria das vezes silenciados pelo suborno.

Em livro: *Problema vital*.

Título: Rondônia: Visão do futuro e visão do passado I

Data: 19/04/1918

Página(s): 03

Síntese: Para compreender a aventura de Roquete Pinto, professor do Museu Nacional, o artigo recorre à obra *Máquina do tempo*, de Wells, no qual se vê quanto podem se diferenciar seres humanos em diferentes meios. Tomando a maior parte do texto, a paráfrase do livro ficcional leva o leitor ao exercício da imaginação, o que, ao final é contrastado com uma realidade que parece ficção – esta pode ser vista em *Rondônia*, obra do pesquisador brasileiro que, em vez do futuro, “mergulhou no passado” ao viajar pela região norte do país.

Em livro: *Idéias de Jeca Tatu*, compõe o artigo “Rondônia”.

Título: Rondônia II

Data: 23/04/1918

Página(s): 03

Síntese: Conta-se a história da ocupação da região norte do Brasil, repleta de matas virgens e tribos desconhecidas. Apesar das inúmeras expedições, tivessem elas finalidades científicas, tivessem comerciais (captura de índios, por exemplo), o empreendimento de Rondon é que deu a conhecer tribos afastadas como os Nhanbiquaras. Roquete Pinto, mais tarde designado em missão científica, também encontrou etnias antes desconhecidas pelos brasileiros, tal como se passara com Rondon. Sua obra, pelos elementos de estudo etnológicos que apresenta, mereceria reconhecimento público; embora o governo tivesse subsidiada uma edição restrita, este não contou com veiculação comercial, conforme reclama o artigo.

Em livro: *Idéias de Jeca Tatu*, compõe o artigo “Rondônia”.

Título: O problema do saneamento: Início da ação I

Data: 12/05/1918

Página(s): 03

Síntese: A divulgação das pesquisas de Arthur Neiva levou a população a se mobilizar rapidamente. O artigo expõe as oposições às ações sanitárias, o empenho dos higienistas, lances da campanha sanitarista em São Paulo e, finalmente, as questões políticas que devem ser superadas para o sucesso da saúde pública paulista.

Em livro: *Problema vital*.

Título: O problema do saneamento: Iguape II

Data: 15/05/1918

Página(s): 03

Síntese: Iguape é exemplo do Brasil doente, decadente. O Posto de Profilaxia lá instalado demonstrou a fatal presença de verminoses na maioria da população. A ofensiva realizada por Arthur Neiva, segundo Lobato, provou que o Brasil pode ser vitorioso na saúde pública, o que significa, também, restaurar energia humana ao país.

Em livro: *Problema vital*.

Título: Saneamento e higiene: As novas possibilidades das zonas cálidas

Data: 03/06/1918

Página(s): 04

Síntese: Se nas regiões tropicais a natureza manifesta-se com todo esplendor em suas espécies animais e vegetais, por que com o homem dos trópicos não se dá o mesmo? Para responder essa questão, o artigo inicialmente apresenta a exuberância de mamíferos, aves, insetos, vegetais, que nas zonas cálidas vicejariam de forma inquestionável. O homem civilizado enfraquecera suas potencialidades naturais. Posto nas regiões tropicais, onde os microorganismos proliferam intensamente, este homem é naturalmente abatido pela natureza. Portanto, sanear o Brasil é necessidade imediata para que o homem nacional tenha o mesmo vigor que os homens de outros povos.

Em livro: *Problema vital*, com o título “As grandes possibilidades dos países quentes”.

1919

Título: Exposição Georgina – Lucílio de Albuquerque

Data: 25/02/1919

Página(s): 03

Síntese: Para tratar da obra do casal, o artigo inicia-se com comentários sobre o generalizado fracasso das relações conjugais em que ambos exercem a mesma atividade. Os Albuquerque, porém, têm sucesso nesse contexto, afinal, conseguem preservar a individualidade do estilo em suas obras. Em seguida, apreciam-se telas dos pintores apresentados anteriormente.

Em livro: *Conferências, artigos e crônicas*, como “Georgina e Lucílio Albuquerque”.

1920

Título: A revolução do ensino

Data: 18/11

Página(s): 04

Síntese: De acordo com o artigo, a importação do modelo americano de escola sem qualquer adaptação à realidade brasileira permitiu que durante trinta anos de República a escola não cumprisse seu papel. Assim, o “aparelho de instrução paulista: não presta, não rende, não funciona, não resolve o problema” (p.04). Mediante a reforma pretendida pelo governo que então assumia o poder, o artigo manifesta sua esperança de que, consideradas as condições reais da educação paulista, houvesse resultados melhores.

Em livro: não publicado.

1921

Título: Estradas

Data: 02/04/1921

Página(s): 03

Síntese: O problema nacional, afirma-se no artigo, “cifra-se, em última análise, num só: enriquecer. E solvido que seja ele todos os demais se resolverão pelo melhor dos processos, o automático” (p.03). Para enriquecer, é necessária circulação de riquezas, o que só é possível com boas estradas. É investimento real no futuro do país, no qual, ainda que muito incipientes, os empreendimentos de pavimentação do Estado de São Paulo merecem destaque.

Em livro: não publicado.

Título: O cinema científico

Data: 26/05/1921

Página(s): 03

Síntese: Impressionado pela projeção realizada pelo dr. Bellarmino Bárbara, argentino em estadia no Brasil, o articulista vê em “A mosca e seus malefícios” a possibilidade de se ampliar de modo até então desconhecido a informação e a cultura para toda a população. Por meio do filme, seria permitido “dar a milhões de criaturas a noção científica que hoje, pelos processo atuais, constitui privilegio de reduzidíssimo núcleo de estudiosos” (p.03). No mesmo tom de entusiasmo, encerra-

se o artigo indicando-se a projeção de fitas sobre higiene como um método rápido e eficaz para de alcançar uma população vasta e dispersa como a brasileira.

Em livro: *Idéias de Jeca Tatu*.

Título: Um grande artista

Data: 16/11/1921

Página(s): 04

Síntese: Informando a estadia no Brasil do pintor argentino Quirós, o texto inicia-se com comentários gerais sobre a pintura, seus momentos de apogeu e decadência na arte espanhola. Realiza-se, então crítica sobre a obra do pintor, destacando-se alguns quadros para análise. Ao final, Lobato deixa registrado sua incondicional admiração e respeito pela obra do pintor.

Em livro: *Idéias de Jeca Tatu*.

1922

Título: O teatro brasileiro

Data: 14/10/1922

Página(s): 03

Síntese: De acordo com o artigo, as tentativas oficiais para criação ou renascimento do teatro nacional falharam por falta de apoio do público. Isso fez com que o teatro moderno, ao gosto da platéia, surgisse: peças breves, baratas, em prosódia brasileira. Exemplifica, por fim, sua análise sobre a dramaturgia nacional com o sucesso que se via sob a direção de Oduvaldo Vianna, quem deu a São Paulo um teatro “brasileiro”.

Em livro: *Conferências, artigos e crônicas*.

1923

Título: Oswaldo Teixeira (pintura)

Data: 18/05/1923

Página(s): 04

Síntese: O artigo é uma crítica sobre a produção do jovem pintor de 18 anos, Oswaldo Teixeira. Elegendo algumas obras do artista, Lobato chama a atenção do público para a qualidade da pintura, a qual não tem sido prestigiada por não trazer um nome já reconhecido. Ao final, demonstra explicitamente sua opinião sobre a arte contemporânea: “Ninguém quer saber disto, e, com honrosíssimas exceções, a pintura por aqui só tem uma função: produzir retângulos coloridos e bem assinados, que encham os claros das paredes” (p.04).

Em livro: não publicado.

Título: A futura essem do sertão

Data: 06/06/1923

Página(s): 03

Síntese: Segundo o artigo, o Brasil mantém grande dependência externa por não produzir ferro. Aponta-se a escassez de combustível como um dos motivos de estagnação da siderurgia brasileira, apontando como soluções viáveis o reflorestamento e a “hulha branca” – energia elétrica. Finalmente, cita o empreendimento de Flávio Uchoa, em Ribeiro Preto-SP, que implantara nos últimos três anos dois alto-fornos movidos à eletricidade.

Em livro: não publicado.

Entre duas crises

Quando, estabelecido o afastamento necessário à visão de perspectiva, se fizer um estudo completo sobre a atual crise econômica, na parte referente a S. Paulo, impressionará ao observador a sua extrema rapidez e violência, aspecto característico pelo qual se diferencia das anteriores e se classifica numa categoria à parte. Desabando como um ciclone não anunciado pelo sismógrafo, nem previsto por nenhuma Cassandra, apanha as vítimas de surpresa, desapercibidas tanto do espírito como de aparelhos de defesa.

Não chega aos poucos, passo a passo, como a anterior, baseada num fator único de evidência palpável, tal a superprodução do café, lentidão, conhecimento de causa que permitem a cada qual aprestar-se para a resistência como lhe pode e lhe sabe, e ao Estado tentar a aventura da valorização. Vem de chofre, qual tempestade de verão; e com trazer no momento causas ocultas, ou pouco perceptíveis, mais nociva se revela nos efeitos iniciais, desnorteando, apavorando, criando esse pânico instintivo que assalta o homem diante de um fenômeno cuja causa lhe escapa.

Quando, entretanto, a situação clareia enxergam-se-lhe variados e múltiplos fatores dando-se “rendez-vous” em um mesmo momento. Sobrelevando a todos vemos a epilepsia européia num acesso de banditismo bélico sacudir a parte sul do velho “pinhal de Azambuja”. A conseqüente repercussão desse fato na sensível mecânica do capitalismo cosmopolita fez-se sentir imediatamente entre nós. A esse fator externo junta-se a situação política interna, sobressaltando e fatigando o país, enublado horizontes, com a luta subterrânea, muito pessoal, muito perigosa das candidaturas presidenciais. Entrementes sobrevém imprevista, inesperada, absurda, zombando das leis econômicas fundamentais, uma baixa do café que não entrou nos cálculos de ninguém.

Para o Norte era a derrocada do ouro negro, detrenamento antecipado à época prevista; a seringa da Índia, filha da amazônica, crescerá mais depressa do que se supôs nas repartições bocejantes da defesa da borracha. Embora indireto, refrangido no Rio, refletiu ainda esse fator, depressivamente, na crise paulista. E para que nada faltasse a tal “sabbat”, a Câmara de S. Paulo, após um arranco haussmânico, em que a fúria remodeladora criou uma temperatura de 100 graus para certos negócios, elevando a alturas fantásticas o valor da propriedade urbana, pára de brusco,

cai em coma, entope-se de uma embolia, num desastradíssimo acordar do pesadelo desapropriativo.

Uma só dessas causas bastaria para determinar uma crise econômica de maior ou menor intensidade: coligadas em infernal contubérnio, para glória desta ano 13; a conseqüência foram estes pavorosos meses de vendaval econômico. E como sucedem a um período de febril especulação – que a muitos lembrou o encilhamento – no qual empresas, companhias e negócios de toda ordem brotaram do chão como urupês, o contrachoque foi por isso mais áspero e o mais destruidor possível.

Há um ouro cosmopolita e “globe-trotter”, moeda flutuante em perene movimento de fluxo e refluxo de um país para outro, conforme um certo coeficiente de segurança, estabilidade e rendimento é atingido ou sobre-excedido.

Esse metal reflui, como vaga do oceano, logo que o vigor negociista esmorece ou um perigo se desenha no horizonte. S. Paulo hospedava essa moeda, nômada. Via-mo-la aqui, avultando dia a dia, estimulando todos os negócios, afagando todas as iniciativas.

A ombrear com o ouro adventício estava o sólido ouro advindo dos saldos do café em alta, abundante e generoso como o sangue arterial. Atrapalhado com tal abundância do dinheiro o capitalista receoso de ficar com ele em casa, sem renda, não tendo bancos onde deposita-lo com juros satisfatórios, foi aceitando os empregos que lhe proporcionavam companhias novas, especulações em imóveis e em café, aventuras de toda a sorte enfim. E tais saldos se dispersavam transformados em ações de mil empresas espelhadas pelo Estado inteiro, quando não em Estados limítrofes, e por inúmeros outros escaninhos. O crédito dilatou-se em proporções desconhecidas, congestionado. Quem valia dez ou garantia dez movimentava cem, quando não duzentos.

“Enriqueceu-se à larga” – da riqueza balofa dos encilhamentos, a qual está para a verdadeira riqueza como, no indivíduo, a gordura natural para a inchação doentia. Usou-se e abusou-se do crédito como em tempo nenhum; gastou-se, por conta, o saldo futuro. S. Paulo nadou em dinheiro positivamente. Súbito estala o vendaval. E, sem preâmbulos, a crise que todos supunham a mil léguas e sem ânimo de nos visitar tão cedo, aporta de armas e bagagens, como quem volta para a sua casa, depois de uma breve villegiatura. Ninguém se explica o fenômeno. Tateia-se às cegas. Pânico. O crédito retrai-se violentamente como um corpo elástico muito esticado de súbito distendido. Quem ontem garantia dez e valia cem passa, sem transição, a valer cinco.

O ouro fluante, assustado, reflui, reganha a pátria e sobre ele se crispa a mão dura de Shylock.

O que sobrou dos saldos, escapo à aplicação na indústria, à especulação de terrenos e ao jogo, retransse no instinto de conservação, e como o crustáceo na época perigosa da muda alapa-se tímido na madrigueira das hipotecas. Os bancos, aparelhos reguladores da circulação, multiplicadores da moeda, emissores da moeda-crédito, fogem à sua missão repentinamente, trancam os postigos, escorraçam o freguês que só ali poderia encontrar a salvação. Soa a hora terrível do liquidar. E a fauna da prosperidade – empresa, companhia, casa, firmas individuais – nascida e crescida nos dias de pleura como produtos lógicos e espontâneos da inflação do crédito e por ele vitalizados ficticiamente, cai em denquio, suprimindo-se-lhe o elemento vital, cessando portanto a hematose do sangue operada pelas correntes do oxigênio-crédito. Desamparadas pela brutalidade da transição ficam na rua, batendo inutilmente nas portas que se fecham, apelando em vão para todos os ventos. São os condenados à liquidação, peixes de uma restinga de onde a água se escoou, rabeando no desespero da agonia.

Um vulto esqualido de megera assoma. Cresce rapidamente para os condenados, aureolada de uma nuvem de corvos famélicos em revôo crocitante.

Uma cainçalha desaçaimada segue-lhe os passos rosnando.

É a Falência. Entram em cena o advogado, o juiz, o perito, o meirinho, o escrivão, o síndico, o liquidador – toda uma fauna cadavérica, em suma.

E começa a “curée”...

No que respeita à lavoura a rapidez inesperada do fenômeno apanhou-a, como de costume, sem reservas – as sobras da alta aplicaram-se em redobro de culturas, compra de terras novas, construções de casas na capital e tudo o mais que cabe dentro da palavra “loucura”, se falha, e “bom senso”, se vinga.

Não podendo resistir queimou quase uma safra inteira aos preços miseráveis que se dignaram lhe oferecer em Santos, sob a pressão iniludível do “fazer dinheiro”. E hoje, mal se lhe minoram os efeitos pela alta presente, já surgem negros presságios de uma “réprise” para o ano próximo. Revelando-se de tal modo fraca e incapaz de resistência é natural que a julguem à sua mercê os grandes especuladores baixistas europeus e americanos.

O ensinamento decorrente é que precisamos organizar quanto antes aparelhos de defesa e resistência que ponha a lavoura cafeeira a salvo dos assaltos da especulação. Que se tenha o preço

baixo em ano de grande oferta e normal procura, compreende-se, e está dentro da ciência econômica, mas te-lo baixo em ano de escassa produção, depreciado por um simples manejo especulativo, combinado com uma não resistência passiva de budista, é o que cumpre a todo o transe evitar.

E é de crer que desta feita a lição aproveite; o preço atual não está deslumbrando a ninguém, e nota-se no ambiente o pressentimento vago da insegurança, da pouca solidez desse estado de coisas, sem alicerces sólidos, sem pontos de apoio de completa firmeza. Muito se tem aventado sobre a maneira de aparelhar a lavoura para tal resistência e algo se tem feito. Os Armazéns Gerais representam um grande passo nesse sentido. Embora, por causas várias não tenham desempenhado cabalmente o papel de que são capazes, com o tempo irão alargando o âmbito de ação e habituando o fazendeiro a conhecer a sua verdadeira missão.

Um outro aparelho bancário que a crise pôs em alto relevo foram os Bancos de Custeio Rural, aos quais no início não se deu a devida importância.

Submetidos esses 50 bancos regionais à dura prova, saíram-se galhardamente e, o que é mais, revelaram resistir na sua organização o sistema bancário agrícola mais conveniente e mais bem adaptado às condições da nossa lavoura. A maneira brilhante pela qual cumpriu nos dias angustiosos os seus contratos de custeio, e a maneira completa com que os liquidou um a um, sem sobressaltos, sem prejuízos, sem violências, sem intervenção dos meios judiciais, dizem-nos como é harmônica e bem equilibrada a sua organização substancial e como é perfeito o seu isocronismo funcional. Uno e múltiplo a um tempo, enfeixando 50 bancos semi soberanos esparsos por todo o Estado sob uma direção suprema, de modo a constituir uma espécie de confederação em que mutuamente se auxiliam e que por um cordão umbilical se fundem em um núcleo central comum, tal sistema provou um maravilhoso aparelho de crédito agrícola, justamente nos moldes do que a lavoura sempre reclamou e de que sempre necessitou.

Se o governo encarar a questão seriamente e tomar a peito aparelhar a lavoura para uma resistência eficaz em casos como o recente, não encontrará melhor caminho, nem mais certo, nem mais seguro do que promover os meios de ampliar a latitude desses bancos regionais de modo a beneficiar o Estado inteiro, ganglionando-os e ao mesmo tempo aumentando-lhes nas proporções devidas a capacidade de ação.

Provado como esta é feliz a sua constituição orgânica nada há a refazer, nem refundir; basta alargar-lhe o campo e os meios de ação. Complementarmente os Armazéns Gerais

desempenharão uma função em extremo proffica – se conjugados os Bancos de Custeio caminharem de harmonia. Um fornecendo à lavoura o necessário para o custeio das fazendas, até a colheita; outro habilitando o fazendeiro a não queimar a sua mercadoria pelo preço do momento, habilitando e habituando-o, a esperar, a calcular; a ser também negociante, a acompanhar o movimento dos mercados e conhecer o momento oportuno de vender – isto sem prejuízo do custeio da sua fazenda que se continuará a fazer à custa do feliz acordo do banco com os armazéns – está aí a solução de um velho problema do qual depende a estabilidade da fortuna paulista e que nunca topou mais feliz oportunidade para ser atacado e eficazmente resolvido do que esta.

Sáimos de uma crise. Tudo prenuncia a sua reprodução em meses próximos – pois se S. Paulo, após uma prolongada alta não resistiu, resistirá em 1914, anêmico, abalado como se acha, com tão pouco sangue amarelo a circular nas veias? Não há, portanto, momento mais oportuno para resolver de vez essa questão vital. E que benemérito o governo que o fizer!

Uma velha praga

Andam todos, em nossa terra, por tal forma embevecidos quando não estonteados pelas proezas infernais dos belacíssimos “vons” alemães que não sobram olhos para enxergar males caseiros.

Que uma voz do sertão venha, portanto, dizer às gentes da cidade que, se por lá o fogo da guerra lavra implacável, fogo não menos pernicioso devasta as nossas matas com furor não menos germânico.

Em Agosto, por força da seca excessiva do inverno, o fogo lambeu montes e vales, sem um momento de tréguas, durante o mês a fio. Não tem conta o número de alqueires de terra que “von Fogo” assolou.

Vieram em começos de Setembro chuvas leves, chuvinhas de apagar poeira, e, breve novo “verão de sol” se estirou por Outubro a dentro, dando azo a que se torrasse tudo quanto escapara à sanha de Agosto.

A serra da Mantiqueira – região que observamos, ardeu como uma aldeia belga e é hoje um cinzeiro imenso entremeado, cá e acolá, de manchas de verdura – as restingas úmidas, as grutas frias, as nesgas salvas a tempo pelos aceiros. Tudo o mais é crepe negro.

A hora em que escrevemos, fins de Outubro, chove mas que chuvinha sórdida! que economia d’água! Enquanto caem dos céus gostas homeopáticas e contadas, o fogo adormecido mas não dominado, amoita-se, insidioso, nas “piúcas” a fumar imperceptivelmente, pronto para rebentar em chamas, logo que o céu se limpe e o sol lhe dê a mão.

Preocupa a toda gente o conhecer em quanto fica, em francos e centimos, um soldado em guerra e por dia; mas quem cuida de calcular os prejuízos de toda ordem, provindos de uma queima? em velhas camadas de húmus destruídas, em sais preciosos, que, breve, as enxurradas deitarão fora rio abaixo, via oceano; no rejuvenescimento florestal da terra paralisado e retrogrado; na destruição das aves silvestres e possível advento conseqüente de pragas insetiformes; na alteração para pior do clima, pela agravação crescente das secas, em vedos, cercas e gramados perdidos; em gado morto ou depreciado pela falta de pastos; em mil e uma particularidades que dizem respeito a esta ou aquela zona, e dentro dela, a esta ou aquela situação

agrícola. Isto bem semeado daria algarismos de apavorar; felizmente no Brasil subtrai-se, mas não se soma.

É peculiar de Agosto, e típica, esta desastrada queima de matas, nunca, porem, com a tamanha violência e com tal extensão como neste fortíssimo 914 que, benza-o Deus, parece ter parentesco muito chegado com o celebre ano mil de macabra memória. Tudo culmina durante ele, vai logo às raias extremas e as queimadas não fugiram à regra; razão sobreexcelente para encarar com o problema e resolve-lo.

Do contrario, a Mantiqueira, em pouco tempo, será toda um sapezeiro sem fim, manchado de samambaia – esses dois pontos finais à uberdade das terras montanhosas.

Qual a causa da renitente calamidade? É mister uma volta para chegar lá.

A nossa montanha é vitima de um parasita um piolho da terra peculiar a ela como o Argas o é aos galinheiros ou o “Sarcoptes mutaus” a perna das aves domesticas.

Poderíamos, analogicamente, classifica-lo como variedade do “porrigo decalvaus”, o parasita do couro cabeludo produtor das “pelada”, pois que, onde assiste, vai-se a terra despojando de sua coma vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalvada. Em quatro anos, a mais ubertosa região se despe dos jequitibás e perobeiras milionárias, seu orgulho e grandeza, para, em achincalho presente, cair em capoeira, passar desta à humildade da vassourinha, e, decaindo sempre, encruar definitivamente na desdita do sapezeiro, sua tortura e vergonha.

Este funesto parasita é o caboclo, espécie de homem baldio, semi-nomade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela, na sua penumbra. A medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização das terras, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau, o isqueiro, de modo a se conservar sempre na beirada, mudo e sorno. Encoscorado em uma rotina de pedra, recua para não se adaptar. É de vê-lo abordar a sítio novo e nele se implantar como “agregado”, nômade por força de vagos atavismos não se liga à terra como o campônio europeu, “agrega-se-lhe” temporariamente tal qual o “sarcoptes”, pelo tempo necessário à completa sucção da seiva comezinha; feito o que, salta para adiante com a mesma bagagem com que ali chegou.

Vem de um sapezal para criar outro, porque coexistem em íntima simbiose, sapé e caboclo são idéias associadas. Este inventou aquele que dilata os domínios; em troca disso o sapé lhe cobre a choça e lhe fornece fachos para queimar colméias ao roubar o mel às abelhas.

Chegam silenciosamente, ele e a “sarcopta” esposa, com um filhote ao peito, outro à aurela da saia, já de pito na boca e faca à cinta. A mais, o cachorro, Brinquinho, de costelas de fora, a foice, a enxada, a pica-pau, o pilãozinho de sal, a panela de barro, um santo encardido e três galinhas. Com estes simples ingredientes o fazedor de desertos perpetua a espécie e a obra de esterilização ensejada pelos remotíssimos avós.

Abancam. Em três dias, uma choça que ele denomina casa, brota da terra como um urupê. Tirou tudo do local, os esteios, os caibros, as ripas, os barrotes, o cipó as liga, o barro que forma as paredes e a palha do teto. É tão íntima a comunhão dessas palhoças com a terra local, que dariam a impressão não de casa feita pelo homem, mas nascida do chão por obra espontânea da natureza, como o capim – se a natureza fosse capaz de inestésias.

Barreada a casa, pendurado o santo, está lavrada a sentença de morte daquela paragem. Começam as requisições. Com a pica-pau limpa a mata da volataria. Pólvora e chumbo adquirem os vendendo palmitos no povoado próximo. Este é um traço curioso do caboclo e explica seu largo dispêndio de pólvora: quando o palmito escasseia, rareiam os tiros, só a caça grande lhes fazendo jus; se o palmito se extingue, exultam as pacas, está encerrada a estação venatória.

Depois ataca a floresta. Roça e derruba, não perdoando ao mais belo pau. Árvores diante de cuja majestosa beleza Ruskin choraria de comoção, ele as derruba impassível para extrair o mel escondido num oco.

Pronto o roçado e fechado o tempo da queima, entra em funções o isqueiro. Mas aqui o “sarcoptes” se fez raposa: como não ignora que a lei impõe aos roçados um aceiro de dimensões suficientes à circunscrição do fogo; urde traças para a iludir, coçando dest’arte a velha preguiça e a velhaca malignidade. Foi neste momento que o viu o poeta.

“Cisma o caboclo à porta da cabana”. Cisma, de fato, não devaneios líricos, mas jeitos de transgredir a lei com a responsabilidade a salvo. E o consegue.

Arranja sempre um “álibi” demonstrativo de que não estava lá no dia do fogo. Esse momento é sempre o meio de uma grande queimada que dura dias a fio, semanas, o mês inteiro, como sucedeu este ano. São 11 horas. O sol quase a pino queima como chama. Crepita a labareda inicial, medrosa, numa touça mais seca; oscila incerta, ondeia ao vento; mas logo encorpa, cresce, avulta, tumultua infrene e senhora do terreno, estruge fragorosa com infernal violência, devorando a tranqueira, estorricando e despejando para o céu golfoes de fumo escuro estrelado de faíscas.

E, como não o detém nenhum aceiro, invade a floresta e caminha por ela a dentro, ora frouxo nas capetingas ralas, ora maciço, aos estouros, nas moitas de taquaruçu, sem tréguas, moroso e tívio, quando a noite fecha, insolente se o sol o ajuda.

E vai galgando montes em arrancadas furiosas; descendo encostas em passo lento e traiçoeiro até que o detenha a barragem natural dum rio, estrada ou gruta noruega.

Barrado, inflecte para os flancos, ladeia o obstáculo, deixa-o para trás e lá continua o abrasamento implacável. Amordaçado por uma chuva repentina, alapa-se numa “piúca”, quieto e invisível para, no dia seguinte, ao esquentar do sol, prosseguir na faina carbonizante.

Quem foi o incendiário? Donde partiu o fogo? Indaga-se, e fica por isso. Quando, porém, é pilhado que se faz dele? “Toca-se”: o caboclo nunca sai dum lugar espontaneamente: é sempre “tocado”. É comum ouvi-lo perguntar: se eu fizer isto o sr. não me toca? Despedir, expulsar, etc. são meios usados para afastar outras categorias de homens. Ao caboclo toca-se, como se toca um cachorro importuno, ou uma galinha que vareja pela sala.

É uma justiça sumária que não pune, entretanto, dado o nomadismo do paciente. Nas leis do país não há penas, nem meios de colher nas malhas da justiça tais réus, e tolo será quem recorrer às autoridades: os escrivães redobrarão os prejuízos da queimada.

E enquanto a mata, arde, o parasita regala-se.

- Eh! fogo bonito!

No vazio de sua vida semi-selvagem, em que os incidentes são um jacu abatido, uma paca fígada n’água, o filho novimensial, a queimada é o grande espetáculo do ano, o supremo regalo dos olhos e dos ouvidos.

Entrado Setembro, o “sarcopte” planta um bocado de milho, de feijão e de arroz. O valor de sua produção anual é nenhum diante dos males semeados. O caboclo é uma quantidade negativa. Tala cinquenta alqueires de terra para dali extrair o com que passar fome e frio durane o ano. Calenta as sementeira pelo máximo de sua resistência às privações. Nem mais nem menos. Dando para passar fome, sem virem a morrer disso, ele, a mulher e o cachorro – está tudo muito bem, assim fez o pai, o avô, assim fará a prole empanzinada, que naquele momento, brinca, nua, no terreiro.

Quando, exausta a terra, o agregado muda-se, no lugar fica a tapera e o sapezeiro. Um ano que passe, e só este atestará a sua estada ali: aquela se apaga, como por encanto. A terra reabsorve as frágeis matérias da choça e como nem sequer uma laranjeira foi plantada, nada mais

lembra a passagem do Manuel Peroba, Chico Marimbondo, Geca Tatu e outros sons ignaros de dolorosa memória, a natureza convizinha.

Há uma postura adotada em quase todos os códigos municipais, prescrevendo, sob pena de multa, um aceiro de tais e tais dimensões em redor de todos os roçados destinados à queima. Como, entretanto, se não curou dos meios de lhe fiscalizar a execução, tão sabia providência dorme no cemitério da letra morta. É mister, é urgente tira-la daí completando-a de modo a extrair dela todo o benefício de que é capaz. E isso se conseguirá facilmente. Um meio prático seria atribuir aos inspetores de quarteirão a tarefa de verificar se os aceiros obedecem às condições exigidas, proibindo-se terminantemente, sob fortes penas, o deitar fogo às roças sem a prévia inspeção dessa autoridade.

Avultado como é o número de tais inspetores, ramúsculos terminais que são da árvore da Autoridade, o serviço se organizaria facilmente, com grande eficácia, sem despesas, sem barulho, sem burocracia.

Só das Câmaras é lícito esperar alguma coisa neste sentido. A União cuida de casos políticos, e mesmo que voltasse a atenção para este problema, viria com uma dessas máquinas pesadas, complicadas, matracolejantes, caríssimas, como a Defesa da Borracha de papeluda memória, caranguejolas que só funcionam nos relatórios e nas folhas do Tesouro.

O Estado...

Só as Câmaras, só as Câmaras poderão providenciar eficazmente, só eles conhecem de perto as necessidades locais, só delas poderão sair a medida prática e simples capaz de acalmar o funestíssimo fogo de Agosto.

A elas, pois, o brado de misericórdia da legião de prejudicados.

J. B. Monteiro Lobato

Urupês

O balsâmico, elegante indianismo de Alencar esboroou-se pelo advento iconoclasta dos Rondons que, ao invés de fantasiarem índios dentro dum gabinete, com reminiscências de Chateaubriand na cabeça e a Iracema aberta sobre os joelhos, meteram-se a palmilhar sertões, de winchester engatilhada, para lhes devassar a ocara e a vida.

Morreu Peri — incomparável idealização dum homem natural como o sonhava João Jacques, protótipo de tantas perfeições humanas que, no romance, em concurso com nobilíssimos tipos de civilizados, a todos sobreleva em beleza de corpo e de alma. Contrapôs-lhe a cruel etnologia do sertanista um selvagem real, feio e brutesco, anguloso e covarde, traiçoeiro e ruim, tão incapaz muscularmente de arrancar uma palmeira, como incapaz moralmente de amar Ceci.

Por felicidade nossa e de D. Antonio Mariz não os viu Alencar, sonhou-os, qual Rousseau; do contrário lá teríamos o filho de Araré a moquear a linda menina n'um bom braseiro de pau-Brasil, em de acompanhar em perpétua adoração como o Ariel bemfazejo das matas do Paquequer.

A sedução do gentil romancista criou volumosa corrente. Todo o “clã” plumitivo deun de forjar seus indiozinhos refogados de Peri e Atala.

Em sonetos, cantos e novelas, hoje esquecidos, se consumiram tabas inteiras de Aimorés sanhudos com penas de tucanos por fora e virtudes romanas por dentro. Vindo o público a bocejar de farto, já cético pelo dismantelo crescente do ideal, cessou no mercado literário a procura de bugres homéricos, inúbias, tacapes, borés, piagas e Iracemas. Tais sonoras armas e lindos heróis desandaram cabisbaixos para o almoxarifado das coisas fora da moda — saudoso museu de extintas pilhas elétricas que ao seu tempo galvanizaram nervos — onde acamam poeira cochichando reminiscências com a barba de D. João de Castro, os mouros de Herculano, seus frankisker e toledanos, os frades austeros de Garrett e os brasileiros ajoenatados de Camilo. Não morreu, entretanto, que nada morre; o indianismo anda para aí a deitar copada. Trocou de nome sub-repticiamente; crismou-se de caboclismo. O cocar de penas de arara passou a chapéu de palha rebatido à testa; a ocara virou rancho de sapé; o tacape atilou, criou gatilho, deitou ouvido e é hoje a espingarda troxada; o rausisono boré descaiu sordidamente para pio de inambu; a tanga ascendeu à dignidade da camisa aberta ao peito, mas o substrato psíquico permaneceu o mesmo:

orgulho indomável, independência, fidalguia, coragem, virilidade heróica, todo o recheio, em suma, dos Peris e Ubirajaras.

Este setembrino rebrotar duma arte velha ainda não se desbagoou de todos os frutos que acasula; terá seu “I – Iuca-Pirama”, seu “Canto do Piaga” e talvez seu “Guarani”, dará ópera, quem sabe? indo alfim dormitar para o museu logo que o público bata os pés reclamando “algo-nuevo”.

Virão destroçar o inverno em flor da ilusão indianista os prosaicos demolidores de ídolos, que sempre os haverá para desencanto eterno das meninas dadas a romances. Irão, os malvados, pelas serras, de ciência em punho, esgaravatar o ícone; e que feios se entreverão por eles as caipirinhas cor de jambo de Varella, que chambões e somos os peris de calça, camisa e faca à cinta!

Muito não é que só lá para o ano dois mil dê de esgarçar a ilusão.

Hoje há perigo em bulir no vespeiro: o caboclo é o menino Jesus nacional.

Note-se o orgulhoso entono com que respeitáveis figurões batem no peito exaltando comovidos: sou raça de caboclo!

Anos atrás o de que se gabavam era de uma fraternidade de tanga, com muitas penas de tucano e dramas íntimos obrigados a flexaços de curare.

Um dia finalmente os veremos, com o orgulho emurchecido, confessar sem ambages o verdadeiro avô, um dos quatrocentos de Gideão trazidos por Thomé de Souza, n’um “Satélite” daqueles tempos, nosso mui nobre e fecundo “Mayflower”.

Porque a verdade nua, despida dos mantos diáfanos da fantasia, manda dizer que entre as raças e sub-raças de variado matiz social formadoras do nosso povo, metida de permeio entre o europeu transplantado, criador de artes e indústrias, e o selvagem de taboinhas no beijo, uma existe a vegetar de cócoras, insensível ao evoluir circumvolvente.

E que nada a põe de pé.

Quando Pedro 1º lança ao eco o seu grito histórico, e todo o país acorda estrouvinhado à crise de uma mudança de dono, o caboclo soergue-se, espia, e se acocora de novo.

Pelo 13 de Maio, a um florido decreto da princesa, o negro famélico e cansado larga com um uff! o cabo da enxada; o caboclo olha, coça a cabeça, “magina”, e deixa que do velho mundo venha quem nele pegue de novo.

A 15 de Novembro substitui-se um trono vitalício por uma cadeira quadrienal; o país estremece mas o caboclo não dá pela mudança.

Vem Floriano, estouram as granadas de Custodio, Gumercindo bate às portas de Roma, Hermes desaba sobre o país: nada o esperta. É um bonzo de pau insensível, a modorrar.

Essa atitude social da raça não desatrema da posição diletta do individuo nos principais atos da vida.

Assim, quando Jeca Tatu piraquara do Paraíba e maravilhoso epítome de carne onde se resumem todos os caracteres típicos da raça, vem falar ao fazendeiro a cujas terras anda aparasitado, seu primeiro movimento, após prender nos lábios um palhão de milho, sacar o rolete de fumo e disparar a cusparada de esguicho, é sentar-se jeitosamente sobre os calcanhares.

Só então destrava-se-lhe a língua e a inteligência.

De pé, ou assentado, as idéias entramam, a língua emparra e não há dizer coisa com coisa...

À noite, na casinha de palha acocora-se em frente ao fogo para “aqueita-lo” imitado da mulher e filhos. Para comer, negociar uma barganha, tomar o café, assar um cabo de foice, o faze-lo noutra atitude seria desastre seguro.

E nos mercados, para onde leva a quitanda domingueira, é de cócoras, tal um fakir de Bhramaputra, que vigia o fexinho de palmito e o cacho de brejauva.

O que ali costuma mercar vale todo um tratado de psicologia com citações ao pé.

No geral só exhibe coisas que a natureza descuidosa derramou pelas matas, custando ao homem apenas o tralho de erguer o braço e colher: cocos de tuncum e jissara, guabirobas, bacuparis, maracujás, jataí, pinhão, orquídeas, cestinhas ou utensílios de madeiras macias de talhe: gamelas, pilõezinhos, colherões de mexer marmelada. Nada mais. O seu grande cuidado é espremer todas as conseqüências possíveis da lei do menor esforço, demonstrando assim a possibilidade de coexistirem, sob a mesma telha as finuras escolásticas de Duns Scott e o vazio cerebral de um tupiniquim.

Denuncia-o, frisando as filigranas sutilíssimas de deduções engenhosas, a sua moradia, prodigioso libelo de sapé e barro que não pede meças à biboca dum boshimano.

Mobília nenhuma. A cama, uma esteira de peri sobre o chão de terra batida. Às vezes um banquinho de três pernas, para os hóspedes. Três pernas dão equilíbrio; inútil, portanto, o trabalho de embutir uma quarta e nivelar o pavimento. Para que assentos se os votou a natureza

de grossos, rachados calcanhares. Nenhum talher. Não é a munheca um talher completo, colher, garfo e faca a um tempo?

No mais umas cuias, gamelinhas, um pote esbeçado, a pichorra, a panela do feijão. Nada de armários ou baús. A roupa guarda-se no corpo ou na barrela, e o mantimento nos cantinhos da casa.

Para a banha, inventou um cipó preso à cumeeira tendo na extremidade um gancho sotoposto a uma rodela de lata; aí pendura o toicinho a seguro de ratos e gatos.

Da parede pende a espingarda pica-pau, o polvarinho de chifre, o S. Benedito defumado, o rabo de tatu e as palmas bentas de queimar pelas grandes trovoadas. É só. Os seus remotíssimos avós não gozaram de maiores comodidades: os seus bisnetos não meterão quarta perna ao banco. Para que? Vive-se tão bem sem ela.

Se pelotas de barro caem, abrindo seteiras nas paredes, lá ficam elas para o resto da vida a entremostrar pedaços do céu. Se a palha do teto apodrecida abre-se em fistulas, por onde escorre a água das chuvas, Jeca empurra a gamelinha para baixo da goteira.

Para que remendos se uma casa dura cinco anos e só faltam dois para a sua completa inabitabilidade? Aí, então, construiu uma nova, ao pé, cálculo este economizador de grande soma de reparos.

Na mansão do Jeca a parede dos fundos, bojando um ventre empanzinado para fora, ameaça ruir; os barrotes cortados no pé pela umidade oscilam na podriqueira do baldrame. Para neutralizar o desaprumo, e prevenir as suas conseqüências, o grande cultor da lei do menor esforço apôs-lhe uma Nossa Senhorinha enquadrada em moldura amarela de lata “repoussée” adquirida por seis vinténs a um mascate.

— Por que não conserta essa parede, homem de Deus?

Jeca ri-se com superioridade.

— Ela não tem coragem de cair, não vê a “escora”?

Não obstante, por via das dúvidas, quanto o ronco da trovoada atinge ao calibre de 42, ele abandona a casa e vai-se agachar no oco do velho embiruçu do terreiro para se saborear — de longe — com a eficácia da escora santa.

Um toco de pau dispensaria o milagre; mas entre apensar o santo e tomar da foice, subir ao morro, deitar abaixo a canjarana, atora-la, baldeá-la às costas, especa-la à parede, o sacerdote da grande lei não vacila.

É coerente.

Um terreirinho descalvado rodeia a casa, já beirando com ele o mato. Nem árvores frutíferas nem coisa reveladora de permanência; isso por força de sobrexcelentes razões: porque não é sua a terra; porque se o tocarem não ficará coisa que a outrem aproveite; porque para frutas há o mato; porque a “criação” estraga; porque...

— Mas com um vedosinho, por ali.... A madeira está à mão, o cipó abunda...

Jeca interpelado olha para o morro inçado de mourões, olha para o terreiro nu, coça a cabeça e cuspiha.

— Não paga a pena.

Todo o inconsciente filosofar da raça grulha nessa palavra atravessada de fatalismo e modorra. Nada vale a pena. Nem culturas nem comodidades. Todos temos de morrer. Morre o rico, morre o pobre. De todo jeito se vive. Não paga a pena, luxo.

Da terra só quer a mandioca, o milho e a cana. A primeira por ser um pão já amassado pela natureza; basta arrancar uma raiz e deita-la às brasas; não impõe colheita nem exige celeiro; o plantio se faz por um palmo de rama enterrado no pior solo; não pede cuidados; é sem-vergonha.

Bem ponderado, a causa primacial da atrofia da raça reside nas benemerências sem conta da “manihot utilíssima”. Talvez que sem ela o caboclo se pusesse de pé, e andasse. Enquanto dispuser de um pão cujo trabalho se cifra no plantar, colher e enfornar, não dará passo.

O vigor das raças humanas está na razão inversa da hostilidade ambiente. Se o holandês extraiu a Holanda, essa jóia do esforço, de um brejo salgado, à força de estacas e diques, é que nada ali o favorecia.

Se anglos e saxões arrancaram das ilhas empedradas e nevoentas da Caledonia a grande Inglaterra, foi porque não medrava nos pedrouços a “manihot utilíssima”; medrasses, e lá veríamos, tolhiços, de pé no chão, amarelados, a mariscar de peneira no Tamisa.

Há bens que vêm para males; a mandioca ilustra, que farte, o avesso do provérbio.

Outro auxiliar precioso é a cana. Dá a rapadura e para Jeca, o simplificador da vida, dá a garapa. Como não possui moenda torce um rolete de cana, a pulso, sobre a caneca do café, depois de macetados os nós; açucara assim a beberagem fugindo aos tramites condutores do caldo de cana à rapadura.

Como, porém, ao lado do restolho cresce pé de milho viçoso, contrasta com a cristianíssima simplicidade de Jeca a opulência de um vizinho, seu compadre, que “está muito bem”.

A terra é sua, possui uma égua, um monjolo, moenda e uma espingarda de dois canos. Pesa nos destinos políticos do país com o seu voto e nos econômicos com o polvilho azedo de que é fabricante, tendo amealhado com eles, voto e polvilho, para mais de duzentos mil réis de prata no fundo da arca.

Vive num corrupio de barganhas nas quais exercita uma astúcia nativa muito irmã da de Bertoldo, o pai.

A esperteza última foi a barganha de um cavalo cego com uma égua de passo picado; verdade é que a égua mancava das mãos, mas inda assim vale seus dez mil réis mais que o rossinante zanaga. Essas e outras celebrizaram-lhe os engrimanços poteiros num raio de mil braças, grangeando-lhe a incondicional admiração de Jeca, para que, depois do vigário, homem sabedor como o compadre nem em Caçapava luz.

Aos domingos vai à vila bombeado em arco sobre a magreza ventruda da alimária, levando apensou à garupa um filho, o potrinho ao lado, no trote, e atrás a mulher, de pé no chão, com a “criança” a choramingar embrulhada no chalé. Fecha o cortejo o indefectível Brinquinho a resfolegar com um palmo de língua de fora.

O ato mais importante da sua vida é indubitavelmente votar no governo.

Tira nesse dia da arca a roupa preta de casamento sarjão furadinho de traça e vincada de dobras, entala nos pés os botins de bezenho, ata ao pescoço um colarinho de bico e, sem gravata, ringindo e mancando, vai pegar o diploma à casa do chefe que lh’o guarda para garantia da sua fidelidade partidária.

Vota, não sabe em quem, mas vota. Esfrega a pena no livro eleitoral arabescando em menos de cinco minutos o aranhado de gatafunhos a que chama a sua graça. Se já tumulto chucurreia de pé firme, com heroísmo, as porretadas oposicionistas e, ao cabe, segue para a casa do chefe, de galo cívico na testa e o colarinho sungado para trás, a fim de lhe depor nas mãos o título de eleitor.

O soba, grato e sorridente, galardoa-lhe a calota latejante com um aperto de mão acompanhado da promessa, para logo, duma inspetoria de quarteirão.

Representa este o tipo clássico do sitiante já com um pé fora da classe. Exceção, discolo que é, não vem ao caso. Trata-se aqui da regra e a regra é o Jeca Tatu.

A simplificação da sua vida levada a extremos inconcebíveis reflete no moral, criando especialíssima mentalidade.

A mobília cerebral, à parte o succulento recheio de superstições, rivaliza em apuro com a do casebre. Banquinho de três pernas, cuias, gancho e gamelas lá também residem sob forma de idéias: são as noções práticas da vida hauridas do pai e que, intactas, transmitirá ao filho.

Patriotismo é sentimento desconhecido, ignorante como é de tudo quanto concerne ao país. Na escuridão moral não bruxoleia sequer a idéia de pátria. Sabe que o mundo é grande, que há sempre terra para diante, que muito longe está a Corte com os graúdos e mais distante ainda a Bahia, donde chegam baianos pernósticos e cocos.

Perguntem a Jeca quem é o presidente da República.

— O homem que manda em nós todos?

— Sim.

— Pois decerto que há de ser o imperador.

Em matéria de civismo não soe ponto, antes desce.

— Havendo uma guerra vai você defender o país?

— Guerra? Tesconjuro! meu pai viveu afundado no mato para mais de cinco anos por causa da guerra grande. Eu para escapar de “reclutamento” sou capaz de cortar o dedo como o meu tio Pedro.

Guerra, defesa nacional, noção administrativa, tudo quanto transpira a governo para o caboclo se resume nessa palavra apavorante, o “reclutamento”. Quando, em começos da Presidência Inefável, andou na baila um recenseamento esquecido a Offembach, o caboclo tremeu e entrou a casar em chusma. Aquilo devia ser “reclutamento”, pela certa e os casados, era voz pública, escapavam à redada.

A sua medicina bota com o civismo e a mobília em qualidade. Quantitativamente assombra. Da noite mental pirilampejam apozemas, cerotos, arrobes e electuarios escapos à sagacidade cômica de Mark Twain.

Compendia-os um Chernoviz não escrito, monumento de galhofa onde não há vir, pois que a rede na qual dois homens apressados levam para o cemitério as vítimas de tal farmacopéia é sem dúvida o espetáculo mais triste da roça.

E aplica-os o “curador”, um Eusébio Macário de pé no chão e cérebro trancado como moita de taquarussu. O veículo usual da droga curativo é sempre a cachaça, meio honesto de render homenagem à deusa Pinga, patrona da raça e companheira da mandioca no esfiapa-la fibra por fibra, célula por célula.

Doenças haja que remédios não faltam.

Para bronquites é um porrete cuspir o doente na boca de um peixe vivo e soltá-lo: o mal vai-se com ele água abaixo. Pata “quebranto dos ossos” já não é tão simples a medicação. Tomam-se três contas de rosário de capiá, três brotos de alecrim, três de lima de bico, três folhas de palma benta, três galinhos de arruda, três ovos de pata preta “com a casca” (sem ela desanda) e um saquinho de picumam; meta-se tudo numa gamela d’água e banhe-se o doente fazendo-o tragar preliminarmente três goles de zurrapa. É infalível. O específico da brotoeja consiste em cozimento de beijo de pote, para lavagens, (razão de só se encontrarem na roça potes esbeçados). Ainda há aí um pormenor de monta: é mister que antes de usar o banho a mãe do doente molhe nele a ponta da sua trança. As brotoejas saram como de encanto.

Além desta alopatia para a qual contribui tudo quanto existe na natureza, do mais repugnante ao mais inócuo, há a medicação simpática, baseada na influência misteriosa de objetos, números ou atos sobre o corpo humano.

Aqui os deixa Eusébio Macário para tomar a batuta um mal achavascado Raymundo de Lulle.

O ritual bizantino dentro de cujas maranhas vem ao mundo os produtos de Jeca, e dos quais não há fugir sob pena de gravíssimas conseqüências futuras, daria um in-fólio de alto fôlego ao Silvio Romero bastante operoso que se metesse a consolidá-lo.

Num parto difícil nada eficaz como engolir três caroços de feijão preto, ao mesmo tempo que veste a parturiente a camisa do marido e põe na cabeça o seu chapéu, ambos pelo avesso — e aqui está todo o segredo. Falhando a simpatia avessa há ainda um derradeiro recurso: colar ao ventre a imagem de S. Benedito.

Nesses momentos outra mulher não penetre no quarto sem se defumar ao fogo, o que eles fazem com imponente gravidade, relembrando aquela tia de Fradique Mendes quando arrufava as saias para pedir ovos no hotel: nem traga na mão caça ou peixe: a criança morreria pagã.

A omissão de qualquer destes preceitos, por mais insignificante que pareça, fará chover mil desgraças sobre a cabeça do chorincas recém-nascido.

A posse de certos objetos confere poderes sobrenaturais. Invulnerabilidade às facadas ou cargas de chumbo é obtida graças à flor de samambaia.

Este mato, conta Jeca, só floresce uma vez por ano e só produz uma flor em cada samambaia.

Isso no dia de S. Bartolomeu à meia noite. É mister ser muito esperto para a colher porque o diabo também anda à cata. Quem consegue deitar-lhe a mão ouve um grande estouro, tonteia ao cheiro de enxofre, mas livra-se de faca e chumbo para o resto da vida.

Todos os volumes do Larousse não bastariam para catalogar suas crendices, e como não há linhas divisórias entre esta epilepsia imaginativa e a religião confundem-se ambas em terrível anastomose.

Não há saber onde uma pára e outra começa. A idéia de Deus e dos santos torna-se caboclocêntrica; são eles os grandes lá de cima, debruçados no céu a espreitar-lhes a vida, a intervir nela, a ajudar ou castigar. Tal qual os metediços deuses de Homero.

Uma torcedura do pé, um estrepe, o feijão entornado, o pote que quebrou, um bicho arruinado, tudo são diabruras da corte celeste para castigar más intenções ou atos. Daí o fatalismo.

Se tudo é movido pelos cordéis lá de cima para que lutar, querer? Deus quer! A maior catástrofe é recebida resignadamente com esta exclamação parente muito chegada do “Allah Kébie” de beduínos.

Resta a arte. Salvam-se nela?

A arte rústica do campônio europeu é rica a ponto de constituir esplendida fonte de sugestões ao artista de valor.

Já não se fala ao camponês italiano, francês ou teutonico; a terra é lá alfobre humano propício a todas as florações estéticas, mas do russo, o hirsuto nugik a meio corpo atolado ainda em crassa barbaria.

Os vestuários nacionais da Ucrânia, nos quais a cor viva e o excessivo do ornato mostram a ingenuidade dos primitivos às isbas de madeira da Lituânia, sua cerâmica, os bordados, os moveis, os utensílios domésticos, revelam no mais rude dos campônios europeus o sentimento da arte embelezadora da vida. No Samoyeda, no pele-vermelha, no abexim, no papua, um arabesco ingênuo costuma ornar as armas como ornar a vida canções repassadas de ritmos sugestivos.

Que nada é isso, pois o homem pré-histórico, companheiro do uso das cavernas, já burilava a canivete, perfis de mamutes no chifre das renas.

Fugindo à regra Jeca não denuncia traço remoto dum sentimento nascido com o troglodita. Esmerilhe-se o casebre: nada ali denota existência do mais remoto vestígio desse sentimento. Às vezes surge numa família um gênio musical cuja fama esvoaça pelas redondezas. Ei-lo na viola: concentra-se, tosse, cuspi o pigarro, fere as cordas e “tempera”. E... fica nisso, no tempero.

Dirão: e a modinha brasileira? A modinha como as demais manifestações de arte popular é obra exclusiva do mulato, no qual borbulha o sangue europeu, rico de atavismos estéticos, sobre a imprimadura selvagem, alegre e sã do negro. O caboclo é soturno; não canta senão rezas lúgubres; não dana senão o batuque monótono, não esculpi o cabo das facas como o Rabila, não compõe suas canções como o felá no Nilo. Triste como o curiango, nem sequer assobia.

No meio da natureza brasileira tão rica de formas e cores, onde a floração de um ipê – chuva de ouro parada no ar – derrama feitiços no ambiente, onde a enfloração dos cedros pelas primeiras águas de Setembro, abre a dança dos tangarás, onde há abelhas de sol, esmeraldas vivas, cigarras, sabiás, luz, cor, perfume, céu, vida dionísica num escachô permanente, o caboclo é o sombrio urupê do pau podre a hibernar nos recessos humildes da mata.

Só ele não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele no meio de tanta vida não vive.

J. B. Monteiro Lobato

O Estado de S. Paulo – 27/01/1915

A caricatura no Brasil

I

Anda para cinco meses que abrir um jornal vale tanto como estripar um cevado, tal o bafio de sangue escapo dos telegramas, das crônicas, das gravuras e até desse tanque de lavar roupa que é a seção livre. Isso, afinal, engulha. E convida a passeios por veredas mais afastadas do saladeiro; onde os pés não atolam em poças de sangue nem os olhos repastem na rês humana destroçada a estilhaços de obus.

Diga-se, como aqui, da caricatura, maldade velha que nasceu quando o animal que ri farejou ao repuxar dos músculos faciais os elementos de uma nova arte de matar às claras – matar moralmente, já se vê. E nasceu na Grécia para veículo de um alcalóide quinta-essenciado de engenhosas perversidades, muito relembutivo de ferrões de cassununga rebuçados em açúcar: a “eironéia”, do que foi Sócrates confeiteiro conspícuo quando empreendeu confundir a turba empavonada dos sofistas. Nada mais desde aí, se forrou nunca ao queimar dos venenosos ferrões, nem homens, nem pró-homens, nem deuses, nem instituições, nem... cavalos. O que sucedeu ao escolcinhativo Pégaso merece ser contado a todas as alimária, aladas ou não, de quatro pés ou dois, para momento da inanidade das prosápias cavalares. Não lhe prestou ser um Moisés hípico abridor de fontes a coices, nem honra-lo Apolo com os divinos fundilhos, no dia afogueado em que de visita a Baco, cuja adega bojava das melhores vinhaças e mais nectarinos Taphos do Olimpo, cavalgou-o em pêlo, com as nove musas arrumadas em teoria na garupa. Nem a honraria de tirar o carro da Aurora.

Caricaturaram-no irreverentes atenienses num asno de lombo enfeitado com as falripas de duas asas de ganso grudadas a ceroto; um Belorofonte manco, amarrotado de um tombo recente, puxava-o pelo cabresto... Jove franziu os sobrolhos c’o a brincadeira e esbrugando o magnífico poldro em mil bocados com eles estrelejou o céu, no espaço compreendido entre a constelação da Ânfora e a dos Peixes. Mas o seu, dele Pégaso, avatar asinino cá ficou na terra, murcho de orelhas, atido à prebenda de levar ao Parnaso, no trote, a meia humanidade que ali pelas cercanias dos 16 anos quebra pés a versos e corre a choramingar sonetos no colo da boa e santa Polínia todas as vezes que lhe embezerra a namorada.

Depois de Pégaso, Júpiter. Um discípulo de Apeles o encafuou em tela humorística de grossa voga: “Jove desentranhando-se de Baco”. De mitra na cabeça o deus esquece a serenidade

olímpica e berra como relíssima ilota da Lacônia, descompassadamente, pondo em dobadura as deusas ali reunidas, com paninhos e bacias e a mais farragem obstetrícia.

Lá verá, na Alemanha, acurvado na prancha, Holbein, saracoteando esqueletos na Dança Macabra; mais adiante, na Flandres, Ostade, Dow, Teniers e tantos bonachões flamengos, a pintar mazelas sociais com um chiste mais dosado em untos do que em fel. Em França a caricatura se publicava sobretudo na pedra das catedrais. Houve um Saldanha Marinho da época, Pedro Cugnieres, que por incorrer no ódio teológico se viu desfigurado em pedra e metido em mau canto numa catedral; os coroinhas apagavam os círios de encontro à sua bochecha a qual, no correr do tempo, se transformou em informe pelota de cera pigmentada de morrões.

Além Mancha, Hogarth satirizava as coisas inglesas em águas-fortes embrechadas de confusas tenções, intenções e sub-intenções, reveladoras de um talento de marcheteiro charadista.

Os veículos da época, folha volante, quadros, pedras da catedral é que tolham o fôlego à sua ânsia de rir e ferrotear pelo desenho. Faltavam-lhe asas, à motuca verde dos sutis venenos.

Deu-lh'as um dia, em Strasburgo, certo sujeito emigrado de Mayença, homem esquisitão, muito metido consigo e sempre ocupado em escarvar pauzinhos. Pelas artes de tal mago se viu a caricatura sagrada como a quarta arma de guerra do pensamento humano. E desde então nunca mais correu calmo o sono dos reis, ministros, Falstaffs, Gerontes, Lovelaces, Ferrabrazes, Bertholdos e Brummeis; nem do conselheiro Acácio, o enxundioso, filho da Carta Portuguesa c'ó Manual Enciclopédico, e qual, conselheiro, desovou-se aquém Atlântico, na succulenta prole que cá vige, viça, pode, põe, manda – e arrota.

A árvore cresceu, esgalhou-se pelo mundo inundando-o de folhas periódicas. Entre estas prima o “Charivari” onde os ferrões eram Daumier, Phillipon, Grandville, Travies, servidos no texto por um cozinheiro de polpa, Balzac.

Gavarni também pousou nele, na fase mais vibrátil do seu gênio amigo de perambular pelos bastidores da alma humana para escorçar num relâmpago o pensamento que a palavra esconde.

Ocupava o trono ainda quente de Napoleão, apesar das nádegas do Carlos que o esfrolou, um rei eclético sobre cuja coroa o parlamento enterrara uma cartola de feltro.

O formato da cara gordanchuda de Luiz Philippe matou-o, e à sua dinastia, e ao seu ecletismo. Semelhava uma pêra. A pomicultura francesa contava em seus pomares cento e quarenta variedade dessa fruta; com a do rei enumerou cento e quarenta e uma.

Quem deu pela semelhança foi Phillipon, e logo o “Charivari” abriu campanha. De mil artes ajeitava no desenho as bochechas reais como o bojo da fruta o resto da cara como o pescoço e o topete como o engaço. A semelhança era estupenda. Era o rei e era pêra.

O que não riu a França da disparatada aproximação! O rei abespinhou. E os tribunais chamaram a contas o pericultor do “Charivari”, instruindo o libelo com quanta pêra sediciosa foi possível colher com estilo ou assinatura de Phillipon. Este se defendeu com socrática ironia apresentando aos juizes uma demonstração gráfica de como, partindo do retrato do rei, por meio de uma serie de desenhos intermediários, cada qual muito semelhante ao precedente, se chegava a uma rica pêra “belle-angevine”, - do que a natureza, não ele, tinha culpa. A carranca do tribunal demudou em risos! Prodimo!

Se ria Temis salvo estava Phillipon e condenado “Philip-poire”. Não obstante, para consolo do rei, arrumaram com uma penazinha pelas costas do caricaturista. Foi pior.

Recresceu de viço a caricatura periforme; o “Charivari” publicando a sentença condenatória dispô-la tipograficamente em forma de pêra, a jeito de a própria sentença virar caricatura real.

O público babou em risos. Daumier por seu lado prosseguiu na “scie”; é dele, creio, uma paisagem de vacas em pastorejo todas de costas voltadas ao espectador; o traseiro delas, “escudo” em anatomia bovina, simulava cada qual outra tanta pêra de engenhosa parecença com a “belle-angevine” de Luiz Philippe.

De polpa de tal pêra grelou a revolução de 48 e o agigantar-se a caricatura pela consciência da força colossal que a ponta de um lápis, quando o enrasta os Gavarni, os Daumier, os Goya, polariza.

O “Punch” na Inglaterra é um “whig” de inalterável bom humor cujos trajes de polichinelo escondem a farda dum polícia de costumes. No texto Thackeray empalhou a fauna inteira dos “snobs” de moda a constituir o “British Museum” da mentira social, não só inglesa, mas humana.

Desses precursores enxameou a legião atual. Não há país onde a caricatura canalizada em periódicos não vice, feita um gênero de necessidade tão premente à bÍlis da civilização como o é a folha telegrameira de petas diárias, o petróleo, as academias de letras e o marechal Pires Ferreira.

Como a ironia, mais o chiste, não são plantas vulgares, e rirmo-nos uns dos outros é necessidade diária, para desobriga do fígado, custeia cada povo as suas mutucas, o caricaturista, como nas cortes medievais, por fome de lirismo, se cultivavam trovadores, e poetas oficiais, de pegaso arreado à porta, para pulinhos ao parnaso em dias de aniversário régio ou nascimento de principezinhos.

E em nada como na obra do caricaturista transluz mais diáfana a alma de cada nação. O seu modo de pensar coletivo reflete-se em tiques no rir dos seus humoristas. A Alemanha, pelo “Lustige Blatter” e “Fliegend-Blatter”, os mais típicos, ri o grosso riso germânico onde estua a muita mocidade e o crepitante “Worwaerts” do esplêndido bárbaro moderno; a graça é sadia mas sempre denunciadora de um “bock” preliminar. No “Simplicissimus” de Munich, porém, não ri, “ricane” com impaciências coiceiras dum Mefistófeles peado de ação; os anelos informes duma alemanha nova que ouviu e ponderou as falas de Zaratustra bosquejam andaimes ali.

Tudo muda, transpostos os Vosges. A França ri como os artríticos grisalhos em uso das doses máximas de ioduretos. Não mais com a ferocia canibalesca de 79, nem com o riso ressoante a clarins do primeiro império. Sorri, - de si, dos alemães, do mundo inteiro, vincando o sorriso dum ceticismo cansado de rês gorda trazida d’olho por truculento magarefe.

Compulse-se o “Lê Rire”, palco onde riu toda a geração oriunda na desova do “Charivari”. De Herman Paul, o Maupassant da expressão fugidia, - ao rabelesiano Leandre; de Willette, cuja filosofia ácida transpira na roupagem dos “pierrots” – a Forain, varejeira cruel do “amor parisiense”, em perene esvoejar pelas alcovas suspeitas no afã de espetar alfinetes no “mále” que entra e sai, e na “femelle” que fica; de Guillaume, senhor dum lápis amaciado a Crème Simon e só à vontade nos salões elegantes, em borboleteios sobre as espáduas femininas, – a Huard, o paisagista da alma provinciana – todos riem sem alegria íntima, delidos de saúde animal, presas que são do cansaço ambiente duma cultura a emurcheçar e derrubar as primeiras pétalas, como rosas de três dias.

A Inglaterra, pelas gaifonas do sempiterno “Punch” e filhos, ri entre dentes sem tirar o cachimbo da boca; laiva-lhe o imperceptível jogo dos músculos faciais um rictus muito de carnívoro entaliscado no tríplice açaimo da casaca, do “cant” e da Bíblia.

Não há outro riso possível num povo que cultiva o orgulho como os velhos holandeses tulipas, possui a Índia, morre de fome sob as pontes, e sabe extrair da Bíblia um supedâneo moral a cada apetite – do que o levou a aperrar um bacamarte ao peito dos “boers”, ao recente, de

apanhar a lança do manchego para sacudir aos ombros da Dulcinéia belga, as unhas grifanhas dum apetite maior que o seu.

A alma italiana entremostra-se na caricatura a arquejar entre os escombros irremovíveis do passado e as ânsias insofridas duma era nova, preluzida em fulgores ante os olhos da plebe pelo eterno refflorir de Gracos.

Em face do Vaticano mora o “Asino”, especializado em morder nas frascarices da batina tanto quanto nas da monarquia. Pelo “Fischietto”, “Pasquino” e os mais não ri para ir, cultivando arte pela arte, como em França, nem desfere as vermelhas cascalhadas do tedesco; ri com intenções construtoras, por negócio, fitando em mente uma Itália prefulgida no futuro num amplo desabrolhar-se em colônias e mercados novos – e com o Trentino já a tilintar nas algibeiras.

Da Rússia diz-nos sua caricatura de como se extremam uma civilização quase francesa e uma barbárie quase lapônia.

Cá na América ressalta a feição negociista da caricatura yankee; “Judge”, “World” e cem mais parecem grelos da mesma empresa, alguma “Caricatural Works Manufacturing C. Ltd.” De Springfield, ILL., aporfiada em manter no humorismo o tom nacional do “greatest of the world”. Não afina a ironia pelos moldes gregos restaurados em França; caldea-n’a às fornalhas do “business” para comento das grandes lutas dos “trusts” entre si e com o Estado.

Tio Sam, de cartola felpuda bandeada de estrelas, grandes bicos no colarinho, calça apresilhada aos pés, disputa de mãos no bolso com o atarracado John Bull, ou arenga e puxa orelhas a mexicanos de chapeirão. Para tio Sam é mexicano tudo quanto vegeta do Panamá à terra do Fogo.

Esquecia-nos Portugal. Esse país viveu largo tempo vida de antiquário, sopesando a ruma formidável de glórias que se lhe empilharam no lombo, sem descerrar o sobreceño no receio de, com o desfechar de alguma casquinada, sacudir-se do aprumo e virem abaixo as glórias. Só Camões o deslombava. E Gama? O condestável? Pombal? O Lidador? Um conto de Albuquerque terríveis a saber de cor, a Índia, Adamastor... As cariátides não riem quando o peso suportado é de vulto, e Portugal immobilizara-se à beira da Europa feita a cariátide sopesadora de formidáveis glórias.

Se algum irreverente arriscava, de quando em longe, algum frouxo de riso, o “psiu” ambiente gelava-lh’o em careta. E quando não bastava o “psiu” vinha lá a dose de estadulho,

panacéia de uso externo de que se abusava mais do que o permitia o coeficiente de resistência do lombo humano.

Além do mais inda havia o Limoeiro. Esta sisudez de conselheiro chegou até ao Primo Basílio. Por essas alturas cerrou fileiras a famosa plêiade de cujos risos procede o Portugal moderno. Ramalho e os mais espadaúdos cobriram a frente, brandindo paus ferrados. À retaguarda, Oliveira Martins e o corpo de pontoneiros prepostos a reconstruir nos escombros. Formados, sacudiram no ar espesso de teias de aranha a Idéia Nova, qual cobertor vermelho à cara de um touro de pega.

O que houve de ídolos esmoncados; tradições deslombadas, velhas idéias estouradas a formicida, escalpelamentos, sarjaduras no vivo, cãs verabilíssimas tosquizadas a escovinha!

A maior vítima foi o conselheiro Legião, Acácio de nome. Não lhe valeram sete séculos de sábias digestões de vitela nem o trazer a Índia no ventre, nem o enceleirar no cérebro bom senso aos almudes, nem o funcionar como pilastra social de rijo cimento, argamassado mourisma, chorumes da Carta Constitucional e muito esperragado de nabiças. O conselheiro era meio Português. Arrear-lhe as calças em público foi terremoto de maiores conseqüências que o de Lisboa. Depois da morte de D. João ninguém morreu com maior solenidade.

Mas deixou muitos filhos naturais.

Desbravado o terreno a caricatura floriu, rica de viços, culminando em Bordallo no “Antonio Maria” e “Pontos nos i i”, periódicos humoristas que melhor forneceram riso a varejo, no tom, timbre, estilo e dose mais ao paladar do público renovado. Depois que Bordallo trocou o lápis pelo barro de Caldas, onde modelou os maravilhosos potes criadores da cerâmica portuguesa até ali estagnada no azulejo (a concepção estética do conselheiro que melhor refloriu) o intercambio do riso entre o público e o humorista desmedrou. Hoje renasce.

Agora aqui, nesta colônia européia atravessada d’África, - porque cá também já se ri, felizmente.

J. B. Monteiro Lobato

Estado de S. Paulo – 28/01/1915

A caricatura no Brasil

II

Ocupará meia página, em oitavo, se tanto, na história mundial da caricatura, o relato da nossa.

Explica-se tal míngua. Como colônia funcionou o Brasil, nos começos, como a ilha da Sapucaia de Portugal.

Quanto criminoso, peralta, farroupilha, malandrim ou aventureiro azoinava os ouvidos austeros das Ordenações do Reino despejou-nos ele, aos pontas-pé, para cá: depois canalizou-nos de Angola para o eito, onde o selvagem emperrara, a pretalhada inextinguível. Com tal gente não havia ensanchas para o mais flébil bruxuleio de arte. Muito espaçados entre si, os núcleos urbanos “in fieri”, e muito rarefeito de fogos, ainda rondava o jaguar, aos mios, d’olho nos bácoras enchiqeirados pelos quintalejos.

Não raro ricocheteava uma flecha no galo da igreja matriz – porque já as havia com o galo de lata a catar ventos na torre. Celerados, meirinhos, e pretos d’Angola “intra-muros”: “extra-muros” sertão, papagaios, jaguares e aimorés sanhudos: era isso o país. Foi quando Napoleão inventou o jogo de peteca com reis a servir de péla, resultando a uma palmada mais rija cair um deles cá. D. João VI trazia nas malas, entrouxadas um tanto às pressas, toda a farragem necessária a uma civilização incipiente: fidalgos de prosápia polpuda, mulheres de truz, estribeiros-mores, almotacés, açafatas da rainha; e vícios de bom tom; e pitadas de artes e ciências; e mais todos os ingredientes basilares de uma monarquia preposta a pegar de alporque, com todo o chorume bragantino haurido em ceias de salpicão ali pelo mosteiro das Odivellas, numa terra virgem, por mal seu, já atravessada de Angola.

A acompanhar tanta caricatura não vir nenhum caricaturista!

Grande pena. Viesse um Gavarni e quem sabe os destinos do país não seriam muito outros? Uma corte das mais arrebicadas do velho mundo armando tenda no pátio de uma colônia correcional, entre rumas de pau-brasil, e caixas de açúcar; a turba das pretas minas a rodeá-la com grandes beijos e maiores olhos esbugalhados; um tucano na estípite duma jissara a saudar em grasnos os futuros costureiros do seu papo; que melhor parelha encontraria Ctesiloque para seu quadro de Júpiter em trabalhos de parto?

Preluz-nos a visão que de tais cenas teria Gavarni. O vendaval napoleônico; a rajada que sacode a península; a corte a entrouxar as malas; o alvoroço do embarque; a viagem...

O Estado, esse monstro de truculenta onipotência, pirâmide com meirinhos e esbirros ao pé e um deus acavalado no ápice, diante de cujo vulto o homem treme humilde, sem ânimo de erguer os olhos, o Estado desmanchado em peças, desparafusado, a enjoar como qualquer embarcação de primeira viagem dentro de brigues e fragatas, comboiadas de olho por uma esquadra inglesa. Gavarni, Gavarni...

Lançam âncoras, as naus, começa o desembarque. Alcatruzes guincham.

Descem por ele enormes engradados, caixas, caixotes. Carroções pegam da carga e arremetem em disparada.

Leva aquele as peças do poder moderador; outro a ministrarça; outro os tribunais estrovinhados, em pijama de baeta, barbas de mês e chinelas de ourelo. A Casa da Suplicação vem desmontada; as partes de vulto passam em carreta, as mais delicadas, como vidraças e espelhos, ao lombo de pretos do ganho. A soberania nacional geme numa padiola; vem muito pálida com ares de ética em usos de fígados de bacalhau, açafatas consoladoras ladeiam-na dando-lhe a bebericar água de melissa, para o nervoso. Que a poria assim? Enjôo do mar, talvez... Atrás dela uma megera desnalgada, desdando o nó de uma venda de olhos e a mancar dos quartos. Segue-a um molecote sopesando uma balança com o fiel entortado pelo tranco de um carrejão. Será a Justiça? A traquitana de Elias Lopes conduz a passo uma múmia velha e relha, semi-morta ou a dormir: Instituto Histórico pela certa, aquele sono...

Dez juntas de bois tiram em zorra o megatherium empalhado das Ordenações do Reino.

Num grande cofre de segredo dormem as razões de estado, lubrificante sem o qual os governos vão à garra.

Pelo cais pilhas de bagagem aguardam transporte: há latas recheadas das fitinhas, rodela e estrelas douradas com que um chapeleiro enriquecido se constrói um sólido barão; há vasos de barro com plantas exóticas; num deles viça o aulicismo que na nova pátria se aclimará melhor ainda que o café.

O beija-mão, a rainha e o protocolo já lá estão em palácio a compor-se. Passa o rei. Como as ratazanas destroçaram no porão o pálio substituem-n'o três guarda-sóis de seda de três ouvidores recepcionarios. Vem abatido, a suar em bicas, com as mãos gordanchudas procurando compor as amolgaduras da coroa; traz na testa o vinco azedo das más digestões. Um fidalgo cruza por ele de cigarro à boca; a majestade ofendida argue acrimoniosa.

— Sr. barão, onde pára a etiqueta? O de avoengos toma o lembrete muito ao pé da letra.

— Saberá V. M. que ainda está a bordo, engradada, e segue saltitante.

O rei enxuga o suor e suspira.

Ao quebrar certa esquina recebe o primeiro presente, das mãos de Elias Lopes: uma quinta. Desanuvia-se-lhe o rosto.

— Já tenho onde dormir, ora graças!

O desembarque do Estado prosseguiu até noite alta; suas entranhas se entremostraram muito cruas pelo cais, seus cenários de papelão, os sarrafos dos bastidores, as bacias e vassouras, as caçarolas e caldeirões onde se cosem os angus políticos, o fisco – canzarrão de dentuça arreganhada e de muito maus fígados, conduzido no açaimo pelos meirinhos.

Na lufa-lufa do embarque, em Lisboa, muito peça se quebrou ou caiu ao mar ou se esqueceu pelos cantos do palácio. Porcas e parafusos sobretudo donde ao armar o Estado de novo ficar-se ele bambo, frouxo de mancais e perro. Entre as coisas avariadas vinha a urna eleitoral; remenderam-n’ a como puderam mas nunca houve funcionar a contento; a peça perdida devia ser alguma mola real. Dois frasquinhos de homeopatia ninguém descobriu onde paravam; continham noção do dever e responsabilidade, em grânulos.

Gavarni! Gavarni!

Após o desembarque a acomodação provisória, o primeiro contato entre o povo e o alporque; o conde dos Arcos para a rua do Sabão; o das Aduelas arrumam com ele para cima de um negreiro que tem casa de azulejos para o largo do Rocio. A cidade pintalga-se de brasões reluzentes.

Na Quinta de Elias Lopes vai grosso tumulto de arrumações enquanto a realeza gravemente come o jantar. O rei trava relações com o tutu de feijão preto com torresmo, e gosta; já a rainha sarapanta-se, assustada, diante da travessa de bananas de S. Thomé assadas ao forno. Dois mordomos confabulam, muito apreensivos:

— E o trono? onde se meterá a tipóia?

Há vacilações, mas o rei acode logo mastigando um naco de vitela.

— Aqui mesmo, ali ao pé do guarda-comida.

Finda a colocação, o primeiro borborima governamental ecoa. D. João alegre, de estômago contente, pés já metidos no chinelão e o corpo num chambre de seda com quinas bordadas a matiz, sorve goles de café e... assina a declaração de guerra à França.

Gavarni, Gavarni!...

Nós é porque somos o povo mais sorno do continente e o que menos ri, e o que quando por necessidade higiênica de arejar o fígado prescreve-nos o médico umas sacudidelas intestinais por meio da gargalhada, vamos buscar em França “Pericholes” quando em casa temo-las rabelaisianas.

As doenças do fígado matam-nos de tristeza. O remédio é rir e não nos rimos, porque não sabemos rir, porque somos o animal que não ri.

Sobretudo depois que o Brasil se naturalizou cidadão francês.

O riso nosso é uma careta muscular sem gênese na alma. Pelos cassinos, diante de cançonelistas francesas de “tutu” na cintura e duas rodélas de zarcão na cara, semelhantes a caquis, o brasileiro come-lhes as pernas com os olhos e careteia nas frascarices mais acentuadas sem entendê-las.

E sai assobiando árias, muito ancho, na convicção de que riu, e que se divertiu.

Nos “garden-paty” do Velódromo: parece que se reúnem ali para o saimento fúnebre da Alegria. Tais festas teriam melhor cenário no cemitério do Araçá, onde ao menos ririam as caveiras dentro das tumbas.

Os rapazes recém-saídos do alfaiate só tem olhos para o vinco das calças; em vez de elegantes saem-no bezerros bem enfarpelados, mas com visíveis sintomas de tênia.

As moças entreexaminam-se de esguelha; lembram terneiras de raça recobertas de gaze e sedas, mal aclimadas e corroídas do mesmo mal dos rapazes. Circulam, bocejam, e se vão, nos antes reluzentes, como sonâmbulas.

O mal do país é esse, a bezerrice. Se algum químico decomposer o ar que se respira nos salões talvez encontre metido entre o oxigênio e o azoto algumas moléculas desse novo gás ambiente.

Matéria de riso há as toneladas, para todos os paladares, para a chalaça offembachiana, para o sorriso do Eça, para o rinchavelho adiposo de Rabelais. Não obstante os nossos revisteiros e comediógrafos importam da velha Grécia os Telemacos e Ulisses que lhes hão de divertir o público. Os nossos poetas são um chorar lágrimas como punhos sobre tais e tais ilusões perdidas – no fundo dos quais todo o mundo percebeu um amanuensado que falhou, quando não, a tabua da menina enfermiça dos fígados em cujos olhos de vitelinha clorótica se afogou o coração do tolo. Não há olhos para a feição do cômico indígena, nem verso, nem lápis que lh’a ironize.

E onde melhor opereta que no “intermezzo” de D. João VI, ou neste, vivido durante quatro anos, que, em desenvolvimento a um tema bosquejado por Calígula, realizou o consulado de Incitatus? Pois apesar de tal riqueza a caricatura só em meados ou fins de Pedro II entrou a germinar por sementes trazidas de Itália por Ângelo Agostini.

Desembarcou esse artista com muita coragem no ânimo e uma pedra litográfica sob o braço. Olhou em torno e viu pouco mais que um vasto “haras” onde se caldeavam raças; havia a mucama, a mulatinha, o negro de eito, o feitor, o fazendeiro, o escravocrata, o “Jornal do Comércio”, dois partidos políticos, o Instituto Histórico e um neto de Marco Aurélio pelas cumeadas, a estudar o planeta Vênus por uma luneta astronômica.

O feitor embaixo deslombava negros; a mucama no meio educava as meninas brancas; no alto uma boa intenção, de chambre, lia os Vedas no original. Seduziu-lhe o paladar desta curiosa ilha da Baratária; alugou casa e fundou a “Revista Ilustrada”. Foi esse, que nos conste, o nosso primeiro vagido em matéria de desenho humorístico. A sua voga foi larga a ponto de permitir ao desenhista viver dos produtos da assinatura durante longos anos, sem arrimar-se às muletas da “cavação”, desconhecida ainda na época. Penetrava sua revista em todas as casas. Deliciava as cidades tanto como as fazendas. Cena muito típica em cor local era a do fazendeiro chegado da roça, encalmado, sentar À rede, pedir café à mulatinha e abrir a revista.

Os desenhos bem acabadinhos muito ao sabor do seu paladar e cultura, desfilavam ante os seus olhos criticando com bastante chiste os acontecimentos da quinzena, quase sempre políticos, que de velha data outra coisa não há que nos interesse. Sua fisionomia clareava em risos saudáveis.

Via Pedro II de chambre a espiar o céu no telescópio; um ministro arreganhava a cortina metendo a cara para falar de tal negocio; o imperador sem desfitar a estrela resmoncava enfadado:

— Já sei, Já sei.

O fazendeiro gozava-se. E depois se saboreava na costumeira troça ao ministério. Cotegipe de grosso nariz recurvo e ventudo era figurado de mil modos, todos relembrativos da sua habilidade política. Às vezes era leão da fábula açambarcando o melhor bocado; n’outra surgia como macaco velho fugindo a mão de combucas insidiosas que lhe apresentavam os liberais.

Zacarias, Martinho de Campos cujo molde de político e cidadão, para mal nosso, se quebrou com ele; Lafayette, com a vesguice exagerada num grande bogalho de olho, Dantas, “Sinimbu”, os paredros de galões dourados e os de galões vermelhos, tipos de rua, do Castro Urso ao príncipe Natureza, os artista que aportavam ao Rio, as polêmicas pela seção-livre do “Jornal”, toda a história da Corte, enfim, se desenhava ali, rezando as alegorias, e subentendido, por teor e forma muito entradiças por olhos a dentro. Um ministério abolicionista em certo lance: é a barca do Estado tripulada pelos ministros singrando em mau passo; um ferra velas, o presidente do conselho aperra o leme; à proa emergem ameaçadoramente Sila, Caríbdis transfiguradas em recifes que careteiam as feições duras de Andrade Figueira e o Conselheiro Pantino, os próceres do escravagismo.

O país compreendia sem esforço, e gostava. Pelo entrudo, tréguas à política; a “Revista” dava-se inteira ao carnaval, e eram préstitos intermináveis a colear-lhe d’alto abaixo das páginas, combates a laranjinhas de cheiro, famílias de pretos encartolados rumando para a rua do Ouvidor sob a risada espremida das meninas janeleiras.

Disso resultou possuímos na coleção da “Revista” um documento retrospectivo cujo verdadeiro valor ainda se não pôs em destaque; será tarefa para nossos netos a avalia-la devidamente como às composições de Chmaberlain, Debret e outros raros fazemo-lo hoje.

A boa acolhida desse gênero provocou o natal de outras folhas, todas litografadas. Nenhuma logrou vingar; por mil e uma razões estouravam pela dentição, período sobretudo crítico para qualquer periódico e mormente aos que se propõem a morder com os dentes da ironia. Entre o “Mequetrefe”, “Cabrion” e outros enfermiços de pouca vida está o “Besouro”, onde Bordallo Pinheiro tentou rastrear novas sendas implantando aqui a caricatura de poucos traços já em voga pela Europa. O povo atreito ao esfuminho de Agostini, em cujas maciezas querenciara suas predileções em matéria de arte, não deu tento na bela planta que Bordallo diligenciava aclimar, e o “Besouro” morreu à míngua.

Entre a “Revista” e ele reinou boa camaradagem a princípio, andavam às beijocas: depois, arremangados, quebraram-se a cara mutuamente – nos desenhos. O como acabou esse duelo merece lembrada. Bordallo figura a “Revista” num engraxate relíssimo de calça pelas canelas e depois de muito sovar o bonifrate e zargunchá-lo com todos os alfinetes da sua ironia, pinta-se, a ele Bordallo, de vassoura em punho a varrer o engraxate, mais a caixa e as escovas, para fora da folha.

— À margem, por indecente e sujo.

Agostini ressalta com agudeza no próximo número da “Revista”:

— Obrigado “Besouro”, sabemos reconhecer que as margens são o único lugar limpo dessa folha.

Estas polêmicas e outras rebentavam coses pelas fazendas. Regalava-se o chefe de família e depois dele a petizada.

Era de ver o magote de crianças reunidas em torno da revista desdobrada no assoalho, já noite, sob o lampião; o mais taludo explicava ao crioulinho, filho da mucama, por que artes Zé Caipora escapou de tal perigo.

Nesta vida feliz, muito animada pela opinião viveu a “Revista” até a República sob cujos ares morreu, de que, não sei.

Ressurgiu, porém, Agostini no “D. Quixote”, mas, ou que estivesse esclerótico na veia humorística, ou que a intolerância dos governo marechálicos tolhessem-lhe o desembaraço do lápis, “D. Quixote” viveu o que vivem as de hoje, revistas de pique-nique.

Morreu e com ele parecia morta a caricatura entre nós. No campo vazio ninguém surgia, receoso talvez pela integridade das costelas, a tomar elmo e lança do defunto.

Por fim, como se foram aclarando as águas reboçadas pelos períodos mazorqueiros, a caricatura se foi saindo do letargo e espanejando as asas para novos voejos. A litografia saía da moda então suplantada pelos processos novos de gravura mecânica.

Pipocaram tentativas de folhas humorísticas, uma aqui, outra lá, que logo morrem de inanição. Insistem, modificam-se, procuram captar o público. Os desenhos são ingênuos e destituídos de qualquer valor; em geral dois bonecos de perfil, encarados um com outro; embaixo um diálogo tão adequado àquele como a qualquer outro gatafunho. Afinal entram em cena Calixto e Raul.

Vemo-los prestar o concurso de seus lápis a todas as tentativas do periodocismo fluminense. A eles cabem as glórias do nosso Ressurgimento, como também a paternidade indireta, por sugestão ou exemplo, de toda a geração dos caricaturistas atuais.

Das folhas lançadas por sua iniciativa muitas falharam, outras prosperaram grandemente. O meio porque conseguiram algumas delas obter público é curioso. Fugiram de procurar apoio nas classes cultas; desceram às plebéias, estudaram-lhes os gostos, as predileções, o alcance

mental, a capacidade de percepção satírica e, como industriais alemães, deram o gênero a sabor e conteúdo do freguês.

Os desenhos típicos se resumiam em grupos de políticos evidentes lardeados dum dialogo em calão muito lisonjeiro ao paladar da patuléia.

Pinheiro, Azeredo, Nilo, Pires, conversam:

— Então “seu” Pinheiro, desta vez a coisa vai?

— Se vai! Ou vai ou racha.

— Não fosse você machado...

— Não brinca, menino, olha lá!

Esta maravilhosa invenção pôs de supedâneo as revistas os níqueis disponíveis no bolsinho de todo o guarda-freio da Central, chefe de linha, escavador, carroceiro, motorista ou porteiro que se ligava a algum paredro pelo fio do voto, e todos andam ligados.

Outro recurso não menos hábil foi cultivarem as amizades de todas as bandas de música que zabumbam os ares do país, de Mato Grosso do Sul, de todas as irmandades do S. Sacramento, todas as corporações e demais grupos associados em torno duma idéia ou um peru, com o fim de propagá-la ou comê-lo, e eternizarem-se em effigie por artes da objetiva fotográfica, em atitude empertigadíssima, muito de manequins engulidores de cabos de vassoura. Com se multiplicarem tais grupos em tais revistas, pela reprodução fotogravada, a meia imortalidade conferida pelo azotato de prata se integrava em imortalidade inteiriça, tão sólida como a da Brasileira de Letras – e a folha apanha um bandão de assinantes.

O óbice de maior calibre oposto ao periodicismo, entre nós, reside nos excessivos hiatos do povoamento. Entre um núcleo de população e outro, interpõe-se o deserto, qual muralha insuladora.

Raro vingam uma folha transpor esse espaço pelo simples projetar-se na publicidade, como a bala, mirando o alvo da opinião pública; a distância encurva-lhe a trajetória, forçando-a a cair muito perto do ponto de partida; donde a necessidade de criar engenhosos meios de expansão. Esse congrega amigos até nos confins do Acre, à custa de lhes publicar a tromba sublinhando-a dum elogio, tem algo de gênio.

“Vinde a mim “garçons” de hotel de Pilão Arcado a Bebedouro, estafetas, caixeirinhos, irmãos de S. Benedito, guarda-chaves, motorneiros, todos que soletrais, do Icó a Ôbidos, de

Encruzilhada a Salesópolis, colhendo os primeiros frutos da escola pública republicana; ajudai-me a viver, que vos divertirei imensamente.

As camadas altas andam gafadas de francesismo; assinam a “Ilustração” e riem pelo “Fantasio”. Nada há que esperar deles. Protegei-me que te darei histórias do Chantecler, retratos de Antonio Silvino e “clichês” (ó sórdida palavra!) de todos os grandes crimes que alegam este Rio de Janeiro.”

O apelo foi ouvido, e atendido.

Todas as belas florações são assim, oriundas de uma semente fincada num monte de esterco. O aproveitamento industrial de todas as vaidadezinhas ingênuas e provincianas do país inteiro criou – é prodigioso! – a revista ilustrada de ampla divulgação. Não se lhes condenem o uso sistemático do catão, da insulsez, da ausência de arte e bom gosto; foram meios de criar indiretamente a atmosfera propícia ao desabrochar do desenho humorístico de boa liga.

A chalaça acachaçada é mãe do chiste. Se hoje possuímos caricaturistas como esse J. Carlos que o é inteiriço, no traço e na graça de quilates tão finos que não desluz arregimentado na plêiade dos confrades europeus, devemô-lo ao ambiente criado pelo povilêu. A caricatura e o desenho humorístico, coisas distintas, embora embicadas para um mesmo rumo, são flores definitivamente aclimadas que viçarão com esplendor neste solo.

Há pelos sertões uma parasita chamada mata-pau. As aves depõe-lhe as sementes no esgalho de uma perobeira. A semente germina, e cresce com preguiça, emitindo raízes em fios a prumo, que descem procurando a terra.

Enquanto esses filamentos não n’a alcançam, a vida do mata-pau é uma mentira, é um viver de brisas, é um morrer agoniado pela dispnéia da seiva.

Um dia, porém, alcançam as raizinhas débeis o solo e uma transfiguração estupenda assombra a mata. As radículas engrossam como calabrês, a clorose da folhagem vira pletora, a plantilha tolhiça de há pouco cresce aos pinotes, numa ânsia irrefreável de céu. As folhas incham de verdura. É que a boa seiva da terra lá sobe em jorros pela cordoalha e turge-lhe os tecidos de sucros vitais. Entra em luta com a perobeira, mata-a por estrangulação, como as jibóias, constringindo-a em cingulos que se vão anelando pelo tronco da vítima. E a figueira mata-pau, estufada de orgulho, mostra à floresta espavorida, sobraçando-o ainda, o cadáver seco da perobeira.

Isto não é retórica, é verdade e serve de símile à neo-caricatura indígena que, abandonando a esfera restrita das camadas que entrajam casimiras, vai meter raízes no suculento esterco que é o povo, único alfobre capaz de vitalizar a arte.

J. B. Monteiro Lobato

Como se formam lendas

Perlustra Affonso Arinos em formosas conferencias o vieiro inexaurível da lenda, alma das raças cristalizada pela tradição, além de espelho sobre todos fiel do seu fâcies emotivo. Porque no anelo vago, embora premente, de refugir ao prosaísmo diário da vida, que toda se resume, no comer o pão de hoje, digeri-lo sob um teto e amassar o de amanhã, o homem do povo – seja um ilota de Atenas, que transita pela rua da Cerâmica apregoando figos de uma quinta marginal do Illissus, e cruza Péricles em rumo do Agora, a concertar com Fídias um detalhe do Pathernon; seja um caipira de Areias, que ginga pela rua do Cabrito, anunciando grumixamas dum quintal d’além ribeirão Vermelho e cruza o Promotor em caminho do “fórum”, a debater com o juiz e o carcereiro o transcendental problema duma goteira na sala do júri – o homem do povo despica-se da materialidade deprimente desferindo vôos confusos pelos intermúndios do sonho.

A insofreável musa do Devaneio encarcerada em cada peito humano, Guilherme Shakespeare ou José Pichorra, deturpa a realidade, enfolha-lhe a galhaça resseca, enflorêscê-a de poesia da autêntica, a sã poesia que se não molda por figurinos de escolas e sai da alma na espontaneidade de perfume a vaporar de resedas – por exalação funcional.

Tal poesia é a matéria cósmica da lenda.

Essa maravilha suprema da imaginação, o Olimpo grego...

Temo-lo hoje “consolidado” pelo labor pachorrento do mitólogo alemão; os gregos estilizaram-no na poesia, escultura e teatro, de Hesíodo a Scopas, com a fulguração de Homero de permeio. Antes, porém, viveu em massa cósmica, a bosquejar-se na imaginação do Heleno, a bruxolear nos sonhos dos vagos Pelásgicos e mais Frígios e Fenícios interferentes na gênese do grego. E remontando inda mais alto vislumbram-se-lhe as primeiras lucilações na grande madre asiática do planalto que bojou de seiva eterna um cotilédone donde tudo saiu, inclusive a mancanilheira desta civilização que ora explode numa suprema floração de sangue. Toda a arte antiga bebeu na fonte copiosa do riquíssimo “lendário” heleno e dali até nós o velho tronco nunca cessou de rebentar em vergôntes, viçosas nas Renascenças, bichadas nas Decadências, no forte poder de sedução que leva Cellini a esculpir “Perseu” quando podia esculpir um “condottieri” e Coelho Netto a escrever “Ártemis”, quando tanta Ártemis da cidade e do sertão anda ignorada a pedir pintura. A poesia neste nosso recanto do mundo, onde a virgindade da terra induz o esto de

uma arte autóctone sem placentas no acervo clássico não se forra de tecer florituras e farfalhar variações sobre os velhos temas lendários gizados na pátria do Ritmo.

Tão grande foi sua anastomose e infiltração mundial que a percebemos entre nós, viva, a palpitar, na linguagem diária, e até no ramo mais pessoal da vibração emotiva, o amor. Neste momento pelo país, vai de Pelotas a Macapá um intenso murmúrio de amor, a chocalhar em sonetos, serenatas, cochichos, cartinhas. D'envolta em luar e choro de violão, embrulhadas no papel de seda cor de rosa da rima, amelaçadas em fanhas tremulas, manejam-se incessantemente as velhas gazuas gregas abridoras de corações femininos. Há um malabarismo intenso de – setas de Cupido, sorrisos de Cloé, néctar, ambrosias, musas, Leandros amorosos por morrer ao pé de Eros – tudo aromatizado a folhinhas de malva, mechas de cabelo atadas a fitinha verde e, para imprimir tom local, sabiás, graúnas, iracemas, a fauna e a flora inteira do palheta do cearense.

Não há palerma por mais canhestro em exalar as comichões do seu coração arranhado num cinema pelas olhadelas escorridas duns dezessete anos de saia que lhe não chimpe em carta rosa três metáforas, em duas das quais pelo menos, fulgura a estilha, dessorada pelo uso, de um helenismo. São meras imagens, hoje, de curso forçado, como moedas de níquel, para o troco miúdo do sentimento; remontadas à origem todas imbicam numa lenda grega.

Lá no ubertoso alfobre se geraram na ação lenta do polipeiro entomo dum ponto de pega inicial.

Como no polipeiro, pelo vagaroso acamar dos exudados calcários emergem do oceano grandes liames de coral, os exudados poéticos da imaginação coletiva se vão consolidando nas grandes lendas da humanidade, catedrais de vidro, sonho que se chamam Olimpo, Niebelungemn, ou Vedas. Seu autor é sempre o vago “Nemo” ninguém, o mesmo vago arquiteto da catedral de Colônia e de quantos outros maravilhosos góticos não assinados. O povo na ingênua simpleza da inconsciência cria, o artista “estiliza”; e por fim o sábio alemão acaserna-as na disciplina de um sistema dentro dum regimento de tomos. E desfeitas em mil bocados sob o nome de imagens, dão as lendas volta do mundo para marcheteria poética da emoção, tal qual a árvore de coral se dissemina por toda a terra quebrada em pedacinhos ornamentados de braços, dedinhos e lobos de orelhas, em brincos, anéis e pulseiras.

O “lendário” grego diz claro do povo que o concebeu. É bem filho dos marinheiros contentes que borboleteavam de ilha em ilha pelo Mediterrâneo, e, ao cair da noite, como os

argonautas do “Argos”, tomavam nos ombros a nave e metiam-n’ a a seco, em terra, onde, ao ar livre, sob o tremelicar das estrelas, dormiam descuidosos sonhando incomparáveis sonhos.

A saúde nos homens, a formosura nas mulheres, a lenidade no clima, o azul no céu, a vida livre e movimentada, criaram de chofre o ritmo da beleza inexcedível – na escultura e no sonho.

Entretanto nem todo sonho se afina pelo cânone manso da serenidade. Há o pesadelo. E para o norte, em região polar à grega, sonhos agitados deram origem a um “lendário” formidável de novos moldes. Os rios da Germânia não deslizavam amáveis como o Escamandro, mas rugidores como o Reno, em cachões barulhentos despenhados de precipício em precipício; as árvores não se reuniam em bosques arcádicos, como assembléias de epicuristas vegetais, mas em negras massas de carvalheiras milenárias cujo vulto assombrava as próprias legiões romanas. E muita sombra, muito contraste violento de feras, e perigos. Os homens louros, senhores da terra eram espadaúdos gigantes melados. As mães criavam-nos ao relento, nus, para enrijá-los desde tenros pela ação das ásperas invernias congeladoras dos rios.

Em guerra permanente de tribo a tribo, nos intervalos da luta, sonhavam os pesadelos fantásticos. Seu deus não ostentava o bom humor e bom tom de Júpiter; em vez de néctar bebia sangue humano; não desceria à terra disfarçado em touro para raptar Europa, mas para come-la crua com maxilas de tigre. Odin lembra um Marte a quem faltou no céu os beijos de Vênus e o convívio elegante, fino, de deuses galantes e deusas galantíssimas. De tal ambiente só podia brotar os Niebelungen – um pesadelo enorme de ciclopes. Radica-se a grande lenda na Ásia, através de sagas ostropodas, e pela fusão com edos escandinavos e mais contribuições locais fornecidas pelos borgundios, ergueu-se na humanidade qual mole de granito que asombra. O ponto de pega inicial foi, como sempre, uma luta de famílias. Mas que violentíssimos sentimentos rugem-lhe no seio! Cremilda é o ódio sob a mais alta pressão; Brunhilda a inveja, Sigfredo o valor sobre-humano, Hagen o molosso da astúcia diplomática, espécie de Bismark pré-histórico. O dinheiro é o móvel de tudo – o grande tesouro despenhado por insinuação de Hagen nas profundas do Reno. Faltava um personagem bastante forte para consolar a viuvez de Cremilda e dar braço rijo à grande vingança da sua idéia fixa. Apareceu Atila, o buldogue huno, e com ele precipita-se o desenlace muito ao sabor do paladar germânico: uma chacina tremenda onde todos morrem com louco heroísmo sob golpes de abalar a terra e fazer piscar o sol.

Entre estes dois cimos da grande lenda européia, Olimpo e Niebelungen, feições dispareas da alma ariana que neste momento – Odin contra Marte – chocam os escudos na Flandres,

formiga a hagiologia da Idade Média. O ideal já não é força mas a fraqueza. O herói cede o campo ao doente. De Leônidas defendendo os Termópilas descamba-se para S. Simeão Estilita vivendo 60 anos nu e de cócoras num cepo. Nem sonho, nem pesadelo: histeria.

Da formidável coletânea de lendas de santos iniciada pelo imaginoso Simeão – o Metafraste e levada a cabo pela empresa ingente do bolandismo, que vasculhou a Europa inteira e entreteve por muitos anos na tarefa colecionadora os ócios de todos os mosteiros, resultou um montão de material hoje precioso à exegese científica dos costumes da época. As redadas bolandistas colhiam santos, e d’envolta, notas, observações, fatos positivos; em suma, recolhia lendas e realidades.

Mas quão longe se afastou o mundo da saudável pujaça grega! O “lendário” medievo, ainda quando o estiliza um Eça de Queiros cheira ao doentio, ao malsão, pelo repiso exaustivo duma só tecla, a humildade anti-higiênica; se há beleza, é a beleza pálida das tísicas, e quando alteia em vôos cai num sobrenatural de Santa Teresa em crise de epilepsia. – Valores pecos de decadência, diria Nietzsche. De tão copioso manancial de lendas, uma das que sobrenadou e anda na boca do povo provém dum simples erro de cópia. Vertia um mau latinista a lenda de S. Agueda martitizada conjuntamente com sua serva Undecimilla; fraco em bom senso quanto em latim o copista traduziu em algarismo o nome da serva. Daí, em vez do martírio de Agueda e a virgem Undecimilla resultou para alta multiplicação da barbaridade romana o martírio de onze mil e uma virgens, dum bloco, valendo a serva por onze mil e Agueda por si só. O disparate provava demais, mas ficou assim para eterna memória da ruindade pagã. E entrou pra o mealheiro das línguas como locução virginal de alta cubagem. Esse copista seria talvez um remoto avô do tipógrafo de Malherbe que dum seu verso vulgar

Et Rosette a vecu...

cochilou na cesura dando coisa papafina

Et Rose, elle a vecu...

fornecendo ao poeta uma taboa de sobrevivência eterna.

Talvez seja isto lenda. Não importa; cabe aqui, e até avulta entre as mais engenhosas. Se não chega aos Niebelungen supera as das onze mil virgens brotadas duma só Undemilla. E faz jus a que tragam-na os tipógrafos em escapulário junto ao peito para indulgência plenária de muito que estropiam sem lucro evidente para as letras. E para que aprendem a criar com gênio em proveito de poetas que não alcançariam glória imorredoura se um bom revisor lhe emendasse a mão.

Enriquecer assim a elocução humana de locuções de uso diário e tão belas como as onze mil virgens e as rosas de Malherbe, por meros cochilos de composição, assombra, deixando entrever de que prodígios tal raça de copista e tipógrafo seria capaz quando despertos.

E de tudo se vê que a lenda vem do sonho. E quando este se crispa em convulsões por influencias internas da atrabilis e externas de excessivo amor aos fígados do próximo, vem do pesadelo.

E vem do histerismo se somos santos e o povo crê em nossos milagres com piedade medieval. E de erros de cópia se o copista é mais forte em tabuada do que em latim. E ainda de um “gato” de composição quando o poeta é Malherbe e o tipógrafo um gênio.

Monteiro Lobato.

A hostefagia

A guerra nasceu de Caim. Conveniências de lenda falsificaram no correr dos tempos a verdade histórica. Ao ver Abel estendido aos seus pés sentiu Caim turgescer n'alma o sentimento do orgulho e da força vitoriosa. Dominava: sensação desconhecida na família adâmica.

Seus instintos espinoteantes de gozo dentro do sangue rebelde arrostavam a Jeová em nome de uma vaga lei natural pressentida em antagonismo com o manual do bem viver imposto ao bípede recém-criado.

A maçã, a serpente, o gesto de Caim são meros símbolos do instinto em ação de vetar a sábia declaração dos direitos do Homem outorgada por Deus num momento de sentimentalismo biológico. E a Consciência a perseguir Caim, figurada por Hugo num Olho de fixidez apavorante que o não desfita nunca, é mera licença poética para lição de povos bem comportados. Aquele olho simbolizava, mas sim, a Glória em derriço d'olhadelas langues ao primeiro vitorioso. Isso esclarece porque desd'aí até nós tal olhar nunca deixou de repastar-se gozoso na descendência heróica de Caim, senhora do mundo pelo direito dos golpes certos que esmagam a cabeça do adversário.

O estigma impresso por Deus na fronte de Caim – explica-no-lo a História contestando a Lenda – foi a mesma fulgurante estrela que rutilou na testa dos Gengis-Khan, Átilas e Bonapartes. Prova disso: Caim, em seguida ao fratricídio, inebriado pela vingança, prazer até ali reservado aos deuses, partiu para as terras de Nod, onde, cheio o peito de uma orgulhosa força de dominação, oprimiu os povos vizinhos, enriqueceu, imperou despótico, vindo a acabar como bravo, na luta, por mãos do seu sobrinho Lamech.

Sem a pedrada na cabeça de Abel, morreria simples pastor, sem nome nem feitos, nem descendência; pela pedrada ensinou aos homens o caminho da glória, a embriaguez da vingança, o segredo da dominação, a morte heróica. Em suma: a guerra.

Do outro lado do Eufrates, onde Deus não conversava os homens e eram eles uma nudez de instintos só equiparável à nudez do corpo, o troglodita, já com acumulações experimentais herdadas pithecanthropo, sabia como adquirir a pele do urso na qual um seu vizinho resguardava o corpo nos dias de neve. Sabia que, se, sub-reptício, pela calada da noite, fendesse o crânio do “possuidor” adormecido, com um valente golpe d'acha, a pele passaria a lhe pertencer por direito de conquista. E, logo que bem o soube, melhor o praticou, adornando a vitória com os pinotes

amacacados e os gritos guturais donde saíram, por visível evolução os triunfos romanos, os “péans” gregos e a glorificante farda moderna. A conquista de impérios descende em linha direta da conquista duma pele de urso.

A raça heróica dos conquistadores mede a sua grandeza pelo certo dos golpes desferidos somado ao valor das peles adquiridas; e a humanidade diviniza-os, aferindo-lhes o valor por craveira idêntica. Assim, os picos culminantes da História são os fortes desferidores desses golpes tremendos que esmoucam tronos e destroem impérios.

Diante do herói guerreiro, dilui-se o herói do trabalho e da ciência. Onde a estátua, ou lápide sequer comemorativa do inventor do tear? Desse, a cujas noites de insônia alternadas a dias de labor paciente deve a frágil nudez do corpo humano os tecidos que a resguardam da hostilidade ambiente, quem lhe venera o nome?

Mas todo menino de escola sabe de Alexandre. Perguntem-lhe do macedônio e o pequeno, enfunando o peito e todo brilhos chispantes no olhar, dirá:

- Foi o maior guerreiro da antiguidade!
- E que entendes tu por guerreiro?
- É o homem que conquista, vence os inimigos, constrói impérios.

Incapaz de definir qualquer outro sentimento humano, a criança define de instinto o sentimento da “belacidade”, pois que o tem impresso em letras indeléveis nos glóbulos do sangue.

É, portanto, a guerra, humana. É a glória, o orgulho, a vingança – delicias máximas do paladar humano. A História é toda uma teia de Penélope, tecida e desfeita por entre fulgurações de guerras.

Os impérios nascem pela guerra, engrandecem-se pela guerra e pela guerra vem a morrer. Os homens máximos serão sempre aureolados pelo halo guerreiro.

Não há nome moderno de maior fulgor que o de Napoleão, embora bem pesadas as credenciais o desprezado Fulton, seu contemporâneo, mais merecesse tal situação – se a humanidade fosse composta de filósofos.

Pacatos funcionários públicos, todo bonomia, adipe e calmas digestões em família, trazem nos aparadores de suas casas pacíficas o busto em terra-cota, gesso ou bronze do Corso, e é com olhar terno – temura do cão em face do senhor – que, a mirá-lo, perdem-se em devaneios sonhando uma vida intensa como a do herói.

Peça do aparelho administrativo do Estado, é a formidável ação organizadora do colega que ele admira? Não; é Arcole, é Iena, é Austerlitz; é até Santa Helena, a atitude clássica com que o prisioneiro, a encarar o oceano, de pé numa frágua; mão metida no peito do casaco, testa vincada, de rugas fatais, penetrou na posteridade -, como ele, funcionário, de mãos na cava do colete, penetrou uma vez na fotografia.

Antonio Silvino é um germen de ídolo heróico nas camadas baixas da plebe nortista. Se possuísse as qualidades sugestionantes do “meneur” e levantado após si uma horda de fanáticos se atirasse à conquista do país, com meia dúzia de palavras bem soantes na boca, a lhe acolchoar o fito exclusivo de todo conquistador, o mando...

A meio caminho de Roma as legiões revoltadas de Galba de “bandidos” já eram “beligerantes” e ao pisar na via Appia, “salvadores da pátria”.

Vencer, impor as impressões digitais das suas manoplas, seja Pancho y Villa, César ou Silvino, é forçar as portas da História e coroar-se em apoteose. Pancho y Villa está no fastígio; Antonio Silvino na cadeia. Os heróis oscilam sempre entre esses dois pólos.

A guerra atual, soprando por terra o castelo de cartas do pacifismo, vem pela milésima vez demonstrar de como a guerra é contingência iniludível da natureza humana, de como é o fluxo e refluxo natural dos povos e entrechoque necessário de forças sociais procurando um equilíbrio estático que a paz pela inflação desmesurada da indústria, rompe. E de como é compatível com a civilização e dela sofre influxos unicamente no sentido de modificar-se por influência das maravilhas saídas do laboratório, nunca, porém, de extinguir-se.

A guerra atua como um crisol depurador; os povos saem dela transfeitos. A paz prolongada é Cápua, a de Aníbal e a de Tibério.

Nenhum povo detentor de alto valor histórico existe que o não conquistasse pela guerra. Grécia, Roma, Cartago, França, Alemanha... Em redor deles gravita como satélites o rebanho dos fracos carneáveis como reses.

A nós brasileiros nada escasseia mais que o sentimento belicoso. O pacifismo edulcorado da alma nacional é pura covardia num planeta destes. Talvez ali na Lua conviesse tal meiguice de ovelhas. Por cá, ainda não. Eternamente arranhados nos atritos com os fortes, iremos vivendo a vida risível do boi de corte, até que um dia... Caluda!

O marasmo ambiente ao qual os sociólogos indígenas tresnoitam-se por debelar com mezinhas de mulher velha, só curar-se-ia pelo estímulo sistemático da “belacidade” adormecida

no seio de toda a criatura humana. Espicaçá-lo, espertá-lo, alimentá-lo, criar a ebriedade coletiva dos fortes, arrastá-lo à luta seria um programa de gênio ao ditador-estatutário que se apossasse deste inerme massa cósmica social, tão plástica, e a plasmasse, com mãos heróicas, pelos moldes mavórticos.

E nos desse uma guerra, ao cabo da aprendizagem, como complemento de programa e prova final.

É mister arrancar a venda dos olhos: a guerra foi, é e será. Luta de classes, luta de partidos, luta de povos, luta de raças, viver socialmente é lutar, e vencer. O universo, diz Novicow, é um campo ilimitado onde se ferem perpétuas batalhas e onde alianças se concluem a cada momento. Crêem os filósofos, nos seus tonéis, as suaves ficções de Platão e Thomaz Moore – cá fora, a soma dos instintos trogloditas que a alma humana entremostra mal estala o verniz da “moralina”, é uma força mecânica irreduzível, diante da qual se esboroa a bondade de Jesus bem como as concepções altruístas dos filósofos.

A guerra européia ensina, ainda e sempre, a eterna glória da Força aureolada do heroísmo; indica a senda a trilhar, na arrancada para o futuro, ao povo que “queira” viver. Se seus lances nos deixam frios é que pertencemos à velha escola romântica de Napoleão. Nossos netos, porém, plasmando em outros moldes mentais, saberão extasiar-se na arte bélica naturalista ora em pleno viço. Saberão sorrir de Lassale, de Leônidas, e serem todo êxtases ante o rasgo do telefunkista que, escondido com a sua antena num recanto ignorado, remete a vitória aos seus, montada numa onda hertziana.

O espião que ilude o inimigo e com hábeis manobras inutiliza um ingente esforço deste, dando ao seu país uma vitória fácil, provocará lágrimas de entusiasmo.

A nós inda não sabem tais coisas; temos o paladar clássico; Plutarco com seus antiquados figurões viciou em excesso à nossa estesia da heroicidade.

Inda assim já vamos compreendendo algo dos nossos ideais estéticos; o hurra épico da tripulação de um submarino a saudar a deflagração do torpedo de encontro ao casco do encouraçado rival já pomos em pé de igualdade ao olhar de Anibal em Cannes, ao ver a seus pés dormindo o derradeiro sono as legiões de Varro.

Dos ensinamentos da atualidade depreendem-se vagamente as diretrizes da guerra futura. Em matéria de armamento caminharão os Estados até aqui, guardando uma equilibrada equivalência. O serviço de espionagem não permite avantajarse um mais que os outros. Em

matéria de disciplina Roma e a Alemanha provaram a sua eficiência; os exércitos futuros, escravos ou chineses, serão a mesma massa mecanizada, dirigida por botões elétricos, do alto da torre dos estados-maiores. Resta a cozinha.

A parte relativa ao suprimento de viveres é suscetível de imensa transformação, e vencerá o melhor serviço de intendência.

Neste, no seu aperfeiçoamento, encontrar-se-ão a inventiva dos sábios e o engenho dos burocratas. Há varias sendas previsíveis, e, entre estas, a alimentação artificial, obtida pela síntese química, e a... Vamos por partes.

A filosofia de Nietzsche, com a concepção do Eterno Retorno, mostra como os ciclos biológicos se repetem. O supercivilizado remata a cadeia da sua evolução reatando o elo final ao elo inicial perdido na noite dos tempos, no casebre de um anti-histórico lacustre.

Já Wells, num maravilhoso livro de previsão, denuncia a humanidade futura cindida em duas castas, Eloés e Morlocks, aqueles puros alfenins de carne tenra, estes puros aimorés subterrâneos. Como desenvolvimento final das classes operárias de hoje, são os Morlocks os detentores da força e criam os Eloés, em palácios maravilhosos, com extremos de carinho para... comê-los.

Que é pois, adotem os futuros beligerantes a antropofagia como o caminho mais curto à solução do problema alimentar dos exércitos? A evolução mental cabe numa fórmula: conscientização do inconsciente. Progredir: é conhecer, alcançar, “ter consciência”, de quanto a alma humana já nos tempos mais remotos sabia “de instinto”, isto é, inconscientemente. Ora, uma antropofagia consciente não destoa deste conceito. O óbice está na palavra. Eliminem-na, que é bárbara e brutal; criem um vocábulo novo, hostefagia, por exemplo, ou outro inda mais escorreito – e meio caminho estará vencido. Organize-se, em seguida, o serviço, de modo que nada lembre ao soldado que mastiga o bife suculento e bem assado as cenas do zelandês a estraçalhar nos dentes acerados a carne viva e fumegante dum inimigo. A ciência vai desde já destruindo estes injustificáveis engulhos sentimentais.

Os laboratórios demonstram que a carne é um músculo composto de fibrina, caseína, graxas, albumina, fosfatos, etc., e é assim tanto no boi como no homem. Quimicamente não se justifica o velho preconceito. Estas noções repugnarão seu tantinho no começo, por virem chocar idéias muito arraigadas, mas para vencê-las aí está o mestre-escola que venceu em Sadowa. Uma propaganda bem organizada, a partir da escola, dentro de uma geração, terá habilitado os

governos a aplicar aos exércitos em campanha a solução hosteofágica, com imensas vantagens ao tesouro e aos fins colimados pelos futuros Alexandres. O povo que primeiro vencer o preconceito bromatológico do seu exercito terá o mundo aos seus pés. O que mais onera uma campanha, e dificulta a ação beligerante, é justamente o peso morto e atravancador do complicadíssimo aparelho a que incumbe manter cheio o tonel das Danaides que é o estômago.

A supressão do sistema atual pelo indicado barateará a guerra a um mínimo risível, além de que dará velocíssimas asas aos exércitos. Para atirá-los contra o Inimigo, inútil então as frases de arrepiar o entusiasmo, a Napoleao, nem o entremostrear às tropas, em boletins chorosos, a imagem da pátria em perigo, esperando tudo delas. Basta após um dia de jejum forçado mostrar o inimigo pela frente: “Dentro daquelas trincheiras, camaradas, espiam-vos trezentos mil inimigos gordos, de carne tenra, ótimos para rosbifes.”

E aí do inimigo!

Já o homem se afez, por um longo “training”, a outras idéias fecundas: o saque, o incêndio, a carnagem do não combatente, a violação das mulheres; está preparado, pois, para a hostefagia que tem a seu favor, além do mais, a química e a lógica.

Entre saquear uma cidade, esmagar pelo bombardeio a colméia humana inerme que ela é, cheia de pobres velhos, mulheres desvairadas a apertar nos braços as criancinhas transidas de pavor – e comer uma carne que a análise demonstra ser tão nutriente como a do carneiro, vai em favor da última hipótese tudo quanto há de mais cristalino em racionalidade. Será esta, supomos nós, uma das faces mais curiosas e fecundas em resultados da guerra futura. A futura Roma, dominadora do mundo moderno, será o povo bastante inteligente para antecipar-se aos demais na adoção da hostefagia – para antecipar-se, porque as vantagens são tão positivas que logo depois, sem discrepância, a humanidade inteira a adotará.

O soldado de hoje, quando por uma falha no serviço de fornecimentos, se vê privado da ração e todo se estorcega na fome, se lhe preluz esta visão do futuro, como não invejará as boas digestões dos seus netos, nas guerras do ano 2000, quando o luxo dos batalhões for terem vatéis a seu serviço!

Monteiro Lobato.

O Estado de S. Paulo – 26/05/1915

O “problema nacional”

Os últimos livros do eminente sr. Alberto Torres provocaram um notável espevitamento no mortício da consciência nacional que à voz geral se supunha em anquilose de pedra para tal gênero de emoções mentais. O jornalismo do Rio frisou o vulto da obra e o seu alcance filosófico equiparando-a aos “Sertões” de Euclides da Cunha.

A edição é de 1914 e numerada; o exemplar que adquirimos traz o número 49, demonstrativo do grau de absorção alcançada pelo livro no seio do público leitor.

Há pois nos prováveis 25 milhões que somos 49 espíritos, ao seguro, familiarizados com o “Problema Nacional”, donde ressalta o acerto de João Monteiro no seu asserto a Gastão Paris: no Brasil estuda-se e lê-se.

Auxiliou, convém notar, a difusão do livro o halo de notoriedade criado em torno pela imprensa carioca, de cujo coro de louvores uma afirmativa soergueu-se nítida: Alberto Torres é um grande pensador, e, mais que isso, o nosso único grande pensador.

Terra de poetas e oradores, em matéria de pensamento somos o deserto da Líbia com um oásis ao centro — por felicidade nossa um oásis fecundo, orgulho de uma raça.

Já na vida imperial observamos fenômeno idêntico embora em campo diverso; só possuímos um duque, Caxias.

No caso atual, todavia, há um erro de contagem escapo às folhas cariocas, pois existe, ou existiu, no norte amazônico, um outro pensador, de nome Eduardo Ribeiro, cremos, de grande notoriedade regional nos começos da alta da borracha. Não importa. A falta de ligações entre norte e sul impediu de irradiar até cá mais que o nome do pensador amazônico, pelo que é justo, desprezando-o como fração mínima, confirmar o sr. Alberto Torres no ducado do pensamento nacional, em gloriosa unicidade.

Até ele nunca pensamos com o desassombro e a abstração dos alemães do bom tempo, de Kant a Nietzsche, arrojando a idéia a largas generalizações transcendentais. Oxalá o exemplo frutifique a jeito de permitir que Augusto Rodin obtenha, um dia, entre nós, o modelo para um novo mármore, “pendant” ao seu “Penscur”.

Um passeio mental através dos livros do sr. Alberto Torres deslumbra pela cópia de idéias esmeriladas e pela lucilação permanente dum sem número de conceito profundos quanto inéditos. Estuda-se ali, faceta por faceta, o premente problema da nossa nacionalidade. Este problema é complexíssimo. É um sistema de equações simultâneas, para cujos termos confluem circunstâncias excepcionais de indeterminação, incompatibilidade e impossibilidade de modo a

tornar a incógnita — o futuro nacional —, após longa acrobática de cálculos, um “x” dia a dia mais “x”.

Todos que neste país pensamos, sentimo-la, a terrível incógnita, a nos perturbar o espírito com a sua caraça de esfinge.

O sr. Alberto Torres arrosta-a e como o Édipo, decifra-a: não nos contamina nenhuma tara orgânica, nenhuma incapacidade racial; o mal reside nas instituições políticas. “Somos, diz, um dos povos mais sensatos e inteligentes do mundo”. Estabelecido este axioma as deduções lógicas levam-no a uma conclusão inesperada: após quase um século de vida independente o uso feito da nossa inteligência e sensatez conduziu o país ao descalabro político e moral de que Alberto Torres desvela os mil aspectos nas 400 páginas do seu livro.

A conclusão sociológica dedutível deste contraste conduz-nos a uma teoria estranha: quanto mais sensato e inteligente um povo tanto menos capaz de progresso — conceito desnorteador e colidante com os mais vulgares truísmos correntes, mas único a ressaltar ao cabo da leitura do “Problema Nacional”.

A obra do sr. Alberto Torres gira em torno desta antítese. Ao pé do axioma basilar o quadro tétrico do descalabro nacional funciona qual comprova esmagadora. Entretanto, para minorar o efeito dessa introversão dos velhos valores morais, o eminente pensador aponta como causa única do mal as nossas instituições políticas. Somente elas, no seu dizer, tem arrastado um povo primacial em inteligência e sensatez a uma situação em tudo idêntica a qualquer povo possuidor de qualidades antinômicas.

Apesar disso, como tais instituições não nos foram impostas por incoercíveis forças externas, mas escolhidas pelo país, aceitas, organizadas por ele, parece claro que são um efeito social e não uma causa. Parece a nós outros que não pensamos com acuidade, que não possuímos a visão de lince do eminente filósofo e pensador único deste quarto de continente. E humildemente aqui ousamo-lo confessar.

Outro ponto sobre que o sr. Alberto Torres faz jus a uma leve contestação é na parte referente à função paulista na equação nacional. Diz ele: “Pertence ao número das mais graves e desastrosas ilusões da nossa política a crença na prosperidade e no progresso de S. Paulo. As regiões exuberantemente produtivas, deste estado, estão reproduzindo em maior escala, a mesma história da imprevidente exploração da terra pela monocultura do café, de que o vale do Paraíba, a mata mineira, o próprio norte de S. Paulo, são, como esqueletos de um corpo roído, os estéreis

despojos. Nas próprias regiões paulistas, mais férteis para a cultura do café, municípios, prósperos há 20 ou 30 anos, estão já decadentes. Todo o florescimento da capital e das cidades paulistas, sua indústria incipiente, muitas de suas produções, vivem da riqueza, farta mas rápida, da produção cafeeira.

Limitada, como é, a vida do cafeeiro, insubstituível o seu plantio, e exagerada, como tem sido, à devastação das matas, S. Paulo, encontrar-se-á dentro de algumas dezenas de anos, em estado tão grave como o das antigas regiões produtoras de café, mesmo talvez mais grave, por escassez de mananciais, “que suas geadas não suprem”. E sobre tais terrenos, desertos da planta feraz que lhes está dando à gente um fausto de herdeiros perdulários, vegetará uma população sem energia, e sem liga organogênica, vencida, em dois terços, pela miséria, enquanto outro terço lutará por manter culturas diferentes dispersas por zonas escassas de um vasto território desnudado”.

A estes compridos períodos cumpre objetar que a noção mais lata de progresso, a uma luz rigorosamente científica, é a que o define como adaptação ao meio. Nas sociedades esta adaptação se opera por meio da riqueza. Quanto mais enriquece um povo, mais progride, porque melhor se adapta ao meio pela vitória sobre as hostilidades naturais.

S. Paulo, como detentor máximo de riqueza entre os estados da federação, é o detentor máximo de progresso, por correlatividade. Isto “parecia-nos” que “era”; o sr. Alberto Torres prova o contrário: é simples crença, que além de grave é desastrosa. Grave e desastrosa, talvez, por contaminar com o exemplo os demais estados e conduzi-los à ânsia de mais enriquecer para melhor progredir.

Condena o sociólogo a riqueza?

Não. Condena o modo de enriquecer, o sistema paulista de enriquecer.

Segundo o que resurte de suas palavras é mister enriquecer lentamente, pela economia, pelas pequenas culturas, pela policultura. Enriquecer rapidamente e por intermédio do café é o grande mal.

O café é um Atila que deixa atrás de si a miséria.

Os problemas sociais são tão complexos que até a pensadores únicos como o sr. Alberto Torres é uma arriscada tarefa generalizar. Porque generalizou, aplicando à lavoura paulista o quadro da antiga lavoura fluminense, cai em lamentável deslize.

Não há equiparar o fenômeno lavoura cafeeira fluminense, ao fenômeno lavoura cafeeira paulista. O símile não é “igual”. Um passeio do autor às regiões paulistas exaustas para o café, e neste mês arroxeadas pelo catingueiro em flor, quebrar-lhe-ia uma perna ao postulado. À lavoura moderna paulista, de braço inteligente e livre, não se justapõe o quadro da lavoura fluminense antiga, a braço escravo e bruto.

Lá a supressão do escravo foi golpe de morte, ao cafeeiro; aqui, ao contrário, incrementou-lhe a cultura em proporções assombrosas. Lá sucedeu o sapé à rubiácea; substitui-a aqui o precioso capim gordura. O fenômeno que lá tomou o nome de decadência irremediável aqui toma o de transformação. O norte de São Paulo atesta-o à farta. O sr. Alberto Torres veria além disso como seguem de para a grande cultura do café inúmeras outras culturas assessorias e como brotam vigorosas indústrias. O Atila do Estado do Rio o menos que deixa após si, entre nós, é o boi, a pecuária. Veria largos trechos de terra cansada em trabalhos de restauração pelo reflorestamento natural ou artificial. Veria trechos onde a adubação sistemática, de emprego crescente, eterniza a cultura. “A monocultura do café é um crime”. Este axioma propagado pela inépcia governamental dos ministérios da Agricultura, pela boca dos inspetores agrícolas, e pelo coro dos jornalistas policultores por carência de assunto, encontra no sr. Alberto Torres uma voz que a formule em filosofia. Foi um crime enriquecermo-nos pelo café, afirmam eles, e continua a ser crime persistir nesse caminho. Enriquecei-vos, aconselham os boletins oficiais, plantando cebolas, batatas, alho, couve-flor, soja, alfavaca, sorgo, cará, alcachofra, centeio, aveia, grão de bico, espinafres, espargos, tremoços, ervilhas — mas pelo amor de Deus abandonai o café. A monocultura é um crime!

— Mas se ela enriqueceu-me e continua a fazê-lo! objeta S. Paulo.

— Não importa, é um crime, secunda o sociólogo fluminense.

O lavrador argumenta: o café dá-se maravilhosamente nas minhas terras, resiste às geadas, às secas, à saúva, às taxas e sobretaxas, aos fretes, ao comissário, ao exportador e inda me dá lucro vendido a resto de barato, de modo que me convém produzir café e comprar cebolas à Itália.

Reciprocamente convém à Itália vender-nos cebola e comprar-nos café. Por que, então, arruinar-me a plantar cebolas que minhas terras produzem más e incertas? Por que a Itália arruinar-se plantando café? O econômico não é permutarmos reciprocamente estes dois produtos?

— Mas é uma vergonha pra um país destes importar cebolas, contravém o inspetor.

O lavrador cala-se, convicto de que vergonha é o governo meter a ministros poetas, e poetrastros a inspetores agrícolas. A voz do seu livro de contas fala mais alto e claro que as ladainhas dos boletins officias. A policultura rima, mas não é verdade.

O sr. Alberto Torres condena a cultura do café sobretudo pela sua extensão.

O grande mal está em terem os paulistas plantado 700 milhões de pés. Se em vez de 700 fossem 50 ou 70 nada haveria que objetar.

Acha que a cultura extensiva do café é um crime nacional, lesivo ao futuro do país. É um crime substituir matas nativas pela odiosa rubiácea — porque lesamos o quinhão em matas pertencentes ao futuro. Isto o preocupa deveras.

Deslembrado o reflorestamento natural e artificial, prefere o recurso do “noli me tangere”, imposto às florestas nativas por um curador a ventre.

Duvidosos do nosso critério pessoal, expusemos esta opinião a uma fazendeiro vizinho, que nos respondeu:

— Pode ser que o livro tenha razão; mas eu vou derrubar aquela mata e plantar 30.000 pés de café.

— Não obstante, o sr. reconhece, como ele aqui diz, que o seu ato vem perturbar as condições climatéricas do país; cada árvore destruída é uma pouca de umidade a menos roubada à coletividade. Escassearão os mananciais que as geadas não suprem...

— As geadas? não sabia disso.

— De modo que bem ponderado o sr. comete um crime contra o país.

— Perdão, eu não vou fazer terreiro lá! Não vou destruir, vou substituir as árvores inúteis do capoeirão por árvores produtoras de café, que já enriqueceram meu avô, meu pai e me enriquecerão a mim.

Aquele capoeirão já foi cafezal n'outros tempos. Esteve em descanso durante trinta anos e hoje é só cabetê do legitimo, unha de vaca, jangada e caquera, vestimenta de primeira. Planto ali e largo os 30.000 pés velhos do Varjão. Nestes 40 anos encontrarão lá meus filhos ou netos a terra recomposta como eu hoje encontro esta.

— Mas...

— E além disso eu cuido da minha vida; o governo que cuide do clima. Tinha graça ficar eu adorando o capoeirão porque esse Dr. do livro acha não sei que, não sei que!

As razões alegadas pelo sr. Alberto Torres para condenar o café além dessa, da destruição das matas, se fundam no conseqüente empobrecimento do solo.

Extingue-se a riqueza florestal e a riqueza umífera da terra.

Ora, esta concepção de riqueza é nova e inédita. A riqueza da terra não existe em si. Os sais componentes da fertilidade de um torrão entram a constituir riqueza no momento em que, transformados em produtos comerciais, tornam-se objetos de troca. Antes disso não. Quanto ao destruí-las pela cultura extrativa é outra novidade. Há transformação unicamente. O café transformou uma colossal quantidade de azoto, potassa, fosfatos, carbono, etc., armazenados na terra e no ar, em prédios, estradas de ferro, capital amodado, indústrias, melhoramentos materiais de toda ordem. A seiva da terra de tal fazenda em Vassoura, hoje em abandono, encontra-se exatamente representada em riquezas de ordem material e mental esparsas pelo país. Pelo critério do eminente pensador preferível seria deixa-la inaproveitada no seio da terra, na disposição, composição e ordem estabelecidos pela natureza — para que fim não diz — e gozarmos a ausência dos melhoramentos materiais em que a indústria do homem a metamorfoseou.

É a conclusão última de suas palavras. E por isso ele considera os nossos melhoramentos materiais, nossos prédios, nossas estradas, nosso vestuário, nossa educação, nossa mentalidade, nosso progresso enfim — coisas em que o paulista transformou os sais do seu território — como ilusão grave e desastrosa.

Quer-nos parecer que esta teoria levada às ultimas conseqüências lógicas conduz ao aborigenismo pré-colonial. Tupis, Aimorés e Tamoios deixaram intactas as matas que o café mais tarde criminosamente destruiu, e não buliram nos sais e gases hoje odiosamente transfeitos na grave e desastrosa riqueza paulista.

Tirante estas e outras idéias que pelo excessivo arrojado da novidade chocam o nosso espírito afeito à verdade velha dos velhos truísmos circulantes, o livro do sr. Alberto Torres é um grande livro e as idéias expostas grandes idéias, merecedoras da repercussão causada na consciência nacional e da difusão larga que a obra vai tendo no seio do público leitor.

Monteiro Lobato

O Estado de S. Paulo – 09/01/1916

A propósito de Wash Rodrigues

Orça por verdade comezinha uma paradoxo corrente em estética: a arte de um país quanto mais se desinternacionaliza mais cresce como força internacional.

É evidente. O valor da obra d'arte cota-se pelo seu coeficiente de temperamento, cor e vida — os três valores que lhe travam a unidade, promanantes um do homem, outro do meio, outro do momento. A arte descentrada dessa tripeça de categorias, e que tem por fator homem o “heimatlos” (corre à conta de Medeiros d'Albuquerque esta rebarba glóssica, cheirando a esperanto, e indicativa dos homens de muitas pátrias, postos em evidência pela guerra), por “terroir” o mundo e por época o Tempo, será uma soberba alcachofra quando o volapuck senhorear o globo — por enquanto não.

Donde uma conclusão lógica: o artista cresce à medida que se nacionaliza. É mister que a obra d'arte denuncie ao mais rápido volver d'olhos a sua origem, como as raças puras denunciam pelo tipo individual o seu grupo etnológico.

É uma conclusão prática para o Estado que entre nos é a chocadeira artificial de vocações artísticas incipientes, sobretudo das inflectidas para as artes plásticas: fomentar o nacionalismo dessas vocações.

Não obstante esta intuição de bom senso o Estado opera às avessas. É que atrás da impessoalidade do Estado está sempre escondido um homenzinho.

As idéias e a vontade desse homenzinho refluem em público como um rumo coletivo. Entre nós os homenzinhos que dentro do touro de bronze oco do Estado entendem das coisas d'arte, fogem à concepção mundial do artista prefigurada acima.

Ao invés de apurarem o nacionalismo das vocações esperantizam-n'as, ou melhor afrancezam-n'as, porque para a inopia brasileira o mundo é a França.

Pega o Estado no rapaz, arranca-o da terra e dá com ele no “Quartier-latin”, com o peão da raiz rebentado. A mentalidade em formação adolescente, assim desramado e desraigado, padece grave traumatismo, lá perde a seiva preciosa do “habitat” e vai viver em vaso sob clima hostil à sua regionalidade.

Durante a estadia de aprendizagem só vê a França, só lhe respira o ar, só conversa mestres franceses, só educa os olhos em paisagem francesa, arte francesa, museu francês.

As vergôntes congeniais que levou daqui desmedram, e pega de brotar aquele enxertozinho de borbulha operado em sua epiderme.

Concluindo o tirocínio há duas sendas para o transplantado: ou ficar por lá perdido na turba de artistas exóticos que atravancam Paris, incapaz de emparelhar com os nativos da terra, porque o inferioriza uma alma de empréstimo, estragando assim a vida num patinhar penoso de

expatriado, ou tornam cá, tombando para a categoria de “expatriado artístico”. A sua pátria estética lá ficou, a França — reconhecem-n’o eles.

Os débeis malsinam, então, as nossas coisas. O céu é estupidamente azul. O azul é absurdo, irreproduzível na tela. O verde não tem gamas. A cor é excessiva. Não há cambiantes. Não há arvores pinturescas. Não há gente. Não há costumes. Não há mulheres. E suspiram, com o olho da saudade fito na criadita que os enfeitiçou por lá. — Ah Paris! Paris!

Ou é um “forte”, e neste caso compreende de relance a situação, atina com a senda verdadeira, entra a estudar de novo, deitando às urtigas metade das idéias bebericadas lá fora. Redime-se, esse.

O mal da orientação, ou desorientação oficial é grande; anula três quartos das aptidões artísticas medradas no país; cria “épaves” sociais, boaintes na onda dos “boulevards” como rolhas servidas; avulta no país o número grande dos incompreendidos maldizentes; e impõe aos fortes, sob pena de naufrágio, um redobro de trabalho, na tarefa de reaclimação estética.

Vá a gente dizer estas coisas aos homenzinhos alapados no bojo do Estado e detentores das manivelas da subvenção!

Sorriem de puro dó, os alhos.

Vem daí o fato estranho, a quem com a vista pelas paredes de umas casas ricas, de vê-las coalhadas de quadros franceses de estilo e assunto apesar de rubricados por nomes nacionais.

Salas há onde o visitante, se fechar as janelas para não ver os plátanos bichados da rua, e os ouvidos para não ouvir o “batata assada ao forno”, jura estar em Paris, pelo menos.

São marinhas de Concarneau, cenários da Costa Azul, paisagens d’Avray, trechos da Bagatelle, estudos de “boulevard”, bretonhices a granel, perdões, pescarias, mulheres de coifa, que sei eu?

E tudo nomeado à francesa, “bassecours, étangs, vielle cour, vicux moulin” e outras sonoridades de encher o ouvido.

Para desengargo de consciência uma ou outra telazinha nacional, as mais das vezes um caipira picando fumo. Porque a pintura indígena inda não transpôs o caipira picando fumo. Des’que Almeida Júnior, o precursor, o artista educado lá que melhor reagiu contra a corrente, rasgou picadas novas com o seu picador de fumo, não houve espreme-bisnagas que se não julgasse obrigado a pagar esse tributo de captação ao caipira. A modos que, lá pelo ano 3.000, a

arqueologia restauradora da nossa época, por meio de telas coevas, chegará a uma única conclusão: naquela metade de século, no Brasil, o caipira picava fumo. Só, e nada mais.

Um não sei qual pintor moderno, de vigoroso talento rebelão, estomagado com a tirania do passado artístico da humanidade, que obumbra o espírito da crítica a ponto de só lhe deixar ver gênios na pintura antiga, revolta-se contra a eterna curvatura da opinião “snob”, guiada pelas academias, diante das Giocondas, Ceias, Botticellis, etc. e contra o conseqüente menosprezo do gênio moderno. E pede um novo Omar que destrua todos os museus e reduza a cal de pedreiro toda a cacaria marmórea da Grécia, a fim de que, na senda desimpeçada, a arte moderna possa caminhar com desassombro. Semelhantemente, à luz da arte e costumes brasileiros, era de desejar que a França se empegasse nalgum Malstrom, de jeito a permitir uma livre e pessoal desenvoltura á nossa individualidade como povo.

É tempo de figurarmos na assembléia mundial como povo capaz de uma idéia sua, uma arte sua, costumes e usanças que não rescendam a mercadoria importada. Enerva a persistência na macaquice.

Isto vem a propósito de Wash Rodrigues. A sua exposição de telas denota um artista de envergadura pouco vulgar. Não há bitolar seu talento pela cravelha mediana. Vinca-o, entretanto, o defeito do método oficial afrancesador. Como é um forte, reagiu.

E bate vereda nova. Seus estudos de Pirapora, dos quais expõe meia das muitas dúzias executadas, dizem o afã com que se atirou à nova fase de vida artística, à verdadeira, à profícua, à que fará dele um pintor primacial de rasgado futuro. Os 107 trabalhos expostos denunciam o vigor do seu talento, como desenhista, como colorista, como verista – e gabam-lhe, ainda grandemente, a operosidade de longo fôlego. É dos que no estrangeiro deu pouquíssimo ao “boulevard” e muitíssimo ao seu “studio”. Atrás do que expõe vale por ilucidação da qualidade preeminente de Wash a colossal ruma de estudos trazidos do velho mundo. É ali, folheando cartões, velinos, retalhos de tela que apreende o visitante quanto há de rico no temperamento do pintor Wash não desperdiça momento. Os olhos não descuram um instante de negacear tons, linhas, cambiantes fugidias, apanhando-as onde quer que as encontre, na rua, nos passeios, em casa, a toda hora em toda parte. É uma anotador sistemático, e, portanto, um pintor no sentido integral do termo, por inelucidável injunção congenial. Porque também os há por desfastio...

Wash perquire, escabicha, esmiúça, incansável, no encaço do “quid” misterioso que é o segredo perturbador da obra d’arte. A exposição das telas elaboradas em França vale por um

término; os quadros de Pirapora por auspicioso início de fase nova. Há muito que esperar de Wasth se permanecer entre nós, não esmorecido daquela ânsia de trabalhar celebrada entre seus companheiros de expatriação.

É tempo de figurarmos na assembléia mundial como povo capaz de uma idéia sua, uma arte sua, costumes e usanças que não rescendam a mercadoria importada. Enerva a persistência na macaquice.

Euclides da Cunha entreabriu nos “Sertões” as portas interiores do país. O brasileiro galicismado do litoral boquiabriu: pois há tanta coisa inédita e forte e heróica e formidável cá por dentro?

Revelamo-nos a nós mesmos. Vimos que o Brasil não é São Paulo, enxerto de garfo italiano, nem Rio, alporque português. A literatura percebeu que se lhes rasgavam amplíssimas perspectivas. Se ainda não fechou por tais rumos é que anda tolhidinha de artritismos vários. Questão de tempo e iodureto. A Almeida Junior coube na pintura papel semelhante. Abriu picadas, riscou diretrizes.

É preciso frisar: o Brasil está no interior, nas serras onde moureja o homem abaçanado pelo sol, nos sertões onde o sertanejo vestido de couro vaqueja, nas cochilas onde se domam poldros, por esses campos rechinantes de carro de bois, nos ermos que sulcam tropas aligeiradas pelo tilintar do cincerro.

Está ali onde bate compassado o monjolo, ringindo na “vrigem” de peroba, onde florescem os cafeeiros, onde ressoa a onomatopéia dos carapinheus repimpados na cernelha dos bois. Está nos garimpos e mongo-secos onde se bateia ainda o ouro, e nas “fazendas de ferro”, cuja metalurgia semi-bárbara revive um passado morto. Está nas catingas estorricadas pela seca onde o bochorno cria dramas e angústias e dores inimagináveis pelos “praianos”. Está na palhoça de sapé e barro. Está nas vendolas das encruzilhadas, onde ao calor da cachaça se enredam romances e se deslindam pendengas com argumentos de guatambu chumbado.

É desse filão d’arte que há de sair o punhado de obras afirmativas da nossa individualidade racial.

A rota é uma só: fugir à costeira praguejada de europeanismo — espécie de esperanto de idéias e costumes — onde a literatura naufraga e as artes plásticas retranssem-se na frialdade do “pastiche”, e meter alvião à massa formidável do inédito.

Ali não há a politicagem estética das capitais, nem academias amodorrantes, nem dogmas vestidos por figurinos, nem papas pensionadores.

Há a natureza estupenda e formigando dentro dela um homem seu filho, expoente da sua “vis”, rude, bárbaro, inculto, heróico sem o saber, imensamente pitoresco e, suprema recomendação! sem uma escropula de francezia a lhe aleijar a alma.

Monteiro Lobato

O Estado de S. Paulo – 15/01/1916

A conquista do nitrogênio

Quando o roceiro, recolhido o milho, deixa a palha em pousio por alguns anos, consoante um mandamento da rotina que lhe transmitiu o pai e a este o avô, pratica a mais sábia das adubações. O rebrotar da capoeira e o acamar das folhas maduras em lenta decomposição, num

ambiente de umidade sombria cria um estado de solo muito propício à proliferação dum microorganismo dotado da preciosa faculdade de fixar o azoto da atmosfera em nódulos esparsos como verrugas pelo sistema radicular das plantas.

Isto sabe-se hoje, embora a prática do pousio seja imemorial em agricultura. Por que e como se fertiliza a terra pelo repouso? Competia ao laboratório decifrar o segredo. Só agora o faz.

As teorias clássicas vindas de Liebig até nós, endurecidas em dogmas de ciência oficial, deixavam inexplicadas muitas particularidades atinentes à nutrição dos vegetais.

Uma terra dosada com rigor de todos os elementos químicos que a análise demonstra entrar na composição de uma planta, não a nutria a contento. Algo de imponderável escapava à balança. O microscópio o desvendou. E o estudo da nutrição vegetal envereda por diretrizes novas, já prenunciadas como fecundíssimas em conseqüências de bom auspício.

As maiores revoluções da humanidade não são obra das chacinas tremendas que romanceiam de páginas vermelhas a História, mas duma aparentemente ingênua descoberta científica, operada as mais das vezes pelo acaso, no remanso de um gabinete humilde de humilde sábio.

O caso presente prefigura-se-nos tal. Quando no Collegio Real de Apperley Bridge, na Inglaterra, o professor de botânica Bottomley (nome bem fadado, “bottom”, base, fundamento; “ley”, lixívia...) descobriu o “pseudonono radicolica”, nome da bactéria captadora do nitrogênio, é de crer tenha dado forte guinada no leme norteando a humanidade para rotas nunca sonhadas por nenhum utopista.

A agricultura, quando não mais dispõe de terras virgens, se vê a braços com a contingência de restituir ao solo, pela adubação, o que lhe foi retirado pela colheita. É o caso europeu. A terra cansada por um cultivo de séculos restaura-se a custo do nitrato de soda peruano e dos depósitos de guano do Chile. Tais jazidas por abundantes que sejam vêm aproximar-se o esgotamento. Na previsão disto William Crookes deu um brado de alama: o esgotamento do nitrato será a fome no globo, se a ciência não deparar ao homem uma fonte nova de azoto barato.

É o que parece ter feito Bottomley. Para felicidade do mundo, enquanto metade dos sábios escavaca a mioleira no encaço de picratos terribilíssimos, no apuro da arte de bem matar, outra metade devassa os arcanos da natureza no afã de aprimorar a arte de melhor viver.

Bottomley fecha um ciclo de investigação iniciado pelo professor Thompson, que conseguiu captar por meio da corrente elétrica o azoto do ar atmosférico. Nem sempre as soluções científicas são-no também comerciais. A de Thompson, por onerosa, ficou nos domínios do laboratório. A solução de Bottomley parece solver o caso às mil maravilhas.

Em vez de adubar o solo, processo lento, pesado e caro, basta inocular a semente com o vírus da fertilidade. Caída na terra a semente contaminada pela bactéria nitrogênica, breve germina em meio dum cultura microbiana de vulto crescente, promotora dum assimilação do azoto em quantidade propícia à plena exuberância da planta.

Não está desvendado o mecanismo desta assimilação; há opiniões. É uma força catalítica para uns, uma digestão do gás para outros. Pouco importa. O que nos aproveita é conhecer o meio de reter o azoto por um processo biológico barato, e isso parece resolvido com as experiências do professor inglês. Já a repartição de Agricultura dos Estados Unidos distribuiu milhares de quilos de sementes inoculadas e diz-se que os resultados excederam à expectativa, apresentando as plantas esse viço enaltecido pelo sr. Teixeira de Freitas, na seção livre das folhas, sob o riso de incredulidade do sr. Cardoso de Almeida que, pelos modos, ainda está em Liebig.

A adubação verde, pelo enterramento de leguminosas, cujas raízes são o habitáculo natural do microorganismo, era uma apalpadela às cegas, que agora se aclara.

São intuitivas as vantagens decorrentes da descoberta inglesa. Pela supressão do adubo caro, supressão do transporte, da tarefa da adubagem e de outros óbices encarecedores da produção, esta se incrementará com enorme margem de lucros.

Para nós o seu valor é imenso. As condições do país não permitem a lavoura mecânica nem a adubação química à européia. Quem moureja na lavoura conhece os obstáculos tremendos opostos à chamada agricultura racional. Os inspetores agrícolas e mais poetas pululantes no viveiro das secretarias e Ministério da Agricultura esbofam-se na guerra santa contra a rotina, para a implantação definitiva do “sistema racional”. Rotina quer dizer o conjunto de noções hauridas de uma longa série de experiências praticadas no país e transmitidas de pais a filhos. “Cultura racional” quer dizer imitação servil do que o estrangeiro faz. Quem adota as regras da primeira sempre salva seu lucrozinho e vai indo para a frente. Os que se metem pela segunda, levados pelo canto das sereias ministeriais, acabam fatalmente auscultando o cano de um revólver.

Há umas tantas coisas sobre que a Praia Vermelha nunca lançou o seu olho onividente de Ceres burocrática. Há o cepo inimigo da relha do arado, há o morro inimigo do trator do arado, há o pessoal agrícola inimigo da rabiça do arado. Há ainda a especulação comercial inimiga do preço baixo do arado. O labrador, apesar do berreiro do Kalisyndicat e dos momos de escárnio dos poetas agrícolas unânimes em lhe escorchar o toitiço com a pecha de ignorantes, sobre a história do adubo, sabe-lhe o preço fantástico, sabe-lhe a desnaturação a que o sujeita o industrial sem escrúpulos. Conhece a fundo a Praia Vermelha, reconhece-lhe o direito de se esvair em conselhos, boletins, revistas, etc., mas zela pelo dever correlato de os não seguir, o de abrir um furo ao canto esquerdo das publicações, atar um barbante, e pendura-los em certo gancho.

Conhece o crédito agrícola: banquinhos com dinheirinhos a 12 por cento e uma quebra fraudulenta a meio do ano.

Conhece a parola governamental das mensagens, plataformas, programas, a farragem dos chavões gramofonados pelas bocas de H., de U., ou de A. no fundo dos quais se alapa quase sempre uma taxa nova, uma sobretaxa, uma subtaxa, um adicional, um sobre-adicional. E ao lavrador fica-lhe no cérebro a noção de que o governo federal é um tubarão denteado de impostos de consumo com falas de sereia, e o estadual uma piranha sobre-sub-destro-sinistro-taxante. O produto do seu trabalho vai nas unhas dos esqualos fiscais. Sobra um pouco. A municipalidade percebe-o e mexe-se. Chega a ser cômico! O resto de sangue deixado nas veias pelas sanguessugas de alto bordo atíça o apetite das camarazinhas e lá vem elas com os seus impostozinhos de percevejo, taxinhas sobre o cafeeiro, aferiçõezinhas de carros, e mais mordidelas de pulga magra.

Ora, com tantos sócios forçados, tanto morro, tanto toco, tanta formiga, curuquerês, vaquinhas, ratazanas, e mais mimos tropicais, não sobra margem de lucros possibilitadores da inicialmente cara “agricultura racional”.

Por essas razões os três cereais que o país produz em grande, feijão, milho e arroz, são extraídos da terra pelos velhos processos herdados dos avós. Em pequena escala, nas várzeas desembaraçadas, o arado entrou – não por virtude do sermonário ministerial, mas porque um certo número de circunstancias favoráveis (o imposto protecionista e as vantagens naturais do terreno) o indicaram como redutos de despesas.

Vai a lavoura revezando suas terras, remoçando-as pelo pousio, e quando de toda gastas, saltando para adiante, rumo do sertão. Ora, tudo se acaba. Há já enormes zonas dessoradas onde só medra a barba de bode. O nosso problema alimentício não preocupará tão cedo as gerações

porvindouras. Somos 25 milhões de bocas sobre 8 milhões de quilômetros quadrados. Há colossais reservas virgens de húmus a explorar. Mesmo assim terão um término e a situação será penosa porque já o é. Diga-o o operário que compra arroz a 800 réis o litro. Eis porque a descoberta do professor Bottomley assume para nós uma importância de vulto.

Permitir-nos-á saltar por sobre o estádio europeu da adubação química para cair na fase nova em que (parece... é mister falar com cautelas) vai entrar a agricultura mundial.

Apesar de tudo isto, enquanto nos Estados Unidos já se distribuem sementes inoculadas, a linguagem oficial da Praia Vermelha é o mesmo cantochão aberimbaúdo de sempre.

Abra quem quiser as mais recentes publicações. E lerá: cultura da abóbora – ara-se a terra com um arado de disco número tal, destorroa-se com o destorroador tal, gradeia-se com a grade tal; depois aduba-se com tantas toneladas de fosfato de cal, tantas de potassa e mais uns quilos de ouro em pó; planta-se então com a plantadeira tal, colhe-se com o colhedor tal, puxa-se num auto-caminhão de tal marca, e etc.

Este etetera quer dizer o seguinte: entrega-se a fazenda aos credores e vai-se cavar um empreginho de inspetor sanitário.

É uma beleza “fazer agricultura” em papel almaço, na calma duma repartição pública, com 700\$000 por mês e a “Encyclopedie Agricole”, de “Baillié et fils” à mão para consultas. Felizmente o país é analfabeto e há o ganchinho...

Agora uma pergunta: a descoberta de Bottomley não será a mesma “lei encantadora de inefáveis doçuras” que o ser. T. de Freitas conta em prosa cariciosa com mimos até aqui só empregados no verso para descantes à mulher amada?

Monteiro Lobato

O Estado de S. Paulo – 16/01/1916

Pensionamento de artistas

O sistema adotado pelo governo paulista para aproveitamento das vocações artísticas abrolhadas por estes abençoadas territórios clama revisão urgente.

Cifra-se, sem variantes, no seguinte. O candidato expõe numa casa de molduras do triângulo os primeiros vagidos do seu pincel tatibitate; os jornais, a pedido dos pais e amigos, amimam de louvores benevolentes o gênio de buço; e vai requerimento ao Estado solicitando pensão.

O governo, composto de homens sérios e sisudos, a cuja gravidade solene não fica bem entender de outras artes que não as políticas, delega num dos seus membros poderes discricionários para apalpar a bossa do postulante, auscultar-lhe as palpitações artísticas e decidir se merece ou não o estágio europeu.

Escusa mencionar que, atrás deste exame, mais que o simples mérito do suplicante, pesam na balança da Temis estética um certo número de razões de Estado. Como escusa dizer o que são razões de Estado... no Estado de S. Paulo.

O governo, ciente do julgamento não n'ó discute. Cumpre-o qual sentença promanada da boca da própria Minerva. E o menino salta de júbilo ao ver-se transplantado de Avaré, Taquaritinga ou Bananal a Paris ou Roma, com 500 francos mensais durante cinco anos, podendo dispor to tempo como lhe bacoreje a veneta – em patuscadas ou em estudos.

O primeiro inconveniente sério está na pouca idade do pensionado.

Já superiormente o disse Joaquim Nabuco: a mocidade é a surpresa da vida. Todo adolescente é um deslumbrado. Calculem-se agora os efeitos desta surpresa numa criança arrancada sem transições ao borralho, à terra natal, à língua, e despejada sozinha no pandemônio de um grande centro europeu. Deslumbra-se. Empolga-o quanto é “plaquet” polido, lantejoula, missanga dourada, farfalhice, “maillehort”, “pingo d’água”, fosforescência da podriqueira européia. Envenena-o quanto absinto letal é “dernier cri” nas babilônias.

Metem-se a “gozar a vida”. Gozar a vida quer dizer dar cabo da saúde por meio da mulherinha, escavar o moral na boemia alcoólica dos cafés, e liquefazer as lentas aquisições hereditárias do caráter pelo convívio em meios cosmopolitas derrancados onde o “je m'em fichismo” é a suprema elegância filosófica.

Ninguém ali para precaver a sua inexperiência contra os enganos da vida; nenhuma fiscalização de estudos por parte do pensionador.

O governo só lhe pede, a espaços, umas periódicas academias – feitas ou não por eles, mas por eles assinadas.

Basta ao governo esta irrisória documentação de autenticidade. Findos os cinco anos retira-lhe a teta e fica todo ancho, o governo, na certeza de que brindou o país com mais um grande artista.

Será assim?

Relanceando a vista pela feira dos pensionados ressalta o contraproducente do método oficial.

Ao invés de criar um artista, cria o governo, na generalidade, com o dispêndio de 20 contos, por cabeça, uma galeria de inválidos morais. Ou boêmios de rua, malbaratados de tempo e saúde durante o pensionamento, e, após, náufragos roídos de mazelas a bracejar pelo resto da vida no vortilhão europeu. Ou artistas medíocres, porque brasileiros de carne, ficaram europeus de espírito. Ou sorumbáticos incompreendidos de torna-viagem, prenhes de boas intenções, mas desossados pelo desânimo, a lamuriar eternamente, como as mais adiantas concepções sociológicas, as idéias e a linguagem dos personagens elegantes de Eça de Queirós, nos “Maias”.

O país é uma choldra, falam em se naturalizar cafres, pedem invasão estrangeira que arrase, que derranque, porque está tudo podre, a esfarelar de velhice precoce.

Bem poucas exceções bóiam à flor da regra geral. A espaços surge um Wasth Rodrigues sopesando copiosa ruma de estudos, denunciadores de uma operosidade assombrosa a serviço de um talento da melhor água.

Vê-se-lhe da exposição e do muito que não expôs, que é materialmente impossível produzir mais e progredir a passadas mais firmes

É um que trabalhou por si e por uma dúzia de colegas desperdiçados num ócio sem dignidade por cafés onde bebericam absinto e alcouces onde praticam a “jardinagem perfumada” do xeique Nefzani.

Por mal seu o nosso público dinheiroso compra quadros unicamente por injunções do esnobismo, raro pela influência espontânea de um nativo senso estético. Adquire-os por virtude do nome bem colocado que se exhibe a vermelhão num canto, embora o gatafunho célebre assine, às vezes, em tamanco.

Já vimos um figurão, de nome entre amadores, tomar de sobre a coluna uma estatueta de bronze, revira-la de pernas para o ar, apontar com o beíço a assinatura – Charpentier, Ménusier ou Maçon – e exclamar entre babos de puro gozo apolíneo:

— Hein? que beleza, não? Mil francos e foi de graça.

A crítica, à sua conta, tem graves culpas no cartório. Entra-se de medo pânico quando lhe compete analisar a obra dum novo sem nome; fica-se medrosa em generalidades vagas, de um encomiástico frouxo, aplicáveis indistintamente a A. ou B. ou C.

Só tira da gaveta as bem adjetivadas análises d'arte com citações de Taine, quando recebe senha da crítica européia. Esta é a verdade, nus como quando saiu do poço.

O caso de Wash Rodrigues é típico. Sua exposição foi recebida com parcimoniosa economia de juízos críticos; o público, na dúvida, incapaz de avaliar por si, vacila. E, no entanto, se não definem para Wash todos os louvores de uma e todos os favores de outro, para quem se reservam tais mimos?

Este brilhante caso que é Wash Rodrigues, como exceção que é, não salva da condenação o sistema paulista de fomento à arte. Confessam-lhe os defeitos os próprios pensionistas. O mais distinto dentre eles diz em carta: "... o governo de S. Paulo devia conservar seus pensionistas no Rio por dois anos e então sob a fiscalização do governo e mais economicamente ver-se-ia se ele era merecedor dos cinco anos na Europa, para "aperfeiçoar" os estudos. E não enviar a Paris o indivíduo que promete "mais ou menos", sem fiscalização nenhuma, abandonando-o por lá, como se faz. O pensionista estuda ou não estuda... à vontade, ninguém lhe sabe da vida; de vez em quando manda umas academias, e quando volta ao país traz uma coleção de paisagenzinhas e cabeças de bretão, coisas vendáveis. Que fez por lá? É então que se percebe o erro."

Esta modificação aventada inda encerra um defeito grave. Fala em fiscalização oficial durante o estágio no Rio. Ora, fiscalização, a não ser nos casos onde há multa repartível entre o governo e o fiscal, é uma das muitas pilherias da nossa patusca República. Evitando o escolho, o geniozinho em ovo seria matriculado na Escola de Belas Artes, do Rio, onde completaria o curso. Depois, conforme as aptidões demonstradas, a juízo dos seus professores, receberia ou não como prêmio uma estadia no velho mundo a título de aperfeiçoamento de estudos. Compreende-se que tenha competência para ajuizar do mérito do postulante o grupo de mestres, profissionais, que lhe guiou os primeiros passos e o teve durante todo o curso sob vistas.

Tais juizes merecem acato. Suas sentenças têm sempre um pouquinho mais de valor do que as emanadas de um paredro incapaz de manejar uma brocha.

Em cinco anos sobeja tempo para aquilatar dos méritos do candidato, conhecer-lhe a estofa e vaticinar sem o concurso de Múcio Teixeira se dá um pinta monos ou um Wash Rodrigues.

Estará mais homem, menos embelecável pela mulherinha, já sovado pela vida de capital, com as idéias consolidadas, o caráter em via de cristalização definitiva. A sereia de Paris não o estonteará com três olhadelas sábias de Mimi Pinson.

Isto é o sensato, é o que toda a gente pensa. Mas vá alguém dizê-lo ao governo! Ele sorri, por intermédio dos escarminhos músculos faciais do paredro, e continua a esfrangalhar vocações, uma por uma, a peso de ouro, vinte contos por cabeça.

E a gente é rir-se também, pois havia de chorar?

Monteiro Lobato

O Estado de S. Paulo – 29/02/1916

Cidades mortas

A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outr'ora, hoje mortas, ou em via disso, tolhidas de insanável caquexia, uma verdade que é um desconsolo, ressurreto do montão de ruínas: o progresso entre nós é nômade, e sujeito a paralisias súbitas.

Radica-se mal, sem emitir peão.

Conjuga-se a um grupo de fatores, sempre os mesmos, reflui com eles de uma região para outra. É um progresso de cigano – vive acampado.

Emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas.

Um dos fatores que o arrastam consigo é a uberdade nativa do solo.

Mal este cansa, pela reiterada sucção de uma seiva não recomposta, como no velho mundo, pelo adubo, o desenvolvimento da zona esmorece, foge o capital e com ele os homens fortes, aptos para o trabalho. E lentamente a tapera cai nas almas e nas coisas.

A nossa gente não vingará prosperar senão onde uma vitalidade prodigiosa poreja do húmus negro da terra virgem como o fumegar quente de uma rês carneada de fresco.

Em sendo mister lutar contra a avareza crescente do solo, refazer-lhe a fertilidade anemiada, criar fontes novas de riqueza, diversas das costumeiras, o homem fraqueja, coça a cabeça, e, se forte, emigra, se fraco, tomba em modorra para logo atolar na miséria.

Em nosso Estado exemplo perfeito há disso na depressão profunda que aperreia o muito bom leste chamado norte.

Um grupo de cidades moribundas arrasta um viver decrépito, gasto em chorar na mesquinhez atual as saudosas grandezas de outrora.

Pelas ruas ermas, onde o transeunte é raro, não matracoleja sequer uma carroça; de há muito em matéria de rodas se voltou ao rodízio maciço desse rechinante símbolo do ronceirismo colonial, o carro de boi. Erguem-se nelas soberbos casarões apalaçados, de um e dois andares, sólidos como mosteiros, tudo pedra, cal e cabiúna, figurando desconformes ossaturas de megatérios, de onde as carnes, o sangue, a vida se hão desertado.

Vivem dentro, mesquinhamente, vergôntes estioladas de famílias fidalgas, de boa prosápia entroncada na nobiliarquia lusitana. Pelos salões vazios, cujos frisos dourados se recobrem de pátina, e cujo estuque, lagarteado de fendas, esboroa a força de goteiras, erra o bafio da morte. Há nas paredes velhos quadros, “crayons”, moldurando efígies de capitães-mores de barba em colar; há candelabros de dezoito velas, esverdecidos de azinhavre; mas nem se acendem as velas, nem se guardam mais os nomes dos enquadrados.

E por tudo se agruma o bolor rancido da velhice. São palácios mortos, da cidade morta.

Avultam em número casas sem janelas, só portas, três e quatro: antigos armazéns de comércio, fechados, que o comércio desertou também.

Numa praça vazia, vestígios vagos de um edifício de vulto. Que é? O antigo teatro... um teatro onde já ressoou a voz do Tamagno, da Rosina Stoltz, da Candiani...

Não há na cidade morta nem pedreiros nem carapinas; fizeram-se estes remendões, aqueles meros demolidores, tanto vai da última construção. A tarefa se lhes resume esperar muros que deitem ventres, escorar paredes rachadas, remenda-las mal e mal. Um dia metem abaixo as telhas: sempre vale trinta mil réis o milheiro – e fica à inclemência do tempo o encargo de aluir o casarão.

Os ricos são dois ou três Eusébios Macários aposentados, com cem apólices a render no Rio; e os sinecuristas apenduricalhados ao orçamento.

O resto é a “mob”; velhos negros de miserável descendência roída de preguiça e álcool; famílias decaídas, a viver misteriosamente umas, outras à custa de parco auxílio enviado de fora por um filho mais audacioso que emigrou; mestiços “ataráxicos”, “boa gente” que vivem de aparas.

Da geração nova os rapazes emigram cedo, aos 16 anos; a prole feminina fica, fincada de cotovelos à janela, negaceando um marido, que é um mito, numa terra donde os casadouros fogem.

Pescam às vezes as mais jeitosas, um promotor, um delegado – e é o caso um acontecimento histórico e criador de lendas.

Toda a ligação com o mundo se resume no cordão umbilical do correio – magro estafeta bifurcado em ponteagudas éguas pisadas, em eterno ir e vir com duas malas postais na garupa, murchas como figos secos.

Até o ar é próprio; não vibram nele sereias de auto, nem cornetas de bicicletas, nem campainhas de carroça, nem pregoes de italianos, nem tem-tens de sorveteiros, nem plá-plás de bufarinheiro turco. Só o estremecem os velhos sons coloniais, o sino, o chilreio das andorinhas que moram na igreja, o rechino dos carros de boi, o cincerro de tropas raras, o taralhar das baitacas que em bando rumoroso cruzam e recruzam a cidade, bem alto.

Terá poesia – mas os anos são de prosa, hoje em dia.

Isso nas cidades. Nos campos não é menor a desolação. Léguas a fio se sucedem de morraria áspera, onde reina soberana a saúva e seus aliados o sapé e a samambaia. Por ela passou o café, como um Atila. Toda a seiva foi sugada, e sob forma de grão ensacada, e expedida para fora; mas do ouro recebido em troca nem uma oitava permaneceu ali empregada em restaurar o torrão. Transfiltrou-se para o Oeste na avidez de novos assaltos à virgindade da terra: parte se transfez nos palacetes em ruína; muito dele reentrou na circulação européia, por mãos dos filhos-famílias dissipadores.

À mão fecunda que o produziu nada coube; por isso, ressentida, vingá-se agora, enclausurando-se numa esterilidade feroz.

E o deserto reganha as posições perdidas...

Raro é o casebre de palha que fumeja, e entremostra em redor a rocinha de mandioca, o quartel de cana. Na maioria, os raros existentes, descolmados pelas ventanias, esburaquentos, afestoam-se do melão de S. Caetano – a hera rústica das nossas ruínas.

As fazendas são conventos, de soberbo aspecto vistas de longe, entristecedoras quando se lhes chega ao pé. Rodeiam a morada senhorial extensas senzalas vazias, terreiros de pedra com viçosas guaxumas nos interstícios. O dono está ausente. Mora no Rio, no Oeste. Os cafezais, extintos. Os agregados, dispersos. Subsiste, como lagartixa na pedra, um pugilo de caboclos amarelos, bebéricos, de esclerótica biliosa, inermes, incapazes de fecundar a terra, incapazes abandonar a querência, verdadeiros vegetais de carne, que não florescem, nem frutificam: fauna cadavérica de última fase, roem os derradeiros capões de café escondidos nas grotas.

— Aqui foi o Breves; colhia oitenta mil arrobas...

A gente olha assombrada na direção que aponta o dedo cicerone: nada mais! A mesma morraria nua, a mesma saúva, o mesmo sapé de sempre; de banda a banda o deserto, o tremendo deserto, por onde Atila passou.

Outras vezes o viajante lobriga ao longe, marginal à estrada, uma ave branca pousada no topo dum espeque.

Aproxima-se lentamente, ao chouto rítmico do cavalo; a ave estranha não dá sinais de vida, permanece imóvel.

Chega-se ainda mais, franze a testa, apura a vista: não é ave, é um objeto de louça... O progresso cigano, quando um dia levantou acampamento dali, rumo do Oeste, esqueceu de levar consigo aquele isolador de fios telefônicos...

E ele, imóvel, lá ficará, atestando mudamente uma grandeza morta, até que decorram os muitos decênios necessários para que o relento consuma o rijo poste de “candeia”, ao qual amarraram um dia, no tempo feliz em que Ribeirão Preto era lá...

Monteiro Lobato.

O Estado de S. Paulo – 29/11/1916

Os subprodutos do café

Uma safra de dez milhões de sacas representa o acúmulo nos despejadores das máquinas de 40 milhões de arrobas de palha. Desta colossal massa de detritos parte volta aos cafezais como adubo, parte é queimada nas fornalhas e o resto se perde. Se um processo químico e ao mesmo tempo industrial permitisse retirar dela uns tantos subprodutos de valor mercantil, São Paulo enriquecer-se-ia em dobrado. É isso possível? É.

Nosso Estado há vinte anos hospeda em sua “urbs” um químico notabilíssimo, homem de outras eras e de incompreensível feição moral nesta idade áurea do auto-reclamo. Este homem teima em velar com os espessos véus da modéstia o alto valor que lhe dá um labor ininterrompido de 40 anos de laboratório posto a serviço duma inteligência de finíssimos quilates. Inútil dar nome ao retrato. Quem senão Pedro Baptista de Andrade cabe nesta moldura?

Este químico, a todas as luzes merecedor de admiração e louvor, após um trabalho aturado, feito à custa própria, sem o móvel de nenhum interesse pecuniário, através de um sem número d’óbices só compreensíveis dado o acanhamento mental do nosso meio, acaba de expor no Laboratório Químico do Estado o resultado dos seus esforços e, com ele, a solução do problema do aproveitamento dos subprodutos do café. Em breves palavras se enunciam os fatos: de 20 quilos de palha, ele extrai por meio de processo simplíssimo e ao alcance de qualquer fazendeiro, nada menos de um litro de álcool, 120 gramas de manita e 12 gramas de cafeína. Demonstra assim a possibilidade de retirar da palha resultante da safra média prefigurada acima, trinta milhões de litros de álcool, 360 mil quilos de manita, e trinta e seis mil quilos de cafeína.

Apreçando tais produtos pelo valor atual (600 réis o litro de álcool, 40.000 réis o quilo de manita, e 500 réis a g. de cafeína) resulta que o aproveitamento das riquezas acumuladas na palha da safra pressuposta se cota pela soma respeitável de 212.400 contos!

Do álcool escusa falar. Seu multiforme emprego na indústria é bastante conhecido, e só se alargará, senhoreando o campo da iluminação e o de combustível para motores de explosão, com o barateamento conseqüente à exploração da nova fonte.

A manita, além do emprego que lhe assegura a medicina, como purgativo adequado às crianças e pessoas débeis, é matéria preciosa para a nitratação, pela qual dá um explosivo, a nitromanita, superior em eficiência à dinamite e equiparável ao fulminato de mercúrio.

Num planeta e num século em que a arte de bem matar o seu semelhante, e estraçoar cidade, fortes e trincheiras é a suprema preocupação das almas bem formadas, a manita, pela

propriedade destrutora que lhe dá a aliança com os nitratos, é um produto precioso de crescente valor comercial.

A cafeína, esta prolonga a vida e tem mercado vasto como o que suprime a vida (entenda-se esta humanidade!). Com o extrairmo-la da palha teríamos nas mãos o monopólio dela, em detrimento da Alemanha, que no-la vende, e ao mundo, depois de capta-la ao guano do Peru.

Dessorada a palha desta trindade de subprodutos, o resíduo constituirá adubom muito superior à palha bruta, pela fragmentação granulosa a que fica reduzido, espécie de farinha grossa, de aparência terrosa, suscetível de perfeita mixtão com a terra onde rapidamente, por influxo das águas, largará os sais retidos. Nenhum dos seus elementos fertilizantes sofre diminuição, ou usura, ou alotrofia durante o processo destilatório, a modo de em nada alterar os empregos atuais que a ela dão os fazendeiros, retorno à terá ou fornalha.

Eis, na sucinta desnudez dos dados positivos, os resultados que o laborioso sábio alcançou. É, como se vê, um rasgar perspectivas novas, amplíssimas, à riqueza cafeeira.

A idade moderna se chamará um dia a idade da química, tanto a ciência das agremiações moleculares imprime nela, e cada vez mais, os vincos da sua influência. Tudo se faz pela química. Tudo ela resolve. Penetrando no âmago da matéria desfá-la nos seus íntimos componentes, e, senhora destes em liberdade atômica, pela síntese a recompõe em formas novas, ao sabor das proteiformes exigências da civilização. Valem os povos pelo valor da sua química. Todo o esplendor da Alemanha, sua força maravilhosa na agressão, e não menos de espantar na defesa, tem na química o segredo.

Pela química venceu na luta comercial, e pela química jamais será vencida, em que pese a Havas. Um povo que na sabe química é um povo antecipadamente subjugado nesta perene batalha do Somme que é a concorrência industrial moderna, - tremenda batalha pacífica de resultados mais extensos que as fulgurantes Marengos e as formidáveis Tannenbergs. Esse primado da química revelou-o ao mundo a guerra. Na surpresa do arranque germânico Inglaterra e França vislumbraram de golpe a falha do arnez que os inferiorizava nas lutas da paz como nas mais persuasivas da guerra.

E lançaram-se, sôfregas, ao laboratório, como ao antro mágico onde se organizam, na equação e nas formulas, todas as vitórias. Vencerão se conseguirem dotar-se de aparelhagem química superior à da rival. Em caso negativo suas vitórias serão vitórias pírricas, ganhos

aparentes, domínio de momento, que se esvairão em nevoa quando, volvida a paz, cessar o trom dos obuzeiros para recomeçar a guerra sem pólvora em que os laboratórios é que bombardeiam.

Nós, em matéria de tanta relevância não vamos de pernas. De química temos, e apuradíssima, só a eleitoral: a arte manhosa de transmutar valores. Desaparelhados de institutos onde se forjem as armas dos pioneiros da vitória, os químicos, temo-los cá escassos e de importação na dúzia necessária ao andamento duma dúzia de fábricas. Nem o povo alcançou ainda nem os governos compreenderam o valor e a necessidade vital deste aparelhamento básico à crepitante vida moderna.

Exemplo dorido de semelhante descaso dá-no-lo, flagrante, o caso de Pedro Baptista de Andrade, o homem desconhecido e incompreendido, que encaneceu sobre as retortas, ao bafio acre de ácidos, acumulando trabalhos capazes de enriquecer um país menos amigo de narcizar-se a um falso espelho que transmuta seus andrajos em púrpura. Do copioso acervo de análises a que submeteu os produtos da nossa flora, e de que diremos em artigo subsequente, basta para lhe realçar a valia este jorro de luz que nos permite transfazer numa caudal afluyente ao Pactolo do café, os monturos mal cheirosos de 40 milhões de arrobas de palha inútil.

Só o álcool a extratar dali seria fator relevantíssimo no engrossar o ativo econômico do país, além dum sem número de benefícios indiretos, como a substituição da caríssima gasolina importada por um sucedâneo de produção interna, e a introdução do álcool como produtor de luz.

Sobe de ponto o valor dos seus estudos se atentarmos que o processo de Pedro Baptista é sobretudo industrial, prático em extremo e a todos acessível. Tão maneiro é que está ao alcance de qualquer sitiante acrescer a sua máquina de café de um apêndice onde com pouco trabalho e escasso dispêndio avultar de um terço, se não dobrar, a renda líquida dos seus cafeeiros. Além deste aproveitamento da palha cresce o das escolhas más, resíduos ínfimos das catadeiras e ventiladores. Tais escórias ao invés de penetrarem no mercado como elemento falsificador do café, surgirão transformadas com lucro maior para o produtor, e como solução ao problema dos cafés baixos.

Pesa-nos dizer que os estudos de Pedro Baptista, valiosos como obra de ciência pura, e valiosíssimos pelas conseqüências econômicas deles resultantes, jazem ao leu, desconhecidos fora d'um círculo restrito de amigos. Raros visitantes ousam levar seus passos até a mansão pacífica onde o venerando químico moureja para o engrandecimento de um país desagradecido e

desses raros abencerragens poucos terão ante aqueles frascos e garrafas a visão do mundo novo que no bojo elas encerram.

Meros curiosos uns, espectadores ocasionais outros, todos esquecem a soleira do laboratório a lição fecunda do mestre. Deixam ao sábio palavras vagas de incitamento, oh! oh! admirativos, e se vão para o triangulo comentar boletins de guerra antigermânicos com alta exibição de tática aliadófila. Depois, um chope, uma coalhada – e esquecida está para sempre a lição entrevista.

Será sempre assim? Continuará assim? Estará S. Paulo tão rico que menospreze um redobro de riquezas? Continuaremos a importar álcool caríssimo, e manita, e caféina quando temos em casa para abarrotar o mundo?

Do bom senso, ou melhor do instinto de conservação ou dessa “vontade de poder” de que fala Nietzsche, ousamos esperar que não. A imprensa falou, a grande bisbilhoteira transpõe os umbrais do laboratório modesto, ergue a ponta do véu sob que se oculta o homem e aponta ao público a obra esplendida executada na penumbra sem reclamos, sem gabolice, sem escândalo e sem orgulho por um sábio que o é integral, na acepção mais larga do termo. Não se oculta por toda a vida a luz sob o meio alqueire.

Monteiro Lobato

O aproveitamento integral da laranja

Na série de estudos químico-industriais devidos à alta competência de Pedro Baptista de Andrade, após os relativos aos sub-produtos do café ocupam lugar preeminente quanto ao alcance econômico, os trabalhos referentes à laranja.

Esta fruta é a mais generoso dádiva com que nos enriqueceu Pomona. Se o país inda não percebeu isso, culpa não cabe à deusa, nem à fruta. Já o norte-americano levou-a daqui para constituir na Califórnia o paraíso da laranja. Nós...

Nenhuma fruta vai melhor com o nosso irregularíssimo fâcies metereológico. De sul a norte, na boa e na má terra, na quente e na fria, - variando, embora, em qualidade, consoante a riqueza do solo – em todas as zonas ela prospera, e em nenhuma vegeta improdutiva. Zomba das secas como zomba da geada. Quatro inimigos mortais – dão-se mãos para esmagá-la – a formiga, a erva de passarinho, a broca e a incúria do homem.

Bloqueada por essa quádrupla “entente” ela reagi de mim maneiras, e operando maravilha de adaptação à moda alemã, vinga subsistir. Nas taperas antigas onde é já tudo morto de quanto o homem plantou ou construiu, só as velhas laranjeiras sobrevivem, ocultas na maranha retrançada da “erva”. E à sombra do docel maldito da parasita tentacular, que lhe rouba a seiva e intercepta o sol, ela ocultamente frutifica e redobra de sementes na ânsia de perpetuas a especie. Como vence pela adaptação a “erva”, pela paciência vence a formiga, explodindo em rebentos novos a cada tosa, e vence pela tenacidade a broca, emitindo da base ou das grossa raízes vergôntes destinadas a substituir o velho tronco minado pelo carcoma. Se neste estado de miséria vital o homem intervém e a liberta do bloqueio, com que esplendor revija a mais sovada laranjeira! Em virtude de tão preciosas qualidades a laranja é a nossa grande fruta nacional. Já o comércio dela é grande, e avulta dia a dia, favorecido pelas suas qualidades comerciais – resistência ao apodrecimento e uma frutificação, que se estende por todos os meses do ano. Não se curou ainda, entretanto, do que mais importa: o aproveitamento integral da laranja pelo desdobro dos seus elementos componentes, fato este que, realizado, incrementará prodigiosamente a cultura da preciosa fruta.

Os estudos de Pedro Baptista abrem as portas a esse país novo. Ensina-nos ele a exploração industrial da laranja começando na casca e terminando na semente.

É assim que da casca ele extrai uma essência de aplicação na perfumaria, e na medicina que tira partido das suas propriedades revulsivas. Do epicarpo obtém um pó de ignição e propriedades defumatórias semelhantes às do pó da Pérsia. O pericarpo dá-lhe uma farinha branca, lembrando pelo aspecto a de mandioca, e adequada a vários fins culinários. Pela vinificação capta-lhe do suco vários tipos soberbos de vinho. A semente deixa-lhe por compressão um óleo tônico para o cabelo. E o bagaço, após largar abundante mucilagem do tipo da goma arábica, produz uma pasta aglomerante de resíduos e enrijável à consistência do couro estorricado. Se acrescentarmos a estes produtos um fermento igual ao da cerveja, proveniente dos resíduos da vinificação, teremos uma série de oito produtos comerciais – que dizer teremos resolvido o problema do aproveitamento integral da laranja.

Para bem alcançarmos o valor dessa solução é mister determo-nos um momento no caso do vinho nacional. Porque motivo estando a videira aclimada no país há tanto tempo, e apesar dos estudos completos sobre a viticultura do dr. Luiz Barretto não conseguimos até agora produzir o bom vinho? Porque a videira capaz de bom vinho é quase planta de estufa, e daí o resultar dela um vinho caro, de luxo, inacessível ao povo, e que em nada modifica o problema. Porque o problema é produzir vinho popular, baratíssimo e bom, a fim de por seu influxo arrancarmos o povo das unhas letais da cachaça e fixar melhormente no país o colono oriundo dos países onde o vinho é tão necessário à vida como o pão.

Para o rico o problema não existe: estão lá os vinhedos da Champagne, do Reno e do Douro, a postos para lh'o fornecer na qualidade e quantidade requerida. A nação, todavia, não é essa meia dúzia de ricos que podem diariamente colorir os seus copos com o âmbar de Epernay ou os rubis de Borgonha.

É o pobre, a massa, a “mob”, e essa prefere intoxicar-se com a aguardente de cana a sorver as ignóbeis vinhaças nacionais ao seu alcance, horrendas triagas vermelhas onde o caldo de uva é simplesmente a mucilagem amébrica da Cantareira. Tenham o nome que tiverem, grego ou francês ou brasileiro, tais zurrapas procedem quase todas dos mesmos vinhedos – o “clos” Bom Retiro e quejandos.

Dada, pois, a falência da uva vinificável no Brasil, instiga-nos o bom senso a indagar de um sucedâneo.

Dá-no-lo a laranja como também a jabuticaba. Estas duas frutas estão para nós, em matéria vinícola, como a uva está para o Velho Mundo.

São propriamente a “nossa” uva. No dia em que disso nos compenetrarmos o povo estará liberto da repugnante cachaça e o vinho introduzido definitivamente em nossos hábitos.

Basta saber-se que Pedro Baptista , adquirindo a matéria-prima aos preços do mercado, obtém um vinho perfeito a 300 réis a garrafa. Quer isso dizer que numa exploração intensiva e no caso do produtor da fruta ser o próprio manipulador do vinho, este lhe sairá ao preço fantástico de 100 réis a garrafa!

A criação do vinho laranja será um grande passo na obra sobre todas magna de, pela melhoria do regímen alimentar, soerguer a combalida fibra da nossa pobre raça, cujas eivas congeniais somadas à pobreza da nutrição, traçam um apavorante diagrama de degenerescência.

É assombroso como do português retaco, robustíssimo que brita pedra nas pedreiras do Rio, de sol a sol, o “meio” extrai em duas gerações... um candidato a porteiro de grupo escolar.

O vinho entrará por muito nessa restauração racial. E o vinho só poderá vir duma fruta selvagem como a laranja.

A quantidade prodigiosa de frutos que uma árvore anualmente produz assegura a solução definitiva do problema. Se a par disso pusermos em linha de conta a resistência da árvore, sua rusticidade, os poucos trabalhos culturais exigidos, o prolongado da frutificação a copiosa variedade da espécie que vai numa gama riquíssima de sabores e perfumes da laranja-lima, toda açúcar, à laranja azeda, toda ácido cítrico, torna-se palpável a riqueza que pisamos aos pés sem enxergar.

Não procediam de outro modo, com o ouro, os índios do Eldorado. Veio um dia o aventureiro espanhol e colheu os tesouros desprezados. Ficaremos toda a vida à espera do aventureiro espanhol?

Já o americano audaz roubou-nos o pomo das Hespérides que viça na Bahia e criou com ele, na Califórnia, minas mais ricas que as de ouro nativo.

Dirão os renitentes: mas o vinho de laranja será vinho? Antes da guerra formulavam eles essa mesma pergunta em relação a todos os produtos da indústria nacional. Hoje, pela escassez do produto exótico, a pergunta ainda se faz mas sem o sardonismo primitivo. E a ela Pedro Baptista responde com a concisão daquele fecho que epitáfio célebre: — é! As amostras que o grande químico exhibe e faz degustar aos turrões são de molde a não deixar resquício de dúvida.

O paladar mais torcedor de nariz, as papilas gustativas mais “gognardes”, em contato com o vinho seco – tipo Sauterne, e o doce – tipo Moscatel, que Pedro Baptista obteve, se se não derem por convencidas é que lhes daltonizou a sensibilidade o “clos” – Bom Retiro.

Resumindo: bastaria a possibilidade de extrair da laranja um só produto como o vinho para a termos erigida à categoria de riqueza; entretanto ela nos dá além do vinho, e simultaneamente, mais sete produtos de valor mercantil!

Pouse, quem ler, a atenção por um minuto somente, neste asserto, e compreenderá a altíssima importância dos trabalhos do sábio modesto e generoso, que os torna público para o bem comum, ao invés de colher para si, egoisticamente, os proventos do seu labor. São trilhas abertas em todas as direções, são o sésamo de grandes riquezas latentes. Por mal nosso para o brasileiro vale mais escogitar quem será o futuro detentor do Catete do que refletir um minuto sobre estas questões de químicas e laranjas.

Além do que, isso de sendas novas é um perigo. Não já como manquejar pela estrada mestra, de todos batida: café para a lavoura, fábrica de fósforos para a indústria, empreguinho público para o resto. Não obstante as idéias tem o poder fecundante do pólen; como ele voam nas asas do vento, e num ou noutro raro estame rico de iniciativa hão de cair e hão de germinar. Esperemos na costumeira atitude budista, que algum colono italiano ou alemão seja esse estame precioso donde nos venha a realização industrial do que cientificamente Pedro Baptista de Andrade já realizou.

Monteiro Lobato

A estátua do patriarca

Em fins do século XVII cursava a Academia de Freyberg um brasileiro a quem se reservavam estranhos destinos. Vinha da França, então imprópria aos calmos estudos da ciência em virtude do vendaval revolucionário que a vascolejava.

Companheiro, amigo e discípulo de Lavoisier, de Foucroy, de Chaptal, de Jussieu, trocava Paris pela remansosa Saxônia, porque ali se reuniam em prazo dado os estudiosos de toda a Europa ávidos das lições de Werner, o criador da mineralogia, de Lampadius, de Freisleben, de Kohler, de Lempe e outros luzeiros da época. Chamava-se José Bonifácio de Andrada e Silva, e estudava a expensas do governo português que reconheceria, por sugestão do preclaro duque de Lafões, serem as academias lusas estreitas demais para uma inteligência daquele vulto.

Concluído o curso de Werner, viajou José Bonifácio demoradamente, pela Europa, escabichando com agudeza os segredos da natura. Áustria e Itália vêem suas entranhas perquiridas pela análise arguta do jovem sábio. Já mestre e sempre discípulo, porque é insaciável a sede de saber do sábio verdadeiro, demora-se em Pávia a perscrutar com Volta as leis da força nova que Galvani denunciara. Estuda, depois, a constituição dos montes Eugêneos, em Pádua, e deita por terra as teorias de Spallanzani, Fortis e outros sobre a formação geológica daqueles terrenos.

Vai à Inglaterra onde conversa o eminente Priestley, e em seguida à Escandinávia, onde se aprofunda em investigações mineralógicas de grande alcance. Descobre várias espécies minerais, dá à ciência a “Petalite”, a “Scapolite”, a “Kryolite”, o “Spodumene” e ganha com essas conquistas uma nomeada universal, tão grande que o astrônomo Karl Bruhns, em sua obra monumental sobre Humboldt o coloca entre os companheiros do autor do “Cosmos”, como “mestre da ciência” juntamente com von Buch, Esmark e Del Rio. Bruhns para completar esse quinteto de cimos escolhe dentre inumerável legião de sábios contemporâneos “der portugiese Andrada”. E isso em 1872 depois que a crítica científica moderna reviu e julgou toda a colossal massa de investigações científicas do século.

Prosseguindo os estudos daquele solo classificou pela primeira vez inúmeras variedades minerais desconhecidas da ciência européia. O estudo em primeira mão da “Akantikone”, da

“Coccolite”, da “Sahlite”, da “Wernerite”, da “Apophyllite”, etc., são credenciais suas ao juízo de Bruhns.

Dez anos ou mais durou aquela peregrinação, fecunda de tantas conquistas; entrementes convulsionava o Velho Mundo a aura da revolução.

A França, escabujando na epilepsia da plebe desçaçaimada pelo 89 dançava em torno da guilhotina, à batuta dos Marats e Dantons, a sarabanda macabra de uma democracia nua e violenta. A Europa feudal oscilava pela base aos ventos da idéia nova, e coligava para a resistência todas as forças da tradição caquética.

É quando da Córsega surge o “condottieri” de gênio. Sua manopla de aço planta-se sobre a Revolução, sufoca-a e inicia a organização da nova ordem de coisas. O movimento ultrapassa os âmbitos da França e a cada passeio de Napoleão desabam tronos, ruem monarquias, altera-se o mapa, e surgem dinastias novas. A península ibérica não escapa àquele destino.

Junot e Soult entram em Portugal e assistem à fuga desapoderada de um governo poltrão; rei, corte, ministros, nobreza voltam costas ao invasor e demandam a colônia remota de onde possam, com a trincheira do Atlântico de permeio, declarar calmamente, guerra à França à sobremesa dum banquete.

Para honra de Portugal o heroísmo não emigrou com o rei.

O povo sem governo, sem direção, sem chefes, armou-se em guerrilheiro e investia implacável contra o invasor. José Bonifácio desvenda então a face heróica da sua alma. Comandante duma guerrilha, bate-se encarniçadamente contra o inimigo e em Figueiras como em Nazareth desbarata as facções do marechal Soult.

Não esmorece nunca, luta até vencer e só larga da espada quando vê o solo do velho reino limpo dos assaltantes.

O sábio despe então a veste do guerrilheiro e toma a vara do administrador. Trabalha na obra de restaurar a ordem subvertida pela patuléia que a ebriedade da vitória e a ausência do rei tornaram insolente e cruel. Breve, porém, enoja-se das ingratidões e da miséria ambiente. Era muito nobre e muito puro para suportar aquele meio e tal época. Pensa então na colônia donde saiu menino. Toma-se de nostalgia. Põe na terra natal os olhos saudosos e sonha um grande sonho. Sonha um império novo, uma civilização nova na terra virgem, costumes novos, e um ambiente novo sem o visco constritor da tradição que envenena a vida. São fragmentos desse sonho as palavras suas num memorável discurso pronunciado na Academia de Ciências de

Lisboa: “Consola-me igualmente a lembrança de que, de vossa parte, pagueis a obrigação em que está todo o Portugal com a sua filha emancipada, que precisa pôr casa, repartindo com ela vossas luzes, conselhos e instruções”.

“Que precisa pôr casa!...” Nunca tão pitorescamente se delineou uma revolução, nem com tanto mimo se poetizou a criação duma nacionalidade. O sonho cristaliza-se em ideal, e que ideal! Montar casa própria a uma colônia muito irrequieta, muito rica, muito viçosa para permanecer ajojada à metrópole como humilde criada de servir!

Nesse mesmo discurso aquele grande coração traça toda a súpula dum formoso programa: “E que país esse, senhores, para uma nova civilização e para um novo assento da ciência! Que terra para um grande e vasto império!... Seu assento central quase no meio do globo; defronte e à porta com a África, que deve senhorear, com a Asia à direita, e com a Europa à esquerda, qual outra nação se lhe pode igualar?”

Riquíssima nos três reinos da natureza, com o andar dos tempos nenhum outro país poderá correr parelhas com a nova Lusitânia”.

“Punha depois em paralelo – diz Latino Coelho no seu magnífico elogio – as condições políticas da colônia americana às enraizadas e abusivas instituições da velha Europa. Ali nenhuma influência teocrática poderia empecer ou amesquinhar a civilização. O clero era abastado, porém não opulento e dominador; os claustros, poucos; escassa em número a gente da nobreza e da classe mais poderosa, cujo predomínio e ambição é perigosa à liberdade e ao equilíbrio social.”

Quando um sonho desta amplitude senhorea uma alma ardente como a de José Bonifácio, está a vida do homem com a rota mudada. Morre o sábio para nascer o político. Não mais pode curar do estudo paciente da natureza bruta – matéria morta – quem vê a pátria – matéria viva – escabujar presa ao tronco de feroz escravidão.

O companheiro de Humboldt, o “mestre da ciência”, sai do laboratório para penetrar na História. Deixa Portugal e em terra pátria assume a direção do movimento separatista. Torna-se-lhe a grande alma. As forças vagas, incertas, instáveis, da nacionalidade nascente concentram-se nele no seu expoente natural. José Bonifácio resume em si a pátria, incuba-a no coração e no cérebro, e, com a extraordinária lucidez da sua inteligência, apetrechada em decênios de cultura intensa, organiza o 7 de Setembro. Trabalha na sombra. A sua força é a fé. A sua arma, a sugestão. O seu fito, o grito do Ipiranga.

O seu trabalho é muito intenso para que diante dele se não esboroem todos os óbices; o poder de sugestão muito forte para que se não dobre a ele o príncipe regente; a mira é muito firme para que se não atinja o coração do alvo.

Venceu. A pátria punha casa afinal, e era ele quem ordenava e arquitetava a disposição dos móveis e as normas da vida livre.

José Bonifácio aí culmina. É o Washington do Sul.

Menos feliz, que Washington, entretanto, vê a vida do país tomar um rumo que lhe preluzia errado.

Abre luta contra as correntes radicais, e com os homens maus. Perde a partida. Como o mais nobre de todos e o mais puro, vê-se vencido pelos mais jeitosos – o que está na lógica humana de todos os tempos.

Nessa época não era conhecida a panacéia da adesão, espécie de “cola-tudo” de maravilhosa eficácia. Os grandes homens quebravam mas não aderiam. A mucilagem adesiva nasceu em 89 – o nosso – para que os grandes homens possam afirmar preto hoje e jurar branco amanhã sem um interregno do ostracismo de permeio.

Conheceu então José Bonifácio o exílio, o glorioso exílio de todos os grandes heróis. Fixou-se em França e de lá chorou a pátria moça, menina volutariosa e de pouco juízo, que preferia à experiência e sabedoria do seu organizador os rapapés lisonjeiros dos vivedores mal intencionados.

Não foi longo o exílio – se é que se medem exílios a cronômetro.

A contínua agitação do país criou estados de coisas que lhe permitiram o regresso. Voltou. Logo em seguida o Imperador desistindo de compreender os caprichos da monarquia menina, abdicava o cetro nas mãos do seu filho, e ao deixar de vez o povo que também o não compreendia relanceou o olhar em redor à procura dum homem capaz da tutora imperial. Escolheu o mais digno: José Bonifácio. E partiu com a paz n'alma, certo de que em melhores mãos ninguém deixara nunca um filho.

A nossa história é parca de momentos empolgantes. Possui vários, entretanto, mas entre eles nenhum vale o que em José Bonifácio assiste com a sua direção a Pedro II infante.

As duas figuras máximas da nossa história conjugam-se ali. O velho patriarca dá os conselhos da sua experiência ao menino que incubava Pedro II, o magnânimo. E os nossos pintores não acham assuntos históricos grandiosos dignos do seu pincel!

Não durou muito o soberbo espetáculo. A malevolência, essa tara racial, esse hermismo que interfere sempre na vida do país para afastar da suprema direção a superioridade mental, chame-se ela Pedro II ou Rui Barbosa, mostrou as unhas da menoridade e deu com o patriarca num cárcere. Processado como conspirador, foi absolvido. Recolheu-se à ilha do Paquetá e em 1838 finou-se na cidade de Niterói. Eis em resumo quem foi José Bonifácio.

Digno de figurar ao seu lado a história só nos aponta Washington; ambos amaram intensamente a pátria, à que deram casa. Foi sábio, foi guerreiro, foi político, foi nobre, puro, generoso. Seu vulto ocupa um cimo inacessível. Todos os mais para enxergá-lo erguem a cabeça.

Pois bem: este homem era paulista. Nascido em Santos, em 1765, decorre já um século e meio do seu nascimento sem que acudisse aos paulistas a idéia de lhe erigir uma estátua. Não que lhe faça falta esse monumento. Grandiosíssimo o erigiu ele a si próprio nas incontáveis memórias científicas que publicou na Europa a maior parte em língua alemã e que nunca foram traduzidas em vernáculo, como também pela fecunda ação política no “fiat” da nacionalidade. O monumento faz-nos falta a nós somente, porque ausência dele nos cobre de vergonha e justifica a maldição que do exílio ele lançou em versos candentes à má gente da época:

Maldição sobre vós, almas danadas!

A taça dos prazeres a vós vos saiba

Como o mel venenoso das abelhas

Da cisplatina plaga.

Felizmente S. Paulo volta atrás e resolve pagar enfim a dívida de gratidão para com o seu maior filho. O monumento salvador dos nossos brios está prestes de se armar em bronze numa praça pública.

O Congresso Legislativo do Estado acaba de votar uma verba de duzentos contos para a ereção duma estátua... ao general Glicério.

Monteiro Lobato

O Estado de S. Paulo – 01/01/1917

A grande oficina escola

Em 1873 um grupo de homens de boa vontade fundaram a Escola Propagadora de Instrução. Tão boa foi a semente e tais carinhos lhe assitiram ao evolver que dela saiu o Liceu de Artes e Ofícios de S. Paulo.

As maiores instituições de ensino, as grandes fábricas, as mais prósperas casas de comércio vem sempre de um princípio modesto. É que seguem a marcha evolutiva prescrita pela natureza e copiam os processos eternos que conduzem a humildade da semente à vitória da árvore madura. Se o Liceu fosse criado de um bloco, à vara mágica de um capricho plutocrata, não seria nunca o instituto sólido, vivideiro e eficiente que é. Deu-lhe essas e tantas outras preciosas características o fato de vir-se desabrochando, num trabalho tenaz de crescimento, e de adaptação a exigências instáveis e movediças da vida paulistana. Dez anos depois a escola de 73 tomava o nome e a amplitude de Liceu. A plantinha modesta, já bem afeita ao torrão, viçava com pujança e emitia os primeiros galhos, anexando aos cursos de instrução primário os de ensino profissional.

Daí até nós o seu crescimento correu parrelhas com o da cidade. O majestoso edifício que ocupa um canto do jardim da Luz, inacabado ainda, entremostra na asperidão da tijoleira nua as linhas severas da sua arquitetura, e, embora o mais amplo, talvez, da capital, não mais comporta em seu bojo as oficinas mantidas. Foi mister em 912 criar à rua João Theodoro uma seção nova, a qual, por sua vez, congestionada pelo excesso de vida, clama já pelo desafogo de um desdobramento.

O Liceu é o verdadeiro expoente do progresso artístico-industrial de S. Paulo; resultante lógica deste progresso, caminha à frente dele e o norteia. Não é arrojado afirmar que a cidade atual no seu aspecto artístico já sai em grande parte daquele cadinho, e que a cidade de amanhã será na quase totalidade a desenvoltura dos germens que ali se fecundam. Não é diante do produto acabado que as exposições revelam, que se sente o alcance e bem se compreende a alma da grande oficina; é vendo os laboratórios de onde tudo aquilo sai, o formigueiro de operários e aprendizes, a elevação mental e moral que lhes dá a boa direção, o apuramento das suas qualidades pessoais pelo estímulo da individualidade, cultivo da vocação e inteligente disciplinamento dela.

De mais valia que as magníficas obras de arte pura e aplicada saídas dali, é o operário-artista que se destaca da placenta e vai viver vida própria, criar ou dirigir oficinas, fecundar, em suma, o trabalho nacional, transfundindo nele parcelas da grande alma do Liceu.

São sementes de boa árvore levadas pelo vento aos quatro cantos do país, todas ricas de vida latente, capazes de germinação e desenvolvimento.

O tudo é que caíam em terreno propício.

Pelo país inteiro já se faz sentir a influência oculta do Liceu.

A sólida habilitação profissional dos filhos da casa que erguem vôo, mais que o diploma, é o título que lhes abre todas as portas. Inda que o Liceu por um cataclismo social morresse hoje, não deixaria de viver, perderia a coesão simplesmente, e continuaria a subsistir disperso, num esplêndido “éparpillement”.

O crescimento excessivo da cidade não permite à benemérita instituição atender a todos quantos batem à porta do arsenal pedindo a arma com que vençam na vida, embelezando-a. Não comportando mais de 1.200 alunos, que não pagam sequer uma taxa de matrícula, é esse o número permanente dos que o Liceu arranca à ignorância, à miséria, ao vício e transmuta em operários artistas, de alto valor. As vagas nos cursos escolares, como nas oficinas, são disputadas com avidez. O ensino obedece a um critério eminentemente prático e racional. Não há ali a pompa inútil dos programas que abrangem a esfera inteira dos conhecimentos humanos e que por isso mesmo só conseguem inocular nos alunos esse estado mental sintomático da instrução republicana, a “ignorância enciclopédica”.

O curso preliminar ensina, como se diz pelo antigo, a ler, escrever e contar, com ampliação até à geometria, geografia, história do Brasil, e contabilidade. O curso geral de artes e ofícios proporciona um curso preparatório de desenho geométrico e ornamental; um curso profissional onde os alunos se iniciam no estudo das artes plásticas e gráficas, na estucagem, modelagem, cerâmica, gravura, marcenaria, marchetaria, ebonistaria, escultura e entalhe de madeira, ourivesaria, joalheria, eletrotécnica e engenharia sanitária. Finalmente, culminando o programa, vem o curso especial de belas artes. Este curso embora modesto é a verdadeira Escola de Belas Artes que S. Paulo possui. Conhece-lo, estudar os artistas que ele forma, é ter a sensação nítida de que essa escola que nunca o governo se animou a criar por falta de verba – o pobrezinho! – apesar do fantástico absurdo que é a sua existência na “capital artística” do Brasil,

já existe, já funciona em gérmen, e será a nossa grande e fecunda escola no dia em que uma alma generosa lhe proporcione os meios pecuniários de dilatar-se em amplitude e eficiência.

O escultor De Mingo, para citar um dentre uma dúzia, é já além dum justo orgulho daquele curso a prova do afirmado acima. Dêem àquele modesto mestre de oficina um estádio no Velho Mundo para a simples polidura final da sua individualidade artística, e De Mingo virá emparelhar-se com os nossos melhores escultores.

Pela realização deste nobre “desideratum” a criação da Escola de Belas Artes de S. Paulo sempre propugnou o espírito lúcido de Ramos de Azevedo. Ele compreende como toda a gente a asneira, e mais que asneira, o mal que é o sistema de pensionato na Europa: o Estado com o trabuco de uma pensão de 500 francos em punho, postado de tocaia para matar todas as vocações artísticas abrolhadas em nosso meio – matar pela desnacionalização, pelo transplante do menino promissor a centros de alta cultura como Paris onde ele volta fatalmente um arrasado, um “derraciné”, um patarata rico de técnica mas paupérrimo de alma.

Mas acima da Razão moram as razãozinhas de Estado, e acabou-se.

O grande valor do Liceu, o oxigênio que o vivifica e o mantém num surto permanente, reside na sua organização e na sua direção. Como não foi decalcado de um congênere exótico aquele organismo não tem a rigidez que lhe daria tal vício de origem.

Só a experiência diária e a observação de longos anos lhe serve de norma de vida.

Percebe-se como é perfeita a sua adaptação ao nosso meio, como toa em harmonia com as suas injunções. Sempre o processo da árvore – insisto nesta comparação porque é justa – que ao sair dos cotilédones não predetermina de antemão o número de galhos que terá, nem marca dos ângulos de inserção, nem a espessura do tronco, nem o número das folhas, nem prefixa o minuto exato da florescência, mas se vai dispondo ao sabor do meio envolvente, em função da terra, da topografia, do regime dos ventos, das variações atmosféricas, da luz que recebe, dos inimigos noturnos, até adquirir na maturidade o esplendor de um individualismo inconfundível dentro do mais absoluto respeito às leis fundamentais da espécie.

O contrário disto – e aqui vai o grande erro dos estabelecimentos criados pelo governo, na regra, duros, hieráticos, sem maleabilidade, desamados dos seus próprios servidores – dá o cômico das árvores de presepe, frias, sem vida, sem beleza, redondas na copa, uniformes na galhaça, pintadas sempre do mesmo verde e incapazes de frutificação.

O grande segredo da prosperidade do Liceu é esse, essa conformidade com os processos naturais do evoluir. E o segredo desse segredo é a direção. Vai para vinte e um anos que ela é a mesma. Inteligente, sábia e honesta, é ainda uma direção amorosa, que toda se resume em um nome, Ramos de Azevedo. O seu objetivo é sempre o mesmo, intensificar cada vez mais o grande viveiro donde sairá o S. Paulo artístico-industrial do futuro. E como percebe o grandioso alcance disto – porque isto é plasmar a cidade futura – ele dá ao Liceu o melhor do seu esforço, o melhor da sua inteligência, toda a sua dedicação e todo o seu amor.

Galvanizado pela força do grande ideal, o corpo de professores, de Zadig ao mais modesto mestre de oficinas, prestam-lhe mão forte e operam maravilhas. E tudo – ó maravilha da fé na era de ouro do ceticismo! – sem o menor fito de lucro. O que ganham aqueles incansáveis professores é um diploma heróico de civismo. Oscilam entre cem e cento e cinqüenta mil réis os seus ordenados mensais... Será esta miséria que os prende ali? Não. É a força coesiva de uma fé comum, mantida sempre pura e viva pela fascinante força moral do diretor. Hoje Ricardo Severo comparte com ele a grande tarefa, prestando o apoio da sua notável lucidez de espírito à direção artística dos cursos e oficinas. Louvar alguém hoje em dia acanha.

Os adjetivos encomiásticos rolam por aí, ao sabor da paga, inflados na superlativice nojenta dos “íssimos” deslavados... Quem louva é suspeito. Louvar dá medo. Entretanto o louvor brota incoercível do fundo d’alma ao mais ríspido dos homens diante dum estabelecimento que é uma exceção, dum diretor que é uma exceção, dum conjunto de mestres que são uma exceção. Porque o Liceu é uma aberta de luz, amor e fé no carrascal maldito da coisa suja que é a nossa atualidade.

O Estado, tão pródigo em dotações, não lhe dá um pataco; antes tira dele alguma coisa, obstruindo-lhe parte do edifício com o Ginásio e a Pinacoteca. Subvencionou-o até 1915, e daí para cá achou aplicação melhor àquele dinheiro tão bem empregado.

Nada importa isso. Só dá relevo ao Liceu esta sua nobre vida própria. Dá-lhe também afora relevo, confiança em si, independência e orgulho.

Ah! se o povo de S. Paulo meditasse um momento no que aquilo é, e lhe fosse espiar as oficinas, conversar seus homens, examinar a exposição aberta... Mas é tão difícil isso!... Há o triangulo, há o Trianon, há tanta coisa séria em que ocupar a vida...

Monteiro Lobato

Lyceu de Artes e Ofícios
A grande oficina-escola

A EXPOSIÇÃO ANUAL

Em exposições anuais o Liceu de Artes e Ofícios dá conta à cidade dos progressos realizados nas aulas e nas oficinas.

A deste ano culmina. Quem torvo de alma pelo contagio do ceticismo ambiente, penetra no grandioso edifício, sai de lá reconfortado, com a fé restaurada e capaz de jurar sobre o futuro brilhante desta terra.

S. Paulo é um cadinho. Variados fatores étnicos para aqui confluem, e sob a preponderância do fator italiano borbulham na fervura de uma decantação onde se plasma o futuro. Do mosaico virá a unidade. O sistema de cristalização, entretanto, é imprevisível. O elemento indígena pouca contribuição dá, porque, acuado na concorrência vital, ou foge à luta, abandonando o campo, ou acantoa-se no palanque da bacharelise e do funcionalismo, situação donde não decorre influencia decisiva para a vida da cidade.

Quem a molda e a enfibra de caráter próprio é o operário, o comerciante, o industrial, o artista – é o que confeioa a matéria-prima, o que a mobiliza, o que imprime às coisas a forma estética. Assim, na vegetação seivosa com que o alienígena cria em nossa casa em estado “sui generis” de civilização, nós, donos dela, com pouco mais contribuimos além do doutor – a orquídea, o funcionário público – o cipó, e o governo – o mata-pau.

O Liceu reflete nítido semelhante estado da alma. Dentre os mil e muitos meninos que li se instruem contam-se nos dedos os brasileiros de origem. A grande massa é italiana, ou melhor ítalo-brasílicos. Esta sonoridade quer dizer italiano nascido cá. O elemento brasílico entre para o caso na dose fraca do acidente de nascimento. O paulistano de amanhã, a massa da população é essa. Absorvido pela língua, capazes, em apuros retóricos, de apelar para Fernão Duas Paes Leme na qualidade de netos, o racismo italiano subsistirá sempre neles escondido pelos disfarces promanados do novo ambiente.

Nas aulas e oficinas do Liceu há um campo de observação curiosíssimo onde se apanham flagrantes os aspectos psíquicos deste replantio humano. E os resultados práticos, verdadeiramente maravilhosos, obtidos pela grande escola deve-os ela na mor parte à plasticidade da matéria-prima discente, na qual subsiste espessa sedimentação estética do povo italiano.

Dispondo de elementos menos impregnados do senso da beleza o Liceu não caminharia tão rápido. Basta dizer, para comprova, que o professorado, os mestres de oficina, e até o gerente da casa são meninos de ontem que ali beberam o ensino desde os fundamentos. É notabilíssima esta feição do Liceu. Em face da ordem, asseio e disciplina reinantes, e da eficiência da fiscalização rigorosa do colossal estabelecimento, uma pergunta nos ocorre logo: onde a diretoria contratou o gerente bastante hábil para arcar com tantas responsabilidades? Na Alemanha? Na Suíça? Nos Estados Unidos? Não. O Liceu criou “ad hoc” o homem adequado. Chama-se Luiz Scattolin o aluno de ontem e o gerente insubstituível de hoje.

Acontece o mesmo nas oficinas. O mestre é quase sempre um filho da casa; ali aprendeu todos os segredos da arte, como aprendeu a amar o generoso instituto – me a ambos, arte e amor, transfunde-os n’alma das gerações novas.

A exposição fala-nos bem alto da excelência dos métodos, da proficiência dos mestres e da superioridade do aluno. É toda uma corte de técnicos habilíssimos e artistas valiosos que se forma ali.

Em escultura, a cujo ensino Zadig preside com alta competência, a exposição revela-nos várias vocações bem típicas. Venturo, com um ótimo busto de negro, Pacífico, Domingues, Catulo e Larocca, apresentam trabalhos merecedores de muito louvor. Em artes gráficas as águas-fortes e nanquins de Ranzetti, Paulo Justi e Garuti denunciam a boa direção que lhes dá o professor A Divani. Na pintura já o Liceu conta uma glória autentica – não é temeridade afirmá-lo – em Tullio Mugnaini, ex-aluno do professor Norfini, atualmente na Itália, onde, a custa própria, com sacrifícios de que só são capazes os predestinados, aperfeiçoa-se de modo assombroso. Os seus últimos trabalhos remetidos para cá denunciam uma personalidade de eleição. É um menino de 18 anos que começa por onde muitos acabam. Guarde o público este nome. Sua nomeada será, um dia, mundial.

Dessa mesma aula destacam-se este ano H. Zucca. Infelizmente, como não expõe trabalhos originais, é arriscado ajuizar dele pelas cópias exibidas, magníficas, aliás, e onde se trai um acentuado colorista.

Não fugiremos de mencionar José Genta, primeiro prêmio de marcenaria, Casagrande, Salvaterra, Debeus, Casella, De Blasis, Cadena e J. B. Gomes (ora viva!) que obtiveram nota distinta em ornamento e figura.

Nas oficinas há mestres de grande valor. Afora De Mingo, de quem já falamos, Bertozzi apresenta composições em terra cota de alto mérito. O vaso reproduzido hoje em gravura dá idéia das suas faculdades inventivas, da mestria técnica, do senso da harmonia, e do equilíbrio de sua visão estética. Dança em torno do vaso um rancho de bacantes, de mistura com sátiros e faunos, primorosamente trabalhados em baixo relevo: as duas ninfas que se destacam em alto relevo são dois primores de modelagem, contribuindo para que em conjunto tal vaso constitua uma autentica e indiscutível obra de arte.

Das oficinas da serralheria saem obras destemerosas do confronto com o que de melhor nos manda a Europa. Seu mestre, Cadrobbe, é um profissional consumado, capaz de extrair dos aprendizes sujeitos à sua direção o núcleo de futuros mestres que a cidade reclama.

O mesmo grau de aperfeiçoamento o Liceu atingiu na escultura de madeira e entalhe. Dirije-a com rara competência o antigo aluno Affonso Dinolfi, e de suas mãos saem artistas como Rocco, Aliberti e E. Testi, para os quais são mesquinhos todos os encômios. Atestam o entusiasmo da asserção as molduras de espelho expostas, as numerosas peças de mobiliário rococó, e sobretudo essas “Flores” entalhadas num bloco inteiriço de madeira. As pétalas dos crisântemos e rosas, as folhas, os caules possuem uma tal leveza e dispõem em tão artístico arranjo que “obra-prima!” seria a expressão ouvida a todos os visitantes se o autor como Appelles se pusesse de tocaia.

Em matéria de mobiliário a vitória do Liceu é completa. Um renome cada vez mais dilatado consagra pelo país inteiro a expressão “mobília do Liceu” como sinônimo de perfeição. As encomendas afluem numerosas e em al “crescendo” que a procura supera de muito a produção. Pela boa escolha do material, caprichoso preparo da madeira em bruto – extração da seiva e secagem completa em estufas de ar quente – pelo meticuloso acabamento das peças, pela arte de bem delineá-las e melhor executá-las, pelo bom gosto na combinação das essências e aproveitamento do desenho fibroso, aqueles moveis poderão ser rivalizados, excedidos é que nunca. Todas as nossas madeiras de lei figuram ali, da cabriúva ao pau marfim, masé a imbuia que esplende em galas de verdadeira realeza. Esta canela é uma pura maravilha cuja glória a exposição atual exalta. De talhe macio, duração ilimitada, inatacável pelo carcoma é de todas a

mais rica em tons e desenhos. Conforme a direção do corte variam seus aspectos. Vemo-la ora desenhando estrias, feixes de linhas retas, ora furtando tons ao gorgorão amarelo, ora copiando ao cetim o seu jogo de luz alternando brilhos e embaciados. A raiz dá magníficos efeitos esponjosos, vegetações de muscineas, que a habilidade do marceneiro dispõe de modo a compor belíssimos desenhos simétricos.

Quanto a estilos o Liceu exhibi-os do Luiz XV aos mais modernos. Predominam estes e dentre estes o que, oriundo da sobriedade inglesa, inda é muito novo para que tenha denominação definitiva. Linhas puras, predomínio de reta e das superfícies planas, ornamentação discreta e parca.

Estilo não se cria de acordo com um plano deliberado de ante-mão. Nasce por si, por injunções do meio. Não obstante um meio como o nosso, incapaz de exigências estéticas pessoais porque é mimetista por excelência, o artista pode tentar artificialmente a criação de estilos. Como é assunto interessantíssimo que não cabe neste fim de coluna, volveremos a ele um dia. Não cabe num artigo de jornal dar uma idéia completa do que é o Liceu e a sua exposição.

Se S. Paulo pode orgulhar-se de alguma coisa é dessa magnífica árvore plantada e amanhada pela iniciativa particular, sem nenhuma antevisão de lucro. Se há em São Paulo alguma coisa de eloqüente é a floração anual dessa árvore.

Ao visitante que nos vem estudar só ele falaria de nós com dignidade. Nenhuma outra face da vida paulistana da idéia do que somos e do que podemos ser.

Cem vezes mais que a sedição parada do Canindé é o Liceu merecedor de honras da primeira impressão. Soldados bem vestidos, bem disciplinados todo o mundo os possui, do Peru ao Japão. Diante dos nossos a impressão do visitante, a impressão que a boca não diz, não é positivamente a mesma que procuramos criar. O estrangeiro sai da parada – convencido de que não temos capacidade nem sequer para inventar um uniforme que não seja a caricatura azarcoada do francês. Vê que o pano da farda vem de fora, e os arreios também, e os cavalos também, e as armas também, e a disciplina também. Puramente nosso ele só vê o material humano e esse convenhamos que, ao menos plasticamente, não suporta confronto favorável com o similar europeu. Se ganha na China e vale o do México não chega até ao argentino. O gabado espetáculo dir-lhe-á somente que temos dinheiro, ou que no-lo emprestam. Se, entretanto, déssemos ao visitante uma visita ao Liceu, e lhe contássemos a história do estabelecimento, que outra e quão mais favorável não seria a sua idéia!

Em vez do abuso aimoré do vermelhão e dos penachos ele veria, e apalparia o ouro para, embora discreto, do mais nobre dos laboratórios – o que elabora silenciosamente as forças máximas de uma civilização, o operário e o artista.

Monteiro Lobato

Lyceu de Artes e Ofícios**A criação do estilo****III**

Não promana dos grandes mestres das artes plásticas a feição estética duma cidade. Vem, antes, dos humildes artistas sem nome, do marceneiro que lhe mobília a casa, do serralheiro que bate o ferro dos portões e grades, do entalhador de guarnições e molduras, do fundidor, do encadernador, do ceramista, de quantos afeioam indiretamente o interior da casa urbana. Como tais obreiros são numerosíssimos dilatada é a sua zona de influência. Sai-lhe inteirinha das mãos a casa popular como ainda a burguesa, e, em grande parte, o palacete rico. Apreende-se, claro, a força do profissional anônimo atentando para o Rio, cidade plasmada pelas manoplas calosas dum mestre de obras, que, sendo legião, é um só, tão uniformemente imprimiu em tudo o cunho mazorrado da sua inteligência. Se esse mestre atravessasse uma escola bem orientada, onde lhe polisse o cascão grosso, que belo seria o Rio de hoje!

Como é assim, curar da educação artística do operário despertando-lhe o bom gosto, desabrochar o seu individualismo, norteando-lhe o insumo da criatividade, é dar moldes imprederminados à “urbs” futura. É, portanto, criar estilo.

Estilo é a feição peculiar das coisas. É um modo de ser inconfundível. É a fisionomia, é a cara.

Não ter cara é um mal tamanho que as cidades receosas em criá-la própria importam mascaras alheias para fingir que tem uma. Sucede isto na boa terra onde Amador Bueno foi rei por um quarto de hora. Envergonhada de se apresentar ao mundo como a natureza a fez, afivela no rosto máscaras exóticas na intenção de “parecer bem” ao rastacuera. Tal e qual o botocudo para cuja estesia o supremo requinte é deformar o beijo com patações de madeira, ou o maori australiano que lanha as faces, arabesca-as de riscas inconcebíveis e vai, debruçado no espelho das águas, extasiar-se da lindeza. Faz como eles a Paulicéia. Adota todas as mascaras à venda no mercado, confundindo beleza natural com “maquillage” maori.

Quando Anatole France andou por cá, mostraram-lhe os nossos monumentos, na certeza de que o homem pelo menos entreabriria a boca. Mas o requintado artista só torceu o nariz.

— Já vi isso mil vezes.

— Onde?

— Em toda a parte, Europa, Tenkim, Port-Said...

Por gentileza não completara a frase: por toda a parte onde o homem desmente Darwin permanecendo macaco. Do quanto viu só o interessaram velhas igrejas. Descobriu nelas uma arte ingênua mais eloqüente do que o esperanto arquitetônico da Avenida.

Nossas casas não denunciam o país. Mentem à terra, à raça, ao passado, à alma, ao coração. Mentem em cal, areia e gesso, e agora, por maior cautela, mentem em cimento armado. Dentro dum salão Luiz XV somos uns párias. Porque por mais que nos falsifiquemos, Thomé de Souza e os 400 companheiros berram no nosso sangue, Fernão Dias geme, Tibiriçá pinoteia, Henrique Dias revê o seu pigmentosinho de contribuição.

Basta que, no Trianon, entre flores exóticas, encasacado à franceza, conversando “argot”, comendo “foie grãs” de Nantes, ouvindo versos d’Avray, aspirando perfumes de Fre Val, sonhando o “Bois” com o pensamento posto numa Yvette, comentando a política de Briand ou a derradeira peça de Bataille, passe na rua um cafajeste gemendo no pinho o “Poeta do sertão” para que o Brummel do Bexiga perca o prumo, quebre a linha, estale o verniz, esqueça o papel, arregale o olho, remexa-se na cadeira e denuncie a mentira viva que ele prega aos duzentos avós boieiros, açucareiros ou tropeiros que lhe circulam no sangue.

Nosso mobiliário dedilha a gama inteira dos estilos exóticos, dos rococós luizescos às japonezices de bambu laçado. O interior das casas é um perfeito prato de “frios” dum hotel de segunda. As salas de visitas só pedem azeite, sal e vinagre para virar salada completa. Cadeiras Luiz qualquer coisa, mesinha central Bom Retiro, jardineiras de Limoges, tapetes alemães, quadros da Bretanha, gessos napolitanos, porcelanas de Copenhague, ventarolas do Japão, dragõezinhos de alabastro chinês, tudo quanto o negociante de miçanga importa a granel para impingir ao comprador boquiaberto.

Objeto de cor local, algo nosso, promanado naturalmente da terra, só o coronel, o doutor ou o amanuense senhor-menino daquele presepe.

Por fora a mesma ausência de individualidade. Acantos gregos, curveteios lombricoidais do “art nouveau”, capitéis coríntios, frisões de todas as renascenças, arcos romanos e árabes,

barrocos, rocalhas, o cancã inteiro das formas históricas oriundas do aliás maravilhoso movimento revolucionário de Otto Wagner.

Que lembre a tradição nem um trinco de porta.

Como é diferente a casa dos povos capazes de individualidade!

Na casa holandesa o estigma local começa no telhado e desce aos mais humildes utensílios de cozinha. Tudo ali é racial, o jardim com a sua tulipa, os moveis esculpidos, os ornatos, os quadros, tudo emanção da terra, criação lógica do ambiente. No “home” britânico o inglês está dentro duma moldura natural; nada destoa da sua psicologia fleumática. Na casa nipônica que maravilhosa harmonia entre a gaiolinha incapaz na aparência de resistir às brisas mas que agüenta terremotos e o japonês de aspecto frágil mas que derranca o russo!

A China tem o seu estilo. O americano impõe o seu, filho do “big”, do ferro e do milionário; e agora, numa esplendida revivencia do estilo “missionário” haurido nas velhas igrejas e conventos da área espanhola da Califórnia e Texas, dá ao mundo uma forma superior de arte.

Só nós nos condenaremos a viver sempre em “garni”?

A causa disto reside na incultura. Como nos não educam o gosto, nos não ensinam a ver, não temos a bela coragem do gosto pessoal.

O próprio homem culto, saído duma casa de ensino superior, não distingue um cromo “beuglant” da mais sugestiva marinha de Castagneto. Isto explica um certo Salinas da Pinacoteca... E explica porque o nosso homem culto, quando, rico, bem aparafusado na vida e preponderante no mundo político se vai comprar um objeto d’arte olha ansioso para o nome do seu autor e só por ele se guia.

Incultura nos incultos, meia-cultura nos cultos, esnobismo infrene nos “entendidos” e cubice paranóica nos paredros supremos: eis o quadrado dentro do qual a feição estética da cidade evolui.

Estilo não se cria. Nasce. Nasce por exigência do meio.

Ora, num meio incapaz desta exigência, compete aos artista provoca-la criando o estado d’alma propicio. E que artista é capaz disso? O anônimo, o artista legião, só ele.

Está pois nas mãos dum estabelecimento como o Liceu, já perfeitamente radicado, criar o estilo da cidade, criando o artista capaz de estilo

Basta, para isto, incita-lo à independência, ensina-lo a olhar em torno de si e tirar da natureza circunjacente os assuntos das composições, o motivo dos ornatos, a matéria-prima, enfim, da sua arte. Feita a sementeira as messes virão com o tempo, e teremos assegurado um futuro menos incaracterístico que o presente.

Esta orientação só pode partir do Liceu. Ramos de Azevedo e Ricardo Severo, são, mais que dois nomes, duas forças poderosas no campo da estética. Podem exercer na massa anárquica do nosso meio a influência de Affonso Arinos nas letras.

Arinos enfrentou a corrente desbragada da francezia e mostrou como era grotesco o “pastiche” invasor contrapondo-lhe uma obra profundamente racial. Ramos e Severo possuem a autoridade moral, e o valor, necessários para semelhante tarefa. São homens bandeiras. Ricardo Severo já se desfraldou. Em conferência na Sociedade de Cultura Artística, das mais belas pela forma e a mais fecunda em sugestões, plantou o marco de uma renascença. E foi além. Transpôs o passo difícil que vai da teoria à realização. Vários palacetes surgem por aí filhos desse ideal.

Tomou das velhas igrejas as linhas do estilo-colônia, coou-as através do seu temperamento artístico, reviveu-as, deu-lhes elegância e adaptou-as com rara mestria à habitação moderna. O projeto da casa Júlio de Mesquita, bem como da Numa de Oliveira e outras, valem pelo dealbar dum fulgurante renascimento arquitetônico.

Outros arquitetos seguem-lhe a orientação. Roberto Simonsen, em Santos, e aqui Dubugras e Jorge Prziembel já possuem belas coisas do gênero.

Na casa Silveira Cintra, construção deste último, o pretório, o telhado, o frontão e inúmeros detalhes são inspirados pela arte colonial e dispostos com grande felicidade.

Os óbices opostas a essa corrente, pelo sorriso palerma do esnobismo, pela careta da ignorância, pelas injunções da moda, pelo mau gosto, pela paspalhice do enricado de casca grossa, são tremendos, mas não insuperáveis. A corrente há de engrossar e vencer.

Estes brados d’alerta só vingam impressionar ouvidos quando partem do alto. É dum Arinos, dum Ramos, dum Severo, que a palavra pode descer às massas com força fecundante.

No Liceu, a seção de modelagem, por exemplo, tem elementos para influenciar fundamente o gosto popular. Aquelas primorosas terras cotas de Bertozzi e seus alunos, onde por enquanto só figuram faunos, ninfas, sátiros e bacantes, poderão penetrar em todas as casas burguesas como portadoras da infinidade de temas nacionais menosprezados.

Há em derredor de nós todo um eldorado de temas virgens. A máscara afivelada pelo mau gosto empece-nos a visão. Passamos por eles sem os enxergar. Tal qual o galo da fábula com a pérola. Um exemplo. Nós temos um satirozinho de imenso pitoresco que inda não penetrou nos domínios da arte, embora já se cristalizasse na alma popular estilizado ao sabor da imaginativa sertaneja: o saci. No entanto para animar os gramados do jardim da Luz importamos niebelungices alemãs, sacis... do Reno! Temos ninfas, ou o correspondente disso, puramente nossas: a iara, a mão d'água, a mãe de ouro. Temos Marabá, a perturbadora criação indígena – mulher loura de olhos azuis, filha do estrangeiro e de mãe aborígine, desprezada e odiada pelos nativos como inimiga natural. A tentativa de Amoedo não a transportou sequer para a pintura. Temos caporas, boitatás e tantos outros monstros cujas formas inda em estado cósmico nenhum artista tentou fixar. Nas matas há uma riqueza inaudita de motivos vegetais para que nos atenhamos toda a vida ao arqui-surrado acanto.

Como penetrou o acanto para a arte? Calímaco um dia abaixou-se colheu uma folha de plantinha modesta, impressionou-se pelo seu recortado, estilizou-a e pô-la em pedra.

O gesto de Calímaco será acaso uma prerrogativa sua? e não poderá ser repetido por todos os artistas de talento? Nossas flores silvestres serão porventura indignas de se ordenarem em festões? Nossa fauna será tão pobre que necessitemos fincar na ponta das ripas do Belvedere cabecinhas de carneiro grego? Não é irrisório vivermos às voltas com palmetas napoleônicas, folhas de espadanas, conchas bivalvas, saracoteios rocalha, amores, graças, pastores, anjinhos, e tudo o mais que nasceu fora daqui e já teve a sua época? É tempo de reagir, para que algum viajante futuro não parodie um juízo célebre, dizendo: no Brasil tudo é grande só o homem é ridículo.

Disto se conclui estar o Liceu em maravilhoso pé para iniciar a organização do ansiado 7 de Setembro estético. Depende somente de Ramos de Azevedo e Ricardo Severo o início da campanha. Se há glória em erguer uma escola àquela altura, que expressão de louvor teremos para quem, a formação de um simples operário artista, curar da formação do operário artista capaz de estilo?

Monteiro Lobato

A questão do estilo

Muita gente, e gente boa, comenta a idéia de estilo próprio, no Brasil, como absurda.

— Pois havemos então de restaurar o mau gosto do estilo colonial, um barroco de importação, atravessado de barbarismos saídos da cabeça dos pedreiros pretos?

Levada a intransigência a ponto agudo era caso de responder que o pedreiro preto, que colaborava com o seu sentimento pessoal na arte herdada da metrópole, useiros em meter na cabeça uma cartola velha, enfiar casaca, atochar os pés num botinao, e sair para a rua crenes de que o público os confunde com puros parisienses.

Não se pede volta ao passado. Seria tão absurdo restaurar o estilo colonial como restaurar o Vallongo com escravos à venda e Debret de álbum em punho a copiar cenas de escravatura. A vida não anda aos saltos, para diante ou para trás, conforme praza à veneta de alguém. A vida norteia-se por uma coisa chamada evolução, que um senhor inglês chamado Spencer reduziu a lei. O presente é a evolução do passado. O homem é a evolução do menino, como o menino é a evolução de uma célula.

Não contraria a evolução um preto que é moleque aos 10 anos e aos 70 é um negro velho. Mas contraria-a, e faz a caveira de Spencer estremecer na cova, um bugre que bugre nasceu, que cresceu bugre, que é bugre aos 20, aos 30, aos 70 anos, que é bugre sob Pedro I e sob Pedro II, que é cada vez mais bugre na República, encasquetar-se-lhe de repente na mioleira, por injunções do cinematógrafo do sr. João do Rio, que virou louro, d'olhos azuis e é... parisiense de Paris! E principiar a moer francês de Madagascar, a fumar “cigarettes”, a ler o “Figaro”, a tresandar “Houbigant”, e a exclamar, quando lhe passa ao pé um bugre autentico, sincero, com tanga nos rins e cocar na sinagoga:

— Sale, tête, vá!

Porque então introvertem-se os papéis e quem fica prodigiosamente bugre é justamente o contraventor da lei evolutiva.

Quanto mais se perfuma, e mais pede ao alfaiate roupas à moda, e mais abusa do “argot”, e mais plagia idéias do Tristão Bernard, tanto mais dá relevo à nhambiquarice dos instinto, mas destaca a Hotentocia oculta no sangue, mais põe a nu o piteco incoercível do temperamento.

A estes bonifrates, o sarcasmo francês não encontrando na língua palavra que os definisse, chama “rastaquére” vocábulo citado “ad hoc”. E não contente de ferretear-los, explora-os, come-lhe os cobres por meio da francesa e do pechisbeque, e mete-os afinal nos “vandeilles”, com grandes brilhantes nos dedos e colossais “gaffes” na conduta.

O que sucede com o homem mentiroso à lei da evolução, sucede com o estilo que foge ao tom do ambiente.

O nosso estilo deve ser a decorrente natural do estilo com que os avós nos dotaram. Sempre vivo; sempre em função do meio; maleável, para uma crescente e cada vez mais perfeita adaptação mesológica, o nosso estilo, se quer fugir à pecha de rastacuerismo deve retomar a linha do passado e desenvolve-la à luz da estesia moderna. Para isso existem os artistas, temperamentos de eleição através dos quais a natureza se cõa e surge transfeita em arte. Coe-se arte colonial através dum temperamento profundamente esteta, filho da terra, produto do ambiente, alma aberta à compreensão amorosa da nossa natureza, e a arte colonial surgirá moderníssima d’um verso de Olavo Bilac. O poeta no entanto, ao compor o “Caçador de Esmeraldas” não tomou de Corneille um vocábulo, nem de Anatole um conceito, nem de Musset uma noite, nem de Rostand um galo, nem de Lecomte uma frialdade, nem da Grécia um acanto, nem de Roma uma virtude. Mas sem o querer, pela virtude única de ser um moderno aberto a todos os ventos, tomou de Corneille a pureza da língua, de Musset a poesia, de Anatole o senso ático da beleza, de Lecomte a elegância, da Grécia a linha pura, de Roma a fortidão d’alma e fez novo-belo com o antigo-bruto.

Nada ali revê enxerto da arte alheia. O vocabulário é o velho vocabulário da metrópole, as almas são almas velhas, os personagens não vieram de Paris, embalsamados num livro de A. Hermant, o material é em suma o mesmo com o qual o cacetão quinhentista nos seca a paciência com descrições de mosteiros e milagres teatralíssimos de adormecer doentes incuráveis de insônias.

Assim deve ser a nossa arquitetura: moderníssima, elegantíssima, como é moderna e elegante a língua do poeta; mas como ela pura do plágio, da cópia servil, do “pastiche” deletério e filha legítima dos seus pais.

O “qu’il mourit” na boca de um João Fernandes que mata Ninon, amante do coronel José da Silva e Souza, cônsul de Honduras no Tibet, porque um felá egípcio discordou de Ibsen quanto à ação de Descartes na batalha de Charleroi...

O convento da Luz sorri da roupa nova, comprada a um tintureiro, que vestiram no Seminário. S. Bento, empedrado com austeridade alemã, faz muxoxo de desprezo à torre da inglesa, rígida como uma “miss” de 50 anos, coronela do “Salvation Army”. As casas em lombricoidal empalidecem de terror se defronte lhes surge uma em estilo grego, receosas de que as folhas de acanto sejam vermífugas. Outra, adiante, vestida de renascimento italiano, cuspiha de nojo se paredes meias ruge uma fantasia de renascimento alemão.

Na mesma fachada as linhas motejam-se entre si e choram, e berram:

— Cariátide, não é aí o teu lugar. Está a gemer como sob um grande peso, mas esta sacada que sustentas tem pontas de trilhos por baixo. Deixa que os trilhos gemam e façam caretas, e vai-te passear. És de uma inutilidade absoluta, e és ridícula porque finges um esforço de mentira. Lá na Grécia onde nasceste, tinhas uma razão de ser, mas aqui...

— Que queres, coluna dórica? Não há Ictinus nem Fídias neste clima. Bem sei que sou uma irrisão. Nem de mármore maciço já me fazem hoje, como lá. Sou de cimento por fora e tecido de ferro velho por dentro. Tal qual como tu, coluna, que em vez de coluna és um simples canudo vestido à dórica...

— Dizes bem: sou oca, sou oca como os homens da terra; e padeço horivelmente porque sei existir no frontão que simulo sustentar um escudo grego em torno do qual uma tênia moderníssima saracoteia um inconcebível arabesco “art-nouveau”. Vê tu, irmã, onde vão eles buscar motivos ornamentais: no intestino grosso dos bezeros!...

E deste modo a cidade inteira feita “mixed-pickles” é um carnaval arquitetônico a berrar desconchavos em esperanto. Para remate, e como o toque final de Vatel na salada, vamos ter... uma catedral gótica!... É o “coup d’étrier”. Realizada a asneira de pedra só nos resta mudar o nome à cidade e adotar como língua o volapuck.

O céu azul, esta nossa luz crua, o português, o negro e o índio, a física da mestiçagem, a voz dos três sangues, o modernismo das nossas idéias, a Light, o telefone, o sorveteiro, o auto, a herma de João Mendes, o congresso, o Gazeau, tudo, tudo, tudo gritará contra o anacronismo caricato.

Nada há mais grandioso do que a catedral gótica. Nunca a arquitetura religiosa se elevou tão alta como quando rendilhou a pedra para erguê-la em punhado de flechas, rumo ao céu impassível, numa prece muda. O homem medievo, roído de lepra, dizimado pela peste negra, acuado nos burgos pelos barões ferozes e no campo pelo lobo famélico, no desespero da suprema miséria galvanizou-se numa fé de Jó e implorou misericórdia em orações gigantescas de granito. Tentou comover a Deus, o eterno impassível, pela intercessão de uma arte nova que lhe falasse uma linguagem nova. Essa foi a significação da catedral gótica. É o símbolo grandiloqüente da fé intensa que tudo esperava da misericórdia divina.

Mas aqui, com o bonde amarelo de S. Amaro a lhe zunir aos flancos, neste século em que o milagreiro é o medico, e a Ciências o único tribunal supremo, o estilo gótico berra, e lembra um bororó nu a dançar pinotes no Automóvel Club, ou um “clubman” de cartola e casaca a pilar milho cateto em plena taba de xavantes.

Será uma caricatura fúnebre, de cimento e reboco, à forma d’arte mais digna de religiosa veneração jamais surgida sobre a terra. Caricatura profanatória. Blasfêmia.

E será, o que é pior ainda, adquirirmos por seis mil contos um diploma de inibição estética que no-lo dá de graça o consenso unânime dos povos, - e em duplicata, se o exigirmos.

O francês, o inglês, o alemão, o italiano, o japonês, o Egito, o planeta Marte, as nebulosas já sabem à farta que somos peludos. Que necessidade, pois, de despender tanto dinheiro para lhes fornecer, a eles que a não pedem, uma nova prova disso, e esta em cimento armado? No julgamento da Posteridade as flechas da nossa catedral, vistas com o recuo do tempo, não simularão flechas, mas pura e simplesmente... pelos.

Mas...

Monteiro Lobato

O saci

A rotação da terra gera a noite. A noite gera o medo. O medo gera o sobrenatural. Divindades e demônios têm a origem comum da treva. Quando o sol raia a natureza despovoa-se. Cessa o sabat. Satã afunda no Averno seguido do séquito inteiro de diabos menores. A bruxa reveste a forma humana. O lobisomem perde a natureza dupla. Os duendes evaporam-se. Os gnomos subterrâneos mergulham no escuro das tocas. A capora deixa em paz o viajante. As mulas-sem-cabeça reincabeçam-se, e vão pastar mansamente. As almas penadas fecham-se nas tumbas. Os sacis param de assobiar e cansados duma noite inteira de molecagens escondem-se nos socavões das grotas, no fundo dos poços, em qualquer lura onde não penetre luz, sua mortal inimiga. Filhos da sombra, ela os arrasta consigo mal o Sol anuncia, pela boca da Aurora, o grande espetáculo diário em que a Luz e sua filha a Cor esplendem em fulgurante apoteose.

A treva batida de todos os lados refoge para os antros onde moram a coruja e o morcego. E nessas nesgas de escuro apinha-se a fauna inteira dos pesadelos, tal qual as rãs e peixinhos aprisionados nas poças sem esgoto quando após as grandes enchentes a água se escoar. E como nas poças verdinhas a traira permanece imóvel, e a rã muda, assim a legião dos diabos se apaga de tal forma que inutilmente tentaríeis surpreender unsinho sequer. O saci, por exemplo. Abundante à noite como o morcego, nunca se deixou pilhar de dia. Metido nas tocas de tatu, ou nos ocos das árvores velhas, ou alapado à beira-rio em solapções de pedra limosa com a retrança das samambaias à entrada, o moleque de capapuça vermelha sabe como ninguém o segredo de invisibilizar-se. Não colhesse ele, todos os anos, pela noite de S. João, a misteriosa flor de samambaia!

Mal, porém, o sol afrouxa no horizonte, e a morcegada faminta principia a riscar de vãos estrouvinhados o ar cada vez mais escuro da noitinha, a saparia pula dos esconderijos, assobia o silvo de guerra – saci-pererê – e cai a fundo nas molecagens costumeiras. A primeira vítima é o cavalo. O Saci corre aos pastos, laça com um cipó o animal escolhido – e nunca errou uma laçada – trança-lhe a crina para armar com ela um estribo, e dum salto ei-lo montado à sua moda. O

cavalo toma-se de pânico, e deita a corcovear pelo campo afora enquanto o perneto lhe finca o dente numa veia do pescoço e chupa gostosamente o sangue até enjoar. Pela manhã os pobres animais aparecem varados, murchos dos vazios, cabeça pendida, e suados como se os afrouxasse uma caminhada de dez léguas beçais.

O sertanejo premune-as contra esses malefícios pendurando-lhes ao pescoço um rosário de capim ou um bentinho. É água na fervura. Faro, ou impossibilitado daquela equitação vampírica, o Saci procura o homem para atazaná-lo.

Se encontra na estrada algum viajante tresnoitado, ai dele! Desfere-lhe de improviso um assobio no ouvido, escarrancha-se-lhe à garupa e é uma tragédia inteira o resto da viagem. Não raro o mísero perde os sentidos e cai à beira do barranco até dia alto. Outras vezes diverte-se o Saci com pregar-lhe peças menores; desafivela um loro, desmancha o freio, escorrega o pelego, derruba-lhe o chapéu e faz mil outras picuinhas de brejeiro.

O Saci tem horror à água. A propósito narra um depoente no inquérito do “Estadinho” este caso típico. Havia um caboclo morador numa ilha fluvial onde nunca entrara o Saci. As águas circunvolventes defendiam a feliz mansão. Certa vez, porém, o caboclo foi ao “continente” de canoa, como de hábito, e lá se demorou até a noite. De volta notou que a canoa vinha pesadíssima e foi com enormes dificuldades que conseguiu alcançar o abicadouro na margem oposta. Estava a imaginar no estranho caso – um travessio que era canja de dia e virara osso de noite – quando, ao firmar o varejão em terra firme, viu saltar da embarcação um Saci às gargalhadas.

O malvado aproveitara o incidente do travessio a desoras para localizar-se na ilha imune, e desde então nunca mais houve ali sossego para os animais nem paz entre os homens.

Nos casebres da roça há sempre uma pequena cruz pendurada às portas. É o meio de livrar a vivenda do hospede não convidado. Mesmo assim ele ronda a moradia e arma peças a quem se aventura a sair para o terreiro.

Espalha a farinha dos monjolos, remexe o ninho das poedeiras gorando os ovos, e judia das galinhas. Se a casa não é defendida, é dentro que opera. Esconde objetos; estraga a massa do pão posta a crescer, esparrama a cinza dos fogões apagados em cata de algum pinhão ou batata esquecidos.

Se encontra, ainda, alguma brasa, malabariza com ela e ri-se perdidamente quando acontece cair a brasa pelo furo das mãos. Porque, além do mais, tem as mãos furadas, o raio do moleque...

As porteiras, como as casas, são vacinadas contra o Saci. Rara é a que não traz uma cruz escavada no macarrão. Sem isto o Saci divertir-se-ia em faze-la ringir toda a noite ou abri-la inopinadamente diante do transeunte que a defronta, com grande escândalo e pavor deste, que adivinha logo o autor da amabilidade e a repele com esconjuros.

Os cães apavoram-se quando percebem um Saci no terreiro e uivam retransidos. Refere um depoente o caso de d. Evarista. Morava esta senhora numa casinha de barro, já velha e buraquenta, em lugar infestado. Certa noite, ouviu a cachorrada prorromper em uivos lamentosos. Assustada, pulou da cama, enfiou a saia, e tonta de sono foi à cozinha cuja porta abria para o quintal. Ali chegada estremeceu de assombro: um Saci arreganhado erguia-se de pé na soleira da porta. E disse-lhe com diabólica pacholice: —Boa noite, d. Evarista. A velha, perdeu a fala e desabou na terra-batida, só voltando a si pela manhã. Desde aí nunca mais lhe saiu das ventas um certo cheiro a enxofre...

Se fossem só aparições... Mas o Saci inventa mil coisas para azoinar a humanidade. Furta o piruá de pipoca deixado na peneira, entorna vasilhas d'água, enreda a linha dos novelos, desfaz os crochês, esconde os roletes de fumo.

Quando um objeto desaparece, dedal ou tesourinha, é inútil campea-lo pela casa inteira que nunca o encontrareis. Basta para isso, entretanto, que se dêem três nós numa palha colhida dum rodainho, e que a ponham sob o pé de uma mesa. O Saci amarrado e imprensado visibilizará incontinente o objeto em questão para que o libertem do suplício. Rodainho... A ciência explica este fenômeno mecanicamente pelo choque de ventos contrários e não sei que mais. Lérias! É o Saci quem os arma. Dá-lhe, em dias ventosos a veneta de turbilhonar sobre si próprio como um pião. Brincadeira pura. A deslocação do ar produzida pelo giroscópio de uma perna só é que faz o rodainho, onde a poeira, as folhas secas, as palhinhas dançam em torno dele um corrupio infrene. Há mais coisas no céu e na terra do que sonha a tua ciência, Ganot!

Nessas ocasiões é fácil apanha-lo. Um rosário de capim, bem manejado faça-o infalivelmente. Também há o processo da peneira: é lança-la, emborcada, sobre o núcleo central do redemoinho. Exige-se, porém, que a peneira seja de cruzeta.

A figuração do Saci sofre muitas variantes. Cada qual o vê a seu modo. Existem, todavia, traços comuns sobre os quais a opinião é quase unânime; uma perna só, olhos de fogo, carapuça vermelha, ar brejeiro, andar pinoteante, cheiro a enxofre, aspecto de meninote. Uns tem-no visto de camisola de baeta; outros de calção curto; a maioria o vê nu.

Quanto ao caráter há concordância em lhe atribuir um espírito mais inclinado à brejeirice do que à malvadez. Vem daí o misto de medo e simpatia que os meninos peraltas consagram ao Saci. É um deles, mais forte, mais travesso, mais diabólico; mas é sempre um deles o moleque endemonhiado, capaz de diabruras como as sonha a “saparia”.

A curiosidade despertada pelo inquérito do “Estadinho” denota como está generalizada entre nós a credence. Raro é o brasileiro que não traga na memória a recordação da quadra saudosa em que “via sacis” e os tinha sempre presentes na imaginação exaltada. De modo que, convidados a falar do duendezinho, todos impregnam seus depoimentos da nota pessoal das coisas vividas na infância. Referem-se a ele como a um conhecido velho que a vida, a idade, o discernimento, os fez perder de vista, mas não esquecer. Este inquérito pela massa preciosa de informações colhidas, fornecerá elemento para um livro curiosíssimo onde o Saci seja estudado rigorosamente à luz da ciência demonológica. Livro para o psicólogo e para o povo, duplamente interessante, pois. Este encontrará nele um reflexo da sua mentalidade, e divertir-se-á com os inúmeros casos narrados; aquele terá ali material para preciosas deduções. O inquérito continua aberto e breve será feito um concurso entre desenhistas e escultores, com prêmios às melhores representações do moleque demoníaco. Entrará ele, assim, definitivamente, para o seio da arte.

M. L.

A questão do estilo

O estilo é a fisionomia da obra d'arte. Produto conjugado do homem, do meio e do momento histórico é pelo estilo que ela adquire caráter.

No rosto humano trate-se de um hotentote ou de um dólico-louro, a mascara subsiste sempre adstrita ao esquema morfológico da espécie; tem dois olhos, nariz, boca e orelhas; mas apesar disso nunca se confunde uma com outra. Paira nelas um elemento sutil de penosa definição, embora flagrante: o “fácies” fisionômico.

Assim na obra d'arte, além dos elementos intrínsecos, permanentes, regidos pelas leis eternas das proporções e do equilíbrio rítmico, há o estilo que mais não é senão a sua fisionomia inconfundível. Resultante da personalidade do artista representa ele o vinco forte do seu temperamento emotivo. Se, porém, da poesia, pintura ou escultura – artes mais suscetíveis de se impregnarem deste coeficiente pessoal, passarmos à arquitetura, amplia-se o fenômeno, sem entretanto refugir à lei. Já não é o homem, senão o meio, quem imprime o estilo à obra. O elemento individual rara dá algo de seu. Mas dá muito, dá tudo, a estesia média da coletividade. O estilo arquitetônico varia conforme o grau de inteligência, compreensão e sentimento artístico de cada povo. Nasce como planta indígena do solo, se o povo é criador e espontâneo como o grego. Na arquitetura helênica nada grita em dissonância com o homem ou a terra; nunca houve nada mais bem adaptado à paisagem envolvente, à índole da raça, seus usos e costumes, suas necessidades, seus sentimentos e idéias. A simplicidade de vida do povo eleito, a formosura do tipo de vida livre, a acuidade do pensamento, a frugalidade do grego, tudo soa afim com a singela nobreza dos seus monumentos.

No Egito, onde tão outra era a psíquica coletiva plasmada pela casta sacerdotal, a feição da arquitetura é hierática e angulosa, despida de graça, e norтеada sempre no sentido de sugerir idéias de grandeza.

Na China... Haverá arquitetura mais digna de estudo como produto rigorosamente lógico das condições de vida, estádio mental e hierarquia tradicionalista de um povo?

A Rússia, entresachamento etnológico de bárbaros, europeus e asiáticos, não denuncia o espírito resultante desta interpenetração por um estilo onde se tramam todas as aspirações estéticas dos componentes?

O mundo otomano não deu à arte a mesquita, cujas cúpulas e minaretes dizem tão bem com os hábitos religiosos, vida e usanças da gente do Corão?

Os árabes em sua expansão africana não criaram uma fórmula maravilhosamente deduzida do clima, caracterizada pela nenhuma inclinação do telhado, uma vez que não existiam chuvas determinantes de tal defesa?

Em Espanha este mesmo povo não ideou formas novas, adaptando ao novo ambiente as formas velhas, tradicionais, vindas da terra de origem?

Em Holanda o terreno alagadiço, a umidade atmosférica, a vida caseira, não criaram um tipo de habitação, e, portanto, um estilo em íntima harmonia com as injunções locais?

É inútil prosseguir neste enumeração, que abrangeria todos os povos. Sem estilo, incapaz de fisionomia arquitetônica não há um sequer. E não há nenhum porque seria isso negar a grande lei da biologia a que tudo se reduz: a adaptação.

Somente nos povos “in fieri” como os sul-americanos é que um exame superficial delata semelhante desvio biológico. Exame superficial, digo, porque se o aprofundamos surge clara a chave do caso. Todos os povos atravessam períodos correspondentes na vida humana ao da infância, épocas em que os traços fisionômicos, indefinidos, vagos, denunciam mal a feição futura do adulto. Estamos nessa fase, por assim dizer cósmica. O simples fato de, pela imprensa, debatermos esta velhíssima questão do estilo, denota a nossa puerícia étnica. Porque é pueril discutir-se com apaixonamento... se um dia teremos bigodes na cara, e barba, e rugas na testa, e expressão no olhar, isto é, estilo.

Mas pelo fato de o não termos hoje é absurdo negarmo-nos direito à fisionomia. Se o não temos “ainda”, tê-lo-emos um dia. E a prova disso está em que já surgem tendências anunciadoras disso. Já nos examinamos ao espelho, já procuramos conhecer em que sentido se vão cristalizando ou se devem cristalizar os nossos traços fisionômicos.

Eis a questão.

Um brado apaixonado em excesso irritou. Bom sintoma. Só não se irrita a matéria morta. Muito de indústria fugimos à justa medida. Esta deve resultar do choque violento de correntes contrárias exacerbadas.

O sr. Stockler das Neves no seu belo artigo estampado no “Jornal” defende o ponto de vista contrário ao nosso. Condena a tentativa de vários arquitetos de talento que foram ao passado buscar linhas tradicionais para animar suas obras com um eco de saudade. Parece-nos que o sr. Stockler não apreendeu bem o alcance desse gesto. Do contrário não o malsinaria. Haverá nada mais belo que o filho venerar o pai. E o presente compreender com amor o passado? Pode um povo subsistir com dignidade procedendo de maneira inversa? Está claro que não. Esse movimento fecundo que Ricardo Severo iniciou com tanta discrição e ao qual já se filia uma plêiade de artistas altamente compreensivos é o primeiro vagido de uma coisa muito mais significativa do que o sr. Stockler supõe. E o tatear dos primeiros passos para a criação do estilo brasileiro. Mas o sr. Stockler nega que o possamos ter. Põe-nos assim numa situação aparte no mundo, visto como “todos” os povos o têm. Outorga-nos o “record” da incapacidade.

E baseia a sua negação num trecho de L. Cloquet. Entretanto, por uma estranha coincidência, se tivéssemos de fundamentar uma opinião com uma opinião alheia, nem de encomenda obteríamos melhor padrinho do que Cloquet. Diz ele: “Ao nosso ver não podemos fugir hoje a este dilema: ou adotar as fórmulas de um estilo histórico, ou criar de pancada fórmulas novas.

Mas como um homem não pode implantar uma língua, seja ela o volapuck, assim também a invenção pessoal não poderá nunca criar um novo estilo.

Cada vez que um arquiteto procura deliberadamente afastar-se dos estilos consagrados cai na excentricidade.

Os grandes estilos antigos, que assinalaram as grandes épocas históricas, desenvolveram-se como a árvore secular, mergulhando as raízes no solo. Partiram dalgumas fórmulas alheias, as quais foram desenvolvidas e apuradas por modificações contínuas, numa evolução lenta, através de inúmeras gerações, etc.”

Pelo dilema de Cloquet – que alias não subsiste em face da obra de Otto Wagner – ou criamos de chofre o nosso estilo ou apelamos para fonte histórica. Criá-lo de chofre seria o ideal, mas falta-nos talento. A maioria dos que por aqui impam de arquitetos não passam de copistas plagiários. Agarram nos álbuns de arquitetura editados em Itália ou França e pilham fachadas com a sem cerimônia de quem bate uma carteira. Se têm um pouco de consciência disfarçam o furto, pilhando quatro ou cinco projetos para com os furtinhos manhosos formar um sexto, que assinam. Na minoria, porém, há arquitetos de valor real, talento indiscutível e grande

honestidade. Receosos de criar, embora lhes não falte capacidade para isso, esses fazem obra honesta, orientados por todos os estilos europeus. Desta minoria um grupo se destaca.

São os que realizam a segunda ponta do dilema de Cloquet recorrendo a um estilo histórico, Cloquet diz: “um” estilo histórico. Que “um” deve ser este? Interfere aqui o Bom-Senso: será o estilo que se revele mais afim com o sentimento do país, sua vida, seu passado, suas tradições. Serão, portanto, em nosso caso, os estilos que floresceram na península ibérica. Porque é lógico, é irrefragável que não pode ser o estilo histórica da China, nem o da Turquia, nem o da Rússia. Disto se conclui que jamais Cloquet veio tão a pique para dirimir uma contenda.

— Já que vocês não tem talento para criar fórmulas novas, desenvolvam o estilo histórico, revicem-no, façam-no crescer e enfolhar como a árvore, cujas raízes mergulham no passado e bebem a seiva da tradição. Só assim, partindo dessas fórmulas consagradas, numa evolução lenta, através de numerosas gerações, modificando-as, desenvolvendo-as e apurando-as podereis ter arquitetura. Fora disso sereis tão arquitetos como o sujeito que verte do francês um romance de Paulo de Kock é romancista.

Assim fala Cloquet. E como o sr. Stockler compartilha a sua opinião, não há entre nós divergência nenhuma fundamental. Os tradicionalistas que exultem por ver acrescido o seu pequenino núcleo com mais este valioso paladino. Quando, inesperadamente, da falange contrária surge uma adesão deste valor, a idéia está consagrada. Não admira. Possui estranhos amavios o ideal tradicionalista, os amavios do sangue, os amavios da raça, os amavios da saudade. Os seus adversários filiam-se a ele sem o perceber...

Monteiro Lobato

O problema do trigo no Brasil

A perturbação do nosso comércio de trigo com a Argentina dá lado a várias sugestões interessantes à nossa econômica alimentar.

A natureza dosou o trigo como se tivesse em vista basear na sua assimilação a vida do homem.

Desde épocas imemoriais é dele que sai a nossa carne. A história não aponta nenhuma civilização alicerçada em regime bromatológico outro que não o frumentáceo.

Sem o pão como base cat-enérgica do animal “homo” nunca surgiu raça vivedoura, capaz de sobrevivência vitoriosa.

As que por contingências mesológicas fogem de haurir nele a vida não passaram e não passam de meras tentativas, condenadas a miseráveis estagnações ou retrogressão impiedosa.

Temos o exemplo em casa. Nós, brasileiros, valem fisiologicamente menos do que o português e no entanto que somos nós, os brancos do Brasil, senão o mesmo português posto em novo “habitat”? Por que com o transplante perdemos em peso e vigor de músculos? Por que na fornalha do nosso organismo queimamos quantidade menor da preciosa hulha da vida.

Somos o português desmedrado por insuficiência de pão.

Importa o Brasil cerca de 450 mil toneladas de trigo anualmente, o que dá para consumo diário por cabeça a média mesquinha de 50 gramas. Já à nossa vizinha do Prata cabe um coeficiente de “per capita” de 500 gramas! É inútil tirar as tristes ilações fisiológicas decorrentes deste fato e apreensíveis à simples inspeção visual.

Além desse baixo consumo de trigo no Brasil releva notar um fenômeno alimentar inverso à normalidade perceptível nos demais povos. Aqui é o rico e é o homem das cidades quem consome o trigo importado.

A população rural priva-se dele. No resto do mundo é sobretudo o homem do campo o grande consumidor do trigo, de modo que as raças degeneradas nas cidades pela má mesologia

urbana retemperam-se de contínuo com a absorção do vigor racial mantido puro na população campesina.

O nosso homem da roça não pode desempenhar este papel. Desconhecedor do pão que no interior é objeto de luxo, é gulodice cara, alimenta-se ele exclusivamente de milho, feijão e mandioca, produtos tropicais incapazes de beneficiar o organismo humano com a riqueza com que o faz o abençoado cereal. Por esse motivo as nossas “urbs” para conservar o “tônus” do vigor muscular, se querem fugir à estagnação, importam sangue exótico de raças filhas do trigo. Há o progresso entre nós unicamente nas zonas de permanente infiltração de sangue europeu. Nestes centros o hábito, a facilidade de importar e um inconsciente instinto de conservação mantêm e aumentam sempre o consumo do trigo.

Como o homem é o que come, e as raças em qualquer ramo da zoologia, se fazem pela boca, com o variar da alimentação no Brasil vemos o variar dos homens e dos animais.

No sul, zona pastoril e produtora de trigo, o pão e a carne ajuntam-se à alimentação usual do brasileiro, e dão em conseqüência um tipo de homens vigorosos, de boa cor, encorpados e pesados, em contraste flagrante com o tipo cada vez mais exíguo do nortista todo cabeça.

Se no pouco tempo de vida que tem a etnologia brasileira, o homem povoador – o português, sendo um e o mesmo, se diferenciou a ponto de apresentar o tipo grandalhudo do riograndense do sul e o tipo “rabougri” do riograndense do norte, o segredo reside todo no regime alimentar mais completo no sul do que no norte. Experiências feitas em várias espécies animais demonstram como eles, num mesmo ambiente, variam com rapidez sob o influxo da alimentação. Se ao nortista de hoje dermos um regime novo, baseado no trigo, na carne, no vinho, em poucas gerações ele ganhará a medida normal que esse regime tem proporcionado ao animal humano em todas as partes do mundo.

Advertido pelo instinto de conservação o Brasil procura obter o trigo permutando-o com os seus produtos tropicais. As zonas que se enriquecem, como a cafeeira, por exemplo, adquirem trigo e consomem-no em escala cada vez maior. E o povo aí revigora-se.

As zonas pobres vêem-se privadas de tal permuta e o povo positivamente enfeza-se e aniquila-se. S. Paulo, como o mais rico, é o Estado que hoje mais corrige os males da alimentação tropical a força de dinheiro, comprando pão.

E sabiamente procede. Comprar trigo em escala ascendente é comprar bons músculos, é adquirir rija vitalidade.

Pergunta-se: se é o trigo assim coisa preciosa à vida porque o não cultivamos já que terras não nos escasseiam?

É que as coisas não são tão simples como as supõe a tua superficialidade, ó impressa!

Os jornalistas dissertadores de “omne re scibile” apontam todos os dias essa solução clara como a água filtrada, e orgulham-se do descobrimento da pólvora.

No entanto as tentativas de cultura do trigo entre nós resultaram sempre desastrosas. Rotina, mau aparelhamento agrícola, etc., etc., exclamam. Nova descoberta de pólvora. O caso é muito mais sério do que parece. Ainda que resolvamos o problema da cultura do trigo resta a saber se esse trigo é trigo.

O nosso país está situado fora da zona desse cereal; embora ele aqui vegeta e produza, está fora da sua zona de vegetação “industrial” ou “utilitária”, isto é, daquela onde a sua cultura remunera o trabalho e dá produtos perfeitos.

A temperatura sendo o regulador da vida vegetal na sua distribuição em espécies pela superfície do globo, só artificialmente o agricultor consegue manter culturas fora das zonas normais. No quadro onde Haberlandt põe em correspondência a latitude e a temperatura com as zonas normais de vegetação das espécies, vemos o trigo entre 40 e 50° de latitude e entre 5 e 13° de temperatura média anual.

É a zona das grandes civilizações, dos grandes povos, das raças fortes e progressivas. Fora dela ainda não surgiu etnologicamente, ou historicamente nenhuma manifestação brilhante de vida. Ora, o quadro de Haberlandt nos condena... Condena-nos a ir vivendo esta vidinha enfezada e mambembe, em que recorremos cada vez mais aos ouropéis da retórica para encobrir mazelas fisiológicas que só os cegos não vêem. Este viver cansado, deprimido, impulsivo, incapaz de afirmações brilhantes é o mesmo viver de todos os povos colocados pelos maus fados dentro da mesma faixa isotérmica. De todo o Brasil escapa a essa miséria a zona abaixo do tropico, de 23° de latitude S. para cima. Graças ao corretivo da altitude, e à boa vontade, podemos espichar até 20° a nossa zona passível de civilização, abrangendo S. Paulo e o sul de Minas. O resto, em que pese ao nosso amor próprio, ao patriotismo e à retórica, é África onde naufraga a tentativa do colonizador europeu.

De 20° até o Rio Grande o trigo medra, mas sujeito a pragas infernais e de qualidade inferior aos bons trigos de entre 40 e 60 graus.

É da experiência diária dos moageiros, negociantes de cereais e consumidores a expressão cortante de que o trigo nosso “não presta”.

Por que? Não n’o sabem dizer.

Entretanto a química agrícola, pelo menos teoricamente, confirma-lhes o asserto empírico quando estuda a relação entre o ciclo vegetativo das plantas e a soma integral das temperaturas. O trigo no seu “habitat” exige uma integral média de 2.000 graus de calor segundo os cálculos de Boussingault. Ora, na zona sub-tropical em que a integral das temperaturas é de 7.650° o trigo se vê, pelo excesso de calor, obrigado a encurtar o seu ciclo vegetativo para conservar o ritmo biológico, o que faz com prejuízo da perfeita assimilação dos elementos minerais constitutivos da sua pujança alimentar. É o caso da fruta amadurecida à força fora da árvore, que perde em sabor e valor nutriente o que ganha em rapidez de maturação.

Vê-se como é complexo o problema do trigo no Brasil, muito mais do que o supõe a leviandade do jornalismo.

O nosso problema é pois ou continuar a adquiri-lo e pagar assim eternamente um pesado tributo pelo crime da nossa latitude, ou pedir à ciência que nos resolva a equação agrícola da produção barata e eficiente.

Para tais coisas é que ela, a ciência existe, para vencem os óbices que a natura antepõe ao homem na sua obra de adaptação ao meio.

Sem infringir as leis naturais, antes respeitando-as escrupulosamente, e mais e mais quanto mais as vai conhecendo, a ciência já tem operado maravilhas neste campo. Não é pois pedir-lhe muito, pedir-lhe que nos resolva este problema vital.

Só ela nos dará o remédio adequado; - do contrário o que nos resta é continuar a adquirir vida adquirindo trigo de fora.

Há tempos o sr. Teixeira de Freitas acenou-nos com um processo novo que, na sua opinião, arrancaria o Brasil a este pego de “mal chance” criado pela má situação geográfica. Que melhor ocasião do que esta, em que se nos fecha abruptamente um mercado de trigo, para s. s. revelar ao país a lei misteriosa, fecundíssima em conseqüências práticas, que diz ter descoberto?

Monteiro Lobato

SANEAMENTO DO BRASIL

A ação de Oswaldo Cruz

I

Nós brasileiros vivemos de longa data num delicioso mundo da lua. Viver no mundo da lua é a melhor expressão inventada pelo povo para definir aquele camoneano estado de alma ledó e cego do episódio de Inês de Castro.

Sempre vimos errado, a nós e às nossas coisas, e apesar de decepções inúmeras vemo-nos ainda às avessas. Um tanto mundices da lua ganharam foros de axiomas retóricos desses que se demonstram pelo simples enunciado, v. g.: a tríplice miragem da nossa riqueza, da nossa inteligência e da nossa “invencibilidade”.

Tais dogmas resumem-se assim:

1º - “Somos um dos povos mais inteligentes e sensatos do mundo” (afirma Alberto Torres no “Problema Nacional”, consolidando uma opinião generalizada; mas como o pensador gasta as 400 páginas do seu livro em demonstrar que num século apenas de vida livre chegamos à completa “degradação moral, política, econômica e financeira”, o leitor sai do seu livro com esta mirífica lição: quanto mais inteligente e sensato é um povo tanto menos capaz de organização e progresso se revela).

2º - Somos o país mais rico do mundo (poetas, jornalistas, patriotas, mensagens governamentais, etc.).

3º - “O Brasil é o único povo, além do Japão, que jamais foi vencido em guerra” (didatas, oradores de Recreativas, Victruvio Marcondes, etc.)

Em prosa, palestra, conferências, “meetings”, poliantéias, artigos de fundo, revistas de agricultura, livros escolares, hinos da Guarda Nacional e no sr. Afonso Celso, estes dogmas, lardeados de comovidas ufânicas pelas demais maravilhas da nossa terra, impam solenes, com ares comiserados pelo resto do mundo, esse miserável resto do planeta que não tem a sorte de ser Brasil.

Cardumes de poetas menores – desses para os quais em sua República Platão (ó divino Platão!) legislava:

“Coroai-os de rosas, e expulsai-os em seguida” – por sua vez puseram, em verso, a grande ilusão, de modo a perpetuá-la pela mnemônica da rima e do metro na cabeça fraca do povo. O povo, ingênuo que é, decorou a sério o agradável estribilho da riqueza sem par, da inteligência primacial e da invencibilidade parelha da nipônica; e, conseqüente com o ensinado, assumiu uma atitude lógica: papo ao ar em sorridente sonolência. Se somos assim ricos, e geniais, e invencíveis, gozemos disso em doce “otim cum dignitate”.

Por seu lado a política sarcoptosa interessada na lombeira budista do povo entrou a confirmar oficialmente a miragem por meio de velhaca literatura dos relatórios ambrosíacos e mensagens nectarinas.

Dessa falseada visão das coisas vieram males sem conta.

Hoje, graças à pressão da evidência, já cada um procura ver com os próprios olhos e a convencer-se de que entre as flores da retórica e os frutos da realidade corre séria discrepância.

Riqueza. Termo-la no seio da terra, no azoto do ar, nas essências florestais, e nas ufanias do sr. A. Celso, e não a termos sonante no bolso, é ser nababo à moda do miserável chinês em transe megalomaníaco do sonho opiáceo. A noção econômica de riqueza, desde Adam Smith é um pouquinho diversa – a mesma diversidade que vai da palavra “libra esterlina” à rodelinha amarela chamada libra esterlina.

Inteligência. O grau da inteligência individual ou coletiva, mede-se em toda a parte pelos efeitos resultantes; uma que não consegue na vida nacional senão efeitos desastrosos e grotescos, bem pode ser que mereça um nome diverso, e até oposto. Não nos deu ela sequer esse elemento primordial da vida das coletividades, administração e justiça, isto é, organização perfeitamente adaptada ao meio.

Nas demais manifestações, letras, artes e ciência, ainda não criou coisa nenhuma; sempre satelitante como uma lua morta em torno dos movimentos europeus, copia-lhes com servilismo a letra sem nunca assimilar-lhes o espírito.

O “nosce te ipsum” preceito fundamental do progresso, pedra básica de toda criação social, e individual, não o praticamos ainda: a fauna mentirosa dos panegiristas poliantécicos inda vigente prova como nos conhecemos pouco.

Só agora é que o instinto de conservação reagindo em face de perigos dia a dia mais sérios, começa a nos descataratar os olhos. Damos a impressão de um povo que estremece no despertar dum longo sono de ópio. Já principiamos a nos estudar “in anima vile”, medrosos ainda, tatibitates, às apalpadelas pelo caminho penhascoso da observação direta e pessoal.

O ponto de partida deste movimento entronca em Oswaldo Cruz. A escolha desse homem para um cargo de higiene no Rio foi o maior passo, talvez o único, dado pelo país durante a república, para arrancar-se do atoleiro onde lentamente afundava. O acaso permitiu que em vez de um burocrata desinfestador e papelífero como os anteriores, penetrasse na administração um homem de gênio servido por um temperamento de organizador. Esse fato teve uma altíssima significação não percebida no momento: era o moderno espírito científico a tomar pé no país da rotina.

Uma era nova abria-se sem que déssemos tento: a verdadeira significação dos fatos só pode ser avaliada depois que a corrente das conseqüências, no estirar do tempo, permite a visão perspectiva. Até Oswaldo o médico no Brasil era o Chernoviz: xaropes, iodureto e a continha. Curava – quando curava; não prevenia. O higienismo dormia o sono das crisálidas, apesar do intensíssimo movimento científico europeu determinado pelas teorias pasteurianas.

Pasteur descobrira um novo reino da natureza, o bacterial, ponto de convergência, confusão e elaboração dos três reinos clássicos – mundo novo até ali apenas vislumbrado intuitivamente pela metafísica duns tantos precursores proféticos. Pasteur revelara o que por imagem chamaremos a teoria atômica da vida, esse esfervilhar invisível de vibriões que fazem e desfazem os organismos superiores, transportam o orgânico para o inorgânico, elaboram a matéria morta para a criação da matéria viva, e dirigem, conjugando-as, a vida do vegetal e do mineral. Mundo maravilhoso do suprasensível onde a micro-sociedade de invisíveis anõezinhos belicosos em guerra permanente faz do nosso corpo um eterno campo de batalha, e transformam a pobre criatura humana, de homens sãos, em loucos, luáticos, tuberculosos, lázaros, leishmânicos, tísicos, papudos, paralíticos, afásicos, tracomatosos, cretinos, coléricos, etc.; que as mata nas agonias horrendas do tétano ou lhes faz da vida um calvário longo de misérias, conforme vence esta ou aquela facção, o espiroqueta ou o bacilo de Hansen, uma leishmania ou gonococcus, o tripanossoma Cruzi ou a vírgula da cólera.

Aberta por Pasteur a devassa micro-orgânica todas as ciências filiadas à biologia desentranharam-se em maravilhosos surtos das mais variadas e portentosas conseqüências.

Inaugurou-se para a humanidade uma era nova; a era dum novo sentido, a ultra-visão. A higiene nasceu.

Só o Brasil, desaparelhado cientificamente como uma china antártica, permanecia combatendo seus males caseiros com as velhas seringações empíricas do dr. Purgon de Molière.

Na Europa, ao gesto de Pasteur, uma legião de sábios verdadeiros formou fileiras em torno das suas idéias. Aqui em torno de Oswaldo, um pugilo de estudiosos cerraram-se em Manguinhos, cheios de ardor apostólico. O que em tão curto prazo esses moços heróicos fizeram nunca será louvado em excesso.

Oswaldo, Gaspar Vianna, Chagas, Neiva, Lutz, Astrogildo, Chaves, Villela e Belisário Penna fizeram num lustro o que a legião de chernovisantes anteriores não fez num século. Não que sejam criaturas de exceção, gênios todos incendiados de faúlas divinas, mas simplesmente porque, aparelhados com os métodos modernos estudam e trabalham norteados pelo fecundo critério pasteuriano. Esse método, essa idéia nova tão fecunda em resultados que anima todos os filhos de Pasteur, qual é ela? Uma anedota a define.

Quando o governo francês incumbiu Pasteur de investigar as causas de certa moléstia do bicho da seda, o modesto farmacêutico transportou-se para a zona infectada e ali parou na cidadezinha obscura onde residia o insigne Henrique Fabre. O entomologista recebeu ao desconhecido Pasteur com toda a cordialidade, e ouvindo de sua boca ao que vinha mostrou-lhe uns casulos contaminados que por acaso tinha à mão. Pasteur fez cara de quem enxergava aquilo pela primeira vez.

— Que diabo é isto? Perguntou.

— Pois é o casulo que v. vem estudar, retrucou Fabre espantado de tamanha ingenuidade.

Pasteur examinou-o por uns instantes e depois disse:

— É interessante! – e chocalhando o casulo ao ouvido num movimento de criança: “Ça sonne!”

Ignorava por completo o objeto do estudo; não obstante, concluído este, a moléstia que ameaçava arruinar a zona da seda era subjugada para sempre.

Eis o segredo. É mister abordar os problemas com absoluta isenção de ânimo, limpo o observador de idéias preconcebidas, de espírito partidário, de facciosidade de escola, de sentimentalismo pueril; é força começar do princípio, não interpor entre o caso em foco e o sólido

preparo técnico do cientista nenhum apriorismo perversor. O verdadeiro sábio não emite opinião: consulta o laboratório e repete o que o laboratório diz sem enfeite nem torção.

É com esse espírito novo que havemos de estudar e resolver os nossos problemas, - e este espírito por enquanto só se denuncia em Manguinhos.

O povo cretinizado pela miséria orgânica de mãos dadas à mistificação republicana olha em torno e só vê luz no farol erguido por Oswaldo num recanto sereno do Rio. Só de lá tem vindo, e só de lá há de vir a verdade que salva. Assim foi que de lá reboou esse veementíssimo brado de angústia que é o livro de Belisário Penna – O Saneamento do Brasil – voz de sábio que escarna ao vivo as mazelas do país idiotizado, exangue, leshmanioso, papudo, faminto na proporção de 80 por cento, e grito de indignação dum homem de bem contra a fúria organizada em sistema político que roi com fúria acarina o pobre organismo inânime.

Monteiro Lobato

SANEAMENTO DO BRASIL

20 milhões de opilados

II

Computam os estadistas em 30 milhões de habitantes a população do Brasil. Destes 30 milhões 21 milhões são criaturas derreadas no físico e no moral pela ancilostomose. Os estudos médicos de Manguinhos fixam nas alturas do 70% a proporção dos brasileiros avariados por essa calamidade. Mal da terra denominou-o com muita propriedade o povo, que também o conhece por cangoari, opilação, amarelão. É bem o mal por excelência da terra brasileira que assim inutiliza dois terços dos seus filhos. Donde provém semelhante flagelo? Qual a marcha da moléstia?

Dois parasitos intestinais, o “necator americanus” e o “ankylostoma duodenae”, irmãos morfológicos a ponto de se confundirem, aboletam-se no duodeno como em casa sua. Aí passam a vida em famílias de um macho para três fêmeas, ocupados na faina de perpetuar a sua execrável espécie. Não há ser mais bem aparelhado para a sobrevivência do que este verme. Cada fêmea dá-se ao trabalho de pôr 6.000 ovos por dia, em média, e como é por milhares que vivem apenduricalhados na mucosa de um pobre intestino, cada doente de opilação funciona como um oviduto, uma indireta máquina de pôr ovos alheios, capaz de expelir diariamente mais de um milhão. Esta formidável desova é lançada com as fezes pela superfície da terra, onde vai amadurecer. Em 24 horas está completa a incubação e salta fora do ovo a ninfa. Se o vibrião encontra condições mesológicas propícias – e entre nós encontra sempre calor e umidade no grau requerido – enquistam-se incontinenti numa carapaça protetora e deixam-se ficar ao leu, nas poças d’água, nos lugares sombrios, à espera dum pé incauto a que possam aderir. A invasão do organismo humano se faz ou pela boca, na ingestão de alimentos contaminados, ou através da pele dos pés. Localizam-se entre os dedos, no dorso, ou onde podem, e enfiam-se por um poro a dentro até ganhar o primeiro canal linfático. E por ele acima, em viagem de Júlio Verne pelo corpo humano, caminham guiados por maravilhoso instinto, até localizarem-se no duodeno em cuja mucosa se aposentam comodamente, ferrando nela a ventosa armada de grifos. E ali passam

a regalada vida, sorvendo o sangue do paciente e exudando em troca uma toxina de terríveis efeitos.

Este verme dá a perfeita imagem dos parasitos sociais que se aferram ao Estado e em lânguido ócio mamam a vida inteira o sangue-dinheiro elaborado pelas classes produtoras. O funcionário público aposentado classifica-se com exação no gênero “*ankylostoma aerarii*”, sem que se lhe faça nenhum favor.

O ciclo do ancilóstomo é, pois, este: mucosa intestinal como “habitat” do indivíduo adulto; em estado de ovo desce ao intestino grosso e de lá à terra carreado nas fezes; uma vez na terra desabrocha em ninfa; a ninfa adapta-se ao ambiente e espera com infinita paciência o “pé no chão” da estúpida criatura feita à imagem e semelhança de Deus; encontrado o pé propício a ninfa ri-se do rei da criação, finca-se num poro e penetra no corpo do rei por escaninhos e portas de seu conhecimento instintivo, até alcançar a Canaã do duodeno onde se aposenta com todos os vencimentos, entregue à tarefa agradável de botar ovos aos milheiros para que não haja hipótese de perigar a sobrevivência de tão precioso animalzinho.

Os males causados pelo horrendo verme no organismo humano não têm conta. A permanente sugadela do sangue traz logo profunda anemia; a hemoglobina, cuja proporção normal no sangue é de 80%, cai até abaixo de 20%; os preciosos glóbulos vermelhos são destruídos em massa, decaindo do coeficiente normal de cinco milhões por milímetro cúbico para a miséria de um milhão e ainda menos. De par com estas, outras alterações sofre o sangue, as quais se refletem na econômica do paciente, redundando em baixa do seu tônus vital, enfraquecendo a defesa natural do corpo e tornando-o propício à invasão vitoriosa de todas as doenças. E ainda predispõe o opilado ao vício da cachaça a cujo lenitivo recorre para contrabater a permanente sensação de frio que o desequilíbrio sanguíneo acarreta. Se ficasse nisso... A inteligência do amarelado atrofia-se, e a triste criatura vira um soturno urupê humano incapaz de ação, incapaz de vontade, incapaz de progresso. Retrato do nosso caboclo quem o dá, perfeito, com fidelidade fotográfica, é o médico ao desenha o quadro clínico do ancilostomado. Tudo mais é mentira, retórica, verso. Esses heróicos sertanejos, fortes e generosos, evolução literária dos índios plutárquicos de Alencar; essa caipirinha arisca, faces cor de jambo, pés lépidos de veada, carne dura de pêssego: licenças poéticas do estro bucólico de poetas jamais saídos das cidades grandes. O que nos campos se vê deambulando pelas estradas com ar abobado, é um lamentável naufrago da fisiologia a que chamamos homem por escassez de sinonímia. Feíssimo, torto,

amarelo, cansado, exangue, faminto, fatalista, geófago, é um viveiro ambulante do verme destruidor.

Do lado feminino é a mulher sem idade, macilenta aos 12 anos, velha aos 16, engruvinhada aos 20, múmia aos 30, e, como o homem, ocupada na tarefa de abrigar carinhosamente no seio a fauna infernal.

É fantástico isto! Milhões de criaturas humanas com a função social adstrita à veiculação das posturas do ancilóstomo!

Um país com dois terços de seu povo ocupados em pôr ovos alheios!

Em consequência da escravização do homem ao verme jaz o país em andrajosa miséria econômica, resultante natural da miséria fisiológica.

E os paredros do litoral, luminares da política, os sumos pontífices da intelectualidade, zaranzas em fisgar soluções puramente formalísticas. Uns, para exterminar os males que decorrem desta lepra do duodeno... querem a revisão constitucional. Basta mudar uns pronomes, puxar para cá uma vírgula do artigo sexto, botar mais dois anos no período do presidente, e voe ancilóstomo!”

Outro quer reforma do sufrágio com direito de voto, estendido às opiladas.

Este convence às massas de que, vestindo farda obrigatória, o doente Brasil sara. Aquele proclama como panacéia, das boas, o parlamentarismo. E o país continua na faina sem fim de ciclar o todo-poderoso verme!...

Entretanto, se é assim destruidor o parasito em causa, nada mais fácil do que combatê-lo.

Bastam apenas duas coisas: defender os pés da infecção pelo uso de sapatos, e evitar a infecção da terra pelo uso da fossa. Fácilimo e difícilimo. Como calçar este país, único no mundo que anda de “pé no chão”? Como inocular na inteligência bruxoleante do povo a necessidade da fossa? Seria uma tarefa talhada às câmaras municipais e inspetores de quarteirão – em contato direto como vivem eles com a gente assolada. Mas de que modo convencer a um coronel prefeito de câmara, ou tenente inspetor, da existência, vida, costumes e ação de um verme que ele não vê?

Estes espíritos fortes só crêem no que olhos enxergam. Disto resulta difícilima a extinção dum mal de fácilima extinção. Não obstante “é preciso” extirpa-lo. A permanência do mal equivale a um suicídio coletivo, nem sequer heróico, da beleza trágica dum sabre a rasgar o ventre dum samurai – mas suicídio lento e indecoroso, coisa degradante que transforma esta grande paragem sul-americana em hospital ao ar livre, povoado de cretinóides encachaçados, a

lamuriar dor na boca do estômago e cansaço. Suicídio em massa de milhões de criatura que no seio duma natureza forte e rica, songa-mongam rotas, esquálidas, famintas, doridas, incapazes de trabalho eficiente, servindo apenas de pedestal aos gozadores da vida que literatejam e politicalham nas cidades donde costumam bradar o “interior” inânime:

— Indolentes! Vadios! Vede como prospera o italiano e o português, ó grande corja de preguiçosos!

E o governo, por boca do facundo chefe da Produção Nacional, insere nas folhas proclamações onde se diz:

— Trabalhai, plantai, lavrai a terra desde a madrugada até o pôr do sol!

E os escravos do verme – 20 milhões de criaturas – ouvem as apostrofes com indiferença mulçumana, e continuam na faina de intensificar a produção de ovos ancilostomóticos para glória imperitura dos nematóides. Há longos anos que é assim. Ninguém clamava. Foi mister que nascesse Oswaldo Cruz, que Oswaldo Cruz fundasse Manguinhos, que Manguinhos reunisse em seu seio uma plêiade de estudiosos, e que dentre eles Belisário Penna desferisse um grito lancinante de angustia para que nós volvêssemos para os males caseiros os olhos postos há quatro anos na guerra européia. Se o Brasil que fala, e pensa, e age, consagrasse um décimo das energias despendidas em comentar os fatos europeus no estudo e solução dos problemas internos... Mas como, se o problema da Alsácia é tão premente?!...

Monteiro Lobato

SANEAMENTO DO BRASIL

Três milhões de papudos e idiotas

III

O tipo da habitação rural no Brasil não varia de norte a sul. Paredes de pau a pique, ripadas de taquara, barreadas a mão e colmadas de sapé, palmas ou cascas de árvore. O barro, ao secar, contrai-se e lagarteia-se de inumeráveis rachaduras, couro propício à ninhação de insetos domiciliares. É nessas rachas que mora o barbeiro, nojento percevejo tamanho como a barata, conhecido ainda por “chupão”, “chupança”, “bicho de parede”, “bicudo”, ou cientificamente, “*triatoma megista*”. Hematófago do homem e outros animais, o horripilante inseto noturno sai com as trevas da sua lura, aproxima-se das vítimas, distende o “fincão” – tromba sugadora de fio navalhante – espeta-o na carne do adormecido e suga-lhe o sangue até cair para um lado de panturra cheia. Como vivem às centenas em cada casebre, ninguém lhes escapa ao ferrão. Belisário Pena conta que certa vez apanhou em flagrante delito de sucção, sobre o corpo de uma pobre criança de quatro anos, 16 ninfas taludas como baratas descascadas, e oito barbeiros adultos, além de cinco que, fartos, já se aprestavam pesadamente para voltar ao esconderijo. Cada um sugando para mais de uma grama de sangue, e alternando-se os vampiros na tarefa, é fácil de imaginar o quanto perdia de sangue por noite essa criança – essa criança que não é “uma” criança, mas a criança do sertão brasileiro...

Ora, acontece que nos intestinos deste asqueroso bicho, o “*tripanossoma Cruzi*”, parasito da moléstia de Chagas, vive, evolui e prolifera; e dali, através da tromba sugadora, passa ao corpo humano no momento da picada. A criatura mordida e inoculada do *trypanossoma* é uma criatura perdida para si, e é para o mundo um novo foco de propagação da moléstia.

Vem logo febre, a qual persiste durante dias e até meses: é o parasito que está ainda vagueante na corrente circulatória. Depois, conforme ele se localiza nas fibras musculares do coração, na substância nervosa, ou nas glândulas secretoras, a vítima apresentará ou gravíssimos sintomas de mortais perturbações cardíacas, ou paralisias, deformações e cretinismo; ou fenômenos variados de endocrinismo.

Quando a localização se dá na glândula tiróide surge a papeira com o seu horrível cortejo de reflexos encefálicos, manifestados numa escala de depressões mentais oscilante entre o simples aparvalhamento e a idiotia completa.

O estudo deste flagelo, cuja etiologia devemos inteira a Carlos Chagas, abre à visão monstruoso quadro patológico que ele entrevira na paisagem rude dos sertões à guisa de um círculo inédito do Dante.

Regiões inteiras assoladas. Parte de Minas, do Piauí, do Maranhão, de Mato Grosso, da Bahia, agonizando nas unhas de um inseto. Três milhões – três milhões! – de criaturas atoladas na mais lúgubre miséria mental e psicológica por artes de um baratão! Crianças dizimadas em massa – e felizes quando morrem; se vingam crescer dão um rastolho humano de sórdido aspecto, que “atenta, diz Chagas, contra a beleza da vida e a harmonia das coisas.” Vilas inteiras onde nem para amostra se encontra um indivíduo indeme.

Em regiões de bom clima, terra fértil e boas águas, a expedição Neiva acampou em cidadezinhas onde não foi possível obter uma informação segura, relativa ao itinerário, porque não existia um só indivíduo que fosse mais ou menos idiota!

Nessas pocilgas humanas, faltas de tudo, desde os elementos básicos da alimentação até as mais comezinhas noções de higiene, a vida é puramente vegetativa, sem beleza, sem dignidade, sem risos – um soturno e eterno gemido de dor escondido pelo rictus apavorante dos idiotas.

E pensar a gente que as vítimas do tripanossoma orçam, nos cálculos de Carlos Chagas, por três milhões – três milhões! Uma população igual à do Estado de São Paulo! Três milhões de quantidades negativas, incapazes de produzir, roendo famintas as sobras da produção alheia, e, o que é pior, condenadas ao mau fado de viveiros do parasito letal para que bem assegurada fique a futura e inevitável contaminação dos sadios...

E, no entanto, as autoridades não movem passo; os literatos das capitais bizantinizam em “estilo torturado” sobre a colocação dos pronomes e outras maravilhas; poetas a granel gastam boas doses de fósforo na metrificação de umas mágoas de mentira, e de uns amorezinhos de esquina; estetas, de olho ferrado na França, auscultam o pulsar do coração latino para fisgar de primeira mão a corrente em via de substituir o parnasianismo; políticos armam e desarmam casos, requerem “hábeas-corpus”, eructando com riqueza de RR roçagantes a grande palavra República.

Um olhar, uma medida, uma campanha contra o grande mal, nisso ninguém cuida – não há tempo, não há verba...

Deste deperecimento progressivo da população resulta o nosso “crac” econômico.

As lavouras organizadas, como a do café, entanguem-se no desespero da falta de braços, mal se interrompe a corrente da imigração européia. Braços! braços! Há fome de braços. Uma país de 30 milhões de habitantes não consegue fornecer braços para a lavoura do café, lavoura que “produz menos que uma única das grandes lavouras açucareiras de Cuba”.

É que os braços estão aleijados. Há-os de sobra, mas ineficientes, de músculos roídos pela infecção parasitária.

E a lavoura vê-se forçada ao ônus indireto de importar músculos europeus, ou chins, ou japoneses – o que haja, contanto que sejam carne sadia e não fibras em decomposição.

Entretanto, a solução definitiva do problema eterno da lavoura quem a dará é a higiene. Suprimindo a ancilostomose, ela restituirá à faina fecunda dos campos vinte milhões de aleijados; destruindo o barbeiro, ela evitará que os três milhões de idiotas e papudos de hoje não sejam seis milhões amanhã. Os existentes ir-se-ão extinguindo – pois a moléstia de Chagas é incurável – mas as gerações futuras estarão libertas do flagelo.

Disto se conclui que a República dos Estados Unidos do Brasil é um gigantesco hospital dirigido por bacharéis.

E conclui-se ainda que é tempo dos sofistas de profissão cederem o passo aos médicos higienistas.

É ridículo, e mais que ridículo, fatal, uma enfermaria desta ordem, coalhada de legistas, discutindo chicanas à cabeceira de milhões de entevados.

O bacharel no Brasil faliu.

Dominando sem peias na política e na administração, não conseguiram eles organizar sequer a justiça. Vivem a lamuriar de juizes, tribunais e leis, da Justiça em suma, uma coisa criada por eles, que funciona por intermédio deles, para uso, gozo e proveito deles – e no entanto positivamente falida.

Manguinhos, nos seus poucos anos de existência, mal dotado pelos bacharéis da governança com verbinhas choradas, resmungadas, ratinhadas às gordas maroteiras, com meia dúzia de estudiosos lá dentro animados pelo espírito criador de Oswaldo Cruz, Manguinhos já fez mais pelo Brasil do que um século inteiro de bacharelise onipotente.

A salvação está lá. Dali tem vindo, vem, e virá a verdade que salva – essa verdade científica que sai nua de arrebiques do campo microscópico como a verdade antiga saía do poço.

Foi esse espírito científico que fez todas as nações prosperadas, e aqui já nos libertou das epidemias. Só ele nos libertará das endemias mil vezes mais funestas. Que é a febre amarela, ou a bubônica em face da malária, da opilação, do flagelo de Chagas? Vê-se, acode-se, previne-se, evita-se, domina-se um morbus que ataca violentamente mil; não há olhos, não há prevenção, não há tentativa de profilaxia para o mal que, sub-repticiamente, arrasa milhões.

Fala-se hoje em pátria mais do que nunca. Jamais o dispêndio de hinos, versos, conferências, artigos, livros, boletins e discursos patrióticos foi maior. Mas no fundo de tudo isso está a retórica vã.

Programa verdadeiramente patriótico, e mais que patriótico, humano, só há um: sanear o Brasil.

Salvação da pátria só há uma: sanear o Brasil.

Guerra com a Alemanha só há uma: sanear o Brasil.

Guerra com o Prata só há uma: sanear o Brasil.

Reforma eleitoral só há uma: sanear o Brasil.

Fomento da produção só há uma: sanear o Brasil.

Campanha cívica só há uma: sanear o Brasil.

Serviço militar obrigatório só há um; sanear o Brasil.

Literatura só há uma: sanear o Brasil.

“E saneá-lo antes que o estrangeiro venha fazê-lo por conta e proveito próprio.” Se tencionamos subsistir como povo soberano, livres do pesadelo da ignominiosa absorção, o caminho é um só: sanear o Brasil.

Por instinto de conservação é força que o bacharel – “*triatoma bacaalaureatus*” – entregue o cetro da governança ao higienista para que este, aliado ao engenheiro, consertem a máquina brasílica desengonçada pela ignorância enciclopédica do rubi.

Monteiro Lobato

O Estado de S. Paulo – 21/03/1918

SANEAMENTO DO BRASIL

Doze milhões de impaludados

IV

O Brasil é o país mais rico do mundo, diz com entono o Pangloss autóctone. Em parasitos hematófagos, transmissores de moléstias, - conclui Manguinhos. E é.

Não bastava o ancilóstomo. Não bastava o barbeiro. Vem completar a trindade a anofelina que veicula o hematozoário de Laveran, pai da malária.

Este micro-organismo aloja-se nos glóbulos vermelhos do sangue, e os destrói; aloja-se ainda no baço, no fígado e no encéfalo, produzindo inchações bem conhecidas, e os acessos perniciosos em que periodicamente tremem doze milhões de criaturas nossas patrícias. (Hão de achar exagerados estes cálculos. Mas justificam-se. Na falta de estatística exata só há recursos às autoridades. Para a população do país valho-me da de Rui Barbosa, que a calculou em 30 milhões. Para o calculo dos palúdicos recorre à de Manguinhos que orça a proporção dos doentes em 40%. Rui e Manguinhos são indubitavelmente duas boas autoridades. Ora, quatro vezes três, doze – aí está a justificação do subtítulo).

Assim, na terra paradisíaca onde vinte milhões de criaturas vivem para uso e gozo do ancilóstomo, e três milhões pagam pesado tributo de sangue, vida e inteligência a um miserável percevejo, doze milhões tiritam na febre consuntora do impaludismo. Para alcançar tais números é força que a maioria dos doentes abriguem simultaneamente no organismo os três hóspedes letais. E é o que se dá.

A malária, depois da ancilostomíase, é a maior responsável pela degradação fisiológica do povo brasileiro. Anemia-o, engurgita-lhe fígado e baço – mata-o.

O agente transmissor é a anofelina, um mosquito irmão do pernilongo caseiro, culicina, esse importuno músico do “fium” que nos manteve sob a flagelação amarílica até o aparecimento de Oswaldo Cruz. Divergem entretanto nos hábitos e em certas particularidades morfológicas. A culicina pousa encolhida, abdômen e cabeça baixos, em atitude de beata que reza. A anofelina enrasta o abdômen para cima, no jeito de obuzeiro que joga por elevação. Além disto distingue-as inconfundivelmente o aspecto das asas, que a primeira tem monocroma e a segunda manchada.

A anofelina é silvestre, vive no sombrio das matas, foge ao descampado e à luz. Os machos, fracos de tromba, não conseguem com ela perfurar a pele do homem, e por isso vivem do mel das flores e do suco das frutas. Já as fêmeas desadoram o vegetarianismo, querem sangue e sangue humano. Para isso invadem as habitações e sugam nas pessoas adormecidas.

Até aí nada. Todos os seres organizam o seu cardápio como lhes apraz, e elas comem do homem com o mesmo direito que o homem come do boi.

Mas o sangue do homem nem sempre é alimento sadio, alterado como anda por tantas infecções morbíferas. Se acontece estar contaminado pelo plasmódio da malária as pobre anofelinas incautas vêem-se contaminadas por sua vez. Os hematozoários aboletam-se nos seus intestinos, aí evoluem e proliferam por milhões, deixando-as maleitosas; e elas, inocentemente, sem nenhuma tenção maléfica, ao sugarem o sangue de um indivíduo são, transmitem-lhe de boa fé o al que lhes pegou o homem.

Dest'arte é ao rei da criação, senhor da Inteligência e da Vontade, que compete, para libertar o mundo da terrível epidemia malárica, evitar por todos os meios a contaminação dos corpinhos limpos da anofelina. É mister conservá-las puras de mácula palúdica. Se deixa de o fazer, seus irmãos em gozo de saúde pagarão caríssimo o desleixo. Eis como se faz o transporte do corpúsculo palustre de uma criatura para outra por acidental intervenção duma mimosa cantarina alada.

Para combater o hematozoário de Laveran de há muito que a ciência possui um específico, a quina. O plasmódio não resiste à ação do alcalóide de Pelletier. O tudo é que o sal de quina ingerido seja-o de fato, e não sórdida e criminoso falsificação; e ainda que ele penetre no organismo na dose requerida pela posologia. Do contrário o parasito não expungido em regra pelo arranque da ofensiva inicial, inventa o seu Marne, escora o inimigo, sexua-se em gametos de alta resistência, ou entrincheira-se no baço e na medula dos ossos, recessos fora do alcance tóxico do alcalóide.

A profilaxia da malária é a mesma da febre amarela. Na impossibilidade em que está o homem de destruir por completo a mosquita sanguinária só há o recurso de evita-la, interpondo, nas zonas rurais, um aceiro escampo entre a casa e o mato, e nas urbanas, isolando os doentes. Em ambos os casos a providência é a mesma – isolamento, embora feito por meios diversos.

E além dessa medida, toda profilática, inda cumpre provocar a cura por meio da quina. Para o combate à malária, são, pois, necessários a quina e a higiene preventiva, coisas que não possuímos.

O Brasil não tem quina. O fato de existirem nas farmácias sais de quinina por preços fabulosos, numa terra de pobreza onde o impaludado chora de fome, vale por não ter quina.

País tropical sem quina é país perdido. O inglês vence a palude indiana a custa de toneladas de quinina. Sem que o Estado, com lá, chame a si a fabricação e distribuição positivamente gratuita do poderoso específico, nada conseguiremos. Felizmente parece que – graças sempre ao espírito de Oswaldo Cruz pairante no ânimo dos seus discípulos – o governo de São Paulo tomou a peito realizar em Butantã o fabrico do remédio salvador.

Bem haja. Dote-se o laboratório com metade das verbas gastas em subvenção de jornais, e Butantã salvará o país inteiro da infecção palustre.

Das três endemias pavorosas que fazem da “riquíssima, inteligentíssima e invicta” República dos Estados Unidos do Brasil, uma paupérrima, aparvalhada e fragílima nação, se nem todas são curáveis, são todas evitáveis. E não se dá passo! Em nenhum país elas alcançaram o colo com tamanha desenvoltura, porque nenhum país possui talvez o nosso alto índice de inteligência e sensatez. Estava reservado pelas fadas ao país da luz por excelência a glória do tremendo “record”.

É doloroso dizer-lo: as coisas estão assim, e ninguém, fora do círculo restrito dos discípulos de Oswaldo, põe tento na gravidade da situação.

O governo digere e engorda, alheio à mazela da montaria embridada.

A parte culta da sociedade, folga e ri.

É curioso este fenômeno. Recordo Bizâncio. Lá também era assim. Maomé II desfraldava o pavilhão da meia-lua nos muros da cidade, enquanto os bizantinos disputavam gravemente sobre a consubstância do Verbo ou a Luz Incrriada do Tabor.

Nós plagiamos o Baixo Império na agonia.

Meio país em tremura de sezões, inchado, pálido, inerme, faminto pede quina como o torturado de sede pede água? O governo dá-lhe novas reformas eleitorais.

Vinte milhões de criaturas exangues, lenguentas na canseira sem fim do amarelão, erguem olhos mortiços para o Olimpo, pedindo misericórdia? Júpiter, Momo, Ganimedes sorriem e dão-

lhes os conselhos paternais de Vieira Souto: “trabalhai desde o romper da aurora até o ocaso do astro rei.”

Três milhões de embarbeirados, vergada a cabeça ao peso das papeiras, sorriem o sorriso doloroso dos cretinóides? As sociedade recreativas discutem qual é maior, - César, Alexandre ou Joffre.

A leishmaniose ulcera horripilante a cara de milheiros de irmãos miseráveis? Nós colocamos pronomes.

A lepra campeia avassaladora, encaroçando as carnes e putrefazendo em vida centenares de indivíduos? Nós cantamos “rag-times” patrióticos.

Legiões de criancinhas morrem como bichos, de fome e de verminoses? Nós abrimos subscrições para restaurar bibliotecas belgas.

A mulher dos campos mumifica-se de miséria aos vinte anos? As damas da cidade five-ó-clocktizam em francês nos Trianons e nas Cavés, mostrando uma às outras fotos de pelados que elas amadrinha.

É, e é, e é assim!

Monteiro Lobato

SANEAMENTO DO BRASIL

Diagnóstico

V

De par com os três flagelos endêmicos, a opilação, a malária, a moléstia de Chagas, uma só das quais bastaria para derrancar o país, a lepra campeia infrene, a sífilis alarga os seus domínios, a leishmaniose – essa horrenda úlcera de Bauru ou ferida brava – deforma milhares de criaturas e a tuberculose avulta cada vez mais. A sífilis é contrabatida nas cidades pela medicação específica que lhe atalha o passo ou minora os efeitos; mas no sertão, nesse maravilhoso sertão preluzido na mioleira dos poetas como um éden embalsamado de manacás, quem lida com ela é o negro velho ignorantíssimo, quando não é o farmacópola estravagantemente pitoresco do picafumo “curador”. O treponema pálido, afeito a lutar com o mercúrio e os arsenicais terríveis, ri-se das micagens, e rezas, e burundangas, e picumans, e jasmins de cachorro dos ingênuos Eusébios Macários de barba rala. Ri-se, e em vez de paradeiras encontra fomento na absoluta inocuidade da terapêutica pé no chão. Difunde-se, portanto, assustadoramente, sem peias, sem cura, sem prevenção possível, arrasando o presente e sacrificando o porvir.

É ele grande parte na espantosa mortandade das crianças.

As mulheres da roça são puras máquinas de procrias; começam a tarefa mais cedo que as da cidade, em regra aos 12 anos, e só descansam quando sobrevém “pane” nas engrenagens do aparelho reprodutor, ou quando a velhice lhes acena com o basta.

Não obstante a população aumenta com morosidade extrema. Nascem mortos, ou morrem na primeira idade a grande maioria dos infantes. É comum este diálogo:

— Quantos filhos tem, nhá?

— Duas famílias.

— E quantos perdeu?

— Só quinze.

Quinze, ou dezoito, ou vinte, sempre um número em absurda desproporção com os sobrevivivos.

Embora múltiplas as causas desta letalidade, cabe à sífilis a culpa maior.

Se a estas mazelas sertanejas agregarmos o quadro da degenerescência fisiológica determinada pela cachaça, ficará completo o hediondo painel. A cachaça! É inimaginável a degradação a que ela arrasta milhões de roceiros. A pobre gente recorre a ela como um lenitivo. Desnutridos pela parca e má alimentação, afriorentados pelas sezões, exaustos pela ancilostomíase, deprimidos de espírito pelo tripanossoma, sem raio de instrução na cabeça, escravizados pelo “graúdo”, a cachaça é o oásis de esquecimento momentâneo onde a miseranda criatura repousa da vida infernal. Em troca dessa ilusão passageira a vítima não sabe que dá ao veneno da cana as últimas energias do combalido organismo. E a diabólica bebida para logo derreia na demência, no crime ou no agravamento dos males a que por intermédio dela o sertanejo procura fugir. Encachaçado, ele esquece. Esquecer, esquecer a realidade, fugir dela por uns momentos – eis a preocupação constante de milhões de brasileiros!

Em todos os países do mundo as populações rurais constituem o cerne das nacionalidades. Taurinos, torrados do sol, enrijados pela vida sadia ao ar livre, os camponeses, pela sua robustez e pela sua saúde, constituem a melhor riqueza das nações. São a força, são o futuro, são a garantia biológica dos grupos étnicos. Pela capacidade de trabalho eles mantêm elevado o nível da produção econômica; pela saúde física, eles mantêm em alta o índice biológico da raça. É com o sangue e o músculo forte dos camponeses que os centros urbanos retempera a sua vitalidade. A tendência do urbanismo inflete-se para a depressão da máquina humana. Os vícios, o artificialismo, o afastamento da vida natural, o ar impuro, a moradia anti-higiênica, conjugam-se para romper o equilíbrio orgânico do homem citadino, rebaixando-lhe o “tônus vital”. Mas o campo intervém, e restaura-se o equilíbrio. A infiltração permanente de sangue e carne de boa tempera, vinda dos campos, contrabalança o desmedramento urbano.

Entre nós é possível pedir à roça o sangue revitalizador? Não o elemento rural é pior que o urbano. As nossas cidades se vêm forçadas a importar sangue de fora, se querem escapar ao marasmo duma senectude extemporânea. No interior do Brasil as cidades que se não retemperam ao modo de S. Paulo caem na mais desalentadora caquexia.

Os homens mingam de corpo, as mulheres são um rastolhinho raquítico incapaz de bem desempenhar sequer a missão reprodutora, embora os não assolem nenhuma das endemias precitadas.

Belisário Pena transcreve no seu precioso livro um trecho tomado a um editorial do “Correio da Manhã”, onde se esculpi, num sóbrio rigorismo de síntese, o diagnóstico exato do país: “O Brasil é um país de doentes no sentido literal da expressão. A nossa miséria financeira e econômica e o reflexo da desnutrição orgânica que converte a maioria dos nossos concidadãos em inúteis unidades sociais, incapazes de concorrer com a quota do seu esforço para o aumento da riqueza comum. A nossa incapacidade militar é o resultado sintético da fraqueza física de uma enorme população rural estiolada pelos germes da moléstia. A nossa falta de energia moral é o precipitado ético da deterioração cerebral e nervosa de um povo inválido”. Não há homem de boa fé, conhecedor do país, que, pondo a mão na consciência, não murmure – confere. Se não o faz, mente. Pois bem. Se é assim, a missão comum e geral, tanto de particulares como de governos, é uma só: curar o Brasil, sanear o Brasil. Todo programa de ação que não adotar este lema, será um programa criminoso. Em face dum moribundo o médico que lhe acena com literatura, ou reformas eleitorais, ou fardinhas, em vez de acudir com o tópico adequado é um criminoso. E criminoso da pior espécie, porque consciente e deliberado. Depois dos estudos de Carlos Chagas, de Arthur Neiva, e mais intemeratos discípulos de Oswaldo Cruz, e depois das veementíssimas palavras de Belisário Pena, governo nenhum, nenhuma associação, nenhuma liga pode alegar ignorância. O véu foi arrancado. O microscópio falou. A fauna mentirosa dos apologistas que vêem ouro no que é amarelo e luz na simples fosforescência pútrida, recolhe os safados adjetivões que vendaram criminosamente durante tanto tempo os olhos da nação. Pangloss que emudeça. Se a tarefa é assoberbante hoje, será maior amanhã. E impossível, depois de amanhã. Começemos. O simples ato de começar representa meio caminho andado.

Começemos, que é muito doloroso apodrecer antes de maduro e é este positivamente o aspecto que, como nação apresentamos ao mundo. Um dos países mais novos do continente, a cair aos pedaços, de verminosa lazeira, vendo ao norte o maravilhoso surto americano, e ao sul a pujante floração argentina. E para suprema vergonha e desdouro eterno do nome brasílico ter a consciência de que desmedrou assim arrastado por males ou evitáveis ou de fácil cura. Males de que todos os países de mesologia idêntica se libertaram pela profilaxia inteligente, com lentidão uns, com rapidez fulgurante outros. Está aí Cuba, desgraçada ilha degradada em rápida consumpção por moléstia irmãs das nossas, e que, em poucos anos, ao influxo da higiene norte-americana, virou a maravilha que todos sabemos.

Monteiro Lobato

SANEAMENTO DO BRASIL

Reflexos morais

VI

No corpo são a mente é sã.

Este conceito acarreta recíproca verdadeira: em corpo doente impossível espírito são. Quem ausculta o sentir íntimo do brasileiro, seja um puritano seja um velhaco, ouve sempre os mesmos conceitos: não há salvação – estamos condenados ao deprecimento – apodrecemos antes de amadurecer – o caráter está em crise – governar é roubar, e fazem eles muito bem – tolo é quem não aproveita – honestidade é sinônima de ingenuidade – se vamos à garra mais um dia menos dia, viva o presente! – grande tolice pensar no futuro – depois de mim venha o dilúvio – gozemo-nos do que há enquanto isto é nosso – o desmembramento está aí, toca a aproveitar, etc.

A súpula destes conceitos converge nesta idéia sintética: falimos como povo, como país, como raça – e falimos moral, intelectual e fisicamente.

Esta convicção inoculada na maioria dos espíritos, proclamada pela imprensa, e confirmada pela preamar crescente das nossas lazeiras política, cria como atitude filosófica, o ceticismo completo; como norma prática de conduta, o oportunismo deslavado.

Daí o “para quê?” erigido em argumento navalhante contra todas as tentativas de regeneração. Trabalhar? para quê? Votar? para quê? Sanear? Para quê?

Prejulgamos “d’avance” todos os movimentos: é inútil.

Este doloroso estado d’alma que é senão o reflexo depressivo das mazelas fisiológicas em roaz evolução no organismo da nossa gente?

Otimismo, fé, crença, confiança em si próprio, dignidade, amor, firmeza de ânimo, vontade enérgica, outras tantas resultantes lógicas da boa circulação do sangue, das glândulas em normalidade de funcionamento, dos pulmões sadios bem oxigenados pelo ar puro.

Pessimismo, desânimo, descrença, desamor: sintomas de que o animal está com o ritmo da vida rompido por graves lesões orgânicas.

Assim, todos os nossos males morais, econômicos e políticos vão enclavilhar raízes na desmedrança fisiológica da população empolgada pelas endemias avassaladoras.

Nota-se nas consciências puras uma revolta geral contra a degradação política do regime republicano – mas cifra-se a revolta num murmúrio medroso e encapotado. Se cotejamos o que

éramos sob Pedro Segundo e o que somos sob Pereira Gomes, o sangue aflui-nos às faces – mas ficamos nisso. Reconhecemos que Pedro Segundo era a tampa, e que foi grande erro destamparmo-nos – mas onde a bela coragem de readaptar o uso da tampa?

Esta desenergia deu em resultado a retração absoluta dos incontaminados pelo arrivismo, que está vencedor em toda a linha. Hoje os pais vacilam em educar os filhos nos princípios da velha moral – porque isso fará deles náufrago da vida; e vacilam em formá-lo pela moral corrente – porque isso é criar deliberadamente um “apache”.

Os pais “nouveau-jeu” têm o problema ético resolvido: ensinam o servilismo, a bajulação, a dobrez, e todos os capítulos da ginástica vertebral disfarçado elegantemente no “savoir faire”, “savoir vivre”. Os pimpolhos assim treinados, prosperam na vida alcandorando-se logo às eminências políticas onde permanecem inexpugnáveis. São os vitoriosos. Mas, se o que é “vioux-jeu” persiste na educação antiga, ensinando a honra, o brio, a independência de caráter, o “honesto vivere”, os filhos assim plasmados só encontrarão barreiras, não tomarão nunca parte ativa na governança, e viverão condenados a um eterno ostracismo. Cabe-lhe a parte do náufrago.

Como é assim a maioria dos pais, imprensados nas pontas do dilema, desistem de educar moralmente a prole: lá se avenham com a vida, aprendam à custa própria, reajam ou adaptem-se, conforme os espicace o temperamento. É o lavar de mãos de Pilatos.

Disto resulta uma resistência social cada vez menor diante de abusos da força política. Os seus detentores, incoactos por injunções morais internas, não se vêem coagidos extremamente por nenhuma sombra de resistência, e ousam tudo. O Brasil é a terra onde um parafuso qualquer da máquina governativa, prefeito de Câmara ou ministro de Estado, tem o direito de “ousar tudo” escudado pela mais completa irresponsabilidade. Na Alemanha um particular obtém sentença contra o kronprinz; aqui não há tribunal que ouse julgar contra um porteiro de repartição que tenha pelas costas o apoio de um ministro.

A política virou um privilégio restrito com feroz exclusivismo à custa dos audaciosos, amorais.

É outro fenômeno social consorciado ao estado patológico da nação. A tendência ao parasitismo sendo uma lei biológica, a planta, o inseto, o animal superior se vingam dominar um ser mais fraco, da mesma ou de outra espécie, cavalga-o, suga-o e escraviza-o para uso e gozo próprio. É da natureza, pelo que é irrisório deblaterar contra o parasito, visto como ele realizar a lei da sobrevivência com o menor esforço. Não é imoral o mata-pau quando se encosta por uma

árvore acima, constringe-lhe o tronco nos cingulos, atrofia-a e mata-a. Imoral é a árvore assaltada que não defende o seu direito à vida.

Não é imoral o ato do tubarão humano que se guinda a um alto cargo político e ali se locupleta a si e à sua camarilha.

Imoral é o subjugado que se deixa espoliar sem gesto de reação.

O primeiro obedece a uma lei: viver, desenvolver-se em toda a plenitude, seja por que meio for. Mas o segundo, fugindo à lei da luta, mente ao instinto de conservação e aniquila a moral que não é senão o equilíbrio rítmico necessário à vida em sociedade.

Entre nós está rompido esse equilíbrio por influxo da doença que enerva a população. O são empolga, monta, e suga o doente. Aparasita-se.

Se a cavalgadura não reage para que há de ele apeiar-se por seu próprio pé? Se o parasitado é dócil à sucção porque poupar-lhe o sangue? Foi esta resignada atitude da montaria que deu asas ao parasitismo político, a ponto de, hoje, fazer conta à casta que se goza da Republica a permanência da mazela popular. Eis porque as doenças se agravam, sem que os governos – sobretudo no norte, esbocem um movimento de reação contra elas. Tornaram-se aliados naturais, os parasitos internos e os externos. A maioria dos nossos paredros não seriam coisa nenhuma se lhes não emprestasse força a aliança com o ancilóstomo e o barbeiro. A ação das anofelinas é o pedestal de muito sumo pontífice republicano; sem elas ai deles e da sua Republica! Eis aí a trave maior oposta à idéia do saneamento, idéia que só será vitoriosa em uma ou outra zona privilegiada do país.

Quem conhece a roça há de ter visto alguma vez um animal atacado de mormo, osteomalácia, peste arejada ou qualquer doença consuntora. Se é observador há de ter notado os milhões de piolhos e carrapatos que encaroçam a pele do doente. Magérrimo, semi-morto, todo osso e pele, mal se tenteando em pé, o animal não tem força para espojar-se, e deixa que a piolheira o devore sem incomodo. Mas intervém o alveitar, examina o doente, dá-lhe a medicação tópica. O animal logo que sente o renascer das forças aproveita-se para uma espojadela em regra, e outra, e outra até alijar do couro toda a fauna acarídia.

Com os países acontece o mesmo. Se cai marasmado pela doença o povo, e não pode reagir contra a fauna dos ácaros sociais que o parasitam, se não tem forças para o espojar-se das revoluções, acabará às moscas, devorado, como o cavalo de Tolentino.

Quereis remendar um país assim? Restaurar-lhe as finanças? Dar-lhe independência econômica? Implantar a justiça? Intensificar a produção? Criar o civismo? Restabelecer a vida moral? Restaurai a saúde do povo. Curai-o, e todos os bens virão ao seu tempo pela natural reação do organismo vitalizado. Mas não contai para essa tarefa com os que tem interesse na permanência do mal. Que isto é tanto como apresentar-se alguém com um abaixo-assinado na mão, diante do animal moribundo, suplicando aos sarcopes que hajam por bem soltar das unhas o paciente; só a ingenuidade do Cacasseno, neto de Bertoldo, pode conceber a hipóteses altruística de semelhante abdicação. Está claro que os parasitos, ouvida a súplica, prometem deferimento, e piscando o olho, voltam a cravar mais fundo na carne da vítima as trombas sugadoras.

— “Mata-pau, não me mates, dizia a peroba ao gameleiro constritor.

— E porque, perobinha amiga, te não hei de matar? Respondeu o facínora vegetal.

— Porque também eu tenho direito à vida, gemeu a suplicante.

O mata-pau, sujeito lido em Spencer, retrucou sentenciosamente:

— Só tem direito à vida quem não mente às leis naturais, quem se defende, quem luta. Se és inerte, e não esboças gesto de defesa contra mim, porque hei de privar-me de crescer e prosperar à tua custa? Impede-me de estrangular-te, se podes; do contrário resigna-te.”

Nesta réplica está a norma de reação do país, contra o ancilóstomo, contra o tripanossomo, contra o protozoário de Laveran, contra o treponema pálido, contra o bacilo de Hansen, contra a leishmania trópica, e contra, sobretudo, o ácaro político.

Monteiro Lobato

O Estado de S. Paulo – 05/04/1918

PROBLEMA DO SANEAMENTO

Primeiro passo

No indivíduo enfermo o primeiro passo à cura é de ordem puramente psicológica. Há de o doente convencer-se de que o é. Na tísica diz-se que doente convencido do seu mal é doente meio curado. Esta convicção, entretanto, não é coisa assim fácil de conseguir, dados os óbices que lhe antepõem a renitente auto-ilusão do enfermo.

Ninguém se conhece, sentencia o povo; e a Bíblia reza do sujeito que vê o argueiro no olho do vizinho e não enxerga a trave no seu. Se é dess'arte tendenciosa a natureza humana, agrava-se-lhe o pendor no caso de um enfermo em quebreira mental por força de mazelas psicológicas. Ilude-se o são, mas ilude-se em tresdobro o doente.

Quando, agora, saltamos do caso individual para o caso coletivo, recrescem os obstáculos ao “Nosce te ipsum”, e resulta difícilimo criar a consciência coletiva do estado patológico de todo um povo.

Entre nós as idéias falsas relativas a nós próprios vingam sempre ofuscar a verdade, e, como à moeda má que expelle a boa, elas mantêm no ostracismo suas rivais verdadeiras. E a ilusão funesta perpetua-se.

Vem de longe o vezo ditirâmico dos mistagogos que oficiam no altar de Pangloss a eterna missinha do Rocha Pitta, corcinhada pelas gozosas ufânias celzianas.

Voltaire, quando caricaturou no “Candide” o otimismo imaculado de Leibnitz, teve em mira destroçá-lo a bodocadas de “ridículo”. Mas, ao invés disso, só conseguiu dar-lhe mais vida. Pangloss é uma ameba que se reproduz por cissiparidade. Um pedacinho dela voou para cá, cruzou-se em caminho com aquele celebre conselheiro do Eça, e deu origem à panglossite indígena, vigente e viçante.

Adaptado ao meio, eles copiam a tática dessa abelhinha preta muito nossa conhecida, que se enrodilha nos cabelos. Como elas, eles de alojam nos ocos dos jornaizinhos da roça, e nas rachaduras dos periódicos mais ou menos clandestinos das cidades grandes, onde fabricam o seu “mel de cachorro”. Mal surge alguém, como agora Belisário Pena, de facho em punho, para estraçoar a feixes de luz o veu de trevas sobreposto às mazelas caseiras, acondem esses arapuás em chuma, zunzunam em torno da verdade, enroscam-se-lhe aos cabelos e mordiscam-na, tentando escorraça-la para o celebre poço. Constituem a fauna bem intencionada da mentira pia, preposta a recoser todos os rasgõezinhos perceptíveis no zaimph de Salambô. Para isso desenrolam do carretelão patriótico a linha rósea da ufania e com a romba agulha d'osso do velho

estilo Pitta remendam o nhanduti que esconde o sol. Procuram, dess'arte, restabelecer o ambiente embalsamado pelo incenso que as idéias megalomaniacas, cunhadas na matriz da observação leviana, criam desde a escola.

Porque é na escola que a mentira pia começa. A criança, no período em que a cera mole do cérebro recebe sem reservas, e guarda indeléveis todas as impressões recebidas, aprende que somos o povo “primus inter pares”, o mais rico, o mais belo, o mais florido, o mais todos os bons adjetivos do léxico. Fora da escola, sem habito de observação pessoal – porque o brasileiro é amigo do ingerir idéias feitas, assadas no jornal, como quem ingere bolinhos de frigideira, - continua a consolidar-se o pittismo inoculado, por meio de conferências, discursos, poliantéias, artigos de fundo e mais modos de queimar o fogo de bengala. Os jornais tomam parte graúda nessa consolidação da apoteose.

Transcrevem com as mais gordas entrelinhas da caixa quanta bajoulice amável nos impingem estrangeiros itinerantes, em troca do Tesouro. Estampam, gloriosos, em telegramas, as maravilhas que, sob encomenda, dizem de nós umas celebridades espertalhonas, tão conhecedoras das nossas coisas como nós o somos das leis eleitorais do planeta Netuno.

O público, desconhecedor que é dos bastidores da publicidade, e da gorda indústria que é, lá fora, deprimir o Brasil para provocar o suborno e, depois do suborno, guinda-lo aos cornos da lua, da fé ingênua à indecorosa adjetivação e impa, positivamente impa de orgulho ante as “curvaturas da Europa”. E vai-se petrificando a ilusão.

O primeiro passo, pois, para o saneamento do Brasil, consiste em matar esta ilusão, desprezar a opinião do suborno externo e a mentira pia interna, esfumaçar dos ocos de pau a colméia dos “zuns-zuns” palavrosos, não soprar gaitinhas patrióticas, não ser otimista nem pessimista – pólos do mesmo erro – e sim, pura, sincera e exclusivamente verdadeiros. Ver o que é. Examinar os problemas vitais com olho médico e não com a ponta da língua bacharelesca.

Encomendar opiniões ao microscópio e não ao Paul Adam. Ouvir a voz do laboratório e nunca o chiado do patriotismo zarolho. Pedir algarismos à estatística e jamais adjetivos sonorosos às patativas provindas do ovo botado pelo personagem de Voltaire.

Acoimam de anti-patriota quem diz às claras o que é, o que está, e o que urge fazer.

Patriotismo! Esta palavra anda desviada do seu verdadeiro sentido.

Patriota é quem cumpre o seu dever, e trabalha, e produz riqueza, e funciona como a silenciosa madrepóra na construção econômica e moral do seu país. A esta hora milhões de

verdadeiros patriotas lá estão no eito, porejantes de suor, na faina da limpa e do plantio. Febrentes de maleita, exaustos pelo amarelão, espezinados pelo acaro político, lá estão cavando a terra como podem, desajudados de tudo, sem instrução, sem saúde, sem gozo da mais elementar justiça. Estão “fazendo” patriotismo, embora desconheçam a palavra pátria. Deles sai o café, pedra básica do nosso alicerce econômico, deles saem as manadas de gado, deles saem a borracha, o fumo, o cacau e tudo o mais que exportado, transfeito em ouro, vai encher os bolsos e regalar a vida dos que “falam” patriotismo.

Semi-nus, mal nutridos, doentes, na grande maioria, de males que só aos seus espoliadores cabe prevenir, eles são o pólipó humilde que fez o que aí está. Se o que aí está não é melhor, nem maior, nem mais sério e decente do que deverá ser, culpa cabe somente a quem lhe carunchou o banco de coral com a parlapatice retórica de mãos dadas à velhacaria política. Mal, porém, a voz do higienista ressoa denunciando a doença do pólipó, e a ciência clama que sem a saúde do pólipó não há construção possível, a legião de patriotas grifados entra a zumbir, e corre de peneirinha em punho a tapar a luz do sol. E gritam: “é falta de patriotismo fazer diagnósticos claros. Nem todas as verdades se dizem. O que pensará de nós o estrangeiro lendo estas coisas?” A eterna mania da opinião européia! Os povos fortes desprezam o estrangeiro. Em Roma “hospes” era “hostes”. Para nós “hospes” é fetiche. Cada povo vive para si – nós queremos viver para inglês ver. Inda não nos capacitamos da verdade de Hobbes: o homem é o lobo do homem. Eles, o estrangeiro, coerentes com esse axioma sociológico, desprezam-nos – nós adoramos-los. Pagamos todos os insultos com língua meiga de cão batido – e tal atitude só dá em resultado aumentar-se o desprezo que eles nos votam. Viciamo-nos na sabujice a ponto de erigir como princípio a atitude acocorada e boquiaberta diante do atrevido dolococéfalo melado. Esgotamo-nos em criar-lhes facilidades para que eles tenham cá um paraíso terreal, e venham derrotar-nos dentro de nossa própria casa, enriquecer-se às rápidas, apossar-se de tudo, fazendo do pobre brasileiro um paria faminto e errante a gemer de lazeira num território que cada vez é menos seu. Os nossos governos vivem apostados em animar quanto bípede louro, vermelho ou cor de coco, põe pé em nossos cais; dão-lhes o que eles pedem e o que não pedem; dão-lhes até justiça fácil e rápida – esse sonho inatingível do aborígine. Os congresso fazem leis protecionistas para prosperar as fábricas que eles se dignam armar por aqui. A vida encarece para a população inteira – que importa? Compensam-nos a honra de ver cogumelar do protecionismo novos condes. Milhões de brasileiros pagamos uma caixa de mau fósforo por cem réis, podendo tê-lo como

outrora, e de primeira qualidade, a vintém, para que meia dúzia de dólicos espertos se repastem em milheiros de contos, e façam velas para a pátria com a “América feita”.

Vá que seja assim. A lei da vida é a vitória do mais apto, do mais esperto, do mais bem apetrechado pelo deus de asas nos pés e nas unhas – mas que seja assim com resistência da nossa parte, de má cara. Exigir que o vencido sorria, é demais. Pois bem: numa ocasião como esta em que a voz sensata, sincera, verdadeiramente patriótica é desvendar as mazelas, escarna-las sem nenhum pudor, na tentativa se ver se assim, envergonhadas pela nudez na praça pública, os dirigentes dão um passo para a cura do enfermo, o grande argumento contra – o obus 42 – é a opinião do estrangeiro, é o terror de que eles deixem de vir montar fábricas de fósforos para nos encarecer a vida, é o pânico ante a possibilidade de meia dúzia de encomiastas europeus mudarem de idéia quanto ao paraíso antártico que eles enaltecem a tanto por página! Ora isto já é doença, e talvez que o sintoma grave por excelência da opilação e da maleita seja precisamente este reflexo cerebral.

A mioleira ressentida dos males intestinais fraqueia e exuda idéias ridículas como esta. Concluindo: o nosso problema, verificado como foi o estado patológico da população nativa, é simples e uno: sanear. Para sanear é forçoso, preliminarmente, convenceremos o país da sua doença e em seguida fazer dessa idéia o programa de todos os governos, a idéia fixa de todos os particulares. Tudo mais rola para plano secundário. Sanear, é a questão. Não há problema nacional que se não embrinque nesse. Só um aumento crescente no índice da saúde coletiva trará a solução do problema econômico, do problema imigratório, do problema financeiro, do problema militar e do problema político. Não fazer isso é condenarmo-nos ao papel de adubo inerte onde a flora alienígena afunda as raízes ávidas, para viçar e florir em coroas de nobreza rastacuera. Não fazer isto é morrer na lenta asfixia da absorção estrangeira.

Não fazer isto é apodrecer.

Monteiro Lobato

O Estado de S. Paulo – 07/04/1918

O SANEAMENTO

“Déficit” econômico, função do “déficit” da saúde

Nos últimos dias do ano transato o dr. Cincinato Braga apresentou à Câmara um projeto relativo ao fomento da produção, precedido de vigoroso estudo da nossa situação econômica, o qual terminava assim: “Amanhã, quando uma comissão estrangeira vier arrecadar, como na Turquia, a renda das nossas alfândegas, já hipotecadas a credores que a guerra vai tornando necessitados e quase famintos; amanhã, quando a ignorância e a pobreza, impregnadas da sensação de abandono em que deixamos os Estados do Norte, lhes aconselharem qualquer desatino contra a unidade nacional, eu quero, diante de qualquer dessas desgraças evitáveis – de que Deus nos livre – sentir em minha consciência que para elas nunca concorri, nem por ação nem por omissão.”

Felizes os que podem repetir o gesto de Pilatos!

Esse estudo não dizia novidades – impressionou, entretanto, pela clareza do método expositivo. Espelho de bom aço, o país pode remirar nele a penúria econômico-financeira a que o reduziram estes offembachicos vinte e nove anos de opereta republicana. Está aí patente, bem arabescado, bem cortado, rico de colorido, o quadro apavorante da nossa caquexia econômica – da pátria opilada pelo ancilóstomo de barrete frígio que a salva pelo duodeno.

Lido na Câmara a 30 de Dezembro, circulou no país como um presente de festas. E um rico presente. A verdade nuazinha é sempre o melhor presente de festas que se possa dar aos enganados.

Naquele quadro – nós tão ricos na voz dos arapuás – vimo-nos economicamente, pobres e financeiramente pior que isso, mendicantes.

Como país produtor, descaídos para o raquitismo; como país devedor, de cabeça baixa, assentados nos degraus humildes onde os perdulários em “pane” pedincham “fundings”.

Enquanto Cuba exporta por habitante 413\$000, e o Canadá 392\$000, e a Argentina 248\$000 e o Uruguais 196\$000, e a Nicaragua 126\$000, e o Chile 121\$000, nós, o colosso, nós, os 25 ou 30 milhões de brasileiros, nós, que vamos do Amazonas ao Prata, nós produzimos apenas... 39.000 miseráveis réis. Menos, só dois países na América, o Paraguai a quem matamos todos os homens, e São Salvador, brasilzinho que ninguém sabe ao certo onde fica. E se do Brasil amputarmos S. Paulo, o resto – um resto somando “apenas” 21 milhões de almas esparsas num território tamanho como a França, a Inglaterra, a Alemanha, a Italia, a Holanda e a Rússia européia, “ante-bellum” reunidas, com folga ainda para acomodar dentro umas tantas Belgicas, - o resto cairá na escala abaixo do sangrado Paraguai e do hipotético S. Salvador. O Brasil, S.

Paulo fora, exporta por cabeça 23.600 réis anuais. Sessenta e quatro réis, três vinténs e pico por dia inteiro de 24 horas...

Desta caquexia econômica ressurte o monstro do “deficit” financeiro permanente, crescente e irreduzível, o abutre que rói ao Prometeu fígado e vísceras circunvizinhas. Vem dela a dívida externa, colossal em relação à penúria produtiva; vem dela o regime iterativo das moratórias, o pedinchamento sem fim de empréstimos e a conseqüente hipoteca de alfândegas e de todos os bens valiosos do patrimônio nacional. Vem dela o criminoso saque sobre o futuro, levado a proporções incompatíveis com a permanência da soberania.

Tudo quanto o paciente trabalho da Monarquia acumulou em cinquenta anos de vida séria, jaz virtualmente alienado ao judeu inglês. E não contentes com isso os geniais e honradíssimos estadistas republicanos penhoraram o suor, o cabelo e o sangue dos nossos filhos, dos nossos netos e dos filhos dos nossos netos. Cincinato Braga demonstra que o Brasil exporta média do decênio findo em 906, 57 milhões esterlinos, e dispende, nas mesmas condições, para pagamento de mercadorias, juros de dívida, renda de capitais localizados aqui, remessa monetária de imigrantes, seguros, etc., a quantia de 72 milhões de libras. Quer isso dizer que nos empobrecemos de 300 mil contos por ano!

As rendas públicas, como reflexo disso, decrescem. Para mantê-las em nível os nossos geniais Laws aumentam impostos e tomam dinheiro emprestado ao judeu. Este só o forneceu até a soma de três milhões e meio de contos dando por essas alturas o basta. Fechada a porta de Shylock os mesmos estadistas criadores do imposto de exportação – asfixia lenta da classe produtora – romperam pela alquimia do papel-moeda a dentro, contraindo novos empréstimos internos, e estes forçados: o prestamista “malgré-lui”, o Povo, vê chover sobre a sua cabeça a nuvem de retângulos de papel gravados na Bank Note. Cada retângulo é uma promessa de pagamento, uma letra a prazo indeterminado e sem endosso, irmã dos celebres “assignata” da revolução francesa, apesar de não virem, como eles, garantidas por bens nacionais.

Os bens nacionais reservamo-los para os credores de fora, que os exigem ferozmente; os de dentro, coitadinhos, não piam, não tugem, não mugem.

Onde reside a verdadeira causa desta caquexia? Na doença do povo. O “déficit” financeiro é reflexo do “déficit” econômico. O “déficit” econômico é reflexo do “déficit” da saúde. Sem restaurar a saúde do povo não há solução possível para os seus efeitos mediatos e imediatos. A população rural, esteio que é da riqueza pública, força primária da indústria extrativa, fonte de

onde tudo promana, quanto mais doentia se tornar menos eficiente na produção de riqueza será. Se está carunchada pelas verminoses, e exangue pela sucção dos parasitas endêmicos, o edifício construído sobre ela claro que há de ruir. Opilada, impaludada, tracomatosa, embarbeirada, roída de inteligentíssimos vermes por dentro e sugada no exterior por ineptos coronéis prepostos como manoplas estranguladoras no gasnete da vítima pelo bacharel político, tristonha por tabela, que folga e ri nas capitais, - essa gente opera prodígios produzindo o pouco que ainda produz. Salvar o país é cura-la. A nação é o povo. O escol parasitário das cidades grandes é nada em face do noventa por cento popular. Sanear as cidades é nada diante do outro saneamento. Foi grande coisa arrancar o Rio às unhas da febre amarela. Poupa-se a vida a um cento de estrangeiros que vem trepar no Corcovado. Mas é coisa um bocadinho mais importante desopilar, desembarbeirar, desmaleitar os milhões e milhões de criaturas de cujo esforço muscular são a riqueza da nação.

Se o brasileiro produz seis vezes menos que o argentino será que o argentino é seis vezes menos doente o brasileiro. Alegarão os medrosos da verdade nua que a Argentina é uma terra privilegiada, senhora de ótima mesologia, terras planas fertilíssimas, nação beijada no berço pelas fadas boas de Perrault. Será. Mas comparemo-nos com a Bolívia, onde o dissídio geográfico não é assim tão acentuado. O boliviano tem uma eficiência econômica muito maior que a do brasileiro. Mas a Bolívia é favorecida por isto ou por aquilo, reguingarão os Pangloss. Perfeitamente. Tomemos o Paraguai. Aqui sim, levamos uma pequenina vantagem. Ufanias!

O problema da riqueza pública só terá solução favorável quando solvido o da saúde do povo.

Diante deste lúgubre estado de coisas como procedem os geniais estadistas da República? Detentores da máquina governamental, senhores das rendas, da fabricação de leis, da força armada que as faz cumprir, luminares da ciência política, paredros da sociologia, cérebros da nação, curaram algum dia de examinar e medicar a alimária trôpega que os transporta? Nunca. O paria rural morre à mingua do mais elementar apoio por parte do seu cavalgante. Dão-lhe espora, e nos momentos de apuros, como agora, dão-lhe conselhos impressos em papelão com desenho de boizinhos no cabeçalho “Intensifiquemos a produção” – murmuram eles, e em seguida fotografam-se em atitude cansada de quem acabou de solver um magno problema.

As endemias crescem de vulto, meio país arrasta-se pelo chão tremendo sezões, bamboleando o papo, enxameando a terra de ancilóstomos. Os higienistas clamam com desespero. Surge um livro como o de Belisário Pena. Correm arrepios de horror em todas as

consciências. Os nossos estadistas enfarpelam-se, sacodem o pigarro fora e.... fotografam-se de novo.

Metade da verba dispendida pelo Tesouro a fim de perpetuar pelo azotato de prata as effgies dos paredros republicanos daria para extirpar de meio país a opilação.

Com os dez mil contos gastos no recenseamento Hermes para recensear nunca se soube o que, a maleita seria expungida de inúmeras zonas assoladas.

Com os 40 mil contos das vilas operarias, adeus para sempre, ao barbeiro.

Com os 12 mil contos do teatro Municipal do Rio, mais os 13 da exposição Pena, mais os 60 mil dos elefantes brancos, mais os 500 mil da duplicação da Central, mais o milhão fundido na cauda dos orçamentos para gáudio das políticas locais – com esse Pactolo escorrido às tontas, criminosamente, que obra gigantesca não se faria no Brasil, se em vez de gênio os nossos estadistas fossem dotados de elementar bom senso e duns grânulos de seriedade?

Noticiam as folhas que o governo federal por boca do seu excelentíssimo presidente impressionado com a exposição feita pelo sr. Belisário Pena, prometeu uma verba de mil contos como auxílio à obra empreendida pelo abnegado higienista. Já é alguma coisa. Como primeiro passo nada mais digno da visão de lince dos estadistas frígios. Belisário que calcula a porcentagem dos opilados em 70% da população total do país, deve rejubilar-se com a munificência governamental.

Sempre cabem 50 réis para cada duodeno afetado. Esta quantia, reduzida a timol, dá para matar pelo menos uma dúzia de ancilóstomos dos três milheiros que em média cada doente traz consigo. Os 2.988 ancilostomos restantes ficarão aguardando verba. Cumpre, agora, que os Estados enveredem pela mesma trilha e com generosidade parelha à federal, contribuam com verbas suficientes à expugnação de, pelo menos, mais meia dúzia de parasitos. Nessa toada em menos de duzentos anos estará o Brasil libertado de uma das suas endemias, podendo, então, cuidar das outras com igual largueza de vistas. Entrementes, fotografemo-nos. É vantajoso que os nossos netos e bisnetos, aos quais legamos tantos ônus, possuam bons documentos do aspecto somático do “homo sapiens” em florescência e frutificação na atualidade.

Sem essa documentação fotográfica como poderiam eles mais tarde deduzir dos atos praticados que seus avós pertencessem ao gênero culminante na escala dos vertebrados?

O “animus photographandi” é uma precaução sugerida pelo instinto do pudor.

Monteiro Lobato

O Estado de S. Paulo – 12/04/1918

O PROBLEMA DO SANEAMENTO

UM FATO

Anos atrás um grupo de frades agricultores, vindos de França, localizaram uma Trappa, a Maristella, à beira Paraíba, no Tremembé.

Impressionava mal a população ali fixada. Os caracteres somáticos da normalidade humana apresentavam nela desvios depressivos – donde uma singular feiúra. Concomitantemente o moral padecia as conseqüência reflexas do corpo – donde uma singular apatia. Derramada lado a lado daquelas águas mansas, vivotando no casebre clássico de sapé e lama, feito com menos arte que o ninho do João-de-Barro, essa gente pálida e cansada sugeria a imagem dos urupês silenciosos que no sombrio das matas auscultam com suas orelhas molengas a lenta consunção dos troncos mortos. Entaliscavam-nos na várzea úmida e malsã duas barreiras. A pressa, a lufalufa de um trem que chega, chia e parte, os silvos agudos, o italiano, a gente bem vestida – esta faixa de vida fumegante que a estrada de ferro cria por onde passa, opunha a sudoeste uma barragem aterrorizante ao Piracuara. Tudo nela eram lesões dolorosas ao seu viver sossegado, ao silêncio a que afez o ouvido, ao primitivismo lacustre da vida nas restingas inundáveis.

Do outro lado amedrontava-o a Mantiqueira, com seus caminhos íngremes, escalados de caldeirões, os topos de “cala a boca” e a vida serrana, exigente nas mínimas coisas de um esforço duplo do habitual no plano.

Serra e Central ele as queria de longe, para gozo dos olhos – azulegão grato à vista, penacho de fumo bom para distrair o olhar vadio. Negócios não queria nem com uma nem com outra.

Dava-lhe subsistência o rio. Com o anzol tirava dele a piabanha e o lambari, e com o covo apanhava, nos afluentes, cardumes de curimatás.

Quando sobrevinham grandes cheias ilhavam-se os casebres, muitos deles armados sobre estacas, como a habitação do homem lacustre. Escorrida a água, pela vazante, o Piracuara coava por peneira as poças lodacentas da lezíria. Era o apogeu da safra. Encambada em cipós vinha a peixaria para a cidade, acurvando sob o peso o Piracuara contente, em trotinho picado. Fora disso teciam balaios e jacás, e mercavam coisas do mato, ingás aos molhos, maracujás em pencas, guembés picantes, catleyas em flor e barba de pau, no tempo dos presepes.

De lavoura, nada. Parasitas do rio e da lezíria, fugiam das fazendas com horror, donde a sua má fama de indolentes na boca dos fazendeiros. Indolentes e ruins, incapazes, rastolho de gente, lesmões humanos. Era unânime esta opinião na lavoura circunjacente, caída em modorra por falta de braços.

Desorganizada pelo 13 de Maio e desprovida de colonos italianos, as ricas fazendas de outrora, em penúria de músculos, apelavam em vão para as urumbevas ribeirinhas. O piracuara não dava de si, inda quando armado de boa vontade, nenhum trabalho compensador. Não valem o que comem - dizia todo o mundo.

Mas vieram os frades. Instalados ali procuraram logo solver a premente questão do braço. Sem ter campo de escolha, resolveram pegar no homem que havia, a título de experiência. Em vez, porém, de toma-los tais e quais os encontravam, aquebrados pela má alimentação, pela má habitação, roídos pelo ancilóstomo exaustivo, e pó-los na enxada com o feitor atrás, como o faziam os fazendeiro, tiveram a luminosa idéia de proceder às avessas: primeiro atucharam-lhe a fibra com alimentação abundante; depois abrigaram-no em casas higiênicas construídas em lugares secos; e ao mesmo tempo curaram-nos das verminoses. Resultado: uma ressurreição. Das carcaças opiladas onde morrinhava a “indolencia” do pobre Jeca Tatu, saiu, pelo equilíbrio alimentar, um homem resistente, pela cura das mazelas, um homem ativo, pela noção de relativo conforto, um homem constante que “parava” na fazenda e criava amor à faina agrícola. As faculdades cerebrais beneficiando-se logo com os reflexos da saúde, foi possível ensinar-lhes as mil coisas necessárias a um bom operário, foi possível disciplina-los, foi possível adapta-los ao maquinário agrícola.

Breve, graças à inteligência da solução dada ao problema, pode a Trappa movimentar toda a sua enorme exploração arrozeira, a mais aperfeiçoada que existe no Estado, fazendo funcionar as mais modernas máquinas de lavrar plantas, ceifar, etc. Como resultado econômico surgiu logo uma produção de 15 a 20 mil sacas de arroz, extraídos de uma terra que vivia a monte, por meio de músculos definitivamente condenados pela opinião geral como equivalentes de zero.

Este exemplo é frisante.

Mostra o caminho a seguir, e mostra o erro dos nossos governos em nunca levar em conta, para solucionar o problema do trabalho agrícola, um filão deveras precioso. A política adotada nesse pormenor foi sempre irmã da política financeira – tomar empréstimos de músculos europeus. Faltou-nos o estadista de visão bastante lúcida para apreender este outro modo de obter braços: a restauração pelo saneamento dos milhões que temos em casa incapacitados de males curáveis e evitáveis. O exemplo da Trappa ensina-nos que o saneamento vale por vultuosa corrente imigratória. É mister valorizar, curando-o, o homem da terra, largado até aqui no mais criminoso abandono.

Cura-lo é criar riqueza. É estabelecer os verdadeiros alicerces da nossa restauração econômica e da financeira. Sem, por todos os meios, reverter para a atividade milhões de criaturas aposentadas, e sem aumentar a eficiência dos que, apesar de ativos, dão de apenas uma fração do esforço normal das criaturas sadias, sem transfazer em quantidades positivas o que vai por aí de quantidades negativas – peso morto improdutivo, e além disso oneroso para os demais, nunca nos arrancaremos do atoleiro do “déficit” econômico e males conseqüentes. A nossa gente rural possui ótimas qualidades de resistência, e de adaptação. É boa por índole, meiga e dócil. O pobre caipira é positivamente um homem como o italiano, o português, o espanhol. Mas é um homem em estado latente. Possui dentro de si grande riqueza de forças. Mas força em estado de possibilidade. Se pouco vale é que está amarrado pela ignorância e pela falta de assistência a terríveis endemias que lhe depauperam o sangue, caquetizam o corpo e atrofiam o espírito. O caipira não “é” assim. “Está” assim.

Curados, recuperarão rapidamente o lugar a que fazem jus no concerto etnológico. O caso da Trappa é concludente. Mostra como em brevíssimos anos se opera neles uma verdadeira ressurreição física e mental se lhes acudimos com o remédio inteligente, e mostra ainda como a riqueza surge, larga e farta, quando a boa organização os toma sob o seu pálio.

Ora, num momento destes, em que a chacina européia destrói aquele excedente de população donde nos vinha uma caudal de braços, é condição de vida para o país atender ao apelo da lavoura fornecendo-lhe em vez dos chins propostos trabalhadores nacionais restaurados nas suas energias pela cura e pela higiene. Um chim fica-nos, segundo o calculo do Ministro da Agricultura, em dois contos de réis, um chim que lá na China vale 20 piastras a peso. E além disso um chim é um chim.

Com dois contos reduzidos à assistência profilática ou a medicamentos quantos caboclos assolados pela ancilostomíase ou pela maleita não reverterão à atividade? Talvez que da guerra resulte mais este benefício – o aproveitamento do músculo da casa, até agora ao leu, pela facilidade que havia em importá-lo exótico. Aconteceu isso com o carvão nacional. Se se der o mesmo com o músculo nacional teremos extraído da guerra um benefício de conseqüências incalculáveis. Talvez o maior de todos.

Monteiro Lobato

O Estado de S. Paulo – 14/04/1918

A FRAUDE BROMATOLÓGICA

O problema da saúde bifurca-se em dois ramos – restaura-la nos que a tem combalida, e conserva-la nos que a tem perfeita. Divergentes quanto aos meios, ambos convergem para o mesmo fim: a saúde pública: Um zela do presente, outro precave o futuro. Como o presente

somos nós – e a nós dói – é a mais compreensível o desleixo pelo futuro do que a falta de assistência ao presente.

Entretanto parece que a nós nada dói. Parece que presente e futuro são inexistências de igual valor. A crosta de insensibilidade que nos faz sacudir os ombros quando está em causa a saúde de nossos filhos – pois que o futuro quer dizer isso, é a mesma que nos entrega indefesos ao mal do momento. Os calos nos fazem de pau. São Paulo, cidade havida como modelar em matéria de defesa sanitária, e onde realmente muito se fez, São Paulo que é a exceção buzizada aos quatro ventos, São Paulo traz brechas tremendas na sua armadura profilática. Isso quanto aos inimigos microscópicos em eterna tocaia aos centros urbanos para desencadearem ofensivas mal se ofereçam oportunidades. E se destes inimigos invisíveis volvemos a atenção para os visíveis, para o micróbio bípede que baseia a sua prosperidade econômica no engenhoso envenenamento dos incautos, se por um minuto detemo-nos na observação do “a bolsa e a saúde” corrente, neste caso apavora o nosso estado de absoluto desaparelhamento defensivo. A grande indústria do momento é o veneno.

O “nouveau riche” é o falsificador.

Temos códigos e leis artilhados contra eles – mas códigos e leis que lembram os dragões de sarrafo, armados pelos chineses para amedrontar o inimigo. Esses dragões, vomitando chamas... de zarcão, seguiam na frente das tropas; se o inimigo, apavorado, debandava, muito que bem, era a vitória. Mas o inimigo, nada ingênuo, nunca debandava e a China só conheceu derrotas.

Temos códigos dragões e leis que vomitam o fogo das penalidades; entretanto, como o falsificador sabe que o código é dragão chinês e o fogo das penalidades puro fogo pintado, a classe proletária, cresce de vulto e de insolência e sorri, piscando o olho, se alguma vez o monstro arreganha a dentuça. Sabem eles o segredo de transformar a fera em manso cordeiro de veludo: um simples aceno com o açamozinho de suborno.

Era assim, o falsificador, antes da guerra. Depois, com a escassez da mercadoria importada, e os altos preços alcançados pela que consegue entrar e também pela produção indígena, ficou assim: onipotente, gordo, soberano. A lepra cresceu como maré. Raro é o dia em que não rebenta nos jornais um caso novo de falsificação. E a coisa fica por isso.

A vida está difícil, coitados; deixa-los ganhar a vida. Inda ontem explodiu o caso das banhas saída para a França. Foram condenadas enormes partidas por conterem de 17 a 30% de

água. Sabido como é que o máximo de impureza tolerado pelos regulamentos franceses é de 0,5 a 1% resulta logo à vista a miserável exploração que elas denunciam. Ora, a banha que para lá tem ido será melhor, pior é que não é do que a que consumimos cá. Veja o povo como o espoliam, este pobre povo que inda conta com a eficácia de leis sarrafaçadas com truculência de dragão, para inglês ver. Quem interrogar os nossos laboratórios de análise químicas sairá deles descrente de tudo, e convencido de que só há uma solução: emigrar para a Lua. O laboratório dirá que as banhas em giro no comercio, além dessa porcentagem fantástica de água, encerram de 1 a 3% de membranas, sebo, pelos e terra. Dirá que os óleos bateram todos os “records” da adulteração criminosa. O óleo de linhaça é óleo de algodão bruto com querosene e breu, de onde resulta descascarem-se as pinturas feitas com ele. O óleo de amêndoas, vendido em latas e vidros sem marca, é extraído do amendoim. O óleo de rícino é desdobrado mais a mais no de caroço de algodão. O óleo de oliva, para uso culinário, só tem oliva a marca fraudulentamente estampada nas latas: é óleo de algodão. As nossas crianças chupam balas coloridas com tintas minerais nocivas à saúde e comem chocolate onde a manteiga é substituída por margarina de algodão. A marmelada é feita de chuchu, banana podre, um sexto de marmelo e tinta de urucum. A goiabada segue na trilha da sua irmã. O açúcar mascavo traz de 3 a 5% de areia, resíduos de bagaço, além de alta porcentagem de mel de tanque – glicose nociva. O açúcar refinado é composto com um terço de açúcar cristal pulverizado em moinho. Inda ontem nesta redação apareceu um onde havia uma vergonhosa mistura de farinha na proporção de 50%. O sal moído traz boa dose de impurezas malsãs; dissolvido na água produz uma lama que sobrenada, e deposita areia, conchas moídas, ossos de peixe e escamas. A massa de tomate chega a provocar pilherias; leva abóbora, chuchu, pimentão, óleo de algodão e, às vezes, até tomate. Conforme o acondicionamento de massa para uso culinário ou de graxa para sapatos amarelos.

O pimentão seco e moído é feito com a casa dos raros tomates empregados na pasta atrás indicada. A farinha de mandioca sofre uma peneiragem que lhe extrai o polvilho, e leva fubá fino à guisa de compensação. Uma grande partida há pouco enviada para a Europa chegou a destino toda empelotada, o que não acontece com as farinhas puras. Em matéria de bebidas alcoólicas a Europa cuva-se diante de S. Paulo. Falsifica-se tudo. Vermuths em garrafas legítimas são vendidos a 2 e 3 mil réis; analisados revelaram até mirra e álcool alílico. Os conhaques, idem. Há um grande comercio de garrafas vazias com os rótulos perfeitos; vidros vazios de perfumes de boa marca são pagos até a 3 mil réis. Quartolas vazias não há que cheguem, tantos progressos ez

o “Clos Bom Retiro”. A cidade de S. Paulo exporta unicamente pela Central e Sorocabana mais vinho do que o entrado por Santos. Águas minerais, Vichy, Salutaris, Rubinat, Janus, Villacabras, conservam legítimas as garrafas e os rótulos; dentro é Cantareira com suas amebas, mais sulfato de sódio, sal amargo, etc. Há Lambary e Caxambu cuja fórmula é simplesmente Cantareira mais CO₂. Muitas amostras de leite revelam a presença de polvilho e ácido bórico. A cerveja leva ácido salicílico e algumas são amargadas com ácido pícrico.

Vinagre é ácido acético diluído em água. O sabão leva argila e taguá. A farinha sofre inúmeras adulterações, inclusive a mistura do caolim, e o pão recebe alumem para clarear e crescer. Também é usado o sulfato de cobre para o mesmo fim no fabrico dos biscoitos. Há macarrão com ovo onde o ovo é anilina e até cores de cromo. Na manteiga a parte de água atinge algumas a 12%. Vendem-se cafés em pó asquerosos, feitos de escolhas com 15% de cascas, paus, lixos, etc., e o resto de grãos verdes, ardidos ou podres. Muita da poaia que importamos é a nossa poaia de Mato Grosso que foi à Europa, sofreu lá a extração de emetina e voltou inócua. Uma grama dessa raiz pulverizada não produz o menor sintoma de vômito. Há pó de arroz para uso de toucador preparado com sais de chumbo. Há cigarros feitos com fumo lavado em gasolina e outros em cozimento de papoula. Há artefatos de folha de Flandres estanhada com liga onde o chumbo entra até 20%, quando o limite da tolerância é 10%. Há louças vidradas com minium, o venenosíssimo óxido de chumbo. Em matéria de drogas nem é bom falar.

Iodofórmio adulterado com flor de enxofre. Emetina fabricada com sais de quina. Quinino e aspirinas feitos com lactose. Óleos minerais e medicinais clarificados com ácido sulfúrico impuríssimo, contendo arsênico. E, cúmulo, 914 em ampolas que, examinado, revelou não passar de finíssimo fubá de milho amarelo. O rosário não teria fim se fossemos enfileirar aqui todas as contas. Basta, para o caso, essa pequena amostra. Chegamos a uma tal perfeição que corre à boca pequena existirem sardinhas de Nantes, legítimas Canaud, preparadas com lambaris do Tietê. S. Paulo virou o paraíso da fraude bromatológica. Indefesa como está a cidade, confiada como está a fiscalização a uns fiscais que fiscalizam para si, os desalmados envenenam-nos por todas as vias e amontoam fortunas à custa da nossa saúde. Se nos sertões há barbeiros, e anofelos, e ancilóstomos, na cidade há a peste do macrozoário da fraude, o envenenador de profissão, contra o qual a nossa lei tem força – mas não tem força o aplicador da lei. O dinheiro fácil, acumulado à larga pelo crime impune, encarapaça-o de escudos invulneráveis aos colmilhos botos dos artigos e parágrafos nascidos mortos. A profilaxia que S. Paulo opõe hoje contra a coorte formidável

resume-se no fiscalato inócuo exercido por uns pobres fardetas que acabam ricos. Operam-se por aí tais malabarismos que o posto de fiscal é hoje disputadíssimo. São duas coisas que, arre! valem a pena: falsificar e fiscalizar. A comprova disso está no número irrisório de análises bromatológicas feitas no Laboratório do Estado. Em Abril do ano passado foi feita... uma! A avaliar por esse movimento a Paulicéia é uma cidade angelical onde tudo é tão puro que os laboratórios ficam às aranhas.

Ora, esta resignação diante da fraude, este curvar a cabeça em face do veneno, este generalizado tolstoísmo da “não resistência ao mal”, isto só se explica como doença.

Todos os povos se defendem, todas as cidades mantêm campanha permanente contra a ratazana dos estômagos. Só nós cruzamos os braços. E, resignados carneirinhos que somos, prostramo-nos diante do lobo gordo apostado em nos tosquiara a lã e derrancar a saúde. É doença. Não pode deixar de ser doença. Só uma grave caquexia pode derrear assim um povo, a ponto de lhe adormecer o próprio instinto de conservação. É que o nosso organismo está combalido até à medula. Sofremos da mais profunda apatia. Não reagimos contra o barbeiro dos campos, nem contra os barbeirões da cidade. Por descargo de consciência rezam-se umas mandingas na roça, e armam-se umas tarascas chinesas nas capitais.

Quando rebenta um escândalo como este das banhas recusados pela França, as autoridades movem-se, o dragão remexe os olhos de fogo – e fotografam-se juntos.

No caso vertente se alguma medida vier será por coação da França e em benefício exclusivo dela. As banhas endereçadas para lá seguirão puras, e as consumidas por cá serão adulteradas em dose dupla. É o meio de evitar prejuízos aos pobrezinhos dos envenenadores.

Citamos este fato da falsificação avassaladora que campeia em S. Paulo não para concluir “pedindo providências a quem de direito” – passo inútil e pilhérico, mas sim para frisar ilustrativamente o grau de quebreira que nos anemia o querer. Nem sequer reagimos contra a faca ao peito. Barbeiro, ancilóstomo, falsificador – é-nos indiferente acabar nas unhas de um ou de outro. Nossa única preocupação é esconder a verdade no poço para que ela não nos perturbe a agonia com o seu espelho.

Monteiro Lobato

O Estado de S. Paulo – 19/04/1918

RONDONIA

Visão do futuro e visão do passado

I

O romancista inglês H. G. Wells nasceu com três olhos, os dois de toda a gente e um terceiro, agudíssimo, não se sabe localizado onde, cuja faculdade de devassar o futuro emparelha

com a bíblica visão profética dos Isaías e Ezequiéis. E a tanto vai o acume desse terceiro olho que um senhor William Archer, num acesso de entusiasmo, propôs ao governo britânico que tomasse o romancista como profeta oficial, criando esse cargo junto ao Ministério da Marinha como uma espécie de gávea da nau do Estado, donde Wells, gageiro, fosse prevendo escolhos, e indicando sendas imperceptíveis à visão curta porque normal dos estadistas no leme. Espécie de consultor técnico do futuro.

Não adotou a Inglaterra o alvitre preopinado, ou temerosa de visões desagradáveis ao patriotismo inglês, ou porque Wells só lança vistas para remotíssimo futuro, variante entre cem mil a oitocentos mil anos, caso em que o desvendamento do porvir deixa de ser politicamente interessante.

Do muito que Wells entreviu, relativo às eras porvindouras, avulta a perspectiva da humanidade em crepúsculo lá para anos que se numeram por centenas de milhares. É na “Máquina do Tempo” que ele nos desvenda isso. O caso é este: Um matemático inglês, refletindo ponderadamente sobre os princípios básicos da Ciência Perfeita, logo no limiar assinalou uma imperfeição. Era doutrina assente, e com vir pelos séculos a fora, da filosofia grega até Farias Brito, sempre recebendo achegas de cimento consolidador, e carmartelada nenhuma, era doutrina intangível a noção dualista do Espaço e do Tempo. O tal matemático, porém, após uma vida de meditação revoga o dogma, destrói o dualismo e demonstra a unidade. O Tempo é simplesmente a quarta dimensão do Espaço. Figure-se um cubo. Poderá este sólido existir “instantaneamente”? Não. Logo um cubo não existe apenas pelo concurso da altura, do comprimento e da espessura. Requer ainda uma quarta dimensão que é o Tempo. Ora, se o Tempo é uma dimensão do Espaço, o homem que já se locomove nas três dimensões clássicas porque não se locomoverá na quarta? O balão vence a altura; a verruma vence a espessura; o auto “bebe” o comprimento. Porque se não inventaria um aparelho de caminhar na quarta dimensão, avançando nela para diante ou para trás, no passado ou no futuro?

Bem amadurecida esta genial teoria o sábio construiu a “máquina de explorar o tempo”, maravilha sem par entre todas as maravilhas modernas.

Da entrosagem e composição dela ninguém farejou isca; só se soube que quando em movimento entrava a desmaiar, como se esvaísse, descondensava-se em nevoa, e por fim sumia

qual cerração batida de sol, ou como ventilador elétrico cujas pás, conforme a velocidade, fazem-se confusos discos.

O primeiro passeio feito nela deu resultados estupendos. O sábio sentou-se à máquina e deu volta às manivelas. A engenhoca pôs-se em movimento, e o explorador sentiu um cambaleio como a impressão de queda nos pesadelos. O ambiente enublou-se e escureceu; logo após raiou a luz; que de novo cedeu o passo à obscuridade; e assim iterativamente. Era o intervalo da noite e do dia, sucedendo-se como o bater de imenso par d'asas negras e desconformes. Com o crescer da velocidade aquela alternância doía-lhe na vista como um pisca amiudado; o sol era, não a bola do costume, mas um arco de fogo riscando o céu, breve apagado e substituído pela faixa de luz pálida, a lua. As árvores vi-as nascer apressadas, crescer, frondejar, esgalhar-se esturradas pela velhice e desaparecer. Edifícios imensos, palácios, jardins surgiam do solo como cogumelos, para logo esboroarem em ruínia. A velocidade da marcha era de um ano por minuto, e, assim, de minuto em minuto, branquejava a terra sob o lençol de neve ou refloria nas verduras da primavera.

A velocidade, porém, crescia e breve o explorador não mais distinguia coisa nenhuma: envolvia-o um ambiente zumbidor com formas diluídas em discos acinzentados. Cansado daquelas impressões resolveu sofrer a carreira, travou dos freios e parou. O cronômetro marcava o ano 802.000 e pico. Tonto, o azoadado saltou em terra firme. Estava em Londres, exatamente no lugar onde partira. Mas quão mudado ia aquilo! Nenhum vestígio do mundo antigo. Os palácios outros, a arquitetura outra, outras ervas nas pradarias e nos jardins flores não lembrando feição nenhuma das suas ancestrais. Os homens, embora com a somática de hoje, semelhavam porcelanas de Sévres, tão mimosos, frágeis e efeminados parecidas. A estatura decrescera, a compleição afranzinara-se. Nada revelava nas criaturinhas bonitas e frágeis o musculoso e viril antepassado. Vestiam roupagens amplas, de belíssimos estofos desconhecidos, um tanto ao jeito grego. O corpo glabro, alvíssimo; nenhum vestígio das vilosidades remanescentes do troglodita ou do peludo símio darwinico pré-avô. Ares d'aparvalhados como esses derradeiros rebentos das velhas estirpes reais; incapazes de ação, infantis, fátuos, indolentes, fatigados pelo menor esforço. A ocupação deles resumia-se apenas em passear, brincar, colher flores e amar. O comunismo reinava. Em vez de casas individuais, palácios coletivos, onde a humanidade morava, dormia e comia na mais perfeita ordem. Pelo vestuário não se extremavam os sexos – vestiam-se por igual figurino. O comércio, a indústria, o grande burburinho urbano cedera lugar à calma dos ideais

realizados; libertara-se a humanidade do trabalho e da desigualdade social. Atingira, em suma, à idade de ouro – e também ao crepúsculo da espécie. A consecução de todos os sonhos acarretara o abandono da luta pela vida, iniciada desde os primórdios da barbárie. Os órgãos, cessadas as funções em que se treinavam, caíram em atrofia; o cérebro adormeceu; os músculos adelgaçaram de fibras. Além de fraca, inerte, estagnada a humanidade tornou-se parva, pelo desprezo do desenvolvimento cerebral. Vivia alheia a tudo que não fosse o sibirismo sensual. Museus enormíssimos jaziam ao leu, acamando séculos de poeira, com os espécimes a esbruçarem-se em abandono. As bibliotecas lera-as o caruncho; dentro das costaneiras luxuosas de labor estavam reduzidas a pó excrementício as velhas ciências e toda a literatura humana compendiada.

Ao pé disso, porém, reluzia de asseio, na mais meticulosa conservação, tudo quanto aproveitava ao gozo dos Eloés (chamar-se-ão assim os nossos netos da idade de ouro). Parques, jardins, palácios de recreio, bosques arborizados de plantas maravilhosas, ruas, caminhos, tudo reluzente como se legiões de criados viessem pela calada da noite, e de modo a não perturbar o sono dos sibiritas, escoimar a terra dos detritos e recompor os estragos da usura.

Ao explorador maravilhava aquele mistério. A sua posição era um tanto a do nhambiquara arrancado à Rondônia e metido na Londres atual. Tudo incompreensível.

Mas dos enigmas em que tropeçavam a cada momento nenhum o impressionou tanto como a presença de poços profundíssimos, intercalados sem razão compreensível, no meio dos parques. Deliberado a desvendar o mistério afundou por um deles, indo dar em amplas galerias escuríssimas. Aí riscou um fósforo e, com assombro, lobrigou por entre o maquinário de imensa usina, legiões de seres horripilantes, branquicentos, nus, que debandavam ofuscados pela claridade, tapando com as mãos os olhos enormes, horrendos como calotas esféricas de geléia viva. Era os Morlocks.

Depois dalgum refletir compreendeu o segredo de tudo. Os Morlocks não passavam de descendentes do proletário de hoje. A sociedade atual dividida em castas, extremou a separação até os últimos limites. A classe superior, detentora das riquezas e do poder, crescendo-se séculos em fora de umas e de outro, especializando-se no goza-los, produziu os Eloés; ao passo que a classe operária, cada vez mais confinada à usina ou ao trabalho das minas, deu origem aos Morlocks. O hábito forçado das fábricas penumbrosas, e das ulheiras escuras, mantido de pais a filhos, desafeiçoou-os da luz do sol, e com o discorrer dos séculos criou neles uma segunda natureza, de morcego. A treva tornou-se-lhes o ambiente habitual, os órgãos adaptaram-se a essa

vida, e lentamente veio o repúdio da vida normal à superfície. A velha cisão do gênero humano entre o que trabalhar e produz e o que só goza e consome, normalizou-se consolidada num acordo tácito. As usinas voluntariamente baniram-se da superfície onde ofendiam a aguda estesia dos sibaritas. Essa cripto-indústria já renunciada atualmente nos metropolitanos de Paris, Londres e Nova York, ganhou terreno; hoje um, amanhã outro, todo trabalho, mecânico, usinas, estaleiros, depósitos, foi-se embiocando pela terra a dentro, e na idade de ouro nenhum vestígio dele subsistia à superfície. Nesta tudo eram louçanias voluptuárias adstritas ao gozo dos ricos. Os Morlocks, portanto, eram produtores que produziam surdamente, longe da vista dos superficiais, tudo quanto lhes era mister para o conforto e o luxo. Das profundas é que subiam à tona os maravilhosos vestuários, os manjares finíssimos e todos os mais requintes necessários à conservação da classe ociosa. O zelo dos parques e jardins, a limpeza dos palácios e praças, tudo se fazia pelas mãos dos Morlocks, em silêncio, e de modo a não importunar os olhos mortíços dos Eloés com o espetáculo desagradável da sua presença. Para isso só operavam à noite, enquanto os alfenins dormiam o sono das flores. Os poços escadeados eram o hyphon ligador dos dois mundos.

Ao sábio inglês causou espécie a submissão integral de uma classe que podia dominar em absoluto visto como toda a força estava concentrada em suas mãos. Não tardou muito e teve a solução de mais este enigma. Numa das inspeções notou ele que os Morlocks se banquetavam de carne fresca. De onde provinha essa carne uma vez que não existia sobre a terra nenhum dos antigos animais fornecedores dela? Os que Noé apinhara na arca, só nos museus figuravam, e empalhados; vivo nenhum. A solução do problema foi, sobre inesperada, horrível. Aquela carne fumegante era... carne humana, era a carne dos Eloés. Os Morlocks fizeram-se antropófagos. Toda a solicitude demonstrada para com os Eloés, seu carinho em poupar-lhes o mínimo esforço, em alimenta-los esplendidamente, em congregarem em torno deles o máximo de bem estar, visava apenas aprimorar a boa qualidade da sua carne. Os Morlocks criavam Eloés na superfície como quem cria um gado de raça finíssima produtor de ótimos filés. Não era, portanto, submissão servil, senão senhoril, a dos homens subterrâneos em relação aos superficiais.

Verificada que foi esta conseqüência final do progresso humano, o sábio explorador enojou-se e não quis ir além. Retornou para a Londres atual e, parece, quebro a máquina a fim de poupar-se a novas decepções relativas à espécie.

A sensação deste sábio inglês era até aqui única. Só ele conseguira deslocar-se da atualidade e mergulhar no ambiente dos séculos futuros.

Mas se era única já o não é. Roquette Pinto revela-nos um feito semelhante. Sem uso da máquina de Wells, cavalgando simples animais de sela, por picadões varados a foice, ele operou igual milagre. À diferença única foi ter caminhado às avessas. Em vez de devassar o futuro como Wells, mergulhou no passado. Apeou em plena idade lítica. Viu, estudou e fotografou o homem primitivo, nu de corpo, hirsuto de instintos, desgarrado como um fóssil vivo neste século maravilhoso do gás asfixiante e do Triano patchouli. Só não encontrou antropófagos. No mais suas sensações – sensações póstumas, foram idênticas às sensações antumas do explorador inglês. E num livro magnífico, por mil e uma razões digno de ser meditado pelos nossos trianonitas, estampou-as, alternando impressões pessoais com sólidas observações científicas. Rondônia é o belo nome desse belo livro.

Monteiro Lobato

O Estado de S. Paulo – 23/04/1918

RONDONIA

II

As terras de Mato Grosso alagam-se em pantanais ao sul, firmam-se depois da chapada central, e ao norte alteiam-se montanhosas, revestidas só então de mato grosso. Nestas paragens pouco devassadas pelo homem é que fica a Rondônia, belo nome criado pelo eminente etnólogo

do Museu Nacional, dr. Roquette Pinto, em homenagem a quem podendo salvar a Pátria em doce “otium cum dignitate” na Avenida Central, preferiu dedicar a sua vida ao áspero estudo do sertão.

O nome de Candido Mariano Rondon merece o respeito devido aos heróis da paz. Sua vida é lição, de civismo e de energia. Sua obra espanta. E espanta sobretudo porque significa cumprimento do dever. Progredimos tanto em matéria de ética que cumprir o dever já espanta. Há dez anos que ele leva de par a construção de uma linha telegráfica com a construção científica da etnologia, geologia e geografia do âmago do Brasil.

A virgindade daquelas paragens sofreu o primeiro bote por parte dos castelhanos Irala e Chaves, em 1575. Buscavam ouro. Desiludidos, cederam o passo às bandeiras paulistas, as quais consolidaram para a coroa a posse da terra inóspita. Queriam escravos, e como os encontrassem por lá, persistiram na penetração, sucederam-se umas às outras, e graças à sua rude energia Mato Grosso é nosso.

Aleixo Garcia chefiou a primeira. A lavoura criada no litoral reclamava braços. Garcia foi busca-los. Aqueles homens terríveis não vacilavam na solução dos problemas. Obstáculos naturais não detinham seus passos, como nenhum sentimentalismo lhes amolentava a vontade de ferro. Varavam sertões desconhecidos, atacando selvagens cem vezes mais numerosos, com a mesma energia demonstrada hoje pelos seus heróicos descendentes no avanço a um peru de banquete.

Das bandeiras organizadas então, a de Antonio Pires deixou precioso documento, no qual se fala pela primeira vez no “Reino dos Parecizes”. Roquette Pinto o dá como o pioneiro do noroeste mato-grossense, acima do Sipetuba. Os parecis, senhores da terra, eram copiosos, e viviam já em período agrícola.

Quanto às tribos localizadas para adiante, na Serra do Norte, soube Pires da sua existência, mas “era gente que não podia declarar porque lá não tinha chegado”.

Se Pires lá não chegou o mesmo aconteceu aos sertanistas posteriores. Faziam referências vagas, mas ninguém viu os misteriosos índios.

Mais tarde quando as bandeiras paulistas se substituíram as bandeiras científicas, organizadas pelas sociedades sábias da Europa, tais índios continuaram impenetráveis, sempre referências vagas ouvidas sobretudo aos parecis convizinhos.

E assim, apesar das bandeiras, e mais tarde das expedições científicas, incursões de vária categoria e estudos de Landsdorff, Tannay, Caldas, Pimentel, Couto de Magalhães, Shuller,

Millet, Moure, Clhandleas, Martius, Barbosa Rodrigues, Castelnau, etc., os misteriosos indígenas permaneceram impenetráveis à observação direta até que Rondon entrasse em cena. Coube a ele a primazia de estudá-los.

É memorável essa expedição.

Em 1897 partiu Rondon de Diamantino.

À frente um batedor assinalava o rumo, picando as árvores, e comunicando-se com a expedição por meio de toques de corneta.

Atrás, na picada recém-aberta, o comboio de abastecimento fechava a marcha.

No dia 7 de Setembro alcançam o “Reino dos Parecizes”, onde logo se acamaradaram com os índios.

A 19, na Aldeia Queimada, o cacique Uazakuriri-gaçu presta-se a guia-los através dos seus domínios.

A 10 de Outubro alcançam os extremos dos território pareci.

Estão à beira da zona nhambiquara sobre a qual tantas lendas correm.

Separa-os de Cuiabá a respeitável distância de 605 quilômetros.

Pleno deserto.

As privações crescem à medida do avanço.

Viveres escassos, a penúria os deteria ali se a floresta generosa lhes não acode com o palmito e o mel.

Pelo fim de Outubro surgem os primeiros vestígios do povo segregado.

Denuncia-o uma tosca pinguela armada no rio Sauêuina, ou Papagaio.

Transcorrem mais alguns dias. Súbito, à asa esquerda do Papagaio a expedição defronta com o primeiro nhambiquara.

Esta cena, que Roquette pinta ao vivo, é de um relevo maravilhoso.

Pela sua grandiosa significação comove à distância. O que há de passado dentro de nós modernos estremece. Sentimos uma saudade lítica.

É um quadro único, esse. É a Pré-história por um inexplicável milagre de conservação, surpreendida pela História em flagrante delito de sobrevivência. É o homem moderno travando conhecimento visual com pré-avós julgados extintos e para sempre reduzidos a relíquias fósseis sob as últimas camadas do quaternário.

É o primitivo desnudo, lascador de sílex, que fugia dos derradeiros mamutes e matava renas para comer, ressurreto de golpe em face do seu aperfeiçoado neto, senhor do téggrafo sem fio e do obus.

Acareação imprevista da idade da pedra lascada com a refulgente idade do ferro – e que ferro, manganês!

Rondon teve a felicidade de gozar a visão retrospectiva dum período segregado de nós por uma camada de séculos orçada por milheiros. Viu o que ninguém jamais viu. A cena onde Roquette Pinto descreve o lance vale a mais bela página do romance antropológico.

Em dado momento Rondon lobriga um vulto no meio de um cerrado.

Aproxima-se cauteloso, e espia.

É um homem nu.

Traz arco e flecha nas mãos, machado de pedra, e cesta às costas.

Está farejando mel.

Descobre uma colméia no oco dum pau.

Rondon, imóvel, espreita.

O homem nu aproxima-se, examina-a, descobre-lhe a entrada e prepara-se para a extração. Larga em terra as armas e com o machado de cabo curto corta a madeira até que pela abertura possa entrar a sua munheca. Toma, então, da cesta, ajeita-a, e enche-a com os favos roubados.

Aqui o rumor distante dos foiceiros na faina do picadão surpreende-o.

O índio entrepara. Apura os ouvidos.

E com a apreensão denunciada nos olhos, recolhe as armas e desaparece...

É só isto, mas quanta beleza nesta cena!

Esta mesma impressão que teve Rondon gozou-a Roquette Pinto, mais tarde. Incumbido duma missão científica pelo Museu Nacional pôs-se o eminente professor com rumo para lá, seguindo as pegadas do grande sertanista. E após um mês de jornada, alta noite... Contemos o fato com suas próprias palavras. “Alta noite, numa colina, à beira da linha (telegráfica), próximo ao Ribeirão 20 de Setembro, avistamos, longe, uma fogueira. Eram eles. Apressamos o passo dos animais e, a grande distância, começamos a gritar para os prevenir da nossa presença:

— “O! O! Nen-nen! Nen-nen” (amigo! amigo!) Vieram logo correndo e gritando: uns gesticulando de mãos livres, outros de cacete em punho, mas não agressivos, outros ainda de arco e flechas enfeixadas na mão esquerda, enquanto com a direita coçavam a cabeça, sorrindo,

desconfiados. Ao luar, muito leitoso, era fantástico o aspecto daqueles homens, altos, lépidos, inquietos, falando sempre desengonçados, inteiramente nus.”

Nessa noite o etnólogo, presa das mais vivas impressões, não pode dormir. “Dormir, excitado por aquele quadro de magia, desenrolado à meia noite? Dormir, naquela noite inesquecível em que a sorte me fizera surpreender, vivo e ativo, o “homem da idade da pedra” recluso no coração do Brasil, a mim que acabaça de chegar da Europa, e estava ainda com o cérebro cheio do que a terra possui de requintado na diferenciação evolutiva da humanidade? Que gente é essa, que fala idioma tão diferente da língua dos seus mais próximos vizinhos; que tem costumes tão estranhos aos que vivem perto; que não conhece os mais essenciais objetos da “vida” dos seus companheiros de sertão? Onde veio? Por onde passou, que não deixou rastros? Quando chegou àquelas matas, onde vive há tanto tempo? Que ligações tem com os outros filhos do Brasil?”

De fato, a presença de um núcleo de primitivos como este dos Nhambiquaras é de molde a semear pontos de interrogação na cabeça dos sábios. Se é uma verdade o povoamento da América pelo extravasamento do ancestral mongol através da ponte alêutica, em nenhuma zona ele se enquistou com tanto afeição ao casão original. Isolado dos vizinhos seguiu uma evolução própria, não denunciadora de influências estranhas. Dialeto especial, ignorância da rede, objeto caseiro comum nas vizinhanças, cerâmica das mais rudimentares, nenhum conhecimento dos animais domésticos e da navegação, doenças próprias desconhecidas em outras paragens, arte ornamental plumária apenas em início, reminiscências próximas do período antropofágico, religiosidade, ainda no estágio de feiticismo panteísta, e começos de astrolatria – tudo nele denuncia um primórdio de cultura difícil de harmonizar com as teorias assentes quanto ao nosso aborinismo.

A origem litorânea do grupo Ge-Botocudo, ao qual se filiam os Nhambiquaras, periclita. Como admitir a hipótese de um ramo sem as qualidades e as características da árvore mãe? Se admitirmos a sua filiação, ao grupo Nu-Aruak, como conceber que, emigrados do Norte com um determinado grau de cultura, esse núcleo descido para Sul, e fixado no chapadão demonstre uma cultura inferior e tantas diversidades de variada ordem? O conhecimento dos Nhambiquaras veio restabelecer os X X de muitos problemas já solvidos. É preciso refazer toda a arquitetura da etnologia americana a fim de harmonizá-la com o fato novo que pelo encontro destes índios, Roquette põe em foco. E para base de estudos ele lança, a laia de conclusão, esta afirmativa que deixa indiferente o país mas fará remexer na cova os ossos dos numerosos sábios que ferveram os

miolos nos estudos da nossa etnologia: “Foi no grande planalto do Brasil que se processou o trabalho da diferenciação étnica sul-americana”.

*

O livro de Roquette Pinto é o mais interessante estudo publicado por um patricio sobre um tema que até aqui interessou muito mais aos estrangeiros do que a nós. Francamente, nós temos coisas muito mais sérias do que isto de ciência, esta maçada de raças autóctones e Gês e Nu-Aruaks. Temos, por exemplo, o estudo comparativo dos cem mil instantâneos fotográficos publicados pelas nossas revistas ilustradas onde se fixam as atitudes atuais, os sorrisos, os gestos, as passadas, as caretas do paredros Gês e dos estadistas Nus. Não nos sobra tempo para estudo dos outros, dos que trazem tanga. Apesar disso, nos momentinhos de folga que a Instantâneographin Comparada nos concede, é possível darmos nosso quarto de hora de atenção à obra deveras notável do emérito professor do Museu Nacional. Pela forma fragmentaria de notas, pela amenidade da forma, pelo entregachamento de observações pitorescas relativas à paisagem, e aos incidentes da viagem, esse livro consagra um sábio e jeitoso processo de fazer ciência para Eloés. A ciência bem dosada nas “pink-pills” é ingerida sem que o percebamos. Arrastados pela parte anedótica vamos a boiar pela corrente do livro, com os olhos distraídos pelos quadros marginais e com o espírito alerta e alegre pelos “casos” e retratos, e observações psicológicas com que o autor entremeia e disfarça a aridez do estudo etnológico.

O dr. Roquette Pinto é eminentemente compreensivo. Sabe fazer livros como os precisamos, livros que nos incutam ciência “malgénous”.

Se para finalizar dissermos do elemento sedutor que a sua simpatia pessoal sabe defluir no estilo, teremos feito o elogio completo da sua excelente Rondônia. E restará apenas estranhar o critério editorial do governo. Foi o governo o editor do livro, mas ao contrário de todos os outros editores, não o pôs à venda. Publicou-o para guardá-lo a sete chaves nos arquivos, donde os amigos filam alguns exemplares e o resto o caruncho comerá. Em matéria de publicidade é um critério perfeitamente Ge. Critério falso, mas, concorde-se, riquíssimo de cor local.

Monteiro Lobato

O Estado de S. Paulo – 12/05/1918

O PROBLEMA DO SANEAMENTO

INÍCIO DA AÇÃO

I

Idéias há que ferem fundo a psíquica humana, e propagam-se com tal rapidez, coligem tal número de adeptos, explicam com tal lucidez inúmeros fenômenos desnorteadores, impõem-se

com tal prestígio que, ainda em meios de opinião rarefeita como o nosso, passam rapidamente da fase estática para a dinâmica. Fazem-se força e levam de roldão todos obstáculos. A idéia do saneamento é uma. Bastou que a ciência experimental, após a série de instantâneos cruéis que o diário de viagem de Arthur Neiva lhe pôs diante dos olhos, propalasse a opinião do microscópio, e esta fornecesse à parasitologia os elementos para as suas definitivas conclusões, bastou isso para que o problema brasileiro se visse pela primeira vez, enfocado debaixo dum feixe de luz rutilante. E instantaneamente vimo-la evoluir para o terreno da aplicação prática; a Idéia-força caminha avassaladora. Avassaladora e consoladora, porque o nosso dilema é este: ou doença ou incapacidade racial. É preferível optarmos pela doença. Dest' arte , coincide a lição científica, que afirma ser doença, com os anelos do amor próprio, que prefere a confissão de doença à confissão desalentadora de incapacidade.

Respiramos hoje com mais desafogo. O laboratório dá-nos o argumento por que ansiávamos. Firmados nele contraporemos à condenação sociológica de Le Bon a voz mais alta da biologia.

Esta corrente, entretanto, encontra ainda objetores. E de vários matizes. Há os que negam o nosso estado caquético e vogam ainda, felizes, em pleno mar de ufânias. Retardatários, amigos da fachada, trazem cinquenta anos de atraso nos miolos, estão convictos de que Peri arrancou a palmeira e de que os caboclos são outros tantos Peris de camisa aberta ao ao peito. Emolduram-se no quadro clínico da pusatilia, mas salva-os a boa fé.

Ao lado destes há os de má fé, os percevejantes, os que ressurtem das frinchas do periodicismo que late. Em vez de contrabaterem idéias com argumentos, estes triatomas mordiscam furiosos nas pessoas. Incidem no quadro clínico da beladona. Entram em sua composição três partes de Acácio em alcoolatura do Mr. Homais, de Flaubert. Poção evidentemente inócua. Não obstante, quem inventasse o pó da Pérsia que eles reclamam prestaria um bom serviço à gente séria.

Há ainda os cansados de esperar, e por isso desesperançados até da ação construtora da ciência. A estes os fatos convencerão, e para honra nossa já existem fatos.

O governo paulista em hora feliz de inspiração, pôs de parte as mesquinhas injunções políticas e em vez de nomear, como é de praxe, um genro para superintender no serviço de higiene, escolheu uma competência.

Arthur Neiva, cientista no rigor da expressão, filho de Manguinhos e discípulo dileto de Oswaldo Cruz, distinguiu-se por tal capacidade de trabalho e tão superior visão que logo, na frase de C. Seidi tornou-se um homem disputado.

Após a campanha anti-palúdica do Xerém, o engenheiro Sampaio Corrêa, disse “que se não fosse a ação eficaz e dedicada deste cientista ilustre, e seus dedicados auxiliares, as obras de abastecimento de água do Rio não teriam sido conclusas”; após a segunda campanha na Noroeste que possibilitou a construção da estrada na região infernal; após as viagens de estudo e a expedição através dos sertões da Bahia e Goiás, a sua figura acrescentou-se dum relevo por tal forma brilhante que a República Argentina, esquecendo a velha terra, disputou-o a Manguinhos, a fim de organizar a seção de zoologia médica do primeiro instituto científico do país.

Lá, findo o contrato, o homem disputado o foi novamente pela Argentina, desejosa de conserva-lo para si, e por S. Paulo ansioso de te-lo a serviço da sua remodelação higiênica.

S. Paulo compreendeu a necessidade de ainda neste pormenor conservar o papel de locomotiva, arrastando rampa acima os dezenove vagões irmãos. A nossa organização sanitária já era a melhor, ou antes a única do país, que, seja dito entre parêntesis compungidos, não n'a tem nenhuma. O modo por que se jugularam as epidemias amarílica e variolosa honra ao nobre trabalhador que foi Emilio Ribas, nome que terá sua aureola quando se escrever a historia da higiene no Brasil.

A ação de Arthur Neiva porém, manifestou-se logo pronta e eficiente. O código sanitário, remodelado e acrescentado apesar da tempestade de protestos, transformou-se em lei, e é um dos mais completos existentes. Quem correr os olhos sobre ele verá como o combate sistemático às endemias que nos deprimem foi organizado ali com a segurança de que possui elementos experimentais sobre o assunto. É de absoluta justiça reconhece-lo: enquanto no Rio a idéia do saneamento gira no ciclo da propaganda pela palavra, em S. Paulo gira no terreno dos fatos. A campanha foi iniciada, não com a latitude que é mister, mas restrita pela parcimoniosa dotação que o Congresso atribui à higiene.

Todavia, foi iniciada.

Nossos governantes inda não compreenderam o alcance econômico do saneamento. Alegam aperturas financeiras e restringem ao mínimo as verbas destinadas à higiene. No dia, porém, em que arraigar-se, pela demonstração insofismável dos fatos, a convicção de que o dinheiro dispendido no restabelecimento da saúde do povo e na extinção dos focos infecciosos é

dinheiro adiantado que volta às arcas acrescido de alto prêmio, porque esse dinheiro foi restabelecer a eficiência econômica de milhares de criaturas transformadas pela doença em quantidades negativas, nenhum serviço receberá mais generosa dotação e nenhum sobre ele terá primazia.

O povo clama ao ver o seu dinheiro escoar-se em aplicações desonestamente improdutivas, mas baterá palmas vendo-o empregado na obra sobre todas urgente da sua melhoria sanitária e do preparo aos filhos dum ambiente mais limpo de germens consuntores ou letais.

Os serviços de profilaxia permanente iniciados em S. Paulo cifram-se por enquanto no ataque à malária em Villa Americana, Nova Odessa, Monte Mor e Santa Bárbara, e agora na campanha anti-malárica e anti-parasitária de Iguape.

Na primeira, adstrita apenas à supressão da malária, a profilaxia foi completa, tratamento dos doentes e extinção radical dos focos. Para isto foi mister executar um serviço de terra verdadeiramente notável, canalização de ribeirões, desobstrução de cursos de água, aterros, drenos de brejos, petrolização, roçadas, etc.

A epidemia foi jugulada, e a endemia extinta com a supressão de todos os viveiros onde a larva de anofelina se desenvolvia à vontade.

Aqui há uma nota a fazer. O saneamento exige como condição fundamental de eficiência a conservação rigorosa dos serviços feitos. Do contrário será um trabalho de Sísifo. Compreende-se que a ação saneadora parta do centro, já dotado do aparelhamento necessário, mas deverá entrosas coordenadamente numa série sucessiva de trabalhos, incumbente às municipalidades. Se um serviço desses, oneroso, difícil, exaustivo, tiver de perecer por falta de continuidade municipal é preferível não enceta-lo nunca. Não pode de maneira nenhuma ficar isso à mercê da veneta dum prefeito coronelóide, “cético” que “não crê” na transmissibilidade de morbus pelo mosquito, que acha uma “bobage” isso de fossas, drenos, aterros, etc., e alapado nas covas escuras dum chocarreira noite cerebral reedita as velhas pilherias de campanha carioca contra Oswaldo Cruz. O Estado deve premunir-se de leis que compilam o coronelóide revel a abster-se do direito de lesar a saúde pública, fazendo uso das “suas opiniões pessoais”.

Se, por exemplo, algum “médico físico espontâneo” vai à Vila Americana, e lá, em comício na praça, convence ao prefeito de que é mister “metralhar o livro, bandeira de morte, de Belisário Pena – Saneamento do Brasil”, e se esse prefeito desfaz pelo desleixo todo o serviço de

terra realizado pela comissão sanitária, um enorme dispêndio de esforço e dinheiro estará irremediavelmente perdido. Entretanto, pela conservação rigorosa dessa obra, a Vila irá restituindo rapidamente aos cofres públicos, por meios indiretos, o que deles saiu para empatar-se lá.

Adotado com o preciso rigor este critério de conservação, os trechos saneados ir-se-ão constituindo em oásis purificados, o número deles crescerá pela persistência da obra, e no correr de alguns anos o oásis será todo S. Paulo. porque nós cremos na possibilidade de salvar-se S. Paulo com a mesma convicção que não cremos na possibilidade de acontecer o mesmo à maior parte do resto do país, ao Norte sobretudo.

O Brasil por lá desandou demais, desandou fora de toda a conta e medida.

No Pará já aconteceu nesta coisa inconcebível: os empregos do Museu Goeldi, esfaimados pelo calote oficial comeram um belo dia o famoso pirarucu, que era a maior curiosidade do museu. Outros apetites, vendo aquilo, surgiram, e mais vorazes ainda, devoraram o resto. É fato virgem no mundo, o Museu Goeld desapareceu da face da terra pela via digestiva das piranhas humanas. Ora, é lá possível crer em movimentos saneadores em zonas onde um fato como este é nada diante de outros bem mais sugestivos?

Monteiro Lobato

O Estado de S. Paulo – 15/05/1918

O PROBLEMA DO SANEAMENTO

Iguape

II

Quem, por viver no mundo da Lua, inda descrê do nosso estado coletivo de doença, e atribui esta campanha do saneamento a mil e um moveis, fora ao único real, desejo ou ânsia, de ver queimar-se o derradeiro cartucho na defesa da nacionalidade vacilante, que vá a Iguape. Vá a Iguape que dali voltará apóstolo.

Iguape lhe porá ante os olhos, em eloquentíssimo epítome, o quadro geral da caquexia orgânica que emperrou o país.

Iguape é o Brasil.

Descontadas as zonas vivas, criadas ou revigoradas pelo afluxo de sangue europeu imigrado, o Brasil é Iguape. Marasmo senil, modorra. Tudo lento, a arrastar-se em paraplegia do tabético. O comercio ronceiro e mesquinho; a indústria tateante e ingênua; a lavoura incapaz de criar riqueza, eternamente adstrita à enxada e ao nomadismo da foice e do fogo.

Vida intelectual nula. Impenetrabilidade ao progresso, não pela resistência rotineira de quem possui forma e defende-lhe a rigidez, mas pela indiferença oriunda desse estado mórbido a que se convencionou chamar indolência. O cérebro humano não dá aí a impressão da máquina maravilhosa que é; parece antes um cemitério, paul viscoso onde as idéias se empegam, languescem e morrem “enlizées”.

A política foge ao molde da visão larga do interesse público, encarquilhando-se na cuscuvilhice miúda dos compadres, comadres e afilhados.

O povo, triste e mazorro, sem vibração, indiferente a tudo, insensível até ao acicate da guerra. Povo que não ri, não brinca, não canta, não dança, - desconfiado e sorníssimo.

Quando, por força da imaginativa, evocamos uma cidadezinha norte-americana ou argentina, estuante de vitalidade, e a comparamos a uma nossa correspondente em população, constringe-nos a garganta um soluço de desespero. A mesma idade, o mesmo céu, o mesmo continente, - e sempre a vida vitoriosa lá, e sempre o marasmo do urupê aqui.

Qual a razão disso?

Não dêem ao problema nenhuma das soluções palavrosas de uso corrente. Nada de pedir à retórica, ou à política, ou à etnografia explicações que nada explicam. Mudemos de rumo. Peçamos a opinião da ciência experimental. E a parasitologia no-la dará sinceríssima. Conduzindo-nos ao Posto de Profilaxia de Iguape ela nos fará tremendas revelações.

O recenseamento da cidade revelou em Dezembro uma população de três mil e tantos indivíduos, dos quais se inscreveram na lista dos candidatos à saúde 3.104. examinados as fezes

destes inscritos o microscópio revelou em 2.673 indivíduos a presença de uma velha verminose. *Ascaris*, ancilóstomos, tricocéfalos, anguilulas, tricomonas, amebas, tênias, himenolepis, oxiúros, etc, uma fauna inteira, voracíssima, vivendo à tripa forra, em família ou em sociedade de duas, três e quatro espécies nos intestinos da pobre gente!

Só o ancilóstomo, essa praga tão grande que moveu à comiseração Rockefeller, e o levou a organizar no mundo inteiro uma campanha contra ele, só este maldito estagnador da vida, ascoroso percevejo dos intestinos, peste duodenal, só ele envenenava a vida a 2.102 pessoas!

Recapitulemos os algarismos para arolhar de vez os negadores impenitentes e os otimistas que acoimam de exageradas as nossas palavras: em 3.104 iguapenses examinados, 2.673 traziam os intestinos transfeitos em jardins zoológicos, “menagéries” de micro-feras! E 2.102 revelaram-se viveiros do flagelo que comoveu o coração duro de Rockefeller!

Imagine-se, agora, que a ação desses parasitas é ininterrupta, começa na infância e prolonga-se até a morte. As lesões que eles praticam nas paredes intestinais, ulcerando-as, funcionam como outras tantas portas abertas ao livre trânsito de toxinas. O pai dessa pobre criatura já foi um avariado, como o foi o avô e o bisavô. Deles recebeu ela uma vitalidade menor, uma tonicidade orgânica decaída, um índice fraco de defesa natural. E por sua vez ela transmitirá ao filho a má herança acrescida funestamente da sua contribuição pessoal de degenerescência, consecutiva à continuação do trabalho do verme no seu organismo.

Isto explica como e o porquê dos Fernão Dias Paes Leme de outrora, terríveis varões enfibrados de aço, ressurtiu uma geração avelhantada, anemiada, feia e incapaz. Não é a raça – a raça dos bandeirantes é a mesma de Jeca Tatu. É um longo e ininterrupto estado de doença transmitido de pais a filhos e agravado dia para dia.

Examinando-lhes o sangue, assombra a pobreza em hemoglobina: não é mais sangue o que lhes corre nas veias, senão um soro amarelento. E nessa água suja, para remate de males, ainda vem aboletar-se o protozoário da malária...

Eis o estado de Iguape, e em que pese à ingênua turra contraditora, eis o estado do país inteiro, feitas as exclusões mencionadas.

Já disse e repito: no dia em que o Brasil se convencer do seu estado de doença, estará salvo. O que se fez em Iguape prova de modo irrefragável a possibilidade da vitória. O problema cifra-se em fazer em escala grande o que ali se fez restrito a uma cidade. Graças à orientação de Arthur Neiva a campanha iniciada de modo a demonstrar por “a” mais “b” não só a nossa

capacidade científica, como também a organizadora. A ofensiva de Iguape merece ser divulgada com amplitude para orientação das subseqüentes, e lição aos incréus.

Iniciada em Dezembro, sob as ordens do dr. Melchiades Junqueira, apesar de nenhuma experiência preliminar, pois que nunca no Brasil se fez coisa parecida, foi logo com superior critério executada da seguinte maneira.

Recenseou-se a cidade, e inscreveu-se no rol profilático, depois de intensa propaganda, a maioria quase absoluta da população. Houve rebeldes, sujeitos tão perros de inteligência e tão amigos dos seus vermes, que se recusaram ao exame preliminar de fezes. Parece impossível que a imbecilidade atinja tais atitudes, mas atinge.

Nos inscritos, feito o exame, e autenticada a presença dos parasitos, foi fichada a identidade de cada um com o competente diagnóstico.

Começou o trabalho medicativo. Um a um, todos fiscalizados pela comissão, receberam a dose requerida do anti-helmíntico. Passados quinze dias novo exame veio verificar o efeito da medicação, e, conforme se comportavam os vermes, assim prosseguia o tratamento, persistindo os exames até que o microscópio desse alta ao verminado. Deste modo, dos 3.104 inscritos, só não se libertarão da mazela intestinal os que de todo preferirem a doença à saúde. Em Junho conta a comissão ter concluídos os seus serviços. Iguape, a cidade inteira, e grande número de roceiros que acudiram ao apelo, Iguape estará por esse tempo liberta da endemia atrofiante.

Se juntarmos a isso a instituição da fossa obrigatória, que a comissão impôs à cidade, e a campanha anti-malárica conduzida com extremo rigor paralelamente à anti-vérmica, - tratamento pela quina dos maleitosos e serviços de extinção de focos, aterros, roçadas, drenos, etc., e levada a cabo com tanta segurança que já não surgem casos novos de impaludismo, não é arrojo dizer que Iguape será a primeira cidade do Brasil onde se fará uma obra completa de saneamento.

Até aqui campanhas idênticas visavam sempre epidemias ameaçadoras; campanha completa como esta, não há caso de segunda. O trabalho é integral. Na ação rockfelliana, a guerra é declarada apenas contra o ancilóstomo, os demais vermes são postos de lado.

Na de Iguape não se abrem privilégios dessa ordem poupando a vida a parasitos de tanta letalidade como o ancilóstomo, e além disso fere-se de frente com igual energia o Moloch malárico.

Temos o vezo doentio de malsinar o nosso para realce do alheio. Fugindo a ele, arrastados pela evidência e premidos pela justiça, hemos de confessar que a ação de Iguape, sobre modelar

reúne a maior economia à mais alta eficiência. Se houver procura de um paradigma para norteio de ações futuras é ali que não se procura-lo. O método Melchiades, consistente em não espaçar como é de praxe, a dose de timol e dá-la de uma só vez, em bloco, sem perigo de nenhuma consequência má, permite reduzir grandemente o trabalho e também encurtar a duração da refrega. Merece ampla divulgação.

Dest'arte é possível prejudicar: se as ações consecutivas se não dispartirem do rigor desta, e forem conduzidas com o mesmo espírito de sistematização prática, o saneamento de S. Paulo virá a ser uma realidade. E daqui irradiar-se-á pelo resto do país. Cunha de progresso que já ele é, será ainda uma cunha de saúde metida de enxerto no corpo valetudinário do país. E este, arrastado, curar-se-á, caso, como nos refratários de Iguape, não ache mais simples morrer de lezeira, o que não é crível.

Os resultados da profilaxia não virão imediatos, como alguém supõe. O vinco deixado no organismo do recém-curado por um longo passado de verminação é cicatriz lenta de desaparecer. Mesmo assim há consequências imediatas de sugestiva evidência. Opilados, portadores de horrendas úlceras fagedênicas, resistentes a toda medicação, pelo simples fato de libertarem-se do ancilóstomo verificaram a sua rápida cicatrização.

O organismo livre da causa anemiante reage, readquire a defesa natural e a ferida desaparece por si, feridas que vinham de anos.

Fato mais eloqüente não há. Por ele se evidencia a elevação do tônus vital, com o seu cortejo de reflexos no moral, revigorizante da vontade e desmodorrante das faculdades adormecidas.

O curado, de negativo, passará a fator ativo de produção. O país ganhará nele a energia correspondente a de um imigrante entrado.

Este cálculo está por fazer: a cura dos três mil verminados de Iguape quanto representará de energia humana restituída ao país? Se fosse possível reduzir a expressões numéricas este problema, que argumento maravilhoso para atirar contra Le Bon!

Serviço idêntico ao de Iguape será feito este ano em Tremembé, Santo Amaro e Cosmópolis. É pouquíssimo, diante do que há a fazer. Mas é muitíssimo como significação de primeiro passo no terreno das realidades. Um aforismo norte-americano quer que o primeiro passo corresponda a meia obra feita. De fato é assim, e já hoje ninguém deterá a obra formidável

de saneamento, ora em início. Nem a campanha de rua da “medicina físico-espontânea” nem o fincão maledicente dos que possuem a verminose localizada no cérebro.

É uma idéia que venceu esplêndida e fulgurantemente.

Monteiro Lobato

O Estado de S. Paulo – 03/06/1918

SANEAMENTO E HIGIENE

As novas possibilidades das zonas cálidas

Sob esta epígrafe o sr.
Monteiro Lobato, que nesta
folha tem tratado do problema

do saneamento do país, acaba de publicar na “Revista do Brasil”, o seguinte artigo que contribui para melhor elucidação das idéias que no “Estado” tem expendido.

A questão da degenerescência do homem nos climas tropicais preocupou sempre aos sociólogos, provocando várias teorias explicativas – engenhosas, tanto quanto vulneráveis às zagaias de objeção.

O problema põe-se nestes termos: é nas zonas tropicais que vida, já animal, já vegetal, evolui para as formas mais altas. Esta regra, entretanto, falha com relação ao homem.

Por quê?

Foi mister que um dos ramos mais novos da ciência, a parasitologia, adquirisse o vulto apresentado hoje, para que o X de mais esse problema fosse expungido de vez.

De fato, por pouco que detenhamos o espírito na biologia da fauna e da flora das regiões quentes, ressalta o contraste entre o surto pletórico da vida em todas as suas manifestações com o tremendo parêntesis de exceção aberto pelo homem. Onde tudo alcança o apogeu, só ele, o rei, decai.

É na região do calor que rugem os maiores felinos, o leão africano do deserto, o tigre real da “jungle” indiana, truculentos detentores do cinturão da ferocidade. Na América vemos o jaguar mosqueado, que semeia o pavor nas léguas onde impera a lei da sua fome, e nas ilhas da Sonda, a pantera de graciosos movimentos. É nas terras do sol que trota o elefante, monstruoso prosbocida, senhor da força máxima e da máxima inteligência do mundo irracional. Ao seu lado espapaçada nos rios o planturoso hipopótamo e tosa a folhagem das arvores o formidável rinoceronte.

No gênero piteco é a região equatorial que apresenta o solitário gorila, hercúleo, ferocíssimo, lembrando um troglodita ressurto pelo atavismo, nas florestas da Sumatra, como lembrete vivo da nossa prosápia – “memento homo quia simius est.”

Na Guiné os maiores orangos passeiam em grupo, graves como diplomatas de alto coturno.

O maior dos marsupiais é na quente Austrália que habita, o canguru.

É nos rios das terras quentes que mergulham os maiores sáurios. O crocodilo do Nilo atinge lá seis metros de comprimento e dá tal impressão de força que os antigos egípcios o erigiram à categoria de animal sagrado. O gavial indiano, lagartão de nove metros de comprimento, é o maior da espécie: tala os peixes do Ganges e pega búfalos que vem beber às margens. Os caimãs da América e o jacaré amazônico são outros tantos exemplares esplendidos da pletera de vida.

Entre os ofídios é sempre na zona cálida que rabeiam os mais gigantescos. A sucuri, e a anaconda de dez metros do Suriname bastam para documentar o asserto. Entre os venenosos é ainda nela que vivem os mais letalmente apetrechados, a naja indiana, os nossos crótalos, os trigonocéfalos da Martinica.

Se volvemos o olhar para os ruminantes vemo-los ascenderem às formas mais altas sempre na faixa diletta do sol. O camelo, a girafa, o búfalo são filhos dela os solípedes, cavalo e zebra, nela é que evoluíram.

Não abre exceção o batráquio: a maior das rãs, “*R. mugicos*”, rã-touro, coxa na América, e com tal vigor que Martius, na sua História Natural, diz: “Em bando fazem tal bulha que um destacamento de soldados assustou-se um dia a ponto de fugir, cuidando ser o estrondo da artilharia inimiga”. Não será tanto assim. Algum Antoine, talvez, foi quem referiu o caso ao naturalista de boca aberta. Mas que sobrepujam em tamanho e berram mais alto que as suas irmãs das zonas frias, isso é fato, e basta-nos.

Nas aves a riqueza tropical é inaudita, em forma, cor e força. A maior delas, o avestruz, tem resistência capaz de suster montado no cangote um homem. Ao lado dessa monstruosa ave-cavalo volitam as mais aperfeiçoadas jóias da criação, os beija-flores.

Os maiores coleópteros zumbem no tropical. O escaravelho hercúleo, “*Dynastes hercules*”, é filho da América do Sul. Nos lepidópteros a terra quente detém todos os recordes. Nas aranhas nenhuma sobrepuja à nossa caranguejeira. “*Theraphosa avicularia*”, assim chamada em virtude da fama que goza de apanhar no ninho pequenos pássaros.

Se do reino animal saltamos para o vegetal, cresce a riqueza da vida. Os maiores fetos, remanescentes de períodos eos, viçam nos sombrios úmidos da região equatorial. Nela as gramíneas alteiam-se a proporções gigantescas que vão do milho ao bambu. As árvores atingem as proporções fantásticas da sequóia da Califórnia, do baobá africano e do nosso jequitibá de incomparável beleza. A palmeira, essa mesquinharia das regiões entanguidas, exuberava aqui em

gigantes. Foi ao avistar-se com a imperial, no Rio, que Darwin, esmagado pela majestade daquele fuste flabelado no tope, caiu de joelhos murmurando: - Salve, rei dos vegetais! Já Lineu os classificara de príncipes do reino, e Humboldt dissera: “Três formas de perfeita beleza encontram-se nas regiões tropicais, a palmeira, a bananeira e o feto arborescente”. A Vitória Régia, com folhas de até dois metros de diâmetro, é a maravilha das plantas aquáticas. Na Índia a Euryale dos misteriosos lagos, e no Egito o Nelumbo proclamam a vitória do calor para os surtos supremos da vida.

Não teria fim esta enumeração de primazias. Basta ao nosso intento o punhado de glórias biológicas aqui apontadas. Elas nos revelam de maneira flagrante que é nas regiões tropicais que a vida ascende ao esplendor máximo, apogeu de beleza e força.

E é lógico que seja assim. A vida é filha do calor. O sol a criou, o sol a mantém, e o seu índice flutua em ascensão ou depressão conforme o hábito foge ou se aproxima dos gelos polares. Mais sol, mais calor: maior eclosão de vida.

Mas se é assim, como esta lei falha, mal entra em campo o homem? Por que degenera ele justamente onde, por impulsão ambiente, deverá altear-se ao apogeu? Por que na Amazônia, onde tudo alcança o máximo, só ele dá de si o mínimo?

Reflitamos.

O homem, com civilizar-se, afastou-se da natureza. Desrespeitou-a, infringiu-lhe as leis. A conseqüência disso foi o enfraquecimento. O uso do vestuário quebrou a resistência da epiderme o habito de casa paralisou o desenvolvimento da resistência orgânica às agressões do ar livre, e atrofiou a já criada no longo estádio de vida selvagem. O regime alimentar, a vida em sociedade, o transporte fácil, a especialização de funções, cada criatura transformada em certa peça de imensa máquina atrofiando assim as facetas do indivíduo que permanecem inertes, os vícios, a hipertrofia do urbanismo, tudo, enfim, que a palavra civilização enfeixa, são, biologicamente, transvios destruidores da defesa natural do organismo. Cessada a função ou desviada da trilha natural, o órgão enfraquece e reage com fraco vigor contra os assaltos dos inimigos. Além disso, o regime do direito e da moral, imposto pela vida em sociedade, anulou a força dos processos seletivos; os fracos defendidos pela lei, amparados e conservados artificialmente; o forte impedido de vencer e eliminar o fraco; a revogação, em suma, da suprema lei da biologia, lançou o “homo sapiens” no despenhadeiro da degenerescência física. Biologicamente o homem é um animal em plena decadência.

Por força desse enfraquecimento orgânico ele só pode prosperar nas regiões temperadas ou frias, onde a vida circunvolvente é pouco intensa graças à ação refrigente do inverno. O mundo dos micro-organismos não alça o colo, o parasitismo é quase nulo.

Ao invés disso, nas regiões tropicais, onde não há o marasmo anual do frio, e tudo propicia um "Fiat" ininterrupto, a vida borbulha num esfervilhar de mundo em formação.

A fauna invisível, e a fauna inferior dos vermes e insetos atingem proporções inauditas. A concorrência vital é tremenda. A guerra, a luta, a invasão, a adaptação e a evolução rápidas constituem o ambiente normal. O fraco é eliminado incontinenti.

Ora, o homem, que hoje prospera magnificamente nas zonas de vida fraca e aí cria as altas civilizações, ao transportar-se para o meio tropical, vê-se tomado de assalto pela legião de parasitas. Estes serem agridem também as altas formas de vida vivedoura no meio dele, mas esbarram na resistência natural fornecida pela reação imediata do organismo, e caem vencidos. No ser fraco, porém, dessorado pela civilização, a baixa animalidade encontra todas as portas abertas, nenhuma reação eficaz, e fazem dele hospedaria. Daí o estado de doença. Esse corpo não mitridatizado verga na caquexia, quando não tomba aos primeiros assaltos do invasor. Está inerte, posta de carne atônica entregue à voracidade do animáculo.

Isso explica porque o homem não consegue prosperar justamente onde a vida atinge o fastígio.

Mas já não é assim hoje, por felicidade nossa. A ciência dá-nos elementos de modificar este estado de coisas, de modo a permitir à vida humana na zona dos trópicos um surto paralelo ao das outras formas de vida. Se lhes não é mais possível readquirir a resistência perdida, há meios de evitar os botes insidiosos do micro-organismo. Vale tanto ser agredido e vencer o germen do mal pelo contra-ataque da imunidade nativa, como impedir por processos mecânicos a agressão. A higiene é a defesa artificial que o civilizado criou em substituição da defesa natural que perdeu. Ela permite ao inglês na Índia uma vida próspera, exuberante de saúde, no meio de nativos derreados de lazeira.

Ela permitirá erguerem-se grandes empórios nas zonas até aqui condenadas. Ela, só ela, permitirá criar na terra brasileira uma civilização digna deste nome. O nosso estado profundo de degenerescência física e decadência moral, provêm exclusivamente disso: desaparelhamento de defesa higiênica. O nosso povo, transplante europeu feito em época de magros conhecimentos científicos foi invadido pela micro-vida tropical, e verminado intensamente, sem que nunca

percebesse a extensão da mazela. Só agora se faz o diagnóstico seguro da doença, e surge uma orientação científica para a solução do problema da nossa nacionalidade, ameaçada de desbarato pelo acúmulo excessivo de males curáveis, evitáveis, e jamais curados ou evitados – porque sempre ignorados, quando não criminosamente negados. Desfeitos todos os véus da ufanía, livres para sempre da mentira ditirâmica, o caminho está desimpeçado para a cruzada salvadora. Sanear o país deve ser a nossa obsessão de todos os momentos. É a grande fórmula do patriotismo que se não contenta com o jogo malabar do palavreado sonoro.

Monteiro Lobato
(Da “Revista do Brasil”)

O Estado de S. Paulo – 25/02/1919

PINTURA

Exposição Georgina-Lucílio de Albuquerque

Esta exposição de pintura dá-nos ensejo de observar um caso nada comum de associação artística. Porque a regra é não se associarem matrimonialmente artistas da mesma arte, e, quando o fazem, nunca advir dessa liga harmonia proveitosa à livre expansão da individualidade de ambos. Daudet, num livro anedótico, analisou uma série de casos típicos, variantes humanas do “cão com gata”: vidas reciprocamente estragadas por uma recíproca incompreensão. Ainda quando a mulher possui um nível mental ou estético igual ao do marido, a tremenda incompreensão feminina, o ciúme e outras feminilidades que os poetas solteiros acham

encantadoras, coarctam a personalidade suprimindo a condição primária do labor estético – a liberdade. O que amolou ao paciente Sócrates a Xantippa! Afrânio Peixoto com muito engenho, tentou reabilita-la; mas apesar dos seus bons argumentos não há quem não deseje uma Xantippa para cada um dos seus inimigos. No caso Albuquerque, Lucílio e Georgina compreenderam-se integralmente e souberam, associados, levar por diante uma notável obra comum. Influenciando-se mutuamente, não foi, como no caso de regra, depressiva esta influência; foi antes de efeito exalçador; aumentaram-se ambos sem nenhum sacrifício das respectivas personalidades. Não é mister baixarmos os olhos à assinatura para distinguirmos, na exposição, de quem é o quadro. As duas maneiras, os dois estilos, apesar de parentes próximos, não se confundem. Mais emoção em Georgina, mais intenção em Lucílio – em ambos a mesma segurança e mestria. Na “Catequese”, quadro de amplas proporções, aborda Lucílio um tema de sua predileção. Através da mata virgem, pela faixa escavada de mau caminho, o jesuíta, de mãos postas, rodeado de “coroinhas” indígenas, vai em direção dos selvagens. O artista procurou impregnar de misticismo a cena, e dar à figura do padre a expressão de quem corre ao martírio. Já os pequenos caminham despreocupados como quem de nenhum perigo teme. Um grupo de selvagens ao fundo espia o movimento do rancho. É difícil recompor com exatidão certos estados d’alma irreproduzíveis hoje, e, no caso, o artista recorre a fórmulas.

A expressão adotado por Lucílio é a fórmula de acesitação mais vulgarizada. Admite-se que, em hipótese semelhante, o padre caminhasse orando com fervor, extático, incerto se voltará com vida ou acabará no espeto, assado pelas megeras da tribo. A realidade bem pode ser que fosse outra, mas o artista há de conformar-se com a fórmula mais em voga se não quer arriscar-se a audácias perigosas. Esse quadro é, por todos os motivos, bom. O ambiente florestal está feliz, dá a sensação de frescor úmido dos sítios penumbrosos, aquietados sob a redoma secular das frondes: e as figuras, apesar de repetidas nos corumins, além de movimentadas, apresentam o caráter necessário às coisas vistas sob o prisma da arte. A nossa Pinacoteca ressentir-se-á se essa tela voltar para o Rio. O mesmo diremos do “Jardim florido”, de Georgina, o “clou” da exposição. É quase um retrato. Um ousado retrato moderno de moça moderna, tocada numa ponta de excentricidade norte-americana. Em repouso, na relva dum canteiro, o busto abrigado da soalheira pela sombrinha cor de rosa, está essa bela flor humana dentro do quadro natural mais propício ao realce dos seus encantos. O arranjo é sobremaneira feliz, com o tufo de flores róseas

no fundo a esmaiar o vivo da mancha central predominante, formada pela sombrinha fortemente enrubecida.

A transparência obtida com mestria, o jogo de luz no rosto da faceira cambiando do vermelho cáldo aos reflexos verdes da relva, a leveza do vestido de gaze, a elegância da atitude e o ar saudável, singularmente vivo, do rosto sorridente, fazem dessa tela o “ponto mais olhado” da exposição. Otimamente pintada e realmente bela (qualidades que se não implicam forçosamente) Georgina dá com ela alta medida da sua força, revelando-nos capacidade para vôos inda mais altos. Esse e o nº 5, “A pose”, são seus melhores trabalhos, se é possível usar desta expressão. Nada choca, nada destoa neste último, de um equilíbrio de tons, valores, modelado e composição absolutamente perfeito. Ao lado dele uma pequenina tela – “Lê grand chapeau” – atrai e prende a atenção pela finura de tintas e excelência do modelado. Na “Leitura”, outra figura de pequenas dimensões, há envolvendo a figura da mulher reclinada que lê, um flagrante ambiente de penumbra mormacenta muito digno de nota. Na impossibilidade de uma referência aos demais quadros da figura, saltemos à paisagem, que embora menos predileta à artista é quase tão rica de qualidades como a de Lucílio. Citaremos a “Serra dos Órgãos”, trecho da natureza caótica, desordenada, na vegetação, no deslizar atropelado das águas e na estranha conformação da serra denteada que lhe serve de fundo. Citaremos ainda o 27, aquarela de rosas de extrema frescura, e os 28, paisagem mineira de Cambuquira, bem manchada. Já de Lucílio seria necessário citar todas as paisagens e marinhas. Tem-nas que se nos gravam para sempre na memória. Exemplo: a “Estrada”. Muito transparente, muito luminosa e arejada, com soberbos verdes leves, há uma “simpatia” ali a conjugar céu, terra e árvores que nos leva o pensamento longe. É paisagem dessas que se não limitam a dar simples impressão de pitoresco, mas despertam as suaves emoções da saudade – saudade do fugaz momento da nossa vida em que “passamos num lugar assim”.

Coisas que se sentem bem, mas que se definem mal... Num quadro de muito mérito, “Recanto”, Lucílio fixa um aspecto da chácara em ruína. A casa velha, véspera de tapera, está de boa harmonia com o trecho de natureza “delabréé” onde velhas árvores d’antanho, de mistura com arbustos loucos e ervagens crescidas ao leu, dizem a história de uma decadência atual embricada num fausto antigo. Pairante sobre tudo, o ar de modorra dum dia calmoso em Icaraí. Mesma segurança de efeitos no 40., “Praia de Icaraí” – nesga de mar entrevista longe, por detrás

de muita intermédia de mato vadio, o no 43, “Paisagem de Niterói”, delicioso recanto rico de verdes viçados por chuvas de primavera. E “A Sombra”?

Lá vimos um dos nossos mais finos amadores embevecido-se diante deste quadrinho, abrindo-se em louvores de que é avaro. Muito o merece, na realidade, porque é difícil obter efeitos mais sutilmente emotivos. Os olhos repousam na figura de mulher sentada que cose, sentem-se felizes, e dizem ao espírito crítico que começa a comentar o peça-la-te não me perturbes o enlevo da festa cromática, ó eterno ranzinza!

Resumindo, diremos da exposição Georgina-Lucílio o que dizem quantos lá vão – artistas, amadores, curiosos: é uma festa d’arte, discreta e séria, sem notas dissonantes nem arapucas tendenciadas a lisonjear esta ou aquela corrente da moda. Nenhum laivo de cubismo ou cabotinismo impressionista. Vêm sãmente, sentem e pintam honestamente.

Se há bom gosto em S. Paulo vamos ter disso a prova. O grau desse bom gosto será rigorosamente medido pelo número de telas que não retornarem para o Rio.

M. L.

O Estado de S. Paulo – 18/11/1920

A revolução do ensino

A máquina da instrução pública de S. Paulo, importada nos inícios da República e montada com bastante luxo, prometia benefícios maravilhosos.

As crianças todas, em idade escolar, entrariam por uma porta, obrigatoriamente, e sairiam por outra, transformadas em pequeninos sábios. Assim era nos Estados Unidos da América? Pois seria assim nos Estados Unidos do Brasil. Não há negar que as intenções foram ótimas.

Aconteceu porém o que acontece com todas as instituições importadas que não sofrem uma adaptação inteligente ao meio novo: falhou.

Revelou-se maquinismo burro, encarangado, caríssimo e de quase nenhum rendimento social. Atendendo às suas falhas os governos começaram a remendá-lo. Reformazinhas epidérmicas, tímidas, atinentes a simples detalhes externos, de efeito para o olho do inglês que vê. Mas nada de tocar nas peças mestras da caranguejola. Isso, não! A essência do aparelho era sagrada. Mais sagrada que a Constituição. Era um tabu.

E assim durante trinta anos. Ora, aconteceu o que tinha de acontecer. A máquina emperrou de vez, burocratizou-se, teve sempre pela cúspide, a governá-la espíritos vacilantes mas atentos às fórmulas que à essência das coisas. O papel gatafunhou-se às resmas, o verbalismo imperou.

Os professores, desanimados, perderam o amor ao ofício e se ficavam na profissão, era simplesmente porque não obtinham meio de vida melhor. Transformou-se, assim, o heróico e idealista professorado dos primeiros tempos num clã sorumbático, indiferente a tudo e cada vez mais alheio ao ideal pedagógico.

A fiscalização da máquina, a seu turno, caiu em modorra, e transformou-se em pura pilheria. Aproveitando a falha do sistema, a infame política de percevejo das câmaras municipais, por intermédio de seus espoletas – inspetores de instrução – empolgou o professorado, pondo-o na dependência do coronel, esse aliado nato do analfabetismo.

E S. Paulo chegou à maravilha de, com um dispêndio anual de um terço das suas rendas, aumentar em vez de diminuir o número de analfabetos.

Para esconder a mazela viram os relatórios anuais, suntuosos, as mensagens mirabolantes e o fogo de artifício da imprensa de aluguel. Essas três piratarias coligaram-se para mentir ao país com a mais cínica desfaçatez. A mentira generalizou-se; partia de baixo, dos mapas escolares, e abria-se em cima com chuva de estrelas.

O mapa... A frequência escolar assinalada nele era mentira número um. Cito um fato apenas, como documento. Um dia entrou em casa uma cozinheira nova, mãe de uma rapariguinha de 7 anos que não frequentava escola, mas que, de vez em quando, saía para a rua de cartilha debaixo do braço.

- Para onde vai ela? Indagamos uma vez.

- Não vê que o inspetor está aí e a Beatriz, quando ele chega, costuma ir “encher” a escola. Ela é uma porção de outras. E ganha seus quinhentos réis de ficar ali sentadinha. Serve. Dá para o cinema...

Criava-se dest'arte entre as crianças uma industriazinha nova: fingir de menino de escola, a 500 réis por cabeça, nos dias de inspeção!... E como este fato, quantos!

Ora, isto ilustra, que farte, o desacordo entre os algarismos oficiais dos velhos relatórios pirotécnicos e os algarismos honestos do último recenseamento escolar.

E assim, mais se revelava defeituoso em seu funcionamento o aparelho escolar, mais se coloriam as fitas, super-hiperproduções de uma Fox de novo gênero, relatadas ao papel de linho oficial ou estampadas nas bobinas de balcão.

O professorado passou a ser uma expressão política. Inúmeras professoras, aparentadas ou protegidas dos chefes locais, arranjavam cadeiras unicamente com o fito de mamar na teta gorda do Tesouro. Não “ligavam” ao cargo. Não lecionavam o ano inteiro ou faziam-no com a maior irregularidade, “por troça”, certas de que os capachos inspetores de instrução atestariam o que elas quisessem. Disciplina partidária, compreendem. Não há inseto mais disciplinado que o percevejo político...

E para manter esta máquina ineficiente e grotesca, S. Paulo despendia vinte e tantos mil contos anuais, chegando, ao cabo de trinta anos, ao mirífico resultado que a estatística denunciou: analfabetos de 7 anos, 91%; de 8 anos, 82%; de 9 anos, 71%; de 10 anos, 72%...

Querem condenação mais eloqüente do sistema? Não está morto um sistema que em trinta anos de agitação e com o dispêndio de 400 mil contos chega a essa chamada de credores?

Não há de boa fé, dois juízos possíveis a cerca do aparelho de instrução paulista: não presta, não rende, não funciona, não resolve o problema. Não é simplesmente mau, é péssimo. Mais que péssimo: indecente.

Não basta pois mutilá-lo. Mutilar é pouco. É preciso destruí-lo, matá-lo e enterrá-lo para sempre a fim de que, desobstruído o beco, se possa finalmente lançar as bases dum sistema novo. Ora, isto é tarefa difícil e só possível num governo sério – essa coisa tão rara! Acontece, porém, que por um presente dos deuses, temos hoje um governo assim – parêntesis de boa vontade e honestidade aberto entre um regime de pirataria agatunada e um período a vir de, quem sabe? reação pirata mais feroz ainda.

Não há tempo a perder. Os esqualos do neo-banditismo político, a grandes pústula das democracias, aí estão coligados espiando a maré de continuar no uso e gozo da Republica que eles sonhavam.

Não há tempo a perder, e ciente disso o governo de São Paulo elaborou um projeto de reforma que não é reforma de casquinha, à moda antiga, mas verdadeira revolução. É um aparelho feito aqui, não importado, uma máquina singela que não visa produzir mundos e fundos, mas que funcionará; que não promete fazer sábios de dez anos, mas simplesmente ensinar a ler, escrever e contar às 600 mil crianças em idade escolar, vítimas do velho tabu analfabetizador.

Pela primeira vez na República reforma-se depois de um estudo sério das condições ambientes. Examinou-se o terreno, levantou-se o mapa do território inimigo, sabe-se onde estão os núcleos de ignorância a atacar, vai-se derramar por todos eles o “quantum” de instrução o permitem as condições de um tesouro recém-saqueado por um cardume de piranhas. À frente dessa formidável empresa estão dois homens que são dois apóstolos – inimigos da politicagem e atentos unicamente ao bem público. O acaso desta vez foi generoso para com São Paulo. Varreu a camarilha dos fátuos embandeirados em arco e pôs no lugar a coisa rara por excelência entre nós: honestidade, seriedade, competência e valor pessoal. O valor reflectivo, luz de lua, faliu de vez.

Monteiro Lobato

O Estado de S. Paulo – 02/04/1921

Estradas

Tomem um doente de opilação, malárico, analfabeto e enriqueçam-no: ele cura-se e instrui-se.

Assim será com o Brasil: soluciona-se o problema econômico da sua população e ela automaticamente instruir-se-á e higienizar-se-á.

Procedendo às avessas, curando-os e instruindo-os antes de enriquece-los, o doente ou o país recairão da doença e reimbecilizar-se-ão nos filhos.

Este fenômeno, evidente em todas as partes do mundo, é evidentíssimo entre nós. A observação mais ligeira mostra como é nas zonas mais enriquecidas que melhor se cuida da instrução e mais se goza de saúde. S. Paulo, por exemplo, o estado mais enriquecido, ganha longe dos seus irmãos tanto em sutura, como em higidez. O único remédio realmente eficaz, remédio porreta contra a malaria, a opilação, o analfabetismo, etc., etc., é e sempre foi o dinheiro. Tudo o mais falha, lamentavelmente.

Assim, o problema nacional cifra-se, em última análise, num só: enriquecer. E solvido que seja ele todos os demais se resolverão pelo melhor dos processos, o automático.

Mas para um país enriquecer-se erro é, e grave, o recurso a panacéias cerebrinas, protecionismos e fomentos criminosos que beneficiam um com prejuízo de cem, emissionismos, retórica patrioteira, nacionalices... O meio único é mobilizar as riquezas em estado de possibilidades, criando a condição suprema da sua eclosão, isto é, um sistema perfeito de vias circulatórias.

Sem isto o marasmo encrua em permanência irredutível.

Os povos de progredir mais intenso da América conseguiram os milagres que sabemos, assim, sacando sobre o futuro e aplicando o produto dos empréstimos em criar o aparelho circulatório da nação. Argentina e Estados Unidos desprezaram os paliativos enganosos e recruzaram o seu solo de vias férreas e estradas de rodagem, fazendo disso ponto de honra dos programas políticos. O resultado foi, além de todos os cálculos, dando origem a um portentoso surto de riquezas.

Também cá em S. Paulo foi assim. O fato das nossas companhias de estradas de ferro arrojamem-se corajosamente pelo sertão deserto criou o núcleo de vida econômica mais intenso que possui o país.

O aparelho circulatório de um país, entretanto, pede ao lado da via-férrea uma rede auxiliar de estradas de rodagem, arteriolas inumeráveis que alimentam de sangue as artérias mestras. Sem este complemento não se consolida a riqueza pública e as vias férreas acabam por morrer de inanição. Quantas possui o Brasil que apodrecem ao marasmo do “déficit” só porque lhes não enseiva o tráfego uma rede auxiliar de verdadeiras estradas de rodagem?

De verdadeiras, dizemos, porque as há falsas. Há pelo Brasil uma coisa que tem esse nome, não passando, todavia, de espinhosos “caminhos da virtude” dos tais que conduzem ao céu. “Via crucis” do desgraçado que se propõe a transita-las, essas pseudos estradas exigem do

viandante a resignação dos beatos e a coram de Hercules quando saiu a vencer os seus formidáveis trabalhos. Parecem arranjados pelo Deus dos Obstáculos para o fim expresso de penitenciar inocentes criaturas humanas. Com se requintam de tropeços! É o atoleiro, o facão, o caldeirão, o lamaçal, a ponte furada, os topes “cala a boca”, os escorregadeiros, os buracos de tatu, a árvore caída, a encruzilhada desnorteante, tudo isso agravado horrorosamente nas proximidades das câmaras municipais.

Estrada de rodagem, se chama, entretanto, em certos países, uma coisa bem diversa, como sejam as vias amplas, niveladas, macadamizadas, arborizadas, conservadas, quilometradas, vias maravilhosas por onde o trânsito é uma delícia e o emprego dos mais modernos veículos automóveis um encanto.

Ora, ao Brasil impõe-se, sob pena de falência, a substituição de um regime por outro; de onde a necessidade imperiosa dos governos inscreverem nos seus programas uma palavra que preceda a tudo: estradas. Quem possui estradas enriquece, sara e instrui-se, e é isso o que visamos.

Cumpre notar que ao lado desta ação construtora das estradas, imediata, subsiste uma outra, mediata. São elas que operam a transformação do regime feudal, latifundiário, no único regime consentâneo com as aspirações democráticas: o da pequena propriedade. São elas que desescravizam o homem da gleba, favorecem a subdivisão das riquezas e criam a solidez econômica que observamos nos velhos países europeus.

É assim. Foi assim. Será assim. No entanto, só agora principiamos a perceber que é assim. E que principiamos a perceber, note-se, em S. Paulo, neste abençoado ninho de caluniadíssimos pioneiros. Nos demais Estados, com algumas honrosas exceções sulinas, ninguém principia a perceber coisa nenhuma e o regime da “via crucis” persiste, como um tabu sagrado...

O movimento paulista em prol desse programa não podia deixar de encontrar censores.

Notou-se isso agora, ao abrir-se a estrada de S. Paulo a Campinas.

— Estradas de luxo, caras, proveitosas unicamente aos ricos, amigos do automóvel...

De fato é assim, no começo.

Aberta ao público a estrada de Campinas, só se utilizarão dela, nos primeiros meses, os turistas. Mas o tempo arrolhará a boca dos opositores, à medida que à beira dela se forem valorizando as terras e forem surgindo as pequenas propriedades, filhars cujo total comporá o

grande alicerce de que o Brasil precisa. Resultado lento, mas seguro. Progresso de raízes fundas, moroso de vir, mas eterno.

A impaciência nacional prefere coisas de naus vista, uma emissão, um empréstimo, embora saiba quanto doerá isso no lombo dos porvindouros. Esquece-se que o fogo de vistas só deixa após si fumo e cinzas.

Um bonito fogo de vistas é, por exemplo, gastar por ano alguns milhares de contos com a imprensa, para o regabofê delicioso dos grandes adjetivos. Disso, porém, só ficam taperas de caráter, do lado dos prostituídos, e um gosto saburroso na boca dos prostituidores, logo que descambam para o esquecimento.

Um governo – e já era assim no tempo dos romanos – não deixará nunca melhor presente aos governados do que uma boa estrada, uma só que seja. Presente que se não esvai em fumo, antes mais benefícios dá, mais renda, mas os enriquece, quanto mais se passa o tempo.

As estradas romanas subsistem até hoje. Delas saiu a Europa moderna. O Brasil futuro, o Brasil que todos sonhamos há de também sair daí, dessa coisa moderna e tão pouco espetaculosa que é a estrada de rodagem.

Mas convencer-nos-emos, de verdade, que foi, é se será assim?

Monteiro Lobato.

O Estado de S. Paulo – 26/05/1921

O cinema científico

Valem as invenções pela influência que demonstram ter nos destinos da humanidade. E como só elas é que determinam o curso da civilização, e só elas possuem força capaz de abri caminhos novos e marcar as etapas da vida do homem na Terra, bem mais inteligente seria dividir a história em ciclos inventivos do que em épocas políticas como ainda o faz hoje a rotina historiográfica. A política é sempre consequência, jamais causa; já as invenções ninguém pode negar-lhes a função causal.

O alfabeto caracterizou o que podemos chamar o período histórico da humanidade, permitindo a fixação eterna dos fatos. Criou a memória coletiva, órgão que faltava à imensa caravana que vem do “Unde?” e vai para o “Quo?” Antes dele a noção das coisas passadas morria dentro da fráglima memória individual.

Teve uma filha o alfabeto – a imprensa, a qual veio elevar à índice formidável a força do pensamento humano que o alfabeto permitia apenas memorizar. E toda uma diretriz nova saiu do papel impresso, livro ou jornal.

A terceira grande invenção modificadora dos destinos humanos foi a máquina de vapor. Deu-nos a locomotiva, a fábrica moderna, o transatlântico, e finalmente o motor de explosão com todo o seu prodigioso cortejo de aplicações terrestres, aéreas e submarinas.

Significou essa invenção a morte da distância, a “imprensa do transporte”, a interpenetração dos países, a desfeudalização material da humanidade, o passo maior no sentido de concebê-la como um todo único, harmônico, e não como um agregado de partes hostis, de interesses contraditórios. A repulsa da Alemanha foi uma vitória do motor mecânico. E cada vez mais a invenção de Papin empolga a vida humana e lhe determina as rotas.

A quarta grande invenção é dos nossos dias. Está nas faldas infantis, balbucia apenas, mas cresce com o vigor daquele gigante de Ribelais. É a fotografia, por intermédio da sua conseqüência última – o cinema. Apesar de nascida ontem alçou-se já, como indústria, à plana das maiores indústrias modernas e como força constituiu-se a grande força nova do amanhã. Dá vertigens sonhas nas possibilidades que dormem no seu bojo... Temo-lo em nossos dias a agir apenas no campo estético, como meio de propagar sensações artísticas visualizadas em imagens de projeção. Apesar de restrita a esse campo, sua “atuação” é já formidável, e com um caráter novo, peculiar à sua essência e impossível fora dele. “Permite a mesma sensação a todos”. Até ao advento do cinema, unicamente os privilegiados gozavam das sensações artísticas. Havia o teatro, para os abastados das capitais. A massa formidável das criaturas humanas esparsas pelas pequenas cidades, vilas e aldeias, essa condenava-se a um eterno jejum de tais sensações. Hoje não. O cérebro do milionário da “Fifth Avenue” recebe o mesmo pábulo cinematográfico que recebem os miolos dos moleques de rua de Três Corações do Rio Verde. Inútil frisar as prodigiosas conseqüências futuras de um veículo estético desta ordem operando, simultânea e intensamente, no mundo inteiro.

Mas se isto é muito, que muitíssimo mais não será quando o cinema se puser a serviço da instrução!

A escola do futuro basear-se-á toda nele, e por intermédio da lição projetada o menino fará agradavelmente e superiormente num ano o que faz hoje, imperfeitíssimamente, em dez. o ensino de geografia, da história, das ciências naturais... que disciplina haverá cujo estudo por meio do cinema não apresente vantagens tremendas sobre o ronceiro sistema atual?

Se ainda não imbicamos por essa trilha fecunda é que a rotina pesa como chumbo; será vencida, porém, e a escola do futuro reduzir-se-á a umas tantas latas de engenhocas “films” para gáudio imenso dos mestres e dos alunos

Tivemos há dias uma pequena amostra disso assistindo à exibição de um “film” argentino – “A mosca e seus malefícios”. Organizada pelo ilustre cientista que nos dá a honra de uma estadia, o dr. Bellarmino Barbará, essa fita provocou na assistência verdadeiro entusiasmo. Impecável na parte técnica – o que dá uma alta idéia das capacidades realizadoras dos nossos vizinhos, revela-se perfeita na parte científica e no inteligente método de exposição adotado.

Toda a biologia da mosca nela transcorre em quadros sugestivos, desde a postura dos ovos até à saída do inseto já formado e apto a esvoaçar sobre o nosso nariz. Trabalho de paciência, lento e difícil de seriar e organizar, a evolução em laboratório de um inseto só de ratos entomólogos era conhecida; mas esta visão privilegiada e até aqui reservada aos sábios, o cinema a popularizou e a põe ao alcance do mundo inteiro. O que levou meses a estudar-se, em meia hora se desenvolve na tela, em condições melhoradas pela ampliação. O que por intermédio do livro e da lição oral penosamente o mestre inocularia no cérebro dos alunos a fita o faz agradavelmente e de maneira perfeita no cérebro de milhares de pessoas.

Aqui o alcance formidável da cinematografia aplicada à ciência. Permite dar a milhões de criaturas a noção científica que hoje, pelos processo atuais, constitui privilegio de reduzidíssimo núcleo de estudiosos. Abre-se o campo do microscópio ao mundo inteiro. Fogem do laboratório os segredos da natureza e vulgarizam-se ao infinito. Não mais ciência para iniciados, apenas, mas ciência pura e agradável para todos – ciência universalizada. É pois a morte de mais um feudalismo: o científico.

Além da biologia da mosca a fita Argentina seria todos os malefícios de que ela é capaz em relação ao homem e aos animais domésticos. Exibe ampliações dos micróbios que a mosca transporta e visualiza os efeitos terríveis das moléstias causadas por eles. O mal das cadeiras, as

verminoses, as infecções diftéricas e típicas e quantas outras mazelas torturam os pobres viventes por obra e graça da amiga mosca, tudo nos ensina indelevelmente a fita de Barbará.

A lição vive na tela, penetra-nos ao cérebro como verrumas, ilumina-nos, inocula-nos formidável soma de conhecimentos e evidências que, pelo sistema antigo, só em laboratório e em anos de estudos poderíamos adquirir. E tudo isso em meia hora apenas de agradável e recreadora projeção!

Terminado o espetáculo, raro o assistente que não sai a cismas no dia de amanhã, quando, vencida a rotina, a livralhada que tortura os estudiosos for substituída pelo maravilhoso instrumento moderno de ensinar – o cinema científico. É uma evidência isto; no entanto, não se dá um passo entre nós para enveredar pelo novo rumo.

E bem fácil seria isto. Uma cópia desta fita passada em todos os nossos cinemas – 700 no país inteiro – com a assistência das escolas, faria mais para a nossa higiene do que, do que... quanto se tem feito até aqui pela propaganda ineficassíssima dos meios atuais.

Monteiro Lobato.

O Estado de S. Paulo – 16/11/1921

Um grande artista

A pintura espanhola após o apogeu atingido com os Velásquez, os Murillos, os Zurbaran, os Goya, declinou. Surgiu na “via-láctea” a “saco de carvão” e ela perdeu a força, a grandiosa potência de execução, a agudíssima percepção emotiva da natureza, caindo no gênero histórico que “arma” cenas frias de museu, e no academicismo que obtém todas as honras oficiais mas não logra sobrevivência.

Embora grandes, Pradilla, Benjume, Villegas, Madraso não conseguiram arrancar-se ao pego e reacender a esteira luminosa. Fortuny foi cometa isolado que lucilou um momento nessa penumbra.

A reação começa com Zuloaga negado e conspurcado a princípio, recusado aos salões, mas vitorioso afinal, estrondosamente a partir de seu aparecimento em Bruxelas.

Estava aberta a fase nova da pintura espanhola, derrotado o oficialismo acadêmico e reaceso o facho extinto.

Note-se: Zuloaga jamais cursou academias, nem sequer copiou antigos. Fez-se pelo estudo direto, ininterrupto e honestíssimo da natureza.

Este fenômeno é constante, e repete-se em toda parte. A arte evolui numa intermitência de fases criadoras e fases de repouso acadêmico em que a imitação, a coação de livre vôo, a emasculação da personalidade criam o mericismo. Imita nisto o estomago dos dromedários, ruminando, remoendo, remascando o bolo alimentício dos antigos.

O ressurgimento vem sempre por intermédio de gênios rebeldes que abandonam as “receitas de bem pintar” e fazem nova consulta à natureza.

O grande artista que nos dá a honra de uma estadia, Cesáreo Bernaldo de Quirós, pertence a esta plêiade vanguardeira. Também ele depois de concluso em Buenos Aires o tirocínio preliminar e indispensável da escola, que disciplina a mão e dá o a-b-c da arte, partiu com prêmio de viagem para a Europa e lá se fez. Mas se fez longe das academias, livre de mestres de ação uniformizadora. Pôs-se em contato permanente com a natureza, e tão amorosa, tão honestamente a interrogou que a boa fada se abriu para com ele e lhe deu o sésamo de todos os segredos. Quirós é mais que o maior pintor argentino: é um grande pintor de todos os tempos. Isso porque, libérrimo, soube desabrochar sua personalidade de escol até à máxima plenitude. Não sofre a restrição da nacionalidade, e se contingências de classificação o filiarem um dia a alguma escola, perto estará da que nasceu com Zuloaga e inteiramente dentro da escola das escolas – a livre, a suprema, a escola dos mestres que a natureza faz.

A sua exposição é deveras notável – podemos dizer sem temor de erro que é a mais séria que já se fez em S. Paulo. E a sua arte é a grande arte dos eleitos.

Caracteriza-se como pintor a intuição agudíssima do que é a luz. Um criador audacioso de neologismo poderia dizer dele que é um luzista como se diz um colorista. No colorista predomina

o senso da cor; naquele predominaria um senso mais alto, o da luz mãe da cor, o da luz momento em que se funde em cor.

A cor é como a resultante, a materialização, a fixação, a parada da luz – e está ao alcance em todas as suas finuras de quem possui bons olhos. Mas a luz antes de ser cor, a luz no momento do “Fiat” da cor, a luz a criar a cor – o nascer da cor só para uma rara organização de artista é perceptível e compreensível.

Quirós possui este dom. Seus quadros são estados d’alma da luz, são “momentos da luz”. A cor neles existe, não fria, não morta, não extinta, mas nascente, a criar-se no milagre da luz, a produzir-se na fulguração da luz. Em certos quadros é tanta esta emanção de luz que o espectador tem a sensação física de defrontar um misterioso foco luminoso.

O crítico sente-se empolgado pela sensação total da tela, e esquece, não pode, não consegue detalha-la para a análise parcelada de tons, valores e demais qualidades – trama oculta que se funde ao efeito final visado pelo artista: a obtenção dum momento de luz.

Vencida esta impressão primordial e submetida afinal à análise, a pintura de Quirós denuncia logo, como sub-predominante, a justeza dos valores e tons, justeza tamanha que é com esforço que fugimos à obsessão da unidade harmônica.

Depois, fere a vista a variedade e rara habilidade de técnica – de técnica livre, da técnica que o tema impõe e não da técnica-receita, aprendida de cor.

A paixão de Quirós e o seu respeito pela natureza são imensos. Ele a vê como sinfonia em perpetuo ressoar, feita de milhares de notas que uma por uma é mister compreender.

Vive nela, pois, corteja-a como apaixonado amante, aborda-a de todos os lados, ao ar livre como nos interiores, animada ou inanimada – não dando supremacia a esta ou aquela forma. Em quadro onde entra figura merece-lhe o mesmo carinhoso estudo a criatura humana ou os estofos que a rodeiam.

Há, porém, os temas em que a figura é o objetivo principal e nestes o que ele visa é dar a impressão psicológica do caráter da personagem. Consegue-o superiormente, obtendo telas com magnífica força de síntese. Pertence a esta categoria “O louco”, tipo popular dos campos cujo desarranjo de cérebro denuncia nos mínimos detalhes, na posição vaga das mãos, no modo anormal de pousar o pé, tanto quanto na expressão fisionômica. Embora o louco se marque pela incoerência da ação e das atitudes há nesta incoerência um ritmo que não escapa ao observador. Este ritmo da loucura em seus caracteres externos o quadro o dá de modo flagrante.

Ao lado deste tela citaremos “O moraju”, nome de um pássaro boêmio e explorador dos outros (como o nosso vira), dado por analogia ao homem errante dos campos, o “gaúcho malo” que vive à custa alheia. Toda a alma venenosa dessa espécie de cangaceiro platino está posta a nu no quadro. O olhar sombrio que diz tudo – espelho da alma mais que nunca – e a atitude de bote armado, se casam, num ambiente lógico de paisagem áspera, com a vegetação desértica denunciada na rudeza da palma, tudo recoberto por um céu torvo. No “Gaúcho” fixa-se a súplica de um tipo sub-racial, matéria-prima donde saíram heróis e bandidos, Quirogas e Facundos. Dêem-lhe meios, favoreçam-no as circunstâncias e desse campeiro anônimo ressurtirá um caudilho.

Nas “Beatas” a fisionomia da primeira velhinha diz da casta inteira dessas víboras maliciosas, que tem a cauda enleada no altar e os dentes na reputação alheia.

Já em “Canto do atelier”, uma pura maravilha de “conseguinto”, o objetivo do artista foi a sinfonia de um ambiente de volúpia aristocrática onde os estofos caros, os quadros, os moveis de luxo concorrem com um nu extraordinariamente luminoso para a totalização de um efeito. É difícil de conceber-se em matéria de pintura uma complexidade mais nua, um ambiente mais ligado, maior riqueza de tons e sub-tons; o perfume do luxo moderno – o luxo artístico – bóia no ar e o conjunto fala do esteta requintado que floresce em tal moldura. Uma perfeita, uma verdadeira obra-prima.

As qualidades deste quadro se mostram em todos os mais do mesmo gênero – natureza morta que vive, interiores, recantos estofados, vasos, móveis que através da visão do artista revelam a poesia suave das coisas inanimadas – inanimadas para o vulgo. Vede as “Hortênsias”. Nunca tais flores tonejaram tão de rainhas como ali. Desfazem-se em um chuveiro de notas crômicas e emitem luz como ninhadas de uma aura – a maravilhosa aura das hortênsias. Vede “Coquinhos”. É o nosso humilde jerivá, nunca lembrado pelos nossos pintores. Pois nas mãos de Quirós desdobram a riqueza da gama do amarelo, realçada por metais e estofos afins, de modo a resultar formosíssimo quadro. Diante dele impossível não lamentar a miopia dos nossos pintores que não “acham” o que pintar. Quantas flores silvestres, quanta fruta do mato – o gravatá por exemplo – vivem deslembados dos pinceis indígenas tão amigos de maçãs, cerejas e mais frutas da Califórnia! Se fosse possível inventar um Quirós para orientador da nossa arte...

Se, agora, do interior pulamos para o ar livre, espanta encontrar a mesma segurança, a mesma força, o mesmo ímpeto criador. “Na rede” e “Jogos de sol” constituem dois prodígios de

realização. A luz plena do sol quebra-se de todos os lados, cõa-se pela folhagem das árvores, reflete-se nos balaústres, saltita na relva, na rede e nas figuras, tomada de um capricho doido. A luz “reina”, a luz positivamente cabriola, mas o pintor apanha-a no curso de todo este jogo brincalhão e a transporta para a tela sem nada perder daquela vivacidade cintilante. Maravilhosa coisa! Fixar o instável, materializar o imaterial – e conseguir que essa fixação, essa materialização produza no espectador o “miroitement” do instável, do imaterial! Os olhos prendem-se a essa telas, o cérebro abre-se-nos a mil sugestões e ficamos a devanear sobre as possibilidades infinitas da pintura.

Em “Patos ao sol” (aliás marrecos) a vitória do artista inda vai além, pois consegue dar a ilusão absoluta das aves em aodado movimento confuso, como se acaso interferisse na tela um artifício qualquer.

E na paisagem?

A mesma idéia o norteia: apanhar um flagrante, fixar um estado da alma panteísta, um desses fugidios momentos em que a intima beleza das coisas se revela e que só a educada supervisão dos pintores apreende.

“O Curral” prima entre as expostas: os últimos raios de sol moribundo lutam com a treva que se aproxima, diluída em luar; as sombras se alongam, o rebanho se aglomera; e envolve tudo a poeira de ouro mortiço da luz em agonia. Que maravilhosa tela! Como ensina coisas! Que lição insinua da função da pintura como reveladora do “terroir”!

A paisagem é a forma lírica da pintura. O trecho de natureza tomado como tema há de ser um pretexto para transmitir uma emoção sentida; por isso o verdadeiro artista não o reproduz, não o copia com o servilismo da placa pancromática, mas simpatiza com ele e o interpreta no sentido que melhormente o põe a serviço da emoção que recebeu e que procura transmitir. Na paisagem de Quirós o “genius loci” é constituído por esta característica. Grande paisagista, portanto; paisagista como a nossa paisagem vive a reclamar um.

Nobilíssimamente ele a concebe e com a suma nobreza da honestidade a executa.

Destas breves palavras se conclui que estamos em face de um artista de valor excepcional, visto que culmina de maneira fulgurante em todos os gêneros. Diante de suas telas não há “mas...” nem “eis...”

Não há reticências possíveis, e sim uma atitude única, de incondicional admiração e respeito.

Vejamos agora como S. Paulo acolhe o maior pintor que a tem visitado. Vejamos se a Paulicéia se reabilita da ximenada em que escorregou.

Monteiro Lobato

O Estado de S. Paulo – 14/10/1922

O teatro brasileiro

Todas as tentativas oficiais para a criação, ou melhor, para o renascimento do teatro nacional, falharam. Não se cria artificialmente arte nenhuma. Escultura, arquitetura, teatro, todas as artes, em suma, só aparecem e viçam quando um conjunto de fatores propícios lhes estimulam o surto. No teatro, o grande estímulo criador sempre foi o apoio público. Este apoio faltou às tentativas oficiais. Os espectadores nada viram no movimento que os interessasse. Não era aquele

o teatro que sonhavam, e continuaram a freqüentar o teatro de pachuchadas, que ao menos os divertia – grosseiramente, é verdade, mas que os divertia. O outro, massava.

Um dia, porém, surgiu o teatro por sessões, influência já do cinema, e empresários hábeis principiaram a associar as duas coisas, cinema e teatro. Mas em doses pequenas este, não mais em noitadas tremendas, de 8 a 13. O público aceitou. Era uma idéia. Divertia – e não massava. Além disso – argumento sério, barato!

Vê-se, pois, quanto o cinema contribuiu para a criação do nosso teatro moderno. Forçou-o a ser breve, incisivo e barato. A ser moderno, a ser democrático. Não mais privilégio dos ricos, como o teatro de outrora – que subsiste hoje sustentado apenas pelos ricos – mas de todo o mundo. Quinze, vinte mil réis a cadeira? Não. Três apenas, e até dois. O mesmo preço, quase, do cinema. E economizador de tempo, por cima. O outro, o dos ricos, exige o emprego de toda a noite; o recém-criado pede menos, hora e meia se tanto, tal qual o cinema. Só os ricos podem esbanjar o seu tempo; o remediado tem que ir cedo, no outro dia, para o serviço. É-lhe, pois, vedado, em absoluto, o teatro à antiga.

Foram o preço e a economia de tempo os fatores que criaram o teatro moderno, copiosamente freqüentado, com representações que se repetem meses a fio.

Porque impossível teatro que com uma ou duas representações já esgote o público. Teatro assim será sempre artificial, caríssimo, não dando lucro nem ao ator nem ao autor. Apenas o empresário, explorando a ambos, auferira algum resultado pecuniário.

Pois bem: a inovação sugerida pelo cinema teve imediatamente ganho de causa e, como soa acontecer, brotaram da terra numerosos autores, alguns dos quais foram verdadeiras revelações. Comédias finas, ricas de emoção, libertas de pimenta e do sal grosso, viram-se aplaudidas com entusiasmo.

Muitas delas ficaram no cartaz longo tempo e comportaram “réprisse” compensadoras. Cem, cento e cinquenta, duzentas representações, “um” assombro? “A Juriti”, de Viriato Correa, alcançou.

“Manhãs de sol”, de Oduvaldo Vianna, maravilhosa revelação de comediógrafo finíssimo, ainda perto das duzentas. “Flor de Sombra”, de Cláudio de Souza, teve-as numerosíssimas. Tudo isso de repente, improvisamento, quando todo o mundo julgava morto de vez o teatro entre nós, ante a decepção dos tentamens oficiais.

Um outro fator contribuiu muito para este sucesso: a introdução na cena da prosódia brasileira. Havia a crença ridícula de que a nossa prosódia não se prestava para o teatro. Prestava para entenderem-se entre si 30 milhões de criaturas; para o teatro, não! O habito inveterado de só termos por aqui, representando em português, companhias portuguesas, estabeleceu esse dogma. Mas assim como na literatura a linguagem a língua nacional, a língua geral desta país, a brasileira, filha da portuguesa, está batendo a progenitora, assim também no teatro o nosso linguajar, com os seus modismos, a sua prosódia, as suas inflexões próprias, baterá a língua lusa. O público já encontra dificuldade em compreender o que dizem os atores portugueses, que não transigem com a prosódia nossa. Impossível, sem esforço (e o esforço de compreensão diminui o prazer), numa terra onde só se ouve dizer “tenho”, “também”, “vintém”, “recepção”, “Belém” atinar de pronto o que quer dizer “tanho”, “tambain”, “vintain”, “recepção”, “Belain”.

Além de que os modismos de lá, as finuras, os idiotismos da língua lusa, já não correspondem aos nossos e são mal compreendidos cá. Essa disparidade se agrava na classe média, que frequenta os teatros e lhes dá vida, porque nelas é menor o hábito da leitura do lídimo português, menor que é a sua cultura literária.

A companhia Abigail Maia, depois de provar ao Rio que o teatro brasileiro, leve, espirituoso, moderno e barato, é possível, e está criado, veio fazer igual demonstração em S. Paulo. Seu repertorio exclusivo de peças nossas, todas modernas, de agoríssima, e uma antiga, o “Demônio Familiar”, de José de Alencar; seus atores, todos nacionais, falando a nossa língua, prosodiando à nossa moda; o apuro das montagens, o capricho dos cenários, o amor inteligente com que são tratados os papeis; a ausência de chulice, de “charge” forçada; o fato de dirigir a empresa, não um empresário boçal, com o fito único da caixa, mas sim Oduvaldo, finíssimo diretor de cena, tudo isto faz desta temporada que se inaugura agora, um acontecimento digno da máxima atenção. Significa, pela “primeira vez” em S. Paulo, cidade que tem tido todos os teatros do mundo, francês, alemão, italiano e até japonês, “teatro brasileiro”, essa coisa julgada impossível.

E como, apesar de ser um início, é já uma realidade esplêndida o que nos apresenta a benemérita empresa, ficamo-nos a sonhar com as imensas possibilidades de aperfeiçoamento dessa criação.

Temos o nosso teatro e te-lo-emos um dia no apogeu, riquíssimo em manifestações como os grandes teatro do velho mundo. Vai cessar, finalmente, esse horrível estado de coisas que

durou até há bem pouco tempo: um país que ia ao teatro mas não entendia patavina das peças... a não ser que levasse consigo intérpretes juramentados.

Monteiro Lobato.

O Estado de S. Paulo – 18/05/1923

Oswaldo Teixeira

Este ano tem sido fértil em exposições de pintura, fértil até em excesso e, como “quod abundat noscet”, os artistas se queixam do público. Como sempre, a razão está com as duas partes. Com o público, visto que o número dos nossos amadores é pequeno para enfrentar uma oferta como a de agora, que atinge cerca de “duas mil telas”. E está com os artistas que não têm culpa da procura não ser maior.

Esta situação faz que vão nascendo em silêncio e vazias as exposições mal colocadas, embora as realce valor, às vezes excepcional, como é essa de Oswaldo Teixeira, aberta na Casa Sotero. Pouca gente vai lá – há que subir escada e pouca gente sobe escadas por amor à arte. Mas ninguém vai lá que não receba fortíssima impressão e não saia convencido de haver defrontado uma individualidade artística de imenso valor, das mais completas, das mais ricas em realizações e em possibilidades de quantas nestes últimos anos abrolharam no Brasil. Tem apenas 18 anos o artista e já sua obra vale pela de artistas de grande renome, em plena sazão da maturidade. Diante do quadro “Avó”, por mais escabichador de falhas que seja o crítico, não consegue senão um quadro de mestre. O rigor do desenho – e é o desenho, no geral, o ponto fraco dos nossos pintores – a construção impecável das figuras, a harmonia da composição, o falicíssimo achado da expressão justa, tanto na figura principal como nas acessórias, o estilo da técnica, que é puro, sólido, simples e não faz concessão a nenhum truque em moda, a valorização da luz e a justeza dos tons, tudo dá a esse quadro um vigor impressionante e provoca no expectador a exclamação que para os ouvidos do artista já soa qual estribilho:

— É um quadro de mestre!

De fato, assinasse-o, não o nome de Oswaldo Teixeira, mas o de qualquer grande consagrado europeu, e veríamos que tropel à Casa Sotero para admirar o primor. Assina-o, entretanto, um nome “in fieri”, ainda nesse período terrível de impor-se, do fazer-se recebido, do vencer indiferenças, do quebrar a frieza desconfiada que há sempre contra o novo – e o quadro mestre de Oswaldo Teixeira cochila na parede, condenado ao “entra um” do salão morto.

A tragédia que se agita na alma dos pintores de valor real!... As angústias por que passam, as torturas caladas que sofrem... Como lhes há de doer a injustiça e mais que a injustiça, a indiferença de gelo!

Em todos os quadros expostos revela-se Oswaldo o mesmo artista seguríssimo, de desenho magistral e toque justo. Aborda todos os gêneros, da natureza morta à figura, mas sente-se que a sua predileção ingênita é pela figura, o gênero mais alto, de maiores dificuldades e por isso mesmo o eleito pelos artistas de mais amplas envergadura.

“Mocidade”, “Recostada”, “Vadiagem” são outras tantas vitórias magníficas, por si suficientes à consagração do autor. O nº 20, “Mulata”, impressiona à força de verismo e de rigor de fatura. É quadro que só espanta por um aspecto: estar ainda ali, sem o cartão de “adquirido”. Será que o bom gosto da Paulicéia anda de viagem, em vilegiatura pelo Guarujá, ou esse bom

gosto não passa de uma “blague” igual a tantas outras? Vá de barato que, coletivamente, agindo por intermédio seus órgãos representativos, nem sempre à altura das situações. S. Paulo comete em matéria de arte horrendas “gaffes”, confundindo repolhos com botões de rosa.

Mas persistir nisso individualmente, é incompreensível... É, no entanto, a impressão que recebem os visitantes da exposição Oswaldo, se detêm os olhos por minutos naquela “Mulata”, na “Avó” ou na “Recostada”. Ali, ainda? Está tudo perdido...

Como paisagista, como marinista, ainda nos impressiona o “jovem mestre”. A tela que representa a igreja da Candelária, no Rio, é um pedaço de paisagem urbana perfeito como “rendu” de ambiente. Em “Recanto” dá-nos a marinha carioca vista por um temperamento e fina sensibilidade em matéria de escolha do “momento pictural”.

Esta arte da escolha do momento figura entre as qualidades mais relevantes de um esteta.

A mesma paisagem varia no correr do tempo e oscila do lugar-comum ao sublime. Conforme a posição do sol, conforme as estações do ano, conforme o estado higrométrico do ar e mil outras circunstâncias concorrentes, é ela insossa, vulgar, morna, quente, gélida, poética, etc. O extrair dali um quadro que o seja e não mera “cópia de paisagem” depende da sensibilidade do artista enfocada sobretudo na escolha do “momento pictural”.

Se todos os artistas possuíssem esta sensibilidade de escolha, a produção de quadros cairia para a quinta parte e a qualidade deles valorizar-se-ia de cinco vezes.

Mas... detenhamo-nos. Ninguém quer saber disto, e, com honrosíssimas exceções, a pintura por aqui só tem uma função: produzir retângulos coloridos e bem assinados, que encham os claros das paredes. Quantos amadores adquirirão uma tela movidos por injunções do senso estético? Quantos procurarão na tela uma fonte de sugestões mentais e sentimentais, música de formas e cores, com que devanear em certos instantes da vida?

Há-os assim, ninguém o nega. A maioria, porém, só vê na pintura um meio elegante e caro – “chic”! – de tapar os grandes e pequeninos claros das paredes.

Nada de queixas. Podia ser pior...

Monteiro Lobato.

O Estado de S. Paulo – 06/06/1923

A futura essem do sertão

Senhor das maiores jazidas de ferro do mundo, o Brasil depende do estrangeiro para avançar um quilômetro de trilhos, cercar um alqueire de pasto, derruba uma árvore, picar um rolete de fumo.

Possuidor de montanhas de minério riquíssimo, com índice superior a 60%, importa ferro de zonas que o tem paupérrimo, como a Alemanha, onde a porcentagem cai a quase metade. E como a base de todo progresso moderno é o ferro e as civilizações se medem pela massa de ferro

manufaturado que os povos trazem incorporada ao seu organismo, o elefante da América do Sul ressentente-se de anemia, importador que é, a peso de ouro, de quase todas as moléculas do precioso metal que lhe tonificam o organismo.

Não que não procurasse resolver o gravíssimo problema. Em S. Paulo houve a tentativa em grande, do Ipanema, e em Minas sempre existiu uma siderurgia caseira. Os processos usados, entretanto, reviam o celebre conselho do – “Siga o bugre! e deu-se com o ferro o mesmo que com a lavoura de cereais que segue o bugre.

O bugre, em assunto de cereais, planta, exaure a fertilidade nativa da terra e salta além. Conseqüência: os anos se passam, ele permanece nu e junta à sua nudez a nudez da terra, transformada em deserto.

Em matéria siderúrgica o bugre, desde que saiu do período da pedra polida, derrete o minério com o calor proveniente da combustão da lenha que a natureza lhe pôs ao alcance. Esgotada esta, apaga o forno e espera que cresça de novo a mata.

A nossa metalurgia não passava disso. As “fazendas de ferro” em Minas e os altos fornos que se estabeleceram lá, vivendo em função das matas nativas circunvizinhas, resolviam o problema de mão assaz precário. A produção de gusa era contingente. À medida que rareavam as reservas florestais ou se distanciavam dos fornos vinha o colapso ou a paralisação. Não ocorria aos nossos homens a idéia de que matas se plantam e que só o reflorestamento sistemático cria a mata-riqueza, de altíssimo rendimento e eterna, como o demonstrou Edmundo Navarro, cortando a língua a todas as objeções e “quem-sabes”.

O mundo, porém, caminhava e a siderurgia com ele. O carvão de pedra pulou em cena, como um deus negro emerso da terra. Tudo se transformou, regido pela nova batuta. Os altos fornos mudaram-se das floresta para os centros hulhíferos e surgiu essa maravilhosa metalurgia moderna que fez a Grã-Bretanha, a Alemanha e os Estados Unidos.

O Brasil, incerto quanto ao seu carvão, que tem e não tem, que presta e não presta, não pôde acompanhar o movimento. Continuou na anemia siderúrgica com altos fornos que funcionavam até o arrasamento das matas próximas e depois... e depois olhavam para o governo e pediam mezinhas.

O mundo, porém, continuava a caminhar. A eletricidade surgiu como deusa que desce das nuvens, entrou pelos domínios do carvão, suplantou-o em todos os terrenos e acabou criando para o futuro o moto decisivo: “hulha, sim, mas hulha branca”.

Aqui estamos. As duas forças se defrontam, o embate prossegue, mas a orgulhosa hulha negra sente que está no fim do seu reinado e que o cetro passará às mãos da sua rival.

Dominam, inda hoje, os países de sub-solo ricamente acamado de carvão-riqueza tal, que na disputa de suas bacias se entre-matam os povos mais aptos do globo.

Um vício de morte, todavia, inquina esse ouro do Reno: é exaurível, tem limites, acaba. E novos deslocamentos de potência industrial virão no futuro, como consequência iniludível do dispêndio.

Já não será assim com a hulha branca. Zona rica em minério e quedas d'água, sê-lo-á "ab-eterno". Enquanto o sol for sol, e a água evaporar-se, e os céus se desfizerem em chuvas, e os rios correrem, as turbinas não cessarão de jorrar os milhões de cavalos de que necessita a indústria.

E terá chegado a vez do Brasil. "Seremos", enfim! A nossa infinita fragilidade de hoje transformar-se-á em força. A nossa dependência de estrangeiro para tudo – do arado que lava a terra à arma com que nos defendemos – passará à dominação. De eternos compradores saltaremos a vendedores, a fornecedores do mundo.

O mundo moderno é o ferro e só vale, só pesa, só põe e dispõe e impõe quem o possui. Se o carvão dá hoje tremenda hegemonia, vem isso do papel do carvão na indústria manipuladora do ferro.

Ora, donos das maiores jazidas de ferro que se conhecem e donos de inexaurível manancial de hulha branca, é claro que estamos fadados ao nosso momento de glória na terra, por meio do esplendoroso triunfo metalúrgico. "Seremos", um dia.

E não é isso mero sonho de poetas. A aurora das realidades já clareia o horizonte. Quem vai a Ribeirão Preto assiste ao maravilhoso passe de mágica. Vê cachoeiras do município transformarem-se na corrente elétrica de altíssima tensão que em 4 horas funde em altos fornos o minério trazido de Minas. Vê o milagre queda de água transfeita em jorro de ferro líquido. Vê essa lava de vulcão despejar-se na retorta de Bessemer e transmutar-se em 15 minutos, no mais puro aço. Vê-o, cair nos moldes e resfriar em lingotões. Vê os lingotes reaquecidos ao rubro, esgueirarem-se entre os cilindros das laminadoras, como canas em moenda, saindo do outro lado em longas fitas ou fios, como os quer o freguês. E vê, fora da usina, ao pé das gôndolas da Mogyana, o aço laminado, em feixes, pronto para o embarque.

Que revolução! Que milagre não se orientou pelo bugre: significação encerra quanto ao futuro do nosso país!

Flávio Uchoa, o homem excepcional que em três anos sonhou e realizou o milagre, não se orientou pelo bugre; seguiu a Suécia. Ao tempo, quinze altos fornos elétricos apenas existiam no mundo, quatorze na Suécia e um no Japão. Audaciosamente ele montou em Ribeirão o décimo sexto e o décimo sétimo – os mais aperfeiçoados que existem, como ele tem o direito de dizer.

Do magnífico empreendimento decorre-lhe, pois, a autorização de bater no peito e exclamar, cheio de orgulho:

— Eu lancei a pedra fundamental do Brasil de amanhã!

Porque, de fato, a lançou. Porque o núcleo inicial da nossa futura grandeza está ali, sob aquele imenso teto de zinco, onde duas centenas de operários, lavados em suor, mourejam como demônios em redor das caldeiras de Pero Botelho.

As vinte e tantas toneladas diárias de metal que eles fundem serão mil amanhã, serão todos os nosso futuros arados, todos os nosso futuros trilhos e todas as nossas futuras máquinas.

E serão ainda todos os nossos futuros canhões e todas as couraças e blindados das nossas futuras naus.

Está criada a usina de vitória – das vitórias fecundas da paz e das vitórias doridas da guerra.

É semente ainda, dirão os impenitentes.

Claro. Mas é da semente que vem o jequitibá.

M.L.

THIAGO ALVES VALENTE

Monteiro Lobato nas páginas do jornal:
um estudo dos artigos publicados em *O Estado de S. Paulo* (1913-1923)

ANEXO II

Cotejo dos artigos publicados em *O Estado* e nas obras completas

ASSIS
2009

THIAGO ALVES VALENTE

Monteiro Lobato nas páginas do jornal:
um estudo dos artigos publicados em *O Estado de S. Paulo* (1913-1923)

ANEXO II

Cotejo dos artigos publicados n' *O Estado* e nas obras completas

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para o Exame Geral de Qualificação, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras (Área de Conhecimento: Literatura e vida social).

Orientador: *Prof. Dr. João Luís Ceccantini*

Índice dos cotejos

Introdução.....517

Cotejo 01518

Jornal: “Uma velha praga” (12/11/1914)

Livro: “Velha praga” (*Urupês*)

Cotejo 02.....528

Jornal: “Urupês” (23/12/1914)

Livro: “Urupês” (*Urupês*)

Cotejo 03.....549

Jornal: “A caricatura no Brasil – I” (27/01/1915) e “A caricatura no Brasil – II” (28/01/1915)

Livro: “A caricatura no Brasil” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Cotejo 04.....582

Jornal: “Como se formam lendas” (16/02/1915)

Livro: “Como se formam lendas” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Cotejo 05.....592

Jornal: “A hostefagia” (11/04/1915)

Livro: “A hostefagia” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Cotejo 06.....604

Jornal: “A propósito de Wash Rodrigues” (09/01/1916) e “Pensionamento de artistas”
(16/01/1916)

Livro: “Estética oficial” e “A paisagem brasileira – a propósito de Wash Rodrigues” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Cotejo 07.....620

Jornal: “A conquista do nitrogênio” (15/01/1916)

Livro: “A conquista do azoto” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Cotejo 08.....630

Jornal: “Cidades mortas” (29/02/1916)

Livro: “Cidades mortas” (*Cidades mortas*)

Cotejo 09.....637

Jornal: “A estátua do patriarca” (25/12/1916)

Livro: “A estátua do patriarca” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Cotejo 10.....645

Jornal: “A criação do estilo” (06/01/1917)

Livro: “A criação do estilo” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Cotejo 11.....654

Jornal: “A questão do estilo” (25/01/1917)

Livro: “A questão do estilo” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Cotejo 12.....661

Jornal: “O saci” (05/02/1917)

Livro: “O saci” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Cotejo 13.....668

Jornal: “A questão do estilo” (11/02/1917)

Livro: “Ainda o estilo” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Cotejo 14.....674

Jornal: “Saneamento do Brasil – A ação de Oswaldo Cruz I” (18/03/1918)

Livro: “Ação de Oswaldo Cruz” (*Problema vital*)

Cotejo 15.....681

Jornal: “Saneamento do Brasil – 20 milhões de opilados II” (19/03/1918)

Livro: “Dezessete milhões de opilados” (*Problema vital*)

Cotejo 16.....687

Jornal: “Saneamento do Brasil – Tres milhoes de papudos e idiotas III” (20/03/1918)

Livro: “Três milhões de idiotas” (*Problema vital*)

Cotejo 17.....693

Jornal: “Saneamento do Brasil – Doze milhões de impaludados” (21/03/1918)

Livro: “Dez milhões de impaludados” (*Problema vital*)

Cotejo 18.....698

Jornal: “Saneamento do Brasil – Diagnóstico” (22/03/1918)

Livro: “Diagnóstico” (*Problema vital*)

Cotejo 19.....703

Jornal: “Saneamento do Brasil – Reflexos morais” (23/03/1918)

Livro: “Reflexos morais” (*Problema vital*)

Cotejo 20.....710

Jornal: “Problema do saneamento – Primeiro passo” (05/04/1918)

Livro: “Primeiro passo” (*Problema vital*)

Cotejo 21.....717

Jornal: “O saneamento – “Déficit” econômico, função do “déficit” da saúde” (07/04/1918)

Livro: “Déficit econômico, função do déficit da saúde” (*Problema vital*)

Cotejo 22.....723

Jornal: “O problema do saneamento – Um fato” (12/04/1918)

Livro: “Um fato” (*Problema vital*)

Cotejo 23.....728

Jornal: “A fraude bromatológica” (14/04/1918)

Livro: “A fraude bromatológica” (*Problema vital*)

Cotejo 24.....733

Jornal: “Rondônia – Visão do futuro e visão do passado I” (19/04/1918) e “Rondônia II” (23/04/1918)

Livro: “Rondônia” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Cotejo 25.....751

Jornal: “O problema do saneamento – Início da ação I” (12/05/1918)

Livro: “Início de ação” (*Problema vital*)

Cotejo 26.....757

Jornal: “O problema do saneamento – Iguape II” (15/05/1918)

Livro: “Iguape” (*Problema vital*)

Cotejo 27.....763

Jornal: “Saneamento e higiene – As novas possibilidades das zonas cálidas” (03/06/1918)

Livro: “As grandes possibilidades dos países quentes ” (*Problema vital*)

Cotejo 28.....769

Jornal: “Um grande artista” (16/11/1921)

Livro: “Um grande artista” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Introdução

Para que se possam visualizar as diferenças mais marcantes entre os artigos publicados em *O Estado de S. Paulo*, de 1913 a 1930, e os mesmos textos publicados nas obras completas preparadas pelo escritor em 1947, seguem tabelas comparativas. Como elementos de constituição do cotejo, é importante observar que: a) foram considerados como segundo elemento da comparação apenas os textos publicados na coleção das obras completas preparadas por Monteiro Lobato, isto é, foram desconsideradas publicações póstumas (de acordo com Lajolo em *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida, Conferências, artigos e crônicas, Cartas escolhidas e Crítica e outras notas*, de 2000); b) essa restrição justifica-se pela preocupação em se perceber o próprio critério de seleção do autor, uma vez que a não aceitação daqueles textos que não entraram na triagem já se constitui como índice para a análise do corpus aqui apresentado; c) tal como se optou na transcrição integral dos artigos, opta-se também para as comparações pela atualização da ortografia dos textos publicados em jornal; d) toda tabela é composta por duas colunas: na primeira, apresenta-se o texto publicado em *O Estado*; na segunda, o artigo publicado em livro; e) para melhor percepção das diferenças, estão grifadas as partes correlatas de cada texto; f) a expressão “Não consta”, indica a ausência de determinados trechos em uma ou outra versão.

Ainda é importante lembrar que, ao ler os textos publicados num intervalo de 18 anos, percebe-se a relevante questão dos erros tipográficos, apontada como entrave à leitura dos textos pelo próprio Lobato. Realmente, é notório que alguns termos simplesmente não têm sentido onde estão colocados – muitas vezes, para que se tornem coerentes, basta mudar apenas uma letra. Para esses deslizes dos tipógrafos, optou-se por considerar a expressão lingüística como deveria ser, caso contrário, com o intuito de se manter o rigor do trabalho acadêmico, também haveria de se considerar todas as marcas que, pelos anos dos originais, muitas vezes não deixam muito visível tratar-se de ponto, vírgula ou dois pontos, por exemplo.

Cotejo 01

Jornal: “Uma velha praga” (12/11/1914)

Livro: “Velha praga” (*Urupês*)

Jornal: “Uma velha praga” (12/11/1914)	Livro: “Velha praga” (<i>Urupês</i>)
<p>Andam todos, em nossa terra, por tal forma <u>embevecidos quando não estonteados pelas</u> proezas infernais dos belacíssimos “vons” alemães que não sobram olhos para enxergar males caseiros.</p>	<p>Andam todos em nossa terra por tal forma <u>estonteados com as</u> proezas infernais dos belacíssimos “vons” alemães, que não sobram olhos para enxergar males caseiros. (p.269)</p>
<p><u>Que uma voz do sertão venha, portanto, dizer</u> às gentes da cidade <u>que, se por lá</u> o fogo da guerra lavra implacável, fogo não menos <u>pernicioso</u> devasta <u>as</u> nossas matas com furor não menos germânico.</p>	<p><u>Venha, pois, uma voz do sertão dizer</u> às gentes da cidade <u>que se lá fora</u> o fogo da guerra lavra implacável, fogo não menos <u>destruidor</u> devasta nossas matas com furor não menos germânico. (p.269)</p>
<p>Em Agosto, por força <u>da seca excessiva</u> do inverno, <u>o fogo</u> lambeu montes e vales, sem um momento de tréguas, durante o mês <u>a fio</u>. <u>Não tem conta o número de alqueires de terra que</u> “von Fogo” assolou.</p>	<p>Em agosto, por força <u>do excessivo prolongamento</u> do inverno, “von Fogo” lambeu montes e vales, sem um momento de tréguas, durante o mês <u>inteiro</u>. (p.269)</p>
<p>Vieram em começos de Setembro <u>chuvas leves</u>, chuvinhas de apagar poeira, e, breve novo “verão de sol” se estirou por Outubro a dentro, dando azo a que se torrasse tudo quanto escapara à sanha de Agosto.</p>	<p>Vieram em começos de setembro chuvinhas de apagar poeira, e, breve novo “verão de sol” se estirou por outubro a dentro, dando azo a que se torrasse tudo quanto escapara à sanha de agosto. (p.269)</p>
<p>A serra da Mantiqueira – <u>região que observamos</u>, ardeu como uma aldeia belga e é hoje um cinzeiro imenso entremeado, <u>cá</u> e acolá,</p>	<p>A serra da Mantiqueira <u>ardeu como ardem aldeias na Europa</u>, e e é hoje um cinzeiro imenso, entremeado <u>aqui</u> e acolá</p>

<p>de manchas de verdura – as restingas úmidas, as grutas frias, as nesgas salvas a tempo <u>pelos aceiros</u>. Tudo <u>o</u> mais é crepe negro.</p>	<p>de manchas de verdura – as restingas úmidas, as grutas frias, as nesgas salvas a tempo <u>pela cautela dos aceiros</u>. Tudo mais é crepe negro. (p.269)</p>
<p>A hora em que escrevemos, fins de Outubro, chove <u>mas que chuvinha sórdida! que economia d'água!</u> Enquanto caem <u>dos céus gotas homeopáticas e contadas, o fogo adormecido mas não dominado</u>, amoita-se, insidioso, nas “piúcas” a fumegar imperceptivelmente, pronto para rebentar em chamas, <u>logo que o céu se limpe</u> e o sol lhe dê a mão.</p>	<p>A hora em que escrevemos, fins de outubro, chove. <u>Mas que chuvinha caínha! Que miséria d'água.</u> Enquanto caem <u>do céu pingos homeopáticos, medidos a conta-gotas, o fogo, amortecido mas não dominado</u>, amoita-se insidioso nas “piúcas”, a fumegar imperceptivelmente, pronto para rebentar em chamas <u>mal se limpe o céu</u> e o sol lhe dê a mão. (p.270)</p>
<p>Preocupa a <u>toda gente</u> o conhecer em quanto fica, em francos e centimos, um soldado em guerra e <u>por dia</u>; mas <u>quem</u> cuida de calcular os prejuízos de toda <u>ordem, provindos de uma queima?</u> <u>em</u> velhas camadas de húmus destruídas, <u>em</u> sais preciosos, que, breve, as enxurradas deitarão fora rio abaixo, via oceano; <u>no rejuvenescimento florestal da terra</u> paralisado e retrogrado; <u>na</u> destruição das aves silvestres e possível advento <u>conseqüente</u> de pragas insetiformes; <u>na</u> alteração para pior do clima, <u>pela</u> agravação crescente das secas, <u>em vedos, cercas e gramados perdidos</u>; <u>em</u> gado morto ou depreciado pela falta de pastos; em <u>mil</u> e uma particularidades que dizem respeito a esta ou aquela zona, e dentro dela, a esta ou aquela situação agrícola. Isto bem <u>semeado</u> daria algarismos de apavorar; <u>felizmente</u> no Brasil subtrai-se, <u>mas não se soma</u>.</p>	<p>Preocupa <u>à nossa gente civilizada</u> o conhecer em quanto fica <u>na Europa por dia</u>, em francos e centimos, um soldado em guerra; mas <u>ninguém</u> cuida de calcular os prejuízos de toda <u>sorte advindos de uma assombrosa queima destas.</u> <u>As</u> velhas camadas de húmus destruídas; <u>os</u> sais preciosos, que, breve, as enxurradas deitarão fora, rio abaixo, via oceano; <u>o rejuvenescimento florestal do solo</u> paralisado e retrogrado; <u>a</u> destruição das aves silvestres e o possível advento de pragas insetiformes; <u>a</u> alteração para pior do clima <u>com</u> a agravação crescente das secas; <u>em vedos e aramados perdidos</u>; <u>o</u> gado morto ou depreciado pela falta de pastos; em <u>cento</u> e uma particularidades que dizem respeito a esta ou aquela zona, e, dentro delas, a esta ou aquela “situação”</p>

	<p>agrícola.</p> <p>Isto, bem <u>somado</u> daria algarismos de apavorar; <u>infelizmente</u> no Brasil subtrai-se; <u>somar ninguém soma...</u> (p.269-270)</p>
<p>É peculiar de Agosto, e típica, esta desastrada queima de matas, nunca, porém, <u>com a</u> tamanha violência e <u>com</u> tal extensão como neste fortíssimo <u>914</u> que, benza-o Deus, <u>parece ter parentesco muito chegado</u> com o celebre ano mil de macabra memória. Tudo culmina <u>durante ele</u>, vai logo às <u>raias extremas e as queimadas não fugiram à regra; razão sobrexcelente para encarar com o problema e resolve-lo.</u></p> <p>Do contrário, a Mantiqueira, <u>em pouco tempo, será</u> toda um sapezeiro sem fim, <u>manchado de samambaia</u> – esses dois <u>pontos finais</u> à uberdade das terras montanhosas.</p>	<p>É peculiar de agosto, e típica, esta desastrada queima de matas; nunca, porém, <u>assumiu</u> tamanha violência, <u>nem alcançou</u> tal extensão como neste fortíssimo <u>1914</u> que, benza-o Deus, <u>parece aparentado de perto</u> com o celebre ano 1000 de macabra memória. Tudo culmina <u>nele</u>, vai logo às do cabo, <u>sem conta nem medida. As queimas não fugiram à regra.</u></p> <p>Razão <u>sobeja para, desta feita, encararmos a sério o problema.</u></p> <p>Do contrário a Mantiqueira <u>será em pouco tempo</u> toda um sapezeiro sem fim, <u>erisipelado de samambaias</u> – esses dois <u>términos</u> à uberdade das terras montanhosas. (p.270-271)</p>
<p>Qual a causa da renitente calamidade? É mister <u>uma volta</u> para chegar lá.</p>	<p>Qual a causa da renitente calamidade? É mister <u>um rodeio</u> para chegar lá. (p.271)</p>
<p>A nossa montanha é vítima de um parasita um piolho da terra peculiar <u>a ela</u> como o Argas o é aos galinheiros ou o “Sarcoptes mutans” a perna das aves domesticas.</p> <p>Poderíamos, analogicamente, <u>classifica-lo como variedade</u> do “porrigo decalvans”, o parasita do couro cabeludo produtor das “pelada”, pois que, onde assiste, <u>vai-se a terra</u></p>	<p>A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra peculiar <u>ao solo brasileiro</u> como o Argas o é aos galinheiros ou o “Sarcoptes mutans” a perna das aves domesticas.</p> <p>Poderíamos, analogicamente, <u>classifica-lo entre as variedades</u> do “Porrigo decalvans”, o parasita do couro</p>

<p><u>despojando</u> de sua coma vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalvada. Em quatro anos, a mais ubertosa região se despe dos jequitibás e perobeiras milionárias, seu orgulho e grandeza, para, em achincalho presente, cair em capoeira, passar desta à humildade da vassourinha, e, <u>decaindo</u> sempre encruar definitivamente na desdita do sapezeiro, sua tortura e vergonha.</p>	<p>cabeludo produtor da “pelada”, pois que, onde <u>ele</u> assiste, <u>se vai despojando</u> a terra de sua coma vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalvada. Em quatro anos, a mais ubertosa região se despe dos <u>jequitibás magníficos e das perobeiras milenárias</u> – seu orgulho e grandeza, para, em <u>achincalhe crescente</u>, cair em capoeira, passar desta à humildade da vassourinha, e, <u>descendo</u> sempre, encruar definitivamente na desdita do sapezeiro – sua tortura e vergonha. (p.271)</p>
<p>Este funesto parasita é o caboclo, espécie de homem baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela, na sua penumbra. A medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização das terras, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a picapau, o isqueiro, de modo a se conservar sempre na beirada, mudo e sorno. Encoscorado em uma rotina de pedra, recua para não se adaptar. É de vê-lo abordar a sítio novo e nele se implantar como “agregado”, nômade por força de vagos atavismos não se liga à terra como o campônio europeu, “agrega-se-lhe” temporariamente tal qual o “sarcoptes”, pelo tempo necessário à completa sucção da seiva comezinha; feito o que, salta para adiante com a mesma bagagem com que ali chegou.</p>	<p>Este funesto parasita <u>da terra</u> é o CABOCLO, espécie de homem baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela <u>na penumbra das zonas fronteiriças</u>. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização <u>da propriedade</u>, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a picapau <u>e</u> o isqueiro, de modo a <u>sempre conservar-se fronteiriço</u>, mudo e sorna. Encoscorado <u>numa</u> rotina de pedra, recua para não <u>adaptar-se</u>.</p> <p>É de vê-lo <u>surgir a um sítio novo para nele armar a sua arapuca de “agregado”</u>; nômade por força de vagos atavismos, não se liga à terra como o campônio europeu “<u>agrega-se</u>”, tal qual o “<u>sarcopte</u>”, pelo tempo necessário à completa sucção da seiva <u>convizinha</u>; feito o que, salta para adiante com a mesma bagagem com que</p>

	ali chegou. (p.271-272)
Vem de um <u>sapezal</u> para criar outro, <u>porque</u> coexistem em íntima simbiose, sapé e caboclo são <u>idéias</u> associadas. Este inventou aquele que dilata os domínios; em troca <u>disso</u> o sapé lhe cobre a choça e lhe fornece fachos para queimar <u>colméias ao roubar o mel às abelhas</u> .	Vem de um <u>sapezeiro</u> para criar outro. Coexistem em íntima simbiose: sapé e caboclo são <u>vidas</u> associadas. Este inventou aquele e <u>lhe</u> dilata os domínios; em troca o sapé lhe cobre a choça e <u>lhe</u> fornece fachos para queimar <u>a colméia das pobres abelhas</u> . (p.272)
Chegam silenciosamente, ele e a “sarcopta” <u>esposa, com um filhote ao peito</u> , outro à orelha da saia, já de <u>pito</u> na boca e faca à cinta. <u>A mais, o cachorro, Brinquinho, de costelas de fora, [...]</u> um santo encardido e três galinhas. Com estes simples ingredientes o fazedor de <u>desertos</u> perpetua a espécie e a obra de esterilização <u>ensejada pelos</u> remotíssimos avós.	Chegam silenciosamente, ele e a “sarcopta” <u>fêmea, esta com um filhote no útero</u> , outro ao peito, outro <u>de sete anos</u> à orelha da saia – <u>este já de pitinho</u> na boca e faca à cinta. <u>Completam o rancho um</u> cachorro <u>sarnento</u> – Brinquinho, [...] um santo encardido, três galinhas <u>pevas e um galo índio</u> . Com estes simples ingredientes, o fazedor de <u>sapezeiros</u> perpetua a espécie e a obra de esterilização <u>iniciada com</u> os remotíssimos avós. (p.272)
<u>Abancam</u> . Em três dias, uma choça que <u>ele denomina</u> casa, brota da terra como um urupê. <u>Tirou</u> tudo do <u>local</u> , os esteios, os caibros, as ripas, os barrotes, o cipó que os liga, o barro <u>que forma as paredes e a palha do teto</u> . <u>É tão íntima</u> a comunhão dessas palhoças com a terra <u>local</u> , que dariam <u>a impressão não de casa feita pelo homem, mas</u> nascida do chão por obra espontânea da natureza, como o capim – se a natureza fosse capaz de <u>inestusias</u> .	<u>Acampam</u> . Em três dias uma choça, que <u>por eufemismo chamam</u> casa, brota da terra como um urupê. <u>Tiram</u> tudo do <u>lugar</u> , os esteios, os caibros, as ripas, os barrotes, o cipó que os liga, o barro <u>das paredes e a palha do teto</u> . <u>Tão íntima é</u> a comunhão dessas palhoças com a terra, que dariam <u>idéia de coisa</u> nascida do chão por obra espontânea da natureza – se a natureza fosse capaz de <u>criar coisas tão feias</u> .

	(p.272-273)
<p>Barreada a casa [...]. [...]. Com a pica-pau limpa <u>a mata da volataria</u>. Pólvora e chumbo adquire-os vendendo palmitos no povoado <u>próximo</u>. <u>Este é um</u> traço curioso do caboclo e explica seu largo dispêndio de pólvora: quando o palmito escasseia, rareiam os tiros, só a caça grande lhes fazendo jus; [...].</p>	<p>Barreada a casa [...]. [...]. Com a picapau <u>o caboclo</u> limpa <u>a floresta das aves incautas</u>. Pólvora e chumbo adquire-os vendendo palmitos no povoado <u>vizinho</u>. <u>É este um</u> traço curioso <u>da vida</u> do caboclo e explica <u>o</u> seu largo dispêndio de pólvora; quando o palmito escasseia, rareiam os tiros, só a caça grande <u>merecendo sua carga de chumbo</u>; [...]. (p.273)</p>
<p>Depois ataca a floresta. [...]. [...] ele as <u>derruba</u> impassível para extrair <u>o mel</u> escondido num oco.</p>	<p>Depois ataca a floresta. [...]. [...] ele as <u>derriba</u>, impassível para extrair <u>um mel-de-pau</u> escondido num oco. (p.273)</p>
<p>Pronto o roçado e <u>fechado</u> o tempo da queima, entra em funções o isqueiro. Mas aqui o <u>“sarcoptes”</u> se <u>fez</u> raposa: [...]; urde traças para <u>a</u> iludir, coçando dest’arte a <u>velha</u> preguiça e a velhaca malignidade. <u>Foi neste momento que o viu o poeta</u>.</p>	<p>Pronto o roçado, e <u>chegado</u> o tempo da queima, entra em funções o isqueiro. Mas aqui o <u>“sarcopte”</u> se <u>faz</u> raposa. [...]; urde traças para iludir <u>a lei</u>, coçando dest’arte a <u>insigne</u> preguiça e a velhaca malignidade. (p.273)</p>
<p>“Cisma o caboclo à porta da cabana”. Cisma, de fato, não devaneios líricos, mas jeitos de transgredir <u>a lei</u> com a responsabilidade a salvo. <u>E o consegue</u>.</p> <p>Arranja sempre um “álibi” demonstrativo de que não <u>estava</u> lá no dia do fogo. <u>Esse momento é sempre o meio de uma grande queimada que dura dias a fio, semanas, o mês inteiro, como sucedeu este ano. São</u> 11 horas. O sol quase a</p>	<p><i>Cisma o caboclo à porta da cabana.</i></p> <p>Cisma, de fato, não devaneios líricos, mas jeitos de transgredir <u>as posturas</u> com a responsabilidade a salvo. <u>E consegue-o</u>.</p> <p>Arranja sempre um álibi demonstrativo de que não <u>esteve</u> lá no dia do fogo.</p> <p>Onze horas.</p> <p>O sol quase a pino queima como chama. <u>Um “sarcopte” anda por ali</u>,</p>

<p>pino queima como chama. Crepita a labareda inicial, [...] e senhora do <u>terreno</u>, estruge fragorosa com infernal violência, devorando a <u>tranqueira</u>, estorricando e despejando para o céu golfoes de fumo <u>escuro</u> estrelado de faíscas.</p>	<p><u>ressabiado</u>. <u>Minutos após</u> crepita a labareda inicial, [...] e, senhora do <u>campo</u>, estruge fragorosa com infernal violência, devorando <u>as tranqueiras</u>, estorricando <u>as mais altas frondes</u>, despejando para o céu de fumo estrelejado de faíscas. (p.273-274)</p>
<p>E, como não o detém nenhum aceiro, [...], sem tréguas, moroso e túbio, quando a noite fecha, insolente se o sol o ajuda.</p>	<p><u>É o fogo-de-mato!</u> E como não o detém nenhum aceiro, [...]; <u>caminha</u> sem tréguas, moroso e túbio quando a noite fecha, insolente se o sol o ajuda. (p.274)</p>
<p>E vai galgando montes em arrancadas furiosas; descendo encostas em passo lento [...].</p>	<p>E vai galgando montes em arrancadas furiosas, <u>ou</u> descendo encostas <u>a</u> passo lento [...]. (p.274)</p>
<p>Barrado, inflecte para os flancos, ladeia o obstáculo, deixa-o para trás e lá continua o abrasamento implacável. Amordaçado por uma chuva repentina, alapa-se <u>numa “piúca”</u>, quieto e invisível [...].</p>	<p>Barrado, inflete para os flancos, ladeia o obstáculo, deixa-o para trás, <u>esgueira-se para os lados</u> – e lá continua o abrasamento implacável. Amordaçado por uma chuva repentina, alapa-se <u>nas piúcas</u>, quieto e invisível [...]. (p.274)</p>
<p>Quem foi o incendiário? Donde partiu o fogo? Indaga-se, e <u>fica por isso</u>. <u>Quando, porém, é pilhado que se faz dele? “Toca-se”</u>: o caboclo <u>nunca sai dum lugar espontaneamente: é sempre “tocado”</u>. <u>É comum ouvi-lo perguntar: se eu fizer isto o sr. não me toca? Despedir, expulsar, etc. são meios usados para afastar outras categorias de homens. Ao caboclo toca-se, como se toca um cachorro importuno, ou uma galinha que vareja</u></p>	<p>Quem foi o incendiário? Donde partiu o fogo? Indaga-se, <u>descobre-se o Nero: é um urumbeva qualquer, de barba rala, amoitado num litro de terra litigiosa</u>. <u>E agora? Que fazer? Processa-lo?</u> <u>Não há recurso legal contra ele. A única pena possível, barata, fácil e já estabelecida como praxe, é “tocá-lo”</u>.</p>

<p>pela sala.</p>	<p><u>Curioso este preceito: “ao caboclo, toca-se”.</u></p> <p><u>Toca-se, como se toca um cachorro importuno, ou uma galinha que vareja pela sala. E tão afeito anda ele a isso, que é comum ouvi-lo dizer: “Se eu fizer tal coisa o senhor não me toca?”</u> (p.274-275)</p>
<p><u>É uma</u> justiça sumária que não pune, entretanto, dado o nomadismo do paciente. <u>Nas leis do país não há penas, nem meios de colher nas malhas da justiça tais réus, e tolo será quem recorrer às autoridades: os escrivães redobrarão os prejuízos da queimada.</u></p>	<p>Justiça sumária – que não pune, entretanto, dado o nomadismo do paciente. Não consta. (p.275)</p>
<p><u>E</u> enquanto a mata, arde, o <u>parasita</u> regala-se.</p>	<p>Enquanto a mata arde, o <u>caboclo</u> regala-se. (p.275)</p>
<p>— <u>Eh!</u> fogo bonito!</p>	<p>— <u>Êta</u> fogo bonito! (p.275)</p>
<p>No vazio de sua vida semi-selvagem [...], o filho novimensal [...].</p>	<p>No vazio de sua vida semi-selvagem [...], <u>ou</u> o filho novimensal [...]. (p.275)</p>
<p>Entrado Setembro, o “<u>sarcopte</u>” planta um bocado de milho, <u>de</u> feijão e <u>de</u> arroz. O valor <u>de</u> sua produção <u>anual</u> é nenhum diante dos males <u>semeados</u>. O caboclo é uma quantidade negativa. Tala cinquenta alqueires de terra para <u>dali</u> extrair o com que passar fome e frio durante o ano. <u>Calenta</u> as sementeira pelo máximo de sua resistência às privações.</p>	<p>Entrado setembro, <u>começo</u> das “<u>águas</u>”, o <u>caboclo</u> planta <u>na terra em cinzas</u> um bocado de milho, feijão e arroz; <u>mas</u> o valor <u>da</u> sua produção é nenhum diante dos <u>males que para preparar uma quarta de chão ele semeou</u>.</p> <p>O caboclo é uma quantidade negativa. Tala cinquenta alqueires de terra para extrair <u>deles</u> o com que passar fome e frio durante o ano. Calcula as sementeiras pelo máximo da sua resistência às privações.</p>

	(p.275)
<p>Quando, <u>exausta</u> a terra, o agregado <u>muda-se</u>, no lugar fica a tapera e o sapezeiro. Um ano que passe, e só este atestará a sua estada ali: <u>aquela</u> se apaga, como por encanto. A terra reabsorve <u>as</u> frágeis <u>matérias</u> da choça e como nem sequer uma laranjeira <u>foi plantada</u>, nada mais lembra a passagem do Manuel Peroba, Chico Marimbondo, Jeca Tatu e outros sons ignaros de dolorosa memória, à natureza <u>convizinha</u>.</p>	<p>Quando <u>se exaure</u> a terra, o agregado <u>muda de sítio</u>. No lugar fica a tapera e o sapezeiro. Um ano que passe o só este atestará a sua estada ali; <u>o mais</u> se apaga como por encanto. A terra reabsorve <u>os</u> frágeis <u>materiais</u> da choça e, como nem sequer uma laranjeira <u>ele plantou</u>, nada mais lembra a passagem <u>por ali</u> do Manoel Peroba, <u>do</u> Chico Mabimbondo, <u>do</u> Jeca Tatu <u>ou</u> outros sons ignaros, de dolorosa memória <u>para</u> a natureza <u>circunvizinha</u>. (p.276)</p>
<p><u>Há uma postura adotada em quase todos os códigos municipais, prescrevendo, sob pena de multa, um aceiro de tais e tais dimensões em redor de todos os roçados destinados à queima. Como, entretanto, se não curou dos meios de lhe fiscalizar a execução, tão sabia providência dorme no cemitério da letra morta. É mister, é urgente tira-la daí completando-a de modo a extrair dela todo o benefício de que é capaz. E isso se conseguirá facilmente. Um meio prático seria atribuir aos inspetores de quarteirão a tarefa de verificar se os aceiros obedecem às condições exigidas, proibindo-se terminantemente, sob fortes penas, o deitar fogo às roças sem a prévia inspeção dessa autoridade.</u></p>	<p>Não consta.</p> <p>Não consta.</p>
<p><u>Avultado como é o número de tais inspetores, ramúsculos terminais que são da árvore da</u></p>	

<p><u>Autoridade, o serviço se organizaria facilmente, com grande eficácia, sem despesas, sem barulho, sem burocracia.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>Só das Câmaras é lícito esperar alguma coisa neste sentido. A União cuida de casos políticos, e mesmo que voltasse a atenção para este problema, viria com uma dessas máquinas pesadas, complicadas, matracolejantes, caríssimas, como a Defesa da Borracha de papeluda memória, caranguejolas que só funcionam nos relatórios e nas folhas do Tesouro.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>O Estado...</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>Só as Câmaras, só as Câmaras poderão providenciar eficazmente, só eles conhecem de perto as necessidades locais, só delas poderão sair a medida prática e simples capaz de acalmar o funestíssimo fogo de Agosto.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>A elas, pois, o brado de misericórdia da legião de prejudicados.</u></p>	<p>Não consta.</p>

Cotejo 02

Jornal: “Urupês” (23/12/1914)

Livro: “Urupês” (*Urupês*)

Jornal: “Urupês” (23/12/1914)	Livro: “Urupês” (<i>Urupês</i>)
<p><u>O balsâmico, elegante indianismo de Alencar esboroou-se pelo advento iconoclasta dos Rondons que, ao invés de fantasiarem índios dentro dum gabinete, com reminiscências de Chateaubriand na cabeça e a Iracema aberta sobre os joelhos, meteram-se a palmilhar sertões, de winchester engatilhada, para lhes devassar a ocará e a vida.</u></p>	<p><u>Esboroou-se o balsâmico indianismo de Alencar ao advento dos Rondons que, ao invés de imaginarem índios num gabinete, com reminiscências de Chateaubriand na cabeça e a Iracema aberta sobre os joelhos, metem-se a palmilhar sertões de Winchester em punho.</u> (p.277)</p>
<p>Morreu Peri — incomparável idealização dum homem natural como o sonhava João Jacques, protótipo de tantas perfeições humanas que, no romance, em concurso com nobilíssimos tipos de civilizados, a todos sobreleva em beleza de corpo e de alma. Contrapôs-lhe a cruel etnologia do sertanista um selvagem real, feio e brutesco, anguloso e covarde, traiçoeiro e ruim, tão incapaz muscularmente de arrancar uma palmeira, como incapaz moralmente de amar Ceci.</p>	<p>Morreu Peri, incomparável idealização dum homem natural como o sonhava Rousseau, protótipo de tantas perfeições humanas que no romance, ombro a ombro com altos tipos civilizados, a todos sobreleva em beleza d’alma e corpo.</p> <p>Contrapôs-lhe a cruel etnologia dos sertanistas modernos um selvagem real, feio e brutesco, anguloso e desinteressante, tão incapaz, muscularmente, de arrancar uma palmeira, como incapaz, moralmente, de amar Ceci.</p> <p>(p.277)</p>
<p>Por felicidade nossa e de D. Antonio de Mariz [...], em vez de acompanhar em perpétua adoração como o Ariel</p>	<p>Por felicidade nossa e de D. Antonio de Mariz [...], em vez de acompanhá-la em adoração pelas selvas, como o Ariel</p>

bemfazejo <u>das matas</u> do Paquequer.	bemfazejo do Paquequer. (p.277)
<p>A sedução do <u>gentil</u> romancista criou <u>volumosa</u> corrente. Todo o “clã” plunitivo deu de forjar <u>seus indiozinhos refogados</u> de Peri e Atala.</p> <p>Em sonetos, cantos e novelas, hoje esquecidos, <u>se consumiram</u> tabas inteiras de Aimorés sanhudos <u>com penas de tucanos por fora e virtudes romanas por dentro</u>. Vindo o público a bocejar de farto, já cético <u>pelo</u> dismantelo crescente do ideal, cessou no mercado literário a procura de bugres homéricos, inúbias, tacapes, borés, piagas e <u>Iracemas</u>. <u>Tais sonoras</u> armas e <u>lindos</u> heróis desandaram cabisbaixos <u>para o almoxarifado das coisas fora da moda</u> — saudoso museu de extintas pilhas elétricas que ao seu tempo galvanizaram nervos — onde acamam poeira cochichando reminiscências com a barba de D. João de Castro, <u>os mouros</u> de Herculano, <u>seus frankisker e toledanos</u>, os frades <u>austeros</u> de Garrett e <u>os brasileiros ajoenatados de Camilo</u>. Não morreu, <u>entretanto, que nada morre</u>; o indianismo <u>anda para aí a deitar copada</u>. Trocou de nome sub-repticiamente; crismou-se de caboclismo. [...]; o <u>raussísono</u> boré descaiu <u>sordidamente</u> para pio de inambu; a tanga ascendeu à <u>dignidade da</u> camisa aberta ao peito, mas o substrato psíquico <u>permaneceu o mesmo</u>: [...], todo o</p>	<p>A sedução do <u>imaginoso</u> romancista criou <u>forte</u> corrente. Todo o clã plunitivo deu de forjar <u>seu indiozinho refogado</u> de Peri e Atala. Em sonetos, contos e novelas, hoje esquecidos, <u>consumiram-se</u> tabas inteiras de aimorés sanhudos, <u>com virtudes romanas por dentro e penas de tucano por fora</u>.</p> <p>Vindo o público a bocejar de farto, já cético <u>ante</u> o crescente dismantelo do ideal, cessou no mercado literário a procura de bugures homéricos, inúbias, tacapes, borés, piagas e virgens <u>bronzeadas</u>. Armas e heróis desandaram cabisbaixos, <u>rumo ao porão onde se guardam os móveis fora de uso</u>, saudoso museus de extintas pilhas elétricas que a seu tempo galvanizaram nervos. <u>E lá</u> acamam poeira cochichando reminiscências com a barba de D. João de Castro, <u>com os frankisks de Herculanos</u>, com os frades de Garret e <u>que tais</u>.</p> <p>Não morreu, <u>todavia</u>.</p> <p><u>Evoluiu</u>.</p> <p>O indianismo <u>está de novo a deitar copa, de nome mudado</u>. Crismou-se de “caboclismo”. [...], o boré descaiu <u>lamentavelmente</u> para pio de inambu; a tanga ascendeu a camisa aberta ao peito.</p> <p>Mas o substrato psíquico não mudou: [...] todo o recheio, em suma, <u>sem faltar</u></p>

<p>recheio, em suma, dos Peris e Ubirajaras.</p>	<p><u>uma azeitona</u>, dos Peris e Ubirajaras. (p.277-278)</p>
<p>Este setembrino rebrotar duma arte <u>velha</u> ainda não se desbagoou de todos os frutos <u>que acasula</u>; terá seu “I – Iuca-Pirama”, seu “Canto do Piaga” e talvez seu “Guarani”, <u>dará ópera, quem sabe? indo ao fim dormir para o museu logo que o público bata os pés reclamando “algo-nuevo”.</u></p>	<p>Este setembrino rebrotar duma arte <u>morta</u> inda se não desbagoou de todos os frutos. Terá o seu “I Juca-Pirama”, <u>o</u> seu “Canto do Piaga” e talvez dê opera lírica. Não consta. (p.278)</p>
<p>Virão destroçar o inverno em flor da ilusão indianista os prosaicos demolidores de ídolos, <u>que sempre os haverá para desencanto eterno das meninas dadas a romances.</u> Irão, os malvados, <u>pelas serras, de ciência em punho, esgaravatar o ícone;</u> e que feios <u>se entreverão por eles</u> as caipirinhas cor de jambo de Varela, que chambões e sornos os Peris de calça, camisa e faca à cinta!</p>	<p><u>Mas, completado o ciclo,</u> virão destroçar o inverno em flor da ilusão indianista os prosaicos demolidores de ídolos – <u>gente má e sem poesia.</u> Irão os malvados <u>esgaravatar o ícone com as curetas da ciência.</u> E que feias <u>hão de entrever</u> as caipirinhas cor de jambo de Fagundes Varela! <u>E</u> que chambões e sornas os Peris de calça, camisa e faca à cinta! (p.278-279)</p>
<p><u>Muito não é que só lá para o ano dois mil dê de esgarçar a ilusão.</u></p> <p>Hoje há perigo em bulir no vespeiro: o caboclo é <u>o menino Jesus</u> nacional.</p>	<p><u>Isso, para o futuro.</u> Hoje <u>ainda</u> há perigo em bulir no vespeiro: o caboclo é o <u>“Ai Jesus!”</u> nacional. (p.279)</p>
<p><u>Note-se o orgulhoso entono com que respeitáveis figurões batem no peito exaltando comovidos: sou raça de caboclo!</u></p>	<p>Não consta.</p>

<p>Anos atrás o <u>de que se gabavam era de uma fraternidade</u> de tanga, <u>com muitas penas de tucano e dramas íntimos obrigados a flechaços de curare.</u></p>	<p>Anos atrás o <u>orgulho</u> estava numa <u>ascendência</u> de tanga, <u>inçada de penas de tucano, com dramas íntimos e flechaços de curare.</u> (p.279)</p>
<p><u>Um dia finalmente os veremos, com o orgulho emurchecido, confessar sem ambages</u> o verdadeiro avô, um dos quatrocentos de Gideão trazidos por Thomé de Souza, <u>n'um “Satélite”</u> daqueles tempos, nosso mui nobre e fecundo “Mayflower”.</p>	<p><u>Dia virá em que os veremos, murchos de prosápia,</u> confessar o verdadeiro avô: – um dos quatrocentos de Gideão trazidos por Tomé de Souza <u>num barco</u> daqueles tempos, nosso mui nobre e fecundo “Mayflower”. (p.279)</p>
<p>Porque a verdade nua, <u>despida dos mantos diáfanos da fantasia,</u> manda dizer que entre as raças e <u>sub-raças</u> de variado matiz <u>social</u> formadoras <u>do nosso povo, metida de permeio</u> entre o <u>européu transplantado, criador de artes e indústrias,</u> e o <u>selvagem de taboinhas</u> no beijo, uma existe a vegetar de cócoras, <u>insensível ao evoluir circunvolvente.</u></p> <p><u>E que nada a põe de pé.</u></p>	<p>Porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras <u>da nacionalidade e metidas</u> entre o <u>estrangeiro recente e o aborígine de tabuinha</u> no beijo, uma existe a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, <u>impenetrável ao progresso. Feia e sorna,</u> nada a põe de pé. (p.279)</p>
<p>Quando Pedro 1º lança <u>ao eco</u> o seu grito histórico, e <u>todo</u> o país <u>acorda</u> estrouvinhado à crise <u>de uma</u> mudança de dono, o caboclo <u>soergue-se,</u> espia, e <u>se acocora</u> de novo.</p> <p>Pelo 13 de Maio, <u>a um</u> florido decreto da princesa, o negro <u>famélico e cansado</u> larga <u>com um</u> uff! o cabo da enxada; o caboclo olha, coça a cabeça [...].</p>	<p>Quando Pedro I lança <u>aos ecos</u> o seu grito histórico e o país <u>desperta</u> estrouvinhado à crise <u>duma</u> mudança de dono, o caboclo <u>ergue-se,</u> espia e <u>acocora-se</u> de novo.</p> <p>Pelo 13 de Maio, <u>mal esvoaça</u> o florido decreto da Princesa <u>e</u> o negro <u>exausto</u> larga <u>num</u> uf! o cabo da enxada, o caboclo olha, coça a cabeça, [...]. (p.279-280)</p>

<p>A 15 de Novembro substitui-se um trono vitalício <u>por uma</u> cadeira quatrienal; o país <u>estremece mas o caboclo não dá pela mudança.</u></p>	<p>A 15 de Novembro <u>troca-se</u> um trono vitalício <u>pela</u> cadeira quadrienal. O país <u>bestifica-se ante o inopinado da mudança.</u> <u>O caboclo não dá pela coisa.</u> (p.280)</p>
<p>Vem Floriano [...], <u>Hermes desaba sobre</u> o país: <u>nada o esperta. É um bonzo de pau insensível,</u> a modorrar.</p>	<p>Vem Floriano [...]; <u>Incitatus derranca o</u> país. <u>O caboclo continua de cócoras, a modorrar...</u> (p.280)</p>
<p><u>Essa atitude social da raça não desatrema da posição diletta do indivíduo nos principais atos da vida.</u></p>	<p><u>Nada o esperta. Nenhuma ferroteada o põe de pé. Social, como individualmente, em todos os atos da vida, Jeca, antes de agir, acocora-se.</u> (p.280)</p>
<p><u>Assim, quando Jeca Tatu piraquara do Paraíba e maravilhoso epítome de carne onde se resumem todos os caracteres típicos da raça, vem falar ao fazendeiro a cujas terras anda aparasitado, seu primeiro movimento, após prender nos lábios um palhão de milho, [...].</u> Só então <u>destrava-se-lhe</u> a língua e a inteligência.</p>	<p>Jeca Tatu <u>é um</u> piraquara do Paraíba, maravilhoso epítome de carne onde se resumem todas <u>as características da espécie.</u> <u>Ei-lo que vem falar ao patrão. Entrou, saudou.</u> Seu primeiro movimento após prender <u>entre</u> os lábios <u>a palha</u> de milho, [...]. Só então destrava a língua e a inteligência. (p.280)</p>
<p>Não consta.</p>	<p>— <u>“Não vê que...”</u> (p.280)</p>
<p>De pé, ou <u>assentado,</u> as idéias entramam, a língua emperra e não há dizer coisa com coisa...</p>	<p>De pé ou <u>sentado</u> as idéias <u>se lhe</u> entramam, a língua emperra e não há <u>de</u> dizer coisa com coisa. (p.280)</p>
<p><u>À</u> noite, na <u>casinha</u> de palha acocora-se em frente ao fogo para “aquentá-lo”</p>	<p><u>De</u> noite, na <u>choça</u> de palha, acocora-se em frente ao fogo para “aquentá-lo”,</p>

<p>imitado da mulher e <u>filhos</u>. Para comer, negociar uma barganha, <u>tomar o</u> café, <u>assar</u> um cabo de foice, o <u>fazê-lo</u> noutra <u>atitude seria</u> desastre <u>seguro</u>.</p>	<p>imitado da mulher e <u>da prole</u>. Para comer, negociar uma barganha, <u>ingerir um</u> café, <u>tostar</u> um cabo de foice, <u>fazê-lo</u> noutra posição será desastre <u>infalível</u>. <u>Há de ser de cócoras</u>. (p.280)</p>
<p><u>E</u> nos mercados, para onde leva a quitanda domingueira, é de cócoras, <u>tal</u> um fakir de Bhramaputra, que vigia <u>o</u> <u>fexinho de palmito</u> e o <u>cacho de brejaúva</u>.</p>	<p>Nos mercados, para onde leva a quitanda domingueira, é de cócoras, <u>como</u> um faquir do Bramaputra, que vigia <u>os</u> <u>cachinhos de brejaúva</u> ou o <u>feixe de três palmitos</u>. (p.281)</p>
<p><u>O que ali costuma mercar vale todo um</u> tratado de psicologia com citações ao pé.</p>	<p>Não consta.</p>
<p>Não consta.</p>	<p><u>Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no</u> romance e feio na realidade! (p.281)</p>
<p><u>No geral só</u> <u>exibe coisas que a natureza descuidosa</u> <u>derramou pelas matas,</u> <u>custando ao homem apenas o trabalho de erguer o braço</u> e colher: <u>cocos de tuncum e jissara, guabirobas, bacuparis, maracujás, jataí, pinhão, orquídeas, cestinhas ou utensílios de madeiras macias de talhe: gamelas, pilõezinhos, colherões de mexer marmelada.</u> Nada mais. <u>O seu grande cuidado é espremer todas as conseqüências possíveis da lei do menor esforço, demonstrando assim a possibilidade de coexistirem, sob a mesma telha as finuras escolásticas de Duns Scott e o vazio cerebral de um tupiniquim.</u></p>	<p><u>Quando comparece às feiras, todo mundo logo adivinha o que ele traz: sempre coisas que a natureza derrama pelo mato e ao homem só custa o gesto de espichar a mão</u> e colher – <u>cocos de tucum ou jissara, guabirobas, bacuparis, maracujás, jataís, pinhões, orquídeas; ou artefatos de taquara-poca – peneiras, cestinhas, samburás, tipitis, pios de caçador; ou utensílios de madeira mole – gamelas, pilõezinhos, colheres de pau.</u> Nada mais. Seu grande cuidado é espremer todas as conseqüências da lei do menor esforço – <u>e nisto vai longe</u>. (p.281)</p>

<p><u>Denuncia-o, frisando as filigranas sutilíssimas de deduções engenhosas, a sua moradia, prodigioso libelo de sapé e barro que não pede meças à biboca dum bosquímano.</u></p> <p>Mobília nenhuma. A cama, uma esteira de peri sobre o chão <u>de terra batida</u>. Às vezes um banquinho de três pernas, para os hóspedes. Três pernas <u>dão</u> equilíbrio; inútil, portanto, <u>o trabalho de embutir uma quarta e nivelar o pavimento</u>. Para que assentos se <u>os votou a natureza de grossos, rachados calcanhares</u>.</p>	<p><u>Começa na morada. Sua casa de sapé e lama faz sorrir aos bichos que moram em toca e gargalhar ao João-de-Barro. Pura biboca de bosquímano. Mobília, nenhuma. A cama é uma <u>espipada</u> esteira de peri posta sobre o chão <u>batido</u>.</u></p> <p>Às vezes <u>se dá ao luxo de um banquinho de três pernas – para os hóspedes. Três pernas <u>permitem</u> equilíbrio; inútil, portanto, <u>meter a quarta, o que ainda o obrigaria a nivelar o chão</u>. Para que assentos, se <u>a natureza os dotou de sólidos, rachados calcanhares sobre os quais se assentam?</u> (p.281)</u></p>
<p>No mais umas cuias, gamelinhas, um pote esbeçado, a pichorra, a panela do feijão. Nada de armários ou baús. A roupa <u>guarda-se no corpo ou na barrela, e o mantimento nos cantinhos</u> da casa.</p>	<p>No mais, umas cuias, gamelinhas, um pote esbeçado, a pichorra <u>e a panela de feijão</u>.</p> <p>Nada de armários ou baús. A roupa <u>guarda-a no corpo. Só tem dois pares; um que traz no uso e outro na lavagem</u>.</p> <p>Os mantimentos <u>apaióla nos cantos</u> da casa. (p.282)</p>
<p><u>Para a banha, inventou um cipó preso à cumeeira tendo na extremidade um gancho sotoposto a uma rodela de lata; aí pendura o tocinho a seguro</u> de ratos e gatos.</p>	<p>Inventou um cipó preso à cumeeira, <u>de gancho na ponta e um disco de lata no alto: ali pendura o toucinho a salvo</u> de gatos e ratos. (p.282)</p>
<p>Da parede pende [...] as palmas bentas de queimar <u>pelas grandes trovoadas</u>. É só.</p>	<p>Da parede pende [...] as palmas bentas de queimar <u>durantes as fortes trovoadas</u>.</p>

<p><u>Os seus remotíssimos avós não gozaram de maiores comodidades: os seus bisnetos não meterão quarta perna ao banco. Para que? Vive-se tão bem sem ela.</u></p>	<p><u>Servem de gaveta os buracos da parede.</u> Seus remotos avós não gozaram maiores comodidades. Seus netos não meterão quarta perna ao banco. Para que? Vive-se bem sem isso. (p.282)</p>
<p><u>Se pelotas de barro caem, abrindo seteiras nas paredes, lá ficam elas para o resto da vida a entremostrarem pedaços do céu. Se a palha do teto apodrecida abre-se em fístulas, por onde escorre a água das chuvas, Jeca empurra a gamelinha para baixo da goteira.</u></p>	<p><u>Se pelotas de barro caem, abrindo seteiras na parede, Jeca não se move a repô-las. Ficam pelo resto da vida os buracos abertos, a entremostrarem nesgas de céu.</u> Quando a palha do teto, apodrecida, greta em fendas por onde pinga a chuva, Jeca, em vez de remendar a tortura, limita-se, cada vez que chove, a aparar numa gamelinha a água gotejante... (p.282)</p>
<p><u>Para que remendos se uma casa dura cinco anos e só faltam dois para a sua completa inabitabilidade? Aí, então, construirà uma nova, ao pé, cálculo este economizador de grande soma de reparos.</u></p>	<p><u>Remendo... Para quê? se uma casa dura dez anos e faltam “apenas” nove para que ele abandone aquela? Esta filosofia economiza reparos. (p.282)</u></p>
<p><u>Na mansão do Jeca a parede dos fundos, bojando um ventre empanzinado para fora, ameaça ruir; os barrotes cortados no pé pela umidade oscilam na podriqueira do baldrame. Para neutralizar o desaprumo, e prevenir as suas conseqüências, o grande cultor da lei do menor esforço após-lhe uma Nossa Senhorinha enquadrada em moldura amarela de lata “repoussée” adquirida por</u></p>	<p><u>Na mansão do Jeca a parede dos fundos bojou para fora um ventre empanzinado, ameaçando ruir; os barrotes, cortados pela umidade oscilam na podriqueira do baldrame. A fim de neutralizar o desaprumo e prevenir suas conseqüências, ele grudou na parede uma Nossa Senhora enquadrada em moldurinha amarela – santo de mascate. (p.282-283)</u></p>

<u>seis vinténs a um mascate.</u>	
— Por que não <u>conserta</u> essa parede, homem de Deus?	— “Por que não <u>remenda</u> essa parede, homem de Deus?”
<u>Jeca ri-se com superioridade.</u>	Não consta.
Não obstante, por via das dúvidas, quando <u>o ronco da trovoada atinge ao calibre de 42, ele abandona a casa e vai-se agachar</u> no oco <u>do</u> velho embiruçu do <u>terreiro</u> para se saborear — de longe — com a eficácia da escora santa.	Não obstante, “por via das dúvidas”, quando <u>ronca a trovoada Jeca abandona a toca e vai agachar-se</u> no oco <u>dum</u> velho embiruçu do <u>quintal</u> — para se saborear de longe com a eficácia da escora santa. (p.283)
Um <u>toco</u> de pau dispensaria o milagre; mas entre <u>apensar</u> o santo e tomar da foice, subir ao morro, <u>deitar abaixo a canjarana</u> , atorá-la, baldeá-la às costas, <u>especá-la</u> à parede, o sacerdote da grande lei não vacila. É coerente.	Um <u>pedaço</u> de pau dispensaria o milagre; mas entre <u>pendurar</u> o santo e tomar da foice, subir ao morro, <u>cortar a madeira</u> , atorá-la, baldeá-la às costas e <u>espear</u> a parede, o sacerdote da Grande Lei <u>do Menor Esforço</u> não vacila. É coerente. (p.283)
Um terreirinho descalvado rodeia a casa, <u>já beirando com ele o mato</u> . Nem árvores frutíferas <u>nem coisa reveladora</u> de permanência; <u>isso por força de sobrexcelentes razões</u> : porque não é sua a terra; porque se o tocarem não ficará <u>coisa</u> que a outrem aproveite; porque para frutas há o mato; porque a “criação” <u>estraga</u> ; porque...	Um terreirinho descalvado rodeia a casa. <u>O mato o beira</u> . Nem árvores frutíferas, <u>nem horta, nem flores – nada revelador</u> de permanência. Há <u>mil razões para isso</u> ; porque não é sua a terra; porque se o “tocarem” não ficará <u>nada</u> que a outrem aproveite; porque para frutas há o mato; porque a “criação” <u>come</u> ; porque... (p.283)
— Mas com um vedozinho, por ali....	— “Mas, <u>criatura</u> , com um vedozinho

A madeira está à mão, o cipó <u>abunda...</u>	por ali... A madeira está à mão, o cipó é <u>tanto...</u> ” (p.283)
Jeca interpelado olha para o morro <u>inçado</u> de mourões [...].	Jeca, interpelado, olha para o morro <u>coberto</u> de mourões [...]. (p.283)
Todo o inconsciente filosofar <u>da raça</u> grulha nessa palavra atravessada de fatalismo e modorra. Nada <u>vale</u> a pena. Nem culturas nem comodidades. <u>Todos temos de morrer. Morre o rico, morre o pobre.</u> De <u>todo</u> jeito se vive. <u>Não paga a pena, luxo.</u>	Todo o inconsciente filosofar <u>do caboclo</u> grulha nessa palavra atravessada de fatalismo e modorra. Nada <u>paga</u> a pena. Nem culturas, nem comodidades. De <u>qualquer</u> jeito se vive. (p.284)
Da terra [...]. [...]; basta arrancar uma raiz e deita-la <u>às brasas</u> ; [...]; o plantio se faz por um palmo de rama <u>enterrado no pior solo</u> ; não pede cuidados; é sem-vergonha.	Da terra [...]. [...]. Basta arrancar uma raiz e deita-la <u>nas brasas</u> . [...]. O plantio se faz com um palmo de rama <u>fincada em qualquer chão</u> . Não pede cuidados. <u>Não ataca a formiga. A mandioca</u> é sem vergonha. (p.284)
<p>Bem ponderado, a causa <u>primacial da atrofia da raça</u> reside nas benemerências sem conta <u>da “manihot utilissima”</u>. Talvez que sem ela <u>o caboclo</u> se pusesse de pé, e andasse. Enquanto dispuser de um pão cujo <u>trabalho se cifra</u> no plantar, colher e <u>enfornar</u>, não <u>dará passo</u>.</p> <p>O vigor das raças humanas está na razão <u>inversa</u> da hostilidade ambiente. <u>Se o holandês extraiu a Holanda, essa jóia do esforço</u>, de um brejo salgado, à força de <u>estacas e diques</u>, é que nada ali o</p>	<p>Bem ponderado, a causa <u>principal da lombeira do caboclo</u> reside nas benemerências sem conta da <u>mandioca</u>. Talvez que sem ela se pusesse de pé e andasse. <u>Mas</u> enquanto dispuser de um pão cujo <u>preparo</u> se resume no plantar, colher e <u>lançar sobre brasas</u>, Jeca não <u>mudará de vida</u>. O vigor das raças humanas está na razão <u>direta</u> da hostilidade ambiente. <u>Se a poder de estacas e diques o holandês extraiu de um brejo salgado a Holanda, essa jóia do</u></p>

<p>favorecia.</p> <p><u>Se anglos e saxões arrancaram das ilhas empedradas e nevoentas da Caledônia a grande Inglaterra, foi porque não medrava nos pedrouços a “manihot utilíssima”;</u> medrasse, e <u>lá veríamos, tolhiços, de pé no chão, amarelados, a mariscar</u> de peneira no Tamisa.</p> <p>Há bens que vêm para males; a mandioca ilustra, <u>que farte, o avesso</u> do provérbio.</p>	<p><u>esforço, é que ali nada o favorecia. Se a Inglaterra brotou das ilhas nevoentas da Caledônia, é que ali não medrava a mandioca. Medrasse, e talvez os víssemos hoje, os ingleses, tolhiços, de pé no chão, amarementos, mariscando</u> de peneira no Tamisa. Há bens que vem para males. A mandioca ilustra <u>este avesso</u> do provérbio. (p.284)</p>
<p>Outro <u>auxiliar precioso</u> é a cana. Dá a rapadura e para Jeca, o <u>simplificador</u> da vida, dá a <u>garapa</u>. Como não possui moenda <u>torce um rolete de cana, a pulso, sobre a caneca do café</u>, depois de macetados os nós; [...].</p>	<p>Outro <u>precioso auxiliar da calaçaria</u> é a cana. Dá rapadura, e para Jeca, <u>simplificador</u> da vida, dá garapa. Como não possui moenda, <u>torce a pulso sobre a cuia de café um rolete</u>, depois de bem macetados os nós; [...]. (p.284-285)</p>
<p>Como, porém, ao lado do restolho cresce pé de milho <u>viçoso</u>, contrasta com a cristianíssima simplicidade <u>de</u> Jeca a opulência de um vizinho, <u>seu</u> compadre, que “está muito bem”.</p> <p>A terra é sua, possui uma égua, <u>um</u> monjolo, <u>moenda</u> e uma espingarda de dois canos. [...], tendo amealhado com <u>eles</u>, voto e polvilho, para mais de <u>duzentos mil réis de prata</u> no fundo da arca.</p>	<p><u>Todavia, est modus in rebus. E assim</u> como ao lado do restolho cresce o <u>bom</u> pé de milho, contrasta com a cristianíssima simplicidade <u>do</u> Jeca a opulência de um <u>seu</u> vizinho e compadre que “está muito bem”. A terra <u>onde mora</u> é sua. Possui <u>ainda</u> uma égua, monjolo e espingarda de dois canos. [...], tendo amealhado com <u>ambos</u>, voto e polvilho, para mais de <u>quinhentos mil réis</u> no fundo da arca. (p.285)</p>
<p>Vive num corrupio de barganhas nas quais exercita uma astúcia nativa muito</p>	<p>Vive num corrupio de barganhas nas quais exercita uma astúcia nativa muito</p>

<p>irmã da de Bertoldo, <u>o pai</u>.</p> <p>A esperteza última foi a barganha de um cavalo cego <u>com</u> uma égua de passo picado; verdade é que a égua mancava das mãos, mas inda assim vali <u>seus</u> dez mil réis mais que o rossinante zanaga. <u>Essas</u> e outras celebrizaram-lhe os engrimações potreiros num raio de mil braças, grangeando-lhe a incondicional admiração de Jeca, para <u>quem, depois do vigário, homem sabedor como o compadre nem em Caçapava luz.</u></p>	<p>irmã da de Bertoldo. A esperteza última foi a barganha de um cavalo cego <u>por</u> uma égua de passo picado; verdade é que a égua mancava das mãos, mas inda assim vali dez mil réis mais <u>do</u> que o rossinante zanaga.</p> <p>Esta e outras celebrizaram-lhe os engrimações potreiros num raio de mil braças, grangeando-lhe a incondicional e <u>babosa</u> admiração de Jeca, para <u>quem, fino como o compadre, “home”... nem mesmo o vigário de Itaoca!</u> (p.285)</p>
<p>Aos domingos vai à vila <u>bombeado</u> em arco sobre a magreza ventruda da <u>alimária, levando apenso</u> à garupa um filho, <u>o potrinho ao lado</u>, no trote, e <u>atrás a mulher, de pé no chão, com a “criança” a choramingar embrulhada</u> no xale.</p>	<p>Aos domingos vai à vila <u>bifurcado</u> em arco <u>na</u> magreza ventruda da <u>Serena; leva apenso</u> à garupa um filho e <u>atrás o potrinho</u> no trote, <u>mais</u> a mulher, com a criança <u>nova enrolada</u> no xale. (p.285)</p>
<p>O <u>ato</u> mais importante da sua vida é <u>indubitavelmente</u> votar no governo.</p> <p>Tira nesse dia da arca a roupa preta de casamento sarjão furadinho de traça e <u>vincada</u> de dobras, entala <u>nos</u> pés <u>os</u> <u>botins</u> de bezerro, ata ao pescoço um colarinho de bico e, sem gravata, ringindo e mancando, vai pegar o diploma <u>à casa</u> do chefe que lh’o <u>guarda</u> para garantia da <u>sua</u> fidelidade partidária.</p>	<p>O <u>fato</u> mais importante de sua vida é <u>sem dúvida</u> votar no governo. Tira nesse dia da arca a roupa preta do casamento, sarjão furadinho de traça e <u>todo vincado</u> de dobras; entala <u>os</u> pés <u>num alentado sapatão</u> de bezerro; ata ao pescoço um colarinho de bico e, sem gravata, ringindo e mancando, vai pegar o diploma <u>de eleitor às mãos</u> do chefe <u>Coisada</u>, que lho <u>retém</u> para <u>maior</u> garantia da fidelidade partidária. (p.285-286)</p>
<p>Vota, não sabe em quem, mas vota.</p>	<p>Vota. Não sabe em quem, mas vota.</p>

<p>Esfrega a pena no livro eleitoral arabescando <u>em menos de cinco minutos</u> o aranhão de gatafunhos a que chama a sua graça. Se há tumulto chucurreia de pé firme [...] para a casa do chefe, de galão cívico na testa e o colarinho sungado para trás, a fim de <u>lhe</u> depor nas mãos <u>o título de eleitor</u>.</p>	<p>Esfrega a pena no livro eleitoral, arabescando o aranhão de gatafunhos a que chama “sua graça”.</p> <p>Se há tumulto, chucurreia de pé firme [...] a fim de <u>novamente</u> lhe depor nas mãos o “<u>dipeloma</u>”. (p.286)</p>
<p>O <u>soba</u>, grato e sorridente, galardoa-lhe a <u>calota latejante</u> com um aperto de <u>mão acompanhado</u> da promessa, para logo, duma inspetoria de quartirão.</p>	<p>Grato e sorridente, o <u>morubixaba</u> galardoa-lhe <u>o heroísmo, flagrantemente documentado pelo latejar do couro cabeludo</u>, com um aperto de <u>munheca e a</u> promessa, para logo, duma inspetoria de quartirão. (p.286)</p>
<p>Representa este o tipo clássico do sitiante já com um pé fora da classe. Exceção, díscolo que é, não vem ao caso. <u>Trata-se aqui</u> da regra e a regra é o <u>Jeca Tatu</u>.</p>	<p>Representa este <u>freguês</u> o tipo clássico do sitiante já com um pé fora da classe. Exceção, díscolo que é, não vem ao caso. <u>Aqui tratamos</u> da regra e a regra é Jeca Tatu. (p.286)</p>
<p><u>A simplificação da sua vida levada a extremos inconcebíveis reflete no moral, criando especialíssima mentalidade.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>A mobília cerebral</u>, à parte o suculento recheio de superstições, <u>rivaliza em apuro com a</u> do casebre. Banquinho de três pernas, cuias, gancho e gamelas <u>lá também residem sob</u> forma de idéias: são as noções práticas da vida <u>hauridas</u> do pai e <u>que, intactas</u>, transmitirá <u>ao filho</u>.</p>	<p><u>O mobiliário cerebral de Jeca</u>, à parte o suculento recheio de superstições, <u>vale o</u> do casebre. <u>O</u> banquinho de três <u>pés</u>, as cuias, <u>o gancho de toucinho</u>, as gamelas, <u>tudo se reedita dentro de seus miolos sob a</u> forma de idéias: são as noções práticas da vida, <u>que recebeu</u> do pai e <u>sem mudança</u></p>

	transmitirá <u>aos filhos</u> . (p.286)
<u>Patriotismo</u> é sentimento desconhecido, <u>ignorante como é de tudo quanto concerne ao país</u> . Na escuridão <u>moral não bruxoleia sequer a idéia de pátria</u> . Sabe que o mundo é grande, que há sempre <u>terra</u> para diante, que muito longe está a Corte com os graúdos e mais distante ainda a Bahia, donde <u>chegam</u> baianos pernósticos e cocos.	<u>O sentimento de pátria</u> <u>lhe</u> é desconhecido. <u>Não tem sequer a noção do país em que vive</u> . Sabe que o mundo é grande, que já sempre <u>terras</u> para diante, que muito longe está a Corte com os graúdos e mais distante ainda a Bahia, donde <u>vem</u> baianos pernósticos e cocos. (p.286-287)
Perguntem a Jeca quem é o presidente da República.	Perguntem <u>ao</u> Jeca quem é o presidente da República. (p.287)
Em matéria de civismo não sobe ponto, <u>antes desce</u> .	Em matéria de civismo não sobe <u>de</u> ponto, antes desce. (p.287)
— <u>Havendo uma guerra vai você defender o país?</u>	Não consta.
— Guerra? Tesconjuro! [...]. Eu para escapar de “reclutamento” sou capaz de cortar <u>o</u> dedo como o meu tio <u>Pedro</u> .	— “Guerra? Tesconjuro! [...]. Eu, para escapar de “reclutamento”, sou <u>inté</u> capaz de cortar <u>um</u> dedo, como o meu tio <u>Lourenço</u> ... (p.287)
Guerra, defesa nacional, <u>noção</u> administrativa, tudo quanto <u>transpira</u> a governo <u>para</u> o caboclo se resume nessa palavra apavorante, o “reclutamento”. Quando, em <u>começos</u> da Presidência <u>Inefável</u> , andou na baila um recenseamento esquecido a Offenbach, o	Guerra, defesa nacional, <u>ação</u> administrativa, tudo quanto cheira a governo <u>resume-se</u> para o caboclo numa palavra apavorante – “reclutamento”. Quando em <u>princípios</u> da Presidência <u>Hermes</u> andou na baila um recenseamento esquecido a Offenbach, o caboclo tremeu

<p>caboclo tremeu e entrou a casar em <u>chusma</u>. Aquilo <u>devia</u> ser “reclutamento”, <u>pela certa</u> e os casados, <u>era voz pública</u>, escapavam à redada.</p>	<p>e entrou a casar em <u>massa</u>. Aquilo “<u>haverá de ser reclutamento</u>”, e os casados, <u>na voz corrente</u>, escapavam à redada. (p.287)</p>
<p>A sua medicina <u>bota</u> com o civismo e a mobília em qualidade. Quantitativamente assombra. Da noite mental <u>pirilampejam</u> apozemas, [...].</p> <p>Compendia-os um Chernoviz não escrito, monumento de galhofa onde não há rir, <u>pois que</u> a rede na qual dois homens <u>apressados</u> levam <u>para o cemitério</u> as vítimas de <u>tal farmacopéia</u> é <u>sem dúvida</u> o espetáculo mais triste da roça.</p>	<p>A sua medicina <u>corre parselhas</u> com o civismo e a mobília – em qualidade. Quantitativamente, assombra. Da noite cerebral <u>pirilampejam-lhe</u> apozemas, [...].</p> <p>Compendia-os um Chernoviz não escrito, monumento de galhofa onde não há rir, <u>lúgubre como é o epílogo</u>. A rede na qual dois homens levam <u>à cova</u> as vítimas de <u>semelhante</u> farmacopéia é o espetáculo mais triste da roça. (p.287-288)</p>
<p><u>E aplica-os</u> o “curador”, um Eusébio Macário de pé no chão e cérebro trancado como moita de taquaruçuu. O veículo usual <u>da droga curativa</u> é sempre a <u>cachaça</u>, meio honesto de render homenagem à deusa Pinga, <u>patrona da raça</u> e <u>companheira da mandioca no esfiapá-la fibra por fibra, célula por célula</u>.</p>	<p><u>Quem aplica as mezinhas</u> é o “curador”, um Eusébio Macário de pé no chão e cérebro trancado como moita de taquaruçu. O veículo usual <u>das drogas</u> é sempre a <u>pinga</u> – meio honesto de render homenagem à deusa <u>Cachaça, divindade que entre eles ainda não encontrou heréticos</u>. (p.288)</p>
<p>Para <u>bronquites</u> é um porrete cuspir o doente na boca de um peixe vivo e soltá-lo: o mal <u>vai-se</u> com <u>ele</u> água abaixo. Para “quebranto dos ossos” já não é tão simples a medicação. Tomam-se três contas de rosário <u>de capiá</u>, três <u>brotos</u> de alecrim, três de lima de bico, três folhas de palma benta, três <u>galinhos</u> de arruda, três ovos</p>	<p>Para <u>bronquite</u>, é um porrete cuspir o doente na boca de um peixe vivo e soltá-lo: o mal <u>se vai</u> com <u>o peixe</u> água abaixo...</p> <p>Para “quebranto de ossos”, já não é tão simples a medicação. Tomam-se três contas de rosário, três <u>galhos</u> de alecrim, três limas de bico, três iscas de palma benta, três <u>raminhos</u> de arruda, três ovos</p>

<p>de pata preta “com a <u>casca</u>” (sem <u>ela</u> desanda) e um saquinho de picumã; <u>meta-se</u> tudo numa gamela d’água e banhe-se o doente fazendo-o tragar <u>preliminarmente</u> três goles de zurrapa. É infalível. O específico da brotoeja consiste em cozimento de beicho de pote, para lavagens, (<u>razão de só se encontrarem na roça potes esbeçados</u>). Ainda há <u>ai</u> um pormenor de monta: é <u>mister</u> que antes <u>de usar o banho</u> a mãe do doente molhe <u>nele</u> a ponta <u>da</u> sua trança. As brotoejas saram como <u>de</u> encanto.</p>	<p>de pata preta (com <u>casca</u>; sem <u>casca</u> desanda) e um saquinho de picumã; <u>mete-se</u> tudo numa gamela d’água e banha-se <u>naquilo</u> o doente, fazendo-o tragar três goles da zurrapa. É infalível!</p> <p>O específico da brotoeja consiste em cozimento de beicho de pote para lavagens. Ainda há <u>aqui</u> um pormenor de monta; é <u>preciso</u> que antes <u>do banho</u> a mãe do doente molhe <u>na água</u> a ponta <u>de</u> sua trança. As brotoejas saram como <u>por</u> encanto. (p.288)</p>
<p>Não consta.</p>	<p><u>Para dor de peito</u> que “<u>responde na cacunda</u>”, <u>cataplasma de “jasmim de cachorro</u>” é um porrete. (p.288)</p>
<p>Além desta alopátia para a qual contribui tudo <u>quanto existe na natureza</u>, <u>do mais repugnante ao mais inócuo</u>, há a medicação simpática, baseada na influência misteriosa de objetos, <u>números ou atos</u> sobre o corpo humano.</p>	<p>Além desta alopátia para a qual contribui tudo <u>de mais repugnante e inócuo existe na natureza</u>, há a medicação simpática, baseada na influência misteriosa de objetos, <u>palavras e atos</u> sobre o corpo humano. (p.288)</p>
<p><u>Aqui os deixa Eusébio Macário para tomar a batuta um mal achavascado Raymundo de Lulle.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p>O ritual bizantino dentro de cujas maranhas <u>vem ao mundo os produtos de Jeca</u>, e <u>dos quais</u> não há fugir sob pena de gravíssimas conseqüências futuras, daria</p>	<p>O ritual bizantino dentro de cujas maranhas <u>os filhos do Jeca vem ao mundo</u>, e <u>do qual</u> não há fugir sob pena de gravíssimas conseqüências futuras, daria</p>

<p>um in-fólio de alto fôlego ao Silvio Romero bastante operoso que se <u>metesse a consolidá-lo</u>.</p>	<p>um in-fólio d'alto fôlego ao Silvio Romero bastante operoso que se <u>propusesse a compendiá-lo</u>. (p.289)</p>
<p>Num parto difícil nada eficaz como engolir três caroços de feijão <u>preto, ao mesmo tempo que veste a parturiente a camisa do marido e põe na cabeça o seu chapéu, ambos pelo avesso — e aqui está todo o segredo</u>. Falhando <u>a simpatia avessa</u> há <u>ainda</u> um derradeiro recurso: colar <u>ao</u> ventre a imagem de S. Benedito.</p>	<p>Num parto difícil nada <u>tão</u> eficaz como engolir três caroços de feijão <u>mouro, de passo que a parturiente veste pelo avesso a camisa do marido e põe na cabeça, também pelo avesso, o seu chapéu</u>. Falhando <u>esta</u> simpatia, há um derradeiro recurso: colar <u>no</u> ventre encruado a imagem de S. Benedito. (p.289)</p>
<p>Nesses momentos outra mulher não penetre no <u>quarto sem se defumar</u> ao fogo, <u>o que eles fazem com imponente gravidade, relembrando aquela tia de Fradique Mendes quando arrufava as saias para pedir ovos no hotel</u>: nem traga na mão caça ou peixe: a criança morreria pagã.</p> <p>A omissão de qualquer destes preceitos, <u>por mais insignificante que pareça</u>, fará chover mil desgraças <u>sobre a</u> cabeça do chorincas recém-nascido.</p>	<p>Nesses momentos <u>angustiosos</u> outra mulher não penetre no <u>recinto sem primeiro defumar-se</u> ao fogo, nem traga na mão caça ou peixe: a criança morreria pagã. A omissão...</p> <p>...pagã. A omissão de qualquer destes preceitos fará chover mil desgraças <u>na</u> cabeça do chorincas recém-nascido. (p.289)</p>
<p>A posse de certos objetos confere <u>poderes</u> sobrenaturais. Invulnerabilidade às facadas ou cargas de chumbo é obtida graças à flor de samambaia.</p>	<p>A posse de certos objetos confere <u>dotes</u> sobrenaturais. <u>A</u> invulnerabilidade às facadas ou cargas de chumbo é obtida graças à flor da samambaia. (p.289)</p>
<p><u>Este mato</u>, conta Jeca, só floresce uma vez por ano e só produz <u>uma flor em cada</u></p>	<p><u>Esta planta</u>, conta Jeca, só floresce uma vez por ano, e só produz <u>em cada</u></p>

<p><u>samambaial</u>.</p> <p><u>Isso no dia de S. Bartolomeu à meia noite</u>. É mister ser muito esperto para <u>a colher</u> porque <u>o diabo também</u> anda à cata. Quem consegue <u>deitar-lhe a mão</u> ouve um <u>grande</u> estouro, tonteia ao cheiro de enxofre, mas livra-se de faca e chumbo <u>para o resto da vida</u>.</p>	<p><u>samambaial uma flor</u>. Isto à meia noite, no <u>dia de S. Bartolomeu</u>. É preciso ser muito esperto para <u>colhê-la</u>, porque <u>também o diabo</u> anda à cata. Quem consegue <u>pegar uma</u>, ouve <u>logo</u> um estouro e tonteia ao cheiro de enxofre – mas livra-se de faca e chumbo <u>pelo resto da vida</u>. (p.289)</p>
<p>Todos os volumes do Larousse não bastariam para <u>catalogar suas</u> crendices, e como não há linhas divisórias entre <u>esta epilepsia imaginativa</u> e a religião confundem-se ambas em <u>terrível anastomose</u>.</p> <p><u>Não há saber onde uma pára e outra começa</u>. A idéia de Deus e dos santos torna-se <u>caboclocêntrica</u>; são eles os <u>grandes</u> lá de cima, debruçados no <u>céu</u> a espreitar-lhes a <u>vida</u>, a <u>intervir nela</u>, a <u>ajudar ou castigar</u>. <u>Tal qual</u> os metediços deuses de Homero.</p> <p>Uma torcedura do pé, um estrepe, o feijão entornado, o pote que <u>quebrou</u>, <u>um bicho arruinado</u>, tudo <u>são</u> diabruras da corte celeste para <u>castigar</u> más intenções ou atos. Daí o fatalismo.</p> <p>Se tudo <u>é movido pelos cordéis</u> lá de cima para que lutar, <u>querer</u>? Deus <u>quer</u>! A maior catástrofe é recebida <u>resignadamente</u> com esta exclamação <u>parente muito chegada</u> do “Allah Kébir” de <u>beduínos</u>.</p>	<p>Todos os volumes do Larousse não bastariam para <u>catalogar-lhe as</u> crendices, e como não há linhas divisórias entre <u>estas</u> e a religião, confundem-se ambas em <u>emaranhada teia, não havendo distinguir onde para uma e começa outra</u>.</p> <p>A idéia de Deus e dos santos torna-se <u>jeco-cêntrica</u>. São os santos os <u>graúdos</u> lá de cima, <u>os coronéis celestes</u>, debruçados no <u>azul</u> para espreitar-lhes a <u>vidinha</u> e <u>intervir nela</u> <u>ajudando-os ou castigando-os</u>, <u>como</u> os metediços deuses de Homero. Uma torcedura de pé, um estrepe, o feijão entornado, o pote que <u>rachou</u>, o bicho que <u>arruinou</u> – tudo diabruras da corte celeste, para <u>castigo</u> de más intenções ou atos.</p> <p>Daí o fatalismo. Se tudo <u>movem cordéis</u> lá de cima, para que lutar, <u>reagir</u>? Deus <u>quis</u>. A maior catástrofe é recebida com esta exclamação, <u>muito parenta</u> do “Allah Kébir” do <u>beduíno</u>. (p.289-290)</p>

<p><u>Resta a arte. Salvam-se nela?</u></p>	<p><u>E na arte?</u> <u>Nada.</u> (p.290)</p>
<p>A arte rústica do campônio europeu é <u>rica</u> a ponto de constituir <u>esplêndida</u> fonte de sugestões <u>ao artista de valor</u>.</p> <p>Não consta.</p> <p>Já não se fala <u>ao</u> camponês italiano, <u>francês</u> ou <u>teutônico</u>; <u>a terra é lá</u> <u>alfobre humano propício</u> a todas as florações estéticas, mas <u>do</u> russo, o hirsuto nugik a meio <u>corpo</u> atolado <u>ainda</u> em <u>crassa barbaria</u>.</p> <p>Os vestuários nacionais da Ucrânia, nos quais a cor viva e o <u>excessivo do ornato mostram</u> a ingenuidade <u>dos primitivos às isbas de madeira</u> da Lituânia, sua cerâmica, os bordados, os móveis, os utensílios <u>domésticos, revelam</u> no mais rude dos campônios <u>européus</u> o sentimento <u>da arte embelezadora da vida</u>. No Samoyeda, no <u>pele-vermelha</u>, no abexim, no papua, um arabesco ingênuo costuma ornar as armas como <u>ornam</u> a vida canções repassadas de ritmos sugestivos.</p>	<p>A arte rústica do campônio europeu é <u>opulenta</u> a ponto de constituir <u>preciosa</u> fonte de sugestões <u>para os</u> artistas de escol.</p> <p>... escol. <u>Em nenhum país o povo vive sem a ela recorrer para um ingênuo embelezamento da vida</u>. Já não se fala...</p> <p>... da vida. Já não se fala <u>no</u> camponês italiano ou teutônico, <u>filho de alfobres mimosos</u>, propícios a todas as florações estéticas. Mas <u>o</u> russo, o hirsuto mujique a meio atolado em <u>barbárie crassa</u>. Os vestuários nacionais da Ucrânia nos quais a cor viva e o <u>sarapantado da ornamentação indicam</u> a ingenuidade <u>do primitivo, os isbas</u> da Lituânia, sua cerâmica, os bordados, os móveis, os utensílios <u>de cozinha, tudo revela</u> no mais rude dos campônios o sentimento <u>de arte</u>.</p> <p>No samoieda, no <u>pele-vermelha</u>, no abexim, no papua, um arabesco ingênuo costuma ornar-lhes as armas – como <u>lhes</u> ornam a vida canções repassadas de ritmos sugestivos. (p.290-291)</p>
<p>Que nada é isso, <u>pois</u> o homem pré-</p>	<p>Que nada é isso, <u>sabido como já</u> o</p>

<p>histórico, companheiro do urso das cavernas, <u>já burilava a canivete</u>, perfis de mamutes <u>no</u> chifre <u>das</u> renas.</p>	<p>homem pré-histórico, companheiro do urso das cavernas, <u>entalhava</u> perfis de mamutes <u>em</u> chifres <u>de</u> rena. (p.291)</p>
<p><u>Fugindo</u> à regra <u>Jeca</u> não denuncia <u>traço remoto dum</u> sentimento nascido com o troglodita. <u>Esmerilhe-se</u> o casebre: <u>nada</u> ali denota existência do mais <u>remoto</u> <u>vestígio</u> desse sentimento. Às vezes...</p> <p>Não consta.</p>	<p><u>Egresso</u> à regra, não denuncia <u>o nosso caboclo o mais remoto traço de um</u> sentimento nascido com o troglodita.</p> <p><u>Esmerilhemos</u> o <u>seu</u> casebre: <u>que é que</u> ali denota a existência do mais <u>vago senso</u> estético?Uma chumbada...</p> <p>...estético? <u>Uma chumbada no cabo do relho e uns ziguezagues a canivete ou fogo pelo roliço do porretinho de guatambu. É tudo.</u> (p.291)</p>
<p>Dirão: e a modinha brasileira? A modinha como as demais manifestações de arte popular é obra <u>exclusiva</u> do mulato, <u>no qual borbulha o sangue europeu</u>, rico de atavismos estéticos, <u>sobre a imprimadura</u> selvagem, alegre e <u>sã</u> do negro. O caboclo é soturno; não canta senão <u>rezas lúgubres</u>; não dança senão o <u>batuque monótono</u>, não esculpi o cabo <u>das facas</u> como o kabila, não compõe <u>suas canções</u> como o felá <u>no Nilo</u>. Triste como <u>o curiango</u>, nem sequer assobia.</p>	<p>Dirão: e a modinha?</p> <p>A modinha, como as demais manifestações de arte popular <u>existentes no país</u>, é obra do mulato, <u>em cujas veias</u> o sangue <u>recente do europeu</u>, rico de atavismos estéticos, <u>borbulha d'envolta com o sangue</u> selvagem, alegre e <u>são</u> do negro.</p> <p>O caboclo é soturno.</p> <p>Não canta senão rezas lúgubres.</p> <p>Não dança senão o <u>cateretê aladainhado</u>.</p> <p>Não esculpi o cabo <u>da faca</u> como o cabila.</p> <p>Não compõe <u>sua canção</u> como o felá <u>do Egito</u>.</p>

<p>No meio da natureza brasileira tão rica de formas e cores, onde <u>a floração de um ipê – chuva de ouro parada no ar – derrama</u> feitiços no ambiente, <u>onde</u> a eflorescência dos cedros <u>pelas</u> primeiras <u>águas</u> de Setembro, abre a dança dos tangarás, onde há abelhas de sol, esmeraldas vivas, cigarras, sabiás, luz, cor, perfume, <u>céu</u>, vida dionísica <u>num</u> escachô permanente, o caboclo é o sombrio urupê do pau podre a <u>hibernar nos recessos humildes da mata.</u></p>	<p>No meio da natureza brasileira, tão rica de formas e cores, onde <u>os ipês floridos derramam</u> feitiços no ambiente <u>e</u> a eflorescência dos cedros, <u>às</u> primeiras <u>chuvas</u> de setembro, abre a dança dos tangarás; onde há abelhas de sol, esmeraldas vivas, cigarras, sabiás, luz, cor perfume, vida dionísica <u>em</u> escachô permanente, o caboclo é o sombrio urupê de pau podre a <u>modorrar silencioso no recesso das grutas.</u> (p.291-292)</p>
---	--

Cotejo 03

Jornal: “A caricatura no Brasil – I” (27/01/1915) e “A caricatura no Brasil – II” (28/01/1915)

Livro: “A caricatura no Brasil” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Jornal: “A caricatura no Brasil – I” (27/01/1915)	Livro: “A caricatura no Brasil” (<i>Idéias de Jeca Tatu</i>)
<p>Anda para cinco meses que abrir um jornal vale tanto como <u>estripar um cevado</u>, tal o bafio de sangue <u>escapo</u> dos telegramas, das crônicas, <u>das gravuras e até desse tanque de lavar roupa que é a seção livre</u>. Isso, afinal, engulha. <u>E convida a passeios por veredas mais afastadas do saladeiro</u>; onde os pés não <u>atolam</u> em poças de sangue nem <u>os olhos repastem</u> na rês humana <u>destroçada</u> a estilhaços de obus.</p>	<p>Anda para cinco meses que abrir um jornal vale tanto como <u>abrir um porco de ceva</u>, tal o bafio de sangue <u>que escapa</u> dos telegramas, das crônicas, <u>de tudo</u>. Ora, isto afinal engulha, <u>e sugere</u> passeios por veredas <u>afastadas do matadouro</u>, onde os pés não <u>chapinhem</u> em lama de sangue nem <u>se repastem os nossos olhos</u> na rês humana <u>carneada</u> a estilhaços de obus. (p.03)</p>
<p>Diga-se, <u>como aqui</u>, da caricatura, maldade velha que nasceu quando o animal que ri farejou <u>ao repuxar</u> dos músculos faciais os elementos <u>de uma nova arte de matar às claras</u> – matar moralmente, já se vê. E nasceu na Grécia para veículo de um alcalóide <u>quinta-essenciado de engenhosas perversidades, muito relembrativo de ferrões de cassununga rebuçados em açúcar</u>: a “<u>eironeía</u>”, do que foi Sócrates <u>confeiteiro conspícuo quando empreendeu confundir a turba empavonada dos sofistas</u>. Nada <u>mais</u></p>	<p>Diga-se, <u>por exemplo</u>, da caricatura, maldade velha que nasceu quando o animal que ri farejou <u>no repuxo</u> dos músculos faciais <u>um meio</u> de matar às claras – matar moralmente, já se vê. E <u>que nasceu na Grécia para veículo dum sutil alcalóide de nome “eironeida”, do qual foi Sócrates um hábil manipulador</u>. <u>E desde então nada se forrou a esse veneno</u> – nem homens, nem deuses, nem cavalos. O que sucedeu a Pégaso <u>deve ser dito</u> a todas as alimárias de quatro pés ou dois, para <u>lembrete</u> da inabilidade das prosápias</p>

desde aí, se forrou nunca ao queimar dos venenosos ferrões, nem homens, nem pró-homens, nem deuses, nem instituições, nem... cavalos. O que sucedeu ao escolcinhativo Pégaso merece ser contado a todas as alimária, aladas ou não, de quatro pés ou dois, para momento da inanidade das prosápias cavalares. Não lhe prestou ser um Moisés hípico abridor de fontes a coices, nem honra-lo Apolo com os divinos fundilhos, no dia afogueado em que de visita a Baco, cuja adega bojava das melhores vinhaças e mais nectarinos Taphos do Olimpo, cavalgou-o em pêlo, com as nove musas arrumadas em teoria na garupa. Nem a honraria de tirar o carro da Aurora.

Caricaturaram-no irreverentes atenienses num asno de lombo enfeitado com as falripas de duas asas de ganso grudadas a ceroto; um Belorofonte manco, amarrotado de um tombo recente, puxava-o pelo cabresto... Jove franziu os sobrolhos c'ó a brincadeira e esbrugando o magnífico poldro em mil bocados com eles estrelejou o céu, no espaço compreendido entre a constelação da Ânfora e a dos Peixes. Mas o seu, dele Pégaso, avatar asinino cá ficou na terra, murcho de orelhas, atido à prebenda de levar ao Parnaso, no trote, a meia humanidade que ali pelas cercanias dos 16 anos quebra pés a versos e corre a

cavalinas.

Não valeu a Pégaso ser um Moisés hípico, abridor de fontes a coices; nem lhe valeu honra-lo Apolo com os seus divinos fundilhos, no dia em que de visita a Baco o encavalgou em pêlo, com as nove musas à garupa. Nem lhe valeu a gloria de puxar o carro da Aurora. Irreverentes homens de Atenas caricaturaram-no de asno enfeitado com asas de ganso, a tropicar pelo cabresto de um Belerofonte manco e amarrotado de um tombo recente.

Zeus, lá do Olimpo, não gostou da brincadeira e esbrugou o cavalo magnífico em mil pedaços, estrelejando com eles o céu na zona compreendida entre a constelação de Hercules e a dos Peixes. Mas o seu avatar asinino cá ficou na terra, murcho de orelhas, atido à prebenda de levar ao Parnaso, no trote, os meninos que ali pelos 18 anos quebram pés a versos e correm a chorar sonetos no colo da boa Polínia todas as vezes que brigam com a namorada. (p.03-04)

<p><u>choramingar</u> sonetos no colo da boa e <u>santa</u> Polínia todas as vezes que <u>lhe embezerra</u> a namorada.</p>	
<p>Depois de Pégaso, Júpiter. Um discípulo de Apeles <u>o encafuou em</u> tela humorística de <u>grossa</u> voga: “<u>Jove desentranhando-se de Baco</u>”. De mitra <u>na</u> cabeça o deus esquece a serenidade <u>olímpica</u> e berra como <u>relíssima</u> ilota da Lacônia, <u>descompassadamente</u>, pondo em dobadura as deusas ali reunidas, com paninhos <u>e</u> bacias e <u>a</u> mais farragem obstetrícia.</p>	<p>Depois de Pégaso, Júpiter. Um discípulo de Apeles <u>pintou uma</u> tela humorística de <u>grande</u> voga: “<u>Júpiter parindo Baco</u>”. De mitra <u>à</u> cabeça o deus <u>dos deuses</u> esquece a serenidade e berra como <u>descompassado</u> ilota da Lacônia, pondo em dobadura as deusas ali reunidas com paninhos, bacias e mais farragem obstetrícia. (p.04)</p>
<p>De Jove para cá, <u>até ao kaiser, nada nem</u> ninguém <u>se saboreou</u> de imunidades. Descerre, quem for curioso, <u>uma porta</u> da história e espie <u>para</u> dentro das épocas – das oxigenadas, como <u>o Renascimento</u>, às pestíferas, como <u>na tumba saniosa do ano mil</u> – e lá <u>lhe ouvirá o riso escarnicador, num eterno latir</u> contra as prepotências <u>quando não no morder os calcanhares ao</u> farisaísmo de mil <u>e dez caras</u>.</p>	<p><u>E</u> de Jove para cá ninguém <u>mais teve</u> imunidades. Descerre quem for curioso <u>as cortinas</u> da História e espie dentro das Épocas – das oxigenadas como <u>a Renascença</u> às pestíferas como <u>aquele sanioso Ano Mil de lúgubre memória</u> – e lá <u>verá a Caricatura latindo</u> contra <u>todas</u> as prepotências <u>do</u> farisaísmo de mil caras. (p.04)</p>
<p>Lá verá, na Alemanha, <u>acurvado na</u> prancha, Holbein, saracoteando esqueletos <u>na</u> Dança Macabra; mais adiante, na Flandres, Ostade, Dow, Teniers e tantos bonachões flamengos, a pintar mazelas sociais com um chiste mais <u>dosado em</u> <u>untos do que em fel</u>. <u>Em</u> França a</p>	<p>Lá verá, na Alemanha, <u>Holbein, curvo</u> sobre a prancha de desenho, a saracotear <u>os esqueletos da Dança Macabra</u> – <u>meio de</u> <u>provar aos papas e reis que eles também morriam</u>. Mais adiante, na Flandres, <u>verá</u> Ostade, Dow, Teniers e tantos <u>outros</u> bonachões flamengos <u>ocupados em</u> pintar</p>

<p>caricatura <u>se publicava sobretudo</u> na pedra das catedrais. <u>Houve um Saldanha Marinho</u> da época, <u>Pedro Cugnieres</u>, que <u>por incorrer no ódio teológico se viu desfigurado em pedra e metido em mau canto numa catedral</u>; os coroinhas <u>apagavam os círios de encontro à sua bochecha</u> a qual, no correr do tempo, <u>se transformou em informe pelota de cera pigmentada de morrões</u>.</p> <p>Além Mancha, Hogarth satirizava as coisas inglesas em <u>águas-fortes embrechadas de confusas tenções, intenções e sub-intenções, reveladoras de um talento de marcheteiro charadista</u>.</p>	<p>mazelas sociais com um chiste mais <u>gordo que ferino</u>. Na França a caricatura <u>publicava-se</u> na pedra das catedrais. Além Mancha, Hogarth satirizava as coisas inglesas em <u>águas-frescas</u> cheias de confusas intenções e sub-intenções. (p.04-05)</p>
<p>Os veículos da época, <u>folha volante</u>, quadros, pedras <u>da catedral é que tolhiam</u> o fôlego à sua <u>ânsia de rir e ferrotear pelo desenho</u>. <u>Faltavam-lhe asas</u>, à motuca verde dos sutis venenos.</p> <p>Deu-lh'as um dia, <u>em Strasburgo</u>, certo <u>sujeito emigrado de Mayença</u>, <u>homem esquisitão, muito metido consigo e sempre ocupado em escarvar pauzinhos</u>. <u>Pelas artes de tal mago se viu a caricatura sagrada</u> como a quarta arma de guerra do pensamento humano. E <u>desde então</u> nunca mais correu calmo o sono dos reis, ministros, Falstaffs, Gerontes, Lovelaces, Ferrabrazes, Bertholdos e Brummeis; <u>nem do conselheiro Acácio, o enxundioso, filho da Carta Portuguesa c'ó Manual</u></p>	<p>Os lerdos veículos da época – “<u>folhas volantes</u>”, quadros, pedras <u>de catedral</u> – <u>muito coarctavam a humana ânsia de rir e ferrotear por meio</u> do desenho. À motuca <u>da Caricatura estavam faltando asas</u>. Deu-lhas um dia <u>Gutemberg</u>. <u>Desde então viu-se a Caricatura sagrada a quarta arma de guerra do pensamentos humano</u> – e nunca mais correu calmo o sono dos reis, <u>dos ministros, dos Falstaffs, dos Gerontes, dos Lovelaces, dos Ferrabrazes, dos Bertholdos, dos Brummeis e do nosso velho amigão, o conselheiro Acácio</u>. (p.05)</p>

<p><u>Enciclopédico, e qual, conselheiro, desovou-se aquém Atlântico, na suculenta prole que cá vige, viça, pode, põe, manda – e arrota.</u></p>	
<p>A árvore cresceu, <u>esgalhou-se</u> pelo mundo inundando-o de folhas periódicas. Entre estas <u>prima</u> o “Charivari” onde <u>os ferrões</u> eram Daumier, Phillipon, Grandville, Travies, servidos no texto por um <u>cozinheiro</u> de polpa, Balzac.</p> <p>Gavarni também <u>pousou nele</u>, na fase mais vibrátil <u>do</u> seu gênio amigo de perambular pelos bastidores da alma humana <u>para escorçar num relâmpago o pensamento que a palavra esconde.</u></p>	<p><u>E</u> a árvore cresceu <u>e engalhou-se</u> pelo mundo, inundando-o de folhas periódicas. Entre estas <u>primou na França</u> o <i>Charivari</i>, onde <u>as vespas</u> eram <u>o grande</u> Daumier, Phillipon, Grandville e Traviés, servidos no texto por um <u>mestre</u> de polpa, Balzac. Gavarni também <u>aparece ali</u> na fase mais vibrátil <u>de</u> seu gênio amigo de perambular pelos bastidores da alma. (p.05)</p>
<p>Ocupava o trono ainda quente de Napoleão, <u>apesar das nádegas do Carlos que o esfrolou</u>, um rei eclético sobre cuja coroa o parlamento enterrara uma cartola <u>de feltro.</u></p> <p>O formato da cara <u>gordanchuda</u> de Luiz Philippe <u>matou-o, e à sua</u> dinastia, e ao <u>seu</u> ecletismo. <u>Semelhava</u> uma pêra. <u>A pomicultura francesa contava em seus pomares cento e quarenta variedade dessa fruta; com a do rei enumerou cento e quarenta e uma.</u></p> <p>Quem deu pela semelhança foi Phillipon, e logo o “Charivari” abriu campanha. De <u>mil artes</u> ajeitava no desenho as <u>bochechas reais</u> como o bojo</p>	<p><u>Por essa época</u> ocupava o trono <u>de</u> França, ainda quente <u>das nádegas de</u> Napoleão, um rei eclético, sobre cuja coroa o Parlamento enterrara uma cartola. O formato da cara <u>gorda</u> de Luiz Philippe <u>fez-lhe muito mal, a ele,</u> à dinastia e ao ecletismo. <u>Lembrava</u> uma pêra. Quem deu pela semelhança foi Phillipon e logo o <i>Charivari</i> abriu campanha. De <u>cem modos</u> <u>o caricaturista</u> ajeitava no desenho as <u>reais bochechas</u> como o bojo da pêra e o resto da cara como o pescoço. A semelhança <u>revelava-se</u> estupenda. Era <u>pêra e era rei.</u> (p.05)</p>

<p>da <u>fruta</u> o resto da cara como o pescoço e o <u>topete como o engajo</u>. A semelhança <u>era</u> estupenda. Era <u>o rei e era pêra</u>.</p>	
<p><u>O que não riu a França da disparatada aproximação! O rei abespinhou. E os tribunais chamaram a contas o pericultor do “Charivari”, instruindo o libelo com quanta pêra sediciosa <u>foi possível colher</u> com estilo ou assinatura de Phillipon. <u>Este se defendeu</u> com socrática ironia apresentando aos juizes uma demonstração gráfica <u>de como, partindo do</u> retrato do rei, <u>por meio de</u> uma serie de desenhos intermediários, <u>cada qual muito semelhante ao precedente, se chegava a</u> uma rica pêra “belle-angevine”, - do que a natureza, não ele, tinha culpa. A carranca do tribunal <u>demudou em risos! Prodimo!</u></u></p> <p>Se ria Temis salvo estava Phillipon e condenado “Philip-poire”. <u>Não obstante, para consolo do rei, arrumaram com uma penazinha pelas costas do caricaturista.</u></p> <p>Foi pior.</p> <p>Recresceu <u>de viço a caricatura</u> periforme; o “Charivari” publicando a sentença condenatória dispô-la tipograficamente em forma de pêra, <u>a jeito de a própria sentença virar caricatura real.</u></p> <p>O público <u>babou em risos</u>. Daumier por seu lado prosseguiu na “scie”; <u>é dele, creio, uma paisagem de vacas em pastorejo</u> todas de costas <u>voltadas ao</u></p>	<p><u>Luiz Felipe não gostou. O Charivari foi chamado aos tribunais, onde o libelo apareceu instruído de quanta pêra sediciosa as autoridades puderam reunir com estilo ou assinatura de Phillipon.</u></p> <p><u>O desenhista defendeu-se com socrática ironia, apresentando aos juizes uma demonstração gráfica na qual, partindo-se do retrato do rei e prosseguindo por uma série de desenhos intermediários, chegava-se a uma bela pêra “angevine” – do que a natureza, não ele, tinha culpa. A carranca do tribunal desfez-se em sorriso. Assombro!</u> Se ria Temis, salvo estava o caricaturista e condenado o rei. <u>Mas era preciso consolar o rei – e Phillipon recebe uma penazinha pro - forma.</u></p> <p>Foi pior. Recresceu <u>a campanha periforme. Publicando a sentença condenatória, o Charivari dispô-la tipograficamente em forma de pêra, de modo que a própria sentença do tribunal virasse caricatura do rei.</u> O público <u>babou-se.</u></p> <p>Daumier <u>pelo</u> seu lado prosseguiu na “scie”. <u>Creio que é dele uma paisagem de vacas no pasto, todas de costas para o espectador; o traseiro delas, ou “escudo” em anatomia bovina, simulava uma pera</u></p>

<p>espectador; o traseiro delas, “escudo” em anatomia bovina, simulava <u>cada qual outra tanta</u> pêra de engenhosa aparência com a “<u>belle-angevine</u>” de Luiz Philippe.</p> <p>De polpa de tal pêra <u>grelou</u> a revolução de 48 e o <u>agigantar-se</u> a caricatura pela <u>consciência da força colossal que a ponta de um lápis</u>, quando <u>o enrasta os</u> Gavarni, <u>os Daumier, os Goya</u>, <u>polariza</u>.</p>	<p>de engenhosa aparência com a <u>bela “angevine” real</u>. E foi da polpa de tal pêra <u>que saiu</u> a revolução de 1848. <u>A caricatura revelou-se tremenda</u>, quando <u>manejada pelos</u> Daumiers, <u>pelos</u> Gavarnis, <u>pelos</u> Chams. (p.06)</p>
<p>Não consta.</p> <p>O “Punch” na Inglaterra é um “whig” de inalterável bom humor [...]. <u>No texto Thackeray empalhou a fauna inteira dos “snobs” de moda a constituir o “British Museum” da mentira social</u>, não só inglesa, <u>mas humana</u>.</p>	<p><u>Na Inglaterra, o Punch – o Charivari britânico.</u></p> <p>O <i>Punch</i> na Inglaterra é um whig de inalterável bom humor [...]. <u>Foi nele que Thackeray empalhou a fauna inteira dos snobs do Snob Papers, criando um verdadeiro museu da mentira social</u>, não só inglesa <u>como humana</u>. (p.07)</p>
<p>Desses precursores <u>enxameou</u> a legião atual. Não há país onde a caricatura <u>canalizada em periódicos</u> não vice, <u>feita um gênero de necessidade tão premente à bílis da civilização como o é a folha telegrameira de petas diárias, o petróleo, as academias de letras e o marechal Pires Ferreira.</u></p> <p>Como a ironia, <u>mais</u> o chiste, não são plantas vulgares, e rirmo-nos uns dos outros é <u>necessidade diária, para desobriga do fígado</u>, custeia cada povo as suas mutucas, <u>o caricaturista</u>, como <u>nas</u> cortes medievais, por fome de lirismo, <u>se</u></p>	<p>Desses precursores <u>da caricatura saiu toda</u> a legião atual. Não há país onde a caricatura não vice <u>em folhas periódicas como um gênero de primeira necessidade, indispensável ao fígado da civilização.</u> Como a ironia <u>e</u> o chiste não são plantas vulgares, e <u>porque</u> rirmo-nos uns dos outros é <u>higiene humana</u>, custeia cada povo as suas mutucas – <u>os seus caricaturistas</u> – como <u>as</u> cortes medievais, por fome de lirismo, cultivavam poetas oficiais de Pégaso arreado à porta para pulinhos ao Parnaso em <u>dia de anos do rei</u> ou nascimento de <u>algum príncipezinho</u>. E</p>

<p>cultivavam <u>trovadores, e</u> poetas oficiais, de pegaso arreado à porta, para pulinhos ao parnaso em <u>dias de aniversário régio</u> ou nascimento de <u>princezinhos</u>.</p> <p>E em nada <u>como na obra do caricaturista transluz mais diáfana</u> a alma de cada nação. <u>O seu modo de pensar coletivo reflete-se em tiques no rir dos seus humoristas</u>. A Alemanha, pelo “Lustige Blatter” e “Fliggend-Blatter”, os mais típicos, ri o grosso riso germânico <u>onde estua a muita mocidade e o crepitante “Worwaerts” do esplêndido bárbaro moderno; a graça é sadia mas sempre denunciadora de um “bock” preliminar</u>. No “Simplicissumus” de Munich, porém, não ri, <u>“ricane”</u> com impaciências coiceiras dum Mefistófeles peado <u>de</u> ação; os anelos informes duma alemanha nova que ouviu e <u>ponderou</u> as falas de Zaratustra bosquejam andaimos ali.</p>	<p>em nada <u>se estampa melhor</u> a alma de uma nação, <u>do que na obra de seus caricaturistas</u>. <u>Parece que o modo de pensar coletivo tem seu resumo nessa forma de riso</u>.</p> <p>A Alemanha, pelo <i>Lustige Blatter</i> e <i>o Fliggend-Blatter</i>, os mais típicos, ri o grosso riso germânico, <u>todo pletoras, mas sempre denunciador dum chope preliminar</u>. No <i>Simplicissumus</i> de Munich, porém, não ri – <u>arreganha</u>, com impaciências coiceiras dum Mefistófeles peado <u>na</u> ação. Os anelos informes duma Alemanha nova que ouviu e <u>digeriu</u> as falas de Zaratustra bosquejam andaimos ali. (p.07)</p>
<p>Tudo muda, transpostos os Vosges. A França ri como os artríticos grisalhos em uso das doses máximas de <u>ioduretos</u>. Não mais com a ferocia canibalesca de <u>79</u>, nem <u>com</u> o riso ressoante a clarins do primeiro império. Sorri, - de si, dos alemães, do mundo inteiro, vincando <u>o</u> sorriso dum ceticismo cansado de rês gorda <u>trazida d’olho por truculento magarefe</u>.</p>	<p>Tudo muda, transpostos os Vosges. A França ri como os artríticos <u>já</u> grisalhos em uso das doses máximas de <u>iodureto</u>. Não mais com a ferocia canibalesca de <u>89</u>, nem o riso ressoante a clarins do Primeiro Império. <u>Um riso que é apenas sorriso. A França</u> sorri de si, dos alemães, do mundo inteiro, vincando <u>esse</u> sorriso dum ceticismo cansado de rês <u>que um truculento magarefe traz de olho</u>. (p.07-08)</p>

<p>Compulse-se o “Lê Rire”, palco onde <u>riu toda a geração oriunda na desova do “Charivari”</u>. [...], cuja filosofia ácida <u>transpira na</u> roupagem dos “pierrots” – a Forain, <u>varejeira cruel</u> do “amor parisiense”, em <u>perene esvoejar</u> pelas alcovas suspeitas no afã de espetar alfinetes no “mále” que entra e sai, e na “femelle” que fica; de Guillaume, senhor <u>dum lápis amaciado a Crème Simon</u> e só à vontade nos salões elegantes, [...]– todos ríem sem alegria íntima, <u>delidos de saúde animal, presas que são do cansaço ambiente duma cultura a emurchecer e derrubar as primeiras pétalas, como rosas de três dias.</u></p>	<p>Compulse-se o <i>Lê Rire</i>, palco onde <u>tentam rir todas as gerações desovadas do Charivari</u>. [...], cuja filosofia ácida <u>transparece sob a</u> roupagem dos pierrots, a Forain, <u>cruel varejeira</u> do “amor parisiense” em <u>perpétuo esvoaçar</u> pelas alcovas no afã de espetar alfinetes no “mále” que entra e sai e na “femelle” que fica; de Guillaume, senhor <u>que molha o lápis em</u> a Creme Simon e só <u>está à</u> vontade nos salões elegantes, [...] todos ríem e <u>sorriem</u> sem alegria íntima, <u>como que tomados da canseira de uma cultura que já cruzou os limites da saúde e começa</u> a derrubar as primeiras pétalas. (p.08)</p>
<p>A Inglaterra, pelas gaifonas do <u>sempiterno “Punch” e filhos</u>, ri entre dentes sem tirar o cachimbo da boca [...].</p> <p>Não há outro riso possível num povo que cultiva o orgulho como os velhos holandeses tulipas, possui a Índia, morre de fome <u>sob as pontes</u>, e sabe extrair <u>da Bíblia</u> um <u>supedâneo</u> moral a cada apetite – do que o levou a <u>aperrar</u> um bacamarte ao peito dos “boers”, <u>ao recente, de</u> apanhar a lança <u>do manchego</u> para sacudir <u>aos ombros da Dulcinéia belga</u>, as unhas grifanhas dum apetite <u>maior</u> que o seu.</p>	<p>A Inglaterra, pelas gaifonas do <u>eterno Punch</u>, ri entre dentes sem tirar o cachimbo da boca [...]. <u>E</u> não há outro riso possível num povo que cultiva o orgulho como os velhos holandeses <u>cultivavam</u> tulipas; <u>que</u> possui a Índia e <u>passa fome</u> <u>debaixo das pontes</u>; e <u>que</u> sabe extrair <u>do livro sagrado</u> um <u>alicerce</u> moral <u>para</u> cada apetite – do que o levou a <u>apontar o</u> bacamarte ao peito dos “boers” <u>ao que o fez</u> apanhar a lança <u>de D. Quixote</u> para sacudir <u>dos ombros da Bélgica</u> as unhas grifanhas dum apetite <u>mais cru</u> que o seu. (p.08)</p>
<p>A alma italiana entremostra-se na</p>	<p>A alma italiana entremostra-se na</p>

<p>caricatura [...], <u>preluzida em fulgores ante os olhos da plebe pelo eterno refflorir de Gracos.</u></p> <p>Em face do Vaticano mora o “Asino”, especializado em morder nas frascarices da batina <u>tanto quanto</u> nas da <u>monarquia</u>. Pelo “Fischietto”, “Pasquino” e os mais não ri para ir, cultivando arte pela arte, como em França, nem desfere as <u>vermelhas cascalhadas do tedesco</u>; ri com intenções construtoras, por negócio, fitando em mente uma Itália <u>prefulgida no futuro num amplo desabrolhar-se em colônias e mercados novos – e com o Trentino já a tilintar nas algibeiras.</u></p>	<p>caricatura [...], <u>fulgurada aos olhos da plebe pelo eterno refflorir de Gracos.</u> Em face do Vaticano mora o <i>Asino</i>, especializado em morder nas frascarices da batina e nas <u>transigências da coroa</u>. Pelo <i>Fischietto</i>, o <i>Pasquino</i> e os mais o <u>italiano</u> não ri para ir, cultivando arte pela arte, como em França, nem desfere as <u>apoplécticas gargalhadas do alemão</u>; ri com intenções construtoras, por negócio, fitando em mente uma Itália <u>rebrotada de colônias e mercados novos – e já com o Trentino nos bolsos.</u> (p.09)</p>
<p>Da Rússia diz-nos sua caricatura de como se extremam uma civilização quase francesa e uma barbárie quase lapônia.</p>	<p>Da Rússia diz-nos sua caricatura de como se extremam uma civilização quase francesa e uma barbárie quase <u>mogólica</u>. (p.09)</p>
<p><u>Cá</u> na América ressalta a feição negociista da caricatura yankee; “Judge”, “World” e <u>cem mais</u> parecem gregos da mesma empresa, <u>alguma “Caricatural Works Manufacturing C. Ltd.” De Springfield, ILL.</u>, aporfiada em manter no humorismo o tom <u>nacional do “greatest of the world”</u>. Não afina a ironia pelos moldes gregos <u>restaurados</u> em França; caldea-n’a <u>às</u> fornalhas do “business” para comento das grandes lutas <u>dos “trusts” entre si e com</u> o Estado.</p>	<p><u>Lá</u> na América ressalta a feição negociista da caricatura yankee. <i>Judge</i>, <i>World</i> e <i>Life</i> parecem gregos da mesma empresa, <u>uma Cartoon Works Mg. Co. Ltda.</u>, aporfiada em manter no humorismo o tom “greatest of the world”. Não afina a ironia pelos moldes gregos <u>renascidos</u> em França; caldea-a <u>nas</u> fornalhas do “business” para comento das grandes lutas <u>entre os trusts</u> e o estado.</p> <p>Tio Sam, [...] disputa, de mãos <u>nos bolsos</u>, com o atarracado John Bull,</p>

<p>Tio Sam, [...] disputa de mãos <u>no bolso</u> com o atarracado John Bull, <u>ou</u> arenga e puxa orelhas <u>a</u> mexicanos de chapeirão. Para tio Sam é mexicano tudo quanto vegeta do <u>Panamá</u> à terra do Fogo.</p>	<p><u>quando não</u> arenga e puxa orelhas <u>aos</u> mexicanos de chapeirão. Para tio Sam é mexicano tudo quanto vegeta do <u>Canal</u> à terra do Fogo. (p.09)</p>
<p>Esquecia-nos Portugal. <u>Esse</u> país viveu largo tempo vida de antiquário, sopesando <u>a ruma formidável de glórias que se lhe empilharam no lombo, sem descerrar o sobreceño no receio de, com o desfechar de alguma casquinada, sacudir-se do aprumo e virem abaixo as glórias. Só Camões o deslombava. E Gama? O condestável? Pombal? O Lidador? Um conto de Albuquerque terríveis a saber de cor, a Índia, Adamastor...</u> As cariátides não riem quando o peso <u>suportado</u> é <u>de</u> vulto, e Portugal imobilizara-se à beira da Europa <u>feita</u> a cariátide sopesadora de formidáveis glórias.</p>	<p>Esquecia-nos Portugal. <u>Este</u> país viveu largo tempo vida de antiquário, sopesando <u>uma formidável ruma de glórias. E não cerrava o sobreceño de medo que lá se lhe quebrasse o aprumo e viesse tudo por terra. Só a glória de Camões já esmagava Portugal. E havia ainda o Gama, o Condestabre, Pombal, o Lidador. E a história de um cento</u> Albuquerque terríveis. <u>E a Índia. E Adamastor...</u> As cariátides não riem quando o peso <u>que suportam</u> é <u>muito grande</u>, e Portugal imobilizara-se à beira da Europa <u>feito</u> cariátide sopesadora de formidáveis glórias. (p.09-10)</p>
<p>Se <u>algum irreverente arriscava, de quando em longe</u>, algum frouxo de riso, o “psiu” ambiente gelava-lh’o <u>em</u> careta. E <u>quando não bastava o “psiu” vinha lá a dose de estadulho, panacéia de uso externo de que se abusava mais do que o permitia o coeficiente de resistência do lombo humano.</u></p> <p><u>Além do mais</u> inda havia o <u>Limoeiro</u>. Esta sisudez <u>de conselheiro</u> chegou até <u>ao</u></p>	<p>Se <u>de quando em longe este ou aquele</u> irreverente arriscava algum frouxo de riso, o “Psiu!” ambiente gelava-lhe <u>a</u> careta. E <u>se não bastasse</u>, vinha a dose de estadulho – panacéia de uso externo de que <u>os portugueses abusaram</u> mais do que o lombo humano <u>admite. E ainda havia o Limoeiro...</u></p> <p>Esta sisudez chegou até <u>o</u> <u>Primo Basílio</u>. Por essas alturas cerrou <u>fileira</u> a</p>

<p>Primo Basílio. Por essas alturas cerrou <u>fileiras</u> a famosa plêiade de cujos risos procede o Portugal moderno. Ramalho e os mais espadaúdos <u>cobriram</u> a frente, brandindo paus ferrados. Á retaguarda, Oliveira Martins e o corpo de pontoneiros prepostos a reconstruir <u>nos escombros</u>. Formados, sacudiram no ar espesso de <u>teias de aranha a Idéia Nova, qual cobertor vermelho à cara de um touro de pega.</u></p> <p><u>O que houve de ídolos esmoncados, tradições deslombadas, velhas idéias estouradas a formicida, escarpelamentos, sarjaduras no vivo, cana verabilíssimas tosquiadas a escovinha!</u></p> <p>A maior vítima foi o conselheiro Legião, Acácio de nome. <u>Não lhe valeram sete séculos de sábias digestões de vitela nem o trazer a Índia no ventre, nem o enceleirar no cérebro bom senso aos almudes, nem o funcionar como pilastra social de rijo cimento, argamassado mourisma, chorumes da Carta Constitucional e muito esperragado de nabijas.</u> O conselheiro era meio Português. <u>Arrear-lhe</u> as calças em público foi terremoto de maiores conseqüências que o de Lisboa. Depois da morte de D. João ninguém morreu com maior solenidade.</p>	<p>famosa plêiade de cujos risos procede o Portugal moderno. Ramalho <u>Ortigão</u> e os mais espadaúdos <u>cobriam</u> a frente, brandindo paus ferrados. Á retaguarda <u>vinha</u> Oliveira Martins e o corpo de pontoneiros prepostos a reconstruir. <u>E a Idéia Nova foi sacudida no ar como um cobertor vermelho às ventas dum touro. A peleja foi dura. O campo de batalha ficou inçado de coisas em pandarecos.</u> A maior vítima...</p> <p>A maior vítima foi o conselheiro Legião, Acácio de nome. O conselheiro era meio Portugal <u>e o descer-lhe</u> as calças em público foi terremoto de maiores conseqüências que o <u>que destruiu</u> Lisboa. Depois da <i>Morte de D. João</i> ninguém morreu com maior solenidade. (p.10)</p>
<p><u>Mas deixou muitos filhos naturais.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>Desbravado o terreno a caricatura</u></p>	<p><u>E no terreno assim desbravado a</u></p>

<p><u>floriu, rica de viços, culminando em Bordallo no “Antonio Maria” e “Pontos nos i i”, periódicos humoristas que melhor forneceram riso a varejo, no tom, timbre, estilo e dose mais ao paladar do público renovado. Depois que Bordallo trocou o lápis pelo barro de Caldas, onde modelou os maravilhosos potes criadores da cerâmica portuguesa até ali estagnada no azulejo (a concepção estética do conselheiro que melhor refloriu) o intercâmbio do riso entre o público e o humorista desmedrou. Hoje renasce.</u></p>	<p><u>caricatura floriu viçosa. Surge Bordallo Pinheiro no Antonio Maria e no Pontos nos ii, as publicações humorísticas que melhor forneceram o riso a varejo ao sabor do paladar do público renovado. Não consta.</u> (p.10-11)</p>
<p><u>Agora aqui, nesta colônia européia atravessada d’África, - porque cá também já se ri, felizmente.</u></p>	<p><u>E entre nós?</u> (p.11)</p>
<p>Jornal: “A caricatura no Brasil – II” (28/01/1915)</p>	<p>Livro: “A caricatura no Brasil” (<i>Idéias de Jeca Tatu</i>) – continuação – p.11</p>
<p><u>Ocupará meia página, em oitavo, se tanto, na história mundial da caricatura, o relato da nossa.</u></p> <p><u>Explica-se tal minguá. Como colônia funcionou o Brasil, nos começos, como a ilha da Sapucaia de Portugal.</u></p> <p><u>Quanto criminoso, peralta, farroupilha, malandrim ou aventureiro azoinava os ouvidos austeros das Ordenações do Reino despejou-nos ele, aos pontas-pé, para cá:</u></p>	<p><u>Numa história geral da caricatura a história da nossa terá meia página, se tanto. E explica-se a minguá. Enquanto colônia, era o Brasil uma espécie de ilha da Sapucaia de Portugal.</u></p> <p><u>Despejavam cá quanto elemento antissocial punha-se lá a infringir Ordenações do Reino. E como o escravo indígena emperrasse no eito, para aqui foi canalizada de África uma pretalhada</u></p>

<p><u>depois canalizou-nos de Angola para o eito, onde o selvagem emperrara, a pretalhada inextinguível. Com tal gente não havia ensanchas para o mais flébil bruxuleio de arte. Muito espaçados entre si, os núcleos urbanos “in fieri”, e muito rarefeito de fogos, ainda rondava o jaguar, aos mios, d’olho nos bácoras enchiqueirados pelos quintalejos.</u></p>	<p><u>inextinguível. Até a vinda de D. João o Brasil não passava de índio e mataréu no interior e senhores, feitores e escravos nos núcleos de povoamento da costa, muito afastados entre si e rarefeitos. Em toda essa fase o Brasil não dá de si nenhum bruxuleio de arte. (p.11)</u></p>
<p><u>Não raro ricocheteava uma flecha no galo da igreja matriz – porque já as havia com o galo de lata a catar ventos na torre. Celerados, meirinhos, e pretos d’Angola “intra-muros”: “extra-muros” sertão, papagaios, jaguares e aimorés sanhudos: era isso o país. Foi quando Napoleão inventou o jogo de peteca com reis a servir de péla, resultando a uma palmada mais rija cair um deles cá. D. João VI trazia nas malas, entrouxadas um tanto às pressas, toda a farragem necessária a uma civilização incipiente: fidalgos de prosápia polpuda, mulheres de truz, estribeiros-mores, almotacés, açafatas da rainha; e vícios de bom tom; e pitadas de artes e ciências; e mais todos os ingredientes basilares de uma monarquia preposta a pegar de alporque, com todo o chorume bragantino haurido em ceias de salpicão ali pelo mosteiro das Odivellas, numa terra virgem, por mal seu, já atravessada de Angola.</u></p>	<p>Não consta.</p> <p><u>E assim vai até que um tranco de Napoleão dá com o rei de Portugal para cima do Rio de Janeiro. Apesar da pressa com que arrumou as malas, D. João VI trouxe todos os ingredientes para uma boa implantação aqui: fidalgos de orgulhosa prosápia, nobres matronas, almotacés, estribeiros-mores, açafatas da rainha, vícios de bom tom, pitadas de arte e ciência e mais ingredientes básicos duma monarquia preposta a pegar de galho. (p.11)</u></p>

<p><u>A acompanhar tanta caricatura não vir nenhum caricaturista!</u></p>	<p><u>Infelizmente nenhum caricaturista acompanhou o transporte de tanta caricatura para as terras do Novo Mundo. Insanável loucura! Que maravilhosos temas a época fornecia!... (p.11)</u></p>
<p><u>Grande pena. Viesse um Gavarni e quem sabe os destinos do país não seriam muito outros? Uma corte das mais arrebitadas do velho mundo</u> armando tenda no pátio de uma colônia correcional, entre rumas de pau-brasil, e caixas de açúcar; a turba das pretas minas a rodeá-la com grandes beijos e maiores olhos <u>esbugalhados</u>; um tucano <u>na estúpide duma jissara a saudar em grasnos os futuros costureiros do seu papo; que melhor parilha encontraria Ctesiloque para seu quadro de Júpiter em trabalhos de parto?</u></p>	<p>Não consta.</p> <p><u>Uma arrebitada Corte do velho mundo</u> armando tenda no pátio de uma colônia correcional, entre rumas de pau-brasil e caixas de açúcar; a turba das pretas minas a rodeá-la com grandes beijos <u>caídos</u> e maiores olhos <u>arregalados</u>; um tucano <u>espia da jissara próxima os futuros aproveitadores do seu papo. O caricaturista para estas cenas devia ser Heat Robinson... (p.11-12)</u></p>
<p><u>Preluz-nos a visão que de tais cenas teria Gavarni. O vendaval napoleônico; a rajada que sacode a península; a corte a entrouxar as malas; o alvoroço do embarque; a viagem...</u></p>	<p><u>Que cenas! Lá na França, o Corso. O vento sacode a península ibérica, atravessa a Espanha e chega a Portugal. A Corte é sábia. Resolve fugir. Encaixota o trono. Embarca apressada. (p.12)</u></p>
<p>O Estado, esse monstro de truculenta onipotência, pirâmide com <u>meirinhos e esbirros ao pé e um deus acavalado no ápice, diante de cujo vulto o homem treme humilde, sem ânimo de erguer os olhos, o Estado</u> desmanchado em peças,</p>	<p>O “estado”, esse monstro de truculenta onipotência, pirâmide com <u>esbirros e meirinhos na base e um Rei no topo, desmanchado em peças, desparafusado, a enjoar, como qualquer embarcadiço de primeira viagem, dentro de brigues e</u></p>

<p>desparafusado, a enjoar como qualquer embarcação de primeira viagem dentro de brigues e fragatas, comboiadas <u>de olho por uma esquadra inglesa. Gavarni, Gavarni...</u></p>	<p>fragatas comboiados <u>por navios de guerra ingleses...</u> (p.12)</p>
<p><u>Lançam âncoras, as naus, começa o desembarque. Alcatruzes guincham.</u></p> <p><u>Descem por ele enormes engradados, caixas, caixotes. Carroções pegam da carga e arremetem em disparada.</u></p> <p><u>Leva aquele as peças do poder moderador; outro a ministrança; outro os tribunais estrovinhados, em pijama de baeta, barbas de mês e chinelas de ourelo.</u> A Casa da Suplicação vem desmontada; as partes de vulto <u>passam</u> em carreta, as mais delicadas, <u>como vidraças e espelhos, ao lombo de pretos do ganho.</u> A soberania nacional <u>geme</u> numa padiola; <u>vem</u> muito <u>pálida com ares de ética em usos de fígados de bacalhau,</u> açafatas consoladoras <u>ladeiam-na dando-lhe a bebericar água de melissa, para o nervoso. Que a poria assim? Enjôo do mar, talvez... Atrás dela uma megera desnalgada,</u> desdando o nó de uma venda <u>de olhos</u> e a mancar dos quartos. <u>Segue-a um molecote sopesando uma balança com o fiel entortado pelo tranco de um carrejão. Será a Justiça? A traquitana de Elias Lopes conduz a passo uma múmia velha e relha, semi-morta ou a dormir: Instituto Histórico pela certa, aquele sono...</u></p>	<p><u>Os navios chegam. Lançam âncoras. Começa o desembarque. Os guindastes descem engradados, caixas e caixotes. Carroções pegam daquilo e arrancam no trote. Numa seguem as peças do Poder Moderador. Outro leva as peças da Ministrança, outro leva os tribunais estrovinhados, de pijama, barba <u>recrescida</u> e chinelas, <u>ainda pálidos do enjôo do mar.</u></u></p> <p>A Casa da Suplicação vem desmontada; as peças de vulto <u>seguem</u> em carretas; as mais delicadas, em lombo de pretos. A Soberania Nacional, <u>coitadinha,</u> desembarca numa padiola; <u>está</u> muito <u>doente, sem sangue, com ares de tuberculosa.</u> Açafatas consoladoras <u>rodeiam-na e dão-lhe a tomar água de melissa para o nervoso. Que é que a pôs assim? O raio do Napoleão.</u></p> <p>Atrás <u>vem</u> uma megera <u>a desatar</u> o nó <u>duma</u> venda <u>que tem nos olhos</u> e a mancar dos quartos. <u>Seguem-na molecotes carregando</u> uma balança <u>de</u> fiel entortado por um tranco. A Justiça?</p> <p><u>Uma das traquinas do Elias Lopes</u> conduz a passo uma múmia <u>que ressona beatificamente. É no mínimo o Instituto Histórico.</u> (p.12-13)</p>

<p><u>Dez</u> juntas de bois <u>tiram</u> em zorra o megatherium empalhado <u>das</u> Ordenações do Reino.</p> <p><u>Num</u> grande cofre de <u>segredo</u> dormem as razões de estado, lubrificante sem o qual os governos <u>vão à garra</u>.</p> <p>Pelo cais pilhas de bagagem aguardam transporte: há <u>latas recheadas das</u> fitinhas, rodela e <u>estrelas douradas</u> com que um chapeleiro enriquecido <u>se constrói</u> um sólido <u>barão</u>; há vasos <u>de barro</u> com plantas exóticas; num deles viça o aulicismo que na nova pátria se aclimará <u>melhor ainda</u> que o café.</p> <p>O beija-mão, a rainha e o protocolo já <u>lá estão em palácio a compor-se</u>. Passa o rei. Como as ratazanas <u>destroçaram no porão</u> o pálio <u>substituem-n'o três guarda-sóis de seda de três ouvidores recepcionários</u>. Vem <u>abatido</u>, a suar <u>em bicas</u>, com as mãos <u>gordanchudas</u> procurando <u>compor</u> as amolgaduras da coroa; <u>traz na testa</u> o vinco azedo das más digestões. Um fidalgo <u>cruza</u> por ele de cigarro à boca; <u>a majestade</u> ofendida argue <u>acrimoniosa</u>.</p>	<p><u>Duas</u> juntas de bois <u>puxam</u> em zorra um megatério empalhado: <u>as</u> Ordenações do Reino. E no carro que segue vem o cofre de <u>segredos onde</u> dormem as Razões de Estado — lubrificante sem o qual os governos <u>perecem</u>.</p> <p>Pelo cais <u>tosco de madeira</u> pilhas de bagagem aguardam transporte. <u>Há baús dessas</u> fitinhas, <u>rodela e</u> estrelas com que <u>de</u> um chapeleiro enriquecido <u>os governos fazem</u> um sólido <u>comendador</u>, um <u>bonito</u> barão. Há vasos com plantas exóticas <u>para</u> o <u>Novo Mundo</u>: num deles viça o Aulicismo, que na nova pátria se aclimará <u>ainda melhor</u> que o café.</p> <p>O Beija-Mão, a Rainha e o Protocolo já <u>chegaram ao palácio do Elias Lopes, e lá estão ao espelho, a comporem-se</u>.</p> <p>Passa <u>agora</u> o Rei.</p> <p>Como as ratazanas de bordo <u>desfizeram durante a travessia</u> o Pálio, <u>substitui-o o enorme guarda-sol do Ouvidor hospedeiro</u>. Vem <u>muito</u> abatida a Real Majestade, a suar <u>grosso</u>, com as mãos <u>gorduchas</u> procurando <u>endireitar</u> as amolgaduras da coroa; <u>na testa traz</u> o vinco azedo das más digestões. Não consegue digerir o general Junot. Um fidalgo passa por ele, de cigarro à boca. <u>O soberano, ofendido</u>, argue <u>com acrimônia</u>: (p.13)</p>
<p>— Sr. barão , onde pára a etiqueta? O</p>	<p>— Senhor Barão, onde pára a Etiqueta?</p>

<p>de <u>avoengos</u> toma o lembrete muito ao pé da letra.</p>	<p>O <u>fidalgo</u> toma o lembrete muito ao pé da letra. (p.13)</p>
<p>— Saberá V. M. que ainda está a bordo, <u>engradada</u>, e segue saltitante.</p>	<p>— Saberá V. Majestade que ainda está a bordo — e <u>lá</u> segue saltitante. (p.13)</p>
<p>O rei enxuga o suor e suspira. Ao <u>quebrar certa esquina</u> recebe o <u>primeiro presente</u>, das mãos de <u>Elias Lopes</u>: uma quinta. <u>Desanuvia-se-lhe o rosto</u>.</p>	<p>O rei enxuga o suor <u>da testa</u> e suspira. <u>Mas logo adiante o seu rosto se ilumina ao receber de Elias Lopes um régio presente: a chave da sua quinta, a melhor coisa do Rio de Janeiro.</u> (p.14)</p>
<p>— Já tenho onde dormir, ora graças!</p>	<p>— Já tenho onde dormir, ora graças! <u>exclama D. João num bocejo.</u> (p.14)</p>
<p>O desembarque do Estado <u>prosseguiu</u> até <u>noite alta</u>; suas entranhas <u>se entremostraram</u> muito cruas pelo cais, seus cenários de papelão, os sarrafos dos bastidores, as bacias e vassouras, as caçarolas e caldeirões <u>onde se cosem</u> os angus políticos, o fisco – canzarrão de dentuça arreganhada <u>e de muito maus fígados</u>, conduzido no açaimo <u>pelos meirinhos</u>.</p>	<p>O desembarque do Estado <u>prossegue</u> até <u>alta noite</u>. Suas entranhas <u>entremostam-se no desembarcadouro de madeira</u> – seus cenários de papelão, os sarrafos dos bastidores, as bacias e vassouras, as caçarolas e caldeirões de cozinhar os angus políticos. O Fisco – <u>um</u> canzarrão <u>tremendo</u> de dentuça arreganhada – <u>é</u> conduzido no açaimo <u>por vários</u> meirinhos. (p.14)</p>
<p>Na lufa-lufa do embarque, em Lisboa, muito peça se quebrou <u>ou</u> caiu ao mar <u>ou se esqueceu pelos cantos do palácio</u>. <u>Porcas e parafusos</u> sobretudo <u>donde</u> ao armar o Estado <u>de novo ficar-se</u> ele bambo, frouxo de mancais e perro. Entre</p>	<p>Na lufa-lufa do embarque em Lisboa muita peça se quebrau, <u>outras caíram</u> ao mar, <u>outras ficaram esquecidas lá no palácio</u>. <u>Perderam-se</u> sobretudo <u>parafusos e porcas</u>, e disso veio que ao armar-se <u>novamente</u> o Estado <u>ficou meio</u> bambo,</p>

<p>as coisas avariadas <u>vinha a urna eleitoral</u>; remenderam-n'a como puderam mas nunca <u>houve funcionar</u> a contento; a <u>peça perdida devia ser alguma mola real</u>. Dois frasquinhos de homeopatia ninguém descobriu onde paravam; <u>continham</u> noção do dever e <u>responsabilidade, em grânulos</u>.</p>	<p>frouxo de mancais e perro.</p> <p>Entre as coisas avariadas <u>pela água do mar</u> apareceu a <u>Urna – a Urna das Eleições!</u> Remenderam-na como puderam, mas nunca <u>funcionou</u> a contento nas terras do Brasil. <u>Algo essencial se perdeu na travessia</u>.</p> <p>Dois frasquinhos de <u>drogas homeopáticas</u> ninguém descobriu onde paravam: <u>um com a Noção do Dever, outro com a Noção de Responsabilidade</u>. (p.14)</p>
<p>Gavarni! Gavarni!</p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>Após o desembarque a acomodação provisória</u>, o primeiro contato entre o povo e o alporque; o conde dos Arcos para a rua do Sabão; o das Aduelas <u>arrumam com ele para cima de um negreiro que tem casa de azulejos para o largo do Rocio</u>. A cidade pinta-se de brasões reluzentes.</p>	<p><u>Concluído o desembarque, deu-se começo à arrumação provisória – esse primeiro contato entre o povo da Terra de Santa Cruz e o alporque monárquico transplantado. Distribuíram-se as peças por aquele Rio de Janeiro. Era preciso acomodar a fidalguia da Casa Real. O conde dos Arcos vai para a rua do Sabão. O marquês das Aduelas vai para a rua da Pipa. A cidade pinta-se inteira de brasões reluzentes.</u> (p.14-15)</p>
<p>Na Quinta de Elias Lopes <u>vai</u> grosso tumulto de <u>arrumações</u> enquanto a realeza gravemente come o jantar. O rei trava relações com o tutu de feijão <u>preto com torresmo</u>, e gosta; já a rainha <u>sarapanta-se, assustada, diante da</u> travessa de bananas de</p>	<p>A famosa quinta do Elias Lopes <u>está em</u> grosso tumulto de <u>arranjos</u>, enquanto a Realeza gravemente come o <u>seu primeiro</u> jantar <u>na América</u>. O Rei trava relações com o tutu de feijão e gosta; já a Rainha <u>assusta-se com a travessa de</u> bananas de</p>

<p>S. Thomé assadas <u>ao forno</u>. Dois mordomos confabulam, <u>muito</u> apreensivos:</p>	<p>São Tomé assadas. Dois mordomos confabulam apreensivos. (p.15)</p>
<p>— E o trono? onde <u>se meterá</u> a tipóia?</p>	<p>— E o trono? Onde <u>meter</u> a tipóia? (p.15)</p>
<p>Há vacilações, <u>mas</u> o rei <u>acode logo mastigando um naco de vitela</u>.</p>	<p>Há vacilações. O Rei <u>percebe do que se trata e com a boca cheia de lombo resolve</u>: (p.15)</p>
<p>— Aqui mesmo, <u>ali</u> ao pé do guarda-comida.</p>	<p>— Aqui mesmo, ao pé do guarda-comida. (p.15)</p>
<p>Finda a <u>colocação</u>, o primeiro borborima <u>governamental</u> ecoa. D. João <u>alegre</u>, de <u>estômago contente</u>, pés já metidos no chinelão e o corpo num chambre de seda com quinas bordadas a matiz, sorve goles de café e... assina a declaração de guerra à França.</p>	<p>Finda a <u>janta</u>, o primeiro <u>aroto real</u> ecoa. D. João, <u>contente</u>, de <u>papo cheio</u>, os pés já metidos no chinelão e o corpo num chambre de seda com <u>as quinas bordadas a matiz</u>, sorve goles de café... e assina a Declaração de Guerra à França, <u>precursora de nossas futuras declarações de guerra à Alemanha</u>. (p.15)</p>
<p><u>Gavarni, Gavarni!...</u> Nós é porque somos o povo <u>mais sorno do continente</u> e o que menos ri, e o que quando por necessidade higiênica de arejar o fígado <u>prescreve-nos o médico umas sacudidelas intestinais por meio da gargalhada</u>, vamos buscar em França “Pericholes” quando em casa <u>temô-las rabelaisianas</u>. As doenças do fígado matam-nos de</p>	<p><u>Ah, Gavarni!...</u> Nós é porque somos <u>um</u> povo <u>de bezerros melancólicos</u>. <u>As lombrigas e doenças do fígado matam-no de tristeza</u>. O remédio é rir e não rimos, porque não sabemos rir, <u>porque temos medo de rir</u>, porque somos o animal que não ri, apesar de termos em casa material até para o riso de Rabelais. Onde melhor tema...</p>

tristeza. O remédio é rir e não nos rimos, porque não sabemos rir, porque somos o animal que não ri.

Sobretudo depois que o Brasil se naturalizou cidadão francês.

O riso nosso é uma careta muscular sem gênese na alma. Pelos cassinos, diante de cançonelistas francesas de “tutu” na cintura e duas rodela de zarcão na cara, semelhantes a caquis, o brasileiro come-lhes as pernas com os olhos e careteia nas frascarices mais acentuadas sem entendê-las.

E sai assobiando árias, muito ancho, na convicção de que riu, e que se divertiu.

Nos “garden-paty” do Velódromo: parece que se reúnem ali para o saimento fúnebre da Alegria. Tais festas teriam melhor cenário no cemitério do Araçá, onde ao menos ririam as caveiras dentro das tumbas.

Os rapazes recém-saídos do alfaiate só tem olhos para o vinco das calças; em vez de elegantes saem-no bezerros bem enfarpelados, mas com visíveis sintomas de tênia.

As moças entreexaminam-se de esguelha; lembram terneiras de raça recobertas de gaze e sedas, mal aclimadas e corroídas do mesmo mal dos rapazes. Circulam, bocejam, e se vão, nos antes reluzentes, como sonâmbulas.

O mal do país é esse, a bezerrice. Se

Não consta.

algum químico decomposer o ar que se respira nos salões talvez encontre metido entre o oxigênio e o azoto algumas moléculas desse novo gás ambiente.

Matéria de riso há as toneladas, para todos os paladares, para a chalaça offembachiana, para o sorriso do Eça, para o rinchavelho adiposo de Rabelais. Não obstante os nossos revisteiros e comediógrafos importam da velha Grécia os Telemâcos e Ulisses que lhes hão de divertir o público. Os nossos poetas são um chorar lágrimas como punhos sobre tais e tais ilusões perdidas – no fundo dos quais todo o mundo percebeu um amanuensado que falhou, quando não, a tábua da menina enfermiça dos fígados em cujos olhos de vitelinha clorótica se afogou o coração do tolo. Não há olhos para a feição do cômico indígena, nem verso, nem lápis que lh’a ironize.

E onde melhor opereta que no “intermezzo” de D. João VI, ou neste, vivido durante quatro anos, que, em desenvolvimento a um tema bosquejado por Calígula, realizou o consulado de Incitatus? Pois apesar de tal riqueza a caricatura só em meados ou fins de Pedro II entrou a germinar por sementes trazidas de Itália por Ângelo Agostini.

Desembarcou esse artista com muita coragem no ânimo e uma pedra litográfica sob o braço. Olhou em torno e viu pouco

... Onde melhor tema de opereta do que o intermezzo de D. João? Ou neste maravilhoso quatriênio em que, desenvolvendo um tema imaginado por Calígula, o Brasil realizou o consulado de Incitatus?

Pois apesar dessa riqueza de temas a caricatura só lá em meados de Pedro II é que entrou a germinar por aqui, com sementes trazidas da Itália por Ângelo Agostini. Esse artista desembarcou com uma pedra litográfica a tiracolo e muita

<p>mais que um vasto “haras” onde se <u>caldeavam raças</u>; havia a mucama, a mulatinha, o negro <u>de</u> eito, o feitor, o fazendeiro, <u>o escravocrata</u>, o “Jornal do Comércio”, dois partidos políticos, o Instituto Histórico e um neto de Marco Aurélio <u>pelas cumeadas</u>, a estudar o planeta Vênus <u>por uma luneta astronômica</u>.</p>	<p><u>coragem no coração</u>. Olhou e viu em <u>tornou</u> pouco mais que um vasto haras onde se <u>faziam experiências de misturas étnicas</u>. Havia a mucama, a mulatinha, o negro <u>do</u> eito, <u>a negra do angu</u>, o feitor, o fazendeiro, o “Jornal do Comércio”, dois partidos políticos, o Instituto Histórico e um neto de Marco Aurélio <u>no trono</u>, a estudar o planeta Vênus <u>pelo telescópio do palácio</u>. (p.15-16)</p>
<p>O feitor embaixo deslombava negros; a mucama no meio educava as meninas brancas; <u>no alto uma</u> boa intenção, de chambre, lia os Vedas no original. <u>Seduziu-lhe o paladar desta curiosa ilha da Barataria</u>; alugou <u>casa</u> e fundou a “Revista Ilustrada”. <u>Foi esse, que nos conste, o nosso primeiro vagido em matéria de desenho humorístico</u>. A <u>sua voga foi larga</u> a ponto de permitir ao desenhista <u>viver dos produtos da assinatura durante longos anos, sem arrimar-se às muletas da “cavação”, desconhecida ainda na época</u>. Penetrava sua revista em todas as casas. Deliciava as cidades tanto como as fazendas. <u>Cena muito típica em cor local era a do fazendeiro chegado da roça, encalmado, sentar À rede, pedir café à mulatinha e abrir a revista</u>.</p> <p>Os desenhos bem <u>acabadinhos</u> muito ao sabor <u>do seu paladar e cultura</u>, desfilavam ante <u>os seus olhos criticando com bastante</u></p>	<p>O feitor embaixo deslombava negros; a mucama no meio educava as meninas brancas; <u>a</u> boa intenção, de chambre lia os Vedas no original.</p> <p><u>Aquela curiosa ilha da Barataria encantou Agostini</u>. Era um viveiro de <u>temas de riqueza sem par</u>. E ele alugou <u>escritório</u> e fundou a <u>Revista Ilustrada – primeira manifestação do desenho humorístico e satírico entre nós</u>. A voga <u>da revista foi grande</u> a ponto de permitir <u>que durante longos anos o desenhista vivesse do produto das assinaturas, sem necessidade de recorrer à “cavação”, arte que iria ter o seu esplendor na República</u>.</p> <p><u>Não havia casa em que não penetrasse a Revista, e tanto deliciava as cidades como as fazendas</u>. <u>Quadro típico de cor local era o fazendeiro que chegava cansado da roça, apeava, entregava o cavalo a um negro, entrava, sentava-se na rede, pedia café a mulatinha e abria a</u></p>

<p><u>chiste</u> os acontecimentos da quinzena, <u>quase sempre políticos, que de velha data outra coisa não há que nos interesse. Sua fisionomia clareava em risos saudáveis.</u></p>	<p><i>Revista.</i> Os desenhos bem acabados, muito ao sabor <u>da sua cultura e gosto</u>, desfilavam ante seus olhos os acontecimentos políticos da quinzena. <u>O rosto do fazendeiro iluminava-se de saudáveis risos. “É um danado este sujeito!” dizia ele de Agostini.</u> (p.16-17)</p>
<p><u>Via</u> Pedro II de chambre a espiar o céu <u>no</u> telescópio; um ministro <u>arreganhava a cortina metendo</u> a cara para falar de tal <u>negocio</u>; o imperador sem desfrutar <u>a estrela resmoncava</u> enfadado:</p> <p>— Já sei, Já sei.</p>	<p><u>E ali na rede</u> ele “<u>via</u>” o Império como <u>nós hoje vemos a História no cinema.</u> Via <u>D.</u> Pedro II de chambre, a espiar o céu <u>pelo</u> telescópio; um ministro <u>entrebria o reposteiro e mete</u> a cara para falar <u>de negócios públicos</u>; o Imperador, sem desfrutar <u>as estrelas, resmungava</u> enfadado: “Já sei! Já sei!” (p.17)</p>
<p>O fazendeiro gozava-se. E depois se saboreava na costumeira troça ao ministério. Cotegipe de grosso nariz recurvo e <u>ventudo</u> era figurado de mil <u>modos, todos relembrativos da sua habilidade política.</u> Às vezes <u>era</u> leão da fábula açambarcando o melhor bocado; <u>n’outra surgia</u> como macaco velho <u>fugindo a mão</u> de combucas <u>insidiosas que lhe apresentavam</u> os liberais.</p>	<p>O fazendeiro gozava-se. Depois, crítica ao Ministério. <u>O Barão de Cotegipe</u>, de grosso nariz recurso, era figurado de mil <u>maneiras, todas relembrativas de sua habilidade política.</u> Às vezes aparecia como o “leão da fábula” açambarcando o melhor bocado. <u>Outras vezes</u>, como “macaco velho” que não metia a mão nas combucas dos Liberais. (p.17)</p>
<p>Zacarias, Martinho de Campos cujo molde de político e cidadão, para mal nosso, se quebrou com ele; Lafayette, com a vesguice exagerada num grande bogalho de olho, Dantas, “Sinimbu”, os paredros</p>	<p>Zacarias <u>de Góes e Vasconcelos</u>, Martinho de Campos, <u>Lafayette Rodrigues</u> com a vesguice exagerada num grande bugalho de olho, Dantas, Sinimbu, os paredros de galões dourados e os de galões</p>

<p>de galões dourados e os de galões vermelhos, tipos de rua, <u>do</u> Castro Urso <u>ao</u> príncipe Natureza, os artista que aportavam ao Rio, <u>as</u> polêmicas pela seção-livre do “Jornal”, toda a história da Corte, <u>enfim</u>, se desenhava ali, rezando as alegorias, e subentendido, por <u>teor e forma</u> muito <u>entradicas por</u> olhos a dentro. Um ministério abolicionista em certo lance: é a barca do Estado tripulada pelos ministros singrando em <u>mau passo</u>; um ferra velas, o presidente do conselho <u>aperra</u> o leme; à proa emergem ameaçadoramente Sila, Caríbdis <u>transfiguradas em recifes que careteiam</u> as feições duras <u>de</u> Andrade Figueira e <u>o</u> Conselheiro Pantino, os próceres <u>do</u> escravagismo.</p> <p>O país compreendia sem esforço, e gostava. Pelo entrudo, tréguas à política; [...] combates a laranjinhas de cheiro, famílias de pretos encartolados <u>rumando para a</u> rua do Ouvidor sob a <u>risada</u> espremida das meninas janeleiras.</p>	<p>vermelhos, tipos de rua <u>como o</u> Castro Urso <u>ou o</u> Príncipe Natureza, artista <u>estrangeiros</u> que aportavam ao Rio, polêmicas pela seção-livre do “Jornal <u>do Comércio</u>” – toda a história da Corte se desenhava ali, rezando as alegorias e <u>os</u> subentendido, por forma muito <u>entradica</u> olhos a dentro. Um ministério abolicionista em certo lance: é a “barca do estado” tripulada pelos ministros e singrando em <u>mar revolto</u>; um ferra <u>a</u> velas; o Presidente do Conselho <u>firma</u> o leme; à proa emergem ameaçadoramente <u>os clássicos rochedos de</u> Sila e Caríbdis <u>com</u> as feições duras <u>do</u> Andrade Figueira e <u>do</u> Conselheiro Paulino, os próceres <u>da</u> <u>escravidão</u>. O país compreendia sem esforço e gostava.</p> <p>Pelo entrudo, tréguas à política; [...] combates <u>de</u> laranjinhas de cheiro, famílias de pretos encartolados <u>de rumo à</u> rua do Ouvidor sob a <u>risota</u> espremida das meninas janeleiras. (p.17-18)</p>
<p>Disso resultou <u>possuirmos</u> na coleção da “Revista” um documento retrospectivo cujo verdadeiro <u>valor ainda se não pôs em destaque</u>; será tarefa para nossos netos a <u>avaliá-la devidamente como às composições de Chmaberlain, Debret e outros raros fazemo-lo hoje</u>.</p> <p>A boa acolhida <u>desse gênero</u> provocou o <u>natal de outras folhas, todas litografadas</u>.</p>	<p>Disso resultou <u>termos</u> na coleção da <i>Revista Ilustrada</i> um documento <u>histórico</u> retrospectivo cujo verdadeiro valor <u>sempre crescerá com o tempo – tal qual aconteceu com os desenhos de Debret e Rugendas</u>. A boa acolhida...</p> <p>A boa acolhida <u>da folha de Agostini</u> provocou o <u>nascimento de novas, sem que</u></p>

<p><u>Nenhuma logrou vingar; por mil e uma razões estouravam pela dentição, período sobretudo crítico para qualquer periódico e mormente aos que se propõem a morder com os dentes da ironia. Entre o “Mequetrefe”, “Cabrion” e outros enfermiços de pouca vida está o “Besouro”, onde Bordallo Pinheiro tentou rastrear <u>novas sendas</u> implantando aqui a caricatura <u>de poucos traços já em voga pela Europa</u>. O povo atreito ao esfuminho de Agostini, <u>em cujas maciezas querenciara suas predileções em matéria de arte, não deu tento na bela planta que Bordallo diligenciava aclimar, e o “Besouro” morreu à minguá.</u></u></p>	<p><u>nenhuma conseguisse vingar. Entre elas citaremos o Besouro, onde Bordallo Pinheiro tentou rastrear <u>sendas inéditas</u>, implantando aqui a caricatura <u>a pena em moda no Velho Mundo. Não pegou. O povo,...</u></u></p> <p>O povo, <u>muito afeito</u> ao esfuminho de Agostini, não <u>compreendia outra forma de desenho</u>. O <i>Besouro</i> morreu <u>de inanição</u>. (p.18)</p>
<p>Entre a “Revista” e <u>ele reinou boa camaradagem a princípio, andavam às beijocas: depois, <u>arremangados, quebraram-se a cara mutuamente</u> – nos desenhos. O <u>como acabou esse duelo merece lembrada</u>. Bordallo <u>figura a “Revista” num engraxate relíssimo</u> de calça pelas canelas e depois de muito <u>sovar o bonifrate e zargunchá-lo com todos os alfinetes da sua ironia</u>, pinta-se, a ele Bordallo, de vassoura em punho <u>a varrer o engraxate, mais a caixa e as escovas, para fora da folha.</u></u></p> <p>— À margem, por indecente e sujo.</p>	<p>Entre a <i>Revista</i> e o <i>Besouro</i> ele reinou boa camaradagem <u>no começo; andaram mesmo</u> às beijocas: depois <u>brigaram, arregaçaram as mangas e mutuamente se quebraram as caras</u> – nos desenhos. O <u>fim dessa luta merece citação</u>. Bordalo <u>figurou a Revista como um relíssimo engraxate</u> de calça pelas canelas e, depois de muito <u>esmoie-lo, pintou-se</u>, a ele Bordallo, de vassoura em punho, <u>varrendo com o engraxate, mais a caixa e as escovas, para fora do papel</u>. “À margem, por indecente e sujo!” <u>era a legenda</u>. (p.18)</p>

<p><u>Agostini ressaltava com agudeza no próximo número da “Revista”:</u></p> <p>— Obrigado “Besouro”, sabemos reconhecer que as margens são o único lugar limpo dessa folha.</p>	<p><u>No número seguinte da Revista Agostini revidou com muita felicidade:</u></p> <p>“Obrigado, <i>Besouro</i>. Sabemos reconhecer que as margens são o único lugar limpo dessa folha”. (p.19)</p>
<p><u>Estas polêmicas e outras rebentavam coses pelas fazendas. Regalava-se o chefe de família e depois dele a petizada.</u></p> <p>Era de ver o magote de <u>crianças reunidas em torno da revista desdobrada no assoalho, já noite, sob o lampião; o mais taludo explicava ao crioulinho, filho da mucama, por que artes Zé Caipora escapou de tal perigo.</u></p>	<p><u>Estas polêmicas deliciavam as fazendas, do chefe da família à petizada.</u></p> <p>Era de ver o magote de <u>guris em redor da folha desdobrada no assoalho, à noite, à luz do lampião de querosene, o mais taludo explicando a um crioulinho, filho da mucama, como é que o Zé Caipora escapou às unhas da onça.</u> (p.19)</p>
<p><u>Nesta vida feliz, muito animada pela opinião viveu a “Revista” até a República sob cujos ares morreu, de que, não sei.</u></p> <p><u>Ressurgiu, porém, Agostini no “D. Quixote”, mas, ou que estivesse esclerótico na veia humorística, ou que a intolerância dos governo marecháticos tolhessem-lhe o desembaraço do lápis, “D. Quixote” viveu o que vivem as de hoje, revistas de pique-nique.</u></p> <p><u>Morreu e com ele parecia morta a caricatura entre nós. No campo vazio ninguém surgia, receoso talvez pela integridade das costelas, a tomar elmo e lança do defunto.</u></p>	<p><u>E nessa vida feliz, sempre animada pela opinião pública, foi vivendo a Revista <i>Ilustrada</i> até que com o advento da República faleceu. Agostini ainda tentou mais tarde ressurgir no <i>D. Quixote</i>; mas ou porque já estivesse com a veia esgotada ou porque a intolerância dos governos marecháticos lhe tirasse a liberdade, <i>D. Quixote</i> viveu o que vivem hoje as nossas revistas de pique-niques. E no campo deserto ninguém apareceu a retomar-lhe o lápis.</u> (p.19)</p>

<p><u>Por fim, como se foram aclarando as águas reboçadas pelos períodos mazorqueiros, a caricatura se foi saindo do letargo e espanejando as asas para novos voejos. A litografia saía da moda então suplantada pelos processos novos de gravura mecânica.</u></p> <p><u>Pipocaram tentativas de folhas humorísticas, uma aqui, outra lá, que logo morrem de inanição. Insistem, modificam-se, procuram captar o público. Os desenhos são ingênuos e destituídos de qualquer valor; em geral dois bonecos de perfil, encarados um com outro; embaixo um diálogo tão adequado àquele como a qualquer outro gatafunho. Afinal entram em cena Calixto e Raul.</u></p>	<p><u>Os começos da República foram horrivelmente agitados e mazorqueiros. Era o militarismo com todas as suas incompreensões e brutalidades. Por fim o equilíbrio civil foi voltando e a caricatura começou mais uma vez a ensaiar as asas. A litografia já tinha saído da moda, substituída pelos novos processos da gravura foto-mecânica, e pipocaram tentativas de folhas humorísticas, todas muito precárias. Morrem e ressuscitam. Insistem. Teimam. Procuram interessar o público indiferente e inculto. Os desenhos são ingênuos e destituídos de qualquer valor; em geral dois bonecos um defronte do outro e embaixo um diálogo, tão adequado aos dois figurões como a outros quaisquer. Por fim aparecem Calixto e Raul. (p.19-20)</u></p>
<p><u>Vemo-los prestar o concurso de seus lápis a todas as tentativas do periodocismo fluminense. A eles cabem as glórias do nosso Ressurgimento, como também a paternidade indireta, por sugestão ou exemplo, de toda a geração dos caricaturistas atuais.</u></p> <p><u>Das folhas lançadas por sua iniciativa muitas falharam, outras prosperaram grandemente. O meio porque conseguiram algumas delas obter público é curioso. Fugiram de procurar apoio nas classes</u></p>	<p><u>Vemo-los prestarem o concurso de seus lápis a todas as tentativas do periodocismo humorístico, e a eles cabe a façanha do nosso Renascimentozinho caricaturesco, bem como a paternidade indireta, por sugestão e exemplo, dos caricaturistas que aparecem daí por diante. Das folhas por eles lançadas ou em que colaboraram, a maioria faliu; uma delas, <i>O Malho</i>, vingou e prosperou. Para isso teve de fazer-se profundamente popular.</u></p> <p><u>Os desenhos do velho <i>O Malho</i></u></p>

<p><u>cultas; desceram às plebéias, estudaram-lhes os gostos, as predileções, o alcance mental, a capacidade de percepção satírica e, como industriais alemães, deram o gênero a sabor e contento do freguês.</u></p> <p><u>Os desenhos típicos se resumiam em grupos de políticos evidentes lardeados dum dialogo em calão muito lisonjeiro ao paladar da patuléia.</u></p> <p>Pinheiro, Azeredo, Nilo, Pires, <u>conversam:</u></p> <p>— Então “seu” Pinheiro, desta vez a coisa vai?</p> <p>— Se vai! Ou vai ou racha.</p> <p>— Não fosse você machado...</p> <p>— Não brinca, menino, olha lá!</p>	<p><u>resumiam-se em grupos de políticos evidentes com um diálogo em calão baixo.</u> Pinheiro Machado, Antonio Azeredo, Nilo Peçanha e Pires Ferreira <u>aparecem de corpo inteiro, uns diante dos outros, sempre de perfil.</u> “Então, seu Pinheiro, desta vez a coisa vai!” — “Se vai! Ou vai ou racha!” — “Não fosse você machado...” — “Não brinca, menino, olha lá!” (p.20)</p>
<p>Esta maravilhosa invenção <u>pôs de supedâneo as revistas os níqueis disponíveis no bolsinho de todo o guarda-freio da Central, chefe de linha, escavador, carroceiro, motorista ou porteiro que se ligava a algum paredro pelo fio do voto, e todos andam ligados.</u></p>	<p>Esta maravilhosa invenção <u>trouxe para a revista os tostões de todos os guarda-freios da Central, todos os chefes-de-linha, todos os estivadores, carroceiros, motoristas ou porteiros ligados a algum paredro pelo fio do voto.</u> (p.20)</p>
<p>Outro recurso não menos <u>hábil</u> foi <u>cultivarem as amizades</u> de todas as bandas de música <u>que zabumbam os ares do país, de Mato Grosso do Sul, de todas as irmandades do S. Sacramento, todas as corporações e demais grupos</u> associados em torno duma idéia ou um peru, com o fim de propagá-la ou comê-lo, e</p>	<p>Outro recurso não menos <u>engenhoso</u> foi <u>o cultivo da amizade</u> de todas as bandas de música, <u>grêmios disto ou daquilo, sociedades recreativas, irmandades de opa</u> – todos os grupos associados em torno duma idéia ou <u>de um peru</u>, com o fim de propagá-la ou comê-lo, <u>eternizando-se em seguida fotograficamente.</u> <i>O Malho</i></p>

<p><u>eternizarem-se em efígie por artes da objetiva fotográfica, em atitude empertigadíssima, muito de manequins engulidores de cabos de vassoura. Com se multiplicarem tais grupos em tais revistas, pela reprodução fotogravada, a meia imortalidade conferida pelo azotato de prata se integrava em imortalidade inteira, tão sólida como a da Brasileira de Letras – e a folha apanha um bandão de assinantes.</u></p> <p><u>O óbice de maior calibre oposto ao periodocismo, entre nós, reside nos excessivos hiatos do povoamento. Entre um núcleo de população e outro, interpõe-se o deserto, qual muralha insuladora.</u></p> <p><u>Raro vinga uma folha transpor esse espaço pelo simples projetar-se na publicidade, como a bala, mirando o alvo da opinião pública; a distância encurva-lhe a trajetória, forçando-a a cair muito perto do ponto de partida; donde a necessidade de criar engenhosos meios de expansão.</u></p> <p>Esse congregar amigos até nos confins do Acre, à custa de lhes publicar a tromba sublinhando-a dum elogio, tem algo de gênio.</p>	<p><u>publicava essas fotografias. Eram o meio indireto de sustentar a vida de um pouco de caricatura. Não consta.</u></p> <p>Outro recurso não menos engenhoso. Esse congregar amigos <u>pelo país inteiro à custa de publicar-lhes a tromba, sublinhando-as com um elogio</u>, tem algo de gênio. (p.20-21)</p>
<p>“Vinde a mim “garçons” de hotel de Pilão Arcado <u>a</u> Bebedouro, estafetas, caixeirinhos, irmãos de S. Benedito, guarda-chaves, <u>motorneiros</u>, todos que</p>	<p>“Vinde a mim, garçons de hotel de Pilão Arcado <u>e</u> Bebedouro, estafetas, caixeirinhos, irmãos de S. Benedito, guarda-chaves, <u>motoristas</u>, todos que</p>

<p>soletrais, <u>do Icó a Õbidos, de Encruzilhada a Salesópolis, colhendo os primeiros frutos da escola pública republicana; ajudai-me a viver, que vos divertirei imensamente.</u></p> <p>As camadas <u>altas andam gafadas de francesismo</u>; assinam a “<u>Ilustração</u>” e riem pelo “<u>Fantasio</u>”. Nada <u>há que esperar deles</u>. Protegei-me que <u>te darei histórias do Chantecler, retratos de Antonio Silvino e “clichês” (ó sórdida palavra!) de todos os grandes crimes que alegam este Rio de Janeiro.</u>”</p>	<p>soletrais e <u>colheis os primeiros frutos da escola pública republicana; ajudai-me a viver, que vos divertirei na altura do vosso gosto</u>. As camadas altas assinam a <i>L’Illustration</i> e riem pelo <i>Fantasio</i>. Nada a esperar <u>delas</u>. <u>Vinde a mim, protegei-me, que em troca vos darei histórias do Chantecler (Pinheiro Machado), retratos de Antonio Silvino e desenhos dos nossos caricaturistas</u>”. (p.21)</p>
<p><u>O apelo foi ouvido, e atendido.</u></p> <p><u>Todas as belas florações são assim, oriundas de uma semente fincada num monte de esterco. O aproveitamento industrial de todas as vaidadezinhas ingênuas e provincianas do país inteiro criou – é prodigioso! – a revista ilustrada de ampla divulgação. Não se lhes condenem o uso sistemático do catão, da insulsez, da ausência de arte e bom gosto; foram meios de criar indiretamente a atmosfera propícia ao desabrochar do desenho humorístico de boa liga.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>A chalaça acachaçada é mãe do chiste. Se hoje possuímos caricaturistas como esse J. Carlos que o é inteiriço, no traço e na graça de quilates tão finos que não desluz arregimentado na plêiade dos confrades europeus, devemô-lo ao</u></p>	<p><u>Se hoje temos Voltolino, Yantok e tantos mais e sobretudo esse J. Carlos que encheu toda uma época e pôs a arte da caricatura no Brasil a par dos velhos países cultos, devemos-lo à grande idéia d’O Malho, de satisfazer as ingenuidades</u></p>

<p><u>ambiente criado pelo poviléu. A caricatura e o desenho humorístico, coisas distintas, embora embicadas para um mesmo rumo, são flores deefinitivamente aclimadas que viçarão com esplendor neste solo.</u></p>	<p><u>estéticas do poviléu.</u></p> <p><u>Mas há uma coisa que impede o crescimento e a plena floração da nossa caricatura; a restrição cada vez maior da liberdade de crítica ao governo. E sem liberdade da mais ampla a caricatura fenece como a gramínea que tem sobre si um tijolo. Perde a clorofila. Descora.</u></p> <p><u>Dá um esparguinho branco... (p.21)</u></p>
<p><u>Há pelos sertões uma parasita chamada mata-pau. As aves depõe-lhe as sementes no esgalho de uma perobeira. A semente germina, e cresce com preguiça, emitindo raízes em fios a prumo, que descem procurando a terra.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>Enquanto esses filamentos não n'a alcançam, a vida do mata-pau é uma mentira, é um viver de brisas, é um morrer agoniado pela dispnéia da seiva.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>Um dia, porém, alcançam as raizinhas débeis o solo e uma transfiguração estupenda assombra a mata. As radículas engrossam como calabrês, a clorose da folhagem vira pletora, a plantilha tolhiça de há pouco cresce aos pinotes, numa ânsia irrefreável de céu. As folhas incham de verdura. É que a boa seiva da terra lá sobe em jorros pela cordoalha e turge-lhe os tecidos de sucos vitais. Entra em luta com a perobeira, mata-a por estrangulação,</u></p>	<p>Não consta.</p>

<p><u>como as jibóias, constringindo-a em cingulos que se vão anelando pelo tronco da vítima. E a figueira mata-pau, estufada de orgulho, mostra à floresta espavorida, sobraçando-o ainda, o cadáver seco da perobeira.</u></p>	
<p><u>Isto não é retórica, é verdade e serve de símile à neo-caricatura indígena que, abandonando a esfera restrita das camadas que entrajam casimiras, vai meter raízes no suculento esterco que é o povo, único alfobre capaz de vitalizar a arte.</u></p>	<p>Não consta.</p>

Cotejo 04

Jornal: “Como se formam lendas” (16/02/1915)

Livro: “Como se formam lendas” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Jornal: “Como se formam lendas” (16/02/1915)	Livro: “Como se formam lendas” (<i>Idéias de Jeca Tatu</i>)
<p><u>Perluzira Affonso Arinos em formosas conferências</u> o veeiro inexaurível da lenda, alma das raças cristalizada pela tradição, <u>além de espelho sobre todos fiel do seu fâcies emotivo</u>. Porque no anelo vago, embora premente, de refulgir ao prosaísmo <u>diário</u> da vida, que toda se resume, no comer o pão de hoje, digeri-lo sob um teto e amassar o de amanhã, o homem do povo – seja um ilota de Atenas, <u>que transita</u> pela rua da Cerâmica apregoando figos de uma quinta <u>marginal</u> do Illissus, e cruza Péricles <u>em rumo</u> do Àgora, a <u>concertar</u> com Fídias um detalhe do Pathernon; seja um caipira de Areias, que <u>ginga pela</u> rua do Cabrito, anunciando grumixamas dum quintal <u>d’além</u> ribeirão Vermelho e cruza o Promotor <u>em</u> caminho do “fórum”, a debater com o juiz e <u>o carcereiro</u> o <u>transcendental problema</u> duma goteira na sala do júri – o homem do povo despica-se da materialidade deprimente desferindo vãos <u>confusos</u> pelos intermúndios do sonho.</p>	<p><u>Em belas conferências explora Afonso Arinos</u> o veeiro inexaurível da lenda – alma das raças cristalizada pela tradição.</p> <p>Porque no anelo vago, embora premente, de refulgir ao prosaísmo da vida, que toda se resume no comer o pão de hoje, digeri-lo sob um teto e amassar o de amanhã, o homem do povo – seja um ilota de Atenas, <u>em trânsito</u> pela rua da Cerâmica, apregoando figos de uma quinta <u>à margem</u> do Ilisso, <u>o qual</u> cruza Péricles, <u>a caminho</u> do Agora, a <u>discutir</u> com Fídias um detalhe do Partenon; seja um caipira de Areias, que <u>sobe a</u> rua do Cabrito anunciando grumixamas dum quintal <u>que dá para o</u> Ribeião Vermelho, <u>o qual</u> cruz o promotor, <u>a</u> caminho do fórum, a debater com o juiz o <u>caso</u> duma goteira na sala do júri – o homem do povo despica-se da materialidade deprimente desferindo vãos pelos intermúndios do sonho. (p.105)</p>

<p>A insofreável musa do Devaneio encarcerada em cada peito humano, Guilherme Shakespeare ou José Pichorra, deturpa a realidade, <u>enfolha-lhe a galhaça resseca</u>, enflorresce-a de poesia <u>da autêntica</u>, a sã poesia que se não molda por figurinos <u>de escolas</u> e sai da alma na espontaneidade de <u>perfume a vaporar</u> de resedás – por exalação funcional.</p>	<p>A insofreável musa do Devaneio encarcerada em cada peito humano, <u>seja</u> Guilherme Shakespeare ou <u>Zé</u> Pichorra, deturpa a realidade, enfolha-<u>a</u>, enflorresce-a de poesia – <u>da</u> sã poesia que se não molda por figurinos <u>mas</u> sai da alma <u>com a</u> espontaneidade de <u>perfumes vaporados</u> de resedás – por exalação funcional. (p.105)</p>
<p><u>Essa maravilha suprema da imaginação</u>, o Olimpo grego...</p>	<p>O Olimpo grego!... (p.106)</p>
<p><u>Temô-lo hoje “consolidado” pelo labor pachorrento do mitólogo alemão</u>; os gregos estilizaram-no <u>na poesia</u>, escultura e teatro, de Hesíodo a Scopas, <u>com a fulguração de Homero de permeio</u>. Antes, porém, viveu em massa <u>cósmica</u>, a bosquejar-se na imaginação do Heleno, a bruxolear nos sonhos dos vagos Pelásgicos <u>e mais</u> Frígios e Fenícios interferentes na gênese <u>do grego</u>. E remontando inda mais alto vislumbram-se-lhe as primeiras lucilações na grande madre asiática do planalto <u>que bojou de seiva eterna um cotilédone</u> donde tudo saiu, inclusive a mancenilheira desta civilização que ora explode numa suprema <u>floração</u> de sangue. Toda a arte antiga bebeu na fonte copiosa do riquíssimo “lendário” heleno e <u>dali</u> até nós <u>o velho tronco nunca</u> cessou de <u>rebentar em</u> vergôntes, viçosas nas</p>	<p>Os gregos estilizaram-no <u>em verso</u>, escultura e teatro, de Hesíodo a Escopas. Antes, porém, <u>o Olimpo</u> viveu em massa <u>informe</u> a bosquejar-se na imaginação do heleno, a bruxolear nos sonhos dos vagos pelasgicos, frigios e fenícios interferentes na gênese <u>grega</u>. E, remontando inda mais alto, vislumbram-se-lhe as primeiras lucilações na grande madre asiática do planalto donde tudo saiu, inclusive a mancenilheira desta civilização que ora explode numa suprema <u>safra</u> de sangue.</p> <p>Toda a arte antiga bebeu na fonte copiosa do riquíssimo “lendário” heleno, e <u>de lá</u> até nós <u>nunca o velho tronco</u> cessou de <u>abrolhar</u> vergôntes, viçosas nas</p>

<p>Renascenças, bichadas nas Decadências, <u>no</u> forte poder de sedução que leva Cellini a esculpir “Perseu” quando podia esculpir um “condottieri” e Coelho Netto a escrever “Ártemis”, quando tanta Ártemis da cidade e do sertão anda ignorada a pedir pintura. A poesia neste nosso recanto do mundo, onde a virgindade da terra induz <u>o</u> <u>esto</u> de uma arte autóctone sem placentas no acervo clássico não se forra de tecer florituras e farfalhar variações sobre os velhos temas lendários gizados na <u>pátria do Ritmo</u>.</p>	<p>Renascenças, bichadas nas Decadências, <u>com</u> o forte poder de sedução que leva Cellini a esculpir “Perseu”, quando podia esculpir um condottieri <u>de seu tempo</u>, e Coelho Netto a <u>esboçar</u> “Ártemis”, quando tanta Ártemis da cidade e do sertão anda ignorada a pedir pintura.</p> <p>A poesia, neste nosso recanto do mundo onde a virgindade da terra induz uma arte autóctone sem placentas no acervo clássico, não se forra de tecer florituras a farfalhar variações sobre os velhos temas gizados na <u>Grécia</u>. (p.106)</p>
<p>Tão grande foi <u>sua anastomose</u> e infiltração mundial que a percebemos <u>entre nós</u>, viva, <u>a palpitar</u>, na linguagem diária , e até no ramo mais pessoal da vibração emotiva, o amor. Neste momento pelo país, vai de Pelotas a Macapá um intenso murmúrio de amor, a <u>chocalhar</u> em sonetos, serenatas, cochichos, <u>cartinhas</u>. D’envolta em luar e choro de violão, <u>embrulhadas no</u> papel de seda cor de rosa da rima, amelaçadas em falinhas trêmulas, <u>manejam-se</u> incessantemente as velhas gazuas <u>gregas</u> abridoras de corações femininos. <u>Há</u> um malabarismo intenso de – setas de Cupido, sorrisos de Cloé, <u>néctar</u>, ambrosias, musas, Leandros <u>amorosos</u> por morrer ao pé de Eros – tudo aromatizado <u>a</u> folhinhas de malva, mechas de <u>cabelo</u> atadas <u>a fitinha verde</u> e, para <u>imprimir</u> tom</p>	<p>Tão grande foi <u>a</u> infiltração mundial <u>grega</u>, que <u>ainda hoje</u> a percebemos a palpitar viva na linguagem diária, e até no ramo mais pessoal da vibração emotiva – o amor. Neste momento, <u>como sempre</u>, vai <u>pelo país</u>, de Pelotas a Macapá, um intenso murmúrio de amor, <u>chocalhado</u> em sonetos, serenatas, cochichos. <u>E</u> d’envolta em luar e choro de violão, <u>garajutadas em</u> papel cor de rosa, amelaçadas em falinhas trêmulas, <u>regiram</u> incessantemente as velhas gazuas gregas abridoras de corações femininos.</p> <p><u>Desenvolve-se</u> um malabarismo intenso de setas de Cupido, sorrisos de Cloé, <u>néctares</u>, ambrosias, musas, Lendros <u>ansiosos</u> por morrer ao pé de Eros, tudo aromatizado <u>com</u> florinhas de malva, <u>enfeitado com</u> mechas de <u>cabelos</u> atadas</p>

<p>local, sabiás, graúnas, iracemas, a fauna e a flora inteira do palheta <u>do cearense</u>.</p>	<p><u>de fitinhas verdes</u> e, para <u>maior dose</u> de tom local, sabiás, graúnas, iracemas – a fauna e a flora inteira da palheta <u>de Alencar</u>. (p.106-107)</p>
<p>Não há palerma por mais canhestro em exalar as comichões do <u>seu</u> coração arranhado num cinema pelas olhadelas escorridas duns dezessete anos de saia <u>que lhe</u> não chimpe em carta <u>rosa</u> três metáforas, em duas das quais pelo menos, <u>fulgura a estilha, dessorada pelo uso</u>, de um helenismo. São meras imagens, <u>hoje</u>, de curso forçado, como moedas de níquel, para o troco miúdo do sentimento; remontadas à origem todas <u>imbicam</u> numa lenda grega.</p>	<p>Não há palerma, por mais canhestro em exalar as comichões do coração, <u>que</u>, arranhado num cinema pelas olhadelas escorridas duns dezessete anos de saia, não chimpe em carta <u>rósea</u> três metáforas, em duas das quais, pelo menos, <u>figure</u> um helenismo.</p> <p>São meras imagens, de curso forçado, como moedas de níquel, para o troco miúdo do sentimento; remontadas à origem todas <u>imbricam</u> numa lenda grega. (p.107)</p>
<p><u>Lá</u> no ubertoso alfobre se geraram <u>na</u> ação lenta do polipeiro entorno dum ponto de pega inicial.</p>	<p>No ubertoso alfobre se geraram <u>pela</u> ação lenta do polipeiro em torno dum ponto de pega inicial. (p.107)</p>
<p><u>Como</u> no polipeiro, pelo <u>vagaroso</u> acamar dos exsudados calcários <u>emergem do oceano grandes liames</u> de coral, os exudados poéticos da imaginação coletiva se vão consolidando nas grandes lendas da humanidade, catedrais <u>de vidro, sonho</u> que se chamam Olimpo, Niebelungemn, <u>ou Vedas</u>. Seu autor é sempre o vago “Nemo” <u>ninguém</u>, o mesmo vago arquiteto <u>da catedral de Colônia e de quantos outros maravilhosos góticos não assinados</u>. O</p>	<p><u>Do mesmo modo que</u> no polipeiro, pelo acamar dos exsudados calcários, <u>se vão erguendo no oceano grandes ilhas</u> de coral, <u>assim</u> os exsudados poéticos da imaginação coletiva se vão consolidando nas grandes lendas da humanidade – catedrais de Sonho que se chamam Olimpo <u>ou</u> Niebelungen.</p> <p>Seu autor é sempre o vago “Nemo”, o mesmo vago arquiteto <u>das catedrais góticas</u>.</p>

<p>povo na ingênua simpleza da inconsciência cria, o artista “estiliza”; e por fim o sábio alemão <u>acaserna-as</u> na disciplina de um sistema dentro dum regimento de tomos. E desfeitas em mil bocados sob <u>o nome</u> de imagens, dão as lendas volta do mundo para marcheteria poética da emoção, tal qual a árvore de coral se dissemina por toda a terra quebrada em pedacinhos <u>ornamentados</u> de braços, <u>dedinhos</u> e lobos de orelhas, <u>em brincos, anéis e pulseiras</u>.</p>	<p>O povo, na ingênua simpleza da inconsciência, cria; o artista “estiliza” – e por fim o sábio alemão <u>as aquartela</u> na disciplina de um sistema, dentro de um regimento de tomos.</p> <p>E desfeitas em mil bocados, sob <u>forma</u> de imagens, dão as lendas volta ao mundo para marcheteria poética da emoção, tal qual a árvore de coral se dissemina por toda a terra, quebrada em pedacinhos, <u>para ornamento</u> de braços, <u>dedos</u> e lobos de orelha. (p.108)</p>
<p>O “lendário” grego diz claro do povo que o concebeu. É bem filho dos marinheiros <u>contentes</u> que borboleteavam de ilha em ilha pelo Mediterrâneo, e, ao cair da noite, <u>como os argonautas do “Argos”, tomavam nos ombros a nave e metiam-n’a a seco, em terra, onde, ao ar livre, sob o tremelicar das estrelas, dormiam descuidosos</u> sonhando incomparáveis sonhos.</p>	<p>O “lendário” grego diz <u>bem</u> claro do povo que o concebeu. É bem filho dos marinheiros que borboleteavam de ilha em ilha pelo Mediterrâneo, ao cair da noite metiam <u>a nave em seco e dormiam descuidosos</u> sob o tremelicar das estrelas, sonhando incomparáveis sonhos. (p.108)</p>
<p>A saúde <u>nos</u> homens, a formosura <u>nas</u> mulheres, a lenidade <u>no</u> clima, o azul <u>no</u> céu, a vida livre e movimentada, criaram <u>de chofre</u> o ritmo da beleza <u>inexcedível</u> – na escultura e no sonho.</p>	<p>A saúde <u>dos</u> homens, a formosura <u>das</u> mulheres, a lenidade <u>do</u> clima, o azul <u>do</u> céu, a vida livre e movimentada, criaram o ritmo <u>daquela</u> beleza – <u>inexcedida</u> na escultura e no sonho. (p.108)</p>
<p>Entretanto nem <u>todo sonho se afina pelo cânone manso</u> da serenidade. Há o pesadelo. E para o norte, em região polar à</p>	<p>Entretanto, nem <u>todos os sonhos se afinam pelos mansos cânones</u> da serenidade. Há o pesadelo. E para o norte,</p>

<p>grega, sonhos agitados deram origem a <u>um</u> “lendário” formidável <u>de novos moldes</u>. Os rios da Germânia não deslizavam amáveis como o Escamandro, mas rugidores como o Reno, <u>em cachões barulhentos</u>; [...]. E muita sombra, muito contraste violento de <u>feras, e perigos</u>. Os homens louros, senhores da terra eram espadaúdos gigantes <u>melados</u>. As mães <u>criavam-nos</u> ao relento, nus, para enrijá-los desde tenros <u>pela ação das ásperas invernias congeladoras dos rios</u>.</p>	<p>em região polar à grega, sonhos agitados deram origem a <u>outro</u> “lendario” formidável.</p> <p>Os rios da Germânia não deslizavam amáveis como o Escamandro, mas rugidores como o Reno; [...]. E muita sombra, <u>muito contraste violento de claro e escuro</u>. <u>E pântanos insidiosos, e</u> feras e perigos.</p> <p>Os homens louros, senhores da terra, eram espadaúdos gigantes <u>que</u> as mães criavam ao relento, nus, para enrijá-los desde tenros <u>ao léu das invernias ásperas</u>. (p.108)</p>
<p>Em guerra permanente de tribo a tribo, nos intervalos <u>da luta</u>, sonhavam <u>os</u> pesadelos fantásticos. Seu deus não <u>ostentava</u> o bom humor e bom tom de Júpiter; em vez de néctar bebia sangue humano; não desceria à terra disfarçado em touro para raptar Europa, <u>mas</u> para comê-la crua com maxilas de tigre. Odin lembra um Marte a quem faltou no céu os beijos de Vênus e o convívio <u>elegante, fino</u>, de deuses galantes e <u>deusas galantíssimas</u>. De tal ambiente só podia brotar os Niebelungen – <u>um pesadelo enorme</u> de ciclopes. <u>Radica-se a grande lenda na Ásia, através de sagas ostropodas, e pela fusão com edos escandinavos e mais contribuições locais fornecidas pelos borgundios, ergueu-se na humanidade qual</u></p>	<p>Em guerra permanente de tribo com tribo, nos intervalos sonhavam pesadelos fantásticos.</p> <p><u>O</u> deus <u>daqueles nórdicos</u> não <u>mostrava</u> o bom humor e <u>o</u> bom tom de Júpiter; em vez de néctar, bebia sangue humano; não desceria à terra disfarçado em touro para raptar Europa, <u>senão</u> para <u>mastigá-la</u>, crua, com maxilas de tigre. Odin lembra um Marte a quem <u>faltaram</u> no céu os beijos de Vênus e o convívio amável de deuses galantes e <u>galantíssimas deusas</u>.</p> <p>De tal ambiente só podiam brotar os Niebelungen – <u>ingente</u> pesadelo de ciclopes. Não consta.</p>

<p><u>mole de granito que assombra</u>. O ponto de pega inicial foi, como sempre, uma luta de <u>famílias</u>. Mas que violentíssimos sentimentos rugem-lhe <u>no seio!</u> [...]. <u>Apareceu</u> Átila, o buldogue huno, e com ele precipita-se o desenlace muito ao sabor do paladar germânico: <u>uma</u> chacina tremenda onde todos morrem com louco heroísmo sob golpes de abalar a terra e fazer piscar o sol.</p>	<p>O ponto de pega inicial desse lendário foi, como sempre, uma luta de <u>família</u>. Mas que violentíssimos sentimentos rugem <u>ali!</u></p> <p>Faltava um personagem [...]. <u>Aparece</u> Atila, o buldogue huno, e com ele precipita-se <u>um</u> desenlace muito ao sabor do paladar germânico; chacina tremenda onde todos morrem com louco heroísmo, sob golpes de abalar a terra e fazer piscar o sol. (p.109)</p>
<p>Entre estes dois cimos [...] – chocam os escudos na Flandres, <u>formiga</u> a hagiologia da Idade Média. [...] De Leônidas defendendo <u>os</u> Termópilas <u>descamba-se</u> para S. Simeão Estilita vivendo 60 anos nu e de cócoras num cepo.</p>	<p>Entre estes dois cimos [...] – chocam os escudos na Flandres, <u>lateja</u> a hagiologia da Idade Média.</p> <p>[...].</p> <p>De Leônidas, defendendo <u>as</u> Termópilas, <u>descamba</u> para S. Simeão Estilita, vivendo sessenta anos, nu, de cócoras num cepo. (p.110)</p>
<p>Da formidável coletânea de lendas [...] que vasculhou a Europa inteira e <u>entreteve por muitos anos</u> na tarefa colecionadora os ócios de todos os mosteiros, resultou um montão de material hoje precioso à <u>exegese científica</u> dos costumes da época. As redadas bolandistas colhiam santos, e d’envolta, notas, observações, fatos positivos; <u>em suma, recolhia lendas e realidades</u>.</p>	<p>Da formidável coletânea de lendas [...] que vasculhou a Europa inteira e <u>por muitos anos entreteve</u> na tarefa colecionadora os ócios de todos os mosteiros, resultou um montão de material hoje precioso <u>para o estudo</u> dos costumes da época.</p> <p>As redadas bolandistas colhiam santos, e de envolta notas, observações, fatos positivos – <u>lendas e realidades, em suma</u>. (p.110)</p>

<p>Mas quão longe se afastou o mundo da saudável pujança grega! O “lendário” medievo, ainda quando <u>o estiliza</u> um Eça de Queiros cheira ao doentio, ao malsão, pelo <u>repiso exaustivo</u> duma só tecla, a humildade anti-higiênica; se há beleza, é a beleza pálida das tísicas, e quando alteia <u>em</u> vôos cai num sobrenatural de Santa Teresa <u>em crise de epilepsia</u>. – Valores pecos de decadência, diria Nietzsche. De tão copioso manancial <u>de lendas</u>, uma <u>das</u> que sobrenadou e anda na boca do povo provém <u>dum</u> simples erro de cópia. <u>Vertia um mau latinista</u> a lenda de S. Agueda martitizada conjuntamente com sua serva Undecimilla; fraco em bom senso quanto em latim o copista traduziu em <u>algarismo</u> o nome da serva. Daí, em vez do martírio de Agueda e <u>a</u> virgem Undecimilla resultou para alta multiplicação da <u>barbárie</u> romana [...]. E entrou pra o mealheiro das línguas como locução virginal de alta cubagem. Esse copista seria talvez um remoto avô <u>do tipógrafo de Malherbe que dum seu verso vulgar</u></p> <p><i>Et Rosette a vecu...</i></p> <p>cochilou na cesura <u>dando</u> coisa papafina</p> <p><i>Et Rose, elle a vecu...</i></p> <p>fornecendo ao poeta uma taboa de</p>	<p>Mas quão longe se afastou o mundo da saudável pujança grega! O “lendário” medievo, ainda quando <u>estilizado por</u> um Eça de Queiros, cheira ao doentio, ao malsão, pelo <u>exaustivo repisamento</u> duma só tecla, a humildade anti-higiênica; se há beleza, é a beleza pálida das tísicas; e quando alteia vôos cai num sobrenatural de Santa Teresa em <u>suas crises epilépticas</u>. Valores pecos de decadência, diria Nietzsche.</p> <p>De tão copioso manancial, uma <u>lenda</u> que sobrenadou e anda na boca do povo provém <u>de</u> simples erro de cópia. <u>Um mau latinista vertia</u> a lenda de Santa Agueda, martitizada conjuntamente com sua serva Undecimilla; fraco em bom senso quanto em latim, o copista traduziu em <u>algarismos</u> o nome da serva. Daí, em vez do martírio de Agueda e <u>da</u> virgem Undecimilla, resultou, para alta multiplicação da <u>barbaridade</u> romana [...]. [...]; e entrou para o mealheiro das línguas como locução virginal de alta cubagem.</p> <p>Esse copista seria, talvez, um remoto avô <u>daquele tipógrafo que num verso vulgar de Malherbe</u></p> <p><i>Et Rosette a vecu...</i></p> <p>cochilou na cesura <u>e produziu</u> coisa papafina,</p>
--	--

sobrevivência eterna.	<p><u>Et rose elle a vecu ce que vivent les roses.</u></p> <p><u>L'espace d'un matin.</u></p> <p>fornecendo ao poeta uma tábua de sobrevivência eterna. (p.110-111)</p>
<p>Talvez seja isto lenda. [...]. <u>Se não chega aos Niebelungen supera as das onze mil virgens brotadas duma só Undemilla.</u> E faz jus a que <u>tragam-na os tipógrafos</u> em escapulário junto ao peito para indulgência plenária de muito que estropiam sem lucro evidente para as letras. E para que aprendem a <u>criar</u> com gênio em proveito de poetas que não alcançariam glória imorredoura se <u>um bom revisor lhe emendasse</u> a mão.</p>	<p>Talvez seja isto lenda. [...]. E faz jus a que <u>os tipógrafos a tragam</u> em escapulário junto ao peito para indulgência plenária do muito que estropiam sem lucro evidente para as letras. E para que aprendem a <u>errar</u> com gênio, em proveito de poetas que não alcançariam glória imorredoura se <u>o acaso não lhes desse</u> a mão. (p.111)</p>
<p><u>Enriquecer assim a elocução humana de locuções de uso diário e tão belas como as onze mil virgens e as rosas de Malherbe, por meros cochilos de composição, assombra, deixando entrever de que prodígios tal raça de copista e tipógrafo seria capaz quando despertos.</u></p> <p>.....</p>	<p>Não consta.</p>
<p>E de tudo se vê que a lenda vem do sonho. E quando <u>este</u> se crispa em convulsões por influencias internas da atrabilis e externas de excessivo <u>amor</u> aos fígados do próximo, vem do pesadelo.</p>	<p>E de tudo se vê que a lenda vem do sonho. E <u>que</u> quando se crispa em convulsões por influências internas da atrabilis e externas de excessivo <u>rancor</u> aos fígados do próximo, vem do pesadelo.</p>

	(p.111)
E vem do histerismo [...]. E de erros de cópia se o copista é mais forte em tabuada do que em latim. E ainda de um “gato” de composição quando o poeta é Malherbe e o tipógrafo um gênio.	E <u>vem</u> de erros de cópia se o copista é mais forte em tabuada do que em latim. E ainda <u>pode vir</u> de um “gato” de composição, quando o poeta é Malherbe e o tipógrafo um gênio... (p.112)

Cotejo 05

Jornal: “A hostefagia” (11/04/1915)

Livro: “A hostefagia” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Jornal: “A hostefagia” (11/04/1915)	Livro: “A hostefagia” (<i>Idéias de Jeca Tatu</i>)
Seus instintos espinoteantes <u>de gozo</u> dentro do sangue rebelde [...].	Seus instintos espinoteantes dentro do sangue rebelde, [...]. (p.95)
A maçã, [...]. [...]. Aquele olho simbolizava, <u>mas</u> sim, a Glória em derriço d’olhadelas langues ao primeiro vitorioso. <u>Isso</u> esclarece porque desd’ái até nós tal olhar nunca deixou de repastar-se gozoso na descendência heróica de Caim, <u>senhora</u> do mundo pelo direito dos golpes certos que esmagam a cabeça do adversário.	A maçã, [...]. [...]. Aquele olho simbolizava, sim, a glória, em derriço d’olhadelas langues ao primeiro vitorioso. <u>Isto</u> esclarece porque desd’ái até nós, tal olhar nunca deixou de repastar-se, gozoso, na descendência heróica de Caim, <u>dona</u> do mundo pelo direito dos golpes certos que esmagam a cabeça do adversário. (p.95)
O estigma impresso por Deus na frente de Caim – <u>explica-no-lo</u> a História contestando a Lenda – foi a mesma fulgurante estrela que rutilou na testa dos Gengis-Khan, Átilas e Bonapartes. Prova <u>disso</u> : <u>Caim</u> , em seguida ao fratricídio, inebriado pela vingança, prazer até ali reservado aos deuses, partiu para as terras de Nod, onde, cheio o peito de uma orgulhosa força de dominação, oprimiu os povos vizinhos, enriqueceu, imperou despótico, vindo a acabar como bravo, na	O estigma impresso por Deus na frente de Caim – <u>explica-nos</u> a História contestando a Lenda – foi a mesma fulgurante estrela que rutilou na testa dos Gengis-Khan, Átilas e Bonapartes. Prova: em seguida ao fratricídio, inebriado pela vingança, prazer até ali reservado aos deuses, <u>Caim</u> partiu para as terras de Nod, onde, cheio o peito de uma orgulhosa força de dominação, oprimiu os povos vizinhos, enriqueceu, imperou despótico, vindo a acabar, como <u>um</u> bravo, na luta

<p>luta, <u>por mãos do</u> seu sobrinho Lamech.</p>	<p><u>contra o</u> seu sobrinho Lamech. (p.95-96)</p>
<p>Sem a pedrada na cabeça de Abel, morreria simples pastor, sem nome nem feitos, nem descendência; <u>pela</u> pedrada ensinou aos homens o caminho da glória, [...].</p>	<p>Sem a pedrada na cabeça de Abel, <u>Caim</u> morreria simples pastor, sem nome nem feitos, nem descendência. <u>Com</u> a pedrada ensinou aos homens o caminho da glória, [...]. (p.96)</p>
<p>Do outro lado do Eufrates, onde Deus não conversava os homens e eram eles uma nudez de instintos só equiparável à nudez do corpo, [...]. Sabia que, se, <u>sub-reptício</u>, pela calada da noite, fendesse o crânio do “possuidor” adormecido, <u>com um valente golpe d’acha</u>, a pele passaria a <u>lhe pertencer</u> por direito de conquista.</p>	<p>Do outro lado do Eufrates, onde Deus não conversava <u>com</u> os homens e eram eles uma nudez de instintos só equiparável à nudez do corpo, [...]. Sabia que se sub-repticiamente, pela calada da noite, fendesse o crânio do “possuidor” adormecido, a pele passaria a <u>pertencer-lhe</u> por direito de conquista. (p.96)</p>
<p>A raça heróica dos conquistadores mede <u>a</u> sua grandeza pelo certo dos golpes desferidos <u>somado ao</u> valor das peles adquiridas; e a humanidade <u>diviniza-os, aferindo-lhes o valor por craveira idêntica</u>. Assim, os picos culminantes da História são os fortes desferidores desses golpes tremendos que <u>esmoacam</u> tronos e <u>destroem</u> impérios.</p>	<p>A raça heróica dos conquistadores mede sua grandeza pelo certo dos golpes desferidos <u>e pelo</u> valor das peles adquiridas – e a humanidade <u>os exalta</u>. Assim, os picos culminantes da História são os fortes desferidores desses golpes tremendos, que <u>esmoem</u> tronos e <u>derruem</u> impérios. (p.96-97)</p>
<p>Diante do herói guerreiro, <u>dilui-se</u> o herói do trabalho e da ciência. Onde a estátua, <u>ou lápide sequer</u> comemorativa do inventor do tear? <u>Desse, a cujas noites de insônia alternadas a dias</u> de labor paciente deve a frágil nudez do corpo humano os</p>	<p>Diante do herói guerreiro <u>desaparece</u> o herói do trabalho e da ciência. Onde a estátua comemorativa do inventor do tear? esse a cujo labor paciente deve a frágil nudez do corpo humano os tecidos que a resguardam da hostilidade</p>

tecidos que a resguardam da hostilidade ambiente, quem lhe venera o nome?	ambiente? Quem lhe venera o nome? (p.96)
Mas todo menino de escola sabe de Alexandre. <u>Perguntem-lhe</u> do macedônio e o pequeno, enfunando o peito e todo brilhos chispantes <u>no olhar</u> , dirá:	Mas todo menino de escola sabe de Alexandre. <u>Perguntai-lhe</u> do macedônio, e o pequeno, enfunando o peito e todo brilhos chispantes <u>nos olhos</u> , dirá: (p.96)
— É o homem que conquista, vence os inimigos, <u>constrói</u> impérios.	— É o homem que conquista, vence os inimigos, <u>destrói</u> impérios. (p.96)
Incapaz de definir qualquer <u>outro</u> sentimento humano, a criança define <u>de</u> instinto o sentimento da “belacidade”, [...].	Incapaz de definir qualquer sentimento humano, a criança define, <u>por</u> instinto, o sentimento da “belacidade”, [...]. (p.97)
É, portanto, a guerra, humana. [...]. A História é toda uma teia de Penélope, <u>tecida</u> e desfeita por entre fulgurações de guerras.	É, portanto, a guerra, humana. [...]. A História é toda uma teia de Penélope, <u>feita</u> e desfeita por entre fulgurações de guerras. (p.97)
Os impérios nascem pela guerra, [...]. Os homens máximos serão sempre aureolados pelo halo guerreiro.	Os impérios nascem pela guerra, [...]. Os homens máximos serão sempre <u>os</u> aureolados pelo halo guerreiro. (p.97)
Não há nome moderno de maior fulgor que o de Napoleão, <u>embora bem pesadas as credenciais o desprezado Fulton, seu contemporâneo, mais merecesse tal situação – se a humanidade fosse composta de filósofos.</u>	Não há nome moderno de maior fulgor que o de Napoleão. (p.97) Não consta.
Pacatos funcionários públicos, <u>todo</u> bonomia, adipe e calmas digestões em	Pacatos funcionários públicos, <u>fiéis ao ponto e à geléia de mocotó em dias de</u>

<p><u>família</u>, trazem nos aparadores <u>de suas casas pacíficas</u> o busto em terra-cota, gesso ou bronze do Corso, e é com olhar terno – ternura do cão em face do senhor – que, a mirá-lo, <u>perdem-se</u> em devaneios <u>sonhando uma</u> vida intensa como a do herói.</p>	<p><u>aniversário</u>, trazem nos aparadores <u>das salas de visita</u> o busto em terra-cota, gesso ou bronze, do corso, e é com olhar terno – ternura do cão em face do senhor – que a mirá-lo <u>se perdem</u> em devaneios <u>duma</u> vida intensa como a do herói. (p.98)</p>
<p><u>Peça</u> do aparelho administrativo do Estado, é a formidável ação organizadora do colega que <u>ele admira</u>? Não; é Arcole, é Iena, é Austerlitz; é até Santa Helena, a atitude clássica com que o prisioneiro, a encarar o oceano, de pé numa frágua; mão metida no peito do casaco, <u>testa vincada, de rugas fatais</u>, penetrou na posteridade -, como <u>ele, funcionário</u>, de <u>mãos</u> na cava do colete, <u>penetrou uma vez</u> na fotografia.</p>	<p><u>Peças</u> do aparelho administrativo do Estado, é a formidável ação organizadora do colega que <u>eles admiram</u>? Não: é Arcole, é Iena, é Austerlitz; é até Santa Helena, a atitude clássica com que o prisioneiro, a encarar o oceano, de pé <u>sobre uma fragua</u>, mão metida no peito do casaco, penetrou na posteridade -, como <u>eles, funcionários</u>, de <u>mão</u> na cava do colete, <u>penetram às vezes</u> na fotografia. (p.98)</p>
<p><u>Antonio Silvino é um gérmen de ídolo heróico nas camadas baixas da plebe nortista</u>. Se possuísse as qualidades sugestionantes do “meneur” e <u>levantado</u> após si uma horda de fanáticos se atirasse à conquista do país, <u>com meia dúzia de palavras bem soantes na boca, a lhe acolchoar o fito exclusivo de todo conquistador, o mando...</u></p>	<p><u>Nas camadas baixas da plebe nortista Antonio Silvino é um germe de ídolo heróico</u>. Se possuísse as qualidades sugestionantes do “meneur” e <u>levantando</u> após si uma horda de fanáticos se atirasse à conquista do país, <u>ai de nós!</u> (p.98) Não consta.</p>
<p>A meio caminho de Roma as legiões revoltadas de Galba de “bandidos” <u>já eram</u> “beligerantes” e ao <u>pisar</u> na via Appia,</p>	<p>A meio caminho de Roma as legiões revoltadas de Galba <u>havia</u> passado de “bandidos” <u>a</u> “beligerantes” e ao <u>pisarem</u></p>

<p>“salvadores da pátria”.</p>	<p>na via Apia <u>viraram</u> “salvadores da pátria”. (p.98)</p>
<p>Vencer, impor as impressões digitais das suas manoplas, seja Pancho y Villa, César ou Silvino, é forçar as <u>portas</u> da História e coroar-se em apoteose. Pancho y <u>Villa</u> está no fastígio; <u>Antonio</u> Silvino na cadeia. Os heróis oscilam <u>sempre</u> entre esses dois pólos.</p>	<p>Vencer, impor as impressões digitais das manoplas <u>de ferro</u>, seja Pancho y Vila, César ou Silvino, é forçar as <u>páginas</u> da História e coroar-se em apoteose. Pancho está no fastígio; Silvino, na cadeia. Os heróis oscilam entre esses dois pólos. (p.98)</p>
<p>A guerra atual, soprando por terra o castelo de cartas do pacifismo, vem pela milésima vez demonstrar <u>de como</u> a guerra é contingência iniludível da natureza humana, <u>de</u> como <u>é o</u> fluxo e refluxo natural <u>dos</u> povos e entrechoque necessário de forças sociais <u>procurando</u> um equilíbrio estático que a paz pela inflação desmesurada da indústria, rompe. <u>E de</u> como é compatível com a civilização e dela sofre influxos unicamente no sentido de modificar-se por <u>influição</u> das maravilhas saídas do laboratório, nunca, porém, de extinguir-se.</p>	<p>A guerra atual, soprando por terra o castelo de cartas do pacifismo, vem pela milésima vez demonstrar <u>que é</u> a guerra é contingência iniludível da natureza humana, como <u>fluxo</u> e refluxo natural <u>de</u> povos e entrechoque necessário de forças sociais <u>em procura dum</u> equilíbrio estático que a paz, pela inflação desmesurada da indústria, rompe; <u>e vem demonstrar ainda</u> como é compatível com a civilização, e <u>como</u> dela sofre influxos unicamente no sentido de modificar-se por <u>artimanha</u> das maravilhas saídas do laboratório – nunca, porém, <u>no</u> de extinguir-se. (p.99)</p>
<p>A guerra atua como um crisol depurador; <u>os povos saem dela</u> transfeitos.</p>	<p>A guerra atua como um crisol depurador: <u>saem dela os povos</u> transfeitos. (p.99)</p>
<p>Nenhum povo detentor [...]. [...]. Em redor deles gravita como <u>satélites</u> o rebanho dos fracos carneáveis como reses.</p>	<p>Nenhum povo detentor [...]. [...]. Em redor deles gravita como <u>satélite</u> o rebanho dos fracos carneáveis como reses. (p.99)</p>

<p>A nós brasileiros [...]. O pacifismo edulcorado [...]. Talvez ali na Lua conviesse tal meiguice de ovelhas. <u>Por cá</u>, ainda não. Eternamente arranhados nos atritos com os fortes, iremos vivendo a vida risível do boi de corte, até que um dia... <u>Caluda!</u></p>	<p>A nós, brasileiros, [...].</p> <p>O pacifismo edulcorado [...]. Talvez ali na Lua conviesse tal meiguice de ovelhas: <u>aqui</u>, ainda não.</p> <p>Eternamente arranhados nos atritos com os fortes, iremos vivendo a vida risível do boi de corte, até que um dia <u>nos cheguem a faca à nuca</u>. (p.99)</p>
<p>O marasmo ambiente <u>ao qual</u> os sociólogos indígenas <u>tresnoitam-se por</u> debelar com mezinhas de mulher velha, só <u>curar-se-ia</u> pelo estímulo sistemático da “belacidade” adormecida no seio de toda a <u>criatura humana</u>. <u>Espicaça-lo, espertá-lo, alimentá-lo</u>, criar a ebriedade coletiva dos fortes, <u>arrastá-lo</u> à luta seria um programa de gênio ao ditador-estatutário que se apossasse desta inerme <u>massa cósmica social</u>, tão plástica, e a plasmasse, com mãos heróicas, pelos moldes mavórticos.</p>	<p>O marasmo ambiente, <u>que</u> os sociólogos indígenas <u>procuram</u> debelar com mezinhas de mulher velha, só <u>se curaria</u> pelo estímulo sistemático da belacidade adormecida no seio de toda a criatura humana. <u>Espicaça-la, espertá-la, alimentá-la</u>, criar a ebriedade coletiva dos fortes, <u>arrasta o povo</u> à luta seria um programa de gênio ao ditador-estatutário que se apossasse desta inerme <u>massa humana</u>, tão plástica, e a plasmasse, com mãos heróicas, pelos moldes mavórticos. (p.100).</p>
<p>É mister arrancar a venda dos olhos: a guerra foi, é e será. Luta de classes, luta de partidos, luta de povos, luta de raças, viver socialmente é lutar, e <u>vencer</u>. <u>O universo, diz Novicow, é um campo ilimitado onde se ferem perpétuas batalhas e onde alianças se concluem a cada momento</u>. <u>Crêem</u> os filósofos, nos seus tonéis, as suaves ficções de Platão e Thomaz <u>Moore</u></p>	<p>É mister arrancar a venda dos olhos: a guerra foi, é e será. Luta de classes, luta de partidos, luta de povos, luta de raças, viver socialmente é lutar. Não consta. Criem os filósofos...</p> <p><u>Criem</u> os filósofos, nos seus tonéis, as</p>

<p>– cá fora, a soma dos instintos trogloditas que a alma humana entremostra mal estala o verniz da “moralina”, é uma força mecânica irreduzível, diante da qual se <u>esboroa</u> a bondade de Jesus bem como as concepções altruístas dos <u>filósofos</u>.</p>	<p>suaves ficções de Platão e Thomas <u>Morus</u> – cá fora, a soma dos instintos trogloditas que a alma humana entremostra mal estala o verniz da “moralina”, é uma força mecânica irreduzível, diante da qual se <u>esboroam tanto</u> a bondade de Jesus como as concepções altruístas dos <u>Comtes</u>. (p.100)</p>
<p>A guerra européia ensina, ainda e sempre, a eterna glória da Força aureolada do heroísmo; <u>indica a senda a trilhar, na arrancada para o futuro, ao povo que “queira” viver</u>. Se seus lances nos deixam frios é que pertencemos à velha escola romântica de Napoleão. Nossos netos, porém, <u>plasmando</u> em outros moldes mentais, saberão extasiar-se <u>na arte bélica naturalista ora em pleno viço</u>. Saberão sorrir de <u>Lassale</u>, de <u>Leônidas</u>, e <u>serem todo êxtases ante o rasgo</u> do telefunkista que, escondido com a sua antena num recanto ignorado, remete a vitória aos seus, montada numa onda hertziana.</p>	<p>A guerra européia ensina, ainda e sempre, a eterna glória da Força aureolada de heroísmo; <u>indica ao povo que “queira” viver a senda a trilhar na arrancada para o futuro</u>. Se seus lances nos deixam frios, é quer pertencemos à velha escola romântica de Napoleão. Nossos netos, porém, <u>plasmados</u> em outros moldes mentais, saberão extasiar-se <u>ante o naturalismo da arte bélica ora em vigor</u>. Saberão sorrir de <u>Aníbal</u> e de <u>Leônidas</u>, <u>mas cairão extáticos diante</u> do telefunkista que, escondido com a sua antena num recanto ignorado, remete a vitória aos seus, montada numa onda hertziana. (p.100)</p>
<p>O espião que ilude o inimigo e com hábeis manobras inutiliza um ingente esforço <u>deste</u>, dando ao seu país uma vitória fácil, provocará lágrimas de entusiasmo.</p>	<p>O espião que ilude o inimigo e com hábeis manobras <u>lhe</u> inutiliza um ingente esforço, dando ao seu país uma vitória fácil, provocará lágrimas de entusiasmo. (p.100)</p>
<p>A nós inda não sabem tais coisas;</p>	<p>A nós inda não sabem tais coisas;</p>

<p>temos o paladar clássico; <u>Plutarco com seus antiquados figurões</u> viciou em excesso à nossa <u>estesia</u> da heroicidade.</p>	<p>temos o paladar clássico; <u>com os seus antiquados figurões, Plutarco</u> viciou em excesso a nossa <u>estética</u> da heroicidade. (p.100)</p>
<p>Inda assim já vamos compreendendo algo dos <u>nostros</u> ideais <u>estéticos</u>; o hurra épico da tripulação de um submarino a saudar a deflagração <u>do</u> torpedo de encontro ao casco do <u>encouraçado rival</u> já pomos em pé de igualdade <u>ao</u> olhar de Anibal em Cannes, ao ver a seus pés dormindo o derradeiro sono as legiões de Varro.</p>	<p>Ainda assim já vamos compreendendo algo dos ideais <u>de amanhã</u>. O hurra épico da tripulação de um submarino a saudar a deflagração <u>dum</u> torpedo de encontro ao casco do <u>couraçado inimigo</u> já <u>o</u> pomos em pé de igualdade <u>com o</u> olhar de Anibal em Cannes, ao ver a seus pés, dormindo o derradeiro sono, as legiões de Varro. (p.101)</p>
<p>Dos ensinamentos da atualidade <u>depreendem-se</u> vagamente as diretrizes da guerra futura. Em matéria de armamento caminharão os Estados até aqui, guardando uma equilibrada equivalência. O serviço de espionagem não permite avantajarse um mais que <u>os outros</u>. Em matéria de disciplina Roma e a Alemanha <u>provaram</u> a <u>sua</u> eficiência; os exércitos futuros, eslavos <u>ou</u> chineses, serão a mesma massa mecanizada, dirigida por botões elétricos, do alto da torre dos estados-maiores. Resta a cozinha.</p>	<p>Dos ensinamentos da atualidade <u>já se depreendem</u> vagamente as diretrizes da guerra futura. Em matéria de armamento, caminharão os estados <u>como</u> até aqui, guardando uma equilibrada equivalência. O serviço de espionagem não permite avantajarse um mais que <u>outro</u>. Em matéria de disciplina, Roma e Alemanha <u>provaram-lhe</u> a eficiência; os exércitos futuros, eslavos <u>e</u> chineses, serão a mesma massa mecanizada, dirigida por botões elétricos do alto da torre dos estados-maiores. Resta a cozinha (p.101)</p>
<p>A parte relativa ao suprimento de viveres é suscetível de imensa transformação, e vencerá o melhor serviço</p>	<p>A parte relativa ao suprimento de viveres é suscetível de imensa transformação – e vencerá, <u>está claro</u>, o</p>

de intendência.	melhor serviço de intendência. (p.101)
<p>Neste, [...]. <u>Há varias sendas previsíveis, e, entre estas, a alimentação artificial, obtida pela síntese química, e a...</u></p> <p><u>Vamos por partes.</u></p> <p>A filosofia de Nietzsche [...].</p>	<p>Neste, [...].</p> <p><u>Fala-se já na alimentação artificial obtida pela síntese química. Mas a solução de gênio está na “hostefagia”.</u></p> <p><u>Que coisa é isto? Começemos do começo.</u> A filosofia de Nietzsche [...]. (p.101)</p>
<p>Que <u>é</u> pois, adotem os futuros beligerantes a antropofagia como o caminho mais curto <u>à</u> solução do problema alimentar dos exércitos? <u>A evolução mental cabe numa fórmula: conscientização do inconsciente.</u></p> <p><u>Progredir: é conhecer, alcançar, “ter consciência”, de quanto a alma humana já nos tempos mais remotos sabia “de instinto”, isto é, inconscientemente. Ora, uma antropofagia consciente não destoa deste conceito.</u> O óbice está na palavra. Eliminem-na, que é bárbara e brutal; criem um vocábulo novo, hostefagia, por exemplo, <u>ou outro inda mais escorreito</u> – e meio caminho estará vencido. Organize-se, em seguida, o serviço, de modo que nada lembre ao soldado que mastiga o bife suculento e bem assado as cenas do zelandês a estraçalhar nos dentes <u>acerados</u> a carne <u>viva e fumegante</u> dum inimigo. A ciência vai desde já destruindo estes injustificáveis engulhos sentimentais.</p>	<p>Que <u>muito</u> pois, adotem os futuros beligerantes a antropofagia como o caminho mais curto <u>para a</u> solução do problema alimentar dos exércitos? Não consta.</p> <p>O óbice está na palavra. Eliminem-na, que é bárbara e brutal; criem um vocábulo novo, “hostefagia”, por exemplo, e meio caminho estará vencido. Organize-se em seguida o serviço de modo que nada lembre ao soldado que mastiga o bife suculento e bem assado, as cenas do zelandês a estraçalhar nos dentes <u>sangrenta</u> dum inimigo.</p> <p>A ciência vai desde já destruindo estes injustificáveis engulhos sentimentais. Os laboratórios demonstram que a carne é um</p>

<p>Os laboratórios demonstram que a carne é um músculo composto de fibrina, caseína, <u>graxas, albumina, fosfatos</u>, etc., e é assim tanto no boi como no homem. Quimicamente não se justifica o velho preconceito. Estas noções repugnarão seu tantinho no começo, por virem <u>chocar</u> idéias muito arraigadas, mas para vencê-las aí está o mestre-escola que venceu em Sadowa. Uma propaganda bem organizada, a partir <u>da escola</u>, dentro de uma geração, terá habilitado os governos a aplicar aos exércitos em campanha a solução hosteofágica, com imensas vantagens <u>ao</u> tesouro e aos fins colimados pelos futuros Alexandres. O povo que primeiro vencer o preconceito bromatológico do seu exercito terá o mundo <u>aos</u> seus pés. O que mais onera uma campanha, e dificulta a ação beligerante, é justamente o peso morto [...].</p>	<p>músculo composto de fibrina, caseína, <u>albumina, graxas e</u> fosfatos, etc., e <u>que</u> é assim tanto no boi como no homem. Quimicamente, <u>pois</u>, não se justifica o velho preconceito.</p> <p>Estas noções repugnarão seu tantinho no começo, por virem <u>contrariar</u> idéias muito arraigadas; mas para vencê-las aí está o mestre-escola que venceu em Sadowa <u>e a Agência Havas que vence de Sadowa para cá</u>. Uma propaganda bem organizada a partir <u>de berço</u> dentro duma geração terá habilitado os governos a aplicar aos exércitos em campanha a solução hosteofágica, com imensas vantagens <u>para o</u> tesouro e aos fins colimados pelos futuros Alexandres.</p> <p>O povo que primeiro vencer o preconceito bromatológico do seu exercito terá o mundo <u>a</u> seus pés. O que mais onera uma campanha, e <u>mais</u> dificulta a ação beligerante, é justamente o peso morto [...]. (p.102-103)</p>
<p>A <u>supressão</u> do sistema atual pelo indicado barateará a guerra a um mínimo risível, além de que dará velocíssimas asas aos exércitos. Para atirá-los contra o Inimigo, inútil <u>então</u> as frases de arrepiar o entusiasmo, <u>a</u> Napoleão, <u>nem o entremostram às tropas</u>, em boletins chorosos, a imagem da pátria em perigo, <u>esperando tudo delas</u>. Basta após um dia</p>	<p>A <u>substituição</u> do sistema atual pelo indicado barateará a guerra a um mínimo risível, além de que dará velocíssimas asas aos exércitos. Para atirá-los contra o inimigo, inútil as frases de arrepiar o entusiasmo <u>à moda de Napoleão, como também inútil mostrar</u> às tropas, em boletins chorosos, a imagem da pátria em perigo, <u>tudo esperando do esforço delas</u>.</p>

<p>de jejum forçado mostrar o inimigo pela frente: “Dentro daquelas trincheiras, camaradas, <u>espiam-vos trezentos mil inimigos</u> gordos, de carne tenra, ótimos para rosbifes.”</p>	<p>Basta, após um dia de jejum forçado, mostrar o inimigo pela frente: “Dentro daquelas trincheiras, camaradas, <u>trezentos mil inimigos vos espiam</u>, gordos, de carne tenra, ótimos para rosbifes!” (p.103)</p>
<p>E ai do <u>inimigo!</u></p>	<p>E ai do <u>adversário!...</u> (p.103)</p>
<p>Entre saquear uma cidade, esmagar pelo bombardeio a colméia humana inerme <u>que ela é</u>, cheia de pobres velhos, mulheres desvairadas <u>a apertar nos braços as</u> criancinhas transidas de pavor – e comer uma carne que a análise demonstra ser tão nutriente como a do carneiro, vai em favor da última hipótese tudo quanto há de mais cristalino em <u>racionalidade</u>. Será esta, supomos nós, uma das faces mais curiosas e fecundas em resultados da guerra <u>futura</u>. A futura Roma, dominadora do mundo <u>moderno</u>, será o povo bastante inteligente para antecipar-se aos demais na adoção da hostefagia – para antecipar-se, porque as vantagens são tão positivas que logo depois, sem discrepância, a humanidade inteira a adotará.</p>	<p>Entre saquear uma cidade, esmagar pelo bombardeio a colméia humana inerme, cheia de pobres velhos, mulheres desvairadas, criancinhas <u>retransidas</u> de pavor – e comer uma carne que a análise demonstra ser tão nutriente como a do carneiro, vai em favor da última hipótese tudo quanto há de mais cristalino em <u>matéria de bom senso e de bom coração</u>. Será esta, supomos nós, uma das faces mais curiosas e <u>mais</u> fecundas em resultados <u>positivos</u> da guerra <u>de amanhã</u>. A futura Roma, dominadora do mundo <u>por vir</u>, será <u>a nação assaz</u> inteligente para antecipar-se aos demais na adoção da hostefagia – para antecipar-se <u>às demais na adoção da hostefagia</u> – para antecipar-se, <u>digo</u>, porque as vantagens são tão positivas que logo depois, sem discrepância, a humanidade inteira a adotará. (p.104)</p>
<p>O soldado de hoje, quando por uma falha no serviço de fornecimentos, se vê privado da ração e todo se <u>estorcega</u> na</p>	<p>O soldado de hoje, <u>que</u> por uma falha no serviço de <u>intendência</u>, se vê privado da ração e todo se <u>estorce</u> na fome, como não</p>

<p>fome, <u>se lhe preluz esta visão do futuro</u>, como não invejará as boas digestões dos seus netos, nas guerras do ano 2000, quando o luxo dos batalhões for terem vatéis a seu serviço!</p>	<p>invejará as boas digestões dos seus netos, nas guerras do ano 2000, quando o luxo dos batalhões for <u>trazerem</u> Vatéis a seu serviço, <u>hábeis no preparo de bifés de carne humana!...</u> (p.104)</p>
<p>Não consta.</p>	<p><u>Teremos chegado, então, à sonhada idade de ouro.</u> (p.104)</p>

Cotejo 06

Jornal: “A propósito de Wash Rodrigues” (09/01/1916) e “Pensionamento de artistas” (16/01/1916)

Livro: “Estética oficial” e “A paisagem brasileira – a propósito de Wash Rodrigues” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Embora o título do artigo publicado em jornal induza o leitor a identificá-lo como “A paisagem brasileira – a propósito de Wash Rodrigues”, em *Idéias de Jeca Tatu* (1957), percebe-se, porém, que o texto jornalístico publicado em *O Estado* iria compor mesmo é o texto “Estética oficial”.

Jornal: “A propósito de Wash Rodrigues” (09/01/1916)	Livro: “Estética oficial” (<i>Idéias de Jeca Tatu</i>)
<u>Orça por verdade comezinha um paradoxo corrente em estética: a arte de um país quanto mais se desinternacionaliza mais cresce como força internacional.</u>	Não consta.
<u>É evidente.</u> O valor <u>da obra</u> d’arte cota-se pelo seu coeficiente de temperamento, cor e vida — os três valores que lhe travam a unidade, promanantes um do homem, outro do meio, outro do momento. A arte descentrada dessa tripeça de categorias, e que tem por fator homem o “heimatlos” (<u>corre à conta de Medeiros d’Albuquerque esta rebarba glóssica, cheirando a esperanto, e indicativa dos</u> homens de muitas pátrias, postos em evidência pela guerra), por “terroir” o mundo e por época o Tempo, será uma soberba alcachofra quando o volapuck	O valor duma obra d’arte cota-se pelo seu coeficiente de temperamento, cor e vida — os três valores que lhe travam a unidade, promanantes, um do homem, outro do meio, outro do momento. A arte descentrada dessa tripeça de categorias e que tem como fator-homem o “heitmatlos” (homem de muitas pátrias, posto em evidência pela guerra); que tem como “terroir” o mundo e como época o Tempo, será uma soberba alcachofra quando o volapuk senhorear o globo: por enquanto não! (p.45)

senhorear o globo — por enquanto não.	
<p>Donde uma conclusão lógica: [...], como as raças <u>puras</u> denunciam pelo tipo individual o seu grupo etnológico.</p>	<p>Donde uma conclusão lógica: [...], como as raças denunciam pelo tipo individual o grupo etnológico. (p.45)</p>
<p>É uma <u>conclusão</u> prática para o Estado que entre nós é a chocadeira artificial de vocações artísticas <u>incipientes, sobretudo das inflectidas para as artes plásticas</u>: fomentar o nacionalismo dessas vocações.</p>	<p>É uma <u>indicação</u> prática para o Estado, que entre nós é a chocadeira artificial de vocações artísticas: <u>cumpre</u> fomentar o nacionalismo dessas vocações. (p.45)</p>
<p><u>Não obstante esta intuição de bom senso o Estado opera às avessas. É que atrás da impessoalidade do Estado está sempre escondido um homenzinho.</u></p> <p><u>As idéias e a vontade desse homenzinho refluem em público como um rumo coletivo. Entre nós os homenzinhos que dentro do touro de bronze oco do Estado entendem das coisas d'arte, fogem à concepção mundial do artista prefigurada acima.</u></p>	<p><u>Entre nós a pessoa que superintende as coisas d'arte foge à concepção do artista prefigurada acima.</u> (p.45)</p> <p>Não consta.</p>
<p>Ao invés de apurarem o nacionalismo das vocações esperantizam-n'as, ou melhor afrancezam-n'as, porque para a <u>inopia brasileira</u> o mundo é a França.</p>	<p>Ao invés de apurar o nacionalismo das vocações, esperantiza-as ou, melhor, afrancesa-as, porque para a <u>imbecilidade nacional</u> o mundo é a França. (p.46)</p>
<p>Concluindo [...], incapaz de emparelhar com os nativos <u>da terra</u>, porque o inferioriza uma alma de empréstimo, estragando assim a vida num patinhar penoso de expatriado, ou</p>	<p>Concluindo [...], incapaz de emparelhar com os nativos, porque o inferioriza uma alma de empréstimo, estragando assim a vida num patinhar penoso de expatriado, ou torna</p>

<p>tornam cá, tombando para a categoria de “expatriado artístico”. A sua pátria estética lá ficou, a França — <u>reconhecem-n’o eles</u>.</p>	<p>cá, tombando para a categoria de “expatriado artístico”.</p> <p>A sua pátria estética lá ficou, a França — <u>reconhece-o ele</u>. (p.46)</p>
<p><u>Os débeis malsinam, então, as nossas coisas</u>. O céu é estupidamente azul. O azul é absurdo, irreproduzível na tela. O verde não tem gamas. A cor é excessiva. Não há cambiantes. Não há arvores <u>pinturescas</u>. Não há gente. Não há costumes. Não há mulheres. E suspiram, com o olho da saudade fito na <u>criadita</u> que os enfeitiçou por lá. — Ah Paris! Paris!</p>	<p><u>Os débeis entram a malsinar das nossas coisas</u>. O céu é estupidamente azul. O azul é absurdo, irreproduzível na tela. O verde não tem <u>fim</u>. A cor é excessiva. Não há cambiantes. Não há arvores <u>pitorescas</u>. Não há gente. Não há costumes. Não há mulheres. E suspiram, com o olho da saudade fito na <u>pequena</u> que os enfeitiçou por lá. — “Ah Paris! Paris!” (p.47)</p>
<p><u>Ou é um “forte”, e neste caso compreende de relance a situação, atina com a senda verdadeira, entra a estudar de novo, deitando às urtigas metade das idéias bebericadas lá fora. Redime-se, esse.</u></p>	<p><u>Os fortes compreendem de relance a situação, atinam com a senda verdadeira e entram a estudar de novo, deitando às urtigas metade das idéias bebericadas fora. Redimem-se, estes.</u> (p.47)</p>
<p>O mal da orientação, <u>ou desorientação</u> oficial é grande; anula <u>três quartos</u> das aptidões artísticas medradas no país; [...].</p>	<p>O mal da orientação oficial é grande; anula <u>dois terços</u> das aptidões artísticas medradas no país; [...]. (p.47)</p>
<p><u>Vá a gente dizer estas coisas aos homenzinhos</u> alapados no bojo do Estado e detentores das manivelas da subvenção!</p>	<p><u>Mas vá a gente meter estas coisas na cabeça dos homenzinhos</u> alapados no bojo do Estado e detentores das manivelas da subvenção! (p.47)</p>
<p>Vem daí o fato estranho, a quem <u>com a vista</u> pelas paredes de <u>umas casas</u> ricas, de vê-las coalhadas de quadros franceses de</p>	<p>Vem daí o fato estranho, a quem <u>corre o olhar</u> pelas paredes <u>das nossas casas</u> ricas, de vê-las coalhadas de quadros franceses no</p>

<p>estilo e assunto apesar de rubricados por nomes nacionais.</p>	<p>estilo e no assunto, apesar de rubricados por nomes nacionais. (p.47)</p>
<p>São marinhas de Concarneau, cenários da Costa Azul, paisagens d'Avray, trechos da Bagatelle, estudos de “<u>boulevard</u>”, bretanhices a granel, perdões, pescarias, mulheres de coifa, <u>que sei eu?</u></p>	<p>São marinhas de Concarneau, cenários da Costa Azul, paisagens d'Avray, trechos da Bagatelle, estudos de boulevards, bretanhices a granel, perdões, pescarias, mulheres de coifa... (p.47)</p>
<p>Para desencargo de consciência [...]. Porque a pintura indígena <u>inda</u> não transpôs o caipira picando fumo.</p>	<p>Para desencargo de consciência [...]. Porque a pintura indígena <u>ainda</u> não transpôs <u>a etapa do</u> caipira picando fumo. (p.48)</p>
<p>Um não sei qual pintor moderno, de vigoroso talento rebelão, <u>estomagado com</u> a tirania do passado artístico da humanidade, que obumbra o espírito da crítica a ponto de só lhe deixar ver gênios na pintura antiga, revolta-se contra a eterna curvatura da opinião “snob”, guiada pelas academias, diante das Giocondas, Ceias, <u>Botticellis, etc.</u> e contra o conseqüente menosprezo do gênio moderno. E pede um novo Omar que destrua todos os museus e reduza a cal de pedreiro toda a cacaria <u>marmórea da Grécia</u>, a fim de que, na senda desimpeçada, a arte moderna possa caminhar com desassombro. Semelhantemente, à luz <u>da arte e costumes brasileiros</u>, era de desejar que a França <u>se empegasse nalgum Malstrom</u>, de jeito a <u>permitir</u> uma livre e pessoal desenvoltura á nossa individualidade como povo.</p>	<p>Um não sei qual pintor moderno, de vigoroso talento rebelão, <u>enfurecido contra</u> a tirania do passado artístico da humanidade, que obumbra o espírito da crítica a ponto de só lhe deixar ver gênios na pintura antiga, revolta-se contra a eterna curvatura da opinião snob, guiada pelas academias, diante das Giocondas, Ceias, <u>Primaveras</u>, e o conseqüente menosprezo do gênio moderno. E pede um novo Omar que destrua todos os museus e reduza a cal de pedreiro toda a cacaria <u>clássica</u>, a fim de que na senda desimpeçada, a arte moderna possa caminhar com desassombro. Semelhantemente, à luz <u>do ponto de vista brasileiro</u>, era de desejar que a França <u>fosse tragada por um maremoto a fim de permitir</u> uma livre e pessoal desenvoltura á nossa individualidade. <u>Porque ela está nos pondo “faisandés” antes do tempo.</u> (p.48-49)</p>

É no 23º parágrafo do artigo jornalístico que Lobato introduz Wash Rodrigues. Se até então fizera crítica à estética nacional, passa a demonstrar um exemplo de um “forte”: “Isto vem a propósito de Wash Rodrigues. A sua exposição de telas denota um artista de envergadura pouco vulgar. Não há bitolar seu talento pela cravelha mediana. Vinca-o, entretanto, o defeito do método oficial afrancesador. Como é um forte, reagiu.” (p. 05). Ao desmembrar o tema do artigo em dois outros textos, o escritor aumenta o espaço da reflexão sobre o pensionato artístico oficial em *Idéias de Jeca Tatu* (1957), o que se vê logo no início da apresentação que faz ao público do artista que tem em alto preço no artigo “A paisagem brasileira: a propósito de Wash Rodrigues”:

Vítima, como todos os outros, da absurda orientação estética que imprime o governo às vocações nascidas em nosso meio, consistente em desnacionaliza-las, sufocando ao nascedouro o temperamento racial com o transplante do paciente, na idade em que apenas de inicia a cristalização da individualidade, para meios exóticos que lhe poderão dar todas as técnicas, mas que em troca exigem o sacrifício de já de si instável alma brasileira, Wash Rodrigues percebe na sua arte a eiva corruptora e vigorosamente reage. Reage encetando à própria custa uma séria aprendizagem nova para a adaptação da técnica européia às exigências do nosso ambiente. (p.55)

Apesar de introduzir, nesse ponto, o pintor anunciado pelo subtítulo do artigo, o texto publicado em 1916 tem suas demais partes como conteúdo de “Estética oficial” e não de “A paisagem brasileira”.

Jornal: “A propósito de Wash Rodrigues” (09/01/1916)	Livro: “Estética oficial” (<i>Idéias de Jeca Tatu</i>)
É tempo de <u>figurarmos</u> na assembléia mundial como povo capaz de uma idéia sua, uma arte sua, costumes e usanças que não rescendam a <u>mercadoria importada</u> . Enerva a persistência na macaquice.	Que <u>lindo se figurássemos</u> na assembléia mundial como povo capaz de uma idéia sua, uma arte sua, costumes e usanças que não rescendam a <u>figurinos importados!</u> Enerva a persistência na macaquice. (p.49)

<p>Euclides da Cunha entreabriu nos “Sertões” as portas interiores do país. O brasileiro galicismado do litoral <u>boquiabriu</u>: pois há tanta coisa inédita e forte e heróica e formidável cá <u>por</u> dentro?</p>	<p>Já Euclides da Cunha entreabriu nos <i>Sertões</i> as portas interiores do país. O brasileiro galicismado do litoral <u>pasmou</u>: pois há tanta coisa inédita e forte e heróica cá dentro? (p.49)</p>
<p><u>Revelamo-nos</u> a nós mesmos. Vimos que o Brasil não é São Paulo, enxerto de garfo italiano, nem Rio, alporque português. A <u>literatura</u> percebeu que se <u>lhes</u> rasgavam amplíssimas perspectivas. Se ainda não flechou por tais rumos é que anda tolhidinha de artritismos vários. Questão de tempo e iodureto. <u>A Almeida Junior coube na pintura papel semelhante. Abriu picadas, riscou diretrizes.</u></p>	<p><u>Revelou-nos</u> a nós mesmos. Vimos que o Brasil não é São Paulo, enxerto de garfo italiano, nem Rio, alporque português. A <u>arte</u> percebeu que se <u>lhe</u> rasgavam amplíssimas perspectivas. Se ainda não flechou para tais rumos é que anda tolhidinha de artritismos vários. Questão de tempo e iodureto. (p.49)</p>
<p>É preciso frisar: o Brasil está no interior, nas serras onde moureja o homem abaçanado pelo sol, nos sertões onde o sertanejo vestido de couro vaqueja, nas cochilas onde se domam poldros, por esses campos rechinantes de carro de bois, nos ermos que sulcam tropas aligeiradas pelo tilintar do cincerro.</p>	<p>É preciso frisar <u>que</u> o Brasil está no interior, nas serras onde moureja o homem abaçanado pelo sol; nos sertões onde o sertanejo vestido de couro vaqueja; nas cochilas onde se domam poldros; por esses campos rechinantes de carros de bois; nos ermos que sulcam tropas aligeiradas pelo tilintar do cincerro. (p.49)</p>
<p><u>Está ali onde bate compassado o monjolo, ringindo na “vrigem” de peroba, onde florescem os cafeeiros, onde ressoa a onomatopéia dos carapineus repimpados na cernelha dos bois. Está nos garimpos e</u></p>	<p>Está nas “fazendas de ferro”, <u>onde uma</u> metalurgia semi-bárbara revive um passado morto.</p> <p>Está nas catingas estorricadas pela seca, onde o bochorno cria dramas, angústias e</p>

<p><u>mongo-secos</u> onde se bateia ainda o ouro, e nas “fazendas de ferro”, <u>cuja</u> metalurgia semi-bárbara revive um passado morto. Está nas catingas estorricadas pela seca onde o bochorno cria dramas e angústias e dores inimagináveis <u>pelos “praianos”</u>. Está na palhoça de sapé e barro. Está nas vendolas das encruzilhadas, onde ao calor da <u>cachaça</u> se enredam romances e se <u>deslindam</u> pendengas com argumentos de guatambu chumbado.</p>	<p>dores inimagináveis à <u>gente litorânea</u>. Está na palhoça de sapé e barro, está nas vendolas das encruzilhadas, onde, ao calor da <u>pinga</u>, se enredam romances e se <u>liquidam</u> pendengas com argumentos de guatambu chumbado. (p.49-50)</p>
<p>A rota é uma só: fugir à costeira praguejada de <u>européanismo</u> — espécie de esperanto de idéias e costumes — onde a literatura naufraga e as artes plásticas <u>retransem-se</u> na frialdade do “<u>pastiche</u>”, e meter alvião à massa formidável do inédito.</p>	<p>A rota é uma só: fugir à costeira praguejada de <u>imigracionismo</u> — espécie de esperanto de idéias e costumes onde a literatura naufraga e as artes plásticas <u>retransem</u> na frialdade do <u>pastiche</u> — e meter <u>o</u> alvião à massa formidável do inédito. (p.50)</p>
<p>Há a natureza estupenda e formigando dentro dela um homem seu filho, expoente da sua “vis”, rude, bárbaro, inculto, heróico sem o saber, imensamente pitoresco e, suprema recomendação! sem <u>uma escropula de francezia</u> a lhe aleijar a alma.</p>	<p>Há a natureza estupenda e, formigando dentro dela um homem seu filho, expoente da sua <i>vis</i>, rude, bárbaro, inculto, heróico sem o saber, imensamente pitoresco e — suprema recomendação! — sem <u>um escrúpulo de francesismo</u> a lhe aleijar a alma. (p.50)</p>

Em relação ao artigo “A paisagem brasileira – A propósito de Wash Rodrigues”, permanece apenas o tema, embora preservando o título do texto publicado em 1916. Portanto, são textos completamente diferentes quanto à tessitura verbal. Com efeito, o trecho que se segue não foi incorporado em nenhum dos artigos posteriormente compósitos do livro:

E bate vereda nova. Seus estudos de Pirapora, dos quais expõe meia das muitas dúzias executadas, dizem o afã com que se atirou à

nova fase de vida artística, à verdadeira, à profícua, à que fará dele um pintor primacial de rasgado futuro. Os 107 trabalhos expostos denunciam o vigor do seu talento, como desenhista, como ?, como verista — e gabam-lhe, ainda grandemente, a operosidade de longo fôlego. É dos que ao estrangeiro deu pouquíssimo ao “boulevard” e muitíssimo ao seu “studio”. Atrás do que expõe vale por ilicitação da qualidade proeminente de Wash a colossal ruma de estudos trazidos do velho mundo. É ali, folheando cartões, velinos, retalhos de tela que apreende o visitante quanto há de rico no temperamento do pintor. Wash não desperdiça momento. Os olhos não descuram um instante de negacear tons, linhas, cambiantes fugidias, apanhando-as onde quer que as encontre, na rua, nos passeios, em casa, a toda hora em toda parte. É um anotador sistemático, e, portanto, um pintor no sentido integral do termo, por inelutável injunção congenial. Porque também os há por desfastio...

Wash perquire, escabicha, esmiúça, incansável, no encaço do “quid” misterioso que é o segredo perturbador da obra d’arte. A exposição das telas elaboradas em França vale por um termino; os quadros de Pirapora por auspicioso início de fase nova. Há muito que esperar de Wash se permanecer entre nós, não esmorecido daquela ânsia de trabalhar celebrada entre seus companheiros de expatriação. (p.05)

Em “A paisagem brasileira”, lê-se, apesar do conteúdo muito próximo ao anterior, as seguintes colocações em formulação bem diversa:

Nesta categoria está Wash Rodrigues.

Ele concentra energias para a grande batalha. Vai penetrar o sertão, estudar os segredos dos verdes agrestes, senhorear o tipo e o modelado das árvores, apanhar os tons e relevos da terra, captar em flagrante a poesia das sombras n’água, sondar a alma das taperas, ouvir o gemido da mata quando o machado lhe estraçoa as entranhas, e seus uivos de dor quando o fogo a constringe no amplexo das labaredas.

Vai estudar a tigüera — campo de batalha em que a vegetação destruída lança por mil brotos o grito da renascença. Vai sentir o sombrio da mata virgem, onde o raio de sol nunca despertou da soneira secular os fofos musgos acamados sobre os velhos troncos mortos.

E vai também estudar a atitude do homem metido nesse ambiente.

Não do homem-pechisbeque das cidades, incaracterístico e grotesco na sua casquinha de plaqué, lustrada a gesso pela manhã e revendo à tarde o azinhavre dos metais de ruim liga.

Mas o homem incontaminado, grosso de casca, intraduzível em francês; o bruto cuja vida é uma luta de todos os instantes contra as forças vivas da feracidade ou contra as forças negativas, retrateis, da aridez.

Estudará esse homem em ação, no contato direto com a terra da qual é uma resultante e que, na ânsia de subsistir, vai, sem normas, sem leis, sem arte, modificando a ferro e fogo, com a barbaridade de quem mata para viver. (p.57-58)

Quase metade de “Estética oficial”, 4 de 10 páginas, correspondem a outro texto publicado em jornal, trata-se do artigo “Pensionamento dos artistas”, de 16 de janeiro de 1916.

Para introduzir o comentário sobre o processo de fomento aos artistas no exterior então realizado pelo governo do Estado de São Paulo, “Estética oficial” inicia o tema com: “Daí o erro do nosso pensionato artística, cujo sistema se cifra, sem variantes, no seguinte” (p. 50); em “Pensionamento de artistas”, lê-se: “O sistema adotado pelo governo paulista para aproveitamento das vocações artísticas abrolhadas por estes abençoados territórios clama revisão urgente” (p. 05). A seqüência de ambos já permite, pois, a identificação de matéria comum:

<p>Jornal: “Pensionamento de artistas” (16/01/1916)</p>	<p>Livro: “Estética oficial” (<i>Idéias de Jeca Tatu</i>)</p>
<p><u>Cifra-se</u>, sem variantes, no seguinte. O candidato expõe numa casa de molduras <u>do triangulo</u> os primeiros vagidos do <u>seu</u> pincel tatibitate; <u>os jornais</u>, a pedido dos pais e amigos, <u>amimam de</u> louvores benevolentes o gênio <u>de</u> buço; e vai requerimento ao Estado solicitando pensão.</p>	<p><u>Daí o erro do nosso pensionato artístico, cujo sistema se cifra</u>, sem variantes, no seguinte.</p> <p>O candidato expõe numa casa de molduras os primeiros vagidos do pincel tatibitate; <u>as folhas</u>, a pedido dos pais e amigos, <u>animam com</u> louvores benevolentes o gênio <u>em</u> buço – e <u>lá</u> vai requerimento ao Estado solicitando pensão. (p.50)</p>
<p>O governo, composto de <u>homens sérios e</u> sisudos, a cuja gravidade <u>solene</u> não fica bem entender de outras artes que não as <u>políticas</u>, delega <u>num</u> dos seus membros poderes discricionários [...].</p>	<p>O governo, composto de <u>pataratas</u> sisudos, a cuja gravidade <u>acaciana</u> não fica bem entender de outras artes que não as <u>de meter as unhas no Tesouro</u>, delega <u>a um</u> dos seus membros poderes discricionários [...]. (p.50)</p>
<p>Escusa mencionar que, atrás deste exame, mais que o simples mérito do suplicante, pesam na balança <u>da Temis estética</u> um certo número de razões de Estado. Como escusa dizer o que são razões de Estado... <u>no</u> Estado de S. Paulo.</p>	<p>Escusa mencionar que atrás deste exame, mais que o simples mérito do suplicante, pesam na balança um certo número de razões de estado. Como escusa dizer o que são razões de Estado... <u>do</u> Estado de S. Paulo. (p.51)</p>
<p>O governo, ciente do julgamento não <u>n’o</u> discute. Cumpre-o qual sentença promanada da boca da própria Minerva. E o menino <u>salta</u> de júbilo ao ver-se transplantado de Avaré, <u>Taquaritinga</u> ou Bananal a Paris ou Roma [...].</p>	<p>O governo, ciente do julgamento não discute. Cumpre-o, qual sentença promanada da boca da própria Minerva. E o menino <u>espinoteia</u> de júbilo ao ver-se transplantado de Avaré ou Bananal a Paris ou Roma [...]. (p.51)</p>

<p>Já superiormente o disse Joaquim Nabuco: [...]. Calculem-se agora os efeitos <u>desta surpresa numa</u> criança arrancada sem transições ao borralho, à terra natal, à língua, e despejada sozinha no pandemônio de um grande centro europeu. Deslumbra-se. Empolga-<u>o</u> quanto é “plaquet” <u>polido</u>, lantejoula, missanga dourada, farfalhice, “<u>maillehort</u>”, “pingo d’água”, fosforescência da <u>podriqueira</u> europeia. Envenena-<u>o</u> quanto absinto letal é “dernier cri” nas babilônias.</p>	<p>Calculem-se agora os efeitos <u>nesta</u> criança arrancada sem transições ao borralho, à terra natal, à língua e despejada sozinha no pandemônio de um grande centro europeu. Deslumbra-se. Empolga-<u>a</u> <u>tudo</u> quanto é plaquè, lantejoula, missanga dourada, farfalhice, pingo d’água, fosforescência da <u>podridão</u> europeia. Envenena-<u>a</u> quanto absinto letal é “dernier cri” nas babilônias. (p.51)</p>
<p><u>Metem-se</u> a “gozar a vida”. Gozar a vida quer dizer dar cabo da saúde <u>por meio da mulherinha, escavar o moral</u> na boemia alcoólica dos cafés, e liquefazer as lentas aquisições hereditárias do caráter <u>pelo convívio em</u> meios cosmopolitas derrancados onde o “je m’em <u>fichismo</u>” é a suprema elegância filosófica.</p>	<p><u>Mete-se</u> a “gozar a vida”. Gozar a vida quer dizer dar cabo da saúde na boemia alcoólica dos cafés, e liquefazer as lentas aquisições hereditárias do caráter <u>na freqüência de</u> meios cosmopolitas derrancados, onde o “je m’em <u>fiche</u>” é a suprema elegância filosófica. (p.51)</p>
<p>Ninguém ali para precaver a sua inexperiência contra os enganos da vida; [...].</p>	<p>Ninguém ali para precaver sua inexperiência contra os enganos da vida; [...]. (p.52)</p>
<p>O governo só lhe pede, a espaços, umas periódicas academias – <u>feitas ou não por eles, mas por eles assinadas</u>. Basta ao governo esta irrisória documentação <u>de autenticidade</u>. [...].</p>	<p>O governo só lhe pede, a espaços, umas periódicas academias <u>por ele assinadas</u>. Basta ao governo esta irrisória documentação. (p.52)</p>
<p>Ao invés de criar <u>um artista</u>, cria o</p>	<p>Ao invés de criar <u>artistas</u>, cria o governo,</p>

<p>governo, na generalidade, com o dispêndio de 20 contos, por cabeça, uma galeria de inválidos morais. Ou boêmios de rua, malbaratados de tempo e saúde durante o pensionamento, e, <u>após</u>, náufragos <u>roídos de mazelas a bracejar</u> pelo resto da vida no vortilhão europeu. Ou artistas medíocres, porque brasileiros de carne, ficaram europeus de espírito. Ou sorumbáticos incompreendidos de torna-viagem, prenhes de boas intenções, mas desossados pelo desânimo, a <u>lamuriar</u> eternamente, como as mais adiantas concepções sociológicas, as idéias e a linguagem dos personagens elegantes <u>de Eça de Queirós, nos “Maias”</u>.</p>	<p>na generalidade, com o dispêndio de 20 contos por cabeça uma galeria de inválidos morais. Ou boêmios de rua, malbaratados de tempo e saúde durante o pensionamento; e <u>depois</u>, náufragos a <u>bracejarem</u> pelo resto da vida no vortilhão europeu. Ou artistas medíocres porque <u>sendo</u> brasileiros de carne ficaram europeus de espírito. Ou sorumbáticos incompreendidos de torna-viagem, prenhes de boas intenções, mas desossados pelo desânimo, a <u>exibirem</u> eternamente, como as mais adiantadas concepções sociológicas, as idéias e a linguagem dos personagens elegantes <u>do Eça</u>. (p.52)</p>
<p>O país é uma choldra, falam em <u>se naturalizar</u> cafres, pedem invasão estrangeira que arrase, <u>que derranque</u>, porque está tudo podre, a esfarelar de velhice precoce.</p>	<p>O país é uma choldra; falam em <u>naturalizar-se</u> cafres; pedem invasão estrangeira que <u>tudo</u> arrase, porque <u>tudo está</u> podre, a esfarelar de velhice precoce, <u>etc.</u> (p.52)</p>
<p><u>Bem poucas exceções bóiam à flor da regra geral. A espaços surde um Wash Rodrigues sopesando copiosa ruma de estudos, denunciadores de uma operosidade assombrosa a serviço de um talento da melhor água.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>Vê-se-lhe da exposição e do muito que não expôs, que é materialmente impossível produzir mais e progredir a passadas mais firmes.</u></p>	<p>Não consta.</p>

<p><u>É um que trabalhou por si e por uma dúzia de colegas desperdiçados num ócio sem dignidade por cafés onde bebericam absinto e alcouces onde praticam a “jardinagem perfumada” do xeique Nefzani.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>Por mal seu o nosso público dinheiroso compra quadros unicamente por injunções do esnobismo, raro pela influência espontânea de um nativo senso estético. Adquire-os por virtude do nome bem colocado que se exhibe a vermelhão num canto, embora o gatafunho célebre assine, às vezes, em tamanco.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>Já vimos um figurão, de nome entre amadores, tomar de sobre a coluna uma estatueta de bronze, revira-la de pernas para o ar, apontar com o beijo a assinatura – Charpentier, Ménusier ou Maçon – e exclamar entre babos de puro gozo apolíneo:</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>— Hein? que beleza, não? Mil francos e foi de graça.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>A crítica, à sua conta, tem graves culpas no cartório. Entra-se de medo pânico quando lhe compete analisar a obra dum novo sem nome; fica-se medrosa em generalidades vagas, de um encomiástico frouxo, aplicáveis indistintamente a A. ou B. ou C.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>Só tira da gaveta as bem adjetivadas</u></p>	

<p><u>análises d'arte com citações de Taine, quando recebe senha da crítica européia. Esta é a verdade, nus como quando saiu do poço.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>O caso de Wash Rodrigues é típico. Sua exposição foi recebida com parcimoniosa economia de juízos críticos; o público, na dúvida, incapaz de avaliar por si, vacila. E, no entanto, se não definem para Wash todos os louvores de uma e todos os favores de outro, para quem se reservam tais mimos?</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>Este brilhante caso que é Wash Rodrigues, como exceção que é, não salva da condenação o sistema paulista de fomento à arte. Confessam-lhe os defeitos os próprios pensionistas. O mais distinto dentre eles diz em carta: "... o governo de S. Paulo devia conservar seus pensionistas no Rio por dois anos e então sob a fiscalização do governo [...], abandonando-o por lá, como se faz. O pensionista estuda ou não estuda... [...] e quando volta ao país traz uma coleção de paisagenzinhas e cabeças de bretão, coisas vendáveis. Que fez por lá? É então que se percebe o erro."</u></p>	<p>Não consta.</p> <p>Confessam os defeitos do sistema os próprios <u>pensionados</u>. Um deles diz em carta: "... o governo de S. Paulo devia conservar seus <u>pensionados</u> no Rio por dois anos; <u>só</u> então, sob a fiscalização do governo, [...], abandonando-o por lá, como faz. O pensionista estuda ou não estuda... [...], e quando volta ao país traz uma coleção de paisagenzinhas e cabeças de <u>bretã</u>, coisas vendáveis. Que fez por lá? É então que se percebe o erro, <u>etc.</u>" (p.53)</p>
<p>Esta modificação aventada <u>inda encerra</u> um defeito <u>grave</u>. Fala em fiscalização oficial durante o estágio no Rio. Ora, fiscalização, a não ser nos casos onde há multa repartível entre o governo e o fiscal, é uma das muitas pilherias da nossa <u>patusca</u> República.</p>	<p>Esta modificação <u>aqui</u> aventada <u>encerra</u> <u>ainda</u> um defeito. Fala em fiscalização oficial durante o estágio no Rio. Ora, fiscalização, a não ser nos casos onde há multa repartível entre o governo e o fiscal, é uma das muitas pilherias da nossa <u>boa</u> República.</p>

<p><u>Evitando o escolho</u>, o geniozinho em ovo seria matriculado na Escola de Belas Artes, do Rio, onde completaria o curso. [...] como prêmio uma estadia no velho mundo a título de aperfeiçoamento <u>de estudos</u>. Compreende-se que tenha competência para ajuizar do mérito do postulante o grupo de mestres, profissionais, que lhe <u>guiou</u> os primeiros passos e o teve durante todo o curso sob vistas.</p> <p>Tais juizes merecem acato. <u>Suas sentenças têm sempre um pouquinho mais de valor do que as emanadas de um paredro</u> incapaz de manejar uma brocha.</p>	<p><u>Para evitar todos esses inconvenientes</u>, o geniozinho em ovo seria matriculado na Escola de Belas Artes, do Rio, onde completaria o curso. [...], como prêmio, uma estadia no velho mundo, a título de aperfeiçoamento.</p> <p>Compreende-se que tenha competência para ajuizar do mérito do postulante o grupo de mestres – profissionais, <u>vultos proeminentes da arte nacional</u> – que lhe <u>guiaram</u> os primeiros passos e o <u>tiveram</u> durante todo o curso sob vistas. Tais juizes merecem acato.</p> <p><u>Mas que dizer de sentenças emanadas de um político</u> incapaz de manejar uma brocha – <u>esse instrumento tão diferente da gazua eleitoral?</u> (p.53-54)</p>
<p>Em cinco anos sobeja tempo para <u>aquilatar</u> dos méritos do candidato, <u>conhecer-lhe</u> a estofa e vaticinar sem o concurso de Múcio Teixeira se <u>dá</u> um pinta monos ou um <u>Wash Rodrigues</u>.</p>	<p>Em cinco anos sobeja tempo para <u>aquilatar-se</u> dos méritos do candidato, <u>conhecer-se-lhe</u> a estofa e vaticinar – sem o concurso do Múcio Teixeira – se ele <u>promete</u> um pinta-monos ou uma <u>Almeida Júnior</u>. (p.54)</p>
<p>Estará mais homem [...]. A sereia de Paris não o estonteará com três <u>olhadelas sábias</u> de Mimi Pinson.</p>	<p>Estará mais homem [...]. A sereia de Paris não o estonteará com três <u>sábias olhadelas</u> de Mimi Pinson. (p.54)</p>
<p>Isto é o sensato, é o que toda <u>a</u> gente pensa. Mas vá alguém dizê-lo ao governo! Ele <u>sorri</u>, por intermédio dos <u>escarninhos</u> músculos faciais do <u>paredro</u>, <u>e continua a</u></p>	<p>Isto é o sensato, é o que toda gente pensa. Mas vá alguém dizê-lo ao governo! Ele <u>governo sorrirá</u> por intermédio dos músculos faciais do <u>político</u> que distribui pensões na</p>

<u>esfrangalhar vocações, uma por uma, a peso de ouro, vinte contos por cabeça.</u>	<u>Europa como quem dá bombons às crianças com quem se simpatiza... (p.54)</u>
<u>E a gente é rir-se também, pois havia de chorar?</u>	Não consta.

Cotejo 07

Jornal: “A conquista do nitrogênio” (15/01/1916)

Livro: “A conquista do azoto” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Jornal – “A conquista do nitrogênio”	Livro – “A conquista do azoto”
<p>Quando o roceiro, recolhido o milho, deixa a palha em pousio por alguns anos, <u>consoante um mandamento</u> da rotina que lhe <u>transmitiu</u> o pai e a este o avô, <u>pratica</u> a mais sábia das adubações. O rebrotar [...] <u>cria</u> um estado de solo muito propício à proliferação dum microorganismo dotado da preciosa faculdade de fixar o azoto da atmosfera em <u>nódulos esparsos como verrugas pelo sistema radicular</u> das plantas.</p>	<p>Quando o roceiro, recolhido o milho, deixa a “palha” em pousio por alguns anos, <u>em obediência</u> da rotina que lhe <u>ensinou</u> o pai, e a este o avô, <u>está praticando</u> a mais sábia das adubações. O rebrotar [...], <u>determina</u> um estado de solo muito propício à proliferação dum microorganismo dotado da preciosa faculdade de fixar o azoto da atmosfera em <u>nódulos, como verrugas, esparsos pelas raízes</u> das plantas. (p.269)</p>
<p>Isto sabe-se hoje, embora a prática do pousio seja imemorial <u>em</u> agricultura. Por que e como se fertiliza a terra <u>pelo</u> repouso? Competia ao laboratório decifrar o segredo. Só agora o faz.</p>	<p>Isto sabe-se hoje, embora a prática do pousio seja imemorial <u>na história da</u> agricultura. Por que e como se fertiliza a terra <u>com o</u> repouso? Competia ao laboratório decifrar o segredo – <u>e</u> só agora o faz. (p.269)</p>
<p>As teorias clássicas vinda de Liebig até nós, endurecidas em dogmas <u>de ciência oficial</u>, deixavam inexplicadas muitas particularidades atinentes à nutrição dos vegetais.</p>	<p>As teorias clássicas vinda de Liebig, até nós <u>e cristalizadas</u> em dogmas <u>científicos</u> – deixavam inexplicadas muitas particularidades atinentes à nutrição dos vegetais. (p.269)</p>
<p>Uma terra dosada com rigor de todos os <u>elementos químicos que a análise</u></p>	<p>Uma terra, dosada com rigor de todos os <u>elementos químicos que a análise revela</u></p>

<p>elementos químicos que a análise <u>demonstra entrar</u> na composição de uma planta, não a nutria a contento. Algo <u>de</u> imponderável escapava à balança. O microscópio o desvendou. E o estudo da nutrição vegetal envereda por diretrizes novas, já prenunciadas como fecundíssimas em <u>conseqüências de bom auspício</u>.</p>	<p>os elementos químicos que a análise <u>revela</u> na composição duma planta, não a nutria a contento. Algo imponderável escapava à balança <u>do químico</u> . O microscópio o desvendou – e o estudo da nutrição vegetal envereda por diretrizes novas, já prenunciadas como fecundíssimas em <u>auspiciosas conseqüências</u>. (p.269-270)</p>
<p>As maiores revoluções da humanidade não são obra das chacinas tremendas que <u>romanceiam de páginas vermelhas a</u> História, mas duma aparentemente <u>ingênua</u> descoberta científica, operada as mais das vezes <u>pelo</u> acaso, no remanso de um gabinete humilde de humilde sábio.</p>	<p>As maiores revoluções da humanidade não são obra das chacinas tremendas que <u>avermelham as</u> páginas <u>da</u> História, mas duma aparentemente <u>insignificante</u> descoberta científica, operada as mais das vezes <u>por</u> acaso no remanso dum humilde laboratório. (p.270)</p>
<p><u>O caso presente prefigura-se-nos tal</u>. Quando no Collegio Real de Apperley Bridge, na Inglaterra, o professor de botânica Bottomley (nome bem fadado, “bottom”, base, <u>fundamento</u>; “ley”, lixívia...) descobriu o “pseudonono radícolá”, nome da bactéria captadora do <u>nitrogênio</u>, é de crer tenha dado forte guinada no leme norteando a humanidade para <u>rotas nunca sonhadas</u> por nenhum utopista.</p>	<p>Não consta. Quando no Colégio Real de Apperley Bridge, na Inglaterra, o professor de botânica Bottomley (nome bem fadado: “bottom”, <u>fundo</u>, base; “ley”, lixívia) descobriu o <i>Pseudononus radícolá</i>, nome da bactéria captadora do <u>azoto atmosférico</u>, é de crer tenha dado forte guinada no leme, norteando a humanidade para <u>rumos não sonhados</u> por nenhum utopista. (p.270)</p>
<p>A agricultura, quando não mais dispõe de terras virgens, <u>se vê</u> a braços com a contingência de restituir ao solo, pela</p>	<p>A agricultura, quando não mais dispõe de terras virgens, <u>vê se</u> a braços com a contingência de restituir ao solo pela</p>

<p>adubação, o que lhe foi retirado <u>pela colheita</u>. É o caso europeu. A terra cansada por um cultivo de séculos restaura-se a custo do nitrato de soda <u>peruano</u> e dos depósitos de guano do <u>Chile</u>. Tais jazidas por abundantes que sejam vêm aproximar-se o <u>esgotamento</u>. Na previsão <u>disto</u> William Crookes <u>deu</u> um brado de alarma: o esgotamento do nitrato será a fome no globo, se a ciência não deparar ao homem <u>uma fonte nova</u> de azoto barato.</p>	<p>adubação o que lhe foi retirado <u>pelas colheitas</u>. É o caso europeu. A terra cansada por um cultivo de séculos restaura-se à custo do nitrato de soda <u>chileno</u> e dos depósitos de guano do <u>Pacífico</u>. <u>Mas</u> tais jazidas, por abundantes que sejam, vêm aproximar-se o <u>fim</u>. Na previsão <u>disso deu</u> William Crookes um brado de alarma: o esgotamento do nitrato será a fome no globo, se a ciência não deparar ao homem <u>nova fonte</u> de azoto barato. (p.270)</p>
<p>É o que parece ter feito Bottomley. Para felicidade [...], <u>no</u> apuro da arte de bem matar, outra metade devassa os arcanos da natureza no afã de aprimorar a arte de melhor viver.</p>	<p>É o que parece ter feito Bottomley. Para felicidade [...], <u>para</u> apuro da arte de bem matar, outra metade devassa os arcanos da natureza, no afã de <u>construir</u> a arte de <u>bem</u> viver. (p.270)</p>
<p>Bottomley fecha um ciclo de investigação iniciado pelo professor Thompson, <u>que</u> conseguiu captar por meio da corrente elétrica o azoto do ar atmosférico. Nem sempre as soluções científicas são-no também comerciais. A de Thompson, por onerosa, <u>ficou</u> nos domínios do laboratório. A solução de Bottomley parece <u>solver o caso</u> às mil maravilhas.</p>	<p>Bottomley fecha um ciclo de investigação, iniciado pelo professor Thompson, <u>o qual</u> conseguiu captar por meio da corrente elétrica o azoto do ar atmosférico. Nem sempre as soluções científicas são também comerciais. A de Thompson, por onerosa, <u>está por enquanto</u> nos domínios do laboratório <u>apenas</u>. <u>Mas</u> a solução de Bottomley parece <u>tudo atender</u> às mil maravilhas. (p.271)</p>
<p>Em vez de adubar o solo, processo lento, pesado e caro, basta inocular a semente com o vírus da fertilidade. Caída</p>	<p>Em vez de adubar o solo, processo lento, pesado e caro, basta inocular a semente com o vírus da fertilidade. Caída</p>

<p>na terra a semente contaminada pela bactéria nitrogênica, <u>breve germina</u> em meio duma cultura microbiana de vulto <u>crescente</u>, promotora duma assimilação do azoto em quantidade propícia à plena exuberância da planta.</p>	<p>na terra a semente contaminada pela bactéria nitrogênica, <u>germinará</u> em meio duma cultura microbiana de vulto <u>progressivo</u>, e promotora <u>da</u> assimilação do azoto <u>do ar</u> em quantidade propícia à plena exuberância da planta. (p.271)</p>
<p>Não está desvendado o mecanismo desta assimilação; há opiniões. <u>É uma</u> força catalítica para uns, uma digestão do gás para outros. Pouco importa. O que nos aproveita é conhecer o meio de <u>reter</u> o azoto por um processo biológico barato, e <u>isso</u> parece resolvido <u>com as</u> experiências do professor inglês. Já <u>a repartição</u> de Agricultura dos Estados Unidos distribuiu milhares de quilos de sementes inoculadas e diz-se que os resultados <u>excederam</u> à expectativa, <u>apresentando as plantas esse viço enaltecido pelo sr. Teixeira de Freitas, na seção livre das folhas, sob o riso de incredulidade do sr. Cardoso de Almeida que, pelos modos, ainda está em Liebig.</u></p>	<p>Não está desvendado o mecanismo desta assimilação. Há opiniões. Força catalítica para uns, digestão de gás para outros. Pouco importa. O que nos aproveita é conhecer o meio de <u>fixar</u> o azoto por um processo biológico barato e <u>automático</u> – <u>o que</u> parece resolvido <u>pelas</u> experiências do professor inglês. Já <u>o Departamento</u> de Agricultura dos Estados Unidos distribuiu milhares de quilos de sementes inoculadas, e diz-se que os resultados <u>excedem</u> à expectativa. (p.271)</p> <p>Não consta.</p>
<p>A adubação verde, pelo enterramento de leguminosas, cujas raízes são o habitáculo natural do microorganismo, era uma apalpadela <u>às cegas</u>, que agora se aclara.</p>	<p>A adubação verde pelo enterramento de leguminosas, cujas raízes são o habitáculo natural do micro-organismo <u>nitrogênico</u>, era uma apalpadela no escuro que agora se aclara. (p.271)</p>
<p>São intuitivas as vantagens decorrentes da descoberta inglesa. Pela supressão do</p>	<p>São intuitivas as vantagens decorrentes da descoberta inglesa. Pela supressão do</p>

<p>adubo caro, <u>supressão</u> do transporte, da tarefa da adubagem e de outros óbices encarecedores da produção, esta se incrementará com <u>enorme</u> margem de lucros.</p>	<p>adubo caro, <u>diminuição</u> do transporte, <u>eliminação</u> da tarefa de adubagem e de outros óbices encarecedores da produção, esta se incrementará, com <u>melhor</u> margem de lucros. (p.271-272)</p>
<p>Para <u>nós</u> o seu valor é imenso. <u>As</u> condições <u>do país</u> não permitem a lavoura mecânica nem a adubação química à européia. Quem moureja na lavoura <u>conhece</u> os obstáculos tremendos opostos à chamada agricultura racional. Os inspetores agrícolas e mais poetas pululantes no viveiro das secretarias e Ministério da Agricultura esbofam-se na guerra santa contra a rotina, <u>para a</u> implantação definitiva do “sistema racional”. <u>Rotina</u> quer dizer o conjunto de noções hauridas de uma longa série de experiências praticadas <u>no país</u> e transmitidas de pais a filhos. “Cultura racional” <u>quer dizer imitação</u> servil do que <u>o estrangeiro faz</u>. Quem <u>adota as regras da primeira</u> sempre salva seu lucrozinho e vai indo para a frente. Os que se metem <u>pela segunda</u>, <u>levados pelo canto das sereias ministeriais</u>, acabam fatalmente auscultando <u>o cano de um</u> revólver.</p>	<p>Para <u>o Brasil</u> o seu valor é imenso. <u>Nossas</u> condições não permitem a lavoura mecânica nem a adubação química à européia. Quem moureja na lavoura <u>sabe dos</u> obstáculos tremendos opostos à chamada agricultura racional. Os inspetores agrícolas e mais poetas pululantes no viveiro das secretarias e <u>do</u> Ministério da Agricultura esbofam-se na guerra santa contra a rotina, <u>ansiosos pela</u> implantação definitiva do “sistema racional” – <u>ciência versus rotina</u>.</p> <p><u>As mais das vezes</u> quer dizer o conjunto de noções hauridas duma longa série de experiências <u>no local</u>, transmitidas <u>religiosamente</u> de pais a filhos. E “cultura racional” <u>entre nós não passa de cópia</u> servil do que <u>se faz no estrangeiro</u>. Quem <u>se guia pela rotina</u> sempre salva <u>o</u> seu lucrozinho e vai indo para a frente, <u>embora devagar</u>. Os que se metem <u>pelo racionalismo preconizado e ensinado pelos nossos poetas agrícolas e mais</u> sereias ministeriais, <u>coitadinhos</u>, acabam auscultando <u>a boca dum cano de</u> revólver. (p.272)</p>

<p>Há umas tantas coisas sobre que a Praia Vermelha nunca lançou o seu olho <u>onividente</u> de Ceres burocrática. Há o <u>cepo</u> inimigo da relha do arado, há o morro inimigo do trator do arado, há o pessoal agrícola inimigo da rabiça do arado. Há <u>ainda</u> a especulação comercial inimiga do <u>preço baixo</u> do arado. O lavrador...</p> <p>O lavrador, apesar do berreiro do Kalisyndicat e dos momos de escárnio dos poetas agrícolas unânimes em <u>lhe escorchar o toitiço com a pecha de ignorantes</u>, sobre a história do adubo, sabe-lhe o preço <u>fantástico</u>, <u>sabe-lhe a desnaturação</u> a que o sujeita o industrial sem escrúpulos. <u>Conhece</u> a fundo a Praia Vermelha, reconhece-lhe o direito de <u>se esvair</u> em conselhos, boletins, revistas, etc., mas zela pelo dever correlato de os não seguir, <u>o de abrir um furo ao canto esquerdo das publicações</u>, <u>atar um barbante</u>, e pendura-los em certo <u>gancho</u>.</p>	<p>Há umas tantas coisas sobre que a Praia Vermelha nunca lançou o seu olho <u>sonolento</u> de Ceres burocrática – <u>ou então pula por cima</u>.</p> <p>Há, por exemplo, o Toco, inimigo da relha do arado; há o Morro, inimigo do trator <u>e</u> do arado; há o pessoal agrícola, inimigo da rabiça do arado. Há a especulação comercial, inimiga do <u>baixo preço</u> do arado. <u>Há a nossa eterna fraqueza econômica, inimiga da aquisição de qualquer espécie de arado</u>.</p> <p>Apesar do berreiro do Kalisyndicat e dos momos de escárnio dos poetas agrícolas, unânimes em <u>acoimá-lo de atrasado</u>, o lavrador sabe a história do adubo <u>químico aqui impingido</u>, sabe-lhe o preço <u>escorchante</u>, sabe <u>como o falsificam e desnaturam os industriais</u> sem escrúpulos. <u>E, conhecendo</u> a fundo a Praia Vermelha, reconhece-lhe o direito de <u>esvair-se</u> em conselhos, boletins, revistas, <u>cartazes</u>, etc., mas zela pelo dever correlato de os não seguir, <u>nem ler, nem pousar os olhos nos cartazes</u>. <u>Limita-se</u>, quando lhe chegam em casa tais papeis, a pendurá-los em certo <u>ganchinho</u>. (p.272-273)</p>
<p>Conhece o crédito agrícola: banquinhos com dinheirinhos a 12 por cento e uma quebra fraudulenta <u>a</u> meio do ano.</p>	<p>Conhece <u>também</u> o crédito agrícola; <u>sabe dos</u> banquinhos com dinheirinhos a 12 % <u>mais a comissão, com</u> uma quebra fraudulenta <u>no</u> meio do ano. (p.273)</p>

<p>Conhece a parola governamental das mensagens, plataformas, programas, a farragem dos chavões <u>gramofonados pelas bocas de H., de U., ou de A.</u> no fundo dos quais <u>se alapa quase</u> sempre uma taxa nova, uma sobretaxa, <u>uma subtaxa, um adicional, um sobre-adicional.</u> <u>E ao lavrador fica-lhe no cérebro a noção de que o governo federal é um tubarão denteado de impostos de consumo com falas de sereia, e o estadual uma piranha sobre-sub-destro-sinistro-taxante.</u> <u>O produto do seu trabalho vai nas unhas dos esqualos fiscais. Sobra um pouco. A municipalidade percebe-o e mexe-se. Chega a ser cômico! O resto de sangue deixado nas veias pelas sangue-sugas de alto bordo atíça o apetite das camarazinhas e lá vem elas com os seus impostozinhos de percevejo, taxinhas sobre o cafeeiro, aferiçõezinhas de carros, e mais mordidelas de pulga magra.</u></p>	<p>Conhece a parola governamental das mensagens, <u>das</u> plataformas, <u>dos</u> programas; a farragem dos chavões, <u>enunciados papagaialmente pela boca dum Hermes, dum Wenceslau ou dum Nilo,</u> no fundo dos quais <u>o que há realmente é</u> sempre uma taxa nova, <u>ou</u> uma sobretaxa, <u>ou um novo imposto adicional ou sobre-adicional.</u> <u>A velha noção que o lavrador tem do Governo é a de um formidoloso tubarão com falas de sereia e dentes de piranha. E o Governo Estadual é um sub-tubarão com igual dentuça.</u></p> <p><u>Comem-lhe ambos todo o resultado do seu trabalho na terra. Comem-lhe a pipoca – deixam-lhe só o piruá. Sobrou piruá? Hum! As municipalidades o descobrem e lá vêm com os seus impostozinhos de percevejo, suas taxinhas sobre os cafeeiros, suas aferiçõezinhas de carros – e mais mordidelas de pulga magra.</u> (p.273-274)</p>
<p>Ora, com tantos sócios forçados, tanto morro, tanto toco, tanta formiga, <u>curuquerês, vaquinhas, ratazanas,</u> e mais mimos tropicais, não sobra margem de lucros possibilitadores da inicialmente cara “agricultura racional”.</p>	<p>Ora, com tantos <u>e tais</u> sócios forçados, <u>com</u> tanto morro, tanto toco, tanta formiga, <u>tanto curuquerê, tanta lagarta rosada, tantas “vaquinhas” e ratos do mato e tatus</u> e mais mimos tropicais, não sobra <u>ao lavrador</u> margem <u>nenhuma</u> de lucros possibilitadores da inicialmente cara “agricultura racional”. (p.274)</p>

<p>Por <u>essas razões</u> os três cereais que o país produz em grande, feijão, milho e arroz, são extraídos da terra pelos velhos processos herdados dos avós. Em pequena escala, <u>nas várzeas desembaraçadas</u>, o arado entrou – não <u>por</u> virtude do sermão <u>ministerial</u>, mas porque um certo número de circunstâncias favoráveis (<u>o imposto protecionista e as vantagens naturais do terreno</u>) o indicaram como redutos de despesas.</p>	<p>Por <u>estão razão</u> os três cereais que o país produz em grande, <u>e de que se alimenta</u>, feijão, milho e arroz, são extraídos da terra pelos velhos processos herdados dos avós. Em pequena escala, <u>nos vales ou chapadões desembaraçados</u>, o arado <u>já</u> entrou – não <u>em</u> virtude do sermão <u>oficial</u>, mas porque um certo número de circunstâncias favoráveis o indicaram como redutos de despesas. (p.274)</p>
<p>Vai a lavoura revezando suas terras, remoçando-as pelo pousio, e quando de toda gastas, saltando para adiante, rumo <u>do sertão</u>. <u>Ora, tudo se acaba. Há já enormes zonas</u> dessoradas onde só medra a barba de bode. O nosso problema <u>alimentício não preocupará tão cedo as gerações porvindouras</u>. Somos 25 milhões de bocas <u>sobre 8 milhões de quilômetros quadrados</u>. <u>Há colossais reservas virgens de húmus a explorar. Mesmo assim terão um término e a situação será penosa porque já o é. Diga-</u> <u>o o operário que compra arroz a 800 réis o litro</u>. Eis porque a descoberta <u>do professor Bottomley assume para nós uma</u> importância de vulto.</p>	<p><u>No mais</u>, vai a lavoura revezando suas terras, remoçando-as pelo pousio; e quando de toda gastas, saltando para adiante, rumo <u>ao sertão</u>. <u>E embora já existam vastas regiões</u> dessoradas, onde só medra a barba de bode, <u>o sapé e a samambaia</u>, nosso problema <u>alimentar ainda não preocupa ninguém</u>. <u>Ora, ora!</u> Somos 25 milhões de bocas <u>em cima de mais de 8 milhões de quilômetros quadrados</u>. <u>Não obstante, o arroz está a 800 réis o quilo e o trabalhador da roça ganha 1\$600 por dia de doze horas, a seco – e tem mulher e filharada em casa</u>. Eis porque a descoberta <u>de Bottomley assume para nós</u> importância de vulto. (p.274)</p>
<p>Permitir-nos-á saltar por sobre o estádio europeu da adubação química para cair na fase nova em que (parece... é</p>	<p><u>Caso se confirme plenamente</u>, permitir-nos-á saltar por sobre o estádio europeu da adubação química para cair <u>já</u> na fase nova</p>

<p>mister falar com cautelas) vai entrar a agricultura mundial.</p>	<p>em que parece vai entrar a agricultura <u>do mundo. Parece...</u> (p.274-275)</p>
<p><u>Apesar de tudo isto, enquanto</u> nos Estados Unidos já se distribuem sementes inoculadas, a linguagem oficial da Praia Vermelha <u>é o mesmo</u> cantochão aberimbaúdo de <u>sempre</u>.</p>	<p><u>Os países vivos já estão de orelha em pé, estudando o novo caminho;</u> nos Estados Unidos já se distribuem sementes inoculadas <u>com o Pseudonomus radicícola</u> – o abençoado bichinho. Aqui a linguagem oficial da Praia Vermelha <u>continua no</u> cantochão aberimbaúdo de <u>toda vida</u>. (p.275)</p>
<p>Abra quem quiser as mais recentes publicações. <u>E</u> lerá: cultura da abóbora – ara-se a terra com um arado de disco número tal, destorroa-se com o destorroador tal, gradeia-se com a grade tal; <u>depois</u> aduba-se com tantas toneladas de fosfato de cal, tantas de potassa e mais uns quilos de <u>ouro em pó</u>; planta-se então com a plantadeira tal, colhe-se com o colhedor tal, puxa-se <u>num auto-caminhão</u> de tal marca, e etc.</p>	<p>Abra quem quiser as mais recentes publicações <u>do Ministério. Nada do Pseudononus. O que lerá é:</u> “Cultura da abóbora. Ara-se a terra com um arado de disco número tal, destorroa-se com o destorroador tal, gradeia-se com a grade tal; aduba-se com tantas toneladas de fosfato de cal, <u>mais</u> tantas de potassa e mais uns quilos de <u>pó de ouro</u>. Planta-se então com a plantadeira tal, colhe-se com o colhedor tal <u>e</u> puxa-se <u>com</u> caminhão de tal marca, e etc.”</p>
<p><u>Este</u> etetera quer dizer <u>o seguinte:</u> <u>entrega-se</u> a fazenda aos credores <u>e vai-se</u> cavar um empreguinho de <u>inspetor sanitário</u>.</p>	<p><u>O “etc.”</u> quer dizer: <u>e o lavrador, depois de entregar</u> a fazenda aos credores, <u>dá um tiro no ouvido</u> com o revólver tal ou vai cavar um empreguinho de <u>mata-mosquito no Rio de Janeiro</u>. (p.275)</p>
<p><u>É uma</u> beleza “fazer agricultura” em papel <u>almoço, na calma</u> duma repartição</p>	<p><u>Não há maior</u> beleza <u>do que</u> fazer agricultura em papel <u>do governo, no</u></p>

<p>pública, com 700\$000 <u>por</u> mês e a “Encyclopedie Agricole”, de “Bailliére et fils” à mão para consultas.</p> <p><u>Felizmente o país é analfabeto e há o ganchinho...</u></p>	<p><u>sossego</u> dum repartição pública <u>dotada de bons ventiladores</u>, com 700\$000 <u>no fim de cada</u> mês e a “Encyclopedie Agricole”, de Bailliére et Fils <u>ali</u> à mão para consultas.</p> <p><u>O que nos salva é ser o país analfabeto – e haver o ganchinho...</u> (p.275)</p>
<p><u>Agora uma pergunta: a descoberta de Bottomley não será a mesma “lei encantadora de inefáveis doçuras” que o ser. T. de Freitas conta em prosa cariciosa com mimos até aqui só empregados no verso para descantes à mulher amada?</u></p>	<p>Não consta.</p>

Cotejo 08

Jornal: “Cidades mortas” (29/02/1916)

Livro: “Cidades mortas” (*Cidades mortas*)

Jornal: “Cidades mortas” (29/02/1916)	Livro: “Cidades mortas” (<i>Cidades mortas</i>)
<p>A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outr’ora, hoje mortas, <u>ou em via disso</u>, tolhidas de insanável caquexia, uma verdade que é um desconsolo, ressurre <u>do montão</u> de ruínas: <u>o progresso entre nós</u> é nômade, e sujeito a paralisias súbitas.</p> <p>Radica-se mal, <u>sem emitir peão</u>.</p> <p><u>Conjuga-se</u> a um grupo de fatores, sempre os mesmos, reflui com eles de uma região para outra. <u>É um</u> progresso de cigano – vive acampado.</p>	<p>A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, tolhidas de insanável caquexia, uma verdade, que é um desconsolo, ressurre <u>de tantas</u> ruínas: <u>nosso progresso</u> é nômade e sujeito a paralisias súbitas. Radica-se mal. <u>Conjugado</u> a um grupo de fatores sempre os mesmos, reflui com eles duma região para outra. <u>Não emite peão</u>. Progresso de cigano, vive acampado. [...]. (p.03)</p>
<p><u>Um dos fatores que o arrastam consigo</u> é a <u>uberidade nativa do solo</u>.</p> <p><u>Mal</u> este <u>cansa</u>, pela reiterada sucção de uma seiva não recomposta, como no velho mundo, pelo adubo, o desenvolvimento da zona esmorece, foge o capital e com ele os homens fortes, aptos para o trabalho. E lentamente <u>a tapera cai</u> nas almas e nas coisas.</p>	<p><u>A uberidade nativa do solo</u> é o fator que <u>o condiciona</u>. Mal <u>a uberidade se esvai</u>, pela reiterada sucção de uma seiva não recomposta, como no velho mundo, pelo adubo, o desenvolvimento da zona esmorece, foge <u>dela</u> o capital – e com ele os homens fortes, aptos para o trabalho. E lentamente <u>cai a tapera</u> nas almas e nas coisas. (p.03)</p>
<p><u>A nossa gente não vinga prosperar senão onde uma vitalidade prodigiosa</u></p>	

<p><u>poreja do húmus negro da terra virgem como o fumar quente de uma rês carneada de fresco.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>Em sendo mister lutar contra a avareza crescente do solo, refazer-lhe a fertilidade anemiada, criar fontes novas de riqueza, diversas das costumeiras, o homem fraqueja, coça a cabeça, e, se forte, emigra, se fraco, tomba em modorra para logo atolar na miséria.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p>Em <u>nosso Estado exemplo perfeito</u> há disso na depressão profunda que <u>aperreia</u> o <u>muito bom leste</u> chamado norte.</p>	<p>Em <u>S. Paulo temos perfeito exemplo</u> disso na depressão profunda que <u>entorpece boa parte do</u> chamado Norte. (p.03)</p>
<p><u>Um grupo de</u> cidades moribundas <u>arrasta</u> um viver decrépito, gasto em chorar na mesquinhez <u>atual</u> as saudosas grandezas de <u>outrora</u>.</p>	<p><u>Um</u>as <u>tantas</u> cidades moribundas <u>arrastam</u> um viver decrépito, gasto em chorar na mesquinhez <u>de hoje</u> as saudosas grandezas de <u>dantes</u>. (p.03)</p>
<p>Pelas ruas ermas, onde o transeunte é raro, não matracoleja sequer uma carroça; de há muito em matéria de rodas se voltou ao <u>rodízio maciço</u> desse rechinante símbolo do <u>ronceirismo</u> colonial, o carro de boi. Erguem-se <u>nelas</u> soberbos casarões apalaçados, de <u>um</u> e <u>dois</u> andares, sólidos como <u>mosteiros</u>, tudo pedra, cal e cabiúna, <u>figurando desconformes</u> ossaturas de megatérios, de onde as carnes, o sangue, a vida <u>se não desertado</u>.</p>	<p>Pelas ruas ermas, onde o transeunte é raro, não matracoleja sequer uma carroça; de há muito, em matéria de rodas, se voltou <u>aos rodízios</u> desse rechinante símbolo do <u>viver</u> colonial – o carro de boi. Erguem-se <u>por ali</u> soberbos casarões apalaçados, de <u>dois</u> e <u>três</u> andares, sólidos como <u>fortalezas</u>, tudo pedra, cal e cabiúna; <u>casarões que lembram</u> ossaturas de megatérios donde as carnes, o sangue, a vida, <u>para sempre refugiram</u>. (p.04)</p>

<p>Vivem dentro, mesquinamente, vergôntes <u>estioladas</u> de famílias fidalgas, de boa prosápia entroncada na nobiliarquia lusitana. Pelos salões vazios, cujos frisos dourados se recobrem <u>de</u> pátina, e cujo estuque, lagarteado de fendas, esboroa a força de goteiras, <u>erra</u> o bafio da morte. Há nas paredes <u>velhos quadros</u>, “crayons”, <u>moldurando</u> efígies de capitães-mores de barba em colar; há candelabros de dezoito velas, esverdecidos de azinhavre; mas nem se acendem as velas, nem se guardam <u>mais</u> os nomes dos enquadrados.</p>	<p>Vivem dentro, mesquinamente, vergôntes <u>mortiças</u> de famílias fidalgas, de boa prosápia entroncada na nobiliarquia lusitana. Pelos salões vazios, cujos frisos dourados se recobrem <u>da</u> patina <u>dos anos</u> e cujo estuque, lagarteado de fendas, esboroa à força de goteiras, <u>paira</u> o bafio da morte. Há nas paredes <u>quadros antigos</u>, “crayons”, <u>figurando</u> efígies de capitães-mores de barba em colar. Há <u>sobre os aparadores Luiz XIV brônzeos</u> candelabros de dezoito velas, esverdecidos de azinhavre. Mas nem se acendem as velas, nem se guardam os nomes dos enquadrados – [...]. (p.04)</p>
<p>Avultam em número casas sem janelas, só portas, três e quatro: antigos armazéns de comércio, fechados, <u>que</u> o comércio desertou também.</p> <p>Numa praça vazia, vestígios vagos de <u>um edifício</u> de vulto. <u>Que é?</u> O antigo teatro... um teatro onde já ressoou a voz <u>do Tamagno</u>, da Rosina Stoltz, da Candiani...</p>	<p>Avultam em número, <u>nas ruas centrais</u>, casas sem janelas, só portas, três e quatro: antigos armazéns <u>hoje</u> fechados, <u>porque</u> o comércio desertou também.</p> <p><u>Em certa</u> praça vazia, vestígios vagos de “<u>monumento</u>” de vulto: o antigo teatro – um teatro onde já ressoou a voz da Rosina Stolze, da Candiani... (p.04)</p>
<p>Não há na cidade <u>morta</u> nem pedreiros nem carapinas; fizeram-se estes remendões, aqueles meros demolidores [...]. Um dia metem abaixo as telhas: [...] e fica à inclemência do tempo o encargo de aluir o <u>casarão</u>.</p>	<p>Não há na cidade <u>exangue</u> nem pedreiros, nem carapinas; fizeram-se estes remendões; aqueles, meros demolidores [...]. Um dia metem abaixo as telhas: [...] e fica à inclemência do tempo o encargo de aluir o <u>resto</u>. (p.05)</p>
<p>Os ricos são dois ou três <u>Eusébios</u></p>	<p>Os ricos são dois ou três <u>forretas</u>,</p>

<p><u>Macários aposentados</u>, com cem apólices a render no Rio; e os sinecuristas <u>apenduricalhados</u> ao orçamento.</p> <p>O resto é a “mob”; velhos <u>negros</u> de miserável descendência <u>roída</u> de <u>preguiça</u> e álcool; famílias decaídas, a <u>viver</u> misteriosamente umas, outras à custa de parco auxílio enviado de fora por um filho mais audacioso que emigrou; <u>mestiços</u> “<u>ataráxicos</u>” , “boa gente” que <u>vivem</u> de aparas.</p>	<p><u>coronéis da Biosa</u> com cem apólices a render no Rio; e os sinecuristas <u>acarrapatados</u> ao orçamento: <u>juiz</u>, <u>coletor</u>, <u>delegado</u>. O resto é a “mob”: velhos <u>mestiços</u> de miserável descendência, <u>roídos</u> de <u>opilação</u> e álcool; famílias decaídas, a <u>viverem</u> misteriosamente umas, outras à custa de parco auxílio enviado de fora por um filho mais audacioso que emigrou. “Boa gente”, que <u>vive</u> de aparas. (p.05)</p>
<p>Da geração nova os rapazes <u>emigram</u> cedo, <u>aos 16 anos</u>; a prole feminina fica, <u>fincada</u> de cotovelos à janela, negaceando um marido, que é um mito, <u>numa</u> terra donde os casadouros fogem.</p> <p>Pescam às vezes as mais jeitosas, <u>um</u> <u>promotor</u>, <u>um delegado</u> – e é o caso <u>um</u> acontecimento histórico e criador de lendas.</p>	<p>Da geração nova, os rapazes <u>debandam</u> cedo, <u>quase meninos ainda</u>; <u>só ficam as moças – sempre fincadas</u> de cotovelos à janela, negaceando um marido que é um mito <u>em terra assim</u>, donde os casadouros fogem. Pescam, às vezes, as mais jeitosas, <u>o seu promotorzinho</u>, <u>o seu delegadozinho de carreira</u> – e o caso <u>vira prodigioso</u> acontecimento histórico, criador de lendas. (p.05)</p>
<p>Toda a ligação [...], ir e vir com duas malas postais <u>na</u> garupa, murchas como figos secos.</p>	<p>Toda a ligação [...], ir e vir com duas malas postais <u>à</u> garupa, murchas como figos secos. (p.05)</p>
<p>Até o ar é próprio; [...], nem plá-plás de <u>bufarinheiro turco</u>. Só <u>o estremecem</u> os velhos sons coloniais, o sino, o chilreio das andorinhas <u>que moram na igreja</u>, o rechino dos carros de boi, o cincerro de tropas raras, o taralhar das baitacas que em</p>	<p>Até o ar é próprio; [...], nem plás-plás de <u>mascates sírios</u>. Só os velhos sons coloniais – o sino, o chilreio das andorinhas <u>na torre da igreja</u>, o rechino dos carros de boi, o cincerro de tropas raras, o taralhar das baitacas que em bando</p>

<p>bando rumoroso cruzam e recruzam a <u>cidade, bem alto.</u></p>	<p>rumoroso cruzam e recruzam <u>o céu.</u> (p.05-06)</p>
<p><u>Terá poesia – mas os anos são de prosa, hoje em dia.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p>Isso nas cidades. <u>Nos campos</u> não é menor a desolação. Léguas a fio se sucedem de morraria áspera, onde <u>reina soberana</u> a saúva e seus aliados o sapé e a samambaia. Por ela passou o café, como um Atila. Toda a seiva foi <u>sugada</u>, e sob forma de grão ensacada, e <u>expedida</u> para fora; mas do ouro <u>recebido</u> em troca nem uma <u>oitava</u> permaneceu ali empregada em restaurar o torrão. Transfiltrou-se para o Oeste na avidez de novos assaltos à virgindade da terra: <u>parte</u> se transfez nos palacetes em ruína; <u>muito dele</u> reentrou na circulação européia, por <u>mãos dos filhos-famílias dissipadores.</u></p>	<p>Isso nas cidades. <u>No campo</u> não é menor a desolação. Léguas a fio se sucedem de morraria áspera, onde <u>reïnãm soberanos</u> a saúva e seus aliados, o sapé e a samambaia. Por ela passou o Café, como um Atila. Toda a seiva foi <u>bebida</u> e, sob forma de grão, ensacada e <u>mandada</u> para fora. Mas do ouro <u>que veio</u> em troca nem uma <u>onça</u> permaneceu ali, empregada em restaurar o torrão. Transfiltrou-se para o Oeste, na avidez de novos assaltos à virgindade da terra <u>nova: ou</u> transfez nos palacetes em ruína; <u>ou</u> reentrou na circulação européia por <u>mãos de herdeiros dissipados.</u> (p.06)</p>
<p>E o deserto <u>reganha</u> as posições perdidas...</p>	<p>À mãe fecunda [...]. E o deserto <u>lentamente retoma</u> as posições perdidas. (p.06)</p>
<p>Raro é o casebre de palha que fumea, e entremostra em redor <u>a rocinha de mandioca, o quartel de cana.</u> <u>Na maioria, os raros</u> existentes, descolmados pelas ventanias, esburaquentos, afestoam-se do melão de S. Caetano – a hera rústica das nossas ruínas.</p>	<p>Raro é o casebre de palha que fumea e entremostra em redor <u>o quartelzinho de cana, a rocinha de mandioca.</u> <u>Na mor parte os escassíssimos</u> existentes, descolmados pelas ventanias, esburaquentos, afestoam-se do melão de São Caetano – a hera rústica das nossas ruínas. (p.06)</p>

<p>As fazendas são <u>conventos</u>, de soberbo aspecto vistas de longe, entristecedoras quando se lhes chega ao pé. <u>Rodeiam a morada senhorial extensas</u> senzalas vazias, terreiros de pedra com viçosas guanxumas nos interstícios. O dono está ausente. Mora no Rio, <u>no Oeste</u>. Os cafezais, extintos. Os agregados, dispersos. <u>Subsiste</u>, como lagartixa na pedra, um pugilo de caboclos <u>amarelos, bebéricos</u>, de esclerótica biliosa, inermes, incapazes de fecundar a terra, [...]: fauna cadavérica de última fase, <u>roem</u> os derradeiros capões de café escondidos <u>nas grotas</u>.</p>	<p>As fazendas são <u>Escoriais</u> de soberbo aspecto vistas de longe, entristecedoras quando se lhes chega ao pé. <u>Ladeando a Casa Grande</u>, senzalas vazias e terreiros de pedra com viçosas guanxumas nos interstícios. O dono está ausente. Mora no Rio, <u>em São Paulo, na Europa</u>. Cafezais extintos. Agregados dispersos. <u>Subsistem unicamente</u>, como lagartixas na pedra, um pugilo de caboclos <u>opilados</u>, de esclerótica biliosa, inermes, incapazes de fecundar a terra, [...]:- <u>a</u> fauna cadavérica de última fase <u>a roer</u> os derradeiros capões de café escondidos <u>nos grotões</u>. (p.07)</p>
<p>A gente olha assombrada na direção que <u>aponta o dedo cicerone</u>: nada mais! A mesma morraria nua, a mesma saúva, o mesmo sapé de sempre; de banda a banda o deserto, o tremendo deserto, <u>por onde Atila</u> passou.</p>	<p>A gente olha assombrada na direção que <u>o dedo cicerone aponta</u>. Nada mais!... A mesma morraria nua, a mesma saúva, o mesmo sapé de sempre. De banda a banda o deserto – o tremendo deserto <u>que o Átila Café</u> criou. (p.07)</p>
<p>Outras vezes o viajante lobriga ao longe, <u>marginal à estrada</u>, uma ave branca pousada no topo dum espeque.</p> <p>Aproxima-se <u>lentamente</u>, ao chouto rítmico do cavalo; a ave estranha não dá sinais de vida, permanece imóvel.</p> <p>Chega-se ainda mais, franze a testa, apura a vista: não é ave, é um objeto de louça... O progresso cigano, quando um dia levantou acampamento dali, rumo <u>do</u></p>	<p>Outras vezes o viajante lobriga ao longe, <u>rente ao caminho</u>, uma ave branca pousada no topo dum espeque.</p> <p>Aproxima-se <u>devagar</u> ao chouto rítmico do cavalo; a ave estranha não dá sinais de vida; permanece imóvel. Chega-se ainda mais, franze a testa, apura a vista. Não é ave, é um objeto de louça... O progresso cigano, quando um dia levantou acampamento dali, rumo Oeste, esqueceu</p>

<p>Oeste, esqueceu de levar consigo aquele isolador de fios <u>telefônicos</u>...</p> <p>E <u>ele, imóvel, lá ficará</u>, atestando mudamente uma grandeza morta, até que decorram os muitos decênios necessários para que <u>o relento</u> consuma o rijo poste de “candeia”, ao qual amarraram um dia, no tempo feliz em que Ribeirão Preto era <u>lá</u>...</p>	<p>de levar consigo aquele isolador de fios <u>telegráficos</u>... E <u>lá ficará ele</u>, atestando mudamente uma grandeza morta, até que decorram os muitos decênios necessários para que <u>a ruína</u> consuma o rijo poste de “candeia” ao qual amarraram um dia – no tempo feliz em que Ribeirão Preto era <u>ali</u>... (p.07)</p>
--	---

Cotejo 09

Jornal: “A estátua do patriarca”

Livro: “A estátua do patriarca”

<i>Jornal – “A estátua do patriarca”</i>	<i>Livro – “A estátua do patriarca”</i>
Em fins do século XVII cursava a Academia de Freyberg um brasileiro a quem se reservavam <u>estranhos</u> destinos.	Em fins do século XVII cursava a Academia de Freyberg um brasileiro a quem se reservavam <u>grandes</u> destino. [...] vascojava. Companheiro... (p.113)
Companheiro, amigo e discípulo de Lavoisier, de Foucroy, de Chaptal, de Jussieu, <u>trocava</u> Paris pela remansosa Saxônia, <u>porque ali</u> se reuniam em prazo dado os estudiosos de toda a Europa [...]. Chamava-se José Bonifácio de Andrada e Silva, e estudava a expensas do governo português <u>que</u> reconhecera, por sugestão do preclaro duque de Lafões, serem as academias lusas estreitas demais para uma inteligência <u>daquele vulto</u>vascojava. Companheiro, amigo e discípulo de Lavoisier, de Foucroy, de Chaptal, de Jussieu, <u>trocara</u> Paris pela remansosa Saxônia, <u>onde</u> se reuniam os estudiosos de toda a Europa, [...]. Chamava-se José Bonifácio de Andrada e Silva e estudava a expensas do governo português, <u>o qual</u> reconhecera, por sugestão do preclaro duque de Lafões, serem as academias lusas estreitas demais para uma inteligência <u>tamanha</u> . (p.113)
Concluído o curso de Werner, [...]. Já mestre e sempre discípulo, porque <u>é insaciável a sede de saber do sábio verdadeiro</u> , demora-se em Pávia [...].	Concluído o curso de Werner, [...]. Já mestre e sempre discípulo, porque <u>no sábio verdadeiro é insaciável a sede de saber</u> , demora-se em Pávia [...]. (p.113-114)
Vai à Inglaterra [...]. Descobre várias espécies minerais, [...] e ganha com essas conquistas <u>uma nomeada universal</u> , tão grande que o astrônomo Karl Bruhns, em	Vai à Inglaterra, [...]. Descobre várias espécies minerais, [...] e ganha com essas conquistas <u>universal nomeada</u> , tão grande que o astrônomo Karl

<p>sua obra monumental sobre Humboldt o coloca entre os companheiros do autor do “Cosmos”, como “mestre da ciência” juntamente com von Buch, Esmark e Del Rio. [...]. E isso em 1872 depois <u>que a crítica científica moderna reviu e julgou</u> toda a colossal massa de investigações científicas <u>do século</u>.</p>	<p>Bruhns, em sua obra monumental sobre Humboldt, o coloca entre os companheiros do autor do “Cosmos” como “mestre da ciência”, juntamente com von Buch, Esmark e Del Rio. [...]. E isso em 1872, depois <u>de revista e julgada pela crítica moderna</u> toda a colossal massa de investigações científicas <u>dos séculos anteriores</u>. (p.114)</p>
<p>Prosseguindo <u>os</u> estudos daquele solo classificou pela primeira vez inúmeras variedades minerais desconhecidas da ciência européia. O estudo em primeira mão da “Akantikone”, da “Coccolite”, da “Sahlite”, da “Wernerite”, da “Apophyllite”, <u>etc.</u>, são credenciais suas ao juízo de Bruhns.</p>	<p>Prosseguindo <u>nos</u> estudos daquele solo, classificou pela primeira vez inúmeras variedades minerais desconhecidas da ciência européia. O estudo em primeira mão da acanticone, da cocolite, da sahlite, da wermerite, da apofilite <u>e outras</u> são credenciais suas ao juízo de Bruhns. (p.114)</p>
<p>É quando da Córsega surge o “condottieri” de gênio. Sua manopla de aço <u>planta-se</u> sobre a Revolução, sufoca-a e inicia a organização da nova ordem de coisas. O movimento ultrapassa os âmbitos da França <u>e</u> a cada passeio de Napoleão desabam tronos, ruem monarquias, altera-se o mapa, e surgem dinastias novas.</p>	<p>É quando da Córsega surge o condottieri de gênio. Sua manopla de aço <u>cai</u> sobre a Revolução, sufoca-a e inicia a organização da nova ordem <u>das</u> coisas.</p> <p>O movimento ultrapassa os âmbitos da França.</p> <p>A cada passeio de Napoleão, desabam tronos, ruem monarquias, altera-se o mapa <u>européu</u> e surgem dinastias novas. (p.115)</p>
<p>Para honra de Portugal <u>o heroísmo não emigrou com o rei</u>.</p>	<p><u>Mas para honra de Portugal não emigrou com o rei o heroísmo</u>. (p.115)</p>
<p><u>O povo sem governo, sem direção, sem chefes, armou-se em guerrilheiro e</u></p>	<p>Não consta.</p>

<p><u>investia implacável contra o invasor</u>. José Bonifácio desvenda então a face heróica da sua alma. Comandante duma guerrilha, bate-se encarniçadamente contra o inimigo e em Figueiras como em Nazareth desbarata <u>as</u> facções do marechal Soult.</p>	<p>José Bonifácio desvenda então a face heróica da sua alma. Comandante duma guerrilha, bate-se encarniçadamente contra o inimigo e em Figueiras, como em Nazareth, desbarata facções do marechal Soult. (p.115)</p>
<p>Não esmorece nunca, luta até <u>vencer</u> e só larga <u>da</u> espada quando vê o solo do velho reino limpo <u>dos</u> assaltantes.</p>	<p>Não esmorece nunca, luta até <u>o fim</u> e só larga <u>a</u> espada quando vê o solo do velho reino limpo de <u>invasores</u>. (p.115)</p>
<p><u>O sábio</u> despe então a veste do guerrilheiro e toma a vara do administrador. Trabalha na obra de restaurar a ordem subvertida pela patulêia que a ebriedade da vitória e a ausência do rei tornaram insolente e cruel. Breve, <u>porém</u>, enoja-se das ingratidões e da miséria ambiente. Era muito nobre e <u>muito</u> puro para suportar <u>aquele meio e tal época</u>. Pensa <u>então</u> na colônia donde <u>saiu</u> menino. Toma-se de nostalgia. [...]. Sonha um império novo, uma civilização nova na terra virgem, costumes novos, e um ambiente novo <u>sem o visco</u> constritor da tradição que envenena a vida. São fragmentos [...]: “Consola-me igualmente a lembrança de que, de vossa parte, <u>pagueis</u> a obrigação em que está todo o Portugal com a sua filha emancipada, que precisa pôr casa, repartindo com ela vossas luzes, conselhos e instruções”.</p>	<p>Despe então a veste do guerrilheiro e toma a vara do administrador. Trabalha na obra de restaurar a ordem subvertida pela patulêia que a ebriedade da vitória e a ausência do rei tornaram insolente e cruel. Breve enoja-se das ingratidões e da miséria ambiente. Era muito nobre e puro para suportar <u>a grosseria do meio</u>. Pensa na colônia donde <u>saíra</u> menino. Toma-se de nostalgia. [...]. Sonha um império novo, uma civilização nova na terra virgem, costumes novos e um ambiente novo <u>isento do hálito</u> constritor da tradição que envenena a vida. São fragmentos [...]: “Consola-me igualmente a lembrança de que, de vossa parte, <u>pagareis</u> a obrigação em que está todo o Portugal com a sua filha emancipada, que precisa pôr casa, repartindo com ela vossas luzes, conselhos e instruções”. (p.115-116)</p>

<p>“Que precisa pôr casa!...” [...]. O sonho cristaliza-se <u>em ideal, e que ideal!</u></p>	<p>Que precisa pôr casa!... [...]. O sonho cristaliza-se em <u>idéia</u>. (p.116)</p>
<p>Nesse mesmo discurso aquele grande coração traça toda a sùmula dum formoso programa: [...].</p>	<p>Nesse mesmo discurso <u>seu</u> grande coração traça toda a sumula dum formoso programa: [...]. (p.116)</p>
<p>Quando um sonho desta amplitude senhorea uma alma ardente como a de José Bonifácio, está a vida do homem <u>com a</u> rota mudada. Morre o sábio para nascer o político. Não mais pode <u>curar do</u> estudo paciente da natureza bruta – matéria morta [...].</p>	<p>Quando um sonho desta amplitude senhorea uma alma ardente como a de José Bonifácio, está a vida do homem <u>de</u> rota mudada. Morre o sábio para nascer o político. Não mais pode <u>preocupar-se com</u> o estudo paciente da natureza bruta – matéria morta [...]. (p.117)</p>
<p>O companheiro de Humbold, o “mestre da ciência”, sai do laboratório para penetrar na História. Deixa Portugal e <u>em</u> terra pátria assume a direção do movimento separatista. <u>Torna-se-lhe a grande alma</u>. As forças vagas, <u>incertas</u>, instáveis, da nacionalidade nascente concentram-se nele <u>no</u> seu expoente natural. José Bonifácio [...]. Trabalha na sombra. <u>A</u> sua força é a fé. <u>A</u> sua arma, a sugestão. <u>O</u> seu fito, o grito do Ipiranga.</p>	<p>O companheiro de Humbold, o “mestre da ciência”, sai do laboratório para penetrar na História. Deixa Portugal e <u>na</u> terra pátria assume a direção do movimento separatista. <u>Cria-lhe uma alma e um norte</u>. As forças vagas, instáveis, da nacionalidade nascente concentram-se nele <u>como em</u> seu expoente natural. José Bonifácio [...]. Trabalha na sombra. Sua força é a fé. Sua arma, a sugestão. Seu fito, o grito do Ipiranga. (p.117-118)</p>
<p>O <u>seu</u> trabalho é muito intenso para que diante dele se não esboroem todos os óbices; o poder de sugestão muito forte</p>	<p>O trabalho <u>que desenvolve</u> é muito intenso para que diante dele se não esboroem todos os óbices; <u>seu</u> poder de</p>

<p>para que <u>se</u> não <u>dobre a ele</u> o príncipe regente; <u>a mira</u> é muito firme para que <u>se não atinja o coração do alvo</u>.</p>	<p>sugestão <u>é</u> muito forte para que não <u>conquiste</u> o príncipe regente; <u>sua mirada</u> é muito firme para que <u>o tiro não atinja o alvo</u>. (p.118)</p>
<p>Venceu. A pátria punha casa afinal, e era ele <u>quem</u> ordenava e <u>arquitetava</u> a disposição dos móveis e as normas da vida livre.</p>	<p>Venceu. A pátria punha casa, afinal, e era ele quem <u>lhe</u> ordenava a disposição dos móveis e as normas da vida livre. (p.118)</p>
<p>Menos feliz, que <u>Washington</u>, <u>entretanto</u>, vê a vida do país tomar um rumo que lhe preluzia errado.</p>	<p>Menos feliz, porém, que <u>o do Norte</u>, vê a vida do país tomar rumo que lhe preluzia errado. (p.118)</p>
<p>Abre luta contra as correntes radicais, e <u>com</u> os homens maus. Perde a partida. Como o mais nobre de todos e o mais puro, <u>vê-se</u> vencido pelos mais jeitosos – o que está na lógica <u>humana</u> de todos os tempos.</p>	<p>Abre luta contra as correntes radicais e <u>contra</u> os homens maus. Perde a partida. Como o mais nobre de todos, e o mais puro, <u>acaba</u> vencido pelos mais jeitosos – o que está na lógica de todos os tempos. (p.118)</p>
<p><u>Nessa</u> época não era conhecida a panacéia da adesão, espécie de “cola-tudo” de maravilhosa <u>eficácia</u>. Os <u>grandes homens quebravam mas não aderiam</u>. A mucilagem adesiva nasceu em 89 – <u>o nosso</u> – para que os grandes homens possam afirmar preto hoje e jurar branco amanhã sem um interregno <u>do</u> ostracismo</p>	<p><u>Naquele</u> época não era conhecida a panacéia da adesão <u>inventada a 15 de Novembro</u>, espécie de “cola-tudo” de maravilhosa <u>eficiência</u>. A mucilagem adesiva nasceu em 89 para que os grandes homens possam afirmar preto hoje e jurar branco amanhã, sem um interregno de ostracismo <u>de</u> permeio. (p.118-119)</p>

de permeio.	
<p>Conheceu então [...]. Fixou-se <u>em</u> França e de lá chorou a pátria moça, menina volutariosa e de pouco juízo, que preferia à <u>experiência</u> e sabedoria do seu organizador os rapapés lisonjeiros dos vivedores mal intencionados.</p>	<p>Conheceu então [...]. Fixou-se <u>na</u> França e de lá chorou a pátria moça – menina volutariosa e de pouco juízo, que preferia à sabedoria do seu organizador os rapapés lisonjeiros dos vivedores mal intencionados. (p.119)</p>
<p>A contínua agitação do país criou estados de coisas que lhe <u>permitiram</u> o regresso. Voltou. Logo em seguida o Imperador desistindo de compreender os caprichos da monarquia menina, <u>abdicava</u> o cetro <u>nas</u> mãos do <u>seu</u> filho, e ao deixar de vez o povo que também o não compreendia relanceou o olhar em redor à procura dum homem capaz da tutora imperial. Escolheu o mais digno: José Bonifácio. E partiu com a paz n'alma, certo de que em melhores mãos <u>ninguém deixara nunca</u> um filho.</p>	<p>A contínua agitação do país criou estado de coisas que lhe <u>permitiu</u> o regresso. Voltou. Logo em seguida o Imperador, desistindo de compreender os caprichos da monarquia menina, <u>passa</u> o cetro <u>às</u> mãos do filho; e ao deixar de vez o povo, que também o não compreendia, relanceou o olhar em redor em procura dum homem capaz da tutora imperial.</p> <p>Escolheu o mais digno: José Bonifácio.</p> <p>E partiu com a paz n'alma, certo de que em melhores mãos <u>ninguém nunca deixara</u> um filho. (p.119)</p>
<p>A nossa história é parca de momentos empolgantes. Possui vários, <u>entretanto</u>, <u>mas</u> entre eles nenhum vale <u>o que em</u> José Bonifácio assiste com a sua direção a Pedro II infante.</p>	<p>A nossa história é parca de momentos empolgantes. Possui vários, <u>todavia</u>. Entre eles nenhum vale <u>o em que</u> José Bonifácio assiste com sua direção a Pedro II infante. As duas figuras... (p.119)</p>
<p>As duas figuras máximas da nossa história conjugam-se ali. O velho patriarca dá os conselhos da sua experiência ao menino que incubava Pedro II, <u>o</u></p>	<p>As duas figuras máximas da nossa história conjugam-se ali. O velho patriarca dá os conselhos da sua experiência ao menino que incubava Pedro II... (p.119) Não</p>

<p><u>magnânimo. E os nossos pintores não acham assuntos históricos grandiosos dignos do seu pincel!</u></p>	<p>consta.</p>
<p>Não durou muito o soberbo espetáculo. A malevolência, essa tara racial, esse hermismo que interfere sempre na vida do país para afastar da suprema direção a superioridade mental, chame-se ela Pedro II ou Rui Barbosa, mostrou <u>as unhas da menoridade</u> e deu com o patriarca num cárcere. [...]. Recolheu-se à ilha do Paquetá e em 1838 finou-se na cidade de Niterói. Eis <u>em resumo quem foi</u> José Bonifácio.</p>	<p>Não durou muito o soberbo espetáculo. A malevolência, essa tara racial, esse hermismo que interfere sempre na vida do país para afastar da suprema direção a superioridade mental, chame-se ela Pedro II ou Rui Barbosa, mostrou <u>os dentes na Menoridade</u> e deu com o patriarca num cárcere.</p> <p>Recolheu-se à ilha do Paquetá, e em 1838 finou-se na cidade de Niterói.</p> <p>Eis <u>aqui</u> José Bonifácio. (p.119-120)</p>
<p>Digno de figurar ao seu lado a história só nos aponta Washington; ambos amaram intensamente a pátria, à <u>que</u> deram casa. Foi sábio, foi guerreiro, foi político, foi nobre, puro, generoso. <u>Seu vulto ocupa um cimo inacessível</u>. Todos os mais para <u>enxergá-lo erguem</u> a cabeça.</p>	<p>Digno de figurar ao seu lado a história <u>americana</u> só nos aponta Washington; ambos amaram intensamente a pátria, à <u>qual</u> deram casa. <u>Mais que Washington</u>, foi sábio; <u>tanto quanto ele</u>, foi guerreiro, foi político, foi nobre, puro, generoso. <u>Lá como aqui, o vulto dos dois homens ocupa um cimo inacessível</u>. Todos os mais para <u>enxergá-los tem que erguer</u> a cabeça. (p.120)</p>
<p>Não consta.</p>	<p><u>José Bonifácio é, sem contestação, o vulto máximo da nossa história.</u> (p.120)</p>
<p>Pois bem: este homem era paulista.</p>	<p>Pois bem: este homem era paulista.</p>

<p>Nascido em Santos, em <u>1765</u>, decorre já um século e meio <u>do seu nascimento</u> sem que acudisse aos paulistas a idéia de lhe erigir uma estátua. [...]. Grandiosíssimo <u>o erigiu ele</u> a si próprio nas incontáveis memórias científicas que publicou na Europa a maior parte em língua alemã <u>e que nunca foram</u> traduzidas em vernáculo, <u>como</u> também pela fecunda ação política <u>no “fiat”</u> da nacionalidade. O monumento faz-nos falta a nós <u>somente</u>, porque <u>ausência</u> dele nos cobre de vergonha e justifica a maldição que do exílio <u>ele lançou</u> em versos candentes à má gente da época:</p>	<p>Nascido em Santos, em <u>1763</u>, decorre já um século e meio sem que acudisse aos paulistas a idéia de lhe erigir uma estátua. [...]. Grandiosíssimo <u>ele o erigiu</u> a si próprio nas incontáveis memórias científicas que publicou na Europa, a maior parte em língua alemã, <u>nunca sequer</u> traduzidas em vernáculo; <u>e</u> também na fecunda ação política <u>em prol do “fiat”</u> da nacionalidade.</p> <p>O monumento faz-nos falta a nós, porque <u>sua inexistência</u> nos cobre de vergonha, e justifica a maldição que do exílio <u>lançou ele</u> em versos candentes à má gente da época: (p.120)</p>
<p>Felizmente S. Paulo <u>volta atrás e resolve</u> pagar enfim a dívida de gratidão para com <u>o seu maior filho</u>. O monumento salvador dos nossos brios está prestes <u>de se armar</u> em bronze numa praça pública.</p>	<p>Felizmente S. Paulo, <u>voltando</u> atrás, <u>resolveu</u> pagar a dívida de gratidão para com <u>o maior dos seus filhos</u>.</p> <p>O monumento salvador dos nossos brios está prestes a <u>erguer-se</u> em bronze numa praça pública. (p.121)</p>

Cotejo 10

Jornal: “A criação do estilo” (06/01/1917)

Livro: “A criação do estilo” (*Idéias de Jeca Tatu*)

<p>Jornal: “A criação do estilo” (06/01/1917)</p>	<p>Livro: “A criação do estilo” (<i>Idéias de Jeca Tatu</i>)</p>
<p>Não <u>promana</u> dos grandes mestres das artes plásticas a feição estética duma cidade. Vem, antes, <u>dos</u> humildes artistas sem nome, do marceneiro que lhe mobília a casa, do serralheiro que bate o ferro dos portões e grades, do entalhador de guarnições e molduras, do fundidor, <u>do encadernador</u>, do ceramista, de quantos afeioam <u>indiretamente</u> o interior da casa urbana. Como tais obreiros são numerosíssimos <u>dilatada é a sua zona de influência</u>. Sai-<u>lhe</u> inteirinha das mãos a casa popular como ainda a burguesa, e, em <u>grande parte</u>, o palacete rico. Apreende-se, claro, a força do profissional anônimo atentando para o <u>Rio</u>, cidade plasmada pelas manoplas calosas dum mestre <u>de obras</u>, que, sendo legião, é um só, tão uniformemente imprimiu em tudo o cunho mazorral da sua <u>inteligência</u>. Se esse mestre atravessasse uma escola bem orientada, onde lhe <u>polisse o cascão grosso</u>, que belo seria <u>o Rio de hoje!</u></p>	<p>Não <u>vem</u> dos grandes mestres das artes plásticas a feição estética duma cidade. Vem antes <u>de</u> humildes artistas sem nome – do marceneiro que lhe mobília a casa, do serralheiro que <u>lhe</u> bate o ferro dos portões e grades, do entalhador de guarnições e molduras, do fundidor, <u>do estofador</u>, do ceramista, de quantos <u>direta ou indiretamente</u> afeioam o interior da casa urbana. Como tais obreiros são numerosíssimos, <u>dilata-se-lhes a zona de influência</u>. Sai-<u>lhes</u> inteirinha das mãos a casa popular, como ainda a burguesa, e em <u>boa parte</u>, o palacete rico. Apreende-se claro a força do profissional anônimo atentando para o <u>Rio de Janeiro</u>, cidade plasmada pelas manoplas calosas dum mestre <u>d’obra</u> que, sendo legião, é um só, tão uniformemente imprimiu em tudo o cunho mazorral da sua <u>pouca finura em arte</u>. Se <u>em menino</u> esse mestre atravessasse uma escola bem orientada, onde lhe <u>desbastassem a gafeira grossa</u>, que <u>maravilhosa não seria a capital do Brasil!</u> (p.23)</p>

<p><u>Como</u> é assim, curar da educação artística do operário <u>despertando-lhe</u> o bom gosto, <u>desabrochar</u> o <u>seu individualismo</u>, norteando-lhe o <u>insumo</u> da criatividade, é dar moldes <u>imprederminados</u> à “<u>urbs</u>” futura.</p>	<p><u>Uma vez que</u> é assim, curar da educação artística do operário, <u>ensinando-lhe</u> o bom gosto, <u>desabrochando-lhe</u> o <u>senso da arte</u>, norteando-lhe o <u>impulso</u> da criatividade, é dar moldes <u>determinados, mas individualíssimos</u>, à <u>cidade</u> futura. (p.23-24)</p>
<p>Estilo é a feição peculiar das coisas. <u>É</u> um modo de ser inconfundível. <u>É</u> a fisionomia, <u>é</u> a cara.</p>	<p>Estilo é a feição peculiar das coisas. Um modo de ser inconfundível. A fisionomia. A cara. (p.24)</p>
<p>Não ter cara é um mal tamanho [...]. <u>Sucedo isto</u> na boa terra onde Amador Bueno <u>foi rei por um quarto de hora</u>. Envergonhada de se apresentar ao mundo como a natureza a fez, afivela no rosto máscaras exóticas na intenção de “parecer bem” ao <u>rastacuera</u>. Tal <u>e</u> qual o botocudo [...] ou o moari <u>australiano</u> que lanha as faces, <u>arabesca-as</u> de riscas inconcebíveis e vai, debruçado no espelho das águas, extasiar-se <u>da</u> lindeza.</p>	<p><u>É o que sucede</u> na boa terra onde Amador Bueno <u>quase foi rei</u>. Envergonhada de apresentar-se ao mundo como a natureza a fez, afivela no rosto máscaras exóticas na intenção de “parecer bem” ao <u>pataratas</u>. Tal qual o botocudo [...] ou o moari <u>zelandês</u> que lanha as faces, <u>arabescando-as</u> de riscas inconcebíveis, e vai, debruçado no espelho das águas, extasiar-se <u>com a</u> lindeza. (p.24)</p>
<p>Quando Anatole France andou por cá, <u>mostraram-lhe</u> os nossos monumentos, na certeza de que o homem pelo menos entreabriria <u>a</u> boca.</p>	<p>Quando Anatole France andou por cá, <u>mostramos-lhe</u> os nossos monumentos, na certeza de que o homem, pelo menos, entreabriria <u>um centímetro de</u> boca. (p.24)</p>
<p>— Em toda <u>a</u> parte, Europa, <u>Tenkim</u>, Port-Said...</p>	<p>— Em toda parte, Europa, <u>Bombaim</u>, Port-Said... (p.24)</p>

<p>Por gentileza não <u>completara</u> a frase: por toda a parte onde o homem desmente Darwin permanecendo macaco. Do quanto viu só o interessaram velhas igrejas. Descobriu nelas uma arte ingênua mais eloqüente <u>do</u> que o esperanto arquitetônico da Avenida.</p>	<p>Por gentileza não <u>completou</u> a frase: por toda parte onde o homem desmente Darwin, permanecendo macaco.</p> <p>De quanto viu só lhe interessaram velhas igrejas. Descobriu nelas uma arte ingênua, <u>porém</u> mais eloqüente que o esperanto arquitetônico da Avenida <u>Paulista</u>. (p.24-25)</p>
<p>Nossas casas não denunciam o país. Mentem à terra, <u>à raça, ao passado</u>, à alma, ao coração. Mentem em cal, areia e gesso, e agora, <u>por maior cautela, mentem</u> em cimento armado. Dentro dum salão Luiz XV somos <u>uns párias</u>. Porque por mais que nos falsifiquemos, Thomé de Souza e os 400 <u>companheiros</u> berram no nosso sangue, Fernão Dias geme, Tibiriçá pinoteia, Henrique Dias revê o seu pigmentosinho de contribuição.</p>	<p>Nossas casas não denunciam o país.</p> <p>Mentem à terra, <u>ao passado, à raça, à alma, ao coração</u>. Mentem em cal, areia e gesso, e agora, <u>para maior duração da mentira, começam a mentir</u> em cimento armado.</p> <p>Dentro de um salão Luiz XV somos <u>uma mentira com o rabo de fora</u>. Porque por mais que nos falsifiquemos e <u>nos estilizemos à francesa</u>, Thomé de Souza e os 400 <u>degredados</u> berram no nosso sangue; Fernão Dias geme; Tibiriçá pinoteia e Henrique Dias revê o seu pigmentosinho de contribuição. (p.25)</p>
<p>Basta que no Trianon [...], sonhando o “Bois” com o pensamento posto numa Yvette, comentando a política de Briand ou a derradeira peça de Bataille, passe na rua um cafajeste gemendo no pinho o “Poeta do sertão” para que o <u>Brummel do Bexiga perca o prumo</u>, quebre a linha, estale o verniz, <u>esqueça o papel</u>, arregale o</p>	<p>Basta que no Trianon [...], sonhando <u>passeatas chiques pelo Bois de Boulogne e comentando a política de Briand ou a derradeira peça de Bataille</u>, passe na rua um cafajeste gemendo no pinho “<u>Luar do sertão</u>”, para que o Brummel <u>se remexa na cadeira, perca o prumo</u>, quebre a linha, estale o verniz, arregale o olho e denuncie</p>

<p>olho, <u>remexa-se na cadeira</u> e denuncie a mentira viva que ele prega <u>aos duzentos</u> avós <u>boieiros</u>, açucareiros ou tropeiros que lhe circulam no sangue.</p>	<p>a mentira viva que ele prega <u>em oito ou dez</u> avós <u>vaqueiros</u>, açucareiros ou tropeiros que lhe circulam no sangue. (p.25)</p>
<p>Nosso mobiliário [...]. O interior das casas é um perfeito prato de “frios” dum hotel de segunda. <u>As salas</u> de visitas só pedem azeite, sal e vinagre para virar salada completa. Cadeiras Luiz <u>qualquer coisa</u>, mesinha central <u>Bom Retiro</u>, jardineiras de Limoges, tapetes <u>alemães</u>, <u>quadros</u> da Bretanha, gessos napolitanos, porcelanas de Copenhague, ventarolas do Japão, dragõezinhos de alabastro chinês [...].</p>	<p>Nosso mobiliário [...]. O interior das <u>nossas</u> casas é um perfeito prato de frios dum hotel de segunda. <u>A sala</u> de visitas só pedem azeite, sal e vinagre para virar salada completa. Cadeiras Luiz <u>15 ou 16</u>, mesinha central <u>Império</u>, jardineiras de Limoges, tapetes <u>da Pérsia</u>, “<u>perdões</u>” da Bretanha, gessos napolitanos, porcelanas de Copenhague, ventarolas do Japão, dragõezinhos de alabastro chinês [...]. (p.25-26)</p>
<p>Objeto de cor local, <u>algo nosso</u>, <u>promanado</u> naturalmente da terra, só o coronel, o doutor ou o amanuense <u>senhor-menino</u> daquele presepe.</p>	<p>Objeto de cor local, <u>coisa nossa</u>, <u>promanada</u> naturalmente da terra, só o coronel, o doutor ou o amanuense – <u>senhores-meninos</u> daquele presepe. (p.26)</p>
<p>Por fora a mesma ausência de individualidade. [...], o cançã inteiro das formas <u>históricas oriundas do aliás maravilhoso movimento revolucionário de Otto Wagner</u>.</p>	<p>Por fora, a mesma ausência de individualidade. [...], o cançã inteiro das formas <u>exóticas</u>. (p.26)</p>
<p>Que lembre a <u>tradição</u> nem um trinco de porta.</p>	<p>Que lembre a <u>terra</u>, nem um trinco de porta. (p.26)</p>
<p>Na casa holandesa o estigma local começa no telhado e desce aos mais</p>	<p>Na casa holandesa o estigma local começa no telhado e desce aos mais</p>

<p>humildes utensílios de cozinha. Tudo <u>ali é racial</u>, o jardim com a sua tulipa, os moveis esculpido, os ornatos, os quadros, tudo emanção da terra, criação lógica do ambiente. No “<u>home</u>” britânico o inglês está dentro duma moldura natural; nada destoa da sua <u>psicologia</u> fleumática. Na casa nipônica que maravilhosa harmonia entre a gaiolinha incapaz na aparência de resistir às brisas mas que agüenta terremotos e o japonês de aspecto frágil mas que <u>derranca</u> o russo!</p>	<p>humildes utensílios de cozinha. Tudo <u>nela cheira à raça</u>; o jardim com a sua tulipa, os moveis esculpido, os ornatos, os quadros – tudo <u>é</u> emanção da terra, criação lógica do ambiente.</p> <p>No <u>lar</u> britânico o inglês está dentro duma moldura natural; nada destoa da sua <u>psíquica</u> fleumática <u>de pirata enriquecido</u> .</p> <p>Na casa nipônica, que maravilhosa harmonia entre a gaiolinha incapaz na aparência de resistir às brisas mas que agüenta terremotos, e o japonês de aspecto frágil mas que <u>derrancou</u> o russo! (p.26)</p>
<p>A China tem o seu estilo. O americano impõe o seu, filho do “big”, do ferro e do <u>milionário</u>; e <u>agora, numa esplendida revivencia do</u> estilo “missionário” haurido nas velhas igrejas e conventos da área espanhola da Califórnia e Texas, dá ao mundo uma forma superior de arte.</p>	<p>A China tem o seu estilo.</p> <p>O americano impõe o seu, filho do “big”, do ferro e do <u>milionarismo</u>; e <u>com o</u> estilo “missionário”, haurido nas velhas igrejas e conventos da área espanhola da Califórnia e <u>do</u> Texas, dá <u>hoje</u> ao mundo uma forma superior de arte. (p.26-27)</p>
<p>A causa disto reside na incultura. Como <u>nos não</u> educam o gosto, <u>nos não</u> ensinam a ver, não temos a bela coragem do gosto pessoal.</p>	<p>A causa disto reside na incultura.</p> <p>Como <u>não nos</u> educam o gosto e <u>não nos</u> ensinam a ver, não temos a bela coragem do gosto pessoal. (p.27)</p>
<p>O próprio <u>homem</u> culto, saído duma casa de ensino superior, não distingue um cromo “<u>beuglant</u>” da mais sugestiva marinha de Castagneto. Isto explica <u>um certo Salinas da Pinacoteca...</u> E explica porque o nosso homem culto, quando,</p>	<p>O próprio <u>brasileiro</u> culto, saído duma casa de ensino superior, não distingue um cromo <u>berrante</u> da mais sugestiva marinha de Castagneto. Isto explica porque o nosso homem culto, quando <u>dinheiroso</u>, bem aparafusado na vida e preponderante no</p>

<p><u>rico</u>, bem aparafusado na vida e preponderante no mundo político se vai comprar um objeto d'arte olha ansioso para o nome do <u>seu</u> autor e só por ele se guia.</p>	<p>mundo político, se vai comprar um objeto d'arte olha ansioso para o nome do autor e só por ele se guia. (p.27)</p>
<p>Está pois nas mãos dum estabelecimento como o Liceu, já perfeitamente radicado, criar o estilo da cidade, criando o <u>artista</u> capaz de estilo.</p>	<p>Está pois nas mãos dum estabelecimento como o Liceu, já perfeitamente radicado, criar o estilo da cidade, criando o <u>artista-operário</u> capaz de estilo. (p.27)</p>
<p>Basta, para isto, incita-lo à independência, ensina-lo a olhar em torno de si e tirar da natureza circunjacente os assuntos das composições, o motivo dos ornatos, a matéria-prima, enfim, da sua arte. Feita a sementeira as messes virão com o tempo, e teremos assegurado um futuro menos incharacterístico que o presente.</p>	<p>Basta pra isto incita-lo à independência, ensina-lo a olhar em torno de si e <u>a</u> tirar da natureza circunjacente os assuntos das composições, o motivo dos ornatos, a matéria-prima, enfim, da sua arte.</p> <p>Feita a sementeira, as messes virão com o tempo <u>fartas e consoladoras</u> – e teremos assegurado um futuro menos incharacterístico <u>do</u> que o presente <u>macacal</u>. (p.27-28)</p>
<p>Esta orientação só pode partir do Liceu. [...]. Podem exercer na massa anárquica do <u>nosso</u> meio a influência de <u>Affonso</u> Arinos nas letras.</p>	<p>Esta orientação só pode partir do Liceu. [...]. Podem exercer na massa anárquica do meio <u>paulistano</u> a influência de Arinos nas letras. (p.28)</p>
<p>Arinos enfrentou a corrente desbragada da francezia e mostrou como era grotesco o “pastiche” invasor contrapondo-lhe uma obra profundamente racial. Ramos e Severo possuem a autoridade moral, e o</p>	<p>Arinos enfrentou a corrente desbragada da francezia; mostrou como era grotesco o pastiche invasor contrapondo-lhe uma obra profundamente racial.</p> <p>Ramos e Severo possuem a autoridade</p>

<p>valor, necessários para <u>semelhante tarefa</u>. São homens bandeiras. Ricardo Severo já se desfraldou. Em conferência na Sociedade de Cultura Artística, das mais belas pela forma e a mais fecunda em sugestões, plantou o marco de uma renascença.</p>	<p>moral e o valor necessários para <u>tarefa semelhante</u>. São homens bandeiras. Ricardo Severo já se desfraldou. Em conferência na Sociedade de Cultura Artística, das mais belas pela forma e a mais fecunda em sugestões <u>de quantas ali se leram</u>, plantou o marco de uma renascença. (p.28)</p>
<p>Tomou das velhas igrejas [...]. <u>O projeto da casa Júlio de Mesquita, bem como da</u> Numa de Oliveira e outras, valem pelo dealbar dum fulgurante renascimento arquitetônico.</p>	<p>Tomou das velhas igrejas [...]. <u>Os projetos das casas</u> Julio Mesquita, Numa de Oliveira e <u>tantas</u> outras valem pelo dealbar dum fulgurante renascimento arquitetônico. (p.28)</p>
<p><u>Na casa Silveira Cintra, construção deste último, o pretório, o telhado, o frontão e inúmeros detalhes são inspirados pela arte colonial e dispostos com grande felicidade.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p>Os óbices opostas a essa corrente, pelo sorriso palerma do esnobismo, pela careta da ignorância [...].</p>	<p>Os óbices opostas a essa corrente, pelo sorriso palerma do esnobismo, pela careta <u>alvar</u> da ignorância [...]. (p.29)</p>
<p>Há em derredor de nós todo um eldorado de temas virgens. A máscara afivelada pelo mau gosto empece-nos a visão. Passamos por eles sem os enxergar. <u>Tal qual o galo da fábula com a pérola. Um exemplo. Nós temos</u> um satirozinho de <u>imenso</u> pitoresco que inda não penetrou</p>	<p>Há em derredor de nós todo um eldorado de temas virgens; <u>mas</u> a máscara afivelada pelo mau gosto empece-nos a visão. Passamos por eles sem os enxergar. <u>Fábula do galo e da pérola.</u> Um <u>caso: possuímos</u> satirozinho de <u>grande</u> pitoresco que ainda não penetrou</p>

<p>nos domínios da arte [...]. No entanto para animar os gramados do jardim da Luz importamos <u>niebelungices alemãs</u>, sacis... do Reno! Temos ninfas [...]. Temos Marabá, a perturbadora criação indígena – mulher loura de olhos azuis, filha do estrangeiro e <u>de mãe aborígine, desprezada e odiada pelos nativos</u> como inimiga natural. <u>A tentativa de Amoedo não a transportou sequer para a pintura.</u> Temos caaporas, boitatás e tantos outros monstros cujas formas inda em estado cósmico nenhum artista <u>tentou</u> fixar. <u>Nas matas há uma riqueza inaudita de motivos vegetais para que nos atenhamos</u> toda a vida ao arqui-surrado acanto.</p>	<p>nos domínios da arte [...].</p> <p>No entanto, para animar os gramados do jardim da Luz importamos <u>niebelungos alemães</u>, sacis do Reno!...</p> <p>Temos ninfas [...].Temos Marabá, a perturbadora criação indígena – mulher loura de olhos azuis, filha do estrangeiro e mãe aborígine, <u>pelos nativos desprezada e odiada</u> como inimiga natural. Temos caaporas, boitatás e tantos outros monstros cujas formas inda em estado cósmico nenhum artista <u>procurou</u> fixar.</p> <p><u>Se há nas matas</u> uma riqueza inaudita de motivos vegetais <u>suscetíveis de estilização</u>, <u>por que deter-nos</u> toda vida no arqui-surrado acanto? (p.29-30)</p>
<p>Como penetrou <u>o acanto para a arte</u>? Calímaco um dia abaixou-se colheu uma folha de plantinha modesta, impressionou-se <u>pelo</u> seu recortado, estilizou-a e pô-la em pedra.</p>	<p>Como penetrou <u>na arte o acanto</u>? Calímaco, um dia, abaixou-se, colheu uma folha de plantinha modesta, <u>vulgar no solo grego</u>, impressionou-se <u>com o</u> seu recortado, estilizou-a e pô-la em pedra. (p.30)</p>
<p>O gesto de Calímaco será acaso uma prerrogativa sua? [...]. Nossas flores silvestres serão porventura <u>indignas</u> de se ordenarem em festões? Nossa fauna será tão pobre que necessitemos <u>fincar na ponta</u> das ripas do Belvedere cabecinhas de carneiro grego? Não é irrisório [...] e tudo mais que nasceu fora daqui e já teve a sua época? <u>É tempo de reagir, para que</u></p>	<p>O gesto de Calímaco será acaso uma prerrogativa sua? [...].</p> <p>Nossas flores silvestres, <u>nossos acantos</u>, serão porventura <u>indignos</u> de se ordenarem em festões?</p> <p>Nossa fauna será tão pobre que necessitemos <u>fincar nas pontas</u> das ripas do Belvedère <u>da Avenida</u> cabecinhas de carneiro grego?</p>

<p><u>algum viajante futuro não parodie um juízo célebre, dizendo: no Brasil tudo é grande só o homem é ridículo.</u></p>	<p>Não é irrisório [...] e tudo mais que nasceu fora daqui e já teve sua época? (p.30). Não consta.</p>
<p><u>Disto se conclui estar o Liceu em maravilhoso pé para iniciar a organização do ansiado 7 de Setembro estético. Depende somente de Ramos de Azevedo e Ricardo Severo o início da campanha. Se há glória em erguer uma escola àquela altura, que expressão de louvor teremos para quem, a formação de um simples operário artista, curar da formação do operário artista capaz de estilo?</u></p>	<p><u>Ora, pois, concluamos: está o Liceu em maravilhoso pé de oportunidade para iniciar a organização do nosso 7 de Setembro estético.</u></p> <p>Se há glória em erguer <u>um estabelecimento de ensino popular</u> àquela altura, que expressão de louvor teremos para quem, à formação de um simples <u>artesão</u> curar da formação do operário-artista capaz de estilo? (p.30)</p>

Cotejo 11

Jornal: “A questão do estilo” (25/01/1917)

Livro: “A questão do estilo” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Jornal: “A questão do estilo” (25/01/1917)	Livro: “A questão do estilo” (<i>Idéias de Jeca Tatu</i>)
<p>— Pois havemos então de restaurar o mau gosto <u>do estilo colonial</u>, um barroco de importação, atravessado de barbarismos <u>saídos</u> da cabeça dos pedreiros pretos?</p>	<p>— Pois havemos então de restaurar o mau gosto colonial, um barroco de importação atravessado de barbarismos <u>oriundos</u> da cabeça dos pedreiros pretos? (p.31)</p>
<p>Levada a intransigência a ponto agudo era caso de responder que o pedreiro preto, <u>que colaborava com o seu sentimento pessoal</u> na arte <u>herdada</u> da metrópole, useiros em meter na cabeça uma cartola velha, enfiar casaca, atochar os pés num botinao, e <u>sair</u> para a rua crentes de que o público os <u>confunde</u> com puros parisienses.</p>	<p>Levada a intransigência a ponto agudo, era caso de responder que o pedreiro preto <u>com o seu sentimento pessoal colaborou</u> na arte <u>vinda</u> da metrópole [...], useiros em meter na cabeça uma cartola velha, enfiar <u>a</u> casaca, atochar os pés num butinão e <u>virem</u> para a rua crentes de que o público os <u>confundirá</u> com puros parisienses. (p.31)</p>
<p>Não se pede volta ao passado. [...]. A vida não anda aos saltos, para diante ou para trás, conforme <u>praza</u> à veneta de alguém. A vida norteia-se por uma coisa chamada evolução, que um senhor inglês chamado Spencer reduziu a lei.</p>	<p>Não se pede volta ao passado, <u>bocós!</u> [...]. A vida não anda aos saltos, para diante ou para trás, conforme <u>agrade</u> à veneta de alguém. A vida norteia-se por uma coisa chamada evolução, que um senhor inglês chamado Spencer <u>com muito engenho</u> reduziu a lei. (p.31)</p>
<p>Não contraria a evolução um preto que</p>	<p>Não contraria a evolução um preto que</p>

<p>é moleque aos 10 anos e aos 70 é <u>um</u> negro velho. Mas <u>contraria-a</u>, e faz a caveira de Spencer estremecer na cova, um bugre que bugre nasceu, que cresceu bugre, que é bugre aos 20, aos 30, aos 70 anos, que <u>é</u> bugre <u>sob Pedro I e sob Pedro II</u>, que é cada vez mais bugre na República, encasquetar-se-lhe de repente na mioleira, por <u>injunções</u> do cinematógrafo do sr. João do Rio, que virou louro, d’olhos azuis e é... parisiense de Paris! E principiar a <u>moer</u> francês de Madagascar, a fumar “cigarettes”, a ler o “Figaro”, a <u>tresandar</u> “Houbigant”, e a exclamar, quando lhe passa ao pé um bugre autentico, sincero, com tanga nos rins e cocar na sinagoga:</p>	<p>é moleque aos dez anos e aos setenta é negro velho. Mas <u>a contraria</u>, e faz a caveira de Spencer estremecer na cova, um bugre que bugre nasceu, que cresceu bugre, que é bugre aos vinte, aos trinta, aos setenta anos, que <u>foi</u> bugre sob <u>os dois Pedros</u> e que é cada vez mais bugre na República, encasquetar-se-lhe de repente na mioleira, por <u>injunções</u> do “Cinematógrafo” do sr. João do Rio, que virou louro d’olhos azuis e é parisiense de Paris! E principiar a <u>esmoer</u> francês de Madagascar, a fumar “cigarettes”, <u>a comer</u> “patês”, <u>a ter em casa</u> “bonnes”, a ler o “Figaro”, a <u>trescalar</u> Houbigant, e a exclamar, quando lhe passa ao pé um bugre autentico <u>e</u> sincero, com tanga nos rins e cocar na sinagoga: (p.32)</p>
<p>Porque então <u>introvertem-se</u> os papéis e quem fica prodigiosamente bugre é justamente o contraventor da lei evolutiva.</p>	<p>Porque então <u>invertem</u> os papéis, e quem fica prodigiosamente bugre é justamente o contraventor da lei evolutiva. (p.32)</p>
<p>Quanto mais se perfuma, e mais pede ao alfaiate roupas à moda, e mais abusa do “argot”, e mais plagia <u>idéias do</u> Tristão Bernard [...].</p>	<p>Quanto mais se perfuma, e mais pede ao alfaiate roupas à moda, e mais abusa do “argot”, e mais plagia <u>o</u> Tristão Bernard [...]. (p.32)</p>
<p>A estes bonifrates, o sarcasmo francês não encontrando na língua palavra que os <u>definisse</u>, chama “rastaquère” <u>vocábulo</u> <u>cirado</u> “ad hoc”. E não contente de</p>	<p>A estes bonifrates o sarcasmo francês, não encontrando na língua <u>velha</u> palavra que os <u>defina</u>, chama “rastaquères” – <u>equiparando-os</u> aos “arrasta-couros” dos</p>

<p><u>ferreteia-los, explora-os, come-lhe os cobses por meio da francesa e do pechisbeque, e mete-os afinal nos “vandevilles”, com grandes brilhantes nos dedos e colossais “gaffes” na conduta.</u></p>	<p><u>saladeiros argentinos que depois de enriquecerem procuram esconder a profissão inicial.</u> (p.32)</p>
<p><u>O que sucede com o homem mentiroso à lei da evolução, sucede com o estilo que foge ao tom do ambiente.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>O</u> nosso estilo deve ser a decorrente natural do estilo com que os avós nos dotaram. Sempre vivo; sempre em função do meio; <u>maleável, para uma crescente e cada vez mais perfeita adaptação mesológica, o nosso estilo</u>, se quer fugir à pecha de rastacuerismo deve retomar a linha do passado e desenvolve-la à luz da estesia moderna. [...]. Coe-se arte colonial através dum temperamento profundamente <u>esteta</u>, filho da terra, produto do ambiente, alma aberta à compreensão <u>amorosa</u> da nossa natureza, e a arte colonial surgirá moderníssima [...]. Mas sem o querer, <u>pela virtude única</u> de ser um moderno aberto a todos os ventos, tomou de Corneille a pureza da língua, de Musset a poesia, <u>de Anatole o senso ático da beleza</u>, de Lecomte a elegância , da Grécia a linha pura, de Roma a fortidão d’alma e <u>fez novo-belo com o antigo-bruto.</u></p>	<p>Nosso estilo deve ser a decorrente natural do estilo com que os avós nos dotaram. Sempre vivo; sempre em função do meio, se quer fugir à pecha de rastacuerismo deve retomar a linha do passado e desenvolve-la à luz da estesia moderna. [...]. Coe-se arte colonial através dum temperamento profundamente <u>estético</u>, filho da terra, produto do ambiente, alma aberta à compreensão da nossa natureza: e a arte colonial surgirá moderníssima [...].</p> <p>O poeta, [...]. Mas sem o querer, <u>pelo fato</u> de ser um moderno aberto a todos os ventos, tomou de Corneille a pureza da língua, de Musset a poesia, de Lecomte a elegância, da Grécia a linha pura, de Roma a fortidão d’alma – e <u>com o antigo-bruto fez o novo-belo.</u> (p.33)</p>
<p>Nada ali revê enxerto da arte alheia. O</p>	<p>Nada <u>em Bilac</u> ali revê enxerto de arte</p>

<p>vocabulário é o velho vocabulário da metrópole, as almas são almas velhas, os personagens não vieram <u>de Paris</u>, embalsamados num livro de A. Hermant, [...] com descrições de mosteiros e milagres teatralíssimos de adormecer doentes incuráveis de insônia.</p>	<p>alheia. O vocabulário é o velho vocabulário da metrópole; as almas são almas velhas, as personagens não vieram embalsamadas num livro de Abel Hermant; [...] com descrições de mosteiros e milagres teatralíssimos, <u>capazes</u> de adormecer doentes incuráveis de insônia. (p.33)</p>
<p><u>Assim deve ser</u> a nossa arquitetura: moderníssima, elegantíssima, como <u>é</u> moderna e elegante a língua do poeta; mas como ela <u>pura do plágio</u>, da cópia servil, do “pastiche” deletério <u>e filha legítima dos seus pais</u>.</p>	<p><u>Seja assim</u> a nossa arquitetura: moderníssima, elegantíssima, como moderna e elegante <u>é</u> a língua do poeta; mas, como ela, <u>filha legítima de seus pais</u>, <u>pura do plágio</u>, da cópia servil, do pastiche deletério. (p.34)</p>
<p>O “qu’il mourit” na boca de um João Fernandes que mata Ninon, amante do coronel José da Silva e Souza, cônsul de Honduras no Tibet, porque um felá <u>egípcio</u> discordou de Ibsen quanto à ação de Descartes na batalha de Charleroi...</p>	<p>Que se não diria [...]? O <u>qu’il mourût de Corneille</u> na boca dum João Fernandes, que mata Ninon, amante do coronel José da Silva e Sousa, cônsul de Honduras no Tibet, porque um felá <u>do Egito</u> discordou de Ibsen quanto à ação de Descartes na batalha de Charleroi... (p.34)</p>
<p>O convento da Luz <u>sorri</u> da roupa nova, comprada a um tintureiro, que vestiram no Seminário. S. Bento, empedrado com austeridade <u>alemã</u>, faz <u>muxoxo</u> de desprezo à torre da inglesa, rígida como uma “<u>miss</u>” de 50 anos, coronela do “Salvation Army”. As casas em lombricoidal empalidecem de terror se defronte lhes surge uma em estilo grego,</p>	<p>O convento da Luz <u>caçoa</u> da roupa nova, comprada a um tintureiro, que vestiram no Seminário <u>Episcopal</u>. S. Bento, empedrado com austeridade <u>germânica</u>, faz <u>muxoxos</u> de desprezo à torre da Inglesa, rígida como uma “<u>spintser</u>” de cinquenta anos, coronela do “Salvation Army”. As casas <u>estilo</u> em lombricoidal empalidecem de terror se</p>

<p>receosas de que as folhas de acanto sejam vermífugas. <u>Outra</u>, adiante, vestida de renascimento <u>italiano</u>, cuspiha de nojo se paredes meias <u>ruge</u> uma <u>fantasia de renascimento alemão</u>.</p>	<p>defronte lhes surge uma em estilo grego, receosas de que as folhas de acanto sejam vermífugas. <u>Aquela</u>, adiante, vestida de renascimento <u>alemão</u>, cuspiha de nojo se paredes meias <u>erguem</u> uma <u>nova fantasiada à italiana</u>. (p.34)</p>
<p>Na mesma fachada as linhas <u>motejam-se entre si</u> e choram, e berram:</p>	<p>Na mesma fachada as linhas <u>motejam umas das outras</u>, e choram, e berram: (p.34)</p>
<p>— Cariátide, [...]. Deixa que os trilhos gemam e façam caretas, <u>e vai-te passear</u>. És de uma inutilidade absoluta, e és <u>ridícula</u> porque finges um esforço de mentira. Lá na Grécia onde nasceste, tinhas uma razão de ser, mas aqui...</p>	<p>— Cariátide, [...]. Deixa que os trilhos gemam e façam caretas, <u>já que eles é que fazem a força</u>. És duma inutilidade absoluta, e és <u>grotesca</u> porque finges um esforço de mentira. Lá na Grécia onde nasceste tinhas uma razão de ser, mas aqui não. (p.34-35)</p>
<p>— Que queres, coluna dórica? Não há Ictinus nem Fídias <u>neste clima</u>. Bem sei que sou uma irrisão. Nem de mármore maciço já me fazem hoje, como lá. Sou de cimento por fora e <u>tecido de ferro velho</u> por dentro. Tal qual <u>como</u> tu, coluna, que em vez de coluna és um simples canudo vestido à dórica...</p>	<p>— Que queres, coluna dórica? Não há Ictinus nem Fídias <u>por estas plagas</u>. Bem sei que sou uma irrisão. Nem de mármore maciço já me fazem hoje, como lá. Sou de cimento por fora e de ferro <u>deployé</u> por dentro. Tal qual tu, coluna, que em vez de coluna és um simples canudo vestido à <u>moda dórica</u>... (p.35)</p>
<p>— Dizes bem: sou oca, sou oca como os homens da terra; e padeço horrivelmente porque <u>sei existir</u> no frontão que simulo sustentar um escudo grego <u>em torno do qual</u> uma tênia moderníssima</p>	<p>— Dizes bem: sou oca como <u>a cabeça dos</u> homens da terra; e padeço horrivelmente porque no frontão que simulo sustentar <u>existe</u> um escudo grego <u>cujo paquife é</u> uma tênia moderníssima</p>

<p><u>saracoteia um inconcebível arabesco</u> “art-nouveau”. Vê tu, irmã, onde vão eles buscar motivos ornamentais: no intestino grosso dos bezerras!...</p>	<p><u>saracoteando o “art-nouveau”</u>. Vê tu, irmã, onde vão eles buscar motivos ornamentais? No intestino grosso dos bezerras!...” (p.35)</p>
<p>E deste modo a cidade inteira [...]. Para remate, e como o <u>o</u> toque final de Vatel na salada, vamos ter... uma catedral gótica!</p>	<p>E deste modo a cidade inteira [...]. Para remate, e como toque final de Vatel na salada, vamos ter... uma catedral gótica! (p.35)</p>
<p>O céu azul, esta nossa luz crua, o português, o negro e o índio, a <u>física da</u> mestiçagem, a voz dos <u>três</u> sangues, o modernismo das nossas idéias, a Light, o <u>telefone</u>, o sorveteiro, o auto, a herma de João Mendes, o congresso, o Gazeau, tudo, <u>tudo</u>, tudo <u>gritará</u> contra o anacronismo <u>caricato</u>.</p>	<p>O céu azul, esta nossa luz crua, o português, o negro, o índio, e o italiano, a mestiçagem, a voz dos <u>quatro</u> sangues, o modernismo das nossas idéias, a Light, o sorveteiro, o auto, a herma do João Mendes, o Congresso, o Gazeau, tudo – tudo <u>berrará</u> contra o anacronismo <u>de</u> <u>pedra</u>. (p.35)</p>
<p>Nada há mais grandioso do que a catedral gótica. <u>Nunca</u> a arquitetura religiosa se elevou tão alta como quando rendilhou a pedra para erguê-la <u>em</u> punhado de <u>flechas</u>, rumo ao céu impassível, <u>numa prece muda</u>. O homem medievo [...], no desespero da suprema miséria galvanizou-se numa fé de Jó e implorou misericórdia em <u>orações gigantescas</u> de granito. Tentou comover a Deus, o eterno impassível, pela intercessão de uma arte nova que lhe falasse uma linguagem nova. Essa foi a significação da catedral gótica. <u>É</u> o símbolo</p>	<p>Nada mais grandioso do que a catedral gótica. <u>Jamais</u> a arquitetura religiosa se elevou tão alto como quando rendilhou a pedra para erguê-la <u>como</u> punhado de <u>espetos</u> rumo ao céu impassível. O homem medievo [...], no desespero da suprema miséria galvanizou-se numa fé de Jó e implorou misericórdia em <u>gigantescas orações</u> de granito. Tentou comover a Deus, o eterno impassível, pela intercessão de uma arte nova que lhe falasse uma linguagem nova. Essa foi a significação da catedral gótica – símbolo grandiloqüente da fé que tudo esperava da <u>ação</u> divina.</p>

<p>grandiloquente da fé <u>intensa</u> que tudo esperava da <u>misericórdia</u> divina.</p>	<p>(p.35-36)</p>
<p>Mas aqui, [...], o estilo gótico berra, e <u>lembra</u> um <u>bororó</u> nu a dançar pinotes no Automóvel Club, ou um “clubman” de cartola e <u>casaca</u> a pilar milho cateto em plena taba de chavantes.</p>	<p>Mas aqui, [...], o estilo gótico berra, <u>lembrando</u> um <u>frade</u> nu a dançar pinotes no Automóvel Club; ou um “clubman” de cartola a pilar milho cateto em plena taba de chavantes. (p.36)</p>
<p>Será uma <u>caricatura fúnebre, de cimento e reboco</u>, à forma d’arte mais digna de religiosa veneração jamais surgida sobre a terra.</p>	<p>Será uma <u>fúnebre caricatura de pedra</u> à forma d’arte mais digna de religiosa veneração jamais surgida sobre a terra. (p.36)</p>
<p>E será, o que é pior ainda, adquirirmos por <u>seis</u> mil contos um diploma de inibição estética que <u>no-lo</u> dá de graça o consenso unânime dos povos, - <u>e em duplicata, se o exigirmos</u>.</p>	<p>E será – o que é pior ainda – adquirirmos por <u>muitos</u> mil contos um diploma de inibição estética que <u>nos</u> dá de graça o consenso unânime dos povos. (p.36)</p>
<p>O francês, o inglês, o alemão, o italiano, o japonês, o Egito, o planeta Marte, as nebulosas já sabem à farta que somos peludos. Que necessidade, pois, de despender tanto dinheiro para lhes fornecer, <u>a eles que a não pedem</u>, uma nova prova disso, e esta <u>em cimento armado</u>? No julgamento da Posteridade as flechas da nossa catedral, vistas com o recuo do tempo, não simularão flechas, mas pura e simplesmente... pelos.</p> <p><u>Mas...</u></p>	<p>O francês, o inglês, o alemão, o italiano, o japonês, o Egito, o planeta Marte, <u>a constelação de Hércules</u>, as nebulosas, <u>todos</u> já sabem à farta que somos peludos. Que necessidade, pois, de despender tanto dinheiro para lhes fornecer uma nova prova disso – e esta <u>de granito</u>?</p> <p><u>Porque</u> no julgamento da Posteridade, as flechas da nossa catedral <u>gótica</u>, vistas com o recuo do tempo, não simularão flechas, mas pura e simplesmente – pelos... (p.36)</p>

Cotejo 12

Jornal: “O saci” (05/02/1917)

Livro: “O saci” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Jornal: “O saci” (05/02/1917)	Livro: “O saci” (<i>Idéias de Jeca Tatu</i>)
<p>A rotação da terra <u>gera</u> a noite. A noite <u>gera</u> o medo. O medo gera o sobrenatural. Divindades e demônios têm a origem comum da treva. Quando o sol raia a <u>natureza despovoa-se</u>. Cessa o sabat. Satã afunda no <u>Averno</u> seguido <u>do séqüito inteiro de diabos menores</u>. A bruxa reveste a forma humana. O lobisomem perde a natureza dupla. <u>Os duendes evaporam-se</u>. [...]. As almas penadas <u>fecham-se</u> nas tumbas. Os sacis param de assobiar e cansados numa noite inteira de molecagens escondem-se nos socavões das grotas, no fundo dos poços, em qualquer <u>lura</u> onde não penetre luz, sua mortal inimiga. Filhos da sombra, ela os arrasta consigo mal o Sol anuncia, pela boca da Aurora, o grande espetáculo <u>diário</u> em que a Luz e sua filha a Cor esplendem <u>em</u> fulgurante apoteose.</p>	<p>A rotação da terra <u>produz</u> a noite; a noite <u>produz</u> o medo; o medo gera o sobrenatural: - divindades e demônios têm a origem comum da treva.</p> <p>Quando o sol raia, <u>desdemoniza-se a natureza</u>. Cessa o Sabá. Satã afunda no <u>Inferno</u>, seguido <u>da alcatéia inteira dos diabos menores</u>.</p> <p>A bruxa reveste a forma humana. O lobisomem perde a natureza dupla. <u>Os fantasmas diluem-se em névoa</u>. <u>Os duendes evaporam-se</u>. [...]. As almas penadas <u>trancam-se</u> nas tumbas. Os sacis param de assobiar e, cansados numa noite inteira de molecagens, escondem-se nos socavões das grotas, no fundo dos poços, em qualquer <u>lugar</u> onde não penetre a luz, sua mortal inimiga. Filhos da sombra, ela os arrasta consigo mal o Sol anuncia, pela boca da Aurora, o grande espetáculo em que a Luz e sua filha a Cor esplendem <u>numa</u> fulgurante apoteose. (p.163)</p>
<p>A treva batida [...]. E nessas nesgas de escuro apinha-se a fauna inteira dos pesadelos, tal qual as rãs e peixinhos</p>	<p>A treva batida [...]. E nessas nesgas de escuro apinha-se a fauna inteira dos pesadelos, tal qual as rãs e <u>os</u> peixinhos</p>

<p>aprisionados nas poças sem esgoto quando após as grandes enchentes <u>a água se esco</u>a. E como nas poças verdinhas a traíra permanece imóvel, e a rã muda, assim a legião dos diabos se apaga <u>de tal forma que</u> inutilmente <u>tentáreis</u> surpreender unsinho sequer. O saci, por exemplo. [...] Metido nas tocas de tatu, ou nos ocos das árvores velhas, ou alapado à beira-rio em solapções de pedra limosa com <u>a</u> retrança <u>das</u> samambaias à entrada, o moleque de capapuça vermelha sabe como ninguém o segredo de invisibilizar-se. Não colhesse ele, todos os anos, pela noite de S. João, a misteriosa flor de samambaia!</p>	<p>aprisionados nas poças sem esgoto, quando após as grandes enchentes <u>as águas descem</u>. E como nas poças verdinhas a traíra permanece imóvel e a rã muda, assim <u>toda</u> a legião dos diabos se apaga. Inutilmente <u>tentáramos</u> surpreender unsinho sequer.</p> <p>O saci, por exemplo.</p> <p>Abundante [...]. Metido nas tocas de tatu, ou nos ocos das árvores velhas, ou alapado à beira-rio em solapões de pedra limosa com retrança <u>de</u> samambaias à entrada, o moleque de capapuça vermelha sabe como ninguém o segredo de invisibilizar-se. Não colhesse ele, todos os anos, <u>nas noites</u> de S. João, a misteriosa flor de samambaia!... (p.163-164)</p>
<p>Mal, porém, o sol afrouxa [...], e cai a fundo nas molecagens <u>costumeiras</u>. <u>A primeira vítima é o cavalo</u>. O Saci corre aos pastos, laça com um cipó o animal escolhido – e nunca errou <u>uma</u> laçada – trança-lhe a crina para armar com ela um estribo, e dum salto <u>ei-lo montado</u> à sua moda. O cavalo toma-se de pânico, e deita a corcovear pelo campo afora enquanto o pernetá lhe finca o dente numa veia do pescoço e chupa gostosamente o sangue <u>até enjoar</u>. Pela manhã <u>os pobres animais aparecem varados, murchos</u> dos vazios, cabeça pendida, e <u>suados</u> como se <u>os</u> afrouxasse uma <u>caminhada</u> de dez léguas beijaís.</p>	<p>Mal, porém, o sol afrouxa [...], e cai a fundo nas molecagens <u>costumadas</u>.</p> <p><u>As primeiras vítimas são os cavalos</u>. O saci corre aos pastos, laça com um cipó o animal escolhido – e nunca errou laçada! – trança-lhe a crina para armar com ela um estribo, e dum salto <u>monta-o</u> à sua moda. O cavalo toma-se de pânico, e deita a corcovear pelo campo afora enquanto o pernetá lhe finca o dente numa veia do pescoço e chupa gostosamente o sangue. Pela manhã <u>o pobre animal aparece varado, murchos</u> dos vazios, cabeça pendida e <u>suado</u> como se <u>o</u> afrouxasse uma <u>caminheira</u> de dez léguas beijaís. (p.164)</p>

beijaais.	
<p>O sertanejo premune-<u>as</u> contra esses malefícios pendurando-<u>lhes</u> ao pescoço um rosário de capim ou um bentinho.</p>	<p>O sertanejo premune-<u>o</u> contra esses malefícios pendurando-<u>lhe</u> ao pescoço um rosário de capim ou um bentinho. (p.165)</p>
<p>Se encontra na estrada algum viajante tresnoitado, ai dele! Desfere-lhe de improviso um assobio no ouvido, escarrancha-se-lhe à garupa e é uma tragédia inteira o resto da <u>viagem</u>. Não raro o mísero perde os <u>sentidos</u> e cai à beira do barranco <u>até dia alto</u>. Outras vezes diverte-se o Saci <u>com</u> pregar-lhe peças menores; [...].</p>	<p>Se encontra na estrada algum viajante tresnoitado, ai dele! Desfere-lhe de improviso um assobio no ouvido, escarrancha-se-lhe à garupa e é uma tragédia inteira o resto da <u>jornada</u>. Não raro o mísero perde os <u>estribos</u> e cai <u>sem sentidos</u> à beira do barranco.</p> <p>Outras vezes diverte-se o saci <u>a</u> pregar-lhe peças menores: [...]. (p.165)</p>
<p>O Saci tem horror à água. <u>A propósito narra um depoente</u> no inquérito do “Estadinho <u>este</u> caso típico. Havia um caboclo morador numa ilha fluvial onde nunca entrara o Saci. As águas circunvolventes defendiam a feliz mansão. Certa vez, porém, o caboclo foi ao “continente” de canoa, como de hábito, e <u>lá</u> se demorou até a noite. [...]. Estava a imaginar no estranho caso – um travessio que <u>era canja</u> de dia e virara osso de noite – quando, ao firmar o varejão em terra firma, viu saltar da embarcação um Saci às gargalhadas.</p> <p>O malvado aproveitara o incidente do travessio a desoras para localizar-se na ilha <u>imune</u>, e desde então nunca mais houve ali</p>	<p>O saci tem horror à água. <u>Um depoente</u> no inquérito <u>demonológico</u> do “Estadinho” <u>narra o seguinte</u> caso típico. Havia um caboclo morador numa ilha fluvial onde nunca entrara o saci, <u>porque</u> as águas circunvolventes defendiam a feliz mansão. Certa vez, porém, o caboclo foi ao “continente” de canoa, como de hábito, e <u>ali</u> se demorou até a noite. [...]. Estava a ’maginar no estranho caso – um travessio que <u>fora fácil</u> de dia e virara osso de noite – quando, ao firmar o varejão em terra firma, viu saltar da embarcação um saci às gargalhadas. O malvado aproveitara o incidente do travessio a desoras para localizar-se na ilha, <u>onde</u>, desde então, nunca mais houve ali sossego <u>entre</u> os</p>

<p>sossego <u>para</u> os animais nem paz entre os homens.</p>	<p>animais nem paz entre os homens. (p.165)</p>
<p>Nos casebres da roça há sempre uma pequena cruz pendurada às portas. [...]. Mesmo assim ele ronda a moradia e arma peças a quem se aventura a sair para o terreiro.</p> <p>Espalha a farinha dos monjolos, remexe o ninho das poedeiras <u>gorando</u> os ovos, e judia das <u>galinhas</u>. Se a casa não é defendida, é dentro que opera. <u>Esconde</u> objetos; <u>estraga</u> a massa do pão posta a crescer, esparrama a cinza dos fogões apagados em cata de algum pinhão ou batata esquecidos.</p> <p>Se encontra, ainda, <u>alguma brasa</u>, malabariza com <u>ela</u> e ri-se perdidamente quando acontece <u>cair</u> a brasa pelo furo das mãos.</p>	<p>Nos casebres da roça há sempre uma pequena cruz pendurada às portas. [...]. Mesmo assim ele ronda a moradia, arma peças a quem se aventura a sair para o terreiro, espalha a farinha dos monjolos, remexe o ninho das poedeiras, <u>gora</u> os ovos, judia das <u>aves</u>.</p> <p>Se a casa não é defendida, é <u>lá</u> dentro que <u>ele</u> opera. <u>Estraga</u> objetos, <u>esconde</u> a massa do pão posta a crescer, esparrama a cinza dos fogões apagados em cata de algum pinhão ou batata esquecidos. Se encontra <u>brasas</u>, malabariza com <u>elas</u> e ri-se perdidamente quando acontece <u>passar uma</u> pelo furo das mãos. (p.166)</p>
<p>As porteiras, como as casas, [...]. Sem isto o Saci divertir-se-ia <u>em faze-la</u> ringir toda a noite ou <u>abri-la</u> inopinadamente diante do transeunte que a defronta, com grande escândalo e pavor deste, que <u>adivinha</u> logo o autor da amabilidade e <u>a repele</u> com conjuros. [...]. Refere um depoente o caso de d. Evarista. Morava esta senhora numa casinha de barro, já velha e buraquenta, em lugar infestado. [...]. Assustada, pulou da cama, enfiou a saia, e tonta de sono foi à cozinha cuja</p>	<p>As porteiras, como as casas, [...]. Sem isto o saci divertir-se-ia <u>fazendo-a</u> ringir toda a noite ou <u>abrindo-a</u> inopinadamente diante do transeunte que a defronta, com grande escândalo e pavor deste, que <u>adivinharia</u> logo o autor da amabilidade e <u>o repeliria</u> com conjuros.</p> <p>[...].</p> <p>Refere um depoente o caso da Dona Evarista. Morava esta <u>excelente</u> senhora numa casinha de barro, já velha e buraquenta, em lugar <u>bastante</u> infestado.</p>

<p>porta abria para o quintal. <u>Ali chegada</u> estarreceu de assombro: um Saci arreganhado erguia-se de pé na soleira da porta. <u>E disse-lhe</u> com diabólica pacholice: —Boa noite, d. Evarista. A velha, perdeu a fala e desabou na terra-batida, só voltando a si pela manhã. Desde <u>ai</u> nunca mais lhe saiu das ventas um certo <u>cheiro</u> a enxofre...</p>	<p>[...]. Assustada, pulou da cama, enfiou a saia e, tonta de sono, foi à cozinha cuja porta abria para o quintal. <u>E lá</u> estarreceu de assombro: um saci arreganhado erguia-se de pé na soleira da porta, <u>dizendo-lhe</u> com diabólica pacholice: — <i>Boa noite, dona Evarista!</i> A velha perdeu a fala e desabou na terra-batida, só voltando a si pela manhã. Desde <u>então</u> nunca mais lhe saiu das ventas um certo <u>cheirinho</u> a enxofre... (p.166-167)</p>
<p>Se fossem só aparições...</p>	<p>Se fossem só <u>essas</u> aparições... (p.167)</p>
<p>Quando um objeto desaparece, dedal ou tesourinha, é inútil campea-lo pela casa inteira <u>que nunca o encontrareis</u>. Basta <u>para isso, entretanto, que se dêem</u> três nós numa palha colhida dum rodamoinho, e <u>que a ponham</u> sob o pé de uma mesa. O Saci amarrado e imprensado visibilizará incontinentemente o objeto em questão para que o libertem do suplício. Rodamoinho... A ciência explica este fenômeno mecanicamente pelo choque de ventos contrários e não sei <u>que mais</u>. Lérias! É o Saci <u>quem</u> os arma. Dá-lhe, em dias ventosos a veneta de turbilhonar sobre si próprio como um pião. Brincadeira pura. A deslocação do ar produzida pelo giroscópio de uma perna só é que faz o remoinho, onde a poeira, as folhas secas, as palhinhas dançam em torno dele um</p>	<p>Quando um objeto desaparece, dedal ou tesourinha, é inútil campea-lo pela casa inteira. <u>Para reavê-lo</u> basta <u>dar</u> três nós numa palha colhida dum rodamoinho e <u>pô-la</u> sob o pé <u>da</u> mesa. O saci, amarrado e imprensado, visibilizará incontinentemente o objeto em questão para que o libertem do suplício.</p> <p>Rodamoinho... A ciência explica este fenômeno mecanicamente, pelo choque de ventos contrários e não sei <u>mais que</u>. Lérias! É o saci <u>que</u> os arma. Dá-lhe, em dias ventosos, a veneta de turbilhonar sobre si próprio como um pião. Brincadeira pura. A deslocação do ar produzida pelo giroscópio de uma perna só é que faz o remoinho, onde a poeira, as folhas secas e as palhinhas dançam em torno dele um corrupio infrene. (p.167)</p>

corrupio infrene.	
Nessas ocasiões é fácil apanha-lo. [...]. Exige-se, porém, que a peneira <u>seja de cruzeta</u> .	Nessas ocasiões é fácil apanhá-lo. [...]. Exige-se, porém, que a peneira <u>tenha cruzeta</u> . (p.167)
A figuração do Saci sofre muitas variantes. [...]. Existem, todavia, traços comuns <u>sobre os quais a opinião é quase unânime</u> ; [...].	A figuração do saci sofre muitas variantes. [...]. Existem, todavia, traços comuns <u>em relação ao quais as opiniões são unânimes</u> : [...]. (p.168)
Quanto ao caráter há concordância em lhe atribuir um espírito mais inclinado à brejeirice do que à malvadez. Vem daí o misto de medo e simpatia que os meninos peraltas <u>consagram ao Saci</u> .	Quanto ao caráter, há concordância em lhe atribuir um espírito mais inclinado à brejeirice do que à malvadez. Vem daí o misto de medo e simpatia que os meninos peraltas <u>revelam pelo saci</u> . (p.168)
A curiosidade despertada [...]. <u>De modo que</u> , convidados a falar <u>do duendezinho</u> , todos impregnam seus depoimentos da nota pessoal das coisas vividas na infância. Referem-se a ele como a um <u>conhecido velho</u> que a vida, a idade, o discernimento, <u>os fez</u> perder de vista, mas não esquecer. <u>Este inquérito pela massa preciosa de informações colhidas, fornecerá elemento para um livro curiosíssimo onde o Saci seja estudado rigorosamente à luz da ciência demonológica. Livro para o psicólogo e para o povo, duplamente interessante, pois. Este encontrará nele um reflexo da sua mentalidade, e divertir-se-á com os inúmeros casos narrados; aquele</u>	A curiosidade despertada [...]. Convidados <u>agora</u> a falar <u>sobre o duendezinho</u> , todos impregnam seus depoimentos da nota pessoal das coisas vividas na infância. Referem-se a ele como a um <u>velho conhecido</u> que a vida, a idade, o discernimento <u>fizeram</u> perder de vista, mas não esquecer... Não consta.

<p><u>terá ali material para preciosas deduções.</u> <u>O inquérito continua aberto e breve será</u> <u>feito um concurso entre desenhistas e</u> <u>escultores, com prêmios às melhores</u> <u>representações do moleque demoníaco.</u> <u>Entrará ele, assim, definitivamente, para o</u> <u>seio da arte.</u></p>	
<p>Não consta.</p>	<p><u>E — dubitativos uns, céticos outros,</u> <u>afirmativos muitos – a conclusão de todos</u> <u>é a mesma: o Saci existe!... (p.168)</u></p>
<p>Não consta.</p>	<p><u>— Como o Putois, de Anatole France?</u> <p>(p.168)</p></p>
<p>Não consta.</p>	<p><u>Que importa? Existe. Deus e o Diabo</u> <u>ensinaram-lhe essa maneira subjetiva de</u> <u>existir... (p.168)</u></p>

Cotejo 13

Jornal: “A questão do estilo” (11/02/1917)

Livro: “Ainda o estilo” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Jornal: “A questão do estilo” (11/02/1917)	Livro: “Ainda o estilo” (<i>Idéias de Jeca Tatu</i>)
<p>O estilo é a fisionomia da obra d’arte. Produto conjugado do homem, do meio e do momento <u>histórico</u> é pelo estilo que ela adquire caráter.</p>	<p>O estilo é a fisionomia da obra d’arte. Produto conjugado do homem, do meio e do momento, é pelo estilo que ela adquire caráter. (p.37)</p>
<p>No rosto humano [...]. Paira nelas um elemento sutil de penosa definição, embora flagrante: o “<u>fácies</u>” <u>fisionômico</u>.</p>	<p>No rosto humano, [...]. Paira nelas um elemento sutil de penosa definição, embora flagrante: <u>a fisionomia</u>. (p.37)</p>
<p>Assim na obra d’arte, além dos elementos intrínsecos, permanentes, regidos pelas leis eternas das proporções e do equilíbrio <u>rítmico</u>, há o estilo que mais não é <u>senão</u> a sua fisionomia inconfundível. [...]. Se, porém, da poesia [...], passarmos à arquitetura, amplia-se o fenômeno, sem entretanto <u>refugir</u> à lei. Já não é o homem, <u>senão</u> o meio, <u>quem</u> imprime o estilo à obra. [...]. Nasce <u>como planta indígena do solo</u>, se o povo é criador e espontâneo como o grego. Na arquitetura helênica nada grita em dissonância com o homem ou a terra; <u>nunca</u> houve nada mais bem adaptado à paisagem envolvente, à índole da raça, seus usos e costumes, suas necessidades,</p>	<p>Assim, na obra d’arte, além dos elementos intrínsecos, permanentes, regidos pelas leis eternas das proporções e do equilíbrio, há o estilo que mais não é <u>do que</u> a sua fisionomia inconfundível. [...]. Se, porém, da poesia [...], passarmos à arquitetura, amplia-se o fenômeno, sem <u>que</u>, entretanto, <u>refuja</u> à lei. Já não é o homem, <u>senão</u> o meio, <u>que</u> imprime o estilo à obra. [...].</p> <p>O estilo arquitetônico [...]. Nasce <u>do solo como planta indígena</u>, se o povo é criador e espontâneo como o grego. Na arquitetura helênica nada grita em dissonância com o homem ou <u>com</u> a terra; <u>jamais</u> houve nada tão bem adaptado à paisagem envolvente, à índole da raça, <u>aos</u></p>

<p>seus sentimentos e idéias. A simplicidade de vida <u>do povo eleito</u>, a formosura do tipo de vida <u>livre</u>, a acuidade do pensamento, a frugalidade <u>do grego</u>, tudo <u>soa afim</u> com a singela nobreza dos seus monumentos.</p>	<p>seus usos e costumes, <u>às</u> suas necessidades, <u>aos</u> seus sentimentos e idéias. A simplicidade da vida, a formosura do tipo, a acuidade do pensamento, a frugalidade <u>do povo eleito</u>: - tudo <u>sintoniza</u> com a singela nobreza dos seus monumentos. (p.37-38)</p>
<p>No Egito, onde tão outra era a psíquica coletiva plasmada pela casta sacerdotal, [...], e norteadas sempre no sentido de sugerir idéias <u>de grandeza</u>.</p>	<p>No Egito, onde tão outra era a psíquica coletiva plasmada pela casta sacerdotal, [...], e norteadas sempre no sentido de sugerir <u>o enorme e o eterno</u>. (p.38)</p>
<p>Na China... Haverá arquitetura [...], <u>estádio</u> mental e hierarquia tradicionalista de um povo?</p>	<p>Na China... Haverá arquitetura [...], <u>estágio</u> mental e hierarquia tradicionalista de um povo, <u>do que a arquitetura chinesa?</u> (p.38)</p>
<p>A Rússia, entresachamento etnológico <u>de bárbaros</u>, europeus e asiáticos, [...]?</p>	<p>A Rússia, entresachamento etnológico <u>dos</u> europeus e asiáticos, [...]? (p.38)</p>
<p>O mundo <u>otomano</u> não deu à arte a mesquita, cujas cúpulas e minaretes dizem tão bem com os hábitos religiosos, vida e usanças da gente do Corão? <u>Os árabes</u> em sua expansão africana não criaram uma fórmula maravilhosamente deduzida do clima, caracterizada pela nenhuma inclinação do telhado, uma vez que não existiam chuvas determinantes de tal defesa?</p>	<p>O mundo <u>árabe</u> não deu à arte a mesquita, cujas cúpulas e minaretes dizem tão bem com os hábitos religiosos, vida e usanças da gente do Corão? Em sua expansão africana não criaram uma fórmula maravilhosamente <u>bem</u> deduzida do clima, caracterizada pela nenhuma inclinação do telhado, uma vez que não existiam chuvas determinantes de tal defesa? (p.38)</p>

<p>Em Espanha <u>este</u> mesmo povo [...].</p>	<p>Em Espanha <u>esse</u> mesmo povo [...]. (p.39)</p>
<p>Em Holanda o terreno alagadiço, a umidade atmosférica, a vida caseira, [...].</p>	<p>Em Holanda o terreno alagadiço, a umidade atmosférica <u>e</u> a vida caseira, [...]. (p.39)</p>
<p>É inútil prosseguir neste enumeração, que abrangeria todos os povos. Sem estilo, incapaz de fisionomia arquitetônica não há um sequer. E não há nenhum porque seria isso negar a grande lei <u>da biologia</u> a que tudo se reduz: <u>a</u> adaptação.</p>	<p>É inútil prosseguir neste enumeração, que abrangeria todos os povos <u>da terra</u>. Sem estilo, incapaz de fisionomia arquitetônica, não há um sequer. E não há nenhum porque seria isso negar a grande lei <u>biológica</u> a que tudo se reduz: adaptação. (p.39)</p>
<p>Somente nos povos “in fieri” [...]. Exame superficial, digo, porque se o <u>aprofundamos</u> surge clara a chave do caso. Todos os povos atravessam [...]. Porque é pueril <u>discutir-se</u> com apaixonamento... [...].</p>	<p>Somente nos povos “in fieri”, [...]. Exame superficial, digo, porque, se o <u>aprofundarmos</u> surge clara a chave do caso. Todos os povos atravessam [...].Porque é pueril <u>discutirmos</u> com apaixonamento... [...]. (p.39)</p>
<p>Mas <u>pelo fato de o</u> não termos hoje é absurdo negarmo-nos direito à fisionomia. Se <u>o não temos “ainda”, tê-lo-emos um dia</u>. E a prova <u>disso</u> está em que já surgem tendências <u>anunciadoras disso</u>.</p>	<p>Mas, <u>pela</u> não termos hoje é absurdo negarmo-nos direito à fisionomia. Se <u>ainda não a temos, tê-la-emos</u>. E a prova está em que já surgem tendências <u>do fato</u>. (p.39)</p>
<p>O sr. Stockler das Neves <u>no seu</u> belo artigo estampado no “Jornal” defende o ponto de vista contrário ao nosso. [...]. <u>Pode um povo subsistir com dignidade</u></p>	<p>O sr. Stockler das Neves <u>em</u> belo artigo estampado no “Jornal”, defende o ponto de vista contrário ao nosso. [...].</p>

<p><u>procedendo de maneira inversa? Está claro que não.</u> Esse movimento fecundo [...] é o primeiro <u>vagido</u> de uma coisa muito mais significativa do que o sr. Stockler supõe. [...]. Mas o sr. Stockler [...]. Põe-nos assim <u>numa</u> situação aparte no mundo, visto como “todos” os povos o têm.</p> <p>E baseia a sua negação num trecho de L. Cloquet. Entretanto, por uma estranha coincidência, se tivéssemos de fundamentar <u>uma</u> opinião <u>com uma</u> opinião alheia, nem de encomenda <u>obteríamos</u> melhor padrinho do que Cloquet.</p>	<p>Não consta. (p.40)</p> <p>Esse movimento fecundo [...] é o primeiro <u>sinal</u> de uma coisa muito mais significativa do que o sr. Stockler supõe.</p> <p>Mas o sr. Stockler [...]. Põe-nos assim <u>em</u> situação à parte no mundo, visto como <i>todos</i> os povos o têm. E baseia a sua negação num trecho de L. Cloquet.</p> <p>Entretanto, por uma estranha coincidência, se tivéssemos de fundamentar <u>nossa</u> opinião <u>em</u> opinião alheia, nem de encomenda <u>acharíamos</u> melhor padrinho, do que <u>o tal de</u> Cloquet. (p.40-41)</p>
<p>Mas como um homem não pode implantar uma língua, seja <u>ela</u> o volapuck, [...].</p>	<p>Mas como um homem não pode implantar uma língua, seja <u>embora</u> o volapuck, [...]. (p.41)</p>
<p>Os grandes estilos antigos, que assinalaram as grandes épocas históricas, desenvolveram-se como <u>a árvore secular</u>, mergulhando <u>as</u> raízes no solo.</p>	<p>Os grandes estilos antigos, que assinalaram as grandes épocas históricas, desenvolveram-se como <u>árvores</u>, mergulhando raízes no solo. (p.41)</p>
<p>Pelo dilema de Cloquet – <u>que alias não subsiste</u> em face da obra de Otto Wagner – ou criamos de chofre o nosso estilo ou apelamos para fonte histórica. Criá-lo de chofre seria o ideal, mas falta-nos talento. [...]. Agarram <u>nos</u> álbuns de arquitetura editados <u>em Itália ou França</u> e pilham fachadas com a sem cerimônia de quem <u>bate uma carteira</u>. <u>Se</u> têm um pouco de</p>	<p>Pelo dilema de Cloquet – <u>insubsistente aliás</u> em face da obra de Otto Wagner – ou criamos de chofre o nosso estilo ou apelamos para fonte <u>a</u> histórica.</p> <p>Criá-lo de chofre seria o ideal, mas falta-nos talento. [...]. Agarram álbuns de arquitetura editados <u>fora</u> e pilham fachadas com a sem cerimônia de quem <u>fila cigarros</u>. <u>Os que</u> têm um pouco de</p>

<p>consciência disfarçam o furto, pilhando quatro ou cinco projetos para com <u>os furtinhos manhosos formar</u> um sexto, que assinam. <u>Na</u> minoria, porém, há arquitetos de valor real, talento indiscutível e grande honestidade. Receosos de criar, embora lhes não falte capacidade para isso, <u>esses</u> fazem obra honesta, orientados por todos os estilos europeus.</p>	<p>consciência disfarçam o furto, pilhando quatro ou cinco projetos para, com <u>a mistura, “mandar”</u> um sexto, que assinam. <u>Entre a</u> minoria, porém, há arquitetos de valor real, talento indiscutível e grande honestidade. Receosos de criar, embora lhes não falte capacidade para isso, fazem obra honesta orientados por todos os <u>bons</u> estilos europeus. (p.40-41)</p>
<p>São os que realizam a segunda ponta do dilema de Cloquet recorrendo a um estilo histórico, <u>Cloquet diz: “um” estilo histórico</u>. Que “um” deve ser este? [...]. <u>Disto</u> se conclui que jamais Cloquet veio tão a pique para dirimir uma contenda.</p>	<p>São os que realizam a segunda ponta do dilema de Cloquet, recorrendo a um estilo histórico. Não consta. Que “um” deve ser este? [...]. <u>Donde</u> se conclui que jamais Cloquet veio tão a pique para dirimir uma contenda. (p.42)</p>
<p>— Já que vocês não tem talento [...]. Só assim, partindo dessas fórmulas consagradas, numa evolução lenta, através de numerosas gerações, modificando-as, desenvolvendo-as <u>e apurando-as</u> podereis ter arquitetura. Fora disso sereis tão arquitetos como o sujeito que verte do francês um romance de Paulo de Kock <u>é romancista</u>.</p>	<p>“Já que vocês não têm talento [...]. Só assim, partindo dessas fórmulas consagradas, numa evolução lenta, através de numerosas gerações, modificando-as <u>e desenvolvendo-as</u>, podereis ter arquitetura. Fora disso sereis tão arquitetos como <u>é romancista</u> o sujeito que verte do francês um romance de Paulo de Kock”. (p.42)</p>
<p>Assim <u>fala</u> Cloquet. E como o sr. Stockler compartilha a sua opinião, não há entre nós <u>divergência nenhuma</u></p>	<p>Assim <u>falaria</u> Cloquet. (p.42) E como o sr. Stockler compartilha da sua opinião, não há entre nós <u>nenhuma</u></p>

<p>fundamental. [...]. Os <u>seus</u> adversários filiam-se a ele sem o perceber...</p>	<p><u>divergência</u> fundamental. [...] Os <u>próprios</u> adversários filiam-se a ele, sem o perceber... (p.42-43)</p>
---	--

Cotejo 14

Jornal: “Saneamento do Brasil – A ação de Oswaldo Cruz I” (18/03/1918)

Livro: “Ação de Oswaldo Cruz” (*Problema vital*)

Jornal: “Saneamento do Brasil – A ação de Oswaldo Cruz I” (18/03/1918)	Livro: “Ação de Oswaldo Cruz” (<i>Problema vital</i>)
<p><u>Nós brasileiros</u> vivemos de longa data num <u>delicioso</u> mundo da lua. <u>Viver no mundo da lua é a melhor expressão inventada pelo povo para definir aquele</u> camoneano estado <u>de alma</u> ledo e cego <u>do episódio</u> de Inês de Castro.</p> <p>Sempre vimos errado, a nós e às nossas coisas, e apesar de <u>decepções inúmeras vemos</u> <u>nos</u> ainda às avessas. Umás tantas mundices da lua ganharam foros de axiomas <u>retóricos</u> desses que se demonstram pelo simples enunciado, v. g.: a tríplice miragem da nossa riqueza, da nossa inteligência e da nossa “invencibilidade”.</p> <p><u>Tais dogmas resumem-se assim:</u></p>	<p>De longa data vivemos num <u>perfeito</u> mundo da lua <u>parente daquele</u> camoneano estado <u>d’alma</u> ledo e cego da Inês de Castro... Sempre vimos errado, a nós e às nossas coisas. E apesar de <u>inúmeras decepções</u> continuamos a <u>ver-nos</u> ainda às avessas.</p> <p>Umás tantas mundices da lua ganharam foros de axioma, desses que se demonstram pelo simples enunciado, v. g.: a tríplice miragem da nossa riqueza, da nossa inteligência e da nossa <i>invencibilidade</i>.</p> <p><u>Resumem-se assim tais dogmas:</u> (p.223)</p>
<p>1º - “Somos um dos povos mais inteligentes e sensatos do mundo” (afirma Alberto Torres no “Problema Nacional”, consolidando uma opinião generalizada; mas como o pensador <u>gasta</u> as 400 páginas <u>do seu livro em</u> demonstrar que <u>num século apenas</u> de vida livre chegamos à completa “degradação moral, política, <u>econômica</u> e financeira”, o leitor sai do <u>seu</u> livro com esta</p>	<p>1º - <i>Somos um dos povos mais inteligentes e sensatos do mundo – como o</i> afirma Alberto Torres no “Problema Nacional”, consolidando uma opinião generalizada. Mas como o pensador <u>ocupa</u> as quatrocentas páginas <u>de sua obra no</u> demonstrar que <u>em apenas um século</u> de vida livre chegamos à completa <i>degradação moral, política e financeira</i>, o leitor sai do livro com esta</p>

<p>mirífica lição: quanto mais inteligente e sensato <u>é</u> um povo tanto menos capaz de organização e progresso <u>se revela</u>).</p>	<p>mirífica lição <u>nos miolos</u>: quanto mais inteligente e sensato um povo, tanto menos capaz de organização e progresso. (p.223)</p>
<p>3º - “O Brasil é o único <u>povo</u>, além do Japão, que jamais foi vencido em guerra” (didatas, oradores de Recreativas, <u>Victruvio Marcondes</u>, etc.)</p>	<p>3º - <i>O Brasil é o único <u>país</u>, além do Japão, que jamais foi vencido em guerra</i> (didatas, oradores de Recreativas, <u>mulatos pernósticos</u>, etc.) (p.224)</p>
<p>Em <u>prosa</u>, palestra, conferências, “meetings”, poliantéias, artigos de fundo, revistas de agricultura, livros escolares, hinos da Guarda Nacional e <u>no sr. Afonso Celso</u>, <u>estes</u> dogmas, lardeados de comovidas ufanias pelas demais maravilhas da nossa terra, impam solenes, com ares comiserados pelo resto do mundo, esse miserável resto do planeta que não tem a sorte de ser Brasil.</p>	<p>Em palestras, conferências, <i>meetings</i>, poliantéias, artigos de fundo, revistas de agricultura, livros escolares e hinos da Guarda Nacional, <u>tais</u> dogmas, lardeados de comovidas ufanias pelas demais maravilhas da nossa terra, impam solenes, com ares comiserados pelo resto do mundo – esse miserável resto do planeta que não tem a sorte de ser Brasil. (p.224)</p>
<p>Cardumes de poetas menores – desses para <u>os quais</u> em sua República Platão (<u>ó divino Platão!</u>) legislava:</p> <p>“Coroai-os de rosas, e expulsai-os <u>em seguida</u>” – por sua vez puseram, em verso, a grande ilusão, de modo a perpetuá-la pela mnemônica da rima e do metro na cabeça fraca do povo. O povo, ingênuo que é, decorou a sério o agradável estribilho da riqueza sem par, da inteligência primacial e da invencibilidade parelha da nipônica; e, conseqüente com o ensinado, assumiu uma atitude lógica: papo ao ar em sorridente <u>sonolência</u>. Se somos assim ricos, e geniais, e</p>	<p>Cardumes de poetas menores – desses para <u>quem</u> em sua República Platão legislava: <i>Coroai-os de rosas e expulsai-os</i> – por sua vez puseram em verso a grande ilusão, de modo a perpetuá-la pela mnemônica da rima e do metro na cabeça fraca do povo.</p> <p>O povo, ingênuo que é, decorou a sério o agradável estribilho da riqueza sem par, da inteligência primacial e da invencibilidade parelha da nipônica; e conseqüente com o ensinado assumiu uma atitude lógica: papo ao ar em sorridente <u>lombeira</u>. Se somos assim ricos, e geniais, e invencíveis, <u>gozemo-nos</u></p>

<p>invincíveis, <u>gozemos</u> disso em doce “otim cum dignitate”.</p>	<p>disso em doce <i>otium cum dignitate</i>, <u>é lógico</u>. (p.224)</p>
<p>Por seu lado a política sarcoptosa interessada na <u>lombeira</u> budista do povo entrou a confirmar oficialmente a miragem por meio de velhaca literatura dos relatórios ambrosíacos e mensagens nectarinas.</p> <p>Dessa falseada visão das coisas <u>vieram</u> males sem conta.</p>	<p>Por seu lado a política sarcoptosa, interessada na <u>sonolência</u> budista do povo, entrou a confirmar oficialmente a miragem, por meio da velhaca literatura dos relatórios <u>oficiais</u> ambrosíacos e das mensagens nectarinas. <u>E</u> dessa falseada visão das coisas <u>advieram</u> males sem conta. (p.224)</p>
<p>Hoje, graças à pressão da evidência, <u>já cada um</u> procura ver com os próprios olhos e <u>a convencer-se</u> de que entre as flores da retórica e os frutos da realidade corre séria discrepância.</p>	<p>Hoje, graças à pressão da evidência, <u>cada qual já</u> procura ver com os próprios olhos, <u>convencido</u> de que entre as flores da retórica e os frutos da realidade corre séria discrepância. (p.224-225)</p>
<p>Riqueza. <u>Temô-la</u> no seio da terra, no azoto do ar, nas essências florestais, e <u>nas ufanias do sr. A. Celso</u>, e não <u>a termos</u> sonante no bolso, é ser nababo à moda do <u>miserável chinês em transe megalomaniaco do sonho opiáceo</u>. A noção econômica de riqueza, desde Adam Smith é um pouquinho diversa – a mesma diversidade que vai da palavra “libra esterlina” à <u>rodelinha amarela chamada libra esterlina</u>.</p>	<p>Riqueza. <u>Tê-la</u> no seio da terra, no azoto do ar, nas essências florestais, <u>na literatura cor de rosa</u> e não <u>tê-la</u> sonante no bolso, é ser nababo à moda do chinês em transe megalomaniaco <u>de sonho d’ópio</u>. A noção econômica de riqueza, desde Adam Smith, é um pouquinho diversa – a mesma diversidade que vai da <i>palavra</i> libra-esterlina à <i>rodelinha</i> amarela chamada libra-esterlina. (p.225)</p>
<p>Inteligência. [...] uma que não consegue na vida nacional senão efeitos desastrosos e grotescos, bem pode ser que mereça um nome diverso, e <u>até</u> oposto. Não nos deu ela sequer <u>esse elemento primordial</u> da vida das</p>	<p>Inteligência. [...] uma que não consegue na vida nacional senão efeitos desastrosos e grotescos, bem pode ser que mereça um nome diverso, <u>senão</u> oposto. Não nos deu ela, sequer, <u>esses elementos primordiais</u> da vida</p>

<p>coletividades, administração e justiça, <u>isto é, organização perfeitamente adaptada ao meio.</u></p>	<p>das coletividades: administração <u>eficiente</u> e justiça. (p.225)</p>
<p>Nas demais manifestações, letras, artes e ciência, ainda não criou coisa nenhuma; sempre satelitante <u>como</u> uma lua morta em torno dos movimentos europeus, copia-<u>lhes</u> com servilismo a letra sem nunca <u>assimilar-lhes</u> o espírito.</p>	<p>Nas demais manifestações, letras, artes e ciência, ainda não criou coisa nenhuma; sempre satelitante, <u>qual</u> lua morta, em torno dos movimentos europeus, copia-<u>lhe</u> com servilismo a letra sem nunca <u>assimilar</u> o espírito. (p.225)</p>
<p>O “nosce te ipsum” [...]: a fauna mentirosa dos panegiristas <u>poliantécicos inda vigente</u> prova como nos conhecemos pouco.</p>	<p>O “nosce te ipsum” [...]: a fauna mentirosa dos panegiristas <u>vigentes</u> prova como nos conhecemos pouco. (p.225)</p>
<p>Só agora é que o instinto de conservação reagindo em face de perigos dia a dia mais sérios, começa a nos <u>descataratar</u> os olhos. [...]. Já principiamos a nos estudar “<u>in anima vile</u>”, medrosos ainda, tatibitates, às apalpadelas pelo caminho penhascoso da observação direta e pessoal.</p>	<p>Só agora é que o instinto de conservação, reagindo em face de perigos dia a dia mais sérios, começa a nos <u>entreabrir</u> os olhos. Damos a impressão [...]. Já principiamos a nos <u>estudar in anima nobile</u>, medrosos, tatibitates, ainda às apalpadelas no caminho penhascoso da observação direta e pessoal. (p.225-226)</p>
<p>O ponto de partida [...]. A escolha desse homem para <u>um cargo de higiene</u> no Rio foi o maior passo, talvez o único, dado pelo país durante a república, para arrancar-se <u>do</u> atoleiro onde lentamente afundava. O acaso permitiu que em vez de um burocrata <u>desinfestador</u> e papelífero <u>como os anteriores</u>, penetrasse na administração um homem de gênio servido por um temperamento de organizador. Esse fato teve uma altíssima</p>	<p>A escolha desse homem <u>para chefe da</u> higiene no Rio foi o maior passo, talvez o único, dado pelo país durante a República para arrancar-se <u>ao</u> atoleiro onde lentamente afundava. O acaso permitiu que, em vez de um burocrata <u>desinfetador</u> e papelífero, penetrasse na administração um homem de gênio servido por um temperamento organizador. Esse fato teve uma altíssima significação <u>mal</u> percebida no momento: era</p>

<p>significação <u>não</u> percebida no momento: era o moderno espírito científico a tomar pé no país <u>da rotina</u>.</p>	<p>o modernos espírito científico a tomar pé no país <u>do palavreado oco</u>. (p.226)</p>
<p>Uma era nova <u>abria-se</u> sem que déssemos tento: a verdadeira significação dos fatos só pode ser avaliada depois que a corrente das conseqüências, no estirar <u>do tempo</u>, permite a visão perspectiva. Até Oswaldo o médico no Brasil era o Chernoviz: xaropes, iodureto e a continha. Curava – quando <u>curava; não prevenia</u>. O higienismo dormia o sono das crisálidas, apesar do <u>intensíssimo</u> movimento científico <u>uropeu</u> determinado pelas teorias pasteurianas.</p>	<p>Uma era nova <u>se abria</u> sem que déssemos tento: a verdadeira significação dos fatos só pode ser avaliada depois que a corrente das conseqüências, no estirar <u>dos anos</u>, permite a visão perspectiva.</p> <p>Até Oswaldo o médico no Brasil era o Chernoviz: xaropes, iodureto e a continha. Curava – quando <u>não matava. Prevenir, nunca</u>. O higienismo dormia o sono das crisálidas, apesar do movimento científico universal determinado pelas teorias pasteurianas. (p.226)</p>
<p>Pasteur descobrira um como novo reino da natureza [...]. [...], elaboram a matéria morta para a criação da matéria viva, <u>e dirigem, conjugando-as, a vida do vegetal e do mineral</u>. Mundo maravilhoso do suprasensível onde a micro-sociedade de invisíveis anõezinhos belicosos <u>em guerra permanente</u> faz do nosso corpo um eterno campo de batalha, e transformam a pobre criatura humana, de homens sãos, em loucos, luéticos [...]; <u>que as mata</u> nas agonias horrendas do tétano ou lhes <u>faz</u> da vida um calvário longo de misérias, conforme vence esta ou aquela facção, o espiroqueta ou o bacilo de Hansen, uma leishmania ou <u>gonococcus</u>, o tripanossoma Cruzii ou a vírgula</p>	<p>Pasteur descobrira um como novo reino da natureza [...]. [...], elaboram a matéria morta para a criação da matéria viva. Mundo maravilhoso do supra-sensível, onde a micro-sociedade de invisíveis anõezinhos belicosos faz do nosso corpo criaturas humanas em loucos, luéticos [...]; <u>e mata-as</u> nas agonias horrendas do tétano ou lhes <u>transforma</u> a vida num calvário longo de misérias, conforme vence esta ou aquela facção, o espiroqueta <u>pálido</u> ou o bacilo de Hansen, uma leishmania ou o <u>gonococo</u>, o tripanossoma cruzii ou a vírgula <u>do cólera</u>. (p.227)</p>

<p><u>da cólera.</u></p>	
<p>Inaugurou-se [...]. A higiene nasceu.</p>	<p><u>E</u> a higiene nasceu. (p.227)</p>
<p>Só o Brasil, [...], combatendo seus males caseiros com as velhas seringações empíricas <u>do dr. Purgon de Moliére.</u></p>	<p>Só o Brasil, [...], combatendo seus males caseiros com as velhas seringações empíricas <u>daquele doutor Purgon de Moliére.</u> (p.227)</p>
<p>Na Europa, [...]. Aqui em torno de Oswaldo, um pugilo de estudiosos <u>cerraram-se</u> em Manguinhos, cheios de ardor apostólico. O que em tão curto prazo <u>esses moços heróicos fizeram</u> nunca será louvado em excesso.</p>	<p>Na Europa, [...]. Aqui, em torno de Oswaldo, um pugilo de estudiosos <u>se cerrou</u> em Manguinhos, cheios do mesmo ardor apostólico. O que em tão curto prazo <u>operaram</u> <u>esses heróicos moços</u> nunca será louvado em excesso. (p.227-228)</p>
<p>Oswaldo, [...]. Não que sejam criaturas de exceção, gênios todos incendidos de faúlas divinas, mas simplesmente porque, aparelhados com os métodos modernos <u>estudam e trabalham</u> norteados pelo fecundo critério pasteuriano. Esse método, essa idéia nova tão fecunda em resultados que anima todos os filhos de Pasteur, qual é <u>ela?</u> <u>Uma anedota a define.</u></p>	<p>Não que sejam criaturas de exceção, gênios incendidos de faúlas divinas; mas simplesmente porque, aparelhados com os métodos modernos, <u>trabalharam</u> norteados pelo seguro critério pasteuriano. Esse método, essa idéia nova, tão fecunda em resultados, que anima todos os filhos de Pasteur, qual é <u>ele afinal?</u> <u>Define-o uma anedota.</u> (p.228)</p>
<p>Quando o governo francês [...]. O entomologista recebeu ao desconhecido Pasteur com toda a <u>cordialidade</u>, e ouvindo de sua boca ao que vinha mostrou-lhe uns casulos contaminados que por acaso <u>tinha à</u> mão. Pasteur fez cara de quem enxergava aquilo pela primeira vez.</p>	<p>Quando o governo francês [...]. O entomologista recebeu o desconhecido Pasteur com a <u>lhaneza</u> habitual e, ouvindo de sua boca ao que vinha, mostrou-lhe uns casulos contaminados, por acaso <u>ao alcance de</u> sua mão. Pasteur fez cara de quem enxergava aquilo</p>

	pela primeira vez. (p.228)
— Pois é o casulo [...]. Pasteur examinou-o por uns <u>instantes e depois disse</u> :	Pasteur examinou-os por uns <u>momentos</u> . (p.228)
Ignorava <u>por completo</u> o objeto do estudo; não obstante, concluído este, a moléstia que ameaçava arruinar a zona da seda era subjugada para sempre.	Ignorava <u>completamente</u> o objeto do estudo <u>para o qual fora comissionado</u> . Não obstante, concluído este a moléstia que ameaçava arruinar a zona da seda era subjugada para sempre. (p.229)
Eis o segredo. É mister abordar os problemas com absoluta isenção de ânimo, limpo o <u>observador</u> de idéias preconcebidas [...].	Eis o segredo. É mister abordar os problemas com absoluta isenção de ânimo, limpo de idéias preconcebidas [...]. (p.229)
O povo cretinizado [...]. Só de lá tem vindo, e só de lá há de vir a verdade que salva. <u>Assim foi que</u> de lá reboou esse veementíssimo brado de angústia que é o livro de Belisário Penna [...].	O povo cretinizado [...]. Só de lá tem vindo, e só de lá há de vir, a verdade que salva <u>e vence</u> . <u>Foi de lá</u> que reboou esse veementíssimo brado de angústia que é o livro de Belisário Pena [...]. (p.229)

Cotejo 15

Jornal: “Saneamento do Brasil – 20 milhões de opilados II” (19/03/1918)

Livro: “Dezessete milhões de opilados” (*Problema vital*)

O título dos textos demonstra a atualização de dados realizada por Lobato na ocasião da publicação de suas obras completas: no artigo de 1918, o escritor registrara 30 milhões de habitantes e 21 milhões doentes; após a revisão para publicação nas obras completas, os números se modificam: 25 milhões de habitantes e 17 milhões doentes.

<p>Jornal: “Saneamento do Brasil – 20 milhões de opilados II” (19/03/1918)</p>	<p>Livro: “Dezessete milhões de opilados” (<i>Problema vital</i>)</p>
<p>Computam os estadistas em 30 milhoes de habitantes a população do Brasil. Destes 30 milhoes 21 milhoes são criaturas derreadas no físico e no moral pela ancilostomose. <u>Os estudos médicos de Manguinhos</u> fixam nas alturos do 70% a proporção dos brasileiros avariados por essa calamidade. Mal da terra [...].É bem o mal por excelência da terra brasílica que assim inutiliza dois terços dos seus filhos. Donde provém semelhante flagelo? <u>Qual a marcha da moléstia?</u></p>	<p>Computam os estadistas em 25 milhoes de habitantes a população do Brasil. Destes 25 milhoes, 17 milhoes são criaturas derreadas no físico e no moral pela ancilostomose, <u>caso não errem os cálculos</u> de Manguinhos <u>que</u> fixam nas alturas dos 70% a proporção dos brasileiros avariados por essa calamidade.</p> <p><i>Mal da terra, [...]. É bem o mal por excelência da terra brasílica <u>um</u> que assim inutiliza dois terços dos seus filhos.</i></p> <p>Donde provém semelhante flagelo? (p.231)</p> <p>Não consta.</p>
<p>Dois parasitos intestinais, [...] <u>aboletam-se</u> no duodeno como em casa sua. <u>Aí</u> passam a vida em famílias de um macho para três fêmeas, ocupados na faina de perpetuar a <u>sua</u> execrável espécie. Não há</p>	<p>Dois parasitos intestinais, [...] <u>aboletaram-se</u> no duodeno <u>do homem</u> como em casa sua. <u>Ali</u> passam a vida em famílias de um macho para três fêmeas, ocupados na faina de perpetuar a execrável</p>

<p>ser mais bem aparelhado para a sobrevivência do que este verme. Cada fêmea dá-se ao trabalho de pôr 6.000 ovos por dia, <u>em média</u>, e como é por milhares que vivem <u>apenduricalhados</u> na mucosa de um pobre intestino, cada doente <u>de opilação</u> funciona como um oviduto, uma indireta maquina de <u>pôr ovos alheios</u>, <u>capaz de expelir diariamente mais de um milhão</u>. <u>Esta formidável desova é lançada com as fezes pela superfície da terra, onde vai amadurecer</u>. Em 24 horas está <u>completa a incubação</u> e salta fora do ovo a ninfa. Se o vibrião encontra condições <u>mesológicas</u> propícias – e entre nós encontra sempre calor e umidade <u>no grau requerido</u> – <u>enquistam-se</u> incontinenti <u>duma carapaça</u> protetora e <u>deixam-se</u> ficar ao leu, nas poças d'água, nos lugares sombrios, à espera dum pé incauto a que <u>possam</u> aderir. A invasão do organismo humano se faz ou pela boca, na ingestão de alimentos contaminados, <u>ou através da pele dos pés</u>. <u>Localizam-se entre os dedos, no dorso, ou onde podem</u>, e enfiam-se por um poro a dentro até ganhar o primeiro canal linfático. E por <u>ele</u> acima, em viagem de Júlio Verne pelo corpo humano, caminham guiados por maravilhoso instinto, até <u>localizarem-se</u> no duodeno em cuja mucosa se aposentam comodamente, ferrando nela a ventosa armada de <u>grifos</u>. E ali passam <u>a</u> regalada vida, sorvendo o</p>	<p>espécie.</p> <p>Não <u>existe ser</u> mais bem aparelhado para a sobrevivência do que este <u>ascoroso</u> (sic) verme. Cada fêmea dá-se ao trabalho de pôr <u>em média</u> 6.000 ovos por dia, e como é por milhares que vivem <u>penduradas</u> na mucosa de um pobre intestino, cada doente funciona como um oviduto, uma indireta maquina de <u>lançar ovos, com as fezes, à superfície da terra</u>. <u>Em contato com a terra estes ovos amadurecem, e 25 horas depois, completada a incubação</u>, salta fora do ovo a ninfa.</p> <p>Se o vibrião <u>recém-nascido</u> encontra condições propícias - e entre nós encontra sempre <u>o</u> calor e <u>a</u> umidade <u>requeridos</u> – <u>enquista-se numa casca</u> protetora e <u>deixa-se</u> ficar ao leu, nas poças d'água <u>ou</u> nos lugares sombrios, à espera dum pé incauto a que <u>possa</u> aderir.</p> <p>A invasão do organismo humano se faz ou pela boca, na ingestão de alimentos contaminados, ou através da pele; <u>e é sobretudo em altíssima escala feita através da pele dos pés</u>. <u>Aderem a ela e enfiam-se</u> por um poro a dentro até ganhar o primeiro canal linfático. E por <u>essa via</u> acima, em viagem de Júlio Verne pelo corpo humano, caminham, guiados por maravilhoso instinto, até <u>se localizarem</u> no duodeno, em cuja mucosa se aposentam comodamente, ferrando nela a ventosa</p>
--	--

<p>sangue do paciente e exudando em troca uma toxina de terríveis efeitos.</p>	<p>armada de <u>garras</u>. E ali passam regalada vida, sorvendo o sangue do paciente e exsudando em troca uma toxina de terríveis efeitos. (p.231-232)</p>
<p>Este verme dá a perfeita imagem dos <u>parasitos</u> sociais que se <u>aferram</u> ao Estado [...]. O funcionário público aposentado <u>classifica-se</u> com exação no gênero “ankylostoma aerarii”, sem que <u>se</u> lhe <u>faça</u> nenhum favor.</p>	<p>Este verme dá a perfeita imagem dos <u>parasitas</u> sociais que se <u>acostam</u> ao Estado [...]. O funcionário público aposentado <u>pode classificar-se</u> com exação no gênero <i>Ancilostoma aerarii</i>, sem que lhe <u>falamos</u> nenhum favor. (p.232)</p>
<p>O ciclo do ancilóstomo [...]; em estado de ovo desce <u>ao</u> intestino grosso e de lá à terra carregado nas fezes; [...] a ninfa adapta-se ao ambiente e espera com infinita paciência o “pé no chão” da <u>estúpida</u> criatura feita à imagem e semelhança de Deus; encontrado o pé propício a ninfa ri-se do rei da criação, [...], para que não haja hipótese de <u>perigar</u> a sobrevivência <u>de tão precioso animalzinho</u>.</p>	<p>O ciclo do ancilóstomo [...]; em estado de ovo desce <u>pelo</u> intestino grosso e de lá <u>se passa</u> à terra, carregado nas fezes; [...] a ninfa adapta-se ao ambiente e espera com infinita paciência o “pé-no-chão” da <u>ingênua</u> criatura feita à imagem e semelhança de Deus <u>que lhe passe ao alcance</u>; encontrado <u>esse</u> pé propício, a ninfa ri-se do rei da criação, [...], para que não haja hipótese de <u>periclit</u> a sobrevivência <u>da espécie</u>. (p.232-233)</p>
<p><u>Os males causados pelo horrendo verme no organismo humano não têm conta</u>. [...] enfraquecendo a defesa natural do <u>corpo</u> e <u>tornando-o propício</u> à invasão vitoriosa de todas as doenças. E ainda <u>predispõe</u> o opilado ao vício da cachaça a <u>cujo</u> lenitivo recorre para contrabater a permanente sensação de frio que o desequilíbrio sanguíneo acarreta. Esses</p>	<p><u>Não tem conta os males causados no organismo humano pelo horrendo verme</u>. [...] enfraquecendo a defesa natural do <u>organismo</u> e <u>predispondo-o</u> à invasão vitoriosa de todas as doenças. E ainda <u>inclina</u> o opilado ao vício da cachaça, lenitivo <u>a que</u> recorre para contrabater a permanente sensação de frio que o desequilíbrio sanguíneo acarreta.</p>

<p>heróicos sertanejos, [...]: <u>licenças poéticas do estro bucólico</u> de poetas jamais saídos das cidades grandes. O que nos campos se vê deambulando pelas estradas com ar abobado, [...], <u>é um</u> viveiro ambulante do verme destruidor.</p>	<p>[...]. Retrato do nosso caboclo [...]. Esses heróicos sertanejos, [...]: <u>licenças bucólicas</u> de poetas jamais saídos das cidades grandes. O que nos campos <u>a gente</u> vê, deambulando pelas estradas com ar abobado, [...] – viveiro ambulante do verme destruidor. (p.233-234)</p>
<p>Em conseqüência da escravização [...]. E os paredros do litoral, luminares da política, os sumos pontífices da intelectualidade, zaranzas em fisgar soluções puramente formalísticas. [...] Basta mudar <u>uns pronomes, puxar para cá uma vírgula do</u> artigo sexto, botar mais dois anos no período do presidente, e <u>voe ancilóstomo!</u>”</p>	<p>Em conseqüência da escravização [...]. E os paredros do litoral, luminares da política, os sumos pontífices da intelectualidade, <u>espinoteiam</u>, zaranzas em fisgar soluções puramente formalísticas, <u>sem contato nenhum com as realidade cruas</u>. Uns, [...]. Basta mudar umas <u>palavras</u> ao artigo sexto, botar mais dois anos no período do presidente e, <u>ai do ancilóstomo!</u> (p.234-235)</p>
<p>Outro quer reforma do sufrágio com direito de voto, <u>estendido</u> às opiladas.</p>	<p>Outro, <u>feminista</u>, quer reforma do sufrágio com direito de voto às opiladas. (p.235)</p>
<p>Este convence às massas de que, vestindo farda obrigatória, o doente Brasil sara.</p>	<p>Este convence às massas de que, vestindo farda obrigatória, o doente <u>do</u> Brasil sara. (p.235)</p>
<p>Bastam apenas duas coisas: defender os pés da <u>infecção</u> pelo uso <u>de</u> sapatos, e evitar a infecção <u>da terra</u> pelo uso da fossa.</p>	<p>Bastam apenas duas coisas: defender os pés <u>contra a</u> infecção pelo uso <u>dos</u> sapatos, e evitar a infecção pelo uso da fossa.</p>

<p>[...]. Como calçar este país, único no mundo que anda de “pé no chão”? [...]</p> <p>Seria uma tarefa talhada às câmaras municipais e inspetores de quarteirão [...].</p> <p>Mas de que modo convencer a um coronel prefeito de câmara, ou tenente inspetor, da existência, vida, costumes e ação de um verme que ele não vê?</p> <p>Estes espíritos fortes só crêem no que olhos enxergam. Suicídio em massa [...], que literatejam e politicalham nas cidades <u>donde costumam bradar o “interior” inânime:</u></p>	<p>Como calçar este país, único no mundo, <u>fora as populações selvagens da África,</u> que <u>ainda</u> anda de pé-no-chão?</p> <p>[...].</p> <p>Seria uma tarefa talhada às câmaras municipais e <u>aos</u> inspetores de quarteirão [...]. Mas de que modo convencer a um coronel prefeito de câmara, ou tenente inspetor <u>de quarteirão</u>, da existência, vida, costumes e <u>atividades</u> de um verme que ele não vê? Estes espíritos fortes só crêem no que <u>seus</u> olhos enxergam...</p> <p>[...].</p> <p>A permanência do mal [...]. Suicídio em massa [...], que literatejam e politicalham nas cidades <u>bradando para o “interior” inânime:</u> (p.235-236)</p>
<p>— Indolentes! <u>Vadios!</u> Vede como prospera o italiano e o português, <u>ó grande corja de preguiçosos!</u></p>	<p>— Indolentes! Vede como prospera o italiano e o português! (p.236)</p>
<p>E o governo, [...], insere nas folhas proclamações onde se <u>diz:</u></p>	<p>E o governo, [...], insere nas folhas proclamações onde se <u>repete o estribilho:</u> (p.236)</p>
<p><u>E</u> os escravos do verme [...] continuam na <u>faina</u> de intensificar a produção de ovos <u>ancilostomóticos</u> para glória imperitura dos nematóides. [...] para que <u>nós</u> volvêssemos para os males caseiros os olhos postos há <u>quatro anos na guerra européia</u>. Se o Brasil que fala, e pensa, e</p>	<p>Os escravos do verme [...] e continuam na <u>tarefa</u> de intensificar a produção de ovos <u>alheios</u>, para glória imperitura dos nematóides.</p> <p>[...].</p> <p>Foi mister [...] para que <u>afinal</u> volvêssemos para os males caseiros os</p>

<p>age, consagrasse <u>um décimo das energias dispendidas em comentar os fatos europeus no estudo e solução dos problemas internos...</u> Mas como, se o problema da Alsácia é tão premente?!...</p>	<p>olhos há <u>tantos anos postos nas coisas européias.</u></p> <p><u>Ah, se o Brasil que fala e pensa e age, consagrasse ao estudo e solução dos problemas internos um décimo das energias dispendidas em comentar os fatos europeus...</u></p> <p><u>Mas é impossível isso. Não há tempo, nem é chique. O chique é meditar nos destinos da Alsácia Lorena... (p.236-237)</u></p>
--	--

Cotejo 16

Jornal: “Saneamento do Brasil – Três milhões de papudos e idiotas III” (20/03/1918)

Livro: “Três milhões de idiotas” (*Problema vital*)

Tal como fez em “A ação de Oswaldo Cruz”, Lobato continua sua atualização de valores: de 30 milhões de habitantes Brasil, registra no livro 25 milhões. Substitui “20 milhões de aleijados” pela cifra dos 17 milhões, permanecendo, porém, o valor de 3 milhões de “papudos e idiotas”.

<p>Jornal: “Saneamento do Brasil – Tres milhoes de papudos e idiotas III” (20/03/1918)</p>	<p>Livro: “Três milhões de idiotas” (<i>Problema vital</i>)</p>
<p>O tipo da habitação rural no Brasil não varia de norte a sul. [...]. <u>Hematófago</u> do homem e outros animais, o horripilante inseto noturno sai com as trevas da sua <u>lura</u> [...]. <u>Como vivem</u> às centenas em cada casebre, ninguém lhes escapa <u>ao ferrão</u>. Belisário Pena conta que certa vez apanhou em flagrante delito de sucção, <u>sobre</u> o corpo de uma pobre criança de quatro anos, 16 ninfas taludas como baratas descascadas, e oito barbeiros adultos, além de cinco que, fartos, já se aprestavam pesadamente para voltar ao esconderijo. Cada um sugando para mais de uma grama de sangue, e alternando-se <u>os vampiros na tarefa</u>, é fácil <u>de</u> imaginar o quanto perdia de sangue por noite essa criança – essa criança que não é “uma” criança, mas a criança do sertão brasileiro...</p>	<p>O nosso tipo de habitação rural não varia de norte a sul. [...]. <u>Bebedor do sangue</u> do homem e <u>de</u> outros animais, o horripilante inseto noturno sai com as trevas da sua <u>toca</u> [...]. <u>Vivendo</u> às centenas em cada casebre, ninguém lhes escapa <u>à sanha</u>. Belisário Pena conta que certa vez apanhou em flagrante delito de sucção, <u>no</u> o corpo de uma pobre criança de quatro anos, dezesseis ninfas taludas como baratas descascadas, e oito barbeiros adultos, além de <u>mais de</u> cinco que, fartos, já se aprestavam pesadamente para voltar ao esconderijo. Cada um <u>deles</u> sugando para mais de uma grama de sangue, e alternando-se <u>na vampírica</u> tarefa, é fácil imaginar o quanto perdia de sangue por noite essa criança – essa criança que não é “uma” criança, mas <i>a criança do sertão brasileiro...</i> (p.239-240)</p>
<p>Ora, acontece que [...]. A criatura mordida e inoculada <u>do</u> trypanossoma é uma criatura perdida para <u>si</u>, e <u>é para o mundo um novo</u> foco de propagação da moléstia.</p>	<p>A criatura mordida e inoculada <u>pelo</u> trypanossoma é uma criatura perdida para <u>sempre</u>, <u>tornando-se além disso um novo e</u> <u>perigoso</u> foco de propagação da moléstia. (p.240)</p>
<p>Vem logo febre, <u>a qual</u> persiste durante dias e até meses: é o parasito que está <u>ainda</u></p>	<p>Vem logo <u>a</u> febre, <u>que</u> persiste durante dias e até meses: é o parasito que está</p>

<p>vagueante na corrente circulatória. Depois, conforme <u>ele</u> se localiza nas fibras musculares do coração, [...]; ou <u>fenômenos variados</u> de endocrinismo.</p>	<p>vagueante na corrente circulatória. Depois, conforme se localiza nas fibras musculares do coração, [...], ou <u>vários fenômenos</u> de endocrinismo. (p.240)</p>
<p>Quando a localização [...], entre o simples aparvalhamento e a <u>idiotia</u> completa.</p>	<p>Quando a localização [...], entre o simples aparvalhamento e o <u>cretinismo</u> completo. (p.240)</p>
<p>Regiões inteiras assoladas. [...]. Crianças dizimadas em massa – e felizes quando morrem; se vingam crescer dão um rastolho humano de sórdido aspecto [...]. Vilas inteiras <u>onde</u> nem para amostra se encontra um indivíduo indeme.</p>	<p>Crianças dizimadas em massa – e felizes quando morrem; se vingam crescer dão <u>de si</u> um rastolho humano de sórdido aspecto [...]. Vilas inteiras <u>nas quais</u> nem para amostra se encontra um indivíduo indeme. (p.241)</p>
<p>Nessas pocilgas humanas, [...] – um soturno e eterno gemido de dor <u>escandido pelo</u> rictus apavorante <u>dos idiotas</u>.</p>	<p>Nessas pocilgas humanas, [...] – um soturno e eterno gemido de dor <u>transfeito no</u> pelo rictus apavorante <u>da idiotia</u>. (p.241)</p>
<p>E pensar a gente [...]! Uma população <u>igual</u> a do Estado de São Paulo!</p>	<p>E pensar a gente [...]! Uma população <u>pouco menor do que</u> a do Estado de São Paulo!. (p.241)</p>
<p><u>E</u>, no entanto, as autoridades não movem passo; os literatos das capitais bizantinizam em “estilo torturado” sobre a colocação dos pronomes e outras maravilhas; poetas a granel gastam <u>boas doses de fósforo</u> na metrificação de umas mágoas de mentira, e de uns amorezinhos de esquina; estetas, de olho ferrado na França, auscultam o pulsar do coração latino para fisgar de primeira mão a</p>	<p>No entanto, as autoridades não movem passo; os literatos das capitais bizantinizam sobre a colocação dos pronomes e outras maravilhas; poetas a granel gastam <u>todas as reservas fosfóricas</u> na metrificação de umas mágoas de mentira, e de uns amorezinhos de esquina; estetas de olho ferrado na França auscultam o pulsar do coração latino para fisgar de primeira mão a “<u>nova corrente em</u></p>

<p>corrente em via de substituir o parnasianismo; políticos armam e desarmam casos, requerem “hábeas-corpus”, eructando com riqueza de RR roçagantes a <u>grande</u> palavra República.</p>	<p><u>vias de substituir o parnasianismo</u>”; políticos armam e desarmam casos, requerem hábeas corpus, eructando com riqueza de RR roçagantes a <u>avariada</u> palavra República. (p.242)</p>
<p>Não consta.</p>	<p>E o mal cresce... (p.242)</p>
<p>Deste deperecimento progressivo da população <u>resulta</u> o nosso “crac” econômico.</p>	<p>Deste deperecimento progressivo da população <u>deflue</u> nosso <u>craque</u> econômico. (p.242)</p>
<p>As lavouras organizadas, [...]. [...]. Um país de 30 milhões de habitantes [...], lavoura que “produz menos que uma única das grandes <u>lavouras</u> açucareiras de Cuba”.</p>	<p>Braços! [...]. Um país de 25 milhões de habitantes [...], lavoura que <i>produz menos que uma das grandes <u>empresas</u> açucareiras de Cuba.</i> (p.242)</p>
<p><u>E</u> a lavoura <u>vê-se</u> forçada ao <u>ônus</u> indireto de importar músculos europeus [...].</p>	<p>Há-os de sobra, [...], <u>o que obriga</u> a lavoura ao <u>ônus</u> indireto de importar músculos europeus [...]. (p.242-243)</p>
<p>Entretanto, [...]. Suprimindo a ancilostomose, [...] que os três milhões de idiotas e papudos de hoje <u>não sejam</u> seis milhões amanhã.</p>	<p>Suprimindo a ancilostomose, [...] que os três milhões de idiotas e papudos de hoje <u>venham a ser</u> seis milhões amanhã. (p.243)</p>
<p>Disto se conclui que a República dos Estados Unidos do Brasil é um gigantesco hospital dirigido por bacharéis. E conclui-se ainda que é tempo dos sofistas de profissão cederem o passo aos <u>médicos higienistas</u>.</p>	<p>Disto se conclui que a República dos Estados Unidos do Brasil é um gigantesco hospital <u>que em vez de lidado por enfermeiros é</u> dirigido por bacharéis. E conclui-se ainda que é tempo dos sofistas de profissão cederem o passo aos <u>cientistas de verdade</u>. (p.243)</p>

<p>É ridículo, e mais que ridículo, fatal, uma enfermaria desta ordem, coalhada de legistas, discutindo chicanas à cabeceira de milhões de entrevados.</p>	<p>É ridículo, e mais que ridículo, fatal, <u>permanecer</u> uma enfermaria desta ordem coalhada de legistas, discutindo chicanas à cabeceira de milhões de entrevados. (p.243)</p>
<p>O bacharel <u>no</u> Brasil faliu.</p>	<p>O bacharel <u>do</u> Brasil faliu. (p.243)</p>
<p>Dominando sem peias na política e na administração, não <u>conseguiram</u> eles organizar sequer a justiça. <u>Vivem</u> a lamuriar de juizes, tribunais e leis, da Justiça em suma, uma coisa criada por <u>eles</u>, que funciona por intermédio <u>deles</u>, para uso, gozo e proveito <u>deles</u> – e no entanto positivamente falida.</p>	<p>Dominando sem peias na política e na administração, não <u>conseguiu ele</u> organizar sequer a justiça. <u>Vive</u> a lamuriar de juizes, tribunais e leis, da Justiça em suma, uma coisa criada por <u>ele</u>, que funciona por intermédio <u>dele</u>, para uso, gozo e proveito <u>dele</u> – e no entanto positivamente falida. (p.243)</p>
<p>A salvação está <u>ali</u>. Dali tem vindo, vem, e virá a verdade que salva – essa verdade científica que sai nua de arrebiques do campo <u>microscópico</u> como a verdade antiga saía do poço.</p>	<p>A salvação está <u>lá</u>. <u>De lá</u> tem vindo, vem, e virá a verdade que salva – essa verdade científica que sai nua de arrebiques do campo <u>do microscópio</u> como a verdade antiga saía do poço. (p.244)</p>
<p>Foi esse espírito científico que fez todas as nações prosperadas, e aqui já nos libertou das epidemias. Só ele nos libertará <u>das endemias</u> mil vezes mais <u>funestas</u>. Que é a febre amarela, ou a bubônica em face da malária, da opilação, do flagelo de Chagas? Vê-se, acode-se, previne-se, evita-se, domina-se um morbus que ataca violentamente mil; [...].</p>	<p>Foi esse espírito científico que fez todas as nações prosperadas, e aqui já nos libertou das epidemias. Só ele nos libertará <u>dos males endêmicos</u>, mil vezes mais <u>funestos</u>. Que é a febre amarela, ou a <u>peste</u> bubônica em face da malária, da opilação, do flagelo de Chagas? <u>Mas</u> vê-se, acode-se, previne-se, evita-se, domina-se um morbus que ataca violentamente mil; [...]. (p.244)</p>
<p>Fala-se hoje [...]. Mas no fundo de tudo</p>	<p>Fala-se hoje [...]. No fundo de tudo isso,</p>

<p>isso está a retórica vã.</p>	<p><u>porém</u>, está a retórica vã, <u>a mentira</u>, <u>a ignorância das verdadeiras necessidades do país</u>. (p.244)</p>
<p>Programa <u>verdadeiramente</u> patriótico, e mais que patriótico, humano, só há um: sanear o Brasil.</p>	<p>Programa patriótico, e mais que patriótico, humano, só há um: sanear o Brasil. (p.244)</p>
<p><u>Guerra com o Prata só há uma: sanear o Brasil.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>Literatura só há uma: sanear o Brasil.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p>“E saneá-lo antes que o estrangeiro venha, faze-lo por conta e proveito <u>próprio</u>.”</p>	<p>“E saneá-lo antes que o estrangeiro venha, faze-lo por conta e proveito <u>próprios</u>.” (p.245)</p>
<p>Por instinto de conservação é força que o bacharel [...].</p>	<p>Por instinto de conservação é força, <u>pois</u>, que o bacharel [...]. (p.245)</p>

Cotejo 17

Jornal: “Saneamento do Brasil – Doze milhões de impaludados” (21/03/1918)

Livro: “Dez milhões de impaludados” (*Problema vital*)

No caso deste artigo, Lobato pondera ou corrige a estatística de Rui Barbosa – no texto de 1918, a população brasileira era orçada em 30 milhões de pessoas; no artigo publicado nas obras completas, ainda atribuindo a estatística a Rui Barbosa, o número de habitantes fica em 25 milhões. Como não altera a porcentagem, segundo Lobato calculada pelos cientistas de Manguinhos, 40% de impaludados, passa o artigo a trazer a cifra de dez e não mais de doze milhões no título.

Jornal: “Saneamento do Brasil – Doze milhões de impaludados” (21/03/1918)	Livro: “Dez milhões de impaludados” (<i>Problema vital</i>)
O Brasil é o país mais rico do mundo, diz com entono o Pangloss <u>autóctone</u> .	O Brasil é o país mais rico do mundo, diz com entono o Pangloss <u>indígena</u> . (p.247)
Não bastava o ancilóstomo. Não bastava o barbeiro. Vem completar a trindade a anofelina que veicula o hematozoário de Laveran, pai da malária.	Não bastava o ancilóstomo. Não bastava o barbeiro. Vem completar a trindade <u>infernal</u> a anofelina, <u>mosquito</u> que veicula o hematozoário de Laveran, pai da malária. (p.247)
Este microorganismo [...]. ([...] Rui e Manguinhos são indubitavelmente duas boas autoridades. <u>Ora, quatro vezes três, doze – aí está a justificação do subtítulo</u>).	Este microorganismo [...]. ([...] Rui e Manguinhos são indubitavelmente duas boas autoridades.) (p.247)
Assim, na terra paradisíaca onde <u>vinte</u> milhões de criaturas vivem para uso e gozo do ancilóstomo, e três milhões pagam pesado	Assim, na terra paradisíaca onde <u>dezesete</u> milhões de criaturas vivem para uso e gozo do ancilóstomo, e três milhões pagam pesado

<p>tributo de sangue, vida e inteligência a um miserável percevejo, doze milhões tiritam na febre consuntora do impaludismo.</p>	<p>tributo de sangue, <u>de</u> vida e <u>de</u> inteligência a um miserável percevejo, <u>dez</u> milhões tiritam na febre consuntora do impaludismo. (p.247-248)</p>
<p>A malária, depois da ancilostomose, é a maior responsável pela degradação fisiológica do povo brasileira. <u>Anemia-o</u>, engurgita-lhe fígado e baço – mata-o.</p>	<p>A malária, depois da ancilostomose, é a maior responsável pela degradação fisiológica do povo brasileira. <u>Ela o anemia</u>, engurgita-lhe <u>o</u> fígado e <u>o</u> baço – mata-o. (p.248)</p>
<p>O agente transmissor [...]. Além disto distingue-as inconfundivelmente o aspecto <u>das asas</u>, que a primeira tem <u>monocroma</u> e a segunda manchada.</p>	<p>O agente transmissor [...]. Divergem, entretanto, [...]. Além disto distingue-as inconfundivelmente o aspecto <u>da asa</u>, que a primeira tem <u>de uma só cor</u> e a segunda manchada. (p.248)</p>
<p>A anofelina é silvestre, [...]. Os machos, fracos de tromba, não conseguem <u>com ela</u> perfurar a pele do homem, e por isso vivem do mel das flores e do suco das frutas. Já as fêmeas desadoram <u>o</u> vegetarianismo, querem sangue e sangue humano. Para isso invadem as habitações e sugam nas pessoas adormecidas.</p>	<p>A anofelina é silvestre, [...]. Os machos, fracos de tromba, não conseguem perfurar a pele do homem, e por isso vivem do mel das flores e do suco das frutas. Já as fêmeas desadoram <u>esse</u> vegetarianismo, querem sangue e de <u>preferência</u> sangue humano. Para isso invadem as habitações e <u>o</u> sugam nas pessoas adormecidas. (p.248)</p>
<p>Até aí nada. [...] e elas comem do homem com o mesmo direito que o homem come do boi.</p>	<p>Até aí nada. Todos os seres [...], e elas comem do homem com o mesmo direito <u>com</u> que o homem come do boi. (p.249)</p>
<p>Mas o sangue do homem [...]. Os hematozoários [...]; e <u>elas</u>, inocentemente,</p>	<p>Mas o sangue do homem [...]. Os hematozoários [...]; e <u>as mosquitas</u>,</p>

<p>sem nenhuma tenção <u>maléfica</u> ao sugarem o sangue de um indivíduo são, transmitem-lhe de boa fé o mal que lhes pegou o homem.</p>	<p>inocentemente, sem nenhuma tenção <u>malévola</u> ao sugarem o sangue de um indivíduo são transmitem-lhe de boa fé o mal que lhes pegou o homem. (p.249)</p>
<p>Dest'arte é ao rei da criação, [...]. É mister conservá-las puras <u>de</u> mácula palúdica. Se deixa de o fazer, <u>seus irmãos em gozo de saúde pagarão</u> caríssimo o desleixo.</p>	<p>Destarte é ao rei da criação [...]. É mister conservá-las puras <u>da</u> mácula palúdica. Se deixa de o fazer – <u>ai dele!</u> – <u>pagará</u> caríssimo o desleixo. (p.249)</p>
<p>Para combater o hematozoário de Laveran de há muito que a ciência possui um específico, a quina.</p>	<p>Para combater o hematozoário de Laveran de há muito que a ciência possui um específico <u>poderoso</u>, a quina. (p.249)</p>
<p>Para combater o hematozoário [...]. O tudo é que o sal de quinina ingerido <u>seja-o</u> de fato, e não sórdida e criminosa falsificação; e ainda que ele penetre no organismo na dose requerida pela posologia. Do contrário o parasito não expungido <u>em regra</u> pelo arranque da ofensiva inicial, inventa o seu Marne [...].</p>	<p>Para combater o hematozoário [...]. O tudo é que o sal de quinina ingerido <u>o seja</u> de fato, e não sórdida e criminosa falsificação, <u>como acontece muitas vezes</u>. <u>E é necessário</u> ainda que ele penetre no organismo na dose requerida pela posologia, <u>pois do contrário</u> o parasito não expungido em regra pelo arranque da ofensiva inicial, inventa o seu Marne [...]. (p.249-250)</p>
<p>A profilaxia da malária [...]. [...] está o homem de destruir por completo <u>a mosquita sanguinária</u> [...].</p>	<p>A profilaxia da malária [...]. [...] está o homem de destruir por completo <u>o mosquito sanguinário</u> [...]. (p.250)</p>
<p><u>E</u> além dessa medida [...].</p>	<p><u>Além</u> dessa medida [...] (p.250)</p>
<p>País tropical [...]. Sem que o Estado, [...], nada conseguiremos. Felizmente parece que – graças <u>sempre</u> ao espírito de Oswaldo Cruz</p>	<p>País tropical [...]. O inglês vence [...]. Sem que o Estado, [...], nada conseguiremos <u>nunca</u>.</p>

<p>pairante no ânimo dos seus discípulos – [...].</p>	<p>Felizmente parece que – graças <u>ainda</u> ao espírito de Oswaldo Cruz pairante no ânimo dos seus discípulos – [...]. (p.250)</p>
<p>Das três endemias pavorosas que fazem <u>da</u> “<u>riquíssima, inteligentíssima e invicta</u>” <u>República dos Estados Unidos do Brasil, uma paupérrima</u>, aparvalhada e fragílisma nação, se nem todas são curáveis, são todas evitáveis.</p>	<p>Das três endemias pavorosas que fazem <u>do Brasil uma nação pobre</u>, aparvalhada e fragílisma, se nem todas são curáveis, são todas evitáveis. (p.251)</p>
<p>É doloroso dizer-lo: as coisas estão <u>assim</u>, e ninguém, fora do círculo restrito dos discípulos de Oswaldo, põe tento na gravidade da situação.</p>	<p><u>Mas</u> é doloroso dizer-lo: as coisas estão <u>por este nível</u> e ninguém, fora do círculo restrito dos discípulos de Oswaldo, põe tento na gravidade da situação. (p.251)</p>
<p>O governo digere e engorda, alheio à mazela da montaria embridada.</p> <p>A parte culta da sociedade, folga e ri.</p> <p><u>É curioso este fenômeno. Recordar Bizâncio.</u> Lá também era assim. Maomé II desfraldava o pavilhão da meia-lua nos muros da cidade, <u>enquanto</u> os bizantinos disputavam gravemente sobre a <u>consustância</u> do Verbo ou a Luz Incriada do Thabor.</p>	<p><u>Os governos digerem e engordam, alheios</u> à mazela da montaria embridada.</p> <p>A parte culta da sociedade, folga e ri, <u>fazendo lembrar Bizâncio.</u></p> <p><u>Lá também era assim.</u></p> <p>Maomé II <u>já</u> desfraldava o pavilhão da meia-lua nos muros da cidade <u>e</u> os bizantinos disputavam gravemente sobre a <u>Consustanciãção</u> do Verbo ou a Luz Incriada do Tabor. (p.251)</p>
<p>Vinte milhões de criaturas exangues, [...]. [...]. “...desde o romper da aurora até <u>o ocaso do astro rei.</u>”</p>	<p>Dezessete milhões de criaturas exangues [...].</p> <p>Júpiter, [...] “...desde o romper da aurora até <u>ao pôr do sol</u>”. (p.251)</p>
<p>Três milhões de embarbeirados [...]? As sociedades recreativas discutem qual <u>é</u> maior</p>	<p>Três milhões de embarbeirados [...].</p> <p>As sociedades recreativas discutem qual <u>o</u></p>

<p>– César, Alexandre ou <u>Joffre</u>.</p> <p>A leishmaniose ulcera horripilantemente a cara de milheiros de irmãos miseráveis? <u>Nós colocamos pronomes</u>.</p>	<p>maior – César, Alexandre ou <u>Foch</u>.</p> <p>A leishmaniose ulcera horripilantemente a cara de milheiros de irmãos miseráveis? <u>Nós debatemos a colocação dos pronomes</u>. (p.252)</p>
<p>Legiões de criancinhas morrem como bichos, de fome e de <u>verminoses</u>?</p>	<p>Legiões de criancinhas morrem como bichos, de fome e de <u>verminose</u>? (p.252)</p>
<p>A mulher dos campos [...]? [...] mostrando umas às outras <u>fotos de pelados que elas amadrinham</u>.</p> <p><u>É, e é, e é assim!</u></p>	<p>A mulher dos campos [...]?</p> <p>As damas [...], mostrando umas às outras <u>fotografias de <i>poilus</i> de que elas são amadrinhas</u>.</p> <p>— “<u>É do regime, é do regime</u>”, explica <u>alegremente o sr. Rodolfo Miranda</u>. (p.252)</p>

Cotejo 18

Jornal: “Saneamento do Brasil – Diagnóstico” (22/03/1918)

Livro: “Diagnóstico” (*Problema vital*)

Jornal: “Saneamento do Brasil – Diagnóstico” (22/03/1918)	Livro: “Diagnóstico” (<i>Problema vital</i>)
<p>De par com os três flagelos endêmicos, [...] – essa horrenda úlcera de Bauru ou ferida brava – deforma milhares de criaturas e a tuberculose avulta cada vez <u>mais</u>. [...] quem lida com ela é o negro velho ignorantíssimo, <u>quando não é o farmacopola extravagantemente pitoresco do pica-fumo “curador”</u>. [...] Difunde-se, portanto, assustadoramente, sem peias, sem cura, sem prevenção possível, arrasando o presente e sacrificando o porvir.</p>	<p>De par com os três flagelos endêmicos, [...] – essa horrenda úlcera de Bauru ou ferida brava – deforma milhares de criaturas. (p.253)</p> <p>A sífilis é contrabatida [...], quem lida com ela é o negro velho ignorantíssimo, e o pica-fumo “curador”. [...] <u>A sífilis</u>, difunde-se, portanto, assustadoramente, sem peias, sem cura, sem prevenção possível, arrasando o presente e sacrificando o porvir. (p.253)</p>
<p>É <u>ele</u> grande parte na espantosa mortandade das crianças.</p>	<p>É grande parte na espantosa mortandade das crianças. (p.253)</p>
<p>As mulheres da roça [...] quando sobrevêm “pane” nas engrenagens do aparelho reprodutor, <u>ou quando a velhices acena com o basta</u>.</p>	<p>As mulheres da roça [...] quando sobrevêm “pane” nas engrenagens do aparelho reprodutor. (p.254)</p>
<p>Não obstante [...]. Nascem mortos, ou morrem na primeira idade a grande maioria dos infantes. É comum este</p>	<p>Não obstante [...]. <u>É que</u> nascem mortos, ou morrem na primeira idade a grande maioria dos infantes.</p>

diálogo:	<u>Nada mais comum que</u> este diálogo: (p.254)
<p>— Quantos filhos tem, nhá?</p> <p>— Duas famílias.</p> <p>— E quantos perdeu?</p> <p>— Só <u>quinze</u>.</p>	<p>— “Quantos filhos tem, dona?”</p> <p>— “Duas famílias.”</p> <p>— “E quantos perdeu?”</p> <p>— “<u>Oito...</u>” (p.254)</p>
<p><u>Quinze, ou dezoito, ou vinte</u>, sempre um número em absurda desproporção com os sobrevivivos.</p>	<p><u>Oito, dez, doze</u> – sempre um número em absurda desproporção com os <u>dois</u> sobrevivivos. (p.254)</p>
<p>Se a estas mazelas sertanejas [...]. <u>A</u> pobre gente <u>recorre a ela</u> como <u>um</u> lenitivo. [...] E a diabólica bebida para logo derreia na demência, no crime ou no agravamento dos males a que por intermédio dela <u>o sertanejo procura</u> fugir. Encachaçado, <u>ele</u> esquece. Esquecer, esquecer a realidade, fugir dela por uns momentos – eis a preocupação constante de milhões de brasileiros!</p>	<p>Se a estas mazelas sertanejas [...]. A cachaça! É inimaginável [...] pobre gente <u>que a ela</u> <u>recorre</u> como <u>ao único</u> lenitivo. E a diabólica bebida para logo <u>a</u> derreia na demência, no crime ou no agravamento dos males a que por intermédio dela <u>procurou</u> fugir. <u>O</u> encachaçado esquece – <u>e</u> esquecer a realidade, fugir dela por uns momentos: eis a preocupação constante de milhões de brasileiros! (p.254-255)</p>
<p>Em todos os países do mundo [...]. Taurinos, [...], pela sua robustez e <u>pela sua</u> saúde, constituem a melhor riqueza das nações. [...]. Pela capacidade de trabalho <u>eles mantêm</u> elevado o nível da produção econômica; pela saúde física, <u>eles</u> mantém em alta o índice biológico da raça. É com o sangue e o músculo forte <u>dos</u></p>	<p>Em todos os países do mundo [...]. Taurinos, [...], pela sua robustez e saúde, constituem a melhor riqueza das nações. [...]. Pela capacidade de trabalho <u>mantêm</u> <u>eles sempre</u> elevado o nível da produção econômica; pela saúde física, mantém em alta o índice biológico da raça, <u>pois</u> é com o sangue e o músculo forte <u>do camponês</u></p>

<p><u>camponeses</u> que os centros urbanos retempera a sua vitalidade. <u>A tendência do urbanismo inflete-se para a depressão da máquina humana.</u> Os vícios, o artificialismo, o afastamento da vida natural, o ar impuro, a moradia anti-higiênica, <u>conjugam-se</u> para romper o equilíbrio orgânico do homem citadino, rebaixando-lhe o “tônus vital”. Mas o campo intervém, e restaura-se o equilíbrio. A infiltração permanente de sangue e carne de boa tempera, vinda dos campos, contrabalança o desmedramento <u>urbano.</u></p>	<p>que os centros urbanos retempera a sua vitalidade.</p> <p><u>O urbanismo é um mal nocivo à espécie humana.</u> Os vícios, o artificialismo, o afastamento da vida natural, o ar impuro, a moradia anti-higiênica, <u>se conjugam</u> para romper o equilíbrio orgânico do homem citadino, rebaixando-lhe o “tônus vital”. Mas o campo intervém e restaura-se o equilíbrio. A infiltração permanente de sangue e carne de boa tempera, vinda dos campos, contrabalança o desmedramento <u>das cidades.</u> (p.255)</p>
<p><u>Entre nós é possível</u> pedir à roça o sangue revitalizador? Não o elemento rural é pior que o urbano. [...] No interior do Brasil as cidades que se não retemperam ao modo de S. Paulo caem na mais desalentadora caquexia.</p> <p>Os homens minguam de corpo, as mulheres são um <u>rastolhinho</u> raquítico incapaz de bem desempenhar sequer a missão reprodutora, <u>embora os não assolem nenhuma das endemias precitadas.</u></p>	<p><u>É possível entre nós</u> pedir à roça o sangue revitalizador?</p> <p>Não.</p> <p>O elemento rural é pior que o urbano. [...].</p> <p>No interior do Brasil as cidades que se não retemperam ao modo <u>das</u> de São Paulo caem na mais desalentadora caquexia. Os homens minguam de corpo, as mulheres são um <u>rastolho</u> raquítico incapaz de bem desempenhar sequer a missão reprodutora. (p.255-256)</p>
<p>Belisário Pena transcreve [...], onde se esculpe, num <u>sóbrio</u> rigorismo de síntese, o diagnostico <u>exato do país:</u> [...]. [...] Se não <u>o</u> faz, mente. [...]. Pois bem....</p>	<p>Belisário Pena [...], onde se esculpe, num <u>sombrio</u> rigorismo de síntese, o diagnostico <u>da situação:</u> [...].</p> <p>Não há homem de boa fé [...]. Se não <u>a</u> faz, mente.</p>

<p>Pois bem. <u>Se é assim</u>, a missão comum e geral, tanto de particulares como de governos, é uma só: curar o Brasil, sanear o Brasil! [...]. Em face dum...</p> <p>Em face dum moribundo o médico que lhe acena com literatura, ou reformas eleitorais, ou <u>fardinhas</u> [...]. Depois dos estudos de Carlos Chagas, <u>de</u> Arthr Neiva e <u>mais intemeratos discípulos de Oswaldo Cruz</u>, e depois das veementíssimas palavras de Belisário Penna, governo nenhum, nenhuma associação, nenhuma liga pode alegar ignorância. O véu foi <u>arrancado</u>. A fauna mentirosa [...], recolhe os safados adjetivões que <u>vendaram</u> criminosamente durante tanto tempo os olhos da nação. Pangloss <u>que</u> emudeça. Se a tarefa é assoberbante hoje, será maior amanhã. E impossível, depois de amanhã. Comecemos.</p>	<p>Pois bem: <u>se assim é</u>, a missão comum e geral, tanto de particulares como de governos, é uma só: curar o Brasil, sanear o Brasil.</p> <p>[...].</p> <p>Em face dum moribundo o médico que lhe acena com literatura, ou reformas eleitorais, ou <u>cantarolas</u> [...].</p> <p>Depois dos estudos de Carlos Chagas, Arthr Neiva depois das veementíssimas palavras de Belisário Penna, governo nenhum, nenhuma associação, nenhuma liga pode alegar ignorância.</p> <p>O véu foi <u>levantado</u>.</p> <p>[...].</p> <p>A fauna mentirosa [...], <u>que</u> recolha os safados adjetivões que <u>velaram</u> durante tanto tempo os olhos da nação.</p> <p>Pangloss emudeça, porque se a tarefa é assoberbante hoje, será maior amanhã – e impossível depois de amanhã.</p> <p>Comecemos. (p.256-257)</p>
<p><u>Comecemos, que é muito doloroso apodrecer antes de maduro e é este positivamente o aspecto que, como nação apresentamos ao mundo. Um dos países mais novos do continente, a cair aos pedaços, de verminosa lazeira, vendo ao norte o maravilhoso surto americano, e ao sul a pujante floração argentina. E para suprema vergonha e desdouro eterno do nome brasílico ter a consciência de que</u></p>	<p><u>O quinto país do mundo em tamanho a cair aos pedaços, de verminosa lazeira, vendo, ao norte, o maravilhoso surto americano, e ao sul, a pujante floração argentina. E, para suprema vergonha e desdouro eterno do nome brasílico com a consciência de que desmedrou arrastado por males ou evitáveis ou de fácil cura. Males de que todos os países de mesologia semelhante se libertaram pela profilática</u></p>

<p>desmedrou <u>assim</u> arrastado por males ou evitáveis ou de <u>facílima</u> cura. Males de que todos os países de mesologia <u>idêntica</u> se libertaram pela <u>profilaxia</u> inteligente, com lentidão uns, com rapidez fulgurante outros. Está aí Cuba, <u>desgraçada</u> ilha degradada em rápida consumpção por <u>moléstia</u> irmãs das nossas, e que, em poucos anos, ao influxo da higiene norte-americana, virou a maravilha que todos sabemos.</p>	<p>inteligente, com lentidão uns, com rapidez fulgurante outros.</p> <p>Está aí Cuba, <u>a pobre</u> ilha degradada em rápida consumpção por <u>moléstias</u> irmãs das nossas e que em poucos anos, ao influxo da higiene norte-americana, virou a maravilha que todos sabemos. (p.257)</p>
--	--

Cotejo 19

Jornal: “Saneamento do Brasil – Reflexos morais” (23/03/1918)

Livro: “Reflexos morais” (*Problema vital*)

Jornal: “Saneamento do Brasil – Reflexos morais” (23/03/1918)	Livro: “Reflexos morais” (<i>Problema vital</i>)
<p>Este conceito acarreta recíproca verdadeira: em corpo doente impossível espírito são. Quem ausculta o sentir íntimo <u>do</u> brasileiro, seja um puritano <u>seja</u> um velhaco, ouve sempre os mesmos conceitos: [...]– se vamos à garra mais <u>um</u> dia menos dia, viva o presente! – grande tolice pensar no futuro – depois de mim venha o dilúvio – gozemo-nos do que há enquanto isto é nosso – o desmembramento está aí, toca a aproveitar, etc.</p>	<p>Este conceito acarreta recíproca verdadeira: em corpo doente impossível <u>um</u> espírito são. Quem ausculta o sentir íntimo <u>dum</u> brasileiro, seja um puritano <u>ou</u> um velhaco, ouve sempre os mesmos conceitos: [...] – se vamos à garra mais dia menos dia, viva o presente! – grande tolice pensar no futuro – depois de mim venha o dilúvio – gozemo-nos do que há enquanto isto é nosso – o desmembramento está aí, toca a aproveitar, etc. (p.259)</p>
<p>A súpula destes conceitos converge nesta idéia sintética: falimos como povo, <u>como país</u>, como raça – e falimos moral, intelectual e fisicamente.</p>	<p>A súpula destes conceitos converge nesta idéia sintética: falimos como povo, como raça [...]. (p.259)</p>
<p>Esta convicção [...], cria como atitude filosófica, o ceticismo completo; como norma prática de conduta, <u>o oportunismo deslavado</u>.</p>	<p>Esta convicção [...], cria como atitude filosófica, o ceticismo completo, <u>e</u> como norma prática de conduta o <u>mais deslavado oportunismo</u>. (p.259)</p>
<p>Prejulgamos <u>“d’avance”</u> todos os</p>	<p>Prejulgamos <u>antecipadamente</u> todos os</p>

movimentos: é inútil.	movimentos <u>de reação</u> : “É inútil.” (p.260)
Otimismo, fé, crença, confiança em si <u>próprio</u> , dignidade, amor, firmeza de ânimo, vontade enérgica [...].	Otimismo, fé, crença, confiança em si e dignidade, amor, firmeza de ânimo, vontade enérgica: [...]. (p.260)
Nota-se [...] encapotado. <u>Se cotejamos o que éramos sob Pedro Segundo e o que somos sob Pereira Gomes, o sangue aflui-nos às faces – mas ficamos nisso. Reconhecemos que Pedro Segundo era a tampa, e que foi grande erro destamparmos – mas onde a bela coragem de readaptar o uso da tampa?</u>	Nota-se [...] encapotado. (p.260) Não consta.
Esta desenergia deu em resultado a retração absoluta dos incontaminados pelo arrivismo, que está vencedor em toda a linha. <u>Hoje os pais vacilam</u> em educar os filhos nos princípios da velha moral – porque isso fará deles <u>náufrago</u> da vida; e vacilam em <u>formá-lo</u> pela moral corrente – porque isso é criar deliberadamente <u>um “apache”</u> .	Esta desenergia deu em resultado a retração absoluta dos incontaminados pelo arrivismo, <u>e é o arrivista que vence</u> em toda a linha. <u>Os pais vacilam hoje</u> em educar os filhos nos princípios da velha moral – porque isso fará deles <u>náufragos</u> da vida. E vacilam em <u>formá-los</u> pela moral corrente – porque isso é criar deliberadamente <u>puros apaches</u> . (p.260)
Os pais “nouveau-jeu” têm o problema ético resolvido: ensinam o servilismo, a bajulação, a dobrez, e todos os capítulos da ginástica vertebral <u>disfarçado elegantemente no “savoir faire”, “savoir vivre”</u> . Os pimpolhos assim treinados, prosperam na vida alcandorando-se logo	Os pais <i>nouveau-jeu</i> têm o problema ético resolvido: ensinam o servilismo, a bajulação, a dobrez, todos os capítulos da ginástica vertebral <u>elegantemente disfarçadas em <i>savoir faire</i></u> . Os pimpolhos assim treinados prosperam na vida, alcandorando-se logo às eminências

<p>às eminências políticas onde permanecem inexpugnáveis. São os vitoriosos. Mas, se o <u>que</u> é “vieux-jeu” persiste na educação antiga, ensinando a honra, o brio, a independência de caráter, o “honeste vivere”, os filhos <u>assim</u> plasmados só encontrarão barreiras, não tomarão <u>nunca</u> parte ativa na governança, e viverão condenados a um eterno ostracismo.</p>	<p>políticas onde permanecem inexpugnáveis. São os vitoriosos. Mas se o <u>pai</u> é “vieux-jeu” e persiste na educação antiga, ensinando a honra, o brio, a independência de caráter, o <i>honeste vivere</i>, os filhos <u>desse modo</u> plasmados só encontrarão barreiras, não tomarão <u>jamaiz</u> parte ativa na governança, e viverão condenados a um eterno ostracismo. (p.261)</p>
<p>Como é assim a maioria dos pais, imprensados <u>nas</u> pontas do dilema, desistem de educar moralmente <u>a prole</u>: lá se avenham com a vida, aprendam à custa própria, reajam ou adaptem-se, conforme os <u>espicaçe</u> o temperamento.</p>	<p>Como é assim, a maioria dos pais, imprensados <u>entre as</u> pontas do dilema, desistem de educar moralmente <u>os filhos</u>: lá se avenham <u>eles</u> com a vida, aprendam à custa própria, reajam ou adaptem-se conforme os <u>induzza</u> o temperamento. (p.261)</p>
<p>Disto resulta uma resistência social cada vez <u>menor</u> diante de abusos da força política. Os seus detentores, incoactos por injunções morais internas, não se vêem coagidos externamente por nenhuma sombra de resistência, e ousam tudo. O Brasil é a terra onde um parafuso qualquer da máquina <u>governativa</u>, prefeito de Câmara ou ministro de Estado, tem o direito de “ousar tudo” escudado pela mais completa irresponsabilidade. Na Alemanha um particular obtém sentença contra o kronprinz; aqui <u>não</u> há tribunal que ouse julgar contra um porteiro de repartição que tenha pelas costas o apoio</p>	<p>Disto resulta uma resistência social cada vez <u>mais fraca</u> diante de abusos da força política. Os seus detentores, incoactos por injunções morais internas, não se vêem coagidos externamente por nenhuma sombra de resistência.</p> <p>E ousam tudo!</p> <p>O Brasil é a terra onde um parafuso qualquer da máquina <u>governamental</u>, prefeito de Câmara ou ministro de Estado, tem o direito de “ousar tudo” escudado pela mais completa irresponsabilidade.</p> <p>Na Alemanha, um particular obtém sentença contra o kronprinz; aqui há <u>estados onde um</u> tribunal <u>não ousa agir</u></p>

de um ministro.	contra um porteiro de repartição que tenha pelas costas o apoio de um <u>primo da sogra</u> de um ministro. (p.261-262)
A política virou um privilégio restrito com feroz exclusivismo à casta dos audaciosos, amorais.	A política virou <u>assim</u> um privilégio restrito com feroz exclusivismo à casta dos <u>mais</u> audaciosos amorais. (p.262)
É outro fenômeno social consorciado ao estado patológico da nação. <u>A tendência ao parasitismo sendo</u> uma lei biológica, a planta, o inseto, o animal superior <u>se vingam</u> dominar um ser mais fraco, <u>da mesma ou de outra espécie</u> , cavalga-o, suga-o e escraviza-o para uso e gozo <u>próprio</u> . É da natureza, <u>pelo que</u> é irrisório deblaterar contra o parasito, <u>visto como</u> ele realiza a lei da sobrevivência com o <u>menor</u> esforço. Não é imoral o mata-pau quando se encosta por uma árvore acima, constringe-lhe o tronco nos cíngulos, atrofia-a e mata-a. <u>Imoral é</u> a árvore <u>assaltada que</u> não defende o seu direito à vida.	É outro fenômeno social consorciado ao estado patológico da nação. <u>Sendo a tendência ao parasitismo</u> uma lei biológica, a planta, o inseto, <u>ou</u> o animal superior, <u>quando vingam</u> dominar um ser mais fraco, cavalga-o, suga-o e escraviza-o para uso e gozo <u>próprios</u> . É da natureza <u>e por isso</u> é irrisório deblaterar contra o parasito. Ele realiza a lei da sobrevivência com o <u>mínimo</u> esforço. Não é imoral o mata-pau quando se encosta por uma árvore acima, constringe-lhe o tronco nos cíngulos <u>estrangulatórios</u> , atrofia-a e mata-a. <u>Mas é imoral</u> a árvore <u>que assaltada</u> não defende o seu direito à vida. (p.262)
<u>Não é imoral o ato do tubarão humano que se guinda a um alto cargo político e ali se locupleta a si e à sua camarilha.</u>	Não consta.
<u>Imoral é o subjugado que se deixa espoliar sem gesto de reação.</u>	Não consta.
Entre nós está rompido esse equilíbrio	Entre nós está rompido esse equilíbrio

<p>por influxo da doença que enerva a população. O <u>são</u> empolga, monta, e suga o doente.</p>	<p>por influxo <u>do estado</u> da doença que enerva a população. O <u>que goza de saúde</u> empolga, monta e suga o doente. (p.262)</p>
<p><u>Se a cavalgada não reage para que há de ele aprear-se por seu próprio pé?</u> Se o parasitado é dócil à sucção por que poupar-lhe o sangue? Foi esta [...]. Eis porque as doenças se agravam, sem que os governos – <u>sobretudo no norte, esboçam um movimento de reação contra elas.</u> [...]. A maioria dos nossos paredros não seriam coisa nenhuma se lhes não emprestasse força a aliança <u>com o ancilóstomo e o barbeiro.</u></p>	<p>Não consta.</p> <p>Se o parasitado é dócil à sucção, por que poupar-lhe o sangue?</p> <p>Foi esta [...].</p> <p>Eis porque as doenças se agravam, sem que os governos <u>das zonas flageladas esboçam contra elas um movimento de reação.</u></p> <p>[...].</p> <p>A maioria dos nossos paredros <u>sabe que eles não seriam coisa nenhuma se lhes não emprestasse força a aliança do ancilóstomo e do barbeiro.</u> (p.263)</p>
<p>Quem conhece a roça há de ter visto alguma vez um animal atacado de <u>mormo, osteomalácia, peste arejada ou</u> qualquer doença consuntora. Se é observador há de ter notado os milhões de piolhos e carrapatos que encaroçam a pele do doente. <u>Magérrimo, semi-morto, todo osso e pele,</u> mal se tenteando em pé, o animal não tem força para espojar-se, e deixa que a piolheira o devore <u>sem incômodo.</u> Mas intervém o <u>alveitar,</u> examina o doente, <u>dá-lhe a medicação tópica.</u> O animal logo que sente o renascer das forças <u>aproveita-se para uma espojadela em regra, e outra, e outra</u> até alijar do couro toda a fauna</p>	<p>Quem conhece a roça há de ter visto alguma vez um animal atacado de qualquer doença consuntora. Se é observador, há de ter notado os milhões de piolhos e carrapatos que encaroçam a pele do doente. <u>Magríssimo, semi-morto, toda pele e ossos,</u> mal se tenteando em pé, o animal não tem força para espojar-se, e deixa que a piolheira o devore <u>sossegadamente.</u></p> <p>Mas intervém o <u>veterinário,</u> examina o doente e <u>lhe dá a medicação certa.</u> O animal logo que sente o renascer das forças <u>espoja-se na terra, uma, duas, cem vezes,</u> até alijar do couro toda a fauna <u>de</u></p>

<u>acaríδια.</u>	<u>pioelhos.</u> (p.263-264)
Com os países acontece o mesmo. Se <u>cai marasmado</u> pela doença <u>o povo</u> , e não <u>pode</u> reagir contra a fauna dos ácaros sociais que <u>o</u> parasitam, se não tem forças para o espojar-se das revoluções, acabará às moscas, devorado, como o cavalo de Tolentino	Com os países acontece o mesmo. Se <u>caem</u> marasmados pela doença e não podem reagir contra a fauna dos ácaros sociais que <u>os</u> parasitam, se não têm forças para o espojar-se das revoluções, acabarão às moscas, devorados como o cavalo de Tolentino. (p.264)
Quereis remendar um país assim? [...].Mas não <u>contai</u> para essa tarefa com os que tem interesse na permanência do mal. Que <u>isto</u> é tanto <u>como apresentar-se alguém com um abaixo-assinado na mão, diante do animal moribundo</u> , suplicando aos <u>sarcoptes</u> que hajam por bem soltar das unhas o paciente; só a ingenuidade do Cacasseno, <u>neto de Bertoldo</u> , pode conceber a hipóteses altruística de semelhante abdicação. Está claro que os parasitos, ouvida a súplica, prometem deferimento, e <u>piscando</u> o olho, voltam a cravar mais fundo na carne da vítima as trombas sugadoras.	Quereis remendar um país assim? [...]. [...]. Mas não <u>conteis</u> para essa tarefa com os que têm interesse na permanência do mal. Que <u>isso</u> é tanto como <u>diante do cavalo moribundo apresentar-se o veterinário com um abaixo-assinado na mão</u> , suplicando aos <u>pioelhos</u> que hajam por bem soltar das unhas o paciente. Só a ingenuidade do Cacasseno pode conceber a hipóteses altruística de semelhante abdicação. Está claro que os parasitos, ouvida a súplica, prometem deferimento; <u>mas piscam</u> o olho e voltam a cravar mais fundo na carne da vítima as trombas sugadoras. (p.264)
— Porque também <u>eu</u> tenho direito à vida, gemeu a suplicante.	— “Porque também tenho direito à vida”, gemeu a suplicante. (p.265)
O mata-pau, sujeito lido em <u>Spencer</u> , retrucou sentenciosamente:	O mata-pau, sujeito lido em <u>Darwin</u> , retrucou sentenciosamente: (p.265)

<p>Nesta réplica [...], contra a leishmania <u>trópica</u>, e <u>contra, sobretudo</u>, o ácaro político.</p>	<p>Nesta réplica [...], contra a leishmania tropical e, <u>sobretudo, contra</u> o ácaro político. (p.265)</p>
---	--

Cotejo 20

Jornal: “Problema do saneamento – Primeiro passo” (05/04/1918)

Livro: “Primeiro passo” (*Problema vital*)

Jornal: “Problema do saneamento – Primeiro passo” (05/04/1918)	Livro: “Primeiro passo” (<i>Problema vital</i>)
<p>No indivíduo enfermo [...]. Na tísica <u>diz-se que</u> doente convencido do seu mal é doente meio curado. [...].</p>	<p>No indivíduo enfermo [...]. Na tísica, doente convencido do seu mal é doente meio curado. (p.268)</p>
<p>Ninguém se conhece, <u>sentencia</u> o povo; a <u>Bíblia reza</u> do sujeito que vê o argueiro no olho do vizinho e não enxerga <u>a trave</u> no seu. Se é dess’arte tendenciosa a natureza humana, agrava-se-lhe o pendor no caso de um enfermo em quebreira mental por força de mazelas fisiológicas.</p>	<p>Ninguém se conhece, <u>filosofa</u> o povo – e <u>Cristo fala</u> do sujeito que vê o argueiro no olho do vizinho e não enxerga <u>o pau de lenha</u> no seu. Se é dess’arte tendenciosa a natureza humana, agrava-se-lhe o <u>vicioso</u> pendor no caso de um enfermo em quebreira mental por força de mazelas fisiológicas. (p.267)</p>
<p>Entre nós as idéias falsas relativas <u>a nós próprios</u> vingam sempre ofuscar a verdade, e, como a moeda má <u>que</u> expele a boa, <u>elas</u> mantêm no ostracismo suas rivais verdadeiras. E a ilusão funesta <u>perpetua-se</u>.</p>	<p>Entre nós as idéias falsas relativas <u>às nossas coisas</u> próprios vingam sempre ofuscar a verdade; e como a moeda má expele a boa, <u>as idéias falsas</u> mantêm no ostracismo suas rivais verdadeiras. E a ilusão funesta <u>se perpetua</u>. (p.267)</p>
<p>Vem de longe o vezo ditirâmico dos mistagogos que oficiam no altar de Pangloss a eterna <u>missinha</u> do Rocha Pitta, <u>corcinhada</u> pelas gozosas ufânicas celsianas.</p>	<p>Vem de longe o vezo ditirâmico dos mistagogos que oficiam no altar de Pangloss a eterna <u>apoteose</u> de Rocha Pitta. (p.268)</p>

<p>Voltaire, quando <u>caricaturou no “Candide”</u> o otimismo imaculado de Leibnitz, teve em mira destroçá-lo a <u>bodocadas</u> de “ridículo”. [...] Um pedacinho dele voou para cá, cruzou-se em caminho com <u>aquela</u> celebre conselheiro <u>do Eça</u> [...].</p>	<p>Voltaire, quando <u>no Candide</u> caricaturou o otimismo imaculado de Leibnitz, teve em mira destroçá-lo a <u>lambadas</u> de “ridículo”. [...].</p> <p>[...] Um pedacinho dele voou para cá, cruzou-se em caminho com o celebre conselheiro <u>Acácio</u> [...]. (p.268)</p>
<p><u>Adaptados ao meio, eles copiam a tática dessa abelhinha preta muito nossa conhecida, que se enrodilha nos cabelos. Como elas, eles se alojam nos ocos dos jornaizinhos da roça, e nas rachaduras dos periódicos mais ou menos clandestinos das cidades grandes, onde fabricam o seu “mel de cachorro”.</u> Mal surge alguém, como agora Belisário Pena, de facho em punho para estraçoar a feixes de luz o veu de trevas sobreposto às mazelas caseiras, <u>acodem esses arapuás em chusma, zunzunam</u> em torno da verdade, enroscam-se-lhe <u>aos</u> cabelos e mordiscam-na, tentando escorraçá-la para o célebre poço. Constituem a fauna bem intencionada da mentira pia, preposta a recoser todos os rasgõezinhos perceptíveis no <u>zaimph da Salambô</u>. Para isso desenrolam do carretelão patriótico a linha rósea da <u>ufania</u> e com a <u>romba</u> agulha <u>d’osso</u> do velho estilo Pitta remendam o nhanduti que esconde o sol. Procuram, dess’arte, restabelecer o ambiente embalsamado pelo incenso que as idéias megalomaníacas, <u>cunhadas na matriz da observação leviana</u>, criam desde a escola.</p>	<p>Não consta.</p> <p>Mal surge alguém, como agora Belisário Pena, de facho em punho para estraçoar a feixes de luz o véu de trevas sobreposto às mazelas caseiras, <u>acodem em chusma esses “patriotas”, zumbem</u> em torno da verdade, enroscam-se-lhe <u>nos</u> cabelos e mordiscam-na <u>cruelmente</u>, tentando escorraçá-la para o célebre poço.</p> <p>Constituem a fauna bem intencionada da mentira pia, preposta a recoser todos os rasgõezinhos perceptíveis no <u>véu inconsútil da Ufania</u>.</p> <p>Para isso desenrolam do carretelão patriótico a linha rósea da <u>ilusão</u> e com a agulha do velho estilo Pitta remendam o nhanduti que esconde o sol. Procuram dess’arte restabelecer o ambiente embalsamado pelo incenso que as idéias megalomaníacas criam a partir da escola.</p>

	(p.268)
<p>Porque é na escola [...]. A criança, [...], aprende que somos o povo “<u>primus inter pares</u>”, o mais rico, o mais belo, o mais florido, o mais todos os bons adjetivos do léxico. [...] e mais modos de queimar <u>o fogo de bengala</u>.</p>	<p>Porque é na escola [...].</p> <p>A criança [...] aprende que somos o povo <u>por excelência</u>, o mais rico, o mais belo, o mais florido, o mais todos os bons adjetivos do léxico.</p> <p>Fora da escola [...] e mais modos de queimar <u>fogos de Bengala</u>. (p.268-269)</p>
<p>Transcrevem [...]. Estampam, gloriosos, em telegramas, as maravilhas que <u>sob</u> encomenda, dizem de nós <u>umas</u> celebridades espertalhonas [...].</p>	<p>Transcrevem [...]. Estampam, gloriosos, em telegramas, as maravilhas que <u>por</u> encomenda, dizem de nós <u>as</u> celebridades espertalhonas [...]. (p.269)</p>
<p>O público, desconhecedor <u>que é</u> dos bastidores da publicidade, [...] <u>dá</u> fé ingênua à indecorosa adjetivação e impa, positivamente impa de orgulho ante as “curvaturas da Europa”. E <u>vai-se petrificando</u> a ilusão.</p>	<p>O público, desconhecedor dos bastidores da publicidade [...] <u>presta</u> fé ingênua à indecorosa adjetivação e impa, positivamente impa, de orgulho ante as “curvaturas da Europa”.</p> <p>E vai se <u>perpetuando</u> a ilusão <u>funesta...</u> (p.269)</p>
<p>O primeiro passo [...], <u>esfumaçar dos ocos de pau a colméia dos “zuns-zuns” palavrosos</u>, não soprar gaitinhas patrióticas [...]. Ver o que é. Examinar os problemas vitais com olho <u>médico</u> e não com a ponta da língua <u>bacharelesca</u>.</p>	<p>O primeiro passo [...], não <u>mais</u> soprar gaitinhas patrióticas [...].</p> <p>Ver o que é, <u>como é</u>.</p> <p>Examinar os problemas vitais com olho <u>clínico</u> e não com a ponta da língua <u>jornalística</u>. (p.269-270)</p>
<p>Encomendar opiniões ao microscópio e não ao Paul Adam. Ouvir a voz do laboratório e nunca o <u>chiado</u> do patriotismo</p>	<p>Encomendar opiniões ao microscópio e não ao <u>sr.</u> Paul Adam.</p> <p>Ouvir a voz do laboratório e nunca o</p>

<p>zarolho. Pedir <u>algarismos</u> à estatística e jamais adjetivos sonoros às patativas <u>provindas</u> do ovo botado <u>pelo personagem de Voltaire</u>.</p>	<p><u>chiadeira</u> do patriotismo zarolho. Pedir <u>números</u> à estatística e jamais adjetivos sonoros às patativas <u>chocadas</u> do ovo botado <u>por Pangloss</u>. (p.270)</p>
<p>Patriotismo! <u>Esta palavra anda desviada</u> do <u>seu</u> verdadeiro sentido.</p>	<p>Patriotismo! <u>Como anda esta palavra</u> desviada do verdadeiro sentido!... (p.270)</p>
<p>Patriota é quem cumpre o seu dever, e trabalha, e produz riqueza, e funciona como a silenciosa madrepora na construção econômica e <u>moral</u> do seu país. Deles [...], deles saem a borracha, o fumo, o cacau e tudo <u>o</u> mais que exportado, [...].</p>	<p>Patriota <u>só o</u> é quem cumpre o seu dever, e trabalha, e produz riqueza <u>material ou mental</u>, e funciona como a silenciosa madrepora na construção econômica e <u>ética</u> do seu país. Deles [...], deles saem a borracha, o fumo, o cacau e tudo mais que exportado, [...]. (p.270)</p>
<p>Semi-nus, mal nutridos, <u>doentes, na grande maioria</u>, de males que só aos seus espoliadores <u>cabe</u> prevenir, eles são o pólipó humilde que fez o que aí está. [...] culpa cabe somente a quem <u>lhe</u> carunchou o banco de coral com a parlapatice retórica de mãos dadas à velhacaria política. Mal, porém, a voz do higienista <u>ressoa</u> denunciando a doença do pólipó, e a ciência clama que <u>sem a saúde do pólipó não há construção possível</u>, a legião de patriotas grifados entra a zumbir, e corre de peneirinha em punho a tapar a luz do sol. E gritam: “[...]. O que pensará de nós o estrangeiro <u>lendo estas coisas</u>?” A eterna mania da opinião européia! <u>Os povos fortes desprezam o estrangeiro. Em Roma “hospes” era “hostes”</u>. Para nós “hospes” é fetiche.</p>	<p>Semi-nus, mal nutridos, <u>na grande maioria doentes</u>, de males que só aos seus espoliadores <u>compete</u> prevenir, eles são o pólipó humilde que fez o que aí está. [...] culpa cabe somente a quem <u>lhes</u> carunchou o banco de coral com a parlapatice retórica de mãos dadas à velhacaria política. Mal, porém, <u>vibra no ar</u> a voz do higienista denunciando a doença do pólipó, a legião de patriotas grifados entra a zumbir, e corre de peneirinha em punho a tapar a luz do sol. E gritam: “[...] O que pensará de nós o estrangeiro?” <u>Cretinos!</u> A eterna mania da opinião européia! (p.271)</p>

Cada povo vive para si – nós queremos viver para inglês ver. Inda não nos capacitamos da verdade de Hobbes: o homem é o lobo do homem. Eles, o estrangeiro, coerentes com esse axioma sociológico, desprezam-nos – nós adotamô-los. Pagamos todos os insultos com língua meiga de cão batido – e tal atitude só dá em resultado aumentar-se o desprezo que eles nos votam. Viciamo-nos na sabujice a ponto de erigir como princípio a atitude acorada e boquiaberta diante do atrevido dolococéfalo melado. Esgotamo-nos em criar-lhes facilidades para que eles tenham cá um paraíso terreal e venham derrotar-nos dentro de nossa própria casa, enriquecer-se às rápidas, apossar-se de tudo, fazendo do pobre brasileiro um pária faminto e errante a gemer de lazeira num território que cada vez é menos seu. Os nossos governos vivem apostados em amimar quanto bípede louro, vermelho ou cor de coco, põe pé em nossos cais; dão-lhes o que eles pedem e o que não pedem; dão-lhes até justiça fácil e rápida – esse sonho inatingível do aborígine. Os congressos fazem leis protecionistas para prosperar as fábricas que eles se dignam armar por aqui. A vida encarece para a população inteira – que importa? Compensam-nos a honra de ver cogumelar do protecionismo novos condes. Milhões de brasileiros pagamos uma caixa de mau fósforo por cem réis, podendo te-lo como outrora, e de primeira qualidade, a

Não consta.

<p><u>vintém, para que meia dúzia de dolichos espertos se repastem em milheiros de contos, e façam velas para a pátria com a “América feita”.</u></p>	
<p><u>Vá que seja assim. A lei da vida é a vitória do mais apto, do mais esperto, do mais bem apetrechado pelo deus de asas nos pés e nas unhas – mas que seja assim com resistência da nossa parte, de má cara. Exigir que o vencido sorria, é demais. Pois bem: numa ocasião como esta em que a voz sensata, sincera, verdadeiramente patriótica é desvendar as mazelas escarna-las sem nenhum pudor, na tentativa de ver se assim, envergonhados pela nudez na praça pública, os dirigentes dão um passo para a cura do enfermo, o grande argumento contra – o obus 42 – e a opinião do estrangeiro, <u>é o terror de que eles deixem de vir montar fábricas de fósforo para nos encarecer a vida</u>, é o pânico ante a possibilidade da meia dúzia de encomiastas europeus mudarem de idéia quanto ao paraíso antártico que eles enaltecem a tanto por <u>página!</u> Ora isto já é doença, e talvez que o sintoma grave por excelência da opilação e da maleita seja precisamente este reflexo cerebral.</u></p> <p>A mioleira ressentida dos males intestinais fraqueia e exuda idéias <u>ridículas como esta</u>. Concluindo: o nosso problema, verificado como foi o <u>estado patológico</u> da</p>	<p>Numa ocasião como esta em que a voz sensata, sincera, verdadeiramente patriótica é desvendar as mazelas <u>todas</u>, escarna-las sem nenhum pudor, na tentativa de ver se, assim, envergonhados pela nudez na praça pública, os dirigentes dão um passo para a cura do enfermo, o grande argumento contra, <u>a matraca</u>, o obus 42, é a opinião do estrangeiro, é o pânico ante a possibilidade da meia dúzia de encomiastas europeus mudarem de idéia quanto ao paraíso antártico que eles enaltecem a tanto por <u>adjetivo!</u></p> <p>Ora isto já é doença, e talvez que o sintoma grave por excelência da opilação e da maleita seja precisamente este reflexo cerebral. A mioleira ressentida dos males</p>

<p>população nativa, é simples e uno: sanear. [...] <u>Sarar</u> é a questão. Não há problema nacional que se não <u>embrinque</u> nesse. Só <u>um aumento</u> crescente <u>no</u> índice da saúde coletiva trará a solução do problema econômico, [...]. Não fazer isso é <u>condenarmo-nos</u> ao papel de adubo inerte onde a flora alienígena afunda as raízes ávidas, para viçar e florir <u>em cerbas de nobreza rastacuera</u>.</p>	<p>intestinais fraqueia e exuda idéias <u>assim grotescas</u>.</p> <p>O nosso problema, verificado que foi o <u>mau estado</u> da população nativa, é simples e uno: sanear.</p> <p>[...].</p> <p><u>Sanear</u> é a questão.</p> <p>Não há problema nacional que se não <u>entrose</u> nesse.</p> <p>Só a <u>alta</u> crescente <u>do</u> índice da saúde coletiva trará a solução do problema econômico, [...].</p> <p>Não fazer isto é <u>condenar-nos</u> ao papel de adubo inerte onde a flora alienígena afunda as raízes ávidas, para viçar e florir <u>nos regalos da conquista pacífica</u>. (p.271-272)</p>
--	--

Cotejo 21

Jornal: “O saneamento – “Déficit” econômico, função do “déficit” da saúde” (07/04/1918)

Livro: “Déficit econômico, função do déficit da saúde” (*Problema vital*)

<p>Jornal: “O saneamento – “Déficit” econômico, função do “déficit” da saúde” (07/04/1918)</p>	<p>Livro: “Déficit econômico, função do déficit da saúde” (<i>Problema vital</i>)</p>
<p>Nos últimos dias do ano transato, o <u>dr.</u> Cincitano Braga [...].</p>	<p>Nos últimos dias do ano transato, o <u>sr.</u> Cincitano Braga [...]. (p.273)</p>
<p>Felizes os que podem <u>repetir</u> o gesto de Piltatos!</p>	<p>Felizes os que podem <u>fazer</u> o gesto de Piltatos! (p.273)</p>
<p>Esse estudo [...]. [...] estes offembáchicos vinte e nove anos de <u>opereta republicana</u>. Está <u>aí</u> patente [...].</p>	<p>Esse estudo [...]. [...] estes offembáchicos vinte e nove anos de <u>Cassoulet republicano</u>. Está <u>ali</u> patente [...]. (p.273)</p>
<p>Lido na Câmara [...]. <u>E um rico presente</u>. A verdade nuazinha é sempre o melhor presente de <u>festas</u> que se possa dar aos <u>enganados</u>.</p>	<p>Lido na Câmara [...]. A verdade nuazinha é sempre o melhor presente de <u>festa</u> que se possa dar aos <u>iludidos</u>. (p.274)</p>
<p>Naquele quadro – nós tão ricos na voz dos <u>arapuás</u> – [...].</p>	<p>Naquele quadro, nós, tão ricos na voz dos <u>apologistas</u>, [...]. (p.274)</p>
<p>Como país produtor, [...], assentados nos degraus humildes onde os perdulários em “<u>panne</u>” pedincham “fundings”.</p>	<p>Como país produtor, [...], assentados nos degraus humildes onde os perdulários em <u>com o relógio no prego</u> pedincham <u>fundings</u>. (p.274)</p>

<p>Enquanto Cuba [...], nós, os <u>35 ou 30 milhões</u> de brasileiros [...]. Menos, só dois países na América, o Paraguai a quem matamos todos os homens, [...]. [...] e a Rússia européia, “<u>ante-bellum</u>”, reunidas, [...]. O Brasil, S. Paulo fora, exporta por cabeça <u>23.600</u> réis anuais. Sessenta e quatro réis, três vinténs e pico por dia <u>inteiro</u> de 24 horas...</p>	<p>Enquanto Cuba [...], nós, os <u>25 milhões</u> de brasileiros [...]. Menos, só dois países na América, o Paraguai a quem matamos <u>na guerra</u> todos os homens, [...]. [...] e a Rússia européia, reunidas, [...].</p> <p>O Brasil, S. Paulo fora, exporta por cabeça <u>23.000</u> réis anuais.</p> <p>Sessenta e quatro réis, três vinténs e pico por dia de 24 horas... (p.274-275)</p>
<p>Desta caquexia econômica [...], o abutre que rói ao Prometeu fígado e vísceras circunvizinhas. [...]. Vem dela o criminoso saque <u>sobre</u> o futuro [...]. Cincinato Braga....</p> <p>Cincinato Braga <u>demonstra</u> que o Brasil exporta média do decênio findo em <u>906</u>, [...], renda de capitais <u>localizados aqui</u>, [...]. Quer isso dizer que nos empobrecemos de 300 mil contos por ano!</p>	<p>Desta caquexia econômica [...], o abutre que rói ao Prometeu <u>o</u> fígado e <u>as</u> vísceras circunvizinhas.</p> <p>Vem dela a dívida [...]. Vem dela o criminoso saque <u>contra</u> o futuro [...].</p> <p>[...].</p> <p>Cincinato Braga <u>demonstrou</u> que o Brasil exporta, média do decênio findo em <u>916</u>, [...], renda de capitais <u>aqui localizados</u>, [...]. Quer isso dizer que <u>nós</u> nos empobrecemos de 300 mil contos por ano! (p.275)</p>
<p>As rendas públicas [...]. Para [...] os nossos geniais Laws aumentam impostos e tomam dinheiro emprestado ao judeu. [...] os mesmos estadistas criadores do imposto de exportação, - <u>asfixia lenta da classe produtora</u> – romperam pela alquimia do papel-moeda a dentro, [...], o Povo, vê chover sobre <u>a</u> sua cabeça [...].</p>	<p>As rendas públicas [...]. Para [...] os nossos geniais Laws aumentam <u>os</u> impostos e tomam <u>o</u> dinheiro <u>que podem</u> <u>aos judeus</u>. [...] os mesmos estadistas criadores do imposto de exportação – romperam pela alquimia do papel-moeda a dentro, [...], o Povo, vê chover sobre sua cabeça [...]. (p.275-276)</p>
<p>Onde reside a verdadeira causa [...]?</p>	<p>Onde reside a verdadeira causa [...]?</p>

<p>Sem restaurar a saúde do povo não há solução possível para os <u>seus</u> efeitos mediatos e imediatos. [...] quanto mais doentia se <u>tornar</u> menos eficiente na produção de riqueza <u>será</u>. [...]. <u>Salvar o país é curá-la. A nação é o povo. O escol parasitário das cidades grandes é nada em face do noventa por cento popular. Sanear as cidades é nada diante do outro saneamento.</u> Foi grande coisa arrancar o Rio às unhas da febre amarela. <u>Poupa-se a vida a um cento de estrangeiros que vem trepar no Corcovado.</u> Mas é coisa um bocadinho mais importante desopilar, desembarbeirar, desmaleitar os milhões e milhões de criaturas de cujo esforço muscular sai a riqueza da nação.</p>	<p>[...]. Sem restaurar a saúde do povo não há solução possível para os efeitos mediatos e imediatos <u>da doença</u>. A população rural [...], quanto mais doentia se <u>torna</u> menos eficiente na produção de riqueza <u>é</u>. [...]. Curá-la é salvar o país. Foi grande coisa arrancar o Rio às unhas da febre amarela. Mas é coisa um bocadinho mais importante desopilar, desembarbeirar, desmaleitar os milhões e milhões de criaturas de cujo esforço muscular sai <u>toda</u> a riqueza da nação. (p.276-277)</p>
<p>Se o brasileiro produz seis vezes menos que o argentino <u>será</u> que o argentino é seis vezes menos doente que o brasileiro. <u>Alegarão os medrosos da verdade nua que a Argentina é uma terra privilegiada, senhora de ótima mesologia, terras planas fertilíssimas, nação beijada ao berço pelas fadas boas de Perrault. Será. Mas comparemo-nos com a Bolívia , onde o dissídio geográfico não é assim tão acentuado. O boliviano tem uma eficiência econômica muito maior que a do brasileiro. Mas a Bolívia é favorecida por isto ou por aquilo, reguingarão os Pangloss. Perfeitamente. Tomemos o</u></p>	<p>Se o brasileiro produz seis vezes menos que o argentino <u>é</u> que o argentino é seis vezes menos doente que o brasileiro. (p.277) Não consta.</p>

<p><u>Paraguai. Aqui sim, levamos uma pequenina vantagem. Ufanias!</u></p>	
<p>O problema da riqueza pública só terá solução favorável quando solvido o da saúde do povo.</p> <p>Diante deste lúgubre estado de coisas como procedem os geniais estadistas da República? [...]. Dão-lhe esporas, e nos momentos de apuros, como <u>agora</u>, dão-lhe conselhos impressos em papelão com desenho de boizinhos no cabeçalho. “Intensifiquemos a produção” – murmuram <u>eles</u>, e em seguida fotografam-se <u>em</u> atitude cansada de quem acabou de solver um magno problema.</p>	<p>O problema da riqueza pública, <u>pois</u>, <u>liga-se ao</u> da saúde do povo. <u>Mas</u> diante deste lúgubre estado de coisas como procedem os geniais estadistas da República?</p> <p>[...].</p> <p>O paria rural [...]. Dão-lhe <u>de esporas</u>, e nos momentos de apuros, como <u>nos de hoje</u>, dão-lhe conselhos impressos em papelão com desenho de boizinhos no cabeçalho.</p> <p>“Intensifiquemos a produção” – murmuram <u>nos cartazes</u>, e em seguida fotografam-se <u>na</u> atitude cansada de quem acabou de solver um magno problema. (p.277)</p>
<p>Os nossos estadistas enfarpelam-se, sacodem o pigarro <u>fora</u> e... fotografam-se de novo.</p>	<p>Os nossos estadistas enfarpelam-se, sacodem <u>fora</u> o pigarro e... fotografam-se de novo. (p.278)</p>
<p>Metade da verba despendida pelo Tesouro a fim de perpetuar <u>pelo azotato de prata</u> as efígies dos paredros republicanos [...].</p>	<p>Metade da verba despendida pelo Tesouro a fim de perpetuar <u>fotograficamente</u> as efígies dos paredros republicanos [...]. (p.278)</p>
<p>Com os 12 mil contos [...], se em vez de gênio os nossos estadistas fossem dotados <u>de elementar bom senso e duns grânulos de seriedade?</u></p>	<p>Com os 12 mil contos [...], se os nossos estadistas fossem dotados <u>do mais elementar bom senso?</u> (p.278)</p>

<p>Noticiam as folhas que o governo federal, por boca do seu <u>excelentíssimo</u> presidente [...]. Já é alguma coisa. <u>Como primeiro passo nada mais digno da visão de lince dos estadistas frígios. Belisário que calcula a porcentagem dos opilados em 70% da população total do país, deve rejubilar-se com a munificência governamental.</u></p>	<p>Noticiam as folhas que o governo federal, por boca do seu presidente [...]. <u>Mil contos!</u> Já é alguma coisa... (p.279) Não consta.</p>
<p>Sempre cabem 50 réis [...]. Cumpre, agora, que os Estados enveredem pela mesma trilhe e com generosidade parelha à federal [...]. Nessa toada em menos de duzentos anos estará o Brasil libertado de uma das suas endemias, podendo, <u>então</u>, cuidar das outras com igual largueza de vistas. Entrementes, fotografemo-nos. É vantajoso que os nossos netos e bisnetos, aos quais <u>legamos</u> tantos ônus, possuam bons documentos do aspecto somático do “<u>homo sapiens</u>” em florescência e frutificação na atualidade.</p>	<p>Sempre cabem 50 réis [...]. Cumpre agora que os Estados enveredem pela mesma trilhe e com generosidade parelha <u>da</u> federal [...]. [...]. Nessa toada em menos de duzentos anos estará o Brasil libertado de uma das suas endemias, podendo, cuidar das outras com igual largueza de vistas. Entrementes, fotografemo-nos. É vantajoso que os nossos netos e bisnetos, aos quais <u>vamos legar</u> tantos ônus, possuam bons documentos do aspecto somático do <u>homem</u> em florescência e frutificação na atualidade. (p.279)</p>
<p>Sem essa documentação fotografia como poderiam <u>eles</u> mais tarde deduzir dos atos praticados <u>que</u> seus avós <u>pertencessem ao gênero</u> culminante na escala dos vertebrados?</p>	<p>Sem essa documentação fotografia como poderiam mais tarde <u>concluir</u> dos atos praticados <u>pelos</u> seus avós <u>que pertenciam eles ao gênero <i>Homo sapiens</i></u>, culminante na escala dos vertebrados?</p>

	(p.279)
<u>O “animus photographandi” é uma precaução sugerida pelo instinto do pudor.</u>	Não consta.

Cotejo 22

Jornal: “O problema do saneamento – Um fato” (12/04/1918)

Livro: “Um fato” (*Problema vital*)

Jornal: “O problema do saneamento – Um fato” (12/04/1918)	Livro: “Um fato” (<i>Problema vital</i>)
<p>Anos atrás um grupo de frades agricultores, vindos <u>de</u> França, <u>localizaram</u> <u>uma</u> Trapa, a Maristela, à beira Paraíba, no Tremembé.</p>	<p>Anos atrás um grupo de frades agricultores, vindos <u>da</u> França, <u>fundou a</u> Trapa, a Maristela, à beira <u>do</u> Paraíba, no Tremembé. (p.281)</p>
<p>Impressionava mal [...]. Derramada lado a lado daquelas águas mansas, <u>vivotando</u> no casebre clássico de sapé e lama [...], essa gente pálida de cansada sugeria a imagem dos urupês silenciosos que no sombrio das matas auscultam com suas orelhas <u>molengas</u> a lenta consumção dos troncos <u>mortos</u>. <u>Entaliscavam-os</u> na várzea úmida e malsã duas barreiras. Tudo nela [...], ao silêncio a que <u>afez</u> o ouvido [...].</p>	<p>Impressionava mal [...]. Derramada lado a lado daquelas águas mansas, <u>vivejando</u> no casebre clássico de sapé e lama [...], essa gente pálida de cansada sugeria a imagem dos urupês silenciosos que no sombrio das matas auscultam com suas orelhas <u>moles</u> a lenta consumção dos troncos <u>podres</u>. <u>Entaliscavam-n’os</u> na várzea úmida e malsã duas barreiras. Tudo nela [...], ao silêncio a que <u>afizera</u> o ouvido [...]. (p.281-282)</p>
<p>Do outro lado [...], escalados de caldeirões, os topos <u>de</u> “cala a boca” [...].</p>	<p>Do outro lado [...], escalados de caldeirões, os topos “cala a boca” [...]. (p.282)</p>
<p>Serra e Central <u>ele</u> as queria de longe, para gozo dos olhos [...]. Negócios <u>não</u></p>	<p>Serra e Central <u>o piracuara</u> as queria de longe, para gozo dos olhos [...]. Negócios,</p>

<p><u>queria</u> nem com uma nem com outra.</p>	<p><u>porém</u>, nem com uma nem com outra. (p.282)</p>
<p>Dava-<u>lhe</u> subsistência o rio. Com o anzol <u>tirava dele</u> a piabinha e o lambari, e com o covo <u>apanhava</u>, nos afluentes, cardumes de curimbatás.</p>	<p>Dava-<u>lhes</u> subsistência o rio. Com o anzol <u>dele tiravam</u> a piabinha e o lambari, e com o covo <u>apanhavam</u>, nos afluentes, cardumes de curimbatás. (p.282)</p>
<p>Quando sobrevinham grandes <u>cheias</u> ilhavam-se os casebres, muitos <u>deles</u> armados sobre estacas, como a habitação do homem lacustre. Escorrida a água, <u>pela</u> vazante, <u>o piracuara coava</u> por peneira as poças lodacentas da lezíria. Era o apogeu da safra. <u>Encambada</u> em cipós <u>vinha a peixaria para a cidade, acurvando sob o peso o piracuara contente, em trocinho picado</u>. Fora disso teciam balaies e jacás, e mercavam coisas do mato, ingás aos molhos, maracujás <u>em</u> pencas, guembés picantes, <u>catléias</u> em flor e barba-de-pau, no tempo dos presepes.</p>	<p>Quando sobrevinham grandes <u>enchentes</u> ilhavam-se os <u>seus</u> casebres, muitos armados sobre estacas, como a habitação do homem lacustre.</p> <p>Escorrida a água <u>na</u> vazante, <u>os piracuaras coavam</u> por peneira as poças lodacentas da lezíria. Era o apogeu da safra. <u>Encambados</u> em cipós, <u>os piracuaras contentes, em trocinho picado, traziam o peixe colhido para as vilas</u>. Fora disso teciam balaies e jacás, e mercavam coisas do mato, ingás aos molhos, maracujás <u>às</u> pencas, guembés picantes, <u>orquídeas</u> em flor e barba-de-pau, no tempo dos presepes. (p.282)</p>
<p>De lavoura, nada. Parasitas do rio e da lezíria, <u>fugiam das fazendas com horror, donde a sua má fama de indolentes na boca dos fazendeiros</u>.</p>	<p>De lavoura, nada.</p> <p>Parasitas do rio e da lezíria, <u>olhavam as fazendas com horror, e daí, na boca dos fazendeiros, a sua má fama de indolentes</u>. (p.282)</p>
<p><u>Desorganizada</u> pelo 13 de maio e <u>desprovida</u> de colonos italianos, as ricas fazendas de outrora, em penúria de</p>	<p><u>Desorganizadas</u> pelo 13 de maio e <u>desprovidas</u> de colonos italianos, as ricas fazendas de outrora, em penúria de</p>

<p>músculos, apelavam em vão para <u>as</u> urumbevas ribeirinhas. O piracuara não dava de si, <u>inda</u> quando armado de boa vontade, nenhum trabalho compensador. Não valem o que comem – dizia todo o mundo.</p>	<p>músculos, apelavam em vão para <u>os</u> urumbevas ribeirinhas. O piracuara não dava de si, <u>ainda</u> quando armado <u>da</u> <u>melhor</u> boa vontade, nenhum trabalho compensador. Não valem o que comem – dizia todo o mundo. (p.282)</p>
<p>Mas vieram os frades. Instalados ali procuraram <u>logo</u> solver a premente questão do braço. Sem ter campo <u>de</u> escolha, resolveram pegar no homem que havia [...]. Em vez, porém, de <u>tomá-los tais e quais os</u> encontravam, <u>alquebrados</u> pela má alimentação, pela má habitação, <u>roídos</u> pelo ancilóstomo exaustivo, e <u>pô-los</u> na enxada com o feitor atrás, <u>como o faziam os fazendeiros</u>, tiveram a luminosa idéia de proceder às avessas: [...]; e <u>ao mesmo tempo curaram-nos das verminoses</u>. [...] pela noção <u>de</u> relativo conforto, um homem <u>constante</u> que “parava” na fazenda e criava amor <u>pela</u> faina agrícola.</p>	<p>Mas vieram os frades. Instalados ali procuraram solver a premente questão do braço. Sem ter campo <u>para</u> escolha, resolveram pegar no homem que havia [...]. Em vez, porém, de <u>tomá-lo como o</u> encontravam, <u>alquebrado</u> pela má alimentação, pela má habitação, <u>roído</u> pelo ancilóstomo exaustivo, e <u>pô-lo</u> na enxada com o feitor atrás, tiveram a luminosa idéia de proceder às avessas: [...]; e <u>os curaram nos limites do possível</u>. [...] pela noção <u>de</u> relativo conforto, um homem <u>sedentário</u> que “parava” na fazenda e criava amor <u>à</u> faina agrícola. (p.283)</p>
<p>Breve, [...], fazendo funcionar as mais modernas máquinas de <u>lavar plantas, ceifar, etc.</u> Como resultado econômico surgiu logo uma produção de 15 a 20 mil sacas [...] por meio de músculos definitivamente <u>condenados</u> pela opinião geral como equivalentes <u>de</u> zero.</p>	<p>Breve, [...], fazendo funcionar as mais modernas máquinas de <u>lavar, plantar, ceifar</u>. Como resultado econômico surgiu logo uma produção de 15 a 20 mil sacas [...] por meio de músculos definitivamente <u>classificados</u> pela opinião geral como equivalentes <u>a</u> zero. (p.284)</p>
<p>Mostra o caminho a seguir, e mostra o erro dos nossos governos em nunca <u>levar</u></p>	<p>Mostra o caminho a seguir, e mostra o erro dos nossos governos em nunca</p>

<p>em conta, para solucionar o problema do trabalho agrícola, <u>um filão</u> <u>deveras precioso</u>. A política <u>agrícola</u> adotada nesse pormenor <u>foi sempre</u> irmã da política financeira – tomar empréstimos de músculos europeus. [...]. O exemplo da Trappa ensina-nos que o saneamento vale por <u>vultuosas</u> correntes imigratórias. É mister <u>valorizar, curando-o</u>, o homem da terra, largado até aqui no mais criminoso abandono.</p>	<p><u>levarem</u> em conta, para solucionar o problema do trabalho agrícola, <u>a parte da higiene</u>.</p> <p>A política adotada nesse pormenor <u>sempre foi</u> irmã da política financeira – tomar empréstimos de músculos europeus. [...].</p> <p>O exemplo da Trappa ensina-nos que o saneamento vale por <u>avultada</u> corrente imigratória. É mister, <u>curando-o, valorizar</u> o homem da terra, largado até aqui no mais criminosos abandono. (p.284)</p>
<p>Curá-lo é criar riqueza. [...]. Sem, <u>por todos os meios, reverter para a atividade</u> milhões de criaturas aposentadas, e sem aumentar a eficiência <u>dos</u> que, apesar de <u>ativos</u>, [...]- peso morto <u>improdutivo</u>, e além disso oneroso para os demais, nunca nos arrancaremos <u>do</u> atoleiro do “déficit” econômico e males conseqüentes. [...]. Se pouco vale...</p> <p>...<u>Se pouco vale é que</u> está amarrado pela ignorância e <u>pela</u> falta de assistência <u>a</u> terríveis endemias que lhe depauperam o sangue, caquexiam o corpo e atrofiam o espírito.</p>	<p>Curá-lo é criar riqueza. [...].</p> <p>Sem <u>que revertam à atividade</u> milhões de criaturas aposentadas, e sem aumentar a eficiência <u>das</u> que, apesar de <u>ativas</u>, [...] – peso morto, <u>estéril</u>, e, além disso oneroso para os demais – nunca nos arrancaremos <u>ao</u> atoleiro do “déficit” econômico e males conseqüentes. [...].</p> <p><u>E é assim porque</u> está amarrado pela ignorância e falta de assistência às terríveis endemias que lhe depauperam o sangue, caquexiam o corpo e atrofiam o espírito. (p.285)</p>
<p>Curados, <u>recuperarão rapidamente</u> o lugar a que <u>fazem</u> jus no concerto etnológico. [...]. Mostra como em brevíssimos anos se opera <u>neles</u> uma</p>	<p>Curados, <u>recuperará</u> o lugar a que <u>faz</u> jus no concerto etnológico.</p> <p>Mostra como em brevíssimos anos se opera <u>nele</u> uma verdadeira ressurreição</p>

<p>verdadeira ressurreição física e mental se <u>lhes</u> acudimos com o remédio inteligente, e mostra ainda como a riqueza surge, larga e farta, quando a boa organização <u>os</u> toma sob o seu pálio.</p>	<p>física e mental se <u>lhe</u> acudimos com o remédio inteligente, e mostra ainda como a riqueza surge, larga e farta, quando a boa organização <u>o</u> toma sob o seu pálio. (p.285)</p>
<p>Ora, num momento destes, [...] donde nos vinha <u>uma</u> caudal de braços [...]. <u>E além disso um chim é um chim.</u></p>	<p>Ora, num momento destes, [...] donde nos vinha <u>o</u> caudal de braços [...]. (p.285-286)</p> <p>Não consta.</p>
<p>Com dois contos [...]? Talvez que da guerra [...], pela facilidade que havia em <u>importá-lo</u> exótico.</p>	<p>Com dois contos [...]?</p> <p>Talvez que da guerra [...] pela facilidade que havia em <u>importar músculo</u> exótico. (p.286)</p>

Cotejo 23

Jornal: “A fraude bromatológica” (14/04/1918)

Livro: “A fraude bromatológica” (*Problema vital*)

<p>Jornal: “A fraude bromatológica” (14/04/1918)</p>	<p>Livro: “A fraude bromatológica” (<i>Problema vital</i>)</p>
<p>O problema da saúde <u>bifurca-se</u> em dois ramos – [...].</p>	<p>O problema da saúde <u>cinde-se-se</u> em dois ramos – [...]. (p.287)</p>
<p>Entretanto [...]. <u>Isso</u> quanto aos inimigos microscópicos em eterna tocaia [...]. <u>E se destes inimigos invisíveis volvemos a atenção para os visíveis, para o</u> micróbio bípede que baseia a sua prosperidade econômica no engenhoso envenenamento dos incautos, se por <u>um minuto detemo-nos</u> na observação do “a bolsa e a saúde” corrente, <u>neste caso</u> apavora o nosso estado de absoluto desaparelhamento defensivo.</p>	<p><u>Não</u> quanto aos inimigos microscópicos em eterna tocaia [...]. <u>Mas</u> quanto aos inimigos visíveis, ao micróbio bípede que baseia a sua prosperidade econômica no engenhoso envenenamento dos incautos. Se por <u>uns minutos nos detemos</u> na observação do “a bolsa e a saúde” corrente, apavora o nosso estado de absoluto desaparelhamento defensivo. (p.287-288)</p>
<p>Temos códigos e leis artilhados contra eles – mas códigos e leis que lembram os dragões de <u>sarrafo, armados</u> pelos chineses para amedrontar o inimigo. Esses dragões, vomitando chamas... de zarcão [...].</p>	<p>Temos códigos e leis artilhados contra eles – mas códigos e leis que lembram os dragões de <u>papelão construídos</u> pelos chineses para amedrontar o inimigo. Esses dragões, vomitando chamas de zarcão [...]. (p.288)</p>
<p>Temos códigos dragões [...], se alguma vez o monstro arreganha a dentuça. Sabem eles o segredo de transformar a fera em</p>	<p>Temos códigos dragões [...], se alguma vez o monstro <u>lhe</u> arreganha a dentuça. Sabem eles o segredo de transformar a fera</p>

<p>manso cordeiro de veludo: <u>um simples aceno com o açamosinho de suborno.</u></p>	<p>em manso cordeiro de veludo... (p.288)</p>
<p>Era assim, [...]. Depois, [...], ficou assim: <u>onipotente</u>, gordo, soberano. A lepra cresceu como maré. Raro é o dia em que não rebenta nos jornais um caso <u>novo</u> de falsificação. <u>E a coisa fica por isso.</u></p>	<p>Era assim [...]. Depois, [...], ficou assim: gordo, soberano.</p> <p>A lepra cresceu como maré. Raro é o dia em que não rebenta nos jornais um caso de falsificação. (p.288) Não consta.</p>
<p>Não consta.</p>	<p><u>Cada falsificador tem à sua cauda uma corte de advogados administrativos, prepostos a inutilizar a ação dos poderes públicos, porque não há melhor negocio do que defender um falsificador. Gente que paga bem!</u> (p.288-289)</p>
<p><u>A vida está difícil, coitados; deixai-os ganhar a vida.</u> [...] ressalta logo <u>à vista</u> a miserável exploração que <u>elas denunciam</u>. Ora, a banha que para lá tem ido será melhor, pior é que não é <u>do</u> que a que consumimos cá. Quem interrogar [...] sairá deles descrente de tudo, <u>e convencido de que só já uma solução: emigrar para a Lua.</u> O laboratório, [...], encerram ainda de 1 a 2% de membranas, <u>sebo</u>, pelos e terra. [...] descascarem-se as pinturas <u>feitas com ele.</u> [...]. O óleo de rícino <u>é desdobrado meio a meio no de caroço</u> de algodão. [...] A goiabada segue <u>na</u> trilha da sua irmã. [...]pulverizado em moinho. <u>Inda ontem nesta redação apareceu um onde havia uma vergonhosa mistura de farinha na</u></p>	<p>Inda ontem [...]. Foram condenadas [...], ressalta logo a miserável exploração que <u>o caso denuncia</u>. Ora, a banha que para lá tem ido será melhor, pior é que não é que <u>a</u> que consumimos cá. Quem interrogar [...] sairá deles descrente de tudo, <u>do homem e das leis.</u></p> <p>O laboratório [...], encerram ainda de 1 a 2% de membranas <u>de sebo</u>, pelos e terra.</p> <p>Dirá que [...]. O óleo de linhaça é óleo de algodão bruto com querosene e breu, de onde resulta descascarem-se as pinturas <u>com ele feitas.</u> [...]. O óleo de rícino <u>compõe-se por metade de óleo</u> de algodão. [...].</p> <p>A goiabada segue <u>a</u> trilha da sua irmã.</p> <p>O açúcar [...]. O açúcar refinado [...]</p>

<p><u>proporção de 50%.</u></p>	<p>pulverizado em moinho. Não consta. (p.289-290)</p>
<p>O pimentão [...] a casca dos raros tomates empregados na pasta <u>atrás indicada</u>. Há um grande comercio [...]; vidros vazios de perfumes de boa marca são pagos <u>até a 3 mil réis</u>. [...]. A cerveja leva ácido salicílico e algumas são amargadas com ácido pícrico.</p>	<p>O pimentão [...] a casca dos raros tomates empregados na pasta <u>supra</u>. [...]. Há um grande comércio [...]; vidros vazios de perfumes de boa marca são pagos <u>a 2 e 3 mil réis</u>. [...]. A cerveja leva ácido salicílico e algumas são amargadas com ácido pícrico e <u>nó de pinheiro do Paraná. De lúpulo, zero.</u> (p.290)</p>
<p>Vinagre [...]. Há macarrão com ovo onde o ovo é anilina e <u>até cores</u> de cromo. Na manteiga a parte de água atinge nalgumas <u>a 12%</u>. [...]. Muita da poaia <u>que importamos é a nossa poaia de Mato Grosso que foi à Europa</u>, sofreu lá a extração de emetina, e voltou inócua. [...] Há artefatos de folha de Flandres estanhada com liga <u>onde</u> o chumbo entra até <u>20</u>, quando o limite da tolerância é <u>10%</u>.</p>	<p>Há macarrão com ovo onde o ovo é anilina <u>ou amarelo</u> de cromo. Na manteiga a parte de água atinge nalgumas a <u>proporção de 12%</u>. [...]. Muita da poaia <u>de Mato Grosso que foi para o estrangeiro</u> sofreu lá a extração de emetina e voltou inócua. [...]. Há artefatos de folha de Flandres estanhadas com liga <u>em que</u> o chumbo entra na proporção de 20% quando o limite da tolerância é <u>10</u>. (p.291-292)</p>
<p>Iodofórmio [...]. E, cúmulo, 914 em ampolas que, examinado, <u>revelou não passar</u> de finíssimo fubá de milho amarelo. [...]. <u>Basta, para o caso</u>, essa pequena</p>	<p>Iodofórmio [...]. E, cúmulo, 914 em ampolas que não <u>passa</u> de finíssimo fubá de milho amarelo. [...].</p>

<p>amostra. Chegamos a uma tal perfeição que corre à boca pequena existirem sardinhas de Nantes, legítimas Canaud, preparadas com lambaris do Tietê. [...] e amontoam fortunas à custa da <u>nossa</u> saúde. [...] encarapaça-o de escudos invulneráveis aos <u>colmilhos</u> botos dos artigos e parágrafos nascidos mortos. [...] exercido por uns pobres fardetas que acabam <u>ricos</u>. Operam-se por aí tais malabarismos que o posto de fiscal é <u>hoje disputadíssimo</u>. São duas coisas que, arre! Valem a pena: falsificar e fiscalizar. <u>Ambas dão Américas</u>. A comprova <u>disto</u> está no número irrisório de análises bromatológicas feitas <u>no Laboratório do Estado</u>.</p>	<p><u>Para o nosso caso basta</u> essa pequena amostra. Chegamos a uma tal perfeição que corre à boca pequena existirem sardinhas de Nantes, legítimas Canaud, preparadas com lambaris do <u>rio</u> Tietê.</p> <p>S. Paulo [...] e amontoam fortunas <u>colossais</u> à custa da saúde <u>alheia</u>.</p> <p>[...].</p> <p>O dinheiro fácil [...], encarapaça-o de escudos invulneráveis aos <u>dentes</u> botos dos artigos e parágrafos nascidos mortos. [...] exercidos por uns pobres fardetas que acabam <u>arranjadinhos</u>.</p> <p>Operam-se por aí tais malabarismos que o posto de fiscal é <u>disputado</u>.</p> <p>São duas coisas que, arre! Valem a pena: falsificar e fiscalizar.</p> <p>A comprova está no número irrisório de análises bromatológicas feitas <u>nos nossos laboratórios</u>. (p.292-293)</p>
<p>Não consta.</p>	<p><u>Agora, se um fiscal honesto apreende um produto falsificado e a Higiene Sanitária inicia o processo contra o homem, saltam logo em sua defesa os advogados da fama, que embrulham tudo, corrompem a justiça e acabam forçando o estado a pagar ao malandro gorda indenização</u>. (p.293)</p>
<p><u>Ora</u>, esta resignação diante da fraude, este curvar a cabeça em face do veneno, este generalizado tolstoísmo da “não</p>	<p>Esta resignação diante da fraude, este curvar a cabeça em face do veneno, este generalizado tolstoísmo da “não</p>

<p>resistência ao mal”, isto só se explica como doença.</p>	<p>resistência ao mal”, <u>esta subserviência diante da advocacia velhaca e da justiça capenga</u>, isto só se explica como doença. (p.293)</p>
<p>Todos os povos [...]. [...]. E, resignados carneirinhos que somos, prostramo-nos diante do lobo gordo <u>apostado em nos tosquiar</u> a lã e <u>derrancar</u> a saúde. [...] <u>É que</u> o nosso organismo está combalido até a medula.</p>	<p>Todos os povos [...]. [...]. E, resignados cordeirinhos que somos, prostramo-nos diante do lobo gordo <u>que nos tosquia</u> a lã e <u>derranca</u> a saúde. [...]. O nosso organismo está combalido até a medula. (p.294)</p>
<p>Quando rebenta [...] – o dragão remexe os olhos de fogo – <u>e fotografam-se juntos</u>.</p>	<p>Quando rebenta [...] – o dragão remexe os olhos de fogo – <u>mas a advocacia arruma tudo</u>. (p.294)</p>
<p>Citaremos [...] – <u>passo</u> inútil e pilhérico, mas sim para frisar ilustrativamente o grau de quebreira que nos anemia o querer. [...] Barbeiro, ancilóstomo, falsificador – é-nos indiferente acabar nas unhas de um ou de outro. Nossa <u>única preocupação</u> é esconder a verdade no poço para que ela não nos perturbe a agonia com o seu espelho.</p>	<p>Citaremos [...] – <u>pedido</u> inútil e pilhérico, mas sim para frisar ilustrativamente o grau de quebreira que nos anemia o querer. [...]. Barbeiro, ancilóstomo, falsificador, <u>advogado</u> – é-nos indiferente acabar nas unhas de <u>uns</u> ou de <u>outros</u>. Nossa <u>preocupação única</u> é esconder a verdade no poço, para que ela não nos perturbe a agonia com o seu espelho <u>cruel</u>. (p.294-295)</p>

Cotejo 24

Jornal: “Rondônia – Visão do futuro e visão do passado I” (19/04/1918) e “Rondônia II” (23/04/1918)

Livro: “Rondônia” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Jornal: “Rondônia – Visão do futuro e visão do passado I” (19/04/1918)	Livro: “Rondônia” (<i>Idéias de Jeca Tatu</i>)
<p>O romancista inglês H. G. Wells nasceu com três olhos, os dois de toda a gente e um terceiro, agudíssimo, não se sabe localizado onde, cuja faculdade de devassar o futuro emparelha com a <u>bíblica</u> visão profética dos Isaías e Ezequiéis. E a tanto vai o acume desse terceiro olho que <u>um senhor William Archer, num acesso de entusiasmo</u>, propôs <u>ao</u> governo britânico que <u>tomasse</u> o romancista <u>como</u> profeta oficial, criando esse cargo junto ao Ministério da Marinha <u>como uma espécie</u> de gávea da nau do Estado, donde Wells, gageiro, fosse prevendo escolhos, e indicando sendas imperceptíveis à visão curta porque normal dos estadistas no leme. Espécie de consultou técnico <u>do</u> futuro.</p>	<p>O romancista inglês H. G. Wells nasceu com três olhos – os dois de toda a gente e um terceiro – <u>esperem!</u> – agudíssimo, não se sabe localizado onde, cuja faculdade de devassar o futuro emparelha com a visão profética dos Isaías e Ezequiéis.</p> <p>E a tanto vai o acume desse terceiro olho, que <u>num acesso de entusiasmo o senhor William Archer propôs que</u> o governo britânico <u>convidasse</u> o romancista <u>para</u> profeta oficial, criando esse cargo junto ao Ministério da Marinha – <u>à laia</u> de gávea da nau do estado, donde Wells, <u>o</u> gageiro, fosse prevendo escolhos e indicando sendas imperceptíveis à visão curta, porque normal dos estadistas no leme. Espécie de consultor técnico <u>sobre o</u> futuro. (p.137)</p>
<p>Não adotou a Inglaterra o alvitre <u>preopinado</u>, ou temerosa de visões desagradáveis ao patriotismo inglês, ou porque Wells só lança vistas <u>para</u> <u>remotíssimo</u> futuro, variante entre cem mil</p>	<p>Não adotou a Inglaterra o alvitre <u>proposto</u>, ou temerosa de visões desagradáveis ao patriotismo inglês, ou porque Wells só lança vistas <u>a</u> <u>remotíssimos</u> futuros, variáveis de cem mil</p>

a oitocentos mil anos [...].	a oitocentos mil anos [...]. (p.137)
<p>Do muito <u>que Wells entreviu, relativo às eras porvindouras</u>, avulta a perspectiva da humanidade em crepúsculo lá para anos que se numeram por centenas de milhares. É na “Máquina do Tempo” que <u>ele</u> nos <u>desvenda</u> isso. <u>O caso é este</u>: Um matemático inglês, refletindo ponderadamente sobre os princípios básicos da Ciência Perfeita, logo no limiar assinalou <u>uma imperfeição</u>. Era doutrina assente, e com vir pelos séculos a fora, da <u>filosofia grega até Farias Brito, sempre recebendo achegas de cimento consolidador, e carmartelada nenhuma, era doutrina intangível</u> a noção <u>dualista</u> do Espaço e do Tempo. O <u>tal</u> matemático, porém, após uma vida de meditação <u>revoga</u> o dogma, <u>destrói</u> o dualismo e <u>demonstra a unidade</u>. O Tempo é simplesmente a quarta dimensão do Espaço. [...]. Ora, se o Tempo é uma dimensão do Espaço, o homem que já se locomove nas três dimensões clássicas porque não se <u>locomoverá</u> na quarta? O balão vence a altura; a verruma vence a espessura; o auto “<u>bebe</u>” o comprimento. Porque <u>se</u> não <u>inventaria</u> um aparelho de caminhar na quarta dimensão, <u>avanzando nela</u> para diante ou para trás, no passado ou no futuro?</p>	<p>Do muito <u>relativo às eras porvindouras que Wells entreviu</u>, avulta a perspectiva da humanidade em crepúsculo lá para anos que se numeram por centenas de milhares. É na <i>Máquina do Tempo</i> que nos <u>conta</u> isso.</p> <p>Um matemático inglês, refletindo ponderadamente sobre os princípios básicos da Ciência Perfeita, logo no limiar <u>lhe</u> assinalou <u>brecha nas bases</u>. Era doutrina assente e a noção dualística do Espaço e do Tempo. O <u>nosso</u> matemático,...</p> <p>O <u>nosso</u> matemático, porém, após uma vida <u>inteira</u> de meditação, <u>revogou</u> o dogma, <u>destruiu</u> o dualismo, <u>ponde de pé, em lugar dele, o unitarismo</u>. <i>O tempo é simplesmente a quarta dimensão do espaço.</i> [...]. Ora, se o tempo é uma dimensão do Espaço, o homem, que já se locomove nas três dimensões clássicas, por que não se <u>locomoveria</u> na quarta?</p> <p>O balão vence a altura; a verruma vence a espessura; o auto <u>devora</u> o comprimento. Por que não <u>inventar</u> um aparelho de caminhar na quarta dimensão, <u>nela avanzando</u> para diante ou para trás, no passado ou no futuro? (p.138)</p>

<p>Bem amadurecida esta genial teoria o <u>sábio construiu</u> a “máquina de explorar o tempo” [...].</p>	<p>Bem amadurecida esta genial teoria, <u>construiu o sábio</u> a “máquina de explorar o tempo” [...]. (p.138)</p>
<p><u>Da</u> entrosagem e composição dela ninguém farejou isca; só se soube <u>que</u> quando em movimento entrava a desmaiar, como se esvaísse, <u>descondensava-se</u> em nevoa, e por fim sumia qual cerração batida de sol, ou <u>como</u> ventilador elétrico cujas pás, conforme a velocidade, <u>fazem-se</u> confusos discos.</p>	<p><u>De sua</u> entrosagem e composição ninguém farejou isca; só se soube quando em movimento entrava a desmaiar, como se <u>se</u> esvaísse, <u>descondensando-se</u> em névoa; e por fim sumia-se, qual cerração batida de sol ou ventilador elétrico cujas pás, conforme a velocidade, <u>se fazem</u> confusos discos. (p.138-139)</p>
<p>O primeiro passeio <u>feito nela</u> deu resultados estupendos. O sábio <u>sentou-se à máquina</u> e deu volta às manivelas. [...]. Era o <u>intervalo</u> da noite e do dia, <u>sucedendo-se</u> como o bater de imenso par d’asas negras e <u>desconformes</u>. Com o crescer da velocidade <u>aquela alternância doía-lhe na vista</u> como um <u>pisca</u> amiudado; o sol era, não a bola do costume, mas um arco de fogo <u>riscando</u> o céu, breve apagado e substituído <u>pela</u> faixa de luz pálida, a lua. As árvores vi-as <u>nascer</u> apressadas, <u>crescer</u>, <u>frondejar</u>, <u>esgalhar-se</u> esturradas pela velhice e <u>desaparecer</u>. Edifícios imensos, palácios, jardins surgiam do solo como cogumelos, para logo esboroarem em ruínia. A velocidade da <u>marcha</u> era de um ano por minuto, e, <u>assim, de minuto em minuto</u>, branquejava a terra sob o lençol de neve</p>	<p>O primeiro <u>passeio dado nessa máquina</u> foi de resultados estupendos.</p> <p>O sábio <u>abancou-se</u> e deu volta às manivelas. [...]. Era o <u>intervalar</u> da noite e do dia, <u>a sucederem-se</u> como o bater de imenso par de asas negras. Com o crescer da velocidade <u>doía-lhe na vista aquela alternância</u>, como um <u>piscar</u> amiudado; o sol era, não a bola do costume, mas um arco de fogo <u>a riscar</u> o céu, breve apagado e substituído <u>por</u> faixa de luz pálida, a lua.</p> <p>As árvores vi-as <u>nascerem</u> apressadas, <u>crescerem</u>, <u>frondejarem</u> e, esturradas pela velhice, <u>esfarelarem-se em pó</u>. Edifícios imensos, palácios, jardins, surgiam do solo como cogumelos, para logo esboroarem em ruínia.</p> <p>A velocidade da <u>máquina</u> era de um ano por minuto, <u>de modo que a cada minuto</u> branquejava a terra sob o lençol da</p>

<p>ou refloria nas verduras da primavera.</p>	<p>neve ou refloria nas verduras da primavera. (p.139)</p>
<p><u>A velocidade, porém, crescia e breve o explorador não mais distinguia coisa nenhuma: envolvia-o um ambiente zumbidor com formas diluídas em discos acinzentados.</u> Cansado daquelas impressões resolveu sofrer a carreira, travou dos freios e parou. <u>O cronômetro marcava o ano 802.000 e pico. Tonto, o azoado saltou em terra firme. Estava em Londres, exatamente no lugar onde partira. Mas <u>quão</u> mudado ia aquilo! Nenhum vestígio do mundo <u>antigo</u>. Os palácios outros, <u>a</u> arquitetura outra, outras ervas nas pradarias e nos jardins flores não lembrando feição nenhuma das <u>suas</u> ancestrais. Os homens, embora com a somática de hoje, semelhavam porcelanas de <u>Sévres</u>, tão mimosos, frágeis e efeminados parecidas. A estatura <u>decrescera</u>, a compleição afranzinara-se. Nada <u>revelava nas</u> criaturinhas bonitas e frágeis o musculoso e viril antepassado. Vestiam roupagens amplas, de belíssimos estofos desconhecidos, um tanto ao jeito grego. O corpo glabro, alvíssimo; nenhum vestígio das <u>vilosidades</u> remanescentes do troglodita ou do peludo símio darwinico pré-avô. Ares d'aparvalhados como <u>esses</u> derradeiros rebentos das velhas estirpes reais; incapazes de ação, infantis, fátuos,</u></p>	<p>Não consta.</p> <p>Cansado daquelas impressões, resolveu sofrer a carreira; travou dos freios e parou. <u>Marcava o cronometro o ano 802.000 e pico. Tonto e azoado, saltou em terra firme, em Londres, exatamente o ponto em que partira.</u></p> <p>Mas <u>quanto</u> mudado ia aquilo! Nenhum vestígio do mundo <u>de outrora</u>. Os palácios, outros, arquitetura outra; outras ervas nas pradarias e nos jardins flores não lembrando feição nenhuma das ancestrais. Os homens, embora com a somática de hoje, semelhavam porcelanas de <u>Saxe</u> – tão mimosos, frágeis e feminados <u>eram</u>.</p> <p>A estatura <u>decrescera-lhes</u>, a compleição afranzinara-se. Nada <u>lembrava naquelas</u> criaturinhas bonitas e <u>débeis</u> o musculoso e viril antepassado, <u>comedor de bifés crus</u>. Vestiam roupagens amplas, de belíssimos estofos desconhecidos, um tanto ao jeito grego. O corpo, glabro, alvíssimo, <u>sem</u> nenhum vestígio das <u>pelosidades</u> remanescentes do troglodita ou do peludo símio darwinico pré-avô. Ares aparvalhados, como <u>desses</u> derradeiros rebentos das velhas estirpes</p>

<p>indolentes, <u>fatigados pelo menor esforço</u>. A ocupação <u>deles resumia-se apenas</u> em passear, brincar, colher flores e amar. <u>O comunismo reinava</u>. Em vez de casas individuais, palácios coletivos, onde a humanidade <u>morava, dormia e comia</u> na mais perfeita ordem. <u>Pelo vestuário não se extremavam os sexos</u> – vestiam-se por igual figurino. O comércio, a indústria, o grande <u>burburinho</u> urbano cedera lugar à calma dos ideais realizados; libertara-se a humanidade do trabalho e da desigualdade social. Atingira, em suma, à idade de ouro – e também <u>ao</u> crepúsculo da espécie. A consecução de todos os sonhos acarretara o abandono da luta pela vida, iniciada desde os primórdios <u>da barbaria</u>. Os órgãos, cessadas as funções em que se treinavam, <u>caíram em atrofia</u>; o <u>cérebro adormeceu</u>; os músculos adelgaçaram <u>de fibras</u>. Além de fraca, inerte, estagnada a humanidade tornou-se parva, <u>pelo</u> desprezo do desenvolvimento cerebral. Vivia alheia a tudo que não fosse o sibaritismo <u>sensual</u>. Museus enormíssimos jaziam ao leu, acamando séculos de poeira, com os espécimes a <u>esbrugarem-se</u> em abandono. As bibliotecas lera-as o caruncho; dentro das costaneiras luxuosas <u>de lavor estavam reduzidas a pó excrementício as velhas ciências e toda a literatura humana compendiada</u>.</p>	<p>reais. Incapazes de ação, infantis, fátuos, indolentes. <u>O menor esforço os fatigava</u>. A ocupação <u>diária resumia-se-lhes</u> em passear, brincar, colher flores e amar. <u>Reinava o comunismo</u>. Em vez de casas individuais, palácios coletivos, onde a humanidade <u>habitava</u> na mais perfeita ordem.</p> <p><u>Não se extremavam os sexos pelo vestuário</u> – vestiam-se por igual figurino.</p> <p>O comércio, a indústria, o grande <u>zunzum</u> urbano cedera lugar à calma dos ideais realizados: libertara-se a humanidade do trabalho e da desigualdade social. Atingira, em suma, à idade de ouro – e também <u>o</u> crepúsculo da espécie. A consecução de todos os sonhos acarretara o abandono da luta pela vida, iniciada desde os primórdios <u>evolutivos</u>. Os órgãos, cessadas as funções em que se treinavam, <u>atrofiaram-se</u>; os músculos <u>adelgaçaram-se</u>.</p> <p>Além de fraca, inerte, estagnada, a humanidade tornou-se parva <u>com o</u> desprezo do desenvolvimento cerebral.</p> <p>Vivia alheia a tudo que não fosse o sibaritismo <u>sensualista</u>.</p> <p>Museus enormíssimos jaziam ao léu, acamando séculos de poeira, com os espécimes a <u>se esbrugarem</u> em abandono. As bibliotecas lera-as o caruncho; dentro das costaneiras luxuosas, <u>as velhas ciências e toda a literatura humana</u></p>
---	--

	<u>desfaziam-se em pó excrementício.</u> (p.140-141)
Ao <u>pé</u> disso, porém, reluzia de asseio, na mais meticulosa conservação, tudo quanto aproveitava ao gozo dos Eloés [...]. Parques, [...], tudo <u>reluzente</u> como se legiões de criados viessem pela calada da noite, e de modo a não perturba o sono dos sibaritas, escoimar a terra dos detritos e <u>recompôr</u> os estragos da usura.	Ao <u>lado</u> disso, porém, reluzia de asseio, e na mais meticulosa conservação, tudo quanto aproveitava ao gozo dos Eloés [...]. Parques, [...] – tudo <u>espelhante</u> , como se legiões de criados viessem, pela calada da noite e de modo a não perturba o sono dos sibaritas, escoimar a terra dos detritos, <u>recompondo-lhes</u> os estragos da usura. (p.141)
Ao explorador maravilhava aquele mistério. <u>A</u> sua posição era um tanto a do nhambiquara arrancado à Rondônia [...].	Ao explorador maravilhava aquele mistério. Sua posição era um tanto a do nhambiquara arrancado à Rondônia [...]. (p.141)
Mas dos enigmas em que tropeçava a cada momento [...]. Deliberado a desvendar o mistério afundou por um deles, indo <u>dar em</u> amplas galerias escuríssimas. <u>Aí</u> riscou um fósforo e, com assombro, lobrigou por entre o maquinário <u>da</u> imensa usina, legiões de seres horripilantes, branquicentos, nus, que debandavam ofuscados pela claridade, tapando com as mãos os olhos enormes, horrendos como calotas esféricas de geléia viva. Eram os Morlocks.	Mas dos enigmas em que tropeçava a cada momento [...]. Deliberado a desvendar o mistério, afundou por um deles, indo <u>ter a</u> amplas galerias escuríssimas. <u>Lá</u> riscou um fósforo, e com assombro lobrigou por entre o maquinário <u>de</u> imensa usina legiões de seres horripilantes, branquicentos, nus, que debandavam ofuscados pela claridade, tapando com as mãos os olhos enormes, horrendos, como calotas esféricas de geléia viva. Eram os Morlocks. (p.141-42)
Depois <u>dalgum</u> refletir compreendeu o	Depois <u>de muito</u> refletir, compreendeu

<p>segredo de tudo. Os Morlocks não passavam <u>de</u> descendentes do proletário de hoje. A sociedade atual dividida em castas, <u>extremou</u> a separação até <u>os</u> últimos limites. A classe superior, detentora das riquezas e do poder, <u>acrescendo-se séculos em fora de umas e de outro</u>, <u>especializando-se</u> no goza-los, produziu os Eloés; ao passo que a classe operária, cada vez mais confinada à usina ou ao trabalho das minas, deu origem aos Morlocks. O hábito forçado das fábricas penumbrosas, e das ulheiras escuras, mantido de pais a filhos, desafeiçoou-os da luz do sol, e com o <u>discorrer</u> dos séculos criou neles uma segunda natureza, de morcego. A treva tornou-se-lhes o ambiente habitual, os órgãos adaptaram-se a essa vida, e lentamente veio o repudio da vida normal à superfície. A velha cisão do gênero humano entre o que trabalhar e produz e o que só goza e consome, normalizou-se consolidada num acordo tácito. As usinas <u>voluntariamente baniram-se</u> da superfície onde ofendiam a aguda <u>estesia</u> dos sibaritas. Essa cripto-indústria já renunciada atualmente nos metropolitanos de Paris, Londres e Nova York, ganhou terreno; hoje um, amanhã outro, todo trabalho, mecânico, usinas, estaleiros, depósitos, <u>foi-se</u> embiocando pela terra a dentro, e na idade de ouro nenhum vestígio <u>dele</u> subsistia à</p>	<p>o segredo de tudo. Os Morlocks não passavam <u>dos</u> descendentes do proletário de hoje. A sociedade atual, dividida em castas, <u>foi extremando</u> a separação até <u>aos</u> últimos limites. A classe superior, detentora das riquezas e do poder, <u>especializou-se</u> no goza-los – e produziu os Eloés; ao passo que a classe operária, cada vez mais confinada à usina ou ao trabalho das minas, deu origem aos Morlocks. O hábito forçado das fábricas penumbrosas, e das ulheiras escuras, mantido de pais a filhos, desafeiçoou-os da luz do sol, e com o <u>decorrer</u> dos séculos criou neles uma segunda natureza, de morcego. A treva tornou-se-lhes o ambiente habitual, os órgãos adaptaram-se a essa vida, e lentamente veio o repudio da vida normal à superfície. A velha cisão do gênero humano entre o que trabalha e <u>o que</u> produz e o que só goza e consome, normalizou-se consolidada num acordo tácito. As usinas <u>baniram-se voluntariamente</u> da superfície, onde ofendiam a aguda <u>sensibilidade</u> dos sibaritas. Essa cripto-indústria, já renunciada atualmente nos metropolitanos de Paris, Londres e Nova York, ganhou terreno; hoje um, amanhã outro, todo <u>o</u> trabalho mecânico – usinas, estaleiros, depósitos – <u>se foi</u> embiocando pela terra a dentro, <u>de modo que</u> na idade de ouro nenhum vestígio subsistia à</p>
--	---

<p>superfície. Nesta tudo eram louçanias voluptuárias adstritas ao gozo dos ricos. Os Morlocks, portanto, eram produtores que <u>produziam surdamente, longe da vista dos superficiais</u>, tudo quanto lhes era mister para o conforto e o luxo. Das profundas é que subiam à tona os maravilhosos vestuários, os manjares finíssimos e todos os mais requintes necessários à conservação da classe ociosa. O zelo dos parques e jardins, a limpeza dos palácios e praças, tudo se fazia <u>pelas mãos dos Morlocks</u>, em silêncio, e <u>de modo a não importunar os olhos mortiços dos Eloés com o espetáculo desagradável da sua presença. Para</u> isso só operavam à noite, enquanto os alfenins dormiam o sono das flores. Os poços escadeados eram o hyphon ligador dos dois mundos.</p>	<p>superfície. Nesta, tudo eram louçanias voluptuárias adstritas ao gozo dos ricos. Os Morlocks, portanto, eram produtores que, <u>longe da vista dos superficiais, produziam surdamente</u>, tudo quanto lhes era mister para o conforto e o luxo. Das profundas é que subiam à tona os maravilhosos vestuários, os manjares finíssimos e todos os mais requintes necessários à conservação da classe ociosa. O zelo dos parques e jardins, a limpeza dos palácios e praças, tudo se fazia <u>por mãos de Morlock</u>, em silêncio e <u>a jeito de não importunar os olhos mortiços dos Eloés com o espetáculo desagradável da ação. Por</u> isso só operavam à noite, enquanto os alfenins dormiam o sono das flores. Os poços escadeados eram o hífen ligador dos dois mundos. (p.142-43)</p>
<p>Ao sábio inglês causou espécie a <u>submissão integral</u> de uma classe que podia dominar em absoluto visto como toda a força estava concentrada em suas mãos. Não tardou <u>muito e teve</u> a solução de mais este enigma. Numa das inspeções notou ele que os Morlocks se banquetevam de carne fresca. De onde provinha essa carne uma vez que não existia sobre a terra nenhum dos antigos animais fornecedores <u>dela</u>? Os que Noé apinhara na arca, só nos museus</p>	<p>Ao sábio inglês causou espécie a <u>integral submissão</u> de uma classe que podia dominar em absoluto, visto como toda a força estava concentrada em suas mãos. Não tardou, <u>porém, que tivesse</u> a solução de mais este enigma. Numa das inspeções notou ele que os Morlocks se banquetevam de carne fresca. De onde provinha essa carne, uma vez que não existia sobre a terra nenhum dos antigos animais fornecedores? Os que Noé apinhara na arca só nos museus figuravam,</p>

<p>figuravam, e empalhados; vivo nenhum. A solução do problema foi, sobre inesperada, horrível. Aquela carne fumegante era... carne humana, era a carne dos Eloés. Os Morlocks <u>fizeram-se</u> antropófagos. Toda a solicitude demonstrada para com os Eloés, seu carinho em poupar-lhes o mínimo esforço, em alimenta-los <u>esplendidamente</u>, em <u>congregarem</u> em torno deles o máximo de bem estar, visava apenas <u>aprimorar</u> a boa qualidade da <u>sua</u> carne. Os Morlocks criavam Eloés na superfície como <u>quem</u> cria um <u>gado de raça finíssima</u> produtor de ótimos filés. Não era, portanto, submissão servil, senão senhoril, a dos homens subterrâneos <u>em relação aos</u> superficiais.</p>	<p>e empalhados; vivo nenhum. <u>Que criatura produzia carne, então?</u> A solução do problema foi, sobre inesperada, horrível. Aquela carne fumegante era... carne humana, era a carne dos Eloés!</p> <p>Os Morlocks <u>tinham-se tornado</u> antropófagos. Toda a solicitude demonstrada para com os Eloés, seu carinho em poupar-lhes o mínimo esforço, em alimentá-los <u>lautamente</u>, em <u>congregar</u> em torno deles o máximo de bem estar, visava apenas <u>aprimorar-lhes</u> a boa qualidade da carne. Os Morlocks criavam Eloés na superfície como <u>o fazendeiro</u> cria um <u>finíssimo gado de raça</u> produtor de ótimos filés. Não era, portanto, submissão servil, senão senhoril, a dos homens subterrâneos <u>para com os</u> superficiais. (p.143-44)</p>
<p>Verificada que foi esta conseqüência final do progresso humano, o sábio explorador enojou-se e não quis ir além. Retornou <u>para</u> a Londres atual e, parece, quebrou a máquina a fim de <u>poupar-se a</u> novas decepções relativas à espécie.</p>	<p>Verificada que foi esta conseqüência final do progresso humano, o sábio explorador enojou-se e não quis ir além. Retornou a Londres atual e, parece, quebrou a máquina, a fim de <u>evitar</u> novas decepções relativas à espécie <u>humana</u>. (p.144)</p>
<p>Mas se era única já o não é. Roquette Pinto revela-nos um feito semelhante. Sem <u>uso da</u> máquina de Wells, cavalcando simples animais de sela, por picadões varados a foice, ele operou igual milagre.</p>	<p>Mas se era única, já o não é. Roquette Pinto revela-nos um feito semelhante. Sem <u>usar a</u> máquina de Wells, cavalcando simples animais de sela, por</p>

<p>À diferença única foi ter caminhado às avessas. Em vez de devassar o futuro como Wells, mergulhou no passado. Apeou em plena idade <u>lítica</u>. Viu, estudou e fotografou o homem primitivo, nu de corpo, hirsuto de instintos, desgarrado como um fóssil vivo neste século maravilhoso do gás asfixiante e do Trianon patchouli. [...]. E num livro magnífico, por mil e <u>uma razões</u> digno de ser meditado pelos nossos trianonitas, estampou-as, alternando impressões pessoais com sólidas observações científicas. Rondônia é o belo nome desse belo livro.</p>	<p>picadões varados a foice, ele operou igual milagre. À diferença única foi ter caminhado às avessas. Em vez de devassar o futuro, como Wells, mergulhou no passado. Apeou em plena idade <u>da pedra</u>. Viu, estudou e fotografou o homem primitivo, nu de corpo, hirsuto de instintos, desgarrado como um fóssil vivo neste século maravilhoso do gás asfixiante e do Trianon patchouli. [...]. E num livro magnífico, por mil e <u>um motivos</u> digno de ser meditado pelos nossos trianonitas, estampou-as, alternando impressões pessoais com sólidas observações científicas.</p> <p>“Rondônia” é o belo nome desse belo livro. (p.144-45)</p> <p style="text-align: center;">***</p>
<p>Jornal: “Rondônia – “Rondônia II” (23/04/1918)</p>	<p>Livro: “Rondônia” (<i>Idéias de Jeca Tatu</i>)</p>
<p>As terras de Mato Grosso alagam-se em pantanais ao sul, firmam-se depois da chapada central, e ao norte alteiam-se <u>montanhosas</u>, revestidas só então de mato grosso. Nestas paragens pouco devassadas pelo homem é que fica a Rondônia, belo nome criado pelo eminente etnólogo do Museu Nacional, <u>dr.</u> Roquette Pinto, em homenagem <u>a quem</u> podendo salvar a Pátria em doce “otium cum dignitate” na Avenida Central, preferiu dedicar <u>a</u> sua vida ao áspero estudo do sertão.</p>	<p>As terras de Mato Grosso alagam-se em pantanais ao sul; firmam-se depois da chapada central e ao norte alteiam-se <u>em montanhas</u>, revestidas só então de mato grosso.</p> <p>Nestas paragens pouco devassadas pelo homem é que fica a Rondônia, belo nome criado pelo eminente etnólogo do Museu Nacional, Roquette Pinto, em homenagem <u>ao homem que</u>, podendo salvar a Pátria em doce “otium cum dignitate” na Avenida Central, preferiu dedicar sua vida ao</p>

	áspero estudo do sertão. (p.145)
O nome de Candido Mariano Rondon merece o respeito devido aos heróis da paz. Sua vida é lição, de civismo e <u>de</u> energia. Sua obra espanta. [...]. Progredimos tanto em matéria de ética que cumprir o dever já espanta. Há dez anos que ele leva de par a construção de uma linha telegráfica <u>com a construção científica</u> da etnologia, geologia e geografia do âmago do Brasil.	O nome de Candido Mariano Rondon merece o respeito devido aos heróis da paz. Sua vida é lição de civismo e energia. Sua obra espanta. [...]. Progredimos tanto em matéria de ética que cumprir o dever já espanta!... Há dez anos que ele leva de par <u>com</u> a construção de uma linha telegráfica <u>o levantamento</u> da etnologia, geologia e geografia do âmago do Brasil. (p.145)
A virgindade daquelas paragens sofreu o primeiro bote por parte dos castelhanos Irala e Chaves, em 1575. [...]. Queriam escravos, e como os encontrassem por lá, persistiram na penetração, sucederam-se umas às outras, <u>e graças à sua</u> rude energia Mato Grosso é nosso.	A virgindade daquelas paragens sofreu o primeiro bote por parte dos castelhanos Irala e Chaves, em 1575. [...]. Queriam escravos, e como os encontrassem por lá, persistiram na penetração, sucederam-se umas às outras. <u>Graças a essa</u> rude energia Mato Grosso é nosso. (p.145)
Aleixo Garcia chefiou a primeira. A lavoura criada no litoral reclamava braços. Garcia foi busca-los. Aqueles homens terríveis não vacilavam na solução dos problemas. Obstáculos naturais não detinham <u>seus</u> passos, como nenhum sentimentalismo lhes amolentava a vontade de ferro. [...].	Aleixo Garcia chefiou a primeira. A lavoura criada no litoral reclamava braços. Garcia foi buscá-los. Aqueles homens terríveis não vacilavam na solução dos problemas. Obstáculos naturais não <u>lhes</u> detinham <u>os</u> passos, como nenhum sentimentalismo lhes amolentava a vontade de ferro. [...]. (p.146)
Das bandeiras organizadas então, a de Antonio Pires deixou precioso documento, no qual se fala pela primeira vez no	Das bandeiras organizadas então a de Antonio Pires deixou precioso documento, no qual se fala pela primeira vez no

<p>“Reino dos Parecizes”, [...]. Os parecis, senhores da terra, eram copiosos, e <u>viviam já</u> em período agrícola.</p>	<p>“Reino dos Parecizes”. [...]. Os parecis, senhores da terra, eram copiosos, e <u>já viviam</u> em período agrícola. (p.146)</p>
<p>Se Pires lá não <u>chegou</u> o mesmo aconteceu aos sertanistas posteriores. <u>Faziam referências vagas, mas ninguém viu os misteriosos índios.</u></p>	<p>Se <u>lá não chegou Pires</u>, o mesmo aconteceu aos sertanistas posteriores. (p.146)</p>
<p>Mais tarde [...], tais índios continuaram impenetráveis, sempre referências vagas ouvidas sobretudo aos parecis convizinhos.</p>	<p>Mais tarde, [...], tais índios continuaram impenetráveis. <u>Relativo a eles</u>, sempre referências vagas, ouvidas sobretudo aos parecis convizinhos. (p.146)</p>
<p>Surge o <u>nome</u> Nhambiquara, orelha furada, nome posto por antonomásia, visto que <u>o nome próprio desse povo enigmático ninguém sabia.</u></p>	<p>Surge o <u>termo</u> Nhambiquara – orelha furada – nome posto por antonomásia, visto que <u>ninguém sabia ao certo o nome próprio desse povo.</u> (p.146)</p>
<p>E assim, apesar das bandeiras, e mais tarde das expedições científicas, incursões de <u>vária categoria</u> e estudos de Landsdorff, [...], os misteriosos indígenas permaneceram impenetráveis à observação direta até que Rondon <u>entrasse em</u> cena. <u>Coube a ele a primazia de estudá-los.</u> <u>É memorável essa expedição.</u></p>	<p>E assim, apesar das bandeiras, e mais tarde das expedições científicas, incursões de <u>várias categorias</u> e estudos de Langsdorff, [...], os misteriosos indígenas permaneceram impenetráveis à observação direta até que Rondon <u>penetrasse na</u> cena. <u>Coube-lhe a primazia de estudá-lo, em memorável expedição.</u> (p.147)</p>
<p>À frente um batedor <u>assinalara</u> o rumo, picando as árvores, e comunicando-se com a expedição por meio de toques de corneta.</p>	<p>À frente um batedor <u>assinalava</u> o rumo, picando as árvores e comunicando-se com a expedição por meio de toques de corneta. (p.147)</p>

<p>No dia 7 de Setembro alcançam o “Reino dos Parecizes”, onde logo se acamaradaram com os índios.</p>	<p>No dia 7 de Setembro <u>alcançaram</u> o “Reino dos Parecizes”, onde logo se acamaradaram com os índios. (p.147)</p>
<p>A 10 de Outubro alcançam os extremos do território <u>pareci</u>.</p>	<p>A 10 de Outubro alcançam os extremos do território <u>parecis</u>. (p.147)</p>
<p>Estão à beira da zona nhambiquara sobre <u>a qual</u> tantas lendas <u>correm</u>.</p>	<p>Estão à beira da zona nhambiquara, sobre <u>que</u> tantas lendas <u>corriam</u>. (p.147)</p>
<p><u>Víveres escasseiam</u>, a penúria os deteria ali se a floresta generosa lhes não acode com o palmito e o mel.</p>	<p><u>Baldo de víveres</u>, a penúria os deteria ali se a floresta generosa lhes não acode com o palmito e o mel. (p.147)</p>
<p><u>Pelo fim</u> de Outubro surgem os primeiros vestígios do povo segregado.</p>	<p><u>Em fins</u> de outubro surgem os primeiros vestígios do povo segregado. (p.147)</p>
<p>Transcorrem mais alguns dias. Súbito, à asa esquerda do Papagaio a expedição defronta <u>com</u> o primeiro nhambiquara.</p>	<p>Transcorrem mais alguns dias. Súbito, à asa esquerda do Papagaio, a expedição defronta o primeiro nhambiquara. (p.147)</p>
<p>Pela sua grandiosa significação comove à distância. [...]. <u>Sentimos uma</u> saudade lítica.</p>	<p>Pela sua grandiosa significação comove à distância. [...]. <u>Sentimo-nos tomados duma</u> saudade lítica. (p.148)</p>
<p><u>É um quadro único, esse</u>. É a Pré-história por um inexplicável milagre de conservação, surpreendida pela História em flagrante delito de sobrevivência. [...]. É o primitivo desnudo, lascador de sílex, que fugia dos derradeiros mamutes e</p>	<p><u>Que grande quadro!</u> É a Pré-história, por um inexplicável milagre de conservação, surpreendida pela História em flagrante delito de sobrevivência. [...]. É o primitivo desnudo, <u>o</u> lascador de sílex, que fugia dos derradeiros mamutes e</p>

matava renas para comer, ressurrecto de golpe <u>em face</u> do seu aperfeiçoado neto, senhor do telégrafo e do <u>obus</u> .	matava renas para comer – ressurrecto de golpe <u>aos olhos</u> do seu aperfeiçoado neto, senhor do telégrafo <u>sem fio</u> e do <u>gás asfixiante</u> . (p.148)
Rondon [...]. Viu o que ninguém jamais <u>viu</u> . A cena <u>onde</u> Roquette Pinto descreve o lance vale <u>a</u> mais bela página do romance antropológico.	Rondon [...]. Viu o que ninguém jamais <u>vira</u> . A cena <u>em que</u> Roquette Pinto descreve o lance vale <u>pela</u> mais bela página do romance antropológico. (p.148)
Em dado momento Rondon lobriga um vulto <u>no</u> meio de um cerrado.	Em dado momento Rondon lobriga um vulto <u>em</u> meio de um cerrado. (p.148)
Traz arco e flechas <u>nas mãos</u> , machado de pedra, e cesta às costas.	Traz arco e flechas, machado de pedra <u>nas mãos</u> e cesta às costas. (p.148)
<u>Descobre</u> uma colméia no oco dum pau.	<u>Encontra</u> uma colméia no oco dum pau. (p.149)
O homem nu aproxima-se, examina-a, descobre-lhe a entrada e prepara-se para <u>a extração</u> . Larga em terra as armas e com o machado de cabo curto corta a madeira até que pela abertura possa entrar a <u>sua</u> munheca. Toma, então, da cesta, ajeita-a, e enche-a com os favos roubados.	O homem nu aproxima-se, examina-a, descobre-lhe a entrada e prepara-se para <u>extrair o mel</u> . Larga em terra as armas e com o machado de cabo curto corta a madeira até que pela abertura possa entrar a munheca. Toma então da cesta, ajeita-a, e enche-a com os favos roubados. (p.149)
Aqui o rumor distante dos foiceiros na faina do picadão <u>surpreende-o</u> .	Aqui o rumor distante dos foiceiros na faina do picadão <u>o surpreende</u> . (p.149)
O índio entrapara. Apura os ouvidos. E com a apreensão denunciada nos olhos, recolhe as armas e desaparece...	O índio entrapara. Apura os ouvidos e, com a apreensão denunciada nos olhos, recolhe as armas e desaparece... (p.149)

<p>É só isto, mas quanta beleza <u>nesta cena!</u></p>	<p>É só isto – mas quanta beleza <u>nisto!</u> (p.149)</p>
<p>Esta mesma impressão que teve Rondon gozou-a Roquette Pinto, mais tarde. Incumbido <u>duma missão científica pelo Museu Nacional pôs-se o eminente professor com</u> rumo para lá, seguindo as pegadas do grande sertanista. E após um mês de jornada, <u>alta</u> noite... Contemos o fato com suas próprias palavras. [...].</p>	<p>Esta mesma impressão que teve Rondon gozou-a Roquette Pinto mais tarde. Incumbido <u>pelo Museu Nacional dum missão científica</u>, pôs-se <u>de</u> rumo para lá, seguindo as pegadas do grande sertanista. E após um mês de jornada, <u>certa</u> noite... Contemos o fato com suas próprias palavras. (p.149)</p>
<p>De fato, a <u>presença</u> de um núcleo de primitivos como este dos Nhambiquaras é de molde a semear pontos de interrogação na cabeça dos sábios. Se é uma verdade o povoamento da América pelo extravasamento do ancestral mongol através da ponte alêutica, em nenhuma zona <u>ele se enquistou com tanto</u> aferro ao cascão original. <u>Isolado</u> dos vizinhos seguiu uma evolução própria, não denunciativa de influências estranhas. Dialeto especial, [...], nenhum conhecimento dos animais domésticos e da navegação, doenças próprias desconhecidas em outras paragens, arte ornamental plumária apenas em início, reminiscências <u>próximas</u> do período antropofágico, religiosidade, inda no estágio de feiticismo panteísta, e começos de <u>astrolatria</u> – tudo nele denuncia um</p>	<p>De fato, a <u>sobrevivência</u> de um núcleo de primitivos como este dos Nhambiquaras é de molde a semear pontos de interrogação na cabeça dos sábios. Se é uma verdade o povoamento da América pelo extravasamento do ancestral mongol através da ponte alêutica, em nenhuma zona <u>como ali ele se enquistou com mais</u> aferro ao cascão original. <u>Isolando-se</u> dos vizinhos, seguiu uma evolução própria, não denunciativa de influências estranhas. Dialeto especial, [...], nenhum conhecimento dos animais domésticos e da navegação, <u>moradia armada com folhagens</u>, doenças próprias desconhecidas em outras paragens, arte ornamental plumária apenas em início, reminiscências do período antropofágico, religiosidade, inda no estágio de feiticismo panteísta, começos de <u>astrologia</u> – tudo nele <u>revela</u></p>

<p>primórdio de cultura difícil de harmonizar com as teorias assentes quanto ao nosso aborígenismo.</p>	<p>um primórdio de cultura difícil de harmonizar com as teorias assentes quanto ao nosso aborígenismo. (p.151)</p>
<p>A origem litorânea do grupo Ge-Botocudo, ao qual se filiam os Nhambiquaras, periclita. Como admitir a hipótese de um ramo sem as qualidades e <u>as</u> características da árvore mãe? Se admitirmos a sua filiação, ao grupo Nu-Aruak, como conceber que, <u>emigrados</u> do Norte com um determinado grau de cultura, esse núcleo descido para Sul, e fixado no chapadão demonstre uma cultura inferior e tantas diversidades de variada ordem? O conhecimento dos Nhambiquaras veio restabelecer os X X de muitos problemas já solvidos. É <u>preciso</u> refazer toda a arquitetura da etnologia americana a fim de harmonizá-la com o fato novo que pelo encontro destes índios, Roquette põe em foco. <u>E</u> para base de estudos <u>ele lança</u>, a laia de conclusão, esta afirmativa que <u>deixa</u> indiferente o país mas fará remexer na cova <u>os ossos dos</u> numerosos sábios que ferveram os miolos nos estudos da nossa etnologia: “Foi no grande planalto do Brasil que se processou o trabalho da diferenciação étnica sul-americana”.</p>	<p>A origem litorânea do grupo Ge-Botocudo, ao qual se filiam os Nhambiquaras, periclita. Como admitir a hipótese de um ramo sem as qualidades características da árvore mãe? Se admitirmos a sua filiação ao grupo Nu-Aruak, como conceber que, <u>emigrado</u> do Norte com um determinado grau de cultura, esse núcleo descido para <u>o</u> Sul e fixado no chapadão demonstre uma cultura inferior e tantas diversidades de variada ordem?</p> <p>O conhecimento dos Nhambiquaras veio restabelecer os <u>xx</u> de muitos problemas já solvidos. É <u>forçoso</u> refazer toda a arquitetura da etnologia americana a fim de harmonizá-la com o fato novo que pelo encontro destes índios Roquette põe em foco. Para base de estudos <u>lança ele</u> à laia de conclusão esta afirmativa que <u>deixará</u> indiferente o país mas fará remexer na cova os numerosos sábios que ferveram os miolos nos estudos da nossa etnologia: “Foi no grande planalto do Brasil que se processou o trabalho da diferenciação étnica sul-americana”. (p.151)</p>
<p><u>O livro de Roquette Pinto é o mais</u></p>	

interessante estudo publicado por um patricio sobre um tema que até aqui interessou muito mais aos estrangeiros do que a nós. Francamente, nós temos coisas muito mais sérias do que isto de ciência, esta maçada de raças autóctones e Gês e Nu-Aruaks. Temos, por exemplo, o estudo comparativo dos cem mil instantâneos fotográficos publicados pelas nossas revistas ilustradas onde se fixam as atitudes atuais, os sorrisos, os gestos, as passadas, as caretas do paredros Gês e dos estadistas Nus. Não nos sobra tempo para estudo dos outros, dos que trazem tanga. Apesar disso, nos momentinhos de folga que a Instantâneographin Comparada nos concede, é possível darmos nosso quarto de hora de atenção à obra deveras notável do emérito professor do Museu Nacional. Pela forma fragmentaria de notas, pela amenidade da forma, pelo entregachamento de observações pitorescas relativas à paisagem, e aos incidentes da viagem, esse livro consagra um sábio e jeitoso processo de fazer ciência para Eloés. A ciência bem dosada nas “pink-pills” é ingerida sem que o percebamos. Arrastados pela parte anedótica vamos a boiar pela corrente do livro, com os olhos distraídos pelos quadros marginais e com o espírito alerta e alegre pelos “casos” e retratos, e observações psicológicas com que o autor

Não consta.

Não consta.

<p><u>entremeia e disfarça a aridez do estudo etnológico.</u></p>	
<p><u>O dr. Roquette Pinto é eminentemente compreensivo. Sabe fazer livros como os precisamos, livros que nos inculcam ciência “malgénous”.</u></p>	<p>Não consta.</p>
<p><u>Se para finalizar dissermos do elemento sedutor que a sua simpatia pessoal sabe defluir no estilo, teremos feito o elogio completo da sua excelente Rondônia. E restará apenas estranhar o critério editorial do governo. Foi o governo o editor do livro, mas ao contrário de todos os outros editores, não o pôs à venda. Publicou-o para guardá-lo a sete chaves nos arquivos, donde os amigos filam alguns exemplares e o resto o caruncho comerá. Em matéria de publicidade é um critério perfeitamente Ge. Critério falso, mas, concorde-se, riquíssimo de cor local.</u></p>	<p>Não consta.</p> <p>Não consta.</p>

Cotejo 25

Jornal: “O problema do saneamento – Início da ação I” (12/05/1918)

Livro: “Início de ação” (*Problema vital*)

Jornal: “O problema do saneamento – Início da ação I”	Livro: “Início de ação” (<i>Problema vital</i>)
<p>Idéias há que ferem fundo <u>a psíquica humana</u>, e <u>propagam-se</u> com tal rapidez, coligem tal número de adeptos, explicam com tal lucidez <u>inúmeros</u> fenômenos desnorteadores, <u>impõem-se com tal prestígio</u> que, ainda em meios de opinião rarefeita como o nosso, passam rapidamente da fase estática para a dinâmica. Fazem-se força e levam de roldão todos <u>os</u> obstáculos. [...]. Bastou que a ciência experimental, após a série de instantâneos cruéis que o diário de viagem de Arthur Neiva lhe pôs diante dos olhos, propalasse a opinião do microscópio, e esta fornecesse à parasitologia <u>os</u> elementos para <u>as suas</u> definitivas conclusões, bastou isso para que o problema brasileiro se visse pela primeira vez, enfocado <u>debaixo dum</u> feixe de luz rutilante. [...]. Dest’arte, <u>coincide</u> a lição científica, que afirma ser doença, [...].</p>	<p>Idéias há que ferem fundo e <u>se propagam</u> com tal rapidez, coligem tal número de adeptos, explicam com tal lucidez <u>tantos</u> fenômenos desnorteadores que, ainda em meios de opinião rarefeita como o nosso, passam rapidamente da fase estática para a dinâmica. Fazem-se força e levam de roldão todos <u>os</u> obstáculos.</p> <p>[...].</p> <p>Bastou que a ciência experimental, após a série de instantâneos cruéis que o diário de viagem de Arthur Neiva e <u>Belisário Pena</u> lhe pôs diante dos olhos, propalasse a opinião do microscópio, e esta fornecesse à parasitologia elementos para definitivas conclusões, bastou isso para que o problema brasileiro se visse, pela primeira vez, enfocado <u>sob</u> um feixe de luz rutilante. [...]</p> <p>[...].</p> <p>Dest’arte, <u>coincidirá</u> a lição científica, que afirma ser doença, [...]. (p.297)</p>
<p>Esta corrente, entretanto, encontra ainda objetores. <u>E de vários matizes</u>. Há os</p>	<p>Esta corrente, entretanto, encontra ainda objetores <u>de vários matizes</u>.</p>

<p>que negam o nosso estado caquético e vogam ainda, felizes, em pleno mar de <u>ufanias</u>. Retardatários, amigos da fachada, trazem <u>cinquenta</u> anos de <u>atraso</u> nos miolos, estão <u>convictos</u> de que Peri arrancou a palmeira e de que os caboclos são outros tantos Peris de camisa aberta ao ao peito. <u>Emolduram-se no quadro clínico da pusatilia, mas salva-os a boa fé.</u></p>	<p>Há os que negam o nosso estado caquético e vogam ainda, felizes, em pleno mar de <u>ilusões</u>. Retardatários, amigos da fachada, trazem <u>cem</u> anos de <u>retórica</u> nos miolos, estão <u>convencidos</u> de que Peri arrancou a palmeira e de que os caboclos são outros tantos Peris de camisa aberta ao peito. <u>Salva-os a boa fé.</u> (p.298)</p>
<p>Ao lado destes [...]. Em vez de contrabaterem idéias com argumentos, estes triatomas mordiscam furiosos nas pessoas. <u>Incidem no quadro clínico da beladona. Entram em sua composição três partes de Acácio em alcoolatura do Mr. Homais, de Flaubert. Poção evidentemente inócua. Não obstante, quem inventasse o pó da Pérsia que eles reclamam prestaria um bom serviço à gente séria.</u></p>	<p>Ao lado destes [...]. Em vez de contrabaterem idéias com argumentos, estes triatomas mordiscam furiosos nas pessoas, <u>e contestam por negação.</u> (p.298)</p>
<p>Há ainda os cansados de esperar, e por isso desesperançados <u>até</u> da ação construtora da ciência. <u>A estes os fatos convencerão, e para honra nossa já existem fatos.</u></p>	<p>Há ainda os cansados de esperar e por isso desesperançados de tudo, <u>inclusive</u> da ação construtora da ciência. <u>Para todos eles só existe uma réplica: fatos.</u> (p.298)</p>
<p>O governo paulista em hora feliz de inspiração, pôs de parte <u>as</u> mesquinhas injunções políticas e <u>em vez de nomear, como é praxe, um genro</u> para superintender no serviço de higiene, escolheu uma competência.</p>	<p>O governo paulista, em hora feliz de inspiração pôs de parte mesquinhas injunções políticas e para superintender no serviço de higiene escolheu uma competência. (p.298)</p>

<p>Arthur Neiva, cientista no rigor <u>da expressão</u>, filho de Manguinhos e discípulo dileto de Oswaldo Cruz, distinguira-se por tal capacidade de trabalho e tão superior visão que <u>logo</u>, na frase de C. Seidi, <u>tornou-se</u> um homem disputado.</p>	<p>Arthur Neiva, cientista no rigor <u>do vocábulo</u>, filho de Manguinhos e discípulo dileto de Oswaldo Cruz, distinguira-se por tal capacidade de trabalho e tão superior visão que, na frase de Carlos Seidi, <u>se tornou logo</u> um homem disputado. (p.298)</p>
<p>Após a campanha [...], a sua figura acrescentou-se dum relevo <u>por tal forma</u> brilhante que a República Argentina, esquecendo <u>a velha turra</u>, <u>disputou-o a Manguinhos</u>, <u>a fim de</u> organizar a seção de zoologia médica no primeiro instituto científico do país.</p>	<p>Após a campanha [...], a sua figura acrescentou-se dum relevo <u>tão</u> brilhante que a República Argentina, esquecendo <u>velhas turras</u>, <u>o tirou de Manguinhos para</u> organizar a seção de zoologia médica no primeiro instituto científico do país. (p.299)</p>
<p>Lá, findo o contrato, o homem disputado <u>o foi</u> novamente pela Argentina, [...].</p>	<p>Lá, findo o contrato, <u>foi</u> o homem disputado novamente, pela Argentina, [...]. (p.299)</p>
<p>S. Paulo, compreendeu a necessidade de ainda neste pormenor conservar o papel de locomotiva [...].</p>	<p>S. Paulo, compreendeu a necessidade de ainda neste pormenor conservar o <u>seu</u> papel de locomotiva [...]. (p.299)</p>
<p>A ação de Arthur Neiva [...]. Quem correr os olhos <u>sobre ele</u> verá como combate sistemático às endemias que nos deprimem <u>foi organizado ali</u> com a segurança de quem possui elementos experimentais sobre o assunto. <u>É de absoluta justiça reconhece-lo</u>: [...]. A campanha foi iniciada, não com a latitude que <u>é</u> mister, <u>mas</u> restrita <u>pela</u></p>	<p>A ação de Arthur Neiva [...]. Quem correr <u>por ele</u> os olhos verá como <u>o</u> combate sistemático às endemias que nos deprimem <u>foi ali organizado</u> com a segurança de quem <u>está senhor do assunto</u>. Enquanto no Rio [...]. A campanha foi iniciada, não com a latitude que <u>era</u> mister, <u>porque está</u> restrita <u>à</u> parcimoniosa dotação que o Congresso atribui à higiene;</p>

<p>parcimoniosa dotação que o Congresso atribui à higiene.</p> <p>Todavia, foi iniciada.</p>	<p>todavia, foi iniciada e esse passo é <u>gigantesco</u>. (p.300)</p>
<p>Nossos governantes [...]. Alegam aperturas financeiras e restringem <u>ao mínimo</u> as verbas destinadas à higiene. No dia, porém, <u>em que arraigar-se, pela demonstração inofismável dos fatos</u>, a convicção de que o dinheiro despendido no restabelecimento da saúde do povo [...].</p>	<p>Nossos governantes [...]. Alegam aperturas financeiras e restringem as verbas destinadas à higiene. No dia, porém, <u>em que pela demonstração inofismável dos fatos, arraigar-se</u> a convicção de que o dinheiro despendido no restabelecimento da saúde do povo [...]. (p.300)</p>
<p>O povo clama ao ver <u>o</u> seu dinheiro escoar-se em aplicações <u>desonestamente improdutíveis</u>, [...].</p>	<p>O povo clama ao ver seu dinheiro escoar-se em aplicações <u>desonestas ou improdutivas improdutíveis</u>, [...]. (p.300)</p>
<p>A epidemia foi <u>jugulada</u>, e a endemia extinta <u>com a</u> supressão de todos os viveiros [...].</p>	<p>A epidemia foi <u>julgada</u> e a endemia extinta, <u>pela</u> supressão de todos os viveiros [...]. (p.301)</p>
<p>Aqui há uma nota a fazer. O saneamento exige como condição fundamental de eficiência a conservação <u>rigorosa</u> dos serviços feitos. [...]. Se um serviço [...], e alapado nas covas escuras <u>duma chocarreira</u> noite cerebral reedita as velhas pilhérias da campanha carioca contra Oswaldo Cruz.</p>	<p>Aqui há uma nota a fazer.</p> <p>O saneamento exige como condição fundamental de eficiência a conservação dos serviços feitos. [...].</p> <p>Se um serviço [...]. Não pode de maneira nenhuma [...], e <u>que</u> alapado nas covas escuras <u>duma</u> noite cerebral <u>sem estrelas</u> reedita as velhas pilhérias da campanha carioca contra Oswaldo Cruz. (p.301)</p>
<p><u>Se, por exemplo, algum “médico físico</u></p>	<p>Não consta.</p>

<p><u>espontâneo” vai à Vila Americana, e lá, em comício na praça, convence ao prefeito de que é mister “metralhar o livro, bandeira de morte, de Belisário Pena – Saneamento do Brasil”, e se esse prefeito desfaz pelo desleixo todo o serviço de terra realizado pela comissão sanitária, um enorme dispêndio de esforço e dinheiro estará irremediavelmente perdido. Entretanto, pela conservação rigorosa dessa obra, a Vila irá restituindo rapidamente aos cofres públicos, por meios indiretos, o que deles saiu para empatar-se lá.</u></p>	
<p>Adotado com o preciso rigor [...], o número <u>deles</u> crescerá pela persistência da obra, e no correr de alguns anos o oásis será todo S. Paulo. <u>Porque nós cremos na possibilidade de salvar-se S. Paulo com a mesma convicção que não cremos na possibilidade de acontecer o mesmo à maior parte do resto do país, ao Norte sobretudo.</u></p>	<p>Adotado com preciso rigor [...], o número <u>desses oásis</u> crescerá pela persistência da obra: e no correr de alguns anos o oásis será todo S. Paulo. <u>E será um dia o Brasil inteiro...</u> (p.302)</p>
<p><u>O Brasil por lá desandou demais, desandou fora de toda a conta e medida.</u></p> <p><u>No Pará já aconteceu nesta coisa inconcebível: os empregos do Museu Goeldi, esfaimados pelo calote oficial comeram um belo dia o famoso pirarucu, que era a maior curiosidade do museu. Outros apetites, vendo aquilo, surgiram, e</u></p>	<p>Não consta.</p>

<p><u>mais vorazes ainda, devoraram o resto. É fato virgem no mundo, o Museu Goeld desapareceu da face da terra pela via digestiva das piranhas humanas. Ora, é lá possível crer em movimentos saneadores em zonas onde um fato como este é nada diante de outros bem mais sugestivos?</u></p>	<p>Não consta.</p>
--	---------------------------

Cotejo 26

Jornal: “O problema do saneamento – Iguape II” (15/05/1918)

Livro: “Iguape” (*Problema vital*)

Jornal: “O problema do saneamento – Iguape II” (15/05/1918)	Livro: “Iguape” (<i>Problema vital</i>)
<p>Quem, [...], e atribui esta campanha do saneamento a mil e um moveis, <u>fora</u> ao único real, desejo ou ânsia [...]. Vá a Iguape que <u>dali</u> voltará apóstolo.</p>	<p>Quem, [...], e atribui esta campanha do saneamento a mil e um moveis, <u>menos</u> ao único real, desejo ou ânsia [...]. <u>Que</u> vá a Iguape que <u>de lá</u> voltará apóstolo. (p.303)</p>
<p>Iguape lhe porá ante os olhos, em <u>eloquentíssimo</u> epítome, [...].</p>	<p>Iguape lhe porá ante os olhos, em <u>eloqüente</u> epítome, [...]. (p.303)</p>
<p>Descontadas [...]. [...]. Tudo lento [...]; a lavoura incapaz de criar <u>riqueza</u> [...].</p>	<p>Descontadas [...]. Marasmo [...]. [...]. O comércio, [...]; a lavoura incapaz de criar <u>riquezas</u> [...]. (p.303)</p>
<p>Vida intelectual [...]. Impenetrabilidade ao progresso [...] e defende a rigidez [...]. O cérebro humano não dá <u>aí</u> a impressão da máquina maravilhosa que é; parece antes um cemitério, paul <u>viscoso</u> onde as idéias se empegam, languescem e morrem <u>“enlizéés”</u>.</p>	<p>Vida intelectual [...]. Impenetrabilidade ao progresso [...] e <u>lhe</u> defende a rigidez [...]. O cérebro humano não dá <u>ali</u> a impressão da máquina maravilhosa que é; parece antes um cemitério, <u>um</u> paul, onde as idéias se empegam, languescem e morrem <u>asfixiadas</u>. (p.303-304)</p>
<p>O povo, triste e mazorro, sem vibração, indiferente a tudo, <u>insensível até ao acicate da guerra</u>. Povo que não ri, não brinca, não canta, não dança, - desconfiado e</p>	<p>O povo, triste e mazorro, sem vibração, indiferente a tudo. Povo que não ri, não brinca, não canta, não dança, - desconfiado e <u>sorna</u>. (p.304)</p>

<u>sorníssimo</u> .	
Quando, por força da imaginativa, evocamos uma cidadezinha norte-americana <u>ou argentina</u> , estuante de vitalidade, e a comparamos a uma nossa correspondente em população, constringe-nos a garganta um <u>soluço</u> de desespero.	Quando, por força da imaginativa, evocamos uma cidadezinha norte-americana estuante de vitalidade, e a comparamos a uma nossa correspondente em população, constringe-nos a garganta um <u>nó</u> de desespero. (p.304)
Não dêem [...]. Conduzindo-nos [...] ela nos fará estas tremendas <u>revelações</u> .	Não dêem [...]. Conduzindo-nos [...] ela nos fará estas tremendas <u>confissões</u> . (p.304)
Só o ancilóstomo, essa praga tão grande que moveu <u>à comiseração</u> Rockefeller, e o levou a organizar no mundo inteiro uma campanha contra <u>ele</u> , [...].	Só o ancilóstomo, essa praga tão grande que moveu <u>a piedade de</u> Rockefeller e o levou a organizar no mundo inteiro uma campanha contra, [...]. (p.305)
Imagine-se [...]. [...]. O pai dessa pobre criatura já foi um <u>avariado</u> , [...]. E por sua vez <u>ela</u> transmitirá ao filho a má herança [...] consecutiva à continuação do trabalho do verme <u>no</u> seu organismo.	Imagine-se [...]. [...]. O pai dessa pobre criatura já foi um <u>bichado</u> , [...]. E por sua vez transmitirá ao filho a má herança [...] consecutiva à continuação do trabalho do verme <u>em</u> seu organismo. (p.305)
Isto explica o <u>como e o porquê</u> dos Fernão Dias Paes Leme de outrora, [...]. [...] e agravado dia <u>para</u> dia.	Isto explica o <u>porque e como</u> dos Fernão Dias Paes Leme de outrora, [...]. [...] e agravado dia <u>a</u> dia. (p.306)
Examinando-lhes o sangue [...], senão um soro <u>amarelento</u> .	Examinando-lhes o sangue [...], senão um <u>aguado</u> soro. (p.306)

<p>Eis o estado [...], feitas as exclusões <u>mencionadas</u>.</p>	<p>Eis o estado [...], feitas as <u>devidas</u> exclusões. (p.306)</p>
<p>Já o <u>disse</u> e <u>repito</u>: [...]. [...]. Graças à orientação [...] não só a nossa capacidade científica, como também a organizadora.</p>	<p>Já o <u>dissemos</u> e <u>repetimos</u> : [...]. [...]. Graças à orientação [...] não só a nossa capacidade científica, como também a <u>nossa capacidade</u> organizadora. (p.306)</p>
<p>Iniciada em Dezembro, sob as ordens <u>do dr. Melchiades Junqueira</u>, [...] foi logo com superior critério executada da seguinte maneira.</p>	<p>Iniciada em dezembro, sob as ordens <u>de Melchiades Junqueira</u>, [...] foi <u>com superior critério</u> executada da seguinte maneira. (p.306-307)</p>
<p>Recenseou-se a cidade [...]. [...]. Parece impossível que a imbecilidade atinja tais altitudes, mas atinge.</p>	<p>Recenseou-se a cidade [...]. [...]. Parece impossível que a imbecilidade <u>humana</u> atinja tais altitudes, mas atinge... (p.307)</p>
<p>Começou o trabalho medicativo. Um a um, todos fiscalizados pela comissão, receberam a dose <u>requerida</u> do anti-helmíntico. [...]. Em Junho conta a comissão <u>ter concluídos</u> os seus serviços. <u>Iguape, a cidade inteira, e grande número de roceiros que acudiram ao apelo</u>, Iguape estará por esse tempo liberta da endemia atrofante.</p>	<p><u>E</u> começou o trabalho medicativo. Um a um, todos, fiscalizados pela comissão, receberam a dose anti-helmíntico <u>requerido</u>. [...]. Em junho conta a comissão <u>concluir</u> os seus serviços e Iguape estará por esse tempo liberta da endemia atrofante. (p.307)</p>
<p>Se juntarmos a isso a instituição da fossa obrigatória, que a comissão impôs à cidade, e a campanha anti-malárica conduzida com extremo rigor</p>	<p>Se juntarmos a isso a instituição da fossa obrigatória, que a comissão impôs à cidade, e <u>também</u> a campanha anti-malárica conduzida com extremo rigor</p>

<p><u>paralelamente à anti-vérmica, - tratamento pela quina dos maleitosos e serviços de extinção de focos, aterros, roçadas, drenos, etc., e levada a cabo com tanta segurança que já não surgem casos novos de impaludismo, não é arrojo dizer que Iguape será a primeira cidade do Brasil onde se <u>fará</u> uma obra completa de saneamento.</u></p>	<p>paralelamente à anti-vérmica, não é arrojo dizer que Iguape será a primeira cidade do Brasil onde se <u>terá feito</u> uma obra completa de saneamento. (p.307)</p>
<p>Até aqui [...]; campanha completa como <u>esta</u>, não há caso de segunda. O trabalho é integral. <u>Na ação rockfelliana, a guerra é declarada apenas contra o ancilóstomo, os demais vermes são postos de lado.</u></p> <p><u>Na de Iguape não se abrem privilégios dessa ordem poupando a vida a parasitos de tanta letalidade como o ancilóstomo, e além disso fere-se de frente com igual energia o Moloch malárico.</u></p> <p><u>Temos o vezo doentio de malsinar o nosso para realce do alheio. Fugindo a ele, arrastados pela evidência e premidos pela justiça, hemos de confessar que a ação de Iguape, sobre modelar reúne a maior economia à mais alta eficiência. Se houver procura de um paradigma para norteio de ações futuras é ali que hão de procurá-lo. O método Melchiades, consistente em não espaçar como é de praxe, a dose de timol e da-la de uma só vez, em bloco, sem perigo de nenhuma conseqüência má, permite</u></p>	<p>Até aqui [...]; campanha completa como essa, <u>contra endemias</u>, não há caso de segunda. (p.308)</p> <p>Não consta.</p>

<p><u>reduzir grandemente o trabalho e também encurtar a duração da refrega. Merece ampla divulgação.</u></p>	
<p>Dest'arte [...], e forem conduzidas com o <u>mesmo</u> espírito de sistematização prática, [...]. Cunha de progresso que já ele é, [...]. E este, arrastado, curar-se-á, caso, <u>como nos refratários de Iguape, não ache mais simples morrer de lazeira, o que não é crível.</u></p>	<p>Dest'arte [...], e forem conduzidas com espírito de sistematização prática, [...]. Cunha de progresso que já é <u>S. Paulo</u>, [...]. E este, arrastado, curar-se-á – caso <u>não ache mais simples morrer de lazeira como os refratários Iguape.</u> (p.308)</p>
<p>Os resultados [...]. [...]. Opilados [...] pelo simples fato de <u>libertarem-se</u> do ancilóstomo verificaram [...].</p>	<p>Os resultados [...]. Mesmo assim [...]. Opilados [...], pelo simples fato de <u>se libertarem</u> do ancilóstomo verificaram [...]. (p.308)</p>
<p>Fato mais eloqüente não há. Por ele [...], <u>revigorizante</u> da vontade e <u>desmodorrante</u> das faculdades adormecidas.</p>	<p>Fato mais eloqüente não há. Por ele [...], <u>revigorizantes</u> da vontade e <u>desmodorrantes</u> das faculdades adormecidas. (p.308)</p>
<p><u>Este cálculo está</u> por fazer: a cura dos três mil verminados de Iguape quanto representará de energia humana restituída ao país? <u>Se fosse possível reduzir a expressões numéricas este problema, que argumento maravilhoso para atirar contra Le Bon!</u></p>	<p><u>Eis um</u> cálculo por fazer: a cura dos três mil verminados de Iguape quanto representará de energia humana restituída ao país? Não consta. (p.309)</p>
<p>Serviço idêntico [...]. [...]. De fato é assim, e já hoje ninguém deterá a obra formidável de saneamento, ora em início. <u>Nem a campanha de rua da “medicina</u></p>	<p>Serviço idêntico [...]. Um aforismo [...]. De fato é assim, e já hoje ninguém deterá a obra formidável de saneamento ora em início. Não consta.</p>

<u>físico-espontânea” nem o fincão</u> <u>maledicente dos que possuem a verminose</u> <u>localizada no cérebro.</u>	(p.309)
---	---------

Cotejo 27

Jornal: “Saneamento e higiene – As novas possibilidades das zonas cálidas” (03/06/1918)

Livro: “As grandes possibilidades dos países quentes ” (*Problema vital*)

<p>Jornal: “Saneamento e higiene – As novas possibilidades das zonas cálidas” (03/06/1918)</p>	<p>Livro: “As grandes possibilidades dos países quentes ” (<i>Problema vital</i>)</p>
<p>A questão da degenerescência [...] – engenhosas, tanto quanto vulneráveis às <u>zagaias</u> de objeção.</p>	<p>A questão da degenerescência [...] – engenhosas, tanto quanto vulneráveis às <u>flechas</u> de objeção. (p.321)</p>
<p>Foi mister que um dos ramos mais novos da ciência, a parasitologia, <u>adquirisse</u> o vulto apresentado hoje, para que o X de mais esse problema fosse expungido de vez.</p>	<p>Foi mister que um dos ramos mais novos da ciência, a parasitologia, <u>ganhasse</u> o vulto apresentado hoje, para que o xis de mais esse problema fosse expungido de vez. (p.321)</p>
<p>De fato, [...] ressalta o contraste entre o surto pletórico da vida em todas as suas manifestações <u>com</u> o tremendo parêntesis de exceção aberto pelo homem.</p>	<p>De fato, [...] ressalta o contraste entre o surto pletórico da vida em todas as suas manifestações <u>e</u> o tremendo parêntesis de exceção aberto pelo homem. (p.321)</p>
<p>É na região do calor [...]. Na América vemos o jaguar mosqueado, que semeia o pavor nas <u>léguas</u> onde <u>imper</u>a a lei da sua fome, e nas ilhas da Sonda, a pantera de graciosos movimentos. É nas terras do sol que <u>trota</u> o elefante, monstruoso prosbocida, senhor da força máxima e da máxima inteligência <u>do mundo</u> irracional.</p>	<p>É na região do calor [...]. Na América vemos o jaguar mosqueado, que semeia o pavor nas <u>regiões</u> onde <u>vige</u> a lei da sua fome, e nas ilhas da Sonda, a pantera de graciosos movimentos. É nas terras do sol que <u>trombeteia</u> o elefante, monstruoso prosbocida, senhor da força máxima e da máxima inteligência irracional. (p.322)</p>

<p>No gênero piteco é a região equatorial que apresenta o solitário gorila, hercúleo, ferocíssimo, <u>lembrando um troglodita ressurrecto pelo atavismo, nas florestas da Sumatra, como lembrete vivo da nossa prosápia – “memento homo quia simius est.”</u></p>	<p>No gênero piteco é a região equatorial que apresenta o solitário gorila, hercúleo, ferocíssimo. (p.322) Não consta.</p>
<p>Na <u>Guiné</u> os maiores orangos passeiam em grupo, graves como diplomatas <u>de alto coturno.</u></p>	<p>Na <u>Sumatra</u> os maiores orangos passeiam em grupo, graves como diplomatas <u>do Itamarati.</u> (p.322)</p>
<p>O maior dos marsupiais é na <u>quente</u> Austrália que habita, o canguru. É nos rios das terras quentes que mergulham os maiores sáurios. O crocodilo do Nilo atinge lá seis metros de comprimento e dá tal impressão de força que os antigos egípcios o <u>erigiram</u> à categoria de animal sagrado. O gavial indiano, lagartão de nove metros de <u>comprimento</u>, é o maior da espécie: tala os peixes do Ganges e pega búfalos que vem beber às margens.</p>	<p>O maior dos marsupiais é na Austrália que habita, o canguru. <u>E</u> é nos rios das terras quentes que mergulham os maiores sáurios. O crocodilo do Nilo atinge lá seis metros de comprimento e dá tal impressão de força que os antigos egípcios o <u>ergueram</u> à categoria de animal sagrado. O gavial indiano, lagartão de nove metros de <u>comprido</u>, é o maior da espécie: tala os peixes do Ganges e pega búfalos que vem beber às margens. (p.322)</p>
<p>Se volvemos o olhar para os ruminantes vemo-los ascenderem às formas mais altas sempre na <u>faixa</u> diletta do sol. O camelo, a girafa, o búfalo são filhos <u>dela</u>, os solípedes, cavalo e zebra, nela é que <u>evoluíram.</u></p>	<p>Se volvemos o olhar para os ruminantes vemo-los ascenderem às formas mais altas sempre na <u>zona</u> diletta do sol. O camelo, a girafa, o búfalo são <u>seus</u> filhos. Os solípedes, cavalo e zebra, nela é que <u>se desenvolveram.</u> (p.323)</p>

<p>Não abre exceção [...]: “Em bando fazem tal bulha que um destacamento de soldados <u>assustou-se</u> um dia a ponto de fugir, cuidando ser o estrondo da artilharia inimiga”. [...]. Mas que sobrepujam em tamanho e berram mais alto que as suas irmãs das zonas frias, isso é fato, e <u>bastanos</u>.</p>	<p>Não abre exceção [...]: “Em bando fazem tal bulha que um destacamento de soldados <u>se assustou</u> um dia a ponto de fugir, cuidando ser o estrondo da artilharia inimiga”. [...]. Mas que sobrepujam em tamanho e berram mais alto que as suas irmãs das zonas frias, isso é fato, e <u>nos</u> basta. (p.323)</p>
<p>Nas aves [...]. A maior delas, o avestruz, tem resistência capaz de sustentar montado no cangote um homem.</p>	<p>Nas aves [...]. A maior delas, o avestruz, tem resistência capaz de sustentar, montado no <u>seu</u> cangote, um homem. (p.323)</p>
<p>Se do reino animal [...]. [...] Foi ao avistar-se com a imperial, no Rio, que Darwin, esmagado pela majestade daquele fuste flabelado no tope, caiu de joelhos murmurando: [...].</p>	<p>Se do reino animal [...]. A palmeira [...]. [...] Foi ao avistar-se com a <u>palmeira</u> imperial, no Rio, que Darwin, esmagado pela majestade daquele fuste flabelado no tope, caiu de joelhos murmurando: [...]. (p.323-324)</p>
<p>Não teria fim esta enumeração de primazias. <u>Basta ao nosso intento</u> o punhado de glórias biológicas aqui apontadas.</p>	<p>Não teria fim esta enumeração de primazias. <u>Mas ao nosso intento basta</u> o punhado de glórias biológicas aqui apontadas. (p.324)</p>
<p>O homem, [...]. [...] O regime alimentar, [...], tudo, enfim, que a palavra civilização enfeixa, <u>são</u>, biologicamente, <u>transvios destruidores</u> da defesa natural do organismo. Cessada a função ou desviada da trilha natural, o <u>órgão</u> enfraquece e reage com fraco vigor contra os assaltos</p>	<p>O homem, [...]. [...] O regime alimentar, [...], tudo, enfim, que a palavra civilização enfeixa, <u>é</u>, biologicamente, <u>transvio – e transvio destruidor</u> da defesa natural do <u>corpo</u>. Cessada a função ou desviada da trilha natural, o <u>organismo</u> enfraquece e reage</p>

dos inimigos.	com fraco vigor contra os assaltos dos inimigos. (p.325)
Por força [...]. O mundo dos micro-organismos não alça o colo, o parasitismo é quase nulo.	Por força [...]. O mundo dos micro-organismos não alça o colo, <u>onde</u> o parasitismo é quase nulo. (p.326)
Ao invés disso, [...], a vida <u>borbulha</u> num esfervilhar de mundo em formação.	Ao invés disso, [...], a vida <u>desabrocha</u> num esfervilhar de mundo em formação. (p.326)
A fauna invisível, e a fauna <u>inferior</u> dos vermes e insetos atingem proporções <u>inauditas</u> . A concorrência vital é tremenda. A guerra, a luta, a invasão, a adaptação e a evolução rápidas constituem o ambiente normal. O fraco é eliminado incontinenti.	A fauna invisível e a fauna dos vermes e insetos atingem proporções <u>desmarcadas</u> . A concorrência vital é tremenda. A guerra, a luta, a invasão, a adaptação e a evolução rápidas constituem o ambiente normal <u>em que</u> o fraco é eliminado incontinenti. (p.326)
Ora, o homem, que hoje prospera magnificamente nas zonas de vida fraca e <u>aí cria as altas civilizações</u> , ao transportar-se para o meio tropical, vê-se tomado de assalto pela legião <u>de parasitas</u> . Estes serem agridem também as altas formas de vida <u>vivedoura no meio dele</u> , mas esbarram na resistência natural fornecida pela reação imediata do organismo, e caem vencidos. No ser fraco, porém, dessorado pela civilização, a baixa animalidade encontra todas as portas abertas, nenhuma reação eficaz, e <u>fazem</u> dele hospedaria.	Ora, o homem, que hoje prospera magnificamente nas zonas de vida fraca e <u>nelas constrói</u> civilizações, ao transportar-se para o meio tropical, vê-se tomado de assalto pela legião <u>dos parasitos, e baqueia</u> . Estes serem agridem também as altas formas de vida <u>nele vigentes</u> no meio dele, mas esbarram na resistência natural fornecida pela reação imediata do organismo, e caem vencidos. No ser fraco, porém, dessorado pela civilização, a baixa animalidade encontra todas as portas abertas, nenhuma reação

	eficaz, e <u>faz</u> dele hospedaria. (p.326)
<u>Isso</u> explica porque [...].	<u>Isto</u> explica porque [...]. (p.326)
<p>Mas já não é assim hoje, por felicidade nossa. A ciência dá-nos elementos <u>de</u> modificar este estado de coisas, de modo a permitir à vida humana na zona dos trópicos um surto paralelo ao das outras formas de vida. Se <u>lhes</u> não é <u>mais</u> possível readquirir a resistência perdida, há meios de evitar os botes insidiosos do micro-organismo. [...].</p>	<p>Mas já não é assim hoje, por felicidade nossa. A ciência dá-nos elementos <u>para</u> modificar este estado de coisas, de modo a permitir à vida humana na zona dos trópicos um surto paralelo ao das outras formas de vida.</p> <p>Se <u>lhe</u> não é possível readquirir a resistência perdida, há meios de evitar os botes insidiosos do micro-organismo.</p> <p>[...].</p> <p><u>A higiene, eis o segredo da vitória.</u> (p.326-327)</p>
<p>Ela permitirá [...]. [...]. O nosso povo, transplante europeu feito em época de magros conhecimentos científicos foi invadido pela micro-vida tropical, e verminado intensamente, sem que nunca percebesse a extensão da mazela. Só agora se faz o diagnóstico seguro da doença, e surge uma orientação científica para a <u>a</u> solução do problema da nossa nacionalidade, [...]. Desfeitos todos os véus da <u>ufania</u>, livres para sempre da mentira ditirâmbica, o caminho está <u>desimpeçado</u> para a cruzada salvadora. Sanear o país deve ser a nossa obsessão de todos os momentos. É a grande fórmula do patriotismo que se não contenta com o</p>	<p>Ela permitirá [...].</p> <p>[...].</p> <p>O nosso povo, transplante europeu feito em época de magros conhecimentos científicos, foi <u>assaltado</u> pela micro-vida tropical, e verminado intensamente, sem que nunca percebesse a extensão da mazela. Só agora se faz o diagnóstico seguro da doença, e surge uma orientação científica para solução do problema da nossa nacionalidade, [...]. Desfeitos todos os véus da <u>ilusão</u>, livres para sempre da mentira ditirâmbica, o caminho está <u>desembaraçado</u> para a cruzada salvadora.</p> <p>Sanear o país deve ser, <u>pois</u>, a nossa obsessão de todos os momentos.</p>

jogo malabar do palavreado sonoro.	É a grande fórmula do patriotismo que se não contenta com o jogo malabar do palavreado sonoro. <u>E, além disso, é o último cartucho que nos resta queimar...</u> (p.327-328)
------------------------------------	--

Cotejo 28

Jornal: “Um grande artista” (16/11/1921)

Livro: “Um grande artista” (*Idéias de Jeca Tatu*)

Jornal: “Um grande artista” (16/11/1921)	Livro: “Um grande artista” (<i>Idéias de Jeca Tatu</i>)
Embora grandes, Pradilla, Benjure, Villegas, Madraso [...].	Embora grandes, Pradilla, Benjure, Villegas e Madraso [...]. (p.211)
Este fenômeno é constante, e repete-se <u>em</u> toda parte. [...]. Imita nisto o estômago dos dromedários, ruminando, <u>remoendo</u> , <u>remascando</u> o bolo alimentício dos antigos.	Este fenômeno é constante, e repete-se <u>por</u> toda parte. [...]. Imita nisto o estomago dos dromedários, ruminando, <u>remascando</u> , <u>remoendo</u> o bolo alimentício dos antigos. (p.211-212)
O grande artista que nos dá a honra de uma estadia, Cesáreo Bernaldo de Quirós, pertence a esta plêiade vanguardeira. [...]. Isso porque, libérrimo, soube desabrochar sua personalidade de escol até à máxima plenitude.	O grande artista que nos dá a honra de uma estadia <u>aqui</u> , Cesáreo Bernaldo de Quirós, pertence a esta plêiade vanguardeira. [...]. Isso porque, libérrimo, soube desabrochar <u>a</u> sua <u>fortíssima e ousadíssima</u> personalidade de escol até à máxima plenitude. (p.212)
Caracteriza- <u>se</u> como pintor a intuição agudíssima do que é a luz. [...]. No colorista predomina o senso da cor; naquele predominaria um senso mais alto, o da luz mãe da cor, o da luz momento em que <u>se funde</u> em cor.	Caracteriza- <u>o</u> como pintor a intuição agudíssima do que é a luz. [...]. No colorista predomina o senso da cor; naquele predominaria um senso mais alto, o da luz mãe da cor, o da luz <u>no</u> momento em que <u>desabrocha</u> em cor. (p.213)
A cor é como [...]. Mas a luz antes de	A cor é como [...]. Mas a luz antes de

<p>ser cor, a luz no momento do “Fiat” da cor, <u>a luz a criar a cor – o nascer da cor</u> só para uma rara organização de artista é perceptível e compreensível.</p>	<p>ser cor, a luz no momento do “fiat” da cor, <u>a luz a criar o nascer da cor</u>, só para uma rara organização de artista é perceptível e compreensível. (p.213)</p>
<p>Quirós possui este dom. [...]. A cor neles existe, não fria, não morta, não extinta, mas nascente, <u>a criar-se no milagre da luz</u>, a produzir-se na fulguração da luz.</p>	<p>Quirós possui este dom. [...]. A cor neles existe, não fria, não morta, não extinta, mas nascente, a produzir-se na fulguração da luz. (p.213)</p>
<p>A paixão de Quirós e o seu respeito pela natureza são imensos. Ele a vê [...], feita de milhares de notas que uma por uma é mister compreender.</p>	<p>A paixão de Quirós e o seu respeito pela natureza são imensos. Ele a vê [...], feita de milhares de notas que uma por uma é mister compreender <u>e apreender</u>. (p.214)</p>
<p>Vive nela, [...]. <u>Em</u> quadro onde <u>entra</u> figura merece-lhe o mesmo carinhoso estudo a criatura humana ou os estofos que a rodeiam.</p>	<p>Vive nela, [...]. <u>Num</u> quadro onde <u>entre</u> figura merece-lhe o mesmo carinhoso estudo a criatura humana ou os estofos que a rodeiam. (p.214)</p>
<p>Há, porém, [...]. Consegue-o superiormente, obtendo telas com magnífica força de síntese. <u>Pertence a esta categoria</u> “O louco”, tipo popular <u>dos campos</u> cujo desarranjo de cérebro denuncia nos mínimos detalhes, [...]. [...]. Este ritmo da loucura em seus caracteres externos o quadro o dá de modo flagrante.</p>	<p>Há, porém, [...]. Consegue-o superiormente, obtendo telas com magnífica força de síntese, como <i>O louco</i>, tipo popular cujo desarranjo de cérebro <u>se denuncia</u> nos mínimos detalhes, [...]. [...]. Este ritmo da loucura em <u>seus</u> caracteres externos o quadro o dá de modo flagrante. (p.214)</p>
<p>Ao lado desta tela [...]. [...]. No “Gaúcho” fixa-se a súpula de um tipo sub-racial, matéria-prima donde saíram</p>	<p>Ao lado desta tela [...]. [...]. No “Gaúcho” fixa-se a súpula de um tipo sub-racial, matéria-prima donde saíram</p>

heróis e bandidos, <u>Quirogas e Facundos</u> .	heróis e bandidos <u>como Facundo Quiroga</u> . (p.214-215)
Nas “Beatas” a fisionomia da primeira velhinha [...].	<u>Em</u> “Beatas” a fisionomia da primeira velhinha [...]. (p.215)
Já em “Canto de atelier”, [...]. É difícil <u>de</u> conceber-se em matéria [...].	Já em “Canto de atelier”, [...]. É difícil conceber-se em matéria [...]. (p.215)
As qualidades deste quadro se mostram em todos os mais do mesmo gênero – natureza morta que vive, interiores, recantos estofados, vasos, móveis que através da visão do <u>artista</u> revelam a poesia suave das coisas inanimadas – inanimadas para o vulgo. Vede <u>as</u> “Hortênsias”. Nunca tais flores tronejaram tão <u>de</u> rainhas como ali. Desfazem-se em um chuveiro de notas <u>crômicas</u> e emitem luz como nimbadas de uma aura – a maravilhosa aura das hortênsias. [...]. Quantas flores silvestres, quanta fruta do mato – o <u>gravatá</u> por exemplo – vivem deslembados dos pinceis indígenas tão amigos de maçãs, cerejas e mais frutas da Califórnia! <u>Se</u> fosse possível inventar um Quirós para orientador da nossa arte...	As qualidades deste quadro se mostram em todos os mais do mesmo gênero – natureza morta que vive, interiores, recantos estofados, vasos, móveis que através da visão do <u>pintor</u> revelam a poesia suave das coisas inanimadas – inanimadas para o vulgo. Vede <i>Hortênsias</i> . Nunca tais flores tronejaram tão rainhas como ali. Desfazem-se em um chuveiro de notas <u>cromáticas</u> e emitem luz como nimbadas de uma aura – a maravilhosa aura das hortênsias. [...]. Quantas flores silvestres, quanta fruta do mato – o <u>craguatá</u> por exemplo – vivem deslembados dos pinceis indígenas tão amigos de maçãs, cerejas e mais frutas da Califórnia! Fosse possível inventar um Quirós para orientador da nossa arte... (p.215-216)
Se, agora, [...]. A luz “reina”, a luz positivamente cabriola, mas o pintor apanha-a no curso de todo este jogo brincalhão e a transporta para <u>a tela</u> sem nada perder daquela vivacidade cintilante.	Se, agora, [...]. A luz “reina”, a luz positivamente cabriola, mas o pintor apanha-a no curso de todo este jogo brincalhão e a transporta para <u>o quadro</u> sem nada perder daquela vivacidade

<p>[...]. Os olhos <u>prendem-se</u> a essa telas, o cérebro abre-se-nos a mil sugestões e ficamos a devanear sobre as possibilidades infinitas da pintura.</p>	<p>cintilante. [...]. Os olhos <u>prendem-se-nos</u> a essa telas, o cérebro abre-se-nos a mil sugestões e ficamos a devanear sobre as possibilidades infinitas da pintura. (p.216)</p>
<p>“O Curral” [...]. Que maravilhosa tela! Como ensina coisas! Que lição <u>insinua</u> da função da pintura como reveladora do “terroir”!</p>	<p><i>O Curral</i> [...]. Que maravilhosa tela! Como ensina coisas! Que lição <u>nos sugere</u> da função da pintura como reveladora do “terroir”! (p.217)</p>
<p>A paisagem é a forma lírica da pintura. [...]. O trecho de natureza [...] a serviço da emoção que recebeu e <u>que</u> procura transmitir.</p>	<p>A paisagem é a forma lírica da pintura. O trecho de natureza [...] a serviço da emoção que recebeu e procura transmitir. (p.217)</p>
<p><u>Notabilíssimamente</u> ele a concebe e com a suma nobreza da honestidade a executa.</p>	<p><u>Nobilíssimamente</u> ele a concebe e com a suma nobreza da honestidade a executa. (p.217)</p>
<p>Destas breves palavras [...]. Diante de suas telas não há “mas...” nem “<u>eis...</u>”</p>	<p>Destas breves palavras [...]. Diante de suas telas não há “mas...” nem “<u>se...</u>” (p.217)</p>
<p><u>Vejamos agora como S. Paulo acolhe o maior pintor que a tem visitado. Vejamos se a Paulicéia se reabilita da ximenada em que escorregou.</u></p>	<p>Não consta.</p>